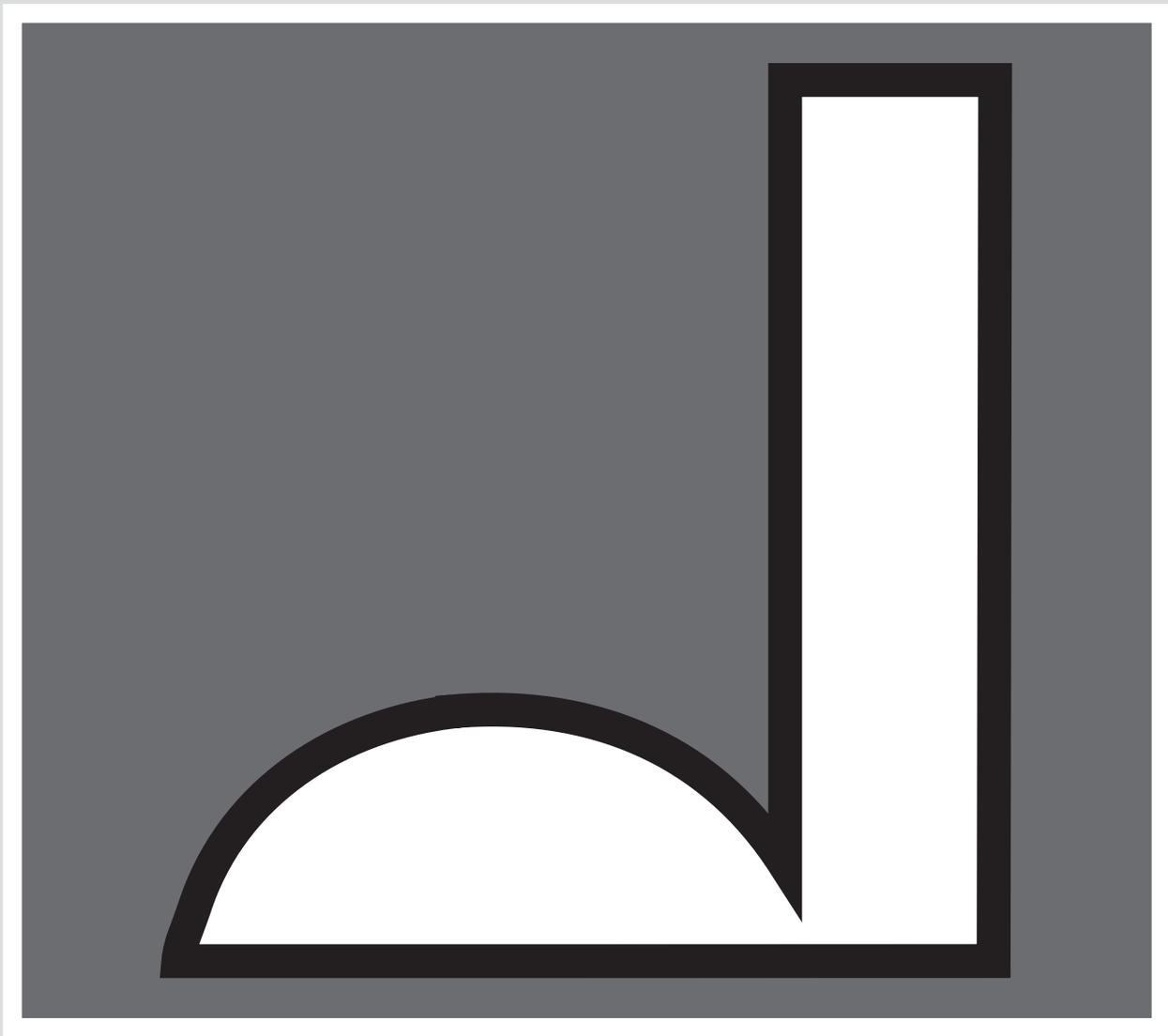
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 001 - SÁBADO, 04 DE FEVEREIRO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**
José Sarney - (PMDB-AP)
**1ª VICE-PRESIDENTE**
Marta Suplicy - (PT-SP)
**2º VICE-PRESIDENTE**
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
**1º SECRETÁRIO**
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
**2º SECRETÁRIO**
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

**3º SECRETÁRIO**
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
**4º SECRETÁRIO**
Ciro Nogueira - (PP-PI)

**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**
**1º** - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
**2º** - João Durval - (PDT-BA)
**3ª** - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
**4ª** - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

## LIDERANÇAS

| **Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24** | **Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25** | **Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15** |
|---|---|---|
| **Líder**<br>**Renan Calheiros - PMDB**<br>.....<br>**Líder do PMDB - 18**<br>**Renan Calheiros**<br>Vice-Líderes do PMDB<br>Vital do Rêgo<br>Eduardo Braga<br>Waldemir Moka<br>Ricardo Ferraço<br>Casildo Maldaner<br>**Líder do PP - 5**<br>**Francisco Dornelles**<br>Vice-Líder do PP<br>Ana Amélia (14)<br>**Líder do PV - 1**<br>**Paulo Davim** | **Líder**<br>**Humberto Costa - PT**<br>Vice-Líderes<br>Acir Gurgacz<br>Antonio Carlos Valadares<br>Inácio Arruda<br>Marcelo Crivella<br>.....<br>**Líder do PT - 13**<br>**Humberto Costa**<br>Vice-Líderes do PT<br>Lindbergh Farias<br>Walter Pinheiro<br>Wellington Dias<br>Ana Rita<br>**Líder do PDT - 5**<br>**Acir Gurgacz**<br>Vice-Líder do PDT<br>Cristovam Buarque<br>**Líder do PSB - 4**<br>**Antonio Carlos Valadares**<br>Vice-Líder do PSB<br>Lídice da Mata<br>**Líder do PC DO B - 2**<br>**Inácio Arruda**<br>**Líder do PRB - 1**<br>**Marcelo Crivella** | **Líder**<br>**Mário Couto - PSDB** (9)<br>Vice-Líderes<br>Jayme Campos (5)<br>Maria do Carmo Alves<br>Cyro Miranda<br>.....<br>**Líder do PSDB - 10**<br>**Alvaro Dias**<br>Vice-Líderes do PSDB<br>Aloysio Nunes Ferreira (6)<br>Paulo Bauer (8)<br>Flexa Ribeiro (7)<br>**Líder do DEM - 5**<br>**Demóstenes Torres** (3,4)<br>Vice-Líder do DEM<br>Jayme Campos (5) |
| **PR - 8**<br>**Líder**<br>**Magno Malta - PR** (11)<br>Vice-Líder<br>Clésio Andrade | **PTB - 6**<br>**Líder**<br>**Gim Argello - PTB**<br>Vice-Líderes<br>João Vicente Claudino<br>Mozarildo Cavalcanti | **PSOL - 1**<br>**Líder**<br>**Randolfe Rodrigues - PSOL** (19) |
| **PSD - 2**<br>**Líder**<br>**Kátia Abreu - PSD** (13)<br>Vice-Líder<br>Sérgio Petecão | **Governo**<br>**Líder**<br>**Romero Jucá - PMDB**<br>Vice-Líderes<br>Gim Argello<br>Benedito de Lira<br>Lídice da Mata<br>Jorge Viana<br>Vital do Rêgo | |

**Notas:**
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
18. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
19. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.


**EXPEDIENTE**

**Doris Marize Romariz Peixoto**
Diretora-Geral do Senado Federal
**Florian Augusto Coutinho Madruga**
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
**José Farias Maranhão**
Diretor da Subsecretaria Industrial

**Claudia Lyra Nascimento**
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
**Maria Amália Figueiredo da Luz**
Diretora da Secretaria de Ata
**Patrícia Freitas Portella Nunes Martins**
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO


**1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS**

1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nºs 403 a 408, de 2011. ..... 00010

1.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nºs 1 e 2, de 2012. ..... 00012

**2 – ATA DA 1ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE FEVEREIRO DE 2012**

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

**2.2.1 – Pareceres**

Nºs 1 e 2, de 2012, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010. ..... 00013

**2.2.2 – Comunicações da Presidência**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. **(Ofício nº 282/2011-CAS)** ..... 00042

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2003. ..... 00042

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 745, de 2011. ..... 00042

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 21 de dezembro de 2011, e publicação em 22 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 553, de 2011, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R$ 533.581.700,00 (quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, setecentos reais), para os fins que especifica*. Estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. ..... 00042

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 23 de dezembro de 2011, e publicação em 26 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 554, de 2011, que *altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002.* Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. ..... 00042

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 23 de dezembro de 2011, e publicação em 26 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 555, de 2011, que *altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, e dá outras providências.* Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. ..... 00044

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 23 de dezembro de 2011, e publicação em 26 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 556, de 2011, que *altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências.* Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. ..... 00045

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 26 de dezembro de 2011, e publicação em 27 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 557, de 2011, que *institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999.* Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. ..... 00046

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 5 de janeiro de 2012, e publicação em 6 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 558, de 2012, que *dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências.* Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. ..... 00047

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 366, de 2010; 62, 68, 70, 129, 146, 151, 152, 159, 175, 176, 177, 191, 192, 198, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208 a 215, 218 a 220, 222, 225, 227 a 231, 247, 248, 253, 258, 261, 262, 268, 272, 275, 277, 281, 296, 299, 320 e 339, de 2011. ..... 00048

**2.2.3 – Aviso do Banco Central do Brasil**

Nº 1, de 2012 (nº 133/2011, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de novembro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. ..... 00052

**2.2.4 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda**

Nº 2, de 2012 (nº 471/2011, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de novembro de 2011, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. ..... 00064

Nº 4, de 2012 (nº 21/2012, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de dezembro de 2011, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. ..... 00140

Nº 25, de 2011-CN (nº 458/MF/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, referente ao terceiro trimestre de 2011. *Estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. .....* 00216

**2.2.5 – Avisos do Tribunal de Contas da União**

Nº 3, de 2012 (nº 31/2012, na origem) encaminhando cópia do Acórdão nº 64/2012-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 47/2010, do Senado Federal (TC 025.647/2010-5). ..... 00229

Nºs 1.809, 1.810 e 1.813, de 2011; 4, 5, 6, 7, 8 e 9, de 2012, na origem, que se referem, respectivamente, às Resoluções nºs 21, 19, 20, 24, 23, 22, 27, 25 e 26, de 2011..... 00236

**2.2.6 – Mensagens da Presidente da República**

Nº 601, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 7, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.563, de 2011. ..... 00238

Nº 602, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 34, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.564, de 2011. . 00238

Nº 603, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 37, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.565, de 2011. . 00238

Nº 604, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 41, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.566, de 2011. . 00238

Nº 605, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 42, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.567, de 2011. . 00238

Nº 606, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 47, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.568, de 2011. . 00238

Nº 607, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 51, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.569, de 2011. . 00238

Nº 608, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 53, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.570, de 2011. . 00238

Nº 609, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 54, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.571, de 2011. . 00238

Nº 610, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 57, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.572, de 2011. . 00238

Nº 611, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.573, de 2011. ..... 00238

Nº 612, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.574, de 2011. . 00238

Nº 613, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 24, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.575, de 2011. . 00239

Nº 614, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 31, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.576, de 2011. . 00239

Nº 615, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 39, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.577, de 2011. . 00239

Nº 616, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.578, de 2011. . 00239

Nº 617, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 49, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.579, de 2011. . 00239

Nº 618, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 55, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.580, de 2011. . 00239

Nº 619, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 56, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.581, de 2011. . 00239

Nº 620, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 30, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.582, de 2011. 00239

Nº 621, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2011 (nº 5.674/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.583, de 2011.... 00239

Nº 622, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2010 (nº 2.163/2007, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.584, de 2011.... 00239

Nº 623, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2010 (nº 2.888/2008, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.585, de 2011.... 00239

Nº 624, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 237, de 2009 (nº 1.595/2007, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.586, de 2011. .. 00239

Nº 4, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 2009 (nº 7.428/2006, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.588, de 2012..... 00239

Nº 5, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2010 (nº 3.950/2008, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.589, de 2012..... 00240

Nº 6, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2009 (nº 2.217/2007, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.590, de 2012. ..... 00240

Nº 1, de 2012 (nº 9/2012, na origem), encaminhando a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2012. ..... 00240

Nº 2, de 2012, comunicando sua ausência do País, no período de 30 de janeiro último a 1º do corrente, em viagem oficial à Cuba e ao Haiti. ..... 00260

**2.2.7 – Ofício da Ministra de Estado do Meio Ambiente**

Nº 1.119, de 2011, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.103, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin. ..... 00260

**2.2.8 – Comunicações**

Da Diretoria-Geral do Senado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.441, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço. ..... 00260

Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 96, 94 e 98, de 2011, com posterior envio ao Arquivo. **(Ofícios nºs 475, 477 e 481/2011)** ..... 00260

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Vice-Liderança do Partido. **(Ofício nº 1/2012)** ..... 00261

**2.2.9 – Ofícios do Ministro de Estado da Educação**

Nº 231, de 2011, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 723, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte..... 00261

Nº 232, de 2011, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 355, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin. ..... 00261

**2.2.10 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados**

Nº 1, de 2012, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2006, sancionado pela Presidente da República e convertido na Lei nº 12.562, de 2011. ..... 00261

**2.2.11 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados**

Nº 2.205, de 2011, encaminhando a Medida Provisória nº 543, de 2011, tendo em vista o término do prazo de sua vigência, em 22 de dezembro de 2011.. 00261

**2.2.12 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados**

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2012 (nº 928/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. 00262

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2012 (nº 1.578/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Água Santa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Santa, Estado do Rio Grande do Sul..... 00266

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2012 (nº 1.700/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul. ..... 00269

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2012 (nº 2.038/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ponto Norte Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul. ..... 00273

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2012 (nº 2.145/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV Santa Rosa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul. ..... 00278

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2012 (nº 2.344/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à TV e Rádio Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceres, Estado de Goiás. ..... 00282

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2012 (nº 2.452/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Difusão Cultural e Comunitária Amigos de Cotiporã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotiporã, Estado do Rio Grande do Sul..... 00288

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2012 (nº 2.542/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária LM - Westfália para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Westfália, Estado do Rio Grande do Sul. ..... 00294

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2012 (nº 2.620/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul. ..... 00298

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2012 (nº 2.737/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Friburgo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.. 00302

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2012 (nº 2.773/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Nonoai Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul..... 00306

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2012 (nº 2.814/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Imigrantes de Turvo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina. ..... 00310

Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2012 (nº 2.922/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Subaé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia..... 00314

Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2012 (nº 2.926/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Camaquense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul. ..... 00317

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2012 (nº 2.949/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural Ibipetuba-ASCIB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia..... 00321

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2012 (nº 2.955/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Arroio do Padre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Padre, Estado do Rio Grande do Sul.... 00325

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2012 (nº 3.044/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Carijinho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul..... 00329

Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2012 (nº 3.048/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Akatu FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia. ..... 00332

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2012 (nº 3.050/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Stereo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo. ... 00335

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2012 (nº 3.058/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul. ..... 00340

Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2012 (nº 3.068/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária FM Guajeru-BA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guajeru, Estado da Bahia. ..... 00344

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2012 (nº 3.100/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Andaiá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia. ..... 00349

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2012 (nº 90/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul. ..... 00352

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2012 (nº 106/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul..... 00357

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2012 (nº 110/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Independente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul. ..... 00360

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2012 (nº 135/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Três Passos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul. ..... 00363

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2012 (nº 136/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Sobradinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul..... 00367

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2012 (nº 161/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiassucê, Estado da Bahia. ..... 00371

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2012 (nº 206/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à VIP Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo..... 00375

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2012 (nº 212/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul..... 00379

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2012 (nº 247/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio São Luiz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul. 00383

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2012 (nº 257/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul..... 00387

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2012 (nº 271/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Mais Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia..... 00391

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2012 (nº 360/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onésimo Nogueira para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corrente, Estado do Piauí. ..... 00395

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2012 (nº 365/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Safira Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária, Estado do Paraná..... 00397

**2.2.13 – Comunicação da Presidência**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 a 35, de 2012, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. *As matérias serão apreciadas terminativamente.* ..... 00401

**2.2.14 – Leitura de requerimentos**

Nº 1, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana e outros Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 1.575, de 2011, a indicação do dia 18 de junho próximo para a realização de sessão especial destinada a comemorar os 50 anos de criação do Estado do Acre..... 00401

Nº 2, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana e outros Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 1.576, de 2011, a indicação do dia 5 de março próximo para a realização de sessão especial destinada a homenagear o Barão de Rio Branco. ..... 00401

Nº 3, de 2012, de autoria da Senadora Lídice da Mata, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 11 a 15 de fevereiro do corrente. ..... 00401

Nº 4, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 11 a 18 de fevereiro próximo. ..... 00401

Nº 5, de 2012, de autoria da Senadora Ângela Portela, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 11 a 18 do corrente..... 00402

**2.2.15 – Ofício do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia**

Nº 17, de 2011, comunicando a reinstalação do Grupo, bem como a eleição de sua diretoria, em 8 de junho de 2011. **(Vide item 5.2)** ..... 00402

**2.2.16 – Discursos do Expediente**

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Comentários acerca das proposições que devem ser prioridade na agenda do Legislativo para 2012. ..... 00402

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Críticas à política de privatizações adotada pelo Governador do Paraná, Beto Richa, e à Assembleia Legislativa daquele estado por corroborar as iniciativas do referido governador..... 00404

SENADOR *PAULO PAIM* – Defesa da implementação de políticas públicas para pessoas com deficiência; e outros assuntos..... 00407

**2.2.17 – Comunicação**

Da Liderança do PR no Senado Federal, de indicação do Senador Blairo Maggi, como líder do partido para o período de 1º do corrente a 31 de janeiro de 2013. **(Ofício s/nº/2012)**..... 00411

**2.2.18 – Discursos do Expediente (continuação)**

SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Importância da deliberação acerca das reformas política, tributária e do Código Florestal, em 2012; e outros assuntos. ..... 00411

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Preocupação com as controvérsias surgidas com a vigência da Lei nº 11.738, de 2008, que trata do piso salarial dos professores. ..... 00414

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Considerações acerca da decisão do STF que mantém os poderes de investigação do CNJ independentemente da atuação das corregedorias locais dos Tribunais; e outros assuntos. ..... 00418

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Defesa da preservação dos direitos humanos dos habitantes da área do Pinheirinho, no Município de São José dos Campos..... 00422

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Resposta aos relatos apresentados pelo Senador Eduardo Suplicy sobre denúncias de violação de direitos humanos e abusos no episódio de reintegração judicial de posse em Pinheirinho, Município de São José dos Campos..... 00440

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Apelo às autoridades venezuelanas para providências em relação aos incidentes ocorridos com turistas brasileiros na Venezuela nas últimas semanas..... 00443

SENADOR *JORGE VIANA* – Preocupação com a situação aeroportuária brasileira, em especial, com o aeroporto do Estado do Acre; e outros assuntos..... 00452

**2.2.19 – Leitura de requerimentos**

Nº 6, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Antônio Castagna Maia. ..... 00458

Nº 7, de 2012, de autoria do Senador Walter Pinheiro, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em diversos países, no período de 15 do corrente a 1º de março próximo. ... 00459

Nº 8, de 2012, de autoria do Senador Casildo Maldaner, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2008; e 580, de 2011. . 00459

Nº 9, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Moacir Micheletto. . 00460

**2.2.20 – Comunicações**

Do Senador Walter Pinheiro, informando que foram detectados indícios de erro material nos autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2011. **(Ofício nº 1/2012)** ..... 00460

Do Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, encaminhando o Relatório Anual nº 1, de 2011-CMMC, das atividades desenvolvidas por aquela Comissão em 2011. **(Ofício nº 37/2011) (Publicado em Suplemento "A" à presente edição)** ..... 00460

Do Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, encaminhando o Relatório de Atividades de 2011 daquele colegiado. **(Ofício nº 48/2011) (Publicado em Suplemento "B" à presente edição)** ..... 00461

**2.2.21 – Ofícios do Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento**

Nº 1, de 2012-CN (nº 270/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, informações de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), referentes aos meses de julho a setembro de 2011. ..... 00461

Nº 3, de 2012-CN (nº 277/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional informações de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por estado, referentes aos meses de julho a setembro de 2011, em meio digital. **(Publicado em Suplemento "C" à presente edição)** ..... 00461

**2.2.22 – Ofício do Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região**

Nº 80, de 2012, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal daquele Órgão, referente ao 3º quadrimestre de 2011. .. 00462

**2.2.23 – Aviso do Tribunal de Contas da União**

Nº 13, de 2012, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona. ..... 00468

**2.2.24 – Ofício do Ministro de Estado da Integração Nacional**

Nº 646, de 2011, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2011 **(autuado como Ofício nº 2, de 2012-CN e Ofício nº S/1, de 2012).** *Estabelecimento de calendário para tramitação do Ofício nº 2, de 2012-CN*..... 00468

**2.2.25 – Comunicação da Presidência**

Recebimento dos relatórios de gestão fiscal do Governo Federal (Mensagem nº 10, de 2012-CN - nº 18/2012, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011; do Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 11, de 2012-CN - nº 14/2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011; do Senado Federal (Ofício nº 4, de 2012-CN - Ato do Presidente nº 6, de 2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011; da Câmara dos Deputados (Ofício nº 5, de 2012-CN - nº 65/12/GP, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011; do Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 6, de 2012-CN - nº PGR/GAB/48/2012, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011; do Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 7, de 2012-CN - nº TST/GDGSET/GP/15/2012, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011; do Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 8, de 2012-CN - nº 002/2012/PRESI-CNMP, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011;do Conselho

Nacional de Justiça (Ofício nº 9, de 2012-CN; nº 14/GP – SOF/2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011; do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Ofício nº 10, de 2012-CN - nº GPR 2561/2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011; e do Tribunal de Contas da União (Aviso nº 1, de 2012-CN - nº 34-GP/TCU, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011. Estabelecimento de calendário para tramitação das matérias. ..... 00625

**2.2.26 – Discurso encaminhado à publicação**

SENADORA *IVONETE DANTAS* – Homenagem à memória do Sr. Manoel Torres de Araújo, falecido em 15 de janeiro último. ..... 00625

2.3 – ENCERRAMENTO

**3 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 226ª Sessão, Não Deliberativa, em 12 de dezembro de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 211,** do dia subsequente.. 00626

Ata da 228ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 13 de dezembro de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 212,** do dia subsequente.. 00627

Ata da 235ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 22 de dezembro de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 219,** do dia subsequente.. 00635

**4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO**

4.1 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Relatório Anual nº 1, de 2011-CMMC, das atividades desenvolvidas por aquela Comissão em 2011. **(Publicado em Suplemento "A" a presente edição)**

4.2 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Relatório de Atividades de 2011. **(Publicado em Suplemento "B" à presente edição)**

4.3 – SECRETARIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Informações de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por estado, referentes aos meses de julho a setembro de 2011. **(Publicado em Suplemento "C" à presente edição)**

**5 – ATAS**

5.1 – ATA DA COMISSÃO DIRETORA

Ata da 14ª Reunião, realizada em 20 de dezembro de 2011..... 00660

5.2 – Ata do Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia

Ata da Reunião de Reinstalação, realizada em 8 de junho de 2011..... 00662

**6 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA**

**7 – ATOS ADMINISTRATIVOS**

7.1 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Nºs 17 a 20, de 2011. ..... 00679

7.2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 203 a 207, de 2011. ..... 00685

7.3 – PORTARIA DO PRESIDENTE

Nº 43, de 2011. ..... 00688

**SENADO FEDERAL**

**8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

**9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

**10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

**12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

**CONGRESSO NACIONAL**

**13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**
**Nº 403, DE 2011(*)**

**Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de dezembro de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 6.9.2011.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**
**Nº 404, DE 2011(*)**

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, celebrado em Liubliana, em 10 de dezembro de 2009.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, celebrado em Liubliana, em 10 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de dezembro de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 4.10.2011.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**
**Nº 405, DE 2011(*)**

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lusaca, em 8 de julho de 2010.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lusaca, em 8 de julho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de dezembro de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 14.10.2011.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**
**Nº 406, DE 2011(*)**

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de dezembro de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 14.10.2011.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**
**Nº 407, DE 2011(*)**

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de dezembro de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 22.10.2011.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**
**Nº 408, DE 2011(*)**

**Aprova o texto da Proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010, que trata, respectivamente, da mudança de critérios de formação da Diretoria Executiva e da distribuição de quotas e do poder de voto dos países membros.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas modificações, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de dezembro de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Proposta acima citada está publicado no **DSF** de 10.12.2011.

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 548, de 28 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R$ 460.530.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 30 de janeiro de 2012. – Senador **José Sarney,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2012

### ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 543, de 24 de agosto de 2011, que "Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 22 de dezembro de 2011.

Congresso Nacional, 2 de fevereiro de 2012. – Senador **José Sarney,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

# Ata da 1ª Sessão, Não Deliberativa, em 3 de fevereiro de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Waldemir Moka e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e encerra-se às 12 horas e 59 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

## PARECERES Nºs 1 E 2, DE 2012

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, da Senadora Marina Serrano, que modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões.

### PARECER Nº 1, DE 2012

**(Da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)**
(em audiência, nos termos do Requerimento nº 780, de 2010)

RELATOR: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

RELATOR "AD HOC": Senador **WALDEMIR MOKA**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, de autoria da Senadora Marisa Serrano vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decorrência do Requerimento nº 780, de 2010. A proposição seguirá à Comissão de Assuntos Sociais, para sua apreciação terminativa, nos termos do Art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O art. 1º da proposição altera a redação do inciso I do art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que *regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências*. O referido inciso I do art. 2º passaria a contar com três alíneas, de modo a estabelecer, na alínea "c", nova finalidade ao Programa do Seguro-Desemprego: a de "prover assistência financeira temporária (...) ao artista, músico ou técnico em espetáculos de diversões".

O art. 2º do PLS 211, de 2010, acrescenta, à mesma Lei nº 7.998, de 1990, os artigos 3º-B e 4º-A.

O primeiro destes (3º-B) estabelece que o artista, músico ou técnico em espetáculos de diversões terá direito ao recebimento do seguro-desemprego – sem prejuízo do direito estabelecido na regra geral do trabalhador dispensado sem justa causa – quando comprovar, cumulativamente: ter trabalhado nas

correspondentes atividades por ao menos trinta dias nos doze meses anteriores à data do requerimento do benefício; não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada descrito no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, com as exceções especificadas; não estar percebendo o auxílio-desemprego; ter efetuado os recolhimentos previdenciários relativos ao período de trabalho acima definido; e não possuir renda de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

O art. 4º-A, a ser igualmente inserido na Lei nº 7.998, de 1990, determina que o seguro-desemprego será concedido ao artista, músico ou técnico em espetáculos de diversões por um período máximo de quatro meses, de modo contínuo ou alternado, a cada período aquisitivo de doze meses, contados a partir da data de seu registro profissional nos termos da Lei nº 3.857, de 1960, ou da Lei nº 6.533, de 1978, ou do mês seguinte ao pagamento da última prestação de seguro-desemprego relativa a período aquisitivo anterior.

O art. 3º da proposição estabelece que a lei terá vigência quando completados seis meses de sua publicação oficial.

Argumenta-se, na justificação, que a categoria que abrange os artistas, inclusive músicos, e técnicos em espetáculos de diversões é uma das menos amparadas pela proteção social em nosso país.

De acordo com estimativa apresentada pelo Ministério da Cultura, 80% a 85% dos artistas e técnicos em espetáculos de diversões em atividade no País estariam em situação de desemprego, configurando uma taxa absolutamente anormal. Além disso, a informalidade é amplamente predominante no mercado de trabalho, de modo que a grande maior parte desses trabalhadores jamais reúne as condições estabelecidas por lei para obtenção do seguro-desemprego.

Sendo descartada a criação de um fundo autônomo para a viabilização financeira do seguro-desemprego das nominadas categorias, optou-se por instituí-lo no interior do sistema já estabelecido e estável do seguro-desemprego, regido pela Lei nº 7.998 e financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador.

## II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), de acordo com o art. 102 do RISF, opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais sobre cultura sobre diversão e espetáculos públicos e criações artísticas, além de assuntos correlatos. A análise do PLS nº 211, de 2010, portanto, inscreve-se na competência da Comissão.

É indiscutível que grandes são as dificuldades por que passam os músicos, os artistas e os técnicos em espetáculos de diversões em nosso país. Apesar da alta visibilidade de casos excepcionalmente bem sucedidos do ponto de vista financeiro, e da ocorrência de algumas relações de trabalho mais seguras, como as dos membros de orquestras e corpos de baile estáveis, a imensa maioria desses trabalhadores obtém com dificuldade seus meios de sustento e se encontra desamparada na situação, por demais frequente, de desemprego.

Sem dúvida, é a vocação que os impele ao fazer artístico que explica a escolha de carreiras tão árduas e carentes de proteção social. Deve, contudo, a sociedade que se beneficia de sua dedicação à arte e às diversões buscar retribuir o que deles recebe.

De tal sorte, a criação de um seguro-desemprego especial para as categorias dos músicos, dos artistas e dos técnicos em espetáculos de diversões reveste-se de relevante significado social e cultural. Passaria a inserir-se nas chamadas hipóteses sociais do seguro-desemprego, que atendem aos pescadores artesanais no período de defeso (Lei nº 10.779, de 2003) e aos trabalhadores resgatados de regime de trabalho forçado (Lei nº 10.608, de 2002).

A autora da proposição considera, acertadamente, que, ao se concederem condições especiais para o seguro-desemprego dos artistas performáticos e dos técnicos em espetáculos de diversões, não se deve deixar de exigir a comprovação de algum vínculo laboral e dos respectivos recolhimentos previdenciários.

Julgamos, contudo, que a exigência de trinta dias de trabalho em um período de doze meses, estabelecida como condição para percepção do seguro-desemprego, mostra-se por demais distanciada das regras gerais, mesmo considerando os excepcionais índices de desemprego e de informalidade que atingem as categorias a serem beneficiadas. Lembremos que, de acordo com o art. 3º da Lei nº 7.998, de 1990, os trabalhadores demitidos sem justa causa devem comprovar que receberam salários em cada um dos seis meses anteriores à dispensa (inciso I) ou que estiveram empregados em pelo menos quinze dos últimos vinte e quatro meses (inciso II). No caso especial dos pescadores profissionais artesanais, exige-se que se comprove a dedicação à pesca, em caráter ininterrupto, entre os períodos de defeso anterior e o em curso.

Buscando uma relação mais justa e defensável perante a sociedade, ainda que insuficiente para garantir o equilíbrio atuarial, propomos a modificação do período de trabalho exigido para sessenta dias em doze meses.

Para alcançar a quantidade de dias de trabalho exigidos, pode o trabalhador dos serviços culturais somar os períodos correspondentes a contratos de trabalho aos períodos cobertos por notas contratuais, previstas no art. 12 da Lei nº 6.533, de 1978, e utilizadas no caso de prestação de serviço eventual, por prazo não superior a sete dias consecutivos. Seria intensificado, desse modo, o estímulo à formalização das relações de trabalho, aumentando também, mesmo que em patamar modesto, o montante dos recolhimentos previdenciários. Mostra-se prudente, de qualquer modo, implementar a modalidade de seguro-desemprego proposta em um patamar razoável de exigências, de forma a assimilar com menores riscos seu impacto financeiro sobre o FAT.

A sistemática especial adotada tornaria impraticável ou incoerente o cálculo do valor do seguro-desemprego pelas regras fixadas no art. 5º da Lei nº 7.998, com base na média salarial dos três meses anteriores à dispensa. Parece-nos recomendável que, como nos demais casos especiais de seguro-desemprego, o dos pescadores artesanais (Lei nº 10.779, art. 1º) e o dos resgatados de trabalho escravo (Lei nº 7.798, art. 2-C, incluído pela Lei nº 10.608), seja fixado o valor do salário mínimo para cada parcela mensal do seguro-desemprego de que trata a proposição.

Ao fazer constar, no *caput* do proposto art. 3º-B, que "o artista, músico ou técnico em espetáculos de diversões" "terá direito à percepção do seguro-desemprego, sem prejuízo do disposto no art. 3º", corre-se o risco de ver interpretada como legítima a percepção simultânea do seguro-desemprego relativo à regra geral de demissão sem justa causa (art. 3º) e o seguro-desemprego especial que se busca instituir (art. 3º-B) ou, ainda, a sobreposição de seus períodos aquisitivos. Propomos, assim, que se acrescente parágrafo vedando a percepção cumulativa dos benefícios dos diferentes casos de seguro-desemprego, bem como a contagem, no todo ou em parte, do mesmo período aquisitivo para justificar a concessão das diversas hipóteses do seguro-desemprego. O que efetivamente se reconhece às categorias de trabalhadores citadas no *caput* do proposto art. 3º-B é a possibilidade de optar por uma ou outra hipótese de obtenção do seguro-desemprego.

Por último, do ponto de vista redacional, seria mais apropriado escrever, tanto na ementa como no corpo do projeto de lei, "músicos e artistas e técnicos em espetáculos de diversões", ao invés da redação dada de "artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões". De fato, deseja-se contemplar com a presente iniciativa apenas aqueles artistas e técnicos que se dedicam aos espetáculos de diversões; sendo o conjunto dessas profissões ("de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões") regulamentado pela Lei nº 6.533, de 1978. Já os músicos – também artistas, é certo – não sofrem essa especificação

restritiva no âmbito da proposição, reportando-se esta, para a exigência de seu registro profissional, à Lei nº 3.857, de 1960, que "Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Profissão de Músico".

## III – VOTO

Conforme o exposto, o voto, no que tange ao mérito, é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, com as emendas a seguir apresentadas.

### EMENDA Nº 1 - CE (DE REDAÇÃO)

(ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos músicos e artistas e técnicos em espetáculos de diversões."

### EMENDA Nº 2 – CE (DE REDAÇÃO)

(ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se à alínea *c* do art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"c) ao músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões desempregado."

**EMENDA Nº 3 – CE (DE REDAÇÃO)**

(ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se ao *caput* do art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"**Art. 3º-B.** Terá direito à percepção do seguro-desemprego, sem prejuízo do disposto no art. 3º, o músico, artista ou técnico em espetáculos de diversão que comprove:"

**EMENDA Nº 4 – CE**

(ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se ao inciso I do art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"I – haver trabalhado nas atividades arroladas no *caput* por ao menos sessenta dias nos doze meses anteriores à data do requerimento do benefício;"

**EMENDA Nº 5 – CE**

(ao PLS nº 211, de 2010)

Acrescente-se ao art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, parágrafo único com a seguinte redação:

"*Parágrafo único.* Não será admitida a percepção cumulativa do seguro-desemprego de que trata este artigo com aquele de que trata o art. 3º, nem a contagem com sobreposição temporal dos respectivos períodos aquisitivos para efeito de sua concessão."

# EMENDA Nº 6 – CE

## (ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se ao art. 4º-A da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do que dispõe o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"**Art. 4º-A.** O benefício do seguro-desemprego será concedido ao músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões com o valor mensal de um salário mínimo, por um período máximo de quatro meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de doze meses, contados da data de seu registro profissional nos termos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, ou da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, ou a partir do mês subsequente ao pagamento da última prestação de seguro-desemprego referente a período aquisitivo anterior."

Sala da Comissão, 21 de junho de 2011.

, Presidente

, Relator

Relator Ad Hoc: Sen. Waldemir Moka

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

## ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 211/10 NA REUNIÃO DE 25/06/2011 OS SENHORES SENADORES:

| | |
|---|---|
| PRESIDENTE: | (Sen. Roberto Requião) |
| **Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)** | |
| ANGELA PORTELA | 1-DELCÍDIO DO AMARAL |
| WELLINGTON DIAS | 2-ANIBAL DINIZ |
| ANA RITA | 3-MARTA SUPLICY |
| PAULO PAIM | (VAGO) |
| WALTER PINHEIRO | 5-CLÉSIO ANDRADE |
| (VAGO) | 6-VICENTINHO ALVES |
| MAGNO MALTA | 7-PEDRO TAQUES |
| CRISTOVAM BUARQUE | 8-ANTONIO CARLOS VALADARES |
| LÍDICE DA MATA | 9-(VAGO) |
| INÁCIO ARRUDA | 10-(VAGO) |
| **Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)** | |
| ROBERTO REQUIÃO | 1-(VAGO) |
| EDUARDO AMORIM | 2-VALDIR RAUPP |
| GEOVANI BORGES | 3-LUIZ HENRIQUE |
| GARIBALDI ALVES | 4-WALDEMIR MOKA (Relator Ad Hoc) |
| JOÃO ALBERTO SOUZA | 5-VITAL DO RÊGO |
| PEDRO SIMON | 6-SÉRGIO PETECÃO<br>RELATOR |
| RICARDO FERRAÇO | 7-CIRO NOGUEIRA |
| BENEDITO DE LIRA | 8-(VAGO) |
| ANA AMÉLIA | 9-(VAGO) |
| **Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)** | |
| CYRO MIRANDA | 1-ALVARO DIAS |
| MARISA SERRANO | 2-ALOYSIO NUNES FERREIRA |
| PAULO BAUER | 3-FLEXA RIBEIRO |
| MARIA DO CARMO ALVES | 4-JAYME CAMPOS |
| JOSÉ AGRIPINO | 5-DEMÓSTENES TORRES |
| **(PTB)** | |
| ARMANDO MONTEIRO | 1-MOZARILDO CAVALCANTI |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | 2-(VAGO) |
| **(PSOL)** | |
| MARINOR BRITO | 1-RANDOLFE RODRIGUES |

# PARECER Nº 2, DE 2012
## (Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATORA: Senador **ANA AMÉLIA**

## I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão de caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 211, de 2010, de autoria da Senadora Marisa Serrano.

Inicialmente distribuído apenas a esta Comissão, o Projeto foi submetido à deliberação da Comissão de Educação, Esportes e Cultura (CE), onde foi aprovada nos termos de parecer do Senador Waldemir Moka, nos termos das seis emendas – três delas de redação – que apresentou.

Retornando a esta Comissão – onde não foram apresentadas quaisquer emendas – recebemos o encargo de relatar o Projeto.

## II – ANÁLISE

A Comissão de Assuntos Sociais possui competência para apreciação de proposições referentes ao Direito do Trabalho, nos termos do art. 100, I do Regimento Interno do Senado Federal.

Tampouco se verifica vício de iniciativa ou outra inconstitucionalidade a obstar seu processamento, a teor do art. 22, I, em concorrência com o caput do art. 61 da Constituição Federal.

No mérito, consideramos justa a aspiração veiculada pelo Projeto, que visa modificar a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que criou o seguro-desemprego e o Fundo de Amparo ao Trabalhador, para criar hipótese especial de concessão do benefício.

As categorias que se pretende proteger, dos músicos, dos artistas performáticos, incluindo bailarinos e dos técnicos em espetáculos de diversão (tais como os cenografistas, figurinistas, iluminadores, etc.), constituem um grupo que, a despeito de uma imagem glamurizada, se encontram em situação de grande vulnerabilidade social.

Efetivamente, ainda que os números sejam imprecisos, os trabalhadores em questão ainda que – como assevera a autora – sejam em

pequeno número, cerca de 65 mil trabalhadores (ou 0,08% da População Economicamente Ativa), são afligidos por um desemprego permanente da ordem de 80 a 85% e, quando estão empregados, muitas vezes se envolvem em relações de trabalho informais e de curta duração.

A precariedade da condição social do artista performático e do técnico de cena não é peculiar à situação trabalhista do Brasil, sendo percebida em todos os países e objeto das preocupações da UNESCO – a Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura, que mantém programa específico para a condição social do artista.

A autora do Projeto alerta, com razão, que as condições de trabalho peculiares do artista tornam muito difícil a sua inclusão no regime geral do seguro-desemprego – não obstante a existência de bolsões de trabalhadores que mantêm relações trabalhistas regulares, tais como os músicos de orquestras sinfônicas e os bailarinos de corpos de baile estáveis.

Em razão disso, necessária, entende a autora, a criação de regras especiais para a concessão de seguro-desemprego, dado que seria impossível a criação de sistema específico que fosse dotado de sustentabilidade financeira.

Na Comissão de Educação, o relator, Senador Waldemir Moka, concordou com as razões da autora, mas houve por bem sugerir modificações na sua redação, para aumentar o período mínimo de trabalho a cada doze meses, necessário para a concessão do benefício, de trinta para sessenta dias, e para explicitamente excluir a possibilidade de cumulação do seguro-desemprego do artista com o benefício geral e, também fixar o montante do benefício em um salário mínimo.

Essas modificações estão contidas nas emendas nº 4, 5, e 6 da CE e possuem inegável mérito, também. A ampliação do prazo mínimo de trabalho de trinta para sessenta dias, além de consistente com a necessidade de preservação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador – que custeará o pagamento do benefício – com a necessidade de justificação social do benefício junto aos demais trabalhadores.

As emendas nº 5 e 6, por sua vez, representam uma desejável cautela, para explicitar a vedação de recebimento combinado do benefício e fixar seu valor no mínimo, pois, ainda que possamos argumentar que tais disposições já estavam implícitas no texto, é sempre salutar impedir eventuais interpretações espúrias.

As emendas nº 1, 2 e 3 são puramente de redação, obedecendo o critério de agregação das categorias em virtude das Leis que as regulamentam, merecendo, igualmente aprovação.

Apenas, do ponto de vista unicamente da redação legislativa, consideramos adequada a alteração das grafias dos numerais veiculada nas emendas, que é feita apenas por extenso, ao passo que no Projeto e na própria Lei nº 7.998, de 1990, é feita em algarismos, seguidos do numeral por extenso entre parênteses. Propomos, então, subemendas, nos termos do art. 231 do Regimento Interno do Senado Federal, para modificar essa grafia, a fim de preservar a coerência formal da Lei nº 7.998.

## III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 211, de 2010, na forma das emendas nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da Comissão de Educação, com as seguintes subemendas:

**SUBEMENDA Nº - CAS (DE REDAÇÃO)**

(à Emenda nº 4 – CE ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se à Emenda nº 4 – CE a seguinte redação:

Dê-se ao inciso I do art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

> "I – haver trabalhado nas atividades arroladas no caput por ao menos 60 (sessenta) dias nos 12 (doze) meses anteriores à data do requerimento do benefício;"

**SUBEMENDA Nº - CAS (DE REDAÇÃO)**

(à Emenda nº 6 – CE ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se à Emenda nº 6 – CE a seguinte redação:

Dê-se ao art. 4º-A da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do que dispõe o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

> "Art. 4º-A. O benefício do seguro-desemprego será concedido ao músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões com o valor mensal de um salário mínimo, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 12 (doze) meses, contados da data de seu registro profissional nos termos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, ou da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, ou a partir do mês subsequente ao pagamento da última prestação de seguro-desemprego referente a período aquisitivo anterior."

Sala da Comissão, 21 de dezembro de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente
, Presidente



, Relator

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

# IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em Reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, de autoria da Senadora Marisa Serrano, e as Emendas nºs 1-CE-CAS, 2-CE-CAS, 3-CE-CAS e 5-CE-CAS; a Emenda nº 4-CE-CAS com a Subemenda nº 1-CAS; e a Emenda nº 6-CE-CAS com a Subemenda nº 2-CAS.

**EMENDA Nº 1 – CE/CAS**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos músicos e artistas e técnicos em espetáculos de diversões." (NR)

**EMENDA Nº 2/CAS**

Dê-se à alínea c do art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

**"c)** ao músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões desempregado." (NR)

**EMENDA Nº 3/CAS**

Dê-se ao caput do art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

**"Art. 3º-B.** Terá direito à percepção do seguro-desemprego, sem prejuízo do disposto no art. 3º, o músico, artista ou técnico em espetáculos de diversão que comprove:" (NR)

**EMENDA Nº 4 – CE – CAS**
(com a Subemenda - CAS)

Dê-se ao inciso I do art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"I – haver trabalhado nas atividades arroladas no caput por ao menos 60 (sessenta) dias nos 12 (doze) meses anteriores à data do requerimento do benefício;" (NR)

**EMENDA Nº 5 – CE - CAS**

Acrescente-se ao art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, parágrafo único com a seguinte redação:

"***Parágrafo único.*** Não será admitida a percepção cumulativa do seguro-desemprego de que trata este artigo com aquele de que trata o art. 3º, nem a contagem com sobreposição temporal dos respectivos períodos aquisitivos para efeito de sua concessão." (NR)

**EMENDA Nº 6 – CE – CAS**
(com a Subemenda - CAS)

Dê-se ao art. 4º-A da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do que dispõe o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"**Art. 4º-A.** O benefício do seguro-desemprego será concedido ao músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões com o valor mensal de um salário mínimo, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 12 (doze) meses, contados da data de seu registro profissional nos termos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, ou da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, ou a partir do mês subsequente ao pagamento da última prestação de seguro-desemprego referente a período aquisitivo anterior." (NR)

Sala da Comissão, 21 de dezembro de 2011.

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21 / 12 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS

RELATORIA: Senadora Ana Amélia

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO ( PT, PDT, PSB, PC do B, PRB )** | |
| PAULO PAIM (PT) | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | 2- MARTA SUPLICY (PT) |
| HUMBERTO COSTA (PT) | 3- VAGO |
| WELLINGTON DIAS (PT) | 4- ANA RITA (PT) |
| JOÃO DURVAL (PDT) | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) |
| **BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA ( PMDB, PP, PSC, PV )** | |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) |
| PAULO DAVIM (PV) | 2- PEDRO SIMON (PMDB) |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| LAURO ANTONIO (PR) | 6- SÉRGIO PETECÃO (PSD) |
| ANA AMÉLIA (PP) Relatora | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) |
| **BLOCO PARLAMENTAR MINORIA ( PSDB, DEM )** | |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | 2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | 3- PAULO BAUER (PSDB) |
| JAYME CAMPOS (DEM) Presidente | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) |
| **PTB** | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | 1- ARMANDO MONTEIRO |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | 2- GIM ARGELLO |
| **PR** | |
| VICENTINHO ALVES | 1- CLÉSIO ANDRADE |

Atualizada em 07/12/2011

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO** **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2010**

| TITULARES | | | | | SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | X | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | X | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| LAURO ANTONIO (PR) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | | |
| ANA AMELIA (PP) Relatora | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) | | | | |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | X | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) Presidente | | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | X | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |
| PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VICENTINHO ALVES | | | | | 1- CLÉSIO ANDRADE | | | | |

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 21 / 12 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 07/12/2011

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO** **EMENDA Nº 1-CE-CAS AO PLS Nº 211, DE 2010**

| TITULARES | | | | | SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | X | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | X | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| LAURO ANTONIO (PR) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | | |
| ANA AMELIA (PP) Relatora | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) | | | | |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | X | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | Presidente | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | X | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |
| PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VICENTINHO ALVES | | | | | 1- CLÉSIO ANDRADE | | | | |

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 21 / 12 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 07/12/2011

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO** **EMENDA Nº 2-CE-CAS AO PLS Nº 211, DE 2010**

| TITULARES | | | | | SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | X | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | X | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| LAURO ANTONIO (PR) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | | |
| ANA AMELIA (PP) Relatora | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) | | | | |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | X | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | Presidente | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | X | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |
| PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VICENTINHO ALVES | | | | | 1- CLÉSIO ANDRADE | | | | |

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 21 / 12 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 07/12/2011

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO** **EMENDA Nº 3-CE-CAS AO PLS Nº 211, DE 2010**

| TITULARES | | | | | SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | X | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | X | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| LAURO ANTONIO (PR) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | | |
| ANA AMELIA (PP) Relatora | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) | | | | |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | X | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | Presidente | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | X | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |
| PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VICENTINHO ALVES | | | | | 1- CLÉSIO ANDRADE | | | | |

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 21 / 12 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 07/12/2011

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO** **EMENDA Nº 4-CE-CAS AO PLS Nº 211, DE 2010**

| TITULARES | | | | | SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | X | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | X | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| LAURO ANTONIO (PR) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | | |
| ANA AMELIA (PP) Relatora | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) | | | | |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | X | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | Presidente | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | X | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |
| PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VICENTINHO ALVES | | | | | 1- CLÉSIO ANDRADE | | | | |

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 21 / 12 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 07/12/2011

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO** **EMENDA Nº 5-CE-CAS AO PLS Nº 211, DE 2010**

| TITULARES | | | | | SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | X | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | X | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| LAURO ANTONIO (PR) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | | |
| ANA AMELIA (PP) Relatoria | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) | | | | |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | X | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | Presidente | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | X | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |
| PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VICENTINHO ALVES | | | | | 1- CLÉSIO ANDRADE | | | | |

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 21 / 12 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

~~Atu~~atualizada em 07/12/2011

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO** **EMENDA Nº 6-CE-CAS AO PLS Nº 211, DE 2010**

| TITULARES | | | | | SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | X | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | X | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| LAURO ANTONIO (PR) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | | |
| ANA AMÉLIA (PP) Relatora | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) | | | | |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | X | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | Presidente | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | X | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |
| PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VICENTINHO ALVES | | | | | 1- CLÉSIO ANDRADE | | | | |

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 21 / 12 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 07/12/2011

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO**

**SUBEMENDA #1771-CAS (À EMENDA Nº 4-CE-CAS) AO PLS Nº 211, DE 2010**

| TITULARES | | | | | SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | X | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | X | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| LAURO ANTONIO (PR) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | | |
| ANA AMELIA (PP) Relatora | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) | | | | |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | X | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | Presidente | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | X | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |
| PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VICENTINHO ALVES | | | | | 1- CLÉSIO ANDRADE | | | | |

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 21 / 12 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 07/12/2011

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

### SUBEMENDA [illegible]-CAS (À EMENDA Nº 6-CE-CAS) AO PLS Nº 211, DE 2010

| TITULARES | | | | | SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | X | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | X | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| LAURO ANTONIO (PR) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | | |
| ANA AMELIA (PP) Relatora | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) | | | | |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | X | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | Presidente | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | X | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |
| PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PR | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VICENTINHO ALVES | | | | | 1- CLÉSIO ANDRADE | | | | |

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 21 / 12 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

**Senador JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 07/12/2011

# TEXTO FINAL

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2010

"Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos músicos e artistas e técnicos em espetáculos de diversões." (NR)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O inciso I do art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 2º .....*

*I – prover assistência financeira temporária:*

*a) ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta;*

*b) ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; e*

*c) ao músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões desempregado;*

*....." (NR)*

**Art. 2º** A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 3º-B e 4º-A:

*"Art. 3º-B. Terá direito à percepção do seguro-desemprego, sem prejuízo do disposto no art. 3º, o músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões que comprove:*

*I – haver trabalhado nas atividades arroladas no caput por ao menos 60 (sessenta) dias nos 12 (doze) meses anteriores à data do requerimento do benefício;*

*II – não estar em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;*

*III – não estar em gozo do auxílio-desemprego;*

*IV – comprovar a realização de recolhimentos previdenciários sobre o período de trabalho cuja prova está estabelecida no inciso I; e*

*V – não possuir renda de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família."*

*"Parágrafo único. Não será admitida a percepção cumulativa do seguro-desemprego de que trata este artigo com aquele de que trata o art. 3º, nem a contagem com sobreposição temporal dos respectivos períodos aquisitivos para efeito de sua concessão." (NR)*

*"Art. 4º-A. O benefício do seguro-desemprego será concedido ao músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões com o valor mensal de um salário mínimo, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 12 (doze) meses, contados da data de seu registro profissional nos termos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, ou da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, ou a partir do mês subsequente ao pagamento da última prestação de seguro-desemprego referente a período aquisitivo anterior." (NR)*

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor seis meses após sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de dezembro de 2011.

**Senador JAYME CAMPOS**
**Presidente da Comissão de Assuntos Sociais**

# LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO II
DA UNIÃO

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

## LEI Nº 3.857, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1960.

Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Profissão de Músico e dá outras Providências.

.....

## LEI Nº 6.533, DE 24 DE MAIOI DE 1978.

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.

.....

Art . 12 - O empregador poderá utilizar trabalho de profissional, mediante nota contratual, para substituição de Artista ou de Técnico em Espetáculos de Diversões, ou para prestação de serviço caracteristicamente eventual, por prazo não superior a 7 (sete) dias consecutivos, vedada a utilização desse mesmo profissional, nos 60 (sessenta) dias subseqüentes, por essa forma, pelo mesmo empregador.

Parágrafo único - O Ministério do Trabalho expedirá instruções sobre a utilização da nota contratual e aprovará seu modelo.

.....

**LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.**

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

.....

DO PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO

Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

~~I - prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa;~~

~~II - auxiliar os trabalhadores requerentes ao seguro-desemprego na busca de novo emprego, podendo para esse efeito, promover a sua reciclagem profissional.~~

~~I - prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta;~~ (Redação dada pela Lei nº 8.900, de 30.06.94)

I - prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (Redação dada pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

~~II - auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.~~ (Redação dada pela Lei nº 8.900, de 30/06/94)

II - auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

.....

Art. 2º-C O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo.(Artigo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

.....

Art. 3º Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

I - ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa;

II - ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses; (Vide Lei 8.845, de 1994)

III - não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;

IV - não estar em gozo do auxílio-desemprego; e

V - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

§ 1º A União poderá condicionar o recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação da matrícula e da frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas. (Incluído pela Lei nº 12.513, de 2011)

§ 2º O Poder Executivo regulamentará os critérios e requisitos para a concessão da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego nos casos previstos no § 1º, considerando a disponibilidade de bolsas-formação no âmbito do Pronatec ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica para o cumprimento da condicionalidade pelos respectivos beneficiários. (Incluído pela Lei nº 12.513, de 2011)

§ 3º A oferta de bolsa para formação dos trabalhadores de que trata este artigo considerará, entre outros critérios, a capacidade de oferta, a reincidência no recebimento do benefício, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador. (Incluído pela Lei nº 12.513, de 2011)

Art. 3º-A. A periodicidade, os valores, o cálculo do número de parcelas e os demais procedimentos operacionais de pagamento da bolsa de qualificação profissional, nos termos do art. 2º-A desta Lei, bem como os pré-requisitos para habilitação serão os mesmos adotados em relação ao benefício do Seguro-Desemprego, exceto quanto à dispensa sem justa causa. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

.....

Art. 5º O valor do benefício será fixado em Bônus do Tesouro Nacional (BTN), devendo ser calculado segundo 3 (três) faixas salariais, observados os seguintes critérios:

I - até 300 (trezentos) BTN, multiplicar-se-á o salário médio dos últimos 3 (três) meses pelo fator 0,8 (oito décimos);

II - de 300 (trezentos) a 500 (quinhentos) BTN aplicar-se-á, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,5 (cinco décimos);

III - acima de 500 (quinhentos) BTN, o valor do benefício será igual a 340 (trezentos e quarenta) BTN.

§ 1º Para fins de apuração do benefício, será considerada a média dos salários dos últimos 3 (três) meses anteriores à dispensa, devidamente convertidos em BTN pelo valor vigente nos respectivos meses trabalhados.

§ 2º O valor do benefício não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.

§ 3º No pagamento dos benefícios, considerar-se-á:

I - o valor do BTN ou do salário mínimo do mês imediatamente anterior, para benefícios colocados à disposição do beneficiário até o dia 10 (dez) do mês;

II - o valor do BTN ou do salário mínimo do próprio mês, para benefícios colocados à disposição do beneficiário após o dia 10 (dez) do mês.

.....

**LEI Nº 10.608, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002.**

Altera a **Lei 7.998**, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo.

.....

**LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003.**

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

.....

Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

.....

OFÍCIO Nº 282/2011 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 21 de dezembro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente
Senado Federal

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, de autoria do Senadora Marisa Serrano, que *modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de* 1990, para conceder seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões, Emendas nºs **1, 2, 3** e **5-CE-CAS**; a Emenda nº **4-CE-CAS** com a Subemenda nº **1-CAS**; e a Emenda nº **6-CE-CAS** com a Subemenda nº **2-CAS**.

**Respeitosamente,**

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 282, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 282/2011 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 21 de dezembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões, Emenda nºs 1, 2, 3 e 5-CE-CAS; a Emenda nº 4-CE-CAS com a Subemenda nº 1-CAS; e a Emenda nº 6-CE-CAS com Subemenda nº 2-CAS.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao **Ofício nº 282, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2003**, do Senador Paulo Paim, que *proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 745, de 2011**, de iniciativa da Comissão Temporária destinada a propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, que *altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para redefinir prioridades e reorganizar o Sistema Nacional de Defesa Civil e o Fundo Especial para Calamidades Públicas*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica que a Excelentíssima Senhora Presidente da República adotou, em 21 de dezembro de 2011, e publicou no dia 22 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 553, de 2011**, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R$ 533.581.700,00 (quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, setecentos reais), para os fins que especifica*.

A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

**MPV 553**

| | |
|---|---|
| Publicação no DO | 22-12-2011 |
| Emendas | Até 7-2-2012 |
| Prazo na Comissão | 22-12-2011 a 14-2-2012 (14º dia) |
| Remessa do Processo à CD | 14-2-2012 |
| Prazo na CD | 15-2-2012 a 28-2-2012 (15º ao 28º dia) |
| Recebimento previsto no SF | 28-2-2012 |
| Prazo no SF | 29-2-2012 a 13-3-2012 (42º dia) |
| Se modificado, devolução à CD | 13-3-2012 |
| Prazo para apreciação das modificações do SF pela CD | 14-3-2012 a 16-3-2012 (43º ao 45º dia) |
| Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de | 17-3-2012 (46º dia) |
| Prazo final no Congresso | 31-3-2012 (60 dias) |

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 23 de dezembro de 2011, publicou no dia 26 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 554, de 2011**, que *altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002.*

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**Senadores**

**Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Renan Calheiros | 1. Ana Amélia |
| Francisco Dornelles | 2. Eduardo Braga |
| Paulo Davim | 3. Waldemir Moka |
| Vital do Rêgo | 4. Ricardo Ferraço |

**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Humberto Costa | 1.Marcelo Crivella |
| Acir Gurgacz | 2.Lindbergh Farias |
| Antonio Carlos Valadares | 3.Cristovam Buarque |
| Inácio Arruda | 4.Lídice da Mata |

**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Alvaro Dias | 1. Aloysio Nunes Ferreira |
| Demóstenes Torres | 2.Jayme Campos |

**PR**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Blairo Maggi | 1.Clésio Andrade |

**PTB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Gim Argello | 1.João Vicente Claudino |

***PSD**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Kátia Abreu | 1.Sérgio Petecão |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

**Deputados**

**PT**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Paulo Teixeira | 1.Henrique Fontana |
| Arlindo Chinaglia | 2.Artur Bruno |

**PMDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Henrique Eduardo Alves | 1. Teresa Surita |
| Marcelo Castro | 2. Antônio Andrade |

**Bloco (PSB/PTB/PCdoB)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Jovair Arantes | 1.Givaldo Carimbão |
| Osmar Júnior | 2.Edson Silva |

**PSDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Reinaldo Azambuja | 1.Vaz de Lima |

**PP**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Aguinaldo Ribeiro | 1.Jerônimo Goergen |

**DEM**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Antonio Carlos Magalhães Neto | 1.Pauderney Avelino |

**Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Lincoln Portela | 1.José Rocha |

**PDT**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| André Figueiredo | 1.Wolney Queiroz |

**Bloco (PV/PPS)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Sarney Filho | 1.Rubens Bueno |

***PSC**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Ratinho Júnior | 1.Zequinha Marinho |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no DO: 26-12-2011

– Designação Prevista da Comissão: 3-2-2012(SF)

– Instalação Prevista da Comissão: 6-2-2012

– Emendas: até 7-2-2012 (6 dias após a publicação)

– Prazo na Comissão: 2-2-2012 a 15-2-2012 (14º dia)

– Remessa do processo à CD: 15-2-2012

– Prazo na CD: de 16-2-2012 a 29-2-2012 (15º ao 28º dia)

– Recebimento previsto no SF: 29-2-2012

– Prazo no SF: de 1º-3-2012 a 14-3-2012 (42º dia)

– Se modificado, devolução à CD: 14-3-2012

– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 15-3-2012 a 17-3-2012 (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18-3-2012 (46º dia)

– Prazo final no Congresso: 1º-4-2012

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 23 de dezembro de 2011, publicou no dia 26 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 555, de 2011**, que *altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, e dá outras providências.*

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**Senadores**

**Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Renan Calheiros | 1. Ana Amélia |
| Francisco Dornelles | 2. Eduardo Braga |
| Paulo Davim | 3. Waldemir Moka |
| Vital do Rêgo | 4. Ricardo Ferraço |

**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Humberto Costa | 1.Marcelo Crivella |
| Acir Gurgacz | 2.Lindbergh Farias |
| Antonio Carlos Valadares | 3.Cristovam Buarque |
| Inácio Arruda | 4.Lídice da Mata |

**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Alvaro Dias | 1. Aloysio Nunes Ferreira |
| Demóstenes Torres | 2.Jayme Campos |

**PR**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Blairo Maggi | 1.Clésio Andrade |

**PTB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Gim Argello | 1.João Vicente Claudino |

***PSOL**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Randolfe Rodrigues | 1. |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

**Deputados**

**PT**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Paulo Teixeira | 1.Henrique Fontana |
| Arlindo Chinaglia | 2.Artur Bruno |

**PMDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Henrique Eduardo Alves | 1. Teresa Surita |
| Marcelo Castro | 2. Antônio Andrade |

**Bloco (PSB/PTB/PCdoB)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Jovair Arantes | 1.Givaldo Carimbão |
| Osmar Júnior | 2.Edson Silva |

**PSDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Andreia Zito | 1.Rui Palmeira |

**PP**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Aguinaldo Ribeiro | 1.Jerônimo Goergen |

**DEM**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Antonio C. M. Neto | 1.Pauderney Avelino |

**Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Lincoln Portela | 1.José Rocha |

**PDT**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| André Figueiredo | 1.Wolney Queiroz |

**Bloco (PV/PPS)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Sarney Filho | 1.Rubens Bueno |

***PMN**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Jaqueline Roriz | 1 |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no DO: 26-12-2011

– Designação Prevista da Comissão: 3-2-2012(SF)

– Instalação Prevista da Comissão: 6-2-2012

– Emendas: até 7-2-2012 (6 dias após a publicação)

– Prazo na Comissão: 2-2-2012 a 15-2-2012 (14º dia)

– Remessa do processo à CD: 15-2-2012

– Prazo na CD: de 16-2-2012 a 29-2-2012 (15º ao 28º dia)

– Recebimento previsto no SF: 29-2-2012

– Prazo no SF: de 1º-3-2012 a 14-3-2012 (42º dia)

– Se modificado, devolução à CD: 14-3-2012

– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 15-3-2012 a 17-3-2012 (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18-3-2012 (46º dia)

– Prazo final no Congresso: 1º-4-2012

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 23 de dezembro de 2011, publicou no dia 26 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 556, de 2011**, que *altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências.*

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**Senadores**

**Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Renan Calheiros | 1. Ana Amélia |
| Francisco Dornelles | 2. Eduardo Braga |
| Paulo Davim | 3. Waldemir Moka |
| Vital do Rêgo | 4. Ricardo Ferraço |

**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Humberto Costa | 1.Marcelo Crivella |
| Acir Gurgacz | 2.Lindbergh Farias |
| Antonio Carlos Valadares | 3.Cristovam Buarque |
| Inácio Arruda | 4.Lídice da Mata |

**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Alvaro Dias | 1. Aloysio Nunes Ferreira |
| Demóstenes Torres | 2.Jayme Campos |

**PR**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Blairo Maggi | 1.Clésio Andrade |

**PTB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Gim Argello | 1.João Vicente Claudino |

***PSD**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Kátia Abreu | 1.Sérgio Petecão |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

**Deputados**

**PT**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Paulo Teixeira | |
| 1.Henrique Fontana | |
| Arlindo Chinaglia | |
| 2.Artur Bruno | |

**PMDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Henrique Eduardo Alves | 1. Teresa Surita |
| Marcelo Castro | 2. Antônio Andrade |

**Bloco (PSB/PTB/PCdoB)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Jovair Arantes | 1.Givaldo Carimbão |
| Osmar Júnior | 2.Edson Silva |

**PSDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Domingos Sávio | 1.Vaz de Lima |

**PP**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Aguinaldo Ribeiro | 1.Jerônimo Goergen |

**DEM**

Antonio C. M. Neto
1.Pauderney Avelino

**Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Lincoln Portela | |
| 1.José Rocha | |

**PDT**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| André Figueiredo | 1.Wolney Queiroz |

**Bloco (PV/PPS)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Sarney Filho | 1.Rubens Bueno |

***PRTB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Aureo | 1. |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no **DO**: 26-12-2011

– Designação Prevista da Comissão: 3-2-2012(SF)

– Instalação Prevista da Comissão: 6-2-2012

– Emendas: até 7-2-2012 (6 dias após a publicação)

– Prazo na Comissão: 2-2-2012 a 15-2-2012 (14º dia)

– Remessa do processo à CD: 15-2-2012

– Prazo na CD: de 16-2-2012 a 29-2-2012 (15º ao 28º dia)

– Recebimento previsto no SF: 29-2-2012

– Prazo no SF: de 1º-3-2012 a 14-3-2012 (42º dia)

– Se modificado, devolução à CD: 14-3-2012

– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 15-3-2012 a 17-3-2012 (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18-3-2012 (46º dia)

– Prazo final no Congresso: 1º-4-2012

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 26 de dezembro de 2011, publicou no dia 27 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 557, de 2011**, que *institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999.*

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**Senadores**

**Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Renan Calheiros | 1. Ana Amélia |
| Francisco Dornelles | 2. Eduardo Braga |
| Paulo Davim | 3. Waldemir Moka |
| Vital do Rêgo | 4. Ricardo Ferraço |

**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Humberto Costa | 1.Marcelo Crivella |
| Acir Gurgacz | 2.Lindbergh Farias |
| Antonio Carlos Valadares | 3.Cristovam Buarque |
| Inácio Arruda | 4.Lídice da Mata |

**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Alvaro Dias | 1. Aloysio Nunes Ferreira |
| Demóstenes Torres | 2.Jayme Campos |

**PR**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Blairo Maggi | 1.Clésio Andrade |

**PTB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Gim Argello | 1.João Vicente Claudino |

***PSOL**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Randolfe Rodrigues | 1. |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

**Deputados**

**PT**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Paulo Teixeira | 1.Henrique Fontana |
| Arlindo Chinaglia | 2.Artur Bruno |

**PMDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Henrique Eduardo Alves | 1. Teresa Surita |
| Marcelo Castro | 2. Antônio Andrade |

**Bloco (PSB/PTB/PCdoB)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Jovair Arantes | 1.Givaldo Carimbão |
| Osmar Júnior | 2.Edson Silva |

**PSDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Andreia Zito | 1.Bruna Furlan |

**PP**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Aguinaldo Ribeiro | 1.Jerônimo Goergen |

**DEM**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Antonio C. M. Neto | 1.Pauderney Avelino |

**Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Lincoln Portela | 1.José Rocha |

**PDT**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| André Figueiredo | 1.Wolney Queiroz |

**Bloco (PV/PPS)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Sarney Filho | 1.Rubens Bueno |

***PSOL**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Chico Alencar | 1.Ivan Valente |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no DO: 27-12-2011

– Designação Prevista da Comissão: 3-2-2012(SF)

– Instalação Prevista da Comissão: 6-2-2012

– Emendas: até 7-2-2012 (6 dias após a publicação)

– Prazo na Comissão: 2-2-2012 a 15-2-2012 (14º dia)

– Remessa do processo à CD: 15-2-2012

– Prazo na CD: de 16-2-2012 a 29-2-2012 (15º ao 28º dia)

– Recebimento previsto no SF: 29-2-2012

– Prazo no SF: de 1º-3-2012 a 14-3-2012 (42º dia)

– Se modificado, devolução à CD: 14-3-2012

– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 15-3-2012 a 17-3-2012 (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18-3-2012 (46º dia)

– Prazo final no Congresso: 1º-4-2012

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 5 de janeiro de 2012, publicou no dia 6 e retificou no dia 9 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 558, de 2012**, que *dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências*.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**Senadores**

**Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Renan Calheiros | 1. Ana Amélia |
| Francisco Dornelles | 2. Eduardo Braga |
| Paulo Davim | 3. Waldemir Moka |
| Vital do Rêgo | 4. Ricardo Ferraço |

**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Humberto Costa | 1.Marcelo Crivella |
| Acir Gurgacz | 2.Lindbergh Farias |
| Antonio Carlos Valadares | 3.Cristovam Buarque |
| Inácio Arruda | 4.Lídice da Mata |

**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Alvaro Dias | 1. Aloysio Nunes Ferreira |
| Demóstenes Torres | 2.Jayme Campos |

**PR**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Blairo Maggi | 1.Clésio Andrade |

**PTB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Gim Argello | 1.João Vicente Claudino |

***PSD**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Kátia Abreu | 1.Sérgio Petecão |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

**Deputados**

**PT**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Paulo Teixeira | 1.Henrique Fontana |
| Arlindo Chinaglia | 2.Artur Bruno |

**PMDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Henrique Eduardo Alves | 1. Teresa Surita |
| Marcelo Castro | 2. Antônio Andrade |

**Bloco (PSB/PTB/PCdoB)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Jovair Arantes | 1.Givaldo Carimbão |
| Osmar Júnior | 2.Edson Silva |

**PSDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Berinho Bantim | 1.Zenaldo Coutinho |

**PP**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Aguinaldo Ribeiro | 1.Jerônimo Goergen |

**DEM**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Antonio C. M. Neto | 1.Pauderney Avelino |

**Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Lincoln Portela | 1.José Rocha |

**PDT**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| André Figueiredo | 1.Wolney Queiroz |

**Bloco (PV/PPS)**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Sarney Filho | 1.Rubens Bueno |

***PSC**

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Ratinho Júnior | 1.Zequinha Marinho |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no DO: 9-1-2012

– Designação Prevista da Comissão: 3-2-2012(SF)

– Instalação Prevista da Comissão: 6-2-2012

– Emendas: até 7-2-2012 (6 dias após a publicação)

– Prazo na Comissão: 2-2-2012 a 15-2-2012 (14º dia)

– Remessa do processo à CD: 15-2-2012

– Prazo na CD: de 16-2-2012 a 29-2-2012 (15º ao 28º dia)

– Recebimento previsto no SF: 29-2-2012

– Prazo no SF: de 1º-3-2012 a 14-3-2012 (42º dia)

– Se modificado, devolução à CD: 14-3-2012

– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 15-3-2012 a 17-3-2012 (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18-3-2012 (46º dia)

– Prazo final no Congresso: 1º-4-2012

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º ao § 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2010** (nº 2.155/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2011** (nº 2.795/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vox 90 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo*;

**– Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2011** (nº 2.815/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Eldorado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2011** (nº 2.433/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Liberdade e Trabalho pela Cultura de Altinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2011** (nº 882/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2011** (nº 1.985/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Mensagem de Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2011** (nº 2.097/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herculândia, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2011** (nº 2.458/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2011** (nº 2.706/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Independente de Porteirinha Ltda. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2011** (nº 3.105/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sociedade de Vale de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2011** (nº 3.109/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Ponto Norte Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2011** (nº 32/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Rádio Comunitária do Riacho Fundo II – Candango FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho Fundo II, Distrito Federal;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2011** (nº 1.994/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Pioneira de Televisão S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2011** (nº 3.020/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Guararapes Metropolitana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2011** (nº 284/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Portel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portel, Estado do Pará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2011** (nº 1.878/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Maracajaú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2011** (nº 1.903/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à*

*Associação Comunitária Cultural e Educadora de Olímpia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2011** (nº 2.275/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Comunidade de Muriú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2011** (nº 2.377/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Maisa - ACCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2011** (nº 2.648/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Líder FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2011** (nº 2.663/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2011** (nº 2.761/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Alice Martins Pinheiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2011** (nº 2.771/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlândida FM de Caxias do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2011** (nº 2.786/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Barbacena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2011** (nº 2.796/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Verdes Mares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2011** (nº 2.797/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2011** (nº 2.807/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio-Cultural Santa Terezinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sucupira do Norte, Estado do Maranhão;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2011** (nº 2.809/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Corcovado S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2011** (nº 2.811/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2011** (nº 2.812/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2011** (nº 2.973/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Mega Empresa de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2011** (nº 3.046/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cruzeiro Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2011** (nº 3.099/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Valeparaibana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em*

*frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2011** (nº 21/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio a Voz do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fartura, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2011** (nº 103/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Aratu S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2011** (nº 182/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM Gameleiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte das Gameleiras, Estado do Rio Grande do Norte;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2011** (nº 187/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rafardense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rafard, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2011** (nº 188/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidade Viva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2011** (nº 189/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Goianinha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2011** (nº 197/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2011** (nº 2.622/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Charrua Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2011** (nº 2.633/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estrela FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2011** (nº 2.875/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2011** (nº 2.962/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada a Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2011** (nº 3.002/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Mar Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2011** (nº 3.004/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Unidos Venceremos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto de Lima, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2011** (nº 3.061/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Nova Dracena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Dracena, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2011** (nº 71/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Serrana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2011** (nº 93/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorga-*

*da à Norte Sul Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2011** (nº 240/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Paulo Jackson para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2011** (nº 288/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Montes Claros Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2011** (nº 2.139/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Teutônia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2011** (nº 2.216/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2011** (nº 2.970/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais*; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2011** (nº 129/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Norte Sul Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1, de 2012** (nº 133/2011, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de novembro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

É o seguinte o Aviso:

**AVISO Nº 1, DE 2012**

Aviso nº 133/2011-BCB

Brasília, 27 de dezembro de 2011

**Assunto:** Demonstrativo das emissões do Real

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do Real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de novembro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente, – **Altamir Lopes**, Presidente, substituto.

Anexo: 1 documento; 12 páginas.

**Anexo ao Aviso nº 133/2011 - BCB-Presi, de 27 de dezembro de 2011.**

**Demonstrativo das emissões do real – Mês de novembro de 2011**

I. A base monetária restrita e a emissão

II. A base monetária ampliada

III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador

IV. Os meios de pagamento amplos

V. Anexos

## DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

### I - A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária alcançou R$187,3 bilhões, em novembro, ao registrar incrementos de 1% no mês e de 5,3% em doze meses, condicionados pelos avanços mensais de 0,8% no saldo médio do papel-moeda emitido e de 1,7% na posição de reservas bancárias.

**Demonstrativo de emissões do real**
Novembro - 2011

| Discriminação | R$ bilhões |
|---|---|
| A - Emissão monetária autorizada para o 4º trimestre/2011[1/] (Voto CMN nº 106/2011) | 245,90 |
| B - Emissão monetária realizada[2/] | 187,28 |
| b.1 - Usos[2/] | 187,28 |
| b.1.1 Papel-moeda emitido | 144,82 |
| b.1.2 Reservas bancárias | 42,46 |
| b.2 - Fontes | 187,28 |
| b.2.1 Saldos em 31.10.2011 | 188,07 |
| b.2.1.1 Papel-moeda emitido | 144,05 |
| b.2.1.2 Reservas bancárias | 44,02 |
| b.2.2 Fluxos em novembro/2011[3/] | -0,79 |
| b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional | -0,83 |
| b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais | -0,15 |
| b.2.2.3 Operações com o setor externo | 0,39 |
| b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro | -0,19 |
| C - Saldo de emissão (A - B) | 58,62 |
| D - Reservas Internacionais disponíveis | 637,57 |
| E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas) | 245,90 |
| F - Reservas internacionais excedentes (D - E) | 391,67 |

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

**Base monetária e componentes**
**Média dos saldos nos dias úteis**

R$ milhões

| Período | Papel-moeda emitido | Variação percentual Mês | Variação percentual 12 meses | Reservas bancárias | Variação percentual Mês | Variação percentual 12 meses | Base monetária | Variação percentual Mês | Variação percentual 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2009 Jan | 107 203 | -4,4 | 12,6 | 34 839 | 3,7 | -25,4 | 142 042 | -2,5 | 0,1 |
| Fev | 104 319 | -2,7 | 14,4 | 31 542 | -9,5 | -28,7 | 135 861 | -4,4 | 2,5 |
| Mar | 101 098 | -3,1 | 11,9 | 31 070 | -1,5 | -23,2 | 132 169 | -2,7 | 1,0 |
| Abr | 101 623 | 0,5 | 12,5 | 30 799 | -0,9 | -24,9 | 132 422 | 0,2 | 0,8 |
| Mai | 102 412 | 0,8 | 12,4 | 32 360 | 5,1 | -22,1 | 134 772 | 1,8 | 1,6 |
| Jun | 103 770 | 1,3 | 12,5 | 32 477 | 0,4 | -16,3 | 136 247 | 1,1 | 4,0 |
| Jul | 104 921 | 1,1 | 11,4 | 33 550 | 3,1 | -17,2 | 139 421 | 1,6 | 2,8 |
| Ago | 106 233 | 1,3 | 11,4 | 32 483 | -3,0 | -15,7 | 138 717 | 0,2 | 3,6 |
| Set | 110 252 | 3,8 | 12,3 | 34 877 | 7,4 | -11,3 | 145 138 | 4,6 | 5,5 |
| Out | 111 551 | 1,2 | 11,9 | 34 020 | -2,5 | -15,2 | 145 571 | 0,3 | 4,1 |
| Nov | 113 681 | 1,9 | 13,1 | 34 968 | 2,8 | -16,3 | 148 649 | 2,1 | 13,8 |
| Dez | 128 162 | 12,7 | 14,3 | 39 238 | 12,2 | -16,8 | 167 400 | 12,6 | 14,9 |
| 2010 Jan | 124 317 | -3,0 | 16,0 | 41 072 | 4,7 | -17,9 | 165 388 | -1,2 | 16,4 |
| Fev | 123 046 | -1,0 | 18,0 | 38 833 | -5,4 | -23,1 | 161 879 | -2,1 | 19,2 |
| Mar | 118 571 | -3,6 | 16,3 | 39 150 | 0,8 | -25,0 | 157 721 | -2,6 | 20,1 |
| Abr | 119 462 | 0,7 | 17,6 | 40 887 | 4,4 | -32,7 | 160 329 | 1,7 | 21,1 |
| Mai | 118 764 | -0,6 | 16,9 | 40 133 | -1,8 | -24,0 | 158 897 | -0,9 | 18,6 |
| Jun | 121 276 | 1,3 | 16,9 | 40 776 | 1,6 | -25,6 | 162 051 | 1,9 | 18,9 |
| Jul | 123 257 | 1,7 | 17,5 | 43 087 | 5,7 | -28,8 | 166 374 | 2,7 | 20,2 |
| Ago | 125 318 | 1,6 | 18,0 | 43 309 | 0,5 | -33,3 | 168 625 | 1,4 | 21,6 |
| Set | 129 941 | 3,7 | 17,8 | 43 028 | -0,6 | -23,4 | 172 969 | 2,6 | 19,2 |
| Out | 132 105 | 1,7 | 18,4 | 44 838 | 4,2 | -31,6 | 176 942 | 2,3 | 21,6 |
| Nov | 133 093 | 0,7 | 17,1 | 44 741 | -0,2 | -27,9 | 177 834 | 0,5 | 19,6 |
| Dez | 148 054 | 11,2 | 15,5 | 49 335 | 10,3 | -25,7 | 197 389 | 11,0 | 17,9 |
| 2011 Jan | 142 414 | -3,8 | 14,6 | 49 633 | 0,6 | -20,8 | 192 047 | -2,7 | 16,1 |
| Fev | 137 584 | -3,4 | 11,8 | 46 293 | -6,7 | -19,2 | 183 877 | -4,3 | 13,5 |
| Mar | 135 529 | -1,5 | 13,3 | 45 235 | -2,3 | -15,5 | 180 765 | -1,7 | 13,9 |
| Abr | 135 515 | -0,0 | 13,4 | 44 411 | -1,8 | -8,7 | 179 926 | -0,5 | 12,2 |
| Mai | 133 636 | -1,4 | 11,6 | 43 967 | -1,0 | -9,6 | 177 603 | -1,3 | 11,1 |
| Jun | 135 309 | 1,3 | 11,5 | 44 716 | 1,7 | -9,7 | 180 026 | 1,4 | 11,1 |
| Jul | 136 425 | 0,8 | 10,7 | 43 530 | -2,7 | -1,0 | 179 955 | 0,0 | 8,2 |
| Ago | 137 258 | 0,6 | 9,5 | 42 462 | -2,5 | -2,0 | 179 720 | -0,1 | 6,6 |
| Set | 141 985 | 3,4 | 9,2 | 42 392 | -0,2 | -1,5 | 184 378 | 2,5 | 6,5 |
| Out | 143 731 | 1,3 | 8,8 | 41 740 | -1,5 | -5,9 | 185 471 | 0,6 | 4,8 |
| Nov | 144 819 | 0,8 | 8,8 | 42 460 | 1,7 | -5,1 | 187 279 | 1,0 | 5,3 |

Entre os fatores de emissão monetária, destacou-se, no sentido contracionista, a movimentação de R$19,2 bilhões na Conta Única do Tesouro Nacional. As operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste da liquidez do mercado monetário, foram expansionistas em R$11,9 bilhões, refletindo compras líquidas de R$12,7 bilhões no mercado secundário e colocações líquidas de R$800 milhões no mercado primário. No mesmo sentido, os depósitos de instituições financeiras, que incluem os fluxos mensais de recolhimentos compulsórios, atingiram R$1,9 bilhão.

**Fatores condicionantes da base monetária**
**Fluxos acumulados no mês**

R$ milhões

| Período | Operações com o Tesouro Nacional 1/ | Operações com títulos públicos federais | Operações com o setor externo | Operações com o sistema financeiro | Operações com derivativos - ajustes | Variação da base monetária |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2009 Jan | 9 987 | - 16 355 | - 3 348 | 1 107 | - 1 702 | - 10 012 |
| Fev | - 6 919 | 3 527 | 1 277 | 428 | 415 | - 1 270 |
| Mar | - 7 306 | 3 963 | 1 978 | 577 | - 424 | - 1 212 |
| Abr | - 10 219 | 19 209 | 2 323 | - 216 | 1 891 | 9 706 |
| Mai | 5 516 | - 12 857 | 6 823 | 193 | - 80 | - 11 440 |
| Jun | 2 739 | - 8 595 | 11 025 | 777 | 14 | 6 383 |
| Jul | 1 947 | - 12 591 | 7 020 | - 512 | - 3 | - 3 540 |
| Ago | - 6 322 | 3 826 | 5 097 | 828 | 0 | 1 473 |
| Set | 5 901 | - 2 929 | 6 419 | - 712 | 0 | 8 879 |
| Out | - 6 322 | - 5 014 | 11 885 | 1 208 | 0 | 1 755 |
| Nov | - 15 094 | 19 345 | 5 300 | - 838 | 0 | 9 414 |
| Dez | - 15 185 | 19 521 | 8 357 | - 1 468 | 0 | 9 205 |
| 2010 Jan | 5 879 | - 18 835 | 3 077 | - 544 | 0 | 10 428 |
| Fev | - 12 288 | 9 978 | 749 | 242 | 0 | - 1 316 |
| Mar | 7 544 | 82 893 | 5 256 | - 88 317 | 0 | 2 376 |
| Abr | - 9 077 | 63 586 | 5 409 | - 62 001 | 0 | - 2 083 |
| Mai | - 8 052 | 9 114 | 7 387 | - 388 | 0 | 4 960 |
| Jun | 177 | - 1 266 | 3 885 | - 1 835 | 0 | 941 |
| Jul | 8 097 | - 1 631 | 2 763 | - 4 129 | 0 | 2 900 |
| Ago | - 6 595 | 10 593 | 7 213 | - 496 | 0 | 10 714 |
| Set | - 2 503 | - 8 958 | 18 600 | - 4 379 | 0 | 2 758 |
| Out | 1 796 | - 11 612 | 12 949 | - 1 700 | 0 | 1 433 |
| Nov | - 6 304 | 8 308 | 4 209 | - 5 162 | 0 | 1 051 |
| Dez | - 22 880 | 111 544 | 4 276 | - 64 572 | 0 | 26 368 |
| 2011 Jan | 16 919 | - 35 551 | 13 502 | - 8 164 | - 12 | - 13 306 |
| Fev | - 18 859 | - 8 037 | 15 238 | 1 505 | 193 | - 7 940 |
| Mar | - 13 093 | - 7 127 | 14 783 | - 680 | 468 | - 5 668 |
| Abr | - 9 856 | - 6 175 | 9 771 | - 1 855 | 922 | - 7 193 |
| Mai | - 15 696 | 11 428 | 7 158 | 2 929 | - 256 | 5 572 |
| Jun | - 5 682 | 12 726 | 3 912 | 902 | 355 | 12 213 |
| Jul | - 7 800 | - 5 442 | 10 506 | 5 999 | 125 | - 8 412 |
| Ago | - 20 183 | 13 887 | 7 932 | - 4 448 | - 4 | - 2 814 |
| Set | - 9 101 | 25 737 | 775 | - 5 979 | - 2 213 | 9 219 |
| Out | - 5 390 | 9 936 | 217 | - 5 242 | 44 | - 436 |
| Nov | - 19 165 | 11 895 | 1 061 | - 1 048 | - 233 | - 5 390 |

1/ Não inclui operações com títulos

## II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada totalizou R$2.661 bilhões, apresentando crescimento de 0,2% no mês e de 11,5% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária subiu 0,5% em novembro, totalizando R$2.103 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

## Base monetária ampliada

### Saldos em final de período

R$ milhões

| Período | | Base monetária | Depósitos compulsórios em espécie | | Títulos públicos federais[1/] | | | Total | Variação percentual | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Títulos do Tesouro Nacional | | | | Mês | 12 meses |
| | | | Remunerados[2/] | Não remunerados[3/] | Posição de carteira | Financiamento[4/] | Total | | | |
| 2009 | Jan | 137 538 | 54 648 | 2 997 | 1216 500 | 381 220 | 1597 820 | 1792 903 | 1 4 | 8,7 |
| | Fev | 138 258 | 54 656 | 3 049 | 1241 516 | 366 245 | 1607 762 | 1801 735 | 0,5 | 8,9 |
| | Mar | 135 056 | 54 709 | 2 983 | 1261 272 | 370 943 | 1632 215 | 1824 943 | 1 3 | 9,0 |
| | Abr | 144 763 | 55 231 | 3 048 | 1256 075 | 371 437 | 1627 510 | 1830 551 | 0 3 | 8,7 |
| | Mai | 133 323 | 55 429 | 3 058 | 1287 991 | 364 742 | 1652 733 | 1844 543 | 0 8 | 8,9 |
| | Jun | 139 186 | 56 002 | 3 192 | 1309 595 | 391 230 | 1700 825 | 1899 305 | 3,0 | 10,8 |
| | Jul | 135 546 | 57 394 | 2 993 | 1342 240 | 409 557 | 1751 796 | 1947 731 | 2,5 | 11,9 |
| | Ago | 137 019 | 59 454 | 3 638 | 1395 088 | 397 519 | 1792 607 | 1991 718 | 2 3 | 14,0 |
| | Set | 146 698 | 58 487 | 3 670 | 1380 909 | 429 876 | 1810 585 | 2019 440 | 1 4 | 14,7 |
| | Out | 147 454 | 57 384 | 2 453 | 1364 042 | 466 244 | 1830 286 | 2037 577 | 0 9 | 16,1 |
| | Nov | 158 368 | 58 141 | 2 297 | 1384 627 | 441 479 | 1826 306 | 2043 612 | 0,3 | 17 1 |
| | Dez | 166 073 | 60 256 | 2 584 | 1394 591 | 427 837 | 1822 428 | 2051 351 | 0,4 | 16 0 |
| 2010 | Jan | 155 556 | 61 483 | 2 323 | 1351 778 | 509 708 | 1830 468 | 2079 923 | 1,4 | 16 0 |
| | Fev | 154 334 | 61 703 | 2 355 | 1393 823 | 471 719 | 1885 542 | 2083 934 | 0 2 | 15,7 |
| | Mar | 156 710 | 150 625 | 2 473 | 1398 035 | 404 767 | 1802 803 | 2112 611 | 1,4 | 15,8 |
| | Abr | 154 627 | 213 900 | 2 413 | 1492 486 | 334 849 | 1827 317 | 2198 317 | 4,1 | 20 1 |
| | Mai | 158 687 | 218 038 | 2 327 | 1518 959 | 326 904 | 1845 864 | 2222 916 | 1,1 | 20 5 |
| | Jun | 159 628 | 219 364 | 2 335 | 1515 542 | 350 725 | 1866 371 | 2247 698 | 1 1 | 18 3 |
| | Jul | 162 528 | 225 481 | 2 292 | 1507 843 | 375 898 | 1883 741 | 2274 042 | 1,2 | 18,8 |
| | Ago | 173 243 | 235 902 | 3 585 | 1524 448 | 362 806 | 1887 054 | 2298 864 | 1 1 | 16,4 |
| | Set | 176 002 | 241 409 | 3 690 | 1533 217 | 377 588 | 1910 905 | 2331 997 | 1 4 | 15 5 |
| | Out | 177 435 | 245 048 | 3 839 | 1550 667 | 388 815 | 1939 482 | 2365 804 | 1 4 | 16 1 |
| | Nov | 178 486 | 252 681 | 3 596 | 1575 247 | 375 855 | 1950 902 | 2385 764 | 0,8 | 16,7 |
| | Dez | 206 853 | 318 876 | 3 832 | 1605 139 | 259 248 | 1864 387 | 2394 948 | 0 4 | 16,7 |
| 2011 | Jan | 193 547 | 331 495 | 3 490 | 1542 312 | 375 235 | 1917 548 | 2446 083 | 2,1 | 17 6 |
| | Fev | 185 607 | 333 161 | 3 588 | 1586 853 | 359 509 | 1946 362 | 2468 738 | 0,9 | 18 5 |
| | Mar | 179 919 | 336 320 | 3 730 | 1610 514 | 366 811 | 1977 425 | 2497 994 | 1,2 | 18,2 |
| | Abr | 172 725 | 341 841 | 3 646 | 1854 255 | 350 618 | 2004 771 | 2522 983 | 1,0 | 14,8 |
| | Mai | 178 288 | 342 923 | 3 602 | 1668 182 | 349 525 | 2015 706 | 2540 229 | 0 7 | 14,3 |
| | Jun | 190 511 | 344 529 | 3 695 | 1731 282 | 321 540 | 2052 822 | 2591 557 | 2,0 | 15 3 |
| | Jul | 182 099 | 353 656 | 3 666 | 1682 527 | 416 237 | 2078 764 | 2618 184 | 1,0 | 15 1 |
| | Ago | 179 285 | 354 197 | 4 124 | 1693 674 | 392 615 | 2086 289 | 2623 895 | 0,2 | 14 1 |
| | Set | 188 505 | 363 047 | 4 227 | 1724 998 | 357 365 | 2082 363 | 2638 142 | 0 5 | 13,1 |
| | Out | 188 089 | 370 109 | 4 274 | 1733 343 | 359 630 | 2092 973 | 2655 425 | 0 7 | 12 2 |
| | Nov | 182 671 | 370 832 | 4 215 | 1753 746 | 349 230 | 2102 976 | 2660 698 | 0,2 | 11 5 |

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.
2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a. + TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança.
SELIC
3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.
4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia do DEMAB (-) oversold (+) undersold e posições da Res. nº 2308 de 28 de agosto de 1996.

## III – Os meios de pagamento e o multiplicador

Os meios de pagamento restritos (M1), considerado o saldo médio diário, atingiram R$255,3 bilhões em novembro, ao registrarem queda de 0,1% no mês e elevação de 0,8% em doze meses. No mês, o saldo médio do papel-moeda em poder do público cresceu 0,9% e os depósitos à vista reduziram-se 1%.

**Meios de pagamento (M1) e componentes**
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

| Período | Papel-moeda em poder do público | Variação percentual No mês | Variação percentual Em 12 meses | Depósitos à vista | Variação percentual No mês | Variação percentual Em 12 meses | Meios de pagamento | Variação percentual No mês | Variação percentual Em 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2009 Jan | 86 885 | -4,1 | 13,3 | 122 143 | -4,3 | -0,5 | 209 028 | -4,2 | 4,8 |
| Fev | 84 071 | -3,2 | 14,6 | 114 781 | -6,0 | 0,7 | 198 852 | -4,9 | 6,2 |
| Mar | 82 025 | -2,4 | 12,6 | 112 310 | -2,2 | -0,3 | 194 335 | -2,3 | 4,8 |
| Abr | 82 169 | 0,2 | 12,5 | 113 827 | 1,4 | 0,0 | 195 994 | 0,9 | 4,0 |
| Mai | 83 103 | 1,1 | 13,3 | 114 585 | 0,7 | 0,3 | 197 688 | 0,9 | 5,4 |
| Jun | 84 188 | 1,3 | 12,9 | 116 160 | 1,4 | 4,0 | 200 349 | 1,3 | 7,5 |
| Jul | 85 251 | 1,3 | 12,1 | 118 237 | 1,8 | 3,6 | 203 489 | 1,6 | 7,1 |
| Ago | 86 113 | 1,0 | 12,0 | 116 324 | -1,6 | 4,8 | 202 437 | -0,5 | 7,7 |
| Set | 89 343 | 3,8 | 11,8 | 118 861 | 2,2 | 4,7 | 208 204 | 2,8 | 7,6 |
| Out | 89 626 | 0,3 | 11,2 | 121 671 | 2,4 | 5,5 | 211 299 | 1,5 | 7,9 |
| Nov | 91 631 | 2,2 | 12,9 | 123 428 | 1,4 | 8,2 | 215 059 | 1,8 | 10,1 |
| Dez | 103 273 | 12,7 | 14,0 | 137 144 | 11,1 | 7,4 | 240 417 | 11,8 | 10,1 |
| 2010 Jan | 100 492 | -2,7 | 15,7 | 135 157 | -1,4 | 10,7 | 235 649 | -2,0 | 12,7 |
| Fev | 98 671 | -1,8 | 17,4 | 131 138 | -3,0 | 14,3 | 229 808 | -2,5 | 15,6 |
| Mar | 96 922 | -1,8 | 18,2 | 130 512 | -0,5 | 16,2 | 227 434 | -1,0 | 17,0 |
| Abr | 96 648 | -0,3 | 17,6 | 132 563 | 1,6 | 16,5 | 229 212 | 0,8 | 16,9 |
| Mai | 97 232 | 0,6 | 17,0 | 134 245 | 1,3 | 17,2 | 231 478 | 1,0 | 17,1 |
| Jun | 98 391 | 1,2 | 16,9 | 135 885 | 1,2 | 17,0 | 234 275 | 1,2 | 16,9 |
| Jul | 100 329 | 2,0 | 17,7 | 138 244 | 1,7 | 16,9 | 238 573 | 1,8 | 17,2 |
| Ago | 101 986 | 1,0 | 18,4 | 139 448 | 0,1 | 19,0 | 240 416 | 0,8 | 18,8 |
| Set | 105 576 | 3,5 | 18,2 | 141 578 | 2,3 | 19,1 | 247 154 | 2,8 | 18,7 |
| Out | 106 553 | 0,9 | 18,9 | 145 356 | 2,7 | 19,5 | 251 909 | 1,9 | 19,2 |
| Nov | 107 485 | 0,9 | 17,3 | 145 783 | 0,3 | 18,1 | 253 268 | 0,5 | 17,8 |
| Dez | 119 598 | 11,3 | 15,8 | 160 034 | 9,8 | 16,7 | 279 632 | 10,4 | 16,3 |
| 2011 Jan | 115 342 | -3,6 | 14,8 | 152 901 | -4,5 | 13,1 | 268 242 | -4,1 | 13,8 |
| Fev | 111 424 | -3,4 | 12,9 | 145 814 | -4,6 | 11,2 | 257 239 | -4,1 | 11,9 |
| Mar | 108 998 | -2,2 | 12,5 | 143 688 | -1,5 | 10,1 | 252 686 | -1,8 | 11,1 |
| Abr | 108 816 | -0,2 | 12,6 | 142 524 | -0,8 | 7,5 | 251 340 | -0,5 | 9,7 |
| Mai | 108 017 | -0,7 | 11,1 | 141 806 | -0,5 | 5,6 | 249 823 | -0,6 | 7,9 |
| Jun | 109 354 | 1,2 | 11,1 | 141 929 | 0,1 | 4,4 | 251 283 | 0,6 | 7,3 |
| Jul | 110 567 | 1,1 | 10,2 | 142 885 | 0,7 | 3,4 | 253 452 | 0,9 | 6,2 |
| Ago* | 110 979 | 0,4 | 8,8 | 139 489 | -2,4 | 0,0 | 250 467 | -1,2 | 4,2 |
| Set* | 113 913 | 2,6 | 7,9 | 139 451 | 0,0 | -1,5 | 253 364 | 1,2 | 2,5 |
| Out* | 114 861 | 0,8 | 7,8 | 140 829 | 1,0 | -3,1 | 255 690 | 0,9 | 1,5 |
| Nov* | 115 942 | 0,9 | 7,9 | 139 373 | -1,0 | -4,4 | 255 315 | -0,1 | 0,8 |

* Dados preliminares

No mês, o multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, situou-se em 1,36, ante 1,38 no mês anterior.

**Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário[1]**
**Média dos saldos nos dias úteis**

| Período | Comportamento do público | | Comportamento dos bancos | | Multiplicador |
|---|---|---|---|---|---|
| | $C = \frac{PMPP}{M1}$ | $D = \frac{DV}{M1}$ | $R_1 = \frac{CX}{DV}$ | $R_2 = \frac{RB}{DV}$ | $K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$ |
| 2009 Jan | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,29 | 1,47 |
| Fev | 0,42 | 0,58 | 0,18 | 0,27 | 1,46 |
| Mar | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,28 | 1,47 |
| Abr | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,27 | 1,46 |
| Mai | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,28 | 1,47 |
| Jun | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,28 | 1,47 |
| Jul | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,28 | 1,47 |
| Ago | 0,43 | 0,57 | 0,17 | 0,28 | 1,46 |
| Set | 0,43 | 0,57 | 0,18 | 0,29 | 1,42 |
| Out | 0,42 | 0,58 | 0,18 | 0,28 | 1,45 |
| Nov | 0,43 | 0,57 | 0,18 | 0,28 | 1,45 |
| Dez | 0,43 | 0,57 | 0,18 | 0,29 | 1,44 |
| 2010 Jan | 0,43 | 0,57 | 0,18 | 0,30 | 1,42 |
| Fev | 0,43 | 0,57 | 0,19 | 0,30 | 1,42 |
| Mar | 0,43 | 0,57 | 0,17 | 0,30 | 1,43 |
| Abr | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,31 | 1,43 |
| Mai | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,30 | 1,45 |
| Jun | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,30 | 1,45 |
| Jul | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,31 | 1,43 |
| Ago | 0,42 | 0,58 | 0,17 | 0,31 | 1,43 |
| Set | 0,43 | 0,57 | 0,17 | 0,30 | 1,43 |
| Out | 0,42 | 0,58 | 0,18 | 0,31 | 1,42 |
| Nov | 0,42 | 0,58 | 0,18 | 0,31 | 1,42 |
| Dez | 0,43 | 0,57 | 0,18 | 0,31 | 1,42 |
| 2011 Jan | 0,42 | 0,57 | 0,18 | 0,32 | 1,40 |
| Fev | 0,43 | 0,57 | 0,18 | 0,32 | 1,40 |
| Mar | 0,43 | 0,57 | 0,18 | 0,31 | 1,40 |
| Abr | 0,43 | 0,57 | 0,19 | 0,31 | 1,40 |
| Mai | 0,43 | 0,57 | 0,18 | 0,31 | 1,41 |
| Jun | 0,44 | 0,56 | 0,18 | 0,32 | 1,40 |
| Jul | 0,44 | 0,56 | 0,18 | 0,30 | 1,41 |
| Ago | 0,44 | 0,56 | 0,19 | 0,30 | 1,39 |
| Set | 0,45 | 0,55 | 0,20 | 0,30 | 1,37 |
| Out | 0,45 | 0,55 | 0,21 | 0,30 | 1,38 |
| Nov | 0,45 | 0,55 | 0,21 | 0,30 | 1,36 |

1/ Onde
C - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista
R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
CX - Encaixe de moeda corrente
R2 - Taxa de reservas bancárias
RB - Reservas bancárias
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

## IV – Os meios de pagamento amplos

Os meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos para investimentos, depósitos de poupança e títulos privados, expandiram-se 1,2% no mês, totalizando R$1,6 trilhão. Esse resultado refletiu os avanços de 0,7% no saldo dos títulos

privados e de 0,3% nos depósitos de poupança, que atingiram, respectivamente, R$878,6 bilhões e R$414,1 bilhões.

O M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, registrou avanço mensal de 1,2%, somando R$ 2,9 trilhões, favorecido pelo crescimento de 2,5% no saldo das quotas de fundos de renda fixa, que alcançou R$1,3 trilhão. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, apresentou elevação de 1,5% no mês e de 16,3% nos últimos doze meses, totalizando R$3,5 trilhões.

**Meios de pagamento ampliados**
Saldos em final de período

R$ milhões

| Período | M1 | Depósitos | | Títulos privados[1] | M2 | Quotas de fundos de renda fixa[2] | Operações compromissadas com títulos federais[3] | M3 | Títulos Públicos (Selic) | M4 | Variação percentual | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | para investimento | de poupança | | | | | | | | No mês | Em 12 meses |
| 2009 Jan | 198 088 | 2 844 | 272 509 | 582 648 | 1 054 280 | 799 656 | 84 759 | 1 938 695 | 328 168 | 2 233 893 | -0,4 | 17,8 |
| Fev | 194 353 | 2 847 | 274 853 | 588 160 | 1 060 213 | 798 969 | 61 208 | 1 920 390 | 331 078 | 2 251 475 | 0,8 | 17,0 |
| Mar | 192 268 | 2 760 | 275 496 | 587 493 | 1 058 317 | 808 222 | 67 547 | 1 933 786 | 339 006 | 2 272 792 | 0,9 | 16,5 |
| Abr | 194 452 | 3 059 | 276 044 | 588 557 | 1 062 113 | 819 794 | 76 338 | 1 958 244 | 330 382 | 2 288 627 | 0,7 | 15,0 |
| Mai | 195 766 | 2 917 | 279 463 | 596 740 | 1 074 877 | 828 404 | 85 788 | 1 989 066 | 333 459 | 2 322 525 | 1,5 | 14,7 |
| Jun | 202 225 | 2 820 | 283 038 | 607 053 | 1 095 141 | 827 259 | 87 421 | 2 009 821 | 332 437 | 2 342 258 | 0,8 | 14,6 |
| Jul | 188 240 | 2 852 | 291 041 | 606 479 | 1 088 612 | 852 285 | 88 787 | 2 037 065 | 355 581 | 2 393 245 | 2,2 | 14,7 |
| Ago | 202 574 | 3 004 | 295 609 | 603 532 | 1 104 713 | 874 266 | 93 387 | 2 072 365 | 360 081 | 2 432 447 | 1,6 | 14,4 |
| Set | 209 647 | 3 152 | 300 458 | 607 802 | 1 121 189 | 892 872 | 101 548 | 2 115 609 | 366 376 | 2 481 985 | 2,0 | 15,4 |
| Out | 209 710 | 3 470 | 302 983 | 600 004 | 1 116 968 | 909 755 | 104 166 | 2 130 886 | 385 068 | 2 516 550 | 1,4 | 17,5 |
| Nov | 220 455 | 3 350 | 309 224 | 598 971 | 1 132 000 | 917 567 | 111 374 | 2 160 942 | 390 500 | 2 551 442 | 1,4 | 16,9 |
| Dez | 250 234 | 3 784 | 319 632 | 594 374 | 1 167 424 | 930 458 | 108 436 | 2 200 319 | 399 383 | 2 605 702 | 2,1 | 16,2 |
| 2010 Jan | 227 475 | 3 100 | 323 209 | 591 945 | 1 146 429 | 944 503 | 104 053 | 2 194 984 | 401 416 | 2 596 400 | -0,4 | 16,2 |
| Fev | 228 060 | 3 118 | 329 004 | 595 186 | 1 149 968 | 954 616 | 97 360 | 2 202 445 | 417 407 | 2 619 851 | 0,9 | 16,4 |
| Mar | 229 297 | 3 123 | 328 528 | 601 584 | 1 162 540 | 973 094 | 97 973 | 2 233 577 | 427 553 | 2 661 130 | 1,6 | 17,1 |
| Abr | 229 603 | 3 139 | 331 852 | 594 855 | 1 158 509 | 982 273 | 86 422 | 2 227 204 | 428 325 | 2 655 529 | -0,2 | 16,0 |
| Mai | 231 206 | 3 133 | 335 801 | 602 022 | 1 172 262 | 993 111 | 88 470 | 2 253 844 | 439 239 | 2 693 083 | 1,4 | 16,0 |
| Jun | 234 717 | 3 192 | 341 800 | 611 355 | 1 191 153 | 1 010 200 | 82 204 | 2 283 556 | 456 252 | 2 739 809 | 1,7 | 17,0 |
| Jul | 235 836 | 3 319 | 350 692 | 612 467 | 1 202 908 | 1 028 575 | 90 976 | 2 321 859 | 454 502 | 2 776 360 | 1,3 | 16,9 |
| Ago | 242 749 | 2 961 | 354 496 | 620 279 | 1 220 484 | 1 046 861 | 97 102 | 2 370 446 | 467 522 | 2 838 369 | 2,2 | 16,7 |
| Set | 248 742 | 3 199 | 361 242 | 642 444 | 1 255 627 | 1 082 761 | 89 353 | 2 427 742 | 515 299 | 2 943 038 | 3,7 | 18,8 |
| Out | 249 714 | 3 288 | 365 720 | 649 555 | 1 268 276 | 1 111 383 | 87 945 | 2 467 604 | 490 347 | 2 957 951 | 0,5 | 17,5 |
| Nov | 259 165 | 3 326 | 371 210 | 668 575 | 1 300 276 | 1 116 408 | 79 555 | 2 496 326 | 491 636 | 2 987 964 | 1,0 | 17,1 |
| Dez | 281 875 | 3 251 | 379 604 | 697 658 | 1 362 389 | 1 116 779 | 70 571 | 2 549 739 | 490 756 | 3 040 495 | 1,8 | 16,7 |
| 2011 Jan | 257 449 | 3 457 | 382 344 | 705 081 | 1 348 031 | 1 138 659 | 57 708 | 2 554 397 | 490 487 | 3 044 764 | 0,1 | 17,3 |
| Fev | 254 481 | 3 248 | 383 384 | 726 469 | 1 367 539 | 1 162 776 | 77 594 | 2 607 909 | 500 116 | 3 108 018 | 2,1 | 18,6 |
| Mar | 251 849 | 3 374 | 385 733 | 752 083 | 1 393 039 | 1 188 816 | 60 586 | 2 642 344 | 497 833 | 3 141 177 | 1,1 | 18,0 |
| Abr | 248 312 | 2 084 | 386 123 | 765 300 | 1 401 520 | 1 200 868 | 57 372 | 2 660 060 | 506 758 | 3 166 798 | 0,8 | 19,3 |
| Mai | 249 579 | 574 | 387 047 | 789 978 | 1 427 174 | 1 213 139 | 58 139 | 2 698 452 | 513 187 | 3 211 639 | 1,4 | 19,3 |
| Jun | 253 840 | 216 | 389 559 | 816 383 | 1 459 998 | 1 220 080 | 58 626 | 2 732 704 | 513 528 | 3 246 230 | 1,1 | 18,5 |
| Jul | 252 615 | 211 | 398 000 | 823 812 | 1 474 644 | 1 235 123 | 73 632 | 2 783 398 | 497 888 | 3 281 286 | 1,1 | 18,2 |
| Ago* | 248 260 | 251 | 402 719 | 849 477 | 1 500 709 | 1 262 029 | 74 745 | 2 837 482 | 508 266 | 3 345 748 | 2,0 | 17,9 |
| Set* | 254 973 | 237 | 409 317 | 868 611 | 1 531 031 | 1 279 993 | 59 329 | 2 880 353 | 501 808 | 3 382 352 | 1,1 | 14,9 |
| Out* | 252 329 | 18 | 412 716 | 872 595 | 1 537 372 | 1 299 531 | 87 233 | 2 902 036 | 520 162 | 3 422 198 | 1,2 | 15,7 |
| Nov* | 262 807 | 21 | 414 146 | 878 578 | 1 555 553 | 1 329 395 | 52 143 | 2 937 091 | 537 843 | 3 474 934 | 1,5 | 16,3 |

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias
2/ - Exclui fundos em títulos emitidos primariamente por instituição financeira
3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando se reduziu o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.
* Dados preliminares

V - Anexo

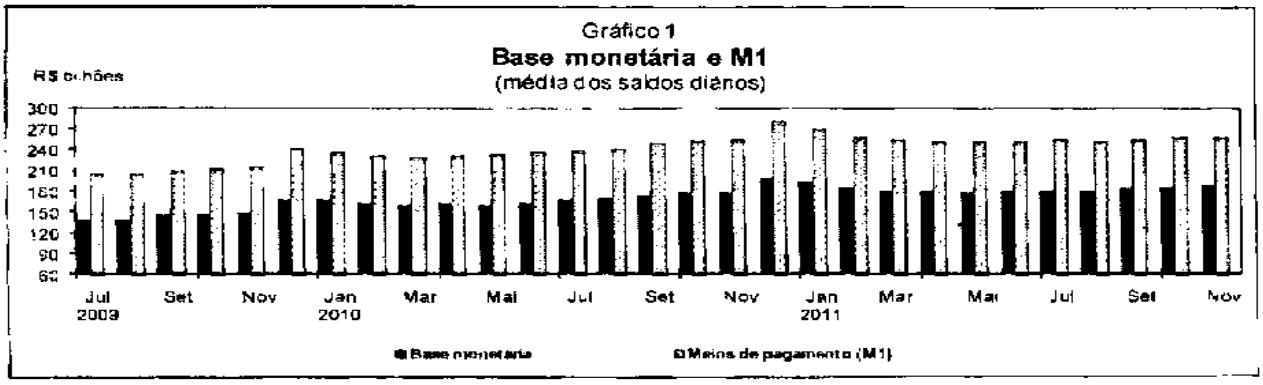


Gráfico 1
Base monetária e M1
(média dos saldos diários)
R$ bilhões
300
270
240
210
150
120
90
Jul 2009
Set
Nov
Jan 2010
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2011
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Base monetária
Meios de pagamento (M1)

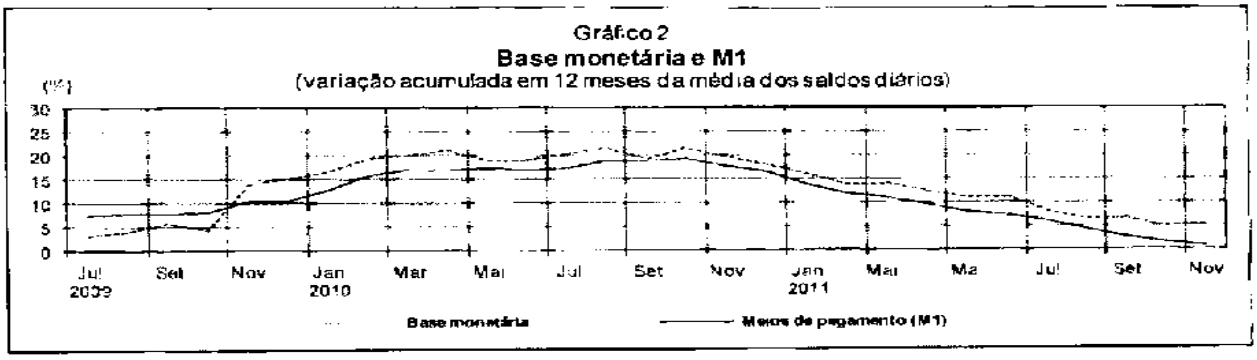


Gráfico 2
Base monetária e M1
(variação acumulada em 12 meses da média dos saldos diários)
(%)
30
25
20
15
10
5
0
Jul 2009
Set
Nov
Jan 2010
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2011
Mai
Ma
Jul
Set
Nov
Base monetária
Meios de pagamento (M1)

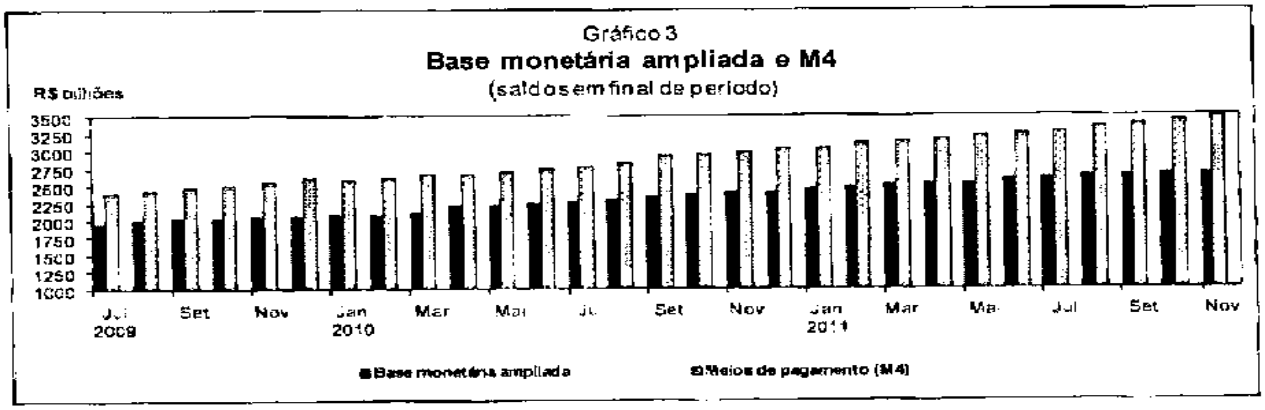


Gráfico 3
Base monetária ampliada e M4
(saldos em final de período)
R$ bilhões
3500
3250
3000
2750
2500
2250
2000
1750
1500
1250
1000
Jul 2009
Set
Nov
Jan 2010
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2011
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Base monetária ampliada
Meios de pagamento (M4)

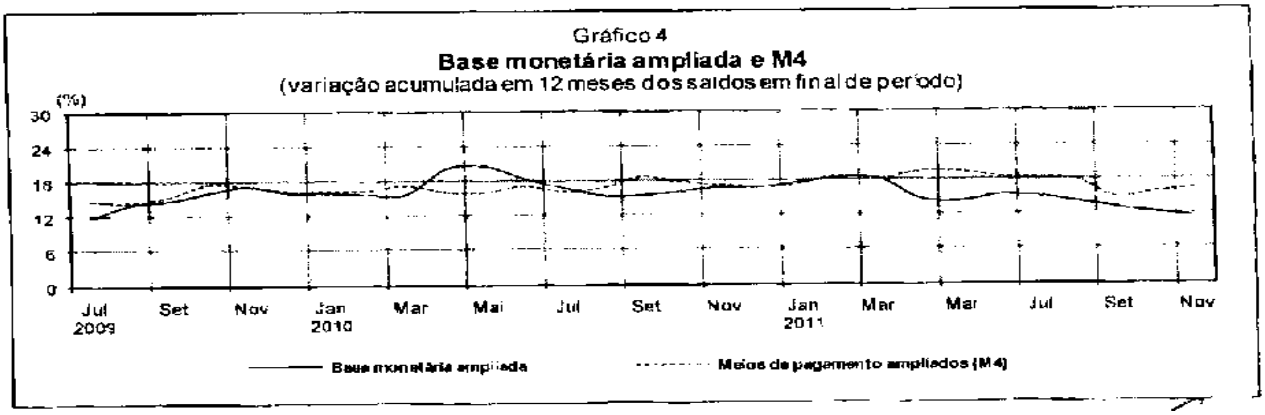


Gráfico 4
Base monetária ampliada e M4
(variação acumulada em 12 meses dos saldos em final de período)
(%)
30
24
18
12
6
0
Jul 2009
Set
Nov
Jan 2010
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2011
Mar
Mar
Jul
Set
Nov
Base monetária ampliada
Meios de pagamento ampliados (M4)

## Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de

exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural;
e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Aviso nº 1, de 2012**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 2, de 2012** (nº 471/2011, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de novembro de 2011, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

**AVISO Nº 2, DE 2012**

Aviso nº 471/GMF

Brasília, 29 de dezembro de 2011

**Assunto:** Artigo 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de novembro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000.

2. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente no seguinte endereço: "www.tesouro.fazendo.gov.br/Irf/". No mapa apresentado, selecionar o "Estado". Consultar" e "Situação das Operações de crédito analisadas pela STN".

Atenciosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001548/2011-81 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Carlos Chagas | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>144 meses | Valor:<br>2.000.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4409 | Data:<br>03/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001619/2011-46 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Morro da Garça | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>72 meses | Valor:<br>720.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco do Brasil S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4412 | Data:<br>03/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001563/2011-29 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de União da Serra | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>72 meses | Valor:<br>660.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a acrescidos da TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco do Brasil S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4416 | Data:<br>03/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001178/2011-81 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>268 meses | Valor:<br>27.072.014,21 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos da atualização das contas do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4449 | Data:<br>04/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

**Data:** 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001174/2011-01 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú | SC | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | | **Prazo:** 268 meses | **Valor:** 5.663.478,50 | **Juros Efetivos:** 6% a.a acrescidos da atualização das contas do FGTS |
| | **Instituição Financeira:** Caixa Econômica Federal | | **Ofício:** Ofício nº 4452 | **Data:** 04/11/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000866/2011-24 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Bebedouro | SP | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | | **Prazo:** 54 meses | **Valor:** 2.452.737,00 | **Juros Efetivos:** 4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Banco do Brasil S/A | | **Ofício:** Ofício nº 4444 | **Data:** 04/11/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001491/2011-10 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Centenário | RS | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | | **Prazo:** 72 meses | **Valor:** 246.000,00 | **Juros Efetivos:** Taxa de juros efetiva de 4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Banco do Brasil S/A | | **Ofício:** Ofício nº 4367 | **Data:** 04/11/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001473/2011-38 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Garruchos | RS | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | | **Prazo:** 54 meses | **Valor:** 1.250.000,00 | **Juros Efetivos:** 4% a.a. acrescidos da TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A | | **Ofício:** Ofício nº 4339 | **Data:** 04/11/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000946/2011-80 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Santana do Paraiso | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>144 meses | Valor:<br>695.065,21 | Juros Efetivos:<br>4 % a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4438 | Data:<br>04/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001336/2011-01 | Interessado:<br>Governo do Estado do Acre | AC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>168 meses | Valor:<br>641.160.000,00 | Juros Efetivos:<br>1,9 %a.a. acrescido de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | | Ofício:<br>Ofício nº 4476 | Data:<br>07/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001210/2011-29 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Birigui | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>258 meses | Valor:<br>12.120.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5079 | Data:<br>07/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 19406.000433/2009-77 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Correia Pinto | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>44 meses | Valor:<br>56.668,70 | Juros Efetivos:<br>1% a.a. acrescidos de INPC |
| | Instituição Financeira:<br>Companhia Catarinense de Água e Saneamento | | Ofício:<br>Ofício nº 4463 | Data:<br>07/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000657/2011-81 | Interessado: Prefeitura Municipal de Correia Pinto | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 48 meses | Valor: 2.000.000,00 | Juros Efetivos: 9% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício: Ofício nº 4474 | Data: 07/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000656/2011-36 | Interessado: Prefeitura Municipal de Correia Pinto | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 48 meses | Valor: 1.222.600,00 | Juros Efetivos: 7,5% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício: Ofício nº 4472 | Data: 07/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000772/2011-55 | Interessado: Prefeitura Municipal de Grão Pará | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 48 meses | Valor: 600.000,00 | Juros Efetivos: 9% a.a. acrescido de TJLP |
| | Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício: Ofício nº 4486 | Data: 07/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 19406.000480/2010-54 | Interessado: Prefeitura Municipal de Mafra | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 54 meses | Valor: 3.000.000,00 | Juros Efetivos: 4% a.a., TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul | | Ofício: Ofício nº 4484 | Data: 07/11/2011 | Posicionamento: Arquivamento | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES |
|---|---|---|
| 17944.001526/2011-11 | Interessado: Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon — UF: PR<br>Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 96 meses — Valor: 2.500.000,00 — Juros Efetivos: 6% a. a. acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4491 — Data: 07/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001102/2011-56 | Interessado: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima — UF: SC<br>Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 36 meses — Valor: 650.000,00 — Juros Efetivos: 7,5% a.a. acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4482 — Data: 07/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.000929/2011-42 | Interessado: Prefeitura Municipal de Sertãozinho — UF: SP<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 120 meses — Valor: 7.300.000,00 — Juros Efetivos: 6,00% a.a acrescidos de atualização igual às contas do FGTS<br>Ofício: Ofício nº 5074 — Data: 07/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001594/2011-80 | Interessado: Prefeitura Municipal de Antônio João — UF: MS<br>Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 54 meses — Valor: 400.000,00 — Juros Efetivos: 4 a. a. acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4494 — Data: 08/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 26/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000986/2011-21 | Interessado: Prefeitura Municipal de Assaí | PR | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 288 meses | Valor: 1.180.856,68 | Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 4505 | Data: 08/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.001780/2011-19 | Interessado: Prefeitura Municipal de Atalanta | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 48 meses | Valor: 700.000,00 | Juros Efetivos: 7,5% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício: Ofício nº 4496 | Data: 08/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.001037/2011-69 | Interessado: Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 48 meses | Valor: 1.500.000,00 | Juros Efetivos: 4,5% a.a acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício: Ofício nº 4504 | Data: 08/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.001592/2011-91 | Interessado: Prefeitura Municipal de Guapiaçu | SP | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 72 meses | Valor: 500.000,00 | Juros Efetivos: 4% a.a. acrescido de TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A | | Ofício: Ofício nº 4514 | Data: 08/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000886/2011-03 | Interessado: Prefeitura Municipal de Baldim | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 72 meses | Valor: 246.000,00 | Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos da TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício: Ofício nº 4533 | Data: 09/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.001264/2011-94 | Interessado: Prefeitura Municipal de Canela | RS | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 250 meses | Valor: 7.250.000,00 | Juros Efetivos: 6%a.a acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 4520 | Data: 09/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.000749/2011-61 | Interessado: Prefeitura Municipal de Rio das Antas | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 54 meses | Valor: 1.250.000,00 | Juros Efetivos: 4% a.a acrescido de TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul | | Ofício: Ofício nº 4535 | Data: 09/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.001568/2011-51 | Interessado: Prefeitura Municipal de Rio do Campo | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 48 meses | Valor: 540.000,00 | Juros Efetivos: 7,5% a.a. acrescido de TJLP |
| | Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício: Ofício nº 4519 | Data: 09/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES |
|---|---|---|
| 17944.001583/2011-08 | Interessado: Prefeitura Municipal de Rio do Campo — UF: SC<br>Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 48 meses — Valor: 315.000,00 — Juros Efetivos: 9% a.a. acrescido de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4527 — Data: 09/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001017/2011-98 | Interessado: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo — UF: SP<br>Instituição Financeira: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 96 meses — Valor: 23.117.920,00 — Juros Efetivos: 1,9% a.a acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4545 — Data: 09/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001229/2011-75 | Interessado: Prefeitura Municipal de Açailândia — UF: MA<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 260 meses — Valor: 19.790.113,26 — Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de atualização igual às contas do FGTS<br>Ofício: Ofício nº 4572 — Data: 10/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001276/2011-19 | Interessado: Prefeitura Municipal de Iguatemi — UF: MS<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 248 meses — Valor: 1.330.000,00 — Juros Efetivos: 6% a. a. acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS)<br>Ofício: Ofício nº 4552 — Data: 10/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES |
|---|---|---|---|
| 17944.000932/2011-66 | Interessado: Prefeitura Municipal de Jesuânia | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna; Prazo: 144 meses; Valor: 700.000,00; Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício: Ofício nº 4582; Data: 10/11/2011; Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001795/2011-87 | Interessado: Prefeitura Municipal de Lebon Régis | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna; Prazo: 60 meses; Valor: 96.552,66; Juros Efetivos: pré-definidos na prestação |
| | Instituição Financeira: Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A | | Ofício: Ofício nº 4576; Data: 10/11/2011; Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001127/2011-50 | Interessado: Prefeitura Municipal de Navegantes | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna; Prazo: 258 meses; Valor: 5.000.000,00; Juros Efetivos: 6,00% a.a acrescido de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 4580; Data: 10/11/2011; Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001196/2011-63 | Interessado: Prefeitura Municipal de Nova Esperança | PR | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna; Prazo: 246 meses; Valor: 2.645.563,50; Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 4561; Data: 10/11/2011; Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

**Data:** 26/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001003/2011-74 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Nova Londrina | PR | Operação Contratual Interna | | 264 meses | 4.197.586,04 | 6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 4557 | 10/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | | |
| 17944.001370/2011-78 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Palhoça | SC | Operação Contratual Interna | | 257 meses | 3.350.000,00 | 6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 4547 | 10/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | | |
| 17944.001602/2011-98 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Três Barras | SC | Operação Contratual Interna | | 48 meses | 1.300.000,00 | 7,5% a.a acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício nº 4566 | 10/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | | |
| 17944.001565/2010-37 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Belo Vale | MG | Operação Contratual Interna | | 54 meses | 627.000,00 | 4% a.a.mais TJLP |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Banco do Brasil S/A | | Ofício nº 4590 | 11/11/2011 | Arquivamento | | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001559/2011-61 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Paula Freitas | PR | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>60 meses | Valor:<br>560.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Paraná S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4453 | Data:<br>11/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001672/2011-46 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Piçarras | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>222 meses | Valor:<br>900.000,00 | Juros Efetivos:<br>1,07% a.a acrescidos de variação cambial baseada no dólar norte-americano |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4595 | Data:<br>11/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001314/2011-33 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>277 meses | Valor:<br>37.624.057,62 | Juros Efetivos:<br>5,1161 a.a. acrescidos de índice de correção do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5195 | Data:<br>14/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000995/2011-12 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Antonina | PR | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>253 meses | Valor:<br>2.907.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescido da TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4608 | Data:<br>16/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001189/2011-61 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Arroio Grande | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>248 meses | Valor:<br>2.640.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4619 | Data:<br>16/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001120/2011-38 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Dois Irmãos | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>254 meses | Valor:<br>2.077.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos da taxa de atualização das contas do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4617 | Data:<br>16/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001611/2011-89 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Estrela do Sul | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>54 meses | Valor:<br>900.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidas de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4623 | Data:<br>16/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001614/2011-12 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Mercês | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>54 meses | Valor:<br>778.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. atualização TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4605 | Data:<br>16/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001555/2010-00 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Ourinhos | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>54 meses | Valor:<br>3.000.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Estado de São Paulo | | Ofício:<br>Ofício nº 4610 | Data:<br>16/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000578/2010-99 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Ourinhos | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>60 meses | Valor:<br>1.400.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de IPC-FIPE |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Estado de São Paulo | | Ofício:<br>Ofício nº 4615 | Data:<br>16/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001295/2011-45 | Interessado:<br>Governo do Estado de Pernambuco | PE | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>263 meses | Valor:<br>347.000.000,00 | Juros Efetivos:<br>6,0% a.a. acrescidos da TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4626 | Data:<br>17/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001303/2011-53 | Interessado:<br>Governo do Estado de Pernambuco | PE | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>262 meses | Valor:<br>192.411.352,60 | Juros Efetivos:<br>6,0% a.a. acrescidos da TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4628 | Data:<br>17/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001319/2011-66 | Interessado: Governo do Estado de Pernambuco | PE | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 261 meses | Valor: 83.450.000,00 | Juros Efetivos: 5,0% a.a. acrescidos da TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 4630 | Data: 17/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001593/2011-35 | Interessado: Prefeitura Municipal de Cafelândia | SP | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 72 meses | Valor: 500.000,00 | Juros Efetivos: 4% a.a acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A | | Ofício: Ofício nº 4640 | Data: 17/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condiçõee | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001607/2011-11 | Interessado: Prefeitura Municipal de Capim Branco | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 144 meses | Valor: 700.000,00 | Juros Efetivos: 4% + TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício: Ofício nº 4634 | Data: 17/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001194/2011-74 | Interessado: Prefeitura Municipal de Joinville | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 288 meses | Valor: 51.464.594,50 | Juros Efetivos: 6% a.a. acrescido índice de atualização do FGTS (atualmente,TR) |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 4637 | Data: 17/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES |
|---|---|---|
| 17944.001420/2011-17 | Interessado: Prefeitura Municipal de Lebon Régis — UF: SC<br>Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 48 meses — Valor: 800.000,00 — Juros Efetivos: 4,5% a. a. acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4636 — Data: 17/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001691/2011-72 | Interessado: Prefeitura Municipal de Lebon Régis — UF: SC<br>Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 48 meses — Valor: 500.000,00 — Juros Efetivos: Taxa de juros 3,75% ao ano<br>Ofício: Ofício nº 4645 — Data: 17/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001203/2011-27 | Interessado: Prefeitura Municipal de Artur Nogueira — UF: SP<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 253 meses — Valor: 11.685.000,00 — Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos de TR<br>Ofício: Ofício nº 4692 — Data: 18/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001099/2011-71 | Interessado: Prefeitura Municipal de Italópolis — UF: SC<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 264 meses — Valor: 2.366.676,62 — Juros Efetivos: 6,00% a.a acrescido de TR<br>Ofício: Ofício nº 4664 — Data: 18/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES |
|---|---|---|
| 17944.000485/2011-45 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Maravilha — **UF:** SC<br>**Instituição Financeira:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna — **Prazo:** 48 meses — **Valor:** 1.400.000,00 — **Juros Efetivos:** 9% a. a. acrescidos de TJLP<br>**Ofício:** Ofício nº 4676 — **Data:** 18/11/2011 — **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.000491/2011-01 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Maravilha — **UF:** SC<br>**Instituição Financeira:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna — **Prazo:** 48 meses — **Valor:** 1.320.000,00 — **Juros Efetivos:** 7,6% a. a acrescidos de TJLP<br>**Ofício:** Ofício nº 4679 — **Data:** 18/11/2011 — **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001281/2011-21 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo — **UF:** RS<br>**Instituição Financeira:** Caixa Econômica Federal | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna — **Prazo:** 254 meses — **Valor:** 8.836.852,50 — **Juros Efetivos:** 6% a. a. acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS)<br>**Ofício:** Ofício nº 4671 — **Data:** 18/11/2011 — **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001375/2011-09 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Olindina — **UF:** BA<br>**Instituição Financeira:** Caixa Econômica Federal | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna — **Prazo:** 253 meses — **Valor:** 4.046.188,85 — **Juros Efetivos:** 6% a. a. acrescidos de TR<br>**Ofício:** Ofício nº 4668 — **Data:** 18/11/2011 — **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES |
|---|---|---|
| 17944.001801/2011-04 | Interessado: Prefeitura Municipal de Rio Grande — UF: RS<br>Instituição Financeira: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 180 meses — Valor: 3.459.500,13 — Juros Efetivos: 1% a.m. mais IGPM<br>Ofício: Ofício nº 4700 — Data: 21/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001269/2011-17 | Interessado: Prefeitura Municipal de Santo Ângelo — UF: RS<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 247 meses — Valor: 1.150.000,00 — Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos da TR - taxa de atualização das contas do FGTS<br>Ofício: Ofício nº 4717 — Data: 21/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001617/2011-56 | Interessado: Prefeitura Municipal de Xaxim — UF: SC<br>Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 48 meses — Valor: 1.500.000,00 — Juros Efetivos: 9% ao ano acrescidos da TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4706 — Data: 21/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001245/2011-68 | Interessado: Prefeitura Municipal de Feliz — UF: RS<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 250 meses — Valor: 2.050.120,02 — Juros Efetivos: 6% a. a. acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4751 — Data: 22/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

**Data:** 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001288/2011-43 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Horizonte | CE | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>254 meses | Valor:<br>7.350.241,27 | Juros Efetivos:<br>6% a. a. acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4749 | Data:<br>22/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000947/2011-24 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Patos de Minas | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>180 meses | Valor:<br>5.000.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4734 | Data:<br>22/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001818/2011-53 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Pedras Grandes | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>48 meses | Valor:<br>190.000,00 | Juros Efetivos:<br>7,5% a.a. acrescido TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4737 | Data:<br>22/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001817/2011-17 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Pedras Grandes | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>48 meses | Valor:<br>710.000,00 | Juros Efetivos:<br>9% a.a. acrescido de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4739 | Data:<br>22/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES |
|---|---|---|
| 17944.000925/2011-64 | Interessado: Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória — UF: MG<br>Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 180 meses — Valor: 1.300.000,00 — Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos da TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4730 — Data: 22/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.000391/2011-76 | Interessado: Prefeitura Municipal de Torres — UF: RS<br>Instituição Financeira: Caixa Estadual S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 60 meses — Valor: 1.700.000,00 — Juros Efetivos: 10,75% a.a.acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4724 — Data: 22/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001616/2011-10 | Interessado: Prefeitura Municipal de Varjem Bonita — UF: MG<br>Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 72 meses — Valor: 650.000,00 — Juros Efetivos: 4% a.a acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4732 — Data: 22/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001861/2011-19 | Interessado: Prefeitura Municipal de Agrolândia — UF: SC<br>Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 48 meses — Valor: 1.900.000,00 — Juros Efetivos: 9% a.a. acrescidos TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4773 — Data: 23/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000774/2011-44 | Interessado: | | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Francisco Sá | MG | Operação Contratual Interna | 39 meses | 487.686,44 | 1% a.m. acrescidos de IGPM |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Companhia Energética de Minas Gerais S/A | | Ofício nº 4779 | 23/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.000788/2011-68 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Itu | SP | Operação Contratual Interna | 258 meses | 10.830.241,20 | 6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 4794 | 23/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.000552/2011-21 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Joaquim Távora | PR | Operação Contratual Interna | 264 meses | 1.130.000,00 | 6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 4760 | 23/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.001545/2011-47 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Mandaguari | PR | Operação Contratual Interna | 96 meses | 1.500.000,00 | 6% a.a + TJLP |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Agência de Fomento do Paraná S/A | | Ofício nº 4768 | 23/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000499/2011-69 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Monte Alto | SP | Operação Contratual Interna | | 24 meses | 161.394,00 | |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Cooperativa de Trabalho Médico | | Ofício nº 4768 | 23/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001674/2011-35 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Porto Murtinho | MS | Operação Contratual Interna | | 68 meses | 855.882,32 | 1% a. m. |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Empresa Energética do Mato Grosso do Sul | | Ofício nº 4771 | 23/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001240/2011-35 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Rio Grande | RS | Operação Contratual Interna | | 248 meses | 4.430.000,00 | 6% a.a acrescidos da TR |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 4789 | 23/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001567/2011-15 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná | PR | Operação Contratual Interna | | 96 meses | 2.100.000,00 | 6% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Agência de Fomento do Paraná S/A | | Ofício nº 4765 | 23/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001223/2011-06 | Interessado: Prefeitura Municipal de Uberlândia | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 254 meses | Valor: 25.355.929,46 | Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 4756 | Data: 23/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 19406.000494/2010-78 | Interessado: Prefeitura Municipal de Videira | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 288 meses | Valor: 6.504.632,68 | Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR. |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 4792 | Data: 23/11/2011 | Posicionamento: Arquivamento | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.000971/2011-63 | Interessado: Prefeitura Municipal de Lapa | PR | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 247 meses | Valor: 2.710.000,00 | Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 4808 | Data: 24/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.001384/2011-91 | Interessado: Prefeitura Municipal de Martinho Campos | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 251 meses | Valor: 1.045.000,00 | Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 4817 | Data: 24/11/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001267/2011-28 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Porto Murtinho | MS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>246 meses | Valor:<br>3.770.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos da taxa de atualização das contas do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4801 | Data:<br>24/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000697/2009-61 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Quatá | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>54 meses | Valor:<br>700.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco do Brasil S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4803 | Data:<br>24/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001343/2011-03 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista | BA | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>272 meses | Valor:<br>17.930.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4815 | Data:<br>24/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001332/2011-15 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista | BA | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>266 meses | Valor:<br>3.391.740,44 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4827 | Data:<br>24/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001330/2011-26 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista | BA | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>266 meses | Valor:<br>5.024.094,94 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4824 | Data:<br>24/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001361/2011-87 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Aracaju | SE | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>252 meses | Valor:<br>11.310.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4843 | Data:<br>25/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001382/2011-01 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Divinópolis | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>267 meses | Valor:<br>20.500.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos da TR - atualização das contas do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4839 | Data:<br>25/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000667/2011-16 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>54 meses | Valor:<br>820.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4860 | Data:<br>28/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001177/2011-37 | Interessado: | | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Campos Novos | SC | Operação Contratual Interna | 129 meses | 3.800.000,00 | 6 % a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 4858 | 28/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001854/2011-17 | Interessado: | | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Içara | SC | Operação Contratual Interna | 48 meses | 480.278,40 | 0,00 |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Pessoa Jurídica | | Ofício nº 4870 | 28/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001569/2011-04 | Interessado: | | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Itá | SC | Operação Contratual Interna | 48 meses | 3.000.000,00 | 9% a.a acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício nº 4853 | 28/11/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001575/2011-53 | Interessado: | | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Josenópolis | MG | Operação Contratual Interna | 54 meses | 550.000,00 | 4% a.a. TJLP |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício nº 4858 | 28/11/2011 | | |

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES |
|---|---|---|
| 17944.000576/2010-08 | Interessado: Prefeitura Municipal de Tatuí — UF: SP<br>Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de São Paulo | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 60 meses — Valor: 1.400.000,00 — Juros Efetivos: 8% a.a., acrescidos de IPC-FIPE<br>Ofício: Ofício nº 4851 — Data: 28/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** |
| 17944.000737/2011-36 | Interessado: Prefeitura Municipal de Tatuí — UF: SP<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 253 meses — Valor: 6.000.000,00 — Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR<br>Ofício: Ofício nº 4856 — Data: 28/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** |
| 17944.000887/2011-40 | Interessado: Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul — UF: SP<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 254 meses — Valor: 1.240.000,00 — Juros Efetivos: 6 % a.a. acrescidos de TR<br>Ofício: Ofício nº 4865 — Data: 28/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** |
| 17944.001851/2011-83 | Interessado: Prefeitura Municipal de Belo Vale — UF: MG<br>Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 54 meses — Valor: 627.000,00 — Juros Efetivos: 4% a.a acréscidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4874 — Data: 29/11/2011 — Posicionamento: |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES |
|---|---|---|
| 17944.001186/2011-28 | Interessado: Prefeitura Municipal de Campos Novos — UF: SC<br>Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 48 meses — Valor: 5.000.000,00 — Juros Efetivos: 9% a.a. acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 4898 — Data: 29/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001312/2011-44 | Interessado: Prefeitura Municipal de Capivari — UF: SP<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 246 meses — Valor: 2.090.000,00 — Juros Efetivos: 6% a.a., acrescidos de TR<br>Ofício: Ofício nº 4893 — Data: 29/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001278/2011-16 | Interessado: Prefeitura Municipal de Caucaia — UF: CE<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 254 meses — Valor: 49.400.000,00 — Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR<br>Ofício: Ofício nº 4891 — Data: 29/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001365/2011-65 | Interessado: Prefeitura Municipal de Içara — UF: SC<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 271 meses — Valor: 20.900.000,00 — Juros Efetivos: 6% a. a., acrescidos da TR<br>Ofício: Ofício nº 4884 — Data: 29/11/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000944/2011-91 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Itapagipe | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>144 meses | Valor:<br>980.425,00 | Juros Efetivos:<br>4 % a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4881 | Data:<br>29/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 19406.000493/2010-23 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Rio do Sul | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>221 meses | Valor:<br>2.450.000,00 | Juros Efetivos:<br>1,07% a.a. acrescidos da variação cambial |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4887 | Data:<br>29/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001135/2011-04 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Ampére | PR | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>252 meses | Valor:<br>2.830.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4921 | Data:<br>30/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 19406.000340/2010-86 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Balneário Pinhal | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>72 meses | Valor:<br>321.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a., acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4956 | Data:<br>30/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001279/2011-52 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Balneário Pinhal | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>246 meses | Valor:<br>1.113.382,09 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescido de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4945 | Data:<br>30/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001046/2011-13 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Capivari | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>72 meses | Valor:<br>3.800.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a.acrescidos de IPC-FIPE |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Estado de São Paulo | | Ofício:<br>Ofício nº 4983 | Data:<br>30/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000630/2011-98 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Florianópolis | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>54 meses | Valor:<br>3.000.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4927 | Data:<br>30/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000460/2011-41 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Florianópolis | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>85 meses | Valor:<br>6.315.083,61 | Juros Efetivos:<br>0,4868% a.m. acrescido de INPC |
| | Instituição Financeira:<br>Pessoa Jurídica | | Ofício:<br>Ofício nº 4917 | Data:<br>30/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

**Data:** 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001023/2011-45 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Florianópolis | SC | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 96 meses | **Valor:** 9.717.130,00 | **Juros Efetivos:** 1,9% a.a acrescidos de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | | **Ofício:** Ofício nº 4941 | **Data:** 30/11/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001346/2011-39 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Macaé | RJ | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 288 meses | **Valor:** 48.286.602,68 | **Juros Efetivos:** 5% a.a. acrescidos de TR |
| | **Instituição Financeira:** Caixa Econômica Federal | | **Ofício:** Ofício nº 4972 | **Data:** 30/11/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000418/2011-21 | **Interessado:** Prefeiture Municipal de Nova Itaberaba | SC | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 72 meses | **Valor:** 123.000,00 | **Juros Efetivos:** 4% a.a acrescidos de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Banco do Brasil S/A | | **Ofício:** Ofício nº 4932 | **Data:** 30/11/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000996/2011-67 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Palmeira | PR | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 247 meses | **Valor:** 7.274.150,00 | **Juros Efetivos:** 6,0% a.a. acrescidos de TR |
| | **Instituição Financeira:** Caixa Econômica Federal | | **Ofício:** Ofício nº 4978 | **Data:** 30/11/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000919/2011-15 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Pratápolis | UF:<br>MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | | Prazo:<br>144 meses | Valor:<br>900.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. + TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4931 | Data:<br>30/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001565/2011-18 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Rio Negro | UF:<br>PR | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | | Prazo:<br>96 meses | Valor:<br>1.800.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos da TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Paraná S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4935 | Data:<br>30/11/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |



**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 28/12/2011

## RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/11/2011 a 30/11/2011

| TIPO DE ENTE | INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA | NÚMERO DE OPERAÇÕES | VALOR (R$) |
|---|---|---|---|
| Município | Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | 19 | 25.147.600,00 |
| Município | Agência de Fomento do Estado de São Paulo | 5 | 10.400.000,00 |
| Município | Agência de Fomento do Paraná S/A | 5 | 8.460.000,00 |
| Município | Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | 12 | 14.849.490,21 |
| Município | Banco do Brasil S/A | 11 | 7.178.737,00 |
| Município | Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A | 1 | 1.250.000,00 |
| Município | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | 2 | 32.835.050,00 |
| Município | Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul | 2 | 4.250.000,00 |
| Município | Caixa Econômica Federal | 53 | 498.103.117,06 |
| Município | Caixa Estadual S/A | 1 | 1.700.000,00 |
| Município | Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A | 1 | 96.552,66 |
| Município | Companhia Catarinense de Água e Saneamento | 1 | 56.669,70 |
| Município | Companhia Energética de Minas Gerais S/A | 1 | 487.886,44 |
| Município | Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica | 1 | 3.459.500,13 |
| Município | Cooperativa de Trabalho Médico | 1 | 161.394,00 |
| Município | Emprese Energética do Mato Grosso do Sul | 1 | 655.882,32 |
| Município | Pessoa Jurídica | 2 | 8.795.362,01 |
| | **Totais das Operações dos Municípios:** | **119** | **617.887.241,53** |
| Estado | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | 1 | 641.160.000,00 |
| Estado | Caixa Econômica Federal | 4 | 665.258.352,60 |
| | **Totais das Operações dos Estados:** | **5** | **1.306.418.352,60** |
| | **Totais das Operações:** | **124** | **1.924.305.594,13** |

# *Dívida Consolidada Líquida dos Estados*

Atualizado: 27/12/2011

R$ mil

| UF | Dívida Consolidada Líquida - DCL | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/00 | 31/12/01 | 31/12/02 | 31/12/03 | 31/12/04 | 31/12/05 | 31/12/06 | 31/12/07 | 31/12/08 | 31/12/09 | 31/12/10 | 30/4/11 | 30/8/11 |
| AC | 705.834 | 653.786 | 703.747 | 694.081 | 718.119 | 655.896 | 844.825 | 793.953 | 632.092 | 896.478 | 1.423.022 | 1.153.204 | 1.159.735 |
| AL | 3.670.510 | 2.451.353 | 3.491.788 | 4.482.250 | 5.072.920 | 5.487.783 | 5.927.277 | 6.218.123 | 6.955.422 | 6.509.556 | 6.798.649 | 6.613.624 | 6.584.805 |
| AM | 1.925.679 | 1.568.313 | 1.850.103 | 1.695.945 | 1.691.725 | 1.602.703 | 1.556.436 | 1.011.766 | 819.600 | 1.459.103 | 2.006.958 | 1.453.311 | 1.424.022 |
| AP | 31.016 | 35.232 | 226.777 | 360.458 | 273.970 | 151.826 | 172.481 | 184.009 | 97.330 | 246.308 | 449.436 | 107.219 | 105.304 |
| BA | 8.362.057 | 9.758.867 | 12.156.457 | 12.246.048 | 12.878.412 | 12.048.374 | 11.616.488 | 10.370.837 | 10.238.352 | 9.234.647 | 9.057.007 | 7.881.740 | 7.639.453 |
| CE | 2.711.864 | 3.402.000 | 4.543.190 | 4.448.874 | 4.276.527 | 3.876.734 | 3.641.566 | 2.512.029 | 1.857.038 | 1.446.623 | 2.680.112 | 1.379.320 | 1.326.436 |
| DF | 1.153.478 | 1.200.158 | 1.587.309 | 1.599.518 | 1.467.462 | 2.128.696 | 2.278.953 | 1.551.449 | 1.543.196 | 1.777.578 | 2.081.761 | 1.484.298 | 1.084.769 |
| ES | 2.129.037 | 2.123.028 | 2.963.875 | 3.385.641 | 3.011.009 | 2.247.686 | 1.873.059 | 1.210.426 | 800.397 | 636.022 | 1.415.501 | 932.909 | 625.798 |
| GO | 8.369.621 | 9.029.903 | 10.611.539 | 10.948.751 | 11.744.077 | 11.386.819 | 11.334.808 | 12.231.562 | 12.553.278 | 11.697.404 | 13.680.116 | 13.259.839 | 13.052.110 |
| MA | 4.524.286 | 4.452.337 | 5.784.811 | 5.448.982 | 5.141.515 | 4.908.145 | 5.054.291 | 4.479.838 | 4.316.480 | 4.073.167 | 4.339.646 | 3.544.650 | 3.306.980 |
| MG | 13.514.394 | 26.757.537 | 32.941.741 | 34.735.247 | 37.464.487 | 39.706.846 | 41.767.078 | 44.692.747 | 51.560.659 | 52.264.415 | 60.499.483 | 60.200.681 | 62.120.939 |
| MS | 4.133.669 | 4.507.029 | 5.450.997 | 5.662.201 | 6.001.254 | 6.117.359 | 6.207.989 | 5.829.442 | 5.567.198 | 5.602.766 | 6.213.168 | 6.529.483 | 6.499.343 |
| MT | 4.379.490 | 4.107.381 | 3.995.655 | 5.506.364 | 5.037.846 | 4.781.493 | 4.959.587 | 4.593.566 | 4.324.155 | 3.497.758 | 3.928.181 | 3.130.550 | 3.002.689 |
| PA | 1.314.362 | 1.713.754 | 2.138.123 | 2.127.048 | 2.458.420 | 2.229.659 | 2.436.549 | 2.164.718 | 2.144.103 | 1.907.584 | 2.609.966 | 1.811.001 | 1.399.678 |
| PB | 2.438.937 | 1.977.968 | 2.769.785 | 2.618.406 | 2.513.817 | 2.584.626 | 2.463.929 | 2.201.350 | 2.115.180 | 1.585.380 | 1.809.843 | 1.181.311 | 989.503 |
| PE | 2.951.347 | 4.253.625 | 5.495.023 | 5.429.048 | 5.495.263 | 5.230.444 | 4.920.433 | 4.404.193 | 4.249.424 | 4.539.332 | 4.760.385 | 3.877.805 | 3.817.859 |
| PI | 2.002.176 | 2.241.789 | 2.902.589 | 2.561.526 | 2.751.157 | 2.580.295 | 2.262.084 | 2.380.281 | 2.308.190 | 2.434.575 | 2.443.126 | 2.270.496 | 2.219.921 |
| PR | 7.353.797 | 8.395.766 | 9.209.301 | 8.733.690 | 9.951.077 | 13.490.215 | 14.346.486 | 14.506.000 | 17.192.100 | 16.937.485 | 15.130.153 | 14.514.480 | 13.608.099 |
| RJ | 23.870.049 | 25.840.552 | 35.449.514 | 38.571.989 | 42.929.196 | 43.901.530 | 45.072.844 | 46.575.258 | 51.041.607 | 47.204.513 | 53.952.732 | 52.204.589 | 52.359.790 |
| RN | 1.148.656 | 954.036 | 1.293.902 | 1.157.033 | 992.857 | 1.001.351 | 970.171 | 870.373 | 879.003 | 841.601 | 1.104.556 | 10.696 | 612.752 |
| RO | 1.002.894 | 1.076.043 | 1.745.381 | 1.781.627 | 1.807.978 | 1.774.749 | 1.640.206 | 1.666.582 | 1.642.838 | 1.716.595 | 2.010.026 | 1.912.239 | 1.957.720 |
| RR | 169.000 | 171.309 | 257.377 | 289.172 | 32.909 | 159.669 | 123.991 | -164.810 | -304.269 | 506.160 | 73.668 | -674.336 | -558.037 |
| RS | 17.740.010 | 18.535.183 | 23.496.895 | 27.606.812 | 30.353.246 | 31.835.491 | 33.743.927 | 35.514.404 | 39.058.534 | 38.170.677 | 43.437.027 | 44.071.366 | 44.476.609 |
| SC | 6.618.289 | 5.680.842 | 8.511.284 | 8.555.064 | 9.324.484 | 8.019.912 | 8.030.930 | 7.677.817 | 8.085.824 | 6.312.345 | 7.464.223 | 6.505.150 | 5.883.725 |
| SE | 1.064.373 | 1.086.809 | 1.215.477 | 1.216.566 | 1.322.030 | 1.149.727 | 1.636.893 | 1.312.718 | 829.760 | 1.048.669 | 1.541.388 | 1.768.183 | 1.853.281 |
| SP | 62.347.593 | 70.308.906 | 90.210.046 | 97.876.864 | 110.330.939 | 111.916.498 | 118.355.919 | 120.461.936 | 133.920.658 | 130.298.983 | 152.727.942 | 150.510.608 | 151.587.574 |
| TO | 323.219 | 291.442 | 515.266 | 403.239 | 607.264 | 312.979 | 308.144 | 235.459 | 340.850 | 374.955 | 634.993 | 189.261 | 367.619 |
| Total | 184.556.637 | 212.584.938 | 271.275.952 | 290.079.444 | 315.639.960 | 321.287.505 | 333.546.345 | 335.486.027 | 364.848.999 | 353.270.448 | 404.273.068 | 387.823.716 | 388.407.375 |

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN n.º 109/02.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/8/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 27/12/2011 no SISTN.

# *Dívida Consolidada Líquida dos Estados*

Atualizado: 27/12/2011

R$ mil

| UF | Receita Corrente Líquida - RCL | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/00 | 31/12/01 | 31/12/02 | 31/12/03 | 31/12/04 | 31/12/05 | 31/12/06 | 31/12/07 | 31/12/08 | 31/12/09 | 31/12/10 | 30/4/11 | 30/8/11 |
| AC | 677.082 | 784.799 | 970.673 | 1.023.480 | 1.156.660 | 1.466.890 | 1.635.875 | 1.933.479 | 2.233.257 | 2.153.090 | 2.648.933 | 2.796.676 | 2.900.723 |
| AL | 1.195.875 | 1.375.355 | 1.477.875 | 1.619.021 | 1.918.255 | 2.442.959 | 2.674.902 | 3.105.363 | 3.528.416 | 3.597.965 | 4.205.565 | 4.473.144 | 4.500.852 |
| AM | 1.925.171 | 2.288.832 | 2.767.751 | 3.054.642 | 3.751.410 | 4.294.390 | 4.670.314 | 5.331.931 | 6.395.995 | 6.161.491 | 7.407.732 | 7.696.511 | 7.918.383 |
| AP | 678.300 | 701.103 | 810.519 | 940.819 | 1.210.060 | 1.444.006 | 1.594.277 | 1.917.132 | 2.404.878 | 2.237.967 | 2.493.365 | 2.589.762 | 2.731.078 |
| BA | 5.105.240 | 5.715.509 | 6.693.304 | 7.506.520 | 9.075.419 | 10.329.111 | 11.360.178 | 12.581.607 | 14.237.786 | 14.671.427 | 17.373.551 | 17.852.940 | 18.527.850 |
| CE | 3.103.121 | 3.628.078 | 3.866.405 | 4.209.618 | 4.636.442 | 5.304.380 | 6.032.606 | 6.560.099 | 7.886.593 | 8.400.940 | 9.664.273 | 10.193.483 | 10.651.373 |
| DF | 3.209.332 | 3.419.965 | 3.987.827 | 4.467.483 | 5.309.061 | 6.149.618 | 6.969.807 | 8.121.686 | 9.626.476 | 10.354.999 | 11.485.148 | 11.756.723 | 12.328.889 |
| ES | 2.176.256 | 2.565.412 | 2.560.765 | 3.331.517 | 4.122.214 | 5.143.638 | 5.552.712 | 6.367.980 | 7.735.570 | 7.486.192 | 8.239.168 | 8.665.794 | 9.343.793 |
| GO | 2.671.633 | 3.208.572 | 3.829.074 | 4.553.742 | 5.304.978 | 6.133.147 | 6.230.992 | 7.618.520 | 8.944.459 | 9.105.648 | 10.530.493 | 11.196.674 | 11.542.121 |
| MA | 1.794.116 | 2.121.935 | 2.121.935 | 2.454.001 | 2.950.836 | 3.700.427 | 4.389.950 | 4.900.239 | 5.836.926 | 5.971.500 | 6.818.192 | 7.389.601 | 7.831.887 |
| MG | 9.629.796 | 11.412.858 | 12.542.039 | 14.305.976 | 16.695.979 | 19.550.334 | 22.083.399 | 23.803.678 | 29.242.489 | 29.118.470 | 33.179.152 | 34.773.289 | 35.223.077 |
| MS | 1.335.384 | 1.531.786 | 1.756.433 | 2.123.550 | 2.579.044 | 3.041.883 | 3.427.592 | 3.930.957 | 4.829.848 | 4.886.919 | 5.189.065 | 5.438.549 | 5.704.470 |
| MT | 1.748.543 | 2.085.871 | 2.512.858 | 3.136.452 | 3.872.936 | 4.296.180 | 4.516.921 | 4.882.482 | 6.181.777 | 6.467.671 | 7.099.677 | 7.291.678 | 7.572.356 |
| PA | 2.313.543 | 2.706.265 | 3.204.737 | 3.503.004 | 4.068.167 | 4.847.313 | 5.590.771 | 6.273.309 | 7.587.651 | 7.997.163 | 9.117.950 | 9.535.122 | 9.985.842 |
| PB | 1.599.214 | 1.801.818 | 1.944.563 | 2.234.882 | 2.335.662 | 2.912.034 | 3.254.483 | 3.668.685 | 4.391.207 | 4.637.840 | 5.067.418 | 5.434.801 | 5.674.559 |
| PE | 3.458.438 | 3.803.157 | 4.383.769 | 4.629.449 | 5.295.561 | 6.281.379 | 7.388.664 | 8.301.076 | 10.010.231 | 10.631.854 | 12.441.687 | 13.289.311 | 13.863.388 |
| PI | 1.155.252 | 1.290.514 | 1.586.525 | 1.689.464 | 1.940.461 | 2.357.829 | 2.671.043 | 3.054.199 | 3.831.028 | 4.043.265 | 4.524.858 | 4.736.221 | 4.893.228 |
| PR | 5.709.876 | 6.260.845 | 7.490.807 | 8.367.454 | 9.245.030 | 10.453.929 | 11.406.930 | 12.469.291 | 14.482.743 | 15.092.440 | 16.968.377 | 17.613.451 | 18.481.468 |
| RJ | 11.529.908 | 13.608.848 | 15.100.326 | 19.168.781 | 21.009.274 | 23.094.091 | 26.132.742 | 26.849.821 | 31.830.885 | 28.976.688 | 34.534.904 | 35.447.216 | 37.107.943 |
| RN | 1.620.144 | 1.784.766 | 1.999.524 | 2.166.858 | 2.618.951 | 3.144.162 | 3.691.537 | 3.936.240 | 4.516.137 | 4.832.600 | 5.443.269 | 5.732.464 | 5.921.625 |
| RO | 902.789 | 1.022.129 | 1.204.801 | 1.467.002 | 1.757.061 | 2.094.079 | 2.282.720 | 2.586.405 | 3.361.805 | 3.336.548 | 3.715.154 | 3.976.875 | 4.077.637 |
| RR | 517.009 | 604.774 | 732.306 | 668.297 | 776.946 | 1.038.551 | 1.199.870 | 1.314.562 | 1.596.732 | 1.633.114 | 1.788.508 | 1.934.953 | 2.138.240 |
| RS | 6.657.896 | 7.378.894 | 8.414.927 | 9.859.597 | 10.736.730 | 12.349.352 | 13.312.373 | 13.991.364 | 16.657.785 | 17.387.287 | 20.297.847 | 20.876.006 | 21.202.486 |
| SC | 3.288.096 | 3.904.463 | 4.373.551 | 5.129.578 | 5.669.194 | 6.718.512 | 7.376.828 | 8.498.348 | 10.420.913 | 10.405.660 | 11.857.684 | 12.463.117 | 13.229.904 |
| SE | 1.209.361 | 1.395.943 | 1.674.710 | 1.805.467 | 2.013.107 | 2.536.658 | 2.865.674 | 3.102.889 | 3.799.764 | 3.934.265 | 4.629.387 | 4.892.171 | 4.924.866 |
| SP | 32.398.817 | 35.683.659 | 39.675.808 | 43.699.168 | 49.479.732 | 56.775.075 | 62.468.354 | 70.567.961 | 82.182.734 | 86.630.248 | 99.914.614 | 103.799.944 | 104.958.534 |
| TO | 922.333 | 1.084.734 | 1.291.422 | 1.537.933 | 1.743.111 | 2.268.410 | 2.416.421 | 2.781.449 | 3.451.007 | 3.406.416 | 3.881.229 | 4.135.492 | 4.378.998 |
| Total | 108.432.525 | 123.170.201 | 139.075.233 | 158.653.755 | 181.302.271 | 210.188.337 | 233.197.914 | 258.453.753 | 307.095.093 | 313.659.666 | 360.515.197 | 374.980.974 | 387.605.571 |

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN n.º 109/02.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/8/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 27/12/2011 no SISTN.

# *Dívida Consolidada Líquida dos Estados*

Atualizado: 27/12/2011

| UF | Relação DCL / RCL | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/00 | 31/12/01 | 31/12/02 | 31/12/03 | 31/12/04 | 31/12/05 | 31/12/06 | 31/12/07 | 31/12/08 | 31/12/09 | 31/12/10 | 30/4/11 | 30/8/11 |
| AC | 1,04 | 0,83 | 0,73 | 0,68 | 0,62 | 0,45 | 0,52 | 0,41 | 0,28 | 0,37 | 0,54 | 0,41 | 0,40 |
| AL | 2,23 | 1,78 | 2,36 | 2,77 | 2,64 | 2,25 | 2,22 | 2,00 | 1,97 | 1,81 | 1,62 | 1,48 | 1,46 |
| AM | 1,00 | 0,69 | 0,67 | 0,56 | 0,45 | 0,37 | 0,33 | 0,19 | 0,13 | 0,24 | 0,27 | 0,19 | 0,18 |
| AP | 0,05 | 0,05 | 0,28 | 0,28 | 0,23 | 0,11 | 0,11 | 0,10 | 0,04 | 0,11 | 0,18 | 0,04 | 0,04 |
| BA | 1,64 | 1,71 | 1,82 | 1,63 | 1,42 | 1,17 | 1,02 | 0,82 | 0,72 | 0,63 | 0,52 | 0,44 | 0,41 |
| CE | 0,87 | 0,94 | 1,18 | 1,06 | 0,92 | 0,73 | 0,60 | 0,38 | 0,24 | 0,17 | 0,28 | 0,14 | 0,12 |
| DF | 0,36 | 0,35 | 0,40 | 0,36 | 0,28 | 0,35 | 0,33 | 0,19 | 0,16 | 0,17 | 0,18 | 0,13 | 0,09 |
| ES | 0,98 | 0,83 | 1,16 | 1,02 | 0,73 | 0,44 | 0,34 | 0,19 | 0,10 | 0,08 | 0,17 | 0,11 | 0,07 |
| GO | 3,13 | 2,81 | 2,77 | 2,40 | 2,21 | 1,85 | 1,82 | 1,61 | 1,40 | 1,28 | 1,30 | 1,18 | 1,13 |
| MA | 2,58 | 2,10 | 2,73 | 2,22 | 1,74 | 1,33 | 1,15 | 0,91 | 0,74 | 0,68 | 0,64 | 0,48 | 0,42 |
| MG | 1,41 | 2,34 | 2,63 | 2,43 | 2,24 | 2,03 | 1,89 | 1,88 | 1,76 | 1,79 | 1,82 | 1,73 | 1,76 |
| MS | 3,10 | 2,94 | 3,10 | 2,67 | 2,33 | 2,01 | 1,81 | 1,48 | 1,15 | 1,15 | 1,20 | 1,20 | 1,14 |
| MT | 2,50 | 1,97 | 1,59 | 1,76 | 1,30 | 1,11 | 1,10 | 0,94 | 0,70 | 0,54 | 0,55 | 0,43 | 0,40 |
| PA | 0,57 | 0,63 | 0,67 | 0,61 | 0,60 | 0,46 | 0,44 | 0,35 | 0,28 | 0,24 | 0,29 | 0,19 | 0,14 |
| PB | 1,53 | 1,10 | 1,42 | 1,17 | 1,08 | 0,89 | 0,76 | 0,60 | 0,48 | 0,34 | 0,36 | 0,22 | 0,17 |
| PE | 0,86 | 1,12 | 1,25 | 1,17 | 1,04 | 0,83 | 0,67 | 0,53 | 0,42 | 0,43 | 0,38 | 0,29 | 0,28 |
| PI | 1,73 | 1,74 | 1,64 | 1,52 | 1,42 | 1,09 | 0,85 | 0,78 | 0,60 | 0,60 | 0,54 | 0,48 | 0,45 |
| PR | 1,29 | 1,34 | 1,24 | 1,05 | 1,08 | 1,29 | 1,26 | 1,16 | 1,19 | 1,12 | 0,89 | 0,82 | 0,74 |
| RJ | 2,07 | 1,90 | 2,35 | 2,01 | 2,04 | 1,90 | 1,72 | 1,73 | 1,60 | 1,63 | 1,56 | 1,47 | 1,41 |
| RN | 0,71 | 0,54 | 0,65 | 0,53 | 0,38 | 0,32 | 0,26 | 0,22 | 0,19 | 0,17 | 0,20 | 0,00 | 0,10 |
| RO | 1,11 | 1,05 | 1,45 | 1,21 | 1,03 | 0,85 | 0,72 | 0,64 | 0,50 | 0,53 | 0,54 | 0,48 | 0,48 |
| RR | 0,31 | 0,28 | 0,35 | 0,43 | 0,04 | 0,15 | 0,10 | -0,13 | -0,13 | 0,31 | 0,04 | -0,35 | -0,26 |
| RS | 2,66 | 2,51 | 2,79 | 2,80 | 2,83 | 2,58 | 2,53 | 2,54 | 2,34 | 2,20 | 2,14 | 2,11 | 2,10 |
| SC | 1,83 | 1,45 | 1,95 | 1,67 | 1,64 | 1,19 | 1,09 | 0,90 | 0,77 | 0,61 | 0,63 | 0,52 | 0,44 |
| SE | 0,88 | 0,78 | 0,73 | 0,68 | 0,65 | 0,45 | 0,57 | 0,42 | 0,22 | 0,27 | 0,33 | 0,36 | 0,38 |
| SP | 1,93 | 1,97 | 2,27 | 2,24 | 2,23 | 1,97 | 1,89 | 1,71 | 1,63 | 1,50 | 1,53 | 1,46 | 1,44 |
| TO | 0,35 | 0,27 | 0,37 | 0,26 | 0,33 | 0,14 | 0,13 | 0,08 | 0,10 | 0,11 | 0,16 | 0,05 | 0,06 |
| Total | 1,70 | 1,73 | 1,95 | 1,83 | 1,74 | 1,53 | 1,43 | 1,30 | 1,19 | 1,13 | 1,12 | 1,03 | 1,00 |

Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 109/02.

Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados

n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/8/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 27/12/2011 no SISTN.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

**DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2011**
**data-base 30/08/2011**

**Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN** **Posição: 28/10/2011**

| UF | Nome do Município | Cód IBGE Estado | Cód IBGE Município | DV IBGE Município | DCL 2o Quadrimestre 2011 | RCL 2o Quadrimestre 2011 | % DCL/RCL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | CRUZEIRO DO SUL | 12 | 20 | 3 | (8.748.728,74) | 69.512.943,52 | - |
| AC | TARAUACA | 12 | 60 | 9 | (5.608.653,42) | 38.595.086,30 | - |
| AM | MANAUS | 13 | 260 | 3 | (218.157.440,61) | 2.338.655.451,05 | - |
| BA | ALAGOINHAS | 29 | 70 | 2 | (3.177.654,61) | 158.769.478,10 | - |
| BA | AMELIA RODRIGUES | 29 | 110 | 6 | 8.581.265,62 | 25.834.852,49 | 33,22 |
| BA | ANGICAL | 29 | 140 | 3 | 11.763.246,05 | 20.185.743,64 | 58,28 |
| BA | ANTONIO CARDOSO | 29 | 170 | 0 | 8.955.861,12 | 15.955.176,60 | 56,13 |
| BA | ARACATU | 29 | 200 | 5 | 411.305,01 | 20.289.751,37 | 2,03 |
| BA | ARACI | 29 | 210 | 4 | 37.014.156,71 | 68.709.190,31 | 53,87 |
| BA | ARAMARI | 29 | 220 | 3 | 2.661.368,96 | 12.748.198,46 | 20,88 |
| BA | BARRA | 29 | 270 | 8 | (931.683,70) | 63.534.784,98 | - |
| BA | BARRA DA ESTIVA | 29 | 280 | 7 | 2.969.304,36 | 26.728.063,25 | 11,11 |
| BA | BREJOLANDIA | 29 | 440 | 7 | 790.041,57 | 13.043.875,47 | 6,06 |
| BA | BRUMADO | 29 | 460 | 5 | (5.211.909,17) | 82.556.885,96 | - |
| BA | CAATIBA | 29 | 480 | 3 | (1.696.752,10) | 13.897.049,49 | - |
| BA | CACULE | 29 | 500 | 8 | 4.707.806,39 | 25.377.904,18 | 18,55 |
| BA | CAETITE | 29 | 520 | 6 | 12.776.528,84 | 56.913.555,94 | 22,45 |
| BA | CAIRU | 29 | 540 | 4 | 224.485,01 | 57.519.288,67 | 0,39 |
| BA | CALDEIRAO GRANDE | 29 | 550 | 3 | (6.860.445,24) | 20.553.547,77 | - |
| BA | CAMACAN | 29 | 560 | 2 | 21.182.015,01 | 35.268.556,53 | 60,06 |
| BA | CAMACARI | 29 | 570 | 1 | 386.424.091,26 | 611.914.478,45 | 63,15 |
| BA | CAMPO FORMOSO | 29 | 600 | 6 | (23.116.257,17) | 86.566.877,35 | - |
| BA | CANAVIEIRAS | 29 | 630 | 3 | 28.011.851,38 | 34.604.282,83 | 80,95 |
| BA | CANDEIAS | 29 | 650 | 1 | 106.929.291,32 | 158.524.354,20 | 67,45 |
| BA | CANDIBA | 29 | 660 | 0 | (354.310,55) | 14.571.199,56 | - |
| BA | CAPELA DO ALTO ALEGRE | 29 | 685 | 7 | 4.312.584,52 | 15.381.731,76 | 28,04 |
| BA | CAPIM GROSSO | 29 | 687 | 3 | (1.980.099,84) | 32.651.152,45 | - |
| BA | CARAVELAS | 29 | 690 | 7 | 20.973.406,00 | 37.483.393,19 | 55,95 |
| BA | CARDEAL DA SILVA | 29 | 700 | 4 | (132.072,75) | 15.241.183,67 | - |
| BA | CARINHANHA | 29 | 710 | 3 | 10.363.076,47 | 37.000.398,15 | 28,01 |
| BA | CASA NOVA | 29 | 720 | 2 | 12.462.663,27 | 78.071.114,56 | 15,96 |
| BA | COCOS | 29 | 810 | 1 | (149.418,61) | 30.182.483,73 | - |
| BA | CONCEICAO DO COITE | 29 | 840 | 8 | 20.799.582,04 | 63.069.692,16 | 32,98 |
| BA | COTEGIPE | 29 | 940 | 6 | 474.786,89 | 19.993.402,40 | 2,37 |
| BA | CRISTOPOLIS | 29 | 970 | 3 | (33.845,00) | 18.284.274,73 | - |
| BA | FORMOSA DO RIO PRETO | 29 | 1110 | 5 | 386.011,73 | 46.381.553,05 | 0,83 |
| BA | GANDU | 29 | 1120 | 4 | 29.159.353,96 | 34.616.598,75 | 84,24 |
| BA | GAVIAO | 29 | 1125 | 3 | (499.813,23) | 8.545.422,59 | - |
| BA | IBIASSUCE | 29 | 1200 | 4 | 6.977.222,75 | 13.603.026,74 | 51,29 |
| BA | IBIPITANGA | 29 | 1250 | 9 | 3.050.015,88 | 17.724.220,94 | 17,21 |
| BA | IBITIARA | 29 | 1300 | 2 | (2.315.881,02) | 20.320.185,98 | - |
| BA | IGAPORA | 29 | 1340 | 8 | (56.474,14) | 21.048.796,82 | - |
| BA | IPIRA | 29 | 1400 | 0 | 15.495.794,67 | 62.819.023,38 | 24,67 |
| BA | IRAJUBA | 29 | 1420 | 8 | (636.105,89) | 12.607.709,38 | - |
| BA | IRECE | 29 | 1460 | 4 | 17.519.838,53 | 91.152.500,60 | 19,22 |
| BA | ITABERABA | 29 | 1470 | 3 | 2.156.839,85 | 75.181.354,25 | 2,87 |
| BA | ITAGIMIRIM | 29 | 1530 | 4 | 6.700.183,84 | 13.472.931,25 | 49,73 |
| BA | ITAMBE | 29 | 1580 | 9 | 140.570,26 | 28.609.485,40 | 0,49 |
| BA | ITIRUCU | 29 | 1690 | 6 | (1.351.869,65) | 15.689.506,12 | - |
| BA | ITORORO | 29 | 1710 | 2 | 9.702.000,12 | 26.023.751,85 | 37,28 |
| BA | JAGUARARI | 29 | 1770 | 6 | 1.590.949,27 | 44.812.810,54 | 3,55 |
| BA | JEQUIE | 29 | 1800 | 1 | 25.340.475,09 | 193.311.852,61 | 13,11 |
| BA | JEREMOABO | 29 | 1810 | 0 | 14.295.344,42 | 44.480.985,73 | 32,14 |
| BA | JUCURUCU | 29 | 1845 | 6 | 13.765.168,62 | 15.155.735,70 | 90,82 |
| BA | LAGOA REAL | 29 | 1875 | 3 | 4.012.834,94 | 18.990.195,31 | 21,13 |
| BA | LAJE | 29 | 1880 | 3 | 2.452.504,10 | 32.645.477,98 | 7,51 |
| BA | LAMARAO | 29 | 1910 | 8 | 2.271.249,98 | 12.276.306,72 | 18,50 |
| BA | LAURO DE FREITAS | 29 | 1920 | 7 | (34.293.117,57) | 286.175.054,26 | - |
| BA | LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA | 29 | 1950 | 4 | (2.348.272,46) | 46.594.392,70 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | MACAUBAS | 29 | 1980 | 1 | 5.827.164,43 | 55.440.561,38 | 10,51 |
| BA | MAIRI | 29 | 2010 | 6 | 5.872.576,76 | 25.913.830,66 | 22,66 |
| BA | MANSIDAO | 29 | 2045 | 2 | (341.134,70) | 17.347.069,51 | - |
| BA | MASCOTE | 29 | 2090 | 8 | 14.524.227,53 | 21.327.762,57 | 68,10 |
| BA | MATA DE SAO JOAO | 29 | 2100 | 5 | 3.616.304,89 | 94.463.424,18 | 3,83 |
| BA | MIRANGABA | 29 | 2140 | 1 | 2.551.577,55 | 27.090.090,78 | 9,42 |
| BA | MORRO DO CHAPEU | 29 | 2170 | 8 | 4.365.396,31 | 43.783.056,55 | 9,97 |
| BA | MORTUGABA | 29 | 2180 | 7 | (1.838.345,28) | 16.148.046,16 | - |
| BA | MUCURI | 29 | 2200 | 3 | 46.668.716,29 | 81.720.020,95 | 57,11 |
| BA | MUQUEM DE SAO FRANCISCO | 29 | 2225 | 0 | (454.448,89) | 22.733.195,61 | - |
| BA | NOVA SOURE | 29 | 2290 | 4 | (2.354.909,70) | 35.520.265,13 | - |
| BA | OLINDINA | 29 | 2310 | 0 | (3.389.771,48) | 31.481.875,58 | - |
| BA | PALMAS DE MONTE ALTO | 29 | 2340 | 7 | 5.820.561,10 | 29.371.176,86 | 19,82 |
| BA | PARAMIRIM | 29 | 2360 | 5 | 1.652.850,28 | 28.078.492,21 | 5,89 |
| BA | PE DE SERRA | 29 | 2405 | 8 | 1.314.011,16 | 19.488.062,25 | 6,74 |
| BA | PIATA | 29 | 2430 | 6 | 4.237.024,27 | 25.264.715,89 | 16,77 |
| BA | PINDAI | 29 | 2450 | 4 | 8.762.010,56 | 20.727.969,07 | 42,27 |
| BA | PINTADAS | 29 | 2465 | 2 | (1.864.716,57) | 14.875.123,53 | - |
| BA | PIRITIBA | 29 | 2480 | 1 | 429.597,94 | 24.999.005,94 | 1,72 |
| BA | PLANALTINO | 29 | 2490 | 0 | (2.532.948,05) | 12.768.373,08 | - |
| BA | PLANALTO | 29 | 2500 | 6 | (1.740.900,95) | 28.000.752,24 | - |
| BA | POCOES | 29 | 2510 | 5 | 20.855.230,75 | 46.272.865,98 | 45,07 |
| BA | RIACHAO DAS NEVES | 29 | 2620 | 2 | 1.802.593,81 | 34.884.503,03 | 5,17 |
| BA | RIACHO DE SANTANA | 29 | 2640 | 0 | 6.518.374,41 | 37.257.975,94 | 17,50 |
| BA | RIBEIRA DO AMPARO | 29 | 2650 | 9 | 630.949,11 | 21.360.290,89 | 2,95 |
| BA | SALVADOR | 29 | 2740 | 8 | 1.464.757.691,80 | 3.187.186.607,45 | 45,96 |
| BA | SANTA INES | 29 | 2790 | 3 | 1.743.334,30 | 13.375.060,41 | 13,03 |
| BA | SANTA RITA DE CASSIA | 29 | 2840 | 6 | 4.112.023,96 | 32.880.165,58 | 12,51 |
| BA | SANTANOPOLIS | 29 | 2830 | 7 | (23.644,11) | 12.165.658,09 | - |
| BA | SANTO AMARO | 29 | 2860 | 4 | 8.413.827,96 | 62.745.393,96 | 13,41 |
| BA | SANTO ESTEVAO | 29 | 2880 | 2 | (4.310.765,22) | 51.349.632,83 | - |
| BA | SAO DESIDERIO | 29 | 2890 | 1 | 476.985,91 | 76.348.244,83 | 0,62 |
| BA | SAO FRANCISCO DO CONDE | 29 | 2920 | 6 | 68.517.713,82 | 383.717.208,26 | 17,86 |
| BA | SAO JOSE DO JACUIPE | 29 | 2937 | 0 | 61.718,98 | 14.542.188,56 | 0,42 |
| BA | SAO MIGUEL DAS MATAS | 29 | 2940 | 4 | (920.344,77) | 15.762.453,29 | - |
| BA | SAUBARA | 29 | 2975 | 0 | (1.464.091,00) | 17.325.426,00 | - |
| BA | SAUDE | 29 | 2980 | 0 | 4.436.218,96 | 18.483.615,50 | 24,00 |
| BA | SENHOR DO BONFIM | 29 | 3010 | 5 | 15.303.632,61 | 83.028.675,28 | 18,43 |
| BA | SERRA DO RAMALHO | 29 | 3015 | 4 | (9.273.433,14) | 42.064.475,61 | - |
| BA | SERRINHA | 29 | 3050 | 1 | 26.086.693,12 | 83.257.692,67 | 31,33 |
| BA | TABOCAS DO BREJO VELHO | 29 | 3090 | 7 | 1.861.520,96 | 16.842.681,28 | 11,05 |
| BA | TANQUE NOVO | 29 | 3105 | 3 | 2.903.281,78 | 21.520.588,94 | 13,49 |
| BA | TANQUINHO | 29 | 3110 | 3 | (863.594,27) | 9.868.634,09 | - |
| BA | TEOLANDIA | 29 | 3160 | 8 | 19.738.854,44 | 19.985.227,17 | 98,77 |
| BA | TERRA NOVA | 29 | 3170 | 7 | 7.580.543,87 | 17.277.826,28 | 43,87 |
| BA | UIBAI | 29 | 3240 | 8 | (1.359.944,63) | 17.178.936,00 | - |
| BA | VALENCA | 29 | 3290 | 3 | (7.611.672,61) | 93.424.050,27 | - |
| BA | VARZEA DA ROCA | 29 | 3305 | 9 | 1.085.924,55 | 18.930.834,99 | 5,74 |
| BA | VARZEA DO POCO | 29 | 3310 | 9 | 2.905.772,39 | 11.284.196,36 | 25,75 |
| BA | VITORIA DA CONQUISTA | 29 | 3330 | 7 | 61.495.185,31 | 351.652.677,76 | 17,49 |
| BA | XIQUE-XIQUE | 29 | 3360 | 4 | (343.127,20) | 59.452.583,79 | - |
| CE | ACOPIARA | 23 | 30 | 9 | 20.608.105,68 | 55.512.331,37 | 37,12 |
| CE | BARBALHA | 23 | 190 | 1 | (4.591.672,30) | 102.107.172,26 | - |
| CE | CAUCAIA | 23 | 370 | 9 | (32.319.248,93) | 355.884.610,94 | - |
| CE | CRATEUS | 23 | 410 | 3 | 9.558.638,91 | 77.342.184,15 | 12,36 |
| CE | CRATO | 23 | 420 | 2 | 16.115.997,29 | 131.009.609,90 | 12,30 |
| CE | FORTALEZA | 23 | 440 | 0 | (42.445.229,85) | 3.325.029.409,02 | - |
| CE | HORIZONTE | 23 | 523 | 3 | (3.135.649,60) | 91.438.723,51 | - |
| CE | ITAITINGA | 23 | 625 | 6 | (1.113.862,90) | 43.256.108,61 | - |
| CE | ITAREMA | 23 | 655 | 3 | (13.776.860,38) | 53.163.821,21 | - |
| CE | JAGUARUANA | 23 | 700 | 7 | 1.387.791,14 | 37.280.188,20 | 3,72 |
| CE | JUAZEIRO DO NORTE | 23 | 730 | 4 | 12.093.100,09 | 255.307.448,95 | 4,74 |
| CE | MARACANAU | 23 | 765 | 0 | (9.165.449,31) | 352.165.679,78 | - |
| CE | MASSAPE | 23 | 800 | 5 | 14.096.111,64 | 36.747.779,27 | 38,36 |
| CE | MILAGRES | 23 | 830 | 2 | (3.825.101,44) | 31.493.784,44 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | PIQUET CARNEIRO | 23 | 1090 | 2 | 1.290.239,91 | 17.265.674,61 | 7,47 |
| CE | SOBRAL | 23 | 1290 | 8 | (50.360.181,38) | 312.254.167,97 | - |
| ES | ALEGRE | 32 | 20 | 1 | (586.668,02) | 53.309.161,43 | - |
| ES | ARACRUZ | 32 | 60 | 7 | (20.754.513,00) | 280.797.583,43 | - |
| ES | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 32 | 120 | 9 | (69.591.052,00) | 248.633.483,00 | - |
| ES | CARIACICA | 32 | 130 | 8 | (20.485.052,54) | 364.154.853,64 | - |
| ES | GUARAPARI | 32 | 240 | 5 | (4.746.692,28) | 167.638.602,63 | - |
| ES | LINHARES | 32 | 320 | 5 | (28.425.126,53) | 356.404.000,35 | - |
| ES | MIMOSO DO SUL | 32 | 340 | 3 | 8.501.177,22 | 42.096.266,92 | 20,19 |
| ES | NOVA VENECIA | 32 | 390 | 8 | (8.258.212,15) | 76.763.442,92 | - |
| ES | SAO MATEUS | 32 | 490 | 6 | 6.157.243,26 | 187.514.711,71 | 3,28 |
| ES | SERRA | 32 | 500 | 2 | 216.666.131,19 | 759.098.776,02 | 28,54 |
| ES | VILA VELHA | 32 | 520 | 0 | 31.228.336,74 | 559.506.063,29 | 5,58 |
| ES | VITORIA | 32 | 530 | 9 | (26.300.748,40) | 1.175.181.949,40 | - |
| GO | ALEXANIA | 52 | 30 | 8 | 2.863.147,24 | 36.643.502,46 | 7,81 |
| GO | ANAPOLIS | 52 | 110 | 8 | 23.569.074,60 | 486.845.295,44 | 4,84 |
| GO | ARACU | 52 | 160 | 3 | (618.567,98) | 7.254.105,46 | - |
| GO | CACHOEIRA ALTA | 52 | 410 | 2 | (1.393.807,17) | 18.118.494,15 | - |
| GO | CAIAPONIA | 52 | 440 | 9 | (3.184.042,00) | 24.303.762,00 | - |
| GO | CERES | 52 | 540 | 6 | (5.044.982,28) | 35.156.092,44 | - |
| GO | CEZARINA | 52 | 545 | 5 | 14.044.332,44 | 17.059.255,75 | 82,33 |
| GO | GOIANIA | 52 | 870 | 7 | 195.024.225,86 | 2.315.108.785,43 | 8,42 |
| GO | GOUVELANDIA | 52 | 915 | 0 | 181.755,00 | 12.216.266,02 | 1,49 |
| GO | IPORA | 52 | 1020 | 8 | (4.156.244,45) | 33.804.033,60 | - |
| GO | JARAGUA | 52 | 1180 | 0 | 2.774.336,70 | 48.532.377,04 | 5,72 |
| GO | JATAI | 52 | 1190 | 9 | 5.546.814,17 | 186.168.304,27 | 2,98 |
| GO | JESUPOLIS | 52 | 1205 | 5 | 308.515,21 | 7.370.358,66 | 4,19 |
| GO | NOVA AMERICA | 52 | 1470 | 5 | (501.125,60) | 6.173.694,21 | - |
| GO | NOVA ROMA | 52 | 1490 | 3 | (747.094,00) | 7.132.907,00 | - |
| GO | PALESTINA DE GOIAS | 52 | 1565 | 2 | 2.775.335,13 | 8.088.930,85 | 34,31 |
| GO | PALMEIRAS DE GOIAS | 52 | 1570 | 2 | (7.635.617,72) | 34.471.712,04 | - |
| GO | RIALMA | 52 | 1860 | 7 | 2.481.714,80 | 13.805.960,33 | 17,98 |
| GO | RIANAPOLIS | 52 | 1870 | 6 | 524.719,66 | 8.985.061,82 | 5,85 |
| GO | SANTA HELENA DE GOIAS | 52 | 1930 | 8 | (11.518.693,25) | 40.558.007,67 | - |
| GO | SANTA ISABEL | 52 | 1935 | 7 | (5.047.743,46) | 14.097.412,93 | - |
| GO | TRINDADE | 52 | 2140 | 3 | 14.818.936,80 | 85.865.693,39 | 17,26 |
| GO | TURVELANDIA | 52 | 2155 | 1 | (433.068,91) | 17.903.465,91 | - |
| MA | ACAILANDIA | 21 | 5 | 5 | (10.316.064,72) | 138.021.527,45 | - |
| MA | BURITICUPU | 21 | 232 | 5 | - | 71.034.957,87 | - |
| MA | IMPERATRIZ | 21 | 530 | 2 | 67.932.943,61 | 318.845.961,16 | 21,31 |
| MA | PINHEIRO | 21 | 860 | 3 | - | 83.106.852,71 | - |
| MA | SAO JOSE DE RIBAMAR | 21 | 1120 | 1 | (19.597.176,58) | 148.916.581,79 | - |
| MA | SAO LUIS | 21 | 1130 | 0 | (254.670.107,14) | 1.576.991.144,79 | - |
| MG | ALFENAS | 31 | 160 | 7 | 26.130.920,16 | 121.705.515,31 | 21,47 |
| MG | ALTO JEQUITIBA | 31 | 5350 | 9 | 136.258,82 | 9.846.935,14 | 1,38 |
| MG | ARAXA | 31 | 400 | 7 | 45.983.332,33 | 166.523.921,52 | 27,61 |
| MG | BELO HORIZONTE | 31 | 620 | 0 | 1.275.204.575,66 | 5.198.568.985,04 | 24,53 |
| MG | BETIM | 31 | 670 | 5 | 274.014.883,49 | 1.022.356.079,59 | 26,80 |
| MG | CABO VERDE | 31 | 950 | 1 | (835.992,33) | 15.664.894,60 | - |
| MG | CAMPESTRE | 31 | 1100 | 2 | 1.422.116,40 | 23.138.647,61 | 6,15 |
| MG | CAMPO BELO | 31 | 1120 | 0 | (13.669.352,24) | 63.140.301,89 | - |
| MG | CAMPO DO MEIO | 31 | 1130 | 9 | (2.586.873,72) | 16.697.685,89 | - |
| MG | CAMPOS GERAIS | 31 | 1160 | 6 | (2.752.377,29) | 28.359.984,22 | - |
| MG | CAPELINHA | 31 | 1230 | 7 | 3.464.936,24 | 34.669.765,03 | 9,99 |
| MG | CAPIM BRANCO | 31 | 1250 | 5 | 696.758,67 | 10.514.184,83 | 6,63 |
| MG | CARATINGA | 31 | 1340 | 4 | (3.538.583,63) | 99.732.376,86 | - |
| MG | CARMO DA CACHOEIRA | 31 | 1390 | 9 | (225.697,46) | 16.548.768,41 | - |
| MG | CAXAMBU | 31 | 1550 | 8 | (2.061.515,75) | 27.571.698,39 | - |
| MG | CLAUDIO | 31 | 1660 | 5 | (1.671.748,74) | 32.754.939,02 | - |
| MG | CONTAGEM | 31 | 1860 | 1 | 277.332.715,93 | 885.582.159,85 | 31,32 |
| MG | COQUEIRAL | 31 | 1870 | 0 | 508.390,45 | 11.537.085,35 | 4,41 |
| MG | CURVELO | 31 | 2090 | 4 | (6.743.437,35) | 75.046.704,66 | - |
| MG | DELFINOPOLIS | 31 | 2120 | 9 | 2.025.473,81 | 17.913.494,44 | 11,31 |
| MG | DIVINOPOLIS | 31 | 2230 | 6 | 39.795.865,98 | 321.992.437,94 | 12,36 |
| MG | ESMERALDAS | 31 | 2410 | 4 | (6.168.020,80) | 60.675.055,29 | - |
| MG | FORMIGA | 31 | 2610 | 9 | (36.470.944,20) | 79.419.731,16 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | FORTALEZA DE MINAS | 31 | 2630 | 7 | (1.562.191,17) | 14.668.950,49 | - |
| MG | GOVERNADOR VALADARES | 31 | 2770 | 1 | 54.180.118,03 | 382.956.801,92 | 14,15 |
| MG | GUAPE | 31 | 2810 | 5 | (851.192,02) | 21.544.692,01 | - |
| MG | GUAXUPE | 31 | 2870 | 9 | (4.863.239,93) | 56.420.031,22 | - |
| MG | IBIRITE | 31 | 2980 | 6 | (27.777.797,75) | 182.782.756,39 | - |
| MG | INHAPIM | 31 | 3090 | 3 | 4.175.300,76 | 23.969.502,66 | 17,42 |
| MG | IPATINGA | 31 | 3130 | 7 | 56.728.908,35 | 481.123.699,11 | 11,79 |
| MG | ITAJUBA | 31 | 3240 | 4 | (3.739.676,07) | 105.027.511,67 | - |
| MG | ITAUNA | 31 | 3380 | 8 | 14.055.692,32 | 138.585.044,22 | 10,14 |
| MG | JOAO MONLEVADE | 31 | 3620 | 7 | (220.269,00) | 127.182.128,00 | - |
| MG | JORDANIA | 31 | 3650 | 4 | (220.624,04) | 11.252.254,49 | - |
| MG | JUIZ DE FORA | 31 | 3670 | 2 | (41.481.299,91) | 813.279.667,54 | - |
| MG | LAGOA SANTA | 31 | 3760 | 1 | (6.909.197,79) | 96.641.513,65 | - |
| MG | LAVRAS | 31 | 3820 | 3 | 15.873.940,02 | 136.124.524,24 | 11,66 |
| MG | LUMINARIAS | 31 | 3870 | 8 | (955.669,10) | 8.496.749,38 | - |
| MG | MACHADO | 31 | 3900 | 3 | (4.680.494,02) | 44.380.543,47 | - |
| MG | MAMONAS | 31 | 3925 | 0 | (141.728,59) | 9.287.221,21 | - |
| MG | MOEMA | 31 | 4240 | 3 | (617.174,72) | 9.856.401,42 | - |
| MG | MONTALVANIA | 31 | 4270 | 0 | (3.565.376,70) | 15.910.536,35 | - |
| MG | MONTES CLAROS | 31 | 4330 | 2 | 694.999.869,87 | 425.030.463,41 | 163,52 |
| MG | MURIAE | 31 | 4390 | 6 | (9.766.451,60) | 125.945.586,40 | - |
| MG | NOVA ERA | 31 | 4470 | 6 | (6.183.291,76) | 28.811.857,67 | - |
| MG | NOVA SERRANA | 31 | 4520 | 8 | (628.479,15) | 83.859.562,41 | - |
| MG | OURO PRETO | 31 | 4610 | 7 | (40.710.792,36) | 184.434.499,30 | - |
| MG | PARA DE MINAS | 31 | 4710 | 5 | (12.678.892,28) | 101.695.280,91 | - |
| MG | PARACATU | 31 | 4700 | 6 | (979.427,92) | 122.470.150,58 | - |
| MG | PATOS DE MINAS | 31 | 4800 | 4 | 6.159.226,29 | 183.004.107,50 | 3,37 |
| MG | PONTE NOVA | 31 | 5210 | 5 | 5.305.449,60 | 98.918.278,73 | 5,36 |
| MG | POUSO ALEGRE | 31 | 5250 | 1 | (15.386.637,01) | 200.061.098,49 | - |
| MG | PRATINHA | 31 | 5300 | 4 | (335.146,14) | 8.261.378,84 | - |
| MG | RAUL SOARES | 31 | 5400 | 2 | 2.719.276,75 | 28.022.897,22 | 9,70 |
| MG | RESPLENDOR | 31 | 5430 | 9 | 3.092.020,74 | 24.964.815,48 | 12,39 |
| MG | RIBEIRAO DAS NEVES | 31 | 5460 | 6 | 13.989.216,48 | 211.240.199,62 | 6,62 |
| MG | SANTA RITA DO SAPUCAI | 31 | 5960 | 5 | (3.656.773,93) | 47.485.217,18 | - |
| MG | SANTO ANTONIO DO MONTE | 31 | 6040 | 5 | (4.700.151,94) | 32.085.287,56 | - |
| MG | SAO BENTO ABADE | 31 | 6080 | 1 | (1.567.864,35) | 8.683.404,24 | - |
| MG | SAO JOAO DEL REI | 31 | 6250 | 0 | 6.660.179,79 | 106.582.560,22 | 6,25 |
| MG | SAO SEBASTIAO DO OESTE | 31 | 6460 | 5 | (1.739.448,85) | 13.499.217,35 | - |
| MG | SERRA AZUL DE MINAS | 31 | 6650 | 1 | 1.522.845,53 | 8.346.062,61 | 18,24 |
| MG | SETE LAGOAS | 31 | 6720 | 2 | 15.016.648,63 | 336.281.527,64 | 4,47 |
| MG | TEOFILO OTONI | 31 | 6860 | 6 | 8.248.860,67 | 162.922.935,31 | 5,06 |
| MG | TIMOTEO | 31 | 6870 | 5 | 108.564.300,44 | 137.363.502,01 | 79,03 |
| MG | TIROS | 31 | 6890 | 3 | (422.675,99) | 11.534.733,16 | - |
| MG | TRES CORACOES | 31 | 6930 | 7 | 3.439.004,32 | 90.160.214,31 | 3,81 |
| MG | TURMALINA | 31 | 6970 | 3 | 953.456,49 | 21.790.963,05 | 4,38 |
| MG | UBA | 31 | 6990 | 1 | (50.497.495,22) | 102.105.287,59 | - |
| MG | UBERABA | 31 | 7010 | 7 | 70.215.681,32 | 503.065.594,97 | 13,96 |
| MG | UBERLANDIA | 31 | 7020 | 6 | (46.840.017,00) | 1.061.930.753,00 | - |
| MG | UNAI | 31 | 7040 | 4 | (950.108,56) | 113.323.171,68 | - |
| MG | VARGINHA | 31 | 7070 | 1 | 20.778.429,11 | 194.261.536,93 | 10,70 |
| MG | VESPASIANO | 31 | 7120 | 4 | (1.932.170,61) | 120.459.251,52 | - |
| MG | VICOSA | 31 | 7130 | 3 | (38.528.707,40) | 97.104.002,16 | - |
| MS | ARAL MOREIRA | 50 | 124 | 3 | (1.786.209,65) | 21.253.503,56 | - |
| MS | BATAGUASSU | 50 | 190 | 4 | 2.127.978,11 | 39.145.496,01 | 5,44 |
| MS | CAMPO GRANDE | 50 | 270 | 4 | (176.990.432,33) | 1.656.912.261,34 | - |
| MS | IGUATEMI | 50 | 430 | 4 | (1.581.534,57) | 26.991.386,52 | - |
| MS | NAVIRAI | 50 | 570 | 7 | (7.077.788,91) | 88.580.205,89 | - |
| MS | TRES LAGOAS | 50 | 830 | 5 | (18.846.704,42) | 224.489.404,19 | - |
| MT | AGUA BOA | 51 | 20 | 1 | (7.411.083,40) | 41.538.496,47 | - |
| MT | ALTO ARAGUAIA | 51 | 30 | 0 | (10.633.478,84) | 45.247.376,56 | - |
| MT | ARIPUANA | 51 | 140 | 7 | 494.842,89 | 30.954.266,38 | 1,60 |
| MT | BARRA DO GARCAS | 51 | 180 | 3 | (56.625.531,85) | 87.641.638,11 | - |
| MT | CAMPO VERDE | 51 | 267 | 8 | (13.390.201,04) | 55.692.617,36 | - |
| MT | CANABRAVA DO NORTE | 51 | 269 | 4 | (532.033,87) | 10.276.152,17 | - |
| MT | CARLINDA | 51 | 279 | 3 | (8.024.109,22) | 15.619.265,49 | - |
| MT | CASTANHEIRA | 51 | 285 | 0 | (4.491.925,27) | 11.832.490,06 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MT | CLÁUDIA | 51 | 305 | 6 | (1.413.645,52) | 17.646.488,84 | - |
| MT | COLÍDER | 51 | 320 | 5 | (13.548.534,81) | 40.093.413,56 | - |
| MT | CUIABÁ | 51 | 340 | 3 | 399.104.641,69 | 901.489.796,24 | 44,27 |
| MT | DENISE | 51 | 345 | 2 | (1.164.404,29) | 11.323.213,54 | - |
| MT | FELIZ NATAL | 51 | 370 | 0 | (3.030.986,33) | 20.245.931,73 | - |
| MT | FIGUEIROPOLIS D'OESTE | 51 | 380 | 9 | (1.271.985,98) | 7.892.302,41 | - |
| MT | GUARANTA DO NORTE | 51 | 410 | 4 | (6.029.305,30) | 38.357.717,43 | - |
| MT | IPIRANGA DO NORTE | 51 | 452 | 6 | (4.529.046,62) | 15.834.170,72 | - |
| MT | ITANHANGÁ | 51 | 454 | 2 | (410.979,91) | 10.143.447,26 | - |
| MT | ITAÚBA | 51 | 455 | 9 | (220.390,65) | 11.280.672,15 | - |
| MT | JUÍNA | 51 | 515 | 0 | 4.638.383,99 | 56.116.373,98 | 8,27 |
| MT | LAMBARI D'OESTE | 51 | 523 | 4 | (3.270.004,02) | 10.762.003,17 | - |
| MT | LUCAS DO RIO VERDE | 51 | 525 | 9 | (43.894.356,18) | 92.403.791,34 | - |
| MT | MATUPÁ | 51 | 560 | 6 | (6.965.751,75) | 22.930.262,42 | - |
| MT | MIRASSOL D'OESTE | 51 | 562 | 2 | (5.537.611,39) | 28.014.681,27 | - |
| MT | NOVA BANDEIRANTES | 51 | 615 | 8 | (1.831.228,51) | 18.399.977,83 | - |
| MT | NOVA BRASILÂNDIA | 51 | 620 | 8 | (2.676.654,65) | 9.921.413,37 | - |
| MT | NOVA CANAÃ DO NORTE | 51 | 621 | 6 | (6.756.462,35) | 20.549.948,71 | - |
| MT | NOVA GUARITA | 51 | 880 | 8 | (1.608.916,73) | 8.821.102,92 | - |
| MT | NOVA MONTE VERDE | 51 | 895 | 6 | (3.003.247,62) | 13.204.295,26 | - |
| MT | NOVA MUTUM | 51 | 622 | 4 | (18.376.344,63) | 68.329.393,57 | - |
| MT | NOVA SANTA HELENA | 51 | 619 | 0 | (1.173.113,49) | 8.531.802,81 | - |
| MT | NOVA UBIRATÃ | 51 | 624 | 0 | (2.999.941,69) | 20.832.826,48 | - |
| MT | PARANAÍTA | 51 | 629 | 9 | (6.254.409,62) | 17.201.621,99 | - |
| MT | PEDRA PRETA | 51 | 637 | 2 | 4.392.163,54 | 23.915.657,05 | 18,37 |
| MT | PORTO ALEGRE DO NORTE | 51 | 677 | 8 | (1.437.446,55) | 12.843.481,91 | - |
| MT | PRIMAVERA DO LESTE | 51 | 704 | 0 | (39.523.715,73) | 96.951.399,97 | - |
| MT | QUERÊNCIA | 51 | 706 | 5 | (4.266.632,84) | 27.972.382,45 | - |
| MT | RESERVA DO CABAÇAL | 51 | 715 | 6 | (2.472.179,29) | 6.893.058,60 | - |
| MT | RONDONÓPOLIS | 51 | 760 | 2 | 19.761.270,50 | 329.065.857,17 | 5,01 |
| MT | SANTA CARMEM | 51 | 724 | 8 | (1.529.583,24) | 10.632.626,26 | - |
| MT | SANTA RITA DO TRIVELATO | 51 | 776 | 8 | - | 13.175.896,92 | - |
| MT | SÃO JOSÉ DO POVO | 51 | 729 | 7 | (2.498.144,01) | 7.441.250,78 | - |
| MT | SÃO JOSÉ DO RIO CLARO | 51 | 730 | 5 | (8.640.550,29) | 23.949.547,62 | - |
| MT | SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS | 51 | 710 | 7 | (13.048.770,18) | 23.483.650,32 | - |
| MT | SINOP | 51 | 790 | 9 | (9.942.179,35) | 168.049.965,32 | - |
| MT | SORRISO | 51 | 792 | 5 | (40.616.463,17) | 116.141.089,65 | - |
| MT | TAPURAH | 51 | 800 | 6 | (6.501.354,93) | 21.771.779,36 | - |
| MT | UNIÃO DO SUL | 51 | 830 | 3 | (282.686,89) | 8.917.831,57 | - |
| MT | VERA | 51 | 850 | 1 | (6.868.672,12) | 16.732.734,62 | - |
| MT | VILA RICA | 51 | 860 | 0 | (13.932.834,27) | 28.115.775,83 | - |
| PA | BELÉM | 15 | 140 | 2 | (102.847.147,00) | 1.699.127.506,00 | - |
| PA | PARAGOMINAS | 15 | 550 | 2 | (75.514.339,70) | 142.250.242,28 | - |
| PB | ÁGUA BRANCA | 25 | 10 | 6 | - | 10.260.585,25 | - |
| PB | BOA VENTURA | 25 | 210 | 2 | - | 5.991.178,04 | - |
| PB | CACIMBAS | 25 | 355 | 5 | - | 10.884.609,76 | - |
| PB | CAJAZEIRAS | 25 | 370 | 4 | - | 39.045.809,20 | - |
| PB | CAJAZEIRINHAS | 25 | 375 | 3 | - | 7.213.395,15 | - |
| PB | CAMPINA GRANDE | 25 | 400 | 9 | 175.655.195,73 | 447.217.032,42 | 39,28 |
| PB | CONCEIÇÃO | 25 | 440 | 5 | 25.813.439,49 | 20.131.249,33 | 128,23 |
| PB | CONDADO | 25 | 450 | 4 | - | 8.774.982,60 | - |
| PB | GUARABIRA | 25 | 630 | 1 | 13.134.289,82 | 55.810.162,47 | 23,53 |
| PB | IBIARA | 25 | 660 | 8 | - | 7.078.660,08 | - |
| PB | IGARACY | 25 | 260 | 7 | - | 9.538.158,94 | - |
| PB | ITAPORANGA | 25 | 700 | 2 | - | 16.359.271,65 | - |
| PB | MANAÍRA | 25 | 900 | 8 | - | 11.478.957,49 | - |
| PB | POMBAL | 25 | 1210 | 1 | 8.007.291,62 | 31.651.721,05 | 25,30 |
| PB | SÃO JOSÉ DE PRINCESA | 25 | 1455 | 2 | - | 6.620.926,58 | - |
| PE | ABREU E LIMA | 26 | 5 | 4 | 15.390.372,29 | 80.715.805,16 | 19,07 |
| PE | AFOGADOS DA INGAZEIRA | 26 | 10 | 4 | (676.740,69) | 39.478.305,64 | - |
| PE | AFRÂNIO | 26 | 20 | 3 | 1.134.987,17 | 28.077.671,62 | 4,04 |
| PE | AGRESTINA | 26 | 30 | 2 | 4.935.807,51 | 27.784.055,07 | 17,76 |
| PE | ÁGUA PRETA | 26 | 40 | 1 | 2.549.115,37 | 38.240.050,12 | 6,67 |
| PE | ÁGUAS BELAS | 26 | 50 | 0 | 8.353.599,51 | 43.411.232,64 | 19,24 |
| PE | ALAGOINHA | 26 | 60 | 9 | (459.850,31) | 18.746.182,38 | - |

Relação Dívida Consolidada Liquida/Receita Corrente Liquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PE | ALIANCA | 26 | 70 | 8 | 16.051.788,29 | 42.664.011,59 | 37,62 |
| PE | ALTINHO | 26 | 80 | 7 | 7.738.678,97 | 21.552.344,35 | 35,91 |
| PE | AMARAJI | 26 | 90 | 6 | 3.119.877,47 | 25.193.207,49 | 12,38 |
| PE | ANGELIM | 26 | 100 | 3 | (582.258,56) | 14.764.507,66 | - |
| PE | ARARIPINA | 26 | 110 | 2 | (15.695.167,59) | 76.471.765,45 | - |
| PE | ARCOVERDE | 26 | 120 | 1 | 1.948.787,81 | 67.016.694,37 | 2,91 |
| PE | BARRA DE GUABIRABA | 26 | 130 | 0 | - | 16.721.392,18 | - |
| PE | BARREIROS | 26 | 140 | 9 | 10.338.743,59 | 44.769.587,87 | 23,09 |
| PE | BELEM DE SAO FRANCISCO | 26 | 160 | 7 | 4.961.741,87 | 26.888.699,00 | 18,45 |
| PE | BELO JARDIM | 26 | 170 | 6 | (1.382.497,84) | 84.374.337,73 | - |
| PE | BEZERROS | 26 | 190 | 4 | 2.906.723,25 | 53.110.595,11 | 5,47 |
| PE | BOM CONSELHO | 26 | 210 | 0 | (1.681.247,71) | 46.306.720,07 | - |
| PE | BONITO | 26 | 230 | 8 | 12.058.355,12 | 43.665.734,87 | 27,62 |
| PE | BUENOS AIRES | 26 | 270 | 4 | (3.020.273,10) | 15.589.956,56 | - |
| PE | BUIQUE | 26 | 280 | 3 | (6.125.606,72) | 55.683.817,50 | - |
| PE | CABO DE SANTO AGOSTINHO | 26 | 290 | 2 | (87.956.658,66) | 387.943.990,83 | - |
| PE | CABROBO | 26 | 300 | 9 | 9.207.411,72 | 36.818.884,00 | 25,01 |
| PE | CACHOEIRINHA | 26 | 310 | 8 | 4.910.826,47 | 21.168.537,65 | 23,20 |
| PE | CALUMBI | 26 | 340 | 5 | (679.536,94) | 11.601.334,01 | - |
| PE | CAMARAGIBE | 26 | 345 | 4 | 9.279.235,73 | 156.569.921,57 | 5,93 |
| PE | CAMOCIM DE SAO FELIX | 26 | 350 | 4 | 2.068.193,50 | 20.785.325,54 | 9,95 |
| PE | CAMUTANGA | 26 | 360 | 3 | 2.154.147,95 | 17.413.559,55 | 12,37 |
| PE | CANHOTINHO | 26 | 370 | 2 | 3.834.962,72 | 27.928.747,33 | 13,73 |
| PE | CAPOEIRAS | 26 | 380 | 1 | 2.747.904,59 | 25.525.104,04 | 10,77 |
| PE | CARNAUBEIRA DA PENHA | 26 | 392 | 8 | (1.660.822,91) | 16.869.705,58 | - |
| PE | CARPINA | 26 | 400 | 7 | 7.819.913,82 | 62.861.987,47 | 12,44 |
| PE | CARUARU | 26 | 410 | 6 | 2.767.441,70 | 334.630.881,13 | 0,83 |
| PE | CATENDE | 26 | 420 | 5 | 15.322.670,56 | 39.343.150,81 | 38,95 |
| PE | CEDRO | 26 | 430 | 4 | (1.447.403,61) | 16.533.248,99 | - |
| PE | CHA DE ALEGRIA | 26 | 440 | 3 | (1.344.271,51) | 17.034.526,51 | - |
| PE | CHA GRANDE | 26 | 450 | 2 | 3.307.470,14 | 31.038.642,46 | 10,66 |
| PE | CONDADO | 26 | 460 | 1 | 19.866.817,26 | 27.721.029,11 | 71,67 |
| PE | CORRENTES | 26 | 470 | 0 | (2.509.067,97) | 21.660.598,49 | - |
| PE | CORTES | 26 | 480 | 9 | - | 25.697.278,75 | - |
| PE | CUSTODIA | 26 | 510 | 3 | 2.704.485,00 | 47.893.580,00 | 5,65 |
| PE | DORMENTES | 26 | 515 | 2 | 6.022.409,95 | 22.948.043,00 | 26,24 |
| PE | EXU | 26 | 530 | 1 | (2.482.785,87) | 37.317.978,03 | - |
| PE | FEIRA NOVA | 26 | 540 | 0 | 398.009,75 | 23.823.188,51 | 1,67 |
| PE | FLORESTA | 26 | 570 | 7 | 9.576.647,57 | 50.319.505,01 | 19,03 |
| PE | FREI MIGUELINHO | 26 | 580 | 6 | 3.776.867,43 | 17.559.205,14 | 21,51 |
| PE | GAMELEIRA | 26 | 590 | 5 | - | 28.616.669,44 | - |
| PE | GARANHUNS | 26 | 600 | 2 | (1.672.876,47) | 121.837.258,52 | - |
| PE | GOIANA | 26 | 620 | 0 | 11.966.143,77 | 91.973.483,00 | 13,01 |
| PE | GRAVATA | 26 | 640 | 8 | 19.260.042,29 | 83.354.298,12 | 23,11 |
| PE | IATI | 26 | 650 | 7 | (1.972.654,95) | 26.807.048,74 | - |
| PE | IBIMIRIM | 26 | 660 | 6 | 3.402.013,03 | 31.250.020,05 | 10,89 |
| PE | IBIRAJUBA | 26 | 670 | 5 | 5.038.375,84 | 12.779.833,63 | 39,42 |
| PE | IGARASSU | 26 | 680 | 4 | (22.690.393,70) | 101.125.548,78 | - |
| PE | INAJA | 26 | 700 | 0 | (1.980.006,58) | 21.076.528,70 | - |
| PE | IPOJUCA | 26 | 720 | 8 | (113.222.845,83) | 351.404.279,60 | - |
| PE | IPUBI | 26 | 730 | 7 | (1.579.517,39) | 38.376.370,10 | - |
| PE | ITAIBA | 26 | 750 | 5 | 2.296.703,00 | 34.634.264,31 | 6,63 |
| PE | ITAMBE | 26 | 765 | 3 | 4.743.453,79 | 38.399.260,31 | 12,35 |
| PE | ITAQUITINGA | 26 | 780 | 2 | 3.732.054,66 | 32.358.252,52 | 11,53 |
| PE | JABOATAO DOS GUARARAPES | 26 | 790 | 1 | 25.589.940,28 | 583.384.479,11 | 4,39 |
| PE | JAQUEIRA | 26 | 795 | 0 | 5.275.652,83 | 14.674.417,00 | 35,95 |
| PE | JATAUBA | 26 | 800 | 8 | (642.861,34) | 22.700.662,50 | - |
| PE | JOAO ALFREDO | 26 | 810 | 7 | 5.735.481,51 | 32.536.911,01 | 17,63 |
| PE | JOAQUIM NABUCO | 26 | 820 | 6 | 855.377,62 | 24.698.923,75 | 3,46 |
| PE | JUCATI | 26 | 825 | 5 | 126.196,50 | 16.872.280,86 | 0,75 |
| PE | JUPI | 26 | 830 | 5 | (1.824.200,96) | 20.094.664,43 | - |
| PE | JUREMA | 26 | 840 | 4 | 6.155.161,09 | 18.079.694,07 | 34,04 |
| PE | LAGOA DO CARRO | 26 | 845 | 3 | 5.271.924,97 | 19.041.027,28 | 27,69 |
| PE | LAGOA DO ITAENGA | 26 | 850 | 3 | 3.006.517,72 | 29.955.388,50 | 10,04 |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PE | LAGOA DO OURO | 26 | 860 | 2 | (4.776.341,42) | 19.710.019,49 | - |
| PE | LAGOA DOS GATOS | 26 | 870 | 1 | 724.647,43 | 19.894.900,50 | 3,64 |
| PE | LAGOA GRANDE | 26 | 875 | 0 | 1.740.160,44 | 27.353.482,30 | 6,36 |
| PE | LAJEDO | 26 | 880 | 0 | (1.270.222,34) | 45.250.571,43 | - |
| PE | LIMOEIRO | 26 | 890 | 9 | 3.562.446,42 | 53.932.774,16 | 6,61 |
| PE | MANARI | 26 | 915 | 4 | (309.180,24) | 24.419.596,58 | - |
| PE | MARAIAL | 26 | 920 | 4 | (2.119.480,99) | 17.588.428,95 | - |
| PE | MIRANDIBA | 26 | 930 | 3 | (3.124.687,15) | 16.775.092,71 | - |
| PE | NAZARE DA MATA | 26 | 950 | 1 | 10.641.495,58 | 30.268.028,32 | 35,16 |
| PE | OROCO | 26 | 980 | 8 | 4.383.605,74 | 19.257.231,00 | 22,76 |
| PE | OURICURI | 26 | 990 | 7 | 23.328.145,61 | 68.035.829,00 | 34,29 |
| PE | PALMARES | 26 | 1000 | 4 | 5.356.286,73 | 82.202.217,16 | 6,52 |
| PE | PARANATAMA | 26 | 1030 | 1 | 404.667,34 | 18.284.228,21 | 2,21 |
| PE | PARNAMIRIM | 26 | 1040 | 0 | 4.403.027,81 | 25.677.838,00 | 17,15 |
| PE | PAUDALHO | 26 | 1060 | 8 | 27.892.023,90 | 50.954.711,72 | 54,74 |
| PE | PAULISTA | 26 | 1070 | 7 | 49.994.046,21 | 231.976.196,18 | 21,55 |
| PE | PETROLANDIA | 26 | 1100 | 2 | (9.789.157,85) | 66.851.872,84 | - |
| PE | PETROLINA | 26 | 1110 | 1 | 20.526.008,50 | 335.082.109,96 | 6,13 |
| PE | POMBOS | 26 | 1130 | 9 | (6.335.050,80) | 30.524.858,65 | - |
| PE | RECIFE | 26 | 1160 | 6 | 232.846.058,42 | 2.517.090.797,14 | 9,25 |
| PE | RIACHO DAS ALMAS | 26 | 1170 | 5 | 2.112.311,31 | 26.254.005,70 | 8,05 |
| PE | RIBEIRAO | 26 | 1180 | 4 | 10.153.597,71 | 48.599.625,98 | 20,89 |
| PE | RIO FORMOSO | 26 | 1190 | 3 | 5.201.032,89 | 35.912.083,76 | 14,48 |
| PE | SALGADINHO | 26 | 1210 | 9 | 154.759,66 | 11.643.164,06 | 1,33 |
| PE | SALGUEIRO | 26 | 1220 | 8 | (9.727.889,07) | 67.153.965,85 | - |
| PE | SALOA | 26 | 1230 | 7 | (2.167.719,93) | 21.472.601,98 | - |
| PE | SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE | 26 | 1247 | 1 | (983.497,95) | 15.077.655,18 | - |
| PE | SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE | 26 | 1250 | 5 | 9.021.004,70 | 74.066.559,17 | 12,18 |
| PE | SANTA FILOMENA | 26 | 1255 | 4 | 2.984.868,38 | 19.933.651,00 | 14,97 |
| PE | SANTA MARIA DA BOA VISTA | 26 | 1260 | 4 | 10.890.890,75 | 49.762.022,00 | 21,89 |
| PE | SANTA TEREZINHA | 26 | 1280 | 2 | (128.214,69) | 14.171.463,00 | - |
| PE | SAO BENEDITO DO SUL | 26 | 1290 | 1 | 5.082.000,18 | 16.522.829,76 | 30,76 |
| PE | SAO BENTO DO UNA | 26 | 1300 | 8 | 3.686.320,44 | 51.078.326,63 | 7,22 |
| PE | SAO CAITANO | 26 | 1310 | 7 | - | 35.243.486,62 | - |
| PE | SAO JOAQUIM DO MONTE | 26 | 1330 | 5 | 7.221.916,87 | 27.410.739,33 | 26,35 |
| PE | SAO JOSE DO BELMONTE | 26 | 1350 | 3 | (2.326.304,26) | 34.868.012,31 | - |
| PE | SAO JOSE DO EGITO | 26 | 1360 | 2 | 840.118,42 | 35.553.798,06 | 2,36 |
| PE | SAO LOURENCO DA MATA | 26 | 1370 | 1 | (420.546,50) | 90.710.416,21 | - |
| PE | SERRA TALHADA | 26 | 1390 | 9 | 13.052.791,65 | 84.134.663,84 | 15,51 |
| PE | SIRINHAEM | 26 | 1420 | 4 | 10.469.992,05 | 46.023.705,92 | 22,75 |
| PE | SOLIDAO | 26 | 1440 | 2 | 1.154.403,18 | 11.422.257,90 | 10,11 |
| PE | SURUBIM | 26 | 1450 | 1 | (7.228.189,48) | 57.278.833,06 | - |
| PE | TABIRA | 26 | 1460 | 0 | (2.828.262,01) | 28.274.048,95 | - |
| PE | TACAIMBO | 26 | 1470 | 9 | 3.302.461,15 | 14.927.235,42 | 22,12 |
| PE | TAMANDARE | 26 | 1485 | 7 | 3.916.191,36 | 33.511.134,98 | 11,69 |
| PE | TAQUARITINGA DO NORTE | 26 | 1500 | 3 | 9.301.445,57 | 27.174.394,40 | 34,23 |
| PE | TEREZINHA | 26 | 1510 | 2 | (1.131.654,02) | 11.865.597,86 | - |
| PE | TERRA NOVA | 26 | 1520 | 1 | (1.524.280,59) | 12.820.384,00 | - |
| PE | TIMBAUBA | 26 | 1530 | 0 | 14.464.303,06 | 54.125.162,75 | 26,72 |
| PE | TORITAMA | 26 | 1540 | 9 | (4.020.037,78) | 35.146.341,36 | - |
| PE | TRACUNHAEM | 26 | 1550 | 8 | 7.554.576,82 | 13.977.871,41 | 54,05 |
| PE | TRINDADE | 26 | 1560 | 7 | 3.110.265,87 | 33.065.892,39 | 9,41 |
| PE | TUPANATINGA | 26 | 1580 | 5 | (2.548.390,19) | 32.880.918,05 | - |
| PE | TUPARETAMA | 26 | 1590 | 4 | 2.663.922,45 | 12.694.959,67 | 20,98 |
| PE | VERTENTES | 26 | 1620 | 9 | (7.984.002,22) | 23.913.999,64 | - |
| PE | VICENCIA | 26 | 1630 | 8 | 5.886.133,43 | 33.459.174,83 | 17,59 |
| PE | VITORIA DE SANTO ANTAO | 26 | 1640 | 7 | 3.382.169,48 | 117.538.148,54 | 2,88 |
| PE | XEXEU | 26 | 1650 | 6 | - | 23.358.284,63 | - |
| PI | TERESINA | 22 | 1100 | 1 | (212.289.040,61) | 1.238.913.570,05 | - |
| PR | ANTONINA | 41 | 120 | 0 | 1.797.433,37 | 27.979.872,93 | 6,42 |
| PR | ARAPONGAS | 41 | 150 | 7 | (3.012.954,55) | 119.211.465,23 | - |
| PR | ARAUCARIA | 41 | 180 | 4 | (86.417.873,80) | 503.122.434,62 | - |
| PR | BOCAIUVA DO SUL | 41 | 310 | 7 | (1.148.213,61) | 16.616.571,09 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | CAFEARA | 41 | 340 | 4 | (906.289,03) | 7.468.459,90 | - |
| PR | CAMPO LARGO | 41 | 420 | 4 | (31.054.182,48) | 127.886.848,89 | - |
| PR | CAMPO MOURAO | 41 | 430 | 3 | (4.113.434,10) | 136.326.776,49 | - |
| PR | CASTRO | 41 | 490 | 7 | 461.368,91 | 97.483.876,16 | 0,47 |
| PR | CIANORTE | 41 | 550 | 8 | (19.392.945,93) | 100.346.466,40 | - |
| PR | CURITIBA | 41 | 690 | 2 | (10.613.269,50) | 3.910.781.023,20 | - |
| PR | FAZENDA RIO GRANDE | 41 | 765 | 2 | 4.670.940,78 | 80.630.425,24 | 5,79 |
| PR | FOZ DO IGUACU | 41 | 830 | 4 | 72.169.925,14 | 431.547.693,84 | 16,72 |
| PR | INDIANOPOLIS | 41 | 1040 | 9 | (567.825,78) | 9.923.015,37 | - |
| PR | IRATI | 41 | 1070 | 6 | (1.346.413,54) | 64.454.694,22 | - |
| PR | JANIOPOLIS | 41 | 1220 | 7 | 2.289.579,76 | 10.869.981,58 | 21,06 |
| PR | JUSSARA | 41 | 1300 | 7 | 649.390,16 | 11.423.297,07 | 5,68 |
| PR | LONDRINA | 41 | 1370 | 0 | 176.430.619,12 | 727.878.493,16 | 24,24 |
| PR | MANGUEIRINHA | 41 | 1440 | 1 | 2.831.184,91 | 36.243.296,15 | 7,81 |
| PR | MARECHAL CANDIDO RONDON | 41 | 1460 | 9 | (7.289.877,56) | 78.540.587,00 | - |
| PR | OURO VERDE DO OESTE | 41 | 1745 | 3 | (2.193.884,58) | 12.478.417,78 | - |
| PR | PARANAVAI | 41 | 1840 | 2 | 10.816.673,54 | 93.081.415,44 | 11,62 |
| PR | PATO BRANCO | 41 | 1850 | 1 | (8.531.002,71) | 123.369.127,00 | - |
| PR | PONTA GROSSA | 41 | 1990 | 5 | 129.904.000,14 | 377.948.574,00 | 34,37 |
| PR | RANCHO ALEGRE | 41 | 2130 | 7 | (1.304.415,83) | 7.368.114,79 | - |
| PR | RIBEIRAO DO PINHAL | 41 | 2190 | 1 | (494.338,97) | 14.028.278,61 | - |
| PR | ROLANDIA | 41 | 2240 | 4 | 5.606.244,16 | 73.529.436,85 | 7,62 |
| PR | SAO JOSE DOS PINHAIS | 41 | 2550 | 6 | (147.262.432,36) | 534.751.247,16 | - |
| PR | SARANDI | 41 | 2625 | 6 | (5.997.954,22) | 81.177.209,53 | - |
| PR | SENGES | 41 | 2630 | 6 | (4.177.839,32) | 24.530.838,34 | - |
| PR | TELEMACO BORBA | 41 | 2710 | 6 | 1.387.069,94 | 90.170.022,63 | 1,54 |
| PR | TOLEDO | 41 | 2770 | 0 | 3.798.985,59 | 174.540.023,19 | 2,18 |
| RJ | ARMACAO DOS BUZIOS | 33 | 23 | 3 | (10.896.049,20) | 152.208.998,60 | - |
| RJ | BARRA DO PIRAI | 33 | 30 | 8 | (30.649.959,60) | 132.955.608,90 | - |
| RJ | BARRA MANSA | 33 | 40 | 7 | 13.664.124,80 | 282.923.114,90 | 4,83 |
| RJ | BELFORD ROXO | 33 | 45 | 6 | 20.955.086,20 | 395.506.338,20 | 5,30 |
| RJ | CAMPOS DOS GOYTACAZES | 33 | 100 | 9 | (364.540.290,00) | 1.893.789.077,00 | - |
| RJ | DUQUE DE CAXIAS | 33 | 170 | 2 | - | 1.326.948.370,00 | - |
| RJ | IGUABA GRANDE | 33 | 187 | 6 | (4.062.235,40) | 49.094.864,00 | - |
| RJ | ITABORAI | 33 | 190 | 0 | (3.247.257,90) | 335.376.467,50 | - |
| RJ | MACAE | 33 | 240 | 3 | (170.008.238,50) | 1.409.836.520,30 | - |
| RJ | MARICA | 33 | 270 | 0 | (46.621.471,00) | 204.182.906,00 | - |
| RJ | MESQUITA | 33 | 285 | 8 | (83.023.871,10) | 163.497.055,61 | - |
| RJ | NILOPOLIS | 33 | 320 | 3 | (39.962.817,70) | 161.696.282,50 | - |
| RJ | NOVA IGUACU | 33 | 350 | 0 | 231.649.953,50 | 729.363.532,60 | 31,76 |
| RJ | PARACAMBI | 33 | 360 | 9 | 660.938,30 | 86.148.789,30 | 0,77 |
| RJ | QUEIMADOS | 33 | 414 | 4 | (30.565.717,00) | 139.644.008,10 | - |
| RJ | SAO JOAO DE MERITI | 33 | 510 | 9 | (189.735.957,20) | 333.380.694,10 | - |
| RJ | SAPUCAIA | 33 | 540 | 6 | (3.433.589,10) | 43.089.505,30 | - |
| RJ | TERESOPOLIS | 33 | 580 | 2 | (27.261.142,90) | 292.965.874,00 | - |
| RJ | TRES RIOS | 33 | 600 | 8 | (123.427.437,40) | 124.892.970,36 | - |
| RJ | VALENCA | 33 | 610 | 7 | 28.901.896,20 | 105.215.515,60 | 27,47 |
| RJ | VOLTA REDONDA | 33 | 630 | 5 | 314.198.500,00 | 665.174.100,00 | 47,24 |
| RN | ACU | 24 | 20 | 8 | (9.051.862,64) | 67.242.032,07 | - |
| RN | CAICO | 24 | 200 | 6 | (1.943.619,75) | 65.127.152,95 | - |
| RN | JACANA | 24 | 500 | 9 | 203.000,00 | 10.278.430,00 | 1,98 |
| RN | MOSSORO | 24 | 800 | 3 | 36.158.864,30 | 360.530.139,84 | 10,03 |
| RN | NATAL | 24 | 810 | 2 | 103.294.647,00 | 1.169.712.471,52 | 8,83 |
| RO | ARIQUEMES | 11 | 2 | 3 | (22.274.657,48) | 133.164.255,05 | - |
| RO | CACOAL | 11 | 4 | 9 | (3.162.235,47) | 111.056.409,49 | - |
| RO | CEREJEIRAS | 11 | 5 | 6 | (2.973.067,03) | 25.359.754,07 | - |
| RO | GUAJARA-MIRIM | 11 | 10 | 6 | (5.113.877,15) | 51.390.516,93 | - |
| RO | ITAPUA DO OESTE | 11 | 110 | 4 | (2.395.744,42) | 14.625.255,06 | - |
| RO | JARU | 11 | 11 | 4 | 2.260.873,88 | 68.783.534,94 | 3,32 |
| RO | JI-PARANA | 11 | 12 | 2 | (3.379.510,20) | 132.810.727,25 | - |
| RO | NOVA MAMORE | 11 | 33 | 8 | (6.988.971,27) | 29.054.062,33 | - |
| RO | PIMENTA BUENO | 11 | 18 | 9 | 7.596.783,27 | 42.316.287,36 | 17,95 |
| RO | PORTO VELHO | 11 | 20 | 5 | (74.055.710,39) | 739.313.297,29 | - |
| RO | PRESIDENTE MEDICI | 11 | 25 | 4 | (187.796,18) | 26.889.920,30 | - |
| RO | ROLIM DE MOURA | 11 | 28 | 8 | (3.173.901,55) | 64.824.153,85 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RR | BOA VISTA | 14 | 10 | 0 | (145.321.477,14) | 390.289.803,79 | - |
| RS | ALEGRETE | 43 | 40 | 6 | 70.004.176,87 | 103.322.035,23 | 67,75 |
| RS | ALVORADA | 43 | 60 | 4 | (5.627.078,45) | 164.173.528,91 | - |
| RS | ARARICA | 43 | 87 | 7 | 400.148,20 | 11.161.619,81 | 3,59 |
| RS | BAGE | 43 | 160 | 2 | (9.449.191,06) | 173.080.696,38 | - |
| RS | BARAO DO TRIUNFO | 43 | 175 | 0 | (914.006,74) | 11.609.516,79 | - |
| RS | BENTO GONCALVES | 43 | 210 | 5 | (31.681.529,80) | 204.757.407,91 | - |
| RS | CACHOEIRA DO SUL | 43 | 300 | 4 | 7.367.658,06 | 101.492.247,45 | 7,26 |
| RS | CACHOEIRINHA | 43 | 310 | 3 | 17.296.010,91 | 195.061.970,89 | 8,87 |
| RS | CAMAQUA | 43 | 350 | 9 | (9.331.631,02) | 77.499.127,85 | - |
| RS | CAMPO BOM | 43 | 390 | 5 | 9.000.790,98 | 109.108.277,27 | 8,25 |
| RS | CANGUCU | 43 | 450 | 7 | (2.807.075,86) | 68.609.161,14 | - |
| RS | CANOAS | 43 | 460 | 6 | 59.155.332,92 | 602.354.163,70 | 9,82 |
| RS | CAXIAS DO SUL | 43 | 510 | 8 | (97.380.238,06) | 915.397.699,55 | - |
| RS | ERECHIM | 43 | 700 | 5 | (23.107.835,43) | 127.903.166,72 | - |
| RS | ESTEIO | 43 | 770 | 8 | (28.548.690,50) | 132.044.203,41 | - |
| RS | FARROUPILHA | 43 | 790 | 6 | 23.265.658,09 | 110.452.738,11 | 21,06 |
| RS | FORQUETINHA | 43 | 843 | 3 | (2.381.097,23) | 8.066.990,04 | - |
| RS | GRAVATAI | 43 | 920 | 9 | 304.360.446,50 | 362.690.435,27 | 83,92 |
| RS | GUAIBA | 43 | 930 | 8 | (19.538.232,95) | 125.468.881,05 | - |
| RS | IJUI | 43 | 1020 | 7 | (29.237.789,21) | 148.167.138,08 | - |
| RS | IMBE | 43 | 1033 | 0 | 24.239.382,42 | 45.393.563,11 | 53,40 |
| RS | ITAQUI | 43 | 1060 | 3 | (3.685.759,96) | 59.042.043,18 | - |
| RS | JAGUARAO | 43 | 1100 | 7 | - | 32.739.985,82 | - |
| RS | LAJEADO | 43 | 1140 | 3 | (38.231.732,18) | 113.126.922,48 | - |
| RS | MONTENEGRO | 43 | 1240 | 1 | 49.573.764,01 | 105.095.313,42 | 47,17 |
| RS | NOVA BRESCIA | 43 | 1300 | 3 | 19.045,30 | 10.814.187,51 | 0,18 |
| RS | NOVA SANTA RITA | 43 | 1337 | 5 | (2.563.506,38) | 39.334.892,33 | - |
| RS | NOVO HAMBURGO | 43 | 1340 | 9 | 33.293.990,65 | 448.346.178,69 | 7,43 |
| RS | PAROBE | 43 | 1405 | 0 | (2.510.046,29) | 65.187.886,25 | - |
| RS | PASSO FUNDO | 43 | 1410 | 0 | (53.392.560,37) | 265.570.663,57 | - |
| RS | PINHEIRO MACHADO | 43 | 1450 | 6 | 622.553,92 | 22.478.446,63 | 2,77 |
| RS | PORTO ALEGRE | 43 | 1490 | 2 | (104.736.299,66) | 3.293.413.040,28 | - |
| RS | RIO GRANDE | 43 | 1560 | 2 | (34.432.894,13) | 305.592.820,91 | - |
| RS | RIO PARDO | 43 | 1570 | 1 | 13.474.880,88 | 41.598.301,88 | 32,39 |
| RS | RIOZINHO | 43 | 1575 | 0 | 380.474,11 | 10.179.356,23 | 3,74 |
| RS | ROLANTE | 43 | 1600 | 6 | (914.886,33) | 26.643.410,11 | - |
| RS | SANTA CRUZ DO SUL | 43 | 1680 | 8 | (7.126.094,85) | 211.039.939,80 | - |
| RS | SANTA MARGARIDA DO SUL | 43 | 1697 | 2 | (538.478,66) | 8.639.345,59 | - |
| RS | SANTA MARIA | 43 | 1690 | 7 | (1.988.488,27) | 267.794.854,38 | - |
| RS | SANTA ROSA | 43 | 1720 | 2 | (17.358.889,55) | 120.118.157,81 | - |
| RS | SANTO ANGELO | 43 | 1750 | 9 | (22.440.951,61) | 86.466.735,25 | - |
| RS | SAO GABRIEL | 43 | 1830 | 9 | (3.224.514,00) | 73.341.134,33 | - |
| RS | SAO LEOPOLDO | 43 | 1870 | 5 | 112.020.794,44 | 384.674.187,40 | 29,12 |
| RS | SAO PAULO DAS MISSOES | 43 | 1930 | 7 | (1.198.828,99) | 10.800.591,52 | - |
| RS | SAPIRANGA | 43 | 1990 | 1 | (33.851.624,79) | 110.226.232,96 | - |
| RS | SAPUCAIA DO SUL | 43 | 2000 | 8 | 40.298.657,58 | 195.684.153,27 | 20,59 |
| RS | SENTINELA DO SUL | 43 | 2035 | 4 | (413.962,83) | 8.725.562,72 | - |
| RS | SOLEDADE | 43 | 2080 | 0 | 59.630,38 | 37.905.994,46 | 0,16 |
| RS | TAQUARA | 43 | 2120 | 4 | (829.783,99) | 64.474.051,27 | - |
| RS | TAVARES | 43 | 2135 | 2 | 713.338,88 | 9.997.444,28 | 7,14 |
| RS | TORRES | 43 | 2150 | 1 | 4.529.975,43 | 65.466.052,52 | 6,92 |
| RS | URUGUAIANA | 43 | 2240 | 0 | 23.328.803,07 | 148.137.366,94 | 15,75 |
| RS | VACARIA | 43 | 2250 | 9 | (10.314.562,47) | 86.079.676,46 | - |
| RS | VENANCIO AIRES | 43 | 2260 | 8 | (15.607.068,78) | 86.501.763,29 | - |
| RS | VERANOPOLIS | 43 | 2280 | 6 | (3.627.290,91) | 41.802.467,08 | - |
| RS | VIAMAO | 43 | 2300 | 2 | 99.946.112,00 | 157.640.814,00 | 63,40 |
| RS | XANGRI-LA | 43 | 2380 | 4 | (13.014.201,49) | 49.377.369,25 | - |
| SC | ARAQUARI | 42 | 130 | 7 | (5.179.590,75) | 37.892.794,88 | - |
| SC | ARARANGUA | 42 | 140 | 6 | (2.548.437,03) | 73.307.953,48 | - |
| SC | BALNEARIO CAMBORIU | 42 | 200 | 8 | (149.340.270,16) | 352.555.524,48 | - |
| SC | BARRA BONITA | 42 | 209 | 9 | (842.800,82) | 6.902.369,61 | - |
| SC | BIGUACU | 42 | 230 | 5 | (3.040.027,93) | 91.483.297,53 | - |
| SC | BLUMENAU | 42 | 240 | 4 | 72.510.128,40 | 676.916.642,32 | 10,71 |
| SC | BRUSQUE | 42 | 290 | 9 | 30.692.291,89 | 176.023.836,46 | 17,44 |
| SC | CACADOR | 42 | 300 | 6 | 1.687.757,24 | 92.811.466,48 | 1,82 |
| SC | CAMBORIU | 42 | 320 | 4 | (8.918.242,03) | 82.842.575,41 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | CANOINHAS | 42 | 380 | 8 | (8.377.680,78) | 76.468.524,17 | - |
| SC | CHAPECO | 42 | 420 | 2 | 30.445.481,07 | 334.961.596,59 | 9,09 |
| SC | CONCORDIA | 42 | 430 | 1 | (17.466.857,51) | 127.193.828,26 | - |
| SC | CRICIUMA | 42 | 460 | 8 | 68.479.052,95 | 342.340.511,14 | 20,00 |
| SC | FAXINAL DOS GUEDES | 42 | 530 | 8 | (440.531,23) | 20.308.172,47 | - |
| SC | FLORIANOPOLIS | 42 | 540 | 7 | 211.512.355,94 | 857.355.639,89 | 24,67 |
| SC | GALVAO | 42 | 560 | 5 | (392.585,67) | 8.527.332,03 | - |
| SC | GASPAR | 42 | 590 | 2 | (30.915.652,91) | 98.350.174,98 | - |
| SC | GRAO PARA | 42 | 610 | 8 | 687.082,05 | 11.466.112,82 | 5,99 |
| SC | IBIAM | 42 | 675 | 1 | (247.915,85) | 7.833.548,20 | - |
| SC | ICARA | 42 | 700 | 7 | 5.204.851,27 | 89.306.822,39 | 5,83 |
| SC | INDAIAL | 42 | 750 | 2 | (11.271.574,23) | 90.772.270,25 | - |
| SC | IPIRA | 42 | 760 | 1 | (1.078.688,23) | 10.352.730,83 | - |
| SC | IPUACU | 42 | 768 | 4 | (855.035,97) | 14.317.417,70 | - |
| SC | ITAJAI | 42 | 820 | 3 | (10.309.571,53) | 578.789.707,76 | - |
| SC | ITAPEMA | 42 | 830 | 2 | (8.889.324,92) | 100.271.378,59 | - |
| SC | ITAPOA | 42 | 845 | 0 | (5.374.536,15) | 39.454.135,51 | - |
| SC | JARAGUA DO SUL | 42 | 890 | 6 | (40.728.251,02) | 371.125.475,29 | - |
| SC | JOACABA | 42 | 900 | 3 | (18.803.909,79) | 70.217.484,28 | - |
| SC | JOINVILLE | 42 | 910 | 2 | 321.303.054,43 | 955.263.812,08 | 33,64 |
| SC | LAGES | 42 | 930 | 0 | 21.794.680,48 | 256.170.574,00 | 8,51 |
| SC | LAGUNA | 42 | 940 | 9 | (3.739.246,41) | 57.672.901,70 | - |
| SC | LEBON REGIS | 42 | 970 | 6 | (2.403.606,47) | 16.338.737,41 | - |
| SC | LUZERNA | 42 | 1003 | 5 | (1.901.553,84) | 11.891.038,99 | - |
| SC | MAFRA | 42 | 1010 | 0 | (5.954.010,46) | 78.111.527,30 | - |
| SC | MAREMA | 42 | 1055 | 5 | (286.377,37) | 8.365.636,06 | - |
| SC | MATOS COSTA | 42 | 1070 | 4 | 378.745,87 | 7.554.744,34 | 5,01 |
| SC | NAVEGANTES | 42 | 1130 | 6 | (7.998.952,95) | 106.113.771,42 | - |
| SC | PALHOCA | 42 | 1190 | 0 | (37.788.413,90) | 182.416.506,13 | - |
| SC | PETROLANDIA | 42 | 1270 | 0 | (1.236.193,73) | 9.956.193,46 | - |
| SC | RIO DO SUL | 42 | 1480 | 5 | (9.073.154,82) | 131.757.128,49 | - |
| SC | RIO NEGRINHO | 42 | 1500 | 0 | 1.032.982,82 | 71.392.253,67 | 1,45 |
| SC | SALETE | 42 | 1530 | 7 | (2.178.327,41) | 12.758.748,72 | - |
| SC | SALTO VELOSO | 42 | 1540 | 6 | (767.217,15) | 13.808.883,08 | - |
| SC | SAO BENTO DO SUL | 42 | 1580 | 2 | (6.078.556,14) | 155.396.352,17 | - |
| SC | SAO FRANCISCO DO SUL | 42 | 1620 | 6 | (20.336.482,93) | 138.161.672,56 | - |
| SC | SAO JOSE | 42 | 1660 | 2 | (71.730.698,99) | 300.681.687,33 | - |
| SC | SIDEROPOLIS | 42 | 1760 | 0 | 445.891,50 | 20.527.671,74 | 2,17 |
| SC | TAIO | 42 | 1780 | 8 | 406.288,12 | 29.553.469,69 | 1,37 |
| SC | TREZE TILIAS | 42 | 1850 | 9 | (2.924.306,69) | 15.170.002,66 | - |
| SC | TUBARAO | 42 | 1870 | 7 | (3.023.698,55) | 136.752.894,34 | - |
| SC | URUBICI | 42 | 1890 | 5 | (1.160.342,13) | 16.185.918,84 | - |
| SC | VARGEAO | 42 | 1910 | 1 | (1.891.970,82) | 9.968.041,34 | - |
| SC | VIDAL RAMOS | 42 | 1920 | 0 | (1.947.372,82) | 14.806.491,89 | - |
| SC | XANXERE | 42 | 1950 | 7 | 5.997.947,88 | 63.399.923,48 | 9,46 |
| SE | ARACAJU | 28 | 30 | 8 | 16.416.048,07 | 881.655.926,22 | 1,86 |
| SE | ESTANCIA | 28 | 210 | 6 | 8.304.820,00 | 101.712.596,03 | 8,16 |
| SE | LAGARTO | 28 | 350 | 0 | (1.713.212,00) | 104.631.310,85 | - |
| SE | NOSSA SENHORA DA GLORIA | 28 | 450 | 8 | (4.274.363,35) | 37.113.001,22 | - |
| SE | NOSSA SENHORA DO SOCORRO | 28 | 480 | 5 | (2.524.096,00) | 135.693.826,00 | - |
| SP | ADAMANTINA | 35 | 10 | 5 | (10.510.070,26) | 77.526.674,38 | - |
| SP | AGUAI | 35 | 30 | 3 | - | 50.018.762,80 | - |
| SP | AGUAS DE LINDOIA | 35 | 50 | 1 | (986.774,00) | 40.296.128,00 | - |
| SP | ALTINOPOLIS | 35 | 100 | 4 | (637.886,39) | 38.388.444,02 | - |
| SP | AMPARO | 35 | 190 | 5 | (26.455.812,53) | 136.179.967,71 | - |
| SP | ANALANDIA | 35 | 200 | 2 | (2.773.747,00) | 16.393.552,00 | - |
| SP | APIAI | 35 | 270 | 5 | 10.665.725,81 | 36.160.443,36 | 29,50 |
| SP | ARACATUBA | 35 | 280 | 4 | 162.145.382,73 | 345.779.726,53 | 46,89 |
| SP | ARACOIABA DA SERRA | 35 | 290 | 3 | (6.411.741,86) | 49.199.463,87 | - |
| SP | ARANDU | 35 | 310 | 9 | 847.439,57 | 15.108.850,20 | 5,61 |
| SP | ARARAQUARA | 35 | 320 | 8 | (913.236,37) | 447.347.332,78 | - |
| SP | ARARAS | 35 | 330 | 7 | (18.477.981,80) | 270.916.795,68 | - |
| SP | ARUJA | 35 | 390 | 1 | (51.081.385,67) | 144.407.294,29 | - |
| SP | ATIBAIA | 35 | 410 | 7 | (43.648.199,24) | 275.619.564,98 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | AVANHANDAVA | 35 | 440 | 4 | 1.572.161,79 | 20.132.429,26 | 7,81 |
| SP | BARUERI | 35 | 570 | 8 | (361.344.538,44) | 1.492.781.591,26 | - |
| SP | BASTOS | 35 | 580 | 7 | 327.881,95 | 32.960.945,91 | 0,99 |
| SP | BAURU | 35 | 600 | 3 | 17.696.199,65 | 574.218.905,11 | 3,08 |
| SP | BEBEDOURO | 35 | 610 | 2 | (15.596.739,49) | 130.852.117,82 | - |
| SP | BERNARDINO DE CAMPOS | 35 | 630 | 0 | (3.411.346,07) | 17.237.457,85 | - |
| SP | BIRIGUI | 35 | 650 | 8 | (24.630.526,01) | 181.285.297,48 | - |
| SP | BIRITIBA-MIRIM | 35 | 660 | 7 | 4.354.909,38 | 36.639.503,26 | 11,89 |
| SP | BOM SUCESSO DE ITARARE | 35 | 715 | 9 | (1.185.980,00) | 9.655.219,00 | - |
| SP | BORACEIA | 35 | 730 | 8 | (1.293.570,17) | 14.503.729,68 | - |
| SP | BORBOREMA | 35 | 740 | 7 | 1.869.118,26 | 24.581.943,15 | 7,60 |
| SP | BRAGANCA PAULISTA | 35 | 760 | 5 | (76.302.651,35) | 275.130.128,54 | - |
| SP | BREJO ALEGRE | 35 | 775 | 3 | (3.127.845,34) | 10.606.280,27 | - |
| SP | BRODOWSKI | 35 | 780 | 3 | 11.729.308,61 | 39.802.150,05 | 29,47 |
| SP | CABREUVA | 35 | 840 | 5 | (10.236.839,39) | 79.465.045,49 | - |
| SP | CAFELANDIA | 35 | 880 | 1 | 1.264.702,44 | 29.408.783,64 | 4,30 |
| SP | CAJAMAR | 35 | 920 | 5 | 58.666.393,67 | 229.053.991,71 | 25,61 |
| SP | CAJATI | 35 | 925 | 4 | (5.662.364,00) | 59.150.123,53 | - |
| SP | CAJOBI | 35 | 930 | 4 | 2.463.246,95 | 17.733.111,73 | 13,89 |
| SP | CAJURU | 35 | 940 | 3 | (3.868.608,70) | 37.387.994,73 | - |
| SP | CAMPINAS | 35 | 950 | 2 | 806.839.620,01 | 2.404.856.591,56 | 33,55 |
| SP | CAPAO BONITO | 35 | 1020 | 3 | 13.974.791,00 | 75.670.705,00 | 18,47 |
| SP | CAPELA DO ALTO | 35 | 1030 | 2 | (824.482,04) | 32.532.028,47 | - |
| SP | CARAPICUIBA | 35 | 1060 | 9 | 58.919.301,00 | 292.000.483,00 | 20,18 |
| SP | CASTILHO | 35 | 1100 | 3 | (6.209.391,66) | 58.894.224,88 | - |
| SP | CATANDUVA | 35 | 1110 | 2 | (97.234.867,20) | 241.508.474,04 | - |
| SP | CERQUEIRA CESAR | 35 | 1140 | 9 | (298.514,00) | 32.236.888,00 | - |
| SP | CESARIO LANGE | 35 | 1160 | 7 | 113.138,98 | 27.802.714,72 | 0,41 |
| SP | CHAVANTES | 35 | 5720 | 4 | (1.690.022,32) | 23.168.235,31 | - |
| SP | CONCHAL | 35 | 1220 | 9 | 4.599.390,97 | 49.609.887,82 | 9,27 |
| SP | CORDEIROPOLIS | 35 | 1240 | 7 | (3.831.921,46) | 77.154.129,16 | - |
| SP | CORONEL MACEDO | 35 | 1260 | 5 | 5.177.154,20 | 11.948.797,80 | 43,33 |
| SP | CORUMBATAI | 35 | 1270 | 4 | (1.780.768,00) | 14.074.754,00 | - |
| SP | COSMOPOLIS | 35 | 1280 | 3 | 44.386.971,98 | 99.962.770,80 | 44,40 |
| SP | COSMORAMA | 35 | 1290 | 2 | (968.139,58) | 15.994.273,49 | - |
| SP | CRAVINHOS | 35 | 1310 | 8 | (1.783.246,64) | 62.060.226,08 | - |
| SP | CRUZALIA | 35 | 1330 | 6 | 186.119,73 | 10.213.859,70 | 1,82 |
| SP | CRUZEIRO | 35 | 1340 | 5 | 45.839.515,80 | 115.715.476,08 | 39,61 |
| SP | DIADEMA | 35 | 1380 | 1 | 159.445.190,74 | 685.214.379,01 | 23,27 |
| SP | DOURADO | 35 | 1430 | 4 | 367.778,03 | 15.522.702,19 | 2,37 |
| SP | DRACENA | 35 | 1440 | 3 | (967.299,57) | 70.416.859,61 | - |
| SP | EMBU | 35 | 1500 | 4 | (10.520.203,64) | 285.855.239,93 | - |
| SP | ESPIRITO SANTO DO PINHAL | 35 | 1518 | 6 | (14.469.586,20) | 65.966.775,39 | - |
| SP | FERNANDO PRESTES | 35 | 1560 | 8 | (3.072.426,18) | 13.233.745,67 | - |
| SP | FLORINIA | 35 | 1610 | 1 | 429.522,32 | 11.708.870,89 | 3,67 |
| SP | FRANCA | 35 | 1620 | 0 | (116.754.519,76) | 387.917.742,24 | - |
| SP | FRANCISCO MORATO | 35 | 1630 | 9 | (64.187.202,87) | 167.678.387,41 | - |
| SP | GASTAO VIDIGAL | 35 | 1680 | 4 | (456.286,40) | 9.950.770,88 | - |
| SP | GENERAL SALGADO | 35 | 1690 | 3 | 33.883.861,16 | 22.585.487,86 | 150,02 |
| SP | GLICERIO | 35 | 1710 | 9 | (493.004,51) | 12.029.950,99 | - |
| SP | GUAIRA | 35 | 1740 | 6 | (41.621.710,16) | 95.430.676,09 | - |
| SP | GUAPIACU | 35 | 1750 | 5 | (2.990.420,02) | 39.125.797,84 | - |
| SP | GUARACI | 35 | 1790 | 1 | 6.751.906,59 | 26.464.496,79 | 25,51 |
| SP | GUARARAPES | 35 | 1820 | 6 | 3.080.029,53 | 48.396.713,79 | 6,36 |
| SP | GUARAREMA | 35 | 1830 | 5 | (35.402.132,68) | 132.495.072,23 | - |
| SP | GUARATINGUETA | 35 | 1840 | 4 | 36.294.041,72 | 190.615.813,46 | 19,04 |
| SP | GUARUJA | 35 | 1870 | 1 | 345.580.302,43 | 740.262.396,83 | 46,68 |
| SP | GUARULHOS | 35 | 1880 | 0 | 1.373.170.273,94 | 2.333.582.048,65 | 58,84 |
| SP | HORTOLANDIA | 35 | 1907 | 1 | (208.542.942,86) | 406.214.389,72 | - |
| SP | IBIRAREMA | 35 | 1950 | 1 | 637.629,56 | 14.218.642,28 | 4,48 |
| SP | IBITINGA | 35 | 1960 | 0 | (9.394.586,28) | 75.117.783,66 | - |
| SP | IEPE | 35 | 1990 | 7 | (28.487,47) | 19.560.385,09 | - |
| SP | ILHA COMPRIDA | 35 | 2042 | 6 | 2.017.774,14 | 36.235.561,55 | 5,57 |
| SP | ILHABELA | 35 | 2040 | 0 | (19.765.883,52) | 111.046.083,60 | - |
| SP | INDAIATUBA | 35 | 2050 | 9 | (543.496.265,54) | 537.911.696,44 | - |
| SP | INUBIA PAULISTA | 35 | 2080 | 6 | (2.047.223,33) | 9.717.627,17 | - |
| SP | IPAUSSU | 35 | 2090 | 5 | (1.276.923,94) | 29.846.369,69 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | IPEUNA | 35 | 2110 | 1 | (3.324.112,27) | 17.962.962,68 | - |
| SP | IPUA | 35 | 2130 | 9 | (3.528.924,82) | 33.426.432,34 | - |
| SP | ITAI | 35 | 2180 | 4 | (2.225.847,00) | 49.532.367,20 | - |
| SP | ITANHAEM | 35 | 2210 | 9 | 48.363.690,42 | 194.574.167,05 | 24,86 |
| SP | ITAPECERICA DA SERRA | 35 | 2220 | 8 | (32.079.493,60) | 238.670.494,22 | - |
| SP | ITAPEVA | 35 | 2240 | 6 | 26.161.737,27 | 166.767.217,56 | 15,69 |
| SP | ITAPIRA | 35 | 2260 | 4 | 691.013,41 | 134.437.327,81 | 0,51 |
| SP | ITAPOLIS | 35 | 2270 | 3 | 7.695.390,05 | 60.045.295,79 | 12,82 |
| SP | ITAPORANGA | 35 | 2280 | 2 | - | 23.475.924,68 | - |
| SP | ITAQUAQUECETUBA | 35 | 2310 | 7 | 80.166.807,24 | 327.135.462,67 | 24,51 |
| SP | ITATIBA | 35 | 2340 | 4 | (54.588.515,02) | 207.709.740,95 | - |
| SP | ITIRAPINA | 35 | 2360 | 2 | (792.651,00) | 35.179.615,00 | - |
| SP | ITU | 35 | 2390 | 9 | 6.118.364,01 | 339.138.230,51 | 1,80 |
| SP | ITUPEVA | 35 | 2400 | 6 | 3.631.977,23 | 112.606.423,89 | 3,23 |
| SP | JACAREI | 35 | 2440 | 2 | 23.789.417,16 | 409.519.421,64 | 5,81 |
| SP | JACUPIRANGA | 35 | 2460 | 0 | 1.719.560,94 | 26.684.823,17 | 6,44 |
| SP | JAGUARIUNA | 35 | 2470 | 9 | (10.021.737,15) | 187.100.997,00 | - |
| SP | JALES | 35 | 2480 | 8 | 25.736.895,22 | 66.429.581,32 | 38,74 |
| SP | JARINU | 35 | 2520 | 1 | (6.666.316,15) | 51.645.595,27 | - |
| SP | JUNDIAI | 35 | 2590 | 4 | 87.562.422,13 | 1.045.112.412,31 | 8,38 |
| SP | LEME | 35 | 2670 | 4 | 14.931.432,81 | 161.883.940,98 | 9,22 |
| SP | LENCOIS PAULISTA | 35 | 2680 | 3 | (26.039.416,09) | 148.048.236,53 | - |
| SP | LINS | 35 | 2710 | 8 | (14.072.888,05) | 110.173.651,17 | - |
| SP | LOUVEIRA | 35 | 2730 | 6 | (201.138.643,36) | 226.564.905,32 | - |
| SP | LUCIANOPOLIS | 35 | 2750 | 4 | - | 8.864.972,25 | - |
| SP | LUTECIA | 35 | 2790 | 0 | (1.551.029,89) | 11.309.117,93 | - |
| SP | MAIRIPORA | 35 | 2850 | 2 | (34.957.301,82) | 126.710.915,35 | - |
| SP | MARIAPOLIS | 35 | 2890 | 8 | (1.836.623,87) | 9.096.586,41 | - |
| SP | MARTINOPOLIS | 35 | 2920 | 3 | 16.079.574,42 | 43.209.312,15 | 37,21 |
| SP | MAUA | 35 | 2940 | 1 | 425.307.586,37 | 577.823.764,94 | 73,61 |
| SP | MIGUELOPOLIS | 35 | 2970 | 8 | 17.507.447,45 | 46.849.642,70 | 37,37 |
| SP | MINEIROS DO TIETE | 35 | 2980 | 7 | 2.187.695,03 | 18.089.890,11 | 12,09 |
| SP | MOGI DAS CRUZES | 35 | 3060 | 7 | (39.944.385,12) | 690.308.160,61 | - |
| SP | MOJI MIRIM | 35 | 3080 | 5 | (13.962.251,90) | 208.203.066,25 | - |
| SP | MONGAGUA | 35 | 3110 | 0 | 4.673.480,99 | 108.850.160,93 | 4,29 |
| SP | MONTE MOR | 35 | 3180 | 3 | (10.108.715,31) | 109.891.861,04 | - |
| SP | NHANDEARA | 35 | 3260 | 3 | (185.692,47) | 19.816.834,35 | - |
| SP | NOVA GUATAPORANGA | 35 | 3310 | 6 | (1.618.687,51) | 7.871.064,05 | - |
| SP | ONDA VERDE | 35 | 3400 | 5 | (3.514.721,87) | 13.978.047,06 | - |
| SP | ORINDIUVA | 35 | 3420 | 3 | (4.705.505,50) | 17.511.068,12 | - |
| SP | ORLANDIA | 35 | 3430 | 2 | 4.333.982,99 | 91.355.992,83 | 4,74 |
| SP | OSASCO | 35 | 3440 | 1 | 797.563.352,00 | 1.288.879.546,96 | 61,88 |
| SP | OSVALDO CRUZ | 35 | 3460 | 9 | (5.333.282,65) | 43.958.632,65 | - |
| SP | OURINHOS | 35 | 3470 | 8 | (11.738.238,06) | 208.962.305,03 | - |
| SP | PACAEMBU | 35 | 3490 | 6 | 766.056,09 | 19.723.225,30 | 3,88 |
| SP | PALMITAL | 35 | 3530 | 9 | (5.436.275,82) | 43.228.652,35 | - |
| SP | PARAGUACU PAULISTA | 35 | 3550 | 7 | 2.405.610,16 | 84.085.016,40 | 2,86 |
| SP | PAULINIA | 35 | 3650 | 5 | 290.738.459,08 | 866.146.162,73 | 33,57 |
| SP | PEDERNEIRAS | 35 | 3670 | 3 | (19.844.418,60) | 68.264.794,26 | - |
| SP | PEDREIRA | 35 | 3710 | 7 | 7.304.975,04 | 75.366.747,89 | 9,69 |
| SP | PEDRO DE TOLEDO | 35 | 3720 | 6 | (2.769.596,94) | 19.879.800,96 | - |
| SP | PENAPOLIS | 35 | 3730 | 5 | 10.085.386,94 | 113.825.297,60 | 8,86 |
| SP | PEREIRAS | 35 | 3750 | 3 | - | 13.882.760,05 | - |
| SP | PIEDADE | 35 | 3780 | 0 | (5.227.366,55) | 64.131.094,72 | - |
| SP | PINDAMONHANGABA | 35 | 3800 | 6 | (60.719.020,88) | 297.600.663,51 | - |
| SP | PINHALZINHO | 35 | 3820 | 4 | (1.326.290,01) | 19.280.952,50 | - |
| SP | PIQUEROBI | 35 | 3830 | 3 | (1.354.946,00) | 12.196.289,00 | - |
| SP | PIQUETE | 35 | 3850 | 1 | - | 17.635.768,70 | - |
| SP | PIRACAIA | 35 | 3860 | 0 | 100.353,44 | 42.236.327,99 | 0,24 |
| SP | PIRACICABA | 35 | 3870 | 9 | (108.903.683,67) | 832.549.579,12 | - |
| SP | PIRAJU | 35 | 3880 | 8 | (3.851.592,85) | 48.053.174,54 | - |
| SP | PIRASSUNUNGA | 35 | 3930 | 1 | (29.399.287,59) | 134.881.778,30 | - |
| SP | PITANGUEIRAS | 35 | 3950 | 9 | (8.270.983,40) | 63.219.806,37 | - |
| SP | PLATINA | 35 | 3970 | 7 | (1.644.070,98) | 10.227.926,49 | - |
| SP | POA | 35 | 3980 | 6 | (73.766.043,67) | 278.950.612,36 | - |
| SP | PORTO FERREIRA | 35 | 4070 | 5 | 14.064.670,61 | 102.266.566,81 | 13,75 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | POTIM | 35 | 4075 | 4 | (39.642,47) | 28.211.913,25 | - |
| SP | PRAIA GRANDE | 35 | 4100 | 0 | (26.728.864,76) | 663.738.050,86 | - |
| SP | PRESIDENTE BERNARDES | 35 | 4120 | 8 | 3.408.821,77 | 24.737.260,12 | 13,78 |
| SP | PRESIDENTE PRUDENTE | 35 | 4140 | 6 | 19.621.711,93 | 355.662.673,59 | 5,52 |
| SP | PRESIDENTE VENCESLAU | 35 | 4150 | 5 | (19.704.534,23) | 59.384.950,69 | - |
| SP | RANCHARIA | 35 | 4220 | 6 | (2.841.868,25) | 55.326.732,74 | - |
| SP | RIBEIRAO BONITO | 35 | 4290 | 9 | (7.173.269,09) | 20.078.721,54 | - |
| SP | RIBEIRAO CORRENTE | 35 | 4310 | 5 | (1.144.038,85) | 11.720.623,29 | - |
| SP | RIBEIRAO GRANDE | 35 | 4325 | 3 | (10.925.353,62) | 18.150.977,32 | - |
| SP | RIBEIRAO PIRES | 35 | 4330 | 3 | 19.112.497,61 | 178.035.669,55 | 10,74 |
| SP | RIBEIRAO PRETO | 35 | 4340 | 2 | 519.132.021,09 | 1.199.826.663,72 | 43,27 |
| SP | RIO CLARO | 35 | 4390 | 7 | 82.538.145,86 | 400.776.079,25 | 20,59 |
| SP | RIO DAS PEDRAS | 35 | 4400 | 4 | 7.801.572,59 | 69.372.536,70 | 11,25 |
| SP | RIO GRANDE DA SERRA | 35 | 4410 | 3 | 2.630.067,49 | 41.951.979,74 | 6,27 |
| SP | ROSEIRA | 35 | 4430 | 1 | 2.812.413,48 | 17.583.647,23 | 15,99 |
| SP | SALTO DE PIRAPORA | 35 | 4530 | 8 | (6.942.057,36) | 68.612.550,65 | - |
| SP | SALTO GRANDE | 35 | 4540 | 7 | 2.844.075,19 | 15.658.577,34 | 18,16 |
| SP | SANTA CRUZ DA CONCEICAO | 35 | 4620 | 7 | (242.755,00) | 12.807.768,00 | - |
| SP | SANTA CRUZ DA ESPERANCA | 35 | 4625 | 6 | - | 8.627.344,99 | - |
| SP | SANTA CRUZ DO RIO PARDO | 35 | 4640 | 5 | (3.420.813,62) | 71.049.284,83 | - |
| SP | SANTA RITA DO PASSA QUATRO | 35 | 4750 | 2 | (3.469.217,15) | 53.621.975,83 | - |
| SP | SANTA ROSA DE VITERBO | 35 | 4760 | 1 | 14.235.113,44 | 39.359.645,40 | 36,17 |
| SP | SANTO ANASTACIO | 35 | 4770 | 0 | - | 30.756.275,27 | - |
| SP | SANTO ANTONIO DA ALEGRIA | 35 | 4790 | 8 | (595.823,26) | 12.301.089,48 | - |
| SP | SANTOS | 35 | 4850 | 0 | 51.772.049,53 | 1.297.717.610,76 | 3,99 |
| SP | SAO BERNARDO DO CAMPO | 35 | 4870 | 8 | 417.250.719,44 | 2.314.068.233,47 | 18,03 |
| SP | SAO CAETANO DO SUL | 35 | 4880 | 7 | (43.499.440,51) | 857.876.196,42 | - |
| SP | SAO CARLOS | 35 | 4890 | 6 | 3.781.137,15 | 456.572.620,37 | 0,83 |
| SP | SAO JOAO DA BOA VISTA | 35 | 4910 | 2 | (85.627.107,29) | 152.495.063,59 | - |
| SP | SAO JOAO DE IRACEMA | 35 | 4925 | 0 | (7.973.028,16) | 9.043.554,99 | - |
| SP | SAO JOAO DO PAU D'ALHO | 35 | 4930 | 0 | (1.512.661,77) | 8.813.361,78 | - |
| SP | SAO JOAQUIM DA BARRA | 35 | 4940 | 9 | (439.802,97) | 77.591.973,41 | - |
| SP | SAO JOSE DO RIO PRETO | 35 | 4980 | 5 | (84.749.093,32) | 818.141.974,04 | - |
| SP | SAO JOSE DOS CAMPOS | 35 | 4990 | 4 | (299.323.810,79) | 1.610.728.466,49 | - |
| SP | SAO PEDRO DO TURVO | 35 | 5050 | 6 | (2.145.451,98) | 16.311.155,71 | - |
| SP | SAO ROQUE | 35 | 5060 | 5 | (66.725.462,58) | 157.039.214,97 | - |
| SP | SAO SEBASTIAO | 35 | 5070 | 4 | (31.665.338,34) | 429.839.296,14 | - |
| SP | SAO SEBASTIAO DA GRAMA | 35 | 5080 | 3 | - | 21.007.029,95 | - |
| SP | SAO VICENTE | 35 | 5100 | 9 | 72.704.225,77 | 565.370.367,76 | 12,86 |
| SP | SEBASTIANOPOLIS DO SUL | 35 | 5130 | 6 | (1.375.057,09) | 13.245.504,92 | - |
| SP | SERRANA | 35 | 5150 | 4 | 46.247.273,74 | 71.490.874,43 | 64,69 |
| SP | SERTAOZINHO | 35 | 5170 | 2 | (1.036.934,74) | 257.513.116,22 | - |
| SP | SOROCABA | 35 | 5220 | 5 | (55.560.822,77) | 1.259.024.703,89 | - |
| SP | TABATINGA | 35 | 5270 | 0 | (2.876.438,33) | 25.143.243,94 | - |
| SP | TABOAO DA SERRA | 35 | 5280 | 9 | (18.809.566,00) | 395.833.425,00 | - |
| SP | TAGUAI | 35 | 5300 | 5 | (1.189.147,88) | 14.877.026,57 | - |
| SP | TAIUVA | 35 | 5320 | 3 | (1.607.922,00) | 12.275.440,00 | - |
| SP | TAMBAU | 35 | 5330 | 2 | 671.751,33 | 43.613.075,85 | 1,54 |
| SP | TAPIRAI | 35 | 5350 | 0 | (4.779.920,91) | 16.736.445,87 | - |
| SP | TAQUARITUBA | 35 | 5380 | 7 | 1.577.341,79 | 35.662.081,85 | 4,42 |
| SP | TARUMA | 35 | 5395 | 5 | (2.467.174,13) | 34.472.239,26 | - |
| SP | TATUI | 35 | 5400 | 3 | 7.973.412,45 | 179.294.713,55 | 4,45 |
| SP | TEODORO SAMPAIO | 35 | 5430 | 0 | 10.547.787,44 | 40.168.540,70 | 26,26 |
| SP | TIETE | 35 | 5450 | 8 | (4.627.859,61) | 83.208.585,73 | - |
| SP | TUPA | 35 | 5500 | 0 | (14.642.648,76) | 90.309.261,68 | - |
| SP | UBATUBA | 35 | 5540 | 6 | (168.640.253,89) | 183.843.343,20 | - |
| SP | UBIRAJARA | 35 | 5550 | 5 | (2.170.970,39) | 10.649.530,89 | - |
| SP | UCHOA | 35 | 5560 | 4 | (1.055.798,25) | 20.095.038,89 | - |
| SP | UNIAO PAULISTA | 35 | 5570 | 3 | (769.526,43) | 8.627.058,76 | - |
| SP | URU | 35 | 5590 | 1 | (685.532,91) | 9.026.390,73 | - |
| SP | VARGEM GRANDE DO SUL | 35 | 5640 | 4 | (1.474.020,71) | 54.090.918,54 | - |
| SP | VARZEA PAULISTA | 35 | 5650 | 3 | 16.922.519,64 | 141.120.162,77 | 11,99 |
| SP | VISTA ALEGRE DO ALTO | 35 | 5690 | 9 | (4.743.293,13) | 18.483.266,37 | - |
| SP | VOTUPORANGA | 35 | 5710 | 5 | 1.091.649,90 | 132.885.724,54 | 0,82 |
| TO | ARAGUAINA | 17 | 210 | 9 | (36.216.557,59) | 168.600.999,93 | - |
| TO | GURUPI | 17 | 950 | 0 | - | 82.720.814,86 | - |
| TO | PALMAS | 17 | 2100 | 0 | (42.336.681,12) | 469.660.521,61 | - |

## Relação Divida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

**DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2011**
**data-base 30/06/2011**

**Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN Posição: 28/10/2011

| UF | Nome do Município | Cód. IBGE Estado | Cód.IBGE Município | DV IBGE Município | DCL 1º Semestre 2011 | RCL 1º Semestre 2011 | DCL/RCL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AL | PARIPUEIRA | 27 | 644 | 8 | (2.835.863,31) | 13.999.200,96 | - |
| AM | CAREIRO | 13 | 110 | 0 | (3.145.239,77) | 37.185.319,07 | - |
| AP | CALCOENE | 16 | 20 | 4 | - | 9.014.826,51 | - |
| BA | ABAIRA | 29 | 10 | 8 | 5.725.979,22 | 11.274.159,92 | 50,79 |
| BA | AGUA FRIA | 29 | 40 | 5 | (207.971,32) | 22.349.534,82 | - |
| BA | BAIXA GRANDE | 29 | 260 | 9 | 4.917.041,80 | 23.102.588,80 | 21,28 |
| BA | BROTAS DE MACAUBAS | 29 | 450 | 6 | (4.259.688,81) | 20.769.581,29 | - |
| BA | BUERAREMA | 29 | 470 | 4 | 18.313.618,63 | 15.861.379,47 | 115,46 |
| BA | CONCEICAO DO JACUIPE | 29 | 850 | 7 | 10.333.455,57 | 30.959.651,89 | 33,38 |
| BA | CORACAO DE MARIA | 29 | 890 | 3 | 5.013.764,20 | 26.952.479,67 | 18,60 |
| BA | CORIBE | 29 | 910 | 9 | 6.501.000,80 | 22.484.859,93 | 28,91 |
| BA | GLORIA | 29 | 1140 | 2 | 1.008.638,61 | 24.483.883,44 | 4,12 |
| BA | IRAQUARA | 29 | 1440 | 6 | (96.481,38) | 28.125.844,34 | - |
| BA | ITIUBA | 29 | 1700 | 3 | 5.328.521,69 | 40.743.996,42 | 13,08 |
| BA | JACARACI | 29 | 1740 | 9 | 3.152.780,86 | 18.751.993,14 | 16,81 |
| BA | JIQUIRICA | 29 | 1820 | 9 | 937.892,85 | 17.499.468,04 | 5,36 |
| BA | JUSSARA | 29 | 1850 | 6 | (670.654,15) | 18.808.025,07 | - |
| BA | LENCOIS | 29 | 1930 | 6 | 196.073,53 | 15.170.919,99 | 1,29 |
| BA | MACAJUBA | 29 | 1960 | 3 | 6.215.801,81 | 16.298.846,34 | 38,14 |
| BA | MURITIBA | 29 | 2230 | 0 | 1.961.690,66 | 28.454.493,91 | 6,89 |
| BA | PAU BRASIL | 29 | 2390 | 2 | 20.611.730,73 | 14.855.277,14 | 138,75 |
| BA | PILAO ARCADO | 29 | 2440 | 5 | (4.708.515,90) | 44.630.053,58 | - |
| BA | RIO DO ANTONIO | 29 | 2680 | 6 | 5.083.394,64 | 17.781.238,88 | 28,59 |
| BA | SANTA CRUZ CABRALIA | 29 | 2770 | 5 | 26.544.203,54 | 38.418.998,31 | 69,09 |
| BA | SANTA TERESINHA | 29 | 2850 | 5 | 9.879.262,28 | 14.195.987,04 | 69,59 |
| BA | SAO FELIX DO CORIBE | 29 | 2905 | 7 | (5.321.153,76) | 20.058.328,66 | - |
| BA | SAO GABRIEL | 29 | 2925 | 5 | (1.199.903,22) | 23.820.231,79 | - |
| BA | TEODORO SAMPAIO | 29 | 3140 | 0 | (2.538.120,88) | 13.704.478,88 | - |
| CE | AIUABA | 23 | 40 | 8 | (2.836.718,49) | 10.728.804,75 | - |
| CE | AMONTADA | 23 | 75 | 4 | (28.933.953,80) | 49.530.719,08 | - |
| CE | ERERE | 23 | 427 | 7 | (865.866,71) | 11.551.726,30 | - |
| CE | EUSEBIO | 23 | 428 | 5 | (41.710.425,98) | 100.048.737,18 | - |
| CE | GUARACIABA DO NORTE | 23 | 500 | 1 | - | 45.191.947,04 | - |
| CE | GUARAMIRANGA | 23 | 510 | 0 | 5.891.850,89 | 10.966.073,27 | 53,73 |
| CE | IBIAPINA | 23 | 530 | 8 | 453.270,90 | 32.745.559,26 | 1,38 |
| CE | IPAUMIRIM | 23 | 570 | 4 | (1.497.929,87) | 15.305.929,46 | - |
| CE | JAGUARIBE | 23 | 690 | 0 | (2.281.230,63) | 45.293.100,59 | - |
| CE | JIJOCA DE JERICOACOARA | 23 | 725 | 4 | 1.190.190,16 | 24.696.059,91 | 4,82 |
| CE | MAURITI | 23 | 810 | 4 | (3.581.055,75) | 50.127.566,09 | - |
| CE | MERUOCA | 23 | 820 | 3 | (3.383.638,32) | 19.342.013,68 | - |
| CE | MISSAO VELHA | 23 | 840 | 1 | 3.622.831,26 | 40.627.982,51 | 8,92 |
| CE | PARACURU | 23 | 1020 | 9 | - | 50.749.364,65 | - |
| CE | PARAIPABA | 23 | 1025 | 8 | 1.885.454,38 | 35.377.744,21 | 5,33 |
| CE | UBAJARA | 23 | 1360 | 9 | (1.699.195,03) | 38.847.930,35 | - |
| CE | UMIRIM | 23 | 1375 | 7 | 1.592.560,67 | 23.672.774,84 | 6,73 |
| CE | URUOCA | 23 | 1390 | 6 | 449.731,84 | 19.280.129,00 | 2,33 |
| CE | VARJOTA | 23 | 1395 | 5 | 8.485.478,53 | 25.899.418,56 | 32,76 |
| ES | AFONSO CLAUDIO | 32 | 10 | 2 | (14.413.719,93) | 49.840.772,88 | - |
| ES | ANCHIETA | 32 | 40 | 9 | (61.303.774,61) | 170.220.544,07 | - |
| ES | BOM JESUS DO NORTE | 32 | 110 | 0 | 281.601,40 | 16.176.619,91 | 1,74 |
| ES | CASTELO | 32 | 140 | 7 | (11.652.472,61) | 58.536.650,90 | - |
| ES | CONCEICAO DO CASTELO | 32 | 170 | 4 | (4.985.541,88) | 24.653.147,27 | - |
| ES | DOMINGOS MARTINS | 32 | 190 | 2 | (16.088.356,23) | 59.275.978,77 | - |
| ES | ICONHA | 32 | 260 | 3 | (3.225.891,76) | 26.800.989,35 | - |
| ES | ITAGUACU | 32 | 270 | 2 | (8.202.199,32) | 27.531.941,54 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ES | ITAPEMIRIM | 32 | 280 | 1 | (39.760.758,63) | 116.718.282,83 | - |
| ES | ITARANA | 32 | 290 | 0 | (4.829.507,29) | 21.075.726,08 | - |
| ES | JERONIMO MONTEIRO | 32 | 310 | 6 | (2.773.562,61) | 20.888.361,74 | - |
| ES | MANTENOPOLIS | 32 | 330 | 4 | 1.295.818,35 | 23.627.054,68 | 5,48 |
| ES | MARATAIZES | 32 | 332 | 0 | (29.613.947,00) | 67.836.599,77 | - |
| ES | MARECHAL FLORIANO | 32 | 334 | 6 | (2.476.958,27) | 29.358.890,98 | - |
| ES | MUQUI | 32 | 380 | 9 | (2.108.778,94) | 23.327.061,75 | - |
| ES | PIUMA | 32 | 420 | 3 | (18.561.251,39) | 44.237.818,39 | - |
| ES | PRESIDENTE KENNEDY | 32 | 430 | 2 | (160.775.274,81) | 169.320.646,67 | - |
| ES | SANTA MARIA DE JETIBA | 32 | 455 | 9 | (4.115.440,09) | 57.728.247,42 | - |
| ES | SANTA TERESA | 32 | 460 | 9 | (9.062.403,18) | 43.018.306,32 | - |
| ES | SAO DOMINGOS DO NORTE | 32 | 465 | 8 | (4.468.650,67) | 18.727.785,03 | - |
| ES | SAO JOSE DO CALCADO | 32 | 480 | 7 | (1.800.257,26) | 21.318.643,96 | - |
| ES | SAO ROQUE DO CANAA | 32 | 495 | 5 | (5.417.573,53) | 19.523.766,16 | - |
| ES | VARGEM ALTA | 32 | 503 | 6 | (1.263.697,18) | 38.862.610,05 | - |
| ES | VENDA NOVA DO IMIGRANTE | 32 | 506 | 9 | (10.133.868,54) | 38.728.850,80 | - |
| ES | VILA VALERIO | 32 | 517 | 6 | - | 27.878.257,78 | - |
| GO | ABADIANIA | 52 | 10 | 0 | - | 18.920.551,96 | - |
| GO | COCALZINHO DE GOIAS | 52 | 551 | 3 | - | 22.385.613,21 | - |
| GO | INDIARA | 52 | 995 | 2 | (797.452,15) | 18.910.094,57 | - |
| GO | PIRACANJUBA | 52 | 1710 | 4 | 49.887.198,64 | 34.640.812,73 | 144,01 |
| GO | RUBIATABA | 52 | 1890 | 4 | (2.546.175,71) | 23.815.657,77 | - |
| GO | SANTO ANTONIO DA BARRA | 52 | 1971 | 2 | (2.092.350,31) | 10.233.548,13 | - |
| MA | FORTALEZA DOS NOGUEIRAS | 21 | 410 | 7 | (102.309,12) | 13.392.952,84 | - |
| MA | SAO JOAO DOS PATOS | 21 | 1110 | 2 | (4.241.266,14) | 27.821.548,50 | - |
| MA | SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS | 21 | 1160 | 7 | - | 23.532.792,85 | - |
| MG | ABADIA DOS DOURADOS | 31 | 10 | 4 | 779.261,99 | 10.754.410,14 | 7,25 |
| MG | ABAETE | 31 | 20 | 3 | 7.768.504,83 | 26.366.006,98 | 29,46 |
| MG | ABRE CAMPO | 31 | 30 | 2 | (1.177.898,04) | 16.084.161,76 | - |
| MG | ACAIACA | 31 | 40 | 1 | (2.901.392,94) | 7.712.628,60 | - |
| MG | ACUCENA | 31 | 50 | 0 | 543.578,32 | 14.555.936,45 | 3,73 |
| MG | AGUA COMPRIDA | 31 | 70 | 8 | (462.244,00) | 9.351.788,35 | - |
| MG | AGUAS FORMOSAS | 31 | 90 | 6 | (3.116.813,44) | 20.490.280,38 | - |
| MG | AGUAS VERMELHAS | 31 | 100 | 3 | 1.519.545,42 | 13.778.166,30 | 11,03 |
| MG | ALBERTINA | 31 | 140 | 9 | (1.824.847,54) | 8.585.088,01 | - |
| MG | ALEM PARAIBA | 31 | 150 | 8 | (4.250.529,80) | 41.759.764,81 | - |
| MG | ALFREDO VASCONCELOS | 31 | 163 | 1 | (2.263.886,81) | 8.797.277,37 | - |
| MG | ALMENARA | 31 | 170 | 6 | 1.648.742,09 | 37.652.792,33 | 4,38 |
| MG | ALPINOPOLIS | 31 | 190 | 4 | 694.970,13 | 20.723.946,60 | 3,35 |
| MG | ALTEROSA | 31 | 200 | 1 | (938.587,75) | 17.190.679,44 | - |
| MG | ALTO CAPARAO | 31 | 205 | 0 | 274.470,75 | 8.367.944,96 | 3,28 |
| MG | ALVARENGA | 31 | 220 | 9 | 247.406,50 | 7.485.717,07 | 3,31 |
| MG | ALVINOPOLIS | 31 | 230 | 8 | 5.194.697,36 | 17.653.977,58 | 29,43 |
| MG | ALVORADA DE MINAS | 31 | 240 | 7 | (351.033,78) | 10.065.593,30 | - |
| MG | AMPARO DO SERRA | 31 | 250 | 6 | 369.387,00 | 8.166.185,00 | 4,52 |
| MG | ANDRADAS | 31 | 260 | 5 | 1.002.824,10 | 43.477.378,76 | 2,31 |
| MG | ANDRELANDIA | 31 | 280 | 3 | (145.886,89) | 14.056.286,54 | - |
| MG | ANGELANDIA | 31 | 285 | 2 | (277.920,24) | 11.598.922,30 | - |
| MG | ANTONIO PRADO DE MINAS | 31 | 310 | 8 | (675.555,83) | 6.267.183,52 | - |
| MG | ARACUAI | 31 | 340 | 5 | (1.115.011,75) | 29.410.442,67 | - |
| MG | ARAPONGA | 31 | 370 | 2 | - | 7.851.805,49 | - |
| MG | ARAUJOS | 31 | 390 | 0 | (963.032,34) | 10.999.157,71 | - |
| MG | ARCEBURGO | 31 | 410 | 6 | (2.602.607,40) | 15.823.576,57 | - |
| MG | AREADO | 31 | 430 | 4 | (1.171.776,61) | 16.843.213,07 | - |
| MG | ARGIRITA | 31 | 440 | 3 | - | 7.781.466,57 | - |
| MG | ARINOS | 31 | 450 | 2 | (2.748.171,28) | 24.875.395,15 | - |
| MG | AUGUSTO DE LIMA | 31 | 480 | 9 | (1.094.202,56) | 10.133.382,48 | - |
| MG | BALDIM | 31 | 500 | 4 | 2.532.781,91 | 9.826.099,73 | 25,78 |
| MG | BAMBUI | 31 | 510 | 3 | 2.664.976,10 | 26.246.670,20 | 10,15 |
| MG | BARAO DE COCAIS | 31 | 540 | 0 | (18.079.799,00) | 62.417.925,00 | - |
| MG | BARAO DE MONTE ALTO | 31 | 550 | 9 | 951.746,23 | 13.670.889,01 | 6,96 |
| MG | BARRA LONGA | 31 | 570 | 7 | 293.139,36 | 8.697.245,46 | 3,37 |
| MG | BELA VISTA DE MINAS | 31 | 600 | 2 | (598.704,59) | 12.061.420,97 | - |
| MG | BELMIRO BRAGA | 31 | 610 | 1 | (1.483.501,80) | 9.211.047,04 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | BELO ORIENTE | 31 | 630 | 9 | 11.238.199,53 | 47.622.201,02 | 23,60 |
| MG | BELO VALE | 31 | 640 | 8 | (1.498.427,87) | 13.960.092,84 | - |
| MG | BERIZAL | 31 | 665 | 5 | 1.487.989,69 | 8.275.227,78 | 17,98 |
| MG | BERTOPOLIS | 31 | 660 | 6 | 1.505.486,22 | 9.188.031,14 | 16,39 |
| MG | BIAS FORTES | 31 | 680 | 4 | (1.347.041,03) | 7.073.994,64 | - |
| MG | BICAS | 31 | 690 | 3 | (2.868.688,05) | 17.095.895,54 | - |
| MG | BIQUINHAS | 31 | 700 | 0 | (552.224,30) | 7.696.570,00 | - |
| MG | BOA ESPERANCA | 31 | 710 | 9 | 11.432.549,53 | 47.135.642,85 | 24,25 |
| MG | BOCAIUVA | 31 | 730 | 7 | 15.320.389,02 | 54.259.081,17 | 28,24 |
| MG | BOM JARDIM DE MINAS | 31 | 750 | 5 | (902.237,65) | 10.280.542,97 | - |
| MG | BOM JESUS DA PENHA | 31 | 760 | 4 | (7.417.888,38) | 9.077.957,70 | - |
| MG | BOM JESUS DO AMPARO | 31 | 770 | 3 | - | 8.563.065,50 | - |
| MG | BOM REPOUSO | 31 | 790 | 1 | (89.637,41) | 12.569.594,54 | - |
| MG | BONFIM | 31 | 810 | 7 | 2.086.179,60 | 9.205.035,90 | 22,66 |
| MG | BONITO DE MINAS | 31 | 825 | 5 | - | 10.968.630,00 | - |
| MG | BOTUMIRIM | 31 | 850 | 3 | 21.104,12 | 9.464.683,55 | 0,22 |
| MG | BRAS PIRES | 31 | 870 | 1 | 172.987,53 | 8.573.080,18 | 2,02 |
| MG | BRASILIA DE MINAS | 31 | 860 | 2 | 2.728.765,63 | 41.499.620,13 | 6,58 |
| MG | BRASOPOLIS | 31 | 890 | 9 | (1.638.199,42) | 16.028.151,71 | - |
| MG | BRAUNAS | 31 | 880 | 0 | 358.439,98 | 10.654.941,11 | 3,36 |
| MG | BRUMADINHO | 31 | 900 | 6 | (25.358.884,79) | 114.776.811,58 | - |
| MG | BUENO BRANDAO | 31 | 910 | 5 | 261.511,67 | 11.825.977,94 | 2,21 |
| MG | BUENOPOLIS | 31 | 920 | 4 | 73.010,75 | 13.327.391,10 | 0,55 |
| MG | BUGRE | 31 | 925 | 3 | (570.631,41) | 7.221.978,69 | - |
| MG | BURITIS | 31 | 930 | 3 | 585.906,13 | 36.721.523,93 | 1,60 |
| MG | BURITIZEIRO | 31 | 940 | 2 | 7.645.357,44 | 34.500.031,14 | 22,16 |
| MG | CACHOEIRA DA PRATA | 31 | 960 | 0 | (2.429.879,90) | 8.260.377,83 | - |
| MG | CACHOEIRA DE MINAS | 31 | 970 | 9 | (2.363.875,57) | 13.510.093,99 | - |
| MG | CACHOEIRA DE PAJEU | 31 | 270 | 4 | 2.017.408,51 | 10.843.843,53 | 18,60 |
| MG | CACHOEIRA DOURADA | 31 | 980 | 8 | 870.753,80 | 21.890.189,61 | 3,98 |
| MG | CAETANOPOLIS | 31 | 990 | 7 | 1.649.728,74 | 12.756.704,88 | 12,93 |
| MG | CAETE | 31 | 1000 | 4 | (2.014.084,96) | 44.086.807,68 | - |
| MG | CAMANDUCAIA | 31 | 1050 | 9 | (8.188.791,63) | 30.102.102,47 | - |
| MG | CAMBUI | 31 | 1060 | 8 | (18.991.891,38) | 35.348.292,05 | - |
| MG | CAMPANARIO | 31 | 1080 | 6 | 2.621.395,83 | 8.095.811,35 | 32,38 |
| MG | CAMPANHA | 31 | 1090 | 5 | 14.977,17 | 19.693.951,03 | 0,08 |
| MG | CAMPINA VERDE | 31 | 1110 | 1 | (1.020.580,32) | 25.154.125,22 | - |
| MG | CAMPO FLORIDO | 31 | 1140 | 8 | 24.188,64 | 18.300.318,98 | 0,13 |
| MG | CANA VERDE | 31 | 1190 | 3 | 1.881.076,88 | 8.105.158,97 | 23,21 |
| MG | CANAPOLIS | 31 | 1180 | 4 | (336.183,14) | 20.010.153,01 | - |
| MG | CANTAGALO | 31 | 1205 | 9 | (1.397.319,65) | 7.916.678,26 | - |
| MG | CAPELA NOVA | 31 | 1220 | 8 | 115.154,24 | 7.620.034,73 | 1,51 |
| MG | CAPETINGA | 31 | 1240 | 6 | (360.321,50) | 9.547.087,92 | - |
| MG | CAPINOPOLIS | 31 | 1260 | 4 | 2.469.337,52 | 22.679.747,68 | 10,89 |
| MG | CAPITAO ANDRADE | 31 | 1265 | 3 | (707.319,46) | 8.613.759,19 | - |
| MG | CAPITOLIO | 31 | 1280 | 2 | (4.720.224,96) | 16.826.430,20 | - |
| MG | CARAI | 31 | 1300 | 8 | 194.660,16 | 23.505.534,09 | 0,83 |
| MG | CARANAIBA | 31 | 1310 | 7 | 76.267,59 | 8.098.979,45 | 0,94 |
| MG | CARANDAI | 31 | 1320 | 6 | (6.258.186,78) | 30.037.904,65 | - |
| MG | CARANGOLA | 31 | 1330 | 5 | (782.330,17) | 35.129.240,07 | - |
| MG | CARBONITA | 31 | 1350 | 3 | (978.910,82) | 12.653.870,49 | - |
| MG | CAREACU | 31 | 1360 | 2 | (879.156,40) | 9.187.038,46 | - |
| MG | CARLOS CHAGAS | 31 | 1370 | 1 | (11.859.931,01) | 26.347.309,32 | - |
| MG | CARMO DE MINAS | 31 | 1410 | 5 | 242.107,06 | 18.327.582,69 | 1,32 |
| MG | CARMO DO CAJURU | 31 | 1420 | 4 | (334.177,02) | 24.550.699,70 | - |
| MG | CARMO DO PARANAIBA | 31 | 1430 | 3 | (2.222.358,79) | 33.795.799,15 | - |
| MG | CARMO DO RIO CLARO | 31 | 1440 | 2 | (5.248.920,12) | 27.524.491,36 | - |
| MG | CARMOPOLIS DE MINAS | 31 | 1450 | 1 | (3.998.930,54) | 22.495.455,78 | - |
| MG | CARNEIRINHO | 31 | 1455 | 0 | 1.696.603,79 | 29.527.684,95 | 5,75 |
| MG | CARVALHOPOLIS | 31 | 1470 | 9 | (1.274.767,52) | 8.280.316,07 | - |
| MG | CARVALHOS | 31 | 1480 | 8 | 41.973,20 | 7.275.838,24 | 0,58 |
| MG | CASA GRANDE | 31 | 1490 | 7 | - | 7.100.342,85 | - |
| MG | CATAS ALTAS | 31 | 1535 | 9 | (5.086.536,15) | 20.880.804,71 | - |
| MG | CATAS ALTAS DA NORUEGA | 31 | 1540 | 9 | (737.827,75) | 6.354.334,39 | - |
| MG | CATUTI | 31 | 1547 | 4 | (1.240.794,09) | 9.060.913,25 | - |
| MG | CEDRO DO ABAETE | 31 | 1560 | 7 | (865.672,40) | 6.508.000,66 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | CENTRAL DE MINAS | 31 | 1570 | 6 | 1.005.912,08 | 9.264.591,60 | 10,86 |
| MG | CHACARA | 31 | 1590 | 4 | - | 7.342.505,26 | - |
| MG | CHAPADA DO NORTE | 31 | 1610 | 0 | (1.393.343,62) | 17.206.666,89 | - |
| MG | CHAPADA GAUCHA | 31 | 1615 | 9 | (654.895,18) | 15.409.778,26 | - |
| MG | CIPOTANEA | 31 | 1630 | 8 | - | 8.046.493,99 | - |
| MG | CLARAVAL | 31 | 1640 | 7 | 1.153.786,73 | 8.314.701,97 | 13,88 |
| MG | CLARO DOS POCOES | 31 | 1650 | 6 | (352.420,72) | 9.628.746,76 | - |
| MG | COIMBRA | 31 | 1670 | 4 | (1.475.551,89) | 10.365.878,08 | - |
| MG | COLUNA | 31 | 1680 | 3 | - | 10.971.073,91 | - |
| MG | COMENDADOR GOMES | 31 | 1690 | 2 | - | 9.683.994,89 | - |
| MG | CONCEICAO DA APARECIDA | 31 | 1710 | 8 | 2.243.098,34 | 13.287.545,82 | 16,88 |
| MG | CONCEICAO DA BARRA DE MINAS | 31 | 1520 | 1 | (443.787,62) | 7.194.124,86 | - |
| MG | CONCEICAO DAS ALAGOAS | 31 | 1730 | 6 | 2.603.579,48 | 44.892.515,47 | 5,80 |
| MG | CONCEICAO DAS PEDRAS | 31 | 1720 | 7 | (921.959,02) | 6.740.994,45 | - |
| MG | CONCEICAO DO MATO DENTRO | 31 | 1750 | 4 | (2.539.633,35) | 24.083.295,30 | - |
| MG | CONCEICAO DO PARA | 31 | 1760 | 3 | (1.515.096,26) | 12.543.666,81 | - |
| MG | CONCEICAO DO RIO VERDE | 31 | 1770 | 2 | (2.126.339,01) | 15.247.970,25 | - |
| MG | CONCEICAO DOS OUROS | 31 | 1780 | 1 | (1.573.092,54) | 14.019.432,30 | - |
| MG | CONEGO MARINHO | 31 | 1783 | 6 | - | 10.251.608,36 | - |
| MG | CONGONHAL | 31 | 1790 | 0 | 1.178.980,62 | 12.106.207,74 | 9,74 |
| MG | CONGONHAS DO NORTE | 31 | 1810 | 6 | 1.117.109,02 | 7.954.356,43 | 14,04 |
| MG | CONQUISTA | 31 | 1820 | 5 | 1.509.786,96 | 14.453.022,74 | 10,45 |
| MG | CONSELHEIRO PENA | 31 | 1840 | 3 | (3.408.598,92) | 26.297.353,25 | - |
| MG | CONSOLACAO | 31 | 1850 | 2 | (1.058.734,10) | 6.372.085,64 | - |
| MG | CORACAO DE JESUS | 31 | 1880 | 9 | 6.446.064,89 | 24.576.693,78 | 26,23 |
| MG | CORDISBURGO | 31 | 1890 | 8 | 1.502.286,83 | 9.373.733,18 | 16,03 |
| MG | CORDISLANDIA | 31 | 1900 | 5 | (1.112.663,91) | 7.229.633,91 | - |
| MG | COROACI | 31 | 1920 | 3 | 618.297,59 | 15.518.137,83 | 3,98 |
| MG | COROMANDEL | 31 | 1930 | 2 | (5.590.151,08) | 35.273.452,19 | - |
| MG | CORONEL XAVIER CHAVES | 31 | 1970 | 8 | (316.736,29) | 7.283.326,16 | - |
| MG | CORREGO DO BOM JESUS | 31 | 1990 | 6 | (1.720.300,67) | 7.096.873,92 | - |
| MG | CORREGO FUNDO | 31 | 1995 | 5 | (2.438.883,00) | 10.876.593,00 | - |
| MG | CRISTAIS | 31 | 2020 | 1 | (76.074,43) | 16.488.469,44 | - |
| MG | CRISTIANO OTONI | 31 | 2040 | 9 | (979.438,06) | 9.405.112,07 | - |
| MG | CRUCILANDIA | 31 | 2060 | 7 | (692.223,63) | 8.361.657,57 | - |
| MG | CRUZEIRO DA FORTALEZA | 31 | 2070 | 6 | 708.440,27 | 10.059.442,13 | 7,04 |
| MG | CRUZILIA | 31 | 2080 | 5 | (1.030.359,25) | 17.969.880,61 | - |
| MG | CUPARAQUE | 31 | 2083 | 9 | 60.017,99 | 8.235.626,78 | 0,73 |
| MG | CURRAL DE DENTRO | 31 | 2087 | 0 | (1.214.059,92) | 9.784.708,13 | - |
| MG | DATAS | 31 | 2100 | 1 | 2.176.185,33 | 8.872.663,52 | 24,53 |
| MG | DELFIM MOREIRA | 31 | 2110 | 0 | (830.173,02) | 10.659.776,21 | - |
| MG | DELTA | 31 | 2125 | 8 | 476.880,84 | 17.955.510,29 | 2,66 |
| MG | DESCOBERTO | 31 | 2130 | 8 | 945.193,58 | 9.315.986,15 | 10,15 |
| MG | DIAMANTINA | 31 | 2160 | 5 | (4.667.100,81) | 51.418.678,01 | - |
| MG | DIVINESIA | 31 | 2190 | 2 | - | 7.306.117,37 | - |
| MG | DIVINO | 31 | 2200 | 9 | (2.195.442,67) | 21.803.847,17 | - |
| MG | DIVINO DAS LARANJEIRAS | 31 | 2210 | 8 | 250.269,07 | 8.387.458,95 | 2,98 |
| MG | DIVINOLANDIA DE MINAS | 31 | 2220 | 7 | 1.332.373,66 | 10.062.280,43 | 13,24 |
| MG | DIVISA NOVA | 31 | 2240 | 5 | (1.372.590,42) | 8.746.198,82 | - |
| MG | DIVISOPOLIS | 31 | 2245 | 4 | (659.213,62) | 10.742.664,46 | - |
| MG | DOM BOSCO | 31 | 2247 | 0 | 710.850,78 | 8.101.455,02 | 8,77 |
| MG | DOM CAVATI | 31 | 2250 | 4 | 446.099,46 | 8.064.126,61 | 5,53 |
| MG | DOM SILVERIO | 31 | 2270 | 2 | (2.658.898,16) | 8.367.202,78 | - |
| MG | DOM VICOSO | 31 | 2280 | 1 | (569.303,99) | 6.578.681,49 | - |
| MG | DORES DE GUANHAES | 31 | 2310 | 6 | (2.837.179,99) | 10.647.831,39 | - |
| MG | DORES DO INDAIA | 31 | 2320 | 5 | 6.601.872,42 | 17.494.824,55 | 37,74 |
| MG | DOURADOQUARA | 31 | 2350 | 2 | 895.066,57 | 7.600.692,83 | 11,78 |
| MG | DURANDE | 31 | 2352 | 8 | 50.257,51 | 9.127.749,79 | 0,55 |
| MG | ELOI MENDES | 31 | 2360 | 1 | (4.516.730,00) | 30.761.825,00 | - |
| MG | ENGENHEIRO CALDAS | 31 | 2370 | 0 | 612.266,56 | 14.518.108,65 | 4,22 |
| MG | ENGENHEIRO NAVARRO | 31 | 2380 | 9 | 1.365.418,29 | 10.447.348,51 | 13,07 |
| MG | ENTRE FOLHAS | 31 | 2385 | 8 | (1.207.566,15) | 7.950.893,73 | - |
| MG | ENTRE RIOS DE MINAS | 31 | 2390 | 8 | (2.807.202,29) | 14.920.606,70 | - |
| MG | ESPERA FELIZ | 31 | 2420 | 3 | (3.636.738,80) | 22.545.088,19 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | ESPIRITO SANTO DO DOURADO | 31 | 2440 | 1 | (868.349,47) | 8.333.701,75 | - |
| MG | ESTRELA DO INDAIA | 31 | 2470 | 8 | (103.843,32) | 8.147.983,39 | - |
| MG | ESTRELA DO SUL | 31 | 2480 | 7 | 1.138.462,51 | 12.388.327,77 | 9,19 |
| MG | EUGENOPOLIS | 31 | 2490 | 6 | (840.094,48) | 11.770.455,15 | - |
| MG | FAMA | 31 | 2520 | 0 | (528.723,30) | 6.887.083,64 | - |
| MG | FELICIO DOS SANTOS | 31 | 2540 | 8 | 741.013,81 | 8.957.112,55 | 8,27 |
| MG | FELISBURGO | 31 | 2560 | 6 | (184.468,51) | 9.479.888,72 | - |
| MG | FERVEDOURO | 31 | 2585 | 2 | (521.443,45) | 12.417.225,85 | - |
| MG | FORMOSO | 31 | 2620 | 8 | (706.455,60) | 12.543.930,41 | - |
| MG | FORTUNA DE MINAS | 31 | 2640 | 6 | - | 7.676.193,18 | - |
| MG | FRANCISCO SA | 31 | 2670 | 3 | 6.124.048,09 | 27.947.898,66 | 21,91 |
| MG | FRANCISCOPOLIS | 31 | 2675 | 2 | (1.402.658,51) | 8.941.197,22 | - |
| MG | FREI GASPAR | 31 | 2680 | 2 | 1.110.654,79 | 10.533.418,42 | 10,54 |
| MG | FREI INOCENCIO | 31 | 2690 | 1 | 457.376,06 | 11.599.111,78 | 3,94 |
| MG | FREI LAGONEGRO | 31 | 2695 | 0 | (380.196,35) | 7.368.622,82 | - |
| MG | FRONTEIRA | 31 | 2700 | 8 | 2.186.698,96 | 29.517.884,93 | 7,41 |
| MG | FRUTA DE LEITE | 31 | 2707 | 3 | (513.410,50) | 10.270.690,74 | - |
| MG | GALILEIA | 31 | 2730 | 5 | 406.013,58 | 10.993.637,12 | 3,69 |
| MG | GLAUCILANDIA | 31 | 2735 | 4 | (81.385,34) | 6.920.525,43 | - |
| MG | GONCALVES | 31 | 2740 | 4 | 61.462,31 | 8.498.736,57 | 0,72 |
| MG | GOUVEIA | 31 | 2760 | 2 | 397.657,95 | 12.604.908,65 | 3,15 |
| MG | GRAO MOGOL | 31 | 2780 | 0 | (50.186,85) | 22.674.741,82 | - |
| MG | GRUPIARA | 31 | 2790 | 9 | (2.691.317,82) | 9.010.835,87 | - |
| MG | GUARANESIA | 31 | 2830 | 3 | (3.903.224,22) | 26.413.626,75 | - |
| MG | GUARANI | 31 | 2840 | 2 | (3.590.621,50) | 12.434.169,84 | - |
| MG | GUARDA-MOR | 31 | 2860 | 0 | (1.219.471,23) | 14.083.638,14 | - |
| MG | GUIMARANIA | 31 | 2890 | 7 | (1.619.352,96) | 10.404.461,41 | - |
| MG | HELIODORA | 31 | 2920 | 2 | (815.190,78) | 9.182.363,25 | - |
| MG | IBERTIOGA | 31 | 2940 | 0 | (1.225.183,77) | 8.994.333,91 | - |
| MG | IBIA | 31 | 2950 | 9 | 3.050.735,00 | 41.511.774,78 | 7,35 |
| MG | IBIAI | 31 | 2960 | 8 | (83.822,49) | 9.639.085,57 | - |
| MG | IBIRACI | 31 | 2970 | 7 | (4.224.871,46) | 20.052.103,24 | - |
| MG | IGARAPE | 31 | 3010 | 1 | (740.677,97) | 44.472.326,89 | - |
| MG | ILICINEA | 31 | 3050 | 7 | (822.734,44) | 14.473.937,53 | - |
| MG | IMBE DE MINAS | 31 | 3055 | 6 | (764.662,25) | 8.720.291,17 | - |
| MG | INCONFIDENTES | 31 | 3060 | 6 | (271.251,04) | 9.635.154,76 | - |
| MG | INDAIABIRA | 31 | 3065 | 5 | (163.804,92) | 10.769.628,39 | - |
| MG | INHAUMA | 31 | 3100 | 0 | - | 10.872.056,63 | - |
| MG | INIMUTABA | 31 | 3110 | 9 | 3.141.039,57 | 9.387.316,31 | 33,46 |
| MG | IPABA | 31 | 3115 | 8 | (84.469,47) | 14.935.419,72 | - |
| MG | IPANEMA | 31 | 3120 | 8 | (1.640.731,43) | 21.179.505,24 | - |
| MG | IRAI DE MINAS | 31 | 3160 | 4 | 288.510,79 | 13.282.444,17 | 2,17 |
| MG | ITABIRITO | 31 | 3190 | 1 | (19.053.174,93) | 121.053.177,99 | - |
| MG | ITACARAMBI | 31 | 3210 | 7 | (1.745.039,08) | 27.960.332,12 | - |
| MG | ITAIPE | 31 | 3230 | 5 | 3.438.521,34 | 14.670.517,48 | 23,44 |
| MG | ITAMARANDIBA | 31 | 3250 | 3 | 522.787,98 | 35.158.986,55 | 1,49 |
| MG | ITAMARATI DE MINAS | 31 | 3260 | 2 | 98.317,09 | 9.474.723,72 | 1,04 |
| MG | ITAMBACURI | 31 | 3270 | 1 | 7.217.398,57 | 28.947.455,45 | 24,93 |
| MG | ITAMBE DO MATO DENTRO | 31 | 3280 | 0 | - | 6.385.097,20 | - |
| MG | ITAMOGI | 31 | 3290 | 9 | 698.869,71 | 14.584.457,05 | 4,79 |
| MG | ITAMONTE | 31 | 3300 | 6 | 39.334,42 | 20.905.765,43 | 0,19 |
| MG | ITAPAGIPE | 31 | 3340 | 2 | 3.827.652,52 | 24.992.066,60 | 15,32 |
| MG | ITAPECERICA | 31 | 3350 | 1 | 957.802,87 | 21.296.952,15 | 4,50 |
| MG | ITAPEVA | 31 | 3360 | 0 | 1.065.060,46 | 14.051.893,45 | 7,58 |
| MG | ITAU DE MINAS | 31 | 3375 | 8 | (723.428,47) | 32.159.894,87 | - |
| MG | ITAVERAVA | 31 | 3390 | 7 | 870.000,52 | 7.024.300,86 | 12,39 |
| MG | ITUMIRIM | 31 | 3430 | 1 | 260.401,42 | 7.908.450,85 | 3,29 |
| MG | ITURAMA | 31 | 3440 | 0 | 11.605.876,97 | 77.862.219,56 | 14,91 |
| MG | ITUTINGA | 31 | 3450 | 9 | (54.157,02) | 9.589.397,35 | - |
| MG | JABOTICATUBAS | 31 | 3460 | 8 | (3.342.386,51) | 20.556.536,81 | - |
| MG | JACINTO | 31 | 3470 | 7 | 1.516.941,34 | 14.476.109,94 | 10,48 |
| MG | JACUTINGA | 31 | 3490 | 5 | (4.874.989,00) | 34.811.925,34 | - |
| MG | JAGUARACU | 31 | 3500 | 1 | - | 8.407.510,62 | - |
| MG | JAIBA | 31 | 3505 | 0 | (232.030,78) | 34.003.012,72 | - |
| MG | JAMPRUCA | 31 | 3507 | 6 | 102.597,46 | 8.381.676,75 | 1,22 |
| MG | JAPARAIBA | 31 | 3530 | 8 | (685.239,66) | 8.105.823,67 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | JECEABA | 31 | 3540 | 7 | (21.049.073,64) | 33.800.387,68 | - |
| MG | JENIPAPO DE MINAS | 31 | 3545 | 6 | - | 9.683.333,34 | - |
| MG | JEQUERI | 31 | 3550 | 6 | 3.928.407,39 | 17.052.644,69 | 23,04 |
| MG | JEQUITINHONHA | 31 | 3580 | 3 | 9.341.108,95 | 26.009.176,48 | 35,91 |
| MG | JESUANIA | 31 | 3590 | 2 | 1.097.622,23 | 8.863.357,40 | 12,38 |
| MG | JOANESIA | 31 | 3610 | 8 | (978.494,14) | 9.199.107,53 | - |
| MG | JOAO PINHEIRO | 31 | 3630 | 6 | (266.508,63) | 58.160.679,07 | - |
| MG | JOAQUIM FELICIO | 31 | 3640 | 5 | 2.932.597,86 | 9.876.770,86 | 29,69 |
| MG | JOSE RAYDAN | 31 | 3655 | 3 | (490.476,78) | 8.774.202,90 | - |
| MG | JOSENOPOLIS | 31 | 3657 | 9 | - | 8.779.208,60 | - |
| MG | JUATUBA | 31 | 3665 | 2 | 5.348.940,55 | 51.728.014,39 | 10,34 |
| MG | JUVENILIA | 31 | 3695 | 9 | (1.716.582,45) | 9.516.888,87 | - |
| MG | LADAINHA | 31 | 3700 | 7 | (1.078.336,23) | 19.379.448,35 | - |
| MG | LAGAMAR | 31 | 3710 | 6 | (1.618.647,00) | 10.746.516,00 | - |
| MG | LAGOA DA PRATA | 31 | 3720 | 5 | (5.471.432,26) | 53.095.915,85 | - |
| MG | LAGOA DOS PATOS | 31 | 3730 | 4 | 181.499,97 | 8.680.377,06 | 2,09 |
| MG | LAGOA FORMOSA | 31 | 3750 | 2 | (360.079,06) | 23.327.646,76 | - |
| MG | LAGOA GRANDE | 31 | 3753 | 5 | (1.226.482,30) | 11.564.255,73 | - |
| MG | LAJINHA | 31 | 3770 | 0 | 4.390.020,92 | 23.871.192,49 | 18,39 |
| MG | LAMBARI | 31 | 3780 | 9 | (14.805.391,36) | 24.562.346,82 | - |
| MG | LAMIM | 31 | 3790 | 8 | 831.616,71 | 6.892.795,36 | 12,07 |
| MG | LEANDRO FERREIRA | 31 | 3830 | 2 | (78.423,70) | 7.033.999,04 | - |
| MG | LEME DO PRADO | 31 | 3835 | 1 | (947.060,60) | 9.428.384,76 | - |
| MG | LIMEIRA DO OESTE | 31 | 3862 | 5 | 2.949.760,37 | 16.065.367,76 | 18,36 |
| MG | LONTRA | 31 | 3865 | 8 | 3.777.302,55 | 10.697.622,75 | 35,31 |
| MG | LUISBURGO | 31 | 3867 | 4 | - | 9.025.938,79 | - |
| MG | LUZ | 31 | 3880 | 7 | 3.202.513,12 | 22.789.366,28 | 14,05 |
| MG | MACHACALIS | 31 | 3890 | 6 | 794.131,54 | 9.657.866,69 | 8,22 |
| MG | MADRE DE DEUS DE MINAS | 31 | 3910 | 2 | - | 8.194.156,40 | - |
| MG | MALACACHETA | 31 | 3920 | 1 | (6.899.598,23) | 22.813.450,46 | - |
| MG | MANHUMIRIM | 31 | 3950 | 8 | 1.584.361,16 | 26.199.461,27 | 6,05 |
| MG | MANTENA | 31 | 3960 | 7 | 442.257,59 | 33.849.902,09 | 1,31 |
| MG | MARIA DA FE | 31 | 3990 | 4 | (1.065.406,97) | 15.973.006,68 | - |
| MG | MARIO CAMPOS | 31 | 4015 | 9 | 132.628,02 | 13.953.619,98 | 0,95 |
| MG | MARIPA DE MINAS | 31 | 4020 | 9 | (501.672,57) | 7.363.829,78 | - |
| MG | MARLIERIA | 31 | 4030 | 8 | (1.631.035,42) | 9.727.710,86 | - |
| MG | MARTINHO CAMPOS | 31 | 4050 | 6 | (1.129.164,27) | 18.941.158,69 | - |
| MG | MARTINS SOARES | 31 | 4053 | 0 | (357.717,58) | 9.908.955,24 | - |
| MG | MATERLANDIA | 31 | 4060 | 5 | (1.336.213,54) | 8.968.744,67 | - |
| MG | MATHIAS LOBATO | 31 | 7150 | 1 | 254.499,18 | 8.298.670,39 | 3,07 |
| MG | MATIAS BARBOSA | 31 | 4080 | 3 | (3.926.371,55) | 33.321.323,87 | - |
| MG | MATIPO | 31 | 4090 | 2 | 6.213.163,17 | 20.193.808,13 | 30,77 |
| MG | MATOZINHOS | 31 | 4110 | 8 | 15.863.151,54 | 43.665.596,42 | 36,33 |
| MG | MEDEIROS | 31 | 4130 | 6 | 198.738,00 | 9.183.700,00 | 2,16 |
| MG | MEDINA | 31 | 4140 | 5 | 8.068.947,44 | 21.862.700,20 | 36,91 |
| MG | MENDES PIMENTEL | 31 | 4150 | 4 | 928.274,39 | 10.660.465,21 | 8,71 |
| MG | MERCES | 31 | 4160 | 3 | (1.952.591,70) | 12.018.388,00 | - |
| MG | MINAS NOVAS | 31 | 4180 | 1 | (2.665.585,93) | 30.398.645,60 | - |
| MG | MINDURI | 31 | 4190 | 0 | 1.033.653,88 | 7.821.786,18 | 13,22 |
| MG | MIRABELA | 31 | 4200 | 7 | 223.684,52 | 15.756.416,83 | 1,42 |
| MG | MIRADOURO | 31 | 4210 | 6 | (1.504.167,50) | 14.078.682,16 | - |
| MG | MIRAVANIA | 31 | 4225 | 4 | 149.224,26 | 8.815.373,18 | 1,69 |
| MG | MONJOLOS | 31 | 4250 | 2 | (1.241.035,46) | 7.119.604,34 | - |
| MG | MONSENHOR PAULO | 31 | 4260 | 1 | (993.694,29) | 10.790.189,77 | - |
| MG | MONTE ALEGRE DE MINAS | 31 | 4280 | 9 | (4.819.741,44) | 34.197.889,20 | - |
| MG | MONTE BELO | 31 | 4300 | 5 | (2.766.991,57) | 14.573.732,81 | - |
| MG | MONTE CARMELO | 31 | 4310 | 4 | 10.403.741,13 | 57.759.510,86 | 18,01 |
| MG | MONTE SANTO DE MINAS | 31 | 4320 | 3 | (3.202.966,21) | 26.668.403,57 | - |
| MG | MONTE SIAO | 31 | 4340 | 1 | (5.220.024,61) | 30.506.846,82 | - |
| MG | MONTEZUMA | 31 | 4345 | 0 | (1.880.064,47) | 10.461.500,11 | - |
| MG | MORADA NOVA DE MINAS | 31 | 4350 | 0 | (1.470.431,79) | 20.895.477,77 | - |
| MG | MORRO DA GARCA | 31 | 4360 | 9 | (28.213,74) | 8.489.226,38 | - |
| MG | MORRO DO PILAR | 31 | 4370 | 8 | (535.738,79) | 7.625.281,19 | - |
| MG | MUNHOZ | 31 | 4380 | 7 | 1.219.877,87 | 8.333.463,14 | 14,64 |
| MG | MUTUM | 31 | 4400 | 3 | (2.187.675,80) | 25.278.126,56 | - |
| MG | MUZAMBINHO | 31 | 4410 | 2 | (25.425.956,76) | 24.271.298,84 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | NACIP RAYDAN | 31 | 4420 | 1 | (116.166,65) | 7.692.380,63 | - |
| MG | NAQUE | 31 | 4435 | 9 | 676.527,60 | 8.910.186,50 | 7,59 |
| MG | NATALANDIA | 31 | 4437 | 5 | 1.021.222,21 | 7.438.880,13 | 13,73 |
| MG | NATERCIA | 31 | 4440 | 9 | (203.252,17) | 8.332.468,57 | - |
| MG | NEPOMUCENO | 31 | 4460 | 7 | (2.312.089,74) | 27.440.335,00 | - |
| MG | NOVA BELEM | 31 | 4467 | 2 | (1.659.896,74) | 8.930.800,81 | - |
| MG | NOVA MODICA | 31 | 4490 | 4 | 77.264,71 | 7.946.851,40 | 0,97 |
| MG | NOVA PONTE | 31 | 4500 | 0 | (5.249.428,62) | 30.496.848,96 | - |
| MG | NOVA RESENDE | 31 | 4510 | 9 | (12.799.831,06) | 20.689.588,57 | - |
| MG | NOVA UNIAO | 31 | 3660 | 3 | (936.965,03) | 8.160.284,51 | - |
| MG | NOVO CRUZEIRO | 31 | 4530 | 7 | (993.446,42) | 30.480.335,53 | - |
| MG | NOVORIZONTE | 31 | 4537 | 2 | - | 8.716.952,76 | - |
| MG | OLARIA | 31 | 4540 | 6 | (1.031.939,63) | 7.011.680,10 | - |
| MG | OLIMPIO NORONHA | 31 | 4550 | 5 | (975.646,81) | 8.495.994,99 | - |
| MG | OLIVEIRA | 31 | 4560 | 4 | 2.202.472,69 | 51.216.724,50 | 4,30 |
| MG | ORIZANIA | 31 | 4587 | 7 | (1.577.052,19) | 10.291.425,87 | - |
| MG | OURO BRANCO | 31 | 4590 | 1 | (4.283.034,70) | 80.810.860,59 | - |
| MG | OURO FINO | 31 | 4600 | 8 | (3.593.162,39) | 36.047.426,68 | - |
| MG | OURO VERDE DE MINAS | 31 | 4620 | 6 | (159.299,95) | 8.373.723,48 | - |
| MG | PADRE CARVALHO | 31 | 4625 | 5 | (583.516,30) | 9.066.343,09 | - |
| MG | PADRE PARAISO | 31 | 4630 | 5 | (5.372.029,08) | 22.165.253,70 | - |
| MG | PAINS | 31 | 4650 | 3 | 33.885,00 | 16.384.041,00 | 0,21 |
| MG | PALMA | 31 | 4670 | 1 | (186.608,13) | 8.468.296,64 | - |
| MG | PALMOPOLIS | 31 | 4675 | 0 | (726.813,41) | 8.541.378,80 | - |
| MG | PAPAGAIOS | 31 | 4690 | 9 | (3.075.448,80) | 20.506.715,02 | - |
| MG | PARAISOPOLIS | 31 | 4730 | 3 | - | 26.238.501,22 | - |
| MG | PASSA-VINTE | 31 | 4780 | 8 | 325.298,41 | 6.837.746,63 | 4,76 |
| MG | PASSABEM | 31 | 4750 | 1 | (608.863,38) | 6.140.872,23 | - |
| MG | PAULA CANDIDO | 31 | 4830 | 1 | (1.486.163,60) | 10.093.360,19 | - |
| MG | PAVAO | 31 | 4850 | 9 | 3.920.607,00 | 10.512.049,21 | 37,30 |
| MG | PECANHA | 31 | 4860 | 8 | (30.707,41) | 19.269.089,04 | - |
| MG | PEDRA AZUL | 31 | 4870 | 7 | 929.467,61 | 27.562.315,37 | 3,37 |
| MG | PEDRA BONITA | 31 | 4875 | 6 | (217.364,56) | 11.496.873,90 | - |
| MG | PEDRA DO ANTA | 31 | 4880 | 6 | (1.354.649,32) | 7.005.065,77 | - |
| MG | PEDRA DO INDAIA | 31 | 4890 | 5 | (1.013.746,35) | 8.749.372,35 | - |
| MG | PEDRA DOURADA | 31 | 4900 | 2 | 115.938,13 | 7.729.812,53 | 1,50 |
| MG | PEDRALVA | 31 | 4910 | 1 | (708.832,15) | 12.950.158,83 | - |
| MG | PEDRAS DE MARIA DA CRUZ | 31 | 4915 | 0 | 61.327,78 | 12.535.812,43 | 0,49 |
| MG | PEDRINOPOLIS | 31 | 4920 | 0 | (718.641,91) | 11.186.995,85 | - |
| MG | PERDIGAO | 31 | 4970 | 5 | (1.013.635,31) | 10.922.900,60 | - |
| MG | PERDIZES | 31 | 4980 | 4 | 6.197.382,77 | 30.632.551,26 | 20,23 |
| MG | PERDOES | 31 | 4990 | 3 | (597.392,90) | 25.407.220,59 | - |
| MG | PIEDADE DE CARATINGA | 31 | 5015 | 8 | 666.589,21 | 9.890.119,05 | 6,74 |
| MG | PIEDADE DE PONTE NOVA | 31 | 5020 | 8 | (863.735,74) | 8.943.349,91 | - |
| MG | PIEDADE DO RIO GRANDE | 31 | 5030 | 7 | (1.332.626,81) | 7.999.416,06 | - |
| MG | PIEDADE DOS GERAIS | 31 | 5040 | 6 | (276.062,09) | 8.051.056,80 | - |
| MG | PIMENTA | 31 | 5050 | 5 | 1.321.741,00 | 13.000.351,00 | 10,17 |
| MG | PINTOPOLIS | 31 | 5057 | 0 | (1.035.599,27) | 10.481.226,07 | - |
| MG | PIRACEMA | 31 | 5060 | 4 | 613.642,60 | 8.562.274,53 | 7,17 |
| MG | PIRAJUBA | 31 | 5070 | 3 | (1.069.936,36) | 12.852.060,89 | - |
| MG | PIRANGUCU | 31 | 5090 | 1 | - | 7.844.082,51 | - |
| MG | PIRANGUINHO | 31 | 5100 | 8 | (1.143.885,99) | 9.994.104,93 | - |
| MG | PITANGUI | 31 | 5140 | 4 | 10.777.244,31 | 23.715.988,76 | 45,44 |
| MG | PIUMHI | 31 | 5150 | 3 | (3.285.182,00) | 43.711.331,00 | - |
| MG | PLANURA | 31 | 5160 | 2 | 510.202,44 | 18.495.218,21 | 2,76 |
| MG | POCO FUNDO | 31 | 5170 | 1 | (10.927.278,72) | 17.314.442,81 | - |
| MG | POMPEU | 31 | 5200 | 6 | 9.589.825,09 | 39.804.458,23 | 24,09 |
| MG | PONTO CHIQUE | 31 | 5213 | 1 | (2.416.818,51) | 9.033.768,24 | - |
| MG | PONTO DOS VOLANTES | 31 | 5217 | 0 | (1.111.900,90) | 16.348.086,96 | - |
| MG | PORTO FIRME | 31 | 5230 | 3 | 795.819,18 | 10.320.840,89 | 7,71 |
| MG | PRATA | 31 | 5280 | 8 | (6.252.375,94) | 35.543.247,10 | - |
| MG | PRATAPOLIS | 31 | 5290 | 7 | 11.041.720,74 | 13.429.402,20 | 82,22 |
| MG | PRESIDENTE BERNARDES | 31 | 5310 | 3 | (789.732,40) | 8.639.961,10 | - |
| MG | PRESIDENTE KUBITSCHEK | 31 | 5330 | 1 | 501.697,87 | 7.397.232,75 | 6,78 |
| MG | PRESIDENTE OLEGARIO | 31 | 5340 | 0 | (12.498.786,73) | 27.421.263,31 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | PRUDENTE DE MORAIS | 31 | 5360 | 8 | 1.319.780,03 | 11.575.675,36 | 11,40 |
| MG | QUARTEL GERAL | 31 | 5370 | 7 | (68.256,74) | 9.121.125,00 | - |
| MG | QUELUZITO | 31 | 5380 | 6 | (1.263.129,18) | 6.603.601,47 | - |
| MG | RAPOSOS | 31 | 5390 | 5 | (3.057.798,25) | 15.283.737,95 | - |
| MG | RESENDE COSTA | 31 | 5420 | 0 | (2.147.465,51) | 12.034.548,53 | - |
| MG | RIACHINHO | 31 | 5445 | 7 | 1.451.231,22 | 10.801.188,34 | 13,44 |
| MG | RIACHO DOS MACHADOS | 31 | 5450 | 7 | 1.441.950,20 | 12.186.359,91 | 11,83 |
| MG | RIO CASCA | 31 | 5490 | 3 | (607.041,65) | 21.017.854,88 | - |
| MG | RIO DO PRADO | 31 | 5510 | 8 | (320.072,26) | 8.846.874,86 | - |
| MG | RIO DOCE | 31 | 5500 | 9 | (1.133.343,62) | 8.093.010,76 | - |
| MG | RIO ESPERA | 31 | 5520 | 7 | - | 7.500.642,14 | - |
| MG | RIO MANSO | 31 | 5530 | 6 | (1.336.719,24) | 8.952.861,60 | - |
| MG | RIO PARANAIBA | 31 | 5550 | 4 | 7.258.511,00 | 21.281.824,00 | 34,11 |
| MG | RIO PARDO DE MINAS | 31 | 5560 | 3 | (1.175.072,93) | 31.577.654,65 | - |
| MG | RIO PIRACICABA | 31 | 5570 | 2 | (2.276.935,08) | 25.911.542,75 | - |
| MG | RIO PRETO | 31 | 5590 | 0 | (1.307.804,54) | 9.863.478,33 | - |
| MG | RIO VERMELHO | 31 | 5600 | 7 | 5.162.881,87 | 15.479.206,49 | 33,35 |
| MG | ROCHEDO DE MINAS | 31 | 5620 | 5 | (761.866,99) | 7.279.904,21 | - |
| MG | RODEIRO | 31 | 5630 | 4 | (2.483.461,53) | 9.715.273,04 | - |
| MG | RUBIM | 31 | 5660 | 1 | 6.290.470,23 | 11.089.118,85 | 56,73 |
| MG | SABINOPOLIS | 31 | 5680 | 9 | 1.227.972,87 | 19.507.623,10 | 6,29 |
| MG | SACRAMENTO | 31 | 5690 | 8 | (6.576.525,32) | 60.928.011,86 | - |
| MG | SALINAS | 31 | 5700 | 5 | (8.293.353,64) | 39.190.854,84 | - |
| MG | SALTO DA DIVISA | 31 | 5710 | 4 | 114.463,53 | 13.058.265,56 | 0,88 |
| MG | SANTA BARBARA DO LESTE | 31 | 5725 | 2 | (1.703.364,14) | 10.694.018,52 | - |
| MG | SANTA BARBARA DO MONTE VERDE | 31 | 5727 | 8 | (1.485.658,82) | 7.784.481,56 | - |
| MG | SANTA CRUZ DE MINAS | 31 | 5733 | 6 | (3.092.583,11) | 7.944.075,16 | - |
| MG | SANTA CRUZ DE SALINAS | 31 | 5737 | 7 | (1.904.868,88) | 9.328.782,97 | - |
| MG | SANTA FE DE MINAS | 31 | 5760 | 9 | (297.302,59) | 9.769.263,02 | - |
| MG | SANTA HELENA DE MINAS | 31 | 5765 | 8 | (1.896.827,36) | 10.582.074,69 | - |
| MG | SANTA JULIANA | 31 | 5770 | 8 | 3.782.270,81 | 20.400.898,43 | 18,54 |
| MG | SANTA MARGARIDA | 31 | 5790 | 6 | (207.649,01) | 17.343.732,85 | - |
| MG | SANTA MARIA DE ITABIRA | 31 | 5800 | 3 | - | 14.698.385,43 | - |
| MG | SANTA MARIA DO SUACUI | 31 | 5820 | 1 | 2.006.606,30 | 14.910.186,44 | 13,46 |
| MG | SANTA RITA DE IBITIPOCA | 31 | 5940 | 7 | (164.945,21) | 6.833.777,99 | - |
| MG | SANTA RITA DE JACUTINGA | 31 | 5930 | 8 | (1.913.078,01) | 9.186.737,72 | - |
| MG | SANTA RITA DE MINAS | 31 | 5935 | 7 | 484.185,18 | 10.635.367,66 | 4,55 |
| MG | SANTA RITA DO ITUETO | 31 | 5950 | 6 | (232.582,25) | 8.813.874,85 | - |
| MG | SANTA VITORIA | 31 | 5980 | 3 | 10.648.234,47 | 56.968.880,40 | 18,69 |
| MG | SANTANA DA VARGEM | 31 | 5830 | 0 | (1.334.207,21) | 10.118.277,72 | - |
| MG | SANTANA DO MANHUACU | 31 | 5890 | 4 | 1.370.877,44 | 11.123.438,31 | 12,32 |
| MG | SANTANA DO PARAISO | 31 | 5895 | 3 | (6.805.735,02) | 29.315.929,10 | - |
| MG | SANTANA DOS MONTES | 31 | 5910 | 0 | (101.167,92) | 7.848.848,04 | - |
| MG | SANTO ANTONIO DO AMPARO | 31 | 5990 | 2 | (1.012.139,96) | 25.572.387,44 | - |
| MG | SANTO ANTONIO DO ITAMBE | 31 | 6020 | 7 | (746.573,14) | 9.010.258,87 | - |
| MG | SANTO ANTONIO DO JACINTO | 31 | 6030 | 6 | (228.240,28) | 14.301.015,98 | - |
| MG | SANTO ANTONIO DO RETIRO | 31 | 6045 | 4 | (169.135,83) | 11.625.456,78 | - |
| MG | SANTO HIPOLITO | 31 | 6060 | 3 | 602.056,03 | 7.459.187,87 | 8,07 |
| MG | SANTOS DUMONT | 31 | 6070 | 2 | (5.656.399,30) | 45.040.478,40 | - |
| MG | SAO BRAS DO SUACUI | 31 | 6090 | 0 | (783.370,98) | 8.941.555,12 | - |
| MG | SAO DOMINGOS DAS DORES | 31 | 6095 | 9 | (1.366.558,40) | 9.272.923,28 | - |
| MG | SAO FRANCISCO DE PAULA | 31 | 6120 | 5 | 3.996.856,78 | 9.516.644,94 | 42,00 |
| MG | SAO FRANCISCO DE SALES | 31 | 6130 | 4 | 2.455.378,76 | 13.599.736,44 | 18,05 |
| MG | SAO FRANCISCO DO GLORIA | 31 | 6140 | 3 | (471.434,43) | 9.157.861,15 | - |
| MG | SAO GERALDO DA PIEDADE | 31 | 6160 | 1 | (1.088.936,35) | 7.552.728,84 | - |
| MG | SAO GERALDO DO BAIXIO | 31 | 6165 | 0 | (293.969,86) | 7.454.608,96 | - |
| MG | SAO GONCALO DO ABAETE | 31 | 6170 | 0 | 1.920.346,62 | 14.176.272,51 | 13,55 |
| MG | SAO GONCALO DO PARA | 31 | 6180 | 9 | 2.031.189,82 | 14.584.049,84 | 13,93 |
| MG | SAO GONCALO DO RIO PRETO | 31 | 2550 | 7 | 2.548.621,62 | 8.119.308,62 | 31,39 |
| MG | SAO GONCALO DO SAPUCAI | 31 | 6200 | 5 | (3.655.644,68) | 26.106.932,85 | - |
| MG | SAO GOTARDO | 31 | 6210 | 4 | 291.964,42 | 37.103.492,28 | 0,79 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | SAO JOAO BATISTA DO GLORIA | 31 | 6220 | 3 | 271.322,86 | 18.327.222,33 | 1,48 |
| MG | SAO JOAO DA MATA | 31 | 6230 | 2 | - | 6.974.962,39 | - |
| MG | SAO JOAO DA PONTE | 31 | 6240 | 1 | 243.046,08 | 34.807.009,64 | 0,70 |
| MG | SAO JOAO DAS MISSOES | 31 | 6245 | 0 | 1.103.351,05 | 15.687.570,98 | 7,03 |
| MG | SAO JOAO DO MANHUACU | 31 | 6255 | 9 | 355.624,11 | 12.136.912,71 | 2,93 |
| MG | SAO JOAO DO MANTENINHA | 31 | 6257 | 5 | 374.812,43 | 8.765.686,09 | 4,28 |
| MG | SAO JOAO DO ORIENTE | 31 | 6260 | 9 | - | 8.800.590,18 | - |
| MG | SAO JOAO DO PACUI | 31 | 6265 | 8 | (1.348.611,63) | 8.413.623,97 | - |
| MG | SAO JOAO DO PARAISO | 31 | 6270 | 8 | (1.047.905,58) | 23.305.440,31 | - |
| MG | SAO JOAO EVANGELISTA | 31 | 6280 | 7 | (1.934.668,95) | 19.229.607,10 | - |
| MG | SAO JOAO NEPOMUCENO | 31 | 6290 | 6 | (4.383.213,93) | 27.621.791,26 | - |
| MG | SAO JOAQUIM DE BICAS | 31 | 6292 | 2 | 171.330,66 | 41.304.015,02 | 0,41 |
| MG | SAO JOSE DA LAPA | 31 | 6295 | 5 | (2.563.349,91) | 31.165.265,32 | - |
| MG | SAO JOSE DA SAFIRA | 31 | 6300 | 3 | (1.877.782,02) | 8.109.509,22 | - |
| MG | SAO JOSE DO ALEGRE | 31 | 6320 | 1 | - | 6.899.214,09 | - |
| MG | SAO JOSE DO DIVINO | 31 | 6330 | 0 | 848.388,04 | 7.871.777,40 | 10,78 |
| MG | SAO JOSE DO JACURI | 31 | 6350 | 8 | 1.774.467,37 | 8.395.202,39 | 21,14 |
| MG | SAO JOSE DO MANTIMENTO | 31 | 6360 | 7 | (415.176,23) | 6.855.934,57 | - |
| MG | SAO LOURENCO | 31 | 6370 | 6 | 9.842.374,85 | 62.065.541,96 | 15,86 |
| MG | SAO MIGUEL DO ANTA | 31 | 6380 | 5 | (1.077.917,98) | 9.213.891,45 | - |
| MG | SAO PEDRO DA UNIAO | 31 | 6390 | 4 | (2.079.851,94) | 9.267.233,66 | - |
| MG | SAO PEDRO DO SUACUI | 31 | 6410 | 0 | 928.167,71 | 8.613.151,05 | 10,78 |
| MG | SAO ROQUE DE MINAS | 31 | 6430 | 8 | 3.989.992,57 | 11.362.100,43 | 35,12 |
| MG | SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA | 31 | 6440 | 7 | (303.713,84) | 8.645.340,33 | - |
| MG | SAO SEBASTIAO DO ANTA | 31 | 6447 | 2 | (1.841.023,55) | 9.733.911,90 | - |
| MG | SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE | 31 | 6490 | 2 | 139.589,79 | 7.526.947,81 | 1,85 |
| MG | SAO THOME DAS LETRAS | 31 | 6520 | 6 | (25.534,13) | 9.425.487,65 | - |
| MG | SAO TIAGO | 31 | 6500 | 8 | (1.788.303,54) | 11.155.772,86 | - |
| MG | SAO TOMAS DE AQUINO | 31 | 6510 | 7 | 1.304.924,32 | 10.910.081,27 | 11,96 |
| MG | SAO VICENTE DE MINAS | 31 | 6530 | 5 | (2.252.536,35) | 10.316.553,71 | - |
| MG | SARDOA | 31 | 6550 | 3 | (431.512,11) | 8.999.819,55 | - |
| MG | SARZEDO | 31 | 6553 | 7 | (12.732.983,70) | 45.424.038,74 | - |
| MG | SEM-PEIXE | 31 | 6556 | 0 | (614.823,21) | 7.665.621,57 | - |
| MG | SENADOR AMARAL | 31 | 6557 | 8 | (1.187.391,45) | 9.036.658,94 | - |
| MG | SENADOR CORTES | 31 | 6560 | 2 | (1.210.867,94) | 7.306.221,52 | - |
| MG | SENADOR JOSE BENTO | 31 | 6580 | 0 | (828.461,74) | 6.309.091,61 | - |
| MG | SENADOR MODESTINO GONCALVES | 31 | 6590 | 9 | 1.993.654,81 | 9.579.109,79 | 20,81 |
| MG | SENHORA DE OLIVEIRA | 31 | 6600 | 6 | (843.259,28) | 8.992.048,82 | - |
| MG | SENHORA DOS REMEDIOS | 31 | 6620 | 4 | (437.913,29) | 10.899.053,02 | - |
| MG | SERITINGA | 31 | 6640 | 2 | (312.392,01) | 6.324.291,80 | - |
| MG | SERRA DA SAUDADE | 31 | 6660 | 0 | - | 6.626.936,23 | - |
| MG | SERRA DO SALITRE | 31 | 6680 | 8 | 152.598,08 | 17.726.903,35 | 0,86 |
| MG | SERRANIA | 31 | 6690 | 7 | (1.798.473,46) | 10.320.141,61 | - |
| MG | SERRANOS | 31 | 6700 | 4 | 201.262,10 | 6.570.274,10 | 3,06 |
| MG | SERRO | 31 | 6710 | 3 | (2.301.037,82) | 21.655.311,38 | - |
| MG | SETUBINHA | 31 | 6555 | 2 | (1.288.391,34) | 12.546.873,14 | - |
| MG | SILVEIRANIA | 31 | 6730 | 1 | 135.591,05 | 6.664.074,17 | 2,03 |
| MG | SILVIANOPOLIS | 31 | 6740 | 0 | - | 9.509.611,90 | - |
| MG | SIMONESIA | 31 | 6760 | 8 | 1.532.074,48 | 19.184.297,58 | 7,99 |
| MG | TABULEIRO | 31 | 6790 | 5 | (399.134,77) | 7.437.037,84 | - |
| MG | TAIOBEIRAS | 31 | 6800 | 2 | (4.323.859,26) | 39.899.690,44 | - |
| MG | TAPARUBA | 31 | 6805 | 1 | (839.076,73) | 6.871.647,55 | - |
| MG | TAQUARACU DE MINAS | 31 | 6830 | 9 | 2.786.237,32 | 9.683.117,06 | 28,77 |
| MG | TIRADENTES | 31 | 6880 | 4 | (2.194.008,69) | 10.911.367,51 | - |
| MG | TOLEDO | 31 | 6910 | 9 | (2.893.492,61) | 8.878.682,03 | - |
| MG | TOMBOS | 31 | 6920 | 8 | (1.734.683,77) | 12.831.411,03 | - |
| MG | TRES MARIAS | 31 | 6935 | 6 | 5.225.612,94 | 58.646.193,12 | 8,91 |
| MG | TUMIRITINGA | 31 | 6950 | 5 | 380.493,00 | 11.145.006,44 | 3,41 |
| MG | TUPACIGUARA | 31 | 6960 | 4 | 8.022.947,93 | 39.930.694,19 | 20,09 |
| MG | TURVOLANDIA | 31 | 6980 | 2 | (710.777,45) | 8.326.740,01 | - |
| MG | UBAI | 31 | 7000 | 8 | (911.603,63) | 14.178.116,40 | - |
| MG | UBAPORANGA | 31 | 7005 | 7 | 485.727,10 | 12.369.051,00 | 3,93 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | UMBURATIBA | 31 | 7030 | 5 | (956.496,34) | 7.400.013,70 | - |
| MG | UNIAO DE MINAS | 31 | 7043 | 8 | 594.166,62 | 10.277.708,35 | 5,78 |
| MG | URUCANIA | 31 | 7050 | 3 | 2.301.745,84 | 13.871.221,85 | 16,59 |
| MG | URUCUIA | 31 | 7052 | 9 | (1.136.896,14) | 15.647.179,56 | - |
| MG | VARGEM ALEGRE | 31 | 7057 | 8 | - | 9.918.695,17 | - |
| MG | VARGEM BONITA | 31 | 7060 | 2 | 582.210,02 | 7.630.516,41 | 7,63 |
| MG | PARDO | 31 | 7065 | 1 | 121.763,12 | 8.524.703,17 | 1,43 |
| MG | VARJAO DE MINAS | 31 | 7075 | 0 | (855.883,38) | 10.439.589,07 | - |
| MG | VARZELANDIA | 31 | 7090 | 9 | 1.280.890,91 | 20.237.670,05 | 6,33 |
| MG | VEREDINHA | 31 | 7107 | 1 | (635.091,29) | 9.122.010,95 | - |
| MG | VERISSIMO | 31 | 7110 | 5 | 150.192,62 | 9.987.725,48 | 1,50 |
| MG | VERMELHO NOVO | 31 | 7115 | 4 | (731.677,72) | 8.655.543,71 | - |
| MG | VIRGEM DA LAPA | 31 | 7160 | 0 | (146.811,38) | 15.434.887,82 | - |
| MG | VIRGINIA | 31 | 7170 | 9 | (885.927,59) | 9.571.114,14 | - |
| MG | VIRGINOPOLIS | 31 | 7180 | 8 | 1.916.739,43 | 13.940.118,91 | 13,75 |
| MG | VISCONDE DO RIO BRANCO | 31 | 7200 | 4 | 2.126.487,47 | 40.405.080,04 | 5,26 |
| MS | AGUA CLARA | 50 | 20 | 3 | (9.941.445,66) | 42.256.741,76 | - |
| MS | ALCINOPOLIS | 50 | 25 | 2 | - | 19.747.244,02 | - |
| MS | AMAMBAI | 50 | 60 | 9 | 3.073.580,18 | 57.886.159,65 | 5,31 |
| MS | ANASTACIO | 50 | 70 | 8 | (801.482,97) | 30.535.179,82 | - |
| MS | ANAURILANDIA | 50 | 80 | 7 | 963.366,93 | 18.942.330,76 | 5,09 |
| MS | ANTONIO JOAO | 50 | 90 | 6 | (3.904.638,75) | 17.208.651,04 | - |
| MS | APARECIDA DO TABOADO | 50 | 100 | 3 | (212.900,74) | 43.816.787,22 | - |
| MS | AQUIDAUANA | 50 | 110 | 2 | (9.469,33) | 71.264.868,72 | - |
| MS | BRASILANDIA | 50 | 230 | 8 | (14.275.858,32) | 34.243.591,45 | - |
| MS | CAARAPO | 50 | 240 | 7 | (2.163.432,61) | 41.578.586,59 | - |
| MS | CAMAPUA | 50 | 260 | 5 | - | 28.128.927,83 | - |
| MS | CASSILANDIA | 50 | 290 | 2 | - | 38.174.352,76 | - |
| MS | CHAPADAO DO SUL | 50 | 295 | 1 | 734.626,69 | 54.791.489,95 | 1,34 |
| MS | COSTA RICA | 50 | 325 | 6 | (4.848.427,80) | 55.110.954,37 | - |
| MS | FIGUEIRAO | 50 | 390 | 0 | (4.511.488,22) | 10.821.730,07 | - |
| MS | INOCENCIA | 50 | 440 | 3 | (2.914.599,37) | 21.760.453,57 | - |
| MS | ITAQUIRAI | 50 | 460 | 1 | (1.174.726,92) | 30.128.020,61 | - |
| MS | IVINHEMA | 50 | 470 | 0 | (2.065.413,60) | 32.934.622,68 | - |
| MS | JATEI | 50 | 510 | 3 | (1.442.395,15) | 17.837.899,27 | - |
| MS | JUTI | 50 | 515 | 2 | (623.441,67) | 13.408.162,90 | - |
| MS | LAGUNA CARAPA | 50 | 525 | 1 | 807.502,24 | 19.885.246,40 | 4,06 |
| MS | MIRANDA | 50 | 560 | 8 | 7.577.538,59 | 41.294.371,21 | 18,35 |
| MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 50 | 600 | 2 | (3.026.679,94) | 36.518.817,07 | - |
| MS | NOVA ANDRADINA | 50 | 620 | 0 | (5.403.541,38) | 77.782.387,00 | - |
| MS | PEDRO GOMES | 50 | 640 | 8 | 2.429.651,30 | 15.646.697,40 | 15,53 |
| MS | PORTO MURTINHO | 50 | 690 | 3 | (19.031.571,57) | 34.953.431,64 | - |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 50 | 710 | 9 | (3.284.204,74) | 51.513.538,23 | - |
| MS | RIO BRILHANTE | 50 | 720 | 8 | (5.717.879,11) | 69.436.195,84 | - |
| MS | ROCHEDO | 50 | 750 | 5 | (50.961,04) | 12.119.595,77 | - |
| MS | SANTA RITA DO PARDO | 50 | 755 | 4 | (3.456.492,49) | 25.228.901,00 | - |
| MS | SAO GABRIEL DO OESTE | 50 | 769 | 5 | 369.046,07 | 55.462.212,41 | 0,67 |
| MS | SELVIRIA | 50 | 780 | 2 | (2.315.553,36) | 20.886.327,54 | - |
| MS | SIDROLANDIA | 50 | 790 | 1 | 2.552.328,25 | 82.390.802,60 | 3,10 |
| MS | SONORA | 50 | 793 | 5 | - | 32.057.396,69 | - |
| MS | TAQUARUSSU | 50 | 797 | 6 | (936.883,46) | 13.918.747,59 | - |
| MS | VICENTINA | 50 | 840 | 4 | (1.337.061,35) | 12.426.926,72 | - |
| MT | CANARANA | 51 | 270 | 2 | 107.610,68 | 32.182.462,17 | 0,33 |
| MT | PORTO ESTRELA | 51 | 685 | 1 | 433.313,19 | 8.416.278,61 | 5,15 |
| MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 51 | 550 | 7 | (1.373.497,97) | 24.847.723,72 | - |
| PA | CURILANDIA DO NORTE | 15 | 543 | 7 | (8.438.973,30) | 67.324.328,75 | - |
| PA | TERRA SANTA | 15 | 797 | 9 | (2.241.080,65) | 20.293.053,28 | - |
| PA | XINGUARA | 15 | 840 | 7 | (9.847.682,47) | 50.444.429,23 | - |
| PB | BONITO DE SANTA FE | 25 | 240 | 9 | (313.266,80) | 13.050.359,58 | - |
| PB | BOQUEIRAO | 25 | 250 | 8 | 10.556.059,07 | 19.937.564,99 | 52,95 |
| PB | CARAUBAS | 25 | 407 | 4 | (515.617,64) | 7.769.671,04 | - |
| PB | CUITEGI | 25 | 520 | 4 | 1.808.412,36 | 9.148.682,12 | 19,77 |
| PB | EMAS | 25 | 590 | 7 | 2.841.884,20 | 7.030.808,22 | 40,42 |
| PB | ITATUBA | 25 | 720 | 0 | 4.202.562,14 | 11.330.048,53 | 37,09 |
| PB | MAE D'AGUA | 25 | 870 | 3 | (959.107,03) | 7.700.985,05 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PB | MATURÉIA | 25 | 939 | 6 | - | 9.311.066,24 | - |
| PB | NOVA OLINDA | 25 | 1020 | 4 | 4.536.971,73 | 8.321.120,86 | 54,52 |
| PB | PILÕEZINHOS | 25 | 1170 | 7 | 1.304.960,37 | 8.058.675,31 | 16,19 |
| PB | QUEIMADAS | 25 | 1250 | 7 | 5.043.639,70 | 39.694.558,39 | 12,71 |
| PB | SANTA LUZIA | 25 | 1340 | 6 | (1.562.575,23) | 16.128.906,33 | - |
| PB | SANTANA DE MANGUEIRA | 25 | 1350 | 5 | 2.327,53 | 8.677.279,08 | 0,03 |
| PB | SANTAREM | 25 | 1365 | 3 | 3.585.953,82 | 9.566.041,29 | 37,49 |
| PB | SAO JOSE DE ESPINHARAS | 25 | 1440 | 4 | 2.255.778,17 | 8.011.787,30 | 28,16 |
| PB | TEIXEIRA | 25 | 1670 | 6 | 579.055,67 | 16.738.888,34 | 3,46 |
| PB | VARZEA | 25 | 1710 | 0 | (118.199,80) | 6.947.639,03 | - |
| PB | VIEIROPOLIS | 25 | 1720 | 9 | (924.760,29) | 7.728.118,32 | - |
| PE | BELEM DE MARIA | 26 | 150 | 8 | 4.249.943,48 | 16.595.269,40 | 25,61 |
| PE | BETANIA | 26 | 180 | 5 | (397.218,92) | 16.779.283,84 | - |
| PE | BODOCO | 26 | 200 | 1 | 26.734.954,63 | 42.619.003,00 | 62,73 |
| PE | BOM JARDIM | 26 | 220 | 9 | (11.511.357,41) | 36.271.077,90 | - |
| PE | BREJAO | 26 | 240 | 7 | 249.346,83 | 14.578.068,25 | 1,71 |
| PE | BREJINHO | 26 | 250 | 6 | (2.429.156,22) | 14.058.495,22 | - |
| PE | CAETES | 26 | 320 | 7 | 1.672.723,04 | 31.542.718,82 | 5,30 |
| PE | CARNAIBA | 26 | 390 | 0 | 711.631,92 | 24.763.776,59 | 2,87 |
| PE | CASINHAS | 26 | 415 | 5 | (1.620.486,00) | 22.173.330,46 | - |
| PE | CUMARU | 26 | 490 | 8 | 5.643.981,22 | 22.006.481,66 | 25,65 |
| PE | FERREIROS | 26 | 550 | 9 | (580.964,66) | 14.168.201,73 | - |
| PE | FLORES | 26 | 560 | 8 | 1.232.870,23 | 28.009.032,59 | 4,40 |
| PE | GRANITO | 26 | 630 | 9 | (2.790.122,97) | 12.835.188,69 | - |
| PE | IGUARACI | 26 | 690 | 3 | (1.818.032,29) | 14.232.997,54 | - |
| PE | ILHA DE ITAMARACA | 26 | 760 | 4 | 4.083.194,00 | 28.819.864,03 | 14,17 |
| PE | INGAZEIRA | 26 | 710 | 9 | (172.076,98) | 10.048.194,20 | - |
| PE | ITACURUBA | 26 | 740 | 6 | 2.705.328,13 | 19.456.176,67 | 13,90 |
| PE | ITAPETIM | 26 | 770 | 3 | (2.298.205,12) | 18.077.426,22 | - |
| PE | ITAPISSUMA | 26 | 775 | 2 | (4.026.749,54) | 38.575.524,83 | - |
| PE | JATOBA | 26 | 805 | 7 | - | 18.679.547,23 | - |
| PE | MACAPARANA | 26 | 900 | 6 | (275.019,43) | 27.972.454,78 | - |
| PE | MACHADOS | 26 | 910 | 5 | (3.943.188,05) | 16.368.832,17 | - |
| PE | MOREILANDIA | 26 | 1430 | 3 | (92.888,84) | 18.502.859,28 | - |
| PE | OROBO | 26 | 970 | 9 | 12.291.524,89 | 29.526.466,83 | 41,63 |
| PE | PASSIRA | 26 | 1050 | 9 | 1.518.007,88 | 31.491.114,64 | 4,82 |
| PE | PEDRA | 26 | 1080 | 6 | - | 25.534.038,28 | - |
| PE | PRIMAVERA | 26 | 1140 | 8 | (349.700,80) | 16.759.331,17 | - |
| PE | QUIPAPA | 26 | 1150 | 7 | (2.500.277,77) | 26.982.927,16 | - |
| PE | QUIXABA | 26 | 1153 | 3 | 3.871.499,71 | 11.020.220,77 | 35,13 |
| PE | SANHARO | 26 | 1240 | 6 | (2.809.756,93) | 23.723.594,20 | - |
| PE | SANTA CRUZ | 26 | 1245 | 5 | - | 23.509.486,56 | - |
| PE | SANTA MARIA DO CAMBUCA | 26 | 1270 | 3 | (1.834.258,34) | 16.192.136,74 | - |
| PE | SAO JOAO | 26 | 1320 | 6 | (1.091.157,31) | 26.760.446,85 | - |
| PE | SAO JOSE DA COROA GRANDE | 26 | 1340 | 4 | (1.893.851,55) | 24.202.741,95 | - |
| PE | SAO VICENTE FERRER | 26 | 1380 | 0 | 427.444,00 | 22.983.838,86 | 1,86 |
| PE | SERRITA | 26 | 1400 | 6 | (3.113.769,95) | 26.757.216,62 | - |
| PE | SERTANIA | 26 | 1410 | 5 | (1.043.802,60) | 40.531.656,79 | - |
| PE | TACARATU | 26 | 1480 | 8 | (2.546.759,25) | 22.129.755,86 | - |
| PE | TRIUNFO | 26 | 1570 | 6 | (4.462.625,38) | 19.163.661,96 | - |
| PE | VENTUROSA | 26 | 1600 | 1 | 872.438,71 | 20.460.105,03 | 4,26 |
| PE | VERDEJANTE | 26 | 1610 | 0 | 120.652,11 | 14.443.213,00 | 0,84 |
| PE | VERTENTE DO LERIO | 26 | 1618 | 3 | (1.812.369,19) | 12.499.261,38 | - |
| PI | AGUA BRANCA | 22 | 20 | 2 | (4.783.947,04) | 20.640.793,82 | - |
| PI | ALTO LONGA | 22 | 30 | 1 | (2.015.073,45) | 14.719.733,90 | - |
| PI | CAMPO MAIOR | 22 | 220 | 8 | (1.603.568,80) | 42.828.021,34 | - |
| PI | MORRO DO CHAPEU DO PIAUI | 22 | 667 | 0 | (2.406.155,33) | 9.744.944,43 | - |
| PI | MURICI DOS PORTELAS | 22 | 669 | 6 | 675.599,82 | 9.767.698,20 | 6,92 |
| PI | SAO LUIS DO PIAUI | 22 | 1037 | 5 | (199.076,25) | 5.526.219,20 | - |
| PR | ABATIA | 41 | 10 | 3 | 3.575.209,08 | 9.428.050,23 | 37,92 |
| PR | ADRIANOPOLIS | 41 | 20 | 2 | 3.748.133,26 | 12.356.290,42 | 30,33 |
| PR | AGUDOS DO SUL | 41 | 30 | 1 | 1.285.475,62 | 9.766.049,42 | 13,16 |
| PR | ALTO PARAISO | 41 | 2862 | 5 | 718.116,13 | 11.662.158,63 | 6,16 |
| PR | ALTO PARANA | 41 | 60 | 8 | (1.952.255,31) | 15.929.728,54 | - |
| PR | ALTO PIQUIRI | 41 | 70 | 7 | 710.609,33 | 13.111.727,00 | 5,42 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | ALTONIA | 41 | 50 | 9 | 3.417.834,64 | 27.600.524,94 | 12,38 |
| PR | AMAPORA | 41 | 90 | 5 | (2.285.472,57) | 8.561.060,18 | - |
| PR | AMPERE | 41 | 100 | 2 | (338.227,12) | 21.991.102,78 | - |
| PR | ANDIRA | 41 | 110 | 1 | 11.257.731,10 | 30.643.133,01 | 36,74 |
| PR | ANGULO | 41 | 115 | 0 | (325.025,93) | 7.343.517,51 | - |
| PR | ANTONIO OLINTO | 41 | 130 | 9 | (342.069,50) | 10.356.372,05 | - |
| PR | ARAPOTI | 41 | 160 | 6 | 4.158.176,92 | 39.587.388,70 | 10,50 |
| PR | ARAPUA | 41 | 165 | 5 | (699.303,43) | 7.845.506,52 | - |
| PR | ARIRANHA DO IVAI | 41 | 185 | 3 | (71.956,15) | 7.243.461,62 | - |
| PR | ASSAI | 41 | 190 | 3 | (2.342.398,38) | 21.150.313,18 | - |
| PR | ASSIS CHATEAUBRIAND | 41 | 200 | 0 | 2.521.654,04 | 45.065.186,08 | 5,60 |
| PR | ASTORGA | 41 | 210 | 9 | 2.161.347,07 | 30.148.096,32 | 7,17 |
| PR | ATALAIA | 41 | 220 | 8 | (2.050.518,94) | 8.168.902,76 | - |
| PR | BALSA NOVA | 41 | 230 | 7 | (4.965.175,91) | 24.655.131,89 | - |
| PR | BANDEIRANTES | 41 | 240 | 6 | 6.272.666,39 | 34.973.598,58 | 17,94 |
| PR | BARBOSA FERRAZ | 41 | 250 | 5 | 1.486.587,50 | 17.328.982,87 | 8,58 |
| PR | BELA VISTA DA CAROBA | 41 | 275 | 2 | (402.430,06) | 7.180.891,80 | - |
| PR | BELA VISTA DO PARAISO | 41 | 280 | 2 | 624.676,19 | 19.241.761,66 | 3,25 |
| PR | BITURUNA | 41 | 290 | 1 | (143.747,43) | 27.920.360,29 | - |
| PR | BOA ESPERANCA | 41 | 300 | 8 | (361.521,26) | 10.793.711,48 | - |
| PR | BOA ESPERANCA DO IGUACU | 41 | 302 | 4 | (866.196,27) | 9.080.051,33 | - |
| PR | BOA VISTA DA APARECIDA | 41 | 305 | 7 | 2.165.370,75 | 14.435.181,62 | 15,00 |
| PR | BOM JESUS DO SUL | 41 | 315 | 6 | (763.138,21) | 8.579.550,67 | - |
| PR | BOM SUCESSO | 41 | 320 | 6 | 2.693.130,15 | 10.051.303,29 | 26,79 |
| PR | BOM SUCESSO DO SUL | 41 | 322 | 2 | 1.553.034,22 | 9.668.082,69 | 16,06 |
| PR | BORRAZOPOLIS | 41 | 330 | 5 | 4.695.996,57 | 10.407.472,63 | 45,12 |
| PR | BRASILANDIA DO SUL | 41 | 337 | 0 | (559.607,95) | 8.995.196,63 | - |
| PR | CAFELANDIA | 41 | 345 | 3 | 792.205,14 | 25.924.691,45 | 3,06 |
| PR | CAFEZAL DO SUL | 41 | 347 | 9 | 1.097.649,70 | 7.717.265,70 | 14,22 |
| PR | CALIFORNIA | 41 | 350 | 3 | 60.875,68 | 9.863.991,82 | 0,62 |
| PR | CAMPINA DA LAGOA | 41 | 390 | 9 | 8.535.996,53 | 19.630.649,73 | 43,48 |
| PR | CAMPINA DO SIMAO | 41 | 395 | 8 | (900.099,67) | 8.349.269,71 | - |
| PR | CAMPINA GRANDE DO SUL | 41 | 400 | 6 | 1.851.738,63 | 54.334.865,30 | 3,41 |
| PR | CAMPO MAGRO | 41 | 425 | 3 | (425.505,64) | 32.072.498,50 | - |
| PR | CANDOI | 41 | 442 | 8 | (16.021.326,01) | 31.422.937,87 | - |
| PR | CANTAGALO | 41 | 445 | 1 | 3.163.571,63 | 16.040.087,83 | 19,72 |
| PR | CAPITAO LEONIDAS MARQUES | 41 | 460 | 0 | (509.181,90) | 21.570.232,18 | - |
| PR | CARAMBEI | 41 | 465 | 9 | 3.470.433,35 | 37.763.369,18 | 9,19 |
| PR | CARLOPOLIS | 41 | 470 | 9 | 3.116.893,97 | 16.584.231,88 | 18,79 |
| PR | CATANDUVAS | 41 | 500 | 3 | 3.136.755,81 | 14.957.399,49 | 20,97 |
| PR | CEU AZUL | 41 | 530 | 0 | (4.074.870,44) | 23.929.646,78 | - |
| PR | CHOPINZINHO | 41 | 540 | 9 | 1.752.879,33 | 39.089.682,52 | 4,48 |
| PR | CLEVELANDIA | 41 | 570 | 6 | 1.724.545,11 | 21.119.234,35 | 8,17 |
| PR | CONSELHEIRO MAIRINCK | 41 | 610 | 0 | (498.262,21) | 7.278.457,33 | - |
| PR | CONTENDA | 41 | 620 | 9 | (4.858.383,13) | 18.797.797,76 | - |
| PR | CORBELIA | 41 | 630 | 8 | 2.396.489,68 | 23.421.384,17 | 10,23 |
| PR | CORNELIO PROCOPIO | 41 | 640 | 7 | 15.620.697,04 | 56.794.139,09 | 27,50 |
| PR | CORONEL VIVIDA | 41 | 650 | 6 | (1.864.113,61) | 28.862.083,53 | - |
| PR | CORUMBATAI DO SUL | 41 | 655 | 5 | (897.495,00) | 7.772.145,64 | - |
| PR | CRUZ MACHADO | 41 | 680 | 3 | 5.142.396,00 | 33.401.016,73 | 15,40 |
| PR | CRUZEIRO DO IGUACU | 41 | 657 | 1 | 554.831,72 | 12.078.612,68 | 4,59 |
| PR | CRUZEIRO DO OESTE | 41 | 660 | 5 | 1.010.628,70 | 27.616.986,17 | 3,66 |
| PR | CRUZMALTINA | 41 | 685 | 2 | (924.427,14) | 7.646.936,06 | - |
| PR | DIAMANTE D'OESTE | 41 | 715 | 7 | (136.879,47) | 9.860.624,27 | - |
| PR | DIAMANTE DO SUL | 41 | 712 | 4 | 16.260,74 | 7.932.889,19 | 0,20 |
| PR | DOIS VIZINHOS | 41 | 720 | 7 | 1.008.815,95 | 47.801.635,67 | 2,11 |
| PR | DOURADINA | 41 | 725 | 6 | (3.468.019,02) | 13.733.257,16 | - |
| PR | DOUTOR CAMARGO | 41 | 730 | 6 | 2.955.349,80 | 8.680.806,57 | 34,04 |
| PR | ENEAS MARQUES | 41 | 740 | 5 | (999.482,53) | 12.416.084,42 | - |
| PR | ENTRE RIOS DO OESTE | 41 | 753 | 8 | (359.469,85) | 13.725.968,65 | - |
| PR | ESPERANCA NOVA | 41 | 752 | 0 | (1.630.362,45) | 6.628.285,11 | - |
| PR | FAROL | 41 | 755 | 3 | 949.548,10 | 8.482.276,48 | 11,19 |
| PR | FENIX | 41 | 770 | 2 | 2.404.619,64 | 8.940.464,57 | 26,90 |
| PR | FERNANDES PINHEIRO | 41 | 773 | 6 | (1.281.793,44) | 11.929.487,16 | - |
| PR | FLOR DA SERRA DO SUL | 41 | 785 | 0 | 847.593,74 | 10.057.364,90 | 8,43 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | FLORAI | 41 | 780 | 1 | (756.733,64) | 9.022.538,98 | - |
| PR | FLORESTOPOLIS | 41 | 800 | 7 | 8.299.419,20 | 13.076.871,67 | 63,47 |
| PR | FLORIDA | 41 | 810 | 6 | 296.600,16 | 7.054.043,41 | 4,20 |
| PR | FORMOSA DO OESTE | 41 | 820 | 5 | 2.991.614,38 | 11.842.319,87 | 25,26 |
| PR | GENERAL CARNEIRO | 41 | 850 | 2 | 154.665,53 | 18.177.581,27 | 0,85 |
| PR | GODOY MOREIRA | 41 | 855 | 1 | (54.355,56) | 6.887.575,11 | - |
| PR | GOIOERE | 41 | 860 | 1 | (2.656.641,34) | 37.318.465,47 | - |
| PR | GUAIRA | 41 | 880 | 9 | (11.524.827,00) | 41.448.474,42 | - |
| PR | GUAPOREMA | 41 | 910 | 4 | 245.005,35 | 7.306.063,32 | 3,35 |
| PR | GUARACI | 41 | 920 | 3 | (371.337,09) | 8.985.756,52 | - |
| PR | GUARANIACU | 41 | 930 | 2 | 1.473.569,36 | 23.096.565,86 | 6,38 |
| PR | HONORIO SERPA | 41 | 965 | 8 | (23.532,23) | 11.031.164,28 | - |
| PR | IBEMA | 41 | 975 | 7 | 387.761,62 | 9.748.092,51 | 3,98 |
| PR | IBIPORA | 41 | 980 | 7 | (11.751.710,77) | 68.263.948,04 | - |
| PR | ICARAIMA | 41 | 990 | 6 | 1.170.185,26 | 13.217.145,30 | 8,85 |
| PR | IGUARACU | 41 | 1000 | 3 | 838.697,48 | 9.512.629,67 | 8,82 |
| PR | IGUATU | 41 | 1005 | 2 | 218.452,94 | 6.705.222,88 | 3,26 |
| PR | INACIO MARTINS | 41 | 1020 | 1 | (42.956,30) | 16.434.206,28 | - |
| PR | IPIRANGA | 41 | 1050 | 8 | (166.756,24) | 21.351.329,63 | - |
| PR | IPORA | 41 | 1060 | 7 | 1.364.642,39 | 21.401.044,95 | 6,38 |
| PR | IRACEMA DO OESTE | 41 | 1065 | 6 | 35.145,78 | 6.742.433,29 | 0,52 |
| PR | IRETAMA | 41 | 1080 | 5 | 3.654.747,84 | 16.018.987,13 | 22,82 |
| PR | ITAIPULANDIA | 41 | 1095 | 3 | (7.343.121,44) | 37.136.858,36 | - |
| PR | ITAMBARACA | 41 | 1100 | 1 | (560.153,13) | 10.990.757,62 | - |
| PR | ITAMBE | 41 | 1110 | 0 | 859.806,16 | 9.965.982,98 | 8,63 |
| PR | ITAPEJARA D'OESTE | 41 | 1120 | 9 | (952.601,18) | 17.034.283,46 | - |
| PR | ITAPERUCU | 41 | 1125 | 8 | (726.337,86) | 22.436.879,93 | - |
| PR | ITAUNA DO SUL | 41 | 1130 | 8 | 382.269,86 | 6.604.081,87 | 5,79 |
| PR | IVAI | 41 | 1140 | 7 | 1.358.077,04 | 14.842.566,97 | 9,15 |
| PR | IVAIPORA | 41 | 1150 | 6 | 5.617.886,40 | 29.577.695,07 | 18,99 |
| PR | IVATE | 41 | 1155 | 5 | 2.299.653,13 | 11.073.479,27 | 20,77 |
| PR | IVATUBA | 41 | 1160 | 5 | (590.161,76) | 7.430.786,12 | - |
| PR | JACAREZINHO | 41 | 1180 | 3 | - | 47.693.573,09 | - |
| PR | JAGUARIAIVA | 41 | 1200 | 9 | (7.849.663,84) | 45.784.711,94 | - |
| PR | JAPURA | 41 | 1240 | 5 | (796.982,43) | 11.801.359,84 | - |
| PR | JATAIZINHO | 41 | 1270 | 2 | (1.455.802,58) | 15.851.524,66 | - |
| PR | JESUITAS | 41 | 1275 | 1 | 1.947.879,63 | 12.188.705,94 | 15,98 |
| PR | JOAQUIM TAVORA | 41 | 1280 | 1 | (603.789,29) | 15.176.330,63 | - |
| PR | JURANDA | 41 | 1295 | 9 | (1.490.214,71) | 11.692.492,03 | - |
| PR | KALORE | 41 | 1310 | 6 | 3.751.038,46 | 7.883.760,60 | 47,58 |
| PR | LAPA | 41 | 1320 | 5 | (593.211,15) | 58.704.479,16 | - |
| PR | LARANJAL | 41 | 1325 | 4 | 211.504,35 | 9.325.359,57 | 2,27 |
| PR | LARANJEIRAS DO SUL | 41 | 1330 | 4 | 3.859.813,00 | 35.043.732,70 | 11,01 |
| PR | LINDOESTE | 41 | 1345 | 2 | (572.113,73) | 9.412.791,19 | - |
| PR | LOANDA | 41 | 1350 | 2 | (2.162.032,54) | 25.468.172,28 | - |
| PR | LUNARDELLI | 41 | 1375 | 9 | 3.489.957,82 | 9.495.963,96 | 36,75 |
| PR | MALLET | 41 | 1390 | 8 | 9.463.843,86 | 15.854.296,68 | 59,69 |
| PR | MAMBORE | 41 | 1400 | 5 | (2.108.979,92) | 23.228.778,36 | - |
| PR | MANDAGUACU | 41 | 1410 | 4 | (1.678.447,06) | 23.442.812,80 | - |
| PR | MANDAGUARI | 41 | 1420 | 3 | 14.649.816,73 | 46.186.653,28 | 31,72 |
| PR | MARIALVA | 41 | 1480 | 7 | 4.679.605,96 | 40.756.871,91 | 11,48 |
| PR | MARILANDIA DO SUL | 41 | 1490 | 6 | (817.866,38) | 15.549.192,69 | - |
| PR | MARILENA | 41 | 1500 | 2 | 734.783,06 | 10.193.579,70 | 7,21 |
| PR | MARILUZ | 41 | 1510 | 1 | 2.942.767,03 | 14.972.293,68 | 19,65 |
| PR | MARIOPOLIS | 41 | 1530 | 9 | (1.205.454,63) | 12.976.712,72 | - |
| PR | MARIPA | 41 | 1535 | 8 | (3.656.226,84) | 13.786.969,52 | - |
| PR | MARMELEIRO | 41 | 1540 | 8 | (1.543.139,74) | 20.720.779,08 | - |
| PR | MATINHOS | 41 | 1570 | 5 | (11.356.094,60) | 57.638.438,95 | - |
| PR | MEDIANEIRA | 41 | 1580 | 4 | 8.342.268,05 | 49.730.900,86 | 16,77 |
| PR | MERCEDES | 41 | 1585 | 3 | (860.359,85) | 13.185.290,10 | - |
| PR | MISSAL | 41 | 1605 | 9 | (2.461.905,26) | 20.634.930,88 | - |
| PR | MOREIRA SALES | 41 | 1610 | 9 | 416.893,71 | 16.528.919,52 | 2,52 |
| PR | NOSSA SENHORA DAS GRACAS | 41 | 1640 | 6 | 4.504.866,73 | 7.705.094,68 | 58,47 |
| PR | NOVA ALIANCA DO IVAI | 41 | 1650 | 5 | 271.531,80 | 6.467.110,91 | 4,20 |
| PR | NOVA AMERICA DA COLINA | 41 | 1660 | 4 | (20.817,47) | 7.952.352,60 | - |
| PR | NOVA ESPERANCA | 41 | 1690 | 1 | 498.242,64 | 28.270.076,25 | 1,76 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE | 41 | 1695 | 0 | (630.808,83) | 9.035.866,09 | - |
| PR | NOVA LONDRINA | 41 | 1710 | 7 | 4.641.203,85 | 16.970.629,44 | 27,35 |
| PR | NOVA PRATA DO IGUACU | 41 | 1725 | 5 | 3.402.754,35 | 19.457.563,57 | 17,49 |
| PR | NOVA SANTA BARBARA | 41 | 1721 | 4 | 31.054,20 | 8.429.893,14 | 0,37 |
| PR | NOVA SANTA ROSA | 41 | 1722 | 2 | 205.680,59 | 14.907.318,10 | 1,38 |
| PR | NOVA TEBAS | 41 | 1727 | 1 | (21.091,69) | 10.523.810,63 | - |
| PR | NOVO ITACOLOMI | 41 | 1729 | 7 | (537.238,28) | 7.189.942,00 | - |
| PR | ORTIGUEIRA | 41 | 1730 | 5 | (9.104.563,70) | 33.689.475,15 | - |
| PR | PALMAS | 41 | 1760 | 2 | 5.100.151,66 | 51.415.800,86 | 9,92 |
| PR | PALMEIRA | 41 | 1770 | 1 | 4.495.375,92 | 42.115.042,30 | 10,67 |
| PR | PALOTINA | 41 | 1790 | 9 | (2.382.356,30) | 43.357.202,92 | - |
| PR | PARAISO DO NORTE | 41 | 1800 | 6 | 1.056.982,68 | 15.299.833,77 | 6,91 |
| PR | PATO BRAGADO | 41 | 1845 | 1 | (1.711.907,56) | 15.648.992,46 | - |
| PR | PAULA FREITAS | 41 | 1860 | 0 | (285.789,82) | 8.802.478,65 | - |
| PR | PAULO FRONTIN | 41 | 1870 | 9 | 394.700,44 | 9.452.877,41 | 4,18 |
| PR | PEROLA | 41 | 1890 | 7 | (1.808.248,97) | 12.929.892,91 | - |
| PR | PIEN | 41 | 1910 | 3 | (290.692,65) | 20.596.451,28 | - |
| PR | PINHALAO | 41 | 1920 | 2 | (1.427.541,03) | 9.609.789,05 | - |
| PR | PITANGA | 41 | 1960 | 8 | 7.018.607,56 | 38.472.463,83 | 18,24 |
| PR | PITANGUEIRAS | 41 | 1965 | 7 | 64.425,20 | 7.658.626,97 | 0,84 |
| PR | PLANALTO | 41 | 1980 | 6 | (1.197.615,55) | 16.563.058,16 | - |
| PR | PONTAL DO PARANA | 41 | 1995 | 4 | (20.206.331,98) | 37.900.511,00 | - |
| PR | PORTO AMAZONAS | 41 | 2010 | 1 | (9.337,36) | 8.383.175,48 | - |
| PR | PORTO RICO | 41 | 2020 | 0 | (1.173.738,98) | 8.179.210,00 | - |
| PR | PORTO VITORIA | 41 | 2030 | 9 | 1.687.914,85 | 8.737.595,42 | 19,32 |
| PR | PRADO FERREIRA | 41 | 2033 | 3 | (757.245,87) | 7.397.430,61 | - |
| PR | PRANCHITA | 41 | 2035 | 8 | (694.012,49) | 9.596.148,36 | - |
| PR | PRESIDENTE CASTELO BRANCO | 41 | 2040 | 8 | (764.945,06) | 8.826.753,05 | - |
| PR | PRUDENTOPOLIS | 41 | 2060 | 6 | 2.082.187,42 | 51.875.431,25 | 4,01 |
| PR | QUARTO CENTENARIO | 41 | 2065 | 5 | 433.047,70 | 10.267.865,28 | 4,22 |
| PR | QUATRO BARRAS | 41 | 2080 | 4 | (790.240,70) | 37.915.573,85 | - |
| PR | QUATRO PONTES | 41 | 2085 | 3 | (2.894.882,87) | 9.786.018,12 | - |
| PR | QUEDAS DO IGUACU | 41 | 2090 | 3 | 1.780.564,27 | 38.484.975,98 | 4,63 |
| PR | QUERENCIA DO NORTE | 41 | 2100 | 0 | 2.229.108,70 | 15.893.321,48 | 14,03 |
| PR | QUITANDINHA | 41 | 2120 | 8 | 1.641.256,83 | 18.509.209,36 | 8,87 |
| PR | RAMILANDIA | 41 | 2125 | 7 | (345.553,41) | 9.238.544,49 | - |
| PR | RANCHO ALEGRE D'OESTE | 41 | 2135 | 6 | (169.460,18) | 7.904.149,29 | - |
| PR | REALEZA | 41 | 2140 | 6 | (2.075.231,97) | 19.746.055,22 | - |
| PR | REBOUCAS | 41 | 2150 | 5 | 726.800,95 | 17.188.958,95 | 4,23 |
| PR | RENASCENCA | 41 | 2160 | 4 | (44.749,32) | 12.357.244,79 | - |
| PR | RESERVA DO IGUACU | 41 | 2175 | 2 | (2.633.082,30) | 17.192.540,13 | - |
| PR | RIBEIRAO CLARO | 41 | 2180 | 2 | (3.576.211,39) | 19.950.699,43 | - |
| PR | RIO AZUL | 41 | 2200 | 8 | (4.169.200,65) | 18.901.549,08 | - |
| PR | RIO BOM | 41 | 2210 | 7 | 4.637.388,77 | 7.122.567,14 | 65,11 |
| PR | RIO BONITO DO IGUACU | 41 | 2215 | 6 | (3.570.889,82) | 26.461.308,79 | - |
| PR | RIO NEGRO | 41 | 2230 | 5 | (4.908.860,67) | 41.026.055,41 | - |
| PR | RONDON | 41 | 2260 | 2 | (1.333.349,73) | 14.146.059,46 | - |
| PR | SABAUDIA | 41 | 2270 | 1 | 1.023.462,89 | 11.060.289,54 | 9,25 |
| PR | SALGADO FILHO | 41 | 2280 | 0 | 28.988,54 | 8.575.302,98 | 0,34 |
| PR | SALTO DO LONTRA | 41 | 2300 | 6 | 3.753.774,61 | 17.236.958,77 | 21,78 |
| PR | SANTA AMELIA | 41 | 2310 | 5 | 2.386.385,09 | 7.008.696,51 | 34,05 |
| PR | SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO | 41 | 2330 | 3 | 1.344.656,58 | 10.385.227,45 | 12,95 |
| PR | SANTA HELENA | 41 | 2350 | 1 | (14.650.048,19) | 64.127.742,60 | - |
| PR | SANTA IZABEL DO OESTE | 41 | 2380 | 8 | 1.034.575,05 | 17.323.602,14 | 5,97 |
| PR | SANTA MARIA DO OESTE | 41 | 2385 | 7 | 1.059.139,48 | 14.535.052,45 | 7,29 |
| PR | SANTA MONICA | 41 | 2395 | 6 | (93.755,17) | 8.870.401,00 | - |
| PR | SANTA TEREZA DO OESTE | 41 | 2402 | 0 | (35.380,71) | 14.090.231,77 | - |
| PR | SANTA TEREZINHA DE ITAIPU | 41 | 2405 | 3 | (9.118.796,97) | 35.818.999,39 | - |
| PR | SANTANA DO ITARARE | 41 | 2400 | 4 | (818.900,80) | 8.431.034,48 | - |
| PR | SANTO ANTONIO DA PLATINA | 41 | 2410 | 3 | 12.061.873,01 | 45.061.544,94 | 26,77 |
| PR | SANTO ANTONIO DO CAIUA | 41 | 2420 | 2 | 504.454,40 | 6.932.772,25 | 7,28 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | SANTO ANTONIO DO PARAISO | 41 | 2430 | 1 | 580.935,18 | 8.233.909,91 | 7,06 |
| PR | SANTO ANTONIO DO SUDOESTE | 41 | 2440 | 0 | 2.195.790,10 | 23.350.745,77 | 9,40 |
| PR | SAO JOAO | 41 | 2480 | 6 | (1.250.146,12) | 17.084.596,39 | - |
| PR | SAO JOAO DO TRIUNFO | 41 | 2510 | 0 | (2.381.859,49) | 17.020.651,60 | - |
| PR | SAO JORGE D'OESTE | 41 | 2520 | 9 | (8.161.798,93) | 30.560.667,79 | - |
| PR | SAO JORGE DO PATROCINIO | 41 | 2535 | 7 | (425.616,49) | 14.553.067,77 | - |
| PR | SAO JOSE DA BOA VISTA | 41 | 2540 | 7 | 202.883,51 | 10.188.077,86 | 1,99 |
| PR | SAO JOSE DAS PALMEIRAS | 41 | 2545 | 6 | (318.770,44) | 7.403.697,87 | - |
| PR | SAO MANOEL DO PARANA | 41 | 2555 | 5 | (3.140.432,43) | 8.868.077,76 | - |
| PR | SAO MATEUS DO SUL | 41 | 2560 | 5 | (539.189,06) | 51.786.798,17 | - |
| PR | SAO MIGUEL DO IGUACU | 41 | 2570 | 4 | (2.042.730,17) | 50.571.758,22 | - |
| PR | SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA | 41 | 2600 | 9 | 4.521.536,34 | 10.903.772,76 | 41,47 |
| PR | SAPOPEMA | 41 | 2620 | 7 | 1.255.531,98 | 9.414.633,93 | 13,34 |
| PR | SAUDADE DO IGUACU | 41 | 2627 | 2 | 173.778,33 | 16.218.926,88 | 1,07 |
| PR | SERRANOPOLIS DO IGUACU | 41 | 2635 | 5 | (447.945,89) | 13.376.928,78 | - |
| PR | SERTANEJA | 41 | 2640 | 5 | 714.161,88 | 14.380.576,45 | 4,97 |
| PR | SERTANOPOLIS | 41 | 2650 | 4 | 5.861.078,48 | 24.866.991,12 | 23,57 |
| PR | SIQUEIRA CAMPOS | 41 | 2660 | 3 | (2.423.475,94) | 21.158.421,73 | - |
| PR | SULINA | 41 | 2665 | 2 | (13.433,35) | 8.958.552,43 | - |
| PR | TAMBOARA | 41 | 2670 | 2 | 1.983.957,97 | 7.969.996,84 | 24,89 |
| PR | TAPEJARA | 41 | 2680 | 1 | 5.441.752,32 | 20.586.753,08 | 26,43 |
| PR | TAPIRA | 41 | 2690 | 0 | (1.711.606,46) | 10.746.819,60 | - |
| PR | TEIXEIRA SOARES | 41 | 2700 | 7 | (36.591,85) | 15.187.899,22 | - |
| PR | TERRA BOA | 41 | 2720 | 5 | (2.142.755,85) | 19.892.591,99 | - |
| PR | TERRA RICA | 41 | 2730 | 4 | 3.163.972,67 | 18.913.877,83 | 16,73 |
| PR | TERRA ROXA | 41 | 2740 | 3 | 2.797.754,49 | 22.965.440,85 | 12,18 |
| PR | TIJUCAS DO SUL | 41 | 2760 | 1 | 1.440.603,85 | 20.201.449,94 | 7,13 |
| PR | TRES BARRAS DO PARANA | 41 | 2785 | 8 | 174.167,76 | 21.132.793,29 | 0,82 |
| PR | TUNAS DO PARANA | 41 | 2788 | 2 | (932.810,60) | 12.043.077,76 | - |
| PR | TURVO | 41 | 2796 | 5 | (1.016.507,25) | 20.228.483,30 | - |
| PR | UNIFLOR | 41 | 2830 | 2 | 56.287,68 | 6.654.809,73 | 0,85 |
| PR | VENTANIA | 41 | 2853 | 4 | 401.057,75 | 14.467.681,27 | 2,77 |
| PR | VERE | 41 | 2860 | 9 | 706.600,74 | 13.016.082,03 | 5,43 |
| PR | VITORINO | 41 | 2870 | 8 | (1.691.517,77) | 11.266.610,06 | - |
| PR | WENCESLAU BRAZ | 41 | 2850 | 0 | 1.338.207,58 | 20.798.947,02 | 6,43 |
| PR | XAMBRE | 41 | 2880 | 7 | 3.417.519,57 | 9.138.474,48 | 37,40 |
| RJ | CANTAGALO | 33 | 110 | 8 | (3.741.334,40) | 52.667.314,50 | - |
| RJ | CASIMIRO DE ABREU | 33 | 130 | 6 | (50.969.243,10) | 177.534.911,50 | - |
| RJ | ITALVA | 33 | 205 | 6 | (627.275,30) | 34.520.052,81 | - |
| RJ | ITAOCARA | 33 | 210 | 6 | 3.419.005,40 | 40.825.839,70 | 8,37 |
| RJ | ITATIAIA | 33 | 225 | 4 | 3.628.183,00 | 81.292.295,80 | 4,46 |
| RJ | MANGARATIBA | 33 | 260 | 1 | (3.679.514,30) | 156.389.502,80 | - |
| RJ | PARAIBA DO SUL | 33 | 370 | 8 | (2.257.840,60) | 63.705.913,70 | - |
| RJ | PATY DO ALFERES | 33 | 385 | 6 | (9.153.344,20) | 50.545.351,80 | - |
| RJ | PORTO REAL | 33 | 411 | 0 | (36.928.031,90) | 155.410.164,30 | - |
| RJ | QUATIS | 33 | 412 | 8 | (9.234.664,90) | 35.998.452,30 | - |
| RJ | QUISSAMA | 33 | 415 | 1 | (35.293.965,50) | 197.353.380,20 | - |
| RJ | SANTA MARIA MADALENA | 33 | 460 | 7 | 2.683.855,00 | 38.573.837,40 | 6,96 |
| RJ | SANTO ANTONIO DE PADUA | 33 | 470 | 6 | 17.286.551,80 | 72.462.373,30 | 23,86 |
| RJ | SUMIDOURO | 33 | 570 | 3 | (12.690.197,90) | 41.441.320,10 | - |
| RJ | TANGUA | 33 | 575 | 2 | (24.417.430,50) | 52.654.811,50 | - |
| RJ | VASSOURAS | 33 | 620 | 6 | (751.948,20) | 71.773.132,40 | - |
| RN | ACARI | 24 | 10 | 9 | 8.838.153,73 | 13.416.023,57 | 65,88 |
| RN | AUGUSTO SEVERO | 24 | 130 | 5 | 2.572.013,00 | 11.476.317,00 | 22,41 |
| RN | BAIA FORMOSA | 24 | 140 | 4 | 3.884.901,66 | 16.164.248,10 | 24,03 |
| RN | CRUZETA | 24 | 300 | 4 | (167.604,65) | 9.661.807,31 | - |
| RN | IPANGUACU | 24 | 470 | 5 | (1.634.691,91) | 19.136.272,95 | - |
| RN | JARDIM DE PIRANHAS | 24 | 560 | 3 | 1.923.079,64 | 16.956.638,76 | 11,34 |
| RN | JARDIM DO SERIDO | 24 | 570 | 2 | (901.075,25) | 13.095.966,49 | - |
| RN | JUCURUTU | 24 | 610 | 6 | 6.342.684,24 | 22.702.176,27 | 27,94 |
| RN | LAJES | 24 | 670 | 0 | (2.952.080,38) | 14.456.309,34 | - |
| RN | PARELHAS | 24 | 890 | 4 | 382.418,28 | 21.461.178,68 | 1,78 |
| RN | PORTO DO MANGUE | 24 | 1025 | 6 | (1.376.529,18) | 13.972.524,16 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RN | SAO JOAO DO SABUGI | 24 | 1210 | 4 | 773.380,51 | 7.964.883,62 | 9,71 |
| RN | SAO JOSE DO SERIDO | 24 | 1240 | 1 | (274.925,27) | 8.084.298,70 | - |
| RN | SERRA NEGRA DO NORTE | 24 | 1340 | 9 | (1.125.754,32) | 10.553.336,41 | - |
| RN | TANGARA | 24 | 1400 | 1 | 3.425.947,08 | 17.929.700,03 | 19,11 |
| RN | TOUROS | 24 | 1440 | 7 | 5.043.751,73 | 37.882.398,70 | 13,31 |
| RO | ALTA FLORESTA D'OESTE | 11 | 1 | 5 | (455.768,63) | 37.778.197,96 | - |
| RO | ALTO ALEGRE DOS PARECIS | 11 | 37 | 9 | (1.894.787,06) | 20.272.170,48 | - |
| RO | ALTO PARAISO | 11 | 40 | 3 | (3.931.059,93) | 24.977.002,62 | - |
| RO | ALVORADA D'OESTE | 11 | 34 | 6 | (5.938.125,76) | 26.574.154,11 | - |
| RO | CACAULANDIA | 11 | 60 | 1 | (5.382.883,35) | 13.165.686,20 | - |
| RO | CASTANHEIRAS | 11 | 90 | 8 | (1.278.945,06) | 9.967.991,27 | - |
| RO | COLORADO DO OESTE | 11 | 6 | 4 | (2.990.648,27) | 23.279.245,21 | - |
| RO | ESPIGAO D'OESTE | 11 | 9 | 8 | (13.080.456,75) | 38.566.921,64 | - |
| RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 11 | 14 | 8 | (5.998.932,34) | 27.421.455,81 | - |
| RO | PIMENTEIRAS DO OESTE | 11 | 146 | 8 | (3.129.052,68) | 10.698.209,04 | - |
| RO | PRIMAVERA DE RONDONIA | 11 | 147 | 6 | (1.012.160,38) | 9.311.522,75 | - |
| RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 11 | 149 | 2 | (7.603.835,26) | 29.566.727,58 | - |
| RO | SAO MIGUEL DO GUAPORE | 11 | 32 | 0 | (5.146.884,89) | 32.063.830,37 | - |
| RO | SERINGUEIRAS | 11 | 150 | 0 | (3.767.575,23) | 19.461.560,17 | - |
| RO | VALE DO PARAISO | 11 | 180 | 7 | (3.057.570,20) | 16.907.483,51 | - |
| RS | ACEGUA | 43 | 3 | 4 | (3.214.716,35) | 13.069.132,31 | - |
| RS | AGUA SANTA | 43 | 5 | 9 | 184.509,85 | 10.707.544,48 | 1,72 |
| RS | AGUDO | 43 | 10 | 9 | (878.398,86) | 26.712.716,12 | - |
| RS | AJURICABA | 43 | 20 | 8 | - | 13.061.977,41 | - |
| RS | ALECRIM | 43 | 30 | 7 | (2.557.674,61) | 9.849.651,16 | - |
| RS | ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL | 43 | 47 | 1 | (1.161.546,34) | 8.012.168,70 | - |
| RS | ALPESTRE | 43 | 50 | 5 | (3.830.354,42) | 15.957.882,63 | - |
| RS | ALTO FELIZ | 43 | 57 | 0 | (2.595.715,54) | 8.771.202,84 | - |
| RS | AMARAL FERRADOR | 43 | 63 | 8 | 618.423,72 | 10.550.787,08 | 5,86 |
| RS | AMETISTA DO SUL | 43 | 64 | 6 | (330.301,00) | 11.929.048,00 | - |
| RS | ANDRE DA ROCHA | 43 | 66 | 1 | (1.665.568,89) | 6.611.881,88 | - |
| RS | ANTA GORDA | 43 | 70 | 3 | (303.593,42) | 11.989.711,58 | - |
| RS | ANTONIO PRADO | 43 | 80 | 2 | (318.780,11) | 21.230.021,61 | - |
| RS | ARAMBARE | 43 | 85 | 1 | (1.762.968,74) | 10.039.749,39 | - |
| RS | ARATIBA | 43 | 90 | 1 | (8.734.581,78) | 33.858.797,65 | - |
| RS | ARROIO DO MEIO | 43 | 100 | 8 | 644.681,96 | 33.279.144,74 | 1,94 |
| RS | ARROIO DO SAL | 43 | 105 | 7 | (574.216,30) | 20.752.925,38 | - |
| RS | ARROIO DO TIGRE | 43 | 120 | 6 | 258.698,53 | 17.503.695,37 | 1,48 |
| RS | ARROIO DOS RATOS | 43 | 110 | 7 | (961.415,20) | 19.020.202,58 | - |
| RS | ARROIO GRANDE | 43 | 130 | 5 | (1.479.530,75) | 26.494.630,36 | - |
| RS | ARVOREZINHA | 43 | 140 | 4 | (712.079,41) | 15.450.820,01 | - |
| RS | AUGUSTO PESTANA | 43 | 150 | 3 | (2.335.054,88) | 13.586.039,00 | - |
| RS | BALNEARIO PINHAL | 43 | 163 | 6 | (1.018.672,19) | 28.345.784,43 | - |
| RS | BARAO | 43 | 165 | 1 | 1.104.371,00 | 10.528.352,00 | 10,49 |
| RS | BARAO DE COTEGIPE | 43 | 170 | 1 | (2.574.393,00) | 12.131.347,00 | - |
| RS | BARRA DO GUARITA | 43 | 185 | 9 | (2.780.678,29) | 8.437.626,49 | - |
| RS | BARRA DO QUARAI | 43 | 187 | 5 | (1.554.583,43) | 12.295.781,55 | - |
| RS | BARRA DO RIO AZUL | 43 | 192 | 5 | (254.837,17) | 7.636.582,96 | - |
| RS | BARRA FUNDA | 43 | 195 | 8 | (249.225,79) | 9.401.416,83 | - |
| RS | BARRACAO | 43 | 180 | 0 | 961.863,41 | 12.498.680,30 | 7,70 |
| RS | BARROS CASSAL | 43 | 200 | 6 | 519.337,33 | 17.470.844,02 | 2,97 |
| RS | BENJAMIN CONSTANT DO SUL | 43 | 205 | 5 | (1.241.871,43) | 8.068.391,75 | - |
| RS | BOA VISTA DAS MISSOES | 43 | 215 | 4 | (100.011,16) | 9.133.701,75 | - |
| RS | BOA VISTA DO BURICA | 43 | 220 | 4 | 678.433,34 | 12.020.205,62 | 5,64 |
| RS | BOA VISTA DO CADEADO | 43 | 222 | 0 | (609.452,60) | 10.061.149,35 | - |
| RS | BOA VISTA DO INCRA | 43 | 223 | 8 | - | 10.093.574,92 | - |
| RS | BOA VISTA DO SUL | 43 | 225 | 3 | (2.739.137,43) | 11.544.575,41 | - |
| RS | BOM JESUS | 43 | 230 | 3 | 10.451.504,85 | 17.138.293,75 | 60,98 |
| RS | BOM PRINCIPIO | 43 | 235 | 2 | 1.032.336,07 | 21.972.659,99 | 4,70 |
| RS | BOM PROGRESSO | 43 | 237 | 8 | (470.840,17) | 7.197.313,92 | - |
| RS | BOSSOROCA | 43 | 250 | 1 | 67.190,58 | 13.527.631,56 | 0,50 |
| RS | BOZANO | 43 | 258 | 4 | (1.578.307,71) | 7.035.794,81 | - |
| RS | BRAGA | 43 | 260 | 0 | 143.047,04 | 9.552.696,22 | 1,50 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | BROCHIER | 43 | 265 | 9 | (877.013,83) | 10.009.170,11 | - |
| RS | BUTIA | 43 | 270 | 9 | 5.475.281,94 | 26.278.952,73 | 20,84 |
| RS | CACAPAVA DO SUL | 43 | 280 | 8 | (2.202.953,39) | 44.030.065,23 | - |
| RS | CACEQUI | 43 | 290 | 7 | 4.574.789,73 | 19.228.317,11 | 23,79 |
| RS | CACIQUE DOBLE | 43 | 320 | 2 | (616.363,97) | 8.997.173,03 | - |
| RS | CAIBATE | 43 | 330 | 1 | (579.217,60) | 9.566.871,07 | - |
| RS | CAICARA | 43 | 340 | 0 | 1.383.412,79 | 9.588.068,87 | 14,43 |
| RS | CAMARGO | 43 | 355 | 8 | (34.880.619,18) | 9.787.006,17 | - |
| RS | CAMPESTRE DA SERRA | 43 | 367 | 3 | (2.500.944,54) | 10.129.834,84 | - |
| RS | CAMPINA DAS MISSOES | 43 | 370 | 7 | (1.608.659,90) | 10.651.335,93 | - |
| RS | CAMPINAS DO SUL | 43 | 380 | 6 | (2.933.362,43) | 11.812.612,95 | - |
| RS | CAMPO NOVO | 43 | 400 | 2 | (1.144.062,75) | 10.916.988,81 | - |
| RS | CANDELARIA | 43 | 420 | 0 | 11.922.390,34 | 35.123.713,91 | 33,94 |
| RS | CANDIDO GODOI | 43 | 430 | 9 | (679.920,44) | 11.377.594,21 | - |
| RS | CANDIOTA | 43 | 435 | 8 | 54.347,31 | 34.978.460,22 | 0,16 |
| RS | CANELA | 43 | 440 | 8 | (10.365.393,79) | 67.811.572,80 | - |
| RS | CAPAO BONITO DO SUL | 43 | 462 | 2 | (783.572,65) | 8.183.808,44 | - |
| RS | CAPAO DA CANOA | 43 | 463 | 0 | (11.906.071,03) | 79.632.357,19 | - |
| RS | CAPAO DO CIPO | 43 | 465 | 5 | - | 11.201.616,70 | - |
| RS | CAPELA DE SANTANA | 43 | 468 | 9 | 738.192,91 | 14.355.273,74 | 5,14 |
| RS | CAPITAO | 43 | 469 | 7 | (574.389,79) | 10.368.240,68 | - |
| RS | CAPIVARI DO SUL | 43 | 467 | 1 | (4.700.378,66) | 12.585.107,53 | - |
| RS | CARLOS BARBOSA | 43 | 480 | 4 | (9.974.233,44) | 50.514.272,70 | - |
| RS | CARLOS GOMES | 43 | 485 | 3 | (168.551,65) | 6.313.034,37 | - |
| RS | CASCA | 43 | 490 | 3 | (3.872.070,56) | 15.598.212,66 | - |
| RS | CASEIROS | 43 | 495 | 2 | 469.184,40 | 8.593.284,16 | 5,46 |
| RS | CATUIPE | 43 | 500 | 9 | (1.088.930,43) | 14.139.741,87 | - |
| RS | CENTENARIO | 43 | 511 | 6 | (2.312.962,19) | 8.467.306,01 | - |
| RS | CERRO BRANCO | 43 | 513 | 2 | 211.743,70 | 10.023.332,67 | 2,11 |
| RS | CERRO GRANDE | 43 | 515 | 7 | (877.491,00) | 7.154.243,00 | - |
| RS | CERRO LARGO | 43 | 520 | 7 | 155.336,06 | 18.837.906,62 | 0,82 |
| RS | CHAPADA | 43 | 530 | 6 | (3.157.937,01) | 16.881.143,12 | - |
| RS | CHARQUEADAS | 43 | 535 | 5 | 11.056.644,20 | 60.505.803,87 | 18,27 |
| RS | CHARRUA | 43 | 537 | 1 | (3.175.542,00) | 8.220.149,00 | - |
| RS | CHIAPETTA | 43 | 540 | 5 | 1.676.374,83 | 10.547.260,39 | 15,89 |
| RS | CHUVISCA | 43 | 544 | 7 | (1.137.924,94) | 9.761.773,10 | - |
| RS | CIDREIRA | 43 | 545 | 4 | 3.847.096,75 | 28.702.989,70 | 13,40 |
| RS | CIRIACO | 43 | 550 | 4 | (773.119,45) | 9.955.148,82 | - |
| RS | COLINAS | 43 | 558 | 7 | (827.465,98) | 8.272.033,49 | - |
| RS | COLORADO | 43 | 560 | 3 | (4.860.536,69) | 10.399.395,37 | - |
| RS | CONDOR | 43 | 570 | 2 | (1.098.077,54) | 13.685.102,54 | - |
| RS | CONSTANTINA | 43 | 580 | 1 | (1.078.544,46) | 15.945.583,66 | - |
| RS | COQUEIRO BAIXO | 43 | 583 | 5 | (507.107,18) | 7.183.492,49 | - |
| RS | CORONEL BARROS | 43 | 587 | 1 | (2.098.666,40) | 8.752.821,24 | - |
| RS | CORONEL PILAR | 43 | 593 | 4 | (4.904.589,91) | 7.298.252,84 | - |
| RS | COTIPORA | 43 | 595 | 9 | (597.044,00) | 9.381.288,00 | - |
| RS | COXILHA | 43 | 597 | 5 | (1.755.875,94) | 9.158.499,85 | - |
| RS | CRISSIUMAL | 43 | 600 | 7 | (1.323.928,81) | 21.314.990,54 | - |
| RS | CRISTAL | 43 | 605 | 6 | (2.321.707,26) | 10.778.437,15 | - |
| RS | CRUZEIRO DO SUL | 43 | 620 | 5 | 798.745,96 | 16.894.043,17 | 4,73 |
| RS | DAVID CANABARRO | 43 | 630 | 4 | (1.132.805,91) | 9.593.679,30 | - |
| RS | DERRUBADAS | 43 | 632 | 0 | (1.716.527,04) | 10.190.262,08 | - |
| RS | DOIS IRMAOS | 43 | 640 | 3 | (10.501.701,38) | 43.563.594,72 | - |
| RS | DOM FELICIANO | 43 | 650 | 2 | (1.679.488,74) | 23.120.375,71 | - |
| RS | DOM PEDRITO | 43 | 660 | 1 | (8.553.274,58) | 51.928.476,52 | - |
| RS | DOM PEDRO DE ALCANTARA | 43 | 655 | 1 | (1.260.510,47) | 7.403.454,94 | - |
| RS | DONA FRANCISCA | 43 | 670 | 0 | 747.763,43 | 8.171.008,29 | 9,15 |
| RS | DOUTOR MAURICIO CARDOSO | 43 | 673 | 4 | (1.411.056,00) | 11.619.575,00 | - |
| RS | DOUTOR RICARDO | 43 | 675 | 9 | (589.831,36) | 7.447.006,35 | - |
| RS | ELDORADO DO SUL | 43 | 676 | 7 | (8.258.891,25) | 64.030.677,53 | - |
| RS | ENCANTADO | 43 | 680 | 9 | (1.972.609,42) | 32.684.040,51 | - |
| RS | ENCRUZILHADA DO SUL | 43 | 690 | 8 | (2.343.036,68) | 36.112.529,63 | - |
| RS | ENGENHO VELHO | 43 | 692 | 4 | (3.097.768,20) | 7.228.526,78 | - |
| RS | ENTRE RIOS DO SUL | 43 | 695 | 7 | (4.849.642,63) | 11.569.355,49 | - |
| RS | ENTRE-IJUIS | 43 | 693 | 2 | (566.756,23) | 13.628.417,27 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | ERNESTINA | 43 | 705 | 4 | (388.898,31) | 10.223.316,58 | - |
| RS | ERVAL GRANDE | 43 | 720 | 3 | (864.298,47) | 9.883.517,69 | - |
| RS | ESMERALDA | 43 | 740 | 1 | (2.396.184,00) | 11.045.262,00 | - |
| RS | ESPERANCA DO SUL | 43 | 745 | 0 | (2.180.198,34) | 8.741.460,42 | - |
| RS | ESTANCIA VELHA | 43 | 760 | 9 | (5.013.017,48) | 67.135.218,78 | - |
| RS | ESTRELA | 43 | 780 | 7 | (8.335.777,73) | 51.122.333,07 | - |
| RS | EUGENIO DE CASTRO | 43 | 783 | 1 | - | 9.228.316,92 | - |
| RS | FAGUNDES VARELA | 43 | 786 | 4 | - | 8.940.871,70 | - |
| RS | FAXINALZINHO | 43 | 805 | 2 | (183.514,53) | 7.796.009,69 | - |
| RS | FAZENDA VILANOVA | 43 | 807 | 8 | (1.413.978,00) | 9.973.756,00 | - |
| RS | FELIZ | 43 | 810 | 2 | (5.897.324,59) | 21.692.978,43 | - |
| RS | FLORES DA CUNHA | 43 | 820 | 1 | (13.627.208,89) | 47.869.962,13 | - |
| RS | FLORIANO PEIXOTO | 43 | 825 | 0 | 688.274,68 | 7.023.705,98 | 9,80 |
| RS | FONTOURA XAVIER | 43 | 830 | 0 | (2.092.429,45) | 19.489.752,03 | - |
| RS | FORMIGUEIRO | 43 | 840 | 9 | (2.422.638,67) | 11.133.174,69 | - |
| RS | FORTALEZA DOS VALOS | 43 | 845 | 8 | 520.592,16 | 15.518.438,74 | 3,35 |
| RS | GARIBALDI | 43 | 860 | 7 | (9.948.255,84) | 51.806.357,64 | - |
| RS | GARRUCHOS | 43 | 865 | 6 | (3.134.922,53) | 13.452.598,90 | - |
| RS | GAURAMA | 43 | 870 | 6 | (3.768.492,71) | 10.816.319,01 | - |
| RS | GENERAL CAMARA | 43 | 880 | 5 | 186.249,97 | 10.323.557,06 | 1,80 |
| RS | GENTIL | 43 | 885 | 4 | (966.955,47) | 7.872.732,35 | - |
| RS | GIRUA | 43 | 900 | 1 | (330.562,96) | 31.958.600,30 | - |
| RS | GLORINHA | 43 | 905 | 0 | (4.529.482,08) | 18.168.616,24 | - |
| RS | GRAMADO | 43 | 910 | 0 | (7.406.485,40) | 78.907.122,91 | - |
| RS | GRAMADO DOS LOUREIROS | 43 | 912 | 6 | 976.562,56 | 7.462.819,08 | 13,09 |
| RS | GRAMADO XAVIER | 43 | 915 | 9 | (1.276.201,05) | 9.667.164,64 | - |
| RS | GUABIJU | 43 | 925 | 8 | (1.291.487,62) | 6.723.378,98 | - |
| RS | GUARANI DAS MISSOES | 43 | 950 | 6 | 1.151.275,49 | 12.186.435,40 | 9,45 |
| RS | HARMONIA | 43 | 955 | 5 | 632.696,30 | 11.769.564,31 | 5,38 |
| RS | HERVAL | 43 | 710 | 4 | - | 12.448.433,32 | - |
| RS | HERVEIRAS | 43 | 957 | 1 | (1.786.787,23) | 8.318.517,87 | - |
| RS | HORIZONTINA | 43 | 960 | 5 | (3.143.412,72) | 33.431.202,05 | - |
| RS | HULHA NEGRA | 43 | 965 | 4 | (1.361.621,13) | 12.266.679,81 | - |
| RS | HUMAITA | 43 | 970 | 4 | (2.396.997,54) | 10.191.634,49 | - |
| RS | IBARAMA | 43 | 975 | 3 | (1.146.824,92) | 9.671.564,15 | - |
| RS | IBIACA | 43 | 980 | 3 | 564.316,28 | 10.948.870,31 | 5,15 |
| RS | IBIRAIARAS | 43 | 990 | 2 | (375.602,35) | 12.655.992,43 | - |
| RS | IBIRAPUITA | 43 | 995 | 1 | (883.219,82) | 9.819.466,35 | - |
| RS | IBIRUBA | 43 | 1000 | 9 | 594.114,29 | 29.743.993,26 | 2,00 |
| RS | ILOPOLIS | 43 | 1030 | 6 | (2.537.891,41) | 8.964.150,70 | - |
| RS | INDEPENDENCIA | 43 | 1040 | 5 | 60.562,06 | 11.473.988,91 | 0,53 |
| RS | IPE | 43 | 1043 | 9 | 907.315,28 | 12.709.888,72 | 7,14 |
| RS | IPIRANGA DO SUL | 43 | 1046 | 2 | (2.257.497,10) | 8.049.371,08 | - |
| RS | IRAI | 43 | 1050 | 4 | 74.647,76 | 10.576.301,04 | 0,71 |
| RS | ITAARA | 43 | 1053 | 8 | (2.469.403,19) | 9.753.948,58 | - |
| RS | ITAPUCA | 43 | 1057 | 9 | (628.014,75) | 7.055.259,93 | - |
| RS | ITATIBA DO SUL | 43 | 1070 | 2 | 1.162.386,27 | 9.461.235,88 | 12,29 |
| RS | IVORA | 43 | 1075 | 1 | (1.097.065,36) | 6.688.609,79 | - |
| RS | IVOTI | 43 | 1080 | 1 | (6.860.319,04) | 31.980.713,21 | - |
| RS | JACUIZINHO | 43 | 1087 | 6 | - | 7.303.493,74 | - |
| RS | JACUTINGA | 43 | 1090 | 0 | (1.885.586,80) | 8.580.049,08 | - |
| RS | JAGUARI | 43 | 1110 | 6 | 369.652,42 | 15.413.961,37 | 2,40 |
| RS | JARI | 43 | 1113 | 0 | (3.172.197,49) | 9.056.995,14 | - |
| RS | JOIA | 43 | 1115 | 5 | (1.116.678,76) | 17.824.729,78 | - |
| RS | JULIO DE CASTILHOS | 43 | 1120 | 5 | (2.168.880,44) | 33.460.131,22 | - |
| RS | LAGOA BONITA DO SUL | 43 | 1123 | 9 | (1.949.948,46) | 6.501.245,81 | - |
| RS | LAGOA DOS TRES CANTOS | 43 | 1127 | 0 | (898.861,84) | 7.775.036,45 | - |
| RS | LAJEADO DO BUGRE | 43 | 1142 | 9 | 376.454,19 | 6.660.776,66 | 5,65 |
| RS | LAVRAS DO SUL | 43 | 1150 | 2 | (1.696.544,61) | 14.788.485,92 | - |
| RS | LIBERATO SALZANO | 43 | 1160 | 1 | (689.971,42) | 10.110.386,59 | - |
| RS | LINDOLFO COLLOR | 43 | 1162 | 7 | (208.040,75) | 9.864.587,14 | - |
| RS | LINHA NOVA | 43 | 1164 | 3 | (4.213.146,42) | 6.819.366,99 | - |
| RS | MACAMBARA | 43 | 1171 | 8 | 192.395,83 | 12.690.836,94 | 1,52 |
| RS | MACHADINHO | 43 | 1170 | 0 | (6.179.939,65) | 13.214.673,56 | - |
| RS | MANOEL VIANA | 43 | 1175 | 9 | (437.388,94) | 13.937.371,04 | - |
| RS | MAQUINE | 43 | 1177 | 5 | (20.126.416,58) | 13.442.751,95 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | MARATA | 43 | 1179 | 1 | (3.374.181,80) | 8.662.421,06 | - |
| RS | MARAU | 43 | 1180 | 9 | (8.527.602,65) | 63.366.333,79 | - |
| RS | MARCELINO RAMOS | 43 | 1190 | 8 | (2.007.644,53) | 10.411.967,92 | - |
| RS | MARIANA PIMENTEL | 43 | 1198 | 1 | (1.986,93) | 13.440.337,16 | - |
| RS | MARIANO MORO | 43 | 1200 | 5 | (2.052.504,10) | 8.948.555,57 | - |
| RS | MARQUES DE SOUZA | 43 | 1205 | 4 | (4.781.408,55) | 9.999.049,63 | - |
| RS | MATA | 43 | 1210 | 4 | (486.530,05) | 9.397.945,77 | - |
| RS | MATO CASTELHANO | 43 | 1213 | 8 | (865.556,21) | 8.923.830,83 | - |
| RS | MATO LEITAO | 43 | 1215 | 3 | 1.217.087,83 | 10.605.588,61 | 11,48 |
| RS | MATO QUEIMADO | 43 | 1217 | 9 | (570.051,56) | 7.293.136,70 | - |
| RS | MAXIMILIANO DE ALMEIDA | 43 | 1220 | 3 | (1.477.252,40) | 10.224.525,83 | - |
| RS | MINAS DO LEAO | 43 | 1225 | 2 | (4.155.896,26) | 12.668.618,06 | - |
| RS | MIRAGUAI | 43 | 1230 | 2 | 2.461.289,32 | 8.516.386,01 | 28,90 |
| RS | MONTAURI | 43 | 1235 | 1 | (2.246.002,59) | 7.433.837,28 | - |
| RS | MONTE ALEGRE DOS CAMPOS | 43 | 1237 | 7 | 25.547,69 | 9.318.088,59 | 0,27 |
| RS | MONTE BELO DO SUL | 43 | 1238 | 5 | (1.622.682,12) | 8.624.532,36 | - |
| RS | MORMACO | 43 | 1242 | 7 | (1.522.878,57) | 8.238.456,32 | - |
| RS | MORRINHOS DO SUL | 43 | 1244 | 3 | (1.054.308,29) | 7.032.593,63 | - |
| RS | MORRO REDONDO | 43 | 1245 | 0 | (4.238.735,51) | 10.049.934,51 | - |
| RS | MORRO REUTER | 43 | 1247 | 6 | 814.066,45 | 11.333.249,41 | 7,18 |
| RS | MOSTARDAS | 43 | 1250 | 0 | (1.953.551,86) | 21.267.412,94 | - |
| RS | MUCUM | 43 | 1260 | 9 | 1.293.957,73 | 10.198.713,13 | 12,69 |
| RS | MUITOS CAPOES | 43 | 1261 | 7 | (840.060,70) | 11.678.583,95 | - |
| RS | MULITERNO | 43 | 1262 | 5 | (1.183.306,88) | 7.758.665,34 | - |
| RS | NAO-ME-TOQUE | 43 | 1265 | 8 | (11.348.026,05) | 16.674.367,64 | - |
| RS | NICOLAU VERGUEIRO | 43 | 1267 | 4 | (1.530.788,61) | 7.456.293,90 | - |
| RS | NONOAI | 43 | 1270 | 8 | 2.852.111,92 | 17.503.744,15 | 16,29 |
| RS | NOVA ALVORADA | 43 | 1275 | 7 | (41.209,40) | 10.319.488,04 | - |
| RS | NOVA ARACA | 43 | 1280 | 7 | (2.689.744,36) | 11.279.619,49 | - |
| RS | NOVA BASSANO | 43 | 1290 | 6 | (3.425.540,38) | 18.059.310,00 | - |
| RS | NOVA BOA VISTA | 43 | 1295 | 5 | (1.022.652,42) | 7.985.033,23 | - |
| RS | NOVA CANDELARIA | 43 | 1301 | 1 | (870.090,85) | 8.944.020,54 | - |
| RS | NOVA ESPERANCA DO SUL | 43 | 1303 | 7 | 570.995,75 | 10.519.835,24 | 5,43 |
| RS | NOVA HARTZ | 43 | 1306 | 0 | (2.654.692,15) | 27.625.357,22 | - |
| RS | NOVA PADUA | 43 | 1308 | 6 | (565.479,37) | 10.057.683,26 | - |
| RS | NOVA PETROPOLIS | 43 | 1320 | 1 | (9.036.278,49) | 33.231.913,51 | - |
| RS | NOVA PRATA | 43 | 1330 | 0 | (8.017.750,48) | 44.809.630,69 | - |
| RS | NOVA RAMADA | 43 | 1333 | 4 | (2.833.842,81) | 8.296.727,07 | - |
| RS | NOVA ROMA DO SUL | 43 | 1335 | 9 | (360.011,00) | 11.161.276,01 | - |
| RS | NOVO CABRAIS | 43 | 1339 | 1 | (2.979.905,60) | 9.402.133,91 | - |
| RS | NOVO MACHADO | 43 | 1342 | 5 | (845.010,61) | 8.805.668,07 | - |
| RS | NOVO TIRADENTES | 43 | 1344 | 1 | (1.016.294,18) | 7.287.637,52 | - |
| RS | NOVO XINGU | 43 | 1346 | 6 | (178.772,62) | 7.289.515,21 | - |
| RS | OSORIO | 43 | 1350 | 8 | (29.671.139,07) | 145.230.378,10 | - |
| RS | PAIM FILHO | 43 | 1360 | 7 | (541.229,09) | 9.370.185,43 | - |
| RS | PALMEIRA DAS MISSOES | 43 | 1370 | 6 | 1.676.650,73 | 42.689.942,49 | 3,93 |
| RS | PALMITINHO | 43 | 1380 | 5 | (535.792,78) | 11.522.834,80 | - |
| RS | PANAMBI | 43 | 1390 | 4 | (13.487.698,45) | 68.816.519,80 | - |
| RS | PANTANO GRANDE | 43 | 1395 | 3 | 2.030.254,83 | 14.536.082,47 | 13,97 |
| RS | PARAI | 43 | 1400 | 1 | (578.570,27) | 13.586.513,14 | - |
| RS | PASSA SETE | 43 | 1406 | 8 | (1.866.162,99) | 10.001.221,82 | - |
| RS | PASSO DO SOBRADO | 43 | 1407 | 6 | (35.266,04) | 11.415.568,70 | - |
| RS | PAULO BENTO | 43 | 1413 | 4 | (1.735.405,52) | 7.122.208,36 | - |
| RS | PAVERAMA | 43 | 1415 | 9 | 31.638,00 | 10.820.367,11 | 0,29 |
| RS | PEDRAS ALTAS | 43 | 1417 | 5 | (4.226.593,50) | 9.658.043,78 | - |
| RS | PEJUCARA | 43 | 1430 | 8 | (332.481,32) | 11.550.477,24 | - |
| RS | PICADA CAFE | 43 | 1442 | 3 | (1.546.366,16) | 14.062.583,97 | - |
| RS | PINHAL DA SERRA | 43 | 1446 | 4 | (2.850.235,16) | 16.655.807,48 | - |
| RS | PINHAL GRANDE | 43 | 1447 | 2 | (1.201.956,84) | 15.629.554,94 | - |
| RS | PINHEIRINHO DO VALE | 43 | 1449 | 8 | (473.490,16) | 9.400.203,91 | - |
| RS | PIRAPO | 43 | 1455 | 5 | (585.544,26) | 8.074.418,85 | - |
| RS | PIRATINI | 43 | 1460 | 5 | 728.770,86 | 29.744.308,02 | 2,45 |
| RS | PLANALTO | 43 | 1470 | 4 | (1.967.351,06) | 13.884.107,42 | - |
| RS | POCO DAS ANTAS | 43 | 1475 | 3 | (548.527,32) | 8.239.552,84 | - |
| RS | PONTAO | 43 | 1477 | 9 | (4.673.924,14) | 11.257.330,90 | - |
| RS | PONTE PRETA | 43 | 1478 | 7 | (2.221.271,00) | 7.703.843,00 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | PORTAO | 43 | 1480 | 3 | (8.445.966,59) | 47.430.191,36 | - |
| RS | PORTO LUCENA | 43 | 1500 | 8 | 746.817,91 | 9.602.365,50 | 7,78 |
| RS | PORTO MAUA | 43 | 1505 | 7 | (1.824.892,43) | 7.029.875,43 | - |
| RS | PORTO VERA CRUZ | 43 | 1507 | 3 | (909.405,75) | 6.230.042,78 | - |
| RS | PORTO XAVIER | 43 | 1510 | 7 | (1.325.353,84) | 15.676.021,52 | - |
| RS | PRESIDENTE LUCENA | 43 | 1514 | 9 | (1.577.083,27) | 7.500.225,05 | - |
| RS | PROGRESSO | 43 | 1515 | 6 | (3.749.248,52) | 11.984.286,12 | - |
| RS | PROTASIO ALVES | 43 | 1517 | 2 | (1.995.370,23) | 7.430.614,95 | - |
| RS | PUTINGA | 43 | 1520 | 5 | (113.473,78) | 11.446.763,64 | - |
| RS | QUATRO IRMAOS | 43 | 1531 | 3 | (845.384,21) | 6.792.541,60 | - |
| RS | QUEVEDOS | 43 | 1532 | 1 | (449.094,99) | 10.792.700,72 | - |
| RS | QUINZE DE NOVEMBRO | 43 | 1535 | 4 | (1.295.397,56) | 11.031.229,57 | - |
| RS | REDENTORA | 43 | 1540 | 4 | 2.808.951,28 | 13.731.575,35 | 20,46 |
| RS | RELVADO | 43 | 1545 | 3 | (218.231,32) | 7.483.506,22 | - |
| RS | RESTINGA SECA | 43 | 1550 | 3 | (5.620.600,64) | 23.591.354,64 | - |
| RS | RIO DOS INDIOS | 43 | 1555 | 2 | (517.058,53) | 8.845.191,34 | - |
| RS | ROCA SALES | 43 | 1580 | 0 | (2.066.198,92) | 16.638.912,32 | - |
| RS | RODEIO BONITO | 43 | 1590 | 9 | (761.249,06) | 10.681.594,54 | - |
| RS | ROLADOR | 43 | 1595 | 8 | - | 8.471.971,26 | - |
| RS | RONDA ALTA | 43 | 1610 | 5 | (319.998,88) | 17.323.121,13 | - |
| RS | RONDINHA | 43 | 1620 | 4 | (1.078.543,90) | 9.981.651,60 | - |
| RS | ROQUE GONZALES | 43 | 1630 | 3 | (1.539.531,50) | 12.412.562,71 | - |
| RS | ROSARIO DO SUL | 43 | 1640 | 2 | - | 42.563.966,10 | - |
| RS | SALDANHA MARINHO | 43 | 1643 | 6 | (46.481,07) | 9.115.835,82 | - |
| RS | SALTO DO JACUI | 43 | 1645 | 1 | 3.480.117,22 | 24.063.822,67 | 14,46 |
| RS | SALVADOR DAS MISSOES | 43 | 1647 | 7 | (1.925.505,56) | 10.057.906,76 | - |
| RS | SALVADOR DO SUL | 43 | 1650 | 1 | 779.919,03 | 14.208.807,00 | 5,49 |
| RS | SANTA BARBARA DO SUL | 43 | 1670 | 9 | 3.119.379,10 | 18.083.806,81 | 17,25 |
| RS | SANTA CECILIA DO SUL | 43 | 1673 | 3 | (2.451.527,00) | 7.748.682,71 | - |
| RS | SANTA CLARA DO SUL | 43 | 1675 | 8 | (5.187.211,09) | 11.264.330,93 | - |
| RS | SANTA MARIA DO HERVAL | 43 | 1695 | 6 | 1.697.132,65 | 11.378.228,83 | 14,92 |
| RS | SANTA TEREZA | 43 | 1725 | 1 | 142.152,95 | 6.807.309,61 | 2,09 |
| RS | SANTA VITORIA DO PALMAR | 43 | 1730 | 1 | 7.370.920,07 | 48.417.073,69 | 15,22 |
| RS | SANTANA DA BOA VISTA | 43 | 1700 | 4 | (1.837.851,50) | 13.748.903,65 | - |
| RS | SANTIAGO | 43 | 1740 | 0 | 19.133.161,66 | 57.805.365,20 | 33,10 |
| RS | SANTO ANTONIO DA PATRULHA | 43 | 1760 | 8 | (3.977.922,47) | 47.337.136,72 | - |
| RS | SANTO ANTONIO DO PALMA | 43 | 1755 | 8 | (420.351,28) | 7.959.754,70 | - |
| RS | SANTO ANTONIO DO PLANALTO | 43 | 1775 | 6 | 250.649,30 | 9.228.562,85 | 2,72 |
| RS | SANTO EXPEDITO DO SUL | 43 | 1795 | 4 | (36.258,52) | 7.936.426,03 | - |
| RS | SAO DOMINGOS DO SUL | 43 | 1805 | 1 | (512.923,90) | 8.226.391,61 | - |
| RS | SAO FRANCISCO DE ASSIS | 43 | 1810 | 1 | 3.662.581,75 | 32.326.016,52 | 12,01 |
| RS | SAO FRANCISCO DE PAULA | 43 | 1820 | 0 | (4.830.131,92) | 29.844.444,58 | - |
| RS | SAO JERONIMO | 43 | 1840 | 8 | 113.978,68 | 28.678.948,65 | 0,40 |
| RS | SAO JOAO DA URTIGA | 43 | 1842 | 4 | (1.090.633,10) | 10.541.409,40 | - |
| RS | SAO JORGE | 43 | 1844 | 0 | (993.182,72) | 7.388.027,07 | - |
| RS | SAO JOSE DO HERVAL | 43 | 1846 | 5 | - | 8.760.342,63 | - |
| RS | SAO JOSE DO HORTENCIO | 43 | 1848 | 1 | - | 10.589.344,34 | - |
| RS | SAO JOSE DO INHACORA | 43 | 1849 | 9 | (405.030,59) | 7.531.361,74 | - |
| RS | SAO JOSE DO NORTE | 43 | 1850 | 7 | (11.368.260,18) | 31.637.997,72 | - |
| RS | SAO JOSE DO OURO | 43 | 1860 | 6 | (1.226.293,70) | 11.342.479,15 | - |
| RS | SAO JOSE DO SUL | 43 | 1861 | 4 | (1.660.586,95) | 9.193.916,49 | - |
| RS | SAO LOURENCO DO SUL | 43 | 1880 | 4 | (22.192.300,34) | 56.925.284,81 | - |
| RS | SAO LUIZ GONZAGA | 43 | 1890 | 3 | 3.250.393,53 | 42.788.725,95 | 7,60 |
| RS | SAO MARCOS | 43 | 1900 | 0 | 706.527,12 | 33.666.318,65 | 2,10 |
| RS | SAO MARTINHO | 43 | 1910 | 9 | 303.208,15 | 10.453.044,82 | 2,90 |
| RS | SAO MARTINHO DA SERRA | 43 | 1912 | 5 | (467.759,23) | 7.629.830,91 | - |
| RS | SAO MIGUEL DAS MISSOES | 43 | 1915 | 8 | (2.288.198,79) | 16.481.665,75 | - |
| RS | SAO PEDRO DA SERRA | 43 | 1935 | 6 | (724.665,12) | 9.539.659,28 | - |
| RS | SAO PEDRO DO BUTIA | 43 | 1937 | 2 | (13.337,48) | 8.071.989,21 | - |
| RS | SAO PEDRO DO SUL | 43 | 1940 | 6 | (6.867.093,93) | 24.588.540,55 | - |
| RS | SAO SEBASTIAO DO CAI | 43 | 1950 | 5 | (23.378.966,63) | 39.975.873,14 | - |
| RS | SAO SEPE | 43 | 1960 | 4 | (16.361.107,89) | 36.675.523,00 | - |
| RS | SAO VALENTIM | 43 | 1970 | 3 | (242.729,60) | 8.907.975,20 | - |
| RS | SAO VALENTIM DO SUL | 43 | 1971 | 1 | (1.629.054,72) | 7.623.885,01 | - |
| RS | SAO VALERIO DO SUL | 43 | 1973 | 7 | 1.338.974,23 | 7.376.367,48 | 18,15 |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | SAO VENDELINO | 43 | 1975 | 2 | (1.577.155,00) | 6.386.718,00 | - |
| RS | SAO VICENTE DO SUL | 43 | 1980 | 2 | (3.452.744,07) | 13.843.193,82 | - |
| RS | SARANDI | 43 | 2010 | 7 | (2.919.759,34) | 28.858.020,51 | - |
| RS | SEBERI | 43 | 2020 | 6 | (933.178,84) | 15.657.219,68 | - |
| RS | SELBACH | 43 | 2030 | 5 | (945.490,33) | 10.239.207,74 | - |
| RS | SENADOR SALGADO FILHO | 43 | 2032 | 1 | (2.241.672,75) | 7.914.701,75 | - |
| RS | SERAFINA CORREA | 43 | 2040 | 4 | (313.524,52) | 27.581.399,36 | - |
| RS | SERIO | 43 | 2045 | 3 | (2.064.776,10) | 8.197.211,56 | - |
| RS | SERTAO | 43 | 2050 | 3 | (1.666.800,16) | 12.171.848,33 | - |
| RS | SETE DE SETEMBRO | 43 | 2057 | 8 | 389.948,14 | 6.683.417,82 | 5,83 |
| RS | SEVERIANO DE ALMEIDA | 43 | 2060 | 2 | (1.086.099,17) | 10.218.228,24 | - |
| RS | SILVEIRA MARTINS | 43 | 2065 | 1 | (557.901,35) | 7.133.881,55 | - |
| RS | SINIMBU | 43 | 2067 | 7 | (7.045.619,47) | 17.091.188,45 | - |
| RS | SOBRADINHO | 43 | 2070 | 1 | 5.187.818,06 | 21.205.485,00 | 24,46 |
| RS | TABAI | 43 | 2085 | 9 | (559.029,00) | 8.792.709,00 | - |
| RS | TAPEJARA | 43 | 2090 | 9 | (4.252.915,14) | 30.097.603,55 | - |
| RS | TAPERA | 43 | 2100 | 6 | 1.067.392,11 | 17.384.488,44 | 6,14 |
| RS | TAPES | 43 | 2110 | 5 | (1.883.653,99) | 23.519.416,41 | - |
| RS | TAQUARUCU DO SUL | 43 | 2132 | 9 | (1.722.786,39) | 7.705.303,99 | - |
| RS | TERRA DE AREIA | 43 | 2143 | 6 | (1.815.333,11) | 15.511.514,88 | - |
| RS | TEUTONIA | 43 | 2145 | 1 | (1.308.744,41) | 43.688.199,97 | - |
| RS | TIO HUGO | 43 | 2146 | 9 | (405.003,31) | 8.450.456,01 | - |
| RS | TIRADENTES DO SUL | 43 | 2147 | 7 | (2.730.752,15) | 10.776.767,65 | - |
| RS | TOROPI | 43 | 2149 | 3 | (2.888.192,56) | 7.983.480,99 | - |
| RS | TRAMANDAI | 43 | 2160 | 0 | 8.030.031,89 | 93.474.697,59 | 8,59 |
| RS | TRAVESSEIRO | 43 | 2162 | 6 | (1.483.983,24) | 7.924.198,74 | - |
| RS | TRES ARROIOS | 43 | 2163 | 4 | (1.274.876,45) | 9.215.931,86 | - |
| RS | TRES CACHOEIRAS | 43 | 2166 | 7 | (3.915.050,62) | 14.636.146,26 | - |
| RS | TRES DE MAIO | 43 | 2180 | 8 | (6.503.886,63) | 29.523.306,37 | - |
| RS | TRES PALMEIRAS | 43 | 2185 | 7 | (1.694.362,89) | 11.346.652,96 | - |
| RS | TRES PASSOS | 43 | 2190 | 7 | (526.939,62) | 33.006.728,70 | - |
| RS | TRINDADE DO SUL | 43 | 2195 | 6 | (108.733,74) | 10.504.729,51 | - |
| RS | TUCUNDUVA | 43 | 2210 | 3 | (2.840.405,64) | 10.525.037,92 | - |
| RS | TUNAS | 43 | 2215 | 2 | 2.096.297,61 | 8.764.854,94 | 23,92 |
| RS | TUPANCI DO SUL | 43 | 2218 | 6 | (1.030.294,52) | 7.319.385,48 | - |
| RS | TUPANCIRETA | 43 | 2220 | 2 | 2.207.930,99 | 38.066.840,01 | 5,80 |
| RS | TUPANDI | 43 | 2225 | 1 | (194.166,37) | 15.075.676,42 | - |
| RS | TUPARENDI | 43 | 2230 | 1 | (730.495,52) | 12.246.107,84 | - |
| RS | TURUCU | 43 | 2232 | 7 | (2.163.367,32) | 8.758.741,56 | - |
| RS | UBIRETAMA | 43 | 2234 | 3 | (1.727.265,65) | 7.032.655,26 | - |
| RS | UNIAO DA SERRA | 43 | 2235 | 0 | (1.399.251,09) | 6.919.519,77 | - |
| RS | UNISTALDA | 43 | 2237 | 6 | (423.016,87) | 7.740.718,22 | - |
| RS | VALE DO SOL | 43 | 2253 | 3 | (2.184.850,02) | 19.379.260,85 | - |
| RS | VALE REAL | 43 | 2254 | 1 | 832.068,73 | 9.878.278,65 | 8,42 |
| RS | VALE VERDE | 43 | 2252 | 5 | (2.386.703,11) | 8.893.811,57 | - |
| RS | VANINI | 43 | 2255 | 8 | (2.110.911,82) | 7.563.637,55 | - |
| RS | VERA CRUZ | 43 | 2270 | 7 | (5.763.729,38) | 37.237.978,44 | - |
| RS | VESPASIANO CORREA | 43 | 2285 | 5 | (2.621.130,16) | 7.660.545,01 | - |
| RS | VIADUTOS | 43 | 2290 | 5 | (2.763.181,89) | 9.873.866,18 | - |
| RS | VICENTE DUTRA | 43 | 2310 | 1 | (675.675,22) | 9.344.639,88 | - |
| RS | VICTOR GRAEFF | 43 | 2320 | 0 | 1.135.147,55 | 10.038.468,14 | 11,31 |
| RS | VILA FLORES | 43 | 2330 | 9 | 57.604,42 | 9.981.049,92 | 0,58 |
| RS | VILA LANGARO | 43 | 2335 | 8 | 912.951,27 | 8.662.163,96 | 10,54 |
| RS | VILA MARIA | 43 | 2340 | 8 | (1.061.699,34) | 12.451.261,29 | - |
| RS | VILA NOVA DO SUL | 43 | 2345 | 7 | - | 8.666.721,26 | - |
| RS | VISTA ALEGRE | 43 | 2350 | 7 | (229.367,51) | 7.164.454,35 | - |
| RS | VISTA ALEGRE DO PRATA | 43 | 2360 | 6 | (1.453.050,12) | 9.754.602,04 | - |
| RS | VISTA GAUCHA | 43 | 2370 | 5 | 514.792,83 | 8.410.201,48 | 6,12 |
| RS | VITORIA DAS MISSOES | 43 | 2375 | 4 | 685.410,00 | 7.900.697,96 | 8,68 |
| SC | ABELARDO LUZ | 42 | 10 | 1 | 1.731.726,02 | 32.934.813,79 | 5,26 |
| SC | AGROLANDIA | 42 | 20 | 0 | (2.081.852,77) | 13.144.049,15 | - |
| SC | AGRONOMICA | 42 | 30 | 9 | (867.556,26) | 9.346.263,03 | - |
| SC | AGUA DOCE | 42 | 40 | 8 | (4.483.930,82) | 17.587.478,84 | - |
| SC | AGUAS DE CHAPECO | 42 | 50 | 7 | (635.832,90) | 11.505.696,35 | - |
| SC | AGUAS FRIAS | 42 | 55 | 6 | (1.918.794,46) | 8.445.014,20 | - |
| SC | AGUAS MORNAS | 42 | 60 | 6 | 337.989,37 | 9.522.191,68 | 3,55 |
| SC | ALFREDO WAGNER | 42 | 70 | 5 | (2.182.063,95) | 14.356.772,16 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | ALTO BELA VISTA | 42 | 75 | 4 | (2.317.808,00) | 9.205.122,00 | - |
| SC | ANCHIETA | 42 | 80 | 4 | (20.148,18) | 9.614.327,27 | - |
| SC | ANITA GARIBALDI | 42 | 100 | 0 | (2.019.136,44) | 17.629.676,75 | - |
| SC | ANITAPOLIS | 42 | 110 | 9 | (26.917,70) | 7.812.423,00 | - |
| SC | ANTONIO CARLOS | 42 | 120 | 8 | (2.430.378,33) | 18.121.667,53 | - |
| SC | APIUNA | 42 | 125 | 7 | (1.068.250,08) | 18.705.084,51 | - |
| SC | ARABUTA | 42 | 127 | 3 | (852.805,00) | 10.390.210,00 | - |
| SC | ARROIO TRINTA | 42 | 160 | 4 | (1.319.620,15) | 10.296.638,91 | - |
| SC | ARVOREDO | 42 | 165 | 3 | 554.869,00 | 7.439.062,00 | 7,46 |
| SC | ASCURRA | 42 | 170 | 3 | (1.218.834,57) | 10.976.541,45 | - |
| SC | ATALANTA | 42 | 180 | 2 | (762.165,95) | 7.297.563,45 | - |
| SC | AURORA | 42 | 190 | 1 | (418.350,04) | 10.055.809,32 | - |
| SC | BALNEARIO GAIVOTA | 42 | 207 | 3 | (1.291.356,99) | 14.772.633,30 | - |
| SC | BARRA VELHA | 42 | 210 | 7 | (6.831.590,47) | 44.097.724,27 | - |
| SC | BELA VISTA DO TOLDO | 42 | 213 | 1 | (22.014,27) | 11.372.407,25 | - |
| SC | BELMONTE | 42 | 215 | 6 | (249.199,85) | 7.727.474,88 | - |
| SC | BENEDITO NOVO | 42 | 220 | 6 | (2.923.256,76) | 14.836.728,66 | - |
| SC | BOCAINA DO SUL | 42 | 243 | 8 | (597.256,46) | 8.891.748,88 | - |
| SC | BOM JARDIM DA SERRA | 42 | 250 | 3 | (9.153.412,89) | 10.969.476,60 | - |
| SC | BOM JESUS DO OESTE | 42 | 257 | 8 | (380.344,38) | 6.989.613,64 | - |
| SC | BOM RETIRO | 42 | 260 | 2 | (2.148.312,96) | 12.202.513,01 | - |
| SC | BOMBINHAS | 42 | 245 | 3 | (16.897.947,01) | 41.092.155,64 | - |
| SC | BRACO DO TROMBUDO | 42 | 265 | 9 | (2.771.980,60) | 10.273.765,99 | - |
| SC | CAIBI | 42 | 310 | 5 | (534.943,63) | 11.379.264,07 | - |
| SC | CALMON | 42 | 315 | 4 | 2.734.027,58 | 9.340.063,80 | 29,27 |
| SC | CAMPO ALEGRE | 42 | 330 | 3 | (3.432.516,63) | 19.316.779,24 | - |
| SC | CAMPO BELO DO SUL | 42 | 340 | 2 | (1.920.049,98) | 12.987.500,29 | - |
| SC | CAMPO ERE | 42 | 350 | 1 | (2.474.899,43) | 17.788.337,75 | - |
| SC | CAMPOS NOVOS | 42 | 360 | 0 | (7.180.715,91) | 57.504.595,23 | - |
| SC | CAPINZAL | 42 | 390 | 7 | (7.079.705,60) | 40.011.549,54 | - |
| SC | CAPIVARI DE BAIXO | 42 | 395 | 6 | 427.241,73 | 44.303.416,00 | 0,96 |
| SC | CATANDUVAS | 42 | 400 | 4 | 47.241,40 | 16.949.248,45 | 0,28 |
| SC | CAXAMBU DO SUL | 42 | 410 | 3 | (1.487.870,00) | 10.876.740,99 | - |
| SC | CERRO NEGRO | 42 | 417 | 8 | 138.474,94 | 8.687.648,67 | 1,59 |
| SC | CHAPADAO DO LAGEADO | 42 | 419 | 4 | (1.115.580,86) | 8.849.897,88 | - |
| SC | COCAL DO SUL | 42 | 425 | 1 | (210.803,51) | 27.753.108,13 | - |
| SC | CORDILHEIRA ALTA | 42 | 435 | 0 | (1.579.145,53) | 11.964.216,15 | - |
| SC | CORONEL FREITAS | 42 | 440 | 0 | (1.312.955,22) | 17.267.212,24 | - |
| SC | CORREIA PINTO | 42 | 455 | 8 | (2.954.039,16) | 26.848.908,22 | - |
| SC | CORUPA | 42 | 450 | 9 | (1.072.705,06) | 23.577.743,92 | - |
| SC | CUNHA PORA | 42 | 470 | 7 | (1.720.897,56) | 16.177.548,68 | - |
| SC | CUNHATAI | 42 | 475 | 6 | (764.245,58) | 7.015.598,18 | - |
| SC | CURITIBANOS | 42 | 480 | 6 | (10.304.275,44) | 47.396.488,91 | - |
| SC | DESCANSO | 42 | 490 | 5 | (946.118,84) | 12.738.830,46 | - |
| SC | DIONISIO CERQUEIRA | 42 | 500 | 1 | (3.193.673,10) | 19.288.913,44 | - |
| SC | DOUTOR PEDRINHO | 42 | 515 | 9 | (643.459,26) | 7.791.532,23 | - |
| SC | ENTRE RIOS | 42 | 517 | 5 | (1.031.547,84) | 7.659.310,72 | - |
| SC | ERMO | 42 | 519 | 1 | (163.354,36) | 7.283.569,92 | - |
| SC | ERVAL VELHO | 42 | 520 | 9 | (2.120.871,85) | 9.903.454,55 | - |
| SC | FLOR DO SERTAO | 42 | 535 | 7 | 101.137,27 | 7.183.573,41 | 1,41 |
| SC | FORMOSA DO SUL | 42 | 543 | 1 | - | 7.840.426,97 | - |
| SC | FORQUILHINHA | 42 | 545 | 6 | (2.194.436,07) | 35.835.095,12 | - |
| SC | FRAIBURGO | 42 | 550 | 6 | (12.180.955,25) | 58.376.700,89 | - |
| SC | FREI ROGERIO | 42 | 555 | 5 | (2.188.617,22) | 7.815.939,72 | - |
| SC | GAROPABA | 42 | 570 | 4 | (5.139.478,86) | 30.934.319,46 | - |
| SC | GARUVA | 42 | 580 | 3 | (3.803.554,27) | 25.727.604,44 | - |
| SC | GOVERNADOR CELSO RAMOS | 42 | 600 | 9 | (1.360.398,15) | 23.231.104,85 | - |
| SC | GRAVATAL | 42 | 620 | 7 | 172.735,19 | 13.807.798,79 | 1,25 |
| SC | GUABIRUBA | 42 | 630 | 8 | (5.600.560,06) | 27.553.667,50 | - |
| SC | GUARACIABA | 42 | 640 | 5 | (606.903,99) | 15.308.272,25 | - |
| SC | GUARAMIRIM | 42 | 650 | 4 | (6.845.381,80) | 67.488.904,45 | - |
| SC | GUARUJA DO SUL | 42 | 660 | 3 | (735.200,51) | 9.622.330,42 | - |
| SC | GUATAMBU | 42 | 665 | 2 | (1.086.393,99) | 11.762.285,89 | - |
| SC | HERVAL D'OESTE | 42 | 670 | 2 | (2.790.767,07) | 28.844.833,36 | - |
| SC | IBICARE | 42 | 680 | 1 | (1.771.780,50) | 8.483.307,67 | - |
| SC | IBIRAMA | 42 | 690 | 0 | (7.298.727,69) | 28.680.209,34 | - |

Relação Divida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | ILHOTA | 42 | 710 | 6 | (2.422.383,25) | 18.454.514,03 | - |
| SC | IMARUI | 42 | 720 | 5 | 1.823.455,72 | 14.304.381,72 | 12,75 |
| SC | IMBITUBA | 42 | 730 | 4 | (16.794.650,53) | 63.320.054,60 | - |
| SC | IMBUIA | 42 | 740 | 3 | (2.859.386,95) | 9.957.725,39 | - |
| SC | IOMERE | 42 | 757 | 7 | (1.392.937,13) | 10.441.677,83 | - |
| SC | IPORA DO OESTE | 42 | 765 | 0 | (3.569.449,85) | 14.379.248,37 | - |
| SC | IPUMIRIM | 42 | 770 | 0 | (2.479.133,91) | 15.690.388,83 | - |
| SC | IRACEMINHA | 42 | 775 | 9 | (1.187.575,14) | 8.839.040,80 | - |
| SC | IRANI | 42 | 780 | 9 | (235.212,40) | 15.938.476,44 | - |
| SC | IRATI | 42 | 785 | 8 | - | 6.536.115,06 | - |
| SC | IRINEOPOLIS | 42 | 790 | 8 | (1.035.820,03) | 16.689.257,62 | - |
| SC | ITA | 42 | 800 | 5 | (2.653.318,32) | 30.649.521,81 | - |
| SC | ITAIOPOLIS | 42 | 810 | 4 | (2.810.776,11) | 30.268.917,20 | - |
| SC | ITAPIRANGA | 42 | 840 | 1 | (3.044.829,25) | 30.587.633,71 | - |
| SC | JABORA | 42 | 860 | 9 | (829.296,30) | 10.821.106,37 | - |
| SC | JACINTO MACHADO | 42 | 870 | 8 | (708.921,80) | 15.745.515,56 | - |
| SC | JARDINOPOLIS | 42 | 895 | 5 | (549.922,97) | 6.863.982,95 | - |
| SC | JOSE BOITEUX | 42 | 915 | 1 | (223.715,51) | 9.582.137,20 | - |
| SC | JUPIA | 42 | 917 | 7 | (1.307.180,29) | 7.358.651,59 | - |
| SC | LAJEADO GRANDE | 42 | 945 | 8 | (385.774,34) | 7.269.138,41 | - |
| SC | LAURENTINO | 42 | 950 | 8 | (854.132,05) | 9.758.773,19 | - |
| SC | LAURO MULLER | 42 | 960 | 7 | (223.771,11) | 23.177.755,38 | - |
| SC | LEOBERTO LEAL | 42 | 980 | 5 | (463.017,21) | 8.369.122,19 | - |
| SC | LINDOIA DO SUL | 42 | 985 | 4 | (3.449.467,85) | 10.835.896,10 | - |
| SC | LONTRAS | 42 | 990 | 4 | (1.461.584,25) | 14.661.881,89 | - |
| SC | LUIZ ALVES | 42 | 1000 | 1 | (4.173.031,66) | 17.210.068,71 | - |
| SC | MACIEIRA | 42 | 1005 | 0 | (271.132,75) | 7.646.557,44 | - |
| SC | MAJOR GERCINO | 42 | 1020 | 9 | (234.302,30) | 7.909.407,15 | - |
| SC | MAJOR VIEIRA | 42 | 1030 | 8 | 476.052,14 | 12.272.263,16 | 3,90 |
| SC | MARACAJA | 42 | 1040 | 7 | (184.813,57) | 11.192.417,51 | - |
| SC | MARAVILHA | 42 | 1050 | 6 | 86.124,50 | 34.240.942,58 | 0,25 |
| SC | MASSARANDUBA | 42 | 1060 | 5 | (8.928.969,32) | 23.695.778,18 | - |
| SC | MELEIRO | 42 | 1080 | 3 | (17.027,42) | 13.308.180,19 | - |
| SC | MIRIM DOCE | 42 | 1085 | 2 | (332.429,24) | 8.028.256,39 | - |
| SC | MODELO | 42 | 1090 | 2 | 513.189,49 | 8.974.615,90 | 5,72 |
| SC | MONDAI | 42 | 1100 | 9 | (1.303.186,55) | 16.258.342,54 | - |
| SC | MONTE CASTELO | 42 | 1110 | 8 | (708.072,28) | 12.360.591,70 | - |
| SC | MORRO DA FUMACA | 42 | 1120 | 7 | (4.928.918,49) | 27.079.077,12 | - |
| SC | MORRO GRANDE | 42 | 1125 | 6 | (990.381,35) | 9.220.406,71 | - |
| SC | NOVA ERECHIM | 42 | 1140 | 5 | (781.966,80) | 10.535.920,35 | - |
| SC | NOVA ITABERABA | 42 | 1145 | 4 | (1.525.550,92) | 10.593.725,99 | - |
| SC | NOVA TRENTO | 42 | 1150 | 4 | (1.344.475,56) | 20.270.570,61 | - |
| SC | NOVA VENEZA | 42 | 1160 | 3 | (4.723.953,60) | 22.675.210,01 | - |
| SC | NOVO HORIZONTE | 42 | 1165 | 2 | (1.014.531,47) | 8.293.136,44 | - |
| SC | ORLEANS | 42 | 1170 | 2 | (1.773.134,18) | 34.593.652,21 | - |
| SC | OTACILIO COSTA | 42 | 1175 | 1 | (1.064.405,46) | 32.108.931,97 | - |
| SC | OURO | 42 | 1180 | 1 | (2.527.918,87) | 12.204.934,00 | - |
| SC | OURO VERDE | 42 | 1185 | 0 | 255.792,47 | 8.711.483,61 | 2,94 |
| SC | PAIAL | 42 | 1187 | 6 | (383.093,75) | 7.022.750,76 | - |
| SC | PALMA SOLA | 42 | 1200 | 7 | 393.994,34 | 7.753.414,06 | 5,08 |
| SC | PALMEIRA | 42 | 1205 | 6 | 19.626,08 | 8.640.710,20 | 0,23 |
| SC | PALMITOS | 42 | 1210 | 6 | (2.264.675,70) | 24.552.160,72 | - |
| SC | PAPANDUVA | 42 | 1220 | 5 | (7.881.037,61) | 26.783.904,72 | - |
| SC | PASSO DE TORRES | 42 | 1225 | 4 | 334.644,40 | 10.806.351,03 | 3,10 |
| SC | PASSOS MAIA | 42 | 1227 | 0 | (3.020.353,52) | 12.964.752,62 | - |
| SC | PAULO LOPES | 42 | 1230 | 4 | 160.288,74 | 11.424.723,65 | 1,40 |
| SC | PEDRAS GRANDES | 42 | 1240 | 3 | (1.379.883,61) | 8.153.605,73 | - |
| SC | PENHA | 42 | 1250 | 2 | (5.550.060,85) | 39.641.223,83 | - |
| SC | PERITIBA | 42 | 1260 | 1 | (794.062,74) | 8.034.352,97 | - |
| SC | PICARRAS | 42 | 1280 | 9 | (7.871.900,01) | 35.729.242,86 | - |
| SC | PINHALZINHO | 42 | 1290 | 8 | (2.759.845,41) | 26.408.626,56 | - |
| SC | PINHEIRO PRETO | 42 | 1300 | 5 | 163.447,34 | 9.142.480,12 | 1,79 |
| SC | PIRATUBA | 42 | 1310 | 4 | (4.842.714,52) | 23.994.756,33 | - |
| SC | PLANALTO ALEGRE | 42 | 1315 | 3 | (393.999,25) | 7.795.088,79 | - |
| SC | PONTE ALTA DO NORTE | 42 | 1335 | 1 | (1.320.020,00) | 9.121.485,00 | - |
| SC | PONTE SERRADA | 42 | 1340 | 1 | (1.808.554,41) | 17.156.218,72 | - |

Relação Divida Consolidada Liquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | PORTO BELO | 42 | 1350 | 0 | (4.498.919,71) | 33.627.967,68 | - |
| SC | PORTO UNIAO | 42 | 1360 | 9 | 2.307.065,35 | 40.065.819,75 | 5,76 |
| SC | POUSO REDONDO | 42 | 1370 | 8 | (1.903.109,00) | 25.154.809,36 | - |
| SC | PRESIDENTE CASTELO BRANCO | 42 | 1380 | 6 | (236.029,29) | 7.902.279,35 | - |
| SC | PRESIDENTE GETULIO | 42 | 1400 | 3 | (1.769.114,07) | 23.913.475,82 | - |
| SC | PRESIDENTE NEREU | 42 | 1410 | 2 | (793.376,14) | 7.197.856,33 | - |
| SC | PRINCESA | 42 | 1415 | 1 | (1.512.628,56) | 7.468.474,03 | - |
| SC | QUILOMBO | 42 | 1420 | 1 | (1.903.765,42) | 17.674.559,26 | - |
| SC | RIO DAS ANTAS | 42 | 1440 | 9 | (1.795.841,07) | 13.912.766,14 | - |
| SC | RIO DO CAMPO | 42 | 1450 | 8 | 515.912,76 | 10.003.814,14 | 5,16 |
| SC | RIO DO OESTE | 42 | 1460 | 7 | (2.165.651,89) | 11.314.089,11 | - |
| SC | RIO DOS CEDROS | 42 | 1470 | 6 | (3.573.690,26) | 15.459.614,59 | - |
| SC | RIO FORTUNA | 42 | 1490 | 4 | (807.681,36) | 9.495.925,48 | - |
| SC | RIO RUFINO | 42 | 1505 | 9 | (308.831,11) | 6.699.561,67 | - |
| SC | RIQUEZA | 42 | 1507 | 5 | (228.662,21) | 8.911.405,05 | - |
| SC | RODEIO | 42 | 1510 | 9 | (1.364.625,55) | 14.641.685,43 | - |
| SC | ROMELANDIA | 42 | 1520 | 8 | (372.072,12) | 8.710.818,38 | - |
| SC | SALTINHO | 42 | 1535 | 6 | (341.863,50) | 8.384.659,20 | - |
| SC | SANGAO | 42 | 1545 | 5 | (763.145,00) | 14.373.674,00 | - |
| SC | SANTA CECILIA | 42 | 1550 | 5 | 1.391.720,80 | 24.061.532,73 | 5,78 |
| SC | SANTA HELENA | 42 | 1555 | 4 | (1.461.172,87) | 7.526.212,68 | - |
| SC | SANTA ROSA DE LIMA | 42 | 1560 | 4 | (376.002,85) | 7.111.333,96 | - |
| SC | SANTA ROSA DO SUL | 42 | 1565 | 3 | (1.143.040,60) | 11.491.173,04 | - |
| SC | SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO | 42 | 1568 | 7 | (444.215,97) | 7.242.656,86 | - |
| SC | SANTIAGO DO SUL | 42 | 1569 | 5 | (1.172.928,23) | 6.799.726,42 | - |
| SC | SANTO AMARO DA IMPERATRIZ | 42 | 1570 | 3 | (334.016,77) | 26.530.348,32 | - |
| SC | SAO BERNARDINO | 42 | 1575 | 2 | (1.291.822,91) | 7.353.493,46 | - |
| SC | SAO BONIFACIO | 42 | 1590 | 1 | (250.478,10) | 7.565.206,86 | - |
| SC | SAO CARLOS | 42 | 1600 | 8 | (2.910.438,87) | 17.485.541,56 | - |
| SC | SAO DOMINGOS | 42 | 1610 | 7 | (2.687.075,98) | 15.308.593,16 | - |
| SC | SAO JOAO BATISTA | 42 | 1630 | 5 | (2.000.436,67) | 38.560.735,31 | - |
| SC | SAO JOAO DO ITAPERIU | 42 | 1635 | 4 | 488.606,09 | 8.058.583,44 | 6,06 |
| SC | SAO JOAO DO OESTE | 42 | 1625 | 5 | (2.806.940,63) | 12.722.988,19 | - |
| SC | SAO JOAO DO SUL | 42 | 1640 | 4 | (1.947.910,88) | 11.235.326,13 | - |
| SC | SAO JOAQUIM | 42 | 1650 | 3 | 2.707.198,08 | 31.864.839,84 | 8,50 |
| SC | SAO JOSE DO CEDRO | 42 | 1670 | 1 | (4.373.933,57) | 20.025.453,96 | - |
| SC | SAO JOSE DO CERRITO | 42 | 1680 | 0 | 210.727,17 | 11.682.833,13 | 1,80 |
| SC | SAO LOURENCO DO OESTE | 42 | 1690 | 9 | (8.430.914,27) | 33.625.091,31 | - |
| SC | SAO LUDGERO | 42 | 1700 | 6 | (3.323.181,55) | 19.323.237,39 | - |
| SC | SAO MARTINHO | 42 | 1710 | 5 | (1.029.133,36) | 7.625.574,00 | - |
| SC | SAO MIGUEL DO OESTE | 42 | 1720 | 4 | 5.002.523,04 | 49.986.626,27 | 10,01 |
| SC | SAO PEDRO DE ALCANTARA | 42 | 1725 | 3 | (3.187.741,39) | 9.209.704,75 | - |
| SC | SAUDADES | 42 | 1730 | 3 | 508.862,42 | 13.918.811,58 | 3,66 |
| SC | SCHROEDER | 42 | 1740 | 2 | (4.238.317,49) | 24.487.254,12 | - |
| SC | SEARA | 42 | 1750 | 1 | (250.936,92) | 29.234.709,34 | - |
| SC | SERRA ALTA | 42 | 1755 | 0 | (873.504,20) | 7.333.254,35 | - |
| SC | SOMBRIO | 42 | 1770 | 9 | 6.702.901,75 | 34.715.763,92 | 19,31 |
| SC | TANGARA | 42 | 1790 | 7 | (718.831,55) | 18.781.600,57 | - |
| SC | TIGRINHOS | 42 | 1795 | 6 | (777.521,86) | 6.165.861,48 | - |
| SC | TIJUCAS | 42 | 1800 | 4 | (2.137.546,37) | 48.506.297,03 | - |
| SC | TIMBE DO SUL | 42 | 1810 | 3 | (937.383,42) | 9.968.905,47 | - |
| SC | TIMBO | 42 | 1820 | 2 | (23.645.813,14) | 74.293.153,22 | - |
| SC | TIMBO GRANDE | 42 | 1825 | 1 | 361.804,16 | 11.987.142,57 | 3,02 |
| SC | TRES BARRAS | 42 | 1830 | 1 | (3.212.329,49) | 32.855.184,33 | - |
| SC | TREVISO | 42 | 1835 | 0 | (158.690,27) | 13.495.556,50 | - |
| SC | TREZE DE MAIO | 42 | 1840 | 0 | (966.663,59) | 11.131.899,58 | - |
| SC | TROMBUDO CENTRAL | 42 | 1860 | 8 | (61.000,05) | 13.202.025,59 | - |
| SC | TUNAPOLIS | 42 | 1875 | 6 | (316.597,44) | 10.411.036,57 | - |
| SC | TURVO | 42 | 1880 | 6 | 1.368.291,06 | 20.887.745,01 | 6,55 |
| SC | UNIAO DO OESTE | 42 | 1885 | 5 | 251.429,77 | 8.129.508,48 | 3,09 |
| SC | URUPEMA | 42 | 1895 | 4 | (1.171.904,31) | 6.727.161,60 | - |
| SC | URUSSANGA | 42 | 1900 | 2 | (1.185.910,18) | 34.054.184,53 | - |
| SC | VARGEM | 42 | 1915 | 0 | (79.645,06) | 7.347.524,37 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | VARGEM BONITA | 42 | 1917 | 6 | (556.711,15) | 13.649.257,65 | - |
| SC | VIDEIRA | 42 | 1930 | 9 | (7.812.361,65) | 87.505.783,82 | - |
| SC | VITOR MEIRELES | 42 | 1935 | 8 | (1.461.540,39) | 9.443.854,45 | - |
| SC | WITMARSUM | 42 | 1940 | 8 | (1.541.358,94) | 8.293.215,15 | - |
| SC | XAVANTINA | 42 | 1960 | 6 | (1.678.654,74) | 10.662.235,65 | - |
| SC | XAXIM | 42 | 1970 | 5 | 262.924,84 | 48.055.014,22 | 0,55 |
| SC | ZORTEA | 42 | 1985 | 3 | (768.368,61) | 10.176.667,85 | - |
| SE | AQUIDABA | 28 | 20 | 9 | (6.732.767,82) | 22.154.217,35 | - |
| SE | ARAUA | 28 | 40 | 7 | - | 14.149.547,96 | - |
| SE | BREJO GRANDE | 28 | 70 | 4 | (3.350.430,74) | 13.023.282,29 | - |
| SE | CAMPO DO BRITO | 28 | 100 | 9 | 1.650.384,68 | 19.678.076,77 | 8,39 |
| SE | CANINDE DE SAO FRANCISCO | 28 | 120 | 7 | (8.010.092,00) | 98.227.331,17 | - |
| SE | CEDRO DE SAO JOAO | 28 | 160 | 3 | (2.807.102,17) | 8.626.066,07 | - |
| SE | CRISTINAPOLIS | 28 | 170 | 2 | 4.212.589,00 | 24.191.906,23 | 17,41 |
| SE | CUMBE | 28 | 190 | 0 | (166.999,35) | 7.237.836,62 | - |
| SE | GENERAL MAYNARD | 28 | 250 | 2 | (2.152.891,17) | 7.734.979,05 | - |
| SE | ITABAIANINHA | 28 | 300 | 5 | (10.606.432,69) | 44.977.354,15 | - |
| SE | JAPARATUBA | 28 | 330 | 2 | (5.190.835,46) | 27.148.664,63 | - |
| SE | JAPOATA | 28 | 340 | 1 | (3.241.064,00) | 19.281.339,00 | - |
| SE | MACAMBIRA | 28 | 370 | 8 | 172.876,00 | 10.738.162,16 | 1,61 |
| SE | MALHADA DOS BOIS | 28 | 380 | 7 | (2.596.917,98) | 8.769.206,72 | - |
| SE | MALHADOR | 28 | 390 | 6 | (3.400.285,67) | 10.973.327,52 | - |
| SE | MARUIM | 28 | 400 | 3 | (3.134.574,77) | 22.366.026,45 | - |
| SE | MOITA BONITA | 28 | 410 | 2 | (3.239.799,46) | 14.324.505,28 | - |
| SE | PACATUBA | 28 | 490 | 4 | 11.501.766,00 | 23.600.624,93 | 48,74 |
| SE | PEDRINHAS | 28 | 510 | 9 | (1.802.249,03) | 12.421.796,11 | - |
| SE | PINHAO | 28 | 520 | 8 | (1.380.856,68) | 9.971.752,21 | - |
| SE | PIRAMBU | 28 | 530 | 7 | (1.235.261,00) | 15.525.097,03 | - |
| SE | PORTO DA FOLHA | 28 | 560 | 4 | - | 33.031.798,16 | - |
| SE | PROPRIA | 28 | 570 | 3 | (9.299.321,85) | 29.805.160,79 | - |
| SE | RIBEIROPOLIS | 28 | 600 | 8 | (3.962.315,56) | 16.393.613,02 | - |
| SE | ROSARIO DO CATETE | 28 | 610 | 7 | (13.473.705,00) | 64.519.141,00 | - |
| SE | SANTA LUZIA DO ITANHY | 28 | 630 | 5 | (513.273,00) | 20.646.778,52 | - |
| SE | SAO FRANCISCO | 28 | 690 | 9 | (1.545.431,33) | 7.884.090,46 | - |
| SE | SIMAO DIAS | 28 | 710 | 5 | (2.029.322,00) | 40.092.956,45 | - |
| SE | SIRIRI | 28 | 720 | 4 | (2.677.052,00) | 16.114.709,00 | - |
| SE | TOMAR DO GERU | 28 | 750 | 1 | (2.854.722,00) | 19.192.161,00 | - |
| SP | ADOLFO | 35 | 20 | 4 | (840.964,80) | 12.223.186,91 | - |
| SP | AGUAS DE SAO PEDRO | 35 | 60 | 0 | (118.956,73) | 15.012.219,02 | - |
| SP | AGUDOS | 35 | 70 | 9 | 8.093.297,38 | 73.593.625,93 | 11,00 |
| SP | ALTAIR | 35 | 90 | 7 | 172.931,71 | 12.804.934,80 | 1,35 |
| SP | ALTO ALEGRE | 35 | 110 | 3 | (1.904.980,28) | 10.819.686,99 | - |
| SP | ALVARES FLORENCE | 35 | 120 | 2 | (793.159,54) | 11.721.924,39 | - |
| SP | ALVARO DE CARVALHO | 35 | 140 | 0 | (390.122,32) | 8.932.174,04 | - |
| SP | AMERICO BRASILIENSE | 35 | 170 | 7 | 682.471,61 | 51.926.105,22 | 1,31 |
| SP | ANGATUBA | 35 | 220 | 0 | (4.515.292,00) | 39.421.732,00 | - |
| SP | ARCO-IRIS | 35 | 335 | 6 | (2.128.573,29) | 7.956.211,55 | - |
| SP | ARIRANHA | 35 | 370 | 3 | (5.181.024,70) | 31.146.441,50 | - |
| SP | ARTUR NOGUEIRA | 35 | 380 | 2 | 1.493.988,28 | 69.770.337,61 | 2,14 |
| SP | ASPASIA | 35 | 395 | 0 | 140.423,27 | 7.583.781,28 | 1,85 |
| SP | AVAI | 35 | 430 | 5 | (499.522,63) | 12.700.257,38 | - |
| SP | BADY BASSITT | 35 | 460 | 2 | 106.371,63 | 25.770.421,63 | 0,41 |
| SP | BARAO DE ANTONINA | 35 | 500 | 5 | (999.028,98) | 9.272.654,23 | - |
| SP | BARBOSA | 35 | 510 | 4 | 865.713,87 | 12.305.068,74 | 7,03 |
| SP | BARRINHA | 35 | 560 | 9 | - | 45.685.684,49 | - |
| SP | BILAC | 35 | 640 | 9 | (3.345.582,98) | 14.173.005,73 | - |
| SP | BOCAINA | 35 | 680 | 5 | (2.880.819,30) | 24.275.104,32 | - |
| SP | BOM JESUS DOS PERDOES | 35 | 710 | 0 | - | 40.652.669,94 | - |
| SP | BORA | 35 | 720 | 9 | (1.110.533,00) | 8.162.302,00 | - |
| SP | CAMPINA DO MONTE ALEGRE | 35 | 945 | 2 | (563.002,47) | 12.489.933,60 | - |
| SP | CARDOSO | 35 | 1070 | 8 | 576.746,52 | 23.616.772,43 | 2,44 |
| SP | CEDRAL | 35 | 1130 | 0 | 1.109.942,33 | 17.656.093,81 | 6,29 |
| SP | CHARQUEADA | 35 | 1170 | 6 | (7.683.310,26) | 27.367.392,80 | - |
| SP | CLEMENTINA | 35 | 1190 | 4 | 591.530,30 | 14.994.936,93 | 3,94 |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | COLINA | 35 | 1200 | 1 | 9.475.620,67 | 41.144.434,45 | 23,03 |
| SP | CONCHAS | 35 | 1230 | 8 | 2.406.764,22 | 29.948.148,09 | 8,04 |
| SP | CRISTAIS PAULISTA | 35 | 1320 | 7 | - | 15.990.899,63 | - |
| SP | CUNHA | 35 | 1360 | 3 | (2.481.431,48) | 32.654.609,59 | - |
| SP | DIRCE REIS | 35 | 1385 | 0 | (1.217.568,45) | 7.366.964,77 | - |
| SP | DOIS CORREGOS | 35 | 1410 | 6 | (3.342.633,58) | 42.033.000,63 | - |
| SP | DUMONT | 35 | 1460 | 1 | (3.113.144,42) | 15.681.968,24 | - |
| SP | ELDORADO | 35 | 1480 | 9 | 616.346,54 | 28.757.081,85 | 2,14 |
| SP | ELISIARIO | 35 | 1492 | 4 | (250.617,76) | 9.253.300,67 | - |
| SP | ESTRELA D'OESTE | 35 | 1520 | 2 | (704.719,66) | 16.269.748,53 | - |
| SP | FLOREAL | 35 | 1590 | 5 | (9.669.515,81) | 11.557.598,45 | - |
| SP | FLORIDA PAULISTA | 35 | 1600 | 2 | (3.683.324,00) | 22.283.619,00 | - |
| SP | GABRIEL MONTEIRO | 35 | 1650 | 7 | (932.564,41) | 7.912.790,16 | - |
| SP | GAVIAO PEIXOTO | 35 | 1685 | 3 | - | 13.670.810,25 | - |
| SP | GUARANTA | 35 | 1810 | 7 | (1.677.612,17) | 13.648.892,79 | - |
| SP | GUATAPARA | 35 | 1885 | 9 | 211.611,86 | 17.871.218,27 | 1,18 |
| SP | GUZOLANDIA | 35 | 1890 | 9 | (1.197.027,67) | 10.751.557,44 | - |
| SP | IBATE | 35 | 1930 | 3 | (9.575.602,84) | 49.727.691,10 | - |
| SP | IBIRA | 35 | 1940 | 2 | 10.293.765,00 | 20.724.889,00 | 49,67 |
| SP | IGARATA | 35 | 2020 | 2 | (247.440,54) | 20.829.867,54 | - |
| SP | INDIAPORA | 35 | 2070 | 7 | 20.484,65 | 11.907.867,79 | 0,17 |
| SP | IRACEMAPOLIS | 35 | 2140 | 8 | (901.946,43) | 40.079.971,43 | - |
| SP | IRAPUA | 35 | 2150 | 7 | (852.027,95) | 13.224.491,00 | - |
| SP | IRAPURU | 35 | 2160 | 6 | 771.654,86 | 11.302.083,07 | 6,83 |
| SP | ITABERA | 35 | 2170 | 5 | (2.960.599,03) | 27.491.727,61 | - |
| SP | ITAJOBI | 35 | 2190 | 3 | 178.485,56 | 29.207.328,17 | 0,61 |
| SP | ITAJU | 35 | 2200 | 0 | - | 10.434.316,93 | - |
| SP | ITIRAPUA | 35 | 2370 | 1 | - | 10.778.402,92 | - |
| SP | ITOBI | 35 | 2380 | 0 | 594.246,25 | 9.810.542,12 | 6,06 |
| SP | JABORANDI | 35 | 2420 | 4 | 1.691.703,42 | 15.605.434,78 | 12,12 |
| SP | JAMBEIRO | 35 | 2490 | 7 | (4.778.207,51) | 19.755.605,34 | - |
| SP | JERIQUARA | 35 | 2540 | 9 | 411.822,86 | 10.040.708,38 | 4,10 |
| SP | JOAO RAMALHO | 35 | 2560 | 7 | (1.058.998,00) | 12.049.955,85 | - |
| SP | JOSE BONIFACIO | 35 | 2570 | 6 | (3.492.086,70) | 54.772.493,74 | - |
| SP | JUMIRIM | 35 | 2585 | 4 | (3.754.921,41) | 10.290.773,41 | - |
| SP | JUNQUEIROPOLIS | 35 | 2600 | 1 | 1.755,92 | 32.018,74 | 5,48 |
| SP | LAGOINHA | 35 | 2630 | 8 | (1.318.680,99) | 10.569.046,04 | - |
| SP | LARANJAL PAULISTA | 35 | 2640 | 7 | (2.896.169,58) | 46.790.733,59 | - |
| SP | LAVINIA | 35 | 2650 | 6 | 183.382,28 | 15.410.410,90 | 1,19 |
| SP | LUCELIA | 35 | 2740 | 5 | (4.397.085,35) | 33.474.436,86 | - |
| SP | MACATUBA | 35 | 2800 | 7 | (4.381.723,96) | 35.535.318,63 | - |
| SP | MACEDONIA | 35 | 2820 | 5 | 42.243,04 | 7.036.411,70 | 0,60 |
| SP | MARAPOAMA | 35 | 2885 | 8 | (7.118,80) | 9.756.183,02 | - |
| SP | MENDONCA | 35 | 2950 | 0 | (1.648.118,35) | 14.360.526,31 | - |
| SP | MESOPOLIS | 35 | 2965 | 8 | 266.406,10 | 8.970.495,10 | 2,97 |
| SP | MIRACATU | 35 | 2990 | 6 | (5.304.837,67) | 39.226.545,44 | - |
| SP | MIRANDOPOLIS | 35 | 3010 | 2 | 8.710.979,86 | 42.129.002,17 | 20,68 |
| SP | MONTE ALEGRE DO SUL | 35 | 3120 | 9 | (2.801.474,63) | 15.526.766,25 | - |
| SP | MONTE ALTO | 35 | 3130 | 8 | (1.497.820,88) | 79.571.929,56 | - |
| SP | MONTE CASTELO | 35 | 3160 | 5 | (2.630.575,38) | 10.882.717,58 | - |
| SP | MONTEIRO LOBATO | 35 | 3170 | 4 | (1.013.363,69) | 10.142.050,95 | - |
| SP | MORUNGABA | 35 | 3200 | 9 | (3.280.274,40) | 22.436.807,59 | - |
| SP | NATIVIDADE DA SERRA | 35 | 3230 | 6 | 279.879,85 | 15.019.018,89 | 1,86 |
| SP | NIPOA | 35 | 3270 | 2 | 58.750,00 | 9.813.964,00 | 0,60 |
| SP | NOVA ALIANCA | 35 | 3280 | 1 | (1.032.560,25) | 11.909.240,00 | - |
| SP | NOVAIS | 35 | 3325 | 4 | (646.397,30) | 9.893.111,63 | - |
| SP | OCAUCU | 35 | 3370 | 0 | (1.980.306,61) | 10.622.011,08 | - |
| SP | PALMARES PAULISTA | 35 | 3510 | 1 | 7.118.399,17 | 15.563.566,31 | 45,74 |
| SP | PALMEIRA D'OESTE | 35 | 3520 | 0 | 1.537.559,26 | 13.608.079,62 | 11,30 |
| SP | PARANAPUA | 35 | 3590 | 3 | (218.119,39) | 9.140.351,98 | - |
| SP | PARAPUA | 35 | 3600 | 0 | (2.024.186,67) | 18.332.679,70 | - |
| SP | PARISI | 35 | 3625 | 7 | 399.470,71 | 9.041.243,76 | 4,42 |
| SP | PEDRANOPOLIS | 35 | 3690 | 1 | (170.917,90) | 8.782.271,41 | - |
| SP | PEDREGULHO | 35 | 3700 | 8 | (4.913.214,37) | 28.073.870,29 | - |
| SP | PIRANGI | 35 | 3900 | 4 | (1.434.972,23) | 18.434.545,75 | - |
| SP | PLANALTO | 35 | 3960 | 8 | (1.767.603,39) | 14.304.832,80 | - |
| SP | PORANGABA | 35 | 4050 | 7 | - | 14.668.072,40 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | POTIRENDABA | 35 | 4080 | 4 | (543.181,50) | 30.961.070,23 | - |
| SP | QUADRA | 35 | 4165 | 3 | (1.116.180,29) | 11.152.157,99 | - |
| SP | QUATA | 35 | 4170 | 3 | (3.073.890,64) | 25.955.555,11 | - |
| SP | RIFAINA | 35 | 4360 | 0 | (2.272.608,53) | 16.450.813,19 | - |
| SP | RUBIACEA | 35 | 4440 | 0 | (938.139,81) | 9.035.392,49 | - |
| SP | RUBINEIA | 35 | 4450 | 9 | 1.460.272,40 | 13.253.044,10 | 11,02 |
| SP | SAGRES | 35 | 4470 | 7 | (792.757,36) | 7.520.193,28 | - |
| SP | SALES | 35 | 4480 | 6 | 536.939,23 | 15.162.192,17 | 3,54 |
| SP | SALMOURAO | 35 | 4510 | 0 | 732.268,67 | 13.292.745,95 | 5,51 |
| SP | SALTINHO | 35 | 4515 | 9 | (2.210.740,18) | 15.182.800,08 | - |
| SP | SANDOVALINA | 35 | 4550 | 6 | 3.967.914,24 | 17.582.630,35 | 22,57 |
| SP | SANTA ADELIA | 35 | 4560 | 5 | (1.412.642,79) | 25.799.981,04 | - |
| SP | SANTA ALBERTINA | 35 | 4570 | 4 | (432.916,69) | 13.221.426,48 | - |
| SP | SANTA CLARA D'OESTE | 35 | 4610 | 8 | (1.462.065,46) | 9.235.746,84 | - |
| SP | SANTA ERNESTINA | 35 | 4650 | 4 | (1.503.326,19) | 10.336.656,29 | - |
| SP | SANTA SALETE | 35 | 4765 | 0 | - | 7.963.727,18 | - |
| SP | SANTO ANTONIO DO PINHAL | 35 | 4820 | 3 | (1.374.146,33) | 14.887.131,68 | - |
| SP | SAO FRANCISCO | 35 | 4900 | 3 | (3.963.597,19) | 8.635.595,13 | - |
| SP | SAO JOAO DAS DUAS PONTES | 35 | 4920 | 1 | (202.094,97) | 8.255.323,41 | - |
| SP | SAO LUIS DO PARAITINGA | 35 | 5000 | 1 | (7.726.163,20) | 23.921.618,57 | - |
| SP | SAO PEDRO | 35 | 5040 | 7 | (3.277.672,75) | 55.222.810,62 | - |
| SP | SERRA AZUL | 35 | 5140 | 5 | 6.063.018,32 | 16.350.393,29 | 37,08 |
| SP | SERRA NEGRA | 35 | 5160 | 3 | 12.794.828,91 | 49.532.450,26 | 25,83 |
| SP | SEVERINIA | 35 | 5190 | 0 | (4.686.013,58) | 30.596.076,80 | - |
| SP | SOCORRO | 35 | 5210 | 6 | (8.029.441,95) | 47.707.681,53 | - |
| SP | TAQUARIVAI | 35 | 5385 | 6 | 1.118.176,46 | 13.151.061,58 | 8,50 |
| SP | TARABAI | 35 | 5390 | 6 | 962.735,94 | 12.943.845,11 | 7,44 |
| SP | TORRINHA | 35 | 5470 | 6 | - | 15.067.855,61 | - |
| SP | TURIUBA | 35 | 5520 | 8 | 405.900,65 | 9.573.540,94 | 4,24 |
| SP | UBARANA | 35 | 5535 | 6 | 249.572,13 | 14.909.256,49 | 1,67 |
| SP | URANIA | 35 | 5580 | 2 | (709.765,74) | 12.694.389,63 | - |
| SP | URUPES | 35 | 5600 | 8 | - | 22.412.116,19 | - |
| SP | VALENTIM GENTIL | 35 | 5610 | 7 | (1.199.273,93) | 17.241.386,84 | - |
| SP | VALPARAISO | 35 | 5630 | 5 | (3.401.615,00) | 40.744.088,00 | - |
| SP | VIRADOURO | 35 | 5680 | 0 | (2.161.203,45) | 30.654.847,06 | - |
| SP | VITORIA BRASIL | 35 | 5695 | 8 | (466.237,20) | 7.303.949,65 | - |
| TO | BRASILANDIA DO TOCANTINS | 17 | 360 | 2 | (1.221.805,00) | 6.101.415,61 | - |
| TO | NOVA OLINDA | 17 | 1488 | 0 | (1.510.515,78) | 12.384.110,65 | - |
| TO | SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS | 17 | 2000 | 2 | (160.542,43) | 5.489.411,86 | - |
| TO | TOCANTINOPOLIS | 17 | 2120 | 8 | - | 23.379.526,72 | - |

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Aviso nº 2, de 2012**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 4, de 2012** (nº 21/2012, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de dezembro de 2011, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

**AVISO Nº 4, DE 2012**

Aviso nº 21/GMF

Brasília, 25 de janeiro de 2012

**Assunto:** Artigos 41 e 42 da Resolução do Senado nº 43, de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito realizadas em âmbito deste Ministério, no mês de dezembro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000.

Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de outubro a dezembro de 2011, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente no seguinte endereço: "www.tesouro.fazenda.gov.br/lrf/". No mapa apresentado, selecionar o "Estado", e "Situação das Operações de crédito analisadas pela STN".

Atenciosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001600/2011-07 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Bambuí | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>72 meses | Valor:<br>902.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a., acrescidos da TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco do Brasil S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4966 | Data:<br>01/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001369/2011-43 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Biguaçu | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>257 meses | Valor:<br>1.010.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4999 | Data:<br>02/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001150/2011-44 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Mafra | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>266 meses | Valor:<br>8.340.000,00 | Juros Efetivos:<br>6%a.a. acrescido de atualização das contas do FGTS (atualmente, TR) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4989 | Data:<br>02/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001287/2011-07 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de São Luís | MA | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>258 meses | Valor:<br>43.230.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5000 | Data:<br>02/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001093/2011-01 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Venâncio Aires | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>254 meses | Valor:<br>12.169.356,17 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 4994 | Data:<br>02/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001255/2011-01 | Interessado:<br>Governo do Estado de Tocantins | TO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>252 meses | Valor:<br>14.600.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos da taxa de atualização das contas do FGTS (Atualmente, a Taxa Referencial - TR) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5014 | Data:<br>05/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001251/2011-15 | Interessado:<br>Governo do Estado de Tocantins | TO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>252 meses | Valor:<br>6.630.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos da taxa de atualização das contas do FGTS (Atualmente, a Taxa Referencial - TR) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5017 | Data:<br>05/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001973/2011-70 | Interessado:<br>Governo do Estado de Tocantins | TO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>36 meses | Valor:<br>26.242.348,28 | Juros Efetivos:<br>4% a.a acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco do Brasil S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5053 | Data:<br>05/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001347/2011-83 | Interessado: Prefeitura Municipal de Indaiatuba | SP | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 256 meses | Valor: 6.760.779,44 | Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5051 | Data: 06/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001344/2011-40 | Interessado: Prefeitura Municipal de Indaiatuba | SP | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 262 meses | Valor: 4.631.277,49 | Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5084 | Data: 07/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001028/2011-78 | Interessado: Prefeitura Municipal de Rondonópolis | MT | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 254 meses | Valor: 19.700.000,00 | Juros Efetivos: 6% a.a. mais taxa de atualização igual à taxa do FGTS, atualmente, taxa referencial |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5070 | Data: 07/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000631/2011-32 | Interessado: Prefeitura Municipal de Florianópolis | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 220 meses | Valor: 9.200.000,00 | Juros Efetivos: 1,07% a.a acrescidos de variação cambial baseada no dólar norte-americano |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5097 | Data: 08/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municíplos - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001367/2011-54 | Interessado: Prefeitura Municipal de Içara | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 263 meses | Valor: 7.190.000,00 | Juros Efetivos: 6% a. a., acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Não há | Data: 08/12/2011 | Posicionamento: Arquivamento | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001970/2011-36 | Interessado: Prefeitura Municipal de Medianeira | PR | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 35 meses | Valor: 920.525,31 | Juros Efetivos: 6% a.a. |
| | Instituição Financeira: Companhia de Saneamento do Paraná | | Ofício: Ofício nº 5106 | Data: 08/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001180/2011-51 | Interessado: Prefeitura Municipal de Medianeira | PR | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 252 meses | Valor: 3.350.000,00 | Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5100 | Data: 08/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001364/2011-11 | Interessado: Prefeitura Municipal de Monte Mor | SP | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 198 meses | Valor: 3.811.000,00 | Juros Efetivos: 6%a.a. acrescido de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5112 | Data: 08/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001363/2011-76 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Monte Mor | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>196 meses | Valor:<br>6.230.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescido de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5114 | Data:<br>08/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000843/2011-10 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Salto | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>258 meses | Valor:<br>7.585.908,41 | Juros Efetivos:<br>6% mais TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5109 | Data:<br>08/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001161/2011-24 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Ponta Grossa | PR | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>250 meses | Valor:<br>2.248.946,03 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5063 | Data:<br>09/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000974/2011-05 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Ponta Grossa | PR | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>250 meses | Valor:<br>5.720.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5061 | Data:<br>09/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001156/2011-11 | Interessado: | | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Ponta Grossa | PR | Operação Contratual Interna | 60 meses | 2.555.578,54 | 6% a.a acrescidos de IGP-M |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Companhia Paranaense de Energia Elétrica S/A | | Ofício nº 5033 | 09/12/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001159/2011-55 | Interessado: | | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Ponta Grossa | PR | Operação Contratual Interna | 250 meses | 1.039.334,95 | 6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 5065 | 09/12/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001158/2011-19 | Interessado: | | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Ponta Grossa | PR | Operação Contratual Interna | 60 meses | 913.955,21 | 6% a.a. acrescidos de IGPM |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Companhia Paranaense de Energia Elétrica S/A | | Ofício nº 5038 | 09/12/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001157/2011-66 | Interessado: | | Tipo de Operação: | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Ponta Grossa | PR | Operação Contratual Interna | 60 meses | 586.518,88 | 6% a.a. acrescidos de IGPM |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | |
| | Companhia Paranaense de Energia Elétrica S/A | | Ofício nº 5057 | 09/12/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001942/2011-19 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Tijucas | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>54 meses | Valor:<br>1.250.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5121 | Data:<br>09/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001733/2011-75 | Interessado:<br>Góverno do Estado do Pará | PA | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>288 meses | Valor:<br>202.990.165,80 | Juros Efetivos:<br>6,00 % a.a. acrescido da atualização das contas do FGTS (atualmente, TR) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5136 | Data:<br>12/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000888/2011-94 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Sorocaba | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>257 meses | Valor:<br>2.323.499,15 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5146 | Data:<br>12/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000896/2011-31 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Sorocaba | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>257 meses | Valor:<br>2.197.168,39 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5148 | Data:<br>12/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001217/2011-41 | Interessado: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | | Prazo: 288 meses | Valor: 151.837.983,60 | Juros Efetivos: juros reais de 5% sobre R$ 50.208991,90 - termo 4A000245-1 e 6% sobre R$ 101.628.991,70 termo 5A001566-1 |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5160 | Data: 13/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | | |
| 17944.001219/2011-30 | Interessado: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | | Prazo: 264 meses | Valor: 25.450.243,74 | Juros Efetivos: 5% a.a. com atualização pela TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5164 | Data: 13/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | | |
| 17944.001407/2011-68 | Interessado: Prefeitura Municipal de Boa Esperança | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | | Prazo: 252 meses | Valor: 4.400.000,00 | Juros Efetivos: 6,00% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5182 | Data: 13/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | | |
| 17944.001627/2011-91 | Interessado: Prefeitura Municipal de Indaial | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | | Prazo: 221 meses | Valor: 2.450.000,00 | Juros Efetivos: 1,07 % a.a. acrescido da variação cambial baseada no dólar norte-americano |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5167 | Data: 13/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001259/2011-81 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Passo Fundo | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>250 meses | Valor:<br>10.857.933,67 | Juros Efetivos:<br>6% a. a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5172 | Data:<br>13/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001257/2011-92 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Passo Fundo | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>252 meses | Valor:<br>13.266.153,64 | Juros Efetivos:<br>6% a. a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5174 | Data:<br>13/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001311/2011-08 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>195 meses | Valor:<br>5.700.000,00 | Juros Efetivos:<br>6,1678% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5158 | Data:<br>13/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001212/2011-18 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Bom Jesus de Goiás | GO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>248 meses | Valor:<br>1.020.000,00 | Juros Efetivos:<br>6,00% a.a., acrescido de atualização monetária |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5216 | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001182/2011-40 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Caçapava | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>248 meses | Valor:<br>4.790.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos da atualização das contas do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5201 | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000965/2011-14 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Campina Verde | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>120 meses | Valor:<br>4.700.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a acrescidos da TJPL |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 4594 | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001282/2011-76 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Rio Verde | GO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>250 meses | Valor:<br>10.950.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a. a. acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5214 | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001040/2011-82 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Santa Juliana | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>248 meses | Valor:<br>3.261.825,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Não há | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Arquivamento | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 19406.000369/2010-68 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de São José | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | | Prazo:<br>222 meses | Valor:<br>6.600.000,00 | Juros Efetivos:<br>1,07% a.a. acrescido de variação cambial no dólar norte-americano |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5203 | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001372/2011-67 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de São José | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | | Prazo:<br>250 meses | Valor:<br>3.760.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% ao ano, acrescidos da atualização aplicada as contas do FGTS (atualmente, TR) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5207 | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001373/2011-10 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de São José | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | | Prazo:<br>254 meses | Valor:<br>11.030.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% ao ano acrescidos da atualização aplicada as contas do FGTS (atualmente, TR) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5205 | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001204/2011-71 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Valparaíso | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | | Prazo:<br>65 meses | Valor:<br>1.451.862,77 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5226 | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001202/2011-82 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Várzea Paulista | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>263 meses | Valor:<br>8.320.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos da atualização das contas do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5193 | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001608/2011-65 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Vila Velha | ES | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>257 meses | Valor:<br>20.375.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos da TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5220 | Data:<br>14/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001192/2011-85 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Porto Velho | RO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>258 meses | Valor:<br>19.700.000,00 | Juros Efetivos:<br>6,00% a.a. acrescido de atualização igual às contas do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5249 | Data:<br>15/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001190/2011-96 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Porto Velho | RO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>258 meses | Valor:<br>13.890.000,00 | Juros Efetivos:<br>6,00% a.a. acrescentado atualização igual às contas do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5241 | Data:<br>15/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES |
|---|---|---|
| 17944.001653/2011-10 | Interessado: Prefeitura Municipal de Rondon — UF: PR<br>Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 96 meses — Valor: 800.000,00 — Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 5267 — Data: 15/12/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.000723/2011-12 | Interessado: Prefeitura Municipal de Santa Rita de Jacutinga — UF: MG<br>Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 54 meses — Valor: 270.000,00 — Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 5261 — Data: 15/12/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.000949/2011-13 | Interessado: Prefeitura Municipal de Santa Rita de Jacutinga — UF: MG<br>Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 72 meses — Valor: 198.000,00 — Juros Efetivos: 4% a.a acrescidos de TJLP<br>Ofício: Ofício nº 5264 — Data: 15/12/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |
| 17944.001316/2011-22 | Interessado: Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste — UF: SC<br>Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 248 meses — Valor: 2.548.236,90 — Juros Efetivos: 6,00 a.a. acrescidos de atualização igual às contas do FGTS (atualmente a TR)<br>Ofício: Ofício nº 5269 — Data: 15/12/2011 — Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

**Data:** 19/01/2012.

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

**Período de 01/12/2011 a 31/12/2011**

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000908/2011-27 | **Interessado:**<br>Prefeitura Municipal de São Sebastião | SP | **Tipo de Operação:**<br>Operação Contratual Interna | | **Prazo:**<br>248 meses | **Valor:**<br>21.166.000,00 | **Juros Efetivos:**<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | **Instituição Financeira:**<br>Caixa Econômica Federal | | **Ofício:**<br>Ofício nº 5253 | **Data:**<br>15/12/2011 | **Posicionamento:**<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000909/2011-71 | **Interessado:**<br>Prefeitura Municipal de São Sebastião | SP | **Tipo de Operação:**<br>Operação Contratual Interna | | **Prazo:**<br>254 meses | **Valor:**<br>29.697.000,00 | **Juros Efetivos:**<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | **Instituição Financeira:**<br>Caixa Econômica Federal | | **Ofício:**<br>Ofício nº 5247 | **Data:**<br>15/12/2011 | **Posicionamento:**<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001092/2011-59 | **Interessado:**<br>Prefeitura Municipal de Venâncio Aires | RS | **Tipo de Operação:**<br>Operação Contratual Interna | | **Prazo:**<br>254 meses | **Valor:**<br>6.654.733,90 | **Juros Efetivos:**<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | **Instituição Financeira:**<br>Caixa Econômica Federal | | **Ofício:**<br>Não há | **Data:**<br>15/12/2011 | **Posicionamento:**<br>Arquivamento | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001294/2011-09 | **Interessado:**<br>Prefeitura Municipal de Campos Altos | MG | **Tipo de Operação:**<br>Operação Contratual Interna | | **Prazo:**<br>250 meses | **Valor:**<br>1.017.439,53 | **Juros Efetivos:**<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | **Instituição Financeira:**<br>Caixa Econômica Federal | | **Ofício:**<br>Ofício nº 5273 | **Data:**<br>16/12/2011 | **Posicionamento:**<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001352/2011-96 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Itapevi | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>252 meses | Valor:<br>18.886.000,00 | Juros Efetivos:<br>6,1678% a.a. atualizados pelo índice de correção do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5288 | Data:<br>16/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001229/2010-94 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Marliéria | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>180 meses | Valor:<br>823.549,88 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5277 | Data:<br>16/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001191/2011-31 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Porto Velho | RO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>258 meses | Valor:<br>15.370.000,00 | Juros Efetivos:<br>6,00% a.a. acrescido de atualização igual às contas do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5245 | Data:<br>16/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001254/2011-59 | Interessado:<br>Governo do Estado de Tocantins | TO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>252 meses | Valor:<br>6.290.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos da taxa de atualização das contas do FGTS (Atualmente, a Taxa Referencial - TR) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5312 | Data:<br>19/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

**Data:** 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

**Período de 01/12/2011 a 31/12/2011**

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.002007/2011-70 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Guarulhos | SP | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 120 meses | **Valor:** 1.015.671,54 | **Juros Efetivos:** |
| | **Instituição Financeira:** Pessoa Jurídica | | **Ofício:** Ofício nº 5297 | **Data:** 19/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001955/2011-98 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul | SC | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 36 meses | **Valor:** 2.126.695,48 | **Juros Efetivos:** 4% a.a. acrescido de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Caixa Econômica Federal | | **Ofício:** Ofício nº 5310 | **Data:** 19/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001787/2011-31 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Santo Estêvão | BA | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 254 meses | **Valor:** 2.910.000,00 | **Juros Efetivos:** 6% a.a. acrescidos de TR |
| | **Instituição Financeira:** Caixa Econômica Federal | | **Ofício:** Ofício nº 5303 | **Data:** 19/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001379/2011-89 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de São João Evangelista | MG | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 270 meses | **Valor:** 1.060.047,34 | **Juros Efetivos:** 6% a. a. acrescidos de TR |
| | **Instituição Financeira:** Caixa Econômica Federal | | **Ofício:** Ofício nº 5306 | **Data:** 19/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001374/2011-56 | Interessado: Prefeitura Municipal de Videira | SC | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 254 meses | Valor: 1.369.900,00 | Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5301 | Data: 19/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001230/2011-08 | Interessado: Governo do Estado de Tocantins | TO | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 252 meses | Valor: 12.604.146,88 | Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos da taxa de atualização das contas do FGTS (Atualmente, a Taxa Referencial - TR) |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5334 | Data: 20/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000753/2010-48 | Interessado: Governo do Estado do Pará | PA | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 96 meses | Valor: 7.939.000,00 | Juros Efetivos: 4,33% a.a., 80%TJ-462(TJLP+1%) e 20% dólar acrescida do custo da cesta de moedas |
| | Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A | | Ofício: Ofício nº 5339 | Data: 20/12/2011 | Posicionamento: Arquivamento | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001541/2011-69 | Interessado: Prefeitura Municipal de Araucária | PR | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 36 meses | Valor: 3.141.794,90 | Juros Efetivos: 4% a.a., acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5328 | Data: 20/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012*

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001445/2011-11 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Biguaçu | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>222 meses | Valor:<br>2.450.000,00 | Juros Efetivos:<br>1,07% ao ano e atualização pela variação cambial do dólar norte americano |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5336 | Data:<br>20/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001140/2011-17 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Cariacica | ES | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>257 meses | Valor:<br>14.944.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5326 | Data:<br>20/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001234/2011-88 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Guarulhos | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>261 meses | Valor:<br>5.318.134,30 | Juros Efetivos:<br>6,1678% a.a. acrescidos de correção do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5332 | Data:<br>20/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001227/2011-86 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Juiz de Fora | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>246 meses | Valor:<br>1.150.000,00 | Juros Efetivos:<br>8,7% a.a. (6,0% + 0,7% de risco de crédito + 2,0: de administração) acrescidos da TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5323 | Data:<br>20/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

**Data:** 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001902/2011-77 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul | SC | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 48 meses | **Valor:** 15.000.000,00 | **Juros Efetivos:** 9% a.a. acrescido da TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | **Ofício:** Ofício nº 5347 | **Data:** 21/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.002068/2011-37 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Navegantes | SC | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 48 meses | **Valor:** 4.500.000,00 | **Juros Efetivos:** 9% a.a acrescidos de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | **Ofício:** Ofício nº 5360 | **Data:** 21/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001271/2011-96 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires | SP | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 250 meses | **Valor:** 6.051.500,00 | **Juros Efetivos:** 6,1678% a.a. acrescido de atualização igual às contas do FGTS |
| | **Instituição Financeira:** Caixa Econômica Federal | | **Ofício:** Ofício nº 5352 | **Data:** 21/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001647/2011-62 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas | MG | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 144 meses | **Valor:** 412.500,00 | **Juros Efetivos:** 4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | **Ofício:** Ofício nº 5345 | **Data:** 21/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001333/2011-60 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Camaragibe | PE | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>264 meses | Valor:<br>11.420.000,00 | Juros Efetivos:<br>5% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5388 | Data:<br>22/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001270/2011-41 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Contagem | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>284 meses | Valor:<br>13.501.296,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5378 | Data:<br>22/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000775/2011-99 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Francisco Sá | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>54 meses | Valor:<br>1.250.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5386 | Data:<br>22/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001236/2011-77 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Guarulhos | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>268 meses | Valor:<br>1.396.500,00 | Juros Efetivos:<br>6,1678 % a.a. acrescidos de correção do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5390 | Data:<br>22/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012 PU

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001220/2011-64 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Ibiá | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>247 meses | Valor:<br>1.889.680,93 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos da taxa de atualização das contas do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5380 | Data:<br>22/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001846/2011-71 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Loanda | PR | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Externa | Prazo:<br>96 meses | Valor:<br>800.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Paraná S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5383 | Data:<br>22/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001874/2011-98 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>48 meses | Valor:<br>300.000,00 | Juros Efetivos:<br>3,75% acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5400 | Data:<br>23/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001833/2011-00 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Corupá | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>222 meses | Valor:<br>900.000,00 | Juros Efetivos:<br>1,07% ao ano acrescidos da variação cambial no dólar norte-americano |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5406 | Data:<br>23/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001235/2011-22 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Guarulhos | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>274 meses | Valor:<br>132.505.861,87 | Juros Efetivos:<br>6,1678% a.a. acrescidos de correção do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5394 | Data:<br>23/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.001241/2011-80 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Guarulhos | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>274 meses | Valor:<br>149.910.371,76 | Juros Efetivos:<br>6,1678% a.a. acrescidos de correção do FGTS |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5396 | Data:<br>23/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.001448/2011-54 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Capinzal | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>48 meses | Valor:<br>2.500.000,00 | Juros Efetivos:<br>9% a. a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5417 | Data:<br>26/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.001859/2011-40 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Vitor Meireles | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>72 meses | Valor:<br>591.640,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco do Brasil S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5424 | Data:<br>26/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000824/2011-93 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro | RJ | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>288 meses | Valor:<br>143.200.000,00 | Juros Efetivos:<br>6,0% a.a. acrescidos da TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5411 | Data:<br>26/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001277/2011-63 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Barbalha | CE | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>247 meses | Valor:<br>1.017.450,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescido de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5426 | Data:<br>27/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001615/2011-67 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Mantena | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>144 meses | Valor:<br>3.000.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5442 | Data:<br>27/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001628/2011-36 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Careaçu | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>72 meses | Valor:<br>212.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5464 | Data:<br>28/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001296/2011-90 | Interessado: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 254 meses | Valor: 1.840.000,00 | Juros Efetivos: 6% a.a. atualização pela TR |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5449 | Data: 28/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| 17944.001039/2011-58 | Interessado: Prefeitura Municipal de Paracatu | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 190 meses | Valor: 1.990.733,52 | Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de atualização igual a das contas do FGTS |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5462 | Data: 28/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| 17944.001630/2011-13 | Interessado: Prefeitura Municipal de Uberlândia | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 144 meses | Valor: 5.000.000,00 | Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício: Ofício nº 5460 | Data: 28/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| 17944.001139/2011-84 | Interessado: Prefeitura Municipal de Vitória | ES | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 280 meses | Valor: 16.546.000,00 | Juros Efetivos: 5% a.a e TR (atualização do FGTS) |
| | Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal | | Ofício: Ofício nº 5455 | Data: 28/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001485/2010-81 | Interessado: Prefeitura Municipal de Barra do Guarita | RS | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 54 meses | Valor: 670.000,00 | Juros Efetivos: 4% a.a. acrescida de TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A | | Ofício: Ofício nº 5501 | Data: 29/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.000710/2011-43 | Interessado: Prefeitura Municipal de Barra do Guarita | RS | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 93 meses | Valor: 727.049,87 | Juros Efetivos: parcelas fixas sem juros, acrescida do IGPM |
| | Instituição Financeira: Rio Grande Energia S/A | | Ofício: Ofício nº 5495 | Data: 29/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.000794/2011-15 | Interessado: Prefeitura Municipal de Coração de Jesus | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 144 meses | Valor: 2.237.347,76 | Juros Efetivos: 4% a.a acrescido da TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício: Ofício nº 5487 | Data: 29/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | |
| 17944.000793/2011-71 | Interessado: Prefeitura Municipal de Coração de Jesus | MG | Tipo de Operação: Operação Contratual Interna | Prazo: 54 meses | Valor: 1.250.000,00 | Juros Efetivos: 4% a.a acrescido da TJLP |
| | Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício: Ofício nº 5490 | Data: 29/12/2011 | Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001263/2011-40 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Cruz Alta | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | | Prazo:<br>252 meses | Valor:<br>3.040.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a. a. acrescidos de TR (Índice de atualização das contas do FGTS) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5499 | Data:<br>29/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001184/2011-39 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Guaratinguetá | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | | Prazo:<br>254 meses | Valor:<br>12.850.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescido da TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5492 | Data:<br>29/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001698/2011-03 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Imaruí | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | | Prazo:<br>54 meses | Valor:<br>800.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5467 | Data:<br>29/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001623/2011-11 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Itaipé | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | | Prazo:<br>144 meses | Valor:<br>1.000.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5485 | Data:<br>29/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

**Data:** 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

**Período de 01/12/2011 a 31/12/2011**

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 19406.000110/2010-17 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Montenegro | RS | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 72 meses | **Valor:** 520.300,00 | **Juros Efetivos:** 4% a.a.acrescidos de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Banco do Brasil S/A | | **Ofício:** Ofício nº 5503 | **Data:** 29/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000674/2011-18 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto | SC | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 48 meses | **Valor:** 400.000,00 | **Juros Efetivos:** 9% a.a acrescidos de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Agência de Fomento do Estado de Santa Caterina S/A | | **Ofício:** Ofício nº 5469 | **Data:** 29/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 19406.000389/2010-39 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto | SC | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 72 meses | **Valor:** 212.000,00 | **Juros Efetivos:** 4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Caixa Econômica Federal | | **Ofício:** Ofício nº 5471 | **Data:** 29/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000675/2011-62 | **Interessado:** Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto | SC | **Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna | **Prazo:** 36 meses | **Valor:** 400.000,00 | **Juros Efetivos:** 9% a.a acrescidos de TJLP |
| | **Instituição Financeira:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | | **Ofício:** Ofício nº 5473 | **Data:** 29/12/2011 | **Posicionamento:** Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012.

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000712/2011-32 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto | SC | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>60 meses | Valor:<br>113.846,63 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de INPC |
| | Instituição Financeira:<br>Pessoa Jurídica | | Ofício:<br>Ofício nº 5477 | Data:<br>29/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001629/2011-81 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Rio Doce | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>144 meses | Valor:<br>500.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5482 | Data:<br>29/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001974/2011-14 | Interessado:<br>Governo do Estado de Tocantins | TO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>72 meses | Valor:<br>31.086.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a, acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco do Brasil S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5528 | Data:<br>30/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.000789/2011-11 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Acalaca | MG | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>54 meses | Valor:<br>714.000,00 | Juros Efetivos:<br>4% a.a. e TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5534 | Data:<br>30/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001577/2011-42 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Araucária | PR | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>120 meses | Valor:<br>2.400.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Paraná S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5535 | Data:<br>30/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001576/2011-06 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Araucária | PR | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>96 meses | Valor:<br>1.840.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TJLP |
| | Instituição Financeira:<br>Agência de Fomento do Paraná S/A | | Ofício:<br>Ofício nº 5530 | Data:<br>30/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001309/2011-21 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Cacoal | RO | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>254 meses | Valor:<br>9.545.087,98 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescido de TR |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5553 | Data:<br>30/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001284/2011-65 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Candelária | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna | Prazo:<br>266 meses | Valor:<br>1.900.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a. a. acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS) |
| | Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | | Ofício:<br>Ofício nº 5541 | Data:<br>30/12/2011 | Posicionamento:<br>Cumprimento de Limites e Condições | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001243/2011-79 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Guarulhos<br><br>Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna<br><br>Ofício: / Data: / Posicionamento:<br>Ofício nº 5545 / 30/12/2011 / Cumprimento de Limites e Condições | Prazo:<br>276 meses | Valor:<br>26.657.000,00 | Juros Efetivos:<br>5% a.a. acrescidos de correção do FGTS |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001242/2011-24 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Guarulhos<br><br>Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | SP | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna<br><br>Ofício: / Data: / Posicionamento:<br>Ofício nº 5549 / 30/12/2011 / Cumprimento de Limites e Condições | Prazo:<br>263 meses | Valor:<br>126.476.166,34 | Juros Efetivos:<br>6,1678% a.a. acrescidos de correção do FGTS |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001094/2011-48 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Montenegro<br><br>Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna<br><br>Ofício: / Data: / Posicionamento:<br>Ofício nº 5516 / 30/12/2011 / Cumprimento de Limites e Condições | Prazo:<br>246 meses | Valor:<br>1.360.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR (atualmente o índice de atualização das contas do FGTS) |

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | UF: | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001095/2011-92 | Interessado:<br>Prefeitura Municipal de Montenegro<br><br>Instituição Financeira:<br>Caixa Econômica Federal | RS | Tipo de Operação:<br>Operação Contratual Interna<br><br>Ofício: / Data: / Posicionamento:<br>Ofício nº 5523 / 30/12/2011 / Cumprimento de Limites e Condições | Prazo:<br>246 meses | Valor:<br>1.260.000,00 | Juros Efetivos:<br>6% a.a. acrescidos de TR (atualmente índice de atualização das contas do FGTS) |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| PROCESSO | INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA | | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17944.001151/2011-99 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Recife | PE | Operação Contratual Interna | | 276 meses | 113.550.603,08 | 5% a.a. acrescidos de TR |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 36 | 30/12/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | | |
| 17944.001258/2011-37 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste | MS | Operação Contratual Interna | | 250 meses | 2.436.888,00 | 6% a. a. acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS) |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 5525 | 30/12/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | | |
| 17944.001132/2011-62 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Sapiranga | RS | Operação Contratual Interna | | 266 meses | 19.500.000,00 | 6% a.a. e TR ( correção do FGTS) |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 5515 | 30/12/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |
| **PROCESSO** | **INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA** | | **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** | | | | |
| 17944.001134/2011-51 | Interessado: | UF: | Tipo de Operação: | | Prazo: | Valor: | Juros Efetivos: |
| | Prefeitura Municipal de Sapiranga | RS | Operação Contratual Interna | | 246 meses | 1.780.000,00 | 6% a.a. e TR ( correção do FGTS) |
| | Instituição Financeira: | | Ofício: | Data: | Posicionamento: | | |
| | Caixa Econômica Federal | | Ofício nº 5513 | 30/12/2011 | Cumprimento de Limites e Condições | | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**

**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**

**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 19/01/2012

## RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2011 a 31/12/2011

| TIPO DE ENTE | INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA | NÚMERO DE OPERAÇÕES | VALOR (R$) |
|---|---|---|---|
| Município | Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A | 6 | 23.100.000,00 |
| Município | Agência de Fomento do Paraná S/A | 4 | 5.840.000,00 |
| Município | Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A | 12 | 21.099.397,64 |
| Município | Banco do Brasil S/A | 6 | 3.151.940,00 |
| Município | Caixa Econômica Federal | 81 | 1.400.445.392,28 |
| Município | Companhia de Saneamento do Paraná | 1 | 920.525,31 |
| Município | Companhia Paranaense de Energia Elétrica S/A | 3 | 4.056.052,63 |
| Município | Pessoa Jurídica | 2 | 1.129.518,17 |
| Município | Rio Grande Energia S/A | 1 | 727.049,87 |
| | **Totais das Operações dos Municípios:** | **116** | **1.460.469.875,90** |
| Estado | Banco do Brasil S/A | 3 | 65.267.348,28 |
| Estado | Caixa Econômica Federal | 5 | 243.114.312,68 |
| | **Totais das Operações dos Estados:** | **8** | **308.381.660,96** |
| | **Totais das Operações:** | **124** | **1.768.851.536,86** |

# *Dívida Consolidada Líquida dos Estados*

Atualizado: 27/12/2011

R$ mil

| UF | Dívida Consolidada Líquida - DCL | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/00 | 31/12/01 | 31/12/02 | 31/12/03 | 31/12/04 | 31/12/05 | 31/12/06 | 31/12/07 | 31/12/08 | 31/12/09 | 31/12/10 | 30/4/11 | 30/8/11 |
| AC | 705.834 | 653.786 | 703.247 | 694.081 | 718.119 | 655.896 | 844.825 | 794.953 | 632.092 | 896.478 | 1.423.022 | 1.153.204 | 1.159.735 |
| AL | 2.670.510 | 2.451.353 | 3.491.788 | 4.482.250 | 5.072.920 | 5.487.783 | 5.927.277 | 6.218.123 | 6.955.422 | 6.509.556 | 6.798.649 | 6.613.624 | 6.584.805 |
| AM | 1.925.679 | 1.568.313 | 1.850.103 | 1.696.945 | 1.681.725 | 1.602.703 | 1.556.436 | 1.011.766 | 819.600 | 1.459.103 | 2.006.958 | 1.453.311 | 1.424.022 |
| AP | 31.016 | 35.232 | 226.777 | 260.458 | 273.970 | 151.826 | 172.481 | 184.009 | 97.330 | 246.308 | 449.436 | 107.239 | 105.204 |
| BA | 8.362.057 | 9.758.867 | 12.156.457 | 12.246.048 | 12.878.412 | 12.048.374 | 11.616.488 | 10.370.837 | 10.238.352 | 9.234.647 | 9.057.007 | 7.881.740 | 7.639.453 |
| CE | 2.711.864 | 3.402.000 | 4.543.190 | 4.448.874 | 4.276.527 | 3.876.734 | 3.641.566 | 2.512.029 | 1.857.038 | 1.446.623 | 2.680.112 | 1.379.320 | 1.326.436 |
| DF | 1.153.478 | 1.200.158 | 1.587.309 | 1.599.518 | 1.467.462 | 2.128.696 | 2.278.953 | 1.551.449 | 1.543.196 | 1.777.578 | 2.081.761 | 1.484.298 | 1.084.769 |
| ES | 2.129.037 | 2.123.028 | 2.963.875 | 3.385.641 | 3.011.009 | 2.247.686 | 1.872.059 | 1.210.426 | 800.397 | 636.022 | 1.415.501 | 932.909 | 625.798 |
| GO | 8.369.621 | 9.029.903 | 10.611.539 | 10.948.751 | 11.744.077 | 11.386.819 | 11.334.808 | 12.231.562 | 12.553.278 | 11.697.404 | 13.680.116 | 13.259.839 | 13.052.110 |
| MA | 4.624.286 | 4.452.327 | 5.784.811 | 5.448.982 | 5.141.515 | 4.908.145 | 5.054.291 | 4.479.838 | 4.316.480 | 4.073.167 | 4.239.646 | 3.544.650 | 3.306.980 |
| MG | 13.614.394 | 26.757.537 | 32.941.741 | 34.735.247 | 37.464.487 | 39.706.846 | 41.767.078 | 44.692.747 | 51.560.659 | 52.264.415 | 60.499.483 | 60.200.681 | 62.120.939 |
| MS | 4.133.669 | 4.507.029 | 5.450.997 | 5.662.201 | 6.001.254 | 6.117.359 | 6.207.989 | 5.829.442 | 5.567.198 | 5.602.766 | 6.213.168 | 6.529.483 | 6.499.343 |
| MT | 4.379.490 | 4.107.381 | 3.995.655 | 5.506.364 | 5.037.846 | 4.781.493 | 4.959.587 | 4.592.566 | 4.324.155 | 3.497.758 | 3.928.181 | 3.130.550 | 3.002.689 |
| PA | 1.314.362 | 1.713.754 | 2.138.123 | 2.121.048 | 2.458.420 | 2.229.659 | 2.436.549 | 2.164.718 | 2.144.103 | 1.907.584 | 2.609.966 | 1.811.001 | 1.399.678 |
| PB | 2.438.937 | 1.977.968 | 2.769.785 | 2.618.406 | 2.513.817 | 2.584.626 | 2.463.929 | 2.201.350 | 2.115.180 | 1.585.380 | 1.809.843 | 1.181.311 | 989.503 |
| PE | 2.961.347 | 4.253.625 | 5.495.023 | 5.429.048 | 5.495.263 | 5.230.444 | 4.920.433 | 4.404.193 | 4.249.424 | 4.589.102 | 4.760.385 | 3.877.805 | 3.817.859 |
| PI | 2.002.176 | 2.241.789 | 2.602.589 | 2.561.526 | 2.751.157 | 2.580.295 | 2.262.084 | 2.380.281 | 2.308.190 | 2.434.575 | 2.443.126 | 2.270.496 | 2.219.921 |
| PR | 7.353.797 | 8.395.766 | 9.269.301 | 8.755.690 | 9.951.077 | 13.490.215 | 14.346.486 | 14.506.000 | 17.192.100 | 16.937.485 | 15.130.153 | 14.514.480 | 13.608.099 |
| RJ | 23.870.049 | 25.840.552 | 35.449.514 | 38.571.989 | 42.929.196 | 43.901.530 | 45.072.844 | 46.575.258 | 51.041.607 | 47.204.513 | 53.952.732 | 52.204.589 | 52.359.790 |
| RN | 1.148.656 | 964.036 | 1.291.902 | 1.157.033 | 992.857 | 1.001.351 | 970.171 | 870.373 | 879.003 | 841.601 | 1.104.556 | 10.696 | 612.752 |
| RO | 1.002.894 | 1.076.043 | 1.745.381 | 1.781.627 | 1.807.978 | 1.774.749 | 1.640.206 | 1.666.582 | 1.642.838 | 1.716.595 | 2.010.026 | 1.912.239 | 1.957.720 |
| RR | 160.000 | 171.309 | 257.377 | 289.172 | 32.609 | 159.669 | 123.991 | -164.810 | -204.269 | 508.160 | 73.668 | -674.316 | -558.037 |
| RS | 17.740.010 | 18.535.183 | 23.496.895 | 27.606.812 | 30.353.246 | 31.835.491 | 33.743.927 | 35.514.404 | 39.058.534 | 38.170.677 | 43.437.027 | 44.071.366 | 44.476.609 |
| SC | 6.018.289 | 5.680.842 | 8.511.284 | 8.555.064 | 9.324.484 | 8.019.912 | 8.030.930 | 7.677.817 | 8.065.824 | 6.312.345 | 7.464.223 | 6.505.150 | 5.883.725 |
| SE | 1.064.373 | 1.086.809 | 1.215.477 | 1.236.566 | 1.322.030 | 1.149.727 | 1.636.893 | 1.312.718 | 829.760 | 1.048.669 | 1.541.388 | 1.768.183 | 1.852.281 |
| SP | 62.347.593 | 70.308.906 | 90.210.046 | 97.876.864 | 110.330.939 | 111.916.498 | 118.355.919 | 120.461.936 | 133.920.658 | 130.298.983 | 152.727.942 | 150.510.608 | 151.587.574 |
| TO | 323.219 | 291.442 | 515.266 | 403.239 | 607.264 | 312.979 | 308.144 | 235.459 | 340.850 | 374.955 | 634.993 | 189.261 | 267.619 |
| Total | 184.556.637 | 212.584.938 | 271.275.952 | 290.079.444 | 315.639.960 | 321.287.505 | 333.546.345 | 335.486.027 | 364.848.999 | 353.270.448 | 404.273.068 | 387.823.716 | 388.407.375 |

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 109/02.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/8/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 27/12/2011 no SISTN.

# *Dívida Consolidada Líquida dos Estados*

**Atualizado: 27/12/2011** R$ mil

| UF | Receita Corrente Líquida - RCL | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/00 | 31/12/01 | 31/12/02 | 31/12/03 | 31/12/04 | 31/12/05 | 31/12/06 | 31/12/07 | 31/12/08 | 31/12/09 | 31/12/10 | 30/4/11 | 30/8/11 |
| AC | 677.082 | 784.799 | 970.673 | 1.023.480 | 1.156.660 | 1.466.890 | 1.635.875 | 1.933.479 | 2.223.257 | 2.453.090 | 2.648.933 | 2.796.676 | 2.900.722 |
| AL | 1.195.875 | 1.375.355 | 1.477.875 | 1.619.021 | 1.918.255 | 2.442.959 | 2.674.902 | 3.105.363 | 3.528.416 | 3.597.965 | 4.205.565 | 4.472.144 | 4.500.852 |
| AM | 1.925.171 | 2.288.852 | 2.767.751 | 3.054.642 | 3.751.410 | 4.294.390 | 4.670.314 | 5.331.931 | 6.395.995 | 6.161.491 | 7.407.732 | 7.696.511 | 7.918.383 |
| AP | 678.300 | 701.103 | 810.519 | 940.819 | 1.210.060 | 1.444.006 | 1.594.277 | 1.917.132 | 2.404.878 | 2.237.967 | 2.492.365 | 2.589.762 | 2.721.078 |
| BA | 5.105.240 | 5.715.509 | 6.693.304 | 7.506.520 | 9.075.419 | 10.329.111 | 11.360.178 | 12.584.607 | 14.237.786 | 14.671.427 | 17.372.551 | 17.852.940 | 18.527.850 |
| CE | 3.103.121 | 3.628.078 | 3.866.405 | 4.209.618 | 4.636.443 | 5.304.380 | 6.032.606 | 6.560.099 | 7.886.593 | 8.400.940 | 9.664.273 | 10.193.483 | 10.651.373 |
| DF | 3.209.332 | 3.419.965 | 3.987.827 | 4.467.483 | 5.309.061 | 6.149.618 | 6.969.807 | 8.121.686 | 9.626.476 | 10.254.999 | 11.485.148 | 11.756.723 | 12.328.889 |
| ES | 2.176.256 | 2.565.412 | 2.560.765 | 3.331.517 | 4.122.214 | 5.143.638 | 5.552.712 | 6.367.980 | 7.735.570 | 7.486.192 | 8.239.168 | 8.665.794 | 9.343.793 |
| GO | 2.671.633 | 3.208.572 | 3.829.074 | 4.553.742 | 5.304.978 | 6.153.147 | 6.230.992 | 7.618.520 | 8.944.459 | 9.105.648 | 10.530.493 | 11.196.674 | 11.542.121 |
| MA | 1.794.116 | 2.121.935 | 2.121.935 | 2.454.001 | 2.950.836 | 3.700.427 | 4.389.950 | 4.900.239 | 5.836.926 | 5.971.500 | 6.818.192 | 7.389.601 | 7.831.887 |
| MG | 9.629.796 | 11.412.858 | 12.542.039 | 14.305.976 | 16.695.979 | 19.550.334 | 22.083.399 | 23.803.678 | 29.242.489 | 28.118.470 | 33.179.152 | 34.773.289 | 35.223.077 |
| MS | 1.335.384 | 1.531.786 | 1.756.433 | 2.123.550 | 2.579.044 | 3.041.883 | 3.427.592 | 3.930.957 | 4.829.848 | 4.886.919 | 5.189.065 | 5.438.549 | 5.704.470 |
| MT | 1.748.543 | 2.085.871 | 2.512.858 | 3.136.452 | 3.872.936 | 4.296.180 | 4.316.921 | 4.882.482 | 6.181.777 | 6.467.671 | 7.099.677 | 7.291.678 | 7.572.356 |
| PA | 2.313.543 | 2.706.265 | 3.204.737 | 3.503.004 | 4.068.167 | 4.847.313 | 5.590.771 | 6.273.309 | 7.587.651 | 7.997.163 | 9.117.950 | 9.535.122 | 9.985.847 |
| PB | 1.599.214 | 1.801.118 | 1.944.563 | 2.234.882 | 2.335.662 | 2.912.034 | 3.254.483 | 3.668.685 | 4.391.207 | 4.637.840 | 5.067.418 | 5.434.891 | 5.674.559 |
| PE | 3.458.438 | 3.803.157 | 4.383.769 | 4.629.449 | 5.295.561 | 6.281.379 | 7.388.664 | 8.301.076 | 10.010.231 | 10.631.854 | 12.441.687 | 13.289.311 | 13.863.388 |
| PI | 1.155.252 | 1.290.514 | 1.586.525 | 1.689.464 | 1.940.461 | 2.357.829 | 2.671.043 | 3.054.199 | 3.831.028 | 4.043.265 | 4.526.858 | 4.736.221 | 4.893.228 |
| PR | 5.709.876 | 6.260.845 | 7.490.807 | 8.367.454 | 9.245.030 | 10.453.929 | 11.406.920 | 12.469.291 | 14.482.743 | 15.093.440 | 16.968.377 | 17.613.451 | 18.481.468 |
| RJ | 11.529.908 | 13.608.848 | 15.100.326 | 19.168.781 | 21.009.274 | 23.094.091 | 26.132.742 | 26.849.821 | 31.830.885 | 28.976.688 | 34.534.904 | 35.647.216 | 37.107.943 |
| RN | 1.620.144 | 1.784.766 | 1.999.524 | 2.166.858 | 2.618.951 | 3.144.162 | 3.691.537 | 3.936.240 | 4.516.137 | 4.832.600 | 5.443.269 | 5.732.464 | 5.921.625 |
| RO | 902.789 | 1.022.129 | 1.204.801 | 1.467.002 | 1.757.061 | 2.094.079 | 2.282.720 | 2.586.405 | 3.261.805 | 3.236.548 | 3.715.154 | 3.976.875 | 4.077.637 |
| RR | 517.009 | 604.774 | 732.306 | 668.297 | 776.946 | 1.038.551 | 1.199.870 | 1.314.562 | 1.596.732 | 1.633.114 | 1.788.506 | 1.934.958 | 2.138.240 |
| RS | 6.657.896 | 7.378.894 | 8.414.927 | 9.859.597 | 10.736.730 | 12.349.352 | 13.312.373 | 13.991.364 | 16.657.785 | 17.387.287 | 20.297.847 | 20.876.006 | 21.302.486 |
| SC | 3.288.096 | 3.904.463 | 4.373.551 | 5.129.578 | 5.669.194 | 6.718.512 | 7.376.828 | 8.493.348 | 10.420.913 | 10.405.660 | 11.857.684 | 12.463.117 | 13.229.904 |
| SE | 1.209.361 | 1.395.943 | 1.674.710 | 1.805.467 | 2.043.107 | 2.536.658 | 2.865.674 | 3.102.889 | 3.799.764 | 3.934.265 | 4.629.387 | 4.892.171 | 4.924.866 |
| SP | 32.298.817 | 35.683.659 | 39.675.808 | 43.699.168 | 49.479.722 | 56.775.075 | 62.468.354 | 70.567.961 | 82.182.734 | 86.630.248 | 99.914.614 | 102.799.944 | 104.958.534 |
| TO | 922.333 | 1.084.734 | 1.391.422 | 1.537.933 | 1.743.111 | 2.268.410 | 2.416.421 | 2.781.449 | 3.451.007 | 3.406.416 | 3.881.229 | 4.135.492 | 4.378.998 |
| Total | 108.432.525 | 123.170.204 | 139.075.233 | 158.653.755 | 181.302.271 | 210.188.337 | 233.197.924 | 258.453.753 | 307.095.093 | 313.659.656 | 360.515.197 | 374.980.974 | 387.605.571 |

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 109/02.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/8/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 27/12/2011 no SISTN.

# *Dívida Consolidada Líquida dos Estados*

Atualizado: 27/12/2011

| UF | Relação DCL / RCL | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/00 | 31/12/01 | 31/12/02 | 31/12/03 | 31/12/04 | 31/12/05 | 31/12/06 | 31/12/07 | 31/12/08 | 31/12/09 | 31/12/10 | 30/4/11 | 30/8/11 |
| AC | 1,04 | 0,83 | 0,73 | 0,68 | 0,62 | 0,45 | 0,52 | 0,41 | 0,28 | 0,37 | 0,54 | 0,41 | 0,40 |
| AL | 2,23 | 1,78 | 2,36 | 2,77 | 2,64 | 2,25 | 2,22 | 2,00 | 1,97 | 1,81 | 1,62 | 1,48 | 1,46 |
| AM | 1,00 | 0,69 | 0,67 | 0,56 | 0,45 | 0,37 | 0,33 | 0,19 | 0,13 | 0,24 | 0,27 | 0,19 | 0,18 |
| AP | 0,05 | 0,05 | 0,28 | 0,28 | 0,23 | 0,11 | 0,11 | 0,10 | 0,04 | 0,11 | 0,18 | 0,04 | 0,04 |
| BA | 1,64 | 1,71 | 1,82 | 1,63 | 1,42 | 1,17 | 1,02 | 0,82 | 0,72 | 0,63 | 0,52 | 0,44 | 0,41 |
| CE | 0,87 | 0,94 | 1,18 | 1,06 | 0,92 | 0,73 | 0,60 | 0,38 | 0,24 | 0,17 | 0,28 | 0,14 | 0,12 |
| DF | 0,36 | 0,35 | 0,40 | 0,36 | 0,28 | 0,35 | 0,33 | 0,19 | 0,16 | 0,17 | 0,18 | 0,13 | 0,09 |
| ES | 0,98 | 0,83 | 1,16 | 1,02 | 0,73 | 0,44 | 0,34 | 0,19 | 0,10 | 0,08 | 0,17 | 0,11 | 0,07 |
| GO | 3,13 | 2,81 | 2,77 | 2,40 | 2,21 | 1,85 | 1,82 | 1,61 | 1,40 | 1,28 | 1,30 | 1,18 | 1,13 |
| MA | 2,58 | 2,10 | 2,73 | 2,22 | 1,74 | 1,33 | 1,15 | 0,91 | 0,74 | 0,68 | 0,64 | 0,48 | 0,42 |
| MG | 1,41 | 2,34 | 2,63 | 2,43 | 2,24 | 2,03 | 1,89 | 1,88 | 1,76 | 1,79 | 1,82 | 1,73 | 1,76 |
| MS | 3,10 | 2,94 | 3,10 | 2,67 | 2,33 | 2,01 | 1,81 | 1,48 | 1,15 | 1,15 | 1,20 | 1,20 | 1,14 |
| MT | 2,50 | 1,97 | 1,59 | 1,76 | 1,30 | 1,11 | 1,10 | 0,94 | 0,70 | 0,54 | 0,55 | 0,43 | 0,40 |
| PA | 0,57 | 0,63 | 0,67 | 0,61 | 0,60 | 0,46 | 0,44 | 0,35 | 0,28 | 0,24 | 0,29 | 0,19 | 0,14 |
| PB | 1,53 | 1,10 | 1,42 | 1,17 | 1,08 | 0,89 | 0,76 | 0,60 | 0,48 | 0,34 | 0,36 | 0,22 | 0,17 |
| PE | 0,86 | 1,12 | 1,25 | 1,17 | 1,04 | 0,83 | 0,67 | 0,53 | 0,42 | 0,43 | 0,38 | 0,29 | 0,28 |
| PI | 1,73 | 1,74 | 1,64 | 1,52 | 1,42 | 1,09 | 0,85 | 0,78 | 0,60 | 0,60 | 0,54 | 0,48 | 0,45 |
| PR | 1,29 | 1,34 | 1,24 | 1,05 | 1,08 | 1,29 | 1,26 | 1,16 | 1,19 | 1,12 | 0,89 | 0,82 | 0,74 |
| RJ | 2,07 | 1,90 | 2,35 | 2,01 | 2,04 | 1,90 | 1,72 | 1,73 | 1,60 | 1,63 | 1,56 | 1,47 | 1,41 |
| RN | 0,71 | 0,54 | 0,65 | 0,53 | 0,38 | 0,32 | 0,26 | 0,22 | 0,19 | 0,17 | 0,20 | 0,00 | 0,10 |
| RO | 1,11 | 1,05 | 1,45 | 1,21 | 1,03 | 0,85 | 0,72 | 0,64 | 0,50 | 0,53 | 0,54 | 0,48 | 0,48 |
| RR | 0,31 | 0,28 | 0,35 | 0,43 | 0,04 | 0,15 | 0,10 | -0,13 | -0,13 | 0,31 | 0,04 | -0,35 | -0,26 |
| RS | 2,66 | 2,51 | 2,79 | 2,80 | 2,83 | 2,58 | 2,53 | 2,54 | 2,34 | 2,20 | 2,14 | 2,11 | 2,10 |
| SC | 1,83 | 1,45 | 1,95 | 1,67 | 1,64 | 1,19 | 1,09 | 0,90 | 0,77 | 0,61 | 0,63 | 0,52 | 0,44 |
| SE | 0,88 | 0,78 | 0,73 | 0,68 | 0,65 | 0,45 | 0,57 | 0,42 | 0,22 | 0,27 | 0,33 | 0,36 | 0,38 |
| SP | 1,93 | 1,97 | 2,27 | 2,24 | 2,23 | 1,97 | 1,89 | 1,71 | 1,63 | 1,50 | 1,53 | 1,46 | 1,44 |
| TO | 0,35 | 0,27 | 0,37 | 0,26 | 0,35 | 0,14 | 0,13 | 0,08 | 0,10 | 0,11 | 0,16 | 0,05 | 0,06 |
| Total | 1,70 | 1,73 | 1,95 | 1,83 | 1,74 | 1,53 | 1,43 | 1,30 | 1,19 | 1,13 | 1,12 | 1,03 | 1,00 |

Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN n.º 109/02.

Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados

n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/8/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 27/12/2011 no SISTN.

## Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

**DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2011**
**data-base 30/08/2011**

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN — Posição: 28/10/2011

| UF | Nome do Município | Cód IBGE Estado | Cód IBGE Município | DV IBGE Município | DCL 2o Quadrimestre 2011 | RCL 2o Quadrimestre 2011 | % DCL/RCL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | CRUZEIRO DO SUL | 12 | 20 | 3 | (6.748.728,74) | 69.512.943,52 | - |
| AC | TARAUACA | 12 | 60 | 9 | (5.608.653,42) | 38.595.086,30 | - |
| AM | MANAUS | 13 | 260 | 3 | (218.157.440,61) | 2.338.655.451,05 | - |
| BA | ALAGOINHAS | 29 | 70 | 2 | (3.177.654,61) | 158.769.478,10 | - |
| BA | AMELIA RODRIGUES | 29 | 110 | 6 | 8.581.265,62 | 25.834.852,49 | 33,22 |
| BA | ANGICAL | 29 | 140 | 3 | 11.763.246,05 | 20.185.743,64 | 58,28 |
| BA | ANTONIO CARDOSO | 29 | 170 | 0 | 8.955.851,12 | 15.955.176,60 | 56,13 |
| BA | ARACATU | 29 | 200 | 5 | 411.305,01 | 20.289.751,37 | 2,03 |
| BA | ARACI | 29 | 210 | 4 | 37.014.156,71 | 68.709.190,31 | 53,87 |
| BA | ARAMARI | 29 | 220 | 3 | 2.661.368,96 | 12.748.198,46 | 20,88 |
| BA | BARRA | 29 | 270 | 8 | (931.683,70) | 63.634.784,98 | - |
| BA | BARRA DA ESTIVA | 29 | 280 | 7 | 2.969.304,36 | 26.728.063,25 | 11,11 |
| BA | BREJOLANDIA | 29 | 440 | 7 | 790.041,57 | 13.043.875,47 | 6,06 |
| BA | BRUMADO | 29 | 460 | 5 | (5.211.909,17) | 82.556.885,96 | - |
| BA | CAATIBA | 29 | 480 | 3 | (1.696.752,10) | 13.897.049,49 | - |
| BA | CACULE | 29 | 500 | 8 | 4.707.806,39 | 25.377.904,18 | 18,55 |
| BA | CAETITE | 29 | 520 | 6 | 12.776.528,84 | 56.913.555,94 | 22,45 |
| BA | CAIRU | 29 | 540 | 4 | 224.485,01 | 57.519.288,67 | 0,39 |
| BA | CALDEIRAO GRANDE | 29 | 550 | 3 | (6.860.445,24) | 20.553.547,77 | - |
| BA | CAMACAN | 29 | 560 | 2 | 21.182.015,01 | 35.268.556,53 | 60,06 |
| BA | CAMACARI | 29 | 570 | 1 | 386.424.091,26 | 611.914.478,45 | 63,15 |
| BA | CAMPO FORMOSO | 29 | 600 | 6 | (23.116.257,17) | 86.566.877,35 | - |
| BA | CANAVIEIRAS | 29 | 630 | 3 | 28.011.851,38 | 34.604.282,83 | 80,95 |
| BA | CANDEIAS | 29 | 650 | 1 | 106.929.291,32 | 158.524.354,20 | 67,45 |
| BA | CANDIBA | 29 | 660 | 0 | (354.310,55) | 14.571.199,56 | - |
| BA | CAPELA DO ALTO ALEGRE | 29 | 685 | 7 | 4.312.564,52 | 15.381.731,76 | 28,04 |
| BA | CAPIM GROSSO | 29 | 687 | 3 | (1.980.099,84) | 32.651.152,45 | - |
| BA | CARAVELAS | 29 | 690 | 7 | 20.973.406,00 | 37.483.393,19 | 55,95 |
| BA | CARDEAL DA SILVA | 29 | 700 | 4 | (132.072,75) | 15.241.183,67 | - |
| BA | CARINHANHA | 29 | 710 | 3 | 10.363.076,47 | 37.000.398,15 | 28,01 |
| BA | CASA NOVA | 29 | 720 | 2 | 12.462.663,27 | 78.071.114,56 | 15,96 |
| BA | COCOS | 29 | 810 | 1 | (149.418,61) | 30.182.483,73 | - |
| BA | CONCEICAO DO COITE | 29 | 840 | 8 | 20.799.582,04 | 63.069.692,16 | 32,98 |
| BA | COTEGIPE | 29 | 940 | 6 | 474.786,89 | 19.993.402,40 | 2,37 |
| BA | CRISTOPOLIS | 29 | 970 | 3 | (33.845,00) | 18.284.274,73 | - |
| BA | FORMOSA DO RIO PRETO | 29 | 1110 | 5 | 386.011,73 | 46.381.553,05 | 0,83 |
| BA | GANDU | 29 | 1120 | 4 | 29.159.353,96 | 34.615.598,75 | 84,24 |
| BA | GAVIAO | 29 | 1125 | 3 | (499.813,23) | 8.545.422,59 | - |
| BA | IBIASSUCE | 29 | 1200 | 4 | 6.977.222,75 | 13.603.026,74 | 51,29 |
| BA | IBIPITANGA | 29 | 1250 | 9 | 3.050.015,38 | 17.724.220,94 | 17,21 |
| BA | IBITIARA | 29 | 1300 | 2 | (2.315.881,02) | 20.320.185,88 | - |
| BA | IGAPORA | 29 | 1340 | 8 | (56.474,14) | 21.048.796,82 | - |
| BA | IPIRA | 29 | 1400 | 0 | 15.495.794,67 | 62.819.023,38 | 24,67 |
| BA | IRAJUBA | 29 | 1420 | 6 | (636.105,89) | 12.607.709,38 | - |
| BA | IRECE | 29 | 1460 | 4 | 17.519.838,53 | 91.152.500,60 | 19,22 |
| BA | ITABERABA | 29 | 1470 | 3 | 2.156.839,65 | 75.181.354,25 | 2,87 |
| BA | ITAGIMIRIM | 29 | 1530 | 4 | 6.700.183,84 | 13.472.931,25 | 49,73 |
| BA | ITAMBE | 29 | 1580 | 9 | 140.570,26 | 28.609.465,40 | 0,49 |
| BA | ITIRUCU | 29 | 1690 | 6 | (1.351.869,65) | 15.689.506,12 | - |
| BA | ITORORO | 29 | 1710 | 2 | 9.702.000,12 | 26.023.751,85 | 37,28 |
| BA | JAGUARARI | 29 | 1770 | 6 | 1.590.949,27 | 44.812.810,54 | 3,55 |
| BA | JEQUIE | 29 | 1800 | 1 | 25.340.475,09 | 193.311.852,61 | 13,11 |
| BA | JEREMOABO | 29 | 1810 | 0 | 14.295.344,42 | 44.480.985,73 | 32,14 |
| BA | JUCURUCU | 29 | 1845 | 6 | 13.765.168,62 | 15.155.735,70 | 90,82 |
| BA | LAGOA REAL | 29 | 1875 | 3 | 4.012.834,94 | 18.990.195,31 | 21,13 |
| BA | LAJE | 29 | 1880 | 3 | 2.452.504,10 | 32.645.477,98 | 7,51 |
| BA | LAMARAO | 29 | 1910 | 8 | 2.271.249,98 | 12.278.306,72 | 18,50 |
| BA | LAURO DE FREITAS | 29 | 1920 | 7 | (34.293.117,57) | 286.175.054,26 | - |
| BA | LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA | 29 | 1950 | 4 | (2.348.272,46) | 46.594.392,70 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | MACAUBAS | 29 | 1980 | 1 | 5.827.164,43 | 55.440.561,38 | 10,51 |
| BA | MAIRI | 29 | 2010 | 6 | 5.872.576,76 | 25.913.830,66 | 22,66 |
| BA | MANSIDAO | 29 | 2045 | 2 | (341.134,70) | 17.347.069,51 | - |
| BA | MASCOTE | 29 | 2090 | 8 | 14.524.227,53 | 21.327.762,57 | 68,10 |
| BA | MATA DE SAO JOAO | 29 | 2100 | 5 | 3.616.304,89 | 94.463.424,18 | 3,83 |
| BA | MIRANGABA | 29 | 2140 | 1 | 2.551.577,55 | 27.090.090,78 | 9,42 |
| BA | MORRO DO CHAPEU | 29 | 2170 | 8 | 4.365.396,31 | 43.783.056,55 | 9,97 |
| BA | MORTUGABA | 29 | 2180 | 7 | (1.838.345,28) | 16.148.046,16 | - |
| BA | MUCURI | 29 | 2200 | 3 | 46.668.716,29 | 81.720.020,95 | 57,11 |
| BA | MUQUEM DE SAO FRANCISCO | 29 | 2225 | 0 | (454.448,89) | 22.733.195,61 | - |
| BA | NOVA SOURE | 29 | 2290 | 4 | (2.354.909,70) | 35.520.265,13 | - |
| BA | OLINDINA | 29 | 2310 | 0 | (3.389.771,48) | 31.481.875,58 | - |
| BA | PALMAS DE MONTE ALTO | 29 | 2340 | 7 | 5.820.561,10 | 29.371.176,86 | 19,82 |
| BA | PARAMIRIM | 29 | 2360 | 5 | 1.652.850,28 | 28.078.492,21 | 5,89 |
| BA | PE DE SERRA | 29 | 2405 | 8 | 1.314.011,16 | 19.488.062,25 | 6,74 |
| BA | PIATA | 29 | 2430 | 6 | 4.237.024,27 | 25.264.715,89 | 16,77 |
| BA | PINDAI | 29 | 2450 | 4 | 8.762.010,56 | 20.727.969,07 | 42,27 |
| BA | PINTADAS | 29 | 2465 | 2 | (1.864.716,57) | 14.875.123,53 | - |
| BA | PIRITIBA | 29 | 2480 | 1 | 429.597,94 | 24.999.005,94 | 1,72 |
| BA | PLANALTINO | 29 | 2490 | 0 | (2.532.948,05) | 12.768.373,08 | - |
| BA | PLANALTO | 29 | 2500 | 6 | (1.740.900,95) | 28.000.752,24 | - |
| BA | POCOES | 29 | 2510 | 5 | 20.855.230,75 | 46.272.865,98 | 45,07 |
| BA | RIACHAO DAS NEVES | 29 | 2620 | 2 | 1.802.593,81 | 34.884.503,03 | 5,17 |
| BA | RIACHO DE SANTANA | 29 | 2640 | 0 | 6.518.374,41 | 37.257.975,94 | 17,50 |
| BA | RIBEIRA DO AMPARO | 29 | 2650 | 9 | 630.949,11 | 21.360.290,89 | 2,95 |
| BA | SALVADOR | 29 | 2740 | 8 | 1.464.757.691,80 | 3.187.166.607,45 | 45,96 |
| BA | SANTA INES | 29 | 2790 | 3 | 1.743.334,30 | 13.375.060,41 | 13,03 |
| BA | SANTA RITA DE CASSIA | 29 | 2840 | 6 | 4.112.023,96 | 32.880.165,58 | 12,51 |
| BA | SANTANOPOLIS | 29 | 2830 | 7 | (23.644,11) | 12.165.658,09 | - |
| BA | SANTO AMARO | 29 | 2860 | 4 | 8.413.827,96 | 62.745.393,96 | 13,41 |
| BA | SANTO ESTEVAO | 29 | 2880 | 2 | (4.310.765,22) | 51.349.632,83 | - |
| BA | SAO DESIDERIO | 29 | 2890 | 1 | 476.985,91 | 76.348.244,83 | 0,62 |
| BA | SAO FRANCISCO DO CONDE | 29 | 2920 | 6 | 66.517.713,82 | 383.717.209,26 | 17,86 |
| BA | SAO JOSE DO JACUIPE | 29 | 2937 | 0 | 61.718,98 | 14.542.188,56 | 0,42 |
| BA | SAO MIGUEL DAS MATAS | 29 | 2940 | 4 | (920.344,77) | 15.762.453,29 | - |
| BA | SAUBARA | 29 | 2975 | 0 | (1.464.091,00) | 17.325.426,00 | - |
| BA | SAUDE | 29 | 2980 | 0 | 4.436.218,96 | 18.483.615,50 | 24,00 |
| BA | SENHOR DO BONFIM | 29 | 3010 | 5 | 15.303.632,61 | 83.028.675,28 | 18,43 |
| BA | SERRA DO RAMALHO | 29 | 3015 | 4 | (9.273.433,14) | 42.064.475,61 | - |
| BA | SERRINHA | 29 | 3050 | 1 | 26.086.693,12 | 83.257.692,67 | 31,33 |
| BA | TABOCAS DO BREJO VELHO | 29 | 3090 | 7 | 1.861.620,96 | 16.842.681,28 | 11,05 |
| BA | TANQUE NOVO | 29 | 3105 | 3 | 2.903.281,78 | 21.520.588,94 | 13,49 |
| BA | TANQUINHO | 29 | 3110 | 3 | (863.594,27) | 9.868.634,09 | - |
| BA | TEOLANDIA | 29 | 3160 | 8 | 19.738.864,44 | 19.985.227,17 | 98,77 |
| BA | TERRA NOVA | 29 | 3170 | 7 | 7.580.543,87 | 17.277.826,28 | 43,87 |
| BA | UIBAI | 29 | 3240 | 8 | (1.359.944,63) | 17.178.938,00 | - |
| BA | VALENCA | 29 | 3290 | 3 | (7.611.672,61) | 93.424.050,27 | - |
| BA | VARZEA DA ROCA | 29 | 3305 | 9 | 1.085.924,55 | 18.930.834,99 | 5,74 |
| BA | VARZEA DO POCO | 29 | 3310 | 9 | 2.905.772,39 | 11.284.195,36 | 25,75 |
| BA | VITORIA DA CONQUISTA | 29 | 3330 | 7 | 61.495.185,31 | 351.652.677,76 | 17,49 |
| BA | XIQUE-XIQUE | 29 | 3360 | 4 | (343.127,20) | 59.452.583,79 | - |
| CE | ACOPIARA | 23 | 30 | 9 | 20.608.105,68 | 55.512.331,37 | 37,12 |
| CE | BARBALHA | 23 | 190 | 1 | (4.591.672,30) | 102.107.172,26 | - |
| CE | CAUCAIA | 23 | 370 | 9 | (32.319.248,93) | 355.884.610,94 | - |
| CE | CRATEUS | 23 | 410 | 3 | 9.558.638,91 | 77.342.184,15 | 12,36 |
| CE | CRATO | 23 | 420 | 2 | 16.115.997,29 | 131.009.609,90 | 12,30 |
| CE | FORTALEZA | 23 | 440 | 0 | (42.445.229,85) | 3.325.029.409,02 | - |
| CE | HORIZONTE | 23 | 523 | 3 | (3.135.649,60) | 91.438.723,51 | - |
| CE | ITAITINGA | 23 | 625 | 6 | (1.113.862,90) | 43.256.108,61 | - |
| CE | ITAREMA | 23 | 655 | 3 | (13.776.860,38) | 53.163.821,21 | - |
| CE | JAGUARUANA | 23 | 700 | 7 | 1.387.791,14 | 37.280.188,20 | 3,72 |
| CE | JUAZEIRO DO NORTE | 23 | 730 | 4 | 12.093.100,09 | 255.307.448,95 | 4,74 |
| CE | MARACANAU | 23 | 765 | 0 | (9.165.449,31) | 352.165.679,76 | - |
| CE | MASSAPE | 23 | 800 | 5 | 14.096.111,64 | 36.747.779,27 | 38,36 |
| CE | MILAGRES | 23 | 830 | 2 | (3.825.101,44) | 31.493.784,44 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | PIQUET CARNEIRO | 23 | 1090 | 2 | 1.290.239,91 | 17.265.674,61 | 7,47 |
| CE | SOBRAL | 23 | 1290 | 8 | (50.360.181,38) | 312.254.167,97 | - |
| ES | ALEGRE | 32 | 20 | 1 | (586.668,02) | 53.309.161,43 | - |
| ES | ARACRUZ | 32 | 60 | 7 | (20.754.513,00) | 280.797.583,43 | - |
| ES | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 32 | 120 | 9 | (69.591.052,00) | 248.633.483,00 | - |
| ES | CARIACICA | 32 | 130 | 8 | (20.485.052,54) | 364.154.853,64 | - |
| ES | GUARAPARI | 32 | 240 | 5 | (4.746.692,28) | 167.638.602,63 | - |
| ES | LINHARES | 32 | 320 | 5 | (28.425.126,53) | 356.404.000,35 | - |
| ES | MIMOSO DO SUL | 32 | 340 | 3 | 8.501.177,22 | 42.096.266,92 | 20,19 |
| ES | NOVA VENECIA | 32 | 390 | 8 | (8.258.212,15) | 76.763.442,92 | - |
| ES | SAO MATEUS | 32 | 490 | 6 | 6.157.243,26 | 187.514.711,71 | 3,28 |
| ES | SERRA | 32 | 500 | 2 | 216.666.131,19 | 759.098.776,02 | 28,54 |
| ES | VILA VELHA | 32 | 520 | 0 | 31.228.336,74 | 559.506.063,29 | 5,58 |
| ES | VITORIA | 32 | 530 | 9 | (26.300.748,40) | 1.175.181.949,40 | - |
| GO | ALEXANIA | 52 | 30 | 8 | 2.863.147,24 | 36.643.502,46 | 7,81 |
| GO | ANAPOLIS | 52 | 110 | 8 | 23.569.074,60 | 486.845.295,44 | 4,84 |
| GO | ARACU | 52 | 160 | 3 | (618.567,98) | 7.254.105,46 | - |
| GO | CACHOEIRA ALTA | 52 | 410 | 2 | (1.393.807,17) | 18.118.494,15 | - |
| GO | CAIAPONIA | 52 | 440 | 9 | (3.184.042,00) | 24.303.762,00 | - |
| GO | CERES | 52 | 540 | 6 | (5.044.982,28) | 35.156.092,44 | - |
| GO | CEZARINA | 52 | 545 | 5 | 14.044.332,44 | 17.059.255,75 | 82,33 |
| GO | GOIANIA | 52 | 870 | 7 | 195.024.225,86 | 2.316.108.785,43 | 8,42 |
| GO | GOUVELANDIA | 52 | 915 | 0 | 181.755,00 | 12.216.266,02 | 1,49 |
| GO | IPORA | 52 | 1020 | 8 | (4.156.244,45) | 33.804.033,60 | - |
| GO | JARAGUA | 52 | 1180 | 0 | 2.774.336,70 | 48.532.377,04 | 5,72 |
| GO | JATAI | 52 | 1190 | 9 | 5.546.814,17 | 186.168.304,27 | 2,98 |
| GO | JESUPOLIS | 52 | 1205 | 5 | 308.515,21 | 7.370.358,66 | 4,19 |
| GO | NOVA AMERICA | 52 | 1470 | 5 | (501.125,60) | 6.173.694,21 | - |
| GO | NOVA ROMA | 52 | 1490 | 3 | (747.094,00) | 7.132.907,00 | - |
| GO | PALESTINA DE GOIAS | 52 | 1565 | 2 | 2.775.335,13 | 8.088.930,85 | 34,31 |
| GO | PALMEIRAS DE GOIAS | 52 | 1570 | 2 | (7.635.617,72) | 34.471.712,04 | - |
| GO | RIALMA | 52 | 1860 | 7 | 2.481.714,80 | 13.805.960,33 | 17,98 |
| GO | RIANAPOLIS | 52 | 1870 | 6 | 524.719,66 | 8.985.061,82 | 5,85 |
| GO | SANTA HELENA DE GOIAS | 52 | 1930 | 8 | (11.518.693,25) | 40.558.007,87 | - |
| GO | SANTA ISABEL | 52 | 1935 | 7 | (5.047.743,46) | 14.097.412,93 | - |
| GO | TRINDADE | 52 | 2140 | 3 | 14.818.936,80 | 85.865.693,39 | 17,26 |
| GO | TURVELANDIA | 52 | 2155 | 1 | (433.068,91) | 17.903.465,91 | - |
| MA | ACAILANDIA | 21 | 5 | 5 | (10.316.064,72) | 138.021.527,45 | - |
| MA | BURITICUPU | 21 | 232 | 5 | - | 71.034.957,87 | - |
| MA | IMPERATRIZ | 21 | 530 | 2 | 67.932.943,61 | 318.845.961,16 | 21,31 |
| MA | PINHEIRO | 21 | 860 | 3 | - | 83.106.852,71 | - |
| MA | SAO JOSE DE RIBAMAR | 21 | 1120 | 1 | (19.597.176,58) | 148.916.581,79 | - |
| MA | SAO LUIS | 21 | 1130 | 0 | (254.670.107,14) | 1.576.991.144,79 | - |
| MG | ALFENAS | 31 | 160 | 7 | 26.130.920,16 | 121.705.515,31 | 21,47 |
| MG | ALTO JEQUITIBA | 31 | 5350 | 9 | 136.258,82 | 9.846.935,14 | 1,38 |
| MG | ARAXA | 31 | 400 | 7 | 45.983.332,33 | 166.523.921,52 | 27,61 |
| MG | BELO HORIZONTE | 31 | 620 | 0 | 1.275.204.575,66 | 5.198.568.985,04 | 24,53 |
| MG | BETIM | 31 | 670 | 5 | 274.014.883,49 | 1.022.356.079,59 | 26,80 |
| MG | CABO VERDE | 31 | 950 | 1 | (835.992,33) | 15.664.894,80 | - |
| MG | CAMPESTRE | 31 | 1100 | 2 | 1.422.116,40 | 23.138.647,61 | 6,15 |
| MG | CAMPO BELO | 31 | 1120 | 0 | (13.669.352,24) | 83.140.301,89 | - |
| MG | CAMPO DO MEIO | 31 | 1130 | 9 | (2.586.873,72) | 16.697.685,89 | - |
| MG | CAMPOS GERAIS | 31 | 1160 | 6 | (2.752.377,29) | 28.359.984,22 | - |
| MG | CAPELINHA | 31 | 1230 | 7 | 3.464.936,24 | 34.669.765,03 | 9,99 |
| MG | CAPIM BRANCO | 31 | 1250 | 5 | 696.758,67 | 10.514.184,83 | 6,63 |
| MG | CARATINGA | 31 | 1340 | 4 | (3.538.583,63) | 99.732.376,86 | - |
| MG | CARMO DA CACHOEIRA | 31 | 1390 | 9 | (225.697,46) | 16.548.768,41 | - |
| MG | CAXAMBU | 31 | 1550 | 8 | (2.061.515,75) | 27.571.698,39 | - |
| MG | CLAUDIO | 31 | 1660 | 5 | (1.671.748,74) | 32.764.939,02 | - |
| MG | CONTAGEM | 31 | 1860 | 1 | 277.332.715,93 | 885.582.159,85 | 31,32 |
| MG | COQUEIRAL | 31 | 1870 | 0 | 508.390,45 | 11.537.085,35 | 4,41 |
| MG | CURVELO | 31 | 2090 | 4 | (6.743.437,35) | 75.046.704,66 | - |
| MG | DELFINOPOLIS | 31 | 2120 | 9 | 2.025.473,81 | 17.913.494,44 | 11,31 |
| MG | DIVINOPOLIS | 31 | 2230 | 6 | 39.795.865,98 | 321.992.437,94 | 12,36 |
| MG | ESMERALDAS | 31 | 2410 | 4 | (6.166.020,60) | 60.675.055,29 | - |
| MG | FORMIGA | 31 | 2610 | 9 | (36.470.944,20) | 79.419.731,16 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | FORTALEZA DE MINAS | 31 | 2630 | 7 | (1.562.191,17) | 14.668.950,49 | - |
| MG | GOVERNADOR VALADARES | 31 | 2770 | 1 | 54.180.116,03 | 382.956.801,92 | 14,15 |
| MG | GUAPE | 31 | 2810 | 5 | (851.192,02) | 21.544.692,01 | - |
| MG | GUAXUPE | 31 | 2870 | 9 | (4.863.239,93) | 56.420.031,22 | - |
| MG | IBIRITE | 31 | 2980 | 6 | (27.777.797,75) | 182.782.756,39 | - |
| MG | INHAPIM | 31 | 3090 | 3 | 4.175.300,76 | 23.969.502,66 | 17,42 |
| MG | IPATINGA | 31 | 3130 | 7 | 56.728.908,35 | 481.123.699,11 | 11,79 |
| MG | ITAJUBA | 31 | 3240 | 4 | (3.739.676,07) | 105.027.511,67 | - |
| MG | ITAUNA | 31 | 3380 | 8 | 14.055.692,32 | 138.585.044,22 | 10,14 |
| MG | JOAO MONLEVADE | 31 | 3620 | 7 | (220.269,00) | 127.182.128,00 | - |
| MG | JORDANIA | 31 | 3650 | 4 | (220.624,04) | 11.252.254,49 | - |
| MG | JUIZ DE FORA | 31 | 3670 | 2 | (41.481.299,91) | 813.279.667,54 | - |
| MG | LAGOA SANTA | 31 | 3760 | 1 | (6.909.197,79) | 98.641.513,65 | - |
| MG | LAVRAS | 31 | 3820 | 3 | 15.873.940,02 | 136.124.524,24 | 11,66 |
| MG | LUMINARIAS | 31 | 3870 | 8 | (955.669,10) | 8.496.749,38 | - |
| MG | MACHADO | 31 | 3900 | 3 | (4.680.494,02) | 44.380.543,47 | - |
| MG | MAMONAS | 31 | 3925 | 0 | (141.728,59) | 9.287.221,21 | - |
| MG | MOEMA | 31 | 4240 | 3 | (617.174,72) | 9.856.401,42 | - |
| MG | MONTALVANIA | 31 | 4270 | 0 | (3.565.376,70) | 15.910.535,35 | - |
| MG | MONTES CLAROS | 31 | 4330 | 2 | 694.999.869,87 | 425.030.463,41 | 163,52 |
| MG | MURIAE | 31 | 4390 | 6 | (9.766.451,60) | 125.945.586,40 | - |
| MG | NOVA ERA | 31 | 4470 | 6 | (6.183.291,76) | 28.811.857,67 | - |
| MG | NOVA SERRANA | 31 | 4520 | 8 | (628.479,15) | 83.859.562,41 | - |
| MG | OURO PRETO | 31 | 4610 | 7 | (40.710.792,38) | 184.434.499,30 | - |
| MG | PARA DE MINAS | 31 | 4710 | 5 | (12.678.892,28) | 101.695.260,91 | - |
| MG | PARACATU | 31 | 4700 | 6 | (979.427,92) | 122.470.150,58 | - |
| MG | PATOS DE MINAS | 31 | 4800 | 4 | 6.159.226,29 | 183.004.107,50 | 3,37 |
| MG | PONTE NOVA | 31 | 5210 | 5 | 5.305.449,60 | 98.918.278,73 | 5,36 |
| MG | POUSO ALEGRE | 31 | 5250 | 1 | (15.386.637,01) | 200.061.098,49 | - |
| MG | PRATINHA | 31 | 5300 | 4 | (335.146,14) | 8.261.378,84 | - |
| MG | RAUL SOARES | 31 | 5400 | 2 | 2.719.276,75 | 28.022.897,22 | 9,70 |
| MG | RESPLENDOR | 31 | 5430 | 9 | 3.092.020,74 | 24.964.815,48 | 12,39 |
| MG | RIBEIRAO DAS NEVES | 31 | 5460 | 6 | 13.989.216,48 | 211.240.199,62 | 6,62 |
| MG | SANTA RITA DO SAPUCAI | 31 | 5960 | 5 | (3.656.773,93) | 47.485.217,18 | - |
| MG | SANTO ANTONIO DO MONTE | 31 | 6040 | 5 | (4.700.151,94) | 32.065.287,56 | - |
| MG | SAO BENTO ABADE | 31 | 6080 | 1 | (1.567.864,35) | 8.583.404,24 | - |
| MG | SAO JOAO DEL REI | 31 | 6250 | 0 | 6.660.179,79 | 106.582.560,22 | 6,25 |
| MG | SAO SEBASTIAO DO OESTE | 31 | 6460 | 5 | (1.739.448,85) | 13.499.217,35 | - |
| MG | SERRA AZUL DE MINAS | 31 | 6650 | 1 | 1.522.645,53 | 8.346.062,61 | 18,24 |
| MG | SETE LAGOAS | 31 | 6720 | 2 | 15.016.648,63 | 336.281.527,64 | 4,47 |
| MG | TEOFILO OTONI | 31 | 6860 | 6 | 8.248.860,67 | 162.922.935,31 | 5,06 |
| MG | TIMOTEO | 31 | 6870 | 5 | 108.564.300,44 | 137.363.502,01 | 79,03 |
| MG | TIROS | 31 | 6890 | 3 | (422.675,99) | 11.534.733,16 | - |
| MG | TRES CORACOES | 31 | 6930 | 7 | 3.439.004,32 | 90.160.214,31 | 3,81 |
| MG | TURMALINA | 31 | 6970 | 3 | 953.456,49 | 21.790.963,05 | 4,38 |
| MG | UBA | 31 | 6990 | 1 | (50.497.495,22) | 102.105.287,59 | - |
| MG | UBERABA | 31 | 7010 | 7 | 70.215.681,32 | 503.065.594,97 | 13,96 |
| MG | UBERLANDIA | 31 | 7020 | 6 | (46.840.017,00) | 1.061.930.753,00 | - |
| MG | UNAI | 31 | 7040 | 4 | (950.108,56) | 113.323.171,68 | - |
| MG | VARGINHA | 31 | 7070 | 1 | 20.778.429,11 | 194.261.536,93 | 10,70 |
| MG | VESPASIANO | 31 | 7120 | 4 | (1.932.170,61) | 120.459.251,52 | - |
| MG | VICOSA | 31 | 7130 | 3 | (38.528.707,40) | 97.104.002,16 | - |
| MS | ARAL MOREIRA | 50 | 124 | 3 | (1.786.209,65) | 21.253.503,56 | - |
| MS | BATAGUASSU | 50 | 190 | 4 | 2.127.978,11 | 39.145.496,01 | 5,44 |
| MS | CAMPO GRANDE | 50 | 270 | 4 | (176.990.432,33) | 1.656.912.261,34 | - |
| MS | IGUATEMI | 50 | 430 | 4 | (1.581.534,57) | 26.991.386,52 | - |
| MS | NAVIRAI | 50 | 570 | 7 | (7.077.788,91) | 88.580.205,89 | - |
| MS | TRES LAGOAS | 50 | 830 | 5 | (18.846.704,42) | 224.489.404,19 | - |
| MT | AGUA BOA | 51 | 20 | 1 | (7.411.083,40) | 41.538.496,47 | - |
| MT | ALTO ARAGUAIA | 51 | 30 | 0 | (10.633.478,84) | 45.247.376,56 | - |
| MT | ARIPUANA | 51 | 140 | 7 | 494.842,89 | 30.954.266,38 | 1,60 |
| MT | BARRA DO GARCAS | 51 | 180 | 3 | (56.625.531,85) | 87.641.638,11 | - |
| MT | CAMPO VERDE | 51 | 267 | 8 | (13.390.201,04) | 55.692.617,36 | - |
| MT | CANABRAVA DO NORTE | 51 | 269 | 4 | (532.033,87) | 10.276.152,17 | - |
| MT | CARLINDA | 51 | 279 | 3 | (8.024.109,22) | 15.619.265,49 | - |
| MT | CASTANHEIRA | 51 | 285 | 0 | (4.491.925,27) | 11.832.490,06 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MT | CLAUDIA | 51 | 305 | 6 | (1.413.645,52) | 17.646.486,84 | - |
| MT | COLIDER | 51 | 320 | 5 | (13.548.534,81) | 40.093.413,56 | - |
| MT | CUIABA | 51 | 340 | 3 | 399.104.641,69 | 901.489.796,24 | 44,27 |
| MT | DENISE | 51 | 345 | 2 | (1.164.404,29) | 11.323.213,54 | - |
| MT | FELIZ NATAL | 51 | 370 | 0 | (3.030.986,33) | 20.245.931,73 | - |
| MT | FIGUEIROPOLIS D'OESTE | 51 | 380 | 9 | (1.271.985,98) | 7.892.302,41 | - |
| MT | GUARANTA DO NORTE | 51 | 410 | 4 | (6.029.305,30) | 38.357.717,43 | - |
| MT | IPIRANGA DO NORTE | 51 | 452 | 6 | (4.529.046,62) | 15.834.170,72 | - |
| MT | ITANHANGA | 51 | 454 | 2 | (410.979,91) | 10.143.447,26 | - |
| MT | ITAUBA | 51 | 455 | 9 | (220.390,65) | 11.280.672,15 | - |
| MT | JUINA | 51 | 515 | 0 | 4.638.383,99 | 56.116.373,98 | 8,27 |
| MT | LAMBARI D'OESTE | 51 | 523 | 4 | (3.270.004,02) | 10.762.003,17 | - |
| MT | LUCAS DO RIO VERDE | 51 | 525 | 9 | (43.894.356,18) | 92.403.791,34 | - |
| MT | MATUPA | 51 | 560 | 8 | (6.965.751,75) | 22.930.262,42 | - |
| MT | MIRASSOL D'OESTE | 51 | 562 | 2 | (5.537.611,39) | 28.014.681,27 | - |
| MT | NOVA BANDEIRANTES | 51 | 615 | 8 | (1.831.228,51) | 18.399.977,83 | - |
| MT | NOVA BRASILANDIA | 51 | 620 | 8 | (2.676.654,65) | 9.921.413,37 | - |
| MT | NOVA CANAA DO NORTE | 51 | 621 | 6 | (6.758.462,35) | 20.549.949,71 | - |
| MT | NOVA GUARITA | 51 | 880 | 8 | (1.608.916,73) | 8.821.102,92 | - |
| MT | NOVA MONTE VERDE | 51 | 895 | 6 | (3.003.247,62) | 13.204.295,26 | - |
| MT | NOVA MUTUM | 51 | 622 | 4 | (18.376.344,63) | 68.329.393,57 | - |
| MT | NOVA SANTA HELENA | 51 | 619 | 0 | (1.173.113,49) | 8.531.802,81 | - |
| MT | NOVA UBIRATA | 51 | 624 | 0 | (2.999.941,69) | 20.832.826,48 | - |
| MT | PARANAITA | 51 | 629 | 9 | (6.254.409,62) | 17.201.621,99 | - |
| MT | PEDRA PRETA | 51 | 637 | 2 | 4.392.163,54 | 23.915.657,05 | 18,37 |
| MT | PORTO ALEGRE DO NORTE | 51 | 677 | 8 | (1.437.446,55) | 12.843.481,91 | - |
| MT | PRIMAVERA DO LESTE | 51 | 704 | 0 | (39.523.715,73) | 96.951.399,97 | - |
| MT | QUERENCIA | 51 | 706 | 5 | (4.266.632,84) | 27.972.382,45 | - |
| MT | RESERVA DO CABACAL | 51 | 715 | 6 | (2.472.179,29) | 6.893.058,60 | - |
| MT | RONDONOPOLIS | 51 | 760 | 2 | 19.761.270,50 | 329.065.857,17 | 6,01 |
| MT | SANTA CARMEM | 51 | 724 | 8 | (1.529.583,24) | 10.632.626,26 | - |
| MT | SANTA RITA DO TRIVELATO | 51 | 776 | 8 | - | 13.175.896,92 | - |
| MT | SAO JOSE DO POVO | 51 | 729 | 7 | (2.498.144,01) | 7.441.250,78 | - |
| MT | SAO JOSE DO RIO CLARO | 51 | 730 | 5 | (8.640.550,29) | 23.949.547,62 | - |
| MT | SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS | 51 | 710 | 7 | (13.048.770,18) | 23.483.650,32 | - |
| MT | SINOP | 51 | 790 | 9 | (9.942.179,35) | 168.049.965,32 | - |
| MT | SORRISO | 51 | 792 | 5 | (40.616.463,17) | 116.141.089,65 | - |
| MT | TAPURAH | 51 | 800 | 6 | (6.501.354,93) | 21.771.779,36 | - |
| MT | UNIAO DO SUL | 51 | 830 | 3 | (282.666,89) | 8.917.831,57 | - |
| MT | VERA | 51 | 850 | 1 | (6.868.672,12) | 16.732.734,62 | - |
| MT | VILA RICA | 51 | 860 | 0 | (13.932.834,27) | 28.115.775,83 | - |
| PA | BELEM | 15 | 140 | 2 | (102.847.147,00) | 1.699.127.506,00 | - |
| PA | PARAGOMINAS | 15 | 550 | 2 | (75.514.339,70) | 142.250.242,28 | - |
| PB | AGUA BRANCA | 25 | 10 | 6 | - | 10.260.585,25 | - |
| PB | BOA VENTURA | 25 | 210 | 2 | - | 5.991.178,04 | - |
| PB | CACIMBAS | 25 | 355 | 5 | - | 10.884.609,76 | - |
| PB | CAJAZEIRAS | 25 | 370 | 4 | - | 39.045.809,20 | - |
| PB | CAJAZEIRINHAS | 25 | 375 | 3 | - | 7.213.395,15 | - |
| PB | CAMPINA GRANDE | 25 | 400 | 9 | 175.655.195,73 | 447.217.032,42 | 39,28 |
| PB | CONCEICAO | 25 | 440 | 5 | 25.813.439,49 | 20.131.249,33 | 128,23 |
| PB | CONDADO | 25 | 450 | 4 | - | 8.774.982,60 | - |
| PB | GUARABIRA | 25 | 630 | 1 | 13.134.289,82 | 55.810.162,47 | 23,53 |
| PB | IBIARA | 25 | 660 | 8 | - | 7.078.660,06 | - |
| PB | IGARACY | 25 | 260 | 7 | - | 9.538.158,94 | - |
| PB | ITAPORANGA | 25 | 700 | 2 | - | 16.359.271,65 | - |
| PB | MANAIRA | 25 | 900 | 8 | - | 11.478.957,49 | - |
| PB | POMBAL | 25 | 1210 | 1 | 8.007.291,62 | 31.651.721,05 | 25,30 |
| PB | SAO JOSE DE PRINCESA | 25 | 1455 | 2 | - | 6.620.926,58 | - |
| PE | ABREU E LIMA | 26 | 5 | 4 | 15.390.372,29 | 80.715.805,16 | 19,07 |
| PE | AFOGADOS DA INGAZEIRA | 26 | 10 | 4 | (676.740,69) | 39.478.305, 4 | - |
| PE | AFRANIO | 26 | 20 | 3 | 1.134.987,17 | 28.077.671,62 | 4,04 |
| PE | AGRESTINA | 26 | 30 | 2 | 4.935.807,51 | 27.784.055,07 | 17,76 |
| PE | AGUA PRETA | 26 | 40 | 1 | 2.549.115,37 | 38.240.050,12 | 6,67 |
| PE | AGUAS BELAS | 26 | 50 | 0 | 8.353.599,51 | 43.411.232,64 | 19,24 |
| PE | ALAGOINHA | 26 | 60 | 9 | (459.850,31) | 18.746.182,38 | - |

Relação Divida Consolidada Liquida/Receita Corrente Liquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PE | ALIANCA | 26 | 70 | 8 | 16.051.788,29 | 42.664.011,59 | 37,62 |
| PE | ALTINHO | 26 | 80 | 7 | 7.738.678,97 | 21.552.344,35 | 35,91 |
| PE | AMARAJI | 26 | 90 | 6 | 3.119.877,47 | 25.193.207,49 | 12,38 |
| PE | ANGELIM | 26 | 100 | 3 | (582.258,56) | 14.764.507,66 | - |
| PE | ARARIPINA | 26 | 110 | 2 | (15.695.167,59) | 76.471.765,45 | - |
| PE | ARCOVERDE | 26 | 120 | 1 | 1.948.787,61 | 67.016.694,37 | 2,91 |
| PE | BARRA DE GUABIRABA | 26 | 130 | 0 | - | 16.721.392,18 | - |
| PE | BARREIROS | 26 | 140 | 9 | 10.338.743,59 | 44.769.587,87 | 23,09 |
| PE | BELEM DE SAO FRANCISCO | 26 | 160 | 7 | 4.961.741,87 | 26.888.699,00 | 18,45 |
| PE | BELO JARDIM | 26 | 170 | 6 | (1.382.497,84) | 84.374.337,73 | - |
| PE | BEZERROS | 26 | 190 | 4 | 2.906.723,25 | 53.110.595,11 | 5,47 |
| PE | BOM CONSELHO | 26 | 210 | 0 | (1.681.247,71) | 46.306.720,07 | - |
| PE | BONITO | 26 | 230 | 8 | 12.058.355,12 | 43.665.734,87 | 27,62 |
| PE | BUENOS AIRES | 26 | 270 | 4 | (3.020.273,10) | 15.589.956,56 | - |
| PE | BUIQUE | 26 | 280 | 3 | (6.125.606,72) | 55.683.817,50 | - |
| PE | CABO DE SANTO AGOSTINHO | 26 | 290 | 2 | (87.956.658,66) | 387.943.990,83 | - |
| PE | CABROBO | 26 | 300 | 9 | 9.207.411,72 | 36.818.884,00 | 25,01 |
| PE | CACHOEIRINHA | 26 | 310 | 8 | 4.910.826,47 | 21.168.537,65 | 23,20 |
| PE | CALUMBI | 26 | 340 | 5 | (679.536,94) | 11.601.334,01 | - |
| PE | CAMARAGIBE | 26 | 345 | 4 | 9.279.235,73 | 156.569.921,57 | 5,93 |
| PE | CAMOCIM DE SAO FELIX | 26 | 350 | 4 | 2.068.193,50 | 20.785.325,54 | 9,95 |
| PE | CAMUTANGA | 26 | 360 | 3 | 2.154.147,95 | 17.413.559,55 | 12,37 |
| PE | CANHOTINHO | 26 | 370 | 2 | 3.834.962,72 | 27.928.747,33 | 13,73 |
| PE | CAPOEIRAS | 26 | 380 | 1 | 2.747.904,59 | 25.525.104,04 | 10,77 |
| PE | CARNAUBEIRA DA PENHA | 26 | 392 | 6 | (1.660.822,91) | 16.869.705,56 | - |
| PE | CARPINA | 26 | 400 | 7 | 7.819.913,82 | 62.861.987,47 | 12,44 |
| PE | CARUARU | 26 | 410 | 6 | 2.767.441,70 | 334.630.881,13 | 0,83 |
| PE | CATENDE | 26 | 420 | 5 | 15.322.670,56 | 39.343.150,81 | 38,95 |
| PE | CEDRO | 26 | 430 | 4 | (1.447.403,61) | 16.533.248,99 | - |
| PE | CHA DE ALEGRIA | 26 | 440 | 3 | (1.344.271,51) | 17.034.526,51 | - |
| PE | CHA GRANDE | 26 | 450 | 2 | 3.307.470,14 | 31.038.642,46 | 10,66 |
| PE | CONDADO | 26 | 460 | 1 | 19.866.817,26 | 27.721.029,11 | 71,67 |
| PE | CORRENTES | 26 | 470 | 0 | (2.509.067,97) | 21.660.598,49 | - |
| PE | CORTES | 26 | 480 | 9 | - | 25.697.278,75 | - |
| PE | CUSTODIA | 26 | 510 | 3 | 2.704.485,00 | 47.893.580,00 | 5,65 |
| PE | DORMENTES | 26 | 515 | 2 | 6.022.409,95 | 22.948.043,00 | 26,24 |
| PE | EXU | 26 | 530 | 1 | (2.482.785,87) | 37.317.978,03 | - |
| PE | FEIRA NOVA | 26 | 540 | 0 | 398.009,75 | 23.823.188,51 | 1,67 |
| PE | FLORESTA | 26 | 570 | 7 | 9.576.647,57 | 50.319.505,01 | 19,03 |
| PE | FREI MIGUELINHO | 26 | 580 | 6 | 3.776.867,43 | 17.559.205,14 | 21,51 |
| PE | GAMELEIRA | 26 | 590 | 5 | - | 28.616.669,44 | - |
| PE | GARANHUNS | 26 | 600 | 2 | (1.672.876,47) | 121.837.258,52 | - |
| PE | GOIANA | 26 | 620 | 0 | 11.966.143,77 | 91.973.483,00 | 13,01 |
| PE | GRAVATA | 26 | 640 | 8 | 19.260.042,29 | 83.354.298,12 | 23,11 |
| PE | IATI | 26 | 650 | 7 | (1.972.654,95) | 28.807.048,74 | - |
| PE | IBIMIRIM | 26 | 660 | 6 | 3.402.013,03 | 31.250.020,05 | 10,89 |
| PE | IBIRAJUBA | 26 | 670 | 5 | 5.038.375,84 | 12.779.833,63 | 39,42 |
| PE | IGARASSU | 26 | 680 | 4 | (22.690.393,70) | 101.125.548,78 | - |
| PE | INAJA | 26 | 700 | 0 | (1.980.006,58) | 21.076.528,70 | - |
| PE | IPOJUCA | 26 | 720 | 8 | (113.222.845,83) | 351.404.279,60 | - |
| PE | IPUBI | 26 | 730 | 7 | (1.579.517,39) | 38.376.370,10 | - |
| PE | ITAIBA | 26 | 750 | 5 | 2.296.703,00 | 34.634.264,31 | 6,63 |
| PE | ITAMBE | 26 | 765 | 3 | 4.743.453,79 | 38.399.280,31 | 12,35 |
| PE | ITAQUITINGA | 26 | 780 | 2 | 3.732.054,66 | 32.358.252,52 | 11,53 |
| PE | JABOATAO DOS GUARARAPES | 26 | 790 | 1 | 25.589.940,28 | 583.384.479,11 | 4,39 |
| PE | JAQUEIRA | 26 | 795 | 0 | 5.275.652,83 | 14.674.417,00 | 35,95 |
| PE | JATAUBA | 26 | 800 | 8 | (642.861,34) | 22.700.662,50 | - |
| PE | JOAO ALFREDO | 26 | 810 | 7 | 5.735.481,51 | 32.536.911,01 | 17,63 |
| PE | JOAQUIM NABUCO | 26 | 820 | 6 | 855.377,52 | 24.698.923,75 | 3,46 |
| PE | JUCATI | 26 | 825 | 5 | 126.196,50 | 16.872.280,86 | 0,75 |
| PE | JUPI | 26 | 830 | 5 | (1.824.200,96) | 20.094.664,43 | - |
| PE | JUREMA | 26 | 840 | 4 | 6.155.161,09 | 18.079.694,07 | 34,04 |
| PE | LAGOA DO CARRO | 26 | 845 | 3 | 5.271.924,97 | 19.041.027,28 | 27,69 |
| PE | LAGOA DO ITAENGA | 26 | 850 | 3 | 3.006.517,72 | 29.955.388,50 | 10,04 |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PE | LAGOA DO OURO | 26 | 860 | 2 | (4.776.341,42) | 19.710.019,49 | - |
| PE | LAGOA DOS GATOS | 26 | 870 | 1 | 724.647,43 | 19.894.900,50 | 3,64 |
| PE | LAGOA GRANDE | 26 | 875 | 0 | 1.740.160,44 | 27.353.482,30 | 6,36 |
| PE | LAJEDO | 26 | 880 | 0 | (1.270.222,34) | 45.250.571,43 | - |
| PE | LIMOEIRO | 26 | 890 | 9 | 3.562.446,42 | 53.932.774,16 | 6,61 |
| PE | MANARI | 26 | 915 | 4 | (309.180,24) | 24.419.596,58 | - |
| PE | MARAIAL | 26 | 920 | 4 | (2.119.480,99) | 17.588.426,85 | - |
| PE | MIRANDIBA | 26 | 930 | 3 | (3.124.687,15) | 16.775.092,71 | - |
| PE | NAZARE DA MATA | 26 | 950 | 1 | 10.641.495,58 | 30.268.028,32 | 35,16 |
| PE | OROCO | 26 | 980 | 8 | 4.363.605,74 | 19.257.231,00 | 22,76 |
| PE | OURICURI | 26 | 990 | 7 | 23.328.145,61 | 68.035.829,00 | 34,29 |
| PE | PALMARES | 26 | 1000 | 4 | 5.356.286,73 | 82.202.217,16 | 6,52 |
| PE | PARANATAMA | 26 | 1030 | 1 | 404.667,34 | 18.284.228,21 | 2,21 |
| PE | PARNAMIRIM | 26 | 1040 | 0 | 4.403.027,81 | 25.677.838,00 | 17,15 |
| PE | PAUDALHO | 26 | 1060 | 8 | 27.892.023,90 | 50.954.711,72 | 54,74 |
| PE | PAULISTA | 26 | 1070 | 7 | 49.994.046,21 | 231.976.196,18 | 21,55 |
| PE | PETROLANDIA | 26 | 1100 | 2 | (9.789.157,85) | 66.851.872,84 | - |
| PE | PETROLINA | 26 | 1110 | 1 | 20.526.008,50 | 335.082.109,96 | 6,13 |
| PE | POMBOS | 26 | 1130 | 9 | (6.335.050,60) | 30.524.858,65 | - |
| PE | RECIFE | 26 | 1160 | 6 | 232.846.058,42 | 2.517.090.797,14 | 9,25 |
| PE | RIACHO DAS ALMAS | 26 | 1170 | 5 | 2.112.311,31 | 26.254.005,70 | 8,05 |
| PE | RIBEIRAO | 26 | 1180 | 4 | 10.153.597,71 | 48.599.625,98 | 20,89 |
| PE | RIO FORMOSO | 26 | 1190 | 3 | 5.201.032,89 | 35.912.083,76 | 14,48 |
| PE | SALGADINHO | 26 | 1210 | 9 | 154.759,66 | 11.643.164,06 | 1,33 |
| PE | SALGUEIRO | 26 | 1220 | 8 | (9.727.889,07) | 67.153.965,85 | - |
| PE | SALOA | 26 | 1230 | 7 | (2.167.719,93) | 21.472.801,98 | - |
| PE | SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE | 26 | 1247 | 1 | (983.497,95) | 15.077.655,18 | - |
| PE | SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE | 26 | 1250 | 5 | 9.021.004,70 | 74.066.559,17 | 12,18 |
| PE | SANTA FILOMENA | 26 | 1255 | 4 | 2.984.868,38 | 19.933.651,00 | 14,97 |
| PE | SANTA MARIA DA BOA VISTA | 26 | 1260 | 4 | 10.890.890,75 | 49.762.022,00 | 21,89 |
| PE | SANTA TEREZINHA | 26 | 1280 | 2 | (128.214,69) | 14.171.463,00 | - |
| PE | SAO BENEDITO DO SUL | 26 | 1290 | 1 | 5.082.000,18 | 16.522.629,78 | 30,76 |
| PE | SAO BENTO DO UNA | 26 | 1300 | 8 | 3.686.320,44 | 51.078.326,63 | 7,22 |
| PE | SAO CAITANO | 26 | 1310 | 7 | - | 35.243.486,62 | - |
| PE | SAO JOAQUIM DO MONTE | 26 | 1330 | 5 | 7.221.916,67 | 27.410.739,33 | 26,35 |
| PE | SAO JOSE DO BELMONTE | 26 | 1350 | 3 | (2.328.304,26) | 34.666.012,31 | - |
| PE | SAO JOSE DO EGITO | 26 | 1360 | 2 | 840.118,42 | 35.553.798,06 | 2,36 |
| PE | SAO LOURENCO DA MATA | 26 | 1370 | 1 | (420.546,50) | 90.710.418,21 | - |
| PE | SERRA TALHADA | 26 | 1390 | 9 | 13.052.791,65 | 84.134.663,84 | 15,51 |
| PE | SIRINHAEM | 26 | 1420 | 4 | 10.469.992,05 | 46.023.705,92 | 22,75 |
| PE | SOLIDAO | 26 | 1440 | 2 | 1.154.403,18 | 11.422.257,90 | 10,11 |
| PE | SURUBIM | 26 | 1450 | 1 | (7.228.189,48) | 57.278.833,06 | - |
| PE | TABIRA | 26 | 1460 | 0 | (2.828.262,01) | 26.274.048,95 | - |
| PE | TACAIMBO | 26 | 1470 | 9 | 3.302.461,15 | 14.927.235,42 | 22,12 |
| PE | TAMANDARE | 26 | 1485 | 7 | 3.916.191,36 | 33.511.134,98 | 11,69 |
| PE | TAQUARITINGA DO NORTE | 26 | 1500 | 3 | 9.301.445,57 | 27.174.394,40 | 34,23 |
| PE | TEREZINHA | 26 | 1510 | 2 | (1.131.654,02) | 11.865.597,86 | - |
| PE | TERRA NOVA | 26 | 1520 | 1 | (1.524.280,59) | 12.820.384,00 | - |
| PE | TIMBAUBA | 26 | 1530 | 0 | 14.464.303,06 | 54.125.162,75 | 26,72 |
| PE | TORITAMA | 26 | 1540 | 9 | (4.020.037,78) | 35.146.341,36 | - |
| PE | TRACUNHAEM | 26 | 1550 | 8 | 7.554.576,82 | 13.977.871,41 | 54,05 |
| PE | TRINDADE | 26 | 1560 | 7 | 3.110.265,87 | 33.065.892,39 | 9,41 |
| PE | TUPANATINGA | 26 | 1580 | 5 | (2.548.390,19) | 32.880.918,05 | - |
| PE | TUPARETAMA | 26 | 1590 | 4 | 2.663.922,45 | 12.694.959,67 | 20,98 |
| PE | VERTENTES | 26 | 1620 | 9 | (7.984.002,22) | 23.913.999,64 | - |
| PE | VICENCIA | 26 | 1630 | 8 | 5.886.133,43 | 33.459.174,83 | 17,59 |
| PE | VITÓRIA DE SANTO ANTAO | 26 | 1640 | 7 | 3.382.169,48 | 117.538.146,54 | 2,88 |
| PE | XEXEU | 26 | 1650 | 6 | - | 23.358.284,63 | - |
| PI | TERESINA | 22 | 1100 | 1 | (212.289.040,61) | 1.238.913.570,05 | - |
| PR | ANTONINA | 41 | 120 | 0 | 1.797.433,37 | 27.979.872,93 | 6,42 |
| PR | ARAPONGAS | 41 | 150 | 7 | (3.012.954,55) | 119.211.465,23 | - |
| PR | ARAUCARIA | 41 | 180 | 4 | (86.417.873,80) | 503.122.434,62 | - |
| PR | BOCAIUVA DO SUL | 41 | 310 | 7 | (1.148.213,61) | 16.616.571,09 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | CAFEARA | 41 | 340 | 4 | (906.289,03) | 7.468.459,90 | - |
| PR | CAMPO LARGO | 41 | 420 | 4 | (31.054.182,48) | 127.886.848,89 | - |
| PR | CAMPO MOURAO | 41 | 430 | 3 | (4.113.434,10) | 136.326.776,49 | - |
| PR | CASTRO | 41 | 490 | 7 | 461.368,91 | 97.483.876,16 | 0,47 |
| PR | CIANORTE | 41 | 550 | 8 | (19.392.945,93) | 100.346.466,40 | - |
| PR | CURITIBA | 41 | 690 | 2 | (10.613.269,50) | 3.910.781.023,20 | - |
| PR | FAZENDA RIO GRANDE | 41 | 765 | 2 | 4.670.940,78 | 80.630.425,24 | 5,79 |
| PR | FOZ DO IGUACU | 41 | 830 | 4 | 72.169.925,14 | 431.547.693,84 | 16,72 |
| PR | INDIANOPOLIS | 41 | 1040 | 9 | (567.825,78) | 9.923.015,37 | - |
| PR | IRATI | 41 | 1070 | 6 | (1.346.413,54) | 64.454.694,22 | - |
| PR | JANIOPOLIS | 41 | 1220 | 7 | 2.289.579,76 | 10.869.981,58 | 21,06 |
| PR | JUSSARA | 41 | 1300 | 7 | 649.390,16 | 11.423.297,07 | 5,68 |
| PR | LONDRINA | 41 | 1370 | 0 | 176.430.619,12 | 727.878.493,16 | 24,24 |
| PR | MANGUEIRINHA | 41 | 1440 | 1 | 2.831.184,91 | 36.243.296,15 | 7,81 |
| PR | MARECHAL CANDIDO RONDON | 41 | 1460 | 9 | (7.289.677,56) | 78.540.587,00 | - |
| PR | OURO VERDE DO OESTE | 41 | 1745 | 3 | (2.193.884,58) | 12.478.417,78 | - |
| PR | PARANAVAI | 41 | 1840 | 2 | 10.816.673,54 | 93.081.415,44 | 11,62 |
| PR | PATO BRANCO | 41 | 1850 | 1 | (8.531.002,71) | 123.369.127,00 | - |
| PR | PONTA GROSSA | 41 | 1990 | 5 | 129.904.000,14 | 377.948.574,00 | 34,37 |
| PR | RANCHO ALEGRE | 41 | 2130 | 7 | (1.304.415,83) | 7.368.114,79 | - |
| PR | RIBEIRAO DO PINHAL | 41 | 2190 | 1 | (494.338,97) | 14.028.278,61 | - |
| PR | ROLANDIA | 41 | 2240 | 4 | 5.606.244,16 | 73.529.436,85 | 7,62 |
| PR | SAO JOSE DOS PINHAIS | 41 | 2550 | 6 | (147.262.432,38) | 534.751.247,16 | - |
| PR | SARANDI | 41 | 2625 | 6 | (5.997.954,22) | 81.177.209,53 | - |
| PR | SENGES | 41 | 2630 | 6 | (4.177.839,32) | 24.530.838,34 | - |
| PR | TELEMACO BORBA | 41 | 2710 | 6 | 1.387.069,94 | 90.170.022,83 | 1,54 |
| PR | TOLEDO | 41 | 2770 | 0 | 3.798.985,59 | 174.540.023,19 | 2,18 |
| RJ | ARMACAO DOS BUZIOS | 33 | 23 | 3 | (10.896.049,20) | 152.208.998,60 | - |
| RJ | BARRA DO PIRAI | 33 | 30 | 8 | (30.649.959,60) | 132.955.608,90 | - |
| RJ | BARRA MANSA | 33 | 40 | 7 | 13.664.124,80 | 282.923.114,90 | 4,83 |
| RJ | BELFORD ROXO | 33 | 45 | 6 | 20.955.086,20 | 395.506.338,20 | 5,30 |
| RJ | CAMPOS DOS GOYTACAZES | 33 | 100 | 9 | (364.540.290,00) | 1.893.789.077,00 | - |
| RJ | DUQUE DE CAXIAS | 33 | 170 | 2 | - | 1.326.948.370,00 | - |
| RJ | IGUABA GRANDE | 33 | 187 | 6 | (4.062.235,40) | 49.094.864,00 | - |
| RJ | ITABORAI | 33 | 190 | 0 | (3.247.257,90) | 335.378.467,50 | - |
| RJ | MACAE | 33 | 240 | 3 | (170.008.238,50) | 1.409.636.520,30 | - |
| RJ | MARICA | 33 | 270 | 0 | (46.621.471,00) | 204.182.906,00 | - |
| RJ | MESQUITA | 33 | 285 | 8 | (83.023.871,10) | 163.497.055,61 | - |
| RJ | NILOPOLIS | 33 | 320 | 3 | (39.962.817,70) | 161.696.282,50 | - |
| RJ | NOVA IGUACU | 33 | 350 | 0 | 231.649.953,50 | 729.363.532,60 | 31,76 |
| RJ | PARACAMBI | 33 | 360 | 9 | 660.938,30 | 85.148.789,30 | 0,77 |
| RJ | QUEIMADOS | 33 | 414 | 4 | (30.565.717,00) | 139.644.008,10 | - |
| RJ | SAO JOAO DE MERITI | 33 | 510 | 9 | (189.735.957,20) | 333.380.694,10 | - |
| RJ | SAPUCAIA | 33 | 540 | 6 | (3.433.569,10) | 43.089.505,30 | - |
| RJ | TERESOPOLIS | 33 | 580 | 2 | (27.261.142,90) | 292.965.874,00 | - |
| RJ | TRES RIOS | 33 | 600 | 8 | (123.427.437,40) | 124.892.970,36 | - |
| RJ | VALENCA | 33 | 610 | 7 | 28.901.898,20 | 105.215.515,60 | 27,47 |
| RJ | VOLTA REDONDA | 33 | 630 | 5 | 314.198.500,00 | 665.174.100,00 | 47,24 |
| RN | ACU | 24 | 20 | 8 | (9.051.862,64) | 67.242.032,07 | - |
| RN | CAICO | 24 | 200 | 6 | (1.943.819,75) | 65.127.152,95 | - |
| RN | JACANA | 24 | 500 | 9 | 203.000,00 | 10.278.430,00 | 1,98 |
| RN | MOSSORO | 24 | 800 | 3 | 36.158.864,30 | 360.530.139,84 | 10,03 |
| RN | NATAL | 24 | 810 | 2 | 103.294.647,00 | 1.169.712.471,52 | 8,83 |
| RO | ARIQUEMES | 11 | 2 | 3 | (22.274.657,48) | 133.164.255,05 | - |
| RO | CACOAL | 11 | 4 | 9 | (3.162.235,47) | 111.058.409,49 | - |
| RO | CEREJEIRAS | 11 | 5 | 6 | (2.973.067,03) | 25.359.754,07 | - |
| RO | GUAJARA-MIRIM | 11 | 10 | 6 | (5.113.877,15) | 51.390.518,93 | - |
| RO | ITAPUA DO OESTE | 11 | 110 | 4 | (2.395.744,42) | 14.625.255,06 | - |
| RO | JARU | 11 | 11 | 4 | 2.280.873,88 | 68.783.534,94 | 3,32 |
| RO | JI-PARANA | 11 | 12 | 2 | (3.379.510,20) | 132.810.727,25 | - |
| RO | NOVA MAMORE | 11 | 33 | 8 | (6.988.971,27) | 29.054.082,33 | - |
| RO | PIMENTA BUENO | 11 | 18 | 9 | 7.596.783,27 | 42.316.287,36 | 17,95 |
| RO | PORTO VELHO | 11 | 20 | 5 | (74.055.710,39) | 739.313.297,29 | - |
| RO | PRESIDENTE MEDICI | 11 | 25 | 4 | (187.796,18) | 26.889.920,30 | - |
| RO | ROLIM DE MOURA | 11 | 28 | 8 | (3.173.901,55) | 64.824.153,85 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RR | BOA VISTA | 14 | 10 | 0 | (145.321.477,14) | 390.289.803,79 | - |
| RS | ALEGRETE | 43 | 40 | 6 | 70.004.176,87 | 103.322.035,23 | 67,75 |
| RS | ALVORADA | 43 | 60 | 4 | (5.627.078,45) | 164.173.528,91 | - |
| RS | ARARICA | 43 | 87 | 7 | 400.146,20 | 11.161.619,81 | 3,59 |
| RS | BAGE | 43 | 160 | 2 | (9.449.191,06) | 173.080.696,38 | - |
| RS | BARAO DO TRIUNFO | 43 | 175 | 0 | (914.006,74) | 11.609.516,79 | - |
| RS | BENTO GONCALVES | 43 | 210 | 5 | (31.681.529,80) | 204.757.407,91 | - |
| RS | CACHOEIRA DO SUL | 43 | 300 | 4 | 7.367.658,06 | 101.492.247,45 | 7,26 |
| RS | CACHOEIRINHA | 43 | 310 | 3 | 17.296.010,91 | 195.061.970,89 | 8,87 |
| RS | CAMAQUA | 43 | 350 | 9 | (9.331.631,02) | 77.499.127,85 | - |
| RS | CAMPO BOM | 43 | 390 | 5 | 9.000.790,98 | 109.108.277,27 | 8,25 |
| RS | CANGUCU | 43 | 450 | 7 | (2.807.075,86) | 68.609.161,14 | - |
| RS | CANOAS | 43 | 460 | 6 | 59.155.332,92 | 602.354.163,70 | 9,82 |
| RS | CAXIAS DO SUL | 43 | 510 | 8 | (97.380.238,06) | 915.397.699,55 | - |
| RS | ERECHIM | 43 | 700 | 5 | (23.107.835,43) | 127.903.166,72 | - |
| RS | ESTEIO | 43 | 770 | 8 | (28.548.690,50) | 132.044.203,41 | - |
| RS | FARROUPILHA | 43 | 790 | 6 | 23.265.658,09 | 110.452.738,11 | 21,06 |
| RS | FORQUETINHA | 43 | 843 | 3 | (2.381.097,23) | 8.066.990,04 | - |
| RS | GRAVATAI | 43 | 920 | 9 | 304.360.446,50 | 362.690.435,27 | 83,92 |
| RS | GUAIBA | 43 | 930 | 8 | (19.538.232,95) | 125.468.681,05 | - |
| RS | IJUI | 43 | 1020 | 7 | (29.237.789,21) | 148.167.138,08 | - |
| RS | IMBE | 43 | 1033 | 0 | 24.239.382,42 | 45.393.563,11 | 53,40 |
| RS | ITAQUI | 43 | 1060 | 3 | (3.685.759,96) | 59.042.043,18 | - |
| RS | JAGUARAO | 43 | 1100 | 7 | - | 32.739.985,82 | - |
| RS | LAJEADO | 43 | 1140 | 3 | (38.231.732,16) | 113.126.922,48 | - |
| RS | MONTENEGRO | 43 | 1240 | 1 | 49.573.764,01 | 105.095.313,42 | 47,17 |
| RS | NOVA BRESCIA | 43 | 1300 | 3 | 19.045,30 | 10.814.187,51 | 0,18 |
| RS | NOVA SANTA RITA | 43 | 1337 | 5 | (2.563.506,38) | 39.334.892,33 | - |
| RS | NOVO HAMBURGO | 43 | 1340 | 9 | 33.293.990,65 | 448.346.178,69 | 7,43 |
| RS | PAROBE | 43 | 1405 | 0 | (2.510.046,29) | 65.187.886,25 | - |
| RS | PASSO FUNDO | 43 | 1410 | 0 | (53.392.560,37) | 265.570.663,57 | - |
| RS | PINHEIRO MACHADO | 43 | 1450 | 6 | 622.553,92 | 22.478.446,63 | 2,77 |
| RS | PORTO ALEGRE | 43 | 1490 | 2 | (104.736.299,66) | 3.293.413.040,28 | - |
| RS | RIO GRANDE | 43 | 1560 | 2 | (34.432.694,13) | 305.592.820,91 | - |
| RS | RIO PARDO | 43 | 1570 | 1 | 13.474.880,88 | 41.598.301,88 | 32,39 |
| RS | RIOZINHO | 43 | 1575 | 0 | 380.474,11 | 10.179.356,23 | 3,74 |
| RS | ROLANTE | 43 | 1600 | 6 | (914.886,33) | 26.643.410,11 | - |
| RS | SANTA CRUZ DO SUL | 43 | 1680 | 8 | (7.126.094,85) | 211.039.939,60 | - |
| RS | SANTA MARGARIDA DO SUL | 43 | 1697 | 2 | (538.478,66) | 8.639.345,59 | - |
| RS | SANTA MARIA | 43 | 1690 | 7 | (1.988.488,27) | 267.794.854,36 | - |
| RS | SANTA ROSA | 43 | 1720 | 2 | (17.358.889,55) | 120.118.157,81 | - |
| RS | SANTO ANGELO | 43 | 1750 | 9 | (22.440.951,61) | 86.466.735,25 | - |
| RS | SAO GABRIEL | 43 | 1830 | 9 | (3.224.514,00) | 73.341.134,33 | - |
| RS | SAO LEOPOLDO | 43 | 1870 | 5 | 112.020.794,44 | 384.674.187,40 | 29,12 |
| RS | SAO PAULO DAS MISSOES | 43 | 1930 | 7 | (1.198.828,99) | 10.800.591,52 | - |
| RS | SAPIRANGA | 43 | 1990 | 1 | (33.851.624,79) | 110.226.232,96 | - |
| RS | SAPUCAIA DO SUL | 43 | 2000 | 8 | 40.298.657,58 | 195.684.153,27 | 20,59 |
| RS | SENTINELA DO SUL | 43 | 2035 | 4 | (413.962,83) | 8.725.562,72 | - |
| RS | SOLEDADE | 43 | 2080 | 0 | 59.630,38 | 37.905.994,46 | 0,16 |
| RS | TAQUARA | 43 | 2120 | 4 | (829.783,99) | 64.474.051,27 | - |
| RS | TAVARES | 43 | 2135 | 2 | 713.338,88 | 9.997.444,28 | 7,14 |
| RS | TORRES | 43 | 2150 | 1 | 4.529.975,43 | 65.466.052,52 | 6,92 |
| RS | URUGUAIANA | 43 | 2240 | 0 | 23.328.803,07 | 148.137.366,94 | 15,75 |
| RS | VACARIA | 43 | 2250 | 9 | (10.314.582,47) | 86.079.676,46 | - |
| RS | VENANCIO AIRES | 43 | 2260 | 8 | (15.607.068,78) | 86.501.763,29 | - |
| RS | VERANOPOLIS | 43 | 2280 | 6 | (3.627.290,91) | 41.802.467,08 | - |
| RS | VIAMAO | 43 | 2300 | 2 | 99.946.112,00 | 157.640.814,00 | 63,40 |
| RS | XANGRI-LA | 43 | 2380 | 4 | (13.014.201,49) | 49.377.369,25 | - |
| SC | ARAQUARI | 42 | 130 | 7 | (5.179.590,75) | 37.892.794,88 | - |
| SC | ARARANGUA | 42 | 140 | 6 | (2.548.437,03) | 73.307.953,48 | - |
| SC | BALNEARIO CAMBORIU | 42 | 200 | 8 | (149.340.270,16) | 352.555.524,48 | - |
| SC | BARRA BONITA | 42 | 209 | 9 | (842.600,82) | 6.902.369,61 | - |
| SC | BIGUACU | 42 | 230 | 5 | (3.040.027,93) | 91.483.297,53 | - |
| SC | BLUMENAU | 42 | 240 | 4 | 72.510.128,40 | 676.916.642,32 | 10,71 |
| SC | BRUSQUE | 42 | 290 | 9 | 30.692.291,89 | 176.023.836,46 | 17,44 |
| SC | CACADOR | 42 | 300 | 6 | 1.687.757,24 | 92.811.466,48 | 1,82 |
| SC | CAMBORIU | 42 | 320 | 4 | (9.918.242,03) | 82.842.575,41 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | CANOINHAS | 42 | 380 | 8 | (8.377.680,76) | 76.468.524,17 | - |
| SC | CHAPECO | 42 | 420 | 2 | 30.445.481,07 | 334.961.596,59 | 9,09 |
| SC | CONCORDIA | 42 | 430 | 1 | (17.466.857,51) | 127.193.826,26 | - |
| SC | CRICIUMA | 42 | 460 | 8 | 68.479.052,95 | 342.340.511,14 | 20,00 |
| SC | FAXINAL DOS GUEDES | 42 | 530 | 8 | (440.531,23) | 20.308.172,47 | - |
| SC | FLORIANOPOLIS | 42 | 540 | 7 | 211.512.355,94 | 857.355.639,89 | 24,67 |
| SC | GALVAO | 42 | 560 | 5 | (392.585,67) | 8.527.332,03 | - |
| SC | GASPAR | 42 | 590 | 2 | (30.915.552,91) | 98.350.174,98 | - |
| SC | GRAO PARA | 42 | 610 | 8 | 687.082,05 | 11.466.112,82 | 5,99 |
| SC | IBIAM | 42 | 675 | 1 | (247.915,85) | 7.833.548,20 | - |
| SC | ICARA | 42 | 700 | 7 | 5.204.851,27 | 89.306.822,39 | 5,83 |
| SC | INDAIAL | 42 | 750 | 2 | (11.271.574,23) | 90.772.270,25 | - |
| SC | IPIRA | 42 | 760 | 1 | (1.078.688,23) | 10.352.730,83 | - |
| SC | IPUACU | 42 | 768 | 4 | (855.035,97) | 14.317.417,70 | - |
| SC | ITAJAI | 42 | 820 | 3 | (10.309.571,53) | 578.789.707,76 | - |
| SC | ITAPEMA | 42 | 830 | 2 | (8.889.324,92) | 100.271.378,59 | - |
| SC | ITAPOA | 42 | 845 | 0 | (5.374.536,15) | 39.454.135,51 | - |
| SC | JARAGUA DO SUL | 42 | 890 | 6 | (40.728.251,02) | 371.125.475,29 | - |
| SC | JOACABA | 42 | 900 | 3 | (18.803.909,79) | 70.217.464,28 | - |
| SC | JOINVILLE | 42 | 910 | 2 | 321.303.054,43 | 955.263.812,08 | 33,64 |
| SC | LAGES | 42 | 930 | 0 | 21.794.660,48 | 256.170.674,00 | 8,51 |
| SC | LAGUNA | 42 | 940 | 9 | (3.739.246,41) | 57.672.901,70 | - |
| SC | LEBON REGIS | 42 | 970 | 6 | (2.403.606,47) | 16.338.737,41 | - |
| SC | LUZERNA | 42 | 1003 | 5 | (1.901.553,84) | 11.891.038,99 | - |
| SC | MAFRA | 42 | 1010 | 0 | (5.954.010,46) | 76.111.527,30 | - |
| SC | MAREMA | 42 | 1055 | 5 | (286.377,37) | 8.365.636,08 | - |
| SC | MATOS COSTA | 42 | 1070 | 4 | 378.745,87 | 7.554.744,34 | 5,01 |
| SC | NAVEGANTES | 42 | 1130 | 6 | (7.998.952,95) | 106.113.771,42 | - |
| SC | PALHOCA | 42 | 1190 | 0 | (37.788.413,90) | 182.416.506,13 | - |
| SC | PETROLANDIA | 42 | 1270 | 0 | (1.236.193,73) | 9.956.193,46 | - |
| SC | RIO DO SUL | 42 | 1480 | 5 | (9.073.154,82) | 131.757.128,49 | - |
| SC | RIO NEGRINHO | 42 | 1500 | 0 | 1.032.982,82 | 71.392.253,67 | 1,45 |
| SC | SALETE | 42 | 1530 | 7 | (2.178.327,41) | 12.758.748,72 | - |
| SC | SALTO VELOSO | 42 | 1540 | 6 | (767.217,15) | 13.808.883,08 | - |
| SC | SAO BENTO DO SUL | 42 | 1580 | 2 | (6.078.556,14) | 155.396.352,17 | - |
| SC | SAO FRANCISCO DO SUL | 42 | 1620 | 6 | (20.336.482,93) | 138.161.672,56 | - |
| SC | SAO JOSE | 42 | 1660 | 2 | (71.730.698,99) | 300.681.687,33 | - |
| SC | SIDEROPOLIS | 42 | 1760 | 0 | 445.891,50 | 20.527.671,74 | 2,17 |
| SC | TAIO | 42 | 1780 | 8 | 406.288,12 | 29.553.469,69 | 1,37 |
| SC | TREZE TILIAS | 42 | 1850 | 9 | (2.924.306,69) | 15.170.002,66 | - |
| SC | TUBARAO | 42 | 1870 | 7 | (3.023.698,55) | 136.752.894,34 | - |
| SC | URUBICI | 42 | 1890 | 5 | (1.160.342,13) | 16.185.918,84 | - |
| SC | VARGEAO | 42 | 1910 | 1 | (1.891.970,82) | 9.968.041,34 | - |
| SC | VIDAL RAMOS | 42 | 1920 | 0 | (1.947.372,82) | 14.806.491,89 | - |
| SC | XANXERE | 42 | 1950 | 7 | 5.997.947,88 | 63.399.923,48 | 9,46 |
| SE | ARACAJU | 28 | 30 | 8 | 16.416.048,07 | 881.655.926,22 | 1,86 |
| SE | ESTANCIA | 28 | 210 | 6 | 8.304.820,00 | 101.712.596,03 | 8,16 |
| SE | LAGARTO | 28 | 350 | 0 | (1.713.212,00) | 104.631.310,85 | - |
| SE | NOSSA SENHORA DA GLORIA | 28 | 450 | 8 | (4.274.363,35) | 37.113.001,22 | - |
| SE | NOSSA SENHORA DO SOCORRO | 28 | 460 | 5 | (2.524.096,00) | 135.693.826,00 | - |
| SP | ADAMANTINA | 35 | 10 | 5 | (10.510.070,26) | 77.528.674,38 | - |
| SP | AGUAI | 35 | 30 | 3 | - | 50.018.762,80 | - |
| SP | AGUAS DE LINDOIA | 35 | 50 | 1 | (986.774,00) | 40.296.128,00 | - |
| SP | ALTINOPOLIS | 35 | 100 | 4 | (637.885,39) | 38.388.444,02 | - |
| SP | AMPARO | 35 | 190 | 5 | (26.455.612,53) | 135.179.967,71 | - |
| SP | ANALANDIA | 35 | 200 | 2 | (2.773.747,00) | 16.393.552,00 | - |
| SP | APIAI | 35 | 270 | 5 | 10.665.725,81 | 36.160.443,36 | 29,50 |
| SP | ARACATUBA | 35 | 280 | 4 | 162.145.382,73 | 345.779.726,53 | 46,89 |
| SP | ARACOIABA DA SERRA | 35 | 290 | 3 | (6.411.741,86) | 49.199.463,87 | - |
| SP | ARANDU | 35 | 310 | 9 | 847.439,57 | 15.108.850,20 | 5,61 |
| SP | ARARAQUARA | 35 | 320 | 8 | (913.236,37) | 447.347.332,78 | - |
| SP | ARARAS | 35 | 330 | 7 | (18.477.981,80) | 270.916.795,68 | - |
| SP | ARUJA | 35 | 390 | 1 | (51.081.385,67) | 144.407.294,29 | - |
| SP | ATIBAIA | 35 | 410 | 7 | (43.648.199,24) | 275.619.564,98 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | AVANHANDAVA | 35 | 440 | 4 | 1.572.161,79 | 20.132.429,26 | 7,81 |
| SP | BARUERI | 35 | 570 | 8 | (361.344.538,44) | 1.492.781.591,26 | - |
| SP | BASTOS | 35 | 580 | 7 | 327.881,95 | 32.960.945,91 | 0,99 |
| SP | BAURU | 35 | 600 | 3 | 17.696.199,65 | 574.218.905,11 | 3,08 |
| SP | BEBEDOURO | 35 | 610 | 2 | (15.596.739,49) | 130.852.117,82 | - |
| SP | BERNARDINO DE CAMPOS | 35 | 630 | 0 | (3.411.346,07) | 17.237.457,65 | - |
| SP | BIRIGUI | 35 | 650 | 8 | (24.630.526,01) | 181.285.297,48 | - |
| SP | BIRITIBA-MIRIM | 35 | 660 | 7 | 4.354.909,38 | 36.639.503,26 | 11,89 |
| SP | BOM SUCESSO DE ITARARE | 35 | 715 | 9 | (1.185.980,00) | 9.655.219,00 | - |
| SP | BORACEIA | 35 | 730 | 8 | (1.293.570,17) | 14.503.729,68 | - |
| SP | BORBOREMA | 35 | 740 | 7 | 1.869.118,26 | 24.581.943,15 | 7,60 |
| SP | BRAGANCA PAULISTA | 35 | 760 | 5 | (76.302.651,35) | 275.130.128,54 | - |
| SP | BREJO ALEGRE | 35 | 775 | 3 | (3.127.845,34) | 10.606.280,27 | - |
| SP | BRODOWSKI | 35 | 780 | 3 | 11.729.308,61 | 39.802.150,05 | 29,47 |
| SP | CABREUVA | 35 | 840 | 5 | (10.236.839,39) | 79.465.045,49 | - |
| SP | CAFELANDIA | 35 | 880 | 1 | 1.264.702,44 | 29.408.783,64 | 4,30 |
| SP | CAJAMAR | 35 | 920 | 5 | 58.666.393,67 | 229.053.991,71 | 25,61 |
| SP | CAJATI | 35 | 925 | 4 | (5.662.364,00) | 59.150.123,53 | - |
| SP | CAJOBI | 35 | 930 | 4 | 2.463.246,95 | 17.733.111,73 | 13,89 |
| SP | CAJURU | 35 | 940 | 3 | (3.666.608,70) | 37.387.994,73 | - |
| SP | CAMPINAS | 35 | 950 | 2 | 806.839.620,01 | 2.404.856.591,56 | 33,55 |
| SP | CAPAO BONITO | 35 | 1020 | 3 | 13.974.791,00 | 75.670.705,00 | 18,47 |
| SP | CAPELA DO ALTO | 35 | 1030 | 2 | (824.482,04) | 32.532.028,47 | - |
| SP | CARAPICUIBA | 35 | 1060 | 9 | 58.919.301,00 | 292.000.483,00 | 20,18 |
| SP | CASTILHO | 35 | 1100 | 3 | (6.209.391,66) | 58.894.224,88 | - |
| SP | CATANDUVA | 35 | 1110 | 2 | (97.234.867,20) | 241.508.474,04 | - |
| SP | CERQUEIRA CESAR | 35 | 1140 | 9 | (298.514,00) | 32.236.888,00 | - |
| SP | CESARIO LANGE | 35 | 1160 | 7 | 113.138,98 | 27.802.714,72 | 0,41 |
| SP | CHAVANTES | 35 | 5720 | 4 | (1.690.022,32) | 23.168.235,31 | - |
| SP | CONCHAL | 35 | 1220 | 9 | 4.599.390,97 | 49.609.887,82 | 9,27 |
| SP | CORDEIROPOLIS | 35 | 1240 | 7 | (3.831.921,46) | 77.154.129,16 | - |
| SP | CORONEL MACEDO | 35 | 1260 | 5 | 5.177.154,20 | 11.948.797,80 | 43,33 |
| SP | CORUMBATAI | 35 | 1270 | 4 | (1.780.768,00) | 14.074.754,00 | - |
| SP | COSMOPOLIS | 35 | 1280 | 3 | 44.386.971,98 | 99.962.770,80 | 44,40 |
| SP | COSMORAMA | 35 | 1290 | 2 | (968.139,58) | 15.994.273,49 | - |
| SP | CRAVINHOS | 35 | 1310 | 8 | (1.783.245,64) | 62.060.226,08 | - |
| SP | CRUZALIA | 35 | 1330 | 6 | 186.119,73 | 10.213.859,70 | 1,82 |
| SP | CRUZEIRO | 35 | 1340 | 5 | 45.839.515,80 | 115.715.476,08 | 39,61 |
| SP | DIADEMA | 35 | 1360 | 1 | 159.445.190,74 | 685.214.379,01 | 23,27 |
| SP | DOURADO | 35 | 1430 | 4 | 367.778,03 | 15.522.702,19 | 2,37 |
| SP | DRACENA | 35 | 1440 | 3 | (967.299,57) | 70.416.859,61 | - |
| SP | EMBU | 35 | 1500 | 4 | (10.520.203,64) | 285.855.239,93 | - |
| SP | ESPIRITO SANTO DO PINHAL | 35 | 1518 | 6 | (14.469.586,20) | 65.966.775,39 | - |
| SP | FERNANDO PRESTES | 35 | 1560 | 8 | (3.072.426,18) | 13.233.745,67 | - |
| SP | FLORINIA | 35 | 1610 | 1 | 429.522,32 | 11.708.870,89 | 3,67 |
| SP | FRANCA | 35 | 1620 | 0 | (116.754.519,76) | 387.917.742,24 | - |
| SP | FRANCISCO MORATO | 35 | 1630 | 9 | (64.187.202,87) | 167.678.387,41 | - |
| SP | GASTAO VIDIGAL | 35 | 1680 | 4 | (456.286,40) | 9.950.770,88 | - |
| SP | GENERAL SALGADO | 35 | 1690 | 3 | 33.883.861,16 | 22.585.487,86 | 150,02 |
| SP | GLICERIO | 35 | 1710 | 9 | (493.004,51) | 12.029.950,99 | - |
| SP | GUAIRA | 35 | 1740 | 6 | (41.621.710,16) | 95.430.676,09 | - |
| SP | GUAPIACU | 35 | 1750 | 5 | (2.990.420,02) | 39.125.797,84 | - |
| SP | GUARACI | 35 | 1790 | 1 | 6.751.906,59 | 26.484.496,79 | 25,51 |
| SP | GUARARAPES | 35 | 1820 | 6 | 3.080.029,53 | 48.396.713,79 | 6,36 |
| SP | GUARAREMA | 35 | 1830 | 5 | (35.402.132,68) | 132.495.072,23 | - |
| SP | GUARATINGUETA | 35 | 1840 | 4 | 36.294.041,72 | 190.615.813,46 | 19,04 |
| SP | GUARUJA | 35 | 1870 | 1 | 345.580.302,43 | 740.262.396,83 | 46,68 |
| SP | GUARULHOS | 35 | 1880 | 0 | 1.373.170.273,94 | 2.333.582.048,65 | 58,84 |
| SP | HORTOLANDIA | 35 | 1907 | 1 | (208.542.942,86) | 406.214.389,72 | - |
| SP | IBIRAREMA | 35 | 1950 | 1 | 637.629,56 | 14.218.642,28 | 4,48 |
| SP | IBITINGA | 35 | 1960 | 0 | (9.394.586,28) | 75.117.783,66 | - |
| SP | IEPE | 35 | 1990 | 7 | (28.487,47) | 19.560.385,09 | - |
| SP | ILHA COMPRIDA | 35 | 2042 | 6 | 2.017.774,14 | 36.235.561,55 | 5,57 |
| SP | ILHABELA | 35 | 2040 | 0 | (19.765.883,52) | 111.046.083,60 | - |
| SP | INDAIATUBA | 35 | 2050 | 9 | (543.496.265,54) | 537.911.696,44 | - |
| SP | INUBIA PAULISTA | 35 | 2080 | 6 | (2.047.223,33) | 9.717.627,17 | - |
| SP | IPAUSSU | 35 | 2090 | 5 | (1.276.923,94) | 29.846.369,69 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | IPEUNA | 35 | 2110 | 1 | (3.324.112,27) | 17.962.962,68 | - |
| SP | IPUA | 35 | 2130 | 9 | (3.528.924,82) | 33.426.432,34 | - |
| SP | ITAI | 35 | 2180 | 4 | (2.225.847,00) | 49.532.367,20 | - |
| SP | ITANHAEM | 35 | 2210 | 9 | 48.363.690,42 | 194.574.167,05 | 24,86 |
| SP | ITAPECERICA DA SERRA | 35 | 2220 | 8 | (32.079.493,60) | 238.670.494,22 | - |
| SP | ITAPEVA | 35 | 2240 | 6 | 26.161.737,27 | 166.767.217,56 | 15,69 |
| SP | ITAPIRA | 35 | 2260 | 4 | 691.013,41 | 134.437.327,81 | 0,51 |
| SP | ITAPOLIS | 35 | 2270 | 3 | 7.695.390,05 | 60.045.295,79 | 12,82 |
| SP | ITAPORANGA | 35 | 2280 | 2 | - | 23.475.924,68 | - |
| SP | ITAQUAQUECETUBA | 35 | 2310 | 7 | 80.166.807,24 | 327.135.462,67 | 24,51 |
| SP | ITATIBA | 35 | 2340 | 4 | (54.588.515,02) | 207.709.740,95 | - |
| SP | ITIRAPINA | 35 | 2360 | 2 | (792.651,00) | 35.179.615,00 | - |
| SP | ITU | 35 | 2390 | 9 | 6.116.364,01 | 339.138.230,51 | 1,80 |
| SP | ITUPEVA | 35 | 2400 | 6 | 3.631.977,23 | 112.606.423,89 | 3,23 |
| SP | JACAREI | 35 | 2440 | 2 | 23.789.417,16 | 409.519.421,64 | 5,81 |
| SP | JACUPIRANGA | 35 | 2460 | 0 | 1.719.560,94 | 26.684.823,17 | 6,44 |
| SP | JAGUARIUNA | 35 | 2470 | 9 | (10.021.737,15) | 187.100.997,00 | - |
| SP | JALES | 35 | 2480 | 8 | 25.736.895,22 | 66.429.581,32 | 38,74 |
| SP | JARINU | 35 | 2520 | 1 | (6.666.316,15) | 51.645.595,27 | - |
| SP | JUNDIAI | 35 | 2590 | 4 | 87.562.422,13 | 1.045.112.412,31 | 8,38 |
| SP | LEME | 35 | 2670 | 4 | 14.931.432,81 | 161.883.940,98 | 9,22 |
| SP | LENCOIS PAULISTA | 35 | 2680 | 3 | (26.039.416,09) | 148.048.236,53 | - |
| SP | LINS | 35 | 2710 | 8 | (14.072.868,05) | 110.173.651,17 | - |
| SP | LOUVEIRA | 35 | 2730 | 6 | (201.138.643,36) | 226.564.905,32 | - |
| SP | LUCIANOPOLIS | 35 | 2750 | 4 | - | 6.864.972,25 | - |
| SP | LUTECIA | 35 | 2790 | 0 | (1.551.029,89) | 11.309.117,93 | - |
| SP | MAIRIPORA | 35 | 2850 | 2 | (34.957.301,82) | 126.710.915,35 | - |
| SP | MARIAPOLIS | 35 | 2890 | 8 | (1.836.623,87) | 9.096.586,41 | - |
| SP | MARTINOPOLIS | 35 | 2920 | 3 | 16.079.574,42 | 43.209.312,15 | 37,21 |
| SP | MAUA | 35 | 2940 | 1 | 425.307.586,37 | 577.823.764,94 | 73,61 |
| SP | MIGUELOPOLIS | 35 | 2970 | 8 | 17.507.447,45 | 46.849.542,70 | 37,37 |
| SP | MINEIROS DO TIETE | 35 | 2980 | 7 | 2.187.695,03 | 18.089.890,11 | 12,09 |
| SP | MOGI DAS CRUZES | 35 | 3060 | 7 | (39.944.385,12) | 690.308.160,61 | - |
| SP | MOJI MIRIM | 35 | 3080 | 5 | (13.962.251,90) | 208.203.066,25 | - |
| SP | MONGAGUA | 35 | 3110 | 0 | 4.673.460,99 | 108.850.160,93 | 4,29 |
| SP | MONTE MOR | 35 | 3180 | 3 | (10.108.715,31) | 109.891.861,04 | - |
| SP | NHANDEARA | 35 | 3260 | 3 | (185.692,47) | 19.816.834,35 | - |
| SP | NOVA GUATAPORANGA | 35 | 3310 | 6 | (1.618.687,51) | 7.871.064,05 | - |
| SP | ONDA VERDE | 35 | 3400 | 5 | (3.514.721,87) | 13.976.047,06 | - |
| SP | ORINDIUVA | 35 | 3420 | 3 | (4.705.505,50) | 17.511.068,12 | - |
| SP | ORLANDIA | 35 | 3430 | 2 | 4.333.982,99 | 91.355.992,83 | 4,74 |
| SP | OSASCO | 35 | 3440 | 1 | 797.563.352,00 | 1.288.879.546,96 | 61,88 |
| SP | OSVALDO CRUZ | 35 | 3460 | 9 | (5.333.282,65) | 43.958.632,65 | - |
| SP | OURINHOS | 35 | 3470 | 8 | (11.738.236,06) | 208.962.305,03 | - |
| SP | PACAEMBU | 35 | 3490 | 6 | 766.056,09 | 19.723.225,30 | 3,88 |
| SP | PALMITAL | 35 | 3530 | 9 | (5.436.275,82) | 43.228.652,35 | - |
| SP | PARAGUACU PAULISTA | 35 | 3550 | 7 | 2.405.610,16 | 84.085.016,40 | 2,86 |
| SP | PAULINIA | 35 | 3650 | 5 | 290.738.459,08 | 866.146.162,73 | 33,57 |
| SP | PEDERNEIRAS | 35 | 3670 | 3 | (19.844.418,60) | 68.264.794,26 | - |
| SP | PEDREIRA | 35 | 3710 | 7 | 7.304.975,04 | 75.366.747,89 | 9,69 |
| SP | PEDRO DE TOLEDO | 35 | 3720 | 6 | (2.769.596,94) | 19.879.600,96 | - |
| SP | PENAPOLIS | 35 | 3730 | 5 | 10.085.386,94 | 113.825.297,60 | 8,86 |
| SP | PEREIRAS | 35 | 3750 | 3 | - | 13.882.760,05 | - |
| SP | PIEDADE | 35 | 3780 | 0 | (5.227.366,55) | 64.131.094,72 | - |
| SP | PINDAMONHANGABA | 35 | 3800 | 6 | (60.719.020,88) | 297.600.663,51 | - |
| SP | PINHALZINHO | 35 | 3820 | 4 | (1.326.290,01) | 19.280.952,50 | - |
| SP | PIQUEROBI | 35 | 3830 | 3 | (1.354.946,00) | 12.196.289,00 | - |
| SP | PIQUETE | 35 | 3850 | 1 | - | 17.635.768,70 | - |
| SP | PIRACAIA | 35 | 3860 | 0 | 100.353,44 | 42.236.327,99 | 0,24 |
| SP | PIRACICABA | 35 | 3870 | 9 | (108.903.683,67) | 832.549.579,12 | - |
| SP | PIRAJU | 35 | 3880 | 8 | (3.851.592,85) | 48.053.174,54 | - |
| SP | PIRASSUNUNGA | 35 | 3930 | 1 | (29.399.287,59) | 134.881.778,30 | - |
| SP | PITANGUEIRAS | 35 | 3950 | 9 | (8.270.983,40) | 63.219.806,37 | - |
| SP | PLATINA | 35 | 3970 | 7 | (1.644.070,98) | 10.227.926,49 | - |
| SP | POA | 35 | 3980 | 6 | (73.766.043,67) | 278.950.612,36 | - |
| SP | PORTO FERREIRA | 35 | 4070 | 5 | 14.064.670,61 | 102.266.566,81 | 13,75 |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | POTIM | 35 | 4075 | 4 | (39.642,47) | 28.211.913,25 | - |
| SP | PRAIA GRANDE | 35 | 4100 | 0 | (26.728.864,76) | 663.738.050,86 | - |
| SP | PRESIDENTE BERNARDES | 35 | 4120 | 8 | 3.408.821,77 | 24.737.260,12 | 13,78 |
| SP | PRESIDENTE PRUDENTE | 35 | 4140 | 6 | 19.621.711,93 | 355.662.673,59 | 5,52 |
| SP | PRESIDENTE VENCESLAU | 35 | 4150 | 5 | (19.704.534,23) | 59.384.950,68 | - |
| SP | RANCHARIA | 35 | 4220 | 6 | (2.841.868,25) | 55.326.732,74 | - |
| SP | RIBEIRAO BONITO | 35 | 4290 | 9 | (7.173.268,09) | 20.078.721,54 | - |
| SP | RIBEIRAO CORRENTE | 35 | 4310 | 5 | (1.144.038,85) | 11.720.623,29 | - |
| SP | RIBEIRAO GRANDE | 35 | 4325 | 3 | (10.925.363,62) | 18.150.977,32 | - |
| SP | RIBEIRAO PIRES | 35 | 4330 | 3 | 19.112.497,61 | 178.035.669,55 | 10,74 |
| SP | RIBEIRAO PRETO | 35 | 4340 | 2 | 519.132.021,09 | 1.199.826.663,72 | 43,27 |
| SP | RIO CLARO | 35 | 4390 | 7 | 82.538.145,86 | 400.776.079,25 | 20,59 |
| SP | RIO DAS PEDRAS | 35 | 4400 | 4 | 7.801.572,59 | 69.372.536,70 | 11,25 |
| SP | RIO GRANDE DA SERRA | 35 | 4410 | 3 | 2.630.067,49 | 41.951.979,74 | 6,27 |
| SP | ROSEIRA | 35 | 4430 | 1 | 2.812.413,48 | 17.583.647,23 | 15,99 |
| SP | SALTO DE PIRAPORA | 35 | 4530 | 6 | (6.942.057,36) | 68.612.550,65 | - |
| SP | SALTO GRANDE | 35 | 4540 | 7 | 2.844.075,19 | 15.656.577,34 | 18,16 |
| SP | SANTA CRUZ DA CONCEICAO | 35 | 4620 | 7 | (242.755,00) | 12.807.769,00 | - |
| SP | SANTA CRUZ DA ESPERANCA | 35 | 4625 | 6 | - | 8.627.344,99 | - |
| SP | SANTA CRUZ DO RIO PARDO | 35 | 4640 | 5 | (3.420.813,62) | 71.049.284,83 | - |
| SP | SANTA RITA DO PASSA QUATRO | 35 | 4750 | 2 | (3.469.217,15) | 53.621.975,83 | - |
| SP | SANTA ROSA DE VITERBO | 35 | 4760 | 1 | 14.235.113,44 | 39.359.645,40 | 36,17 |
| SP | SANTO ANASTACIO | 35 | 4770 | 0 | - | 30.756.275,27 | - |
| SP | SANTO ANTONIO DA ALEGRIA | 35 | 4790 | 9 | (595.823,26) | 12.301.089,48 | - |
| SP | SANTOS | 35 | 4850 | 0 | 51.772.049,53 | 1.297.717.610,76 | 3,99 |
| SP | SAO BERNARDO DO CAMPO | 35 | 4870 | 8 | 417.250.719,44 | 2.314.068.233,47 | 18,03 |
| SP | SAO CAETANO DO SUL | 35 | 4880 | 7 | (43.499.440,51) | 857.876.196,42 | - |
| SP | SAO CARLOS | 35 | 4890 | 6 | 3.781.137,15 | 456.572.620,37 | 0,83 |
| SP | SAO JOAO DA BOA VISTA | 35 | 4910 | 2 | (85.627.107,29) | 152.495.063,59 | - |
| SP | SAO JOAO DE IRACEMA | 35 | 4925 | 0 | (7.973.028,16) | 8.043.554,99 | - |
| SP | SAO JOAO DO PAU D'ALHO | 35 | 4930 | 0 | (1.512.561,77) | 8.813.361,78 | - |
| SP | SAO JOAQUIM DA BARRA | 35 | 4940 | 9 | (438.902,97) | 77.691.973,41 | - |
| SP | SAO JOSE DO RIO PRETO | 35 | 4980 | 5 | (84.749.893,32) | 818.141.974,04 | - |
| SP | SAO JOSE DOS CAMPOS | 35 | 4990 | 4 | (299.323.810,79) | 1.610.726.466,49 | - |
| SP | SAO PEDRO DO TURVO | 35 | 5050 | 6 | (2.145.451,98) | 18.311.155,71 | - |
| SP | SAO ROQUE | 35 | 5060 | 5 | (66.725.462,56) | 157.039.214,97 | - |
| SP | SAO SEBASTIAO | 35 | 5070 | 4 | (31.665.338,34) | 429.839.296,14 | - |
| SP | SAO SEBASTIAO DA GRAMA | 35 | 5080 | 3 | - | 21.007.029,95 | - |
| SP | SAO VICENTE | 35 | 5100 | 9 | 72.704.225,77 | 565.370.387,76 | 12,86 |
| SP | SEBASTIANOPOLIS DO SUL | 35 | 5130 | 8 | (1.375.057,09) | 13.245.504,92 | - |
| SP | SERRANA | 35 | 5150 | 4 | 46.247.273,74 | 71.490.874,43 | 64,69 |
| SP | SERTAOZINHO | 35 | 5170 | 2 | (1.036.934,74) | 257.513.116,22 | - |
| SP | SOROCABA | 35 | 5220 | 6 | (55.580.822,77) | 1.269.024.703,89 | - |
| SP | TABATINGA | 35 | 5270 | 0 | (2.878.438,33) | 25.143.243,94 | - |
| SP | TABOAO DA SERRA | 35 | 5280 | 9 | (18.809.566,00) | 395.633.425,00 | - |
| SP | TAGUAI | 35 | 5300 | 5 | (1.189.147,88) | 14.877.026,57 | - |
| SP | TAILVA | 35 | 5320 | 3 | (1.607.922,00) | 12.275.440,00 | - |
| SP | TAMBAU | 35 | 5330 | 2 | 671.751,33 | 43.613.075,85 | 1,54 |
| SP | TAPIRAI | 35 | 5350 | 0 | (4.779.920,91) | 16.735.445,87 | - |
| SP | TAQUARITUBA | 35 | 5380 | 7 | 1.577.341,79 | 35.662.081,85 | 4,42 |
| SP | TARUMA | 35 | 5395 | 5 | (2.467.174,13) | 34.472.239,28 | - |
| SP | TATUI | 35 | 5400 | 3 | 7.973.412,45 | 179.294.713,56 | 4,45 |
| SP | TEODORO SAMPAIO | 35 | 5430 | 0 | 10.547.787,44 | 40.168.540,70 | 26,26 |
| SP | TIETE | 35 | 5450 | 8 | (4.627.859,61) | 83.208.585,73 | - |
| SP | TUPA | 35 | 5500 | 0 | (14.642.646,76) | 90.309.261,68 | - |
| SP | UBATUBA | 35 | 5540 | 6 | (168.640.253,89) | 183.843.343,20 | - |
| SP | UBIRAJARA | 35 | 5550 | 5 | (2.170.970,39) | 10.649.530,89 | - |
| SP | UCHOA | 35 | 5560 | 4 | (1.055.796,25) | 20.095.038,89 | - |
| SP | UNIAO PAULISTA | 35 | 5570 | 3 | (769.526,43) | 8.627.058,76 | - |
| SP | URU | 35 | 5590 | 1 | (686.532,91) | 9.026.390,73 | - |
| SP | VARGEM GRANDE DO SUL | 35 | 5640 | 4 | (1.474.020,71) | 54.090.918,54 | - |
| SP | VARZEA PAULISTA | 35 | 5650 | 3 | 16.922.519,64 | 141.120.182,77 | 11,99 |
| SP | VISTA ALEGRE DO ALTO | 35 | 5690 | 9 | (4.743.293,13) | 18.483.266,37 | - |
| SP | VOTUPORANGA | 35 | 5710 | 5 | 1.091.649,90 | 132.885.724,54 | 0,82 |
| TO | ARAGUAINA | 17 | 210 | 9 | (36.216.557,59) | 168.600.999,93 | - |
| TO | GURUPI | 17 | 950 | 0 | - | 82.720.814,86 | - |
| TO | PALMAS | 17 | 2100 | 0 | (42.336.681,12) | 469.660.521,61 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

**DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2011**
**data-base 30/06/2011**
**Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**
**Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN** **Posição: 28/10/2011**

| UF | Nome do Município | Cód IBGE Estado | Cód IBGE Município | DV IBGE Município | DCL 1º Semestre 2011 | RCL 1º Semestre 2011 | DCL/RCL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AL | PARIPUEIRA | 27 | 644 | 8 | (2.835.863,31) | 13.999.200,96 | - |
| AM | CAREIRO | 13 | 110 | 0 | (3.145.239,77) | 37.165.319,07 | - |
| AP | CALCOENE | 16 | 20 | 4 | - | 9.014.826,51 | - |
| BA | ABAIRA | 29 | 10 | 8 | 5.725.979,22 | 11.274.159,92 | 50,79 |
| BA | AGUA FRIA | 29 | 40 | 5 | (207.971,32) | 22.349.534,82 | - |
| BA | BAIXA GRANDE | 29 | 260 | 9 | 4.917.041,80 | 23.102.588,80 | 21,28 |
| BA | BROTAS DE MACAUBAS | 29 | 450 | 6 | (4.259.686,81) | 20.769.581,29 | - |
| BA | BUERAREMA | 29 | 470 | 4 | 18.313.618,63 | 15.861.379,47 | 115,46 |
| BA | CONCEICAO DO JACUIPE | 29 | 850 | 7 | 10.333.455,57 | 30.959.651,89 | 33,38 |
| BA | CORACAO DE MARIA | 29 | 890 | 3 | 5.013.764,20 | 26.952.479,67 | 18,60 |
| BA | CORIBE | 29 | 910 | 9 | 6.501.000,80 | 22.484.859,93 | 28,91 |
| BA | GLORIA | 29 | 1140 | 2 | 1.008.538,61 | 24.483.883,44 | 4,12 |
| BA | IRAQUARA | 29 | 1440 | 6 | (96.481,38) | 28.125.844,34 | - |
| BA | ITIUBA | 29 | 1700 | 3 | 5.328.521,69 | 40.743.996,42 | 13,08 |
| BA | JACARACI | 29 | 1740 | 9 | 3.152.760,86 | 18.751.993,14 | 16,81 |
| BA | JIQUIRICA | 29 | 1820 | 9 | 937.892,85 | 17.499.468,04 | 5,36 |
| BA | JUSSARA | 29 | 1850 | 6 | (670.654,15) | 18.808.025,07 | - |
| BA | LENCOIS | 29 | 1930 | 6 | 196.073,53 | 15.170.919,99 | 1,29 |
| BA | MACAJUBA | 29 | 1960 | 3 | 6.215.801,31 | 16.298.846,34 | 38,14 |
| BA | MURITIBA | 29 | 2230 | 0 | 1.961.690,66 | 28.454.493,91 | 6,89 |
| BA | PAU BRASIL | 29 | 2390 | 2 | 20.611.730,73 | 14.855.277,14 | 138,75 |
| BA | PILAO ARCADO | 29 | 2440 | 5 | (4.708.515,90) | 44.630.053,58 | - |
| BA | RIO DO ANTONIO | 29 | 2680 | 6 | 5.083.394,64 | 17.781.238,68 | 28,59 |
| BA | SANTA CRUZ CABRALIA | 29 | 2770 | 5 | 26.544.203,54 | 38.418.998,31 | 69,09 |
| BA | SANTA TERESINHA | 29 | 2850 | 5 | 9.879.262,28 | 14.195.987,04 | 69,59 |
| BA | SAO FELIX DO CORIBE | 29 | 2905 | 7 | (5.321.153,76) | 20.058.328,66 | - |
| BA | SAO GABRIEL | 29 | 2925 | 5 | (1.199.903,22) | 23.820.231,79 | - |
| BA | TEODORO SAMPAIO | 29 | 3140 | 0 | (2.538.120,88) | 13.704.478,88 | - |
| CE | AIUABA | 23 | 40 | 8 | (2.836.718,49) | 10.726.804,75 | - |
| CE | AMONTADA | 23 | 75 | 4 | (28.933.953,80) | 49.530.719,08 | - |
| CE | ERERE | 23 | 427 | 7 | (865.866,71) | 11.551.726,30 | - |
| CE | EUSEBIO | 23 | 428 | 5 | (41.710.425,98) | 100.048.737,18 | - |
| CE | GUARACIABA DO NORTE | 23 | 500 | 1 | - | 45.191.947,04 | - |
| CE | GUARAMIRANGA | 23 | 510 | 0 | 5.891.850,89 | 10.966.073,27 | 53,73 |
| CE | IBIAPINA | 23 | 530 | 8 | 453.270,90 | 32.745.559,26 | 1,38 |
| CE | IPAUMIRIM | 23 | 570 | 4 | (1.497.929,87) | 15.305.929,46 | - |
| CE | JAGUARIBE | 23 | 690 | 0 | (2.281.230,63) | 45.293.100,59 | - |
| CE | JIJOCA DE JERICOACOARA | 23 | 725 | 4 | 1.190.190,16 | 24.696.059,91 | 4,82 |
| CE | MAURITI | 23 | 810 | 4 | (3.581.055,75) | 50.127.566,09 | - |
| CE | MERUOCA | 23 | 820 | 3 | (3.383.638,32) | 19.342.013,68 | - |
| CE | MISSAO VELHA | 23 | 840 | 1 | 3.622.831,26 | 40.627.982,51 | 8,92 |
| CE | PARACURU | 23 | 1020 | 9 | - | 50.749.364,65 | - |
| CE | PARAIPABA | 23 | 1025 | 8 | 1.665.454,38 | 35.377.744,21 | 5,33 |
| CE | UBAJARA | 23 | 1360 | 9 | (1.699.195,03) | 38.847.930,35 | - |
| CE | UMIRIM | 23 | 1375 | 7 | 1.592.560,67 | 23.672.774,84 | 6,73 |
| CE | URUOCA | 23 | 1390 | 6 | 449.731,84 | 19.280.129,00 | 2,33 |
| CE | VARJOTA | 23 | 1395 | 5 | 8.485.478,53 | 25.899.418,56 | 32,76 |
| ES | AFONSO CLAUDIO | 32 | 10 | 2 | (14.413.719,93) | 49.840.772,88 | - |
| ES | ANCHIETA | 32 | 40 | 9 | (61.303.774,61) | 170.220.544,07 | - |
| ES | BOM JESUS DO NORTE | 32 | 110 | 0 | 281.601,40 | 16.176.619,91 | 1,74 |
| ES | CASTELO | 32 | 140 | 7 | (11.652.472,61) | 58.536.650,90 | - |
| ES | CONCEICAO DO CASTELO | 32 | 170 | 4 | (4.985.541,88) | 24.853.147,27 | - |
| ES | DOMINGOS MARTINS | 32 | 190 | 2 | (16.088.356,23) | 59.275.978,77 | - |
| ES | ICONHA | 32 | 260 | 3 | (3.225.891,76) | 26.800.989,35 | - |
| ES | ITAGUACU | 32 | 270 | 2 | (8.202.199,32) | 27.531.941,54 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ES | ITAPEMIRIM | 32 | 280 | 1 | (39.760.758,63) | 116.718.282,83 | - |
| ES | ITARANA | 32 | 290 | 0 | (4.829.507,29) | 21.075.726,08 | - |
| ES | JERONIMO MONTEIRO | 32 | 310 | 6 | (2.773.562,61) | 20.888.361,74 | - |
| ES | MANTENOPOLIS | 32 | 330 | 4 | 1.295.818,35 | 23.627.054,68 | 5,48 |
| ES | MARATAIZES | 32 | 332 | 0 | (29.613.947,00) | 67.836.599,77 | - |
| ES | MARECHAL FLORIANO | 32 | 334 | 6 | (2.476.958,27) | 29.358.890,98 | - |
| ES | MUQUI | 32 | 380 | 9 | (2.108.778,94) | 23.327.061,75 | - |
| ES | PIUMA | 32 | 420 | 3 | (18.561.251,39) | 44.237.818,39 | - |
| ES | PRESIDENTE KENNEDY | 32 | 430 | 2 | (160.775.274,81) | 169.320.646,67 | - |
| ES | SANTA MARIA DE JETIBA | 32 | 455 | 9 | (4.115.440,09) | 57.728.247,42 | - |
| ES | SANTA TERESA | 32 | 460 | 9 | (9.062.403,18) | 43.018.306,32 | - |
| ES | SAO DOMINGOS DO NORTE | 32 | 465 | 8 | (4.468.650,67) | 18.727.785,03 | - |
| ES | SAO JOSE DO CALCADO | 32 | 480 | 7 | (1.800.257,26) | 21.318.643,96 | - |
| ES | SAO ROQUE DO CANAA | 32 | 495 | 5 | (5.417.573,53) | 19.523.766,16 | - |
| ES | VARGEM ALTA | 32 | 503 | 6 | (1.263.697,18) | 38.862.610,05 | - |
| ES | VENDA NOVA DO IMIGRANTE | 32 | 506 | 9 | (10.133.868,54) | 38.728.850,80 | - |
| ES | VILA VALERIO | 32 | 517 | 6 | - | 27.678.257,78 | - |
| GO | ABADIANIA | 52 | 10 | 0 | - | 18.920.551,96 | - |
| GO | COCALZINHO DE GOIAS | 52 | 551 | 3 | - | 22.386.613,21 | - |
| GO | INDIARA | 52 | 995 | 2 | (797.452,15) | 18.910.094,57 | - |
| GO | PIRACANJUBA | 52 | 1710 | 4 | 49.887.198,64 | 34.640.812,73 | 144,01 |
| GO | RUBIATABA | 52 | 1890 | 4 | (2.546.175,71) | 23.815.657,77 | - |
| GO | SANTO ANTONIO DA BARRA | 52 | 1971 | 2 | (2.092.350,31) | 10.233.548,13 | - |
| MA | FORTALEZA DOS NOGUEIRAS | 21 | 410 | 7 | (102.309,12) | 13.392.952,84 | - |
| MA | SAO JOAO DOS PATOS | 21 | 1110 | 2 | (4.241.266,14) | 27.821.548,50 | - |
| MA | SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS | 21 | 1160 | 7 | - | 23.532.792,85 | - |
| MG | ABADIA DOS DOURADOS | 31 | 10 | 4 | 779.261,99 | 10.754.410,14 | 7,25 |
| MG | ABAETE | 31 | 20 | 3 | 7.768.504,83 | 26.366.006,98 | 29,46 |
| MG | ABRE CAMPO | 31 | 30 | 2 | (1.177.898,04) | 16.084.161,76 | - |
| MG | ACAIACA | 31 | 40 | 1 | (2.901.392,94) | 7.712.628,60 | - |
| MG | ACUCENA | 31 | 50 | 0 | 543.578,32 | 14.555.936,45 | 3,73 |
| MG | AGUA COMPRIDA | 31 | 70 | 8 | (462.244,00) | 9.351.788,35 | - |
| MG | AGUAS FORMOSAS | 31 | 90 | 6 | (3.116.813,44) | 20.490.280,38 | - |
| MG | AGUAS VERMELHAS | 31 | 100 | 3 | 1.519.545,42 | 13.778.166,30 | 11,03 |
| MG | ALBERTINA | 31 | 140 | 9 | (1.824.847,54) | 8.585.088,01 | - |
| MG | ALEM PARAIBA | 31 | 150 | 8 | (4.250.529,80) | 41.759.764,81 | - |
| MG | ALFREDO VASCONCELOS | 31 | 163 | 1 | (2.263.886,81) | 8.797.277,37 | - |
| MG | ALMENARA | 31 | 170 | 6 | 1.648.742,09 | 37.652.792,33 | 4,38 |
| MG | ALPINOPOLIS | 31 | 190 | 4 | 694.970,13 | 20.723.946,60 | 3,35 |
| MG | ALTEROSA | 31 | 200 | 1 | (938.587,75) | 17.190.679,44 | - |
| MG | ALTO CAPARAO | 31 | 205 | 0 | 274.470,75 | 8.367.944,96 | 3,28 |
| MG | ALVARENGA | 31 | 220 | 9 | 247.406,50 | 7.485.717,07 | 3,31 |
| MG | ALVINOPOLIS | 31 | 230 | 8 | 5.194.697,36 | 17.653.977,58 | 29,43 |
| MG | ALVORADA DE MINAS | 31 | 240 | 7 | (351.033,78) | 10.085.593,30 | - |
| MG | AMPARO DO SERRA | 31 | 250 | 6 | 369.387,00 | 8.166.185,00 | 4,52 |
| MG | ANDRADAS | 31 | 260 | 5 | 1.002.824,10 | 43.477.378,76 | 2,31 |
| MG | ANDRELANDIA | 31 | 280 | 3 | (145.886,89) | 14.056.286,54 | - |
| MG | ANGELANDIA | 31 | 285 | 2 | (277.920,24) | 11.598.922,30 | - |
| MG | ANTONIO PRADO DE MINAS | 31 | 310 | 8 | (675.555,83) | 6.267.183,52 | - |
| MG | ARACUAI | 31 | 340 | 5 | (1.115.011,75) | 29.410.442,67 | - |
| MG | ARAPONGA | 31 | 370 | 2 | - | 7.851.805,49 | - |
| MG | ARAUJOS | 31 | 390 | 0 | (963.032,34) | 10.999.157,71 | - |
| MG | ARCEBURGO | 31 | 410 | 6 | (2.602.607,40) | 15.823.576,57 | - |
| MG | AREADO | 31 | 430 | 4 | (1.171.776,61) | 16.843.213,07 | - |
| MG | ARGIRITA | 31 | 440 | 3 | - | 7.781.466,57 | - |
| MG | ARINOS | 31 | 450 | 2 | (2.748.171,28) | 24.875.395,15 | - |
| MG | AUGUSTO DE LIMA | 31 | 480 | 9 | (1.094.202,56) | 10.133.382,48 | - |
| MG | BALDIM | 31 | 500 | 4 | 2.532.781,91 | 9.826.099,73 | 25,78 |
| MG | BAMBUI | 31 | 510 | 3 | 2.664.976,10 | 26.246.670,20 | 10,15 |
| MG | BARAO DE COCAIS | 31 | 540 | 0 | (18.079.799,00) | 62.417.925,00 | - |
| MG | BARAO DE MONTE ALTO | 31 | 550 | 9 | 951.746,23 | 13.670.889,01 | 6,96 |
| MG | BARRA LONGA | 31 | 570 | 7 | 293.139,36 | 8.697.245,46 | 3,37 |
| MG | BELA VISTA DE MINAS | 31 | 600 | 2 | (598.704,59) | 12.061.420,97 | - |
| MG | BELMIRO BRAGA | 31 | 610 | 1 | (1.483.501,80) | 9.211.047,04 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | BELO ORIENTE | 31 | 630 | 9 | 11.238.199,53 | 47.622.201,02 | 23,60 |
| MG | BELO VALE | 31 | 640 | 8 | (1.498.427,87) | 13.960.092,84 | - |
| MG | BERIZAL | 31 | 665 | 5 | 1.487.989,69 | 8.275.227,78 | 17,98 |
| MG | BERTOPOLIS | 31 | 660 | 6 | 1.505.486,22 | 9.188.031,14 | 16,39 |
| MG | BIAS FORTES | 31 | 680 | 4 | (1.347.041,03) | 7.073.994,64 | - |
| MG | BICAS | 31 | 690 | 3 | (2.868.688,05) | 17.095.895,54 | - |
| MG | BIQUINHAS | 31 | 700 | 0 | (552.224,30) | 7.696.570,00 | - |
| MG | BOA ESPERANCA | 31 | 710 | 9 | 11.432.549,53 | 47.135.642,85 | 24,25 |
| MG | BOCAIUVA | 31 | 730 | 7 | 15.320.389,02 | 54.259.081,17 | 28,24 |
| MG | BOM JARDIM DE MINAS | 31 | 750 | 5 | (902.237,65) | 10.280.542,97 | - |
| MG | BOM JESUS DA PENHA | 31 | 760 | 4 | (7.417.888,38) | 9.077.957,70 | - |
| MG | BOM JESUS DO AMPARO | 31 | 770 | 3 | - | 8.563.065,50 | - |
| MG | BOM REPOUSO | 31 | 790 | 1 | (89.637,41) | 12.569.594,54 | - |
| MG | BONFIM | 31 | 810 | 7 | 2.086.179,60 | 9.205.035,90 | 22,66 |
| MG | BONITO DE MINAS | 31 | 825 | 5 | - | 10.968.630,00 | - |
| MG | BOTUMIRIM | 31 | 850 | 3 | 21.104,12 | 9.464.683,55 | 0,22 |
| MG | BRAS PIRES | 31 | 870 | 1 | 172.987,53 | 8.573.080,18 | 2,02 |
| MG | BRASILIA DE MINAS | 31 | 860 | 2 | 2.728.765,63 | 41.499.620,13 | 6,58 |
| MG | BRASOPOLIS | 31 | 890 | 9 | (1.638.199,42) | 16.028.151,71 | - |
| MG | BRAUNAS | 31 | 880 | 0 | 358.439,98 | 10.654.941,11 | 3,36 |
| MG | BRUMADINHO | 31 | 900 | 6 | (25.358.884,79) | 114.776.811,58 | - |
| MG | BUENO BRANDAO | 31 | 910 | 5 | 261.511,67 | 11.825.977,94 | 2,21 |
| MG | BUENOPOLIS | 31 | 920 | 4 | 73.010,75 | 13.327.391,10 | 0,55 |
| MG | BUGRE | 31 | 925 | 3 | (570.631,41) | 7.221.978,69 | - |
| MG | BURITIS | 31 | 930 | 3 | 585.905,13 | 36.721.523,93 | 1,60 |
| MG | BURITIZEIRO | 31 | 940 | 2 | 7.645.357,44 | 34.500.031,14 | 22,16 |
| MG | CACHOEIRA DA PRATA | 31 | 960 | 0 | (2.429.879,90) | 8.260.377,83 | - |
| MG | CACHOEIRA DE MINAS | 31 | 970 | 9 | (2.363.875,57) | 13.510.093,99 | - |
| MG | CACHOEIRA DE PAJEU | 31 | 270 | 4 | 2.017.408,51 | 10.843.843,53 | 18,60 |
| MG | CACHOEIRA DOURADA | 31 | 980 | 8 | 870.753,80 | 21.890.189,61 | 3,98 |
| MG | CAETANOPOLIS | 31 | 990 | 7 | 1.649.728,74 | 12.756.704,88 | 12,93 |
| MG | CAETE | 31 | 1000 | 4 | (2.014.084,96) | 44.086.807,68 | - |
| MG | CAMANDUCAIA | 31 | 1050 | 9 | (8.188.791,63) | 30.102.102,47 | - |
| MG | CAMBUI | 31 | 1060 | 8 | (18.991.891,38) | 35.348.292,05 | - |
| MG | CAMPANARIO | 31 | 1080 | 6 | 2.621.395,83 | 8.095.811,35 | 32,38 |
| MG | CAMPANHA | 31 | 1090 | 5 | 14.977,17 | 19.693.951,03 | 0,08 |
| MG | CAMPINA VERDE | 31 | 1110 | 1 | (1.020.580,32) | 25.154.125,22 | - |
| MG | CAMPO FLORIDO | 31 | 1140 | 8 | 24.188,64 | 18.300.318,98 | 0,13 |
| MG | CANA VERDE | 31 | 1190 | 3 | 1.881.076,88 | 8.105.158,97 | 23,21 |
| MG | CANAPOLIS | 31 | 1180 | 4 | (336.183,14) | 20.010.153,01 | - |
| MG | CANTAGALO | 31 | 1205 | 9 | (1.397.319,65) | 7.916.678,26 | - |
| MG | CAPELA NOVA | 31 | 1220 | 8 | 115.154,24 | 7.620.034,73 | 1,51 |
| MG | CAPETINGA | 31 | 1240 | 6 | (360.321,50) | 9.547.087,92 | - |
| MG | CAPINOPOLIS | 31 | 1260 | 4 | 2.469.337,52 | 22.679.747,68 | 10,89 |
| MG | CAPITAO ANDRADE | 31 | 1265 | 3 | (707.319,46) | 8.613.759,19 | - |
| MG | CAPITOLIO | 31 | 1280 | 2 | (4.720.224,96) | 16.826.430,20 | - |
| MG | CARAI | 31 | 1300 | 8 | 194.660,16 | 23.505.534,09 | 0,83 |
| MG | CARANAIBA | 31 | 1310 | 7 | 76.267,59 | 8.098.979,45 | 0,94 |
| MG | CARANDAI | 31 | 1320 | 6 | (6.258.186,78) | 30.037.904,65 | - |
| MG | CARANGOLA | 31 | 1330 | 5 | (782.330,17) | 35.129.240,07 | - |
| MG | CARBONITA | 31 | 1350 | 3 | (978.910,82) | 12.653.870,49 | - |
| MG | CAREACU | 31 | 1360 | 2 | (879.156,40) | 9.187.038,45 | - |
| MG | CARLOS CHAGAS | 31 | 1370 | 1 | (11.859.931,01) | 26.347.309,32 | - |
| MG | CARMO DE MINAS | 31 | 1410 | 5 | 242.107,08 | 18.327.582,69 | 1,32 |
| MG | CARMO DO CAJURU | 31 | 1420 | 4 | (334.177,02) | 24.550.699,70 | - |
| MG | CARMO DO PARANAIBA | 31 | 1430 | 3 | (2.222.358,79) | 33.795.799,15 | - |
| MG | CARMO DO RIO CLARO | 31 | 1440 | 2 | (5.248.920,12) | 27.524.491,36 | - |
| MG | CARMOPOLIS DE MINAS | 31 | 1450 | 1 | (3.998.930,54) | 22.495.455,78 | - |
| MG | CARNEIRINHO | 31 | 1455 | 0 | 1.696.603,79 | 29.527.684,95 | 5,75 |
| MG | CARVALHOPOLIS | 31 | 1470 | 9 | (1.274.767,52) | 8.280.316,07 | - |
| MG | CARVALHOS | 31 | 1480 | 8 | 41.979,20 | 7.275.838,24 | 0,58 |
| MG | CASA GRANDE | 31 | 1490 | 7 | - | 7.100.342,85 | - |
| MG | CATAS ALTAS | 31 | 1535 | 9 | (5.086.536,15) | 20.880.804,71 | - |
| MG | CATAS ALTAS DA NORUEGA | 31 | 1540 | 9 | (737.827,75) | 6.354.334,39 | - |
| MG | CATUTI | 31 | 1547 | 4 | (1.240.794,09) | 9.060.913,25 | - |
| MG | CEDRO DO ABAETE | 31 | 1560 | 7 | (865.672,40) | 6.508.000,55 | - |

Relação Divida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | CENTRAL DE MINAS | 31 | 1570 | 6 | 1.005.912,08 | 9.264.591,60 | 10,86 |
| MG | CHACARA | 31 | 1590 | 4 | - | 7.342.505,26 | - |
| MG | CHAPADA DO NORTE | 31 | 1610 | 0 | (1.393.343,62) | 17.206.666,89 | - |
| MG | CHAPADA GAUCHA | 31 | 1615 | 9 | (654.895,18) | 15.409.778,26 | - |
| MG | CIPOTANEA | 31 | 1630 | 8 | - | 8.046.493,99 | - |
| MG | CLARAVAL | 31 | 1640 | 7 | 1.153.786,73 | 8.314.701,97 | 13,88 |
| MG | CLARO DOS POCOES | 31 | 1650 | 6 | (352.420,72) | 9.628.746,76 | - |
| MG | COIMBRA | 31 | 1670 | 4 | (1.475.551,89) | 10.365.878,08 | - |
| MG | COLUNA | 31 | 1680 | 3 | - | 10.971.073,91 | - |
| MG | COMENDADOR GOMES | 31 | 1690 | 2 | - | 9.683.994,89 | - |
| MG | CONCEICAO DA APARECIDA | 31 | 1710 | 8 | 2.243.098,34 | 13.287.545,82 | 16,88 |
| MG | CONCEICAO DA BARRA DE MINAS | 31 | 1520 | 1 | (443.787,62) | 7.194.124,86 | - |
| MG | CONCEICAO DAS ALAGOAS | 31 | 1730 | 6 | 2.603.579,48 | 44.892.515,47 | 5,80 |
| MG | CONCEICAO DAS PEDRAS | 31 | 1720 | 7 | (921.959,02) | 6.740.994,45 | - |
| MG | CONCEICAO DO MATO DENTRO | 31 | 1750 | 4 | (2.539.633,35) | 24.083.295,30 | - |
| MG | CONCEICAO DO PARA | 31 | 1760 | 3 | (1.515.096,26) | 12.543.666,81 | - |
| MG | CONCEICAO DO RIO VERDE | 31 | 1770 | 2 | (2.126.339,01) | 15.247.970,25 | - |
| MG | CONCEICAO DOS OUROS | 31 | 1780 | 1 | (1.573.092,54) | 14.019.432,30 | - |
| MG | CONEGO MARINHO | 31 | 1783 | 6 | - | 10.251.608,36 | - |
| MG | CONGONHAL | 31 | 1790 | 0 | 1.178.980,62 | 12.106.207,74 | 9,74 |
| MG | CONGONHAS DO NORTE | 31 | 1810 | 6 | 1.117.109,02 | 7.954.356,43 | 14,04 |
| MG | CONQUISTA | 31 | 1820 | 5 | 1.509.786,96 | 14.453.022,74 | 10,45 |
| MG | CONSELHEIRO PENA | 31 | 1840 | 3 | (3.408.598,92) | 26.297.353,25 | - |
| MG | CONSOLACAO | 31 | 1850 | 2 | (1.058.734,10) | 6.372.085,64 | - |
| MG | CORACAO DE JESUS | 31 | 1880 | 9 | 6.446.064,89 | 24.576.693,78 | 26,23 |
| MG | CORDISBURGO | 31 | 1890 | 8 | 1.502.286,83 | 9.373.733,18 | 16,03 |
| MG | CORDISLANDIA | 31 | 1900 | 5 | (1.112.663,91) | 7.229.633,91 | - |
| MG | COROACI | 31 | 1920 | 3 | 618.297,59 | 15.518.137,83 | 3,98 |
| MG | COROMANDEL | 31 | 1930 | 2 | (5.590.151,08) | 35.273.452,19 | - |
| MG | CORONEL XAVIER CHAVES | 31 | 1970 | 8 | (316.736,29) | 7.283.326,16 | - |
| MG | CORREGO DO BOM JESUS | 31 | 1990 | 6 | (1.720.300,67) | 7.096.873,92 | - |
| MG | CORREGO FUNDO | 31 | 1995 | 5 | (2.438.883,00) | 10.876.593,00 | - |
| MG | CRISTAIS | 31 | 2020 | 1 | (76.074,43) | 16.488.469,44 | - |
| MG | CRISTIANO OTONI | 31 | 2040 | 9 | (979.438,06) | 9.405.112,07 | - |
| MG | CRUCILANDIA | 31 | 2060 | 7 | (692.223,63) | 8.361.657,57 | - |
| MG | CRUZEIRO DA FORTALEZA | 31 | 2070 | 6 | 706.440,27 | 10.059.442,13 | 7,04 |
| MG | CRUZILIA | 31 | 2080 | 5 | (1.030.359,25) | 17.969.880,61 | - |
| MG | CUPARAQUE | 31 | 2083 | 9 | 60.017,99 | 8.235.626,78 | 0,73 |
| MG | CURRAL DE DENTRO | 31 | 2087 | 0 | (1.214.059,92) | 9.784.708,13 | - |
| MG | DATAS | 31 | 2100 | 1 | 2.176.185,33 | 8.872.663,52 | 24,53 |
| MG | DELFIM MOREIRA | 31 | 2110 | 0 | (830.173,02) | 10.659.776,21 | - |
| MG | DELTA | 31 | 2125 | 8 | 476.880,84 | 17.956.510,29 | 2,66 |
| MG | DESCOBERTO | 31 | 2130 | 8 | 945.193,58 | 9.315.986,15 | 10,15 |
| MG | DIAMANTINA | 31 | 2160 | 5 | (4.667.100,81) | 51.418.678,01 | - |
| MG | DIVINESIA | 31 | 2190 | 2 | - | 7.306.117,37 | - |
| MG | DIVINO | 31 | 2200 | 9 | (2.195.442,67) | 21.803.647,17 | - |
| MG | DIVINO DAS LARANJEIRAS | 31 | 2210 | 8 | 250.269,07 | 8.387.458,95 | 2,98 |
| MG | DIVINOLANDIA DE MINAS | 31 | 2220 | 7 | 1.332.373,66 | 10.062.280,43 | 13,24 |
| MG | DIVISA NOVA | 31 | 2240 | 5 | (1.372.590,42) | 8.746.198,82 | - |
| MG | DIVISOPOLIS | 31 | 2245 | 4 | (659.213,62) | 10.742.664,46 | - |
| MG | DOM BOSCO | 31 | 2247 | 0 | 710.850,78 | 8.101.455,02 | 8,77 |
| MG | DOM CAVATI | 31 | 2250 | 4 | 446.099,46 | 8.064.126,61 | 5,53 |
| MG | DOM SILVERIO | 31 | 2270 | 2 | (2.658.698,16) | 8.367.202,78 | - |
| MG | DOM VICOSO | 31 | 2280 | 1 | (569.303,99) | 6.576.681,49 | - |
| MG | DORES DE GUANHAES | 31 | 2310 | 6 | (2.837.179,99) | 10.647.831,39 | - |
| MG | DORES DO INDAIA | 31 | 2320 | 5 | 6.601.872,42 | 17.494.824,55 | 37,74 |
| MG | DOURADOQUARA | 31 | 2350 | 2 | 895.066,57 | 7.600.692,83 | 11,78 |
| MG | DURANDE | 31 | 2352 | 8 | 50.257,51 | 9.127.749,79 | 0,55 |
| MG | ELOI MENDES | 31 | 2360 | 1 | (4.516.730,00) | 30.761.825,00 | - |
| MG | ENGENHEIRO CALDAS | 31 | 2370 | 0 | 612.266,56 | 14.518.108,65 | 4,22 |
| MG | ENGENHEIRO NAVARRO | 31 | 2380 | 9 | 1.365.418,29 | 10.447.348,51 | 13,07 |
| MG | ENTRE FOLHAS | 31 | 2385 | 8 | (1.207.566,15) | 7.950.893,73 | - |
| MG | ENTRE RIOS DE MINAS | 31 | 2390 | 8 | (2.807.202,29) | 14.920.606,70 | - |
| MG | ESPERA FELIZ | 31 | 2420 | 3 | (3.636.738,80) | 22.545.088,19 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | ESPIRITO SANTO DO DOURADO | 31 | 2440 | 1 | (868.349,47) | 8.333.701,75 | - |
| MG | ESTRELA DO INDAIA | 31 | 2470 | 8 | (103.843,32) | 8.147.983,39 | - |
| MG | ESTRELA DO SUL | 31 | 2480 | 7 | 1.136.462,51 | 12.388.327,77 | 9,19 |
| MG | EUGENOPOLIS | 31 | 2490 | 6 | (840.094,48) | 11.770.455,15 | - |
| MG | FAMA | 31 | 2520 | 0 | (528.723,30) | 6.887.083,64 | - |
| MG | FELICIO DOS SANTOS | 31 | 2540 | 8 | 741.013,81 | 8.957.112,55 | 8,27 |
| MG | FELISBURGO | 31 | 2560 | 6 | (184.468,51) | 9.479.888,72 | - |
| MG | FERVEDOURO | 31 | 2595 | 2 | (521.443,45) | 12.417.225,85 | - |
| MG | FORMOSO | 31 | 2620 | 8 | (706.455,60) | 12.543.930,41 | - |
| MG | FORTUNA DE MINAS | 31 | 2640 | 6 | - | 7.676.193,18 | - |
| MG | FRANCISCO SA | 31 | 2670 | 3 | 6.124.048,09 | 27.947.898,66 | 21,91 |
| MG | FRANCISCOPOLIS | 31 | 2675 | 2 | (1.402.658,51) | 8.941.197,22 | - |
| MG | FREI GASPAR | 31 | 2680 | 2 | 1.110.654,79 | 10.533.418,42 | 10,54 |
| MG | FREI INOCENCIO | 31 | 2690 | 1 | 457.376,06 | 11.599.111,78 | 3,94 |
| MG | FREI LAGONEGRO | 31 | 2695 | 0 | (380.196,35) | 7.368.622,82 | - |
| MG | FRONTEIRA | 31 | 2700 | 8 | 2.186.898,96 | 29.517.884,93 | 7,41 |
| MG | FRUTA DE LEITE | 31 | 2707 | 3 | (513.410,50) | 10.270.690,74 | - |
| MG | GALILEIA | 31 | 2730 | 5 | 406.013,58 | 10.993.637,12 | 3,69 |
| MG | GLAUCILANDIA | 31 | 2735 | 4 | (81.385,34) | 6.920.525,43 | - |
| MG | GONCALVES | 31 | 2740 | 4 | 61.462,31 | 8.498.736,57 | 0,72 |
| MG | GOUVEIA | 31 | 2760 | 2 | 397.657,95 | 12.604.908,65 | 3,15 |
| MG | GRAO MOGOL | 31 | 2780 | 0 | (50.186,85) | 22.674.741,82 | - |
| MG | GRUPIARA | 31 | 2790 | 9 | (2.691.317,82) | 9.010.835,87 | - |
| MG | GUARANESIA | 31 | 2830 | 3 | (3.903.224,22) | 28.413.626,75 | - |
| MG | GUARANI | 31 | 2840 | 2 | (3.590.621,50) | 12.434.169,84 | - |
| MG | GUARDA-MOR | 31 | 2860 | 0 | (1.219.471,23) | 14.083.638,14 | - |
| MG | GUIMARANIA | 31 | 2890 | 7 | (1.619.352,96) | 10.404.461,41 | - |
| MG | HELIODORA | 31 | 2920 | 2 | (815.190,78) | 9.182.363,25 | - |
| MG | IBERTIOGA | 31 | 2940 | 0 | (1.225.183,77) | 8.994.333,91 | - |
| MG | IBIA | 31 | 2950 | 9 | 3.050.735,00 | 41.511.774,78 | 7,35 |
| MG | IBIAI | 31 | 2960 | 8 | (83.822,49) | 9.639.085,57 | - |
| MG | IBIRACI | 31 | 2970 | 7 | (4.224.871,46) | 20.052.103,24 | - |
| MG | IGARAPE | 31 | 3010 | 1 | (740.677,97) | 44.472.326,89 | - |
| MG | ILICINEA | 31 | 3050 | 7 | (822.734,44) | 14.473.937,53 | - |
| MG | IMBE DE MINAS | 31 | 3055 | 6 | (764.662,25) | 8.720.291,17 | - |
| MG | INCONFIDENTES | 31 | 3060 | 6 | (271.251,04) | 9.635.154,76 | - |
| MG | INDAIABIRA | 31 | 3065 | 5 | (163.804,92) | 10.769.628,39 | - |
| MG | INHAUMA | 31 | 3100 | 0 | - | 10.872.055,63 | - |
| MG | INIMUTABA | 31 | 3110 | 9 | 3.141.039,57 | 9.387.316,31 | 33,46 |
| MG | IPABA | 31 | 3115 | 8 | (84.469,47) | 14.935.419,72 | - |
| MG | IPANEMA | 31 | 3120 | 8 | (1.640.731,43) | 21.178.505,24 | - |
| MG | IRAI DE MINAS | 31 | 3160 | 4 | 288.510,79 | 13.282.444,17 | 2,17 |
| MG | ITABIRITO | 31 | 3190 | 1 | (19.053.174,93) | 121.053.177,99 | - |
| MG | ITACARAMBI | 31 | 3210 | 7 | (1.745.039,08) | 27.960.332,12 | - |
| MG | ITAIPE | 31 | 3230 | 5 | 3.438.521,34 | 14.670.517,48 | 23,44 |
| MG | ITAMARANDIBA | 31 | 3250 | 3 | 522.787,98 | 35.158.986,55 | 1,49 |
| MG | ITAMARATI DE MINAS | 31 | 3260 | 2 | 98.317,09 | 9.474.723,72 | 1,04 |
| MG | ITAMBACURI | 31 | 3270 | 1 | 7.217.398,57 | 28.947.455,45 | 24,93 |
| MG | ITAMBE DO MATO DENTRO | 31 | 3280 | 0 | - | 6.385.097,20 | - |
| MG | ITAMOGI | 31 | 3290 | 9 | 698.869,71 | 14.584.457,05 | 4,79 |
| MG | ITAMONTE | 31 | 3300 | 6 | 39.334,42 | 20.905.765,43 | 0,19 |
| MG | ITAPAGIPE | 31 | 3340 | 2 | 3.827.652,52 | 24.992.066,60 | 15,32 |
| MG | ITAPECERICA | 31 | 3350 | 1 | 957.802,87 | 21.298.952,15 | 4,50 |
| MG | ITAPEVA | 31 | 3360 | 0 | 1.065.060,46 | 14.051.893,45 | 7,58 |
| MG | ITAU DE MINAS | 31 | 3375 | 8 | (723.428,47) | 32.159.894,87 | - |
| MG | ITAVERAVA | 31 | 3390 | 7 | 870.000,52 | 7.024.300,86 | 12,39 |
| MG | ITUMIRIM | 31 | 3430 | 1 | 260.401,42 | 7.908.450,85 | 3,29 |
| MG | ITURAMA | 31 | 3440 | 0 | 11.605.876,97 | 77.862.219,56 | 14,91 |
| MG | ITUTINGA | 31 | 3450 | 9 | (54.157,02) | 9.589.397,35 | - |
| MG | JABOTICATUBAS | 31 | 3460 | 8 | (3.342.386,51) | 20.556.536,81 | - |
| MG | JACINTO | 31 | 3470 | 7 | 1.516.941,34 | 14.476.109,94 | 10,48 |
| MG | JACUTINGA | 31 | 3490 | 5 | (4.874.989,00) | 34.811.925,34 | - |
| MG | JAGUARACU | 31 | 3500 | 1 | - | 8.407.510,62 | - |
| MG | JAIBA | 31 | 3505 | 0 | (232.030,78) | 34.003.012,72 | - |
| MG | JAMPRUCA | 31 | 3507 | 6 | 102.597,46 | 8.381.676,75 | 1,22 |
| MG | JAPARAIBA | 31 | 3530 | 8 | (685.239,66) | 6.105.823,67 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | JECEABA | 31 | 3540 | 7 | (21.049.073,64) | 33.800.387,68 | - |
| MG | JENIPAPO DE MINAS | 31 | 3545 | 6 | - | 9.683.333,34 | - |
| MG | JEQUERI | 31 | 3550 | 6 | 3.928.407,39 | 17.052.644,69 | 23,04 |
| MG | JEQUITINHONHA | 31 | 3580 | 3 | 9.341.108,95 | 26.009.176,48 | 35,91 |
| MG | JESUANIA | 31 | 3590 | 2 | 1.097.622,23 | 8.863.357,40 | 12,38 |
| MG | JOANESIA | 31 | 3610 | 8 | (978.494,14) | 9.199.107,53 | - |
| MG | JOAO PINHEIRO | 31 | 3630 | 6 | (266.508,63) | 58.160.679,07 | - |
| MG | JOAQUIM FELICIO | 31 | 3640 | 5 | 2.932.597,88 | 9.876.770,66 | 29,69 |
| MG | JOSE RAYDAN | 31 | 3655 | 3 | (490.476,78) | 8.774.202,90 | - |
| MG | JOSENOPOLIS | 31 | 3657 | 9 | - | 8.779.208,60 | - |
| MG | JUATUBA | 31 | 3665 | 2 | 5.348.940,55 | 51.728.014,39 | 10,34 |
| MG | JUVENILIA | 31 | 3695 | 9 | (1.716.582,45) | 9.516.888,87 | - |
| MG | LADAINHA | 31 | 3700 | 7 | (1.076.336,23) | 19.379.448,35 | - |
| MG | LAGAMAR | 31 | 3710 | 6 | (1.618.647,00) | 10.746.516,00 | - |
| MG | LAGOA DA PRATA | 31 | 3720 | 5 | (5.471.432,26) | 53.095.915,85 | - |
| MG | LAGOA DOS PATOS | 31 | 3730 | 4 | 181.499,97 | 8.680.377,06 | 2,09 |
| MG | LAGOA FORMOSA | 31 | 3750 | 2 | (360.079,06) | 23.327.646,76 | - |
| MG | LAGOA GRANDE | 31 | 3753 | 6 | (1.226.462,30) | 11.564.255,73 | - |
| MG | LAJINHA | 31 | 3770 | 0 | 4.390.020,92 | 23.871.192,49 | 18,39 |
| MG | LAMBARI | 31 | 3780 | 9 | (14.805.391,36) | 24.562.346,82 | - |
| MG | LAMIM | 31 | 3790 | 8 | 831.616,71 | 6.892.795,36 | 12,07 |
| MG | LEANDRO FERREIRA | 31 | 3830 | 2 | (78.423,70) | 7.033.999,04 | - |
| MG | LEME DO PRADO | 31 | 3835 | 1 | (947.060,60) | 9.428.384,76 | - |
| MG | LIMEIRA DO OESTE | 31 | 3862 | 5 | 2.949.760,37 | 16.065.367,76 | 18,36 |
| MG | LONTRA | 31 | 3865 | 8 | 3.777.302,55 | 10.697.622,75 | 35,31 |
| MG | LUISBURGO | 31 | 3867 | 4 | - | 9.025.938,79 | - |
| MG | LUZ | 31 | 3880 | 7 | 3.202.513,12 | 22.789.366,28 | 14,05 |
| MG | MACHACALIS | 31 | 3890 | 6 | 794.131,54 | 9.657.866,69 | 8,22 |
| MG | MADRE DE DEUS DE MINAS | 31 | 3910 | 2 | - | 8.194.156,40 | - |
| MG | MALACACHETA | 31 | 3920 | 1 | (6.899.598,23) | 22.813.450,46 | - |
| MG | MANHUMIRIM | 31 | 3950 | 8 | 1.584.361,16 | 26.199.461,27 | 6,05 |
| MG | MANTENA | 31 | 3960 | 7 | 442.257,59 | 33.849.902,09 | 1,31 |
| MG | MARIA DA FE | 31 | 3990 | 4 | (1.065.406,97) | 15.973.006,68 | - |
| MG | MARIO CAMPOS | 31 | 4015 | 9 | 132.628,02 | 13.953.619,98 | 0,95 |
| MG | MARIPA DE MINAS | 31 | 4020 | 9 | (501.672,57) | 7.363.829,78 | - |
| MG | MARLIERIA | 31 | 4030 | 8 | (1.631.035,42) | 9.727.710,86 | - |
| MG | MARTINHO CAMPOS | 31 | 4050 | 6 | (1.129.164,27) | 18.941.158,69 | - |
| MG | MARTINS SOARES | 31 | 4053 | 0 | (357.717,58) | 9.908.955,24 | - |
| MG | MATERLANDIA | 31 | 4060 | 5 | (1.336.213,54) | 8.968.744,67 | - |
| MG | MATHIAS LOBATO | 31 | 7150 | 1 | 254.499,18 | 8.298.670,39 | 3,07 |
| MG | MATIAS BARBOSA | 31 | 4080 | 3 | (3.926.371,55) | 33.321.323,87 | - |
| MG | MATIPO | 31 | 4090 | 2 | 6.213.163,17 | 20.193.808,13 | 30,77 |
| MG | MATOZINHOS | 31 | 4110 | 8 | 15.863.151,54 | 43.665.596,42 | 36,33 |
| MG | MEDEIROS | 31 | 4130 | 6 | 198.738,00 | 9.183.700,00 | 2,16 |
| MG | MEDINA | 31 | 4140 | 5 | 8.068.947,44 | 21.862.700,20 | 36,91 |
| MG | MENDES PIMENTEL | 31 | 4150 | 4 | 928.274,39 | 10.660.465,21 | 8,71 |
| MG | MERCES | 31 | 4160 | 3 | (1.952.591,70) | 12.018.388,00 | - |
| MG | MINAS NOVAS | 31 | 4180 | 1 | (2.665.585,93) | 30.398.645,60 | - |
| MG | MINDURI | 31 | 4190 | 0 | 1.033.653,88 | 7.821.786,18 | 13,22 |
| MG | MIRABELA | 31 | 4200 | 7 | 223.684,52 | 15.756.416,83 | 1,42 |
| MG | MIRADOURO | 31 | 4210 | 6 | (1.504.167,50) | 14.078.682,16 | - |
| MG | MIRAVANIA | 31 | 4225 | 4 | 149.224,26 | 8.815.373,18 | 1,69 |
| MG | MONJOLOS | 31 | 4250 | 2 | (1.241.035,46) | 7.119.604,34 | - |
| MG | MONSENHOR PAULO | 31 | 4260 | 1 | (993.694,29) | 10.790.189,77 | - |
| MG | MONTE ALEGRE DE MINAS | 31 | 4280 | 9 | (4.819.741,44) | 34.197.889,20 | - |
| MG | MONTE BELO | 31 | 4300 | 5 | (2.766.991,57) | 14.573.732,81 | - |
| MG | MONTE CARMELO | 31 | 4310 | 4 | 10.403.741,13 | 57.759.510,86 | 18,01 |
| MG | MONTE SANTO DE MINAS | 31 | 4320 | 3 | (3.202.966,21) | 26.668.403,57 | - |
| MG | MONTE SIAO | 31 | 4340 | 1 | (5.220.024,61) | 30.506.846,82 | - |
| MG | MONTEZUMA | 31 | 4345 | 0 | (1.880.064,47) | 10.461.500,11 | - |
| MG | MORADA NOVA DE MINAS | 31 | 4350 | 0 | (1.470.431,79) | 20.895.477,77 | - |
| MG | MORRO DA GARCA | 31 | 4360 | 9 | (28.213,74) | 8.489.226,38 | - |
| MG | MORRO DO PILAR | 31 | 4370 | 8 | (535.738,79) | 7.625.281,19 | - |
| MG | MUNHOZ | 31 | 4380 | 7 | 1.219.877,87 | 8.333.463,14 | 14,64 |
| MG | MUTUM | 31 | 4400 | 3 | (2.187.675,80) | 25.278.126,56 | - |
| MG | MUZAMBINHO | 31 | 4410 | 2 | (25.425.956,76) | 24.271.298,84 | - |

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | NACIP RAYDAN | 31 | 4420 | 1 | (116.166,65) | 7.692.380,63 | - |
| MG | NAQUE | 31 | 4435 | 9 | 676.527,60 | 8.910.186,50 | 7,59 |
| MG | NATALANDIA | 31 | 4437 | 5 | 1.021.222,21 | 7.438.880,13 | 13,73 |
| MG | NATERCIA | 31 | 4440 | 9 | (203.252,17) | 8.332.468,57 | - |
| MG | NEPOMUCENO | 31 | 4460 | 7 | (2.312.089,74) | 27.440.335,00 | - |
| MG | NOVA BELEM | 31 | 4467 | 2 | (1.659.896,74) | 8.930.300,81 | - |
| MG | NOVA MODICA | 31 | 4490 | 4 | 77.264,71 | 7.946.851,40 | 0,97 |
| MG | NOVA PONTE | 31 | 4500 | 0 | (5.249.428,62) | 30.496.848,96 | - |
| MG | NOVA RESENDE | 31 | 4510 | 9 | (12.799.831,06) | 20.689.588,57 | - |
| MG | NOVA UNIAO | 31 | 3660 | 3 | (936.965,03) | 8.160.284,51 | - |
| MG | NOVO CRUZEIRO | 31 | 4530 | 7 | (993.446,42) | 30.480.335,53 | - |
| MG | NOVORIZONTE | 31 | 4537 | 2 | - | 8.716.952,76 | - |
| MG | OLARIA | 31 | 4540 | 8 | (1.031.939,63) | 7.011.680,10 | - |
| MG | OLIMPIO NORONHA | 31 | 4550 | 5 | (975.646,81) | 8.495.994,99 | - |
| MG | OLIVEIRA | 31 | 4560 | 4 | 2.202.472,69 | 51.216.724,50 | 4,30 |
| MG | ORIZANIA | 31 | 4587 | 7 | (1.577.052,19) | 10.291.425,87 | - |
| MG | OURO BRANCO | 31 | 4590 | 1 | (4.283.034,70) | 80.810.860,59 | - |
| MG | OURO FINO | 31 | 4600 | 8 | (3.593.162,39) | 36.047.426,68 | - |
| MG | OURO VERDE DE MINAS | 31 | 4620 | 6 | (159.299,95) | 8.373.723,48 | - |
| MG | PADRE CARVALHO | 31 | 4625 | 5 | (583.516,30) | 9.066.343,09 | - |
| MG | PADRE PARAISO | 31 | 4630 | 5 | (5.372.029,08) | 22.165.253,70 | - |
| MG | PAINS | 31 | 4650 | 3 | 33.885,00 | 16.384.041,00 | 0,21 |
| MG | PALMA | 31 | 4670 | 1 | (186.608,13) | 8.468.296,64 | - |
| MG | PALMOPOLIS | 31 | 4675 | 0 | (726.813,41) | 8.541.378,80 | - |
| MG | PAPAGAIOS | 31 | 4690 | 9 | (3.075.448,80) | 20.506.715,02 | - |
| MG | PARAISOPOLIS | 31 | 4730 | 3 | - | 26.238.501,22 | - |
| MG | PASSA-VINTE | 31 | 4780 | 8 | 325.298,41 | 6.837.746,63 | 4,76 |
| MG | PASSABEM | 31 | 4750 | 1 | (608.863,38) | 6.140.872,23 | - |
| MG | PAULA CANDIDO | 31 | 4830 | 1 | (1.486.163,60) | 10.093.360,19 | - |
| MG | PAVAO | 31 | 4850 | 9 | 3.920.607,00 | 10.512.049,21 | 37,30 |
| MG | PECANHA | 31 | 4860 | 8 | (30.707,41) | 19.269.089,04 | - |
| MG | PEDRA AZUL | 31 | 4870 | 7 | 929.467,61 | 27.562.315,37 | 3,37 |
| MG | PEDRA BONITA | 31 | 4875 | 6 | (217.364,56) | 11.496.873,90 | - |
| MG | PEDRA DO ANTA | 31 | 4880 | 6 | (1.354.649,32) | 7.005.065,77 | - |
| MG | PEDRA DO INDAIA | 31 | 4890 | 5 | (1.013.746,35) | 8.749.372,35 | - |
| MG | PEDRA DOURADA | 31 | 4900 | 2 | 115.936,13 | 7.729.812,53 | 1,50 |
| MG | PEDRALVA | 31 | 4910 | 1 | (708.832,15) | 12.950.158,83 | - |
| MG | PEDRAS DE MARIA DA CRUZ | 31 | 4915 | 0 | 61.327,78 | 12.535.812,43 | 0,49 |
| MG | PEDRINOPOLIS | 31 | 4920 | 0 | (718.641,91) | 11.186.995,85 | - |
| MG | PERDIGAO | 31 | 4970 | 5 | (1.013.635,31) | 10.922.900,60 | - |
| MG | PERDIZES | 31 | 4980 | 4 | 6.197.382,77 | 30.632.551,26 | 20,23 |
| MG | PERDOES | 31 | 4990 | 3 | (597.392,90) | 25.407.220,59 | - |
| MG | PIEDADE DE CARATINGA | 31 | 5015 | 8 | 666.589,21 | 9.890.119,05 | 6,74 |
| MG | PIEDADE DE PONTE NOVA | 31 | 5020 | 8 | (863.735,74) | 8.943.349,91 | - |
| MG | PIEDADE DO RIO GRANDE | 31 | 5030 | 7 | (1.332.626,81) | 7.999.416,06 | - |
| MG | PIEDADE DOS GERAIS | 31 | 5040 | 6 | (276.062,09) | 8.051.056,80 | - |
| MG | PIMENTA | 31 | 5050 | 5 | 1.321.741,00 | 13.000.351,00 | 10,17 |
| MG | PINTOPOLIS | 31 | 5057 | 0 | (1.035.599,27) | 10.481.226,07 | - |
| MG | PIRACEMA | 31 | 5060 | 4 | 613.642,60 | 8.562.274,53 | 7,17 |
| MG | PIRAJUBA | 31 | 5070 | 3 | (1.069.936,36) | 12.852.060,89 | - |
| MG | PIRANGUCU | 31 | 5090 | 1 | - | 7.844.082,51 | - |
| MG | PIRANGUINHO | 31 | 5100 | 8 | (1.143.685,99) | 9.994.104,93 | - |
| MG | PITANGUI | 31 | 5140 | 4 | 10.777.244,31 | 23.715.988,76 | 45,44 |
| MG | PIUMHI | 31 | 5150 | 3 | (3.285.182,00) | 43.711.331,00 | - |
| MG | PLANURA | 31 | 5160 | 2 | 510.202,44 | 18.495.218,21 | 2,76 |
| MG | POCO FUNDO | 31 | 5170 | 1 | (10.927.278,72) | 17.314.442,81 | - |
| MG | POMPEU | 31 | 5200 | 6 | 9.589.825,09 | 39.804.458,23 | 24,09 |
| MG | PONTO CHIQUE | 31 | 5213 | 1 | (2.416.818,51) | 9.033.768,24 | - |
| MG | PONTO DOS VOLANTES | 31 | 5217 | 0 | (1.111.900,90) | 16.348.086,96 | - |
| MG | PORTO FIRME | 31 | 5230 | 3 | 795.819,18 | 10.320.840,89 | 7,71 |
| MG | PRATA | 31 | 5260 | 8 | (6.252.375,94) | 35.543.247,10 | - |
| MG | PRATAPOLIS | 31 | 5290 | 7 | 11.041.720,74 | 13.429.402,20 | 82,22 |
| MG | PRESIDENTE BERNARDES | 31 | 5310 | 3 | (789.732,40) | 8.639.961,10 | - |
| MG | PRESIDENTE KUBITSCHEK | 31 | 5330 | 1 | 501.697,87 | 7.397.232,75 | 6,78 |
| MG | PRESIDENTE OLEGARIO | 31 | 5340 | 0 | (12.498.786,73) | 27.421.263,31 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | PRUDENTE DE MORAIS | 31 | 5360 | 8 | 1.319.780,03 | 11.575.675,36 | 11,40 |
| MG | QUARTEL GERAL | 31 | 5370 | 7 | (68.256,74) | 9.121.125,00 | - |
| MG | QUELUZITO | 31 | 5380 | 6 | (1.263.129,18) | 6.603.601,47 | - |
| MG | RAPOSOS | 31 | 5390 | 5 | (3.057.798,25) | 15.283.737,95 | - |
| MG | RESENDE COSTA | 31 | 5420 | 0 | (2.147.465,51) | 12.034.548,53 | - |
| MG | RIACHINHO | 31 | 5445 | 7 | 1.451.231,22 | 10.801.188,34 | 13,44 |
| MG | RIACHO DOS MACHADOS | 31 | 5450 | 7 | 1.441.950,20 | 12.186.359,91 | 11,83 |
| MG | RIO CASCA | 31 | 5490 | 3 | (607.041,65) | 21.017.854,88 | - |
| MG | RIO DO PRADO | 31 | 5510 | 8 | (320.072,26) | 8.846.874,86 | - |
| MG | RIO DOCE | 31 | 5500 | 9 | (1.133.343,62) | 8.093.010,76 | - |
| MG | RIO ESPERA | 31 | 5520 | 7 | - | 7.500.642,14 | - |
| MG | RIO MANSO | 31 | 5530 | 6 | (1.336.719,24) | 8.952.861,60 | - |
| MG | RIO PARANAIBA | 31 | 5550 | 4 | 7.258.511,00 | 21.281.824,00 | 34,11 |
| MG | RIO PARDO DE MINAS | 31 | 5560 | 3 | (1.175.072,93) | 31.577.654,65 | - |
| MG | RIO PIRACICABA | 31 | 5570 | 2 | (2.276.935,08) | 25.911.542,75 | - |
| MG | RIO PRETO | 31 | 5590 | 0 | (1.307.804,54) | 9.863.478,33 | - |
| MG | RIO VERMELHO | 31 | 5600 | 7 | 5.162.881,87 | 15.479.206,49 | 33,35 |
| MG | ROCHEDO DE MINAS | 31 | 5620 | 5 | (761.866,99) | 7.279.904,21 | - |
| MG | RODEIRO | 31 | 5630 | 4 | (2.483.461,53) | 9.715.273,04 | - |
| MG | RUBIM | 31 | 5660 | 1 | 6.290.470,23 | 11.089.118,85 | 56,73 |
| MG | SABINOPOLIS | 31 | 5680 | 9 | 1.227.972,87 | 19.507.623,10 | 6,29 |
| MG | SACRAMENTO | 31 | 5690 | 8 | (6.576.525,32) | 60.928.011,86 | - |
| MG | SALINAS | 31 | 5700 | 5 | (8.293.353,64) | 39.190.854,84 | - |
| MG | SALTO DA DIVISA | 31 | 5710 | 4 | 114.463,53 | 13.058.265,56 | 0,88 |
| MG | SANTA BARBARA DO LESTE | 31 | 5725 | 2 | (1.703.364,14) | 10.694.018,52 | - |
| MG | SANTA BARBARA DO MONTE VERDE | 31 | 5727 | 8 | (1.485.658,82) | 7.784.481,56 | - |
| MG | SANTA CRUZ DE MINAS | 31 | 5733 | 6 | (3.092.583,11) | 7.944.075,16 | - |
| MG | SANTA CRUZ DE SALINAS | 31 | 5737 | 7 | (1.904.868,88) | 9.328.782,97 | - |
| MG | SANTA FE DE MINAS | 31 | 5760 | 9 | (297.302,59) | 9.769.263,02 | - |
| MG | SANTA HELENA DE MINAS | 31 | 5765 | 8 | (1.896.827,36) | 10.582.074,69 | - |
| MG | SANTA JULIANA | 31 | 5770 | 8 | 3.782.270,81 | 20.400.898,43 | 18,54 |
| MG | SANTA MARGARIDA | 31 | 5790 | 6 | (207.649,01) | 17.343.732,85 | - |
| MG | SANTA MARIA DE ITABIRA | 31 | 5800 | 3 | - | 14.698.385,43 | - |
| MG | SANTA MARIA DO SUACUI | 31 | 5820 | 1 | 2.006.606,30 | 14.910.186,44 | 13,46 |
| MG | SANTA RITA DE IBITIPOCA | 31 | 5940 | 7 | (164.945,21) | 6.833.777,99 | - |
| MG | SANTA RITA DE JACUTINGA | 31 | 5930 | 8 | (1.913.078,01) | 9.186.737,72 | - |
| MG | SANTA RITA DE MINAS | 31 | 5935 | 7 | 484.185,18 | 10.635.367,66 | 4,55 |
| MG | SANTA RITA DO ITUETO | 31 | 5950 | 6 | (232.582,25) | 8.813.874,85 | - |
| MG | SANTA VITORIA | 31 | 5980 | 3 | 10.648.234,47 | 56.968.880,40 | 18,69 |
| MG | SANTANA DA VARGEM | 31 | 5830 | 0 | (1.334.207,21) | 10.118.277,72 | - |
| MG | SANTANA DO MANHUACU | 31 | 5890 | 4 | 1.370.877,44 | 11.123.438,31 | 12,32 |
| MG | SANTANA DO PARAISO | 31 | 5895 | 3 | (6.805.735,02) | 29.315.929,10 | - |
| MG | SANTANA DOS MONTES | 31 | 5910 | 0 | (101.167,92) | 7.848.848,04 | - |
| MG | SANTO ANTONIO DO AMPARO | 31 | 5990 | 2 | (1.012.139,96) | 25.572.387,44 | - |
| MG | SANTO ANTONIO DO ITAMBE | 31 | 6020 | 7 | (746.573,14) | 9.010.258,87 | - |
| MG | SANTO ANTONIO DO JACINTO | 31 | 6030 | 6 | (228.240,28) | 14.301.015,98 | - |
| MG | SANTO ANTONIO DO RETIRO | 31 | 6045 | 4 | (169.135,83) | 11.625.456,78 | - |
| MG | SANTO HIPOLITO | 31 | 6060 | 3 | 602.056,03 | 7.459.187,87 | 8,07 |
| MG | SANTOS DUMONT | 31 | 6070 | 2 | (5.656.399,30) | 45.040.478,40 | - |
| MG | SAO BRAS DO SUACUI | 31 | 6090 | 0 | (783.370,98) | 8.941.555,12 | - |
| MG | SAO DOMINGOS DAS DORES | 31 | 6095 | 9 | (1.366.558,40) | 9.272.923,28 | - |
| MG | SAO FRANCISCO DE PAULA | 31 | 6120 | 5 | 3.996.856,78 | 9.516.644,94 | 42,00 |
| MG | SAO FRANCISCO DE SALES | 31 | 6130 | 4 | 2.455.378,76 | 13.599.736,44 | 18,05 |
| MG | SAO FRANCISCO DO GLORIA | 31 | 6140 | 3 | (471.434,43) | 9.157.861,15 | - |
| MG | SAO GERALDO DA PIEDADE | 31 | 6160 | 1 | (1.088.936,35) | 7.552.728,84 | - |
| MG | SAO GERALDO DO BAIXIO | 31 | 6165 | 0 | (293.969,86) | 7.454.608,96 | - |
| MG | SAO GONCALO DO ABAETE | 31 | 6170 | 0 | 1.920.346,62 | 14.176.272,51 | 13,55 |
| MG | SAO GONCALO DO PARA | 31 | 6180 | 9 | 2.031.189,82 | 14.584.049,84 | 13,93 |
| MG | SAO GONCALO DO RIO PRETO | 31 | 2550 | 7 | 2.548.621,62 | 8.119.308,62 | 31,39 |
| MG | SAO GONCALO DO SAPUCAI | 31 | 6200 | 5 | (3.655.644,68) | 26.106.932,85 | - |
| MG | SAO GOTARDO | 31 | 6210 | 4 | 291.964,42 | 37.103.492,28 | 0,79 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | SAO JOAO BATISTA DO GLORIA | 31 | 6220 | 3 | 271.322,86 | 18.327.222,33 | 1,48 |
| MG | SAO JOAO DA MATA | 31 | 6230 | 2 | - | 6.974.962,39 | - |
| MG | SAO JOAO DA PONTE | 31 | 6240 | 1 | 243.046,08 | 34.807.009,64 | 0,70 |
| MG | SAO JOAO DAS MISSOES | 31 | 6245 | 0 | 1.103.351,05 | 15.687.570,98 | 7,03 |
| MG | SAO JOAO DO MANHUACU | 31 | 6255 | 9 | 355.624,11 | 12.136.912,71 | 2,93 |
| MG | SAO JOAO DO MANTENINHA | 31 | 6257 | 5 | 374.812,43 | 8.765.686,09 | 4,28 |
| MG | SAO JOAO DO ORIENTE | 31 | 6260 | 9 | - | 8.800.590,18 | - |
| MG | SAO JOAO DO PACUI | 31 | 6265 | 8 | (1.348.611,63) | 8.413.623,97 | - |
| MG | SAO JOAO DO PARAISO | 31 | 6270 | 8 | (1.047.905,58) | 23.305.440,31 | - |
| MG | SAO JOAO EVANGELISTA | 31 | 6280 | 7 | (1.934.668,95) | 19.229.607,10 | - |
| MG | SAO JOAO NEPOMUCENO | 31 | 6290 | 6 | (4.383.213,93) | 27.621.791,26 | - |
| MG | SAO JOAQUIM DE BICAS | 31 | 6292 | 2 | 171.330,66 | 41.304.015,02 | 0,41 |
| MG | SAO JOSE DA LAPA | 31 | 6295 | 5 | (2.563.349,91) | 31.165.265,32 | - |
| MG | SAO JOSE DA SAFIRA | 31 | 6300 | 3 | (1.877.782,02) | 8.109.509,22 | - |
| MG | SAO JOSE DO ALEGRE | 31 | 6320 | 1 | - | 6.899.214,09 | - |
| MG | SAO JOSE DO DIVINO | 31 | 6330 | 0 | 848.388,04 | 7.871.777,40 | 10,78 |
| MG | SAO JOSE DO JACURI | 31 | 6350 | 8 | 1.774.467,37 | 8.395.202,39 | 21,14 |
| MG | SAO JOSE DO MANTIMENTO | 31 | 6360 | 7 | (415.176,23) | 6.855.934,57 | - |
| MG | SAO LOURENCO | 31 | 6370 | 6 | 9.842.374,85 | 62.065.541,96 | 15,86 |
| MG | SAO MIGUEL DO ANTA | 31 | 6380 | 5 | (1.077.917,98) | 9.213.891,45 | - |
| MG | SAO PEDRO DA UNIAO | 31 | 6390 | 4 | (2.079.851,94) | 9.267.233,66 | - |
| MG | SAO PEDRO DO SUACUI | 31 | 6410 | 0 | 928.167,71 | 8.613.151,05 | 10,78 |
| MG | SAO ROQUE DE MINAS | 31 | 6430 | 8 | 3.989.992,57 | 11.362.100,43 | 35,12 |
| MG | SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA | 31 | 6440 | 7 | (303.713,84) | 8.645.340,33 | - |
| MG | SAO SEBASTIAO DO ANTA | 31 | 6447 | 2 | (1.841.023,55) | 9.733.911,90 | - |
| MG | SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE | 31 | 6490 | 2 | 139.589,79 | 7.526.947,81 | 1,85 |
| MG | SAO THOME DAS LETRAS | 31 | 6520 | 6 | (25.534,13) | 9.425.487,65 | - |
| MG | SAO TIAGO | 31 | 6560 | 8 | (1.788.303,54) | 11.155.772,86 | - |
| MG | SAO TOMAS DE AQUINO | 31 | 6510 | 7 | 1.304.924,32 | 10.910.081,27 | 11,96 |
| MG | SAO VICENTE DE MINAS | 31 | 6530 | 5 | (2.252.536,35) | 10.316.553,71 | - |
| MG | SARDOA | 31 | 6550 | 3 | (431.512,11) | 8.999.819,55 | - |
| MG | SARZEDO | 31 | 6553 | 7 | (12.732.983,70) | 45.424.038,74 | - |
| MG | SEM-PEIXE | 31 | 6556 | 0 | (614.823,21) | 7.665.621,57 | - |
| MG | SENADOR AMARAL | 31 | 6557 | 8 | (1.187.391,45) | 9.036.658,94 | - |
| MG | SENADOR CORTES | 31 | 6560 | 2 | (1.210.867,94) | 7.306.221,52 | - |
| MG | SENADOR JOSE BENTO | 31 | 6580 | 0 | (828.461,74) | 6.309.091,61 | - |
| MG | SENADOR MODESTINO GONCALVES | 31 | 6590 | 9 | 1.993.654,81 | 9.579.109,79 | 20,81 |
| MG | SENHORA DE OLIVEIRA | 31 | 6600 | 6 | (843.259,28) | 8.992.048,82 | - |
| MG | SENHORA DOS REMEDIOS | 31 | 6620 | 4 | (437.913,29) | 10.899.053,02 | - |
| MG | SERITINGA | 31 | 6640 | 2 | (312.392,01) | 6.324.291,80 | - |
| MG | SERRA DA SAUDADE | 31 | 6660 | 0 | - | 6.626.936,23 | - |
| MG | SERRA DO SALITRE | 31 | 6680 | 8 | 152.598,08 | 17.726.903,35 | 0,86 |
| MG | SERRANIA | 31 | 6690 | 7 | (1.798.473,46) | 10.320.141,61 | - |
| MG | SERRANOS | 31 | 6700 | 4 | 201.262,10 | 6.570.274,10 | 3,06 |
| MG | SERRO | 31 | 6710 | 3 | (2.301.837,82) | 21.655.311,38 | - |
| MG | SETUBINHA | 31 | 6555 | 2 | (1.288.391,34) | 12.546.873,14 | - |
| MG | SILVEIRANIA | 31 | 6730 | 1 | 135.591,05 | 6.664.074,17 | 2,03 |
| MG | SILVIANOPOLIS | 31 | 6740 | 0 | - | 9.509.611,90 | - |
| MG | SIMONESIA | 31 | 6760 | 8 | 1.532.074,48 | 19.184.297,58 | 7,99 |
| MG | TABULEIRO | 31 | 6790 | 5 | (399.134,77) | 7.437.037,84 | - |
| MG | TAIOBEIRAS | 31 | 6800 | 2 | (4.323.859,26) | 39.899.690,44 | - |
| MG | TAPARUBA | 31 | 6805 | 1 | (839.076,73) | 6.871.647,55 | - |
| MG | TAQUARACU DE MINAS | 31 | 6830 | 9 | 2.786.237,32 | 9.683.117,06 | 28,77 |
| MG | TIRADENTES | 31 | 6880 | 4 | (2.194.008,69) | 10.911.367,51 | - |
| MG | TOLEDO | 31 | 6910 | 9 | (2.893.492,61) | 8.878.682,03 | - |
| MG | TOMBOS | 31 | 6920 | 8 | (1.734.683,77) | 12.831.411,03 | - |
| MG | TRES MARIAS | 31 | 6935 | 6 | 5.225.612,94 | 58.646.193,12 | 8,91 |
| MG | TUMIRITINGA | 31 | 6950 | 5 | 380.493,00 | 11.145.006,44 | 3,41 |
| MG | TUPACIGUARA | 31 | 6960 | 4 | 8.022.947,93 | 39.930.694,19 | 20,09 |
| MG | TURVOLANDIA | 31 | 6980 | 2 | (710.777,45) | 8.326.740,01 | - |
| MG | UBAI | 31 | 7000 | 8 | (911.603,63) | 14.178.116,40 | - |
| MG | UBAPORANGA | 31 | 7005 | 7 | 485.727,10 | 12.369.051,00 | 3,93 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | UMBURATIBA | 31 | 7030 | 5 | (956.496,34) | 7.400.013,70 | - |
| MG | UNIAO DE MINAS | 31 | 7043 | 8 | 594.166,62 | 10.277.708,35 | 5,78 |
| MG | URUCANIA | 31 | 7050 | 3 | 2.301.745,84 | 13.871.221,85 | 16,59 |
| MG | URUCUIA | 31 | 7052 | 9 | (1.136.896,14) | 15.647.179,56 | - |
| MG | VARGEM ALEGRE | 31 | 7057 | 8 | - | 9.918.695,17 | - |
| MG | VARGEM BONITA | 31 | 7060 | 2 | 582.210,02 | 7.630.516,41 | 7,63 |
| MG | PARDO | 31 | 7065 | 1 | 121.763,12 | 8.524.703,17 | 1,43 |
| MG | VARJAO DE MINAS | 31 | 7075 | 0 | (855.883,38) | 10.439.589,07 | - |
| MG | VARZELANDIA | 31 | 7090 | 9 | 1.280.890,91 | 20.237.670,05 | 6,33 |
| MG | VEREDINHA | 31 | 7107 | 1 | (635.091,29) | 9.122.010,95 | - |
| MG | VERISSIMO | 31 | 7110 | 5 | 150.192,62 | 9.987.725,48 | 1,50 |
| MG | VERMELHO NOVO | 31 | 7115 | 4 | (731.677,72) | 8.655.543,71 | - |
| MG | VIRGEM DA LAPA | 31 | 7160 | 0 | (146.811,38) | 15.434.887,82 | - |
| MG | VIRGINIA | 31 | 7170 | 9 | (885.927,59) | 9.571.114,14 | - |
| MG | VIRGINOPOLIS | 31 | 7180 | 8 | 1.916.739,43 | 13.940.118,91 | 13,75 |
| MG | VISCONDE DO RIO BRANCO | 31 | 7200 | 4 | 2.126.487,47 | 40.405.080,04 | 5,26 |
| MS | AGUA CLARA | 50 | 20 | 3 | (9.941.445,66) | 42.256.741,76 | - |
| MS | ALCINOPOLIS | 50 | 25 | 2 | - | 19.747.244,02 | - |
| MS | AMAMBAI | 50 | 60 | 9 | 3.073.580,18 | 57.886.159,65 | 5,31 |
| MS | ANASTACIO | 50 | 70 | 8 | (801.482,97) | 30.535.179,82 | - |
| MS | ANAURILANDIA | 50 | 80 | 7 | 963.366,93 | 18.942.330,76 | 5,09 |
| MS | ANTONIO JOAO | 50 | 90 | 6 | (3.904.638,75) | 17.208.651,04 | - |
| MS | APARECIDA DO TABOADO | 50 | 100 | 3 | (212.900,74) | 43.816.787,22 | - |
| MS | AQUIDAUANA | 50 | 110 | 2 | (9.469,33) | 71.264.868,72 | - |
| MS | BRASILANDIA | 50 | 230 | 8 | (14.275.858,32) | 34.243.591,45 | - |
| MS | CAARAPO | 50 | 240 | 7 | (2.163.432,61) | 41.578.586,59 | - |
| MS | CAMAPUA | 50 | 260 | 5 | - | 28.128.927,83 | - |
| MS | CASSILANDIA | 50 | 290 | 2 | - | 38.174.352,76 | - |
| MS | CHAPADAO DO SUL | 50 | 295 | 1 | 734.626,69 | 54.791.489,95 | 1,34 |
| MS | COSTA RICA | 50 | 325 | 6 | (4.848.427,80) | 55.110.954,37 | - |
| MS | FIGUEIRAO | 50 | 390 | 0 | (4.511.488,22) | 10.821.730,07 | - |
| MS | INOCENCIA | 50 | 440 | 3 | (2.914.599,37) | 21.760.453,57 | - |
| MS | ITAQUIRAI | 50 | 460 | 1 | (1.174.726,92) | 30.128.020,61 | - |
| MS | IVINHEMA | 50 | 470 | 0 | (2.065.413,60) | 32.934.622,68 | - |
| MS | JATEI | 50 | 510 | 3 | (1.442.395,15) | 17.837.899,27 | - |
| MS | JUTI | 50 | 515 | 2 | (623.441,67) | 13.408.162,90 | - |
| MS | LAGUNA CARAPA | 50 | 525 | 1 | 807.502,24 | 19.865.246,40 | 4,06 |
| MS | MIRANDA | 50 | 560 | 8 | 7.577.538,59 | 41.294.371,21 | 18,35 |
| MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 50 | 600 | 2 | (3.026.679,94) | 36.518.817,07 | - |
| MS | NOVA ANDRADINA | 50 | 620 | 0 | (5.403.541,38) | 77.782.387,00 | - |
| MS | PEDRO GOMES | 50 | 640 | 8 | 2.429.651,30 | 15.646.697,40 | 15,53 |
| MS | PORTO MURTINHO | 50 | 690 | 3 | (19.031.571,57) | 34.953.431,64 | - |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 50 | 710 | 9 | (3.284.204,74) | 51.513.538,23 | - |
| MS | RIO BRILHANTE | 50 | 720 | 8 | (5.717.879,11) | 69.436.195,84 | - |
| MS | ROCHEDO | 50 | 750 | 5 | (50.961,04) | 12.119.595,77 | - |
| MS | SANTA RITA DO PARDO | 50 | 755 | 4 | (3.456.492,49) | 25.228.901,00 | - |
| MS | SAO GABRIEL DO OESTE | 50 | 769 | 5 | 369.046,07 | 55.462.212,41 | 0,67 |
| MS | SELVIRIA | 50 | 780 | 2 | (2.315.553,36) | 20.886.327,54 | - |
| MS | SIDROLANDIA | 50 | 790 | 1 | 2.552.328,25 | 82.390.802,60 | 3,10 |
| MS | SONORA | 50 | 793 | 5 | - | 32.057.396,69 | - |
| MS | TAQUARUSSU | 50 | 797 | 6 | (936.883,46) | 13.918.747,59 | - |
| MS | VICENTINA | 50 | 840 | 4 | (1.337.061,35) | 12.426.926,72 | - |
| MT | CANARANA | 51 | 270 | 2 | 107.610,68 | 32.182.462,17 | 0,33 |
| MT | PORTO ESTRELA | 51 | 685 | 1 | 433.313,19 | 8.416.278,61 | 5,15 |
| MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 51 | 550 | 7 | (1.373.497,97) | 24.847.723,72 | - |
| PA | OURILANDIA DO NORTE | 15 | 543 | 7 | (8.438.973,30) | 67.324.328,75 | - |
| PA | TERRA SANTA | 15 | 797 | 9 | (2.241.080,65) | 20.293.053,28 | - |
| PA | XINGUARA | 15 | 840 | 7 | (9.847.682,47) | 50.444.429,23 | - |
| PB | BONITO DE SANTA FE | 25 | 240 | 9 | (313.266,80) | 13.050.359,58 | - |
| PB | BOQUEIRAO | 25 | 250 | 8 | 10.556.059,07 | 19.937.564,99 | 52,95 |
| PB | CARAUBAS | 25 | 407 | 4 | (515.617,64) | 7.769.671,04 | - |
| PB | CUITEGI | 25 | 520 | 4 | 1.808.412,36 | 9.148.682,12 | 19,77 |
| PB | EMAS | 25 | 590 | 7 | 2.841.884,20 | 7.030.808,22 | 40,42 |
| PB | ITATUBA | 25 | 720 | 0 | 4.202.562,14 | 11.330.048,53 | 37,09 |
| PB | MAE D'AGUA | 25 | 870 | 3 | (959.107,03) | 7.700.985,05 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PB | MATUREIA | 25 | 939 | 6 | - | 9.311.066,24 | - |
| PB | NOVA OLINDA | 25 | 1020 | 4 | 4.536.971,73 | 8.321.120,86 | 54,52 |
| PB | PILOEZINHOS | 25 | 1170 | 7 | 1.304.960,37 | 8.058.675,31 | 16,19 |
| PB | QUEIMADAS | 25 | 1250 | 7 | 5.043.639,70 | 39.694.558,39 | 12,71 |
| PB | SANTA LUZIA | 25 | 1340 | 6 | (1.562.575,23) | 16.128.906,33 | - |
| PB | SANTANA DE MANGUEIRA | 25 | 1350 | 5 | 2.327,53 | 8.677.279,08 | 0,03 |
| PB | SANTAREM | 25 | 1365 | 3 | 3.585.953,82 | 9.566.041,29 | 37,49 |
| PB | SAO JOSE DE ESPINHARAS | 25 | 1440 | 4 | 2.255.778,17 | 8.011.787,30 | 28,16 |
| PB | TEIXEIRA | 25 | 1670 | 6 | 579.055,67 | 16.738.888,34 | 3,46 |
| PB | VARZEA | 25 | 1710 | 0 | (118.199,80) | 6.947.639,03 | - |
| PB | VIEIROPOLIS | 25 | 1720 | 9 | (924.760,29) | 7.728.118,32 | - |
| PE | BELEM DE MARIA | 26 | 150 | 8 | 4.249.943,48 | 16.595.269,40 | 25,61 |
| PE | BETANIA | 26 | 180 | 5 | (397.218,92) | 16.779.283,84 | - |
| PE | BODOCO | 26 | 200 | 1 | 26.734.954,63 | 42.619.003,00 | 62,73 |
| PE | BOM JARDIM | 26 | 220 | 9 | (11.511.357,41) | 36.271.077,90 | - |
| PE | BREJAO | 26 | 240 | 7 | 249.346,83 | 14.578.068,25 | 1,71 |
| PE | BREJINHO | 26 | 250 | 6 | (2.429.156,22) | 14.058.495,22 | - |
| PE | CAETES | 26 | 320 | 7 | 1.672.723,04 | 31.542.718,82 | 5,30 |
| PE | CARNAIBA | 26 | 390 | 0 | 711.631,92 | 24.763.776,59 | 2,87 |
| PE | CASINHAS | 26 | 415 | 5 | (1.620.486,00) | 22.173.330,46 | - |
| PE | CUMARU | 26 | 490 | 8 | 5.643.981,22 | 22.006.481,66 | 25,65 |
| PE | FERREIROS | 26 | 550 | 9 | (580.964,66) | 14.168.201,73 | - |
| PE | FLORES | 26 | 560 | 8 | 1.232.870,23 | 28.009.032,59 | 4,40 |
| PE | GRANITO | 26 | 630 | 9 | (2.790.122,97) | 12.835.188,69 | - |
| PE | IGUARACI | 26 | 690 | 3 | (1.818.032,29) | 14.232.997,54 | - |
| PE | ILHA DE ITAMARACA | 26 | 760 | 4 | 4.083.194,00 | 28.819.864,03 | 14,17 |
| PE | INGAZEIRA | 26 | 710 | 9 | (172.076,98) | 10.048.194,20 | - |
| PE | ITACURUBA | 26 | 740 | 6 | 2.705.328,13 | 19.456.176,67 | 13,90 |
| PE | ITAPETIM | 26 | 770 | 3 | (2.298.205,12) | 18.077.426,22 | - |
| PE | ITAPISSUMA | 26 | 775 | 2 | (4.026.749,54) | 38.575.524,83 | - |
| PE | JATOBA | 26 | 805 | 7 | - | 18.679.547,23 | - |
| PE | MACAPARANA | 26 | 900 | 6 | (275.019,43) | 27.972.454,78 | - |
| PE | MACHADOS | 26 | 910 | 5 | (3.943.188,05) | 16.368.832,17 | - |
| PE | MOREILANDIA | 26 | 1430 | 3 | (92.888,84) | 18.502.859,28 | - |
| PE | OROBO | 26 | 970 | 9 | 12.291.524,89 | 29.526.466,83 | 41,63 |
| PE | PASSIRA | 26 | 1050 | 9 | 1.518.007,88 | 31.491.114,64 | 4,82 |
| PE | PEDRA | 26 | 1080 | 6 | - | 25.534.038,28 | - |
| PE | PRIMAVERA | 26 | 1140 | 8 | (349.700,80) | 16.759.331,17 | - |
| PE | QUIPAPA | 26 | 1150 | 7 | (2.500.277,77) | 26.982.927,16 | - |
| PE | QUIXABA | 26 | 1153 | 3 | 3.871.499,71 | 11.020.220,77 | 35,13 |
| PE | SANHARO | 26 | 1240 | 6 | (2.809.756,93) | 23.723.594,20 | - |
| PE | SANTA CRUZ | 26 | 1245 | 5 | - | 23.509.486,56 | - |
| PE | SANTA MARIA DO CAMBUCA | 26 | 1270 | 3 | (1.834.258,34) | 16.192.136,74 | - |
| PE | SAO JOAO | 26 | 1320 | 6 | (1.091.157,31) | 26.760.446,85 | - |
| PE | SAO JOSE DA COROA GRANDE | 26 | 1340 | 4 | (1.893.851,55) | 24.202.741,95 | - |
| PE | SAO VICENTE FERRER | 26 | 1380 | 0 | 427.444,00 | 22.983.838,86 | 1,86 |
| PE | SERRITA | 26 | 1400 | 6 | (3.113.769,95) | 26.757.216,62 | - |
| PE | SERTANIA | 26 | 1410 | 5 | (1.043.802,60) | 40.531.656,79 | - |
| PE | TACARATU | 26 | 1480 | 8 | (2.546.759,25) | 22.129.755,86 | - |
| PE | TRIUNFO | 26 | 1570 | 6 | (4.462.625,38) | 19.163.661,96 | - |
| PE | VENTUROSA | 26 | 1600 | 1 | 872.438,71 | 20.460.105,03 | 4,26 |
| PE | VERDEJANTE | 26 | 1610 | 0 | 120.652,11 | 14.443.213,00 | 0,84 |
| PE | VERTENTE DO LERIO | 26 | 1618 | 3 | (1.812.369,19) | 12.499.261,38 | - |
| PI | AGUA BRANCA | 22 | 20 | 2 | (4.783.947,04) | 20.640.793,82 | - |
| PI | ALTO LONGA | 22 | 30 | 1 | (2.015.073,45) | 14.719.733,90 | - |
| PI | CAMPO MAIOR | 22 | 220 | 8 | (1.603.568,80) | 42.828.021,34 | - |
| PI | MORRO DO CHAPEU DO PIAUI | 22 | 667 | 0 | (2.406.155,33) | 9.744.944,43 | - |
| PI | MURICI DOS PORTELAS | 22 | 669 | 6 | 675.599,82 | 9.767.698,20 | 6,92 |
| PI | SAO LUIS DO PIAUI | 22 | 1037 | 5 | (199.076,25) | 5.526.219,20 | - |
| PR | ABATIA | 41 | 10 | 3 | 3.575.209,08 | 9.428.050,23 | 37,92 |
| PR | ADRIANOPOLIS | 41 | 20 | 2 | 3.748.133,26 | 12.356.290,42 | 30,33 |
| PR | AGUDOS DO SUL | 41 | 30 | 1 | 1.285.475,62 | 9.766.049,42 | 13,16 |
| PR | ALTO PARAISO | 41 | 2862 | 5 | 718.116,13 | 11.662.158,63 | 6,16 |
| PR | ALTO PARANA | 41 | 60 | 8 | (1.952.255,31) | 15.929.728,54 | - |
| PR | ALTO PIQUIRI | 41 | 70 | 7 | 710.609,33 | 13.111.727,00 | 5,42 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | ALTONIA | 41 | 50 | 9 | 3.417.834,64 | 27.609.524,94 | 12,38 |
| PR | AMAPORA | 41 | 90 | 5 | (2.285.472,57) | 8.561.060,18 | - |
| PR | AMPERE | 41 | 100 | 2 | (338.227,12) | 21.991.102,78 | - |
| PR | ANDIRA | 41 | 110 | 1 | 11.257.731,10 | 30.643.133,01 | 36,74 |
| PR | ANGULO | 41 | 115 | 0 | (325.025,93) | 7.343.517,51 | - |
| PR | ANTONIO OLINTO | 41 | 130 | 9 | (342.069,50) | 10.356.372,05 | - |
| PR | ARAPOTI | 41 | 160 | 6 | 4.158.176,92 | 39.587.388,70 | 10,50 |
| PR | ARAPUA | 41 | 165 | 5 | (699.303,43) | 7.845.506,52 | - |
| PR | ARIRANHA DO IVAI | 41 | 185 | 3 | (71.956,15) | 7.243.461,62 | - |
| PR | ASSAI | 41 | 190 | 3 | (2.342.398,38) | 21.150.313,18 | - |
| PR | ASSIS CHATEAUBRIAND | 41 | 200 | 0 | 2.521.654,04 | 45.065.186,08 | 5,60 |
| PR | ASTORGA | 41 | 210 | 9 | 2.161.347,07 | 30.148.096,32 | 7,17 |
| PR | ATALAIA | 41 | 220 | 8 | (2.050.518,94) | 8.168.902,76 | - |
| PR | BALSA NOVA | 41 | 230 | 7 | (4.965.175,91) | 24.655.131,89 | - |
| PR | BANDEIRANTES | 41 | 240 | 6 | 6.272.666,39 | 34.973.598,58 | 17,94 |
| PR | BARBOSA FERRAZ | 41 | 250 | 5 | 1.486.587,50 | 17.328.982,87 | 8,58 |
| PR | BELA VISTA DA CAROBA | 41 | 275 | 2 | (402.430,06) | 7.180.891,80 | - |
| PR | BELA VISTA DO PARAISO | 41 | 280 | 2 | 624.676,19 | 19.241.761,66 | 3,25 |
| PR | BITURUNA | 41 | 290 | 1 | (143.747,43) | 27.920.360,29 | - |
| PR | BOA ESPERANCA | 41 | 300 | 8 | (361.521,26) | 10.793.711,48 | - |
| PR | BOA ESPERANCA DO IGUACU | 41 | 302 | 4 | (866.196,27) | 9.080.051,33 | - |
| PR | BOA VISTA DA APARECIDA | 41 | 305 | 7 | 2.165.370,75 | 14.435.181,62 | 15,00 |
| PR | BOM JESUS DO SUL | 41 | 315 | 6 | (763.138,21) | 8.579.550,67 | - |
| PR | BOM SUCESSO | 41 | 320 | 6 | 2.693.130,15 | 10.051.303,29 | 26,79 |
| PR | BOM SUCESSO DO SUL | 41 | 322 | 2 | 1.553.034,22 | 9.668.082,69 | 16,06 |
| PR | BORRAZOPOLIS | 41 | 330 | 5 | 4.695.996,57 | 10.407.472,63 | 45,12 |
| PR | BRASILANDIA DO SUL | 41 | 337 | 0 | (559.607,95) | 8.995.196,63 | - |
| PR | CAFELANDIA | 41 | 345 | 3 | 792.205,14 | 25.924.691,45 | 3,06 |
| PR | CAFEZAL DO SUL | 41 | 347 | 9 | 1.097.649,70 | 7.717.265,70 | 14,22 |
| PR | CALIFORNIA | 41 | 350 | 3 | 60.875,68 | 9.863.991,82 | 0,62 |
| PR | CAMPINA DA LAGOA | 41 | 390 | 9 | 8.535.996,53 | 19.630.649,73 | 43,48 |
| PR | CAMPINA DO SIMAO | 41 | 395 | 8 | (900.099,67) | 8.349.269,71 | - |
| PR | CAMPINA GRANDE DO SUL | 41 | 400 | 6 | 1.851.738,63 | 54.334.865,30 | 3,41 |
| PR | CAMPO MAGRO | 41 | 425 | 3 | (425.505,64) | 32.072.498,50 | - |
| PR | CANDOI | 41 | 442 | 8 | (16.021.326,01) | 31.422.937,87 | - |
| PR | CANTAGALO | 41 | 445 | 1 | 3.163.571,63 | 16.040.087,83 | 19,72 |
| PR | CAPITAO LEONIDAS MARQUES | 41 | 460 | 0 | (509.181,90) | 21.570.232,18 | - |
| PR | CARAMBEI | 41 | 465 | 9 | 3.470.433,35 | 37.763.369,18 | 9,19 |
| PR | CARLOPOLIS | 41 | 470 | 9 | 3.116.893,97 | 16.584.231,88 | 18,79 |
| PR | CATANDUVAS | 41 | 500 | 3 | 3.136.755,81 | 14.957.399,49 | 20,97 |
| PR | CEU AZUL | 41 | 530 | 0 | (4.074.870,44) | 23.929.646,78 | - |
| PR | CHOPINZINHO | 41 | 540 | 9 | 1.752.879,33 | 39.089.682,52 | 4,48 |
| PR | CLEVELANDIA | 41 | 570 | 6 | 1.724.545,11 | 21.119.234,35 | 8,17 |
| PR | CONSELHEIRO MAIRINCK | 41 | 610 | 0 | (498.262,21) | 7.278.457,33 | - |
| PR | CONTENDA | 41 | 620 | 9 | (4.858.383,13) | 18.797.797,76 | - |
| PR | CORBELIA | 41 | 630 | 8 | 2.396.489,68 | 23.421.384,17 | 10,23 |
| PR | CORNELIO PROCOPIO | 41 | 640 | 7 | 15.620.697,04 | 56.794.139,09 | 27,50 |
| PR | CORONEL VIVIDA | 41 | 650 | 6 | (1.864.113,61) | 28.862.083,53 | - |
| PR | CORUMBATAI DO SUL | 41 | 655 | 5 | (897.495,00) | 7.772.145,64 | - |
| PR | CRUZ MACHADO | 41 | 680 | 3 | 5.142.396,00 | 33.401.016,73 | 15,40 |
| PR | CRUZEIRO DO IGUACU | 41 | 657 | 1 | 554.831,72 | 12.078.612,68 | 4,59 |
| PR | CRUZEIRO DO OESTE | 41 | 660 | 5 | 1.010.828,70 | 27.616.986,17 | 3,66 |
| PR | CRUZMALTINA | 41 | 685 | 2 | (924.427,14) | 7.646.936,06 | - |
| PR | DIAMANTE D'OESTE | 41 | 715 | 7 | (136.879,47) | 9.860.624,27 | - |
| PR | DIAMANTE DO SUL | 41 | 712 | 4 | 16.260,74 | 7.932.889,19 | 0,20 |
| PR | DOIS VIZINHOS | 41 | 720 | 7 | 1.008.815,95 | 47.801.635,67 | 2,11 |
| PR | DOURADINA | 41 | 725 | 6 | (3.468.019,02) | 13.733.257,16 | - |
| PR | DOUTOR CAMARGO | 41 | 730 | 6 | 2.955.349,80 | 8.680.806,57 | 34,04 |
| PR | ENEAS MARQUES | 41 | 740 | 5 | (999.482,53) | 12.416.084,42 | - |
| PR | ENTRE RIOS DO OESTE | 41 | 753 | 8 | (359.469,85) | 13.725.968,65 | - |
| PR | ESPERANCA NOVA | 41 | 752 | 0 | (1.630.362,45) | 6.628.285,11 | - |
| PR | FAROL | 41 | 755 | 3 | 949.548,10 | 8.482.276,48 | 11,19 |
| PR | FENIX | 41 | 770 | 2 | 2.404.619,64 | 8.940.464,57 | 26,90 |
| PR | FERNANDES PINHEIRO | 41 | 773 | 6 | (1.281.793,44) | 11.929.487,16 | - |
| PR | FLOR DA SERRA DO SUL | 41 | 785 | 0 | 847.593,74 | 10.057.364,90 | 8,43 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | FLORAI | 41 | 780 | 1 | (756.733,64) | 9.022.538,98 | - |
| PR | FLORESTOPOLIS | 41 | 800 | 7 | 8.299.419,20 | 13.076.871,67 | 63,47 |
| PR | FLORIDA | 41 | 810 | 6 | 296.600,16 | 7.054.043,41 | 4,20 |
| PR | FORMOSA DO OESTE | 41 | 820 | 5 | 2.991.614,38 | 11.842.319,87 | 25,26 |
| PR | GENERAL CARNEIRO | 41 | 850 | 2 | 154.665,53 | 18.177.581,27 | 0,85 |
| PR | GODOY MOREIRA | 41 | 855 | 1 | (54.355,56) | 6.887.575,11 | - |
| PR | GOIOERE | 41 | 860 | 1 | (2.656.641,34) | 37.318.465,47 | - |
| PR | GUAIRA | 41 | 880 | 9 | (11.524.827,00) | 41.448.474,42 | - |
| PR | GUAPOREMA | 41 | 910 | 4 | 245.005,35 | 7.306.063,32 | 3,35 |
| PR | GUARACI | 41 | 920 | 3 | (371.337,09) | 8.985.756,52 | - |
| PR | GUARANIACU | 41 | 930 | 2 | 1.473.569,36 | 23.096.565,86 | 6,38 |
| PR | HONORIO SERPA | 41 | 965 | 8 | (23.532,23) | 11.031.164,28 | - |
| PR | IBEMA | 41 | 975 | 7 | 387.761,62 | 9.748.092,51 | 3,98 |
| PR | IBIPORA | 41 | 980 | 7 | (11.751.710,77) | 68.263.948,04 | - |
| PR | ICARAIMA | 41 | 990 | 6 | 1.170.185,26 | 13.217.145,30 | 8,85 |
| PR | IGUARACU | 41 | 1000 | 3 | 838.697,48 | 9.512.629,67 | 8,82 |
| PR | IGUATU | 41 | 1005 | 2 | 218.452,94 | 6.705.222,88 | 3,26 |
| PR | INACIO MARTINS | 41 | 1020 | 1 | (42.956,30) | 16.434.206,28 | - |
| PR | IPIRANGA | 41 | 1050 | 8 | (166.756,24) | 21.351.329,63 | - |
| PR | IPORA | 41 | 1060 | 7 | 1.364.642,39 | 21.401.044,95 | 6,38 |
| PR | IRACEMA DO OESTE | 41 | 1065 | 6 | 35.145,78 | 6.742.433,29 | 0,52 |
| PR | IRETAMA | 41 | 1080 | 5 | 3.654.747,84 | 16.018.987,13 | 22,82 |
| PR | ITAIPULANDIA | 41 | 1095 | 3 | (7.343.121,44) | 37.136.858,36 | - |
| PR | ITAMBARACA | 41 | 1100 | 1 | (560.153,13) | 10.990.757,62 | - |
| PR | ITAMBE | 41 | 1110 | 8 | 859.806,16 | 9.965.982,98 | 8,63 |
| PR | ITAPEJARA D'OESTE | 41 | 1120 | 9 | (952.601,18) | 17.034.283,46 | - |
| PR | ITAPERUCU | 41 | 1125 | 8 | (726.337,86) | 22.436.879,93 | - |
| PR | ITAUNA DO SUL | 41 | 1130 | 8 | 382.269,86 | 6.604.081,87 | 5,79 |
| PR | IVAI | 41 | 1140 | 7 | 1.358.077,04 | 14.842.566,97 | 9,15 |
| PR | IVAIPORA | 41 | 1150 | 6 | 5.617.886,40 | 29.577.695,07 | 18,99 |
| PR | IVATE | 41 | 1155 | 5 | 2.299.653,13 | 11.073.479,27 | 20,77 |
| PR | IVATUBA | 41 | 1160 | 5 | (590.161,76) | 7.430.786,12 | - |
| PR | JACAREZINHO | 41 | 1180 | 3 | - | 47.693.573,09 | - |
| PR | JAGUARIAIVA | 41 | 1200 | 9 | (7.849.663,84) | 45.784.711,94 | - |
| PR | JAPURA | 41 | 1240 | 5 | (796.982,43) | 11.801.359,84 | - |
| PR | JATAIZINHO | 41 | 1270 | 2 | (1.455.802,58) | 15.851.524,66 | - |
| PR | JESUITAS | 41 | 1275 | 1 | 1.947.879,63 | 12.188.705,94 | 15,98 |
| PR | JOAQUIM TAVORA | 41 | 1280 | 1 | (603.789,29) | 15.176.330,63 | - |
| PR | JURANDA | 41 | 1295 | 9 | (1.490.214,71) | 11.692.492,03 | - |
| PR | KALORE | 41 | 1310 | 6 | 3.751.038,46 | 7.883.760,60 | 47,58 |
| PR | LAPA | 41 | 1320 | 5 | (593.211,15) | 58.704.479,16 | - |
| PR | LARANJAL | 41 | 1325 | 4 | 211.504,35 | 9.325.359,57 | 2,27 |
| PR | LARANJEIRAS DO SUL | 41 | 1330 | 4 | 3.859.813,00 | 35.043.732,70 | 11,01 |
| PR | LINDOESTE | 41 | 1345 | 2 | (572.113,73) | 9.412.791,19 | - |
| PR | LOANDA | 41 | 1350 | 2 | (2.162.032,54) | 25.468.172,28 | - |
| PR | LUNARDELLI | 41 | 1375 | 9 | 3.489.957,82 | 9.495.963,96 | 36,75 |
| PR | MALLET | 41 | 1390 | 8 | 9.463.843,86 | 15.854.296,68 | 59,69 |
| PR | MAMBORE | 41 | 1400 | 5 | (2.108.979,92) | 23.228.778,36 | - |
| PR | MANDAGUACU | 41 | 1410 | 4 | (1.678.447,06) | 23.442.812,80 | - |
| PR | MANDAGUARI | 41 | 1420 | 3 | 14.649.816,73 | 46.186.653,28 | 31,72 |
| PR | MARIALVA | 41 | 1480 | 7 | 4.679.605,96 | 40.756.871,91 | 11,48 |
| PR | MARILANDIA DO SUL | 41 | 1490 | 6 | (817.866,38) | 15.549.192,69 | - |
| PR | MARILENA | 41 | 1500 | 2 | 734.783,06 | 10.193.579,70 | 7,21 |
| PR | MARILUZ | 41 | 1510 | 1 | 2.942.767,03 | 14.972.293,68 | 19,65 |
| PR | MARIOPOLIS | 41 | 1530 | 9 | (1.205.454,63) | 12.976.712,72 | - |
| PR | MARIPA | 41 | 1535 | 8 | (3.656.226,84) | 13.786.969,52 | - |
| PR | MARMELEIRO | 41 | 1540 | 8 | (1.543.139,74) | 20.720.779,08 | - |
| PR | MATINHOS | 41 | 1570 | 5 | (11.356.094,60) | 57.638.438,95 | - |
| PR | MEDIANEIRA | 41 | 1580 | 4 | 8.342.268,05 | 49.730.900,86 | 16,77 |
| PR | MERCEDES | 41 | 1585 | 3 | (860.359,85) | 13.185.290,10 | - |
| PR | MISSAL | 41 | 1605 | 9 | (2.461.905,26) | 20.634.930,88 | - |
| PR | MOREIRA SALES | 41 | 1610 | 9 | 416.893,71 | 16.528.919,52 | 2,52 |
| PR | NOSSA SENHORA DAS GRACAS | 41 | 1640 | 6 | 4.504.866,73 | 7.705.094,68 | 58,47 |
| PR | NOVA ALIANCA DO IVAI | 41 | 1650 | 5 | 271.531,80 | 6.467.110,91 | 4,20 |
| PR | NOVA AMERICA DA COLINA | 41 | 1660 | 4 | (20.817,47) | 7.952.352,60 | - |
| PR | NOVA ESPERANCA | 41 | 1690 | 1 | 498.242,64 | 28.270.076,25 | 1,76 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE | 41 | 1695 | 0 | (630.808,83) | 9.035.866,09 | - |
| PR | NOVA LONDRINA | 41 | 1710 | 7 | 4.641.203,85 | 16.970.629,44 | 27,35 |
| PR | NOVA PRATA DO IGUACU | 41 | 1725 | 5 | 3.402.754,35 | 19.457.563,57 | 17,49 |
| PR | NOVA SANTA BARBARA | 41 | 1721 | 4 | 31.054,20 | 8.429.893,14 | 0,37 |
| PR | NOVA SANTA ROSA | 41 | 1722 | 2 | 205.680,59 | 14.907.318,10 | 1,38 |
| PR | NOVA TEBAS | 41 | 1727 | 1 | (21.091,69) | 10.523.810,63 | - |
| PR | NOVO ITACOLOMI | 41 | 1729 | 7 | (537.238,28) | 7.189.942,00 | - |
| PR | ORTIGUEIRA | 41 | 1730 | 5 | (9.104.563,70) | 33.689.475,15 | - |
| PR | PALMAS | 41 | 1760 | 2 | 5.100.151,66 | 51.415.800,86 | 9,92 |
| PR | PALMEIRA | 41 | 1770 | 1 | 4.495.375,92 | 42.115.042,30 | 10,67 |
| PR | PALOTINA | 41 | 1790 | 9 | (2.382.356,30) | 43.357.202,92 | - |
| PR | PARAISO DO NORTE | 41 | 1800 | 6 | 1.056.982,68 | 15.299.833,77 | 6,91 |
| PR | PATO BRAGADO | 41 | 1845 | 1 | (1.711.907,56) | 15.648.992,46 | - |
| PR | PAULA FREITAS | 41 | 1860 | 0 | (285.789,82) | 8.802.478,65 | - |
| PR | PAULO FRONTIN | 41 | 1870 | 9 | 394.700,44 | 9.452.877,41 | 4,18 |
| PR | PEROLA | 41 | 1890 | 7 | (1.808.248,97) | 12.929.892,91 | - |
| PR | PIEN | 41 | 1910 | 3 | (290.692,65) | 20.596.451,28 | - |
| PR | PINHALAO | 41 | 1920 | 2 | (1.427.541,03) | 9.609.789,05 | - |
| PR | PITANGA | 41 | 1960 | 8 | 7.018.607,56 | 38.472.463,83 | 18,24 |
| PR | PITANGUEIRAS | 41 | 1965 | 7 | 64.425,20 | 7.658.626,97 | 0,84 |
| PR | PLANALTO | 41 | 1980 | 6 | (1.197.615,55) | 16.563.058,16 | - |
| PR | PONTAL DO PARANA | 41 | 1995 | 4 | (20.206.331,98) | 37.900.511,00 | - |
| PR | PORTO AMAZONAS | 41 | 2010 | 1 | (9.337,36) | 8.383.175,48 | - |
| PR | PORTO RICO | 41 | 2020 | 0 | (1.173.738,98) | 8.179.210,80 | - |
| PR | PORTO VITORIA | 41 | 2030 | 9 | 1.687.914,85 | 8.737.595,42 | 19,32 |
| PR | PRADO FERREIRA | 41 | 2033 | 3 | (757.245,87) | 7.397.430,61 | - |
| PR | PRANCHITA | 41 | 2035 | 8 | (694.012,49) | 9.596.148,36 | - |
| PR | PRESIDENTE CASTELO BRANCO | 41 | 2040 | 8 | (764.945,06) | 8.826.753,05 | - |
| PR | PRUDENTOPOLIS | 41 | 2060 | 6 | 2.082.187,42 | 51.875.431,25 | 4,01 |
| PR | QUARTO CENTENARIO | 41 | 2065 | 5 | 433.047,70 | 10.267.865,28 | 4,22 |
| PR | QUATRO BARRAS | 41 | 2080 | 4 | (790.240,70) | 37.915.573,85 | - |
| PR | QUATRO PONTES | 41 | 2085 | 3 | (2.894.882,87) | 9.786.018,12 | - |
| PR | QUEDAS DO IGUACU | 41 | 2090 | 3 | 1.780.564,27 | 38.484.975,98 | 4,63 |
| PR | QUERENCIA DO NORTE | 41 | 2100 | 0 | 2.229.108,70 | 15.893.321,48 | 14,03 |
| PR | QUITANDINHA | 41 | 2120 | 8 | 1.641.256,83 | 18.509.209,36 | 8,87 |
| PR | RAMILANDIA | 41 | 2125 | 7 | (345.553,41) | 9.238.544,49 | - |
| PR | RANCHO ALEGRE D'OESTE | 41 | 2135 | 6 | (169.460,18) | 7.904.149,29 | - |
| PR | REALEZA | 41 | 2140 | 6 | (2.075.231,97) | 19.746.055,22 | - |
| PR | REBOUCAS | 41 | 2150 | 5 | 726.800,95 | 17.188.958,95 | 4,23 |
| PR | RENASCENCA | 41 | 2160 | 4 | (44.749,32) | 12.357.244,79 | - |
| PR | RESERVA DO IGUACU | 41 | 2175 | 2 | (2.633.082,30) | 17.192.540,13 | - |
| PR | RIBEIRAO CLARO | 41 | 2180 | 2 | (3.576.211,39) | 19.950.699,43 | - |
| PR | RIO AZUL | 41 | 2200 | 8 | (4.169.200,65) | 18.901.549,08 | - |
| PR | RIO BOM | 41 | 2210 | 7 | 4.637.388,77 | 7.122.567,14 | 65,11 |
| PR | RIO BONITO DO IGUACU | 41 | 2215 | 6 | (3.570.889,82) | 26.461.308,79 | - |
| PR | RIO NEGRO | 41 | 2230 | 5 | (4.908.860,67) | 41.026.055,41 | - |
| PR | RONDON | 41 | 2260 | 2 | (1.333.349,73) | 14.146.059,46 | - |
| PR | SABAUDIA | 41 | 2270 | 1 | 1.023.462,89 | 11.060.289,54 | 9,25 |
| PR | SALGADO FILHO | 41 | 2280 | 0 | 28.988,54 | 8.575.302,98 | 0,34 |
| PR | SALTO DO LONTRA | 41 | 2300 | 6 | 3.753.774,61 | 17.236.958,77 | 21,78 |
| PR | SANTA AMELIA | 41 | 2310 | 5 | 2.386.385,09 | 7.008.696,51 | 34,05 |
| PR | SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO | 41 | 2330 | 3 | 1.344.656,58 | 10.385.227,45 | 12,95 |
| PR | SANTA HELENA | 41 | 2350 | 1 | (14.650.048,19) | 64.127.742,60 | - |
| PR | SANTA IZABEL DO OESTE | 41 | 2380 | 8 | 1.034.575,05 | 17.323.602,14 | 5,97 |
| PR | SANTA MARIA DO OESTE | 41 | 2385 | 7 | 1.059.139,48 | 14.535.052,45 | 7,29 |
| PR | SANTA MONICA | 41 | 2395 | 6 | (93.755,17) | 8.870.401,00 | - |
| PR | SANTA TEREZA DO OESTE | 41 | 2402 | 0 | (35.380,71) | 14.090.231,77 | - |
| PR | SANTA TEREZINHA DE ITAIPU | 41 | 2405 | 3 | (9.118.796,97) | 35.818.999,39 | - |
| PR | SANTANA DO ITARARE | 41 | 2400 | 4 | (818.980,80) | 8.431.034,48 | - |
| PR | SANTO ANTONIO DA PLATINA | 41 | 2410 | 3 | 12.061.873,01 | 45.061.544,94 | 26,77 |
| PR | SANTO ANTONIO DO CAIUA | 41 | 2420 | 2 | 504.454,40 | 6.932.772,25 | 7,28 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | SANTO ANTONIO DO PARAISO | 41 | 2430 | 1 | 580.935,18 | 8.233.909,01 | 7,06 |
| PR | SANTO ANTONIO DO SUDOESTE | 41 | 2440 | 0 | 2.195.790,10 | 23.350.745,77 | 9,40 |
| PR | SAO JOAO | 41 | 2480 | 6 | (1.250.146,12) | 17.084.596,39 | - |
| PR | SAO JOAO DO TRIUNFO | 41 | 2510 | 0 | (2.381.859,48) | 17.020.651,60 | - |
| PR | SAO JORGE D'OESTE | 41 | 2520 | 9 | (8.161.798,93) | 30.560.667,79 | - |
| PR | SAO JORGE DO PATROCINIO | 41 | 2535 | 7 | (425.616,49) | 14.553.067,77 | - |
| PR | SAO JOSE DA BOA VISTA | 41 | 2540 | 7 | 202.883,51 | 10.188.077,86 | 1,99 |
| PR | SAO JOSE DAS PALMEIRAS | 41 | 2545 | 6 | (318.770,44) | 7.403.697,87 | - |
| PR | SAO MANOEL DO PARANA | 41 | 2555 | 5 | (3.140.432,43) | 8.868.077,76 | - |
| PR | SAO MATEUS DO SUL | 41 | 2560 | 5 | (539.189,06) | 51.786.798,17 | - |
| PR | SAO MIGUEL DO IGUACU | 41 | 2570 | 4 | (2.042.730,17) | 50.571.758,22 | - |
| PR | SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA | 41 | 2600 | 9 | 4.521.536,34 | 10.903.772,76 | 41,47 |
| PR | SAPOPEMA | 41 | 2620 | 7 | 1.255.531,98 | 9.414.633,93 | 13,34 |
| PR | SAUDADE DO IGUACU | 41 | 2627 | 2 | 173.778,33 | 16.218.926,88 | 1,07 |
| PR | SERRANOPOLIS DO IGUACU | 41 | 2635 | 5 | (447.945,89) | 13.376.928,78 | - |
| PR | SERTANEJA | 41 | 2640 | 5 | 714.161,88 | 14.380.576,45 | 4,97 |
| PR | SERTANOPOLIS | 41 | 2650 | 4 | 5.861.078,48 | 24.866.991,12 | 23,57 |
| PR | SIQUEIRA CAMPOS | 41 | 2660 | 3 | (2.423.475,94) | 21.158.421,73 | - |
| PR | SULINA | 41 | 2665 | 2 | (13.433,35) | 8.958.552,43 | - |
| PR | TAMBOARA | 41 | 2670 | 2 | 1.983.957,97 | 7.969.996,84 | 24,89 |
| PR | TAPEJARA | 41 | 2680 | 1 | 5.441.752,32 | 20.586.753,08 | 26,43 |
| PR | TAPIRA | 41 | 2690 | 0 | (1.711.606,46) | 10.746.819,60 | - |
| PR | TEIXEIRA SOARES | 41 | 2700 | 7 | (36.591,85) | 15.187.899,22 | - |
| PR | TERRA BOA | 41 | 2720 | 5 | (2.142.755,85) | 19.892.591,99 | - |
| PR | TERRA RICA | 41 | 2730 | 4 | 3.163.972,67 | 18.913.877,83 | 16,73 |
| PR | TERRA ROXA | 41 | 2740 | 3 | 2.797.754,49 | 22.965.440,85 | 12,18 |
| PR | TUJUCAS DO SUL | 41 | 2760 | 1 | 1.440.603,85 | 20.201.449,94 | 7,13 |
| PR | TRES BARRAS DO PARANA | 41 | 2785 | 8 | 174.167,76 | 21.132.793,29 | 0,82 |
| PR | TUNAS DO PARANA | 41 | 2788 | 2 | (932.810,60) | 12.043.077,76 | - |
| PR | TURVO | 41 | 2796 | 5 | (1.016.507,25) | 20.228.483,30 | - |
| PR | UNIFLOR | 41 | 2830 | 2 | 56.287,68 | 6.654.809,73 | 0,85 |
| PR | VENTANIA | 41 | 2853 | 4 | 401.057,75 | 14.467.681,27 | 2,77 |
| PR | VERE | 41 | 2860 | 9 | 706.600,74 | 13.016.082,03 | 5,43 |
| PR | VITORINO | 41 | 2870 | 8 | (1.691.517,77) | 11.266.610,06 | - |
| PR | WENCESLAU BRAZ | 41 | 2850 | 0 | 1.338.207,58 | 20.798.947,02 | 6,43 |
| PR | XAMBRE | 41 | 2880 | 7 | 3.417.519,57 | 9.138.474,48 | 37,40 |
| RJ | CANTAGALO | 33 | 110 | 8 | (3.741.334,40) | 52.667.314,50 | - |
| RJ | CASIMIRO DE ABREU | 33 | 130 | 6 | (50.969.243,10) | 177.534.911,50 | - |
| RJ | ITALVA | 33 | 205 | 6 | (627.275,30) | 34.520.052,81 | - |
| RJ | ITAOCARA | 33 | 210 | 6 | 3.419.005,40 | 40.825.839,70 | 8,37 |
| RJ | ITATIAIA | 33 | 225 | 4 | 3.628.183,00 | 81.292.295,80 | 4,46 |
| RJ | MANGARATIBA | 33 | 260 | 1 | (3.679.514,30) | 156.389.502,80 | - |
| RJ | PARAIBA DO SUL | 33 | 370 | 8 | (2.257.840,60) | 63.705.913,70 | - |
| RJ | PATY DO ALFERES | 33 | 385 | 6 | (9.153.344,20) | 50.545.351,80 | - |
| RJ | PORTO REAL | 33 | 411 | 0 | (36.928.031,90) | 155.410.164,30 | - |
| RJ | QUATIS | 33 | 412 | 8 | (9.234.664,90) | 35.998.452,30 | - |
| RJ | QUISSAMA | 33 | 415 | 1 | (35.293.965,50) | 197.353.380,20 | - |
| RJ | SANTA MARIA MADALENA | 33 | 460 | 7 | 2.683.855,00 | 38.573.837,40 | 6,96 |
| RJ | SANTO ANTONIO DE PADUA | 33 | 470 | 6 | 17.286.551,80 | 72.462.373,30 | 23,86 |
| RJ | SUMIDOURO | 33 | 570 | 3 | (12.690.197,90) | 41.441.320,10 | - |
| RJ | TANGUA | 33 | 575 | 2 | (24.417.430,50) | 52.654.811,50 | - |
| RJ | VASSOURAS | 33 | 620 | 6 | (751.948,20) | 71.773.132,40 | - |
| RN | ACARI | 24 | 10 | 9 | 8.838.153,73 | 13.416.023,57 | 65,88 |
| RN | AUGUSTO SEVERO | 24 | 130 | 5 | 2.572.013,00 | 11.476.317,00 | 22,41 |
| RN | BAIA FORMOSA | 24 | 140 | 4 | 3.884.901,66 | 16.164.248,10 | 24,03 |
| RN | CRUZETA | 24 | 300 | 4 | (167.604,65) | 9.661.807,31 | - |
| RN | IPANGUACU | 24 | 470 | 5 | (1.634.691,91) | 19.136.272,95 | - |
| RN | JARDIM DE PIRANHAS | 24 | 560 | 3 | 1.923.079,64 | 16.956.638,76 | 11,34 |
| RN | JARDIM DO SERIDO | 24 | 570 | 2 | (901.075,25) | 13.095.966,49 | - |
| RN | JUCURUTU | 24 | 610 | 6 | 6.342.684,24 | 22.702.176,27 | 27,94 |
| RN | LAJES | 24 | 670 | 0 | (2.952.080,38) | 14.456.309,34 | - |
| RN | PARELHAS | 24 | 890 | 4 | 382.418,28 | 21.461.178,68 | 1,78 |
| RN | PORTO DO MANGUE | 24 | 1025 | 6 | (1.376.529,18) | 13.972.524,16 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RN | SAO JOAO DO SABUGI | 24 | 1210 | 4 | 773.380,51 | 7.964.883,62 | 9,71 |
| RN | SAO JOSE DO SERIDO | 24 | 1240 | 1 | (274.925,27) | 8.084.298,70 | - |
| RN | SERRA NEGRA DO NORTE | 24 | 1340 | 9 | (1.125.754,32) | 10.553.336,41 | - |
| RN | TANGARA | 24 | 1400 | 1 | 3.425.947,08 | 17.929.700,03 | 19,11 |
| RN | TOUROS | 24 | 1440 | 7 | 5.043.751,73 | 37.882.398,70 | 13,31 |
| RO | ALTA FLORESTA D'OESTE | 11 | 1 | 5 | (455.768,63) | 37.778.197,96 | - |
| RO | ALTO ALEGRE DOS PARECIS | 11 | 37 | 9 | (1.894.787,06) | 20.272.170,48 | - |
| RO | ALTO PARAISO | 11 | 40 | 3 | (3.931.059,93) | 24.977.002,62 | - |
| RO | ALVORADA D'OESTE | 11 | 34 | 6 | (5.938.125,76) | 26.574.154,11 | - |
| RO | CACAULANDIA | 11 | 60 | 1 | (5.382.883,35) | 13.165.686,20 | - |
| RO | CASTANHEIRAS | 11 | 90 | 8 | (1.278.945,06) | 9.967.991,27 | - |
| RO | COLORADO DO OESTE | 11 | 6 | 4 | (2.990.648,27) | 23.279.245,21 | - |
| RO | ESPIGAO D'OESTE | 11 | 9 | 8 | (13.080.456,75) | 38.566.921,64 | - |
| RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 11 | 14 | 8 | (5.998.932,34) | 27.421.455,81 | - |
| RO | PIMENTEIRAS DO OESTE | 11 | 146 | 8 | (3.129.052,68) | 10.698.209,04 | - |
| RO | PRIMAVERA DE RONDONIA | 11 | 147 | 6 | (1.012.160,38) | 9.311.522,75 | - |
| RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 11 | 149 | 2 | (7.603.835,26) | 29.566.727,58 | - |
| RO | SAO MIGUEL DO GUAPORE | 11 | 32 | 0 | (5.146.884,89) | 32.063.830,37 | - |
| RO | SERINGUEIRAS | 11 | 150 | 0 | (3.767.575,23) | 19.461.560,17 | - |
| RO | VALE DO PARAISO | 11 | 180 | 7 | (3.057.570,20) | 16.907.483,51 | - |
| RS | ACEGUA | 43 | 3 | 4 | (3.214.716,35) | 13.069.132,31 | - |
| RS | AGUA SANTA | 43 | 5 | 9 | 184.509,85 | 10.707.544,48 | 1,72 |
| RS | AGUDO | 43 | 10 | 9 | (878.398,86) | 26.712.716,12 | - |
| RS | AJURICABA | 43 | 20 | 8 | - | 13.061.977,41 | - |
| RS | ALECRIM | 43 | 30 | 7 | (2.557.674,61) | 9.849.651,16 | - |
| RS | ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL | 43 | 47 | 1 | (1.161.546,34) | 8.012.168,70 | - |
| RS | ALPESTRE | 43 | 50 | 5 | (3.830.354,42) | 15.957.882,63 | - |
| RS | ALTO FELIZ | 43 | 57 | 0 | (2.595.715,54) | 8.771.202,84 | - |
| RS | AMARAL FERRADOR | 43 | 63 | 8 | 618.423,72 | 10.550.787,08 | 5,86 |
| RS | AMETISTA DO SUL | 43 | 64 | 6 | (330.301,00) | 11.929.048,00 | - |
| RS | ANDRE DA ROCHA | 43 | 66 | 1 | (1.665.568,89) | 6.611.881,88 | - |
| RS | ANTA GORDA | 43 | 70 | 3 | (303.593,42) | 11.989.711,58 | - |
| RS | ANTONIO PRADO | 43 | 80 | 2 | (318.780,11) | 21.230.021,61 | - |
| RS | ARAMBARE | 43 | 85 | 1 | (1.762.968,74) | 10.039.749,39 | - |
| RS | ARATIBA | 43 | 90 | 1 | (8.734.581,76) | 33.858.797,65 | - |
| RS | ARROIO DO MEIO | 43 | 100 | 8 | 644.681,96 | 33.279.144,74 | 1,94 |
| RS | ARROIO DO SAL | 43 | 105 | 7 | (574.216,30) | 20.752.925,38 | - |
| RS | ARROIO DO TIGRE | 43 | 120 | 6 | 258.698,53 | 17.503.695,37 | 1,48 |
| RS | ARROIO DOS RATOS | 43 | 110 | 7 | (961.415,20) | 19.020.202,58 | - |
| RS | ARROIO GRANDE | 43 | 130 | 5 | (1.479.530,75) | 26.494.630,36 | - |
| RS | ARVOREZINHA | 43 | 140 | 4 | (712.079,41) | 15.450.820,01 | - |
| RS | AUGUSTO PESTANA | 43 | 150 | 3 | (2.335.054,88) | 13.586.039,00 | - |
| RS | BALNEARIO PINHAL | 43 | 163 | 6 | (1.018.672,19) | 28.345.784,43 | - |
| RS | BARAO | 43 | 165 | 1 | 1.104.371,00 | 10.528.352,00 | 10,49 |
| RS | BARAO DE COTEGIPE | 43 | 170 | 1 | (2.574.393,00) | 12.131.347,00 | - |
| RS | BARRA DO GUARITA | 43 | 185 | 9 | (2.780.678,29) | 8.437.626,49 | - |
| RS | BARRA DO QUARAI | 43 | 187 | 5 | (1.554.583,43) | 12.295.781,55 | - |
| RS | BARRA DO RIO AZUL | 43 | 192 | 5 | (254.837,17) | 7.636.582,96 | - |
| RS | BARRA FUNDA | 43 | 195 | 8 | (249.225,79) | 9.401.418,83 | - |
| RS | BARRACAO | 43 | 180 | 0 | 961.863,41 | 12.498.680,30 | 7,70 |
| RS | BARROS CASSAL | 43 | 200 | 6 | 519.337,33 | 17.470.844,02 | 2,97 |
| RS | BENJAMIN CONSTANT DO SUL | 43 | 205 | 5 | (1.241.871,43) | 8.068.391,75 | - |
| RS | BOA VISTA DAS MISSOES | 43 | 215 | 4 | (100.011,16) | 9.133.701,75 | - |
| RS | BOA VISTA DO BURICA | 43 | 220 | 4 | 678.433,34 | 12.020.205,62 | 5,64 |
| RS | BOA VISTA DO CADEADO | 43 | 222 | 0 | (609.452,60) | 10.061.149,35 | - |
| RS | BOA VISTA DO INCRA | 43 | 223 | 8 | - | 10.093.574,92 | - |
| RS | BOA VISTA DO SUL | 43 | 225 | 3 | (2.739.137,43) | 11.544.575,41 | - |
| RS | BOM JESUS | 43 | 230 | 3 | 10.451.504,85 | 17.138.293,75 | 60,98 |
| RS | BOM PRINCIPIO | 43 | 235 | 2 | 1.032.336,07 | 21.972.659,99 | 4,70 |
| RS | BOM PROGRESSO | 43 | 237 | 8 | (470.840,17) | 7.197.313,92 | - |
| RS | BOSSOROCA | 43 | 250 | 1 | 67.190,58 | 13.527.631,56 | 0,50 |
| RS | BOZANO | 43 | 258 | 4 | (1.578.307,71) | 7.035.794,81 | - |
| RS | BRAGA | 43 | 260 | 0 | 143.047,04 | 9.552.696,22 | 1,50 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | BROCHIER | 43 | 265 | 9 | (877.013,83) | 10.009.170,11 | - |
| RS | BUTIA | 43 | 270 | 9 | 5.475.281,94 | 26.278.952,73 | 20,84 |
| RS | CACAPAVA DO SUL | 43 | 280 | 8 | (2.202.953,39) | 44.030.065,23 | - |
| RS | CACEQUI | 43 | 290 | 7 | 4.574.789,73 | 19.228.317,11 | 23,79 |
| RS | CACIQUE DOBLE | 43 | 320 | 2 | (616.363,97) | 8.997.173,03 | - |
| RS | CAIBATE | 43 | 330 | 1 | (579.217,60) | 9.566.871,07 | - |
| RS | CAICARA | 43 | 340 | 0 | 1.383.412,79 | 9.588.068,87 | 14,43 |
| RS | CAMARGO | 43 | 355 | 8 | (34.880.619,18) | 9.787.006,17 | - |
| RS | CAMPESTRE DA SERRA | 43 | 367 | 3 | (2.500.944,54) | 10.129.834,84 | - |
| RS | CAMPINA DAS MISSOES | 43 | 370 | 7 | (1.608.659,90) | 10.651.335,93 | - |
| RS | CAMPINAS DO SUL | 43 | 380 | 6 | (2.933.362,43) | 11.812.612,95 | - |
| RS | CAMPO NOVO | 43 | 400 | 2 | (1.144.062,75) | 10.916.988,81 | - |
| RS | CANDELARIA | 43 | 420 | 0 | 11.922.390,34 | 35.123.713,91 | 33,94 |
| RS | CANDIDO GODOI | 43 | 430 | 9 | (679.920,44) | 11.377.594,21 | - |
| RS | CANDIOTA | 43 | 435 | 8 | 54.347,31 | 34.978.468,22 | 0,16 |
| RS | CANELA | 43 | 440 | 8 | (10.365.393,79) | 67.811.572,80 | - |
| RS | CAPAO BONITO DO SUL | 43 | 462 | 2 | (783.572,65) | 8.183.808,44 | - |
| RS | CAPAO DA CANOA | 43 | 463 | 0 | (11.906.071,03) | 79.632.357,19 | - |
| RS | CAPAO DO CIPO | 43 | 465 | 5 | - | 11.201.616,70 | - |
| RS | CAPELA DE SANTANA | 43 | 468 | 9 | 738.192,91 | 14.355.273,74 | 5,14 |
| RS | CAPITAO | 43 | 469 | 7 | (574.389,79) | 10.368.240,68 | - |
| RS | CAPIVARI DO SUL | 43 | 467 | 1 | (4.700.378,66) | 12.585.107,53 | - |
| RS | CARLOS BARBOSA | 43 | 480 | 4 | (9.974.233,44) | 50.514.272,70 | - |
| RS | CARLOS GOMES | 43 | 485 | 3 | (168.551,65) | 6.313.034,37 | - |
| RS | CASCA | 43 | 490 | 3 | (3.872.070,56) | 15.598.212,66 | - |
| RS | CASEIROS | 43 | 495 | 2 | 469.184,40 | 8.593.284,16 | 5,46 |
| RS | CATUIPE | 43 | 500 | 9 | (1.088.930,43) | 14.139.741,87 | - |
| RS | CENTENARIO | 43 | 511 | 6 | (2.312.962,19) | 8.467.306,01 | - |
| RS | CERRO BRANCO | 43 | 513 | 2 | 211.743,70 | 10.023.332,67 | 2,11 |
| RS | CERRO GRANDE | 43 | 515 | 7 | (877.491,00) | 7.154.243,00 | - |
| RS | CERRO LARGO | 43 | 520 | 7 | 155.336,06 | 18.837.906,62 | 0,82 |
| RS | CHAPADA | 43 | 530 | 6 | (3.157.937,01) | 16.881.143,12 | - |
| RS | CHARQUEADAS | 43 | 535 | 5 | 11.056.644,20 | 60.505.803,87 | 18,27 |
| RS | CHARRUA | 43 | 537 | 1 | (3.175.542,00) | 8.220.149,00 | - |
| RS | CHIAPETTA | 43 | 540 | 5 | 1.676.374,83 | 10.547.260,39 | 15,89 |
| RS | CHUVISCA | 43 | 544 | 7 | (1.137.924,94) | 9.761.773,10 | - |
| RS | CIDREIRA | 43 | 545 | 4 | 3.847.096,75 | 28.702.989,70 | 13,40 |
| RS | CIRIACO | 43 | 550 | 4 | (773.119,45) | 9.955.148,82 | - |
| RS | COLINAS | 43 | 558 | 7 | (827.465,98) | 8.272.033,49 | - |
| RS | COLORADO | 43 | 560 | 3 | (4.860.536,69) | 10.399.395,37 | - |
| RS | CONDOR | 43 | 570 | 2 | (1.098.077,54) | 13.685.102,54 | - |
| RS | CONSTANTINA | 43 | 580 | 1 | (1.078.544,46) | 15.945.583,66 | - |
| RS | COQUEIRO BAIXO | 43 | 583 | 5 | (587.107,18) | 7.183.492,49 | - |
| RS | CORONEL BARROS | 43 | 587 | 1 | (2.098.666,40) | 8.752.821,24 | - |
| RS | CORONEL PILAR | 43 | 593 | 4 | (4.904.589,91) | 7.298.252,84 | - |
| RS | COTIPORA | 43 | 595 | 9 | (597.044,00) | 9.381.288,00 | - |
| RS | COXILHA | 43 | 597 | 5 | (1.755.875,94) | 9.158.499,85 | - |
| RS | CRISSIUMAL | 43 | 600 | 7 | (1.323.928,81) | 21.314.990,54 | - |
| RS | CRISTAL | 43 | 605 | 6 | (2.321.707,26) | 10.778.437,15 | - |
| RS | CRUZEIRO DO SUL | 43 | 620 | 5 | 798.745,96 | 16.894.043,17 | 4,73 |
| RS | DAVID CANABARRO | 43 | 630 | 4 | (1.132.805,91) | 9.593.679,30 | - |
| RS | DERRUBADAS | 43 | 632 | 0 | (1.716.527,04) | 10.190.262,08 | - |
| RS | DOIS IRMAOS | 43 | 640 | 3 | (10.501.701,38) | 43.563.594,72 | - |
| RS | DOM FELICIANO | 43 | 650 | 2 | (1.679.488,74) | 23.120.375,71 | - |
| RS | DOM PEDRITO | 43 | 660 | 1 | (8.553.274,58) | 51.928.476,52 | - |
| RS | DOM PEDRO DE ALCANTARA | 43 | 655 | 1 | (1.260.510,47) | 7.403.454,94 | - |
| RS | DONA FRANCISCA | 43 | 670 | 0 | 747.763,43 | 8.171.008,29 | 9,15 |
| RS | DOUTOR MAURICIO CARDOSO | 43 | 673 | 4 | (1.411.056,00) | 11.619.575,00 | - |
| RS | DOUTOR RICARDO | 43 | 675 | 9 | (589.831,36) | 7.447.006,35 | - |
| RS | ELDORADO DO SUL | 43 | 676 | 7 | (8.258.891,25) | 64.030.677,53 | - |
| RS | ENCANTADO | 43 | 680 | 9 | (1.972.609,42) | 32.684.040,51 | - |
| RS | ENCRUZILHADA DO SUL | 43 | 690 | 8 | (2.343.036,68) | 36.112.529,63 | - |
| RS | ENGENHO VELHO | 43 | 692 | 4 | (3.097.768,20) | 7.228.526,78 | - |
| RS | ENTRE RIOS DO SUL | 43 | 695 | 7 | (4.849.642,63) | 11.569.355,49 | - |
| RS | ENTRE-IJUIS | 43 | 693 | 2 | (566.756,23) | 13.628.417,27 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | ERNESTINA | 43 | 705 | 4 | (388.898,31) | 10.223.316,58 | - |
| RS | ERVAL GRANDE | 43 | 720 | 3 | (864.298,47) | 9.883.517,69 | - |
| RS | ESMERALDA | 43 | 740 | 1 | (2.396.184,00) | 11.045.262,00 | - |
| RS | ESPERANCA DO SUL | 43 | 745 | 0 | (2.180.198,34) | 8.741.460,42 | - |
| RS | ESTANCIA VELHA | 43 | 760 | 9 | (5.013.017,48) | 67.135.218,78 | - |
| RS | ESTRELA | 43 | 780 | 7 | (8.335.777,73) | 51.122.333,07 | - |
| RS | EUGENIO DE CASTRO | 43 | 783 | 1 | - | 9.228.316,92 | - |
| RS | FAGUNDES VARELA | 43 | 786 | 4 | - | 8.940.871,70 | - |
| RS | FAXINALZINHO | 43 | 805 | 2 | (183.514,53) | 7.796.009,69 | - |
| RS | FAZENDA VILANOVA | 43 | 807 | 8 | (1.413.978,00) | 9.973.756,00 | - |
| RS | FELIZ | 43 | 810 | 2 | (5.897.324,59) | 21.692.978,43 | - |
| RS | FLORES DA CUNHA | 43 | 820 | 1 | (13.827.208,89) | 47.869.962,13 | - |
| RS | FLORIANO PEIXOTO | 43 | 825 | 0 | 688.274,68 | 7.023.705,98 | 9,80 |
| RS | FONTOURA XAVIER | 43 | 830 | 0 | (2.092.429,45) | 19.489.752,03 | - |
| RS | FORMIGUEIRO | 43 | 840 | 9 | (2.422.638,67) | 11.133.174,69 | - |
| RS | FORTALEZA DOS VALOS | 43 | 845 | 8 | 520.592,16 | 15.518.438,74 | 3,35 |
| RS | GARIBALDI | 43 | 860 | 7 | (9.948.255,84) | 51.806.357,64 | - |
| RS | GARRUCHOS | 43 | 865 | 6 | (3.134.922,53) | 13.452.598,90 | - |
| RS | GAURAMA | 43 | 870 | 6 | (3.768.492,71) | 10.816.319,01 | - |
| RS | GENERAL CAMARA | 43 | 880 | 5 | 186.249,97 | 10.323.557,06 | 1,80 |
| RS | GENTIL | 43 | 885 | 4 | (966.955,47) | 7.872.732,35 | - |
| RS | GIRUA | 43 | 900 | 1 | (330.562,96) | 31.958.600,30 | - |
| RS | GLORINHA | 43 | 905 | 0 | (4.529.482,08) | 18.168.616,24 | - |
| RS | GRAMADO | 43 | 910 | 0 | (7.406.485,40) | 78.907.122,91 | - |
| RS | GRAMADO DOS LOUREIROS | 43 | 912 | 6 | 976.562,56 | 7.462.819,08 | 13,09 |
| RS | GRAMADO XAVIER | 43 | 915 | 9 | (1.276.201,05) | 9.667.164,64 | - |
| RS | GUABIJU | 43 | 925 | 8 | (1.291.487,62) | 6.723.378,98 | - |
| RS | GUARANI DAS MISSOES | 43 | 950 | 6 | 1.151.275,49 | 12.186.435,40 | 9,45 |
| RS | HARMONIA | 43 | 955 | 5 | 632.696,30 | 11.769.564,31 | 5,38 |
| RS | HERVAL | 43 | 710 | 4 | - | 12.448.433,32 | - |
| RS | HERVEIRAS | 43 | 957 | 1 | (1.786.787,23) | 8.318.517,87 | - |
| RS | HORIZONTINA | 43 | 960 | 5 | (3.143.412,72) | 33.431.202,05 | - |
| RS | HULHA NEGRA | 43 | 965 | 4 | (1.361.621,13) | 12.266.679,81 | - |
| RS | HUMAITA | 43 | 970 | 4 | (2.396.997,54) | 10.191.634,49 | - |
| RS | IBARAMA | 43 | 975 | 3 | (1.146.824,92) | 9.671.564,15 | - |
| RS | IBIACA | 43 | 980 | 3 | 564.316,28 | 10.948.870,31 | 5,15 |
| RS | IBIRAIARAS | 43 | 990 | 2 | (375.602,35) | 12.655.992,43 | - |
| RS | IBIRAPUITA | 43 | 995 | 1 | (883.219,82) | 9.819.466,35 | - |
| RS | IBIRUBA | 43 | 1000 | 9 | 594.114,29 | 29.743.993,26 | 2,00 |
| RS | ILOPOLIS | 43 | 1030 | 6 | (2.537.891,41) | 8.964.150,70 | - |
| RS | INDEPENDENCIA | 43 | 1040 | 5 | 60.562,06 | 11.473.988,91 | 0,53 |
| RS | IPE | 43 | 1043 | 9 | 907.315,28 | 12.709.888,72 | 7,14 |
| RS | IPIRANGA DO SUL | 43 | 1046 | 2 | (2.257.497,10) | 8.049.371,08 | - |
| RS | IRAI | 43 | 1050 | 4 | 74.647,76 | 10.576.301,04 | 0,71 |
| RS | ITAARA | 43 | 1053 | 8 | (2.469.403,19) | 9.753.948,58 | - |
| RS | ITAPUCA | 43 | 1057 | 9 | (628.014,75) | 7.055.259,93 | - |
| RS | ITATIBA DO SUL | 43 | 1070 | 2 | 1.162.386,27 | 9.461.235,88 | 12,29 |
| RS | IVORA | 43 | 1075 | 1 | (1.097.065,36) | 6.688.609,79 | - |
| RS | IVOTI | 43 | 1080 | 1 | (6.860.319,04) | 31.980.713,21 | - |
| RS | JACUIZINHO | 43 | 1087 | 6 | - | 7.303.493,74 | - |
| RS | JACUTINGA | 43 | 1090 | 0 | (1.885.586,80) | 8.580.049,08 | - |
| RS | JAGUARI | 43 | 1110 | 6 | 369.652,42 | 15.413.961,37 | 2,40 |
| RS | JARI | 43 | 1113 | 0 | (3.172.197,49) | 9.056.995,14 | - |
| RS | JOIA | 43 | 1115 | 5 | (1.116.678,76) | 17.824.729,78 | - |
| RS | JULIO DE CASTILHOS | 43 | 1120 | 5 | (2.168.880,44) | 33.460.131,22 | - |
| RS | LAGOA BONITA DO SUL | 43 | 1123 | 9 | (1.949.948,46) | 6.501.245,81 | - |
| RS | LAGOA DOS TRES CANTOS | 43 | 1127 | 0 | (898.861,84) | 7.775.036,45 | - |
| RS | LAJEADO DO BUGRE | 43 | 1142 | 9 | 376.454,19 | 6.660.776,66 | 5,65 |
| RS | LAVRAS DO SUL | 43 | 1150 | 2 | (1.696.544,61) | 14.788.485,92 | - |
| RS | LIBERATO SALZANO | 43 | 1160 | 1 | (689.971,42) | 10.110.386,59 | - |
| RS | LINDOLFO COLLOR | 43 | 1162 | 7 | (208.040,75) | 9.864.587,14 | - |
| RS | LINHA NOVA | 43 | 1164 | 3 | (4.213.146,42) | 6.819.366,99 | - |
| RS | MACAMBARA | 43 | 1171 | 8 | 192.395,83 | 12.690.836,94 | 1,52 |
| RS | MACHADINHO | 43 | 1170 | 0 | (6.179.939,65) | 13.214.673,56 | - |
| RS | MANOEL VIANA | 43 | 1175 | 9 | (437.388,94) | 13.937.371,04 | - |
| RS | MAQUINE | 43 | 1177 | 5 | (20.126.416,58) | 13.442.751,95 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | MARATA | 43 | 1179 | 1 | (3.374.181,80) | 8.662.421,06 | - |
| RS | MARAU | 43 | 1180 | 9 | (8.527.602,65) | 63.366.333,79 | - |
| RS | MARCELINO RAMOS | 43 | 1190 | 8 | (2.007.644,53) | 10.411.967,92 | - |
| RS | MARIANA PIMENTEL | 43 | 1198 | 1 | (1.986,93) | 13.440.337,16 | - |
| RS | MARIANO MORO | 43 | 1200 | 5 | (2.052.504,10) | 8.948.555,57 | - |
| RS | MARQUES DE SOUZA | 43 | 1205 | 4 | (4.781.408,55) | 9.999.049,63 | - |
| RS | MATA | 43 | 1210 | 4 | (486.530,05) | 9.397.945,77 | - |
| RS | MATO CASTELHANO | 43 | 1213 | 8 | (865.556,21) | 8.923.830,83 | - |
| RS | MATO LEITAO | 43 | 1215 | 3 | 1.217.087,83 | 10.605.588,61 | 11,48 |
| RS | MATO QUEIMADO | 43 | 1217 | 9 | (570.051,56) | 7.293.136,70 | - |
| RS | MAXIMILIANO DE ALMEIDA | 43 | 1220 | 3 | (1.477.252,40) | 10.224.525,83 | - |
| RS | MINAS DO LEAO | 43 | 1225 | 2 | (4.155.896,26) | 12.668.618,06 | - |
| RS | MIRAGUAI | 43 | 1230 | 2 | 2.461.289,32 | 8.516.386,81 | 28,90 |
| RS | MONTAURI | 43 | 1235 | 1 | (2.246.002,59) | 7.433.837,28 | - |
| RS | MONTE ALEGRE DOS CAMPOS | 43 | 1237 | 7 | 25.547,89 | 9.318.088,59 | 0,27 |
| RS | MONTE BELO DO SUL | 43 | 1238 | 5 | (1.622.682,12) | 8.624.632,36 | - |
| RS | MORMACO | 43 | 1242 | 7 | (1.522.878,57) | 8.238.456,32 | - |
| RS | MORRINHOS DO SUL | 43 | 1244 | 3 | (1.054.308,29) | 7.032.593,63 | - |
| RS | MORRO REDONDO | 43 | 1245 | 0 | (4.238.735,51) | 10.049.934,51 | - |
| RS | MORRO REUTER | 43 | 1247 | 6 | 814.066,45 | 11.333.249,41 | 7,18 |
| RS | MOSTARDAS | 43 | 1250 | 0 | (1.953.651,86) | 21.267.412,94 | - |
| RS | MUCUM | 43 | 1260 | 9 | 1.293.957,73 | 10.198.713,13 | 12,69 |
| RS | MUITOS CAPOES | 43 | 1261 | 7 | (840.060,70) | 11.678.583,95 | - |
| RS | MULITERNO | 43 | 1262 | 5 | (1.183.306,88) | 7.758.665,34 | - |
| RS | NAO-ME-TOQUE | 43 | 1265 | 8 | (11.348.026,05) | 16.674.367,64 | - |
| RS | NICOLAU VERGUEIRO | 43 | 1267 | 4 | (1.530.788,61) | 7.456.293,90 | - |
| RS | NONOAI | 43 | 1270 | 8 | 2.852.111,92 | 17.503.744,15 | 16,29 |
| RS | NOVA ALVORADA | 43 | 1275 | 7 | (41.209,40) | 10.319.488,04 | - |
| RS | NOVA ARACA | 43 | 1280 | 7 | (2.689.744,36) | 11.279.619,49 | - |
| RS | NOVA BASSANO | 43 | 1290 | 6 | (3.425.540,38) | 18.059.310,00 | - |
| RS | NOVA BOA VISTA | 43 | 1295 | 5 | (1.022.852,42) | 7.985.033,23 | - |
| RS | NOVA CANDELARIA | 43 | 1301 | 1 | (870.090,85) | 8.944.020,54 | - |
| RS | NOVA ESPERANCA DO SUL | 43 | 1303 | 7 | 570.995,75 | 10.519.835,24 | 5,43 |
| RS | NOVA HARTZ | 43 | 1306 | 0 | (2.654.692,15) | 27.625.357,22 | - |
| RS | NOVA PADUA | 43 | 1308 | 6 | (565.479,37) | 10.057.683,26 | - |
| RS | NOVA PETROPOLIS | 43 | 1320 | 1 | (9.036.278,49) | 33.231.913,51 | - |
| RS | NOVA PRATA | 43 | 1330 | 0 | (8.017.750,48) | 44.809.630,69 | - |
| RS | NOVA RAMADA | 43 | 1333 | 4 | (2.833.842,81) | 8.296.727,07 | - |
| RS | NOVA ROMA DO SUL | 43 | 1335 | 9 | (360.011,00) | 11.161.276,01 | - |
| RS | NOVO CABRAIS | 43 | 1339 | 1 | (2.979.905,60) | 9.402.133,91 | - |
| RS | NOVO MACHADO | 43 | 1342 | 5 | (845.010,61) | 8.805.668,07 | - |
| RS | NOVO TIRADENTES | 43 | 1344 | 1 | (1.016.294,18) | 7.287.637,52 | - |
| RS | NOVO XINGU | 43 | 1346 | 6 | (176.772,62) | 7.289.515,21 | - |
| RS | OSORIO | 43 | 1350 | 8 | (29.671.139,07) | 145.230.378,10 | - |
| RS | PAIM FILHO | 43 | 1360 | 7 | (541.229,09) | 9.370.185,43 | - |
| RS | PALMEIRA DAS MISSOES | 43 | 1370 | 6 | 1.676.650,73 | 42.689.942,49 | 3,93 |
| RS | PALMITINHO | 43 | 1380 | 5 | (535.792,78) | 11.522.834,80 | - |
| RS | PANAMBI | 43 | 1390 | 4 | (13.487.698,45) | 68.816.519,80 | - |
| RS | PANTANO GRANDE | 43 | 1395 | 3 | 2.030.254,83 | 14.536.082,47 | 13,97 |
| RS | PARAI | 43 | 1400 | 1 | (578.570,27) | 13.586.513,14 | - |
| RS | PASSA SETE | 43 | 1406 | 8 | (1.866.162,99) | 10.001.221,82 | - |
| RS | PASSO DO SOBRADO | 43 | 1407 | 6 | (35.266,04) | 11.415.568,70 | - |
| RS | PAULO BENTO | 43 | 1413 | 4 | (1.735.405,52) | 7.122.208,36 | - |
| RS | PAVERAMA | 43 | 1415 | 9 | 31.638,00 | 10.820.367,11 | 0,29 |
| RS | PEDRAS ALTAS | 43 | 1417 | 5 | (4.226.593,50) | 9.658.043,78 | - |
| RS | PEJUCARA | 43 | 1430 | 8 | (332.481,32) | 11.550.477,24 | - |
| RS | PICADA CAFE | 43 | 1442 | 3 | (1.546.366,16) | 14.062.583,97 | - |
| RS | PINHAL DA SERRA | 43 | 1446 | 4 | (2.850.235,16) | 16.655.807,48 | - |
| RS | PINHAL GRANDE | 43 | 1447 | 2 | (1.201.956,84) | 15.629.554,94 | - |
| RS | PINHEIRINHO DO VALE | 43 | 1449 | 8 | (473.490,16) | 9.400.203,91 | - |
| RS | PIRAPO | 43 | 1455 | 5 | (585.544,26) | 8.074.418,85 | - |
| RS | PIRATINI | 43 | 1460 | 5 | 728.770,86 | 29.744.308,02 | 2,45 |
| RS | PLANALTO | 43 | 1470 | 4 | (1.967.351,06) | 13.884.107,42 | - |
| RS | POCO DAS ANTAS | 43 | 1475 | 3 | (548.527,32) | 8.239.552,84 | - |
| RS | PONTAO | 43 | 1477 | 9 | (4.873.924,14) | 11.257.330,90 | - |
| RS | PONTE PRETA | 43 | 1478 | 7 | (2.221.271,00) | 7.703.843,00 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | PORTAO | 43 | 1480 | 3 | (8.445.966,59) | 47.430.191,36 | - |
| RS | PORTO LUCENA | 43 | 1500 | 8 | 746.817,91 | 9.602.385,50 | 7,78 |
| RS | PORTO MAUA | 43 | 1505 | 7 | (1.824.892,43) | 7.029.875,43 | - |
| RS | PORTO VERA CRUZ | 43 | 1507 | 3 | (909.405,75) | 6.230.042,78 | - |
| RS | PORTO XAVIER | 43 | 1510 | 7 | (1.325.353,84) | 15.676.021,52 | - |
| RS | PRESIDENTE LUCENA | 43 | 1514 | 9 | (1.577.083,27) | 7.500.225,05 | - |
| RS | PROGRESSO | 43 | 1515 | 6 | (3.749.248,52) | 11.984.286,12 | - |
| RS | PROTASIO ALVES | 43 | 1517 | 2 | (1.995.370,23) | 7.430.614,95 | - |
| RS | PUTINGA | 43 | 1520 | 6 | (113.473,78) | 11.446.763,64 | - |
| RS | QUATRO IRMAOS | 43 | 1531 | 3 | (845.384,21) | 6.792.541,60 | - |
| RS | QUEVEDOS | 43 | 1532 | 1 | (449.094,99) | 10.792.700,72 | - |
| RS | QUINZE DE NOVEMBRO | 43 | 1535 | 4 | (1.295.397,56) | 11.031.229,57 | - |
| RS | REDENTORA | 43 | 1540 | 4 | 2.808.951,28 | 13.731.575,35 | 20,46 |
| RS | RELVADO | 43 | 1545 | 3 | (218.231,32) | 7.483.506,22 | - |
| RS | RESTINGA SECA | 43 | 1550 | 3 | (5.620.600,64) | 23.591.354,64 | - |
| RS | RIO DOS INDIOS | 43 | 1555 | 2 | (517.058,53) | 8.845.191,34 | - |
| RS | ROCA SALES | 43 | 1580 | 0 | (2.066.198,92) | 16.638.912,32 | - |
| RS | RODEIO BONITO | 43 | 1590 | 9 | (761.249,06) | 10.681.594,54 | - |
| RS | ROLADOR | 43 | 1595 | 8 | - | 8.471.971,26 | - |
| RS | RONDA ALTA | 43 | 1610 | 5 | (319.998,88) | 17.323.121,13 | - |
| RS | RONDINHA | 43 | 1620 | 4 | (1.078.543,90) | 9.981.651,60 | - |
| RS | ROQUE GONZALES | 43 | 1630 | 3 | (1.539.531,50) | 12.412.562,71 | - |
| RS | ROSARIO DO SUL | 43 | 1640 | 2 | - | 42.563.966,10 | - |
| RS | SALDANHA MARINHO | 43 | 1643 | 6 | (46.481,07) | 9.115.835,82 | - |
| RS | SALTO DO JACUI | 43 | 1645 | 1 | 3.480.117,22 | 24.063.822,67 | 14,46 |
| RS | SALVADOR DAS MISSOES | 43 | 1647 | 7 | (1.925.505,56) | 10.057.906,76 | - |
| RS | SALVADOR DO SUL | 43 | 1650 | 1 | 779.919,03 | 14.208.807,00 | 5,49 |
| RS | SANTA BARBARA DO SUL | 43 | 1670 | 9 | 3.119.379,10 | 18.083.806,81 | 17,25 |
| RS | SANTA CECILIA DO SUL | 43 | 1673 | 3 | (2.451.527,00) | 7.748.682,71 | - |
| RS | SANTA CLARA DO SUL | 43 | 1675 | 8 | (5.187.211,09) | 11.264.330,93 | - |
| RS | SANTA MARIA DO HERVAL | 43 | 1695 | 6 | 1.697.132,65 | 11.378.228,83 | 14,92 |
| RS | SANTA TEREZA | 43 | 1725 | 1 | 142.152,95 | 6.807.309,61 | 2,09 |
| RS | SANTA VITORIA DO PALMAR | 43 | 1730 | 1 | 7.370.920,07 | 48.417.073,89 | 15,22 |
| RS | SANTANA DA BOA VISTA | 43 | 1700 | 4 | (1.837.851,50) | 13.748.903,65 | - |
| RS | SANTIAGO | 43 | 1740 | 0 | 19.133.161,66 | 57.805.365,20 | 33,10 |
| RS | SANTO ANTONIO DA PATRULHA | 43 | 1760 | 8 | (3.977.922,47) | 47.337.136,72 | - |
| RS | SANTO ANTONIO DO PALMA | 43 | 1755 | 8 | (420.351,28) | 7.959.754,70 | - |
| RS | SANTO ANTONIO DO PLANALTO | 43 | 1775 | 6 | 250.649,30 | 9.228.562,85 | 2,72 |
| RS | SANTO EXPEDITO DO SUL | 43 | 1795 | 4 | (36.258,52) | 7.936.426,03 | - |
| RS | SAO DOMINGOS DO SUL | 43 | 1805 | 1 | (512.923,90) | 8.226.391,61 | - |
| RS | SAO FRANCISCO DE ASSIS | 43 | 1810 | 1 | 3.882.581,75 | 32.326.016,52 | 12,01 |
| RS | SAO FRANCISCO DE PAULA | 43 | 1820 | 0 | (4.830.131,92) | 29.844.444,68 | - |
| RS | SAO JERONIMO | 43 | 1840 | 8 | 113.978,68 | 28.678.948,65 | 0,40 |
| RS | SAO JOAO DA URTIGA | 43 | 1842 | 4 | (1.090.633,10) | 10.541.409,40 | - |
| RS | SAO JORGE | 43 | 1844 | 0 | (993.182,72) | 7.388.027,07 | - |
| RS | SAO JOSE DO HERVAL | 43 | 1846 | 5 | - | 8.760.342,63 | - |
| RS | SAO JOSE DO HORTENCIO | 43 | 1848 | 1 | - | 10.589.344,34 | - |
| RS | SAO JOSE DO INHACORA | 43 | 1849 | 9 | (405.030,59) | 7.531.361,74 | - |
| RS | SAO JOSE DO NORTE | 43 | 1850 | 7 | (11.368.260,18) | 31.637.997,72 | - |
| RS | SAO JOSE DO OURO | 43 | 1860 | 6 | (1.226.293,70) | 11.342.479,15 | - |
| RS | SAO JOSE DO SUL | 43 | 1861 | 4 | (1.660.586,95) | 9.193.916,49 | - |
| RS | SAO LOURENCO DO SUL | 43 | 1880 | 4 | (22.192.300,34) | 56.925.284,81 | - |
| RS | SAO LUIZ GONZAGA | 43 | 1890 | 3 | 3.250.393,53 | 42.788.725,95 | 7,60 |
| RS | SAO MARCOS | 43 | 1900 | 0 | 706.527,12 | 33.666.318,65 | 2,10 |
| RS | SAO MARTINHO | 43 | 1910 | 9 | 303.208,15 | 10.453.044,82 | 2,90 |
| RS | SAO MARTINHO DA SERRA | 43 | 1912 | 5 | (467.759,23) | 7.629.830,91 | - |
| RS | SAO MIGUEL DAS MISSOES | 43 | 1915 | 8 | (2.288.198,79) | 16.481.865,75 | - |
| RS | SAO PEDRO DA SERRA | 43 | 1935 | 6 | (724.665,12) | 9.539.659,28 | - |
| RS | SAO PEDRO DO BUTIA | 43 | 1937 | 2 | (13.337,48) | 8.071.989,21 | - |
| RS | SAO PEDRO DO SUL | 43 | 1940 | 6 | (6.867.093,93) | 24.588.540,55 | - |
| RS | SAO SEBASTIAO DO CAI | 43 | 1950 | 5 | (23.378.966,63) | 39.975.873,14 | - |
| RS | SAO SEPE | 43 | 1960 | 4 | (16.361.107,89) | 36.675.523,00 | - |
| RS | SAO VALENTIM | 43 | 1970 | 3 | (242.729,60) | 8.907.975,20 | - |
| RS | SAO VALENTIM DO SUL | 43 | 1971 | 1 | (1.629.054,72) | 7.623.885,01 | - |
| RS | SAO VALERIO DO SUL | 43 | 1973 | 7 | 1.338.974,23 | 7.376.367,48 | 18,15 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | SAO VENDELINO | 43 | 1975 | 2 | (1.577.155,00) | 8.386.718,00 | - |
| RS | SAO VICENTE DO SUL | 43 | 1980 | 2 | (3.452.744,07) | 13.843.193,82 | - |
| RS | SARANDI | 43 | 2010 | 7 | (2.919.759,34) | 28.858.020,51 | - |
| RS | SEBERI | 43 | 2020 | 6 | (933.178,84) | 15.657.219,68 | - |
| RS | SELBACH | 43 | 2030 | 5 | (945.490,33) | 10.239.207,74 | - |
| RS | SENADOR SALGADO FILHO | 43 | 2032 | 1 | (2.241.672,75) | 7.914.701,75 | - |
| RS | SERAFINA CORREA | 43 | 2040 | 4 | (313.524,52) | 27.581.399,36 | - |
| RS | SERIO | 43 | 2045 | 3 | (2.064.776,10) | 8.197.211,56 | - |
| RS | SERTAO | 43 | 2050 | 3 | (1.666.800,16) | 12.171.846,33 | - |
| RS | SETE DE SETEMBRO | 43 | 2057 | 8 | 389.948,14 | 6.683.417,82 | 5,83 |
| RS | SEVERIANO DE ALMEIDA | 43 | 2060 | 2 | (1.086.099,17) | 10.218.228,24 | - |
| RS | SILVEIRA MARTINS | 43 | 2065 | 1 | (557.901,35) | 7.133.881,55 | - |
| RS | SINIMBU | 43 | 2067 | 7 | (7.045.619,47) | 17.091.188,45 | - |
| RS | SOBRADINHO | 43 | 2070 | 1 | 5.187.818,06 | 21.285.485,00 | 24,46 |
| RS | TABAI | 43 | 2085 | 9 | (559.029,00) | 8.792.709,00 | - |
| RS | TAPEJARA | 43 | 2090 | 9 | (4.252.915,14) | 30.097.603,55 | - |
| RS | TAPERA | 43 | 2100 | 6 | 1.067.392,11 | 17.384.488,44 | 6,14 |
| RS | TAPES | 43 | 2110 | 5 | (1.883.653,99) | 23.519.416,41 | - |
| RS | TAQUARUCU DO SUL | 43 | 2132 | 9 | (1.722.786,39) | 7.706.303,99 | - |
| RS | TERRA DE AREIA | 43 | 2143 | 6 | (1.815.333,11) | 15.511.514,88 | - |
| RS | TEUTONIA | 43 | 2145 | 1 | (1.308.744,41) | 43.688.199,97 | - |
| RS | TIO HUGO | 43 | 2146 | 9 | (405.003,31) | 8.450.456,01 | - |
| RS | TIRADENTES DO SUL | 43 | 2147 | 7 | (2.730.752,15) | 10.776.767,65 | - |
| RS | TOROPI | 43 | 2149 | 3 | (2.888.192,56) | 7.983.480,99 | - |
| RS | TRAMANDAI | 43 | 2160 | 0 | 8.030.031,89 | 93.474.697,59 | 8,59 |
| RS | TRAVESSEIRO | 43 | 2162 | 6 | (1.483.983,24) | 7.924.198,74 | - |
| RS | TRES ARROIOS | 43 | 2163 | 4 | (1.274.876,45) | 9.215.931,86 | - |
| RS | TRES CACHOEIRAS | 43 | 2166 | 7 | (3.915.050,62) | 14.636.146,26 | - |
| RS | TRES DE MAIO | 43 | 2180 | 8 | (6.503.886,63) | 29.523.306,37 | - |
| RS | TRES PALMEIRAS | 43 | 2185 | 7 | (1.694.362,89) | 11.346.652,96 | - |
| RS | TRES PASSOS | 43 | 2190 | 7 | (526.939,62) | 33.006.728,70 | - |
| RS | TRINDADE DO SUL | 43 | 2195 | 6 | (108.733,74) | 10.504.729,51 | - |
| RS | TUCUNDUVA | 43 | 2210 | 3 | (2.840.405,64) | 10.525.037,92 | - |
| RS | TUNAS | 43 | 2215 | 2 | 2.096.297,61 | 8.764.854,94 | 23,92 |
| RS | TUPANCI DO SUL | 43 | 2218 | 6 | (1.030.294,52) | 7.319.385,48 | - |
| RS | TUPANCIRETA | 43 | 2220 | 2 | 2.207.930,99 | 38.066.840,01 | 5,80 |
| RS | TUPANDI | 43 | 2225 | 1 | (194.166,37) | 15.075.676,42 | - |
| RS | TUPARENDI | 43 | 2230 | 1 | (730.495,52) | 12.246.107,84 | - |
| RS | TURUCU | 43 | 2232 | 7 | (2.163.367,32) | 8.758.741,56 | - |
| RS | UBIRETAMA | 43 | 2234 | 3 | (1.727.265,65) | 7.032.655,26 | - |
| RS | UNIAO DA SERRA | 43 | 2235 | 0 | (1.399.251,09) | 6.919.519,77 | - |
| RS | UNISTALDA | 43 | 2237 | 6 | (423.016,87) | 7.740.718,22 | - |
| RS | VALE DO SOL | 43 | 2253 | 3 | (2.184.858,02) | 19.379.260,85 | - |
| RS | VALE REAL | 43 | 2254 | 1 | 832.068,73 | 9.878.278,65 | 8,42 |
| RS | VALE VERDE | 43 | 2252 | 5 | (2.386.703,11) | 8.893.811,57 | - |
| RS | VANINI | 43 | 2255 | 8 | (2.110.911,82) | 7.563.637,55 | - |
| RS | VERA CRUZ | 43 | 2270 | 7 | (5.763.729,38) | 37.237.978,44 | - |
| RS | VESPASIANO CORREA | 43 | 2285 | 5 | (2.621.130,16) | 7.660.545,01 | - |
| RS | VIADUTOS | 43 | 2290 | 5 | (2.763.181,89) | 9.873.866,18 | - |
| RS | VICENTE DUTRA | 43 | 2310 | 1 | (675.675,22) | 9.344.639,88 | - |
| RS | VICTOR GRAEFF | 43 | 2320 | 0 | 1.135.147,55 | 10.038.468,14 | 11,31 |
| RS | VILA FLORES | 43 | 2330 | 9 | 57.604,42 | 9.981.049,92 | 0,58 |
| RS | VILA LANGARO | 43 | 2335 | 8 | 912.951,27 | 8.662.163,96 | 10,54 |
| RS | VILA MARIA | 43 | 2340 | 8 | (1.061.699,34) | 12.451.281,29 | - |
| RS | VILA NOVA DO SUL | 43 | 2345 | 7 | - | 8.666.721,26 | - |
| RS | VISTA ALEGRE | 43 | 2350 | 7 | (229.367,51) | 7.164.464,35 | - |
| RS | VISTA ALEGRE DO PRATA | 43 | 2360 | 6 | (1.453.050,12) | 9.754.602,04 | - |
| RS | VISTA GAUCHA | 43 | 2370 | 5 | 514.792,83 | 8.410.201,48 | 6,12 |
| RS | VITORIA DAS MISSOES | 43 | 2375 | 4 | 685.410,00 | 7.900.697,96 | 8,68 |
| SC | ABELARDO LUZ | 42 | 10 | 1 | 1.731.726,02 | 32.934.813,79 | 5,26 |
| SC | AGROLANDIA | 42 | 20 | 0 | (2.061.852,77) | 13.144.049,15 | - |
| SC | AGRONOMICA | 42 | 30 | 9 | (867.556,26) | 9.346.263,03 | - |
| SC | AGUA DOCE | 42 | 40 | 8 | (4.483.930,82) | 17.587.478,84 | - |
| SC | AGUAS DE CHAPECO | 42 | 50 | 7 | (635.832,90) | 11.505.696,35 | - |
| SC | AGUAS FRIAS | 42 | 55 | 6 | (1.918.794,46) | 8.445.014,20 | - |
| SC | AGUAS MORNAS | 42 | 60 | 6 | 337.989,37 | 9.522.191,68 | 3,55 |
| SC | ALFREDO WAGNER | 42 | 70 | 5 | (2.182.063,95) | 14.356.772,18 | - |

Relação Dívida Consolidada Liquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | ALTO BELA VISTA | 42 | 75 | 4 | (2.317.808,00) | 9.205.122,00 | - |
| SC | ANCHIETA | 42 | 80 | 4 | (20.148,18) | 9.614.327,27 | - |
| SC | ANITA GARIBALDI | 42 | 100 | 0 | (2.019.136,44) | 17.629.676,75 | - |
| SC | ANITAPOLIS | 42 | 110 | 9 | (26.917,70) | 7.812.423,00 | - |
| SC | ANTONIO CARLOS | 42 | 120 | 8 | (2.430.378,33) | 18.121.667,53 | - |
| SC | APIUNA | 42 | 125 | 7 | (1.068.250,08) | 18.705.084,51 | - |
| SC | ARABUTA | 42 | 127 | 3 | (852.805,00) | 10.390.210,00 | - |
| SC | ARROIO TRINTA | 42 | 160 | 4 | (1.319.620,15) | 10.296.638,91 | - |
| SC | ARVOREDO | 42 | 165 | 3 | 554.869,00 | 7.439.062,00 | 7,46 |
| SC | ASCURRA | 42 | 170 | 3 | (1.218.834,57) | 10.976.541,45 | - |
| SC | ATALANTA | 42 | 180 | 2 | (762.165,95) | 7.297.563,45 | - |
| SC | AURORA | 42 | 190 | 1 | (418.350,04) | 10.055.809,32 | - |
| SC | BALNEARIO GAIVOTA | 42 | 207 | 3 | (1.291.356,99) | 14.772.633,30 | - |
| SC | BARRA VELHA | 42 | 210 | 7 | (6.831.590,47) | 44.097.724,27 | - |
| SC | BELA VISTA DO TOLDO | 42 | 213 | 1 | (22.014,27) | 11.372.407,25 | - |
| SC | BELMONTE | 42 | 215 | 6 | (249.199,85) | 7.727.474,88 | - |
| SC | BENEDITO NOVO | 42 | 220 | 6 | (2.923.256,76) | 14.836.728,66 | - |
| SC | BOCAINA DO SUL | 42 | 243 | 8 | (597.256,46) | 8.891.748,88 | - |
| SC | BOM JARDIM DA SERRA | 42 | 250 | 3 | (9.153.412,89) | 10.969.476,60 | - |
| SC | BOM JESUS DO OESTE | 42 | 257 | 8 | (380.344,38) | 6.989.613,64 | - |
| SC | BOM RETIRO | 42 | 260 | 2 | (2.148.312,96) | 12.202.513,01 | - |
| SC | BOMBINHAS | 42 | 245 | 3 | (16.897.947,01) | 41.092.155,64 | - |
| SC | BRACO DO TROMBUDO | 42 | 285 | 9 | (2.771.980,60) | 10.273.765,99 | - |
| SC | CAIBI | 42 | 310 | 5 | (534.943,63) | 11.379.264,07 | - |
| SC | CALMON | 42 | 315 | 4 | 2.734.027,58 | 9.340.063,80 | 29,27 |
| SC | CAMPO ALEGRE | 42 | 330 | 3 | (3.432.516,63) | 19.316.779,24 | - |
| SC | CAMPO BELO DO SUL | 42 | 340 | 2 | (1.920.049,98) | 12.987.500,29 | - |
| SC | CAMPO ERE | 42 | 350 | 1 | (2.474.899,43) | 17.788.337,75 | - |
| SC | CAMPOS NOVOS | 42 | 360 | 0 | (7.180.715,91) | 67.504.595,23 | - |
| SC | CAPINZAL | 42 | 390 | 7 | (7.079.705,60) | 40.011.549,54 | - |
| SC | CAPIVARI DE BAIXO | 42 | 395 | 6 | 427.241,73 | 44.383.416,00 | 0,96 |
| SC | CATANDUVAS | 42 | 400 | 4 | 47.241,40 | 16.949.248,45 | 0,28 |
| SC | CAXAMBU DO SUL | 42 | 410 | 3 | (1.487.870,00) | 10.876.740,99 | - |
| SC | CERRO NEGRO | 42 | 417 | 8 | 138.474,94 | 8.687.648,67 | 1,59 |
| SC | CHAPADAO DO LAGEADO | 42 | 419 | 4 | (1.115.580,86) | 8.849.897,88 | - |
| SC | COCAL DO SUL | 42 | 425 | 1 | (210.803,51) | 27.753.108,13 | - |
| SC | CORDILHEIRA ALTA | 42 | 435 | 0 | (1.579.145,53) | 11.964.216,15 | - |
| SC | CORONEL FREITAS | 42 | 440 | 0 | (1.312.955,22) | 17.267.212,24 | - |
| SC | CORREIA PINTO | 42 | 455 | 8 | (2.954.039,16) | 26.848.908,22 | - |
| SC | CORUPA | 42 | 450 | 9 | (1.072.705,06) | 23.577.743,92 | - |
| SC | CUNHA PORA | 42 | 470 | 7 | (1.720.897,56) | 16.177.548,68 | - |
| SC | CUNHATAI | 42 | 475 | 6 | (764.245,58) | 7.015.598,18 | - |
| SC | CURITIBANOS | 42 | 480 | 6 | (10.304.275,44) | 47.396.488,91 | - |
| SC | DESCANSO | 42 | 490 | 5 | (946.118,84) | 12.738.830,46 | - |
| SC | DIONISIO CERQUEIRA | 42 | 500 | 1 | (3.193.673,10) | 19.288.913,44 | - |
| SC | DOUTOR PEDRINHO | 42 | 515 | 9 | (643.459,26) | 7.791.532,23 | - |
| SC | ENTRE RIOS | 42 | 517 | 5 | (1.031.547,84) | 7.659.310,72 | - |
| SC | ERMO | 42 | 519 | 1 | (163.354,36) | 7.283.569,92 | - |
| SC | ERVAL VELHO | 42 | 520 | 9 | (2.120.871,85) | 9.903.454,55 | - |
| SC | FLOR DO SERTAO | 42 | 535 | 7 | 101.137,27 | 7.183.573,41 | 1,41 |
| SC | FORMOSA DO SUL | 42 | 543 | 1 | - | 7.840.426,97 | - |
| SC | FORQUILHINHA | 42 | 545 | 6 | (2.194.436,07) | 35.835.095,12 | - |
| SC | FRAIBURGO | 42 | 550 | 6 | (12.180.955,25) | 58.376.700,89 | - |
| SC | FREI ROGERIO | 42 | 555 | 5 | (2.188.617,22) | 7.815.939,72 | - |
| SC | GAROPABA | 42 | 570 | 4 | (5.139.476,86) | 30.934.319,46 | - |
| SC | GARUVA | 42 | 580 | 3 | (3.803.554,27) | 25.727.604,44 | - |
| SC | GOVERNADOR CELSO RAMOS | 42 | 600 | 9 | (1.360.398,15) | 23.231.104,85 | - |
| SC | GRAVATAL | 42 | 620 | 7 | 172.735,19 | 13.807.798,79 | 1,25 |
| SC | GUABIRUBA | 42 | 630 | 6 | (5.600.560,06) | 27.553.667,50 | - |
| SC | GUARACIABA | 42 | 640 | 5 | (606.903,99) | 15.308.272,25 | - |
| SC | GUARAMIRIM | 42 | 650 | 4 | (6.845.381,80) | 67.488.904,45 | - |
| SC | GUARUJA DO SUL | 42 | 660 | 3 | (735.200,51) | 9.622.330,42 | - |
| SC | GUATAMBU | 42 | 665 | 2 | (1.086.393,99) | 11.762.285,89 | - |
| SC | HERVAL D'OESTE | 42 | 670 | 2 | (2.790.767,07) | 28.844.833,36 | - |
| SC | IBICARE | 42 | 680 | 1 | (1.771.780,50) | 8.483.307,67 | - |
| SC | IBIRAMA | 42 | 690 | 0 | (7.298.727,69) | 28.680.209,34 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | ILHOTA | 42 | 710 | 6 | (2.422.383,25) | 18.454.514,03 | - |
| SC | IMARUI | 42 | 720 | 5 | 1.823.455,72 | 14.304.381,72 | 12,75 |
| SC | IMBITUBA | 42 | 730 | 4 | (16.794.650,53) | 63.320.054,60 | - |
| SC | IMBUIA | 42 | 740 | 3 | (2.859.386,95) | 9.957.725,39 | - |
| SC | IOMERE | 42 | 757 | 7 | (1.392.937,13) | 10.441.677,83 | - |
| SC | IPORA DO OESTE | 42 | 765 | 0 | (3.569.449,85) | 14.379.248,37 | - |
| SC | IPUMIRIM | 42 | 770 | 0 | (2.479.133,91) | 15.690.388,83 | - |
| SC | IRACEMINHA | 42 | 775 | 9 | (1.187.575,14) | 8.839.040,80 | - |
| SC | IRANI | 42 | 780 | 9 | (235.212,40) | 15.938.476,44 | - |
| SC | IRATI | 42 | 785 | 8 | - | 6.536.115,06 | - |
| SC | IRINEOPOLIS | 42 | 790 | 8 | (1.035.820,03) | 16.689.257,62 | - |
| SC | ITA | 42 | 800 | 5 | (2.653.318,32) | 30.649.521,81 | - |
| SC | ITAIOPOLIS | 42 | 810 | 4 | (2.810.776,11) | 30.268.917,20 | - |
| SC | ITAPIRANGA | 42 | 840 | 1 | (3.044.829,25) | 30.587.833,71 | - |
| SC | JABORA | 42 | 860 | 9 | (829.296,30) | 10.821.106,37 | - |
| SC | JACINTO MACHADO | 42 | 870 | 8 | (708.921,80) | 15.745.515,56 | - |
| SC | JARDINOPOLIS | 42 | 895 | 5 | (549.922,97) | 6.863.982,95 | - |
| SC | JOSE BOITEUX | 42 | 915 | 1 | (223.715,51) | 9.582.137,20 | - |
| SC | JUPIA | 42 | 917 | 7 | (1.307.180,29) | 7.358.651,59 | - |
| SC | LAJEADO GRANDE | 42 | 945 | 8 | (385.774,34) | 7.269.138,41 | - |
| SC | LAURENTINO | 42 | 950 | 8 | (854.132,05) | 9.758.773,19 | - |
| SC | LAURO MULLER | 42 | 960 | 7 | (223.771,11) | 23.177.755,38 | - |
| SC | LEOBERTO LEAL | 42 | 980 | 5 | (463.017,21) | 8.389.122,19 | - |
| SC | LINDOIA DO SUL | 42 | 985 | 4 | (3.449.467,65) | 10.835.896,10 | - |
| SC | LONTRAS | 42 | 990 | 4 | (1.461.584,25) | 14.661.881,89 | - |
| SC | LUIZ ALVES | 42 | 1000 | 1 | (4.173.031,66) | 17.210.068,71 | - |
| SC | MACIEIRA | 42 | 1005 | 0 | (271.132,75) | 7.646.557,44 | - |
| SC | MAJOR GERCINO | 42 | 1020 | 9 | (234.302,30) | 7.909.407,15 | - |
| SC | MAJOR VIEIRA | 42 | 1030 | 8 | 478.052,14 | 12.272.263,16 | 3,90 |
| SC | MARACAJA | 42 | 1040 | 7 | (184.813,57) | 11.192.417,51 | - |
| SC | MARAVILHA | 42 | 1050 | 6 | 86.124,50 | 34.240.942,58 | 0,25 |
| SC | MASSARANDUBA | 42 | 1060 | 5 | (8.928.969,32) | 23.695.778,18 | - |
| SC | MELEIRO | 42 | 1080 | 3 | (17.027,42) | 13.308.180,19 | - |
| SC | MIRIM DOCE | 42 | 1085 | 2 | (332.429,24) | 8.028.256,39 | - |
| SC | MODELO | 42 | 1090 | 2 | 513.189,49 | 8.974.615,90 | 5,72 |
| SC | MONDAI | 42 | 1100 | 9 | (1.303.186,55) | 16.258.342,54 | - |
| SC | MONTE CASTELO | 42 | 1110 | 8 | (708.072,28) | 12.360.591,70 | - |
| SC | MORRO DA FUMACA | 42 | 1120 | 7 | (4.928.918,49) | 27.079.077,12 | - |
| SC | MORRO GRANDE | 42 | 1125 | 6 | (990.381,35) | 9.220.406,71 | - |
| SC | NOVA ERECHIM | 42 | 1140 | 5 | (781.966,80) | 10.535.920,35 | - |
| SC | NOVA ITABERABA | 42 | 1145 | 4 | (1.525.550,92) | 10.593.725,99 | - |
| SC | NOVA TRENTO | 42 | 1150 | 4 | (1.344.475,56) | 20.270.570,61 | - |
| SC | NOVA VENEZA | 42 | 1160 | 3 | (4.723.953,60) | 22.675.210,01 | - |
| SC | NOVO HORIZONTE | 42 | 1165 | 2 | (1.014.531,47) | 8.293.136,44 | - |
| SC | ORLEANS | 42 | 1170 | 2 | (1.773.134,18) | 34.593.652,21 | - |
| SC | OTACILIO COSTA | 42 | 1175 | 1 | (1.064.405,46) | 32.108.931,97 | - |
| SC | OURO | 42 | 1180 | 1 | (2.527.918,87) | 12.204.934,00 | - |
| SC | OURO VERDE | 42 | 1185 | 0 | 255.792,47 | 8.711.483,61 | 2,94 |
| SC | PAIAL | 42 | 1187 | 6 | (383.093,75) | 7.022.750,76 | - |
| SC | PALMA SOLA | 42 | 1200 | 7 | 393.994,34 | 7.753.414,06 | 5,08 |
| SC | PALMEIRA | 42 | 1205 | 6 | 19.626,08 | 8.640.710,20 | 0,23 |
| SC | PALMITOS | 42 | 1210 | 6 | (2.264.675,70) | 24.552.180,72 | - |
| SC | PAPANDUVA | 42 | 1220 | 5 | (7.881.037,61) | 26.783.904,72 | - |
| SC | PASSO DE TORRES | 42 | 1225 | 4 | 334.644,40 | 10.806.351,03 | 3,10 |
| SC | PASSOS MAIA | 42 | 1227 | 0 | (3.020.353,52) | 12.964.752,62 | - |
| SC | PAULO LOPES | 42 | 1230 | 4 | 160.288,74 | 11.424.723,65 | 1,40 |
| SC | PEDRAS GRANDES | 42 | 1240 | 3 | (1.379.883,61) | 8.153.805,73 | - |
| SC | PENHA | 42 | 1250 | 2 | (5.550.060,85) | 39.641.223,83 | - |
| SC | PERITIBA | 42 | 1260 | 1 | (794.062,74) | 8.034.352,97 | - |
| SC | PICARRAS | 42 | 1280 | 9 | (7.871.900,01) | 35.729.242,86 | - |
| SC | PINHALZINHO | 42 | 1290 | 8 | (2.759.845,41) | 26.408.626,56 | - |
| SC | PINHEIRO PRETO | 42 | 1300 | 5 | 163.447,34 | 9.142.480,12 | 1,79 |
| SC | PIRATUBA | 42 | 1310 | 4 | (4.842.714,52) | 23.994.756,33 | - |
| SC | PLANALTO ALEGRE | 42 | 1315 | 3 | (393.999,25) | 7.795.088,79 | - |
| SC | PONTE ALTA DO NORTE | 42 | 1335 | 1 | (1.320.020,00) | 9.121.485,00 | - |
| SC | PONTE SERRADA | 42 | 1340 | 1 | (1.808.654,41) | 17.156.218,72 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | PORTO BELO | 42 | 1350 | 0 | (4.498.919,71) | 33.627.967,68 | - |
| SC | PORTO UNIAO | 42 | 1360 | 9 | 2.307.065,35 | 40.065.819,75 | 5,76 |
| SC | POUSO REDONDO | 42 | 1370 | 8 | (1.903.109,00) | 25.154.809,36 | - |
| SC | PRESIDENTE CASTELO BRANCO | 42 | 1390 | 6 | (236.029,29) | 7.902.279,35 | - |
| SC | PRESIDENTE GETULIO | 42 | 1400 | 3 | (1.769.114,07) | 23.913.475,82 | - |
| SC | PRESIDENTE NEREU | 42 | 1410 | 2 | (793.376,14) | 7.197.856,33 | - |
| SC | PRINCESA | 42 | 1415 | 1 | (1.512.628,56) | 7.468.474,03 | - |
| SC | QUILOMBO | 42 | 1420 | 1 | (1.903.765,42) | 17.674.559,26 | - |
| SC | RIO DAS ANTAS | 42 | 1440 | 9 | (1.795.841,07) | 13.912.766,14 | - |
| SC | RIO DO CAMPO | 42 | 1450 | 8 | 515.912,76 | 10.003.814,14 | 5,16 |
| SC | RIO DO OESTE | 42 | 1460 | 7 | (2.165.651,89) | 11.314.089,11 | - |
| SC | RIO DOS CEDROS | 42 | 1470 | 6 | (3.573.690,26) | 15.459.614,59 | - |
| SC | RIO FORTUNA | 42 | 1490 | 4 | (807.681,36) | 9.495.925,48 | - |
| SC | RIO RUFINO | 42 | 1505 | 9 | (308.831,11) | 6.699.561,67 | - |
| SC | RIQUEZA | 42 | 1507 | 5 | (228.662,21) | 8.911.405,05 | - |
| SC | RODEIO | 42 | 1510 | 9 | (1.364.625,55) | 14.641.685,43 | - |
| SC | ROMELANDIA | 42 | 1520 | 8 | (372.072,12) | 8.710.818,38 | - |
| SC | SALTINHO | 42 | 1535 | 6 | (341.863,50) | 8.384.659,20 | - |
| SC | SANGAO | 42 | 1545 | 5 | (763.145,00) | 14.373.674,00 | - |
| SC | SANTA CECILIA | 42 | 1550 | 5 | 1.391.726,80 | 24.061.532,73 | 5,78 |
| SC | SANTA HELENA | 42 | 1555 | 4 | (1.461.172,87) | 7.526.212,68 | - |
| SC | SANTA ROSA DE LIMA | 42 | 1560 | 4 | (378.002,85) | 7.111.333,96 | - |
| SC | SANTA ROSA DO SUL | 42 | 1565 | 3 | (1.143.040,60) | 11.491.173,04 | - |
| SC | SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO | 42 | 1568 | 7 | (444.215,97) | 7.242.656,86 | - |
| SC | SANTIAGO DO SUL | 42 | 1569 | 5 | (1.172.928,23) | 6.799.726,42 | - |
| SC | SANTO AMARO DA IMPERATRIZ | 42 | 1570 | 3 | (334.016,77) | 26.530.348,32 | - |
| SC | SAO BERNARDINO | 42 | 1575 | 2 | (1.291.822,91) | 7.353.493,46 | - |
| SC | SAO BONIFACIO | 42 | 1590 | 1 | (250.478,10) | 7.565.206,86 | - |
| SC | SAO CARLOS | 42 | 1600 | 8 | (2.910.438,87) | 17.485.541,56 | - |
| SC | SAO DOMINGOS | 42 | 1610 | 7 | (2.687.075,98) | 15.308.593,16 | - |
| SC | SAO JOAO BATISTA | 42 | 1630 | 5 | (2.000.438,67) | 38.580.735,31 | - |
| SC | SAO JOAO DO ITAPERIU | 42 | 1635 | 4 | 488.606,09 | 8.058.583,44 | 6,06 |
| SC | SAO JOAO DO OESTE | 42 | 1625 | 5 | (2.806.940,63) | 12.722.988,19 | - |
| SC | SAO JOAO DO SUL | 42 | 1640 | 4 | (1.947.910,88) | 11.235.326,13 | - |
| SC | SAO JOAQUIM | 42 | 1650 | 3 | 2.707.198,08 | 31.864.839,84 | 8,50 |
| SC | SAO JOSE DO CEDRO | 42 | 1670 | 1 | (4.373.933,57) | 20.025.453,96 | - |
| SC | SAO JOSE DO CERRITO | 42 | 1680 | 0 | 210.727,17 | 11.682.833,13 | 1,80 |
| SC | SAO LOURENCO DO OESTE | 42 | 1690 | 9 | (8.430.914,27) | 33.625.091,31 | - |
| SC | SAO LUDGERO | 42 | 1700 | 6 | (3.323.181,55) | 19.323.237,39 | - |
| SC | SAO MARTINHO | 42 | 1710 | 5 | (1.029.133,36) | 7.625.574,00 | - |
| SC | SAO MIGUEL DO OESTE | 42 | 1720 | 4 | 5.002.523,04 | 49.986.626,27 | 10,01 |
| SC | SAO PEDRO DE ALCANTARA | 42 | 1725 | 3 | (3.187.741,39) | 9.209.704,75 | - |
| SC | SAUDADES | 42 | 1730 | 3 | 508.862,42 | 13.918.811,58 | 3,66 |
| SC | SCHROEDER | 42 | 1740 | 2 | (4.238.317,49) | 24.467.254,12 | - |
| SC | SEARA | 42 | 1750 | 1 | (250.936,92) | 29.234.709,34 | - |
| SC | SERRA ALTA | 42 | 1755 | 0 | (873.504,20) | 7.333.254,35 | - |
| SC | SOMBRIO | 42 | 1770 | 9 | 6.702.901,75 | 34.715.763,92 | 19,31 |
| SC | TANGARA | 42 | 1790 | 7 | (716.831,55) | 18.781.600,57 | - |
| SC | TIGRINHOS | 42 | 1795 | 6 | (777.521,86) | 6.165.861,48 | - |
| SC | TIJUCAS | 42 | 1800 | 4 | (2.137.546,37) | 48.506.297,03 | - |
| SC | TIMBE DO SUL | 42 | 1810 | 3 | (937.383,42) | 9.968.905,47 | - |
| SC | TIMBO | 42 | 1820 | 2 | (23.645.813,14) | 74.293.153,22 | - |
| SC | TIMBO GRANDE | 42 | 1825 | 1 | 361.804,16 | 11.987.142,57 | 3,02 |
| SC | TRES BARRAS | 42 | 1830 | 1 | (3.212.329,49) | 32.855.184,33 | - |
| SC | TREVISO | 42 | 1835 | 0 | (158.690,27) | 13.495.556,50 | - |
| SC | TREZE DE MAIO | 42 | 1840 | 0 | (966.663,59) | 11.131.899,58 | - |
| SC | TROMBUDO CENTRAL | 42 | 1860 | 8 | (61.000,05) | 13.202.025,69 | - |
| SC | TUNAPOLIS | 42 | 1875 | 6 | (316.597,44) | 10.411.036,57 | - |
| SC | TURVO | 42 | 1880 | 6 | 1.368.291,06 | 20.887.745,01 | 6,55 |
| SC | UNIAO DO OESTE | 42 | 1885 | 5 | 251.429,77 | 8.129.508,48 | 3,09 |
| SC | URUPEMA | 42 | 1895 | 4 | (1.171.904,31) | 6.727.161,60 | - |
| SC | URUSSANGA | 42 | 1900 | 2 | (1.185.910,18) | 34.054.184,53 | - |
| SC | VARGEM | 42 | 1915 | 0 | (79.645,06) | 7.347.524,37 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | VARGEM BONITA | 42 | 1917 | 6 | (556.711,15) | 13.649.257,65 | - |
| SC | VIDEIRA | 42 | 1930 | 9 | (7.812.361,65) | 87.505.783,82 | - |
| SC | VITOR MEIRELES | 42 | 1935 | 8 | (1.461.540,39) | 9.443.854,45 | - |
| SC | WITMARSUM | 42 | 1940 | 8 | (1.641.358,94) | 8.293.215,15 | - |
| SC | XAVANTINA | 42 | 1960 | 6 | (1.678.654,74) | 10.662.235,65 | - |
| SC | XAXIM | 42 | 1970 | 5 | 262.924,84 | 48.055.014,22 | 0,55 |
| SC | ZORTEA | 42 | 1985 | 3 | (768.368,61) | 10.176.667,85 | - |
| SE | AQUIDABA | 28 | 20 | 9 | (6.732.767,82) | 22.154.217,35 | - |
| SE | ARAUA | 28 | 40 | 7 | - | 14.149.547,96 | - |
| SE | BREJO GRANDE | 28 | 70 | 4 | (3.350.430,74) | 13.023.282,29 | - |
| SE | CAMPO DO BRITO | 28 | 100 | 9 | 1.650.384,68 | 19.678.076,77 | 8,39 |
| SE | CANINDE DE SAO FRANCISCO | 28 | 120 | 7 | (8.010.092,00) | 98.227.331,17 | - |
| SE | CEDRO DE SAO JOAO | 28 | 160 | 3 | (2.807.102,17) | 8.626.066,07 | - |
| SE | CRISTINAPOLIS | 28 | 170 | 2 | 4.212.589,00 | 24.191.906,23 | 17,41 |
| SE | CUMBE | 28 | 190 | 0 | (166.999,35) | 7.237.836,62 | - |
| SE | GENERAL MAYNARD | 28 | 250 | 2 | (2.152.891,17) | 7.734.979,05 | - |
| SE | ITABAIANINHA | 28 | 300 | 5 | (10.606.432,69) | 44.977.354,15 | - |
| SE | JAPARATUBA | 28 | 330 | 2 | (5.190.835,46) | 27.148.664,63 | - |
| SE | JAPOATA | 28 | 340 | 1 | (3.241.064,00) | 19.261.339,00 | - |
| SE | MACAMBIRA | 28 | 370 | 8 | 172.876,00 | 10.738.162,16 | 1,61 |
| SE | MALHADA DOS BOIS | 28 | 380 | 7 | (2.596.917,98) | 8.769.206,72 | - |
| SE | MALHADOR | 28 | 390 | 6 | (3.400.285,67) | 10.973.327,52 | - |
| SE | MARUIM | 28 | 400 | 3 | (3.134.574,77) | 22.366.026,45 | - |
| SE | MOITA BONITA | 28 | 410 | 2 | (3.239.799,46) | 14.324.605,28 | - |
| SE | PACATUBA | 28 | 490 | 4 | 11.501.766,00 | 23.600.624,93 | 48,74 |
| SE | PEDRINHAS | 28 | 510 | 9 | (1.802.249,03) | 12.421.796,11 | - |
| SE | PINHAO | 28 | 520 | 8 | (1.380.856,68) | 9.971.752,21 | - |
| SE | PIRAMBU | 28 | 530 | 7 | (1.235.261,00) | 15.525.097,03 | - |
| SE | PORTO DA FOLHA | 28 | 560 | 4 | - | 33.031.798,16 | - |
| SE | PROPRIA | 28 | 570 | 3 | (9.299.321,85) | 29.805.160,79 | - |
| SE | RIBEIROPOLIS | 28 | 600 | 8 | (3.962.315,56) | 16.393.613,02 | - |
| SE | ROSARIO DO CATETE | 28 | 610 | 7 | (13.473.705,00) | 64.519.141,00 | - |
| SE | SANTA LUZIA DO ITANHY | 28 | 630 | 5 | (513.273,00) | 20.646.778,52 | - |
| SE | SAO FRANCISCO | 28 | 690 | 9 | (1.545.431,33) | 7.884.090,46 | - |
| SE | SIMAO DIAS | 28 | 710 | 5 | (2.029.322,00) | 40.092.956,45 | - |
| SE | SIRIRI | 28 | 720 | 4 | (2.677.052,00) | 16.114.709,00 | - |
| SE | TOMAR DO GERU | 28 | 750 | 1 | (2.854.722,00) | 19.192.161,00 | - |
| SP | ADOLFO | 35 | 20 | 4 | (840.964,80) | 12.223.186,91 | - |
| SP | AGUAS DE SAO PEDRO | 35 | 60 | 0 | (118.956,73) | 15.012.219,02 | - |
| SP | AGUDOS | 35 | 70 | 9 | 8.093.297,38 | 73.593.625,93 | 11,00 |
| SP | ALTAIR | 35 | 90 | 7 | 172.931,71 | 12.804.934,80 | 1,35 |
| SP | ALTO ALEGRE | 35 | 110 | 3 | (1.904.990,28) | 10.819.696,99 | - |
| SP | ALVARES FLORENCE | 35 | 120 | 2 | (793.159,54) | 11.721.924,39 | - |
| SP | ALVARO DE CARVALHO | 35 | 140 | 0 | (390.122,32) | 8.932.174,04 | - |
| SP | AMERICO BRASILIENSE | 35 | 170 | 7 | 682.471,61 | 51.926.105,22 | 1,31 |
| SP | ANGATUBA | 35 | 220 | 0 | (4.515.292,00) | 39.421.732,00 | - |
| SP | ARCO-IRIS | 35 | 335 | 6 | (2.128.573,29) | 7.956.211,55 | - |
| SP | ARIRANHA | 35 | 370 | 3 | (5.181.024,70) | 31.146.441,50 | - |
| SP | ARTUR NOGUEIRA | 35 | 380 | 2 | 1.493.988,28 | 69.770.337,61 | 2,14 |
| SP | ASPASIA | 35 | 395 | 0 | 140.423,27 | 7.583.781,28 | 1,85 |
| SP | AVAI | 35 | 430 | 5 | (499.522,63) | 12.700.257,38 | - |
| SP | BADY BASSITT | 35 | 460 | 2 | 106.371,63 | 25.770.421,63 | 0,41 |
| SP | BARAO DE ANTONINA | 35 | 500 | 5 | (999.028,98) | 9.272.654,23 | - |
| SP | BARBOSA | 35 | 510 | 4 | 865.713,87 | 12.306.068,74 | 7,03 |
| SP | BARRINHA | 35 | 560 | 9 | - | 45.885.684,49 | - |
| SP | BILAC | 35 | 640 | 9 | (3.345.582,98) | 14.173.005,73 | - |
| SP | BOCAINA | 35 | 680 | 5 | (2.880.819,30) | 24.275.104,32 | - |
| SP | BOM JESUS DOS PERDOES | 35 | 710 | 0 | - | 40.652.669,94 | - |
| SP | BORA | 35 | 720 | 9 | (1.110.533,00) | 8.162.302,00 | - |
| SP | CAMPINA DO MONTE ALEGRE | 35 | 945 | 2 | (563.002,47) | 12.489.933,60 | - |
| SP | CARDOSO | 35 | 1070 | 8 | 576.746,52 | 23.616.772,43 | 2,44 |
| SP | CEDRAL | 35 | 1130 | 0 | 1.109.942,33 | 17.656.093,81 | 6,29 |
| SP | CHARQUEADA | 35 | 1170 | 6 | (7.683.310,26) | 27.367.392,80 | - |
| SP | CLEMENTINA | 35 | 1190 | 4 | 591.530,30 | 14.994.936,93 | 3,94 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | COLINA | 35 | 1200 | 1 | 9.475.620,67 | 41.144.434,45 | 23,03 |
| SP | CONCHAS | 35 | 1230 | 8 | 2.408.764,22 | 29.948.148,09 | 8,04 |
| SP | CRISTAIS PAULISTA | 35 | 1320 | 7 | - | 15.990.899,63 | - |
| SP | CUNHA | 35 | 1360 | 3 | (2.481.431,48) | 32.654.609,59 | - |
| SP | DIRCE REIS | 35 | 1385 | 0 | (1.217.568,45) | 7.366.964,77 | - |
| SP | DOIS CORREGOS | 35 | 1410 | 6 | (3.342.633,58) | 42.033.000,63 | - |
| SP | DUMONT | 35 | 1460 | 1 | (3.113.144,42) | 15.681.968,24 | - |
| SP | ELDORADO | 35 | 1480 | 9 | 616.346,54 | 28.757.081,85 | 2,14 |
| SP | ELISIARIO | 35 | 1492 | 4 | (250.617,76) | 9.253.300,67 | - |
| SP | ESTRELA D'OESTE | 35 | 1520 | 2 | (704.719,66) | 16.269.748,53 | - |
| SP | FLOREAL | 35 | 1590 | 5 | (9.669.515,81) | 11.557.598,45 | - |
| SP | FLORIDA PAULISTA | 35 | 1600 | 2 | (3.683.324,00) | 22.283.619,00 | - |
| SP | GABRIEL MONTEIRO | 35 | 1650 | 7 | (932.564,41) | 7.912.790,16 | - |
| SP | GAVIAO PEIXOTO | 35 | 1685 | 3 | - | 13.670.810,25 | - |
| SP | GUARANTA | 35 | 1810 | 7 | (1.677.612,17) | 13.648.892,79 | - |
| SP | GUATAPARA | 35 | 1885 | 9 | 211.611,86 | 17.671.218,27 | 1,18 |
| SP | GUZOLANDIA | 35 | 1890 | 9 | (1.197.027,67) | 10.751.557,44 | - |
| SP | IBATE | 35 | 1930 | 3 | (9.575.602,84) | 49.727.691,10 | - |
| SP | IBIRA | 35 | 1940 | 2 | 10.293.765,00 | 20.724.889,00 | 49,67 |
| SP | IGARATA | 35 | 2020 | 2 | (247.440,54) | 20.829.867,54 | - |
| SP | INDIAPORA | 35 | 2070 | 7 | 20.484,65 | 11.907.867,79 | 0,17 |
| SP | IRACEMAPOLIS | 35 | 2140 | 8 | (901.946,43) | 40.079.971,43 | - |
| SP | IRAPUA | 35 | 2150 | 7 | (852.027,95) | 13.224.491,00 | - |
| SP | IRAPURU | 35 | 2160 | 6 | 771.654,86 | 11.302.083,07 | 6,83 |
| SP | ITABERA | 35 | 2170 | 5 | (2.960.599,03) | 27.491.727,61 | - |
| SP | ITAJOBI | 35 | 2190 | 3 | 178.485,56 | 29.207.328,17 | 0,61 |
| SP | ITAJU | 35 | 2200 | 0 | - | 10.434.316,93 | - |
| SP | ITIRAPUA | 35 | 2370 | 1 | - | 10.778.402,92 | - |
| SP | ITOBI | 35 | 2380 | 0 | 594.246,26 | 9.810.542,12 | 6,06 |
| SP | JABORANDI | 35 | 2420 | 4 | 1.891.703,42 | 15.605.434,78 | 12,12 |
| SP | JAMBEIRO | 35 | 2490 | 7 | (4.778.207,51) | 19.755.605,34 | - |
| SP | JERIQUARA | 35 | 2540 | 9 | 411.822,86 | 10.040.708,38 | 4,10 |
| SP | JOAO RAMALHO | 35 | 2560 | 7 | (1.058.998,00) | 12.049.955,85 | - |
| SP | JOSE BONIFACIO | 35 | 2570 | 6 | (3.492.086,70) | 54.772.493,74 | - |
| SP | JUMIRIM | 35 | 2585 | 4 | (3.754.921,41) | 10.290.773,41 | - |
| SP | JUNQUEIROPOLIS | 35 | 2600 | 1 | 1.755,92 | 32.018,74 | 5,48 |
| SP | LAGOINHA | 35 | 2630 | 8 | (1.318.680,99) | 10.569.046,04 | - |
| SP | LARANJAL PAULISTA | 35 | 2640 | 7 | (2.896.169,58) | 46.790.733,59 | - |
| SP | LAVINIA | 35 | 2650 | 6 | 183.382,28 | 15.410.410,90 | 1,19 |
| SP | LUCELIA | 35 | 2740 | 5 | (4.397.085,35) | 33.474.436,86 | - |
| SP | MACATUBA | 35 | 2800 | 7 | (4.381.723,96) | 35.535.318,63 | - |
| SP | MACEDONIA | 35 | 2820 | 5 | 42.243,04 | 7.036.411,70 | 0,60 |
| SP | MARAPOAMA | 35 | 2885 | 8 | (7.118,80) | 9.756.183,02 | - |
| SP | MENDONCA | 35 | 2950 | 0 | (1.648.118,35) | 14.380.526,31 | - |
| SP | MESOPOLIS | 35 | 2965 | 8 | 266.406,10 | 8.970.495,10 | 2,97 |
| SP | MIRACATU | 35 | 2990 | 6 | (5.304.837,67) | 39.226.545,44 | - |
| SP | MIRANDOPOLIS | 35 | 3010 | 2 | 8.710.979,86 | 42.129.002,17 | 20,68 |
| SP | MONTE ALEGRE DO SUL | 35 | 3120 | 9 | (2.801.474,63) | 15.526.766,25 | - |
| SP | MONTE ALTO | 35 | 3130 | 8 | (1.497.820,88) | 79.571.929,56 | - |
| SP | MONTE CASTELO | 35 | 3160 | 5 | (2.630.575,38) | 10.882.717,58 | - |
| SP | MONTEIRO LOBATO | 35 | 3170 | 4 | (1.013.363,68) | 10.142.050,95 | - |
| SP | MORUNGABA | 35 | 3200 | 9 | (3.280.274,40) | 22.436.807,59 | - |
| SP | NATIVIDADE DA SERRA | 35 | 3230 | 6 | 279.879,85 | 15.019.018,89 | 1,86 |
| SP | NIPOA | 35 | 3270 | 2 | 58.750,00 | 9.813.964,00 | 0,60 |
| SP | NOVA ALIANCA | 35 | 3280 | 1 | (1.032.560,25) | 1 1.909.240,00 | - |
| SP | NOVAIS | 35 | 3325 | 4 | (646.397,30) | 9.893.111,63 | - |
| SP | OCAUCU | 35 | 3370 | 0 | (1.980.306,61) | 1 0.622.011,08 | - |
| SP | PALMARES PAULISTA | 35 | 3510 | 1 | 7.118.399,17 | 1 5.563.566,31 | 45,74 |
| SP | PALMEIRA D'OESTE | 35 | 3520 | 0 | 1.537.559,26 | 1 3.608.079,62 | 11,30 |
| SP | PARANAPUA | 35 | 3590 | 3 | (218.119,39) | 9.140.351,98 | - |
| SP | PARAPUA | 35 | 3600 | 0 | (2.024.186,67) | 1 8.332.679,70 | - |
| SP | PARISI | 35 | 3625 | 7 | 399.470,71 | 9.041.243,76 | 4,42 |
| SP | PEDRANOPOLIS | 35 | 3690 | 1 | (170.917,90) | 8.782.271,41 | - |
| SP | PEDREGULHO | 35 | 3700 | 8 | (4.913.214,37) | 2 8.073.870,29 | - |
| SP | PIRANGI | 35 | 3900 | 4 | (1.434.972,23) | 1 8.434.545,76 | - |
| SP | PLANALTO | 35 | 3960 | 8 | (1.767.603,39) | 1 4.304.832,80 | - |
| SP | PORANGABA | 35 | 4050 | 7 | - | 1 4.668.072,40 | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | POTIRENDABA | 35 | 4080 | 4 | (543.181,50) | 30.961.070,23 | - |
| SP | QUADRA | 35 | 4165 | 3 | (1.116.180,29) | 11.152.157,99 | - |
| SP | QUATA | 35 | 4170 | 3 | (3.073.890,64) | 25.955.555,11 | - |
| SP | RIFAINA | 35 | 4360 | 0 | (2.272.608,53) | 16.450.813,19 | - |
| SP | RUBIACEA | 35 | 4440 | 0 | (938.139,81) | 9.035.392,49 | - |
| SP | RUBINEIA | 35 | 4450 | 9 | 1.460.272,40 | 13.253.044,10 | 11,02 |
| SP | SAGRES | 35 | 4470 | 7 | (792.757,36) | 7.520.193,28 | - |
| SP | SALES | 35 | 4480 | 6 | 536.939,23 | 15.162.192,17 | 3,54 |
| SP | SALMOURAO | 35 | 4510 | 0 | 732.268,67 | 13.292.745,95 | 5,51 |
| SP | SALTINHO | 35 | 4515 | 9 | (2.210.740,18) | 15.182.800,08 | - |
| SP | SANDOVALINA | 35 | 4550 | 6 | 3.967.914,24 | 17.582.630,35 | 22,57 |
| SP | SANTA ADELIA | 35 | 4560 | 5 | (1.412.642,79) | 25.799.981,04 | - |
| SP | SANTA ALBERTINA | 35 | 4570 | 4 | (432.916,69) | 13.221.426,48 | - |
| SP | SANTA CLARA D'OESTE | 35 | 4610 | 8 | (1.462.065,46) | 9.235.746,84 | - |
| SP | SANTA ERNESTINA | 35 | 4650 | 4 | (1.503.328,19) | 10.336.656,29 | - |
| SP | SANTA SALETE | 35 | 4765 | 0 | - | 7.963.727,18 | - |
| SP | SANTO ANTONIO DO PINHAL | 35 | 4820 | 3 | (1.374.146,33) | 14.887.131,68 | - |
| SP | SAO FRANCISCO | 35 | 4900 | 3 | (3.963.597,19) | 8.635.595,13 | - |
| SP | SAO JOAO DAS DUAS PONTES | 35 | 4920 | 1 | (202.094,97) | 8.255.323,41 | - |
| SP | SAO LUIS DO PARAITINGA | 35 | 5000 | 1 | (7.728.163,20) | 23.921.618,57 | - |
| SP | SAO PEDRO | 35 | 5040 | 7 | (3.277.672,75) | 55.222.810,62 | - |
| SP | SERRA AZUL | 35 | 5140 | 5 | 6.063.018,32 | 16.350.393,29 | 37,08 |
| SP | SERRA NEGRA | 35 | 5160 | 3 | 12.794.828,91 | 49.532.450,26 | 25,83 |
| SP | SEVERINIA | 35 | 5190 | 0 | (4.686.013,58) | 30.596.076,80 | - |
| SP | SOCORRO | 35 | 5210 | 6 | (8.029.441,95) | 47.707.681,53 | - |
| SP | TAQUARIVAI | 35 | 5385 | 6 | 1.118.176,46 | 13.151.061,58 | 8,50 |
| SP | TARABAI | 35 | 5390 | 6 | 962.735,94 | 12.943.845,11 | 7,44 |
| SP | TORRINHA | 35 | 5470 | 6 | - | 15.067.855,61 | - |
| SP | TURIUBA | 35 | 5520 | 8 | 405.900,65 | 9.573.540,94 | 4,24 |
| SP | UBARANA | 35 | 5535 | 6 | 249.572,13 | 14.909.256,49 | 1,67 |
| SP | URANIA | 35 | 5580 | 2 | (709.765,74) | 12.694.389,63 | - |
| SP | URUPES | 35 | 5600 | 8 | - | 22.412.116,19 | - |
| SP | VALENTIM GENTIL | 35 | 5610 | 7 | (1.199.273,93) | 17.241.386,84 | - |
| SP | VALPARAISO | 35 | 5630 | 5 | (3.401.615,00) | 40.744.088,00 | - |
| SP | VIRADOURO | 35 | 5680 | 0 | (2.161.203,45) | 30.654.847,06 | - |
| SP | VITORIA BRASIL | 35 | 5695 | 8 | (466.237,20) | 7.303.949,65 | - |
| TO | BRASILANDIA DO TOCANTINS | 17 | 360 | 2 | (1.221.805,00) | 6.101.415,61 | - |
| TO | NOVA OLINDA | 17 | 1488 | 0 | (1.510.515,78) | 12.384.110,65 | - |
| TO | SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS | 17 | 2000 | 2 | (160.542,43) | 5.489.411,86 | - |
| TO | TOCANTINOPOLIS | 17 | 2120 | 8 | - | 23.379.526,72 | - |

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Aviso nº 4, de 2012**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Senhor Ministro de Estado da Fazenda o **Aviso nº 25, de 2011-CN** (nº 458/MF/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, referente ao terceiro trimestre de 2011.

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 3-2-2012

Até 8/2/2012 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

Até 23/2/2012 prazo para apresentação de relatório;

Até 1/3/2012 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

Até 8/3/2012 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

É o seguinte o Aviso:

**AVISO Nº 25, DE 2011-CN**
(nº 458/MF/2011, na origem)

Aviso nº 458/MF

Brasília, 20 de dezembro de 2011

**Assunto:** Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB referente ao terceiro trimestre de 2011.

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, relativo ao terceiro Trimestre de 2011, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009.

Respeitosamente, – **Nelson Henrique Barbosa Filho,** Ministro de Estado da Fazenda Interino.

**PARECER**

**PGFN/CAF/Nº 2363 /2011**

**Aviso a ser assinado pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda. Encaminhamento, ao Congresso Nacional, do Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao terceiro trimestre de 2011. Cumprimento do disposto no art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e no art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009.**

Memorando nº 45/2011/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF, de 13 de dezembro de 2011.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Memorando nº 29/2011/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF, de 13 de dezembro de 2011, encaminha para exame desta Procuradoria Geral da Fazenda Nacional minuta de aviso ministerial dirigido ao Presidente do Congresso Nacional, que visa a encaminhar o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao terceiro trimestre de 2011.

2. O encaminhamento decorre do mandamento inserido no art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e no art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, que assim dispõem, respectivamente:

*"Art. 10. O Ministério da Fazenda encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho, conforme disposto em regulamento do FSB."*

*"Art. 11. O relatório de desempenho de que trata o art. 10 da Lei nº 11.887, de 2008, conterá, no mínimo, o valor de mercado dos ativos que compõem a carteira do FSB, separando os ativos externos e internos, bem como sua variação acumulada no trimestre e nos últimos doze meses, se for o caso.*

*Parágrafo único. O relatório será encaminhado ao Congresso Nacional até o último dia do trimestre subseqüente ao trimestre de referência.*"

3. Ante o exposto, o parecer é favorável à assinatura do aviso sob exame, cujo texto segue por mim rubricado.

À consideração superior.

COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS, em 14 de dezembro de 2011.

**CLÁUDIO TEIXEIRA DA SILVA**
Coordenador-Geral de Assuntos Financeiros

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, por intermédio da Secretaria Executiva.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 14 de dezembro de 2011.

**LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO**
Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira

L:\CAP\CLAUDIO\Parecer Relatório Fundo Soberano 3º Trimestre 2011.doc

Memorando nº 46/2011/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF

Em 15 de dezembro de 2011.

À Senhora Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

Assunto: **Relatórios - Administração-Geral - Relatório de desempenho do FSB**

1. A Lei nº 11.887/2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB), dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências, determina, por meio de seu art. 10, que o Ministério da Fazenda encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho do FSB, conforme disposto em regulamento.

2. Em cumprimento a essa determinação legal, apresentamos a Vossa Senhoria o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao 3º trimestre de 2011, acompanhado de duas minutas de Aviso Ministerial, documentação essa que deverá ser enviada ao Congresso Nacional até a data limite de 31 de dezembro de 2011.

Atenciosamente,

Cisbar Ubiratan de Oliveira
Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais

Memorando nº 45/2011/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF

Em 13 de dezembro de 2011.

À Senhora Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

Assunto: **Relatórios - Administração-Geral - Relatório de Desempenho do FSB**

1. A Lei nº 11.887/2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB), dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências, determina, por meio de seu art. 10, que o Ministério da Fazenda encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho do FSB, conforme disposto em regulamento.

2. Em cumprimento a essa determinação legal, apresentamos a Vossa Senhoria o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao 3º trimestre de 2011, acompanhado de duas minutas de Aviso Ministerial, documentação essa que deverá ser enviada ao Congresso Nacional até a data limite de 31 de dezembro de 2011.

Atenciosamente,

Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional

**SUMÁRIO-EXECUTIVO**

Divisão de Gestão da Informação – DIGIN/COATI/GMF-MF

**Nº de Identificação no COMPROT:** 01123009.002844.2010.000.000

**Data / Hora do recebimento da DATEC:** 19/12/2011.....16h19

**Interessado(s):** Congresso Nacional.

**Ementa:** AVISO que encaminha ao presidente do Congresso Nacional o relatório de desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, referente ao terceiro trimestre de 2011, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887/2008 e do art. 11 do Decreto nº 7.055/2009.

**Prazo:** Até 31/12/2011.

**Manifestação(ões) da(s) área(s) competente(s):**

**STN:**

*Envia à procuradora-geral da Fazenda Nacional o relatório de desempenho do FSB relativo ao 3º trimestre de 2011, juntamente com as minutas de aviso, que deverão ser enviadas ao Congresso Nacional até 31/12/2011.*

**PGFN:**

*Manifesta-se de modo favorável à assinatura do aviso em questão, na forma que segue rubricada pela PGFN.*

**SE:**

*Analisou a minuta de Aviso e, em 16/12/2011, por meio de autenticação eletrônica e rubrica, manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da matéria*

**STN:** Memorando nº 45 COFSB/SUPEF/STN/MF-DF, de 13/12/2011.

- ✓ *A lei que criou o FSB determina que o MF deverá encaminhar trimestralmente relatório de desempenho do FSB ao Congresso Nacional;*
- ✓ *Com isso, o secretário do Tesouro Nacional apresenta à procuradora-geral da Fazenda Nacional o relatório de desempenho do FSB relativo ao 3º trimestre de 2011, juntamente com as minutas de aviso, que deverão ser enviadas ao Congresso Nacional até 31/12/2011.*

**PGFN:** Parecer CAF/PGFN nº 2363, de 14/12/2011.

- ✓ *Manifesta-se de modo favorável à assinatura do aviso em questão, e a minuta segue rubricada pela PGFN.*

# TESOURONACIONAL

# Fundo Soberano do Brasil

# Relatorio de Desempenho

# 3º Trimestre de 2011

# Ministério da Fazenda

## Dezembro de 2011

**MINISTRO DA FAZENDA**
Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**
Nelson Henrique Barbosa Filho

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**
Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**
Lindemberg de Lima Bezerra

**EQUIPE TÉCNICA**

**Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais**
Cleber Ubiratan de Oliveira

**Coordenador-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil**
William Baghdassarian

**Coordenador de Gestão do Fundo Soberano do Brasil**
Daniel de Araújo e Borges

Dorilene Gomes Milanez
Eduardo Brandão Curi
Fabio Pereira Simoni da Silva
Leonardo Tavares Lameiro da Costa
Marcus Lima Franco
Marcus Vinicius Magalhães de Pinho
Ricardo Milsztajn

**Contadora**
Silvia Lenita Moeller

**Informações:**
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil (COFSB)
Tel: (61) 3412-2145 Fax: (61) 3412-3198

**Secretaria do Tesouro Nacional**
Edifício Sede do Ministério da Fazenda, Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 2° andar
70048-900 - Brasília – DF

**Correio Eletrônico:** fsb@fazenda.gov.br

**Home Page:** http://www.tesouro.fazenda.gov.br/fundo_soberano/index.asp

O Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil é encaminhado trimestralmente pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 11.887/2008; e ao art. 11, *caput* e parágrafo único, do Decreto nº 7.055/2009. É permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que mencionada a fonte.



## Conteúdo

Histórico e sumário do 3º trimestre de 2011 .....
Composição da carteira do FSB e valor de mercado dos ativos .....
Encargos do FSB .....
Indicadores de governança .....
Indicadores de Risco de Mercado .....
Anexo I – Evolução Patrimonial no 3º Trimestre de 2011 .....

## Histórico e sumário do 3º trimestre de 2011

O Fundo Soberano do Brasil (FSB) foi criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008[1], como um fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, com a finalidade de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior.

O FSB teve como aporte inicial a emissão de 10.201.373 títulos do Tesouro Nacional, em 30 de dezembro de 2008, totalizando R$14.243.999.592,36 a preços de mercado, conforme disposto na Portaria do Tesouro Nacional nº 736, de 30 de dezembro de 2008.

Na mesma data, o FSB promoveu a integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), de que trata o art. 7º da Lei nº 11.887/2008, no valor total dos ativos recebidos, conforme disposto no Decreto nº 6.713, de 29 de dezembro de 2008. Trata-se de um fundo multimercado, exclusivo, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e que tem como administradora a BB Gestão de Recursos DTVM S.A..

O FFIE participou da Oferta Pública de Distribuição de Ações (OPA) de emissão do Banco do Brasil S.A., mediante a subscrição de 62.500.000 ações totalizando R$1.540.625.000,00, tendo a liquidação ocorrido em 1º de julho de 2010. Ainda, em 10 de setembro de 2010, o FFIE adquiriu 77.641.422 ações ordinárias da Petrobras (PETR3) junto à Caixa Econômica Federal no valor de R$2.426.294.437,50. Por fim, participou da OPA da Petrobras, tendo subscrito 266.413.905 ações PETR3 no valor de R$7.899.172.283,25, e 161.596.958 ações preferenciais (PETR4) no valor de R$4.249.999.995,40, com liquidação financeira em 24 de setembro de 2010.

Durante o 3º trimestre de 2011 não houve modificações na alocação dos recursos do FSB, que continuam integralmente aplicados em cotas do FFIE. Da

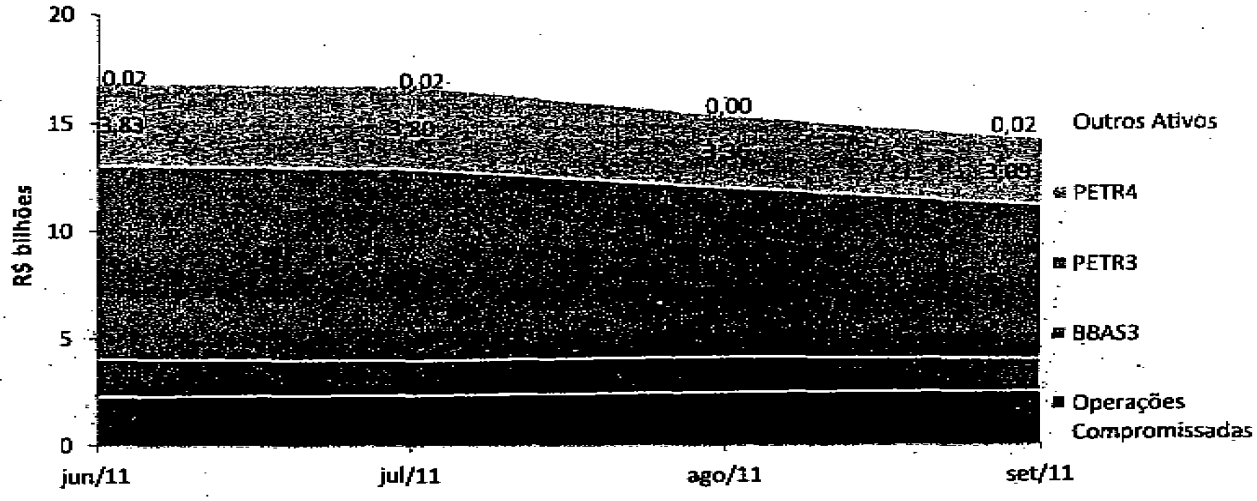
[1] Toda a legislação concernente ao Fundo Soberano do Brasil pode ser encontrada em www.tesouro.gov.br/fundo_soberano.

mesma forma, não houve movimentações na carteira do FFIE, que possui 82,63% dos seus ativos alocados em ações e 17,37% em ativos de renda fixa[2].

## Composição da carteira do FSB e valor de mercado dos ativos

O FSB tem seus recursos integralmente aplicados em cotas do FFIE que, por sua vez, encerrou o 3º trimestre de 2011 com a seguinte composição, com base no valor de mercado: 82,63% em ativos de renda variável, sendo 50,23% em ações ordinárias da Petrobras (PETR3), 21,56% em ações preferenciais da Petrobras (PETR4) e 10,84% em ações ordinárias do Banco do Brasil (BBAS3); 17,25% em operações compromissadas e 0,12% em outros ativos[3]. O gráfico 1 apresenta a evolução da composição do FFIE no 3º trimestre de 2011.

**Gráfico 1**
**Composição do FFIE**




*Fonte:BB DTVM*

A parcela de renda variável apresentou redução em sua participação relativa, passando de 86,47%, em 30 de junho de 2011, para 82,63%, em 30 de setembro de 2011. Por sua vez, a parcela de ativos de renda fixa aumentou sua participação de

[2] Posição de 30/09/2011.
[3] Provisão de Juros Sobre o Capital Próprio, dividendos e taxas diferidas da CVM e Anbid.

13,53% para 17,37% no mesmo período. Tais modificações na composição da carteira do FFIE estão relacionadas à redução de valor de mercado da carteira de ações e aumento de valor de mercado da carteira de renda fixa no período.

A tabela 1 demonstra a variação no valor dos ativos do FFIE no trimestre e nos últimos 12 meses.

**Tabela 1**
**Valor dos Ativos do FSB**

*Em R$ milhões*

| | 30/09/2010 | 30/06/2011 | 30/09/2011 | Variação (%) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | em 12 meses | no trimestre |
| *1. Fundo Fiscal de Invest. e Estabilização (FFIE)* | 18.521,80 | 16.902,47 | 14.317,33 | -22,70% | -15,29% |
| *1.1. Disponível* | 0,06 | 0,05 | 0,05 | -6,02% | 0,79% |
| *1.2. Operações Compromissadas* | 1.629,64 | 2.271,79 | 2.470,14 | 51,58% | 8,73% |
| *1.3. Títulos Públicos Federais* | 0,00 | - | - | - | - |
| *1.4. Ações à vista* | 16.877,39 | 14.614,53 | 11.829,76 | -29,91% | -19,05% |
| *1.4.1. Ações do Banco do Brasil* | 2.008,13 | 1.750,00 | 1.552,50 | -22,69% | -11,29% |
| *1.4.1.1. BBAS3 (ON)* | 2.008,13 | 1.750,00 | 1.552,50 | -22,69% | -11,29% |
| *1.4.2. Ações da Petrobras* | 14.869,26 | 12.864,53 | 10.277,26 | -30,88% | -20,11% |
| *1.4.2.1. PETR3 (ON)* | 10.459,28 | 9.031,45 | 7.190,76 | -31,25% | -20,38% |
| *1.4.2.2. PETR4 (PN)* | 4.409,98 | 3.833,08 | 3.086,50 | -30,01% | -19,48% |
| *1.5 Outros ativos* | 14,72 | 16,10 | 17,39 | 18,08% | 8,02% |
| *1.5.1 Provisão de JSCP e dividendos* | 14,72 | 16,09 | 17,39 | 18,08% | 8,03% |
| *1.5.2 Taxas Diferidas CVM/ANBID* | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 52,00% | -13,00% |
| ***Total*** | ***18.521,80*** | ***16.902,47*** | ***14.317,33*** | ***-22,70%*** | ***-15,29%*** |

*Fonte:BB DTVM*
*Obs: O valor dos ativos é equivalente ao patrimônio líquido do Fundo acrescido da taxa de administração e outros passivos.*
*JSCP - Juros sobre capital próprio*

O valor dos ativos do FFIE atingiu R$ 14.317.333.473,36 em 30/09/2011, ante R$ 16.902.469.826,92 em 30/06/2011, e R$ 18.521.804.656,29 em 30/09/2010, o que representou rentabilidade de -15,29% no trimestre e de -22,70% nos últimos doze meses, conforme tabela 2.

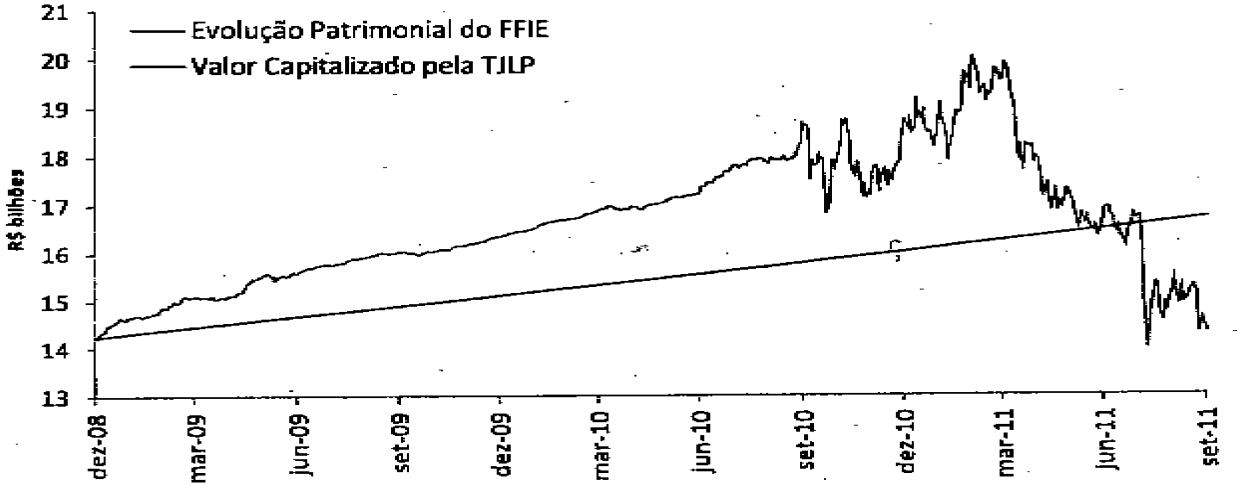
**Tabela 2**
**Valor dos Ativos nos Últimos 12 meses**

| Mês/ano | Valor dos Ativos (R$) | Variação (%) | |
|---|---|---|---|
| | | Mensal | Acumulada |
| set/10 | 18.521.804.656,29 | | |
| out/10 | 17.725.571.207,85 | -4,30% | -4,30% |
| nov/10 | 17.194.994.633,39 | -2,99% | -7,16% |
| dez/10 | 18.764.558.019,74 | 9,13% | 1,31% |
| jan/11 | 18.471.793.138,44 | -1,56% | -0,27% |
| fev/11 | 19.624.860.693,45 | 6,24% | 5,96% |
| mar/11 | 19.718.221.034,10 | 0,48% | 6,46% |
| abr/11 | 18.008.600.214,95 | -8,67% | -2,77% |
| mai/11 | 17.127.479.888,76 | -4,89% | -7,53% |
| jun/11 | 16.902.469.826,92 | -1,31% | -8,74% |
| jul/11 | 16.712.473.903,95 | -1,12% | -9,77% |
| ago/11 | 15.375.102.729,28 | -8,00% | -16,99% |
| set/11 | 14.317.333.473,36 | -6,88% | -22,70% |

*Obs: Valor dos ativos no encerramento de cada mês.*

O gráfico 2 traz a comparação da evolução patrimonial[4] do FFIE com relação à que teria sido observada caso o aporte inicial dos recursos tivesse sido integralmente investido em ativos remunerados pela TJLP, que é a rentabilidade mínima prevista pelo Decreto nº 7.055/2009.

**Gráfico 2**
**Comparativo Histórico: Patr. Líquido X Patr. Valorizado pela TJLP**

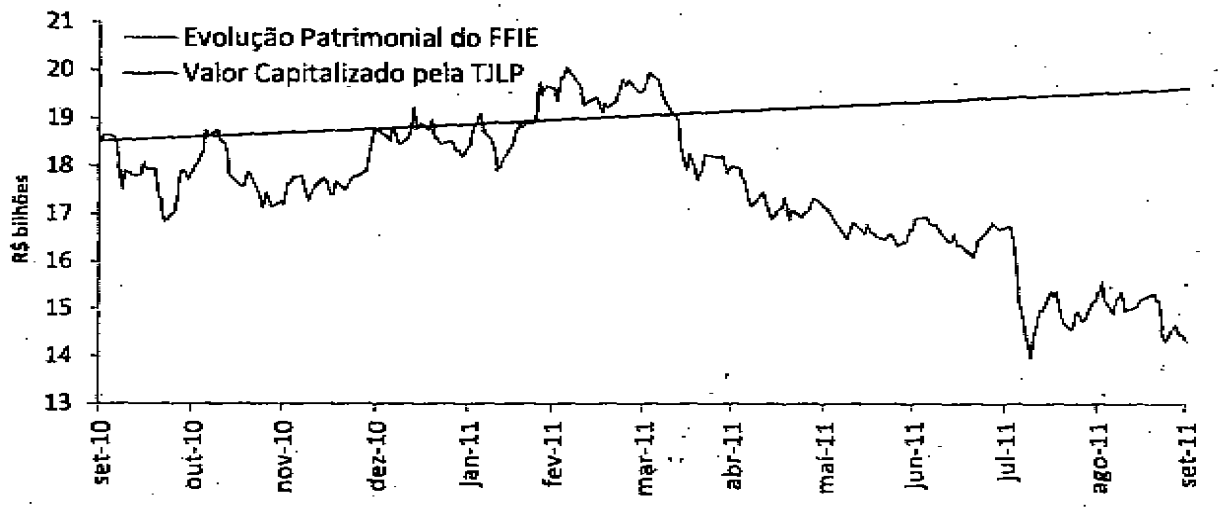



*Fonte: BB DTVM (FFIE) e BNDES (TJLP)*

[4] O Patrimônio Líquido do FFIE equivale ao valor de mercado dos ativos deduzido da taxa de administração e outros passivos.

O gráfico 3 traz a mesma evolução comparativa, considerando apenas o desempenho dos últimos 12 meses.

**Gráfico 3**
**Comparativo dos Últimos 12 Meses: Patr. Líquido X Patr. Valorizado pela TJLP**




*Fonte: BB DTVM (FFIE) e BNDES (TJLP)*

## Encargos do FSB

Não houve geração de despesas orçamentárias no período, tendo em vista que a totalidade dos recursos do FSB continua aplicada em cotas do FFIE e que as despesas desse Fundo são diretamente abatidas do valor de suas cotas, conforme previsto em seu regulamento e nas Instruções CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e nº 438, de 12 de julho de 2006. A tabela 3 apresenta o detalhamento dos encargos incorridos pelo FFIE no trimestre.

**Tabela 3**
**Detalhamento das Despesas Administrativas do FFIE**

*Em R$*

| *Conta* | *1º trimestre* | *2º trimestre* | *3º trimestre* |
|---|---|---|---|
| *1. Despesas de Comunicações (serviços postais)* | 5,20 | 2,10 | 3,30 |
| *2. Despesas de Serviços do Sistema Financeiro* | 67.065,26 | 68.226,30 | 68.956,00 |
| 2.1. Custódia de Títulos e Valores Mobiliários | 65.946,67 | 67.068,77 | 67.689,00 |
| 2.2. Taxa ANBID | 1.118,59 | 1.157,53 | 1.267,00 |
| *3. Despesas de Serviços Técnicos Especializados* | 829,20 | 857,02 | 1.332,21 |
| *4. Despesas de Taxa de Administração do Fundo* | 2.336.850,18 | 2.154.143,32 | 2.008.191,52 |
| 4.1. Despesas de Taxa de Administração Efetiva | 828.413,41 | 763.643,82 | 711.903,90 |
| 4.2. Despesas de Controladoria | 241.863,99 | 222.953,83 | 207.847,82 |
| 4.3. Despesa com Distribuição | 1.266.572,78 | 1.167.545,67 | 1.088.439,80 |
| *5. Outras Despesas Administrativas* | 10.933,35 | 10.800,00 | 10.478,19 |
| *Total das Despesas Administrativas* | *2.415.683,19* | *2.234.028,74* | *2.088.961,22* |

*Fonte: BB DTVM (balancetes do FFIE de janeiro a setembro/11).*
*Despesas com Controladoria:relativas a registros, controles e contabilidade dos ativos do FFIE*
*Despesas com Distribuição:devidas ao Banco do Brasil, responsável pela Distribuição e Registro Escritural de cotas, bem como pelos Serviços de Tesouraria, nos termos do Regulamento do FFIE.*

## Indicadores de governança

Informações gerais e toda a regulamentação do FSB encontram-se disponíveis no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br/fundo_soberano. Informações relevantes sobre o FFIE, inclusive seu Regulamento, estão à disposição do público no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no endereço www.cvm.gov.br.

## Indicadores de Risco de Mercado

Para o gerenciamento do risco de mercado, utiliza-se o Valor em Risco (Value-at-Risk – VaR), que estima a perda potencial máxima para um dia útil com um intervalo de confiança de 95%. O VaR do portfólio do FFIE, único ativo do FSB, é calculado e informado diariamente à Secretaria Executiva do FSB, por meio de relatório diário de acompanhamento. A tabela 4, a seguir, ilustra os resultados registrados ao fim de cada mês de VaR utilizados para fins de monitoramento do risco de mercado do FFIE.

**Tabela 4**
**Valor em Risco (VaR)**

| Mês | Valor de mercado (R$) | VaR (R$) | VaR (%) |
|---|---|---|---|
| jan/11 | 18.471.546.018,48 | 495.986.042,41 | 2,6851% |
| fev/11 | 19.624.612.297,02 | 529.471.169,46 | 2,6980% |
| mar/11 | 19.717.954.175,29 | 515.722.039,98 | 2,6155% |
| abr/11 | 18.009.594.899,88 | 426.401.739,14 | 2,3676% |
| mai/11 | 17.127.182.035,06 | 346.956.197,51 | 2,0258% |
| jun/11 | 16.902.158.068,65 | 304.122.672,85 | 1,7993% |
| jul/11 | 16.713.637.262,27 | 298.986.384,79 | 1,7889% |
| ago/11 | 15.374.756.776,50 | 322.145.690,82 | 2,0953% |
| set/11 | 14.318.545.062,20 | 355.506.479,33 | 2,4828% |

*Fonte: BB DTVM*
*Obs.: VaR calculado pelo método não-paramétrico histórico de 150 dias úteis. Valor dos Ativos considerado para fins de VaR apurado segundo metodologia específica, no último dia de cada mês.*

## Anexo I – Evolução Patrimonial no 3º Trimestre de 2011

*Em Reais*

| Julho/2011 | | Agosto/2011 | | Setembro/2011 | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 16.932.319.332,92 | 1 | 16.755.337.081,62 | 1 | 15.591.857.606,72 |
| 4 | 16.943.573.043,99 | 2 | 16.459.436.607,22 | 2 | 15.198.185.860,36 |
| 5 | 16.814.468.573,86 | 3 | 16.090.994.980,55 | 5 | 14.906.647.339,29 |
| 6 | 16.775.188.950,10 | 4 | 15.153.669.514,17 | 6 | 15.198.985.265,77 |
| 7 | 16.786.555.210,89 | 5 | 14.926.746.216,00 | 8 | 15.368.028.924,33 |
| 8 | 16.661.813.032,80 | 8 | 13.983.121.949,69 | 9 | 14.952.381.218,46 |
| 11 | 16.421.135.834,73 | 9 | 14.365.137.449,83 | 12 | 15.031.408.023,50 |
| 12 | 16.420.418.587,44 | 10 | 14.628.514.890,02 | 13 | 15.036.129.288,98 |
| 13 | 16.605.772.322,07 | 11 | 14.977.543.369,05 | 14 | 15.175.856.749,91 |
| 14 | 16.334.272.596,37 | 12 | 14.949.642.649,71 | 15 | 15.202.092.727,05 |
| 15 | 16.356.142.973,10 | 15 | 15.377.116.323,48 | 16 | 15.238.063.236,66 |
| 18 | 16.214.912.857,57 | 16 | 15.259.081.275,48 | 19 | 15.338.447.061,22 |
| 19 | 16.168.399.930,57 | 17 | 15.360.421.738,94 | 20 | 15.188.990.036,14 |
| 20 | 16.090.091.505,34 | 18 | 14.917.827.361,04 | 21 | 15.162.879.234,08 |
| 21 | 16.451.486.476,74 | 19 | 14.703.769.099,71 | 22 | 14.503.811.153,29 |
| 22 | 16.480.495.750,63 | 22 | 14.566.042.942,64 | 23 | 14.296.691.132,35 |
| 25 | 16.722.967.974,56 | 23 | 14.904.690.418,31 | 26 | 14.662.547.060,13 |
| 26 | 16.826.201.059,44 | 24 | 14.957.076.288,14 | 27 | 14.572.936.671,50 |
| 27 | 16.768.097.767,85 | 25 | 14.751.957.228,15 | 28 | 14.446.609.315,84 |
| 28 | 16.680.433.761,89 | 26 | 14.752.942.588,61 | 29 | 14.439.480.785,29 |
| 29 | 16.711.774.641,98 | 29 | 15.156.770.427,41 | 30 | 14.316.697.738,84 |
| | | 30 | 15.180.024.250,28 | | |
| | | 31 | 15.374.401.318,16 | | |

*Fonte: BB DTVM*
*Obs: Por dia útil. Valor do PL equivale ao valor de mercado dos ativos deduzido do valor do passivo do fundo (taxa de administração e outras despesas operacionais)*

- **Ofício nº 458/MF.**
- **ORIGEM:** Ministério da Fazenda.

A Sua Senhoria a Senhora
**CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO**
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Encaminho a Vossa Senhoria o expediente em epígrafe, para conhecimento e adoção das providências cabíveis, mediante o qual o Excelentíssimo Senhor **NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO**, Ministro de Estado da Fazenda Interino, encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2011.

**SÉRGIO PENNA**
Chefe de Gabinete

# LEGISLAÇÃO CITADA

.....

**LEI Nº 11.887, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.**

Cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências.

.....

Art. 7º A União, com recursos do FSB, poderá participar como cotista única de Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização - FFIE, a ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

.....

Art. 10. O Ministério da Fazenda encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho, conforme disposto em regulamento do FSB.

.....

**DECRETO Nº 6.713, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.**

Autoriza a integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização - FFIE e dá outras providências.

.....

**DECRETO Nº 7.055 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009.**

Regulamenta o Fundo Soberano do Brasil - FSB, e dá outras providências.

.....

Art. 11. O relatório de desempenho de que trata o art. 10 da Lei nº 11.887, de 2008, conterá, no mínimo, o valor de mercado dos ativos que compõem a carteira do FSB, separando os ativos externos e internos, bem como sua variação acumulada no trimestre e nos últimos doze meses, se for o caso.

Parágrafo único. O relatório será encaminhado ao Congresso Nacional até o último dia do trimestre subseqüente ao trimestre de referência.

.....

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 4 de fevereiro do corrente.

O Aviso será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3, de 2012** (nº 31/2012, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 64/2012-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 47/2010, do Senado Federal (TC 025.647/2010-5).

É o seguinte o Aviso:

**AVISO Nº 3, DE 2012**

Aviso nº 31-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 18 de janeiro de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 1.937, de 31-8-2010, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 025.647/2010-5, pelo Plenário desta Corte na Sessão de 18-1-2012, acompanha do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 64/2012 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 025.647/2010-5.
2. Grupo I – Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Senado Federal (SF).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, relativa a acompanhamento da aplicação de recursos oriundos de empréstimo externo objeto da Resolução do Senado Federal nº 47/2010 (encaminhada pelo Ofício nº 1937, de 31/8/2010), que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor total de até US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), para financiamento parcial do 'Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural - Projeto de Combate à Pobreza Rural no Interior da Bahia - Produzir III'.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 38, II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 232, I, do RITCU, e art. 4º, I, "a", da Resolução TCU 215/2008, e considerá-la integralmente atendida, nos termos do art. 17, II, da Resolução TCU 215/2008;

9.2. encaminhar cópia do relatório, proposta de deliberação e acórdão à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

9.3.encerrar o processo e arquivar os autos, nos termos do art. 2º, § 3º, da IN TCU 59/2009, após o encaminhamento das comunicações pertinentes.

10. Ata nº 1/2012 – Plenário.
11. Data da Sessão: 18/1/2012 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0064-01/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
WEDER DE OLIVEIRA
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE II – Plenário
TC 025.647/2010-5
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Órgão: Senado Federal.
Interessado: Senado Federal - SF
Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. OPERAÇÃO DE CRÉDITO. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO. CONHECIMENTO. ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS À PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL E AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA. ARQUIVAMENTO.

**Relatório**

Adoto como relatório a instrução da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) (fls. 10/14):

"Tratam os autos de expediente encaminhado pelo Senado Federal (fls.1-4) recomendando o acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 47/2010, no valor de até US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos).

No que tange à recomendação do Senado Federal, deve-se registrar que o Tribunal proferiu Acórdão 2.328/2008-Plenário, no qual esclarece, em seu item 9.2.2, que:

a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, com garantia da União, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante, em homenagem ao princípio federalista e, por consequência, à autonomia dos entes federados, insculpida no art. 18, caput, da Constituição Federal.

O presente trabalho foi desenvolvido com base na análise da documentação relativa à operação de crédito em tela, disponível no site do Senado Federal.

**Análise**

O montante decorrente da operação de crédito destina-se a financiar o "Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural – Projeto de Combate à Pobreza Rural do Interior da Bahia – Produzir III", razão da Exposição de Motivos nº 123/2010-MF, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda (anexo 1, fl. 2v).

A cargo da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observados os ditames legais, foram realizadas as avaliações abrangendo: (1) Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex; (2) Objetivos do Programa, Arranjo Institucional e Análise de Custo-Benefício; (3) Fluxo Financeiro; (4) Condições Financeiras; (5) Requisitos Legais e Normativos, compreendendo: (5.1) Verificação dos Limites Previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal; (5.2) Inclusão no Plano Plurianual; (5.3) Previsão Orçamentária; (5.4) Autorização Legislativa – Contratação e Contragarantias à Garantia da União; (5.5) Limites de Endividamento do Mutuário; (5.6) Limites para a Concessão da Garantia da União; (5.7) Capacidade de Pagamento e Aspectos Fiscais do Estado; (5.8)

Contragarantias à Garantia da União e Margem Disponível; (5.9) Situação de Adimplência; (5.10) Antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional; (5.11) Alcance das Obrigações Contratuais; (5.12) Demais Exigências da Resolução SF nº 48/2007 e da Lei Complementar nº 101/2000.

Os procedimentos prévios à contratação da operação de crédito foram cumpridos pelo ente demandante, tendo sido o projeto submetido à análise da Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex, que por meio da Recomendação nº 985, de 13/12/2007, recomendou a preparação do Projeto (anexo 1, fl. 10).

A Lei Estadual nº 10.705/2007 dispôs sobre o Plano Plurianual do Estado da Bahia para o período de 2008/2011, relativamente às ações previstas para o Projeto em tela.

Quanto à análise da capacidade de pagamento consignado na Nota nº 1730/2009/COREM/STN, de 14/12/2009 (citada no Parecer nº 887/2010 - anexo 1, fl. 11v), o Estado da Bahia foi classificado na categoria "B", considerada suficiente para a concessão de garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 89, de 25/4/1997.

Concernente à situação de adimplência, o Governador do Estado da Bahia, mediante Declaração de 16/6/2010, encaminhou a lista de CNPJs do Estado da Bahia, a qual está em conformidade com a lista disponível no subsistema do Cadastro Único de Convênios – CAUC (anexo 1, fl. 12v).

Ainda referente à situação de adimplência, informou a Secretaria do Tesouro Nacional no Parecer nº 887/2010/GERFI/COPEM/SECAD 4/STN/MF, de 24/6/2010 (anexo 1, fls. 10-17v), que em atendimento ao art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, verificou-se que o Estado da Bahia encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), realizada em 22/6/2010 (anexo 1, fl. 12v). A verificação da adimplência financeira junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de garantia, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41/2009, que alterou a Resolução do Senado Federal nº 48/2007.

O Poder Executivo do Estado da Bahia, em virtude da Lei nº 11.044/2008, está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as cotas e as receitas tributárias previstas nos arts. 155, 157 e 159, combinados com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal (anexo 1, fls. 11v-12).

A Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios - COREM/STN, por meio do Memorando nº 248/2010/COREM/SUBSEC4/STN/MF-DF, informou que a operação está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado da Bahia, não caracterizando violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União. A operação, que não se enquadra na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, produzirá compromissos financeiros ao Estado até 2038 e o estudo foi projetado até 2018 (anexo 1, fl. 12).

Quanto aos antecedentes do Estado da Bahia junto à Secretaria do Tesouro Nacional, segundo Memorando nº 260/2010/COAFI/SUBSEC4/STN/MF-DF, de 21/5/2010 (citado no Parecer nº 887/2010 – COPEM), não há registro, no âmbito daquela Coordenação-Geral, de procedimento de cobrança referente à recuperação de crédito decorrente de honra de aval ou concessão de garantias (anexo1, fl. 22v).

Concernente ao pleno exercício da competência tributária do Estado, bem como o cumprimento do artigo 198 e 212, da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, mediante Certidão nº 04/2010, atestou o cumprimento deste dispositivo legal no ano de 2008 (último analisado), bem como no exercício financeiro de 2009 (anexo 1, fl. 13).

Em conformidade com o Parecer nº 887/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN/MF, de 24/6/2010 (anexo 1, fls. 10-13v), a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e

Municípios – COPEM se pronunciou favoravelmente à contratação de operação de crédito externo pelo Governo do Estado da Bahia nos termos do inciso II do art. 31 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, tendo preenchido os requisitos mínimos exigidos.

O Secretário do Tesouro Nacional manifestou-se de acordo com a proposta da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – COPEM (anexo 1, fl. 13v).

A operação de obtenção de crédito externo também foi analisada, conforme determina o inciso II do art. 23 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, pela Coordenação-Geral de Operações Financeiras da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – COF/PGFN, em seu Parecer PGFN/COF nº 1646/2010 (anexo 1, fls. 3-7), ressalvando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais seja formalizado o contrato de contragarantia, verificado o preenchimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso e averiguado, pela STN, se o Estado encontra-se adimplente com a União.

Mediante Resolução nº 47/2010 (fls. 2-4), o Senado Federal autorizou o pleito encaminhado pelo Governador do Estado da Bahia.

Consta do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao 3º Quadrimestre de 2010, página 29, que o contrato de garantia alusivo a esta operação de crédito externo foi assinado em 9/12/2010.

**Conclusão**

À vista dos estudos e avaliações realizados pelos órgãos competentes acerca da operação em exame, aliados aos documentos analisados, conclui-se por atendidos, nesse particular, os preceitos das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e ainda as disposições do art. 32, *caput* e § 1º, e art. 40, §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar nº 101/2000.

No âmbito desta Corte de Contas, a Instrução Normativa nº 59/2009, estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União. O § 3º, do art. 2º, dessa Instrução Normativa, dispõe:

Art. 2º O Tribunal de Contas da União, preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 232 do Regimento Interno, conhecerá da solicitação e dará ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos já adotados e que adotará para o acompanhamento da operação de crédito externo, dentre outros os previstos na Resolução TCU nº 215/2008, no que couber.

(...)

§ 3º Após as comunicações referidas no caput, considerar-se-á integralmente atendida a Solicitação do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, e § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008, possibilitando o arquivamento do processo.

Conhecida a presente solicitação, será dada ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos a cargo deste Tribunal para o acompanhamento da presente operação de crédito externo, após o que, os autos deverão ser arquivados com fulcro no § 3º do art. 2º, da Instrução Normativa-TCU nº 59/2009.

A mesma Instrução Normativa nº 59/2009, no art. 4º, dispõe:

Art. 4º. Para os efeitos do disposto nesta Instrução Normativa, a Secretaria do Tesouro Nacional:

I - comunicará ao Tribunal de Contas da União e ao Senado Federal, no prazo de até dez dias úteis, sempre que ocorrer honra de compromisso em operações de crédito externo firmadas por Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão de garantia prestada pela União, informando ainda as medidas adotadas e a adotar para o ressarcimento dos valores;

II - divulgará em nota explicativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo:

a) relação dos contratos de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, contendo, no mínimo, número do contrato, ente financiado, instituição financeira credora, valor das garantias e das contragarantias;

b) todas as honras de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, independentemente de ter ou não havido o respectivo ressarcimento dos valores.

Caberá à Semag, se for o caso, em vista do acompanhamento global a ser efetuado por meio do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, tomar as providências que forem pertinentes, no exercício das atribuições conferidas a esta unidade técnica pelo art. 3º, da mencionada Instrução Normativa.

**Proposta de Encaminhamento**

Diante do exposto, propõe-se, à consideração superior:

I) conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992;

II) informar, com fulcro no *caput* do art. 2º da Instrução Normativa-TCU nº 59/2009, à Presidência do Senado Federal que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;

III) encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia;

IV) considerar a solicitação do Senado Federal integralmente atendida e arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 2º, § 3º, da Instrução Normativa-TCU nº 59/2009, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução-TCU nº 215/2008."

É o relatório.

**Proposta de Deliberação**

O Presidente do Senado Federal encaminhou a esta Corte cópia da Resolução 47/2010-SF, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor total de até US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), para financiamento parcial do 'Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural - Projeto de Combate à Pobreza Rural no Interior da Bahia - Produzir III'.

2. Para o caso em tela, aplica-se o disposto na Instrução Normativa TCU 59/2009:

"Art. 1º O Tribunal de Contas da União observará na tramitação e no acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União, o disposto nesta Instrução Normativa."

3. Aplica-se, também, o Acórdão 2328/2008-TCU-Plenário:

> "9.2.2. a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, com garantia da União, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante, em homenagem ao Princípio Federalista e, por consequência, à autonomia dos entes federados, insculpida no art. 18, caput, da Constituição Federal;"

4. De acordo com a Semag, as exigências prévias à contratação da operação de crédito foram cumpridas pelo ente pleiteante, fato que permitiu a análise do pleito no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme suas respectivas áreas de atuação.

5. Além disso, registra aquela secretaria que, quanto à análise de pagamento, o Estado da Bahia foi classificado na categoria 'B', considerada suficiente para a concessão de garantia da União.

6. Com relação à situação de adimplência, verificou que o Estado da Bahia encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao Sistema do Banco Central.

7. Segundo a unidade técnica, os estudos e avaliações apresentados pelos órgãos competentes acerca da operação em exame, bem como os documentos analisados, permitem concluir pelo atendimento dos preceitos estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal 40/2001 e 43/2001 e 48/2007 e ainda às disposições constantes do art. 32, caput e § 1º, e art. 40, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar 101/2000.

8. Registro, por fim, que o Acórdão 1789/2008-TCU-Plenário determina que a STN comunique ao Tribunal a ocorrência de inadimplência em operações de crédito desse tipo.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do acórdão que submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 18 de janeiro de 2012.

**WEDER DE OLIVEIRA**
Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Aviso nº 3, de 2012**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, os **Avisos nºs 1.809, 1.810 e 1.813, de 2011; 4, 5, 6, 7, 8 e 9, de 2012**, na origem; que se referem, respectivamente, às Resoluções nºs 21, 19, 20, 24, 23, 22, 27, 25 e 26, de 2011.

São os seguintes os Avisos:

Aviso n° 1.809-GP/TCU

Brasília, 26 de dezembro de 2011.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Oficio n° 2.419 (SF), de 12/12/2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal autógrafo da Resolução n° 21, de 2011 (SF), que "autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 451.980.000,00 (quatrocentos e cinqüenta e um milhões, novecentos e oitenta mil dólares norte-americanos), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo n° TC-037.895/2011-7, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Augusto Nardes,** Vice-Presidente, na Presidência

Aviso n° 1810-GP/TCU

Brasília, 26 de dezembro de 2011.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Oficio n° 2.414 (SF), de 12/12/2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal autógrafo da Resolução n° 19, de 2011 (SF), que "Altera as Resoluções n°s 43, de 2011, e 48, de 2007, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional, e dá outras providências, e a a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo n° TC-037.897/2011-0, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Raimundo Carreiro,** na Presidência

Aviso n° 1813-GP/TCU

Brasília, de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Oficio n° 2.416 (SF), de 22/12/2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal autógrafo da Resolução n° 20, de 2011 (SF), que "autoriza o Estado de Rondônia a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, no valor de até US$ 6.231.000,00 (seis milhões, duzentos e trinta e um mil dólares norte-americanos), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo n° TC-037.975/2011-0, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Raimundo Carreiro,** na Presidência.

Aviso nº 4-GP/TCU

Brasília, 3 de janeiro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício n° 2.462 (SF), de 29-12-2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal "autógrafo da Resolução n° 24, de 2011 (SF), que "Autoriza a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até Y33.584.000.000,00 (trinta e três bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões de ienes)", e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo n° TC-000.053/2012-0, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler,** Presidente.

Aviso nº 5-GP/TCU

Brasília, 3 de janeiro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício n° 2.459 (SF), de 29-12-2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal "autógrafo da Resolução n° 23, de 2011 (SF), que "autoriza o Estado da Paraíba a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US$7.479.000,00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e nove mil dólares norte-americanos)", e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo n° TC-000.048/2012-7, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler,** Presidente.

Aviso n° 6-GP/TCU

Brasília, 3 de janeiro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício n° 2.457 (SF), de 29-12-2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal "autógrafo da Resolução n° 22, de 2011 (SF), que "Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte-americanos)", e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo n° TC-000.051/2012-8, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler,** Presidente.

Aviso nº 7-GP/TCU

Brasília, 3 de janeiro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício n° 2.470 (SF), de 29-12-2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal "autógrafo da Resolução n° 27, de 2011 (SF), que 'Autoriza o Município de Fortaleza – CE a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos)', e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo n° TC-000.050/2012-1, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler,** Presidente.

Aviso n° 8-GP/TCU

Brasília, 3 de janeiro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício n° 2.465 (SF), de 29-12-2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal "autógrafo da Resolução n° 25, de 2011 (SF), que 'Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até US$49.604.127,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil, cento e vinte e sete dólares norte-americanos)', e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo n° TC-000.049/2012-3, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler,** Presidente.

Aviso n° 9-GP/TCU

Brasília, 3 de janeiro de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício n° 2.467 (SF), de 29-12-2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal "autógrafo da Resolução n° 26, de 2011 (SF), que 'Autoriza o Município de Fortaleza – CE a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$45.100.000,00 (quarenta e cinco milhões e cem mil dólares norte-americanos)', e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo n° TC-000.052/2012-4, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler,** Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os **Avisos nºs 1.809, 1.810 e 1.813, de 2011; e 4 a 9, de 2012**, foram juntados aos processados das respectivas Resoluções.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– **nº 601, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 7, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.563, de 2011*;

– **nº 602, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 34, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 446.823.143,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.564, de 2011;*

– **nº 603, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 37, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 949.733.022,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.565, de 2011;*

– **nº 604, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 41, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 130.500.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.566, de 2011;*

– **nº 605, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 42, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 199.843.160,00, para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.567, de 2011*;

– **nº 606, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 47, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R$ 81.157.976,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 12.568, de 2011;*

– **nº 607, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 51, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 1.769.248.701,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.569, de 2011;*

– **nº 608, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 53, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia e de empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R$ 5.736.647.926,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 12.570, de 2011*;

– **nº 609, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 54, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor total de R$ 38.645.735,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 12.571, de 2011;*

– **nº 610, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 57, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 32.120.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.572, de 2011*;

– **nº 611, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.573, de 2011;*

– **nº 612, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos*

*Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 2.816.660,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 12.574, de 2011;*

– **nº 613, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 24, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 300.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.575, de 2011;*

– **nº 614, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 31, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 8.692.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.576, de 2011;*

– **nº 615, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 39, de 2011-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor de R$ 54.266.793,00, para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.577, de 2011;*

– **nº 616, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R$ 4.776.413,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.578, de 2011;*

– **nº 617, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 49, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 101.308.880,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.579, de 2011;*

– **nº 618, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 55, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 8.631.945.462,00, em favor de diversas empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 20.731.286.239,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 12.580, de 2011;*

– **nº 619, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 56, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, crédito suplementar no valor de R$ 50.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.581, de 2011*; e

– **nº 620, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 30, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor de empresas estatais federais do Grupo ELETROBRAS, crédito especial no valor total de R$ 1.055.118.669,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 12.582, de 2011.*

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– **nº 621, de 2011**, na origem, que *restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2011 (nº 5.674/2009, na Casa de origem, do Deputado Zezéu Ribeiro), que denomina Guimarães Rosa a ponte construída sobre o Rio São Francisco, ligando os Municípios de Carinhanha e Malhada, na BR-030, no Estado da Bahia, sancionado e transformado na Lei nº 12.583, de 2011;*

– **nº 622, de 2011**, na origem, que *restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2010 (nº 2.163/2007, na Casa de origem, do Deputado Aelton Freitas), que denomina Rodovia Manoel Ferreira Lago Filho o trecho da rodovia BR-146 entre as cidades de Passos e Bom Jesus da Penha, ambas no Estado de Minas Gerais, sancionado e transformado na Lei nº 12.584, de 2011;*

– **nº 623, de 2011**, na origem, que *restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2010 (nº 2.888/2008, na Casa de origem, da Deputada Thelma de Oliveira), que denomina Senador Jonas Pinheiro o trecho das rodovias BR-070, BR-163 e BR-364 referente ao rodoanel de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, sancionado e transformado na Lei nº 12.585, de 2011;*

– **nº 624, de 2011**, na origem, que *restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 237, de 2009 (nº 1.595/2007, na Casa de origem, do Deputado João Oliveira), que denomina Prefeito Leôncio Miranda a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins, sancionado e transformado na Lei nº 12.586, de 2011;*

– **nº 4, de 2012**, na origem, que *restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 2009 (nº*

*7.428/2006, na Casa de origem, do Deputado Paes Landim), que denomina Milton Brandão a rodovia BR-404, que liga a cidade de Piripiri, no Estado do Piauí, à de Icó, no Estado do Ceará, sancionado e transformado na Lei nº 12.588, de 2012*;

– **nº 5, de 2012,** na origem, que *restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2010 (nº 3.950/2008, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério do Esporte, sancionado e transformado na Lei nº 12.589, de 2012; e*

– **nº 6, de 2012**, na origem, que *restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2009 (nº 2.217/2007, na Casa de origem, do Deputado Rodovalho), que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet - para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural, sancionado e transformado na Lei nº 12.590, de 2012.*

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 1, de 2012** (nº 9/2012, na origem), da Senhora Presidente da República, encaminhando a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2012.

É a seguinte a Mensagem:

**MENSAGEM Nº 1, DE 2012**
(nº 9/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossas Excelências a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Brasília, 13 de janeiro de 2012. – **DILMA ROUSSEF**, Presidente do Brasil.

EM 65/2011-BCB

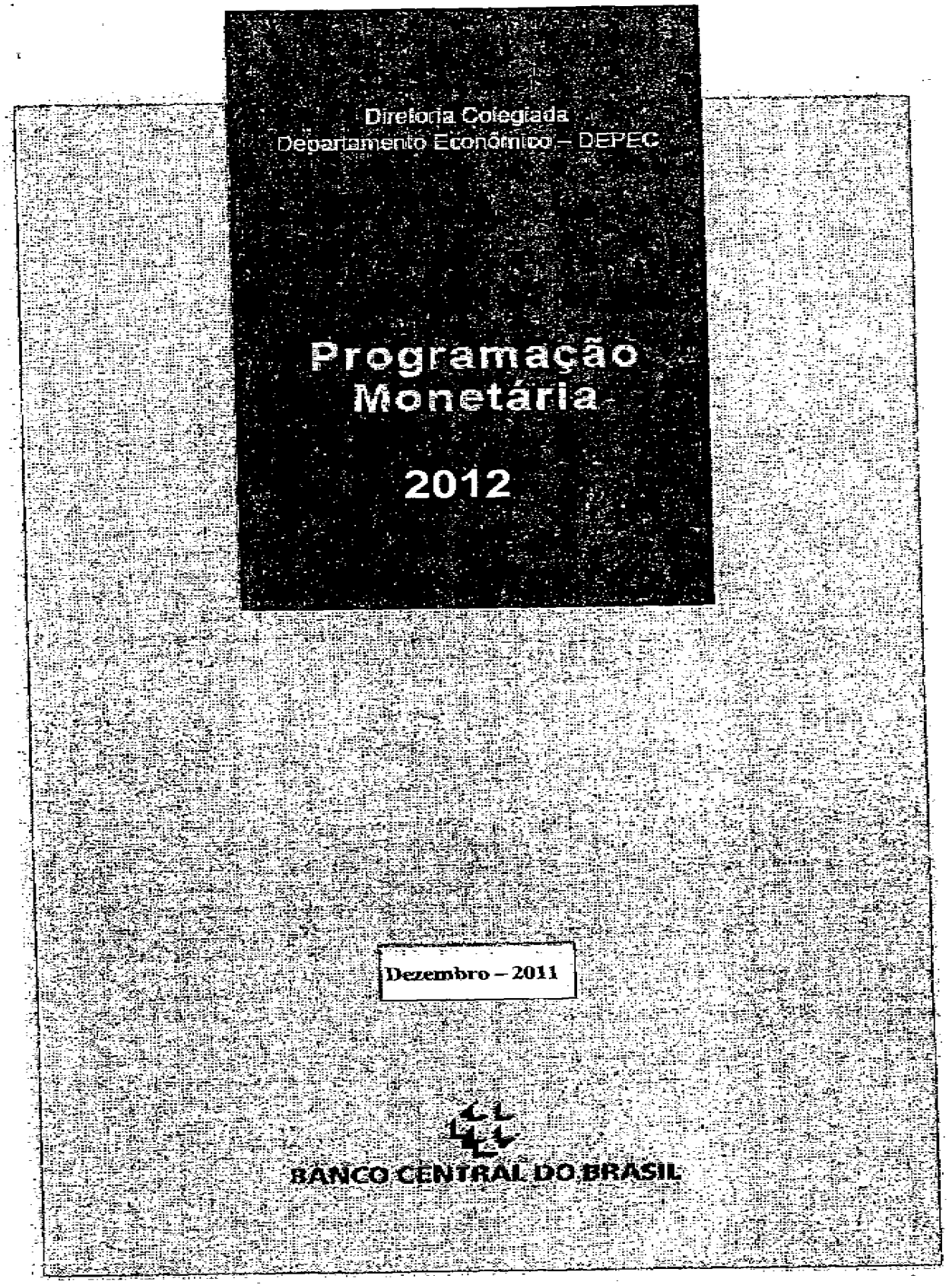
Brasília, 15 de dezembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a anexa Programação Monetária para o 1º trimestre de 2012, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 15 de dezembro de 2011, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Respeitosamente,

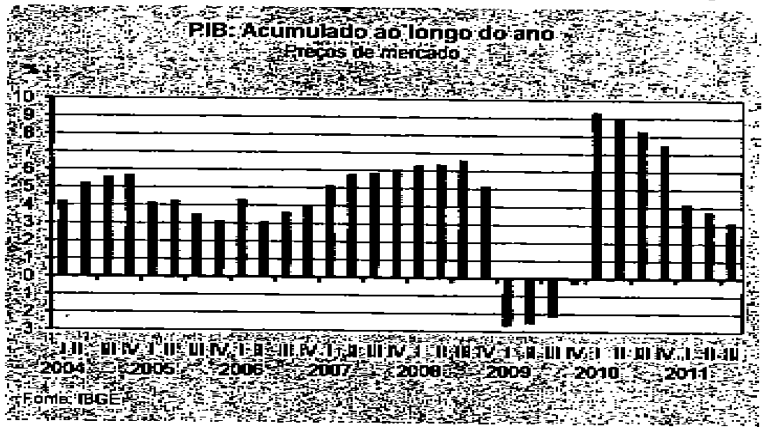
*Assinado eletronicamente por: Alexandre Antonio Tombini*


Diretoria Colegiada
Departamento Econômico – DEPEC
Programação Monetária
2012
Dezembro – 2011
BANCO CENTRAL DO BRASIL

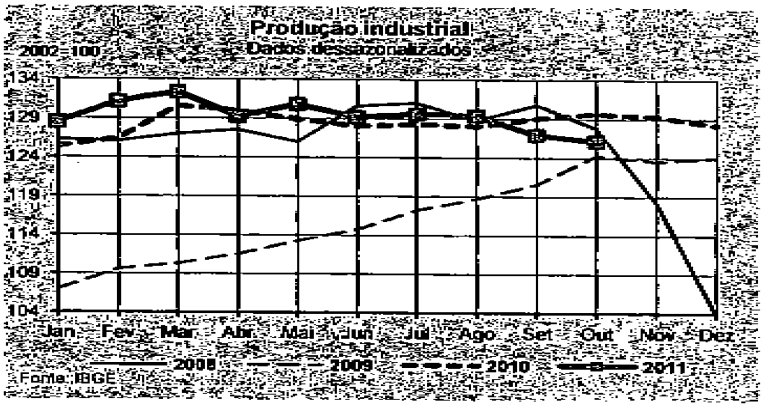
# Programação Monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2012

## A. A economia brasileira no quarto trimestre de 2011

1. O PIB cresceu 2,1% no terceiro trimestre do ano, em relação a igual intervalo de 2010, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, acumulando expansão anual de 3,2%. No âmbito da oferta, ocorreram aumentos de 6,9% na agropecuária, de 2,0% no setor de serviços e de 1% na atividade industrial, enquanto a análise da demanda revela que a contribuição do componente doméstico para o crescimento interanual do PIB atingiu 2,4 p.p. no terceiro trimestre de 2011 e a do setor externo, -0,3 p.p. Na margem, o PIB registrou estabilidade no terceiro trimestre do ano, de acordo com dados dessazonalizados. Sob a ótica da produção, o crescimento trimestral da agropecuária atingiu 3,2%, contrastando com os recuos no setor de serviços, 0,3%, e na indústria, 0,9%, este o pior resultado trimestral do setor desde a crise internacional de 2008/2009. No âmbito da demanda ocorreram retrações no consumo das famílias, 0,1%; na formação bruta de capital fixo (FBCF), 0,2%; e no consumo do governo, 0,7%, enquanto as exportações cresceram 1,8% e as importações recuaram 0,4%.

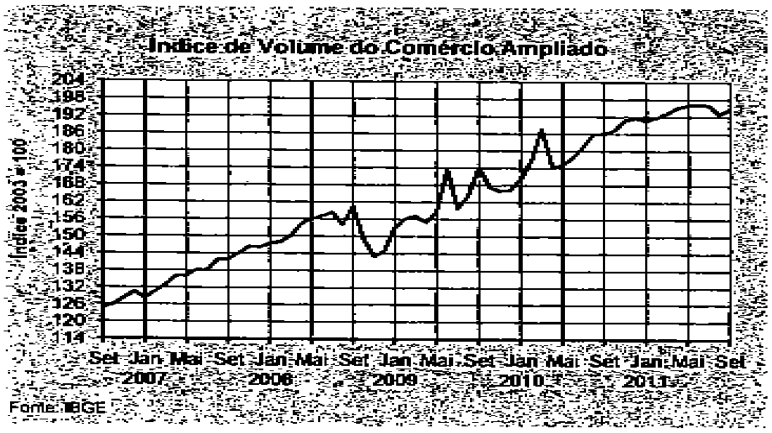



2. A produção física da indústria recuou 1,8% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao finalizado em julho, quando havia decrescido 0,8%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE. A indústria extrativa cresceu 0,7% e a de transformação registrou retração de 2,4%, com ênfase nos recuos nas atividades material eletrônico e equipamentos de comunicação, 14,5%; diversos, 12,9%; e máquinas aparelhos e materiais elétricos, 8%, que contrastaram com as expansões nas indústrias de fumo, 10,6%; máquinas para escritório e equipamentos de informática, 7,6%; e bebidas, 6,2%. A evolução trimestral na produção industrial decorreu de recuos em todas as categorias de uso, com

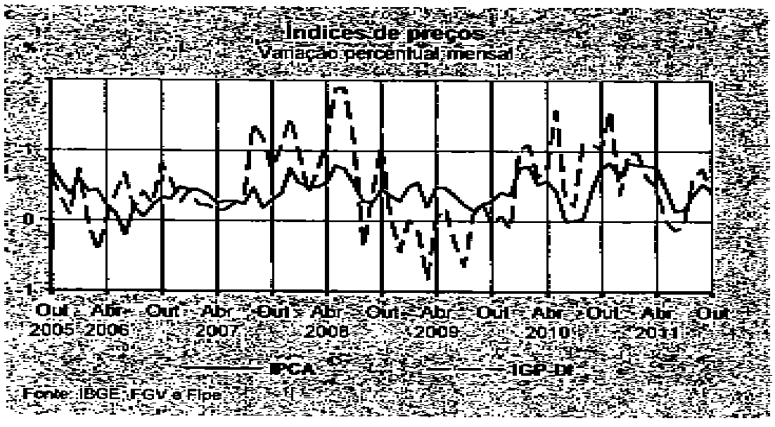


ênfase na retração de 7,4% na indústria de bens de consumo duráveis. Ocorreram, adicionalmente, reduções respectivas de 2,3%, 1,4% e 1,1% nas produções de bens de capital, de bens de consumo semi e não duráveis e de bens intermediários.

3. As vendas do comércio ampliado recuaram 0,7% no trimestre encerrado em setembro, em relação ao finalizado em junho, quando haviam crescido 2,1%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destacaram-se, no período, os recuos nas vendas de automóveis, motocicletas, partes e peças, 3,3%; e de tecidos, vestuário e calçados, 2,2%, e as elevações nas relativas a artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, 2,4%; equipamentos e material para escritório e comunicação, 2,4%; e a móveis e eletrodomésticos, 2,3%. As vendas do comércio varejista, conceito que exclui os segmentos veículos, motos, partes e peças, e material de construção, aumentaram 1,6% no trimestre encerrado em setembro, em relação ao finalizado em junho, quando, neste tipo de análise, haviam expandido 1,1%, considerados dados dessazonalizados. Registraram-se, no trimestre, aumentos nas vendas em todas as regiões geográficas do país, com destaque para os assinalados no Sul, 3,5%, e no Norte, 2,8%.

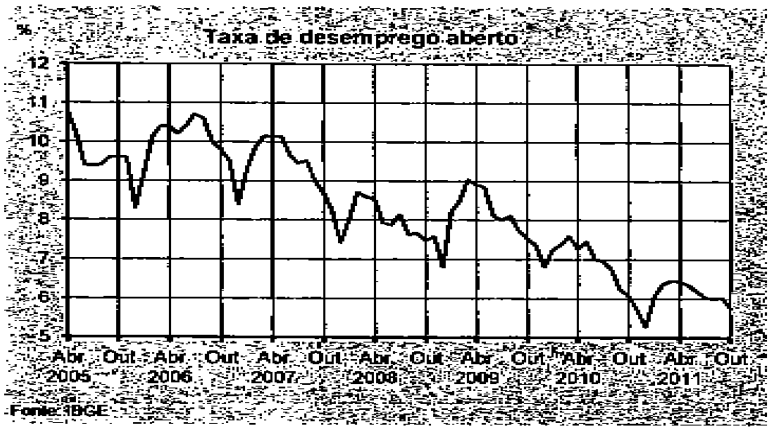



4. O IPCA, em parte refletindo efeitos sazonais, aumentou 1,49% no trimestre encerrado em novembro, ante 0,68% naquele finalizado em agosto, resultado das contribuições exercidas pelos preços livres, 1,09 p.p., e monitorados, 0,40 p.p. A variação dos preços livres aumentou de 0,88% para 1,54%, no período, resultado de elevações nos segmentos de bens comercializáveis, de 0,70% para 1,49%, e não comercializáveis, de 1,02% para 1,59%. Vale mencionar, no segmento de não comercializáveis, as expansões nos preços dos itens alimentos in natura e empregado doméstico, e no âmbito dos bens comercializáveis, os aumentos dos preços do grupo vestuário e dos itens arroz, carnes, aves, óleos e gorduras e bebidas e infusões. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade

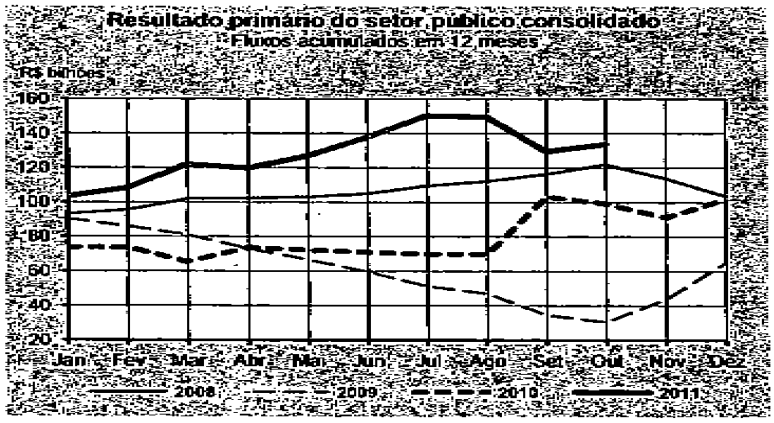


Interna (IGP-DI), da FGV, aumentou 1,58% no trimestre encerrado em novembro, ante 0,43% naquele finalizado em agosto. A aceleração registrada no período refletiu o impacto dos aumentos nas variações do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), de 0,44% para 1,77%, do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), de 0,18% para 1,30%, e do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), de 0,96% para 1,09%.

5. A taxa de desemprego, seguindo em trajetória decrescente, atingiu 5,8% em outubro, ante 6,0% no mês anterior e 6,1% em outubro de 2010, de acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do país. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 6,0% no trimestre encerrado em outubro, mesmo patamar registrado no trimestre finalizado em julho, resultado de crescimentos de 0,1% no pessoal ocupado e na população economicamente ativa (PEA). De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 1.931,5 mil empregos formais nos dez primeiros meses do ano, ante 2.406,2 mil em igual período de 2010, dos quais 816,4 mil no setor de serviços, 375 mil na indústria de transformação, 268,4 mil no comércio e 249,2 mil na construção civil.

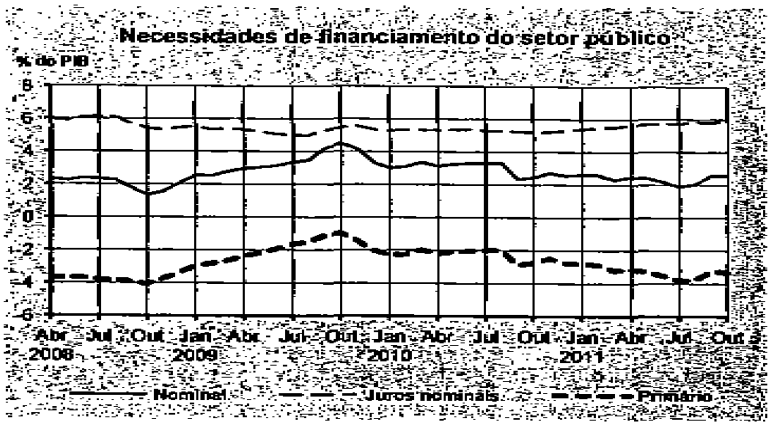



6. O superávit primário do setor público consolidado atingiu R$118,6 bilhões nos dez primeiros meses do ano, 3,54% do PIB, elevando-se 0,66 p.p. do PIB em relação a igual período do ano anterior. Essa evolução refletiu, em especial, o aumento de 0,51 p.p. do PIB no superávit do Governo Central. No período de doze meses encerrado em outubro, o superávit do setor público consolidado atingiu 3,33% do PIB. A receita bruta do Governo Federal totalizou R$631,1 bilhões, de janeiro a outubro deste ano, registrando crescimento de 5,6% e recuo de 1,1 p.p do PIB, relativamente ao mesmo período de 2010, com ênfase nos aumentos respectivos de 32,4% e 23,2% nos recolhimentos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Retido na Fonte. As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$356,2 bilhões, reduzindo-se 3,2%, equivalentes



a 1,6 p.p. do PIB, no período. Desconsiderada a despesa de R$42,9 bilhões com a capitalização da Petrobras, realizada em setembro de 2010 e sem correspondência em 2011, a redução nas despesas equivale a 0,2 p.p. do PIB. Os gastos com pessoal e encargos cresceram 9,3%, e as despesas com custeio e capital, excluída a capitalização da Petrobras, 9,4%. Os dispêndios com o PAC cresceram 17,7%.

7. Os juros nominais, apropriados por competência, atingiram R$197,7 bilhões nos dez primeiros meses do ano, 5,90% do PIB, elevando-se 0,67 p.p. do PIB em relação ao mesmo período de 2010. O resultado nominal do setor público, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R$79,1 bilhões, 2,36% do PIB, elevando-se 0,01 p.p. do PIB no período. O financiamento desse déficit ocorreu mediante expansão da dívida mobiliária, contrabalançada, em parte, por reduções do financiamento externo líquido, da dívida bancária líquida e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária.

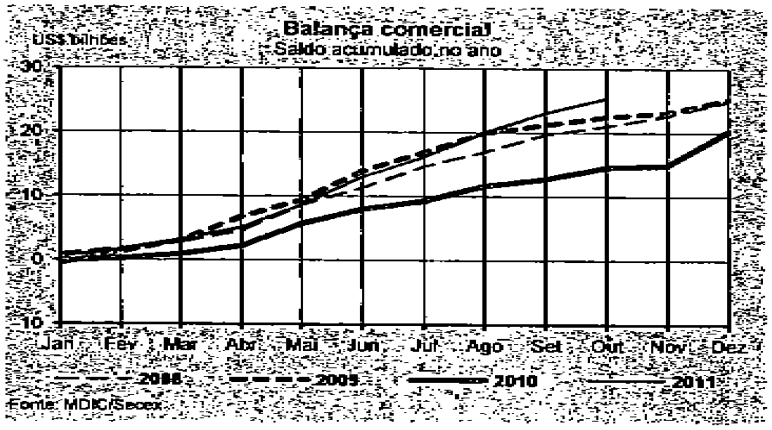



8. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) totalizou R$1.535 bilhões, 38,2% do PIB, em outubro. O recuo de 1,9 p.p. do PIB registrado em relação a dezembro de 2010 decorreu de reduções em todos os segmentos do setor público, com destaque para a retração de 1,21 p.p. do PIB no âmbito do Governo Central. A redução registrada na relação DLSP/PIB no ano refletiu as contribuições do superávit primário, 3 p.p.; do crescimento do PIB corrente, 3,4 p.p.; da depreciação cambial de 1,3% acumulada no ano, 0,2 p.p.; e da variação da paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, 0,3 p.p. do PIB, neutralizadas, em parte, pelo impacto da apropriação dos juros nominais, 4,9 p.p. do PIB. A composição da DLSP alterou-se ao longo dos primeiros dez meses de 2011, com destaque para o crescimento de 9,3 p.p., para 72,8%, da parcela vinculada à taxa Selic, que representava 63,5% do endividamento líquido total em dezembro de 2010. A parcela credora vinculada ao câmbio passou de 27,5% para 34,6%, no período. Ressalte-se, ainda, o crescimento da parcela vinculada a índices de preços e da parcela

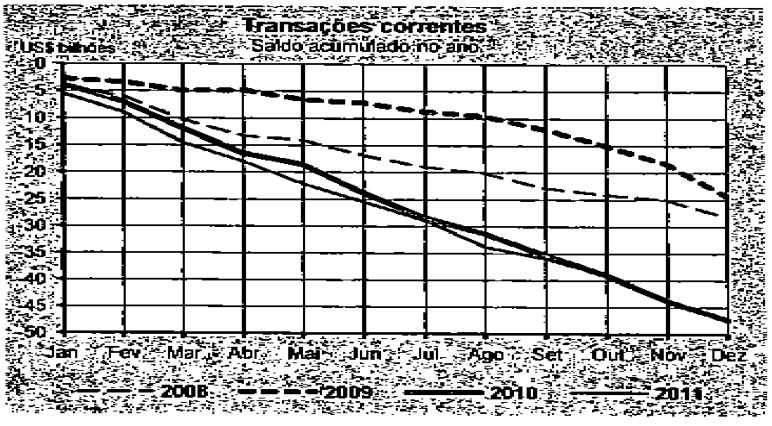


credora vinculada à TJLP, essa última em função da ampliação dos empréstimos da União ao BNDES.

9. O superávit da balança comercial totalizou US$25,4 bilhões nos dez primeiros meses do ano, aumentando 74,8% em relação a igual intervalo de 2010. As exportações somaram US$212,1 bilhões e as importações, US$186,7 bilhões, elevando-se 29,9% e 25,5%, respectivamente, no período. As exportações médias diárias cresceram 29,3%, na mesma base de comparação, resultado de aumentos nos embarques em todas as categorias de fator agregado, ressaltando-se as elevações respectivas de 39% e 31,9% nas vendas de produtos básicos e de semimanufaturados. A média diária das importações cresceu 24,9% nos dez primeiros meses de 2011, em relação a igual intervalo do ano anterior, ocorrendo elevações nas aquisições em todas as categorias de uso final, com ênfase na expansão de 30% nas compras de bens de consumo duráveis, estimuladas pelo crescimento de 37,9% nas relativas a automóveis de passageiros. O aumento das exportações nos dez primeiros meses do ano decorreu, de acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), de expansões de 25,5% nos preços e de 3,5% no quantum. Os preços dos produtos básicos aumentaram 36,2%, seguindo-se as elevações nos referentes a produtos semimanufaturados, 22,6%, e a produtos manufaturados, 14,6%. No mesmo período, os volumes exportados dessas categorias cresceram, na ordem, 2,9%, 8% e 2,7%.

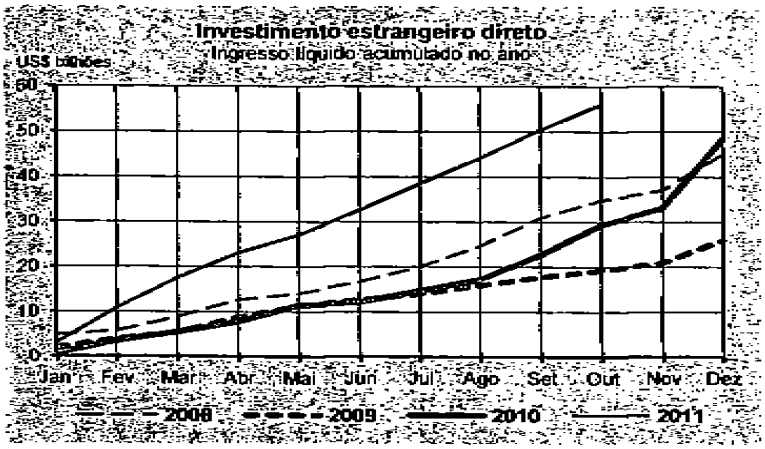



10. O déficit em transações correntes totalizou US$39,1 bilhões nos dez primeiros meses do ano, mesmo patamar registrado em igual intervalo de 2010, atingindo US$47,3 bilhões no período de doze meses encerrado em outubro, o equivalente a 2% do PIB. As despesas líquidas de serviços somaram US$31,3 bilhões, elevando-se 24,5% no período, com ênfase na expansão de 45,5%, para US$12,3 bilhões, nas despesas líquidas com viagens internacionais. As despesas líquidas de juros, que decresceram 14,9% nos primeiros dez meses de 2011, somaram US$6,9 bilhões. Os pagamentos ao exterior totaliza-

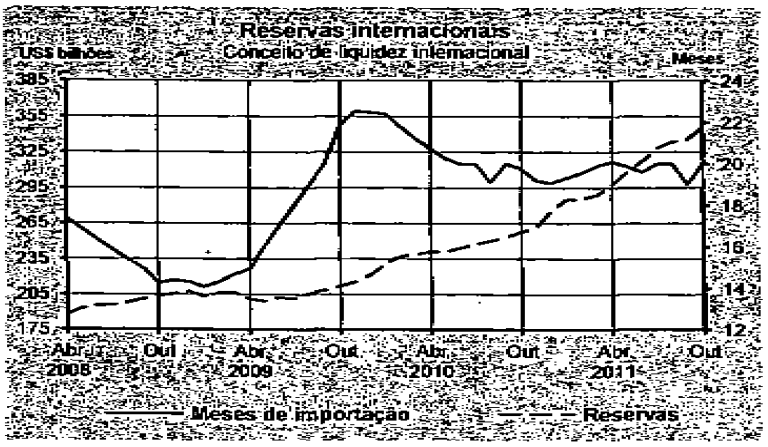


ram US$14 bilhões e as receitas, elevando-se 54,7%, somaram US$7,1 bilhões no período. Considerado o intervalo de doze meses encerrado em outubro, as receitas de juros provenientes de remunerações das reservas internacionais atingiram US$6,4 bilhões e as despesas líquidas de juros, US$8,5 bilhões. As remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US$29,2 bilhões nos dez primeiros meses de 2011, aumentando 26,6% em relação a igual período de 2010.

11. Os investimentos estrangeiros diretos (IED) registraram ingressos líquidos de US$56 bilhões de janeiro a outubro de 2011, elevando-se 90,8% em relação a igual período de 2010. Os recursos destinados à participação no capital de empresas no país somaram US$45,9 bilhões e os empréstimos intercompanhias, US$10,1 bilhões. Os ingressos líquidos de IED acumulados em 12 meses atingiram US$75,1 bilhões, equivalendo a 3,17% do PIB e superando a necessidade de financiamento de transações correntes em US$27,8 bilhões. Os investimentos brasileiros em carteira registraram retornos líquidos de US$8,7 bilhões no ano, até outubro, ressaltando-se o processo de repatriação de aplicações em ações de empresas estrangeiras, evidenciada por retornos líquidos. A demanda de residentes por títulos estrangeiros resultou em retornos líquidos de US$31 milhões. Os investimentos estrangeiros em ações totalizaram US$5,4 bilhões, com retornos de US$575 milhões em *Depositary Receipts* e aplicações líquidas de US$6 bilhões no mercado doméstico.




12. As reservas internacionais totalizaram US$352,9 bilhões em outubro, aumentando US$64,4 bilhões em relação a dezembro de 2010. Neste período, as compras líquidas do Banco Central no mercado à vista de câmbio somaram US$47,9 bilhões; as liquidações de compras a termo, US$2,2 bilhões; as receitas líquidas de juros, US$5,6 bilhões; e as demais operações, US$8,7 bilhões.



## B. Política Monetária no terceiro trimestre de 2011

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2011.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R$184,3 bilhões em setembro, com crescimentos de 2,5% no mês e de 6,5% em 12 meses. O saldo médio do papel-moeda emitido alcançou R$141,9 bilhões, elevando-se 3,4% no mês e 9,2% em doze meses. As reservas bancárias atingiram R$42,4 bilhões, recuando 0,2% no mês e 1,5% em 12 meses.

15. O saldo da base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, cresceu 13,1% nos 12 meses encerrados em setembro, atingindo R$2,6 trilhões. Esta variação refletiu aumentos de 7,1% na base restrita, de 9% no saldo dos títulos públicos federais e de 49,9% nos depósitos compulsórios em espécie.

**Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no terceiro trimestre de 2011[1/]**

| Discriminação | Previsto | | Ocorrido | |
|---|---|---|---|---|
| | R$ bilhões | Variação percentual[2/] em 12 meses | R$ bilhões | Variação percentual em 12 meses |
| M1[3/] | 243,6 - 286,0 | 7.1 | 253.4 | 2.5 |
| Base restrita[3/] | 159,1 - 215,3 | 8.2 | 184.3 | 6.5 |
| Base ampliada[4/] | 2 370,1 - 2 782,3 | 10.5 | 2 638.1 | 13.1 |
| M4[4/] | 2 841,8 - 3 844,8 | 13.6 | 3 382.1 | 14.9 |

1/ Refere-se ao último mês do período.
2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.
4/ Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, somaram R$253,4 bilhões em setembro, elevando-se 1,2% no mês e 2,5% em doze meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R$113,9 bilhões, crescendo 2,6% no mês e 7,9% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista situaram-se em R$139,5 bilhões, com variação nula no mês e com retração de 12,9% em 12 meses.

17. O agregado monetário M4 totalizou R$3,4 trilhões em setembro, elevando-se 1,1% no mês e 14,9% em 12 meses.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto expansionista de R$34,2 bilhões no terceiro trimestre de 2011, resultante de resgates líquidos de R$61 bilhões no

mercado primário e de venda líquida de títulos de R$26,8 bilhões no mercado secundário.

19. O Copom observou, na reunião de julho, que, desde sua última reunião houve deterioração adicional dos mercados internacionais, com a volatilidade e a aversão ao risco se elevando, em grande parte, alimentadas por extraordinários níveis de liquidez e por incertezas crescentes quanto ao ritmo de recuperação da atividade global. Foi ponderado, ainda, que, embora estivesse em curso moderação da expansão da demanda doméstica, eram favoráveis as perspectivas para a atividade econômica. Essa avaliação encontrou suporte em sinais que, apesar de indicarem certo arrefecimento, apontavam que a expansão da oferta de crédito tendia a persistir tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas; e no fato da confiança de consumidores e de empresários se encontrar em níveis historicamente elevados, a despeito de acomodação na margem. O Comitê entendeu, adicionalmente, que o dinamismo da atividade doméstica continuaria a ser favorecido pelo vigor do mercado de trabalho, evidenciado em taxas de desemprego historicamente baixas e em substancial crescimento dos salários. Em suma, o Copom reconheceu um ambiente econômico, em que prevaleciam nível de incerteza crescente e acima do usual e riscos à concretização de um cenário em que a inflação convergisse tempestivamente para o valor central da meta, que justificava a elevação da taxa Selic para 12,50% a.a., sem viés. Na reunião de agosto, o Copom reconheceu, de forma unânime, que o ambiente macroeconômico havia se alterado substancialmente desde sua última reunião, e justificava uma reavaliação, e, eventualmente, reversão, do recente processo de elevação da taxa básica. Nesse contexto, o Copom decidiu reduzir a taxa Selic para 12% a.a., sem viés, por cinco votos a favor e dois votos pela manutenção da taxa Selic em 12,50% a.a.

## C. Política Monetária no bimestre outubro-novembro de 2011

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, totalizou R$187,3 bilhões em novembro, aumentando 1% no mês e 5,3% em 12 meses. As reservas bancárias aumentaram 1,7% no mês e recuaram 5,1% em 12 meses, situando-se em R$42,5 bilhões, enquanto o saldo médio do papel-moeda emitido apresentou acréscimos respectivos de 0,8% e 8,8%, somando R$144,8 bilhões.

21. A base monetária ampliada totalizou R$2,7 trilhões em novembro, com aumentos de 0,2% no mês e de 11,5% em 12 meses. O resultado anual refletiu elevações de 46,3% nos saldos de depósitos compulsórios em espécie, de 2,3% na base restrita e de 7,8% no saldo de títulos públicos federais.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R$255,3 bilhões em novembro, com contração de 0,1% no mês e ampliação de 0,8% em 12 meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R$115,9 bilhões, registrando expansões de 0,9% no mês e de 7,9% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista totalizaram R$139,4 bilhões, com decréscimos mensal de 1% e anual de 4,4%.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R$3,5 trilhões em novembro, registrando aumentos de 1,3% no mês e de 15,8% em 12 meses.

**Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o quarto trimestre de 2011 e ocorridos no período outubro/novembro[1/]**

| Discriminação | Previsto | | Ocorrido | |
|---|---|---|---|---|
| | R$ bilhões | Variação percentual em 12 meses[2/] | R$ bilhões | Variação percentual em 12 meses |
| M1[3/] | 272,7 - 320,1 | 6.0 | 255.3 | 0.8 |
| Base restrita[3/] | 181,7 - 245,9 | 8.3 | 187.3 | 5.3 |
| Base ampliada[4/] | 2505,7 - 2941,4 | 13.7 | 2 660.7 | 11.5 |
| M4[4/] | 2924,9 - 3957,2 | 13.2 | 3 459.8 | 15.8 |

1/ Refere-se ao último mês do período.
2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.
4/ Saldos em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em expansão monetária de R$21,8 bilhões no bimestre outubro-novembro, explicada exclusivamente pela atuação do Tesouro Nacional. As operações de títulos pelo Tesouro, no mercado primário e secundário, foram expansionistas em R$7,9 bilhões e em R$13,9 bilhões, respectivamente.

25. O Copom avaliou, na reunião de outubro, que o impacto sobre a inflação dos choques de oferta domésticos e externos, registrados no início do ano, e que os riscos derivados da persistência do descompasso entre as taxas de crescimento da oferta e da demanda ocorrem em intensidade decrescente. Destacou, ainda, a estreita margem de ociosidade no mercado de trabalho e que, apesar dos sinais de moderação nesse mercado, persistia risco muito importante na possibilidade de concessão de aumentos de salários incompatíveis com o crescimento da produtividade. O Comitê considerou, adicionalmente, que o nível de utilização da capacidade instalada tem recuado e se encontra abaixo da tendência de longo prazo, contribuindo para a abertura do hiato do produto. Nesse cenário, em que se apresentam como importantes fatores de contenção da demanda agregada, a substancial deterioração do cenário internacional e ações macroprudenciais implementadas, o Copom ponderou que o cenário prospectivo para a inflação, desde sua última reunião, acumulara sinais favoráveis e, dando seguimento ao processo de

ajuste das condições monetárias, decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 11,50% a.a., sem viés. Na reunião de novembro, o Copom entendeu que, ao tempestivamente mitigar os efeitos vindos de um ambiente global mais restritivo, ajustes moderados no nível da taxa básica são consistentes com o cenário de convergência da inflação para a meta em 2012 e decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 11,00% a.a., sem viés.

| Reunião do Copom | Aplicação do viés de baixa | Meta para a taxa Selic (% a.a.) |
|---|---|---|
| 23.01.2008 | - | 11.25 |
| 5.03.2008 | - | 11.25 |
| 16.04.2008 | - | 11.75 |
| 4.06.2008 | - | 12.25 |
| 23.07.2008 | - | 13.00 |
| 10.09.2008 | - | 13.75 |
| 29.10.2008 | - | 13.75 |
| 10.12.2008 | - | 13.75 |
| 21.01.2009 | - | 12.75 |
| 11.03.2009 | - | 11.25 |
| 29.04.2009 | - | 10.25 |
| 10.6.2009 | - | 9.25 |
| 22.07.2009 | - | 8.75 |
| 2.09.2009 | - | 8.75 |
| 21.10.2009 | - | 8.75 |
| 9.12.2009 | - | 8.75 |
| 27.01.2010 | - | 8.75 |
| 17.03.2010 | - | 8.75 |
| 28.04.2010 | - | 9.50 |
| 9.06.2010 | - | 10.25 |
| 21.07.2010 | - | 10.75 |
| 1.09.2010 | - | 10.75 |
| 8.12.2010 | - | 10.75 |
| 19.1.2011 | - | 11.25 |
| 2.3.2011 | - | 11.75 |
| 20.4.2011 | - | 12.00 |
| 8.6.2011 | - | 12.25 |
| 21.7.2011 | - | 12.50 |
| 1.9.2011 | - | 12.00 |
| 20.10.2011 | - | 11.50 |
| 1.12.2011 | - | 11.00 |

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

## D. Perspectivas para o primeiro trimestre e para o ano de 2012

26. As perspectivas de desaceleração da economia mundial se intensificaram, registrando-se, no início do quarto trimestre de 2011, maior desaceleração na indústria chinesa, redução nas encomendas de bens nos EUA e consolidação do quadro de fragilidade financeira na Europa. A indefinição em relação às medidas a serem adotadas pelas economias europeias tem implicado aumento da instabilidade e desconfianças sobre a solidez dos bancos. Nesse cenário, intensificam-se o movimento de aversão ao

risco e as revisões pessimistas em relação à atividade econômica global em 2011 e 2012.

27. No Brasil, a atividade econômica registrou moderação no terceiro trimestre do ano, trajetória disseminada em diferentes setores da economia e expressa na evolução do PIB. Esse movimento, em cenário de agravamento do ambiente econômico internacional e de ajuste de estoques em segmentos importantes da indústria, persistiu em outubro, segundo a evolução mais recente de indicadores econômicos relevantes. Para os próximos meses, contrapondo-se a esses fatores adversos, ressalte-se a continuidade do aumento do nível emprego e da massa salarial, a elevação, na margem, da confiança dos consumidores e a ampliação moderada do crédito, como fatores que tendem a contribuir para a continuidade de crescimento da economia.

28. As operações de crédito permaneceram em trajetória de expansão moderada, refletindo os efeitos de ações de política implementadas desde o final do ano passado, e da desaceleração recente do nível de atividade econômica. O mercado segue impulsionado, particularmente, pelo crédito habitacional, modalidade cuja participação no PIB aumentou de 1,7% em dezembro de 2007, para 4,7% em outubro de 2011.

29. No âmbito das pessoas jurídicas, a moderação da atividade contribuiu para conter a demanda no segmento de crédito com recursos livres. No mesmo sentido, ocorreram retrações nos financiamentos com recursos direcionados, e nas captações mediante emissões no mercado de capitais, sobretudo de ações e debêntures. O crédito ao consumo, ainda sensibilizado pelas medidas macroprudenciais implementadas em dezembro de 2010, manteve desempenho moderado. No entanto, a reversão parcial das medidas, anunciada em novembro, tende a contribuir para a expansão dos empréstimos nas modalidades crédito pessoal e do financiamento de veículos.

30. No âmbito fiscal, o resultado primário acumulado no ano, reflexo do desempenho da arrecadação e de maior moderação das despesas, indica a viabilidade do cumprimento integral da meta de superávit anual. O cumprimento da meta e a manutenção da trajetória descendente da relação DLSP/PIB são indicativos relevantes da sustentabilidade das contas públicas brasileiras, perspectiva que ganha contornos mais importantes no atual cenário de deterioração do ambiente econômico internacional.

31. Nesse ambiente, o déficit em transações correntes do País mostrou redução gradual ao longo do ano, quando considerado como percentual do PIB, e permaneceu durante todo o período integralmente financiado pelos ingressos da conta financeira do balanço de pagamentos. O comércio externo beneficiou-se da elevação nos preços internacionais das commodities, que contribuiu para o crescimento de quase 30% nas exportações brasileiras nos dez primeiros meses de 2011, em relação a igual intervalo do ano anterior.

32. No financiamento das contas correntes, destacaram-se os investimentos estrangeiros diretos (IED) que devem registrar, em 2011, valor recorde da série histórica. O excedente de ingressos financeiros em relação ao déficit corrente possibilitou, no período, a manutenção da política de fortalecimento das reservas internacionais do país, que registraram elevação de US$64,4 bilhões nos dez primeiros meses de 2011, dos quais US$47,9 bilhões em compras líquidas no mercado à vista de câmbio.

33. Neste segundo semestre, refletindo a substancial deterioração do cenário internacional, registrou-se redução da corrente de comércio na margem, considerados dados dessazonalizados, bem como moderação dos afluxos de capitais internacionais ao país. Não obstante a complexidade e o elevado nível de incerteza no cenário internacional, as projeções para o desempenho das contas externas em 2012 apontam moderado aumento do déficit em transações correntes, permanência de significativos fluxos de IED e confortável financiamento do balanço de pagamentos no ano.

34. A trajetória dos preços, apesar da evolução desfavorável no trimestre encerrado em novembro, em comparação ao trimestre encerrado em agosto, revela evolução benigna na análise em doze meses. Prospectivamente, a inflação deverá enfrentar pressões altistas no primeiro trimestre de 2012, entre outras, associadas aos aumentos sazonais das matrículas e mensalidades escolares e dos preços de alimentos in natura.

## E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o primeiro trimestre e para o ano de 2012.

35. A programação dos agregados monetários para o primeiro trimestre de 2012 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

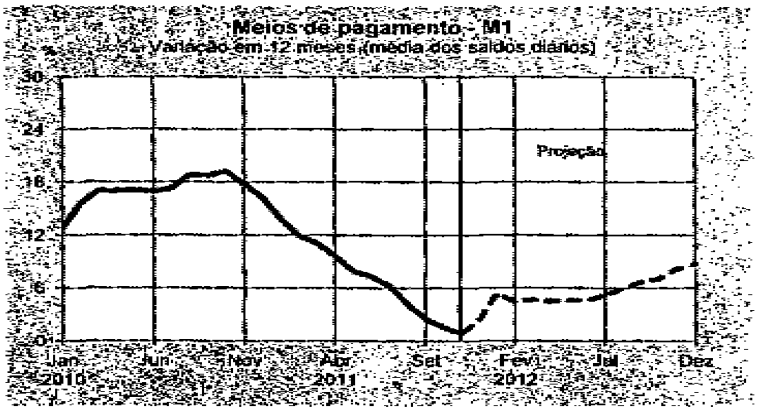
**Quadro 3. Programação monetária para o primeiro trimestre e para ano de 2012[1/]**

R$ bilhões

| Discriminação | Primeiro trimestre | | Ano | |
|---|---|---|---|---|
| | R$ bilhões | Var.% em 12 meses[2/] | R$ bilhões | Var. % em 12 meses[2/] |
| M1[3/] | 243,3 - 285,6 | 4.7 | 286,2 - 336,0 | 8.8 |
| Base restrita[3/] | 166,2 - 224,8 | 8.2 | 197,2 - 266,8 | 9.1 |
| Base ampliada[4/] | 2507,0 - 2943,0 | 9.1 | 2729,9 - 3204,6 | 9.7 |
| M4[4/] | 3039,2 - 4111,9 | 13.6 | 3257,1 - 4406,7 | 9.9 |

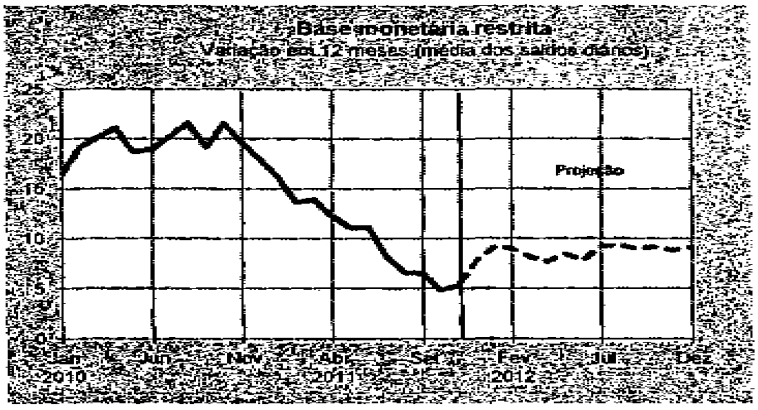
1/ Refere-se ao último mês do período.
2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.
3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.
4/ Saldos em fim de período.

36. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes, considerando-se o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 8,8% para dezembro de 2012.

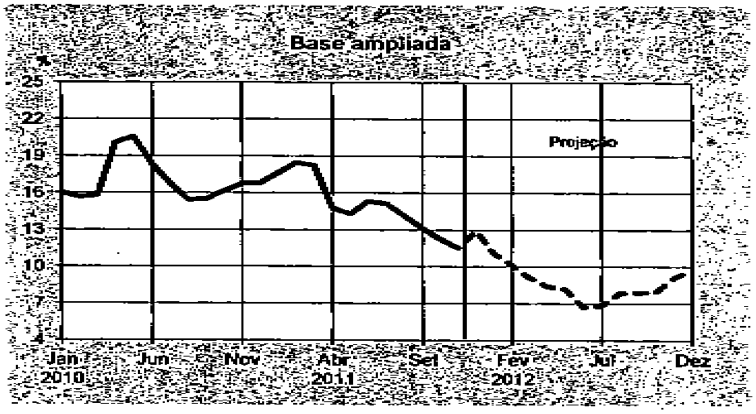



37. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, como variáveis exógenas, além da expansão das operações de crédito do sistema financeiro, a elevação da massa salarial, dados a trajetória esperada para a taxa Selic e o crescimento esperado para o produto.

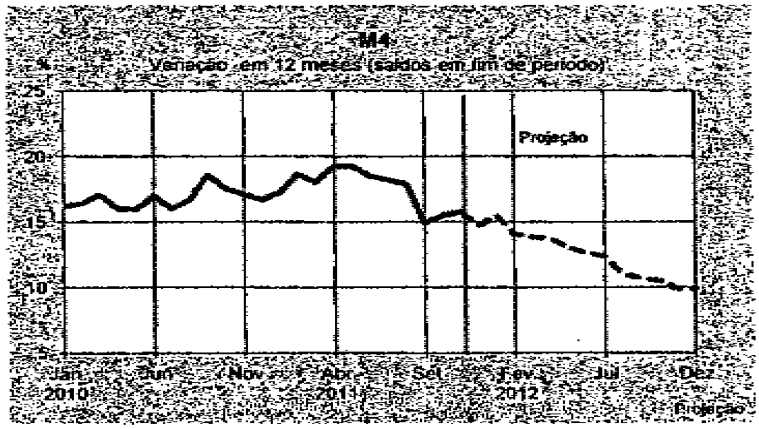
38. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação de 9,1% em 12 meses para o saldo médio da base monetária em dezembro de 2012.



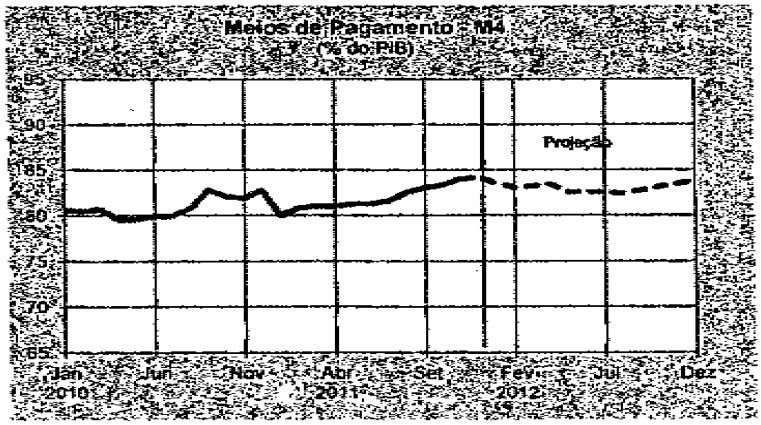

39. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 9,7% em dezembro de 2012.



40. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 9,9% em dezembro de 2012.




41. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo do quarto trimestre de 2011, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis em 12 meses.




42. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre outubro/novembro de 2011, bem como os valores previstos para o primeiro trimestre de 2012.

**Quadro 4. Evolução dos agregados monetários[1/]**

| Discriminação | 2011 | | 2012 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outubro - Novembro | | Primeiro Trimestre | | Ano | |
| | R$ bilhões | Var. % em 12 meses | R$ bilhões | Var. % em 12 meses | R$ bilhões | Var. % em 12 meses |
| M1[4/] | 255.3 | 0.8 | 264.5 | 4.7 | 311.1 | 8.8 |
| Base restrita[4/] | 187.3 | 5.3 | 196.5 | 8.2 | 232.0 | 9.1 |
| Base ampliada[5/] | 2 660.7 | 11.5 | 2 725.0 | 9.1 | 2 967.2 | 9.7 |
| M4[5/] | 3 459.8 | 15.8 | 3 575.6 | 13.8 | 3 831.9 | 9.9 |

1/ Refere-se ao último mês do período.
2/ Projeção.
3/ Ponto médio das previsões.
4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.
5/ Saldos em fim de período.

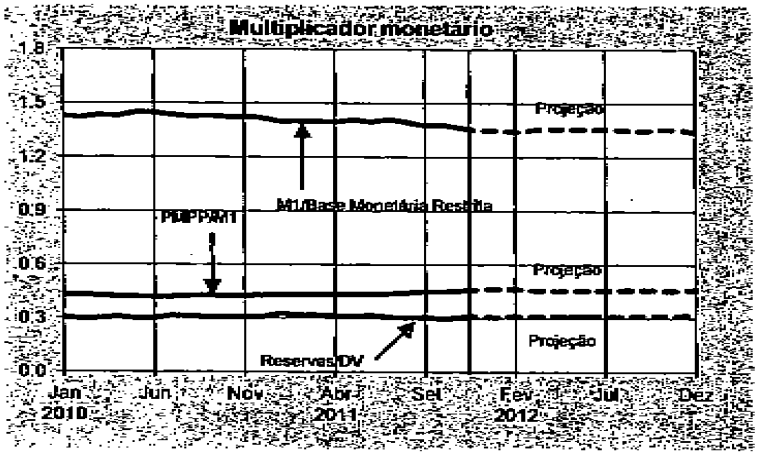
43. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

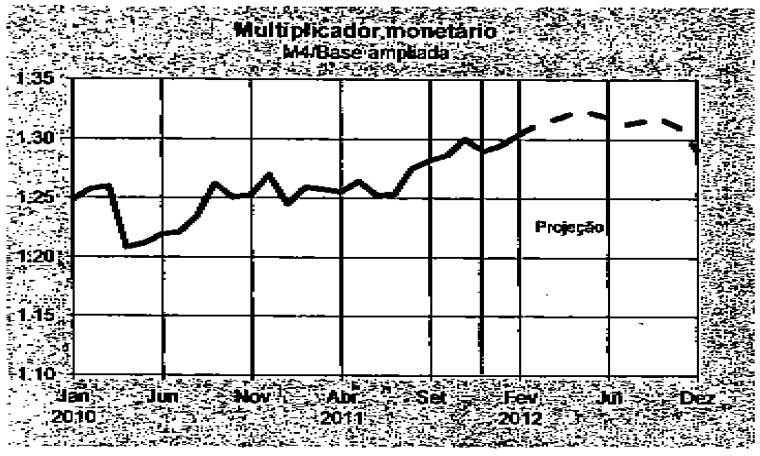
**Quadro 5. Multiplicador monetário[1/]**

| Discriminação | 2011 | | 2012 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outubro | Novembro | Primeiro trimestre | | Ano | |
| | Multiplicador | Var. % em 12 meses | Multiplicador | Var. % em 12 meses | Multiplicador | Var. % em 12 meses |
| M1 / Base restrita[2/] | 1.363 | -4.3 | 1.353 | -3.2 | 1.341 | -0.3 |
| Res.bancárias / dep.vista[3/] | 0.306 | -0.7 | 0.311 | -1.2 | 0.316 | 2.1 |
| Papel-moeda / M1[3/] | 0.454 | 7.0 | 0.456 | 5.8 | 0.460 | -0.3 |
| M4 / Base ampliada[4/] | 1.300 | 3.8 | 1.312 | 4.3 | 1.291 | 0.1 |

1/ Refere-se ao último mês do período.
2/ Projeção.
3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.
4/ Saldos em fim de período.

44. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do primeiro de 2012.



## Resumo das projeções

### Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no terceiro trimestre de 2011[1/]

| Discriminação | Previsto | | Ocorrido | |
|---|---|---|---|---|
| | R$ bilhões | Variação percentual em 12 meses[2/] | R$ bilhões | Variação percentual em 12 meses |
| M1[3/] | 243,6 - 286,0 | 7.1 | 253.4 | 2.5 |
| Base restrita[3/] | 159,1 - 215,3 | 8.2 | 184.3 | 6.5 |
| Base ampliada[4/] | 2 370,1 - 2 782,3 | 10.5 | 2 638.1 | 13.1 |
| M4[4/] | 2 841,8 - 3 844,8 | 13.6 | 3 382.1 | 14.9 |

1/ Refere-se ao último mês do período.
2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.
4/ Saldos em fim de período.

### Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o quarto trimestre de 2011 e ocorridos no período outubro/novembro[1/]

| Discriminação | Previsto | | Ocorrido | |
|---|---|---|---|---|
| | R$ bilhões | Variação percentual em 12 meses[2/] | R$ bilhões | Variação percentual em 12 meses |
| M1[3/] | 272,7 - 320,1 | 6.0 | 255.3 | 0.8 |
| Base restrita[3/] | 181,7 - 245,9 | 8.3 | 187.3 | 5.3 |
| Base ampliada[4/] | 2505,7 - 2941,4 | 13.7 | 2 660.7 | 11.5 |
| M4[4/] | 2924,9 - 3957,2 | 13.2 | 3 459.8 | 15.8 |

1/ Refere-se ao último mês do período.
2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.
4/ Saldos em fim de período.

### Quadro 3. Programação monetária para o primeiro trimestre e para ano de 2012[1/]

R$ bilhões

| Discriminação | Primeiro Trimestre | | Ano | |
|---|---|---|---|---|
| | US$ bilhões[2/] | Var. % em 12 meses[2/] | R$ bilhões | Var.% em 12 meses |
| M1[3/] | 243,3 - 285,6 | 4.7 | 286,2 - 336,0 | 6.6 |
| Base restrita[3/] | 166,2 - 224,8 | 8.2 | 197,2 - 266,8 | 9.1 |
| Base ampliada[4/] | 2507,0 - 2943,0 | 9.1 | 2729,9 - 3204,6 | 9.7 |
| M4[4/] | 3039,2 - 4111,9 | 13.8 | 3257,1 - 4406,7 | 9.9 |

1/ Refere-se ao último mês do período.
2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.
3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.
4/ Saldos em fim de período.

**Quadro 4. Evolução dos agregados monetários[1/]**

| Discriminação | 2011 | | 2012[2/] | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outubro - Novembro | | Primeiro Trimestre[3/] | | Ano[3/] | |
| | R$ bilhões | Var. % em 12 meses | R$ bilhões | Var. % em 12 meses | R$ bilhões | Var. % em 12 meses |
| M1[4/] | 255.3 | 0.8 | 264.5 | 4.7 | 311.1 | 8.8 |
| Base restrita[4/] | 187.3 | 5.3 | 195.5 | 8.2 | 232.0 | 9.1 |
| Base ampliada[5/] | 2 660.7 | 11.5 | 2 725.0 | 9.1 | 2 967.2 | 9.7 |
| M4[5/] | 3 459.8 | 15.8 | 3 575.6 | 13.8 | 3 831.9 | 9.9 |

1/ Refere-se ao último mês do período.
2/ Projeção.
3/ Ponto médio das previsões.
4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.
5/ Saldos em fim de período.

**Quadro 5. Multiplicador monetário[1/]**

| Discriminação | 2011 | | 2012[2/] | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Outubro - Novembro[3/] | | Primeiro Trimestre[3/] | | Ano[3/] | |
| | Multiplicador | Var. % em 12 meses | Multiplicador | Var. % em 12 meses | Multiplicador | Var. % em 12 meses |
| M1 / Base restrita[3/] | 1.363 | -4.3 | 1.353 | -3.2 | 1.341 | -0.3 |
| Res.bancárias / dep.vista[3/] | 0.305 | -0.7 | 0.311 | -1.2 | 0.316 | 2.1 |
| Papel-moeda / M1[3/] | 0.454 | 7.0 | 0.456 | 5.8 | 0.460 | -0.3 |
| M4 / Base ampliada[4/] | 1.300 | 3.8 | 1.312 | 4.3 | 1.291 | 0.1 |

1/ Refere-se ao último mês do período.
2/ Projeção.
3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.
4/ Saldos em fim de período.

## Glossário

**Base monetária:** passivo monetário do Banco Central, também conhecido como emissão primária de moeda. Inclui o total de cédulas e moedas em circulação e os recursos da conta "Reservas Bancárias". Essa variável reflete o resultado líquido de todas as operações ativas e passivas do Banco Central.

**Fatores condicionantes da base monetária:** refere-se às fontes de criação (emissão de moeda pelo Banco Central) ou destruição (recolhimento de moeda pelo Banco Central) de moeda primária (base monetária). Toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em entrega de papel-moeda e/ou crédito em contas de "Reservas Bancárias" significa expansão monetária e é apresentada com sinal positivo. Ao contrário, toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em recebimento e/ou débito em contas de "Reservas Bancárias" significa contração monetária e é apresentada com sinal negativo. Deve-se ressaltar a diferença entre fabricação e emissão de moeda: a fabricação é um processo fabril de cédulas e moedas e a emissão é um processo econômico que resulta em crescimento da oferta monetária, tanto física (cédulas e moedas) quanto escritural (Reservas Bancárias).

**Base monetária ampliada:** conceito amplo de base monetária, introduzido no Plano Real com o pressuposto de que agregados mais amplos sejam melhor correlacionados com os preços na economia brasileira, visto que mais perfeitamente captam a substitutibilidade entre a moeda, em seu conceito mais restrito, e os demais ativos financeiros. Inclui, além da base restrita, os principais passivos do Banco Central e do Tesouro Nacional (compulsórios e títulos federais).

**Meios de pagamento:** conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques. Com a redução da inflação, a partir da introdução do real, ocorreu forte crescimento dos meios de pagamento no conceito restrito, processo esse conhecido como remonetização, resultante da recuperação da credibilidade da moeda nacional.

**Meios de pagamento ampliados:** inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias – as que realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2 e as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro.

**Depósitos compulsórios de instituições financeiras:** refere-se aos valores recolhidos ao Banco Central e/ou mantidos pelas instituições na forma de encaixe para fins de cumprimento das diversas normas prudenciais e de controle monetário, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os recolhimentos "em espécie" correspondem aos valores que foram transferidos das contas "Reservas Bancárias" para outras contas de depósitos no Banco Central e que têm movimentação limitada aos períodos regulamentares, geralmente semanais, mediante demonstrativo de evolução da base de cálculo. Estes recolhimentos podem ser remunerados ou não. Os recolhimentos "em títulos" correspondem aos valores dos títulos públicos federais que foram vinculados no Selic, e que ficaram indisponíveis para negociações enquanto mantida a vinculação. Os recolhimentos "em títulos" são considerados remunerados em função da rentabilidade implícita no valor atualizado do título, não recebendo qualquer remuneração adicional por parte do Banco Central.

Aviso nº 32 - C. Civil.

Em 13 de janeiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República destinada à Comissão de Assuntos Econômicos, contendo a Programação Monetária.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

*(À Comissão de Assuntos Econômicos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, tempestivamente, a **Mensagem nº 2, de 2012**, na origem, comunicando a ausência do País da Senhora Presidente da República, no período de 30 de janeiro a 1º de fevereiro, em viagem oficial à Cuba e ao Haiti.

É a seguinte a mensagem:

**MENSAGEM Nº 2, DE 2012**
(Nº 17/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 30 de janeiro a 1º de fevereiro de 2012, para realizar visita oficial a Cuba, nos dias 30 e 31 de janeiro, e ao Haiti, no dia 1º de fevereiro.

Brasília, 27 de janeiro de 2012. – **Dilma Rousseff ,** Presidente do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o seguinte Ofício de Ministro de Estado:

– **Nº 1.119, de 20 de dezembro de 2011**, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento nº 1.103, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente. O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu **Ofício, de 8 de dezembro de 2011**, da Diretoria-Geral do Senado, em resposta ao **Requerimento nº 1.441, de 2011**, de informações, do Senador Ricardo Ferraço.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 475, 477 e 481, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos **Avisos nºs 96, 94 e 98, de 2011**, respectivamente, e recomendando seu arquivamento.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 475/2011/CAE

Brasília, 13 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 69ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 13 de dezembro, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso n° 96 de 2011 (n° 123/2011-BCB), de 28 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei n° 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de outubro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE n° 58/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 477/2011/CAE

Brasília, 13 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 69ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 13 de dezembro, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso n° 94 de 2011 (n° 416/GMF), de 29 de novembro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal n° 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de outubro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE n° 58/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 481/2011/CAE

Brasília, 20 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 70ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 20 de dezembro, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso n° 98 de 2011 (n° 1723-Seses-TCU-Plenário), de 30 de novembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo n° TC-019.375/2011-5, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 30-11-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento

da operação de crédito autorizada pela Resolução n° 8 de 2011 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE n° 60/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As matérias vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 1/2012

Brasília, 2 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Sérgio Souza como Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em substituição ao Senador Gilvam Borges.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros,** Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os seguintes Ofícios do Ministro de Estado da Educação:

– **Nº 231, de 20 de dezembro de 2011**, em resposta ao Requerimento nº 723, de 2011, de informações, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e

– **Nº 232, de 20 de dezembro de 2011**, em resposta ao Requerimento nº 355, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes. Os requerimentos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 1, de 2012**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do **Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2006**, sancionado e convertido na Lei nº 12.562, de 23 de dezembro de 2011, que *regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal*.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 001/12/OS-GSE

Brasília, 4 de janeiro de 2012

**Assunto:** Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.456, de 2009 (PLS nº 51/2006), que "Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal, foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.562, de 23 de dezembro de 2011.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes,** Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 2.205, de 2011**, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha a Medida Provisória nº 543, de 2011, tendo em vista o término do prazo de sua vigência, em 22 de dezembro de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 2.205/11/SGM-P

Brasília, 28 de dezembro de 2011

**Assunto:** Encaminha processo de Medida Provisória (perda de eficácia)

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da Medida Provisória nº 543, de 2011, que "Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.", tendo em vista o término do prazo de vigência em 22-12-11, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – Deputado **Marco Maia,** Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do art. 14, parágrafo único, da Resolução

nº 1, de 2002 – CN, comunicou o fato à Senhora Presidente da República e fez publicar no Diário Oficial da União o ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2012

**(nº 928/2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GERAL DE MORADORES DO LOTEAMENTO FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 846 de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 376, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 659, de 21 de novembro de 2007 – Associação de Rádio Difusão Comunitária, no município de Gramado dos Loureiros - RS;

2 - Portaria nº 712, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Comunicação Popular Novos Tempos, no município de Carangola - MG;

3 - Portaria nº 716, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação Várzea-Grandense, no município de Várzea Grande - MT;

4 - Portaria nº 727, de 18 de dezembro de 2007 – Associação dos Comunicadores de Arrozal, no município de Piraí - RJ;

5 - Portaria nº 745, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária Artística e Cultural de Santa Carmem MT – ARCASCA, no município de Santa Carmem - MT;

6 - Portaria nº 753, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Afonso Bezerra, no município de Afonso Bezerra - RN;

7 - Portaria nº 756, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Difusão Cultural Tradicional, no município de São Pedro do Turvo - SP;

8 - Portaria nº 762, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural do Município de Santa Maria do Pará, no município de Santa Maria do Pará - PA;

9 - Portaria nº 769, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Platina, no município de Platina - SP;

10 - Portaria nº 771, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária da Comunicação de Manoel Ribas - ACOMAR, no município de Manoel Ribas - PR;

11 - Portaria nº 779, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Portal Rádio FM Comunitária, no município de Pomerode - SC;

12 - Portaria nº 782, de 20 de dezembro de 2007 – Organização Fraterna para Promoção Humana, no município de Itatiaia - RJ;

13 - Portaria nº 784, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultural, Esporte e Lazer de Alagoinha do Piauí, no município de Alagoinha do Piauí - PI;

14 - Portaria nº 790, de 20 de dezembro de 2007 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Canavieiras - FM, no município de Canavieiras - BA;

15 - Portaria nº 794, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Duobarrense de Radiodifusão Comunitária Duas Barras - RJ, no município de Duas Barras - RJ;

16 - Portaria nº 811, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier - RS, no município de Porto Xavier - RS;

17 - Portaria nº 818, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília, no município de Santa Cecília - SC;

18 - Portaria nº 833, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Communicação Onda Livre, no município de Santana - AP;

19 - Portaria nº 845, de 20 de dezembro de 2007 – Radioclube de Queimados, no município de Queimados - RJ;

20 - Portaria nº 846, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta, município de Nova Friburgo - RJ;

21 - Portaria nº 33, de 20 de fevereiro de 2008 – Associação Habitacional de Alfenas, no município de Alfenas - MG;

22 - Portaria nº 65, de 6 de março de 2008 – Associação da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco - FM - ARLIRB, no município de Rio Branco - MT;

23 - Portaria nº 71, de 7 de março de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Planalto, no município de Planalto - SP;

24 - Portaria nº 75, de 7 de março de 2008 – Associação Cultural de Difusão Comunitária de Canitar - ACDCC, no município de Canitar - SP; e

25 - Portaria nº 83, de 12 de março de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Martins Soares, no município de Martins Soares - MG.

Brasília, 13 de junho de 2008.

MC 00097 2008

Brasília, 13 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta**, no município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53770.000762/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 846 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.000762/01 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 2132 - 1.08 / 2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta**, com sede na Rua Aureliano Barbosa Faria, nº 121 – Conselheiro Paulino – 6º Distrito, no município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º 15' 00" S e longitude em 42º 31' 09" W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2012

(nº 1.578/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ÁGUA SANTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Santa, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 682 de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Água Santa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Santa, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 100, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 126, de 20 de março de 2008 – Associação de Prudente de Morais de Radiodifusão, no município de Prudente de Morais - MG;

2 - Portaria nº 628, de 19 de setembro de 2008 – Associação Cultural e Artística de Presidente Venceslau, no município de Presidente Venceslau - SP;

3 - Portaria nº 640, de 24 de setembro de 2008 – Associação Cultural dos Amigos de Horizonte, no município de Horizonte - CE;

**4 - Portaria nº 682, de 14 de outubro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Água Santa, no município de Água Santa - RS; e**

**5 - Portaria nº 779, de 20 de novembro de 2008 – Associação Comunitária Itaóca Praia, no município de Itapemirim - ES.**

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

EM nº. 614/2008-MC

Brasília, 29 de outubro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ÁGUA SANTA**, localizada no Município de Água Santa, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição Federal e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.046917/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 682 DE 14 DE OUTUBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.046.917/04 e do PARECER/MC/CONJUR/DMM/Nº 0528 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ÁGUA SANTA, com sede na Avenida Dario Roman, nº 664, Centro, município de Água Santa, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28°10'37"S e longitude em 52°02'05"W, utilizando a freqüência de 87,9 Mhz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2012

## (nº 1.700/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 585 de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Vida Nova para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 954, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 451, de 17 de agosto de 2007 - Associação Cultural de Difusão Comunitária Combate às Drogas e Prevenção de DST Planeta, no município de Pirajuba - MG;

2 - Portaria nº 486, de 24 de agosto de 2007 - Associação para a Comunicação em Maripá, no município de Maripá de Minas - MG;

3 - Portaria nº 492, de 30 de agosto de 2007 - Associação Comunitária Bela Vista de Radiodifusão, no município de Carvalhos - MG;

4 - Portaria nº 504, de 13 de setembro de 2007 - Associação Comunitária Cultural Rio Acimense, no município de Rio Acima - MG;

5 - Portaria nº 506, de 13 de setembro de 2007 – Centro Social dos Bairros Unidos do Distrito de Francelinos, no município de Juatuba - MG;

6 - Portaria nº 540, de 27 de setembro de 2007 - Associação de Amigos Nova Vale, no município de Lagoinha - SP;

7 - Portaria nº 544, de 27 de setembro de 2007 - Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo, no município de Brasil Novo - PA;

8 - Portaria nº 549, de 27 de setembro de 2007 - Associação Riossonense de Comunicação Comunitária - ARCC, no município de Rio Sono - TO;

9 - Portaria nº 558, de 5 de outubro de 2007 - Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Santa Fé de Minas, no município de Santa Fé de Minas - MG;

10 - Portaria nº 585, de 16 de outubro de 2007 - Associação Cultural e Comunitária Vida Nova, no município de Redentora - RS;

11 - Portaria nº 586, de 16 de outubro de 2007 - Associação Cultural e Comunitária Pró-Desenvolvimento de Roca Sales, no município de Roca Sales - RS;

12 - Portaria nº 590, de 16 de outubro de 2007 - Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social, no município de Alpestre - RS;

13 - Portaria nº 599, de 16 de outubro de 2007 - Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha, no município de Lagoa Vermelha - RS;

14 - Portaria nº 610, de 6 de novembro de 2007 – Associação de Difusão Comunitária Frei Modesto de Timbé do Sul, no município de Timbé do Sul - SC;

15 - Portaria nº 620, de 8 de novembro de 2007 – Organização Cultural Ambiental e de Saúde - OCAS, no município de Bom Jardim - RJ;

16 - Portaria nº 625, de 13 de novembro de 2007 – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João da Serra Negra, no município de Patrocínio - MG;

17 - Portaria nº 626, de 13 de novembro de 2007 – Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão, no município de Rio Pomba - MG;

18 - Portaria nº 643, de 21 de novembro de 2007 – Associação Comunitária Ribeirão Corrente, no município de Ribeirão Corrente - SP;

19 - Portaria nº 644, de 21 de novembro de 2007 – Associação Comunitária Amigos da Chuvisca, no município de Chuvisca - RS; e

20 - Portaria nº 647, de 21 de novembro de 2007 – Associação Cultural para o Progresso e Bem Estar da Comunidade de Tabatinga, no município de Maranguape - CE.

Brasília, 28 de novembro de 2008.

MC 00514 EM

Brasília, 21 de novembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Comunitária Vida Nova, no município de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53790.001160/2002, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 585 DE 16 DE OUTUBRO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.001160/2002 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1464 - 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Cultural e Comunitária Vida Nova**, com sede na Rua Major Feliciano, nº 242- Centro, no município de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27°39'38''S e longitude em 53°38'35''W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2012

## (nº 2.038/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 65 de 25 de março de 2009, que outorga permissão à Ponto Norte Rádio FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem n° 729, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 525, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Raio de Sol FM Ltda., no município de Canápolis - BA;

2 - Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda.-SIR, no município de Ribeirão Corrente - SP;

3 - Portaria nº 989, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Santa Helena - PB;

4 - Portaria nº 990, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Sidrolândia - MS;

5 - Portaria nº 991, de 23 de dezembro de 2008 – Serra Geral Sistema de Comunicação Ltda., no município de Nova Porteirinha - MG;

6 - Portaria nº 995, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Poço Dantas - PB;

7 - Portaria nº 996, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda., no município de Matozinhos - MG;

8 - Portaria nº 997, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Major Isidoro - AL;

9 - Portaria nº 998, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Veneza Ltda., no município de Ubajara - CE;

10 - Portaria nº 999, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Livramento Ltda., no município de Trairi - CE;

11 - Portaria nº 1.000, de 23 de dezembro de 2008 – Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda., no município de Tacuru - MS;

12 - Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., no município de Nuporanga - SP;

13 - Portaria nº 1.003, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lajinha - MG;

14 - Portaria nº 1.004, de 23 de dezembro de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de São Domingos do Prata - MG;

15 - Portaria nº 1.006, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., no município de Remígio - PB;

16 - Portaria nº 1.009, de 23 de dezembro de 2008 – Portal Comunicações, Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

17 - Portaria nº 1.010, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Wanderlândia - TO;

18 - Portaria nº 1.011, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lagoa Formosa - MG;

19 - Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Campina do Monte Alegre - SP;

20 - Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Lagoa Grande - MG;

21 - Portaria nº 1.016, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Machado - MG;

22 - Portaria nº 1.017, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integração de Rádio Ltda., no município de Careaçu - MG;

23 - Portaria nº 1.019, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Maior de Comunicação Ltda., no município de Cubatão - SP;

24 - Portaria nº 1.020, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Centauro Ltda., no município de Divinésia - MG;

25 - Portaria nº 1.021, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Piacatu - SP;

26 - Portaria nº 1.022, de 23 de dezembro de 2008 – Transmissão de Rádio e Televisão do Nordeste Ltda., no município de João Pessoa - PB;

27 - Portaria nº 1.023, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Condinho Ltda., no município de Santa Vitória - MG;

28 - Portaria nº 1.024, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Rubinéia - SP;

29 - Portaria nº 1.029, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Xavante de Ipanema Ltda., no município de Ipanema - MG;

30 - Portaria nº 1.244, de 31 de dezembro de 2008 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Tapejara - PR;

31 - Portaria nº 1.245, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no município de Guaxupé - MG;

32 - Portaria nº 1.246, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Xambioá - TO;

33 - Portaria nº 1.247, de 31 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Umbuzeiro - PB;

34 - Portaria nº 47, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Floresta do Araguaia - PA;

35 - Portaria nº 50, de 24 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Américo Brasiliense - SP;

36 - Portaria nº 51, de 24 de março de 2009 – Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda., no município de Gaurama - RS;

37 - Portaria nº 52, de 24 de março de 2009 – Sistema Bréscia de Radiodifusão Ltda., no município de Nova Bréscia - RS;

38 - Portaria nº 54, de 24 de março de 2009 – Rádio FM Serra Azul Ltda., no município de São Pedro do Piauí - PI;

39 - Portaria nº 56, de 24 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Porto Esperidião - MT;

40 - Portaria nº 62, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Curionópolis - PA;

41 - Portaria nº 63, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Dom Eliseu - PA;

42 - Portaria nº 64, de 25 de março de 2009 – Torres & Camargo Ltda., no município de Estrela D'Oeste - SP;

43 - Portaria nº 65, de 25 de março de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Frederico Westphalen - RS;

44 - Portaria nº 66, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Floraí - PR;

45 - Portaria nº 67, de 25 de março de 2009 – Neusa e Lemos Comunicações Ltda., no município de Cerejeiras - RO;

46 - Portaria nº 77, de 25 de março de 2009 – Super Rádio DM Ltda., no município de Ibiraçu - ES;

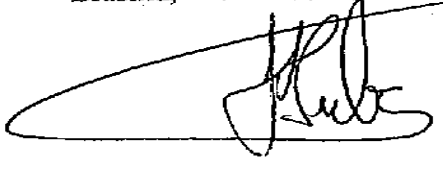
47 - Portaria nº 83, de 25 de março de 2009 – Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;

48 - Portaria nº 279, de 13 de maio de 2009 – Minuzzi Comunicação Ltda., no município de São Vicente do Sul - RS;

49 - Portaria nº 302, de 14 de maio de 2009 – Irmãos Thomé Ltda., no município de Autazes - AM; e

50 - Portaria nº 305, de 14 de maio de 2009 – Pereira e França Ltda., no município de Barreirinha - AM.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 451/2009 – MC

Brasília, 17 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 067/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Ponto Norte Rádio FM Ltda (Processo nº 53790.000805/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

PORTARIA Nº 65 , DE 25 DE MARÇO DE 2009.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES,** no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000805/2001, Concorrência nº 067/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2012

**(nº 2.145/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV SANTA ROSA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n° de 10 de junho de 2009, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 10 de junho de 2006, a concessão outorgada à RBS TV Santa Rosa Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 726, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por quinze anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

Decreto de 27 de fevereiro de 2009 (DOU do dia 2 de março subsequente):

1 - Rádio e Televisão Record S.A., no município de São Paulo - SP;

2 - TV Aliança Paulista S.A., no município de Sorocaba – SP;

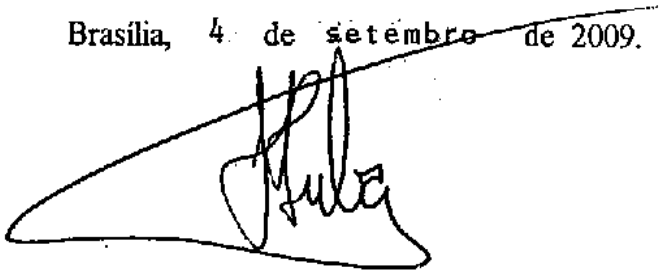
Decreto de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

3 - Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., na cidade de Brasília - DF;
4 - TV Planície Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ;
5 - Tropical Comunicação Ltda., no município de Natal - RN;
6 - Empresa Paulista de Televisão S.A., no município de Ribeirão Preto - SP;
7 - Empresa Pioneira de Televisão S.A., no município de São Carlos - SP;
8 - RBS TV Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa - RS;
9 - Rede 21 Comunicações Ltda., no município de São Paulo - SP;
10 - TV Tocantins Ltda., no município de Anápolis – GO;

Decreto de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):

11 - TV Bauru S.A., no município de Bauru - SP;
12 - Televisão Cultura S.A., no município de Florianópolis - SC;
13 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manaus - AM;
14 - Televisão Guaíba Ltda., no município de Porto Alegre - RS;
15 - Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., no município de Vitória - ES;
16 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Rio Branco - AC; e
17 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Porto Velho - RO.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº 659/2008-MC

Brasília, 24 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para a renovação da concessão outorgada à RBS TV SANTA ROSA LTDA, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Santa Rosa, estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

2. A concessão foi outorgada por meio do Decreto nº 99.074, de 8 de março de 1990, publicado no D.O.U. de 9 de março de 1990, aprovado através do Decreto Legislativo nº 125, de 1991, publicado no D.O.U. de 10 de junho de 1991.

3. Pretende a requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 15 (quinze) anos, a partir de 10 de junho de 2006.

4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000. 065952/2005, que lhe deu origem.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 110, sexta-feira, 12 de junho de 2009

**DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000093/2002,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 13 de março de 2000, a concessão da RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., outorgada originalmente à Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., pelo Decreto nº 91.109, de 12 de março de 1985, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009**

Outorga concessão a Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Senador José Porfírio, Estado do Pará.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e, 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000415/2001, Concorrência nº 057/2001-SSR/MC,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Senador José Porfírio, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à RBS TV SANTA ROSA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.065952/2005,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 10 de junho de 2006, a concessão outorgada à RBS TV SANTA ROSA LTDA. pelo Decreto nº 99.074, de 8 de maio de 1990, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 125, de 7 de junho de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, no Município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à Rádio Record de Curitiba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.021291/2003,

**D E C R E T A**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada originariamente à Rádio Atalaia de Porto Alegre Ltda., pelo Decreto nº 1.401, de 26 de setembro de 1962, cuja denominação social foi alterada para Rádio Record de Curitiba Ltda., pela Portaria nº 143, de 24 de outubro de 1991, e renovada pelo Decreto de 8 de agosto de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 9 de agosto de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 14, de 13 de março de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.015593/2003,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 5 de outubro de 2003, a concessão originalmente outorgada à Luqui Comunicação Ltda., atualmente denominada REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., pelo Decreto nº 96.708, de 15 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009**

Transfere a concessão outorgada a Trídio Radiodifusão Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para a Caxias do Sul Radiodifusão Ltda.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53528.000472/99-20,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica transferida para a Caxias do Sul Radiodifusão Ltda. a concessão outorgada a Trídio Radiodifusão Ltda. pelo Decreto nº 97.983, de 24 de julho de 1989, renovada pelo Decreto de 18 de fevereiro de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 736, de 24 de agosto de 2004, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja concessão é transferida por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à TROPICAL COMUNICAÇÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000790/2001,

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2012

**(nº 2.344/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga autorização à TV E RÁDIO CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 1.100 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à TV e Rádio Cidade FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem n° 736, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 399, de 24 de julho de 2007 – Associação Comunitária dos Moradores de Medeiros Neto, no município de Medeiros Neto - BA;

2 - Portaria nº 715, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária e Cultural de Douradina, no município de Douradina - PR;

3 - Portaria nº 539, de 29 de agosto de 2008 – Instituto Vargas, no município de Conceição do Castelo - ES;

4 - Portaria nº 826, de 17 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária L.B.R., no município de São Paulo - SP;

5 - Portaria nº 827, de 17 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Zona Sul, no município de São Paulo - SP;

6 - Portaria nº 837, de 17 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Tucuruvi, no município de São Paulo - SP;

7 - Portaria nº 864, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Tomé, no município de São Tomé - PR;

8 - Portaria nº 886, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santo Antônio do Caiuá, no município de Santo Antônio do Caiuá - PR;

9 - Portaria nº 889, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Missão Evangélica El Shaday, no município de Feira de Santana - BA;

10 - Portaria nº 890, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Moradores Muricienses, no município de Murici - AL;

11 - Portaria nº 918, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Abaiti, no município de Abaiti - PR;

12 - Portaria nº 951, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Florescer - FM, no município de Flores - PE;

13 - Portaria nº 952, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Princesa da Lagoa, no município de Pelotas - RS;

14 - Portaria nº 957, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Jardim Olidel e Adjacências, no município de Alumínio - SP;

15 - Portaria nº 960, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cidadania em Ação, no município de Espírito Santo do Pinhal - SP;

16 - Portaria nº 965, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Comunitária Frexeirense, no município de Escada - PE;

17 - Portaria nº 968, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária, Artística e Cultural de Itu, no município de Itu - SP;

18 - Portaria nº 970, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Parque Paiol, no município de Pirapora do Bom Jesus - SP;

19 - Portaria nº 972, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Cultural e Ambiental - OCA, no município de Hortolândia - SP;

20 - Portaria nº 1.032, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Paubrasiliense de Radiodifusão Comunitária - APRC, no município de Pau Brasil - BA;

21 - Portaria nº 1.038, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Moradores do Jardim Maluche e Parte do Bairro Souza Cruz, no município de Brusque - SC;

22 - Portaria nº 1.039, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico Orla Marítima de Aracruz, no município de Aracruz - ES;

23 - Portaria nº 1.060, de 23 de dezembro de 2008 – Agência de Desenvolvimento de Messias Targino - RN - ADMT, no município de Messias Targino - RN;

24 - Portaria nº 1.084, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Sonora Novarrussense, no município de Nova Russas - CE;

25 - Portaria nº 1.090, de 23 de dezembro de 2008 – Fundação Paulo Bezerra de Sousa, no município de São José do Piauí - PI;

26 - Portaria nº 1.093, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Família de Jataí, no município de Jataí - GO;

27 - Portaria nº 1.095, de 23 de dezembro de 2008 – Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, no município de Pelotas - RS;

28 - Portaria nº 1.100, de 23 de dezembro de 2008 – TV e Rádio Cidade FM, no município de Ceres - GO;

29 - Portaria nº 1.102, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro de Ipanema (RVS FM), no município de Valparaíso de Goiás - GO;

30 - Portaria nº 1.104, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Alenquer, no município de Alenquer - PA;

31 - Portaria nº 1.113, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Giruá, no município de Giruá - RS;

32 - Portaria nº 1.118, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão e Desenvolvimento Comunitária de Salvador das Missões, no município de Salvador das Missões - RS;

33 - Portaria nº 1.124, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Selbach, no município de Selbach - RS;

34 - Portaria nº 1.128, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Beneficente e de Comunicação de Santa Terezinha, no município de Santa Terezinha - MT;

35 - Portaria nº 1.130, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Mimoso do Oeste, no município de Luiz Eduardo Magalhães - BA;

36 - Portaria nº 1.134, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária Portal do Araguaia, no município de Nova Crixás - GO;

37 - Portaria nº 1.138, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Cultural e Comunitário de Matriz - Distrito de Ipueiras, no município de Ipueiras - CE;

38 - Portaria nº 1.140, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Radiodifusão Comunitária de Campo Belo do Sul, no município de Campo Belo do Sul - SC;

39 - Portaria nº 1.151, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Imigrantes, no município de Criciúma - SC;

40 - Portaria nº 1.155, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Getúlio Vargas - RS, no município de Getúlio Vargas - RS;

41 - Portaria nº 1.157, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Vila Soares - ASCOVIS, no município de Apuiarés - CE;

42 - Portaria nº 1.158, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Alto da Gangorra, no município de Iguatú - CE;

43 - Portaria nº 1.160, de 23 de dezembro de 2008 – Associação São Vicente de Paula, no município de Farias Brito - CE;

44 - Portaria nº 1.162, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Matocastelhanense de Radiodifusão Comunitária, no município de Mato Castelhano - RS;

45 - Portaria nº 1.179, de 30 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação e Cultura de Rio do Oeste, no município de Rio do Oeste – SC;

46 - Portaria nº 256, de 6 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Moreira César, no município de Pindamonhangaba - SP;

47 - Portaria nº 258, de 6 de maio de 2009 – ONG - Sociedade Viva Mosqueiro, no município de Belém - PA;

48 - Portaria nº 263, de 7 de maio de 2009 – Associação Iraí de Minas de Radiodifusão Comunitária e Promoção Social (ASSIM), no município de Iraí de Minas - MG;

49 - Portaria nº 283, de 14 de maio de 2009 – Associação Comunitária Nova Vida, no município de Campo Grande - AL; e

50 - Portaria nº 323, de 28 de maio de 2009 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Vila Maria, no município de Vila Maria – RS.

Brasília, 4 de setembro de 2009.

EM nº. 322/2009 – MC

Brasília, 17 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **TV e Rádio Cidade FM,** no Município de Ceres, Estado de Goiás, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.018132/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1100 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.018.132/04 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 0541 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **TV e Rádio Cidade FM**, com sede na Rua Leopoldina Salgado, nº 37, Centro, no município de Ceres, Estado de Goiás, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15º18'30''S e longitude em 49º35'52''W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2012

## (nº 2.452/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA AMIGOS DE COTIPORÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotiporã, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 196 de 22 de abril de 2009, que outorga autorização à Associação de Rádio Difusão Cultural e Comunitária Amigos de Cotiporã para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotiporã, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 735, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 1.183, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alcântara, no município de Alcântara - MA;

2 - Portaria nº 1.205, de 30 de dezembro de 2008 – Fundação Camachense de Apoio a Cultura - FUCAC, no município de Camacho - MG;

3 - Portaria nº 1.213, de 30 de dezembro de 2008 – Fundação Valter Evaristo, no município de São Miguel do Tapuio - PI;

4 - Portaria nº 1.218, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Belaquense, no município de Belagua - MA

5 - Portaria nº 1.220, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Anajatubense - Anajá, no município de Anajatuba - MA;

6 - Portaria nº 1.226, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação Vale do Xingu, no município de Gaúcha do Norte - MT;

7 - Portaria nº 1.241, de 31 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Santa Cruz da Baixa Verde, no município de Santa Cruz da Baixa Verde - PE;

8 - Portaria nº 25, de 12 de fevereiro de 2009 – Associação Cultural Jardim Represa, no município de São Bernardo do Campo - SP;

9 - Portaria nº 61, de 24 de março de 2009 – Associação Amigos de Maraã, no município de Maraã - AM;

10 - Portaria nº 101, de 25 de março de 2009 – Associação Vida Nova, no município de Conceição da Barra - ES;

11 - Portaria nº 103, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural Educativa de Buritis, no município de Buritis - MG;

12 - Portaria nº 88, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural do Recanto dos Pintados - ASSOPINTA, no município de Corguinho - MS;

13 - Portaria nº 100, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Alto do Madeiro de Itaporanga, no município de Itaporanga - PB;

14 - Portaria nº 106, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apucarana, no município de Apucarana - PR;

15 - Portaria nº 107, de 25 de março de 2009 – Associação dos Amigos Moradores da Vila Campante, no município de Quintana - SP;

16 - Portaria nº 109, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Comunidade de Muriú, no município de Ceará-Mirim - RN;

17 - Portaria nº 115, de 25 de março de 2009 – Associação de Comunicação e Cultura Cícero Alves - ACCCA, no município de Pirapemas - MA;

18 - Portaria nº 116, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária Rosário, no município de Correntina - BA;

19 - Portaria nº 118, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária da Comunidade de Aranhas, no município de Senhora de Oliveira - MG;

20 - Portaria nº 125, de 25 de março de 2009 – Associação de Difusão Comunitária de Campo Limpo de Goiás, no município de Campo Limpo de Goias - GO;

21 - Portaria nº 129, de 25 de março de 2009 – Associação dos Comunicadores de Taquaral - ACT, no município de Taquaral - SP;

22 - Portaria nº 130, de 25 de março de 2009 – Associação Rádio Comunitária Nova Visão, no município de Igrejinha - RS;

23 - Portaria nº 132, de 25 de março de 2009 – Associação dos Servidores do Transporte Alternativo e de Bairros do Município de Novo Gama, no município de Novo Gama - GO;

24 - Portaria nº 153, de 1º de abril de 2009 – Associação de Comunicação e Cultura de Novo Brasil - ASCON, no município de Novo Brasil - GO;

25 - Portaria nº 160, de 14 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Mantiqueira, no município de Poços de Caldas - MG;

26 - Portaria nº 163, de 14 de abril de 2009 – Associação das Famílias Carentes de São João das Missões, no município de São João das Missões - MG;

27 - Portaria nº 164, de 14 de abril de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Seritinga - MG, no município de Seritinga - MG;

28 - Portaria nº 193, de 22 de abril de 2009 – Associação Witmarsuense de Cultura e Radiodifusão Comunitária, no município de Witmarsum - SC;

29 - Portaria nº 194, de 22 de abril de 2009 – Associação Radiofônica de Produtores Rurais de Brejetuba, no município de Brejetuba - ES;

30 - Portaria nº 195, de 22 de abril de 2009 – Associação de Moradores da Jaguatirica e Adjacências, no município de Campina Grande do Sul - PR;

31 - Portaria nº 196, de 22 de abril de 2009 – Associação de Radio Difusão Cultural e Comunitária Amigos de Cotiporã, no município de Cotiporã - RS;

32 - Portaria nº 197, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social, no município de Teotônio Vilela - AL;

33 - Portaria nº 198, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação Rio Tungo, no município de Mirinzal - MA;

34 - Portaria nº 204, de 22 de abril de 2009 – Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais e da Comunidade do Distrito Federal, na localidade de Ceilândia - DF;

35 - Portaria nº 205, de 22 de abril de 2009 – Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Tuparendi, no município de Tuparendi - RS;

36 - Portaria nº 210, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária Cultural de Aparecida do Taboado, no município de Aparecida do Taboado - MS;

37 - Portaria nº 211, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cariacica, no município de Cariacica - ES;

38 - Portaria nº 212, de 22 de abril de 2009 – Associação Rádio Comunitária Jovem FM, no município de Arraias - TO;

39 - Portaria nº 213, de 22 de abril de 2009 – Associação de Proteção Ambiental do Vale do Rio Verdão, no município de Maurilândia - GO;

40 - Portaria nº 214, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária Reluz FM de Radiodifusão, no município de Jacupiranga - SP;

41 - Portaria nº 224, de 28 de abril de 2009 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Semeando Vitória, no município de Juazeiro - BA;

42 - Portaria nº 255, de 6 de maio de 2009 – Associação Comunitária Pontenovense de Radiodifusão "ASCOPRADI", no município de Ponte Nova - MG;

43 - Portaria nº 257, de 6 de maio de 2009 – Associação de Radiodifusão Cidade de Gaspar, no município de Gaspar - SC;

44 - Portaria nº 322, de 28 de maio de 2009 – Associação Farroupilha de Comunicação Comunitária, no município de Farroupilha - RS;

45 - Portaria nº 334, de 29 de maio de 2009 – Associação Comunitária Coroaciense de Desportos (ACCORD), no município de Coroaci - MG;

46 - Portaria nº 335, de 29 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social de Pingo D'Água, no município de Pingo D'Água - MG;

47 - Portaria nº 336, de 29 de maio de 2009 – Associação Capital de Difusão Comunitária, no município de Patos de Minas - MG;

48 - Portaria nº 353, de 12 de junho de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Conde FM, no município de Conde - BA;

49 - Portaria nº 355, de 12 de junho de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Costa Rica - MS, no município de Costa Rica - MS; e

50 - Portaria nº 357, de 12 de junho de 2009 – Associação de Radiodifusão e Cultura de Terezópolis, no município de Terezópolis de Goiás - GO.

Brasília, 4 de setembro de 2009.

EM nº. 483/2009-MC

Brasília, 12 de maio de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Rádio Difusão Cultural e Comunitária Amigos de Cotiporã**, localizada no Município de Cotiporã, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se deprcende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.023430/2004 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 196 DE 22 DE ABRIL DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº53000.023430/2004 e do PARECER/MC/CONJUR/AGM/Nº 0255 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Rádio Difusão Cultural e Comunitária Amigos de Cotiporã**, com sede na Rua Veranopólis, nº 649, Sala 01 - Centro, no município de Cotiporã, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28°59'22'' S e longitude em 51°41'42'' W, utilizando a freqüência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2012

(nº 2.542/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA LM - WESTFÁLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Westfália, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 732 de 17 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária LM - Westfália para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Westfália, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 94, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 732, de 17 de setembro de 2009 – Associação Cultural Comunitária LM - Westfália, no município de Westfália - RS;

2 - Portaria nº 733, de 17 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Serra das Araras, no município de Chapada Gaúcha - MG;

3 - Portaria nº 758, de 18 de setembro de 2009 – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Jockey Clube, no município de Ponta Porã - MS;

4 - Portaria nº 860, de 23 de outubro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Carijinho FM, no município de Sobradinho - RS;

5 - Portaria nº 872, de 29 de outubro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Morro de Fumaça - ARCOMF, no município de Morro da Fumaça - SC;

6 - Portaria nº 885, de 29 de outubro de 2009 – Associação das Mulheres de Nazaré da Mata, no município de Nazaré da Mata - PE;

7 - Portaria nº 938, de 19 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão, no município de Tutóia - MA; e

8 - Portaria nº 970, de 20 de novembro de 2009 – Fundação Cultural e Educativa Padre Victor, no município de Três Pontas - MG.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM nº. 907/2009-MC

Brasília, 23 de setembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA LM - WESTFÁLIA**, no Município de Westfália, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art.223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.037144/2003, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do §3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 732 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art.9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº53000.037144/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA LM - WESTFÁLIA**, com sede na Linha Schmidt – Fundos s/nº, no Município de Westfália, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29º 24'30''S e longitude em 51º 45'27'''W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art.223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2012

## (nº 2.620/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO ITAPUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n° de 8 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1° de maio de 2004, a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Mensagem n° 98, de 2010**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., no município de Friburgo - RJ;
2 - Rádio Vale Aprazível Ltda., no município de Jaguaquara - BA;
3 - Rádio Entre Rios Ltda., no município de Palmitos - SC;
4 - Rádio Difusora de Cambé Ltda., no município de Cambé - PR;
5 - Rádio Globo S.A., no município do Rio de Janeiro - RJ;
6 - Rádio Londrina S.A., no município de Londrina - PR;
7 - Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

8 - Rádio Difusora de Penápolis Ltda., no município de Penápolis - SP;
9 - Rádio Colonial Ltda., no município de Três de Maio - RS;
10 - Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa - MG;
11 - Rádio Barbacena Ltda., no município de Barbacena - MG;
12 - Rádio Itamaraty Ltda., no município de Piripiri - PI;
13 - Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catanduva - SP; e
14 - Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis - SP.

Decretos de 8 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):
15 - Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda., no município de Carmo do Paranaíba - MG;
16 - Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz - MA;
17 - Rádio Cultura de Gravataí Ltda., no município de Gravataí - RS;
18 - Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda., no município de Capivari - SP;
19 - Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda., no município de Lucélia - SP;
20 - Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista - SP;
21 - Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., no município de Santo Antônio da Patrulha - RS;
22 - TV Rádio Clube de Teresina S.A., no município de Teresina - PI;
23 - Sistema Norte de Rádio Ltda., no município de Serra - ES;
24 - Fundação Bom Jesus de Cuiabá, no município de Cuiabá - MT;
25 - Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé - RS;
26 - Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., no município de Auriflama - SP;
27 - Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., no município de Cardoso - SP;
28 - Fundação Cristã Educativa, no município de Itapuranga - GO;
29 - Rádio Metrópole e Crissiumal Ltda., no município de Crissiumal - RS;
30 - Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., no município de José Bonifácio - SP;
31 - Rádio Imigrantes de Turvo Ltda., no município de Turvo - SC;
32 - Rádio Jaraguá Ltda., no município de Jaraguá do Sul - SC; e
33 - Rádio Cultura de Bariri Ltda., no município de Bariri - SP;

Decretos de 10 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):
34 - Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda., no município de Alegrete - RS;
35 - Fundação João Paulo II, no município de Gravatá - PE;
36 - Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;
37 - Rádio Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa - RS;
38 - Rádio Difusora São Joaquim Ltda., no município de São Joaquim - SC;
39 - Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus - AM;
40 - Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Monte Aprazível - SP;
41 - Rádio Alvorada de Quirinópolis Ltda., no município de Quirinópolis - GO;
42 - Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A., no município de Conceição do Coité - BA;

43 - Rádio Educadora de Taió Ltda., no município de Taió - SC;
44 - Emissora Continental de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ; e
45 - Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., no município de Piracicaba - SP.

Decretos de 11 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):
46 - Rádio Sentinela do Vale Ltda., no município de Gaspar - SC;
47 - Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba - SP;
48 - Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória - ES;
49 - Rádio Difusora de Piranga Ltda., no município de Piranga - MG;
50 - Rádio Jornal de Sergipe Ltda., no município de Aracajú - SE; e
51 - Super Radiodifusão Ltda., no município de Canoas - RS.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM nº. 668/2009 – MC

Brasília, 12 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.036434/2004-46, em que a SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO ITAPUÍ LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2004.

2. A outorga foi conferida por meio da Portaria MVOP nº 347, de 12 de abril de 1949, renovada por meio do Decreto de 25 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União em 26 de junho de 2001, referendado pelo Decreto Legislativo nº 115 de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 17 de abril de 2003.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

8 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 27, terça-feira, 9 de fevereiro de 2010

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Serra, Estado do Espírito Santo.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.000083/2002,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de maio de 2001, a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio Ltda. pelo Decreto nº 98.330, de 24 de outubro de 1989, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 58, de 11 de março de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Serra, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Itapuí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.036434/2004-46,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda. pela Portaria MVOP nº 347, de 12 de abril de 1949, renovada pelo Decreto de 25 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 115, de 16 de abril de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Capivari, Estado de São Paulo.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.035262/2004-93,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada originariamente à Sociedade de Radiodifusão Cacique de Sorocaba Ltda. pela Portaria MVOP nº 488, de 31 de maio de 1950, posteriormente transferida à Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda. pela Portaria nº 74, de 15 de janeiro de 1976, renovada pelo do Decreto de 2 de abril de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 3 seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 52, de 12 de abril de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Capivari, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Lucélia, Estado de São Paulo.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.035237/2004-18,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda. pela Portaria MVOP nº 479, de 14 de maio de 1946, e renovada pelo Decreto de 2 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 107, de 8 de maio de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Lucélia, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à TV Rádio Clube de Teresina S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041536/2007,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada, originariamente, à Rádio Difusora do Maranhão pelo Decreto nº 46.003, de 15 de maio de 1959, posteriormente transferida à TV Rádio Clube de Teresina S.A. pelo Decreto nº 87.608, de 21 de setembro de 1982, renovada pelo Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 742, de 16 de outubro de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

## Presidência da República

### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 52, de 8 de fevereiro de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a responsabilização administrativa e cível de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências".

## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

**PORTARIA Nº 46, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2010**

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, anexo I, do Decreto nº 5351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 16 de janeiro de 2007 e o que consta do Processo nº 21000.005586/2009-15, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do Laboratório da Companhia Maranhense de Desenvolvimento Agroindustrial e Abastecimento - CODEA, CNPJ 05.751.185/0001-90, situado na Avenida Getúlio Vargas, nº 2321, Monte Castelo, São Luís/MA, credenciado para realizar diagnóstico de Anemia Infecciosa Eqüina, tendo em vista o Parecer nº 167, de 17 de dezembro de 2009, da Comissão Técnica, nomeada pela Portaria Ministerial nº 1132, de 19 de novembro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 2, de 16 de janeiro de 1998, D.O.U nº 15, de 22 de janeiro de 1998, Seção 1, pág.: 29.

INÁCIO AFONSO KROETZ

**PORTARIA Nº 47, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2010**

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, anexo I, do Decreto nº 5351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 16 de janeiro de 2007 e o que consta do Processo nº 21000.005251/2009-05, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento da Clínica Veterinária Juiratuba Ltda. ME, CNPJ 22.230.601/0001-23, situado na Rua Trinta e Seis, nº 553, Progresso, Ituiutaba/MG, credenciado para realizar diagnóstico de Anemia Infecciosa Eqüina, tendo em vista o Parecer nº 162, de 17 de dezembro de 2009, da Comissão Técnica, nomeada pela Portaria Ministerial nº 1132, de 19 de novembro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010020900008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2012

## (nº 2.737/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DE FRIBURGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n° de 4 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1° de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Friburgo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem n° 98, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., no município de Friburgo - RJ;
2 - Rádio Vale Aprazível Ltda., no município de Jaguaquara - BA;
3 - Rádio Entre Rios Ltda., no município de Palmitos - SC;
4 - Rádio Difusora de Cambé Ltda., no município de Cambé - PR;
5 - Rádio Globo S.A., no município do Rio de Janeiro - RJ;
6 - Rádio Londrina S.A., no município de Londrina - PR;
7 - Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

8 - Rádio Difusora de Penápolis Ltda., no município de Penápolis - SP;
9 - Rádio Colonial Ltda., no município de Três de Maio - RS;
10 - Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa - MG;
11 - Rádio Barbacena Ltda., no município de Barbacena - MG;
12 - Rádio Itamaraty Ltda., no município de Piripiri - PI;
13 - Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catanduva - SP; e
14 - Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis - SP.

Decretos de 8 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):
15 - Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda., no município de Carmo do Paranaíba - MG;
16 - Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz - MA;
17 - Rádio Cultura de Gravataí Ltda., no município de Gravataí - RS;
18 - Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda., no município de Capivari - SP;
19 - Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda., no município de Lucélia - SP;
20 - Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista - SP;
21 - Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., no município de Santo Antônio da Patrulha - RS;
22 - TV Rádio Clube de Teresina S.A., no município de Teresina - PI;
23 - Sistema Norte de Rádio Ltda., no município de Serra - ES;
24 - Fundação Bom Jesus de Cuiabá, no município de Cuiabá - MT;
25 - Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé - RS;
26 - Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., no município de Auriflama - SP;
27 - Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., no município de Cardoso - SP;
28 - Fundação Cristã Educativa, no município de Itapuranga - GO;
29 - Rádio Metrópole e Crissiumal Ltda., no município de Crissiumal - RS;
30 - Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., no município de José Bonifácio - SP;
31 - Rádio Imigrantes de Turvo Ltda., no município de Turvo - SC;
32 - Rádio Jaraguá Ltda., no município de Jaraguá do Sul - SC; e
33 - Rádio Cultura de Bariri Ltda., no município de Bariri - SP;

Decretos de 10 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):
34 - Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda., no município de Alegrete - RS;
35 - Fundação João Paulo II, no município de Gravatá - PE;
36 - Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;
37 - Rádio Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa - RS;
38 - Rádio Difusora São Joaquim Ltda., no município de São Joaquim - SC;
39 - Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus - AM;
40 - Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Monte Aprazível - SP;
41 - Rádio Alvorada de Quirinópolis Ltda., no município de Quirinópolis - GO;
42 - Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A., no município de Conceição do Coité - BA;
43 - Rádio Educadora de Taió Ltda., no município de Taió - SC;
44 - Emissora Continental de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ; e
45 - Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., no município de Piracicaba - SP.

Decretos de 11 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):
46 - Rádio Sentinela do Vale Ltda., no município de Gaspar - SC;
47 - Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba - SP;
48 - Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória - ES;
49 - Rádio Difusora de Piranga Ltda., no município de Piranga - MG;
50 - Rádio Jornal de Sergipe Ltda., no município de Aracajú - SE; e
51 - Super Radiodifusão Ltda., no município de Canoas - RS.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM nº. 628/2009 - MC

Brasília, 20 de julho de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.005486/2005, em que a RÁDIO SOCIEDADE DE FRIBURGO LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003.

2. A outorga foi conferida à Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., pelo Decreto nº 26.421, de 5 de março de 1949, renovada pelo Decreto de 11 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 385, de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2005.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1.972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1.983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que foram atendidas todas as disposições normativas regentes.

5. Diante do exposto, e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1.972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

18 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 25, sexta-feira, 5 de fevereiro de 2010

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Londrina S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.018926/2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Londrina S.A., pelo Decreto nº 25.033, 1º de junho de 1948, renovada pelo Decreto de 22 de novembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 75, de 21 de novembro de 1997, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972 e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041131/2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Montanhesa Ltda. pela Portaria MVOP nº 1.005, de 29 de novembro de 1948, renovada pelo Decreto de 17 de setembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 seguinte, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 148, de 30 de novembro de 1999, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.005486/2005,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Friburgo Ltda. pelo Decreto nº 26.021, de 5 de março de 1949, renovada pelo Decreto de 11 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 385, de 31 de maio de 2005, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Vale Aprazível Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Jaguaquara, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.018546/2007,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de agosto de 2006, a concessão outorgada à Rádio Vale Aprazível Ltda. pelo Decreto nº 92.983, de 24 de julho de 1986, renovada pelo Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 18, de 24 de fevereiro de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jaguaquara, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à TV Rio Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.013922/2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 30 de setembro de 2003, a concessão outorgada à TV Rio Sul Ltda. pelo Decreto nº 96.778, de 27 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

## Presidência da República

### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

CREDENCIAL

O Senhor Presidente da República recebeu, no dia 4 de fevereiro de 2010, as credenciais dos seguintes Chefes de Missão Diplomática: Senhor Yves Saint-Geours, Embaixador da República Francesa, Senhora Sudha Devi K. R. Vasudevan, Embaixadora da Malásia, Senhora Rina del Socorro Angulo Rojas, Embaixadora da República de El Salvador, e do Senhor Thomas Alfred Shannon Jr., Embaixador dos Estados Unidos da América.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Exposição de Motivos

Nº 624, de 20 de julho de 2009 (Processo nº 53000.079123/2006-33). Transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Multisom Rádio Sociedade Ubatuba Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Ubá, Estado de Minas Gerais. Autorize. Em 4 de fevereiro de 2010.

Nº 625, de 20 de julho de 2009 (Processo nº 53000.079121/2006-44). Transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Multisom Rádio Jornal Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais. Autorize. Em 4 de fevereiro de 2010.

### ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
### PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
### SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 47, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dá nova redação ao caput do artigo 4º da Portaria PGF nº 1.121, de 10 de novembro de 2009.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto no processo administrativo nº 08407.006190/2009-42, resolve:

Art. 1º O caput do art. 4º da Portaria PGF nº 1.121, de 10 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2009, Seção 1, pág. 28, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Cacoal/RO, a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Pimenta Bueno/RO e a Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. ....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

### CONSELHO DE GOVERNO

### CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no exercício da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no disposto no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal e tendo em vista as Decisões nº 33/03, 39/05, 13/06, 27/06, 61/07 e 58/08, do Conselho do Mercado Comum, do MERCOSUL,

RESOLVE, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Ficam alteradas para 0% (zero por cento), até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre os seguintes Bens de Informática e Telecomunicações,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010020500018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2012

**(nº 2.773/2010, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NONOAI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n° de 4 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de agosto de 2007, a concessão outorgada à Rádio Nonoai Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 95, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos que renovam, por dez anos, concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

Decretos de 4 de março de 2010 (DOU do dia subsequente)

1 - Rádio Vale do Rio Poty Ltda., no município de Crateús - CE;
2 - Rádio Santiago Ltda., no município de Santiago - RS;
3 - Rádio Giruá Ltda., no município de Giruá - RS;
4 - Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda., no município de Jales - SP;
5 - Rádio Brotas Ltda., no município de Piraí do Sul - PR;
6 - Rádio Platina de Ituiutaba Ltda., no município de Ituiutaba - MG;
7 - Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda., no município de São Luis - MA;
8 - Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., no município de Criciúma - SC;

9 - Ceará Rádio Clube S.A., no município de Fortaleza - CE;
10 - Rádio Nonoai Ltda., no município de Nonoai - RS;
11 - Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda., no município de Capão Bonito - SP;
12 - Fundação de Educação e Cultura, no município de Estância - SE;
13 - Rádio Cultura de Maringá Ltda., no município de Maringá - PR;

Decretos de 5 de março de 2010 (DOU do dia 8 subsequente)
14 - Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda., no município de São José dos Campos - SP;
15 - Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista - SP;
16 - Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda., no município de Palmital - PR;
17 - Rádio Difusora Carioca Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;
18 - Gazeta Comunicações Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;
19 - Rádio Clube Marconi Ltda., no município de Paraguaçu Paulista - SP;
20 - Rádio Guaíba Ltda., no município de Porto Alegre - RS;
21 - Rádio Difusora Santarritense Ltda., no município de Santa Rita do Sapucaí - MG;
22 - Fundação Dom Joaquim, no município de Tefé - AM;
23 - Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Fernandópolis - SP;
24 - Rádio Cruzeiro Limitada, no município de Cruzeiro - SP;
25 - Rádio Charrua Ltda., no município de Uruguaiana - RS;
26 - Rádio Repórter Ltda., no município de Ijuí - RS;
27 - Rádio Chamonix Ltda., no município de Mogi Mirim - SP;
28 - Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda., no município de São João - PR;
29 - Fundação Nossa Senhora do Rocio, no município de Curitiba - PR;
30 - Rádio Colombo do Paraná Ltda., no município de Colombo - PR; e
31 - S.A. Rádio Tupi, no município do Rio de Janeiro - RJ

Brasília, 11, de março de 2010.

EM nº. 680/2009 – MC

Brasília, 13 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000-028294/2007, em que a RÁDIO NONOAI LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 30 de agosto de 2007.

2. A outorga da concessão do serviço de radiodifusão foi conferida por meio da Portaria nº 881, de 24 de agosto de 1.977, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de

agosto de 1977 e, posteriormente, renovada pelo Decreto de 27 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 28 de junho de 2002, referendado pelo Decreto Legislativo nº 169 de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 8 de abril de 2005.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

6. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

12 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 43, sexta-feira, 5 de março de 2010

**DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Nonoai Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972 e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.028294/2007,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de agosto de 2007, a concessão outorgada à *Rádio Nonoai* Ltda. pela Portaria nº 881, de 24 de agosto de 1977, renovada pelo Decreto de 27 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 169, de 7 de abril de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

**DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Platina de Ituiutaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53000.043436/2003 e 53500.004873/1999,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Platina de Ituiutaba Ltda. pela Portaria MVOP nº 681, de 17 de agosto de 1945, renovada pelo Decreto de 22 de setembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 5 de maio de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

**DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Rio Poty Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Crateús, Estado do Ceará.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 29108.000059/1991 e 53650.000614/2001,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de julho de 2001, a concessão outorgada à Rádio Vale do Rio Poty Ltda. pelo Decreto nº 86.068, de 3 de junho de 1981, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Crateús, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o item VII do art. 1º do Decreto de 22 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 subseqüente, que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Rio Poty Ltda.

Brasília, 4 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

**DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Santiago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53528.000355/2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Santiago Ltda. pela Portaria MVOP nº 516, de 9 de junho de 1948, renovada pelo Decreto de 30 de setembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 1º de outubro de 1999, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 475, de 23 de novembro de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

**DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Maringá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Maringá, Estado do Paraná.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008103/2003-35,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Maringá Ltda. pelo Decreto nº 38.070, de 12 de outubro de 1955, renovada pelo Decreto de 4 de novembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 162, de 30 de novembro de 1995, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Maringá, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

**DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 2010**

Outorga concessão à Rede de Comunicações Aeroana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53610.000220/2001, Concorrência nº 011/2001-SSR/MC,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rede de Comunicações Aeroana Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010030500012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2012

(nº 2.814/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO IMIGRANTES DE TURVO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 8 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de junho de 2002, a concessão outorgada à Rádio Imigrantes de Turvo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 98, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., no município de Friburgo - RJ;
2 - Rádio Vale Aprazível Ltda., no município de Jaguaquara - BA;
3 - Rádio Entre Rios Ltda., no município de Palmitos - SC;

4 - Rádio Difusora de Cambé Ltda., no município de Cambé - PR;
5 - Rádio Globo S.A., no município do Rio de Janeiro - RJ;
6 - Rádio Londrina S.A., no município de Londrina - PR;
7 - Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Grande - MS;
8 - Rádio Difusora de Penápolis Ltda., no município de Penápolis - SP;
9 - Rádio Colonial Ltda., no município de Três de Maio - RS;
10 - Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa - MG;
11 - Rádio Barbacena Ltda., no município de Barbacena - MG;
12 - Rádio Itamaraty Ltda., no município de Piripiri - PI;
13 - Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catanduva - SP; e
14 - Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis - SP.

Decretos de 8 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):
15 - Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda., no município de Carmo do Paranaíba - MG;
16 - Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz - MA;
17 - Rádio Cultura de Gravataí Ltda., no município de Gravataí - RS;
18 - Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda., no município de Capivari - SP;
19 - Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda., no município de Lucélia - SP;
20 - Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista - SP;
21 - Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., no município de Santo Antônio da Patrulha - RS;
22 - TV Rádio Clube de Teresina S.A., no município de Teresina - PI;
23 - Sistema Norte de Rádio Ltda., no município de Serra - ES;
24 - Fundação Bom Jesus de Cuiabá, no município de Cuiabá - MT;
25 - Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé - RS;
26 - Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., no município de Auriflama - SP;
27 - Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., no município de Cardoso - SP;
28 - Fundação Cristã Educativa, no município de Itapuranga - GO;
29 - Rádio Metrópole e Crissiumal Ltda., no município de Crissiumal - RS;
30 - Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., no município de José Bonifácio - SP;
31 - Rádio Imigrantes de Turvo Ltda., no município de Turvo - SC;
32 - Rádio Jaraguá Ltda., no município de Jaraguá do Sul - SC; e
33 - Rádio Cultura de Bariri Ltda., no município de Bariri - SP;

Decretos de 10 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):
34 - Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda., no município de Alegrete - RS;
35 - Fundação João Paulo II, no município de Gravatá - PE;
36 - Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;
37 - Rádio Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa - RS;
38 - Rádio Difusora São Joaquim Ltda., no município de São Joaquim - SC;
39 - Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus - AM;
40 - Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Monte Aprazível - SP;
41 - Rádio Alvorada de Quirinópolis Ltda., no município de Quirinópolis - GO;
42 - Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A., no município de Conceição do Coité - BA;

43 - Rádio Educadora de Taió Ltda., no município de Taió - SC;
44 - Emissora Continental de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ; e
45 - Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., no município de Piracicaba - SP.

Decretos de 11 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):
46 - Rádio Sentinela do Vale Ltda., no município de Gaspar - SC;
47 - Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba - SP;
48 - Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória - ES;
49 - Rádio Difusora de Piranga Ltda., no município de Piranga - MG;
50 - Rádio Jornal de Sergipe Ltda., no município de Aracajú - SE; e
51 - Super Radiodifusão Ltda., no município de Canoas - RS.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM nº. 686/2009 – MC

Brasília, 14 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53740.000057/02, em que a RÁDIO IMIGRANTES DE TURVO LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Turvo, Estado de Santa Catarina, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de junho de 2002.

2. A outorga foi conferida pela Portaria nº 109, de 2 de junho de 1982, publicada no Diário Oficial da União em 3 de junho 1982, com última renovação pelo Decreto de 4 de novembro de 1994, referendado pelo Decreto Legislativo nº 157, de 1991, publicado no Diário Oficial da União em 4 de dezembro de 1995.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

Nº 27, terça-feira, 9 de fevereiro de 2010 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 7

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001418/1999,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de maio de 2000, a concessão outorgada à Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda. pelo Decreto nº 84.646, de 23 de abril de 1980, renovada pelo Decreto de 24 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 122, de 2 de fevereiro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Jaraguá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972 e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004812/2004-22,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Jaraguá Ltda. conferida pela Portaria MVOP nº 652, de 26 de setembro de 1947, renovada pelo Decreto de 18 de julho de 1997, publicado no Diário Oficial da União de dia 21 seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 325, de 10 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Metrópole de Crissiumal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037001/2007,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de maio de 2000, a concessão outorgada à Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda. pelo Decreto nº 84.646, de 23 de abril de 1980, renovada pelo Decreto de 24 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 122, de 2 de fevereiro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Mirante do Maranhão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53900.015339/2007 e 53680.000089/1996,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de agosto de 2006, a concessão outorgada à Rádio Mirante do Maranhão Ltda. pelo Decreto nº 92.925, de 24 de julho de 1986, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o inciso I, alínea "b", do art. 1º do Decreto de 9 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, que renova a concessão da Rádio Mirante do Maranhão Ltda.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53000.031620/2003 e 53000.015252/2005,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda. pelo Decreto nº 47.229, de 13 de novembro de 1959, renovada pelo Decreto de 14 de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 110, de 30 de outubro de 1996, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de José Bonifácio, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000188/2000,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 17 de junho de 2.000, a concessão outorgada à Rádio Vale do Rio Tietê Ltda. pela Portaria nº 123, de 10 de junho de 1980, tendo adquirido a condição de concessionária, conforme Decreto nº 86.673, de 30 de novembro de 1981, renovada pelo Decreto de 1º de outubro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 2 subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 187, de 22 de maio de 2009, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de José Bonifácio, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Imigrantes de Turvo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Turvo, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000057/02,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 3 de junho de 2002, a concessão outorgada à Rádio Imigrantes de Turvo Ltda. pela Portaria nº 109, de 2 de junho de 1982, renovada pelo Decreto de 4 de novembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 157, de 30 de novembro de 1995, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010020900007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2012

**(nº 2.922/2010, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SUBAÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 30 de março de 2010, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 30 de outubro de 2000, a concessão outorgada à TV Subaé Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 351, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por quinze anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

Decretos de 29 de março de 2010 (DOU do dia subsequente):

1 - Televisão Xanxerê Ltda., no município de Xanxerê - SC;

2 - Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., no município de São Paulo - SP;

Decretos de 30 de março de 2010 (DOU do dia subsequente):

3 - Rádio e TV Bandeirantes de Campinas Ltda., no município de Campinas - SP;

4 - Televisão Icaraí Ltda., no município de Maringá - PR;

5 - Televisão Lages Ltda., no município de Lages - SC; e

6 - TV Subaé Ltda., no município de Feira de Santana - BA.

Brasília, 29 de junho de 2010.

EM nº. 970/2009 – MC

Brasília, 23 de outubro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53640.000408/2000, em que a TV SUBAÉ LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia, pelo prazo de quinze anos, a partir de 30 de outubro de 2000.

2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 91.824, de 23 de outubro de 1985, publicado no Diário Oficial da União em 24 de outubro de 1985.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

8 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 61, quarta-feira, 31 de março de 2010

**DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Major Vieira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53740.000425/2002 e 29823.000419/92,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de setembro de 2002, a concessão outorgada à Rádio Planalto de Major Vieira Ltda. pela Portaria nº 178, de 9 de setembro de 1982, tendo passado à condição de concessionária em virtude do aumento de potência de sua estação, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto de 16 de maio de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 subseqüente, que renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Major Vieira Ltda.

Brasília, 30 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

**DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Rio Mar Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, sem direito de exclusividade, no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.018069/2003,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2004, a concessão outorgada à Rádio Rio Mar Ltda. pelo Decreto nº 38.718, de 30 de janeiro de 1956, renovada pelo Decreto de 6 de dezembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 823, de 8 de novembro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

**DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.039974/2008,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 24 de novembro de 2005, a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. pelo Decreto nº 96.710, de 26 de setembro de 1988, renovada pelo Decreto de 7 de dezembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2006, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 61, de 28 de fevereiro de 2008, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

**DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Televisão Lages Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.050929/2007,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 9 de dezembro de 2007, a concessão outorgada à Televisão Lages Ltda. pelo Decreto nº 80.562, de 13 de outubro de 1977, renovada pelo Decreto de 31 de agosto de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 218, de 27 de agosto de 2008, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

**DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à TV Subaé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000408/2000,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 30 de outubro de 2000, a concessão outorgada à TV Subaé Ltda. pelo Decreto nº 91.824, de 23 de outubro de 1985, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Helio Costa*

## Presidência da República

### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 134, de 30 de março de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 442.723.369,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Nº 135, de 30 de março de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 1.000.000,00, para o fim que especifica".

Nº 136, de 30 de março de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera o inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010".

Nº 137, de 30 de março de 2010. Proposta ao Senado Federal para seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos são relacionados com a Linha de Crédito Adicional do BID vinculada ao "Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)" e destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ".

Nº 138, de 30 de março de 2010. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor **FREDERICO CEZAR DE ARAÚJO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Nº 139 de 30 de março de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional dos volumes anexos que compreendem as contas do Governo Federal relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Exposição de Motivos

Nº 100, de 5 de março de 2010. Sobrevoo no território nacional de aeronaves pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) Estado da Catar:

- aeronave tipo KC-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de ajuda humanitária, com a seguinte programação, no mês de março de 2010:

dia 3 - procedente de Dakar, Senegal, e destino a Buenos Aires, Argentina;

2) República Bolivariana da Venezuela:

- aeronave tipo C-750, pertencente à Aviação Militar Nacional Bolivariana daquele País, em missão de transporte do seu Comandante da Armada e Comitiva, com a seguinte programação, no mês de março de 2010:

dia 4 - procedente de Puerto Ordaz, Venezuela, e destino a Buenos Aires;

dia 5 - procedente de Buenos Aires e destino a Maiquetia, Venezuela;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010033100008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2012

**(nº 2.926/2010, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CAMAQUENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 29 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Camaquense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 356, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decreto de 18 de julho de 2006 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Atalaia de Londrina Ltda., no município de Londrina - PR;

Decretos de 29 de março de 2010 (DOU do dia subsequente):

2 - Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., no município de Rio Claro - SP;

3 - Rádio Difusora União Ltda., no município de União da Vitória - PR;

4 - Rádio Juazeiro Ltda., no município de Juazeiro - BA;

5 - Rádio Educadora de Laranjeiras do Sul Ltda., no município de Laranjeiras do Sul - PR;

6 - Rádio Difusora de Mirassol D'Oeste Ltda., no município de Mirassol D'Oeste - MT;

7 - Sociedade Rádio Camaquense Ltda., no município de Camaquã - RS;

8 - Rádio Brasília Ltda., na cidade de Brasília - DF;

9 - Rádio Araucária Ltda., no município de Lages - SC;

10 - Rádio Voz de Itabaiana Ltda., no município de Itabaiana - SE;

11 - Rede Central de Comunicação Ltda., no município de Campinas - SP;

12 - Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., no município de Flores da Cunha - RS;

Decretos de 30 de março de 2010 (DOU do dia subsequente):

13 - Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;

14 - Rádio Paranavaí Ltda., no município de Paranavaí - PR;

15 - Rádio Iguatemi Ltda., no município de Mogi das Cruzes - SP;

16 - Rádio Esmeralda Ltda., no município de Vacaria - RS;

17 - Rádio Guaçú de Toledo Ltda., no município de Toledo - PR;

18 - Fundação Arquidiocesana de Cultura, no município de Aracaju - SE;

19 - Rádio Planalto de Major Vieira Ltda., no município de Major Vieira - SC;

20 - Fundação Frei Rogério, no município de Curitibanos - SC;

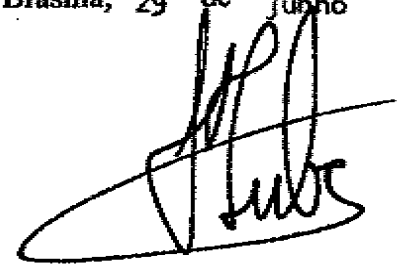
21 - Rádio Nova Dracena Ltda., no município de Dracena - SP;

22 - Rádio Juriti de Paracatu Ltda., no município de Paracatu - MG;

23 - Rádio Guarany Ltda., no município de Pacajus - CE; e

24 - Telecomunicações Campos Dourados Ltda., no município de Cascavel - PR.

Brasília, 29 de Junho de 2010.



EM nº. 858/2009 – MC

Brasília, 15 de setembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53528.001228/2003, em que a SOCIEDADE RÁDIO CAMAQUENSE LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003.

2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 45.665, de 30 de março de 1959, publicado no Diário Oficial da União em 24 de abril de 1959, renovado pelo Decreto de 15 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 18 de setembro de 2000, referendado pelo Decreto Legislativo nº 9, de 2005, publicado no Diário Oficial da União em 25 de fevereiro de 2005.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

Nº 60, terça-feira, 30 de março de 2010 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 23

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Lauro Muller Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.019113/2008,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de dezembro de 2006, a concessão outorgada à Rádio Educadora de Lauro Muller Ltda. pela Portaria nº 435, de 8 de novembro de 1988, renovada pelo Decreto de 20 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de dia 21 subseqüente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 569, de 17 de junho de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Mimosol D'Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Mimosol D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.015340/2008,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de outubro de 2002, a concessão outorgada à Rádio Difusora de Mimosol D'Oeste Ltda. pelo Decreto nº 87.664, de 5 de outubro de 1982, renovada pelo Decreto de 11 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 13 de outubro de 1995, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 52, de 22 de outubro de 1997, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Mimosol D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Brasília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.038853/2008-38,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 4 de outubro de 2008, a concessão outorgada à Rádio Brasília Ltda. pelo Decreto nº 96.750, de 22 de setembro de 1988, renovada pelo Decreto de 15 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 1.068, de 18 de novembro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e de acordo com o art. 3º, parágrafo único, do Decreto nº 94.788, de 29 de agosto de 1987, resolve

**C O N C E D E R**

a Medalha do Mérito Agrotílio Salles, na categoria Prata, a WALTER MOTTA FERREIRA, pela destacada contribuição à agricultura brasileira.

Brasília, 29 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Reinhold Stephanes*

## MINISTÉRIO DA DEFESA

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, de acordo com o disposto no art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

**P R O M O V E R**

ao Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar as seguintes personalidades:

**I - AO GRAU DE GRANDE-OFICIAL:**

Procurador-Geral da República ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS;

Embaixador PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS;

*Arcebispo ALDO DI CILLO PAGOTTO;*

REGINALDO ROBERTO ALBUQUERQUE DE SÁ;

JOÃO CARLOS SAAD;

**II - AO GRAU DE COMENDADOR:**

Desembargador Federal JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA;

Desembargador Federal OLINDO HERCULANO DE MENEZES;

Desembargador Federal MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT;

Juiz de Direito ALEXANDRE SENA DE ALMEIDA;

Juiz Auditor JOSÉ BARROSO FILHO;

CÉLIA CORRÊA;

ALBERTO JABUR;

ALEXANDRE EGGERS GARCIA;

CLÁUDIO DODERO REIS;

WINSLOU JUN OKAMOTO;

**III - AO GRAU DE OFICIAL:**

BERNARDO ROCHA REZENDE;

*FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO;*

ARY DA SILVA GRAÇA FILHO;

CARLOS DOS SANTOS BRAGA;

ELY CORRÊA PINTO;

JOÃO GONÇALVES DE ARAÚJO NETO;

JOSÉ MELLO DE OLIVEIRA;

LUIZ CARLOS PEIXOTO DE LIMA RAMOS;

MARIO PEREIRA;

SÁLVIO SANTOS;

ELANE AUGUSTA DE FREITAS CAJAZEIRA;

MARIA JOSÉ DOS SANTOS OLIVEIRA;

*SARA CARDOSO SILVA.*

Brasília, 29 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Nelson Jobim*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010033000023.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2012

**(nº 2.949/2010, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL IBIPETUBA-ASCIB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 1.012 de 16 de dezembro de 2009, que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural Ibipetuba-ASCIB para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 360, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 391, de 24 de junho de 2008 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação, no município de Paracatu - MG;

2 - Portaria nº 884, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Amigos de Fátima, no município de Fátima - TO;

3 - Portaria nº 898, de 22 de dezembro de 2008 – Fundação Rádio Educativa de Barcelona, no município de Caravelas - BA;

4 - Portaria nº 901, de 22 de dezembro de 2008 – Instituição Missionária Vida Nova, no município de Salvador - BA;

5 - Portaria nº 906, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Beneficente Educativa Novo Horizonte, no município de Guarulhos - SP;

6 - Portaria nº 917, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Rádio Comunitária do Riacho Fundo II – Candango FM, na localidade de Riacho Fundo II - DF;

7 - Portaria nº 984, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Ponte Alta, no município de Guarulhos - SP;

8 - Portaria nº 1.035, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz, no município de Fortaleza - CE;

9 - Portaria nº 857, de 23 de outubro de 2009 – Associação Desportiva do Parma Atlético Clube, no município de São Miguel do Gostoso - RN;

10 - Portaria nº 870, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária dos Amigos da Cidade de Iuiu, no município de Iuiu - BA;

11 - Portaria nº 886, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Várzea da Palma, no município de Várzea da Palma - MG;

12 - Portaria nº 903, de 11 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Dionísio, no município de Dionízio - MG;

13 - Portaria nº 944, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Campinaçú, no município de Campinaçú - GO;

14 - Portaria nº 946, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz, no município de Itabira - MG;

15 - Portaria nº 951, de 20 de novembro de 2009 – ACMMJ - Associação Comunitária dos Moradores e Moradoras de Jaborandi, no município de Jaborandi - BA;

16 - Portaria nº 956, de 20 de novembro de 2009 – Comunidade Spicilegium Dei de Amparo Social e Cristão, no município de São Paulo - SP;

17 - Portaria nº 957, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descanps de Ocauçu - SP, no município de Ocauçu - SP;

18 - Portaria nº 961, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Ramalhense de Comunicação, no município de João Ramalho - SP;

19 - Portaria nº 965, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Alto Piquiri, no município de Alto Piquiri - PR;

20 - Portaria nº 969, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul - SC, no município de São João do Sul - SC;

21 - Portaria nº 992, de 1º de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Xaxinense, no município de Xaxim - SC;

22 - Portaria nº 1.004, de 11 de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Balneário Gaivota, no município de Balneário Gaivota - SC;

23 - Portaria nº 1.010, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Cultural, Comunitária e Social Aurieense, no município de Áurea - RS;

24 - Portaria nº 1.012, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Sócio - Cultural Ibipetuba - ASCIB, no município de Santa Rita de Cássia - BA;

25 - Portaria nº 71, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural Alto Xingu, no município de São Félix do Xingu - PA;

26 - Portaria nº 72, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação de Rádio Comunitária de Miguel Pereira - ARCOMP, no município de Miguel Pereira - RJ;

27 - Portaria nº 73, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Vale do Jurigue, no município de Pedra Preta - MT;

28 - Portaria nº 74, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária de Rádio São João, no município de Torres - RS;

29 - Portaria nº 128, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária Geraldo de Oliveira de Jaupaci Goiás, no município de Jaupaci - GO;

30 - Portaria nº 129, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Pedreira do Instituto, no município de Itabira - MG;

31 - Portaria nº 130, de 11 de março de 2010 – Associação de Amigos e Colaboradores do Parque, no município de São Mateus - ES;

32 - Portaria nº 131, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Atendimento Social e Assistencial Marcondense, no município de Alfredo Marcondes - SP;

33 - Portaria nº 149, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guiratinga, no município de Guiratinga - MT;

34 - Portaria nº 167, de 24 de março de 2010 – Associação Recreativa da Melhor Idade (ARMI), no município de Serra dos Aimorés - MG;

35 - Portaria nº 223, de 25 de março de 2010 – Associação Cultural e Beneficente de Xanxerê - SC, no município de Xanxerê - SC;

36 - Portaria nº 224, de 25 de março de 2010 – Rádio União Comunitária, no município de Criciúma - SC;

37 - Portaria nº 227, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária Radiodifusora Dona Francisca, no município de Dona Francisca - RS;

38 - Portaria nº 230, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária a Voz de Grussaí, no município de São João da Barra - RJ;

39 - Portaria nº 231, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho, no município de Tartarugalzinho – AP;

40 - Portaria nº 240, de 26 de março de 2010 – Associação Liberdade de Cultura e Comunicação, no município de Seberi - RS;

41 - Portaria nº 241, de 26 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária do Arroio do Padre, no município de Arroio do Padre - RS; e

42 - Portaria nº 243, de 26 de março de 2010 – Associação Cultural Cafelandense, no município de Cafelândia - SP.

Brasília, 29 de junho de 2010.

EM nº. 10/2010-MC

Brasília, 5 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Sócio - Cultural Ibipetuba - ASCIB**, no Município de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.004507/09, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1012 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004.507/09 e da PARECER Nº 2317/2009/MGT/CGCE/CONJUR-MC/AGU, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Sócio – Cultural Ibipetuba - ASCIB**, com sede na Rua José Guedes de Oliveira, nº 183 – Povoado de Itiquira, no município de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 10º 46' 02"S e longitude em 44º 20' 58"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 2012

## (nº 2.955/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO ARROIO DO PADRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Padre, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 241 de 26 de março de 2010, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Arroio do Padre para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Padre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 360, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 391, de 24 de junho de 2008 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação, no município de Paracatu - MG;

2 - Portaria nº 884, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Amigos de Fátima, no município de Fátima - TO;

3 - Portaria nº 898, de 22 de dezembro de 2008 – Fundação Rádio Educativa de Barcelona, no município de Caravelas - BA;

4 - Portaria nº 901, de 22 de dezembro de 2008 – Instituição Missionária Vida Nova, no município de Salvador - BA;

5 - Portaria nº 906, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Beneficente Educativa Novo Horizonte, no município de Guarulhos - SP;

6 - Portaria nº 917, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Rádio Comunitária do Riacho Fundo II – Candango FM, na localidade de Riacho Fundo II - DF;

7 - Portaria nº 984, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Ponte Alta, no município de Guarulhos - SP;

8 - Portaria nº 1.035, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz, no município de Fortaleza - CE;

9 - Portaria nº 857, de 23 de outubro de 2009 – Associação Desportiva do Parma

Atlético Clube, no município de São Miguel do Gostoso - RN;

10 - Portaria nº 870, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária dos Amigos da Cidade de Iuiu, no município de Iuiu - BA;

11 - Portaria nº 886, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Várzea da Palma, no município de Várzea da Palma - MG;

12 - Portaria nº 903, de 11 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Dionísio, no município de Dionízio - MG;

13 - Portaria nº 944, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Campinaçú, no município de Campinaçú - GO;

14 - Portaria nº 946, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz, no município de Itabira - MG;

15 - Portaria nº 951, de 20 de novembro de 2009 – ACMMJ - Associação Comunitária dos Moradores e Moradoras de Jaborandi, no município de Jaborandi - BA;

16 - Portaria nº 956, de 20 de novembro de 2009 – Comunidade Spicilegium Dei de Amparo Social e Cristão, no município de São Paulo - SP;

17 - Portaria nº 957, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descanps de Ocauçu - SP, no município de Ocauçu - SP;

18 - Portaria nº 961, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Ramalhense de Comunicação, no município de João Ramalho - SP;

19 - Portaria nº 965, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Alto Piquiri, no município de Alto Piquiri - PR;

20 - Portaria nº 969, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul - SC, no município de São João do Sul - SC;

21 - Portaria nº 992, de 1º de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Xaxinense, no município de Xaxim - SC;

22 - Portaria nº 1.004, de 11 de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Balneário Gaivota, no município de Balneário Gaivota - SC;

23 - Portaria nº 1.010, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Cultural, Comunitária e Social Aurieense, no município de Áurea - RS;

24 - Portaria nº 1.012, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Sócio - Cultural Ibipetuba - ASCIB, no município de Santa Rita de Cássia - BA;

25 - Portaria nº 71, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural Alto Xingu, no município de São Félix do Xingu - PA;

26 - Portaria nº 72, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação de Rádio Comunitária de Miguel Pereira - ARCOMP, no município de Miguel Pereira - RJ;

27 - Portaria nº 73, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Vale do Jurigue, no município de Pedra Preta - MT;

28 - Portaria nº 74, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária de Rádio São João, no município de Torres - RS;

29 - Portaria nº 128, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária Geraldo de Oliveira de Jaupaci Goiás, no município de Jaupaci - GO;

30 - Portaria nº 129, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Pedreira do Instituto, no município de Itabira - MG;

31 - Portaria nº 130, de 11 de março de 2010 – Associação de Amigos e Colaboradores do Parque, no município de São Mateus - ES;

32 - Portaria nº 131, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Atendimento Social e Assistencial Marcondense, no município de Alfredo Marcondes - SP;

33 - Portaria nº 149, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guiratinga, no município de Guiratinga - MT;

34 - Portaria nº 167, de 24 de março de 2010 – Associação Recreativa da Melhor Idade (ARMI), no município de Serra dos Aimorés - MG;

35 - Portaria nº 223, de 25 de março de 2010 – Associação Cultural e Beneficente de Xanxerê - SC, no município de Xanxerê - SC;

36 - Portaria nº 224, de 25 de março de 2010 – Rádio União Comunitária, no município de Criciúma - SC;

37 - Portaria nº 227, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária Radiodifusora Dona Francisca, no município de Dona Francisca - RS;

38 - Portaria nº 230, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária a Voz de Grussaí, no município de São João da Barra - RJ;

39 - Portaria nº 231, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho, no município de Tartarugalzinho – AP;

40 - Portaria nº 240, de 26 de março de 2010 – Associação Liberdade de Cultura e Comunicação, no município de Seberi - RS;

41 - Portaria nº 241, de 26 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária do Arroio do Padre, no município de Arroio do Padre - RS; e

42 - Portaria nº 243, de 26 de março de 2010 – Associação Cultural Cafelandense, no município de Cafelândia - SP.

Brasília, 29 de junho de 2010.

EM nº. 167/2010 – MC

Brasília, 16 de abril de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Radiodifusão Comunitária do Arroio do Padre**, no Município de Arroio do Padre, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.020802/07, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*

**PORTARIA Nº 241 DE 26 DE MARÇO DE 2010.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.020.802/07 e da PARECER Nº 071/2010/MGT/CGCE/CONJUR-MC/AGU, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Radiodifusão Comunitária do Arroio do Padre**, com sede na Estrada Arroio do Padre, Núcleo Central, nº 480, Apartamento 200, no município de Arroio do Padre, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 31° 26' 30"S e longitude em 52° 25' 04"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 2012

**(nº 3.044/2010, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CARIJINHO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 860 de 23 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Carijinho FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 94, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 732, de 17 de setembro de 2009 – Associação Cultural Comunitária LM - Westfália, no município de Westfália - RS;

2 - Portaria nº 733, de 17 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Serra das Araras, no município de Chapada Gaúcha - MG;

3 - Portaria nº 758, de 18 de setembro de 2009 – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Jockey Clube, no município de Ponta Porã - MS;

4 - Portaria nº 860, de 23 de outubro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Carijinho FM, no município de Sobradinho - RS;

5 - Portaria nº 872, de 29 de outubro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Morro de Fumaça - ARCOMF, no município de Morro da Fumaça - SC;

6 - Portaria nº 885, de 29 de outubro de 2009 – Associação das Mulheres de Nazaré da Mata, no município de Nazaré da Mata - PE;

7 - Portaria nº 938, de 19 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão, no município de Tutóia - MA; e

8 - Portaria nº 970, de 20 de novembro de 2009 – Fundação Cultural e Educativa Padre Victor, no município de Três Pontas - MG.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM nº. 1005/2009 – MC

Brasília, 6 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Rádio Comunitária Carijinho FM,** no Município de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.003268/2008, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 860 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003.268/2008 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 0799 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Rádio Comunitária Carijinho FM**, com sede na Rua Independência, nº 411, no município de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29º 24' 55'' S e longitude em 53º 01' 25'' W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 2012

## (nº 3.048/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à AKATU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 397 de 18 de junho de 2009, que outorga permissão à Akatu FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 97, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 150, de 3 de abril de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de Mendes Pimentel - MG;

2 - Portaria nº 297, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Brasilândia - MS;

3 - Portaria nº 380, de 18 de junho de 2009 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Ipixuna do Pará - PA;

4 - Portaria nº 383, de 18 de junho de 2009 – Rádio FM Colina do Sol Ltda., no município de Una - BA;

5 - Portaria nº 385, de 18 de junho de 2009 – Tipuana FM Ltda., no município de Santana - BA;

6 - Portaria nº 386, de 18 de junho de 2009 – Grupo Tucano de Comunicação Ltda., no município de Tucano - BA;

7 - Portaria nº 387, de 18 de junho de 2009 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Garrafão do Norte - PA;

8 - Portaria nº 388, de 18 de junho de 2009 – Akatu FM Ltda., no município de Vitória da Conquista - BA;

9 - Portaria nº 392, de 18 de junho de 2009 – Sistema de Rádio e Televisão Norte Mato-Grossense Ltda., no município de Campinápolis - MT;

10 - Portaria nº 396, de 18 de junho de 2009 – Akatu FM Ltda., no município de Pedrão - BA;

11 - Portaria nº 397, de 18 de junho de 2009 – Akatu FM Ltda., no município de Sapeaçu - BA;

12 - Portaria nº 583, de 18 de agosto de 2009 – S.R.S. Comunicações Ltda., no município de São João Batista - SC;

13 - Portaria nº 585, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda., no município de Palhoça - SC;

14 - Portaria nº 588, de 18 de agosto de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Portel - PA;

15 - Portaria nº 589, de 18 de agosto de 2009 – FM Sertaneja de Abaré Ltda., no município de Abaré - BA;

16 - Portaria nº 595, de 18 de agosto de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de São Félix do Xingu - PA;

17 - Portaria nº 596, de 18 de agosto de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Moju - PA;

18 - Portaria nº 598, de 18 de agosto de 2009 – FM Industrial Ltda., no município de Uruçuca - BA;

19 - Portaria nº 600, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Cidade Santa Luz FM Ltda., no município de Serra do Ramalho - BA;

20 - Portaria nº 601, de 18 de agosto de 2009 – FM Industrial Ltda., no município de Xique-Xique - BA;

21 - Portaria nº 602, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Portal do Sul FM Ltda., no município de Ronda Alta - RS;

22 - Portaria nº 603, de 18 de agosto de 2009 – H. Sul FM Rádio Difusão Ltda., no município de Herval - RS; e

23 - Portaria nº 614, de 24 de agosto de 2009 – Rádio Timbó Ltda., no município de Rodeio - SC.

Brasília, 11 de março de 2010

EM nº. 605/2009 – MC

Brasília, 30 de junho de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 084/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Sapeaçu, Estado da Bahia.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Akatu FM Ltda (Processo nº 53640.000216/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

PORTARIA Nº 397 , DE 18 DE JUNHO DE 2009.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES,** no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000216/2002, Concorrência nº 084/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à AKATU FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Sapeaçu, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2012

## (nº 3.050/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FM STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 435 de 24 de julho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de julho de 2000, a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Stereo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 99, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 672, de 26 de dezembro de 2005 – Rádio FM Vale do Sol Ltda., no município de Santo Antônio da Platina - PR;

2 - Portaria nº 224, de 18 de abril de 2006 – Rádio Rainha FM Ltda., no município de Bento Gonçalves - RS;

3 - Portaria nº 559, de 13 de setembro de 2006 – Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa - MG;

4 - Portaria nº 299, de 19 de junho de 2007 – Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba - SP;

5 - Portaria nº 402, de 24 de julho de 2007 – Rádio Eldorado Ltda., no município de São Paulo - SP;

6 - Portaria nº 615, de 6 de novembro de 2007 – Rádio Cidade Verde de Teresina Ltda., originalmente Rádio Pioneira de Teresina Ltda., no município de Teresina - PI;

7 - Portaria nº 750, de 18 de dezembro de 2007 – Scala FM Stéreo de Curitiba Ltda., originalmente Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda., na cidade de Cornélio Procópio - PR;

8 - Portaria nº 764, de 18 de dezembro de 2007 – Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., no município de Taió - SC;

9 - Portaria nº 344, de 12 de junho de 2009 – Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda., no município de Porto Velho - RO;

10 - Portaria nº 434, de 24 de julho de 2009 – Rádio Meridional Ltda., no município de Uberaba - MG;

11 - Portaria nº 435, de 24 de julho de 2009 – Rádio Iguatemi FM Stereo Ltda., no município de Bebedouro - SP;

12 - Portaria nº 436, de 24 de julho de 2009 – Rádio Vale dos Sinos Ltda., no município de Campo Bom - RS;

13 - Portaria nº 515, de 8 de agosto de 2009 – Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento Ltda., no município de Santana do Livramento - RS;

14 - Portaria nº 517, de 7 de agosto de 2009 – Rádio e TV Correio Ltda., no município de Campina Grande - PB;

15 - Portaria nº 518, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Liberal FM Ltda., no município de Dracena - SP;

16 - Portaria nº 519, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda., no município de Arvorezinha - RS;

17 - Portaria nº 523, de 10 de agosto de 2009 – Antena Um Radiodifusão Ltda., no município de São Paulo - SP;

18 - Portaria nº 525, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Mirante Ltda., no município de São João da Boa Vista - SP;

19 - Portaria nº 526, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda., no município de Florianópolis - SC;

20 - Portaria nº 527, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

21 - Portaria nº 528, de 10 de agosto de 2009 – Fênix Radiodifusão Ltda., originalmente Rádio Difusão Carvalho & Martins, no município de Itajobi - SP;

22 - Portaria nº 529, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Cidade de Campinas Ltda., no município de Itu - SP;

23 - Portaria nº 530, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda., originalmente Rádio Difusora de Rio Bonito Ltda., no município de Niterói - RJ;

24 - Portaria nº 534, de 10 de agosto de 2009 – Empresa Radiofônica Ouro Branco Ltda., no município de Teutônia - RS;

25 - Portaria nº 540, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Vox 90 Ltda., originalmente Rádio Cultura de Americana Ltda., no município de Americana - SP;

26 - Portaria nº 541, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Verdes Mares Ltda., no município de Fortaleza - CE;

27 - Portaria nº 542, de 10 de agosto de 2009 – Rede Triunfo de Comunicações Ltda., no município de Itamaraju - BA;

28 - Portaria nº 543, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Castelo Branco Ltda., no município de Divinópolis - MG;

29 - Portaria nº 547, de 11 de agosto de 2009 – Rádio Princesa da Mata Ltda., no município de Muriaé - MG;

30 - Portaria nº 573, de 14 de agosto de 2009 – Rádio Charrua Ltda., no município de Uruguaiana - RS;

31 - Portaria nº 574, de 14 de agosto de 2009 – Emissoras Diário da Região Ltda., no município de Mirassol - SP;

32 - Portaria nº 575, de 14 de agosto de 2009 – Rádio Transamérica FM Ltda., no município de Ponta Porã - MS;

33 - Portaria nº 582, de 18 de agosto de 2009 – Sistema FM de Rádio Ltda., no município de Formiga - MG;

34 - Portaria nº 587, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Paulista de Avaré Ltda., no município de Avaré - SP;

35 - Portaria nº 608, de 24 de agosto de 2009 – Rádio Sociedade Independente de Porteirinha Ltda-ME., no município de Porteirinha - MG;

36 - Portaria nº 653, de 31 de agosto de 2009 – Nassau Editora de Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória - ES;

37 - Portaria nº 657, de 31 de agosto de 2009 – Rádio FM Norte Pioneira Ltda., no município de Jacarezinho - PR;

38 - Portaria nº 658, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus - AM;

39 - Portaria nº 660, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Paranaíba Ltda., no município de Itumbiara – GO;

40 - Portaria nº 700, de 11 de setembro de 2009 – Televisão Verdes Mares Ltda., originalmente Publisom Indústria e Comércio Ltda., no município de Recife - PE; e

41 - Portaria nº 702, de 11 de setembro de 2009 – Rádio Pontal de Itabira Ltda., no município de Itabira - MG.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM nº. 704/2009 – MC

Brasília, 17 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53830.000119/2000, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FM STEREO LTDA para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora, em freqüência modulada, no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de julho de 2.000.

2. A permissão foi conferida por meio da Portaria nº 147, de 24 de junho de 1.980, publicada no Diário Oficial da União em 1º de julho de 1980 e referendado pelo Decreto Legislativo nº 71, de 1.998, publicado no Diário Oficial da União em 30 de outubro de 1.998.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1.972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1.983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1.972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 435 , DE 24 DE JULHO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000119/2000, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1.962, por dez anos, a partir de 1º de julho de 2.000, a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FM STEREO LTDA., por meio da Portaria nº 147, de 24 de junho de 1.980, publicada no Diário Oficial da União no dia 1º de julho de 1.980, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
**Ministro de Estado das Comunicações**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2012

(nº 3.058/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SIMPATIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 30 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 24 de novembro de 2008, a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 356, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decreto de 18 de julho de 2006 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Atalaia de Londrina Ltda., no município de Londrina - PR;

Decretos de 29 de março de 2010 (DOU do dia subsequente):

2 - Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., no município de Rio Claro - SP;

3 - Rádio Difusora União Ltda., no município de União da Vitória - PR;

4 - Rádio Juazeiro Ltda., no município de Juazeiro - BA;

5 - Rádio Educadora de Laranjeiras do Sul Ltda., no município de Laranjeiras do Sul - PR;

6 - Rádio Difusora de Mirassol D'Oeste Ltda., no município de Mirassol D'Oeste - MT;

7 - Sociedade Rádio Camaquense Ltda., no município de Camaquã - RS;

8 - Rádio Brasília Ltda., na cidade de Brasília - DF;

9 - Rádio Araucária Ltda., no município de Lages - SC;

10 - Rádio Voz de Itabaiana Ltda., no município de Itabaiana - SE;

11 - Rede Central de Comunicação Ltda., no município de Campinas - SP;

12 - Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., no município de Flores da Cunha - RS;

Decretos de 30 de março de 2010 (DOU do dia subsequente):

13 - Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;

14 - Rádio Paranavaí Ltda., no município de Paranavaí - PR;

15 - Rádio Iguatemi Ltda., no município de Mogi das Cruzes - SP;

16 - Rádio Esmeralda Ltda., no município de Vacaria - RS;

17 - Rádio Guaçú de Toledo Ltda., no município de Toledo - PR;

18 - Fundação Arquidiocesana de Cultura, no município de Aracaju - SE;

19 - Rádio Planalto de Major Vieira Ltda., no município de Major Vieira - SC;

20 - Fundação Frei Rogério, no município de Curitibanos - SC;

21 - Rádio Nova Dracena Ltda., no município de Dracena - SP;

22 - Rádio Juriti de Paracatu Ltda., no município de Paracatu - MG;

23 - Rádio Guarany Ltda., no município de Pacajus - CE; e

24 - Telecomunicações Campos Dourados Ltda., no município de Cascavel - PR.

Brasília, 29 de junho de 2010.

EM nº. 852/2009 – MC

Brasília, 15 de setembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.035974/2008, em que à RÁDIO SIMPATIA LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de novembro de 2008.

2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 96.770, de 26 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União em 27 de setembro de 1988, renovada pelo Decreto de 7 de dezembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 8 de dezembro de 2006, referendado pelo Decreto Legislativo nº 61, de 2008, publicado no Diário Oficial da União em 29 de fevereiro de 2008.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

8 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 61, quarta-feira, 31 de março de 2010

DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Major Vieira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 5º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53740.000425/2002 e 29320.900419/92,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de setembro de 2002, a concessão outorgada à Rádio Planalto de Major Vieira Ltda. pela Portaria nº 178, de 9 de setembro de 1982, tendo passado à condição de concessionária em virtude do ato de outorga de prórroga de sua emissão, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada regar-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto de 16 de maio de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 subseqüente, que renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Major Vieira Ltda.

Brasília, 30 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Rio Mar Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, sem direito de exclusividade, no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.018063/2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2004, a concessão outorgada à Rádio Rio Mar Ltda. pelo Decreto nº 38.718, de 30 de janeiro de 1956, renovada pelo Decreto de 6 de dezembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 823, de 8 de novembro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A concessão ora renovada regar-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Sinapseia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Chapadá, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.033392/2008,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 24 de novembro de 2006, a concessão outorgada à Rádio Sinapseia Ltda. pelo Decreto nº 96.770, de 26 de setembro de 1988, renovada pelo Decreto de 7 de dezembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2006, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 61, de 28 de fevereiro de 2008, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Chapadá, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada regar-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Televisão Lages Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.058929/2007,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 9 de dezembro de 2007, a concessão outorgada à Televisão Lages Ltda. pelo Decreto nº 80.562, de 13 de outubro de 1977, renovada pelo Decreto de 31 de agosto de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro da 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 248, de 27 de agosto de 2008, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada regar-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à TV Subaé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53680.033392/2008,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 20 de outubro de 2008, a concessão outorgada à TV Subaé Ltda. pelo Decreto nº 91.824, de 21 de outubro de 1985, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A concessão ora renovada regar-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Hélio Costa*

## Presidência da República

### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 134, de 30 de março de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 442.725.360,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Nº 135, de 30 de março de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 1.000.000,00, para o fim que especifica".

Nº 136, de 30 de março de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera o inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010".

Nº 137, de 30 de março de 2010. Propõe ao Senado Federal para seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos são relacionados com a Linha de Crédito Adicional do BID vinculado ao "Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)" e destina-se ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ".

Nº 138, de 30 de março de 2010. Encaminhamento ao Senado Federal, para aprovação, do nome do Senhor FREDERICO CEZAR DE ARAÚJO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Nº 139 de 30 de março de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional dos volumes anexos que compreendem as contas do Governo Federal relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Exposição de Motivos

Nº 150, de 5 de março de 2010. Sobrevoo no território nacional de aeronaves pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) Estado de Catar:

- aeronave tipo KC-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de apoio humanitário, com a seguinte programação, no mês de março de 2010:

dia 3 - procedente de Dakar, Senegal, e destino a Buenos Aires, Argentina;

2) República Bolivariana da Venezuela:

- aeronave tipo C-730, pertencente à Aviação Militar Nacional Bolivariana daquele País, em missão de transporte de sua Comandante da Armada e Comitiva, com a seguinte programação, no mês de março de 2010:

dia 4 - procedente de Puerto Ordaz, Venezuela, e destino a Buenos Aires;

dia 5 - procedente de Buenos Aires e destino a Maiquetia, Venezuela;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010033100008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2012

**(nº 3.068/2010, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FM GUAJERU-BA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guajeru, Estado da Bahia.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 966 de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária FM Guajeru-BA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guajeru, Estado da Bahia.**

**Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 359, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 677, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas, no município de Solidão - PE;

2 - Portaria nº 681, de 10 de setembro de 2009 – Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira, no município de Catarina - CE;

3 - Portaria nº 682, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiaçu – Rádio Cidade de Ipiaçu, no município de Ipiaçu - MG;

4 - Portaria nº 685, de 10 de setembro de 2009 – Associação Cultural Colinense de Difusão Comunitária, no município de Colinas do Sul - GO;

5 - Portaria nº 690, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Radiodifusão e Cultural de Lagoa do Tocantins, no município de Lagoa do Tocantins - TO;

6 - Portaria nº 706, de 11 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Amigos de Toledo, no município de Toledo - MG;

7 - Portaria nº 731, de 17 de setembro de 2009 – UMECC - União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia, no município de Caucaia - CE;

8 - Portaria nº 820, de 8 de outubro de 2009 – Associação Amigos de Catas Altas da Noruega, no município de Catas Altas da Noruega - MG;

9 - Portaria nº 850, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Milênio, no município de São Paulo - SP;

10 - Portaria nº 852, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Pareiheiros – ACCDIP, no município de São Paulo - SP;

11 - Portaria nº 853, de 23 de outubro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida, no município de São Paulo - SP;

12 - Portaria nº 854, de 23 de outubro de 2009 – Associação Educativa Cultural e Beneficente Gideões do Canaã, no município de Dourados - MS;

13 - Portaria nº 855, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural e Educacional de Caldas Novas, no município de Caldas Novas - GO;

14 - Portaria nº 856, de 23 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Mar Azul, no município de Balneário Arroio do Silva - SC;

15 - Portaria nº 858, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Central de Santiago, no município de Santiago - RS;

16 - Portaria nº 859, de 23 de outubro de 2009 – Organização dos Moradores de Pirituba, no município de São Paulo - SP;

17 - Portaria nº 861, de 23 de outubro de 2009 – Associação Videomaker do Brasil, no município de São Paulo - SP;

18 - Portaria nº 862, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira, no município de São Paulo - SP;

19 - Portaria nº 863, de 23 de outubro de 2009 – ABRAQUA - Associação Brasileira de Qualificação e Ensino Pró-Rádio, no município de São Paulo - SP;

20 - Portaria nº 864, de 23 de outubro de 2009 – Rádio Escola Comunitária FM de Cariacica, no município de Cariacica - ES;

21 - Portaria nº 871, de 29 de outubro de 2009 – Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora, no município de Aurora do Tocantins - TO;

22 - Portaria nº 898, de 4 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Unidos Venceremos, no município de Augusto de Lima - MG;

23 - Portaria nº 945, de 20 de novembro de 2009 – Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade, no município de Fortaleza - CE;

24 - Portaria nº 947, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Porto de Cachoeira de Santa Leopoldina, no município de Santa Leopoldina - ES;

25 - Portaria nº 948, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural Zona Sul Liberdade FM, no município de Pato Branco - PR;

26 - Portaria nº 949, de 20 de novembro de 2009 – Associação Princesa de São Bernardo do Campo, no município de São Bernardo do Campo - SP;

27 - Portaria nº 950, de 20 de novembro de 2009 – Associação Riosulense de Cultura e Radiodifusão Comunitária Jovem Rio, no município de Rio do Sul - SC;

28 - Portaria nº 952, de 20 de novembro de 2009 – Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira dos Santos, no município de Pilõezinhos - PB;

29 - Portaria nº 953, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Altamira do Paraná - ACODCAP, no município de Altamira do Paraná - PR;

30 - Portaria nº 954, de 20 de novembro de 2009 – Associação Radiofônica Comunitária de Iconha, no município de Iconha - ES;

31 - Portaria nº 958, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária da Cidade de Aricanduva de Radiodifusão, no município de Aricanduva - MG;

32 - Portaria nº 960, de 20 de novembro de 2009 – Associação Limaduartina Amigos da Comunicação, no município de Lima Duarte - MG;

33 - Portaria nº 962, de 20 de novembro de 2009 – AMAS - Associação dos Moradores e Amigos do Serro, no município de Serro - MG;

34 - Portaria nº 963, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Lírio dos Vales, no município de São Bernardo do Campo - SP;

35 - Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária FM Guajeru - BA, no município de Guajeru - BA;

36 - Portaria nº 967, de 20 de novembro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Clube FM, no município de Buriti do Tocantins - TO;

37 - Portaria nº 993, de 1º de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Feira Nova Sergipe, no município de Feira Nova - SE;

38 - Portaria nº 1.005, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Amigos de Bairros, no município de Alto Paraguai - MT;

39 - Portaria nº 1.006, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social - AGRADES, no município de Grão-Pará - SC;

40 - Portaria nº 1.007, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Breves, no município de Breves - PA;

41 - Portaria nº 1.009, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Bom Jesus do Sul, no município de Bom Jesus do Sul - PR;

42 - Portaria nº 1.011, de 16 dezembro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Benevides FM, no município de Benevides - PA;

43 - Portaria nº 26, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Amigos da Rádio de Veredinha, no município de Veredinha - MG;

44 - Portaria nº 28, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Cultural de Música e Cinema, no município de São José dos Campos - SP;

45 - Portaria nº 54, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, no município de Pinhais - PR;

46 - Portaria nº 57, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação de Difusão Comunitária Caciquense, no município de Cacique Doble - RS;

47 - Portaria nº 58, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Para a Difusão Cultural de São Brás de Minas, no município de Lagamar - MG;

48 - Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Amigos do Município de São Félix de Minas, no município de São Félix de Minas - MG;

49 - Portaria nº 70, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Beneficente de Mães Nossa Senhora da Conceição, no município de Biritinga - BA; e

50 - Portaria nº 157, de 23 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Terra, no município de Formosa - GO.

Brasília, 29 de junho de 2010.

EM nº. 1086/2009-MC

Brasília, 5 de dezembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a **Associação Comunitária FM Guajeru - BA**, no Município de Guajeru, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.015317/07, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 966 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.015.317/07 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 2153 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária FM Guajeru - BA**, com sede na Rua Nova, s/nº - Bairro Centro, no município de Guajeru, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º 32' 34 "S e longitude em 41º 56' 13"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2012

(nº 3.100/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ANDAIÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 959 de 20 de novembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de novembro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Andaiá Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 362, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 480, de 12 de setembro de 2006 – Rádio Imprensa S/A, no município de São Paulo - SP;

2 - Portaria nº 652, de 31 de agosto de 2009 – Guararapes Metropolitana FM Ltda., no município de Jaboatão dos Guararapes - PE;

3 - Portaria nº 655, de 31 de agosto de 2009 – Rádio e Televisão Campina Grande Ltda., no município de Campina Grande - PB;

4 - Portaria nº 759, de 18 de setembro de 2009 – Rádio 96 FM Ltda., originariamente Rádio Caiapó Ltda., no município de Rio Verde - GO;

5 - Portaria nº 916, de 18 de novembro de 2009 – Sociedade Rádio Clube de Osvaldo Cruz Ltda., no município de Osvaldo Cruz - SP;

6 - Portaria nº 935, de 19 de novembro de 2009 – Rede Valeparaibana de Radiodifusão Ltda., no município de Taubaté - SP;

7 - Portaria nº 943, de 19 de novembro de 2009 – Rádio Itapema FM de São Paulo Ltda., originariamente Rádio Manchete Ltda., no município de São Paulo - SP;

8 - Portaria nº 959, de 20 de novembro de 2009 – Rádio Andaiá Ltda., no município de Santo Antônio de Jesus - BA;

9 - Portaria nº 1.038, de 28 de dezembro de 2009 – Rádio Imperial FM de Pedro II Ltda., no município de Pedro II - PI;

10 - Portaria nº 1.041, de 18 de dezembro de 2009 – Rede MS Integração Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

11 - Portaria nº 45, de 5 de fevereiro de 2010 – Norte Sul Radiodifusão Ltda., originariamente Rádio Universal Ltda., no município de Porto Alegre – RS. e

12 - Portaria nº 98, de 11 de março de 2010 – Fundação L'Hermitage, originariamente Rádio Del Rey Ltda., no município de Belo Horizonte – MG.

Brasília, 29 de junho de 2010.

EM nº. 27/2010-MC

Brasília, 8 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.038658/2005, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à RÁDIO ANDAIÁ LTDA para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora, em freqüência modulada, no Município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, por dez anos, a partir de 22 de novembro de 2005.

2. A permissão foi conferida pela Portaria nº 323, de 21 de novembro de 1985, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 subseqüente e, renovada pela Portaria nº 363, de 24 de julho de 2000, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de setembro de 2000, referendada pelo Decreto Legislativo nº 326, de 2004, publicado no Diário Oficial da União em 11 de agosto de 2004.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 959 , DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES,** no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.038658/2005, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º , da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de novembro de 2005, a permissão outorgada à **RÁDIO ANDAIÁ LTDA.**, pela Portaria nº 323, de 21 de novembro de 1985, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 subseqüente e, renovada pela Portaria nº 363, de 24 de julho de 2000, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de setembro de 2000, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 326, de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 2012

(nº 90/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO UIRAPURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 699 de 11 de setembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 27 de outubro de 2007, a permissão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 361, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 511, de 6 de agosto de 2009 – Fundação Rádio Educativa Quadrangular, no município de Belo Horizonte - MG;

2 - Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no município de São Carlos - SP;

3 - Portaria nº 522, de 10 de agosto de 2009 – Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda., no município de Teresina - PI;

4 - Portaria nº 524, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Marano Ltda., no município de Garanhus - PE;

5 - Portaria nº 531, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz - MA;

6 - Portaria nº 533, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Sul Capixaba FM de Guaçuí Ltda., no município de Guaçuí - ES;

7 - Portaria nº 535, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Divinal FM Ltda., no município de Lagoa da Prata - MG;

8 - Portaria nº 536, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Província FM Ltda., no município de Tenente Portela - RS;

9 - Portaria nº 537, de 10 de agosto de 2009 – Fundação Frei Rogério, no município de Curitibanos - SC;

10 - Portaria nº 538, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Barretos Ltda., no município de Colina - SP;

11 - Portaria nº 539, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Difusora de Pirassununga Ltda., no município de Pirassununga - SP;

12 - Portaria nº 546, de 11 de agosto de 2009 – Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé - RS;

13 - Portaria nº 554, de 13 de agosto de 2009 – Paraíso FM Ltda., no município de São Sebastião do Paraíso - MG;

14 - Portaria nº 610, de 24 de agosto de 2009 – Moreira Comunicações Ltda., no município de Campo Belo - MG;

15 - Portaria nº 643, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Verdes Campos Ltda., no município de Cascavel - PR;

16 - Portaria nº 646, de 31 de agosto de 2009 – Caeté Sistema de Comunicação Ltda., no município de Caeté - MG;

17 - Portaria nº 648, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda., no município de Araxá - MG;

18 - Portaria nº 649, de 31 de agosto de 2009 – Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda., no município de Itajubá - MG;

19 - Portaria nº 650, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Panema Ltda., no município de Andirá - PR;

20 - Portaria nº 651, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Padre Luso Ltda., no município de Porto Nacional - TO;

21 - Portaria nº 654, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Jornal FM Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis - SP;

22 - Portaria nº 659, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda., no município de Bauru - SP;

23 - Portaria nº 661, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Umbú FM Ltda., no município de Sobradinho - RS;

24 - Portaria nº 662, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Piatã de Salvador Ltda., no município de Salvador - BA;

25 - Portaria nº 664, de 31 de agosto de 2009 – Sombrasil Comunicações Ltda., no município de Cachoeiro de Itapemirim - ES;

26 - Portaria nº 665, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Difusora Piumhiense de Radiodifusão Ltda., no município de Piumhi - MG;

27 - Portaria nº 699, de 11 de setembro de 2009 – Rádio Uirapuru Ltda., no município de Passo Fundo - RS;

28 - Portaria nº 701, de 11 de setembro de 2009 – O Diário Rádio e Televisão Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP;

29 - Portaria nº 703, de 11 de setembro de 2009 – Fundação Fraternidade, no município de Ijuí - RS;

30 - Portaria nº 705, de 11 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., no município de Batatais - SP;

31 - Portaria nº 760, de 18 de setembro de 2009 – Rádio Exclusiva Ltda., no município de Curitiba - PR;

32 - Portaria nº 792, de 30 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda., no município de Salvador - BA;

33 - Portaria nº 800, de 30 de setembro de 2009 – FM Studio 96 Ltda., no município de Curitiba - PR;

34 - Portaria nº 802, de 30 de setembro de 2009 – Sociedade Rádio São José Ltda., no município de Erechim - RS;

35 - Portaria nº 831, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Rádio FM Pé de Cedro Ltda., no município de Coxim - MS;

36 - Portaria nº 832, de 22 de outubro de 2009 – Radiodifusora Siriema Ltda., no município de Guaíra - PR;

37 - Portaria nº 834, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Onda Sul FM Stéreo Ltda., no município de Carmo do Rio Claro - MG;

38 - Portaria nº 836, de 22 de outubro de 2009 – Tempo FM Ltda., no município de Fortaleza - CE;

39 - Portaria nº 838, de 22 de outubro de 2009 – Socidade Montense de Radiodifusão Ltda., no município de Santo Antônio do Monte - MG;

40 - Portaria nº 840, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Musical FM S/C Ltda., no município de Jacareí - SP;

41 - Portaria nº 844, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Integração Sul Ltda., no município de Santana do Livramento - RS;

42 - Portaria nº 847, de 22 de outubro de 2009 – CSR - Central Sistema de Radiodifusão Ltda., no município de Formosa - GO;

43 - Portaria nº 937, de 19 de novembro de 2009 – Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga Ltda., no município de Machado - MG;

44 - Portaria nº 939, de 19 de novembro de 2009 – Mega Empresa de Comunicações Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP;

45 - Portaria nº 942, de 19 de novembro de 2009 – Antena Um Radiodifusão Ltda., na cidade de Brasília - DF;

46 - Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2009 – Rádio Imparsom Ltda., no município de Governador Valadares - MG;

47 - Portaria nº 1.033, de 18 de dezembro de 2009 – Rede Central de Comunicação Ltda., no município de Campinas - SP;

48 - Portaria nº 1.034, de 18 de dezembro de 2009 – Rádio FM Concórdia Ltda., no município de Três Lagoas - MS;

49 - Portaria nº 34, de 5 de fevereiro de 2010 – Brasília Super Rádio FM Ltda., na cidade de Brasília - DF; e

50 - Portaria nº 50, de 5 de fevereiro de 2010 – Sistema Vanguarda de Comunicação Ltda., no município de Varginha - MG.

Brasília, 29 de junho de 2009.

EM nº. 988/2009-MC

Brasília, 29 de outubro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.032890/2007-60, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à RÁDIO UIRAPURU LTDA para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora, em freqüência modulada, no Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, por dez anos, a partir de 27 de outubro de 2007.

2. A outorga foi conferida pela Portaria nº 243, de 22 de outubro de 1987, publicada no Diário Oficial da União em 27 de outubro de 1987, renovada pela Portaria nº 1.011, de 20 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 12 de agosto de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 630, de 2005, publicado no Diário Oficial da União em 22 de junho de 2005.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 699 , DE 11 DE SETEMBRO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.032890/2007-60, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de outubro de 2007, a permissão outorgada à RÁDIO UIRAPURU LTDA., pela Portaria nº 243, de 22 de outubro de 1987, publicada no Diário Oficial da União em 27 de outubro de 1987, renovada pela Portaria nº 1.011, de 20 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 12 de agosto de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 630, de 2005, publicado no Diário Oficial da União em 22 de junho de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
**Ministro de Estado das Comunicações**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 2012

(nº 106/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO INDEPENDENTE DE CRUZ ALTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 17 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 24 de novembro de 2007, a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 746, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 17 de agosto de 2010, publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

1 - Rádio Clube de Pernambuco S.A., no município de Recife - PE;
2 - Rádio Anhanguera S.A., no município de Goiânia - GO;
3 - Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda., no município de Cruz Alta - RS;
4 - Rádio Clube de Jacareí Ltda., no município de Jacareí - SP;
5 - Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda., no município de Iturama - MG;
6 - Rádio Mulher Ltda., no município de São Paulo - SP; e
7 - Rádio Esperança Ltda., no município de Porto Alegre - RS.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

**EM nº. 421/2010 – MC**

**Brasília, 1º. de junho de 2010.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Em decorrência do retorno dos autos a este Ministério, conforme solicitado no Ofício nº 347/2010-SAG/SAJ, de 20 de abril de 2010, o qual requer a reapresentação da proposta anteriormente encaminhada à Casa Civil da Presidência da República, consubstanciada pela Exposição de Motivos nº 20, de 2010, em face da mudança de titularidade ocorrida nesta Pasta, submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 53000.064801/2007, em que a Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de novembro de 2007.

2. A outorga do serviço foi conferida pelo Decreto nº 80.843, de 3 de outubro de 1977, renovada pelo Decreto de 22 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 23 de agosto de 2000, referendado pelo Decreto Legislativo nº 94, de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 3 de fevereiro de 2004.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

# DECRETO DE 17 DE AGOSTO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.064801/2007,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 24 de novembro de 2007, a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. pelo Decreto nº 80.483, de 3 de outubro de 1977, renovada pelo Decreto de 22 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 94, de 2 de fevereiro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

*Referendado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*
D-EM 421 MC-SOC RADIO DIFUSÃO INDEPENDENTE CRUZ ALTA(L2)

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 2012

**(nº 110/2011, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n° de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1° de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Independente Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 747, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

1 - Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social, originariamente outorgada à Rádio Maguary Ltda., no município de Belém - PA;

2 - Rádio União de João Pinheiro Ltda., no município de João Pinheiro - MG;

3 - Rádio Independente Ltda., no município de Lajeado - RS;

4 - Fundação Nossa Senhora Aparecida, originariamente outorgada à Rádio Aparecida Ltda., no município de Aparecida - SP;

5 - Agência Goiana de Comunicação - AGECOM, no município de Goiânia - GO;

6 - Rádio Manchester de Anápolis Ltda., no município de Anápolis - GO;

7 - Rádio Serra da Boa Esperança Ltda., no município de Boa Esperança - MG;

8 - Rádio Capixaba Ltda., no município de Vitória - ES;

9 - Rádio Junqueirópolis Ltda., no município de Junqueirópolis - SP;

Decretos de 5 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

10 - Rádio e Jornais do Ceará S.A., no município de Fortaleza - CE;

11 - Sociedade Rádio Novo Horizonte Ltda., originariamente outorgada à Rádio Novo Horizonte Ltda., no município de Novo Horizonte - SP;

12 - Rádio Pérola do Turi Ltda., no município de Santa Helena - MA;

Decretos de 9 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

13 - Rádio Difusora de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP; e

14 - Rádio Federal Ltda., no município de Niterói - RJ.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº. 336/2010 – MC

Brasília, 18 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53528.000233/2004 em que a RÁDIO INDEPENDENTE LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2004.

2. A outorga foi conferida pela Portaria MVOP nº 902, de 21 de setembro de 1950, renovada pelo Decreto de 19 de novembro de 1996, publicado no Diário Oficial da União em 20 de novembro de 1996, referendado pelo Decreto Legislativo nº 324, de 2004, publicado no Diário Oficial da União em 11 de agosto de 2004.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*

DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53528.000233/2004,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Independente Ltda. pela Portaria MVOP nº 902, de 21 de setembro de 1950, renovada pelo Decreto de 19 de novembro de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 1996, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 324, de 10 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2012

## (nº 135/2011, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA TRÊS PASSOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n° de 2 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de fevereiro de 2008, a concessão outorgada à Rádio Difusora Três Passos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 748, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 26 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Difusora Boas Novas Ltda., no município de Petrópolis - RJ;

2 - Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., no município de Terra Rica - PR;

3 - Rádio Currais Novos Ltda., no município de Currais Novos - RN;
4 - Rádio Difusora Coroados Ltda., no município de São Fidélis - RJ;
5 - Rádio Progresso de Juazeiro S.A., no município de Juazeiro do Norte - CE;
6 - Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho, no município de Santo Antônio de Jesus - BA;
7 - Rádio Sociedade Tupanciretã Ltda., no município de Tupanciretã - RS;
8 - Rádio Independência de Goiânia Ltda., no município de Goiânia - GO;

Decretos de 27 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):
9 - Rádio Rural de Tupaciguara Ltda., no município de Tupaciguara - MG;
10 - Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, no município de Wenceslau Braz - PR;
11 - Rádio São Luiz Ltda., no município de São Luiz Gonzaga - RS;
12 - Super Rádio Deus é Amor Ltda., no município de Curitiba - PR;
13 - Sociedade Rádio Peperi Ltda., no município de São Miguel do Oeste - SC;
14 - Rádio Astorga Broadcasting Ltda., no município de Astorga - PR;
15 - Rádio Clube de Itararé Ltda., no município de Itararé - SP;
16 - Rádio Colorado Ltda,. no município de Colorado - PR;
17 - Rádio São Paulo Ltda., no município de São Paulo - SP;
18 - Rádio Cultura do Nordeste S.A., no município de Caruaru - PE;
19 - Rádio Difusora Guarapuava Ltda., no município de Guarapuava - PR;
20 - Rádio Cultura Taperense Ltda., no município de Tapera - RS;
21 - Rádio Pioneira de Forquilha Ltda., no município de Forquilha - CE;
22 - Rádio Aliança Ltda., no município de João Pessoa - PB;
23 - Rádio Uirapuru Ltda., no município de Passo Fundo - RS;

Decretos de 28 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):
24 - Rádio Vitória Ltda., no município de Vitória do Mearim - MA;
25 - Rádio Notícias Brasileiras Ltda., no município de Matão - SP;
26 - Rádio Aurilândia Ltda., no município de Nova Lima - MG;
27 - Rádio Icatu Ltda., no município de Penápolis – SP;
28 - Norte Sul Radiodifusão Ltda., no município de Porto Alegre - RS;
29 - Fundação Cristã Educativa, no município de Pires do Rio - GO;
30 - Rádio Itapuã de Pato Branco Ltda., no município de Pato Branco - PR;
31 - Difusora Rádio de Cajazeiras Ltda., no município de Cajazeiras - PB;
32 - Rádio Jornal a Verdade Ltda., no município de São José - SC;
33 - Rádio Buriti Ltda., no município de Rio Verde - GO;

Decretos de 2 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):
34 - Rádio Bahia Nordeste de Paulo Afonso Ltda., no município de Paulo Afonso - BA;
35 - Rádio Difusora Três Passos Ltda., no município de Três Passos - RS;
36 - Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda., no município de Juiz de Fora - MG;
37 - Rádio Itaí Ltda., no município de Guaíba - RS;

38 - Rádio Rio Mar Ltda., no município de Manaus - AM;
39 - Rádio Sociedade Sobradinho Ltda., no município de Sobradinho - RS;
40 - Lins Rádio Clube Ltda., no município de Lins - SP;
41 - Rádio 31 de Março Ltda., no município de Santa Cruz das Palmeiras - SP;
42 - Rádio Jornal de Assis Chateaubriand, no município de Assis Chateaubriand - PR;
43 - Rádio Alto Piranhas Ltda., no município de Cajazeiras - PB;

Decretos de 4 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):
44 - Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no município de São Carlos - SP;
45 - Rádio Siqueira Campos Ltda., no município de Colinas do Tocantins - TO;
46 - Rádio Continental Ltda., no município de Palotina - PR;
47 - Rádio 880 Ltda., outorgada originalmente à Rádio Cauê Ltda., no município de Pedro Leopoldo - MG;
48 - Sistema Cumbica de Radiodifusão Ltda., no município de Guarulhos - SP; e
49 - Sociedade de Rádio Carijós Ltda., no município de Conselheiro Lafaiette - MG.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº. 184/2010 – MC

Brasília, 16 de abril de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.003856/2008, em que a RÁDIO DIFUSORA TRÊS PASSOS LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de fevereiro de 2008.

2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 61.818, de 4 de abril de 1967, publicado no Diário Oficial da União do dia 5 subseqüente e, renovada pelo Decreto de 20 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 21 de agosto de 2002, referendado pelo Decreto Legislativo nº 201, de 2008, publicado no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2008.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*

DECRETO DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Três Passos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 26 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003856/2008,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de fevereiro de 2008, a concessão outorgada à Rádio Difusora Três Passos Ltda. pelo Decreto nº 61.818, de 4 de dezembro de 1967, renovado pelo Decreto de 20 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de agosto de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 201, de 27 de agosto de 2008, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2010; 189º da Independência e 12º da República.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2012

## (nº 136/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE SOBRADINHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n° de 2 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1° de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Sobradinho Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 748, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 26 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Difusora Boas Novas Ltda., no município de Petrópolis - RJ;

2 - Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., no município de Terra Rica - PR;

3 - Rádio Currais Novos Ltda., no município de Currais Novos - RN;
4 - Rádio Difusora Coroados Ltda., no município de São Fidélis - RJ;
5 - Rádio Progresso de Juazeiro S.A., no município de Juazeiro do Norte - CE;
6 - Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho, no município de Santo Antônio de Jesus - BA;
7 - Rádio Sociedade Tupanciretã Ltda., no município de Tupanciretã - RS;
8 - Rádio Independência de Goiânia Ltda., no município de Goiânia - GO;

Decretos de 27 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):
9 - Rádio Rural de Tupaciguara Ltda., no município de Tupaciguara - MG;
10 - Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, no município de Wenceslau Braz - PR;
11 - Rádio São Luiz Ltda., no município de São Luiz Gonzaga - RS;
12 - Super Rádio Deus é Amor Ltda., no município de Curitiba - PR;
13 - Sociedade Rádio Peperi Ltda., no município de São Miguel do Oeste - SC;
14 - Rádio Astorga Broadcasting Ltda., no município de Astorga - PR;
15 - Rádio Clube de Itararé Ltda., no município de Itararé - SP;
16 - Rádio Colorado Ltda,. no município de Colorado - PR;
17 - Rádio São Paulo Ltda., no município de São Paulo - SP;
18 - Rádio Cultura do Nordeste S.A., no município de Caruaru - PE;
19 - Rádio Difusora Guarapuava Ltda., no município de Guarapuava - PR;
20 - Rádio Cultura Taperense Ltda., no município de Tapera - RS;
21 - Rádio Pioneira de Forquilha Ltda., no município de Forquilha - CE;
22 - Rádio Aliança Ltda., no município de João Pessoa - PB;
23 - Rádio Uirapuru Ltda., no município de Passo Fundo - RS;

Decretos de 28 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):
24 - Rádio Vitória Ltda., no município de Vitória do Mearim - MA;
25 - Rádio Notícias Brasileiras Ltda., no município de Matão - SP;
26 - Rádio Aurilândia Ltda., no município de Nova Lima - MG;
27 - Rádio Icatu Ltda., no município de Penápolis – SP;
28 - Norte Sul Radiodifusão Ltda., no município de Porto Alegre - RS;
29 - Fundação Cristã Educativa, no município de Pires do Rio - GO;
30 - Rádio Itapuã de Pato Branco Ltda., no município de Pato Branco - PR;
31 - Difusora Rádio de Cajazeiras Ltda., no município de Cajazeiras - PB;
32 - Rádio Jornal a Verdade Ltda., no município de São José - SC;
33 - Rádio Buriti Ltda., no município de Rio Verde - GO;

Decretos de 2 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):
34 - Rádio Bahia Nordeste de Paulo Afonso Ltda., no município de Paulo Afonso - BA;
35 - Rádio Difusora Três Passos Ltda., no município de Três Passos - RS;
36 - Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda., no município de Juiz de Fora - MG;
37 - Rádio Itaí Ltda., no município de Guaíba - RS;
38 - Rádio Rio Mar Ltda., no município de Manaus - AM;
39 - Rádio Sociedade Sobradinho Ltda., no município de Sobradinho - RS;

40 - Lins Rádio Clube Ltda., no município de Lins - SP;
41 - Rádio 31 de Março Ltda., no município de Santa Cruz das Palmeiras - SP;
42 - Rádio Jornal de Assis Chateaubriand, no município de Assis Chateaubriand - PR;
43 - Rádio Alto Piranhas Ltda., no município de Cajazeiras - PB;

Decretos de 4 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):
44 - Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no município de São Carlos - SP;
45 - Rádio Siqueira Campos Ltda., no município de Colinas do Tocantins - TO;
46 - Rádio Continental Ltda., no município de Palotina - PR;
47 - Rádio 880 Ltda., outorgada originalmente à Rádio Cauê Ltda., no município de Pedro Leopoldo - MG;
48 - Sistema Cumbica de Radiodifusão Ltda., no município de Guarulhos - SP; e
49 - Sociedade de Rádio Carijós Ltda., no município de Conselheiro Lafaiette - MG.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº. 301/2010 – MC

Brasília, 17 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53528.001328/2004, em que a **RÁDIO SOCIEDADE SOBRADINHO LTDA** solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2004.

2. A outorga foi conferida pela Portaria MVOP nº 983, de 3 de dezembro de 1955, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 1955 e, renovada pelo Decreto de 14 de fevereiro de 1997, publicado no Diário Oficial da União no dia 17 subseqüente, referendado pelo Decreto Legislativo nº 56, de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 14 de abril de 2000.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*

DECRETO DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Sobradinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53528.001328/2004,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Sobradinho Ltda, pela Portaria MVOP nº 983, de 3 de dezembro de 1955, renovada pelo Decreto de 14 de fevereiro de 1997, publicado no Diário Oficial da União no dia 17 subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 56, de 13 de abril de 2000, , para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

*Referendado eletronicamente por: José Artur Filardi Leite*
*D-EM 301 MC-RADIO SOC SOBRADINHO(L2)*

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2012

(nº 161/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiassucê, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 643 de 8 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária São Judas Tadeu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiassucê, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 740, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 873, de 29 de outubro de 2009 – Associação Beneficente Cultural e Comunitária Viva Mosqueiro, no município de Belém - PA;

2 - Portaria nº 458, de 19 de maio de 2010 – União Social do Jardim Santana e Adjacências, no município de São Paulo - SP;

3 - Portaria nº 489, de 31 de maio de 2010 – Associação Comunitária, Cultural e de Comunicação Social Guglielmo Marconi, no município de Venha Ver - RN;

4 - Portaria nº 492, de 31 de maio de 2010 – Associação do Bem Estar Sócio Econômico e Cultural Santanense, no município de Riacho de Santana - RN;

5 - Portaria nº 494, de 31 de maio de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Afuá - ASCOA, no município de Afuá - PA;

6 - Portaria nº 499, de 7 de junho de 2010 – Comunidade Famense de Rádio, no município de Fama - MG;

7 - Portaria nº 500, de 7 de junho de 2010 – Associação de Rádio Comunitária de Terra Nova, no município de Terra Nova - PE;

8 - Portaria nº 514, de 10 de junho de 2010 – Associação Cultural de Rádio Comunitária Alternativa FM, no município de São Gabriel - RS;

9 - Portaria nº 515, de 10 de junho de 2010 – Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro, no município de Montenegro - RS;

10 - Portaria nº 519, de 14 de junho de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Catolé do Rocha, no município de Catolé do Rocha - PB;

11 - Portaria nº 524, de 14 de junho de 2010 – Associação Cultural Araucária de Pinhal da Serra, no município de Pinhal da Serra - RS;

12 - Portaria nº 530, de 14 de junho de 2010 – Associação Comunitária e Cultural de Comunicação do Chuí, no município de Chuí - RS;

13 - Portaria nº 533, de 16 de junho de 2010 – Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Oscar Bressane, no município de Oscar Bressane - SP;

14 - Portaria nº 534, de 16 de junho de 2010 – Fundação Maria Alves Lima, no município de Teresina - PI;

15 - Portaria nº 536, de 16 de junho de 2010 – Associação Trindadense de Cultura e Comunicação Social, no município de Trindade do Sul - RS;

16 - Portaria nº 537, de 16 de junho de 2010 – Associação Amigos da Cultura - AMIC, no município de Orós - CE;

17 - Portaria nº 538, de 16 de junho de 2010 – Associação Comunitária de Educação e Cultura de Rádio Nordeste FM - ACECRAN, no município de Bom Jesus - RS;

18 - Portaria nº 539, de 16 de junho de 2010 – Associação Comunitária Cultural de Floriano Peixoto, no município de Floriano Peixoto - RS;

19 - Portaria nº 540, de 16 de junho de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Canudos do Vale, no município de Canudos do Vale - RS;

20 - Portaria nº 546, de 17 de junho de 2010 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Pompéia - ACUDICOP, no município de Dilermando de Aguiar - RS;

21 - Portaria nº 547, de 17 de junho de 2010 – Associação Comunitária dos Amigos Chapadenses, no município de Chapada Gaúcha - MG;

22 - Portaria nº 576, de 23 de junho de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento de São Bento das Caldas, no município de Santa Rita de Caldas - MG;

23 - Portaria nº 577, de 23 de junho de 2010 – Associação Comunitária Educativa Cristã, no município de Goianá - MG;

24 - Portaria nº 587, de 24 de junho de 2010 – Associação Conselho Cultural de Difusão Comunitária, no município de Alvorada - RS;

25 - Portaria nº 588, de 24 de junho de 2010 – Associação Comunitária Educativa e Social de Natalândia (ACESNA), no município de Natalândia - MG;

26 - Portaria nº 592, de 24 de junho de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Moita Bonita/Sergipe, no município de Moita Bonita - SE;

27 - Portaria nº 593, de 24 de junho de 2010 – Associação Comunitária dos Amigos e Amigas de Turiaçú, no município de Turiaçú - MA;

28 - Portaria nº 596, de 29 de junho de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Brunópolis, no município de Brunópolis - SC;

29 - Portaria nº 643, de 8 de julho de 2010 – Associação Comunitária São Judas Tadeu, no município de Ibiassucê - BA;

30 - Portaria nº 644, de 8 de julho de 2010 – Associação do Desenvolvimento Artístico e Cultural de Baraúna, no município de Baraúna - PB;

31 - Portaria nº 645, de 8 de julho de 2010 – Associação Cultural Rádio Comunitária FM Tio Hugo, no município de Tio Hugo - RS;

32 - Portaria nº 646, de 8 de julho de 2010 – Associação de Difusão Comunitária Nova Vida, no município de São José da Vitória - BA;

33 - Portaria nº 647, de 8 de julho de 2010 – Associação Comunitária e Rural do Cruzeiro da Queimada, no município de Irará - BA;

34 - Portaria nº 650, de 14 de julho de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação Pesquisa e Cultura Mipibuense, no município de São José do Mipibu - RN; e

35 - Portaria nº 656, de 16 de julho de 2010 – Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade União do Rio Preto da Eva, no município de Rio Preto da Eva - AM.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº. 00574/2010-MC

Brasília, 12 de julho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a **Associação Comunitária São Judas Tadeu**, no Município de Ibiassucê, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53640.000689/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*

**PORTARIA Nº 643 DE 8 DE JULHO DE 2010.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000.689/99 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 1903 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária São Judas Tadeu,** com sede na Rua Tiradentes, s/nº – Centro, no município de Ibiassucê, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º 16' 08"S e longitude em 42º 15' 09"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2012

## (nº 206/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à VIP RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 368 de 19 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Vip Rádio e Televisão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 751, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 2.567, de 22 de novembro de 2002 – Rádio Caiuá Ltda., na cidade de Paranavaí - PR;

2 - Portaria nº 763, de 18 de dezembro de 2007 – Rádio Concórdia FM Ltda., na cidade de Concórdia - SC;

3 - Portaria nº 594, de 18 de agosto de 2009 – Rede Central de Comunicações Ltda., originariamente outorgada à FM Record S.A., no município de São Paulo - SP;

4 - Portaria nº 609, de 24 de agosto de 2009 – Sistema de Comunicação Ouro Verde Ltda., no município de Manhumirim - MG;

5 - Portaria nº 668, de 3 de setembro de 2009 – Fundação Brasil 2000, no município de São Paulo - SP;

6 - Portaria nº 915, de 18 de novembro de 2009 – FM Sudoeste Radiodifusora Ltda., no município de Piraí - RJ;

7 - Portaria nº 106, de 11 de março de 2010 – Fundação Fraternidade, originalmente outorgada à Rádio Doce Vale Ltda., no município de Taquari - RS;

8 - Portaria nº 176, de 24 de março de 2010 – Rádio Cidade de Campinas Ltda., no município de Campinas - SP;

9 - Portaria nº 178, de 24 de março de 2010 – Rede Mineira de Rádio e Televisão Ltda., no município de Uberlândia - MG;

10 - Portaria nº 185, de 24 de março de 2010 – Rádio FM Clube Um Ltda., no município de Tupanciretã - RS;

11 - Portaria nº 186, de 24 de março de 2010 – Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., no município de São Paulo - SP;

12 - Portaria nº 191, de 24 de março de 2010 – Rádio Cidade de Cuiabá Ltda., no município de Cuiabá - MT;

13 - Portaria nº 192, de 24 de março de 2010 – Rádio Lite FM Ltda., originariamente Rádio Antena Um Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;

14 - Portaria nº 193, de 24 de março de 2010 – Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., no município de Vitória - ES;

15 - Portaria nº 197, de 24 de março de 2010 – Rádio Clube de Valença Ltda., no município de Valença - RJ;

16 - Portaria nº 198, de 24 de março de 2010 – Rauland Belém Som Ltda., no município de Belém - PA;

17 - Portaria nº 308, de 30 de março de 2010 – Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda., originalmente outorgada ao Diário da Manhã Ltda., no município de Florianópolis - SC;

18 - Portaria nº 341, de 15 de abril de 2010 – Rede Integridade de Radiodifusão Ltda., originalmente outorgada à Rádio Itaipu de Taubaté Ltda., no município de Taubaté - SP;

19 - Portaria nº 343, de 15 de abril de 2010 – Rádio Zé Ltda., no município de Resende - RJ;

20 - Portaria nº 344, de 15 de abril de 2010 – Rádio Santanense FM Stereo Ltda., no município de Santana do Livramento - RS;

21 - Portaria nº 345, de 15 de abril de 2010 – Litoral Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Rádio Transrio Ltda., no município de Arraial do Cabo - RJ;

22 - Portaria nº 347, de 15 de abril de 2010 – Rádio Maringá FM Ltda., no município de Maringá - PR;

23 - Portaria nº 351, de 15 de abril de 2010 – Sociedade Rádio Princesa Ltda., no município de Francisco Beltrão - PR;

24 - Portaria nº 354, de 16 de abril de 2010 – Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda., originariamente outorgada à Rádio Verde Vale Ltda., no município de Blumenau - SC;

25 - Portaria nº 356, de 16 de abril de 2010 – Rádio Club de Palmas Ltda., no município de Palmas - PR;

26 - Portaria nº 357, de 16 de abril de 2010 – Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., no município de São Paulo - SP;

27 - Portaria nº 358, de 16 de abril de 2010 – Rádio Minuano de Alegrete Ltda., no município de Alegrete - RS;

28 - Portaria nº 360, de 16 de abril de 2010 – Rádio FM Cidade de Mogi Guaçu Ltda., no município de Mogi Guaçu - SP;

29 - Portaria nº 361, de 16 de abril de 2010 – Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., no município de Porto Alegre - RS;

30 - Portaria nº 362, de 16 de abril de 2010 – Sociedade Rádio Boecy FM Ltda., no município de Piratini - RS;

31 - Portaria nº 364, de 19 de abril de 2010 – Rádio Transamérica de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

32 - Portaria nº 366, de 19 de abril de 2010 – Rádio Imprensa S/A, no município de Rio de Janeiro - RJ;

33 - Portaria nº 368, de 19 de abril de 2010 – Vip Rádio e Televisão Ltda., originalmente outorgada à Art Stúdio Rádio Difusão, no município de Itanhaém - SP;

34 - Portaria nº 369, de 19 de abril de 2010 – Rádio Jornal de Ubatã Ltda., no município de Ubatã - BA;

35 - Portaria nº 370, de 19 de abril de 2010 – Rádio Continental de Curitiba Ltda., originariamente Rádio Tingui Ltda., no município de Curitiba - PR;

36 - Portaria nº 371, de 19 de abril de 2010 – Rádio Ruy Barbosa FM Ltda., no município de Ruy Barbosa - BA;

37 - Portaria nº 377, de 20 de abril de 2010 – Rádio Palmeira FM Ltda., no município de Palmeira dos Índios - AL;

38 - Portaria nº 430, de 13 de maio de 2010 – Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda., no município de Presidente Prudente - SP;

39 - Portaria nº 432, de 13 de maio de 2010 – Rádio e Televisão Grande Rio FM Stereo Ltda., no município de Petrolina - PE;

40 - Portaria nº 441, de 13 de maio de 2010 – Rádio Publicidade Maggi - Plan Ltda., no município de Farroupilha - RS;

41 - Portaria nº 443, de 13 de maio de 2010 – Empresa Jornalística Noroeste Ltda., no município de Santa Rosa - RS; e

42 - Portaria nº 464, de 20 de maio de 2010 – Rádio Hit Parade Ltda., originariamente outorgada à CONARA - Companhia Nacional de Radiodifusão Ltda., no município de Parati - RJ.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº. 262/2010 - MC

*Brasília, 6 de maio de 2010.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.023743/2008, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à VIP RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora, em freqüência modulada, no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo, por dez anos, a partir de 15 de setembro de 2008.

2. A permissão foi conferida foi conferida originalmente à Art Stúdio Rádio Difusão pela Portaria nº 329, de 13 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1988, transferida à Vip Rádio e Televisão Ltda, pela Portaria nº 4, de 16 de janeiro de 1992, renovada pela Portaria nº 420, de 12 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2004, referendada pelo Decreto Legislativo nº 249, de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 1º de outubro de 2007.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*

**PORTARIA Nº 368 , DE 19 DE ABRIL DE 2010.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.023743/2008, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 15 de setembro de 2008, a permissão outorgada originalmente à Art Stúdio Rádio Difusão pela Portaria nº 329, de 13 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1988, transferida à Vip Rádio e Televisão Ltda., pela Portaria nº 4, de 16 de janeiro de 1992, renovada pela Portaria nº 420, de 12 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2004, referendada pelo Decreto Legislativo nº 249, de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 1º de outubro de 2007, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**
Ministro das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2012

**(nº 212/2011, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 463 de 20 de maio de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 11 de setembro de 2007, a permissão outorgada à Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem n° 752, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006 – Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Rádio Cólon Ltda., no município de Joinville - SC;

2 - Portaria nº 755, de 18 de dezembro de 2007 – Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

3 - Portaria nº 825, de 20 de dezembro de 2007 – Gazeta Comunicações Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;

4 - Portaria nº 521, de 7 de agosto de 2009 – Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo, originariamente outorgada à Rádio Difusora Cariacica Ltda., no município de Vitória - ES;

5 - Portaria nº 841, de 22 de outubro de 2009 – Sistema Imagem de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Radio Estéreo Show Ltda., no município de São José do Rio Preto - SP;

6 - Portaria nº 845, de 22 de outubro de 2009 – S.P.S. Rádio e Publicidade Ltda., no município de Torres - RS;

7 - Portaria nº 105, de 1º de março de 2010 – Rádio Vida FM Ltda., no município de São José dos Campos - SP;

8 - Portaria nº 174, de 24 de março de 2010 – Rádio Subaé Ltda., originariamente outorgada à Rádio Subaé de Frequência Modulada Ltda., no município de Feira de Santana - BA;

9 - Portaria nº 175, de 24 de março de 2010 – Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda., no município de Petrópolis - RJ;

10 - Portaria nº 177, de 24 de março de 2010 – Rádio Marumby Ltda., no município de Campo Largo - PR;

11 - Portaria nº 187, de 24 de março de 2010 – Rádio Clube de Mococa Ltda., no município de Mococa - SP;

12 - Portaria nº 194, de 24 de março de 2010 – Rádio Cidade de Itu Ltda., no município de Itu - SP;

13 - Portaria nº 196, de 24 de março de 2010 – Rádio Lidersom FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Lidersom de Orlândia Ltda., no município de Orlândia - SP;

14 - Portaria nº 202, de 24 de março de 2010 – Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social, originariamente outorgada à Sombrasil Comunicação Ltda., no município de Vila Velha - ES;

15 - Portaria nº 352, de 15 de abril de 2010 – Rádio e Televisão Matozinho FM Ltda., no município de Três Rios - RJ;

16 - Portaria nº 363, de 16 de abril de 2010 – Sistema Rádio Norte Ltda., originariamente outorgada à Intervisão Emissora de Rádio e Televisão Ltda., no município de Montes Claros - MG;

17 - Portaria nº 428, de 13 de maio de 2010 – Fundação Rádio Educativa São Sebastião, com fins exclusivamente educativos, no município do Rio de Janeiro - RJ;

18 - Portaria nº 429, de 13 de maio de 2010 – Sociedade Barrense de Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Piraí - RJ;

19 - Portaria nº 431, de 13 de maio de 2010 – Rádio Marconi FM Ltda., no município de Açailândia - MA;

20 - Portaria nº 442, de 13 de maio de 2010 – Rádio Tempo FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Transcariri Ltda., no município de Juazeiro do Norte - CE;

21 - Portaria nº 446, de 13 de maio de 2010 – Rádio Montes Claros Ltda., no município de Montes Claros - MG;

22 - Portaria nº 463, de 20 de maio de 2010 – Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda., originariamente outorgada à Empresa de Radiodifusão De Grandi Ltda., no município de Santa Maria - RS;

23 - Portaria nº 475, de 21 de maio de 2010 – Fundação Aperipê de Sergipe, com fins exclusivamente educativos, município de Aracaju - SE;

24 - Portaria nº 477, de 21 de maio de 2010 – Rede Central de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Rádio Manchete Ltda., no município de Recife - PE;

25 - Portaria nº 481, de 21 de maio de 2010 – TV Serra Dourada Ltda., originariamente outorgada à Rádio Musical de Goiânia Ltda, no município de Goiânia - GO;

26 - Portaria nº 490, de 31 de maio de 2010 – Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, com fins exclusivamente educativos, no município de Joinville - SC;

27 - Portaria nº 517, de 11 de junho de 2010 – Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;

28 - Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010 – Rádio Morena Stereo Ltda., no município de Campinas - SP;

29 - Portaria nº 532, de 16 de junho de 2010 – Rádio Igrejinha FM Ltda., no município de Igrejinha - RS;

30 - Portaria nº 535, de 16 de junho de 2010 – Rádio Cidade Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

31 - Portaria nº 549, de 18 de junho de 2010 – Rádio Iguatemi Ltda., originariamente outorgada à Rádio Santo Antônio de Posse Stereo Som Ltda., no município de Santo Antonio de Posse - SP;

32 - Portaria nº 589, de 24 de junho de 2010 – TV Pajuçara Ltda., originariamente outorgada à Empresa Gráfica de Comunicação Pajuçara Ltda., no município de Maceió - AL;

33 - Portaria nº 594, de 24 de junho de 2010 – Rádio Porto Brasil FM Estereo Ltda., no município de Porto Seguro - BA;

34 - Portaria nº 595, de 24 de junho de 2010 – Ultra Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Emissora Minuano, no município de Rio Grande - RS;

35 - Portaria nº 638, de 6 de julho de 2010 – Sociedade Rádio Carijós Ltda, no município de Conselheiro Lafaiette - MG; e

36 - Portaria nº 684, de 23 de julho de 2010 – Lagoa Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº. 476/2010 - MC

Brasília, 9 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho para conhecimento de Vossa Excelência portaria, pela qual foi renovada permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE SANTA MARIA LTDA para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, por dez anos, a partir de 11 de setembro de 2007.

2. A outorga foi conferida originariamente à Empresa de Radiodifusão De Grandi Ltda, por meio da Portaria nº 222, de 10 de setembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União em 11 de setembro de 1987, autorizada a mudar sua denominação social para Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda, conforme Portaria MC nº 632 de 15 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2005.

3. Observo que a renovação da permissão outorgada para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que foram atendidas todas as disposições normativas regentes.

5. Acompanham o ato os Processos nº 53790.001029/1997 e nº 53000.020694/2007, que constituem pedidos distintos de renovação. O primeiro referente ao período de 1997/2007, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto 88.066/93, e o segundo que trata do período de 2007/2017.

6. Diante do exposto, e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, encaminho o ato, acompanhado dos respectivos processos, a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

**PORTARIA Nº 463 , DE 20 DE MAIO DE 2010.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 53000.020694/2007 e nº 53790.001029/1997, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 11 de setembro de 2007, a permissão outorgada à Empresa de Radiodifusão De Grandi Ltda., pela Portaria nº 222, de 10 de setembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União em 11 de setembro de 1987, posteriormente, autorizada a mudar sua denominação social para **RÁDIO ITAPEMA FM DE SANTA MARIA LTDA.**, pela Portaria MC nº 632 de 15 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 647, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de outubro de 2009.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2012

## (nº 247/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SÃO LUIZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n° de 27 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1° de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio São Luiz Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 748, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 26 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Difusora Boas Novas Ltda., no município de Petrópolis - RJ;

2 - Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., no município de Terra Rica - PR;

3 - Rádio Currais Novos Ltda., no município de Currais Novos - RN;
4 - Rádio Difusora Coroados Ltda., no município de São Fidélis - RJ;
5 - Rádio Progresso de Juazeiro S.A., no município de Juazeiro do Norte - CE;
6 - Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho, no município de Santo Antônio de Jesus - BA;
7 - Rádio Sociedade Tupanciretã Ltda., no município de Tupanciretã - RS;
8 - Rádio Independência de Goiânia Ltda., no município de Goiânia - GO;

Decretos de 27 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):
9 - Rádio Rural de Tupaciguara Ltda., no município de Tupaciguara - MG;
10 - Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, no município de Wenceslau Braz - PR;
11 - Rádio São Luiz Ltda., no município de São Luiz Gonzaga - RS;
12 - Super Rádio Deus é Amor Ltda., no município de Curitiba - PR;
13 - Sociedade Rádio Peperi Ltda., no município de São Miguel do Oeste - SC;
14 - Rádio Astorga Broadcasting Ltda., no município de Astorga - PR;
15 - Rádio Clube de Itararé Ltda., no município de Itararé - SP;
16 - Rádio Colorado Ltda,. no município de Colorado - PR;
17 - Rádio São Paulo Ltda., no município de São Paulo - SP;
18 - Rádio Cultura do Nordeste S.A., no município de Caruaru - PE;
19 - Rádio Difusora Guarapuava Ltda., no município de Guarapuava - PR;
20 - Rádio Cultura Taperense Ltda., no município de Tapera - RS;
21 - Rádio Pioneira de Forquilha Ltda., no município de Forquilha - CE;
22 - Rádio Aliança Ltda., no município de João Pessoa - PB;
23 - Rádio Uirapuru Ltda., no município de Passo Fundo - RS;

Decretos de 28 de julho de 2010 (DOU do dia subsequente):
24 - Rádio Vitória Ltda., no município de Vitória do Mearim - MA;
25 - Rádio Notícias Brasileiras Ltda., no município de Matão - SP;
26 - Rádio Aurilândia Ltda., no município de Nova Lima - MG;
27 - Rádio Icatu Ltda., no município de Penápolis – SP;
28 - Norte Sul Radiodifusão Ltda., no município de Porto Alegre - RS;
29 - Fundação Cristã Educativa, no município de Pires do Rio - GO;
30 - Rádio Itapuã de Pato Branco Ltda., no município de Pato Branco - PR;
31 - Difusora Rádio de Cajazeiras Ltda., no município de Cajazeiras - PB;
32 - Rádio Jornal a Verdade Ltda., no município de São José - SC;
33 - Rádio Buriti Ltda., no município de Rio Verde - GO;

Decretos de 2 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):
34 - Rádio Bahia Nordeste de Paulo Afonso Ltda., no município de Paulo Afonso - BA;
35 - Rádio Difusora Três Passos Ltda., no município de Três Passos - RS;
36 - Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda., no município de Juiz de Fora - MG;
37 - Rádio Itaí Ltda., no município de Guaíba - RS;
38 - Rádio Rio Mar Ltda., no município de Manaus - AM;
39 - Rádio Sociedade Sobradinho Ltda., no município de Sobradinho - RS;
40 - Lins Rádio Clube Ltda., no município de Lins - SP;

41 - Rádio 31 de Março Ltda., no município de Santa Cruz das Palmeiras - SP;
42 - Rádio Jornal de Assis Chateaubriand, no município de Assis Chateaubriand - PR;
43 - Rádio Alto Piranhas Ltda., no município de Cajazeiras - PB;

Decretos de 4 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):
44 - Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no município de São Carlos - SP;
45 - Rádio Siqueira Campos Ltda., no município de Colinas do Tocantins - TO;
46 - Rádio Continental Ltda., no município de Palotina - PR;
47 - Rádio 880 Ltda., outorgada originalmente à Rádio Cauê Ltda., no município de Pedro Leopoldo - MG;
48 - Sistema Cumbica de Radiodifusão Ltda., no município de Guarulhos - SP; e
49 - Sociedade de Rádio Carijós Ltda., no município de Conselheiro Lafaiette - MG.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº. 192/2010 – MC

Brasília, 19 de abril de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006772/2004, em que a RÁDIO SÃO LUIZ LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2004.

2. A outorga foi conferida pela Portaria MVOP nº 969, de 18 de novembro de 1948, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de dezembro de 1948 e renovada pelo Decreto de 8 de dezembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União no dia 9 subseqüente, referendado pelo Decreto Legislativo nº 360, de 2004, publicado no Diário Oficial da União em 12 de agosto de 2004.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*

DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Rádio São Luiz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.006772/2004,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio São Luiz Ltda. pela Portaria MVOP nº 969, de 18 de novembro de 1948, renovada pelo Decreto de 8 de outubro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 subseqüente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 360, de 11 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

*Referendado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*
D-EM 192 MC-RÁDIO SÃO LUIZ(L2)

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2012

## (nº 257/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-DESENVOLVIMENTO DE MONTENEGRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 515 de 10 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 740, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 873, de 29 de outubro de 2009 – Associação Beneficente Cultural e Comunitária Viva Mosqueiro, no município de Belém - PA;

2 - Portaria nº 458, de 19 de maio de 2010 – União Social do Jardim Santana e Adjacências, no município de São Paulo - SP;

3 - Portaria nº 489, de 31 de maio de 2010 – Associação Comunitária, Cultural e de Comunicação Social Guglielmo Marconi, no município de Venha Ver - RN;

4 - Portaria nº 492, de 31 de maio de 2010 – Associação do Bem Estar Sócio Econômico e Cultural Santanense, no município de Riacho de Santana - RN;

5 - Portaria nº 494, de 31 de maio de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Afuá - ASCOA, no município de Afuá - PA;

6 - Portaria nº 499, de 7 de junho de 2010 – Comunidade Famense de Rádio, no município de Fama - MG;

7 - Portaria nº 500, de 7 de junho de 2010 – Associação de Rádio Comunitária de Terra Nova, no município de Terra Nova - PE;

8 - Portaria nº 514, de 10 de junho de 2010 – Associação Cultural de Rádio Comunitária Alternativa FM, no município de São Gabriel - RS;

9 - Portaria nº 515, de 10 de junho de 2010 – Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro, no município de Montenegro - RS;

10 - Portaria nº 519, de 14 de junho de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Catolé do Rocha, no município de Catolé do Rocha - PB;

11 - Portaria nº 524, de 14 de junho de 2010 – Associação Cultural Araucária de Pinhal da Serra, no município de Pinhal da Serra - RS;

12 - Portaria nº 530, de 14 de junho de 2010 – Associação Comunitária e Cultural de Comunicação do Chuí, no município de Chuí - RS;

13 - Portaria nº 533, de 16 de junho de 2010 – Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Oscar Bressane, no município de Oscar Bressane - SP;

14 - Portaria nº 534, de 16 de junho de 2010 – Fundação Maria Alves Lima, no município de Teresina - PI;

15 - Portaria nº 536, de 16 de junho de 2010 – Associação Trindadense de Cultura e Comunicação Social, no município de Trindade do Sul - RS;

16 - Portaria nº 537, de 16 de junho de 2010 – Associação Amigos da Cultura - AMIC, no município de Orós - CE;

17 - Portaria nº 538, de 16 de junho de 2010 – Associação Comunitária de Educação e Cultura de Rádio Nordeste FM - ACECRAN, no município de Bom Jesus - RS;

18 - Portaria nº 539, de 16 de junho de 2010 – Associação Comunitária Cultural de Floriano Peixoto, no município de Floriano Peixoto - RS;

19 - Portaria nº 540, de 16 de junho de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Canudos do Vale, no município de Canudos do Vale - RS;

20 - Portaria nº 546, de 17 de junho de 2010 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Pompéia - ACUDICOP, no município de Dilermando de Aguiar - RS;

21 - Portaria nº 547, de 17 de junho de 2010 – Associação Comunitária dos Amigos Chapadenses, no município de Chapada Gaúcha - MG;

22 - Portaria nº 576, de 23 de junho de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento de São Bento das Caldas, no município de Santa Rita de Caldas - MG;

23 - Portaria nº 577, de 23 de junho de 2010 – Associação Comunitária Educativa Cristã, no município de Goianá - MG;

24 - Portaria nº 587, de 24 de junho de 2010 – Associação Conselho Cultural de Difusão Comunitária, no município de Alvorada - RS;

25 - Portaria nº 588, de 24 de junho de 2010 – Associação Comunitária Educativa e Social de Natalândia (ACESNA), no município de Natalândia - MG;

26 - Portaria nº 592, de 24 de junho de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Moita Bonita/Sergipe, no município de Moita Bonita - SE;

27 - Portaria nº 593, de 24 de junho de 2010 – Associação Comunitária dos Amigos e Amigas de Turiaçú, no município de Turiaçú - MA;

28 - Portaria nº 596, de 29 de junho de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Brunópolis, no município de Brunópolis - SC;

29 - Portaria nº 643, de 8 de julho de 2010 – Associação Comunitária São Judas Tadeu, no município de Ibiassucê - BA;

30 - Portaria nº 644, de 8 de julho de 2010 – Associação do Desenvolvimento Artístico e Cultural de Baraúna, no município de Baraúna - PB;

31 - Portaria nº 645, de 8 de julho de 2010 – Associação Cultural Rádio Comunitária FM Tio Hugo, no município de Tio Hugo - RS;

32 - Portaria nº 646, de 8 de julho de 2010 – Associação de Difusão Comunitária Nova Vida, no município de São José da Vitória - BA;

33 - Portaria nº 647, de 8 de julho de 2010 – Associação Comunitária e Rural do Cruzeiro da Queimada, no município de Irará - BA;

34 - Portaria nº 650, de 14 de julho de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação Pesquisa e Cultura Mipibuense, no município de São José do Mipibu - RN; e

35 - Portaria nº 656, de 16 de julho de 2010 – Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade União do Rio Preto da Eva, no município de Rio Preto da Eva - AM.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº 497/2010 – MC

Brasília, 17 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro**, no Município de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.062800/06, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*

**PORTARIA Nº 515 DE 10 DE JUNHO DE 2010.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.062.800/06 e do PARECER/MC/CONJUR/MCT/Nº 0338 – 1.08/2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro**, com sede na Rua Capitão Porfírio, nº 1818 - Centro, no município de Montenegro, estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29° 41' 23"S e longitude em 51° 28' 12"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2012

**(nº 271/2011, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MAIS CIDADANIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 639 de 6 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Mais Cidadania para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 749, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 267, de 6 de junho de 2005 – Associação Comunitária Sãojoanense Cultural e Educacional de Radiodifusão, no município de São João Nepomuceno - MG;

2 - Portaria nº 447, de 11 de outubro de 2005 – Associação Sardoaense - Comunitária, Social e Cultural Santo Antônio, no município de Sardoá - MG;

3 - Portaria nº 685, de 6 de dezembro de 2007 – Associação Municipal Organizada de Barão do Monte Alto, no município de Barão do Monte Alto - MG;

4 - Portaria nº 865, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Sociedade Beneficência Vida Nova, no município de Novo Alegre - TO;

5 - Portaria nº 1.146, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores Deputado Luís Eduardo Maron de Magalhães - ALEM, no município de Salvador - BA;

6 - Portaria nº 683, de 10 de setembro de 2009 – Associação Novaboavistense de Radiodifusão Comunitária, no município de Nova Boa Vista - RS;

7 - Portaria nº 168, de 24 de março de 2010 – Associação Araxaense das Donas de Casa, no município de Araxá - MG;

8 - Portaria nº 226, de 25 de março de 2010 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Amigos da Terra de Paulo Frontin, no município de Paulo Frontin - PR;

9 - Portaria nº 228, de 25 de março de 2010 – Associação Rádio Comunitária Alternativa de Jordânia, no município de Jordânia - MG;

10 - Portaria nº 229, de 25 de março de 2010 – Associação Manancial das Águas Quentes, no município de Caldas Novas - GO;

11 - Portaria nº 232, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária Cultural Bom Sucesso, no município de Bom Sucesso do Sul - PR;

12 - Portaria nº 233, de 25 de março de 2010 – Associação Cultural e Social de Novo Cruzeiro, no município de Novo Cruzeiro - MG;

13 - Portaria nº 242, de 26 de março de 2010 – Associação de Moradores Amigos da Radiodifusão e Cultura, no município de São João Batista - SC;

14 - Portaria nº 244, de 26 de março de 2010 – Associação Comunitária Nova Betel FM, no município de Rio de Janeiro - RJ;

15 - Portaria nº 286, de 30 de março de 2010 – Associação dos Aposentados, Pensionistas, Deficientes Físicos e Idosos do Município de Taiobeiras, no município de Taiobeiras - MG;

16 - Portaria nº 287, de 30 de março de 2010 – Associação Cultural e Assistencial ao Menor de Capitão Andrade, no município de Capitão Andrade - MG;

17 - Portaria nº 294, de 30 de março de 2010 – Associação dos Moradores da Comunidade de Marianópolis - AMCM, no município de Marianópolis do Tocantins - TO;

18 - Portaria nº 296, de 30 de março de 2010 – Associação de Difusão Comunitária Auta de Souza, no município de Macaíba - RN;

19 - Portaria nº 297, de 30 de março de 2010 – Associação dos Agropecuaristas Santa Clara, no município de Itacuruba - PE;

20 - Portaria nº 298, de 30 de março de 2010 – Associação Cultural Projeção e Vida DF e Entorno, na cidade de Guará I - DF;

21 - Portaria nº 301, de 30 de março de 2010 – Associação Comunitária e Cultural Nova FM, no município de Arceburgo - MG;

22 - Portaria nº 307, de 30 de março de 2010 – Associação Cultural de Jaceaba, no município de Jaceaba - MG;

23 - Portaria nº 317, de 30 de março de 2010 – Associação Comunitária de Quatituba, no município de Itueta - MG;

24 - Portaria nº 318, de 30 de março de 2010 – Associação Comunitária Cultural e Lazer de Floresta, no município de Central de Minas - MG;

25 - Portaria nº 332, de 13 de abril de 2010 – Organização Não Governamental Guaranésia Viva, no município de Guaranésia - MG;

26 - Portaria nº 346, de 15 de abril de 2010 – Associação Comunitária e Cultural de Boa Esperança - ACECBE, no município de Boa Esperança - ES;

27 - Portaria nº 394, de 28 de abril de 2010 – Fundação de Assistência à Família Antonio Correa de Lima - FUAFA, no município de Irituia - PA;

28 - Portaria nº 396, de 29 de abril de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Brazlândia - ARCOBRAZ, na cidade de Brazlândia - DF;

29 - Portaria nº 397, de 29 de abril de 2010 – Associação Comunitária Cristão Lajinhense, no município de Lajinha - MG;

30 - Portaria nº 398, de 29 de abril de 2010 – Associação Comunitária Getsêmane de Radiodifusão, no município de Rolim de Moura - RO;

31 - Portaria nº 412, de 5 de maio de 2010 – Associação Comunitária e Cultural de Maracajú - ASCOMA, no município de Maracajú - MS;

32 - Portaria nº 415, de 6 de maio de 2010 – Associação Painense de Rádio, no município de Pains - MG;

33 - Portaria nº 422, de 7 de maio de 2010 – Associação Cultural e Radiodifusora Comunitária de Buritizeiro - MG, no município de Buritizeiro - MG;

34 - Portaria nº 435, de 13 de maio de 2010 – Associação Comunitária Rádio FM Gameleiras, no município de Monte das Gameleiras - RN;

35 - Portaria nº 438, de 13 de maio de 2010 – Associação Comunitária Cultural Tempo de Paz, no município de Porto Velho - RO;

36 - Portaria nº 439, de 13 de maio de 2010 – Centro Jovem de Ação Comunitária - CEJAC, no município de Curralinhos - PI;

37 - Portaria nº 440, de 13 de maio de 2010 – Associação Cultural de Gravatal, no município de Gravatal - SC;

38 - Portaria nº 452, de 18 de maio de 2010 – Associação Desenvolvimento Comunitário dos Moradores de Ipueiras, no município de Ipueiras - CE;

39 - Portaria nº 453, de 18 de maio de 2010 – Associação Cultural Rafardense, no município de Rafard - SP;

40 - Portaria nº 457, de 19 de maio de 2010 – Associação Casa da Cidade, no município de São Paulo - SP;

41 - Portaria nº 459, de 20 de maio de 2010 – Associação Comunitária Senadorense, no município de Senador José Bento - MG;

42 - Portaria nº 460, de 20 de maio de 2010 – Associação dos Amigos de Rio Doce, no município de Rio Doce - MG;

43 - Portaria nº 476, de 21 de maio de 2010 – Associação Comunitária Cidade Viva, no município de Parazinho - RN;

44 - Portaria nº 478, de 21 de maio de 2010 – Associação de Radiodifusão Goianinha FM, no município de Goianinha - RN;

45 - Portaria nº 479, de 21 de maio de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação Cultural de Salvanópolis, no município de Santa Maria das Barreiras - PA; e

46 - Portaria nº 639, de 6 de julho de 2010 – Associação Comunitária Mais Cidadania, no município de Livramento de Nossa Senhora - BA.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº. 00570/2010-MC

Brasília, 8 de julho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária Mais Cidadania**, no Município de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.027049/09, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*

**PORTARIA Nº 639 DE 6 DE JULHO DE 2010.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.027049/09, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária Mais Cidadania,** com sede na Rua Joaquim Tanajura, nº 107, sala 02, Bairro Centro, no Município de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 13º 39' 08"S e longitude em 41º 50' 26"W, utilizando a freqüência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 2012

(nº 360/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO ONÉSIMO NOGUEIRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corrente, Estado do Piauí.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 441 de 17 de julho de 2008, que outorga permissão à Fundação Onésimo Nogueira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Corrente, Estado do Piauí.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 722, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

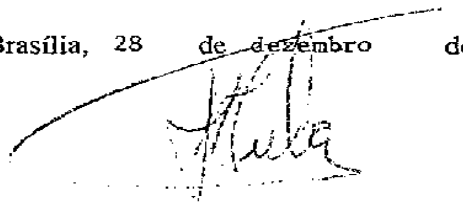
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 2º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 441, de 17 de julho de 2008 – Fundação Onésimo Nogueira, no município de Corrente - PI;

2 - Portaria nº 445, de 13 de maio de 2010 – Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira, no município de Teresina - PI; e

3 - Portaria nº 518, de 11 de junho de 2010 – Fundação Liderbrasil, no município de João Câmara - RN.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº. 281/2010 – MC

Brasília, 12 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.030007/2005-35, de interesse da FUNDAÇÃO ONÉSIMO NOGUEIRA, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Corrente, Estado do Paiuí.

2. De acordo com o art. 13. § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite*

**PORTARIA N.º 441, DE 17 DE JULHO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.030007/2005, e do PARECER/MC/CONJUR/JSN /Nº 2507 - 1.07 / 2007 resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO ONÉSIMO NOGUEIRA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Corrente, Estado do Piauí.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2012

**(nº 365/2011, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à SAFIRA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 212 de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Safira Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 739, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 553, de 4 de setembro de 2008 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Caiabu - SP;

2 - Portaria nº 1.025, de 23 de dezembro 2008 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Jordânia - MG;

3 - Portaria nº 53, de 24 de março de 2009 – Rádio FM Porto da Folha Ltda., no município de Itabaianinha - SE;

4 - Portaria nº 55, de 24 de março de 2009 – Estudios Reunidos Ltda., no município de Nossa Senhora do Socorro - SE;

5 - Portaria nº 921, de 18 de novembro de 2009 – Portal Comunicações Ltda., no município de Montanha - ES;

6 - Portaria nº 927, de 18 de novembro de 2009 – Portal Comunicações Ltda., no município de Sooretama - ES;

7 - Portaria nº 930, de 18 de novembro de 2009 – Portal Comunicações Ltda., no município de Itarana - ES;

8 - Portaria nº 93, de 11 de março de 2010 – Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda., no município de Santa Rosa de Goiás - GO;

9 - Portaria nº 104, de 11 de março de 2010 – Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda., no município de Viseu - PA;

10 - Portaria nº 169, de 24 de março de 2010 – Sistema de Comunicação Osvaldo Cruz Ltda., no município de Bastos - SP;

11 - Portaria nº 170, de 24 de março de 2010 – San Marino Radiodifusão Ltda., no município de Capanema - PR;

12 - Portaria nº 171, de 24 de março de 2010 – Rádio Quixelô FM Ltda., no município de Quixelô - CE;

13 - Portaria nº 172, de 24 de março de 2010 – Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda., no município de Jambeiro - SP;

14 - Portaria nº 209, de 24 de março de 2010 – Empresa de Comunicação Correio Ltda., no município de Princesa Isabel - PB;

15 - Portaria nº 210, de 24 de março de 2010 – Sistema de Comunicação Catoleense Ltda., no município de Catolé do Rocha - PB;

16 - Portaria nº 211, de 24 de março de 2010 – Rede Nova FM de Radiodifusão Ltda., no município de Morada Nova de Minas - MG;

17 - Portaria nº 212, de 24 de março de 2010 – Safira Radiodifusão Ltda., no município de Araucária - PR;

18 - Portaria nº 213, de 24 de março de 2010 – Mercom Brasília Comunicação Ltda., no município de Guaraci - SP;

19 - Portaria nº 214, de 24 de março de 2010 – Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda., no município de Missão Velha - CE;

20 - Portaria nº 215, de 24 de março de 2010 – Rádio Campos Floridos Ltda., no município de Arapoti - PR;

21 - Portaria nº 216, de 24 de março de 2010 – Rádio Centroeste Ltda., no município de Cantagalo - PR;

22 - Portaria nº 217, de 24 de março de 2010 – Rede Elo de Comunicações Ltda., no município de Ipaporanga - CE;

23 - Portaria nº 218, de 24 de março de 2010 – 102 FM Ltda., no município de Bueno Brandão - MG;

24 - Portaria nº 306, de 30 de março de 2010 – Tipuana FM Ltda., no município de Angical - BA;

25 - Portaria nº 309, de 30 de março de 2010 – LMG Comunicações Ltda., no município de Aiquara - BA;

26 - Portaria nº 310, de 30 de março de 2010 – Sistema Sintonia de Comunicação Ltda., no município de Brotas - SP;

27 - Portaria nº 311, de 30 de março de 2010 – T. L. Comunicação Ltda., no município de Aramari - BA;

28 - Portaria nº 312, de 30 de março de 2010 – Chapada Radiodifusão Ltda., no município de Andaraí - BA;

29 - Portaria nº 314, de 30 de março de 2010 – A. L. Comunicação Ltda., no município de Amélia Rodrigues - BA;

30 - Portaria nº 316, de 30 de março de 2010 – Natureza FM Ltda., no município de Pedregulho - SP;

31 - Portaria nº 319, de 30 de março de 2010 – Natureza FM Ltda., no município de Buritizal - SP;

32 - Portaria nº 353, de 16 de abril de 2010 – Empresa de Radiodifusão de Itabirito Ltda., no município de Itabirito - MG;

33 - Portaria nº 402, de 4 de maio de 2010 – San Marino Radiodifusão Ltda., no município de Planalto - PR;

34 - Portaria nº 404, de 4 de maio de 2010 – Gtoll Telecomunicações Ltda., no município de Paraíso do Norte - PR;

35 - Portaria nº 405, de 4 de maio de 2010 – Rede Vividense de Comunicações Ltda., no município de Coronel Vivida - PR;

36 - Portaria nº 407, de 4 de maio de 2010 – Rádio Quiguay Ltda., no município de Palmas - PR;

37 - Portaria nº 409, de 4 de maio de 2010 – Fabiane Comunicações Ltda., no município de Verê - PR;

38 - Portaria nº 410, de 4 de maio de 2010 – Gtoll Telecomunicações Ltda., no município de Clevelândia - PR;

39 - Portaria nº 411, de 4 de maio de 2010 – FM Rubi Ltda., no município de Medianeira - PR;

40 - Portaria nº 419, de 7 de maio de 2010 – CMM Comunicações Ltda., no município de Fazenda Nova - GO;

41 - Portaria nº 420, de 7 de maio de 2010 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Jales - SP;

42 - Portaria nº 423, de 7 de maio de 2010 – Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

43 - Portaria nº 456, de 19 de maio de 2010 – Sistema de Comunicação Vale das Vertentes S/C Ltda., no município de Carmo da Mata - MG;

44 - Portaria nº 465, de 20 de maio de 2010 – Fiuza & Silva Ltda., no município de Indiara - GO;

45 - Portaria nº 467, de 20 de maio de 2010 – Sistema Norte de Radiodifusão Ltda., no município de Mimoso de Goiás - GO;

46 - Portaria nº 468, de 20 de maio de 2010 – Empresa de Comunicações Jatobá Ltda., no município de Itarumã - GO;

47 - Portaria nº 469, de 20 de maio de 2010 – Lagoa dos Patos FM Ltda., no município de Tapes - RS;

48 - Portaria nº 470, de 20 de maio de 2010 – Milano FM Ltda., no município de Telêmaco Borba - PR;

49 - Portaria nº 471, de 20 de maio de 2010 – Plus Radiodifusão Ltda., no município de Xangri-lá - RS; e

50 - Portaria nº 480, de 21 de maio de 2010 – Rede Ello Brasil de Comunicação Ltda., no município de Mirangaba - BA.

Brasília, 28 de dezembro de 2010

EM nº. 141/2010-MC

Brasília, 29 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 029/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Araucária, Estado do Paraná.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Safira Radiodifusão Ltda (Processo nº 53740.000406/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 212 , DE 24 DE MARÇO DE 2010.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES,** no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000406/2000, Concorrência nº 029/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à SAFIRA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Araucária, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 a 35, de 2012**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **c**, da Norma Interna.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012**

Requeiro, nos termos dos arts. 154 e 199, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aditada ao Requerimento nº 1.575, de 2011, a indicação do dia 18 de junho de 2012 para a realização da Sessão Especial em comemoração aos 50 anos de criação do Estado do Acre.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2012.

Senador Jorge Viana

Senador

Senador

Senador

Senador

Senador

Senador

Senador

Senador

**REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012**

Requeiro, nos termos dos arts. 154 e 199, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aditada ao Requerimento nº 1.576, de 2011, a indicação do dia 5 de março de 2012 para a realização da Sessão Especial em homenagem ao Barão de Rio Branco no ano do seu centenário de falecimento.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2012.

Senador Jorge Viana

Senador

Senador

Senador

Senador

Senador

Senador

**REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012**

Requeiro, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, no período de 11 a 15 de fevereiro do corrente, por indicação dessa Presidência, para compor, como representante do Senado Federal, a delegação brasileira na 51ª Sessão do Comitê para Eliminação da Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW), que terá lugar em Genebra, Suíça.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período 11 a 15 de fevereiro do corrente ano, para o desempenho desta missão. – Senadora **Lídice da Mata**.

**REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012**

Requeiro, com fulcro no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, no período de 13 a 17

de Fevereiro do corrente ano, em virtude de compor a Delegação Brasileira, por designação da Presidência desta Casa, que acompanhará a 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres – Comitê CEDAW, que ocorrerá em Genebra, Suíça.

Na oportunidade o Governo Brasileiro apresentará o VII Relatório à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher que informa como o país está implementando os 30 (trinta) artigos da Convenção, bem como responder às recomendações feitas pelo Comitê quando analisou o relatório anterior apresentado pelo Brasil.

Comunico, ainda, com base no art. 39 do Regimento Interno, que me ausentarei do País entre os dias 11 e 18 de fevereiro do corrente ano. – Senadora **Ana Rita**.

**REQUERIMENTO Nº 5, DE 2012**

Com fulcro no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para participar da Delegação Brasileira que acompanhará a 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres – Comitê CEDAW, que ocorrerá em Genebra, Suíça, no período de 13 de fevereiro a 2 de março, por designação da Presidência desta Casa.

Na oportunidade o Governo Brasileiro apresentará o VII Relatório à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher que informa como o País está implementando os 30 (trinta) artigos da Convenção, bem como responder às recomendações feitas pelo Comitê quando analisou o relatório anterior apresentado pelo Brasil.

Comunico, ainda, com base no art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do País entre os dias 11 a 18 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2012. – Senadora **Ângela Portela**.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GP-BR/UE nº 17/2011

Brasília, 20 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi reinstalado no Congresso Nacional, em 8 de junho do corrente ano, o Grupo Parlamentar Brasil – União Europeia. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria, da qual Vossa Excelência, como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Este Grupo Parlamentar foi criado por força da Resolução nº 03/08, de 5 de junho de 2008, da Câmara dos Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº 48/2007, de minha autoria, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da União Europeia. O Grupo é formado por 32 Senadores e 153 Deputados Federais. Encaminho, em anexo, para os devidos registros, cópia da Ata da Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil – União Europeia, a relação dos Parlamentares que o integram, bem como de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em prol da intensificação do relacionamento entre o nosso Parlamento e o Parlamento Europeu, e do estreitamento dos laços de amizade entre o Brasil e os países membros da União Europeia, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente, – Deputado **Sebastião Bala Rocha,** Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – União Europeia.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos pelo período de vinte minutos, nesta retomada dos trabalhos este ano.

Eu era o primeiro inscrito, mas, mediante entendimento feito com os Senadores Casildo Maldaner e Roberto Requião, eu permuto com o Senador Roberto Requião, que passa a ser o segundo inscrito, e o primeiro passa a ser o Senador Casildo Maldaner, a quem eu passo a palavra neste momento.

Logo após a fala do Senador Roberto Requião, eu convidarei, como já acertei, o Senador Mozarildo Cavalcanti para que venha presidir, já que ele vai ser o oitavo a falar aqui.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas, em primeiro lugar, eu gostaria de, com as minhas primeiras palavras, na reabertura propriamente dita desta sessão, a primeira que o Senado realiza no início desta legislatura, no início deste ano, cumprimentar a todos. Quero cumprimentar o Presidente Paim, que preside a abertura

dos trabalhos nesta manhã. Cumprimento os colegas que estão aqui – Mozarildo Cavalcanti, Ana Amélia, Roberto Requião e os demais colegas.

Sem dúvida alguma, estamos iniciando. Ontem foi a abertura oficial do Congresso Nacional, quando a Mensagem da Presidente da República chegou à Casa. Enfim, o Congresso reabriu este período legislativo deste ano que se inicia, para que nós no Senado, hoje, nesta sexta-feira, possamos iniciar o ano enfrentando as vicissitudes, enfrentando as mazelas, enfrentando o que tem aí pela frente, procurando construir. Em função disso, trago alguns alinhamentos do que nós tivemos no ano passado e o que está em pauta, o que tramita nesta Casa, tramita na Câmara, o que nós precisamos enfrentar este ano, o que precisamos produzir, as respostas que nós temos aí, nós do Brasil em relação ao mundo, as circunstâncias que o mundo vive, principalmente os países da Europa, as dificuldades que o nosso vai enfrentar também, as preparações que precisamos ter, como vamos encarar tudo isso perante o mundo, as eleições municipais que vão se desenrolar neste ano. É uma série de temas que precisamos, sem dúvida alguma, analisar e ter em mente.

Por isso, caros colegas, iniciamos ontem os trabalhos deste ano legislativo, que será marcado pelo debate e votação de temas da maior importância para o futuro do nosso País.

Já no primeiro semestre, estão previstas discussões sobre Lei Geral da Copa, Ato Médico, Estatuto da Juventude, Lei do Conselho Nacional de Justiça. A decisão do Supremo ontem vem ao encontro do clamor nacional, até diria, para que o Conselho Nacional de Justiça possa, mesmo não esperando que as corregedorias dos tribunais tomem as decisões ou encaminhem ao Conselho, ter a iniciativa de provocar também o debate nessa questão do Judiciário no Brasil. Acho que foi boa a decisão de ontem. Além disso, nós temos a reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal, do Código de Defesa do Consumidor. A divisão dos **royalties** do petróleo é outro tema que está na pauta, que já votamos aqui no Senado e está na Câmara, como o Código Civil, que votamos e está na Câmara. Os **royalties** são uma ansiedade dos Estados e Municípios no Brasil. O Código Florestal também, que analisamos, a Câmara está ultimando alguns detalhes e a Nação aguarda com muita ansiedade.

No entanto, outros temas devem, indubitavelmente, merecer nossa atenção: as reformas tributária e política. Essas alterações são essenciais na construção de bases sólidas para o crescimento econômico e social de nosso País. Destaco, ainda, outra mudança que provocará profundo impacto, tendo como reflexo imediato a preservação de milhares de vidas: a implementação de um novo marco legal para a Defesa Civil.

Os fatos, mais uma vez, dão nefasto relevo de realidade às palavras tantas vezes repetidas por nós: não somos previdentes, e as tragédias se repetem, ano após ano. Há pouco, vivenciamos enchentes na região Sudeste – em especial no Estado de Minas Gerais –, bem como a estiagem no Sul, que castigou pessoas, animais e lavouras.

Acompanhei de perto o sofrimento em meu Estado, em especial no oeste catarinense. Os prejuízos em vidas e na economia dos Municípios atingidos são incalculáveis. Quer dizer, em alguns lugares do Brasil, as enchentes, em outros, a seca. Os prejuízos acontecendo a toda monta. Há as medidas preventivas. Quer dizer, nós ainda continuamos imprevidentes. Precisamos estar calcados nessas matérias.

Durante boa parte de 2011, sob a presidência do Senador Jorge Viana, coube-nos a responsabilidade da relatoria da Comissão Temporária de Alterações do Sistema Nacional de Defesa Civil. Em dezembro passado, tivemos a felicidade de reunir, em um grande esforço conjunto, propostas apresentadas pelos nobres Senadores que compuseram a Comissão, além de técnicos, especialistas e estudiosos, ouvidas as cinco regiões do País.

O relatório, aprovado de forma unânime, estabelece como prioridade ações de prevenção e de preparação, não apenas de resposta e de reconstrução. Só desta forma pouparemos vidas e recursos: evitando as tragédias, e, quando isso não for possível, estando preparados para elas. Para isso, queremos promover uma reestruturação da Defesa em todo País, em Estados e Municípios; a criação de centros de monitoramento; a Força Nacional de Defesa Civil; a cultura de defesa civil, a começar nos bancos escolares – essa é uma necessidade premente, sem dúvida alguma – ; a garantia de recursos sem contingenciamento; entre outras medidas. As sugestões foram transpostas ao Projeto de Lei do Senado nº 745, de 2011, já em tramitação nesta Casa.

Não pouparemos esforços para que essas alterações possam, no menor prazo possível, tornar-se realidade.

O tempo próprio do processo legislativo... Quanto a isso, gostaríamos até de aproveitar uma medida provisória que tramita na Câmara dos Deputados, oriunda do Governo Federal, que trata de alguns balizamentos de defesa civil. Nós já enviamos a proposta, vez que lá na Câmara dos Deputados também houve uma comissão que tratou de alterações de defesa civil no Brasil, sob a responsabilidade do Relator, Deputado Bráulio Braga. Já entramos em contato com ele para que se

possa, quem sabe, inserir na medida provisória que lá se encontra algumas dessas alterações para que, chegando ao Senado, não haja necessidade de voltar à Câmara dos Deputados. Assim, a Defesa Civil no Brasil estará preparada antes mesmo de analisarmos uma lei ordinária.

O tempo próprio do processo legislativo, muitas vezes tido como lento, mas repleto de necessário debate e participação popular, nos exige paciência e dedicação. Dessa forma, continuaremos empenhados em bandeiras já desfraldadas no ano anterior. Cito, a título de exemplo, o PLS 188/2011, apresentado por nós, para garantir direitos aos aposentados, isso apenas para recordar. Aqueles que, por necessidade, precisam voltar ao trabalho, terão a possibilidade de receber as contribuições adicionais que fizerem à Previdência Social, permitindo incremento em sua renda. Este é um direito dos trabalhadores: que eles, voltando a trabalhar por necessidade, possam agregar alguma coisa ao seu salário, à sua aposentadoria, sempre respeitando o teto da Previdência naturalmente. Mas isso vai ajudar, pois é um direito do trabalhador que está contribuindo. São questões que precisamos voltar à baila e fazer com que as propostas voltem a caminhar neste ano de 2012.

Cito, ainda, o PLS 530/2011, que desonera o investimento de empregadores na educação de seus colaboradores e respectivos dependentes, dando impulso considerável à capacitação e crescimento educacional em nosso País.

Ao lado dos colegas Senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer, do meu Estado, seguiremos incansáveis na luta por conquistas para Santa Catarina, nas áreas de saúde, educação, segurança e infraestrutura – esta uma de nossas grandes carências. Precisamos de melhorias nas BRs 101, 163, 280, 282 e 470, além de investimento em nossos aeroportos, portos e na criação de uma ferrovia – uma carência de nosso Estado –, principalmente para transporte de matérias– primas do Mato Grosso, região do nosso eminente Senador Waldemir Moka, que, neste instante, preside a sessão e nosso Vice-Presidente da Casa.

Neste 2012, em que o cenário econômico internacional ainda sofre os reflexos da crise no continente europeu e de uma verdadeira realocação de papeis entre as nações, o Brasil tem em mãos a oportunidade de assumir a posição que lhe cabe. Essa não é outra senão a de uma das maiores potências do mundo do agronegócio, da indústria e da inovação tecnológica. Para isso, além de uma política fiscal austera, são necessários investimentos ainda maiores em educação, além de incentivo ao empreendedorismo brasileiro, garantindo as condições vitais para nosso desenvolvimento social.

De nada adianta sermos o sexto maior PIB do mundo, se a renda **per capita** de nossos cidadãos está aquém da maioria dos países desenvolvidos; se não geramos oportunidades de emprego, e acima de tudo, se ainda convivermos com a fome e o analfabetismo.

Melhoramos bastante, sim, é verdade, mas precisamos continuar perseguindo esse objetivo. Temos de ter cuidado até para olharmos o que ocorre nos países desenvolvidos do Primeiro Mundo, as dificuldades e os solavancos, para que não caiamos nessa rede, para que nos preparemos e fiquemos firmes para enfrentarmos essas vicissitudes.

Em outubro, o Brasil vai às urnas escolher prefeitos e vereadores em mais de 5.500 Municípios, no pleno exercício da democracia. Tenho convicção de que o Poder Legislativo, em especial este Senado Federal, não se imiscuirá de seu dever.

Por isso, trago essas considerações, desejando a todos os colegas um bom trabalho, sucesso nesta caminhada, neste ano que se inicia, nos trabalhos da legislatura de 2012, e que tenhamos resultados que venham ao encontro do Brasil, que venham ao encontro das necessidades, que venham ao encontro daquilo que mais nós precisamos. Vamos, juntos, somar esforços neste início de uma nova caminhada para enfrentarmos vicissitudes, solavancos, problemas dessa ou daquela ordem. Essa é a nossa meta, Sr. Presidente, caros colegas. Vamos, neste início, começar uma nova etapa nesta jornada da nossa vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas.

*Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Cumprimentamos o Senador Casildo Maldaner e, em seu nome, a população do Estado de Santa Catarina.

Na sequência, está inscrito o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Moka, com pureza d´alma e a melhor das intenções, eu me dirijo desta tribuna aos políticos brasileiros, principalmente aos do Paraná e ao nosso Governador Beto Richa.

O primeiro biógrafo do Padre Antônio Vieira, o também padre jesuíta André de Barros, no livro lançado em 1746, conta que o futuro genial pregador era, na infância, um tanto quanto parco de inteligência. Aluno limitado, Vieira tinha grandes dificuldades para assimilar as lições.

Enorme, no entanto, era a sua devoção à Virgem Maria, a quem suplicava luzes, entendimento. Certo dia, rezando à santa, "inflamado todo em desejo de saber", o menino Antônio Vieira teve um estalo. De repente, algo como que se arrebentou em sua cabeça, explodiu. O estalo "foi tão forte que lhe parecia morrer, disse o seu biógrafo.

Passado o estupor, eis que o cérebro de Vieira desanuvia-se, desembota-se, ilumina-se, vão-se as dificuldades, desaparece o aluno medíocre e começa a nascer o mais extraordinário de nossos oradores sacros, o mais escorreito escritor da língua portuguesa.

Daí, por séculos, a expressão "estalo de Vieira" incorpora-se ao uso corrente, para significar a repentina, miraculosa iluminação da ignorância pelo entendimento, das trevas pela luz, da estupidez pela inteligência, da pasmaceira pela agilidade.

Confesso que gostaria de ter a mesma fé do rapazote Vieira, na Virgem Santa, no Deus todo poderoso para encomendar-lhes alguns estalos de Vieira. Não para mim, que estou bem servido com o que me obsequiaram a natureza e os céus, e sim para alguns governantes um tanto parvos, tão incapazes no ofício de administrar, que bem lhes cabia aquele estalo famoso.

Para um, especialmente, encomendo as minhas orações, com fervor e urgência suplico a graça do atendimento, peço com insistência que se lhe estale a cabeça, como a de Vieira, abrindo-a para a realidade e complexidade das coisas, para a responsabilidade e a sabedoria de bem governar.

Peço, suplico, insisto, oro com piedade e contrição que se estale a cabeça do Governador do meu Estado, Carlos Alberto Richa, também dito Beto, como querem os íntimos e outros nem tanto.

Se a providência transformou o parvo meninote Antônio Vieira no orador, pregador e escritor sem par, por que não haveria de obrar o mesmo prodígio com a cabeça do Governador do Paraná? Como homem de fé, acredito no milagre.

Dado o estalo – que seria um ribombo de grande sonoridade, acredito –; o Governador abriria os olhos e veria que, um ano depois da posse, não fez nada, rigorosamente, absolutamente, verdadeiramente nada.

Sua cabeça estalada revelaria que a excelência apenas se ocupou em inaugurar as obras que deixei prontas ou em vias de conclusão, em retirar placas com nomes de outros governadores, em mudar nomes dos programas de governo.

Estalada a cabeça do governador, desemburricada e esperta, à sua excelência seria dada a revelação de que governar não é comprar aviões.

Escampada, desobscurecida pelo estalo, a cabeça do governador passaria a compreender que governar não é privatizar, terceirizar, repassando a empresas privadas responsabilidades tão específicas do Estado como a educação, a saúde, o saneamento básico. Além do que, refrescaria sua memória, relembrando-o das fervorosas promessas de campanha de não privatizar, não terceirizar, não subir as tarifas.

Estalada e desentalada dessa baboseira neoliberal que denominam "choque de gestão", a cabeça do governador descobriria o enorme descompasso entre seu discurso modernoso e a prática de seu governo. Se não vejamos: não recomendam os teóricos do tal "choque" cortar pessoal, diminuir funções, comprimir salários, desidratar a estrutura estatal, evitar o compadrio e o nepotismo nas indicações, profissionalizando-as? Como então, oh! Minas Gerais, explicar que excelência paranaense criou mais cargos comissionados, dobrou os salários dos comissionados, criou duas supersecretarias de Estado, prebendando o seu irmão com uma delas?

Cortar gastos? Como então se, para divulgar-se, Sua Excelência pretende gastar em propaganda, em nove meses deste ano, R$180 milhões, afora o que vão gastar as estatais e autarquias, como a Sanepar, Copei, Porto de Paranaguá e mais, e mais, e mais...

É tanto dinheiro em propaganda que fico pensando que "choque de gestão" é isto: muito, mas muito dinheiro em propaganda para que a opinião pública fique achando o governador lindo, maravilhoso, "chocante", como diziam os jovens pouco tempo atrás, ou talvez ainda digam, Senador Mozarildo, não sei.

O pior de tudo é que a nossa mui valorosa Assembleia Legislativa pouco contribui para favorecer o estalamento da cabeça do governador. Pelo contrário, adula-o, mima-o, lisonjeia-o, incensa-o.

Da mesma forma, os meios de comunicação são tão cegos a inação ou às desviadas ações de Sua Excelência quanto pródigos em elogios à roupa nova do rei.

E aqui me ocorre um sermão do Padre Antônio Vieira – com a cabeça já devidamente estalada – sobre o mal que os aduladores fazem aos governantes. E o "Sermão da Primeira Sexta-Feira da Quaresma", pregado em Lisboa, na Capela Real, em 1649, e tido por alguns como um dos mais sublimes e eloquentes sermões de Vieira.

Diz o pregador: "Entre os políticos, Xenofonte, Tácito, Cassiodoro; entre os historiadores, Tito Lívio, Suetônio, Quinto Cúrcio; entre os filósofos, Sêneca, Plutarco, Severino Boécio; entre os santos padres, Jerônimo, Crisóstomo, Gregório, Agostinho, Bernardo, todos, só com discrepância no encarecimento, dizem

e ensinam, concordemente, que os inimigos dos reis, e os maiores inimigos, são os aduladores".

Citando Santo Agostinho, Vieira diz que o bispo de Hipona ensinava que há dois gêneros de inimigos dos governantes, "uns que perseguem outros que adulam" e que se há de temer mais "a língua do adulador que as mãos do perseguidor".

De Pitágoras, recolhe este ensinamento a quem governa: "Gosta antes dos que te argúem do que dos que te adulam, e tem maior aversão aos aduladores que aos inimigos, porque são piores".

E Vieira lembra a recomendação de outro filósofo grego, Sócrates: "A benevolência dos aduladores dá-lhe logo as costas, e foge deles como de inimigos".

"É benção ou fatalidade" dos governantes que tudo o que fizerem ou quiserem, "ainda que não seja louvável, seja louvado", diz o Padre Antônio Vieira.

Ele exemplifica: "Se o rei, como Saul, tomar para si os despojos de Amalec consagrados a Deus, e os aplicar a usos profanos, **te laudabunt**, louvamos-te, dizem os palacianos.

> Se o rei, como David, por simples informação suspeitosa, singular, e sem nenhuma legalidade, privar do patrimônio a Mefiboseth, e o der ao seu criado Siba: te laudabunt. Se o rei, como Salomão, para edificar soberba e deliciosamente o bom ou mau retiro do Líbano, derrubar as casas dos poucos poderosos, e queimar as choupanas dos miseráveis: **te laudabunt**. Se o rei como Roboão (...) acrescentar tributos sobre tributos (...) **te laudabunt**.

E quem são os panegiristas destes louvores? pergunta Vieira. Ouçam Srs. Deputados do Paraná, ouçam senhores da mídia o que responde o pregador sobre quem são os que louvam os governantes: "Não são os que padecem o dilúvio fora da arca, não são os que moram e morrem fora das paredes do palácio" senão os que vivem à sua sombra e de seus favores. Estes, diz Vieira, "são os que louvam o que não deveriam louvar, e aplaudem o que não deveriam aplaudir, e ajudam o que deveriam estorvar", atentos somente a não desgostar ou entristecer o governo.

No entanto, Vieira faz uma agudíssima ressalva. Diz ele:

> Eu bem creio do bom entendimento de alguns, que no mesmo tempo em que louvam e aplaudem com a boca, gemem e choram com o coração. Nem eles deixam de o confessar assim, onde não é perigoso o sigilo. Mas como servem mais ao próprio interesse que ao rei, esta covarde dependência lhes equivoca a dor com a alegria, e o coração com a língua.

Continua o padre:

> Uns autores comparam estes aduladores ao camaleão, que não tem cor certa nem própria, se reveste e pinta de todas as cores, quaisquer que sejam as do objeto vizinho. Outros os comparam à sombra, que não tem outra ação, figura ou movimento, que a do corpo interposto à luz, do qual nunca se aparta, e sempre e para qualquer parte o segue".

O Padre Vieira, nessas considerações, não se presta somente ao Paraná. Talvez pudéssemos observar, pelo mesmo ângulo, o comportamento do Congresso Nacional.

No entanto, Vieira considera que a melhor comparação do governismo idólatra e interesseiro foi feita por Santo Agostinho, que comparou os bajuladores com o eco:

> O eco sempre repete o que diz a voz, nem sabe dizer outra coisa; e onde as concavidades são muitas [os corredores palacianos, legislativos e ministeriais, diria eu], é cena verdadeiramente aprazível ver como os ecos se vão respondendo uns aos outros e todos sem discrepância dizendo.o mesmo. O que disse a primeira voz é o que todos uniformemente repetem.

Enfim, Srªs e Srs. Senadores, além de pedir que se estale a cabeça do governador, que se lhe abra o cérebro ao entendimento das coisas, rezo também, suplico e imploro que se estalem as cabeças dos deputados estaduais do Paraná, especialmente os de meu partido, o PMDB, que estão cometendo tudo aquilo que Vieira aconselhou se repudiasse.

Em um outro sermão famoso, o "Sermão do Primeiro Domingo do Advento", também pregado na Capela Real, em Lisboa, em 1650, o Padre Antônio Vieira fala sobre o pecado da omissão. Do pecado da omissão e do pecado das conseqüências da omissão, destaca ele.

Mais uma vez diante de governantes, ministros e legisladores, repta-os:

> Sabei, cristãos, sabei príncipes, sabei ministros, que se vos há de pedir estreita conta do que fizestes; mas muito mais estreita do que deixastes de fazer. Pelo que fizeram, se há de condenar muitos, pelo que não fizeram, todos.

E prossegue:

> O último pecado e a última disposição por que se hão de condenar os precitos [isto é, os réprobos, os malditos] é a impenitência final; e a impenitência final é o pecado da omissão.

E ele desce a "exemplos mais públicos", assim:

> Por uma omissão perde-se a maré, por uma maré perde-se uma viagem, por uma viagem, perde-se uma armada, por uma armada perde-se um Estado; dai conta a Deus de uma índia, dai conta a Deus de um Brasil – perdido – por uma omissão.
>
> Por uma omissão perde-se um aviso, por um aviso perde-se uma ocasião, por uma ocasião perde-se um negócio, por um negócio perde-se um reino; dai conta Deus de tantas casas (....), de tantas vidas (....), de tantas fazendas (...) de tantas honras – perdidas –, por uma omissão.
>
> Quão arriscado é o ofício dos governantes, [exclama Vieira].
>
> Estão eles lá [diz o pregador] sem fazer má obra, sem dizer má palavra, sem ter mau nem bom pensamento e talvez n'aquela mesma hora, por culpa de uma omissão, estão cometendo maiores danos, maiores estragos, maiores destruições que todos os malfeitores do mundo em muitos anos (....) por isso mesmo, são as omissões os mais perigosos de todos os pecados.
>
> A omissão é o pecado que com mais facilidade se comete, e com mais dificuldades se conhece, e o que facilmente se comete e dificultosamente se conhece, e raramente se emenda.

Pecados de governantes e pecados dos bajuladores, dos aduladores, daqueles que, acima de tudo, têm em conta os seus interesses, mandando às favas os escrúpulos, os princípios e a palavra dada, aqueles que buscam atrair sobre si e para si olhos e os favores do poder e se fartam das lentilhas traiçoeiras.

Prodigiosa, sublime a cabeça de Vieira depois de estalada. De quanta atualidade os seus sermões. E é por isso que rezo, é por causa disso que clamo, invoco, imploro que os céus estalem também a cabeça de nossos governantes, todos, especialmente a do famoso mandatário do Estado do Paraná.

E que, de cambulhada, em profusão produzam-se milagres por atacado, estalando as cabeças dos nossos Deputados, de nossos Senadores, dos Congressistas todos, notadamente os de meu partido.

Quem sabe, para realçar o portento do estalo, atribuindo ao milagre uma dimensão fantástica, tanto as lendas sobre o prodígio, quanto os biógrafos do ilustre jesuíta carregam nas tintas sobre a tacanhice, a estreiteza dos conhecimentos de Vieira, as parcas prendas com que foi dotado na meninice.

Isso me anima e me enche de esperança. Por mais dura e impenetrável que pareça a cabeça, por mais obtuso que seja o cérebro, por mais obliterados que estejam os neurônios, resta sempre a esperança do estalo.

É o que desejo ardentemente que aconteça ao Governador do Paraná, a par de alguns estalidos na Bancada do PMDB, no Paraná e aqui no Congresso Nacional.

Obrigado, Presidente, pela tolerância do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Roberto Requião e também cumprimentando a população do Paraná, permita-me, Senador Roberto Requião, lembrar aqui com saudade e dizer da tragédia que foi o passamento do grande parlamentar paranaense Moacir Micheletto, meu amigo, amigo de todos aqui. Em nome da Comissão de Agricultura, em especial do Presidente Acir Gurgacz, da Senadora Ana Amélia, de todos nós, uma saudação, um sentimento muito grande à família de Moacir Micheletto, um extraordinário parlamentar que representou seu Estado e o País, sobretudo no segmento produtivo do Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Moka, Senadores e Senadoras, é com alegria que retornamos à tribuna do Senado Federal depois do recesso para falar com a nossa gente, com o nosso povo sobre os nossos ideais, nossos caminhos, nossas lutas.

Sr. Presidente, nesse recesso visitei comunidades quilombolas. Posso dizer, infelizmente, situação trágica. Conversei com os aposentados e pensionistas. Desesperados! Discuti – e vou relatar em uma das comissões – o Estatuto da Juventude, uma esperança muito grande. Discuti as eleições municipais. Fui ao litoral, fui à serra, fui à praia e aproveitei para refletir sobre as nossas vidas, sobre os nossos caminhos.

Mas, Sr. Presidente, eu hei de falar de tudo isso. Gostaria de usar a palavra nesta primeira sessão do Congresso Nacional, no Senado da República, para contar sobre um momento muito especial na minha vida: o encontro que tive com Amanda, grande Amanda. Amanda, eu sei que seus familiares estão lhe trans-

mitindo, de uma forma ou de outra, o que o Senador vai falar da tribuna.

Amanda, eu falo para você. Amanda, o encontro que eu tive contigo, pode crer, ficará para sempre gravado no meu coração, na minha alma, na minha mente e há de guiar os meus passos.

Quinta-feira, Senador Cristovam, às 17 horas, no litoral norte do Rio Grande, parei numa banca de produtos coloniais chamada Tenda Gross, na Estrada do Mar. Conversei com o vendedor, provei produtos, comprei alguns. Recebi palavras de carinho pelo meu mandato. Disse-lhes: está legal, muito obrigado. Entrei no carro, ligeiro como sempre, e, quando ia saindo, uma senhora veio correndo ao meu encontro e disse-me: "Paim, adoro o teu trabalho, parabéns!" Agradeci e cumprimentei-a. Ela, então, prosseguiu dizendo: "Senador, você não gostaria de descer do carro mais uma vez. Não quer conhecer minha filha, a minha Amanda?" Olhei e fiquei um pouco assim. Aí ela disse a palavra mágica que fez com que eu desligasse o carro e descesse com a mesma pressa com que estava subindo no carro. "Senador, ela é deficiente."

Desliguei o carro e entrei numa casa simples, de uma limpeza impecável e muito acolhedora. Sobre a cama estava Amanda. Aproximei-me, peguei suas mãos, beijei seu rosto. A mãe disse: "Senador, minha filha não se movimenta, não ouve e não enxerga. Mesmo assim, comecei a falar com Amanda com a energia que ela me passava e que me movia. Disse a ela: Deus está contigo. Você não está só, Amanda. Você é uma guerreira, você é especial. Os olhos dela, Senador Cristovam, brilhavam. Vi um pequeno sorriso. Era um sorriso iluminado, como se ela me visse, de verdade, e me ouvisse. As suas mãos encurvadas que eu apertava davam-me a impressão de que apertavam as minhas, embora sua mãe me dissesse que ela não tinha nenhum movimento. Eu tinha a impressão, também, de que ela me via. A energia daquele momento trazia a sensação de que era como se eu estivesse entrando no paraíso.

A mãe contou que Amanda fará quinze anos no dia 12 de junho. E me convidou: "Senador, o senhor pode vir ao aniversário da Amanda?" Olhei para Amanda e disse: "Amanda, pode esperar que eu virei. Nós dançaremos a tua valsa de 15 anos. Vamos girar, vamos bailar no salão, eu empurrando com orgulho a tua cadeira de rodas.

Amanda, os olhos só brilhavam.

Amanda, eu entendia que o sorriso vinha dos olhos. Eram como estrelas úmidas. E aí eu confesso que eu também chorava.

Aí disse: Amanda, você dá a todos nós uma lição de vida. Você é melhor do que todos nós, você é uma guerreira, uma lutadora, uma heroína. Você é a nossa princesa.

As palavras fluíam. Confesso que aqui eu descrevi como se eu estivesse falando com um anjo e eu continuei dizendo: Amanda, te conhecer foi o melhor presente que eu recebi na minha vida. A tua energia, Amanda, o teu jeitinho de ser é lindo, é lindo, é bonito, é muito bonito. Sinto, Amanda, que a tua alma e o teu coração, abençoado por Deus, hão de ajudar muitos e muitos. Você nos dá tanto, Amanda, e nós, Amanda, te damos tão pouco. Eu só pensava: isso há de nos mover. Eu volto para o Senado e, no primeiro dia, vou falar de você, Amanda, vou falar das pessoas com deficiência, vou falar das pessoas especiais.

Por que a gente não avança mais nas políticas públicas para as pessoas com deficiência? Por quê? Por que, Senador Requião – que aqui falou no Padre Vieira, falou em Deus – por que, meu Deus, a Câmara dos Deputados não vota o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que o Senado já votou? Por quê? Por que tanta dificuldade para aprovar uma lei que vai beneficiar 26 milhões de pessoas? Em nome da Amanda, essa princesa, eu faço o apelo à Câmara dos Deputados que vote o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Mas, senhores, por mais que eu tente explicar como foi esse encontro, tão especial para mim, sei que não vai dar a dimensão exata do quadro, da pintura daquele momento lindo que eu vivi, graças a Amanda.

O cérebro dessa menina foi atingido por um vírus e se estendeu por todo o corpo e ela tem graves lesões cerebrais e todos os seus sentidos foram afetados.

A mãe da Amanda, que, ao meu lado, emocionada, acompanhava tudo – e eu via que havia um sorriso bonito no rosto da mãe e do pai –, Beatriz Cardoso Silva Gross, declarou que a filha é um presente, é uma lição de vida que ela e o marido, que ali conheci – não conhecia nenhum deles – , Virgulino da Silva Gross, receberam de Deus.

Ela disse ainda que situações assim não devem deixar as pessoas aflitas quando recebem uma pessoa com deficiência. Porque são, na verdade, um presente, uma lição, para ver que a vida é uma passagem e que temos aqui uma grande missão.

Enfim, são palavras sábias que ouvi da mãe da Amanda. Todos que convivem com a Amanda aprendem com ela, diz sua mãe. Porque ela vem formada em todas as faculdades, essa é a impressão que nos passa, diz a mãe. Ela ensina a todos que lidam com ela de alguma maneira que devemos valorizar a vida e fazer o bem. Ela veio, disse a mãe, para ensinar o bom viver.

Nesse sentido, uma das ponderações da D. Beatriz foi em relação às dificuldades enfrentadas quanto à acessibilidade em função do uso, por exemplo, simplesmente da cadeira de rodas.

Outra questão levantada foi da inclusão. Segundo ela, o olhar meio assustado de pessoas que olham para a filha é algo que a ela surpreende, porque ali ela está vendo uma princesa. Porque ela acha que a sociedade precisa aprender a conviver, a não discriminar, a entender esses 28 milhões de pessoas do Brasil que têm algum tipo de deficiência.

D. Beatriz também percebeu que Amanda olhou bem nos nossos olhos, como se de fato pudesse enxergar. E disse ela: "Senador, esse é um encontro espiritual."

Senhoras e senhores, sei que não estou à altura de Amanda. Amanda está num outro espaço muito além de nós aqui do Senado, muito além deste humilde Senador, mas, com certeza, eu saí desse encontro melhor. Saí desse encontro com uma visão da vida com muito mais qualidade, com muito mais sentimento, com muito mais força do que ali cheguei. Por isso, minha querida princesa Amanda, eu só posso dizer obrigado. Obrigado, Amanda, por você existir. Eu estarei aí no seu aniversário para bailar, abraçado a você e à cadeira de rodas.

Foi um momento único, Senador Moka, gratificante, daqueles que a gente recebe da vida e não sabe, porque o destino é uma banca para comprar uma fruta.

Eu diria, Senador Cristovam, e vou passar a V. Exª com muito orgulho em seguida, que ali eu senti a vida plena.

É como se uma coisa mágica estivesse no ar, e eu fui contemplado porque eu estava ao lado da Amanda e de seus familiares, mas que mostra a cada um de nós que vale a pena, Senador Requião, resistir; lutar por nossa gente e por aquilo que acreditamos; lutar por nosso povo, pelos deficientes, pelos aposentados, pelos pobres, sejam negros, índios, brancos, ciganos; lutar pela liberdade religiosa e pela livre orientação sexual; lutar pelas crianças e adolescentes, mulheres; combater a violência na sua amplitude e todos os preconceitos; defender os trabalhadores assalariados, os desempregados, os sem-teto, os sem-terra; enfim, lutar por aqueles que mais precisam.

Saí de lá com mais forças para exigir todos aqueles temas que aqui nós tratamos no campo da área pública e da área privada, para avançarmos no campo da saúde e da educação, da qualidade de vida para esse povo tão guerreiro que é o povo brasileiro.

Agradeço imensamente a Deus por esse encontro. Agradeço, do fundo do meu coração, à D. Beatriz e ao Sr. Virgulino por terem compartilhado comigo essa benção que receberam chamada Amanda. Agradeço, com o coração cheio de gratidão, pela paz e alegria da Amanda, por me permitir estar a seu lado e passar um tempo com ela.

Senador Cristovam.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Presidente Paim, é bom começar o ano legislativo com uma fala como essa sua, livre do discurso normal da prática visível da atividade parlamentar e entrando numa prática invisível da atividade que deve nortear todo parlamentar. Quando o senhor disse que entrou no carro, a pessoa chegou e o senhor saiu, isso é uma prática que deveria nortear toda a atividade parlamentar, esse contato direto com a população. Isso já mostraria uma grandeza do seu discurso, fazendo com que o trabalho legislativo seja visto como ele de fato é, com esse lado de contato direto com a população, que o faz sair do carro, estava saindo, talvez atrasado, parar para dar atenção. O segundo é a esperança que se vê diante de uma jovem ou criança – não ficou claro – que tem tantas...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Ela tem catorze anos.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – ... limitações e que ali está levando e recebendo amor da sua mãe, o carinho de um Senador e mostrando que a vida está acima de todas essas dificuldades. Eu o parabenizo por ter escolhido essa manifestação e quero concluir dizendo que, muitas vezes, falam que os parlamentares têm muitas férias e esquecem que parlamentar não tem férias...A não ser quando vai para o exterior, a não ser quando somem, se escondem, porque o tempo de recesso, Senador Presidente, de um parlamentar é recesso desta Casa, física, mas não recesso da Casa no seu sentido amplo do trabalho parlamentar. Onde a gente vai de férias, tem uma Amanda para visitar, tem um João, um Joaquim, uma Maria para a gente conversar, isto faz parte do trabalho legislativo: ouvir para ter sensibilidade e para aqui querer resolver como V. Exª concluiu, há pouco, falando da necessidade de lutar contra os preconceitos. V. Exª partiu daquela realidade para uma ação parlamentar, seja na Comissão de Direitos Humanos que preside, seja na elaboração de projetos que tentem dar apoio às milhares de Amandas que estão por aí e que não conseguem receber um parlamentar porque não está por perto e não seria possível estarmos perto de todos, mas que, através de V. Exª, que nos representou a todos, fomos representados, que ali foi não apenas como Senador Paim, mas como Senador da República representando todos nós. Quero que transmita também o meu sentimento em relação a essa jovem Amanda. E dizer que nós, juntos, aqui, vamos lutar, não por ela

apenas, mas por todos aqueles que precisam do apoio da Nação, do Estado brasileiro para compensar as dificuldades que têm.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam, que, como sempre, dá um brilho especial a qualquer pronunciamento da tribuna. V. Exª tem essa qualidade, e sei que a Amanda ouviu também a sua mensagem.

Mas, Sr. Presidente, nestes últimos cinco minutos, quero ainda dizer que, na segunda-feira, virei à tribuna falar a pedido dos aposentados, sobre a situação dos aposentados. Mas eu não poderia deixar de, no dia de hoje, falar especificamente, embora falarei com mais profundidade na segunda, sobre a situação dos aposentados do Fundo Aerus, que aguardam uma solução, quer seja do Executivo, quer seja do Judiciário. O problema da questão do Aerus se arrasta desde o ano de 2006. São mais de 17 mil famílias que estão envolvidas diretamente, no ano passado, alguns aeroviários da antiga Varig, que até greve de fome fizeram, pressionaram uma decisão e não houve solução. A situação é dramática, requer urgência.

Muitos desses aposentados, com idade avançada, idosos, sobrevivem com a míngua aposentadoria da Previdência, já que o Fundo não paga o que deveria pagar e muitos estão ganhando um, dois salários mínimos e deveriam receber 10, 11,12, 20 salários. Um número assustador chegou a meu gabinete e faço questão de mostrá-lo hoje aqui.

Sobreviventes do Aerus: Instituto da Seguridade Social sob Intervenção. Em seis anos, 627 óbitos. Assistidos: 533; ativos: 5; pensão: 89, ou seja, um verdadeiro massacre a situação dos aposentados do Aerus.

Até quando, Sr. Presidente?

Eles me mandaram este cartaz, que eu faço questão de mostrar aqui: "Sobreviventes do Aerus. Instituto de Seguridade Social sob Intervenção. Em seis anos, 627 óbitos." Aqui, eles dizem, um verdadeiro massacre. Eu vou aprofundar a situação do Aerus, todos os movimentos que fizemos na AGU; que fizemos há anos em outros governos, inclusive. Isso é uma dívida que vem de outros governos e até hoje não teve solução.

O caminho que fizemos junto ao Supremo Tribunal Federal também não teve solução. O projeto de lei que apresentei aqui e que está travado em uma das Comissões. Não sei que obra mágica conseguiu travar o projeto e que é o de garantir o conforto jurídico para fazer o acerto do Aerus e que até hoje não foi feito. Por isso, Senador Moka, eu fico com esses dois registros.

Gostaria de falar de outros temas. Vou encaminhar, depois, um voto de pesar. Gostaria, Senador Suplicy – sei que V. Exª vai falar –, mas a Comissão de Direitos Humanos também há de convocar... Eu quero discutir o caso de Pinheiros; eu quero discutir o caso dos três edifícios que mataram 17 no Rio; eu quero discutir o caso desse frigorífico onde quatro trabalhadores foram assassinados por desleixo da empresa, onde produtos químicos se misturaram. Dezenas estão no hospital e quatro já morreram. Nós vamos discutir na Comissão e no momento adequado – eu sei – e com a provocação que V. Exª há de fazer. Eu quero discutir o vazamento desse tubo de petróleo e que é um desastre ambiental que nós não podemos olhar... Que tem direito à vida, aos direitos humanos... E nós temos de olhar...

Eu quero discutir que, em Tramandaí, Rio Grande do Sul, no litoral gaúcho, o vazamento de óleo de um navio que interditou as praias do Rio Grande. Tudo isso, Senador Suplicy, eu tenho certeza de que nós vamos discutir, quer na Comissão, quer neste Plenário.

Concedo um aparte a V. Exª nestes meus últimos dois minutos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Paulo Paim, quero cumprimentá- lo por sua ação tão significativa à frente da Comissão de Direitos Humanos, abrindo-a para que todos os problemas sérios de violação de direitos humanos ocorridos no Brasil sejam ali objeto de reflexão, de diálogo, de testemunhos. É fato que hoje, logo mais, acho que daqui a dois oradores, falarei a respeito do que observei na reintegração de posse do Pinheirinho, ali em São José dos Campos. Quero aqui já avisar que solicitarei ao Governador Geraldo Alckmin, ao Ministro da Justiça, à Ministra dos Direitos Humanos, que tomem as providências necessárias para dar o resguardo à integração física das testemunhas e de suas famílias pelo fato de terem revelado os abusos que irei mencionar aqui durante a minha fala. Acredito que, na Comissão de Direitos Humanos, essas pessoas em algum momento poderão aqui estar presentes, quem sabe até realizar, por iniciativa dos Deputados Federais que lá estiveram, como o Deputado Ivan Valente, eventualmente, uma reunião conjunta das Comissões de Direitos Humanos e ...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – De minha parte está acatado.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Então, meus cumprimentos a V. Exª por seu trabalho.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Nós já convidamos todos os Senadores para, na segunda-feira, às 9 horas da manhã, como fizemos durante todo o ano passado, a abertura dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, discutindo a questão da saúde, a sua amplitu-

de dentro dos planos, a saúde por parte do Ministério, enfim, a saúde estatal como a privada.

Vamos discutir também a saúde do trabalhador. No desdobramento da semana, vamos continuar com esses temas que aqui falei. Com certeza, poderemos fazer, inclusive, algumas audiências conjuntas com a Câmara dos Deputados.

Agradeço ao Senador Moka pelo tempo que deixou à minha disposição para que eu fizesse, na íntegra, esses dois pronunciamentos, onde o eixo foi a Amanda e o Aerus.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Paulo Paim e cumprimento a população do Rio Grande do Sul.

No Mato Grosso do Sul a população também lamentou muito o passamento dos quatro servidores do frigorífico de Bataguassu. Evidentemente, acho que é um tema que merece sim ser debatido no Senado Federal. Parabéns a V. Exª.

Sobre a mesa, ofício do Partido da República.

*O Partido da República – PR, através de seus membros abaixo assinados, indicam o Senhor Senador Blairo Maggi (PR/MT) como líder do partido para o período de 01/02/2012 a 31-1-2013.*

O ofício vem assinado pela maioria da bancada de Senadores do PR neste plenário.

Quero já, de antemão, parabenizar o extraordinário Senador, ex– Governador do Mato Grosso, Senador, nosso amigo Blairo Maggi, pela condição de Líder.

É o seguinte o ofício, na íntegra:

Ofício S/N – 2012

Brasília, 1º de fevereiro de 2012

Senhor Presidente do Senado Federal,

O Partido da República - PR, através de seus membros abaixo-assinado, indicam o Senhor Senador Blairo Maggi (PR/MT) como líder do partido para o período de 1-2-2012 a 31-1-2013.

Sen. Alfredo Nascimento
Sen. Antonio Russo
Sen. Blairo Maggi
Sen. Clésio Andrade
Sen. João Ribeiro
Sen. Lauro Antônio
Sen. Magno Malta
Sen. Vicentinho Alves

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra, pela liderança do PDT, ao Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado

É com satisfação que faço uso da tribuna nesta primeira sessão plenária do ano de 2012. Espero que tenhamos neste ano mais uma Legislatura produtiva e voltada para o estabelecimento de normas e mecanismos que possam fortalecer a democracia e a economia brasileiras.

Para tanto, temos que dar continuidade e consolidar alguns projetos importantes que tramitaram nesta Casa no ano passado, tais como o projeto de Reforma do Código Florestal, aprovado em dezembro do ano passado aqui no Senado, que temos a expectativa de que seja votado em breve na Câmara dos Deputados, além dos projetos de reforma política e tributária, projetos tão importantes para o crescimento, para o desenvolvimento do nosso País.

Nesse cenário de economia globalizada, a redução da carga tributária sobre a produção de bens manufaturados pelas indústrias brasileiras tem que fazer parte de uma estratégia para evitar a desindustrialização do nosso País, que a cada ano perde espaço para indústrias asiáticas, principalmente da China, Índia e Coréia do Sul. Sem uma reforma tributária para valer, não sabemos até quando o Brasil resistirá à crise financeira mundial, que tem abalado economias fortes da Europa e até mesmo dos Estados Unidos da América. Estamos bravamente resistindo para que ela não chegue aqui no nosso País.

A Presidenta Dilma tem demonstrado vontade política para realizar essas reformas, e cabe agora ao Congresso Nacional cumprir o seu papel constitucional e debater com profundidade esses assuntos para dar uma resposta positiva à população brasileira.

A demonstração da Presidenta Dilma de que está determinada a manter o equilíbrio nas contas públicas e manter a economia do País aquecida foi dada, mais uma vez, com a sanção, sem vetos, do Orçamento Geral da União de 2012. A lei foi publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de janeiro deste ano, após a aprovação, pelo Congresso, em dezembro do ano passado.

A receita total estimada é de R$ 1,602 trilhão. Para investimentos, estão reservados mais de R$ 160 bilhões. Na relatoria de Receitas do Orçamento da União de 2012, participamos ativamente dos trabalhos

de discussão e aprovação da peça orçamentária deste ano. Por esse motivo, comemoro, com grande alegria, a aprovação do nosso trabalho pela Presidenta Dilma Rousseff. Divido essa alegria e esse trabalho com os demais membros da Comissão Mista de Orçamento, em especial com o Senador Vital do Rêgo, nosso Presidente, com o Senador Walter Pinheiro, Relator do PPA, e, principalmente, com o Deputado Arlindo Chinaglia, Relator– Geral do Orçamento de 2012.

Creio que apresentamos uma peça orçamentária com estimativas dentro da realidade econômica do nosso País, contribuindo, assim, para o equilíbrio da nossa economia, bem como para a manutenção das políticas sociais e de investimentos em projetos estruturantes do Programa de Aceleração do Crescimento, em especial a reestruturação e a reconstrução da BR–364, duplicada nos Municípios do Estado de Rondônia, destacadamente no Município de Ji-Paraná.

Este ano teremos pontos importantes para discutir na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que pretendemos colocar em pauta da mesma forma como fizemos ano passado, abrindo espaço para participação popular, para que toda população possa atuar e dar a sua contribuição e a sua sugestão, de forma que possamos deliberar os assuntos importantes relativos à agricultura brasileira.

Precisaremos debater a parceira da produção integrada entre a indústria e o campo para encontrar meios de estabelecer um sistema eficiente de trabalho entre esses dois setores. A característica principal dessa integração deve ser o contrato celebrado entre a agroindústria e o produtor rural, no qual este se responsabiliza por executar parte do processo produtivo, repassando à agroindústria matéria– prima, que será processada e transformada no produto final. Precisamos de regras claras para esse funcionamento, que fortalecerá ainda mais a agricultura familiar e o agronegócio brasileiro.

Outro ponto a ser discutido, também, se refere ao associativismo. Temos hoje, no País, mais de vinte mil cooperativas, que precisam de uma nova legislação, capaz de acabar com as divergências em relação a três pontos principais:

– a possibilidade ou não da filiação de uma cooperativa a outra;

– a definição do que seja o ato cooperativo;

– os critérios no reconhecimento das entidades nacionais de representação do cooperativismo e as respectivas atribuições.

Precisamos discutir, na Comissão de Agricultura, a demarcação de reservas indígenas para que possamos evitar injustiças de todos os lados.

Devemos colocar em pauta a política fundiária da Amazônia e outros temas de grande relevância para a agricultura e o meio ambiente do País, em especial a regularização fundiária da Amazônia. É um tema que nós vamos continuar discutindo. Vamos continuar esse debate, que é da maior importância para a população da Região Amazônica, em especial para o nosso Estado de Rondônia, pois as terras sem documentação são uma porta para o desmatamento, são um caminho para os crimes ambientais. Nós queremos combater todo crime ambiental. Tudo aquilo que é contra o meio ambiente, que afeta o meio ambiente, nós estamos prontos para combater e para discutir.

Infelizmente, ao falar de agricultura e meio ambiente hoje, é impossível não citar a morte do nosso querido Deputado Federal Moacir Micheletto, ocorrida no último dia 30, no Município paranaense de Assis Chateaubriand, onde residia, após um acidente com seu veículo entre Toledo e Assis Chateaubriand.

Meu amigo pessoal, Micheletto foi um parlamentar que teve papel fundamental, desde o início, nas discussões não somente do Código Florestal brasileiro, mas de tudo aquilo que é importante para a agroindústria, para o agronegócio, para a agricultura brasileira. Moacir Micheletto sempre esteve atuante, sempre esteve junto à população.

Então, fica, aqui, o nosso pesar e um abraço à família do Moacir Micheletto, para que passe por este momento difícil. Nós todos sabemos a falta que ele faz para a sua família, a falta que faz para o Paraná e a falta que faz para o nosso País, para todo o Brasil.

Micheletto presidiu a comissão especial para a discussão da proposta na Câmara dos Deputados. Ele era uma grande liderança cooperativista e democrática, que sempre soube ouvir e nunca se negou a discutir.

Esperamos que o Congresso Nacional aprove, de uma vez por todas. o Código Florestal, em nome da agricultura e do meio ambiente do País, assim como pela memória do nobre parlamentar que tanto lutou por essa causa.

Outro tema da maior importância que iremos debater muito neste ano é a educação em tempo integral no ensino público e a federalização do ensino fundamental. Repensar a escola e suas articulações com a sociedade tem sido uma das bandeiras do PDT e, neste ano, pretendemos discutir a fundo os rumos da educação pública, pois entendemos que a grande

transformação na sociedade brasileira rumo a um País desenvolvido passa por uma educação de qualidade.

Entendo que é importante ter nossas crianças estudando em tempo integral. Antigamente, as mães ficavam em casa cuidando dos filhos. Hoje é diferente, elas trabalham da mesma forma que os maridos. Portanto, nossas crianças precisam da atenção do Estado para que possam ser atendidas em dois turnos em creches e em escolas, com atividades educativas e complementares enquanto os pais trabalham.

Eu sei o tamanho do desafio e as dificuldades que enfrentaremos para adaptar todas as escolas, mas temos de começar com escolas que sirvam de modelo para a implantação em todo o País. Precisamos de uma educação mais igualitária em todo o País, onde não haja diferença no ensino oferecido no sul e no norte, e a federalização do ensino fundamental é o melhor caminho para termos mais equilíbrio nas oportunidades oferecidas a toda a população brasileira.

Senador Cristovam Buarque, com prazer, concedo um aparte a V. Exª.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Senador, fico muito feliz de ver um Senador nesta tribuna lutando pela igualdade nas condições de educação e defendendo que o caminho para isso é a federalização. Fico ainda mais feliz em que o Senador seja o Líder do meu Partido. As pessoas não entenderam ainda, Senador Moka, ou não aceitam, o que é óbvio: cidades desiguais como há no Brasil não têm condições de dar escolas iguais, se as escolas forem municipais. Nós temos cidades com R$100 mil de renda **per capita** – R$100 mil! – e temos cidades com R$2 mil. Como é que esta aqui pode pagar um salário como essa outra? Se surgir um jovem brilhante aqui, ele vai embora para cá. Só tem uma maneira de fazer a escola ser igual. É o que a gente fez com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica, com a Receita, com a Justiça – federalizar. Os prefeitos e governadores não têm condições de dar salários altos, e nós precisamos dar salários altos; não têm condições de selecionar os melhores para a educação, porque os melhores estão indo embora das suas cidades. Mas, com a federalização, a gente pode trazê– los de volta. Só a federalização é capaz. E ela consiste em quê? Em duas coisas simples: uma carreira nacional do magistério, que já existe em 300 escolas – Pedro II, colégios militares, escolas técnicas e institutos de aplicação. São federais. Nós já temos escolas federais, e são as melhores do Brasil. A melhor média das escolas é das federais; abaixo vem a média das particulares; abaixo, das municipais; abaixo, das estaduais. É claro que, se formos pegar individualmente, é possível que as melhores das melhores escolas sejam particulares – e caríssimas! –, mas a média é das federais. Essa carreira tem que ser levada ao Brasil inteiro, com um concurso novo – não pode implantar isso com os atuais professores, a Constituição não permitiria – , com um salário novo. Essa é a carreira federal. E, ao lado, um programa federal de qualidade, que construa prédios bons, bonitos, confortáveis, e que equipe essas escolas. Não é mais escola aquela que se dedica apenas com quadro negro. O quadro negro já deveria estar no museu. Hoje, o que se deve usar para atrair o interesse do aluno é a lousa inteligente, um terminal de computador na parede em que o aluno vê o monte Everest e não precisa o professor desenhar com giz; em que, na hora de estudar o cérebro, se abra um cérebro digitalmente ali dentro e se mostrem os detalhes. E em horário integral. Se pegarmos essas escolas federais, essas 300 e fizermos 200 mil como elas, esse é o caminho. Obviamente, seria uma demagogia querer que isso fosse feito amanhã, depois de amanhã, no ano próximo, em cinco anos, em dez anos. Talvez levemos vinte anos, mas temos que começar já. Eu fico triste de não ver isso sendo iniciado nesses 17 anos de governos que podemos dizer progressistas, socialdemocratas, do Fernando Henrique, do Lula e mais um ano da Dilma. Nós não vemos esse interesse. Não vemos, salvo algumas escolas técnicas cujo objetivo é fazer mão de obra, não é dar educação, porque educação exige fazer mão de obra, mas fazer mão de obra não exige educação. Então, esse seu discurso traz esperança, eu ver que há um Líder de um Partido querendo fazer isso. Aí peço apoio: vamos aprovar o projeto de lei que já está em andamento, que visa exatamente à federalização e está meio parado. A gente precisa despertar isso. Eu conto com o meu Líder, o Líder no Senado, para que isso seja feito.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelo seu aparte. Eu me engajo na sua luta para que a federalização do ensino seja algo oficial no nosso País. Vamos trabalhar juntos, unidos, pedetistas e não pedetistas, aqueles Senadores e Deputados que queiram realmente avançar para que a gente possa fazer com que o ensino que se aplique aqui, em Brasília, seja o mesmo que se aplique lá em Boa Vista, Senador Mozarildo, em Ji– Paraná, no Rio Grande do Sul. Essa é a intenção.

Nós queremos ver um Brasil crescendo por igual. Que as nossas crianças tenham o mesmo ensinamento e que os nossos professores tenham a mesma capacitação em todos os cantos do nosso País. Esse é o

nosso objetivo e essa vai ser a nossa meta para 2012, assim como conversamos ontem, em reunião, com o Senador Cristovam, com o Senador Pedro Taques. Essa será a nossa meta do PDT para o ano de 2012, um ano do 12, um ano pedetista. Esperamos conseguir avançar com relação ao ensino público no nosso País.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Acir Gurgacz, eu sei que o seu tempo termina. Não quero usar mais que um minuto. Por uma questão de justiça, eu quero apenas cumprimentar V. Exª pela forma como conduziu o debate naquela noite histórica – V. Exª está lembrando – de 22 para 23 para votar o Orçamento. Paulinho, na liderança da Câmara, e eu estávamos fazendo de tudo para que o Orçamento não fosse votado sem que se votasse a questão dos aposentados. V. Exª, com muita habilidade, marcou uma audiência, inclusive, no Palácio, junto com os outros líderes, e levou nós dois. No caminho, V. Exª me cobrou – eu quero reconhecer que o gesto de V. Exª foi correto: "Paim, depende também de você; não é só do Paulinho. Se você disser que é possível construir um acordo, eu tenho certeza de que o Paulinho, que é meu Líder na Câmara – eu sou Líder no Senado – há de ceder". Eu quero dizer que a sua frase pesou na minha decisão. E foi em respeito a V. Exª também que, no fim, nós construímos aquele acordo de discutirmos este ano uma política para os aposentados; e o Orçamento da União foi votado. Por isso, quero dizer que, quanto mais o conheço, mais o respeito. V. Exª falou firme comigo, mas de forma respeitosa, e fez com que eu refletisse sobre a sua posição. O Orçamento foi votado, e conseguimos, pelo menos, articular um compromisso de todas as lideranças de discutirmos uma política para os aposentados e pensionistas. Meus cumprimentos a V. Exª.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Paim.

Coloco-me também à disposição para, junto com V. Exª, atuarmos, sob seu comando, nesta questão importante que é o apoio aos nossos aposentados. Congratulo-me com V. Exª e fico sempre à disposição, para que possamos, juntos, atender a esses trabalhadores que tanto ajudaram o nosso País, que precisam agora do nosso apoio e que são muito bem representados por V. Exª.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Agradeço a sua colaboração, o tempo que me foi colocado à disposição e desejo a todos nós que tenhamos um bom ano, uma boa legislatura. Que o nosso trabalho, junto com V. Exª à frente da Comissão de Agricultura, seja muito produtivo também neste ano de 2012.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz. Quero cumprimentá– lo e também a população do seu Estado de Rondônia.

Na sequência, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

**A SRA. IVONETE DANTAS** (Bloco/PMDB – RN) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

**A SRA. IVONETE DANTAS** (Bloco/PMDB – RN) – Desejo registrar nos Anais desta Casa o falecimento de um grande líder do Rio Grande do Norte, Manoel Torres de Araújo, que faleceu no dia 15 de janeiro, na cidade de Caicó.

Ele foi Vice-Prefeito de Caicó, Prefeito por duas vezes, Deputado Estadual por quatro vezes e suplente de Senador de Geraldo Melo.

Gostaria, Sr. Presidente, que estendesse à família este momento, em que aqui registramos que perdemos, realmente, uma grande figura, um grande líder, coerente, muito ético, uma das figuras que honrou a política da região do Seridó, do Rio Grande do Norte, do nosso País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras.

Em julho de 2008, o Presidente Lula sancionou uma lei que todos imaginamos que era um primeiro passo na direção de termos no Brasil um quadro de professores bem remunerados. Foi a Lei do Piso. Vejam que, apesar de o objetivo ser o de uma categoria bem remunerada, o piso era de R$950 por mês. Baixíssimo! Mas era um salto.

Era um salto, Senadora, já que, pela primeira vez, dizia-se: professor é uma coisa federal; é uma questão nacional; é uma preocupação do Brasil, não do pobre Município, não do pobre Estado.

Essa lei já começou sendo contestada porque se dizia que era inconstitucional o Governo Federal impor uma lei aos Estados. Ora, o piso de todos os trabalhadores, chamado salário mínimo, é uma decisão nacional. Todos têm que adotar. E ninguém contesta

a constitucionalidade de muitas leis federais que temos neste País, mas se contestou a dos professores. É como se, em 1888, alguns tivessem contestado a Lei Áurea, dizendo que deveria haver Estados com escravos e Estados sem escravos, como, aliás, durante um século, ocorreu nos Estados Unidos. Havia estados que já tinham abolido a escravidão e outros que a mantinham.

Isso foi superado depois de uma luta de anos, quando o Supremo disse que havia total constitucionalidade na lei. Mas agora surge outra contestação dentro da lei. É que a lei que é de minha iniciativa, que propunha um salário mínimo para todos os professores, foi muito engrandecida pela Deputada Fátima Bezerra, que colocou um artigo que dizia: a carga horária do professor deve ser dividida em duas partes. Uma parte de no máximo dois terços da carga de trabalho dentro da sala de aula, como atividade pedagógica direta; e um terço como atividade pedagógica de acompanhamento dos alunos, de preparação de aulas. Mas isso começou a ser contestado agora. E foi contestado com artifícios como, por exemplo, dizer que os dez minutos em que o professor vai de uma sala para outra não devem ser contados como parte das aulas. Isso também é uma atividade de sala de aula.

Ora, não dá para fazermos artifícios. Precisamos considerar com seriedade o assunto. E houve contestações e contestações até que, no dia 31 de janeiro, um juiz do Rio de Janeiro deu uma declaração que, a meu ver, encerra o assunto legal. Mas, Senadora Ana Amélia, esse é um assunto educacional perigoso. Ele disse com clareza, com clareza nítida, que é preciso que haja um terço de disponibilidade da carga horária para atividades de preparação de aula, de acompanhamento dos alunos.

Pois bem, depois de greves em todos os lugares, o Sindicato dos Professores de São Paulo teve a lucidez de procurar resolver o assunto pela Justiça. A Justiça deu seu pronunciamento, e o assunto continua pairando, porque ninguém sabe como contabilizar.

Não há dúvida, pela declaração do juiz, de que temos de considerar aqueles dez minutos como parte da aula, até porque o professor não sai, como no filme de televisão, em que as pessoas se mudam de um lugar para o outro simultaneamente. Ao longo do caminho, eles estão conversando, estão ouvindo. É aula.

Qual é a minha preocupação, Senador Moka – e esta é uma preocupação grave? Para que isso seja possível, de fato, será necessário contratar mais professores. Tirar todos os professores de atividades administrativas e colocá-os na sala de aula já seria uma grande ajuda. Oferecer condições para que os professores não fiquem doentes, como ficam no Brasil, dá mais professores. Mesmo assim, é um terço a mais de aula.

E temo que, de repente, surja um acordo entre os que têm poder para que se resolva o problema diminuindo o número de aulas que os alunos têm a receber ao longo do ano, ou seja, organizar o um terço e os dois terços diminuindo o número de aulas.

A Lei Áurea já trouxe algo assim, porque libertou os escravos, mas não deu a terra. A Lei Áurea deveria estabelecer: os escravos passam a receber, neste momento, um pedaço das terras onde trabalham. Não, foram libertados e jogados na miséria, jogados na pobreza, expulsos para as favelas.

Temos essa experiência de fazer as leis para beneficiar e de driblá-las. Precisamos evitar isso. Só há uma saída: um acordo, um pacto entre professores e Governo, dando um prazo de alguns meses para fazer os concursos necessários, a fim de que o número de professores seja suficiente para reduzir a carga horária em sala de aula a dois terços da sua carga de trabalho, para que eles tenham um terço da carga de trabalho destinado a preparar aulas, a orientar alunos. Essa é minha primeira preocupação, Senador Moka.

Isso não dá para ser imediato. Esperaram dois anos para começar a fazer isso, três. É um absurdo que governadores e prefeitos tenham esperado três anos para começar a fazer isso. De qualquer maneira, foram irresponsáveis, mas não podem ser mágicos, não podem ser mágicos. É preciso começar já, abrindo os concursos, e é preciso que os professores saibam que, dentro de alguns meses, por uma espécie de acordo de conduta, essa lei será aplicada.

Essa é a primeira preocupação, mas eu tenho outra, Senador Moka. É que, da maneira como está sendo interpretada, uma parte das horas fora da sala de aula é na escola e uma parte das horas fora da sala de aula será fora da escola, onde o professor quiser. Aí começo a temer. Começo a temer porque, com os salários que recebem e diante da inexistência do instituto da exigência de dedicação exclusiva ao trabalho do magistério, eu temo que essas horinhas que conseguimos na lei graças ao artigo colocado pela Deputada Fátima Bezerra sirvam para que o professor procure outro trabalho, para que o professor continue com a ideia de ter ganchos para compensar os baixos salários que têm.

Não é essa a intenção da lei. A intenção da lei é aumentar o tempo do professor para que ele possa dedicar-se a uma atividade acadêmica competente

quando estiver em sala de aula e fazer o acompanhamento das crianças com problemas, das crianças com dúvidas, para que elas possam não apenas receber aula no meio das outras crianças, mas terem um atendimento privilegiado, particular, de orientação individual quando for preciso.

Será muito triste, Senador Moka, se uma lei que foi feita para beneficiar a educação beneficie governo, não aumentando gastos, e professor, reduzindo o número de aulas em sala de aula. Nós temos de exigir do Governo que use os seus recursos para contratar os professores adicionais necessários para reduzir essa absurda, essa criminosa carga de 40 horas dentro de sala de aula falando, dentro de sala de aula dando aula. Isso é um crime contra o País. Não pode continuar.

Minha proposta, na verdade, seria: 50% de aula e 50% de preparação de aula e acompanhamento pedagógico das crianças. Não conseguimos 50%, conseguimos apenas um terço, mas esse terço tem de ser cumprido sem sacrificar as crianças, sem reduzir o número de aulas, sem reduzir o tempo anual que as crianças ficam e sem eliminar disciplinas, que eu temo, como se a Lei do Piso fosse implantada às custas de a LDB não ser implantada. Nós estamos vendo esse risco.

E outro é que o tempo que os professores vão estar fora da sala de aula – que eu não chamo de tempo livre, isso não é tempo livre, é fora da sala de aula – seja usado para atividades pedagógicas dentro e relacionadas com a escola onde eles estão, com os alunos que eles têm, e não como forma de complementar a renda ou como forma de aumentar um pouquinho as férias que eles poderiam ter todos os dias.

Eu faço um apelo aqui para que haja um pacto de conduta entre governos ao longo deste País, municipais e estaduais, e os professores que esses Municípios e Estados têm, para que a Lei do Piso seja entendida como uma lei para beneficiar o aluno. Não é para beneficiar o professor, é para beneficiar o aluno. Isso é um direito óbvio do professor, porque sem isso ele não cumpre bem sua função. O professor não está sendo beneficiado. Ele está sendo prestigiado em nome da educação. Beneficiada é a educação das crianças. Nós não podemos abrir mão disso.

Nós fizemos a Lei do Piso 119 anos depois da Proclamação da República. Passamos 119 anos sem isso. Foi um crime longo demais. Não podemos, agora, pegar essa lei tão difícil e deturpá-la. Os governos querem rasgá-la, os governos estaduais e municipais, desde aqueles que pediram a inconstitucionalidade, desde aqueles que entraram com liminares na Justiça para conseguir impedir o cumprimento.

Os professores lutam por ela, mas devem lutar não pensando no benefício próprio, mas pensando no beneficio para a educação; não dizendo à população que eles querem um terço de liberdade de trabalho, mas dizendo que eles querem que o seu trabalho seja eficiente, pleno, completo. Para isso, uma parte na sala de aula, uma parte em salas onde possam acompanhar os alunos, preparar aulas, ler livros e estudar.

Eu concluo, ao lado desse apelo aos professores, sugerindo que leiam o que o Juiz, o Dr. Luiz Fernando Camargo Vidal fez em nome da aplicação da Lei do Piso. É longo o parecer. Não vou ler como gostaria, porque merece. É uma peça que merece ser lida.

Que entendamos que tudo isso que ele está dizendo aqui só faz sentido se for feito o exercício de beneficiar os alunos e a educação, dando condições aos professores. Não se trata de benefício aos professores. Se os professores transformarem essas condições em benefícios de redução da dedicação deles, mata-se a Lei do Piso. A redução do tempo de trabalho dentro de sala de aula não é uma redução do trabalho. O trabalho continua sendo de 40 horas, apenas uma parte em sala de aula, outra parte fora da sala de aula. Eu temo que isso não seja cumprido, que não fique dentro da escola, que usem o tempo para benefício próprio, em alguns casos, e temo que se possa reduzir a carga de matérias. Para atender a carga de aula dos professores, reduz-se a carga de disciplinas, como aconteceu recentemente em um Estado: eliminou– se Física do ensino médio porque não havia professor. É inacreditável! É como se dissesse que não precisa de oxigênio o doente no hospital. Já que não há oxigênio, não precisa de oxigênio. A mesma coisa é dizer: não se precisa de Física, ou de Matemática, ou de História, ou de Geografia, porque não há dinheiro, nem professor. É preciso contratar professores.

Além desse pedido de que haja um acordo na ótica do interesse da educação e da criança, e não na ótica do interesse do Governo, ou na ótica do interesse do professor, quero lembrar aqui o discurso do Senador Acir e pedir que outros Senadores se incorporem numa frente parlamentar em defesa da federalização da educação. Além disso, o piso é federal e obriga o Município a pagar. Como, se o Município não tem condições?

O Governo Federal tem que fazer da educação uma questão nacional. Enquanto a educação de base não for uma questão nacional, não teremos a educação de base que nós merecemos, a qualidade e, sobretu-

do, não teremos a educação de base igual no Brasil inteiro, nas mesmas condições.

Alguém pode perguntar: "Mas as escolas não têm de ter especificidade local?" Claro que têm. Por exemplo, em Roraima, Senador, a escola tem de ter ar-condicionado central. Não precisa disso no Sul. A arquitetura tem de ser especial. O conteúdo pode variar, mas a qualidade do professor, não; o salário do professor, não; a qualidade – não as especificidades – do edifício, não. Os equipamentos não podem ser diferentes, como não são no Banco do Brasil. Em qualquer cidade deste País que você for o Banco do Brasil tem um computador igual, tem um funcionário com o mesmo salário, tem ar– condicionado onde você for. O Correio onde você for tem a mesma qualidade. Aliás, as casas lotéricas neste País têm as mesmas condições aonde você for. As escolas são completamente diferentes. Você entra numa agência do Banco do Brasil, numa rua de uma cidade pequena, e vê uma agência do Banco do Brasil com a mesma qualidade de uma em São Paulo. Você atravessa a rua e entra numa escola pública, você vê a diferença fundamental de outras escolas públicas, às vezes até dentro da mesma cidade.

Só a federalização, só fazendo a educação uma questão educacional. Todo país em que a educação é boa, ela pelo menos iniciou-se federal, depois até passou para local.

Fico feliz de ver o Líder do PDT defendendo essa proposta. Creio que está na hora de criarmos uma frente parlamentar em defesa da federalização da educação brasileira.

Era isso que eu teria para dizer, mas passo antes a palavra, com muito orgulho, ao Senador.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Cristovam, eu estou convencido de que realmente essa sua tese é a solução para a questão da educação no Brasil. Depois de vermos, sucessivamente, que a educação, até no que tange a estar todos na escola... Parece que essa meta foi atingida. O problema é em que escolas estão, e a razão de as escolas serem precárias é justamente como V. Exª colocou: além de o Município e o Estado não terem condições, como ainda ficam à vontade para administrar os recursos, a corrupção é enorme na área de educação, como também ocorre na área de saúde, lamentavelmente. Mas eu tenho conhecimento e denúncias – inclusive fatos comprovados – de que começa pela merenda escolar, passa pelo transporte escolar, passa até pela gratificação a que os professores têm direito. Enfim, é preciso realmente que haja uma mudança. Quero concordar com V. Exª que só a federalização pode solucionar o problema, porque aí chega– se ao cerne, que é a valorização, a condição de o professor realmente ensinar direito. Então, quero cumprimentar V. Exª e dizer que deveríamos mesmo fazer um movimento. Embora sendo médico, tenho certeza de que mais importante do que cuidar da saúde é mesmo cuidar da educação. Quando fazem essas pesquisas nacionais, a população reclama como item número um o mau atendimento na saúde, mas muitas vezes a pessoa adoece porque não teve educação, não aprendeu noções básicas de prevenção e é até incapaz de entender isso. Então, é preciso, sim. Que educação e saúde estejam sempre caminhando juntas e que tudo seja federalizado. Também na saúde a questão de não federalizar é ruim. Portanto, quero cumprimentar V. Exª e dizer que concordo plenamente, porque somente assim o professor terá salário condigno e dignidade para trabalhar.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Com isso, podemos dizer que a nossa frente tem pelo menos três Senadores que entendem. Eu vejo ali a Senadora Ana Amélia dizer que é a quarta Senadora.

Não há outro caminho. Temos de discutir como, temos de discutir quanto custa, temos de discutir quantos anos precisaremos para implementar esse sistema em todo o Brasil, podemos discutir como manter a especificidade da escola, conforme as características do lugar, mas a criança, quando nasce, primeiro ela é brasileira; depois, gaúcha. Primeiro ela é brasileira, depois de Roraima, depois de Pernambuco ou de Brasília. Primeiro é brasileira. Portanto, deve ser tratada como brasileira e, dessa forma, com as mesmas condições, com as mesmas chances, com a oferta da mesma educação e dando a ela a saúde necessária, porque, caso contrário, não estuda. Educação é mais importante, mas saúde é mais urgente, pois deve ser resolvida naquele instante.

Senador, eu agradeço o tempo e fico feliz por V. Exª estar na Presidência na primeira sessão deste ano.

Desejo a todos nós que tenhamos um ano muito produtivo em todos os aspectos da vida nacional e mais ainda na questão da educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Parabenizamos o Senador Cristovam Buarque. Acho que o assunto é realmente importante.

É claro que todos poderíamos... Evidentemente, será necessário alguém que lidere; e V. Exª tem condições de liderar essa frente parlamentar. E nós seremos liderados nessa luta, que sem dúvida nenhuma pode

ser o caminho de uma qualidade cada vez melhor para nossa educação, com igualdade de condições.

Eu, como V. Exª, dei aulas durante quinze anos e sei muito bem do que V. Exª está tratando. Parabéns a V. Exª.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Waldemir Moka, que comanda a sessão desta manhã de sexta– feira, no segundo dia das atividades legislativas desta legislatura, de 2012; Srs. Senadores e Senadoras; nossos espectadores da TV Senado; visitantes que estão conhecendo o plenário da Casa nesta manhã – boas– vindas! – ; queria, Senador Moka, inicialmente me associar à manifestação de V. Exª, ao voto de pesar à família do Deputado Micheletto.

Moacir Micheletto, do PMDB do Paraná, morreu num trágico acidente de carro naquele Estado. Ele teve uma participação muito relevante no debate e na defesa das questões relacionadas a toda a produção do agronegócio, ao cooperativismo, como também na discussão do Código Florestal. Nosso Relator Jorge Viana, aqui presente, e o próprio Senador Waldemir Moka são testemunhas do empenho pessoal de Moacir Micheletto nesse debate. Agora teria também pela frente um desafio. Lamentavelmente o acidente trágico nos privou da presença dele, um Parlamentar de muita integridade, de muita dignidade, de muito compromisso com a defesa do interesse nacional.

Queria também, Senador Waldemir Moka, informar que já há um requerimento assinado por V. Exª e por mim também encaminhando esse voto de pesar à família do Deputado Moacir Micheletto.

O Senador Paulo Paim mencionou também aqui uma questão social relevante sobre os aposentados. Uma das maiores demandas recebidas ao longo desse período de recesso está relacionada ao descontentamento dos aposentados com o pequeno reajuste concedido pelo Governo, pouco mais de 6%, a quem recebe, de aposentadoria do INSS, mais do que um salário mínimo, enquanto o salário mínimo recebeu 14%. Então é preciso que, de novo, o Governo – e ontem encontrei o Ministro Garibaldi Alves, que está preocupado com a questão social, Senador Moka – encontre uma forma de compensação, porque a Previdência não é deficitária e os aposentados precisam de um tratamento mais justo. Portanto me associo à manifestação que o Senador Paulo Paim fez nesta manhã.

Todos nós, quando abrimos os jornais, ficamos, às vezes, tristes, às vezes, preocupados, às vezes, alarmados, às vezes, frustrados e, outras vezes, confortados, aliviados e até felizes e satisfeitos. Refiro–me às manchetes que, hoje, ocupam os principais jornais brasileiros, Senador Moka, que é a decisão que também alegra muitos dos Senadores aqui comprometidos com as questões institucionais: "Supremo mantém poder do CNJ para investigar juízes". Numa decisão apertada, como diz na chamada de capa do jornal **Folha de S.Paulo** e de todos os demais jornais também, Ministros põem fim à polêmica que dividia integrantes do Poder Judiciário.

A manchete de hoje é um conforto à sociedade brasileira, uma demonstração de que não há nenhum poder que esteja livre de fiscalização, seja de um controle externo, ou meio controle externo, no caso do CNJ, ou de um poder fiscalizador. Assim como nós somos submetidos aqui pelo povo diretamente e a todas as instituições que nos fiscalizam, o Poder Executivo, da mesma forma, o é pelo Poder Legislativo, pelo Tribunal de Contas da União. Então não há nenhum poder que esteja acima dessa igualdade, da chamada equipotência de poderes, como definiu bem o ex– Senador Marco Maciel no debate das questões constitucionais e do equilíbrio dos poderes.

Então é uma decisão soberana, sábia do Supremo Tribunal Federal. Eu queria dizer que estou particularmente feliz e confortada, como cidadã, com a decisão tomada ontem pelos senhores ministros e pela argumentação que nós pudemos acompanhar pela televisão da TV Justiça, como também pelo noticiário dos principais telejornais, ontem à noite, e, hoje, pela repercussão da notícia na imprensa brasileira.

Ontem, aliás, o Presidente desta Casa, o Senador José Sarney, na abertura dos trabalhos legislativos, fez um contundente pronunciamento, dosado por otimismo e equilíbrio. O Poder Legislativo é o poder mais próximo do povo, também é o que mais sofre com as críticas da sociedade, que ainda tem dificuldades de compreender a natureza do que nós fazemos aqui. E é justamente para isto que o Parlamento existe: para ouvir os anseios da sociedade e traduzi– los na forma de proposições legislativas ou então na fiscalização das atividades do Executivo.

O equilíbrio, por sua vez, esteve contido, no reconhecimento do Presidente Sarney, às falhas deste mesmo Poder. A sociedade tem falhas, e essas falhas são reproduzidas, também aqui na nossa Casa, no Parlamento. Os membros do Legislativo são um estrato da população e da sociedade brasileira e, assim como os cidadãos, cometem erros, mas também muitos acertos. Mas como todo bom brasileiro, o Parlamento

não desiste nunca e busca aperfeiçoar o seu trabalho constantemente, para acertar cada vez mais.

Sim, a opinião pública ainda tem dificuldades em compreender a nossa atividade. A imagem do nosso trabalho ainda está muito atrelada aos discursos em plenário, que são, na verdade, apenas uma parte do processo de construção de ideias e convicções. Aliás, nesse particular, devemos a um trabalho inestimável, que contribui para a divulgação das nossas atividades, que é o realizado pela TV Senado. Os cumprimentos a toda a equipe desse zeloso acompanhamento que faz com isenção das atividades parlamentares especialmente na cobertura da tribuna do Plenário do Senado.

Ainda são poucos os cidadãos que têm condições de compreender a importância de mantermos contato com os Estados de origem, para podermos conhecer as necessidades e os anseios dos nossos representados. Da mesma maneira, não é tão simples para o cidadão comum, que não participa diariamente da política, entender o processo legislativo e a relevância do trabalho das diversas comissões.

Eu, por exemplo, integro a Comissão de Educação, presidida com muito talento pelo nosso colega, Senador Roberto Requião; ou a Comissão de Assuntos Sociais presidida por Jayme Campos; ou de agricultura e reforma Agrária por Acir Gurgacz; ou Assuntos Econômicos por Delcídio do Amaral; ou Relações Exteriores pelo Senador Fernando Collor, e Desenvolvimento Regional e Turismo pelo colega e correligionário Benedito de Lira. De terça a quinta-feira, trabalhamos intensamente nessas comissões onde se produzem e tramitam os projetos relacionados ao interesse social, à educação, agora há pouco abordada sempre com muito brilho pelo Senador Cristovam Buarque. É muito provável que isso esteja ligado ao fato de o Brasil ser um país com dimensões continentais que ainda está em processo de desenvolvimento.

Para a população brasileira, que em sua maioria vive longe desse grande palco decisório e que sobrevive com alegria mesmo que a deficiência educacional ainda seja um empecilho à compreensão dos fatos políticos, não é fácil identificar a influência do Poder Legislativo no seu cotidiano, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Contribui para isso o fato de que o Parlamento sofre, diariamente, afirmações preconceituosas: ontem, nem havíamos iniciado a sessão legislativa deste ano, e muitos já preconizavam um ano de pouco trabalho, em virtude das eleições municipais.

Com prazer, concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, quero cumprimentá-la pela abordagem desse tema, especificamente com relação ao trabalho do Parlamento, isto é, Câmara e Senado Federal. Na verdade, vi um dia desses uma afirmação em um jornal de que no País, no Brasil, humorista é levado a sério e político é levado na brincadeira. Na verdade, existem alguns políticos, como existem alguns padres, policiais, médicos, enfim, como em todas as áreas, que não querem trabalhar e agem de maneira errada. Não é a maioria e não se pode pensar em uma democracia onde não exista um Parlamento, um Senado, uma Câmara, atuando de maneira altiva fazendo o seu trabalho, não só legislando, mas fiscalizando o trabalho do Poder Executivo. Aliás, muita gente se esquece de fazer isso. Foi dito por um orador que antecedeu V. Exª que muita gente muito mais se preocupa em ser agradável ao presidente de plantão, aos ministros de plantão, do que com o Brasil, com sua região, com seu Estado. Portanto, parabéns! É muito importante que a gente repita isso, até porque já está cristalizado no mente dos brasileiros que político não presta, que é dispensável. Quando se dispensa a política, está-se abrindo a porteira para as ditaduras. Temos muitos exemplos mundo afora e aqui também no Brasil. Parabéns, portanto!

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

De fato, somos os primeiros a ter a responsabilidade de defender a instituição. Na medida em que nós compartilhamos esse preconceito com relação ao Poder Legislativo, estamos contribuindo para o seu enfraquecimento. Nossa missão é exatamente, pelas nossas ações, pelas nossas atitudes, pelas nossas iniciativas, demonstrar à sociedade a utilidade que tem este Poder na vida das pessoas, mas sobretudo no fortalecimento das instituições democráticas e da própria democracia.

Quero destacar aqui também o compromisso assumido pelo Presidente desta Casa, José Sarney, definindo uma importante agenda para o Congresso Nacional no exercício de 2012 ao anunciar a composição de uma comissão de *experts* para estudar as relações federativas do Brasil. Aborda, dessa maneira, tema relevante para o desenvolvimento do País e que é necessariamente uma responsabilidade irrevogável do Parlamento.

Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, para cada Parlamentar, cada autoridade pública ou política, líder comunitário, enfim para cada pessoa envolvida com as questões políticas nacionais,

há uma pauta que deveria ser priorizada, que mereceria a atenção incondicional do Poder Legislativo e que deveria ser debatida incansavelmente, até chegarmos a uma solução final.

Para alguns, a raiz dos problemas brasileiros está diretamente ligada ao modo como os representantes da Nação são escolhidos e, para isso, julgam urgente a realização de uma ampla reforma política. Em tese, seria essa a mãe de todas as reformas para que, depois, se pudesse avançar para a realização das demais reformas. Outros entendem que o maior entrave ao desenvolvimento estaria atrelado à carga tributária e à complexidade do pagamento de impostos em nosso País. Nesse caso, a reforma ma tributária seria a solução para todos os problemas de competitividade. Como o desenvolvimento econômico é uma pré-condição para o desenvolvimento social, Senador Moka, a reforma tributária seria também prioridade. E assim poderia ser enumerada uma lista enorme de prioridades para a agenda legislativa.

Todas estão corretas, ao mesmo tempo em que nenhuma delas também está! Todas as reformas que o Brasil precisa são urgentes e merecedoras da atenção prioritária do Congresso Nacional. Mas a velocidade com que o mundo e as suas necessidades mudam é incompatível com a escolha de uma prioridade. No mundo moderno, a legislação, seja ela eleitoral, tributária, administrativa ou penal, precisa de revisões constantes.

Hoje, a tecnologia avança em progressões geométricas e com ela mudam, na mesma velocidade, as relações entre os cidadãos, entre os cidadãos e o Estado, entre os poderes que formam a União e também entre os entes que compõem a Federação brasileira. Portanto, é acertada a decisão de compor uma comissão que vai estudar as relações da Federação, que foram estabelecidas há muito tempo.

O Legislativo tem o dever de reavaliar o funcionamento da Federação sob diversos aspectos. A soberania e a autonomia dos três poderes da União é um assunto que precisa ser revisto.

Atualmente, o Poder Judiciário vive uma espécie de crise de identidade, em que julga ser soberano, para não perder sua autonomia. Os juristas brasileiros estavam até ontem, e continuam, divididos com relação à existência e as regras de funcionamento do Conselho Nacional de Justiça. Menos mal que ontem, como disse na abertura deste pronunciamento, tomou a sábia decisão, confortadora para a sociedade, de reafirmar a competência e a prerrogativa do CNJ. Se o próprio Poder Judiciário não tivesse encontrado uma solução para esse impasse, condizente com os padrões de transparência exigidos pela sociedade, caberia ao Congresso Nacional a tarefa de encontrar o termo adequado pela via legislativa – como falamos há pouco com o Senador Roberto Requião e outros parlamentares envolvidos, aliás, a emenda do Senador Demóstenes Torres traz exatamente essa capacidade e essa condição de estabelecer os termos constitucionais de reafirmar as prerrogativas do CNJ.

As relações entre o Poder Executivo e o Legislativo também precisam ser revistas, principalmente pelo viés das medidas provisórias que se tornaram o jeitinho brasileiro encontrado pelo Governo para vencer o complexo processo legislativo que impede que decisões urgentes sejam tomadas com celeridade pelo Parlamento.

Desde que foi criado, na Constituinte de 88, esse híbrido entre presidencialismo e parlamentarismo chamado medida provisória, instrumento que substituiu o decreto-lei, Senador Aloysio Nunes Ferreira, teve o seu principal objetivo – o objetivo da criação – desvirtuado. Sucessivos governos abusaram desse mecanismo para legiferar sobre o Poder Legislativo impondo de uma forma irregular a preponderância sobre a agenda legislativa.

Durante esse ano, nós falamos muito a respeito desse sufocamento das medidas provisórias sobre a atividade do Congresso Nacional. Esse é apenas um instrumento de controle do Executivo sobre a agenda parlamentar que precisa ser revista para devolver ao Congresso a autonomia necessária ao exercício de sua função principal, que é exatamente a de legislar.

Desde o início do meu mandato, tenho atentado para as distorções federativas que derivam da concentração excessiva dos recursos em poder da União, em prejuízo aos Estados e Municípios.

Hoje, a maior parte dos impostos é recolhida aos cofres da União, mas cada vez mais os Municípios são responsáveis pela qualidade de vida dos cidadãos. Tenho dito muitas vezes, Senador Moka, e não é demais repetir, que sé no Município que a vida dos cidadãos acontece. Não é no Estado nem na União, é no Município que as riquezas são geradas; é no Município que a maior parte dos recursos tributários deveria estar concentrada.

Os Municípios são muito mais eficientes que a União e os Estados na promoção dos investimentos e até no investimento de saúde. As administrações municipais têm um conhecimento muito maior sobre as reais necessidades da sua população e muito mais controle sobre a utilização dos recursos públicos. Além disso, a sociedade exerce muito mais controle sobre a

atividade do prefeito que convive diariamente com os seus contribuintes e cidadãos.

Tenho a certeza de que a descentralização de recursos tributários em favor dos Municípios seria positiva, tanto em relação à qualidade dos gastos públicos quanto em relação ao controle social e a prevenção do mau uso.

Aliás, o controle social sobre a atividade pública e política e a maior responsabilização dos agentes públicos também é um tema sobre o qual devemos avançar. Mas também sobre isso acerta o Presidente do Congresso Nacional quando atenta para a exaustão da democracia participativa e o início de um processo que começou há milhares de anos na Grécia, a chamada democracia direta.

Hoje, com o avanço dos sistemas de informação, principalmente a Internet, e o advento das redes sociais, os cidadãos têm infinitas oportunidades de participar da vida pública como faziam os cidadãos na Grécia antiga. Com a Internet, a transparência da atividade pública cresceu de forma surpreendente. Hoje, é possível acompanhar a execução do Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios quase ao mesmo tempo em que os recursos são movimentados.

A atividade que desempenhamos nesta Casa, na Câmara dos Deputados, em 27 Assembleias Legislativas e milhares de Câmaras de Vereadores também pode ser acompanhada em tempo real. E o mais importante de tudo isso é que os brasileiros não podem somente acompanhar os nossos trabalhos, mas também opinar, ao mesmo tempo em que tomamos decisões sobre as proposições legislativas.

O mundo em que vivemos hoje é muito mais colaborativo. Compartilhamos com boa parte dos brasileiros, que nos acompanham diariamente, o peso de nossas decisões.

O grande desafio, agora, é promover a inclusão irrestrita nesse processo, com ações que promovam a educação e a inclusão digital.

Estamos caminhando para um novo momento na história da democracia, que pode ser chamado de democracia direta, mas que eu prefiro chamar de democracia digital.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Parabenizo a Senadora Ana Amélia e também o seu Estado, a população do grande Rio Grande do Sul.

Informo a V. Exª, Senadora, que o expediente já se encontra sobre a mesa e será encaminhado na forma regimental, o requerimento que, na verdade, eu, V. Exª e os Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Blairo Maggi e Sérgio Souza estamos encaminhando à família do grande companheiro que teve a sua vida eivada, Moacir Micheletto.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Exª a gentileza de me incluir como subscritor desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Exª será atendido.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Senti muito a morte do Deputado Moacir Micheletto de quem fui colega na Câmara. Deputado de mais alto valor, de espírito público, dedicação a seu mandato e a seu povo. Para mim, foi motivo de muita tristeza tomar conhecimento da sua morte.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me incorporo também e peço que minha assinatura seja acrescentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o mesmo faço. Ainda não tive oportunidade de usar a tribuna, mas eu me associo ao Senador Aloysio e ao Senador Cristovam, ao posicionamento de V. Exª, da Senadora Ana Amélia e de todos os outros colegas que pensam em fazer esse gesto de respeito à memória do Deputado Micheletto e aos seus familiares.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou pedir à Assessoria que leve o requerimento para que V. Exªs possam assiná-lo.

Estive, na companhia do Vice-Presidente Michel Temer, da Senadora Kátia Abreu, do Deputado Luis Carlos Heinze e de tantos outros, na cidade de Assis Chateaubriand, no Paraná, onde o corpo foi velado e, depois, sepultado na Cidade de Toledo. Foi um momento de muita tristeza que não só o Paraná, mas todo o Brasil, lamenta muito.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

Eu também gostaria de prestar minhas homenagens e condolências à família do Deputado Micheletto e assinar o requerimento de pesar.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

Na sequência, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Quero cumprimentar, aqui, os amigos do Mato Grosso do Sul, os três irmãos da família Villasanti que compõem a nossa gloriosa Polícia Militar. Meus amigos, sejam bem-vindos ao Senado Federal.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente Senador Moka, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, preciso hoje aqui informar a respeito do episódio da reintegração da área do Pinheirinho, em São José dos Campos.

Desde o início de janeiro, os líderes da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos, fizeram vários apelos no sentido da realização de um entendimento entre a Prefeitura da Cidade, o síndico da massa falida, na qual está inserido o terreno do Pinheirinho, o Governo Estadual e o Governo Federal de modo que pudessem os direitos humanos dos habitantes da área ser preservados.

Em 18 de janeiro, estive no Tribunal de Justiça de São Paulo, juntamente com o Deputado Ivan Valente e os Deputados Estaduais Carlos Gianazzi e Adriano Diogo, para conversar com o Presidente do Tribunal Desembargador Ivan Sartori, que nos recebeu com muita atenção. Na oportunidade, argumentamos sobre a importância de se suspender por algum prazo a ordem de reintegração de posse do terreno do Pinheirinho que havia sido definida pela Juíza Márcia Loureiro, de São José dos Campos, uma vez que tínhamos conhecimento de um processo de entendimentos para a destinação daquela área, ou de parte daquela área, para assentamento definitivo de moradia daquela comunidade de aproximadamente sete mil pessoas.

O Desembargador Ivan Sartori sugeriu que houvesse um entendimento e, inclusive, deu-me o nome e o telefone do síndico da massa falida, Jorge Uwada. De maneira que, de pronto, liguei para esse síndico da massa falida, Jorge T. Uwada, que sugeriu que tivéssemos então um encontro com o Juiz da 18ª Vara, Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, e para lá nos dirigimos.

O nosso encontro com o Presidente Ivan Sartori se deu por volta de meio-dia até uma hora. Em seguida, nós fomos direto ao fórum João Mendes e ali aguardamos a chegada do Juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira que, logo ao adentrar sua sala – nós estávamos na porta – , nos recebeu. Estávamos lá os quatro Parlamentares citados – eu, Ivan Valente Carlos Giannazi e Adriano Diogo – , o Sr. Jorge Uwada e os advogados da massa falida, Dr. Waldir Helu que, aliás, é filho do ex-Deputado, Wadih Helu, e Julio Nobutaka Shimabukuro. Foi um encontro de aproximadamente uma hora em que ficou acordada a suspensão da reintegração de posse por 15 dias, a fim de que fossem concluídos entendimentos para a destinação social da área.

O Juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira perguntou, antes, ao Sr. Jorge Uwada: "Quem sabe o senhor possa conceder 30 ou 60 dias?" Ele falou: "Não, isso é muito. Eu vou conceder 15 dias se, porventura, o síndico da massa falida concordar. O senhor concorda?" Primeiro, o advogado Waldir Helu disse: "Eu recomendo que não. Mas o senhor concorda, Sr. Jorge Uwada?" Ele falou: "Eu concordo, tendo em conta esses argumentos de que poderão surgir problemas muito graves quanto à reintegração e o que as tropas da PM realizarão ali. De repente, ocorrem situações de desrespeito aos direitos humanos que convêm evitar. Então, tendo o Sr. Jorge Uwada dito que concordava, o próprio Luiz Beethoven disse a ele: "Então, por favor, escreva um texto dizendo que o senhor concorda".

Aqui está o texto:

> MASSA FALIDA DE SELECTA COM. E IND. S/A, representada pelo síndico dativo, nos autos de seu processo falimentar (...) vem, respeitosamente, expor e requerer (...):
>
> Em primeiro lugar, registra a audiência realizada nesta data, na qual compareceram... [todas as pessoas que já citei].
>
> Os parlamentares acima declinados informaram que compareceram, na parte da manhã de hoje, ao gabinete do ilustre Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado, Desembargador Ivan Sartori, que, por sua vez, os orientou a procurar diretamente esse E. Juízo, na tentativa de equacionar a questão de reintegração de posse, em São José dos Campos.
>
> Depois das razões apontadas por todos os participantes da audiência, inclusive do Juiz Titular da Vara, Dr. Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, sugeriu-se a suspensão da falência pelo prazo de quinze dias a contar do dia de hoje [18 de janeiro de 2012], fato esse que seria comunicado ao E. Juízo Deprecado, através de ofício.
>
> Registra-se que o advogado da falida não concordou [Waldir Helu não concordou]...
>
> Em vista do que foi relatado por todos os participantes da audiência, a massa falida concorda com a suspensão dos efeitos da fa-

lência pelo prazo de quinze (15) dias a contar desta data.

Outrossim, se deferida a suspensão pelo prazo de quinze dias, requer que conste do respectivo ofício que o mandado de reintegração de posse deverá ser cumprido, uma vez decorrido o prazo em referência, independente de qualquer aviso ou comunicação.

Senador Aloysio Nunes, o advogado Waldir Helu chegou a dizer: "Mas se a Drª Márcia Loureiro suspender a reintegração, dada essa sua decisão?". Ele disse: "Se o fizer, eu determinarei a reintegração, terminados os 15 dias!" Muito assertivo. Daí, com base nesse requerimento – o Sr. Jorge Uwada saiu por uma hora, foi à sala dos advogados, onde escreveu esse texto –, no próprio texto, o Juiz Beethoven Ferreira determina, para que se evitem os problemas que advirão da reintegração de posse: "**LEGEM HABEMUS***.* Falei por telefone com a Drª Juíza e solicitei a suspensão por 15 dias, com ajuste do prazo formal e improrrogável. Defira, pois, o pretendido. Oficia-se".

Ele próprio recomendou e eu fiz que encaminhasse este documento para o Presidente Ivan Sartori. Era por volta de quatro e meia da tarde, o Presidente Ivan Sartori estava em reunião com desembargadores e eu, então, entreguei àquele juiz que havia participado do nosso diálogo com Ivan Sartori ao final da manhã, o Sr. Rodrigo Capez. Explicamos a ele e demos a ele para que entregasse ao Presidente Ivan Sartori. Pois bem, o desembargador...

Na quinta-feira, dia 19 de janeiro, participei, na Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, da reunião com a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, quando discutimos a questão do assentamento da favela do Moinho. Daí, houve um momento em que falamos brevemente da decisão aqui tomada pelo Juiz Beethoven, e a Secretária Nacional de Habitação se colocou à disposição de realizar um entendimento com o Prefeito Eduardo Cury. Comuniquei a ele e ao Governador Geraldo Alckmin naquela tarde de 19 de janeiro, quinta-feira. E, ao conversar com o Governador Geraldo Alckmin, ele me disse: "Senador Suplicy, do ponto de vista do Governo, eu já declarei que, se houver entendimento entre Governo Federal e municipal, o Governo estadual assegurará a infraestrutura do projeto do Pinheirinho".

Pois bem, eu então telefonei para o Prefeito Eduardo Cury, de São José dos Campos, que me disse que estava, naquela quinta- feira, indo a Brasília tratar do tema. Mas depois me explicou que só houve tempo para ele tratar das questões relativas ao Ministério de Ciência e Tecnologia, muito importantes para São José dos Campos. Ele comunicou ao Ministro Rogério Sottili, com quem teria uma audiência, e pediu à secretária para informar ao Ministro interino da Secretaria-Geral da Presidência, o que não me pareceu mais adequado, porque ele próprio deveria ter dito ao Ministro: "Eu não vou poder ir aí". Mas ele explicou que não pôde ter a reunião no Ministério das Cidades e na Secretaria-Geral, onde se reuniria, naquela tarde, com o Sr. Paulo Maldos e a Secretária Nacional da Habitação, Inês Magalhães, porque ela estava voltando da reunião da Secretaria da Habitação do Município de São Paulo para Brasília, onde o esperaria. Ele não o fez, mas me explicou no dia seguinte. Eu falei para ele: "Eu posso ir ao seu gabinete em São José dos Campos para dialogar?", e ele me disse: "Olha, Senador, eu preciso estar em São Paulo. Vou ao Tribunal de Justiça, vou conversar com as pessoas da Justiça e poderia, então, encontrá-lo". Eu até me dispus a encontrá– lo onde ele estivesse, mas ele falou: "Prefiro que o nosso encontro seja reservado". Eu aceitei. Então, ele veio à minha residência-escritório em São Paulo. Ele chegou por volta das dez para as quatro da tarde, de onde saiu às cinco e quinze, aproximadamente. Conversamos quase uma hora e meia, longamente. Naquela oportunidade, ele ponderou que compreendia o problema da comunidade do Pinheirinho e que queria resolver a questão. Relatou-me dois diálogos que, ao longo dos últimos anos, teve, inclusive com um dos líderes e advogados do pessoal do Pinheirinho, o Sr. Antonio Ferreira. Mencionou o diálogo em que ele tentou persuadir Antonio Ferreira de que não se poderia invadir, ocupar áreas. E o Antonio Ferreira, então, disse a ele: "Olha, eu sou do PSTU. Nós acreditamos que, quando há áreas improdutivas no campo, é necessário chamar a atenção das autoridades com ocupações para realizar a reforma agrária ou, na área urbana, se há uma área tão grande não utilizada socialmente. Então, disso o senhor não vai me convencer". Daí os dois acordaram que tinham pontos de vista diferentes sobre a questão da ocupação. O próprio Prefeito Eduardo Cury disse a ele: "Mas há uma coisa: a questão é o procedimento dos adultos. Agora eu, como Prefeito, preciso cuidar das questões relativas à educação e à saúde dos habitantes e, inclusive, do Pinheirinho, das crianças, das mulheres, dos idosos". Pareceu-me bastante interessante essa postura.

Nesse diálogo, Senador Aloysio, ele me falou de uma preocupação dele: "Não será adequado que venhamos a ter um dispêndio por unidade habitacional por família no Pinheirinho que seja mais alto do que o eventual custo por unidade habitacional dos programas

habitacionais que servirão à população que está na fila de moradia", o que me pareceu de bom senso. Eu comentei com a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, e com o Secretário de Articulação Social, Paulo Maldos, que me falou: "Mas esse também é o nosso ponto de vista".

Então, imaginando que tivesse havido um diálogo construtivo visando ao entendimento, no sábado, dia 21, eu fui a São José dos Campos para participar da assembleia dos moradores do Pinheirinho, aos quais transmiti as negociações até então realizadas, e recomendei a todos muita serenidade de comportamento.

O Senador Aloysio me conhece há muito tempo. Eu sou, sempre, um pregador dos ensinamentos de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King Jr. Eu relembrei a eles que Martin Luther King Jr., em "*I have a dream*", mencionou que, contra a força física, devemos utilizar a força da alma. Falei seriamente para eles: "Olhem, essa queima de ônibus que ocorreu aqui, há dois dias, não vai ajudar o movimento. Então, procurem evitar ações dessa natureza". Sugeri a todos que tivessem a disposição de bem receber o Prefeito Eduardo Cury para conversar sobre a melhoria de atendimento dos serviços essenciais de educação, saúde e outros. Ali, eu até sugeri: "Olhem, eu não vou fazer a pergunta. Toninho Ferreira, faça você a pergunta sobre quem, aqui, está em desacordo com a sugestão de todos receberem, adequada e seriamente, o Prefeito Eduardo Cury". Daí, ele falou e ninguém levantou a mão.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – "Quem está de acordo?" Todos levantaram a mão, com um sinal positivo de que gostariam de receber, ali, o Prefeito Eduardo Cury.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Uma indagação, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pois não.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Quem é Toninho Ferreira?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – É o advogado,...

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Ah, pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...que é, também, um membro do PSTU...

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Sim, que declarou, depois, à Agência Brasil, que havia mortes no Pinheirinho. É esse? Que falou como se fosse em nome da OAB e que disse: "Há mortes no Pinheirinho." A Agência Brasil, então, difundiu para o mundo inteiro essa informação. É ele? Provavelmente é ele.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Eu não sei exatamente isso.

Agora, por tudo que sei, e vou relatar os problemas havidos, inclusive de abuso e de violência, não sei, até o presente momento, que houve qualquer notícia de morte.

Eu tenho dialogado bastante. Não foi identificada até o presente momento, que eu saiba, pessoa alguma que, porventura, esteja morta em decorrência disso. Isso não! Agora, feridos houve, e vou falar a respeito.

Pois bem.

Então, aquela assembleia, por volta das 19h do sábado, terminou de uma maneira muito otimista para mim próprio, mas, já no domingo, dia 22, fui acordado às 6h30 da manhã pelo Vereador Tonhão Dutra, em telefonema, dizendo que a Polícia Militar, com enorme efetivo, helicópteros, havia cercado a área e iniciado uma invasão para desalojar todas as famílias; estavam armados fortemente, e havia já barulho de bombas. Então, tentei falar com o Palácio, mas não respondia. Fui, então, ao Palácio dos Bandeirantes, cheguei às 7h. Às 8h30 da manhã, o Governador Geraldo Alckmin me recebeu muito atenciosamente, conversamos e ele me assegurou que a Polícia Militar agiria com todo o respeito e civilidade junto à população, sem o emprego de violência, mas, durante a nossa conversa, eu já recebi telefonemas do Tonhão Dutra, do Toninho e de outros dizendo que estava havendo tiros e violência. Então, o Governador teve a gentileza de ligar para o Juiz Rodrigo Capez e para o comandante da operação, Coronel Messias. Conversamos, e ele disse que queria que houvesse todo o respeito às pessoas.

De lá saí e ainda telefonei durante o dia para o Secretário da Segurança, Ferreira Pinto, e outras autoridades, e o Juiz Capez falou comigo ao telefone, ao lado do Governador, para assegurar, inclusive junto ao Coronel Messias, que os procedimentos seriam os mais adequados possíveis.

Bem, aquela operação militar ocorreu porque o juiz da 18ª Vara Cível de São Paulo, Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, por razões que ainda precisam ser esclarecidas, inclusive junto ao Conselho Nacional de Justiça, havia reconsiderado sua decisão anterior, quebrando o acordo firmado por todas as partes envolvidas, que consideravam o prazo acordado de 15 dias para o entendimento final.

A decisão do Juiz Beethoven Ferreira não levou em conta as graves consequências sociais de sua sentença, que somente foi publicada no dia 26 de janeiro. Não poderia, pois, o próprio presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Sartori, dar anuência à reintegração de

posse antes da publicação daquela decisão, a qual foi tomada sem qualquer comunicação às partes interessadas, a não ser a publicada no dia 26, inclusive para – eu até tenho aqui o documento – o próprio Deputado Waldir, pai do advogado Waldir Helu, que foi quem pediu a reconsideração. E o juiz Beethoven Ferreira o fez sem publicá-la a tempo. Então, foi feita de sábado para domingo, num dia em que a comunidade do Pinheirinho normalmente vai à missa, vai fazer esportes; é o dia de reuniões de família e tal. E entram ali aquelas tropas de choque de que maneira? Não apenas no Pinheirinho, mas inclusive nas comunidades vizinhas, como no Campo dos Alemães e outras, onde ocorreram fatos gravíssimos, ali onde a população do Pinheirinho foi expulsa de sua residência.

Então, infelizmente, o que o Governador Geraldo Alckmin, o Juiz Rodrigo Capez e o Presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Sartori, me informaram – eu conversei com ele, que me disse: "Pode estar sossegado, Senador Eduardo Suplicy, porque tudo vai correr bem" – não condiz com a realidade dos fatos que lá ocorreram. Os depoimentos dos moradores, autoridades, testemunhas e jornalistas que lá estiveram, sobretudo nos dias 22, 23 e 24, indicam que houve gravíssimos abusos cometidos por parte das autoridades policiais, sintetizados em relatórios colhidos pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Tendo em conta a gravidade dos fatos, eu aqui, Sr. Presidente, quero registrar o relatório feito levando em conta tudo que foi ouvido por cerca de 90 pessoas do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDEPE E CONANDA. Eu aqui vou anexar, porque não haverá o tempo devido para ler o relatório do ex– Deputado Renato Simões, relator do Condepe, que relata fatos.

Eu preciso pedir uma tolerância, Sr. Presidente, porque, por exemplo, o depoente Davi relata que, após a reintegração de posse da área do Pinheirinho, não conseguindo voltar à sua casa isolada pelo efetivo da Policia Militar, decidiu ir com sua esposa e amigos a um posto de cadastramento da Prefeitura Municipal. No trajeto, passando por uma área de conflito entre guardas municipais e populares, foi advertido de que os guardas municipais se posicionavam para atirar contra a multidão e procurou proteger a si e sua esposa. Davi relata que foi baleado nas costas por um guarda municipal, que atirou uma segunda vez já caído ao chão, e que foi socorrido por pessoas solidárias que o levaram até o Pronto-Socorro do Hospital Municipal. Recorda-se da fisionomia do guarda municipal que nele atirou e poderia proceder ao reconhecimento.

A esposa de Davi, Maria Laura Silva de Souza, que com ele estava no momento em que foi baleado, confirmou o depoimento de seu marido e informou que naquele dia foi impedida por um bloqueio policial de retornar a sua casa, que todos os seus bens foram perdidos e que Davi tentara protegê-la quando correram do local do conflito entre os guardas municipais e populares. Lamentou o ocorrido com seu marido e a possibilidade de sequelas motoras decorrentes do tiro.

A Srª Daniele Aparecida Silva Napoleão, moradora da ocupação do Pinheirinho, que relatou a agressão que sofreu junto com outros moradores que buscavam entrar na ocupação, isolada pela Polícia Militar desde a madrugada, visto que não passara a noite em sua casa, levou um tiro de bala de borracha na boca – toda a sua boca estava ferida e inchada, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim – e passou por exame de corpo de delito para comprovar a lesão dela decorrente.

Dulcinéia Faustino, moradora da ocupação do Pinheirinho, que relatou a invasão de sua casa por policiais militares na madrugada no dia 22, no início da reintegração de posse do terreno ocupado, precedida do lançamento de uma bomba de efeito moral cujos estilhaços deixaram marcas ainda visíveis por todo seu corpo, submeteu-se já a exame de corpo de delito para comprovar as lesões.

O Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, que relatou estar presente no local sem saber previamente da ação de reintegração de posse, para dar seguimento a consultas a lideranças da ocupação sobre os termos de um acordo a ser firmado entre União, Estado e Município para solucionar a questão fundiária e das moradias das famílias ocupantes, descreveu minuciosamente a operação policial de isolamento da área, a forma desrespeitosa com que foi tratado por oficial da Policia Militar ao se identificar como autoridade federal. Disse àquele oficial: "Eu sou Paulo Maldos – e mostrou a sua identificação de Secretário Nacional de Articulação – e quero entrar para observar e conversar com as pessoas". Esse oficial disse: "Diga a sua Presidente para vir conversar comigo". Essa foi a forma como tratou o Sr. Paulo Maldos. Daí ele sofreu agressão por disparo de bala de borracha nas suas costas enquanto conversava com moradores do Pinheirinho e a repressão policial contra as famílias da ocupação e do bairro do Campo dos Alemães, igualmente cercado pela Polícia Militar.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – E assim, Sr. Presidente, vou pedir para registrar na íntegra, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu faço um apelo a V. Exª porque alguns Senadores estão pedindo, porque têm problema de voo. E tenho certeza de que esse tema vamos debater também lá na Comissão de Direitos Humanos, bem como o encaminhamento de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Então, Sr. Presidente, quero ater– me ao depoimento que ontem entreguei ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Camilo, que me recebeu muito atenciosamente, inclusive por determinação do Governador e do Chefe da Casa Civil, Sidney Beraldo.

E aqui vou agora relatar o depoimento de uma família. É só uma lauda e pouco, mas é importantíssimo, Sr. Presidente. Permita-me. Não vou citar os nomes para resguardar a integridade das famílias.

Pedi, há pouco, para falar com o Governador, e Sidney Beraldo me disse que o Governador já determinou, felizmente, o resguardo da integridade dessas pessoas, cujos testemunhos aqui vou citar.

Perante o Dr. João Marcos Costa de Paiva, Promotor de Justiça da Vara e da Infância... Fui lá para acompanhar, porque as moças, que aqui mencionarei, estavam com muito receio. Por isso resolvi: "Vou acompanhá-las, para que possam dizer isso". E espero, Senador Aloysio Nunes, que possa o Governador de São Paulo ouvir essa família sobre os seguintes fatos.

> Na noite do dia 22 de janeiro último, encontravam-se na moradia [situada na rua tal], além de diversas pessoas que estavam lá, pelo menos seis pessoas. Estavam todos no segundo piso do imóvel, prontos a comerem uma pizza. Antes mesmo que isso acontecesse [eram 11h30 ou 11h40], quando estava no piso inferior da casa, percebeu- se a chegada no imóvel de diversos policiais militares. Não é verdade que alguns dos moradores estivessem na rua. Eles entraram no imóvel, de modo abrupto, de modo violento, rendendo, sob agressões, segurando-o pelo pescoço, arrastando-o pelo pescoço, o jovem de 17 anos. Logo depois, renderam a sua esposa, de 26 anos, subjugando-a, agarrando-a pela trança do cabelo. Não tiveram mais contato pessoal com os demais ocupantes da casa. E ainda a jovem permaneceu com os demais ocupantes até ser também isolada. Relatou que, por cerca de quatro horas [porque chegaram lá às 11h40 e saíram às 4 horas da manhã], sofreu diversos modos de sevícia por parte dos policiais que ali ingressaram. [Refiro-me à senhora de 26 anos, esposa daquele rapaz.] Relatou abuso sexual (sexo oral, agressividade física com empurrões, agressões com coronha de arma de fogo [ela está machucada com uma coronhada de arma de fogo] e toda ordem de violência física, afora afirmações de conteúdo irônico e terror psicológico. Do mesmo modo, relatou haver sido submetida a abuso sexual (sexo oral e apalpação vaginal e dos seios), afora violência física consistente em empurrões, safanões e coisas congêneres, além de violência psicológica, geralmente apoiada em assertivas relativas à má fama do Grupamento ROTA, que dizia para essas moças: "Vocês sabem qual é a fama da ROTA? A ROTA mata. E nós vamos matar vocês se vocês denunciarem esses fatos que estão aqui acontecendo de que estivemos aqui fazendo isso com vocês." Ambas as moças, de 26 e 23 anos, presenciaram o adolescente ser severamente agredido, tanto fisicamente quanto psicologicamente, ameaçando-o de empalação com um cabo de vassoura untado de creme e pomada. Mencionou que, durante a investida, o pai do rapaz de 17 anos, de 87 anos, ficou segregado pelos policiais em seu próprio quarto, com arma apontada para ele. "O senhor fique aqui nesse quarto e não...". Enquanto ele ouvia os gritos do rapaz sendo seviciado e ameaçado com um cabo de vassoura, ficava o pai trancado no quarto ameaçado pelos policiais. Ambas mencionaram que, no decorrer dos fatos, puderam identificar cerca uma dúzia de policiais, todos ostensivamente identificados como componentes do Grupamento ROTA. Em certo momento do ocorrido, presenciou os policiais agredindo fisicamente o rapaz, especialmente com chutes e pisões. Outra moça mencionou que, retornando da igreja, chegou em sua casa é foi impedida de ingressar em seu lar pelos policiais acima referidos. O pai da moça de 26 anos relatou que, na madrugada dos fatos, por volta das 4h15 da manhã, deparou-se com sua filha completamente atônita, ressalvando que imaginou que tal fato se devia à prisão de seu companheiro. Mas afirmou que, no dia seguinte, ao ver um ferimento na perna da filha, acabou descobrindo o que havia se passado. E esse depoimento a filha fez na frente do pai, que, em lágrimas, escutava, mas dizia: "Minha

filha, você precisa dizer toda a verdade, tudo o que aconteceu.

E eu vi o sofrimento do pai ao ouvir esse relato, Senador Paulo Paim.

> [E outra moça que] foi até a casa para buscar sua bicicleta, mas percebeu grande movimentação policiai no local, relatando que, por ser região frequentemente palco de trafico de drogas, entendeu por bem deixar o local e ir para casa. Não imaginou o que poderia estar se passando na casa. Ao final da sessão de horrores, os policiais teriam elegido apenas os rapazes para autuação...[Eles estavam ali em busca de drogas, e diziam ao rapaz: "Ou você mostra onde estão as drogas aqui na sua casa, ou vamos enfiar o cabo de vassoura em você e vamos fazer isso com as suas companheiras". E assim por diante]. (...) ressaltando que levariam apenas os rapazes, isso sob xingamentos e ameaça de morte aos que ficaram, em trocado silêncio. Afirmaram que foram identificadas por policiais por fotografias tiradas durante aquele ataque. Relataram que os invasores comeram a comida da casa; danificaram diversos objetos que guarneciam o imóvel, além de terem levado pertences e dinheiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Senador Suplicy, não é nem o Senador Aloysio, é o Senador Jorge Viana que está com problema de voo e está me pedindo que conclua.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Então, Sr. Presidente, quero apenas solicitar... Como já me disse o Secretário Sidney Beraldo, o Governador Geraldo Alckmin vai resguardar a integridade dessas pessoas. Quero pedir também ao Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, e à Ministra Maria do Rosário que possam assegurar a integridade das pessoas que, com muita coragem, resolveram relatar esses fatos.

Conversei ontem com o Coronel Camilo, da PM, e disse-lhe: "Olha, conheço tantos policiais militares, sei que isso deve ser uma exceção, mas é importante que seja apurado". Ele me assegurou que estava presente o Corregedor da PM. O Dr. Sidney Beraldo me assegurou que o Governador Geraldo Alckmin, ontem à noite, conversou com o Comandante da PM e determinou – isto eu acho importantíssimo – que haja o resguardo das famílias e a apuração completa desses episódios.

Agradeço muito pela tolerância e peço desculpas aos colegas que estavam inscritos, mas são muito importantes esses episódios. Vou permanecer e, quem sabe, ainda...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Isso. E levaremos o caso para a Comissão de Direitos Humanos, onde também faremos o debate. A Comissão faz questão de ouvir todo o seu relato.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – O Senador Aloysio Nunes**...**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Vai falar sobre o tema.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Ele vai falar sobre a questão do CNJ. Estou inteiramente de acordo com a decisão ontem tomada pelo Supremo Tribunal Federal...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bom. Passamos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...neste ponto, como em muitos outros, estou de acordo com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – E tenho certeza de que ele também não admite tais abusos cometidos pela PM, porque sei o quão rigoroso ele é...

***DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.***

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Flavia Rolim de Andrade**

**De:** ptrenatosimoes@terra.com.br
**Enviado em:** sexta-feira, 3 de fevereiro de 2012 09:00
**Para:** Sen. Eduardo Suplicy; paulo.maldos@presidencia.gov.br
**Assunto:** Possivel SPAM - Prodasen - NAO CLIQUE nos links] Fwd: Ata Resumida - Audiência do CONDEPE sobre Pinheirinho

**----- Original Message -----**
**From: ptrenatosimoes@terra.com.br**
**To: eduardo.suplicy@senador.gov.br, "Aristeu Bertelli (Condepe)" aristeu.bertelli@gmail.com, "Ivan Seixas" iseixas@uol.com.br**
**Cc: "Condepe" condepe@ig.com.br, "Rildo Marques de Oliveira" rildomarques@uol.com.br**
**Sent: Sex 3/02/12 03:09**
**Subject: Fwd: Ata Resumida - Audiência do CONDEPE sobre Pinheirinho**

ATA RESUMIDA DOS TRABALHOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONDEPE

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO DO PINHEIRINHO

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 30 DE JANEIRO DE 2012

Às 20 horas do dia 30 de janeiro de 2012, com o Plenário da Câmara Municipal de São José dos Campos tomado por militantes de movimentos sociais e de direitos humanos, bem como moradores da ocupação do Pinheirinho, desalojados de suas casas, teve início a audiência pública do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (CONDEPE) convocada especificamente com o tema das violações de direitos humanos perpetradas contra a população daquela região antes, durante e depois da reintegração de posse da área ocupada, promovida com força policial militar, no dia 22 de janeiro de 2012.

A audiência pública foi aberta pelo Presidente do CONDEPE, Ivan Seixas, que apresentou seus objetivos e os do mutirão realizado ao longo de todo o dia por mais de 90 voluntários de entidades de direitos humanos dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro junto às famílias ocupantes do Pinheirinho que estão confinadas em quatro abrigos mantidos pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos após a reintegração de posse.

O Presidente passou a condução dos trabalhos ao Conselheiro Renato Simões, designado relator do processo aberto pelo CONDEPE para apuração das denúncias de violação dos direitos humanos das famílias ocupantes do Pinheirinho.

A Mesa foi composta com a presença dos Conselheiros do CONDEPE Vicente Roig, Cheila Olaia e Rildo Marques e de seu Secretário Executivo, Aristeu Bertelli. Compuseram ainda a Mesa: o representante do Ministério Público Estadual de São Paulo, promotor de justiça Eduardo Dias; o representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, defensor Jairo Salvador; o representante do Ministério Público Federal, procurador da República Ângelo Augusto Costa; o representante da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, Bruno Teixeira; o Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Paulo Maldos; a representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, procuradora Ivana Farina Navarrete; a representante do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Adriana Zorbi; o represente das famílias da ocupação do Pinheirinho,Valdir Martins (Marrom) e o advogado das famílias, Antonio Ferreira (Toninho). Parlamentares presentes compuseram também a mesa: Senador Eduardo Suplicy, Deputado Federal Carlinhos Almeida, Deputados Estaduais Pe. Afonso Lobato, Carlos Gianazzi, Ênio Tatto, Marco Aurélio e Simão Pedro, Vereadoras Amélia Naomi e Ângela Guadagnin, de São José dos Campos, Vereadores Itamar Alves, Laudelino Amorim e Marino Faria, de Jacareí, e Cristiano Pinto Ferreira, Jairo Santos, Tonhão Dutra e Wagner Balieiro.

Coube ao relator do processo, Conselheiro Renato Simões, apresentar a ordem dos trabalhos da Audiência Pública:

f !supportLists]-->1. <!--[endif]-->Oitiva de depoimentos de vítimas de violação de direitos humanos durante a reintegração de posse da área do Pinheirinho;

f !supportLists]-->2. <!--[endif]-->Encaminhamentos do CONDEPE e órgãos presentes.

Passou-se à apresentação do primeiro depoimento, de David Washington Castor Furtado, gravado pelo Conselheiro Renato Simões durante visita ao depoente, no Hospital Municipal de São José dos Campos, perante o Presidente do CONDEPE, Ivan Seixas, o deputado federal Carlinhos Almeida e o deputado estadual Adriano Diogo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na tarde do dia 30 de janeiro. No áudio reproduzido pelo sistema de som da Câmara Municipal, o depoente David relata que, após a reintegração de posse da área do Pinheirinho, não conseguindo voltar à sua casa isolada pelo efetivo da Polícia Militar, decidiu ir com sua esposa e amigos a um posto de cadastramento da Prefeitura Municipal. No trajeto, passando por uma área de conflito entre Guardas Municipais e populares, foi advertido de que os guardas municipais posicionavam-se para atirar contra a multidão e procurou proteger a si e sua esposa. David relata que foi baleado nas costas por um Guarda Municipal, que atirou uma segunda vez já caído ao chão, e que foi socorrido por pessoas solidárias que o levaram até o Pronto-Socorro do Hospital Municipal. Afirma o depoente que se recorda da fisionomia do Guarda Municipal que nele atirou, e que poderia proceder ao reconhecimento fotográfico do agressor.

Em seguida, foi convidada a dar seu depoimento a esposa de David, Maria Laura Silva de Souza, que com ele estava no momento em que foi baleada. Maria Laura confirmou o depoimento de seu marido, e informou que naquele dia foi impedida por um bloqueio policial de retornar a sua casa, que todos os seus bens foram perdidos e que David tentara protegê-la quando correram do local do conflito entre os guardas municipais e populares. Lamentou o ocorrido com seu marido e a possibilidade de seqüelas motoras decorrentes do tiro, ainda a serem avaliadas pela equipe médica, e informou que em nenhum momento nenhuma assistência lhe foi oferecida por qualquer órgão público, nem ao seu marido e família.

Foram ouvidas as vítimas da ação policial no Pinheirinho, cujos depoimentos, como os anteriores, constarão na íntegra em anexo a esta ata após a sua transcrição taquigráfica:

f !supportLists]-->a. <!--[endif]-->Daniele Aparecida da Silva Napoleão, moradora da ocupação do Pinheirinho, que relatou a agressão que sofreu junto com outros moradores que buscavam entrar na ocupação, isolada pela Polícia Militar desde a madrugada, visto que não passara a noite em sua casa. Relata ter levado um tiro com bala de borracha na boca, e que passou por exame de corpo de delito para comprovar a lesão dela decorrente.

f !supportLists]-->b. <!--[endif]-->Dulcinéia Faustino, moradora da ocupação do Pinheiro, que relatou a invasão de sua casa por policiais militares na madrugada no dia 22, no início da reintegração de posse do terreno ocupado, precedida do lançamento de uma bomba de efeito moral cujos estilhaços deixaram marcas ainda visíveis por todo seu corpo. Esclarece que se submeteu já a exame de corpo de delito para comprovar as lesões.

f !supportLists]-->c. <!--[endif]-->Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, que relatou estar presente ao local sem saber previamente da ação de reintegração de posse, para dar seguimento a consultas a lideranças da ocupação sobre os termos de um acordo a ser firmado entre União, Estado e Município para solucionar a questão fundiária e das moradias das famílias ocupantes. Descreveu minuciosamente a operação policial de isolamento da área, a forma desrespeitosa com que foi tratado por oficial da Polícia Militar ao se identificar como autoridade federal, a agressão por ele sofrida por disparo de bala de borracha nas suas costas enquanto conversava com moradores do Pinheirinho e a repressão policial contra as famílias da ocupação e do bairro do Campo dos Alemães, igualmente cercado pela Polícia Militar.

f !supportLists]-->d. <!--[endif]-->Silvio Prado, apoiador das famílias ocupantes, descreveu a violência policial nas ruas do bairro Campo dos Alemães, vizinho à ocupação do Pinheirinho, envolvendo a população das casas do referido bairro na espiral de violência que se iniciou com a repressão aos ocupantes.

f !supportLists]-->e. <!--[endif]-->Leandro Mascarenhas, psicanalista, relatou o trabalho que realizou durante a semana com crianças e adolescentes das famílias ocupantes nos abrigos improvisados para acolhê-las pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, identificando as conseqüências da violência policial, da destruição de seus lares, da agressão e humilhação de seus pais e mães e da situação precária de habitabilidade dos abrigos.

f !supportLists]-->f. <!--[endif]-->Valdir Martins, o Marrom, um dos líderes da ocupação, morador do Pinheirinho, relata desde as primeiras horas da madrugada a violência policial na ocupação e no bairro vizinho, a busca de prender e desmoralizar as lideranças da ocupação por parte da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a continuidade da repressão com a invasão da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro por policiais, a discriminação e a vida precária dos ocupantes desalojados de suas casas nos abrigos municipais.

f !supportLists]-->g. <!--[endif]-->Antonio Ferreira, advogado das famílias ocupantes, denunciou a violência que sofreu pessoalmente e a violência institucional contra as famílias moradoras do Pinheirinho antes e depois da reintegração de posse, lembrando a falta de políticas públicas nos abrigos e a insuficiência das alternativas apresentadas pelo Governo Municipal e pelo Governo do Estado para a garantia de direitos daquela população.

O Senador Eduardo Suplicy relatou em detalhes sua participação na mediação de um acordo envolvendo os Poderes Judiciário e Executivo (Município, Estado e União) que evitasse a reintegração de posse. Esclareceu que em seus contatos com os juízes Beethoven Ferreira e Márcia Loureiro, com o prefeito Eduardo Cury e com o Governador Geraldo Alckmin, na sexta-feira anterior à desocupação, um acordo de suspensão da reintegração de posse por um período de 15 dias para viabilização do acordo foi efetivado, e comunicado pessoalmente por ele à Assembléia das Famílias ocupantes do Pinheirinho no sábado, véspera da reintegração de posse. Informou que agiu de boa fé, e que pretende cobrar a

palavra dos demais e a apuração do comportamento dos juízes e autoridades do Executivo na inviabilização do acordo que preveniria, com políticas públicas, a violência da ação militar do dia 22.

A Procuradora Ivana Farina relatou a atuação do CDDPH na questão do Pinheirinho desde 2006 e a reunião realizada no período da tarde do dia 30 com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos sobre as políticas públicas de amparo às famílias desalojadas, da qual participaram os Conselhos de Direitos Humanos nas esferas federal (CDDPH) e estadual (CONDEPE) e os Conselhos Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e da Pessoa Idosa.

O representante da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República relatou a atuação da Ouvidoria nos dias que precederam à reintegração de posse e a agressão que sofreu, com dezenas de famílias, na invasão policial da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

O relator do processo do CONDEPE sobre o Pinheirinho, Renato Simões, apresentou os principais dados do trabalho realizado pelos voluntários de entidades de direitos humanos que formalizaram o depoimento de vítimas de violação na ação de reintegração de posse do Pinheirinho, ao longo de todo o dia 30.

Foram tomados a termo os depoimentos de 507 pessoas, nos quatro abrigos municipais (CAIC Dom Pedro, Ginásio Ubiratan – Latão, Ginásio Morumbi e Vale do Sol), que assinaram os formulários oferecidos pelo CONDEPE com seus depoimentos.

Destas, 23 pessoas afirmaram ter sofrido violência física que deixaram, passada mais de uma semana das agressões, marcas em seus corpos, e assinaram o pedido de realização de exame de corpo de delito para registro das lesões por balas de borracha, estilhaços de bombas de efeito moral e golpes por objetos contundentes (tonfas, cassetetes...).

O relator Renato Simões registrou que o universo de violações é muito mais amplo que esse registro já massivo, visto que muitas pessoas não se encontravam nos abrigos no horário comercial em que os depoimentos foram colhidos, por estarem trabalhando. Além disso, o trabalho dos voluntários se circunscreveu aos abrigos, deixando de atingir dois públicos igualmente importantes quantitativa e qualitativamente para a apuração das violações: o composto pelas famílias ocupantes do Pinheirinho que não aceitaram, por várias razões, viver nos abrigos da Prefeitura Municipal, e o composto pelas famílias moradoras do Campo dos Alemães, bairro vizinho à ocupação, onde a ação policial militar e da Guarda Municipal se espalhou indistintamente a violência contra os cidadãos.

O relator apresentou ainda os dados relacionados à situação de crianças, adolescentes e idosos colhido pelos Conselhos Nacionais junto às famílias abrigadas, que foram objetos de debate com os Secretários Municipais de Desenvolvimento Social, João Francisco Sawaya de Lima, e de Assuntos Jurídicos, Aldo Zonzini Filho.

Registrou-se a existência de 1069 crianças e adolescentes nos quatro abrigos, em flagrante desrespeito às exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente, e 50 idosos, igualmente lesados nos seus direitos previstos no Estatuto do Idoso, entre outras legislações em vigor.

A insegurança das famílias quanto à garantia de rematrícula das crianças e adolescentes na rede escolar de São José dos Campos, a perda do material escolar com a destruição das casas no processo de reintegração de posse, a falta de informações sobre as alternativas de transporte escolar e acesso dentro do calendário do ano escolar e as conseqüências psicológicas sobre as crianças e adolescentes das situações de violência vividas foram as principais queixas registradas com a cobrança de definição de prontas respostas da Prefeitura Municipal para as políticas públicas voltadas à criança e adolescente.

O relator Renato Simões apresentou os objetivos do processo do CONDEPE.Em reunião com a Delegacia Seccional de Polícia, realizada na tarde do dia 30, com a presença dos Conselheiros Ivan Seixas e Renato Simões, dos deputados Adriano Diogo e Carlinhos Almeida, do vereador Tonhão Dutra e do advogado Aristeu Neto, representante jurídico das famílias, foi solicitada a abertura de inquérito por parte da Delegacia Seccional para apuração das denúncias de abusos cometidos na ação de reintegração de posse, a avocação dos inquéritos já abertos no 3º Distrito Policial referentes às vítimas Guilherme Boulos e David Washington Castor Furtado para a Delegacia Seccional e a imediata realização de exame de corpo de delito nas 23 pessoas que o solicitaram junto aos voluntários do CONDEPE. Ofício neste sentido foi assinado pelos Conselheiros do CONDEPE durante a própria audiência pública e protocolado formalmente no dia seguinte.

A tabulação dos dados dos formulários sobre violação dos direitos humanos preenchidos pelas pessoas ocupantes do Pinheirinho será feito sob responsabilidade do CONDEPE em parceria com o Núcleo de Trabalhos Comunitários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O relator Renato Simões recebeu e fará constar da ata dos trabalhos o documento "Pinheirinho: Um Relato Preliminar da Violência Institucional", elaborado por Brigadas Populares/MG, Justiça Global, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência. O CONDEPE e a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo estudam o teor de uma representação ao Conselho Nacional de Justiça sobre a atuação do Poder Judiciário na invalidação dos esforços de uma saída negociada para a ocupação e na eclosão da operação policial de reintegração de posse.

O relatório do CONDEPE, ao ser finalizado, será encaminhado aos órgãos nacionais e internacionais de Direitos Humanos para as providências cabíveis, ações judiciais de reparação de danos e de responsabilização civil e criminal dos autores das violações. Nova audiência será determinada, após o relatório preliminar das denúncias, para oitiva das autoridades envolvidas no conflito.

Foram ainda anunciadas, pelo relator, as atividades desta semana. Na quarta-feira, dia 1º, no Auditório Franco Montoro da Assembléia Legislativa de São Paulo, nova audiência pública sobre violência no Pinheirinho, convocada por deputados estaduais. Na quinta-feira,dia 2, na Praça Afonso Pena, em São José dos Campos, ato nacional de solidariedade às famílias do Pinheirinho. Sábado, dia 4, também em São José dos Campos, mutirão de assistência judiciária às famílias do Pinheirinho, de responsabilidade da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para o qual já se dispõem a participar cerca de 20 dos voluntários presentes, que participaram do mutirão do dia 30 de janeiro do CONDEPE.

Devolvida a palavra ao Presidente do CONDEPE, Ivan Seixas deu por encerrados os trabalhos.

São José dos Campos, 30 de janeiro de 2012

Renato Simões – Conselheiro-Relator

Ivan Seixas – Conselheiro-Presidente

CONDEPE/SP

## TÓPICOS PARA O DISCURSO SOBRE O PINHEIRINHO

1. Desde o início de janeiro, os líderes da Comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos, fizeram vários apelos no sentido da realização de um entendimento entre a Prefeitura da Cidade, o síndico da massa falida, na qual está inserida o terreno do Pinheirinho, o Governo Estadual e o Governo Federal de modo que os direitos humanos dos habitantes da área fossem preservados.

2. Em 18 de janeiro, estive no Tribunal de Justiça de São Paulo, juntamente com Deputado Ivan Valente, Deputado Estadual Carlos Giannazi e Deputado Estadual Adriano Diogo, conversando com o presidente do Tribunal, Desembargador Ivan Sartori. Solicitamos a suspensão da ordem de reintegração de posse do terreno do Pinheirinho, uma vez que estávamos em vias de concluir os entendimentos para a destinação da área para assentamento definitivo da comunidade de cerca de 7.000 pessoas.

3. O Desembargador Ivan Sartori sugeriu que houvesse um entendimento diretamente entre o Juiz da 18ª Vara, Dr. Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, o síndico da Massa Falida, Jorge T. Uwada, os advogados da Massa Falida, Dr. Waldir Helu e Júlio Nobutaka Shimapukuro, eu próprio e os Deputado Ivan Valente, Deputado Estadual Carlos Giannazi e Deputado Estadual Adriano Diogo. No encontro, ficou acordada a suspensão da reintegração de posse por 15 dias, a fim de que fossem concluídos os entendimentos para a destinação social da área. O Juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, em despacho no próprio texto do acordo firmado e assinado, registrou que telefonara para a Juíza de São José dos Campos informando sobre o acordo firmado e sobre o prazo de 15 dias concedidos para as negociações.

4. Na quinta-feira, 19 de janeiro, participei, na Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, de reunião com a Secretaria Nacional de Habitação, Inês Magalhães, quando discutimos a questão do assentamento da Favela do Moinho. Na ocasião, ouvi da Secretaria nacional de Habitação a disposição de realizar um entendimento com o Prefeito Eduardo Cury, de São José dos Campos, e com o Governador Geraldo Alckmim. Nesta mesma tarde, por telefone, o Governador me transmitiu que o Governo do Estado estava disposto a realizar as obras de infraestrutura no Pinheirinho se fossem concluídos os entendimentos entre os três níveis de Governo.

5. No dia 20 de janeiro, o Prefeito de S. J. dos Campos, Eduardo Pedrosa Cury esteve em minha casa, em São Paulo, onde conversamos por mais de uma hora sobre a situação da comunidade do Pinheirinho. Ele ponderou que entendia o problema da Comunidade do Pinheirinho, queria resolver a questão, relatou-me dos diálogos que ao longo desses anos tivera com algumas das lideranças da ocupação, e de como tiveram divergências, ainda que se sentisse responsável como Prefeito pela educação e saúde, sobretudo das crianças daquela comunidade, ressaltou que não poderia haver um entendimento em que por ventura se concedesse para cada unidade

habitacional de cada família no Pinheirinho valor maior do que seria oferecido para os que estavam na fila por direito à moradia na região de São José dos Campos, ponto de vista com o qual o governo federal também estava de acordo.

6. No sábado, dia 21, fui à S. José dos Campos participar da assembleia dos moradores do Pinheirinho, aos quais transmiti as negociações até então realizadas; recomendei a todos muita serenidade de comportamento e lembrei as recomendações de Martin Luther King Jr. de que contra a força física devemos utilizar a força d'alma. Sugeri consulta a todos sobre a disposição de bem receber o Prefeito Eduardo Cury para conversar sobre a melhoria de atendimento dos serviços essenciais de educação e saúde, dentre outros. Todos os presentes, mais de 600 pessoas, levantaram a mão dando o sinal positivo.

7. No dia 22 de janeiro, um domingo, fui acordado às 6,30 h da manhã por telefonema do Vereador Tonhão Dutra, com a informação de que a Polícia Militar, com um grande efetivo, havia cercado a área e tinha iniciado uma invasão para desalojar todas as famílias. De pronto, fui para o Palácio dos Bandeirantes falar com o Governador Geraldo Alckmim. Ele me assegurou que a Polícia Militar agiria com todo o respeito e civilidade junto à população, sem o emprego de violência. Entretanto, durante nossa conversa, recebi telefonemas dando conta de bombas e tiros que estavam sendo disparados no procedimento de reintegração. Eu, inclusive, ouvia os tiros pelo telefone. O Governador, então, ligou para o Juiz Rodrigo Capez, que se encontrava no Pinheirinho, por designação do Presidente do Tribunal de Justiça, com a responsabilidade de evitar quaisquer abusos. Também conversei com o Juiz Capez, de quem ouvi que procuraria assegurar junto ao Coronel Messias, que comandava a operação, procedimentos mais adequados.

8. Tal operação militar ocorreu porque o Juiz da 18ª Vara Cível de São Paulo, Dr. Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, por razões que ainda precisam ser esclarecidas, inclusive junto ao Conselho Nacional de Justiça, havia reconsiderado sua decisão anterior, quebrando o acordo firmado por todas as partes envolvidas, que consideravam o prazo acordado de 15 dias para o entendimento final. A decisão do Juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, que não levou em conta as graves consequências sociais de sua sentença, somente foi

publicada no dia 26 de janeiro. Não poderia, pois, o próprio Presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Sartori, dar anuência à reintegração da posse antes da publicação daquela decisão, a qual foi tomada sem qualquer comunicação às partes interessadas.

9. Infelizmente, o que o Governador Geraldo Alckmim, o Juiz Rodrigo Capez e o Presidente do Tribunal de Justiça me informaram não condiz com a realidade dos fatos que lá ocorreram. Os depoimentos dos moradores, autoridades e testemunhas e jornalistas que lá estiveram, nos dias 22, 23 e 24 indicam que houve gravíssimos abusos cometidos por parte das autoridades policiais, sintetizados em relatório colhidos pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10. (Relatório do Deputado Renato Simões, do Condepe)

11. Tendo em conta a gravidade dos fatos, ao acompanhar depoimentos realizados para o Promotor João Marcos Costa de Paiva, solicito ao Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmim, ao Ministro da Justiça José Eduardo Martins Cardoso, à Ministra da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, a imediata adoção das providências necessárias à proteção da integridade física de todas as vítimas dos episódios relatados, bem como de suas famílias.

12. São tão graves os fatos relatados que quero sugerir ao Governador Geraldo Alckmim que escute pessoalmente todos os relatos dos abusos cometidos por alguns membros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

13. O Governado Alckmim já está de posse dos gravíssimos depoimentos que relatam os abusos cometidos, pois entreguei, ontem, os mesmos ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Álvaro Batista Camilo.

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## TERMO DE DECLARAÇÕES

Em 01 de fevereiro de 2012, no Gabinete da 10ª Promotoria de Justiça de São José dos Campos, na presença do Exmo. Sr. Dr. João Marcos Costa de Paiva, DD Promotor de Justiça, bem como o Exmo. Senhor Senador da República Eduardo Matarazzo Suplicy, da Senhora Valéria Amadio Beneton, e Senhora Joana Agata Mobarah, da Dra. Aparecida Maria Pereira OAB/SP 230.313, compareceram as seguintes pessoas:

[redacted], que declararam o quanto segue:

"Na noite do dia 22 de janeiro último, encontraram-se na moradia situada na Rua 15, n. 102, [redacted] além de [redacted]. Estavam todos no segundo piso do imóvel, prontos a comerem uma pizza. Antes mesmo que isso acontecesse, quando [redacted] estava no piso inferior da casa, percebeu-se a chegada no imóvel de diversos policiais militares. Não é verdade que algum dos moradores estivesse na rua. Eles entraram no imóvel de modo abrupto, de modo violento, rendendo [redacted] sobre agressões, segurando [redacted] pelo pescoço e a arrastando pelo pescoço. Logo depois, renderam [redacted] subjulgando-a, agarrando-a pela trança do cabelo. [redacted] não tiveram mais contato pessoal com os demais ocupantes da casa. [redacted] ainda permaneceu com os demais ocupantes até ser também isolada. [redacted] relatou que por cerca de quatro horas, sofreu diversos modos de sevicia por parte dos policiais que ali ingressaram. Relatou abuso sexual (sexo oral, agressividade física como empurrões, agressões com coronha de arma de fogo e toda ordem de violência física, afora afirmações de conteúdo irônico e terror psicológico). Do mesmo modo, [redacted] relatou haver sido submetida abuso sexual (sexo oral e apalpação vaginal e dos seios), afora violência física consistente em empurrões, safanões e coisas congêneres, além de violência psicológica, geralmente apoiada em assertivas relativas a má fama do Grupamento ROTA. Ambas presenciaram o adolescente [redacted] ser severamente agredido, tanto quanto fisicamente quanto psicologicamente, ameaçando-o de empalação com um cabo de vassoura untado de creme e pomada. [redacted] mencionou que, durante a investida, ficou segregado pelos policiais em seu próprio quarto sempre sob a pontaria de arma de fogo. Informaram que [redacted], durante o ataque, foi retirada da casa e, segundo ela própria, mais uma vez seviciada no interior de uma viatura cinza, que identificou como sendo do Grupamento ROTA. Ambas mencionaram que, no decorrer dos fatos, puderam identificar cerca uma dúzia de policiais todos ostensivamente identificados como componentes do Grupamento ROTA. [redacted] em certo momento do ocorrido, presenciou os policiais agredindo fisicamente [redacted] e [redacted] especialmente com chutes e pisões. [redacted] mencionou que, retornando da igreja, chegou em sua casa e foi impedida de ingressar em seu lar pelos policiais acima referidos. O Sr. [redacted] relatou que na madrugada dos fatos deparou-se com sua filha [redacted] completamente atônita, ressalvando que imaginou que tal fato deviasse a prisão de [redacted]. Afirmou que no dia seguinte vendo um ferimento na perna de [redacted] acabou descobrindo o que havia se passado. [redacted] revelou que, durante a madrugada (por volta de 3h), foi até a casa de [redacted] para buscar sua bicicleta. Percebeu grande movimentação policial no local, relatando que, por ser região frequentemente palco de trafico de drogas, entendeu por bem deixar o local e ir para casa. Não imaginou o que poderia estar se passando na casa de [redacted]. Ao final da sessão de horrores, os policiais teriam elegido apenas os rapazes para autuação, deixando o idoso (87 anos) e as moças na moradia, ressaltando que levariam apenas os rapazes, isso sob chingamentos e ameaça de morte dos ficantes, em troca do silêncio. Afirmaram que foram identificadas por policiais por fotografias tiradas durante os ataques.

Relataram que os invasores comeram a comida da casa, danificaram diversos objetos que guarneciam o imóvel, além de terem levado pertences e dinheiro que nada teriam a ver com qualquer atividade ilícita. Foram todos taxativos ao dizerem que não havia drogas nem armas na casa, desconhecendo a origem da cocaína apresentada a [redacted] na Viatura. Informaram que durante o episódio, ouviram, da parte superior do imóvel , um estampido de arma de fogo. Guardaram um cartucho encontrado, apresentando-o nesta data como sendo resultante daquele disparo. [redacted] informou que, no decorrer dos fatos, presenciou algum dos policiais envolvido consumindo aparentemente cocaína em viatura estacionada defronte a casa, ressaltando que os policiais trouxeram parte da substancia para dentro da casa ali consumindo, em um dos quartos. Por fim, todos os presentes sentindo-se concretamente ameaçados, rogam por providencias no sentido de terem seus direitos preservados, especialmente quanto à incolumidade física, na medida em que percebem a gravidade do que ocorreu e estão apavorados.

Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, (LFVdAB), Analista de Promotoria, digitei.

Promotor de Justiça: João Marcos Costa da Paixão
Promotor de Justiça

Senador da República:

Advogada:

Testemunha:

Testemunha: VALERIA AMADIO BENETON

# PUBLICAÇÃO PINHEIRINHO - 18 VARA CIVEL

1 mensagem

**marcelo menezes <menezes_marceloadv@hotmail.com>** **2 de fevereiro de 2012 19:18**
Para: GABINETE - SENADOR SUPLICY <gabinetesuplicy@gmail.com>, marcelo menezes <menezes_marceloadv@hotmail.com>

Senador Eduardo Suplicy, boa noite.

Conforme contato telefônico segue, abaixo, publicação da 18ª Vara Cível da comarca da capital, publicado no dia 26 de janeiro.

atenciosamente,

Marcelo Menezes
Advogado - Setor de Direito Coletivo.
Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.
Tel.:(012) 3936-5324/3946-5337 - Celular: (012) 9711-4182

1. TJ-SP

**Disponibilização:** quinta-feira, 26 de janeiro de 2012.

**Arquivo:** 505 **Publicação:** 2

**Fóruns Centrais Fórum João Mendes Júnior 18ª Vara Cível**

583.00.1989.713297-0/000000-000 - nº ordem 1023/1989 - Falência - . X SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A - Fls. 6619: a teor da cota retro, reconsidero a decisão. Os motivos são os retro, que levo apontados. Ag. a reintegração da área, cobrar cumpr. da liminar. Int. - ADV ITAMAR BARROS CIOCHETTI OAB/SP 98283 - ADV NEIDE MARCELINO BELENTANI OAB/SP 98093 - ADV FERNANDO BRANDAO WHITAKER OAB/SP 105892 - ADV CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES OAB/ SP 107950 - ADV ALEXANDRE DE MENDONCA WALD OAB/SP 107872 - ADV JOSE AUGUSTO MARCONDES DE MOURA JUNIOR OAB/SP 112111 - ADV ROBERTO VIOLA OAB/SP 114055 - ADV LAURA FELDMAN OAB/SP 120677 - ADV LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS OAB/SP 128998 - ADV GASTAO MEIRELLES PEREIRA OAB/SP 130203 - ADV FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA OAB/SP 132649 - ADV NELSON AMARAL DE OLIVEIRA OAB/SP 47381 - ADV JORGE TOSHIHIKO UWADA OAB/SP 59453 - ADV ROBERTO LUIZ BRANDAO OAB/SP 59023 - ADV WADIH HELU OAB/SP 8273 - ADV LUIZ AUGUSTO DE SOUZA QUEIROZ FERRAZ OAB/SP 15686 - ADV HIROKO HASHIMOTO VIANA OAB/SP 26011 - ADV ANTONIO OSMAR BALTAZAR OAB/SP 30904 - ADV ANTONIO JOSE RIBEIRO DA SILVA NETO OAB/SP 29579 - ADV ARMANDO MEDEIROS PRADE OAB/SP 40637 - ADV CARMEN SILVIA LAUDISIO CORREA OAB/SP 41886 - ADV WALDIR VIEIRA DE CAMPOS HELU OAB/SP 43338 - ADV ANTONIO FREIRIA DE OLIVEIRA OAB/SP 83555 - ADV RAFAEL DUTRA BARREIROS OAB/SP 180465 - ADV **MARCELO MENEZES** OAB/SP 157831 - ADV SERGIO RUY BARROSO DE MELLO OAB/ SP 153707 - ADV ANDRE LUIZ INACIO DE MORAIS OAB/SP 207129 - ADV RENATA ARAUJO LA SELVA OAB/SP 195858 - ADV MOHAMAD FAHAD HASSAN OAB/SP 228151 - ADV VINICIUS DE BARROS OAB/SP 236237 - ADV RICARDO ALVARENGA OAB/MG 025211 - ADV MARCELO BATISTA LAUDISIO OAB/SP 285950

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 18ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

PROCESSO Nº 89713297/0

MASSA FALIDA DE SELECTA COM. E IND. S/A., representada pelo síndico dativo, nos autos de seu processo falimentar em curso perante esse E. Juízo, vem, respeitosamente, expor e requerer o seguinte:

Em primeiro lugar registra a audiência realizada nesta data, na qual compareceram o síndico que esta subscreve, o advogado constituído pela massa falida, Julio Nobutaka Shimabukuro, o advogado da falida, Dr. Waldir Helu, além do Senador da República EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, os deputados estaduais, CARLOS GIANNAZI e ADRIANO DIOGO e o deputado federal IVAN VALENTE.

Os parlamentares acima declinados informaram que compareceram, na parte da manhã de hoje, ao gabinete do ilustre Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado, Desembargador Ivan Sartori que, por sua vez, os orientou a procurar diretamente esse E. Juízo, na tentativa de equacionar a questão da reintegração de posse, em São José dos Campos..

Depois das razões apontadas por todos os participantes da audiência, inclusive do Juiz Titular da Vara, Dr. LUIZ

BEETHOVEN GIFFONI FERREIRA, sugeriu-se a suspensão da falência pelo prazo de quinze dias, a contar do dia de hoje, fato que esse que seria comunicado ao E. Juízo Deprecado, através de ofício.

Registra-se que o advogado da falida não concordou com a referida suspensão.

Em vista do que foi relatado por todos os participantes da audiência, a massa falida concorda com a suspensão dos efeitos da falência pelo prazo de quinze(15) dias, a contar desta data.

Outrossim, se deferida a suspensão pelo prazo de quinze dias, requer que conste do respectivo ofício que o mandado de reintegração de posse deverá ser cumprido, uma vez decorrido o prazo em referência, independente de qualquer aviso ou comunicação.

P.Deferimento.

São Paulo, 18 de janeiro de 2012

JORGE T. UWADA
Oab/sp.59453

JULIO NOBUTAKA SHIMABUKURO
OAB/SP.37023

WALDIR HELU-OAB/SP.

SENADOR DA REPÚLICA. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

DEPUTADO ESTADUAL CARLOS GIANNAZI

DEPUTADO ESTADUAL ADRIANO DIOGO

DEPUTADO FEDERAL IVAN VALENTE.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente , deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra neste momento ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente tinha em minha programação de hoje falar sobre uma decisão do CNJ, mas creio que a decisão do Supremo Tribunal Federal, em si mesma, contém mais do que eu poderia dizer em qualquer discurso, por mais que eu me esforçasse.

É que eu me lembro, quando era Deputado, da tramitação da Emenda Constitucional nº 45; de que uma das principais motivações que levaram à proposta, finalmente acatada, de criação do CNJ foi exatamente o fato de que as corregedorias dos tribunais frequentemente, muito frequentemente, eram tomadas pela inércia corporativa quando se tratava de investigar seus próprios pares. Então, ao lado da necessidade de termos no Poder Judiciário, que é um poder nacional, um órgão capaz de pensar a política judiciária do País em seu conjunto, inclusive em seus aspectos orçamentários e funcionais, havia a necessidade de termos também um órgão que pudesse zelar, de maneira autônoma, de maneira originária, as eventuais mazelas ocorridas no corpo do Poder Judiciário.

O Supremo, ontem, colocou os pingos nos is e remeteu as coisas aos seus lugares. Eu creio que o Senado da República, que tem uma interface intensa com o Supremo Tribunal Federal – somos nós os Senadores que sabatinamos e aprovamos os nomes daqueles que irão compor a corte, os Senadores têm a competência de sustar a aplicação em todo o território nacional de leis consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em ações individuais, os Senadores têm a competência de processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal quando eles cometem crimes de responsabilidade –, nós do Senado agora temos um passo importante a dar, que é a aprovação de proposta de emenda constitucional, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que dará aos tribunais responsabilidade maior do que as que detêm hoje, que é exatamente conferir maior eficácia às suas decisões, que passarão a ser imediatamente executadas, a partir de sua publicação, sem prejuízo dos eventuais recursos ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Superior do Trabalho.

Mas toco agora no tema abordado pelo Senador Eduardo Suplicy. Evidentemente, tenho como Senador a mais absoluta repulsa a qualquer tipo de violação aos direitos humanos. E não sou seletivo nessa matéria, a minha repulsa é universal, diferentemente de setores do próprio partido a que integra o Senador Suplicy, que, em relação a alguns países, e cito Cuba, há tolerância maior ou absolvição prévia no caso de violações aos direitos humanos.

Mas, evidentemente, o caso relatado por S. Exª aqui da tribuna, como ele mesmo já disse, será objeto de apuração, apuração como, aliás, é regra na Polícia Militar de São Paulo.

A Polícia Militar de São Paulo tem uma Corregedoria que funciona com rigor. É temida pelos membros da corporação, uma corporação que, desde o tempo do Governador Montoro, recebe lições de direitos humanos na sua Academia, na formação dos seus oficiais, dos seus soldados, que, aliás, é um sistema educacional do mais alto nível do País.

É claro que o episódio será apurado, e apurado com rigor. E se houver realmente veracidade nesses relatos, eles serão punidos, não tenho dúvida nenhuma. Aliás, nós temos, em São Paulo, uma via rápida. Nós temos um **fast track**, uma via rápida para a punição de policiais que cometem crimes funcionais ou crimes comuns, como poderia ser este o caso se as investigações chegarem a esta conclusão.

Agora, o que me parece estranho é que o Senador Suplicy traga este tema à tribuna no contexto do seu discurso do Pinheirinho, dando a entender que este caso teria algum tipo de relação com os episódios da reintegração de posse ocorrida naquele terreno em São José dos Campos. Daqui para frente, então, qualquer abuso de poder, qualquer abuso de autoridade, qualquer violação aos direitos humanos, numa polícia que é respeitosa em regra dos direitos humanos, será imediatamente ligado ao caso Pinheirinho. Imagino que isso vá acontecer, sabe por quê, Sr. Presidente? Porque a versão que o PT está dando ao episódio do Pinheirinho está hoje na sua linha de prioridade política. Será um tema para ser utilizado nas campanhas eleitorais, não tenho dúvida nenhuma, não tenho dúvida nenhuma, a começar pela declaração da Presidente da República, que, sem ter conhecimento dos fatos, classifica como barbárie aquilo que foi o cumprimento de uma reintegração de posse, passando por um certo Marlos, que ocupa uma sinecura na Secretaria-Geral

da Presidência, encarregado de articulação com os movimentos sociais, que se apresenta ferido no episódio por uma bala de borracha, sem ter tido a cautela para respaldar as suas afirmações de passar por uma Delegacia de Polícia e se submeter a exame de corpo de delito. É curioso, mas é jurisprudência hoje consolidada no petismo e na imprensa a ele simpática que o Sr. Marlos foi ferido no episódio. Ferido, é um ex-combatente, medalhado.

Na verdade, Sr. Presidente, quando há reintegração de posse e intervenção da Polícia Militar para cumprir ordens judiciais, podem acontecer abusos. Tivemos em São Paulo 164 reintegrações de posse no ano de 2011, e não houve nenhum caso que tivesse sido levado à mídia internacional como esse do Pinheirinho. Nada justificaria tamanho estardalhaço. As reintegrações de posse devem ser feitas com cautela, com prudência, tendo em vista evitar incidentes que podem ocorrer quando essas circunstâncias de dramaticidade social acontecem.

Aliás, eu falo no lugar do Senador Jorge Viana, a quem agradeço imensamente a deferência de ter-me cedido o horário, uma vez que eu tinha que responder ao Senador Suplicy.

Em julho do ano passado, houve uma reintegração de posse, numa cidade do Acre, Brasileia, de um terreno ocupado por moradores integrantes do Movimento dos Sem-Teto, em que ocorreu excesso da Polícia Militar no Acre. Há registro – isso está no **YouTube** – de uma pessoa que teria ficado cega, atingida por uma bala de borracha, e de uma jovem que teria sofrido aborto em consequência de violência policial. É lamentável? É lamentável. Seguramente eu não vou colocar no pelourinho o Governador do Acre, nem tampouco a Polícia Militar do Acre, por um episódio que ocorreu e que não é evidentemente a linha de atuação do Governador do Acre, mas ocorreu.

Procurei nos Anais aqui do Senado, não encontrei nenhum discurso indignado do Senador Suplicy sobre esse assunto. Assim como não encontrei discursos do Senador Suplicy no caso de duas pessoas que perderam um olho num embate entre Polícia Militar do Piauí e estudantes que protestavam contra aumento da passagem de ônibus; e outro que ficou cego em conseqüência de um episódio semelhante na Bahia. Governos dirigidos pelo PT e seus aliados. Vou culpar o Governo? Não, seguramente esses governos tomaram providências para coibir abusos se abusos houve.

Agora, abuso sim ocorreria se o Governo de São Paulo e a Polícia Militar de São Paulo deixasse de cumprir uma ordem judicial peremptória. O Senador Suplicy mostra seu inconformismo, sua indignação com o fato de que as tratativas ocorridas no âmbito do Tribunal em que ele participou não tivessem tido a virtude de sustar a reintegração de posse como, aliás, seria desejável.

Acontece que não tendo a Justiça paulista sustado, pelo contrário, tendo o Presidente do Tribunal de Justiça determinado que a reintegração de posse acontecessem; tendo o Presidente do Tribunal de Justiça considerado que era absolutamente indispensável o cumprimento da ordem judicial, tendo para isso requisitado a Polícia Militar do Estado de São Paulo e colocado à frente das operações um magistrado paulista, que a Polícia Militar não teria outra coisa a fazer a não ser proceder a reintegração de posse; que foi, aliás, precedida de inúmeras cautelas, todas elas desmentidas depois pelos arautos da ocupação com os quais o PT flerta, os seus ex-amigos do PSTU que não atenderam, que não se sensibilizam com as lições do Mahatma Gandhi que, portanto, nas vésperas da desocupação colocaram á vista de toda imprensa uma espécie de falange irrisória, armada de paus, pedras, capacetes escudos improvisados para sustentar a ameaça do seu líder; um certo Marrom, que é um parasita que vive às custas da miséria das pessoas, dos sem-teto, cobra mensalidade deles e lhes oferece proteção. Parece que esses companheiros do PSTU não foram sensíveis aos apelos humanistas do Senador Suplicy. Então, a Polícia Militar entrou com muita cautela, com um efetivo numeroso, como tinha que ser para evitar que fosse transbordada pela violência, que estava preparada para acontecer e, felizmente, não aconteceu. É claro que pode haver, num episódio como esse, excessos. Pode acontecer que um policial vá além das ordens recebidas. Mas para isso existe a Corregedoria e a polícia.

Sr. Presidente, curioso é que dos dezoito feridos que segundo o noticiário teriam recebido injúrias físicas da polícia, rigorosamente nenhum foi submetido a exame de corpo de delito. Não há um registro sequer, por parte da polícia técnico-científica de São Paulo, que é idônea, independente. Não há nenhum registro de que alguma dessas pessoas tenha procurado a nossa polícia técnica para fazer o competente exame de corpo de delito. Eu fui atrás dos laudos, pois quis saber qual a gravidade. Não havia.

O Senador Suplicy atuou bem. Procurou realmente fazer tudo o que estava ao seu alcance para evitar que as coisas acontecessem de uma maneira ruim. Eu apoiei S. Exª quando ele entregou uma carta à Presi-

dente Dilma pedindo providências. A Presidente Dilma passou a carta ao Ministro Negromonte.

Sr. Presidente, àquela altura, o Ministro Negromonte estava absolutamente exangue, depois de ter ficado quatro meses submetido ao processo de esvaziamento político da sua pasta. Não tinha condições de tomar providência alguma! A providência tomada foi um papel assinado por pessoas de quarto escalão do Ministério dizendo que tinham intenção de tomar medidas para a solução definitiva de moradia para aquelas pessoas. Um papelucho que a juíza considerou sem nenhum valor jurídico, porque não tinha mesmo! Providência concreta do Governo Federal seria evidentemente um decreto de desapropriação por interesse social, como, aliás, permite o Estatuto da Cidade.

Por que não o fez? Essa seria a providência concreta. Esse problema, aliás, se arrasta, Sr. Presidente, há muitos anos. E eu não vi também e tampouco, perdoe-me, meu querido amigo Senador Suplicy, eu não conheço iniciativa de V. Exª ao longo desses anos, desde 2004, em que essa ocupação existe; inicialmente num núcleo de duzentas pessoas e depois inflada pela expectativa de que o problema seria resolvido com base na ocupação; não vi ações concretas, efetivas de V. Exª nessa linha, na linha de promover a desapropriação. Pode ser que tenha acontecido, mas eu não tomei conhecimento.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permita V. Exª...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu queria dialogar. Eu acho que desse episódio, prezado Senador Aloysio Nunes, nós temos muito que aprender e certamente poderíamos ter tido um diálogo muito mais produtivo do que o que aconteceu. Gostaria de relatar que por volta de 2006, 2007, eu estive lá no Pinheirinho, ainda num estágio bem diferente do que ali se formou, agora era praticamente uma cidade, quase, um bairro muito grande, e tive oportunidade de dialogar com o prefeito Eduardo Cury e também de instar as autoridades do Ministério das Cidades a chegarem a um entendimento com o governo estadual. Mas, infelizmente, acho que houve alguma dificuldade para um melhor entendimento.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Senador, acredito...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Que possa esse episódio servir de lições para...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Sem dúvida.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – ... oportunidades futuras. Também gostaria de lhe dizer que pelo relatório que eu mencionei aqui e que foi organizado pelo Condepe e pelo Conanda, aquelas pessoas que eu mencionei muito rapidamente aqui, algumas das quais foram feridas, elas fizeram, sim, exame de corpo de delito e depois podemos verificar onde é que...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Eu gostaria, porque eu procurei

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – ...está. O que eu acho que inclusive deverá ser objeto de melhor atenção do Conselho Nacional de Justiça é o por que da impaciência da Srª Juíza Márcia Loureiro não ter cumprido aquilo que o Juiz Luiz Beethovem, e por que ele próprio, tendo publicado a sua reconsideração de decisão de suspender por quinze dias ... Eu quero ouvir da parte dele. Vou procurá-lo, já tentei, mas não consegui ainda falar com ele. Mas quero ir pessoalmente e avalio que esse episódio poderá ser objeto, aqui, da Comissão de Direitos Humanos, senão de Justiça, de um diálogo entre todas as partes envolvidas, a Márcia Loureiro, o juiz Beethoven, e senão acho que o próprio Conselho Nacional de Justiça poderá examinar, mas primeiro aqui na Comissão de Direitos Humanos.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – E eu agradeço as suas considerações. E querer que esses abusos que foram cometidos, sejam ali no Pinheirinho, mas estavam, sim, relacionados. Inclusive foi na noite da reintegração de posse do Pinheirinho que aconteceram nos bairros vizinhos, não foi apenas essa ocupação. E eu não cheguei a ler a parte em que as moças informaram que, durante aquela operação, as quatro horas quase que ficaram nas residências aqueles policiais, inclusive que foram buscar cocaína no telhado de outra residência ali perto, ou então trouxeram não sei da onde, mas que, tanto na viatura da rota onde estava uma moça e depois na própria casa, chegaram a cheirar cocaína em meio àquela situação. Ou seja, quando eu contei isso ao comandante da PM, ele falou: "Claro, isso aqui precisa ser averiguado com a maior atenção." E eu confio que o Governador Geraldo Alckmin, que, nesse sentido, sempre foi um defensor de não haver abuso dessa natureza, vai até o fim, inclusive resguardando as famílias dessas pessoas que sofre-

ram esse episódio. E acredito que, inclusive, poderá o Governador Geraldo Alckmin, o quanto antes, transmitir ao juiz da Vara da Infância e da Adolescência que não há por que deixar esse rapaz na Fundação Casa. Eu fui visitá-lo. Sim, é um rapaz que, aos catorze anos, me relatou que, um dia, roubou um celular e que, por isso, ficou na Fundação Casa um pouco, e que, de fato, não fuma *crack*, mas fuma maconha, essas coisas. E então que, naquela rua, havia conhecido por ter...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Bocas de fumo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Algo assim, eu não conheço tão bem. Mas poderia a polícia ter feito averiguação. Mas eu acho, a minha hipótese é de que, para justificar de não terem achado no Pinheirinho as drogas que avaliavam que estavam, então foram ao local vizinho...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Senador, é possível imaginar tudo. O senhor pode ligar o Pinheirinho à morte do Bin Laden, ao Programa Nuclear do Irã, ao que o senhor quiser.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É que ocorreu no dia e noite em que aquelas tropas de choque estavam fazendo a reocupação. Não havia terminado a do Pinheirinho porque ela continuou de domingo para segunda de madrugada.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Pois não, Senador. Agradeço seu aparte, mas eu só quero concluir porque não quero mais avançar pelo tempo do Senador Jorge Viana. O nosso Governador não precisa de nenhum estímulo e nenhuma lição para tomar as medidas que tem que tomar em matéria de defesa de direitos humanos, mas ele não pode dar ordens à juíza da Vara da Infância e da Adolescência, como V. Exª sabe. E, tampouco, pode o Conselho Nacional de Justiça interferir em uma decisão de uma juíza de primeiro grau, uma decisão de natureza jurisdicional.

A decisão da juíza só poderia ser sustada ou revista por uma instância jurisdicional que lhe fosse hierarquicamente superior, o que não ocorreu. Pelo contrário. O Presidente do Tribunal de Justiça determinou que fosse executada a ordem de reintegração de posse.

Mas apenas para concluir, Sr. Presidente, a nossa concepção, minha, a concepção do PSDB dessa matéria, da matéria do atendimento às necessidades habitacionais da população, em primeiro lugar, é fazer, construir casas, casas de boa qualidade e, aliás, louve– se a parceria que o Governo Federal e o Governo de São Paulo, mediante a qual o Governador Alckmin aportará R$20 mil para cada unidade habitacional construída para famílias de baixa renda, sem o quê o Programa Minha Casa, Minha Vida não sairia do papel no nosso Estado, o Estado de São Paulo.

E, a segunda baliza da nossa política habitacional, é a respeito da chamada "fila", a ordem cronológica da inscrição. Já existe em construção. Estão em construção 2.500 casas em São José dos Campos e outras tantas serão construídas e muito mais. Mas há que se respeitar uma ordem de inscrição. O que o PSTU pretende fazer e, pelo que V. Exª, Senador Suplicy dá a entender é o pensamento seu também, é dar prioridade a quem invade terra, a quem comete esbulho possessória, a quem ocupa terras particulares, a quem deve, necessariamente para ser beneficiário, de um programa habitacional, inscrever-se nos tais movimentos pró-moradia que, em grande maioria deles, são dirigidos por picaretas e por parasitas como esse "Marrom", ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos que cobra mensalidade para que as pessoas possam gozar da ilusão de que serão atendidas nos programas habitacionais.

A nossa linha é outra, é a linha republicana, é a linha da prioridade, daqueles que se inscrevem e se enquadram nos critérios de uma política habitacional que é a maior, a mais ampla e a mais generosa sob o ponto de vista social no Brasil. Falo da política habitacional do Estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Aloysio.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Em seguida, falará o Senador Jorge Viana.

Enquanto S. Exª vai à tribuna, afirmo que a questão Pinheirinho debateremos na Comissão de Direitos Humanos com a presença do Senador Aloysio, do Senado Eduardo Suplicy e de outros envolvidos na questão.

Senador Mozarildo com a palavra.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, no primeiro dia desta sessão legislativa, uma sexta-feira de sessão não deliberativa, embora haja muitos outros temas para abordar com relação ao meu Estado, à Região Amazônica e também ao Brasil, quero hoje abordar um ponto que também considero muito importante para todo o País, notadamente para

a minha região, para o meu Estado, que é a questão do Mercosul.

Eu me lembro, Senador Paim, quando foi criado o Mercosul, em 1991, que muita gente da Região Norte falou em criar o Merconorte. A sensação que se tinha era a de que o Mercosul estava muito restrito aos Estados do Sul, notadamente ao Rio Grande do Sul, ao Paraná; e países vizinhos, ao Cone Sul – Argentina, Uruguai e Paraguai. Na verdade, o Mercosul é muito mais do que isso – pretende ser muito mais do que isso – desde o acordo que o constituiu até os posteriores acordos. Portanto, nós, aqui, no Senado do Brasil, já aprovamos o ingresso da Venezuela no Mercosul, que fica lá ao Norte, na fronteira com o meu Estado de Roraima, que é onde fica o extremo norte do Brasil, o monte Caburaí. embora as televisões e os jornais continuem insistindo em cometer um erro geográfico ao afirmar que o Brasil tem o extremo norte no Oiapoque.

Voltando à questão do Mercosul. No dia 2 de dezembro, foi instalado um órgão do Mercosul, que é o Parlasul, o Parlamento do Mercosul, cuja representação brasileira tenho a honra de integrar. Tivemos essa primeira reunião, que foi a reunião de posse, na qual não foi possível debater muitos outros assuntos.

Mas, aqui, já que falei, inclusive, na Venezuela, quero me ater a uma questão que é importante: o parlamento do Paraguai até hoje não aprovou o ingresso da Venezuela no Mercosul. No debate do Senado, tanto na Comissão de Relações Exteriores quanto aqui, no plenário, eu disse que se havia um Estado no Brasil que não poderia votar contra o ingresso da Venezuela no Mercosul era Roraima. Por isso eu ia votar a favor, mas fiz uma série de ressalvas. E vem se sucedendo, Senador Paim, uma série de inconvenientes – para não dizer outra palavra – em relação às pessoas de Roraima e do Amazonas que vão à Venezuela, seja para fazer turismo, seja em missão comercial, seja para fazer compras, porque as pessoas vão muito mais para comprar do que para vender. Nós exportamos muito pouco para a Venezuela e importamos muito. Mas existe todo tipo de óbice, e reclamações se acumulam de maneira fabulosa.

Então, depois que eu assumi a cadeira no Parlamento do Mercosul como membro da delegação brasileira, eu fiz uma visita aos embaixadores da Guiana, do Suriname e da Venezuela, porque são os países que fazem fronteira lá ao norte. Pois bem, conversei com o embaixador da Venezuela eu conversei e disse claramente para ele que realmente era lamentável que esses incidentes continuassem acontecendo. Quer dizer, a insegurança jurídica para quem entra na Venezuela é muito grande: começa na fronteira, na cidade de Santa Helena do Airen, até mesmo lá na linda cidade de Margarita. Ele me explicou que, na verdade, o que acontecia é que as autoridades estaduais, as polícias estaduais, que lá eles chamam de **alcabalas**, que são as barreiras estaduais e municipais, é que criam problemas, e não as federais. Ora, mas quem entra na Venezuela, vindo do Amazonas, ou vindo de Roraima não quer saber qual é a autoridade que o aborda. E o pior: as denúncias são de abordagem, extorsão, maus tratos, e o Ministro me garantiu que iria se empenhar nessa questão, inclusive me mandou um ofício – ele está em Caracas hoje – nos seguintes termos – porque eu também mandei ofício ao Embaixador, além da visita que fiz:

> Venho, por meio desta, acusar o recebimento do ofício de V. Exª referente aos incidentes ocorridos com turistas brasileiros em território venezuelano nas últimas semanas.
>
> Compartilho a preocupação do senhor e informo que viajarei a Caracas nesta tarde, onde este tema será assunto prioritário a tratar com o nosso ministro do interior e justiça, Tarek El Alssami. Tenha certeza de que o governo bolivariano da Venezuela vem trabalhando para que esse tipo de situação não aconteça.

Realmente, acredito que o embaixador, que está em Caracas, possa, de fato, encontrar não só a autoridade federal do Presidente Chávez, mas também as autoridades estaduais e municipais, para que haja uma conduta segura, clara, permanente, a fim de que alguém que precise ir à Venezuela ou que queira fazer turismo tenha segurança de que vai entrar ou vai sair sem maiores constrangimentos.

Quero citar um exemplo do que houve com um Parlamentar, um Deputado Federal lá de Roraima, que inclusive foi criado em grande parte na Venezuela, o Deputado Raul Lima. Ele foi abordado de maneira pelo menos – para não dizer outra palavra – inconveniente pela polícia, e ele tomou a seguinte atitude: "Está bom, agora você vai revistar tudo". Pediram o documento, e quando ele apresentou o passaporte diplomático, disseram a ele: "Não, não, não precisa". Mas ele disse: "Agora eu quero que você examine".

Então, o que ocorre é que se fazem isso com um Deputado Federal, imaginem com um cidadão comum,

com uma cidadã comum, que vai a turismo ou a negócios à Venezuela.

Quero aqui lembrar que um dos itens do Protocolo de Ushuaia é justamente que haja um estado de direito, isto é, que haja uma legislação, uma segurança jurídica entre os membros do Mercosul. E eu, como Parlamentar do Mercosul, vou insistir nisto: nós, do Estado de Roraima, temos o maior interesse em fazer um bom intercâmbio não só comercial, mas cultural na área da educação, em todas as áreas possíveis, como, aliás, isso é objeto também do Tratado do Mercosul.

Não estou aqui, vamos dizer assim, exorbitando das minhas funções de Parlamentar do Mercosul, de representante da delegação brasileira, porque, justamente, entre as competências do Parlamento, está velar pela preservação do regime democrático nos Estados-Partes, de acordo com as normas do Mercosul, e, em particular, com o Protocolo de Ushuaia, sobre o compromisso democrático no Mercosul, na República da Bolívia e do Chile, que são dois associados.

Então, quero aqui fazer esse apelo, tanto ao nosso Ministério das Relações Exteriores quanto para quem enviei ofícios.

Só falta a aprovação do Paraguai para a Venezuela ser membro do Mercosul. Então, ele tem que mostrar, na prática, que tem condição de estar no bloco, porque essa conduta com os cidadãos, principalmente os de Roraima, mas também com os cidadãos do Amazonas, que vão muito para lá, é uma situação incompatível com as regras do Mercosul e é incompatível com qualquer democracia, com qualquer Estado democrático de direito. A insegurança jurídica, repito, é muito ruim.

Há pouco tempo, também foram presos cerca de dez caminhoneiros com uma alegação completamente sem sentido, e eles passaram por sofrimentos enormes. Foram presos lá na Venezuela.

Eu, inclusive, que faço essas ressalvas, votei a favor do ingresso da Venezuela no Mercosul, mas não é possível que tenhamos um vizinho... E repito: Roraima é o Estado mais vinculado geograficamente à Venezuela. Nós estamos encravados dentro da Venezuela, boa parte do nosso Estado. E para nós interessa muito essa boa convivência com aquele país, mas não pode haver uma convivência em que o outro lado nos trata dessa forma. Nós precisamos, de fato, mudar isso.

Espero que as autoridades venezuelanas – e confio aqui na ação do embaixador – possam realmente mudar esse quadro. Estamos até fazendo um trabalho de persuasão no sentido de o Parlamento do Paraguai aprovar a entrada da Venezuela, já que o referido país já foi aprovado pelo Uruguai, pela Argentina e pelo Brasil.

Repito: a Venezuela tem de dar demonstração de que, de fato, merece estar no Mercosul e que, de fato, entende que o Mercosul não é só uma questão de relação comercial, mas também de intercâmbio em todos os campos. Aliás, muito amplo o conjunto de ações que devem ser desenvolvidas, e acho até que o Mercosul tem que aprender, neste momento em que a União Europeia está atravessando dificuldades enormes, para fazer melhor.

Há muitas críticas, inclusive tenho lido nos jornais nos últimos dias que o Mercosul não atrai mais sequer os países da Amércia do Sul para ingressarem no bloco. Por quê? Porque não há entendimento sequer adequado na área comercial, e ainda existem esses incidentes de ordem, vamos dizer assim, institucional, democrática, de segurança jurídica a perturbar os cidadãos brasileiros ou as cidadãs brasileiras que vão àquele País. Inclusive, Senador Paim, já existe um movimento nas redes sociais de Roraima, no sentido de boicotar a ida de pessoas de Roraima ou do Amazonas, para que ninguém vá mais para lá. Portanto, somos maltratados, extorquidos e vítimas até de outros inconvenientes.

Mas não concordo que esse seja o caminho. O caminho tem que ser o do diálogo, da cobrança, e é isso que estou fazendo aqui como representante do meu Estado, como representante do Brasil e como Parlamentar da representação brasileira junto ao Mercosul.

Peço, portanto, Senador Paim, que V. Exª autorize a transcrição de matérias a que apenas fiz referência, **en passant**, para que possam fazer parte do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

***DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.***

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Posse de representantes brasileiros abre nova etapa do Parlasul

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) ingressou nesta sexta-feira (2) em uma nova etapa. Tomaram posse, em Montevidéu, os integrantes da nova Representação Brasileira, desta vez composta por 37 parlamentares - dos quais 27 deputados e 10 senadores. A cerimônia abre caminho para a chamada "representação cidadã" no parlamento, que estabelece maiores bancadas para Argentina e Brasil, os dois países do bloco com maiores populações.

Com a posse, o próprio parlamento retoma as suas atividades. A última sessão havia ocorrido em dezembro de 2010. Poucos dias depois, terminou o mandato da representação que havia sido indicada quatro anos antes, composta por 18 parlamentares. Somente depois da aprovação de uma Resolução do Congresso Nacional, no final do primeiro semestre, foi criada a nova representação.

A posse dos deputados e senadores indicados pelo Congresso Nacional para compor a representação teve ainda de aguardar um acordo sobre as normas internas do parlamento, para adaptá-lo à nova etapa.

- Pusemos o parlamento em marcha. Acabamos com a paralisação e a inércia do Parlasul. Agora vamos reconstituir as comissões e começar a trabalhar de verdade, para colocar em movimento a política de integração - disse o presidente da Representação Brasileira, senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Por decisão da Mesa Diretora, que se reuniu minutos antes da sessão, ficou para o início do ano que vem a votação da proposta de mudança do Regimento Interno do Parlasul, que ampliará as maiorias necessárias à aprovação de decisões do parlamento, como forma de proteger os dois países com menores bancadas, Paraguai e Uruguai. A proposta foi feita pela bancada do Uruguai e contou com o apoio da Representação Brasileira durante reunião realizada em novembro, em Brasília. Também foi adiada para o início de 2012 a eleição da nova Mesa Diretora.

**Integração**

No início da sessão, o parlamentar paraguaio Ignacio Mendoza Unzain, atual presidente do Parlasul, chamou cada um dos 30 parlamentares brasileiros presentes, dos quais 22 deputados e oito senadores, para prestar juramento, no qual se comprometem a "consolidar a integração regional" e "reafirmar o exercício pleno da democracia e dos direitos humanos" na região.

Na primeira etapa de implantação do Parlasul, cada um dos quatro países do bloco - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - contou com 18 parlamentares. As bancadas dos dois maiores países passarão a contar, a partir de agora, com bancadas ampliadas: 26 parlamentares da Argentina - que tomarão posse no início de 2012 - e 37 para o Brasil. Esses números permanecerão até 2014, prazo para a realização das eleições diretas dos parlamentares em todos os países do bloco. Em 2014, os eleitores brasileiros deverão escolher 74 representantes no Parlasul.

**Wilson Santiago**

Entre os senadores que tomaram posse nesta sexta-feira encontra-se o ex-senador Wilson Santiago (PMDB-PB). Por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele foi substituído há poucos dias no Senado pelo senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Segundo decisão do Supremo Tribunal Federal, a Lei de Ficha Limpa, por meio da qual havia sido suspenso o registro de Cunha Lima, não poderia ser aplicada às eleições de 2010. Santiago, porém, recorreu da decisão ao Supremo Tribunal Federal e aguarda o pronunciamento final da Justiça.

Segundo o presidente da Representação Brasileira, a participação de Santiago depende da decisão a ser tomada pela Justiça.

- Ele toma posse e vai aguardar sentença judicial. É uma posse que o parlamento sabe que é provisória. Não vamos condená-lo com um recurso pendente - afirmou Requião.

Marcos Magalhães / Agência Senado

*(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)*

Assuntos Relacionados: Congresso , Direitos Humanos , Eleições , Justiça , Mandato , Mercosul

# Página Brasileira do Mercosul

Bem-vindos à página brasileira do Mercosul, administrada pelo Departamento do Mercosul (DMSUL) do Ministério das Relações Exteriores.

Esta página reúne informações sobre o processo de integração regional no âmbito do Mercosul, que se iniciou em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Estão disponíveis para consulta textos informativos sobre alguns dos principais temas da agenda do Mercosul, bem como o acervo atualizado da normativa adotada pelo bloco.

Para outras informações, sugere-se, ainda, acesso ao Portal Oficial do Mercosul, página administrada pela Secretaria do Mercosul.

## CONCURSO PARA SECRETÁRIO DO TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO - 2011

Período de inscrições: 25 de julho a 18 de setembro de 2011.

Edital - Concurso Secretário do TPR - 2011.pdf

INSCRIÇÕES ENCERRADAS

## CONCURSO DO INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL

Resultado Final - ISM
Lista dos aprovados

## XL Cúpula de Presidentes do Mercosul e Estados Associados

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul

Declaração Especial dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul sobre o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul

Declaração Especial dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados sobre as Malvinas

Declaração Especial dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados sobre Migrações

Declaração Especial dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados sobre a Comemoração do Desaparecimento Físico do Libertador Simón Bolívar

O artigo 4,21 do Protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul, além de outras atribuições, estabelece a competência para aprovar e modificar seu regimento interno, para tanto, exige maioria absoluta e qualificada de cada Estado Parteficada oria mpetl idente ma erece destaque as seguintes: .

Segundo o referido artigo[21], o Parlamento possui as seguintes competências:

1. Velar, no âmbito de sua competência, pela observância das normas do MERCOSUL.
2. Velar pela preservação do regime democrático nos Estados Partes, de acordo com as normas do MERCOSUL, e em particular com o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, na República da Bolívia e República do Chile.
3. Elaborar e publicar anualmente um relatório sobre a situação dos direitos humanos nos Estados Partes, levando em conta os princípios e as normas do MERCOSUL.
4. Efetuar pedidos de informações ou opiniões por escrito aos órgãos decisórios e consultivos do MERCOSUL estabelecidos no Protocolo de Ouro Preto sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração. Os pedidos de informações deverão ser respondidos no prazo máximo de 180 dias.

5. Convidar, por intermedio da Presidência *Pro Tempore* do CMC, a representantes dos órgãos do MERCOSUL, para informar e/ou avaliar o desenvolvimento do processo de integração, intercambiar opiniões e tratar aspectos relacionados com as atividade em curso ou assuntos em consideração.
6. Receber, ao final de cada semestre a Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL, para que apresente um relatório sobre as atividades realizadas durante dito período.
7. Receber, ao início de cada semestre, a Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL, para que apresente o programa de trabalho acordado, com os objetivos e prioridades previstos para o semestre.
8. Realizar reuniões semestrais com o Foro Consultivo Econômico - Social a fim de intercambiar informações e opiniões sobre o desenvolvimento do MERCOSUL.
9. Organizar reuniões públicas, sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração, com entidades da sociedade civil e os setores produtivos.
10. Receber, examinar e si for o caso encaminhar aos órgãos decisórios, petições de qualquer particular, sejam pessoas físicas ou jurídicas, dos Estados Partes, relacionadas com atos ou omissões dos órgãos do MERCOSUL.
11. Emitir declarações, recomendações e relatórios sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração, por iniciativa própria ou por solicitação de outros órgãos do MERCOSUL.
12. Com o objetivo de acelerar os correspondentes procedimentos internos para a entrada em vigor das normas nos Estados Partes, o Parlamento elaborará pareceres sobre todos os projetos de normas do MERCOSUL que requeiram aprovação legislativa em um ou vários Estados Partes, em um prazo de noventa dias (90) a contar da data da consulta. Tais projetos deverão ser encaminhados ao Parlamento pelo órgão decisório do MERCOSUL, antes de sua aprovação.

    Se o projeto de norma do MERCOSUL for aprovado pelo órgão decisório, de acordo com os termos do parecer do Parlamento, a norma deverá ser enviada pelo Poder Executivo nacional ao seu respectivo Parlamento, dentro do prazo de quarenta e cinco (45) dias, contados a partir da sua aprovação.

Nos casos em que a norma aprovada não estiver em de acordo com o parecer do Parlamento, ou se este não tiver se manifestado no prazo mencionado no primeiro parágrafo do presente literal a mesma seguirá o trâmite ordinário de incorporação.
Os Parlamentos nacionais, segundo os procedimentos internos correspondentes, deverão adotar as medidas necessárias para a instrumentalização ou criação de um procedimento preferencial para a consideração das normas do MERCOSUL que tenham sido adotadas de acordo com os termos do parecer do Parlamento mencionado no parágrafo anterior.
O prazo máximo de duração do procedimento previsto no parágrafo precedente, não excedera cento oitenta (180) dias corridos, contados a partir do ingresso da norma no respectivo Parlamento nacional.
Se dentro do prazo desse procedimento preferencial o Parlamento do Estado Parte não aprovar a norma, esta deverá ser reenviada ao Poder Executivo para que a encaminhe à reconsideração do órgão correspondente do MERCOSUL.

13. Propor projetos de normas do MERCOSUL para consideração pelo Conselho do Mercado Comum, que deverá informar semestralmente sobre seu tratamento.
14. Elaborar estudos e anteprojetos de normas nacionais, orientados à harmonização das legislações nacionais dos Estados Partes, os quais serão comunicados aos Parlamentos nacionais com vistas a sua eventual consideração.
15. Desenvolver ações e trabalhos conjuntos com os Parlamentos nacionais, a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos do MERCOSUL, em particular aqueles relacionados com a atividade legislativa.
16. Manter relações institucionais com os Parlamentos de terceiros Estados e outras instituições legislativas.
17. Celebrar, no âmbito de suas atribuições, com o assessoramento do órgão competente do MERCOSUL, convênios de cooperação ou de assistência técnica com organismos públicos e privados, de caráter nacional ou internacional.
18. Fomentar o desenvolvimento de instrumentos de democracia representativa e participativa no MERCOSUL.
19. Receber dentro do primeiro semestre de cada ano um relatório sobre a execução do orçamento da Secretaria do MERCOSUL do ano anterior.

20. Elaborar e aprovar seu orçamento e informar sobre sua execução ao Conselho do Mercado Comum no primeiro semestre do ano, posterior ao exercício.
21. Aprovar e modificar seu Regimento interno.
22. Realizar todas as ações pertinentes ao exercício de suas competências.

O Parlamento se reúne em sessões ordinárias e extraordinárias, que em regra são de caráter público, podendo ser convocadas a requerimento dos parlamentares ou do próprio Conselho do Mercado Comum.

República Bolivariana de Venezuela
Embajada en la República Federativa del Brasil

Brasília, 31 de janeiro de 2012.

Exmo. Senhor
**Mozarildo Cavalcanti**
Senador da República
República Federativa do Brasil
Excelentíssimo senhor,

Venho, por meio desta, acusar o recebimento do Ofício nº.004/2012/GSMCAV, referente aos incidentes ocorridos com turistas brasileiros em território venezuelano nas últimas semanas.

Compartilho a preocupação do senhor e informo que viajarei a Caracas nesta tarde, onde este tema será assunto prioritário a tratar com nosso ministro do interior e justiça, Tarek El Aissami. Tenha certeza de que o governo bolivariano da Venezuela vem trabalhando para que este tipo de situação não aconteça.

Aproveitando a oportunidade para reiterar meus sentimentos de estima e consideração, me despeço.

Atenciosamente,

**Maximilien Arvelaiz**
Embaixador

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido na forma regimental.

A Presidência agradece ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela brevidade do seu pronunciamento, atendendo, assim, a um pedido do Senador Jorge Viana, a quem passo a palavra neste momento.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Senador, Paulo Paim, que preside com tanta maestria, autoridade e compromisso com a luta social de nosso País e, ao mesmo tempo, os anos de luta que o premiaram nesta Casa, queria, antes de tudo, já que estamos iniciando os trabalhos deste novo ano, deste segundo ano de meu mandato junto com vários colegas Senadores, além de cumprimentar a todos os que nos assistem e nos acompanham pela Rádio Senado, pela TV Senado, pela Agência Senado, dizer que não tenho como voltar ao trabalho sem antes agradecer o apoio, o carinho, o respeito que tive de todos os brasileiros – como também tivemos aqui no Senado – e, especialmente, do povo acreano, do meu querido Estado do Acre. São pessoas que sempre me dão força, me dão apoio e sempre estão passando também importantes contribuições.

Tive um ano desafiador na relatoria do Código Florestal. Estou convencido de que fizemos uma boa mediação em um problema que parecia não ter solução e oferecemos à Câmara dos Deputados um projeto que é bom para o Brasil, que faz a mediação entre meio ambiente e produção e estabelece uma política ambiental que amplia a autoridade brasileira diante do mundo em relação ao cuidado com nossas florestas.

Queria cumprimentar as Senadoras, os Senadores e a todos os funcionários e funcionárias desta Casa e também os do meu gabinete e dizer que foi muito bom ter participado da sessão de abertura do Congresso, ontem, com a leitura da Mensagem Presidencial, a manifestação do Presidente desta Casa, Presidente Sarney, que, com o histórico que tem em sua vida pública, soube tão bem fazer um discurso de abertura dos trabalhos para este ano de 2012.

A mensagem da Presidenta Dilma, trazida pela querida colega e Ministra Gleisi, trouxe o otimismo que toma conta de nosso País hoje, estabelecendo prioridades para o trabalho deste ano e, ao mesmo tempo, o cuidado e a cautela na gestão pública para os desafios que o Brasil precisa vencer neste ano de 2012, como manter o controle firme na busca de reduzir a inflação; ter um controle de gastos mais apurado, não se permitindo que se tenha espaço para o crescimento da corrupção, ao contrário; que se faça um combate incessante do mau uso dos recursos públicos e, de fato, a constatação que todos nós temos, de ver que o Brasil vive um momento muito especial.

Todos nós voltamos do recesso, fomos nos nossos Estados, conversamos, ouvimos e vimos essa realidade fantástica do Brasil nesse período de férias, em toda parte, em todos os cantos, dos brasileiros tendo oportunidades que antes não tinham; famílias indo às praias, pessoas viajando, pessoas criando programas para buscar conhecer outras regiões. Enfim, isso tudo como parte de uma mudança que o Brasil experimenta há algum tempo, que vem desde a época do Plano Real, com o Presidente Fernando Henrique, mas que ganhou a dimensão que nos faz colher frutos hoje no Governo do Presidente Lula, que é o melhor exemplo hoje para o mundo, que vive uma crise econômica que se eterniza.

Hoje, um dos melhores exemplos é o Brasil, que passou a ser a 6ª economia do mundo, passando a Inglaterra, o que nos enche de orgulho, mas também o Brasil que é uma referência, é um dos poucos países que conseguiram realizar o sonho, e segue realizando, de ter crescimento econômico com inclusão social. Depois do histórico início dessa fase, que é única no Brasil, durante o Governo do Presidente Lula, tem agora a Presidenta Dilma o desafio de dar sustentabilidade a essa modelagem que o Brasil experimenta e que tão bem tem feito ao povo brasileiro, que é de crescimento com inclusão social.

Mas queria, e venho à tribuna também por isto, trazer, porque é parte do meu ofício, do meu trabalho como Senador, como representante do povo acreano e do povo brasileiro nesta Casa, um debate sobre um problema de um dos setores mais importantes para este Brasil que cresce e se desenvolve, Senador Mozarildo, que é o problema da aviação civil hoje. Muito a imprensa tem falado, tem noticiado, muitas matérias têm saído falando que o Brasil tem de correr, tem de trabalhar porque as Olimpíadas, a Copa do Mundo, estão bem aí e o Brasil não está preparado, do ponto de vista da aviação civil, dos aeroportos, do número de vôos, para fazer o acolhimento dos milhões de cidadãos do mundo que querem compartilhar desses eventos que certamente são os de maior audiência do Planeta, tanto a Copa do Mundo como as Olimpíadas.

Eu, particularmente, penso diferente. Estou seguro em afirmar aqui da tribuna, por tudo que tenho visto, que tenho ouvido, que tenho lido, que os problemas do Brasil não acontecerão em 2014, por conta da Copa do Mundo nem em 2016, por conta das Olimpíadas. Os problemas do Brasil já estão acontecendo hoje, trazidos por este bom problema que o Brasil experimenta hoje, que é do crescimento econômico, que é da renda, o salário mínimo melhorando, as pessoas tendo

inclusão social. Então, temos que cuidar dos problemas da aviação por conta dos interesses dos brasileiros. Se fizermos isso, vamos também criar as condições para termos boa Copa do Mundo e boas Olimpíadas.

Eu seu que muitos planos são feitos, mas o problema se agravou de tal maneira que me traz a esta tribuna. Sou do Acre, um Estado da Amazônia brasileira, o nosso País é continental e, num país continental como o nosso, principalmente para os Estados da Amazônia, transporte aéreo é primeira necessidade, é serviço de primeira necessidade.

Estamos vivendo hoje uma situação da maior gravidade porque, ao mesmo tempo em que temos um dos melhores mercados da aviação civil do mundo, que é o Brasil, daí o Projeto Céu Aberto, em que as empresas, as companhias do mundo inteiro querem uma fatia do mercado brasileiro, ou seja, é um dos mercados em que mais cresce o número de pessoas pegando voos, passageiros, é um mercado que tem uma demanda enorme por aeroportos e neste momento a gente vive uma crise que eu trago a esta tribuna das passagens mais caras do mundo e um dos serviços mais precários prestados aos cidadãos brasileiros em toda parte deste País. Não é só em relação à falta de infraestrutura dos terminais de passageiros ou das pistas. É verdade que é uma soma de problemas, mas as companhias aéreas não têm o direito de, sendo concessionárias num dos mercados mais atrativos do mundo, prestar um servido na qualidade que está sendo prestado ao cidadão brasileiro.

O Governo teve que socorrer, neste final de ano, os aeroportos, as companhias para não vivermos o apagão aéreo. Agora, como explicar isso? Se o mercado cresce como em poucos países do mundo, se há uma demanda por passagem crescente e se estamos vivendo a temporada de alta, por que temos que ter uma crise de voos e de preço de passagem como especialmente o povo acriano está vivendo?

Quero me referir a essa situação, mas, antes, vou dar alguns dados. O Brasil é um dos países que têm um dos maiores crescimentos no número de passageiros no mundo. Em 2009, foram transportados no mercado interno – são dados da Infraero – , no mercado doméstico, 59 milhões de passageiros; 59 milhões de brasileiros pegaram voo. No mercado internacional, no ano de 2009, 6,5 milhões de pessoas viajaram neste País.

Veja bem, saímos de 57 milhões para 69 milhões já no ano de 2010, um crescimento de 21% em relação ao ano de 2009; e o número de passageiros de voos internacionais aumentou em 1 milhão, um percentual de incremento próximo. Quando chegou 2011 – e agora em 2012 –, o número passou para 80 milhões de passageiros. Quer dizer, saímos de 50 milhões para 80 milhões de passageiros em dois anos. Esse é um mercado extraordinário e muito atrativo, com crescimento de 15%. Enquanto o mundo diminuiu o crescimento, diminuiu o número de voos, o número de passageiros voando, no Brasil ,cresce à margem de 20%, 15% o número de passageiros transportados; e o número de passageiros de voos internacionais, que era de 6 milhões há dois anos, passou para 9 milhões. Então, essa é uma situação que tem de ser vista como uma boa solução, por um lado, e que não pode conviver com um grave problema de outro.

Queria apor alguns dados. Hoje, em uma matéria do jornal **Estadão**, saiu uma manifestação do Governo Federal de que o Governo Federal pretende implementar um plano de aviação regional, para o que se está pleiteando o investimento da ordem de R$2,5 bilhões até 2015.

Senador Mozarildo, a situação é muito grave, porque tínhamos no Brasil, em 1999, 182 aeroportos regionais operando; agora, o número de aeroportos caiu para 130. Isso quer dizer que temos o maior crescimento de passageiros, mas o número de aeroportos regionais saiu de 182 para 130. Essa é uma situação da maior gravidade, porque nós deveríamos ter mais de 200 aeroportos operando hoje.

Os números são realmente muito grandes. A reportagem traz, por exemplo, que 250 milhões de passageiros são transportados por ônibus – são 80 milhões de viagens de ônibus – , e nós temos companhias, como Gol e TAM, transportando mais de 30 milhões de passageiros no ano passado, cada uma, individualmente.

Essa situação colocada na matéria vem junto com a privatização de Guarulhos e Viracopos; esses aeroportos vão ser privatizados.

A população precisa de uma política séria para cuidar desse serviço de primeira necessidade, Senador Mozarildo.

A situação do Acre é gravíssima – já, já, concedo o aparte a V. Exª. A situação do Acre é gravíssima e quero dizer que – daqui a pouco vou falar, e vou pular um pouco essa parte, para ouvir o aparte de V. Exª – tenho, aqui, um histórico. A política de aviação do nosso País, nas últimas duas décadas, foi um desastre. A pista de pouso de Rio Branco era de 2,6 mil metros no final da década de 90. Fizeram uma nova, Senador Mozarildo, pior que a velha, e essa nova tem apenas 2.158 metros, ou seja, é uma pista menor e pior que a antiga.

O terminal de passageiros de Rio Branco, Senador Mozarildo, novo, feito antes de assumirmos o governo, é cópia de um galpão que tem aqui, no aeroporto de Brasília. Não tiveram o trabalho de fazer um projeto

arquitetônico e copiaram um péssimo projeto, que o povo acreano teve de engolir.

Quando assumi o governo, foi esta a herança que peguei: um aeroporto feito. E, pasmem, Senadores e todos que estão nos ouvindo pela TV Senado e pela Rádio Senado, a desapropriação do sítio do aeroporto novo foi feita para agradar um compadre dos que mandavam no Acre naquela época.

A pista foi feita transversalmente ao sentido do vento. Toda decolagem e aterrissagem, em Rio Branco, são de risco, porque o posicionamento da pista está errado. Pior ainda, não fizeram sondagem alguma, levantamento algum: não existe água num raio de mais de cinco quilômetros do aeroporto de Rio Branco. Não adianta sondar, não adianta buscar fórmula mágica: o solo é o de pior qualidade que há num raio de 100 quilômetros de Rio Branco. Exatamente ali, foi feito o aeroporto, sem nenhum zelo, sem nenhum respeito pelo dinheiro público.

O certo é que, menos de 15 ou 20 anos depois, o aeroporto de Rio Branco vive uma eterna crise. É uma eterna reforma. Quando chove, chove dentro do terminal, e na pista, para todos nós que dela fazemos uso e para todo o povo acreano, há risco na decolagem e risco na aterrissagem, permanentemente.

E há uma coisa, na aviação, com que não se pode brincar: a segurança. Não há como garantir a segurança do voo, mas há como garantir a segurança do serviço prestado. O voo depende de tempo, depende de variáveis que não se controlam. Por isso, não ouvimos um comandante dizer que garante que chegará, com segurança, em tal hora e em tal minuto. Ele procura criar as condições para que essa segurança aconteça, mas o solo ruim, colocado no lugar errado, posição do vento, e o pior: o aeroporto de Rio Branco vive uma eterna reforma. Não acaba nunca. Malfeita e cara.

Quando eu estava no governo, era o meu governo que fazia o tapa-buracos da pista. Nós construímos o acesso duplicado para o aeroporto. Com o Governador Binho, a mesma coisa. Agora, com o Governador Tião Viana, a mesma luta, a mesma busca e a mesma disposição de ajudar. Fizemos aeroportos no interior. Vejam o exemplo de Cruzeiro do Sul: uma pista bem-feita, muito mais antiga que a de Rio Branco, que não tem um único problema. O terminal de passageiros feito por nós, em parceria com a Infraero, já no governo do Presidente Lula, um modelo, um dos melhores terminais de passageiros da Amazônia, sem dúvida o melhor, com características regionais e que orgulha a todos nós. Mas a situação de Rio Branco é gravíssima. O Governo do Estado tem procurado fazer o possível e o impossível, mas chegamos ao limite. É a população do Acre que corre risco.

Senador Mozarildo, vou ouvir o aparte de V. Exª, mas não sem antes dizer que a passagem mais cara do mundo é daqui para Rio Branco; são as passagens para chegar a Rio Branco, no nosso Estado do Acre.

Há poucos dias, eu tinha um compromisso agendado com meus companheiros do Acre e procurei ir, de última hora: R$6,7 mil uma passagem de Brasília a Rio Branco, ida e volta. São quase US$4 mil. Isso é mais caro do que ir para a China, do que ir para o Japão, e não podemos aceitar isso.

Ontem, encaminhei uma carta para o presidente da TAM e outra para o presidente da Gol, pedindo explicações em nome do povo do Acre. Não é possível que a gente siga. E o pior de tudo isso é que a Gol agora resolveu tirar os voos para Rio Branco. Já retirou. A pista foi liberada de mais uma reforma, e eu afirmo que já vai haver outra preparada para maio, e eles não incorporaram. Os voos daqui para lá têm restrições: são 144 passageiros num voo, e só estão levando 110, 115 por avião, no A-320. Não há explicação por que não fazem homologação, não fazem inspeção e põem a passagem nesse preço absurdo que acabei de dizer. E não há voo, não há lugar... Olha bem: estamos sem lugar nos aviões, sem respeito, sem pista e com a tarifa mais cara do mundo!

E há mais uma coisa: todas as promoções que acontecem no Brasil só excluem o Acre. A TAM e a Gol fazem promoção para tudo quanto é parte, menos para o Acre. E é isso que me faz começar o trabalho deste ano com esta luta.

Não estou aqui falando em meu nome, em meu interesse próprio. É um serviço de primeira necessidade o transporte aéreo na Amazônia. V. Exª que é da Amazônia, do nosso querido Estado de Roraima, sofre com isso, e eu acho que nós todos da Amazônia, do Brasil, temos que nos somar a isso.

Venho aqui à tribuna porque estou pedindo providência à Anac e à Secretaria de Aviação Pública da Presidência da República. Vou fazer uma audiência na Anac. E estou certo, porque é prerrogativa da Anac cuidar que o serviço seja prestado com segurança, com eficiência, mas que não se tenha esse desrespeito com o povo acriano.

Ouço o aparte de V. Exª, por gentileza, Senador Mozarildo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Exª tem todo o apoio também deste Senador de São Paulo, porque os argumentos que V. Exª apresenta são mais do que justos e de bom-senso, Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador Mozarildo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Jorge Viana, o quadro que V. Exª apresenta do Acre não é muito diferente do de Roraima, não. Aliás, não é diferente da Amazônia toda. Um dia desses, a Abetar (Associação Brasileira de Aviação Regional), mandou-me um documento dizendo que o aeroporto de Coari, que operava normalmente, foi inexplicavelmente interditado pela Anac ou Infraero, enfim. O certo é que o que nós vivemos hoje no Brasil é um duopólio entre a TAM e a Gol, que, paulatinamente, estão fazendo com que as empresas regionais parem de voar. Com isso, elas monopolizam e colocam o preço que querem. Em Roraima, por exemplo, nós tínhamos voos da Rico e da Meta, que é uma empresa regional de Roraima que voa na região. O que acontece? Quando elas entram, colocam o preço lá embaixo, aí as pequenas não aguentam. Quando as pequenas saem, elas colocam o preço como o que V. Exª citou, que não é diferente do preço para Roraima. Então, entendo que nós temos realmente que nos mobilizar e cobrar que, primeiro, essas duas empresas que hoje exercem esse duopólio prestem esclarecimento desses custos que V. Exª colocou muito bem aí, da forma de tomarem decisão de ir ou não ir, suspender ou não suspender voos, colocar ou não colocar voos. E, principalmente, que realmente se faça esse plano de fortalecimento da aviação regional. Porque não é possível uma região como a nossa, que é imensa e que tem poucas opções, não tenha a atenção da aviação regional que merece. Para dizer um exemplo do meu Estado, Senador, temos duas pistas, uma delas no Município de Caracaraí – portanto, entre Manaus e Boa Vista – , que não opera. Não opera por quê? Porque, lógico, não há interesse da TAM e da Gol de operar naquele aeroporto. Mas, se lá houvesse uma empresa regional, com certeza, aquele seria um ponto de referência na região. E nas outras cidades de pequeno e médio porte da Amazônia que também não são servidas, onde, portanto, as pessoas têm que se deslocar para outro lugar para pegar aviação. Então, não é possível que nós estejamos agora vendo, como disse V. Exª, a aviação no Brasil bombando... Até estava comentando, um dia desses, com uma amiga minha, que ninguém mais viaja de ônibus, em tese, porque, graças a essa questão da melhoria econômica do País, para alguns lugares as passagens ficaram acessíveis e para outros, os que mais precisam, como é o caso do Acre e de Roraima, elas são absurdamente inacessíveis. Então, quero me colocar à disposição de V. Exª tanto para essa luta para passar a limpo essa questão da TAM e da GOL, como também para fortalecer a aviação regional, que, no meu entender, é a grande saída, até porque a Embraer hoje fabrica aviões aqui e vende para fora, para a aviação regional do Canadá, dos Estados Unidos e de outros lugares, mas não vende para a aviação regional daqui porque não há incentivo. Então, é muito importante que fortaleçamos a aviação regional no País, notadamente em regiões como a Amazônia.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – É com muita honra que incorporo o aparte de V. Exª, como também fiz com o aparte do Senador Suplicy.

Agora, ouço, já cumprimentando também, o nosso querido companheiro, que orgulha esta Casa e com quem tive a honra de trabalhar no ano passado – espero que ele me dê também a honra de trabalharmos juntos neste ano –, Senador Casildo Maldaner, obviamente com a vênia do nosso Presidente Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª aguardou tranquilamente todos os oradores. Então, terá o tempo necessário para o seu pronunciamento.

Obrigado.

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – Eu serei breve, mas não poderia deixar transcorrer este momento sem participar deste episódio, ainda mais sendo V. Exª. Várias pessoas até estavam me ligando de Santa Catarina: "Mas que pronunciamento do Senador Jorge Viana, do tema, dos caos que existem nos aeroportos no Brasil, da falta de infraestrutura!" Aí me disseram que V. Exª declinou que já tivemos no Brasil 189 aeroportos ou algo assim. O número de passageiros aumentou em milhões e diminuíram os aeroportos. Eu estava chegando aqui agora e disse: "Vou até lá para levar a minha solidariedade". E me disseram: "Leve a solidariedade". Nós, catarinenses, queremos nos somar a este pronunciamento de V. Exª, ainda mais pelo trabalho que V. Exª desenvolveu no ano passado, não só na presidência da Comissão temporária da Defesa Civil, que tivemos a honra de participar como relator, mas também no Código Florestal brasileiro – V. Exª, o Luiz Henrique, num trabalho extraordinário.

V. Exª tomou duas frentes grandes e, agora, em 2012, na primeira sessão ordinária que se realiza aqui no Senado, vem firme, embalado, como no ano passado. V. Exª vem e fala com autoridade não só pelas ligações que tem com o Governo, com a Nação, pelos conhecimentos que tem, mas Governador que foi, por oito anos, do nosso querido Acre, declinando problemas sérios. Isso tem eco.

Por isso, temos de acordar a nossa Infraero, sacudi- la. E, às vezes, tem-se de ser meio duro mesmo, meio Margaret Tatcher, como se fazia, em uma época, na Inglaterra. Tem que se ter comando, tem que se ter firmeza, porque senão, às vezes, não se tem eco.

E o pronunciamento de V. Exª de hoje, com certeza, está tendo eco no Brasil inteiro.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

**O Sr. Casildo Maldaner** – Principalmente para aqueles que são responsáveis por levar isso, para pensar nos fins de semana – não só durante o expediente, mas mesmo fora de horário.

São questões... Hoje encontrei colegas que disseram que, até no Rio de Janeiro, no Santos Dumont, ficaram, em janeiro, cinco ou seis horas, e tumulto daqui, tumulto de lá. Não vou nem falar do aeroporto de Florianópolis, do nosso, de Santa Catarina. Isso dá transtornos daqui e de lá.

E, agora, V. Exª veio contar o que vem ocorrendo no Acre, e o Senador Mozarildo Cavalcanti disse o que vem acontecendo em Roraima e em outros Estados. Ora, é um grande pronunciamento, um grande alerta para entrarmos de frente, para que a Nação acredite também no trabalho deste Senado.

Meus cumprimentos a V. Exª, Senador Jorge Viana. Eu tinha de falar isso em nome dos catarinenses, não poderia ficar de fora neste instante.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Casildo. Agradeço a gentileza. Não sei se sou merecedor dos elogios, mas guardo, com humildade, cada palavra de V. Exª.

Mas, Sr. Presidente, queria concluir, fazendo aqui um apelo. Como disse, a situação do Acre é crítica, passou de todos os limites; precisa de uma ação, de uma intervenção imediata, está fora da governabilidade do Governo do Estado, que tem feito o possível e o impossível, há anos. Começou comigo, foi assim com o Governador Binho e tem sido assim com o Governador Tião Viana. Mas quem está em risco, quem está sem um serviço de primeira necessidade adequado é a população do Acre.

Transporte aéreo há algum tempo era só para engravatados, só para bacanas, só para quem tinha dinheiro. A partir do Governo do Presidente Lula, nós conquistamos melhor distribuição de renda no País, inclusão social.

Uma das coisas mais bonitas, Senador Paim, que encontrei, que vi, que vivenciei nesse recesso foi ver o povo brasileiro viajando, indo para as praias; o povo simples visitando os parentes em outro Estado, conhecendo regiões do País que não conhecia.

Isso é uma conquista desse projeto bonito que o Partido dos Trabalhadores lidera há nove anos.

Agora, na hora que garantimos essa condição para o povo brasileiro, empresas que querem a proteção do Estado brasileiro para serem guardiãs de um mercado que o mundo inteiro cobiça dão um tratamento de última categoria para o nosso povo. Isso é tirar o direito de ir e vir das pessoas. Quem é que pode pagar uma passagem de R$6.700 de Brasília para Rio Branco, ida e volta? Mesmo nós não temos o direito de fazer uso dessa passagem, porque é dinheiro público.

Mas se você entrar na Internet hoje e quiser uma passagem para daqui a dez dias para Rio Branco não vai encontrar. E a tarifa quem vai escolher é a companhia.

Então, venho à tribuna e agradeço os apartes, a contribuição e a compreensão de V. Exª. Mas quero dizer que não compreendo e vou enumerar alguns pontos: por que, com a pista de Rio Branco liberada em sua plenitude, mesmo essa pista curta de 2.158 metros, até hoje as companhias aéreas que vão para o Acre ainda estão voando com restrição de passageiros? Ou seja, avião que pode transportar 144 passageiros está chegando lá com 110. Com isso, o preço da tarifa vai lá para cima.

Gostaria de pedir à Anac um esclarecimento. Estou pedindo uma audiência a fim de solicitar a ajuda daquele órgão, porque está aqui escrito que uma das prerrogativas da Anac é "manter a continuidade na prestação de um serviço público de âmbito nacional; zelar pelo interesse dos usuários". E por se tratar de um serviço de primeira necessidade, a Anac, que foi criada em 2005, que é um instrumento que tem ajudado, sim, o Brasil a viver os desafios que está vivendo, precisa intervir no caso do Acre e das passagens aéreas.

Os bancos dos aviões são amontoados; talvez seja a pior distribuição de assentos do mundo. Paga-se a mais por um assento, que eles chamam de conforto, que tem um espaço maior para se colocar as pernas; paga-se a mais por um assento na primeira fileira e o serviço cai de qualidade.

Estamos no Acre em uma temporada de alta, e a Gol retira os voos. Mandei uma carta para o Presidente da Gol, Constantino Júnior, e outra para o Presidente da TAM. Gostaria que V. Exª, que está na Presidência, pudesse fazer com que a cópia dessa carta pudesse chegar à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e à Anac, a fim de que aqueles órgãos possam...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido na forma regimental e, com certeza, será feito o encaminhamento solicitado.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Que possam saber o que está acontecendo no Acre. Saber por que, com a pista liberada, há mais de quinze dias, a restrição permanece. É a burocracia? É a falta de uma inspeção? É má vontade? Qual é o problema?

Segundo, saber por que a passagem mais cara do mundo é para o Acre.

A outra é por que o Acre não tem uma única promoção, para que os cidadãos que têm o seu dinhei-

rinho, que querem visitar seus parentes, que querem viver um pouco, divertir-se, aproveitar o período de férias, possam fazê-lo, pelo preço absurdo das passagens para o Acre.

Por fim, quero fazer um apelo. Normalmente, somos cobrados pelo Ministério Público Federal, Estadual e, às vezes, reclamamos, setores reclamam, mas quero fazer um apelo da tribuna do Senado ao Ministério Público do Estado do Acre e ao Ministério Público Federal no Estado do Acre. Quero fazer um apelo para que eles, que têm a prerrogativa constitucional, somem-se a esse esforço do Senado, para darmos a resposta ao cidadão. Então, faço um apelo ao Ministério Público Federal do Acre, faço um apelo ao Ministério Público Estadual do Acre. Estamos falando de um serviço de primeira necessidade. A população não pode viver essa situação. Faço um apelo porque está em jogo transparência. Não há segurança sem transparência. Nós precisamos saber. As minhas cartas são no sentido de buscar informação. Tem que haver transparência. Por que a pista do Acre é daquele jeito? Por que o serviço é daquele jeito? Por que o custo é daquele jeito? A população quer saber isso.

E estou na tribuna do Senado, neste primeiro pronunciamento deste ano, tratando de um tema que é grave e da maior importância para o desenvolvimento do nosso Estado. O Acre é um dos Estados que mais crescem hoje no Brasil, tem uma infraestrutura instalada, geração de emprego, e o seu crescimento está sendo comprometido, esse momento importante da nossa história, por conta dos péssimos serviços.

Senador Mozarildo, V. Exª tem razão. Quando havia rico, quando havia viação regional, que está aqui na matéria, que o Governo quer implementar, mas é no centro-sul. Na Amazônia só se implementa se houver uma política de Estado. O que acontece? Quando há um voo regional, as grandes companhias, como a TAM, como a GOL, colocam um avião no mesmo horário, reduzem a tarifa, quebram a companhia e, depois, sobem a tarifa e retiram o voo. Isso acontece constantemente de Rio Branco para Cruzeiro do Sul. Não se pode manter isso. O Governador Tião Viana está viabilizando outras companhias para entrarem. A Trip entrou no Estado, a Azul está para entrar.

Mas, neste momento, eu queria fazer esta soma: o Senado Federal, os Ministérios Públicos do Estado, Federal, para que possamos solucionar o problema.

O mais grave de tudo é que, pelo que eu sei, há de novo a intenção do Governo Federal – isso tem que ver com a Infraero, com a Anac, vou buscar esta informação – de gastar uma fortuna nesse aeroporto, que já ficou velho em vinte anos; gastar uma fortuna no lugar errado. E eu, como fiscalizador, como alguém que tem a responsabilidade e a prerrogativa constitucional de fiscalizar, não posso fechar os olhos. Que o Ministério Público Federal – solicito, peço, apelo – , o Ministério Público do Estado e nós, do Senado, possamos juntos – nós do Senado e os senhores que fazem parte do Ministério Público – fazer um apanhado para ver se, de novo, não se vai estar jogando dinheiro fora, se não se vai estar jogando dinheiro fora a partir de uma ação que não leva em conta a realidade do Estado.

O novo aeroporto do Acre é uma necessidade e, talvez, seja a melhor oportunidade para acabarmos com esse problema sem fim, fazendo-o no lugar certo, com a pista do tamanho adequado e também pensando no desenvolvimento do Acre e do Brasil, pensando no futuro, e não fazendo uma coisa como se fosse uma obrigação. O Acre é o Estado brasileiro que lutou para fazer parte do Brasil e merece respeito.

Então, venho aqui, em nome dos acreanos, em nome desse Estado que tem orgulho de fazer parte da República Federativa do Brasil, exigir respeito, e que possamos recompor esse serviço de primeira necessidade para atender, como estabelece a Constituição, os interesses dos usuários acreanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Jorge Viana. V. Exª será atendido na forma do Regimento, como também será atendido o Senador Mozarildo. Os encaminhamentos serão dados.

Antes de encerrar a sessão, quero apresentar aqui, nos termos do art. 218, VII, do Regimento do Senado, requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Luís Antônio Castagna Maia.

E aqui eu faço o encaminhamento:

Senhores e senhoras, faleceu, dia 14 de janeiro do corrente ano, aos 47 anos, em Brasília, o advogado Luís Antônio Castagna Maia. Ele foi Secretário-Geral do Sindicato dos Bancários e assessor jurídico da Contraf – CUT.

Advogado cível, um dos maiores nomes do Direito Previdenciário do País, Luís Antônio Castagna Maia nasceu em 16/12/1964, na cidade de Gaurama/RS.

Irmão do meio, filho do bancário Antônio Brasil Ferreira Maia e da dona de casa Antonieta Castagna Maia, passou boa parte da infância mudando-se para diferentes cidades do interior gaúcho, acompanhando as transferências do pai, gerente do antigo Banco Agrícola, mais tarde Unibanco.

A relação com bancários e o trânsito por várias cidades se fizeram constantes em sua vida, mas garantindo sempre um aprendizado. Estudioso e obsessivo com os livros, Maia era detentor de grande poder retórico e criatividade ao defender as suas teses. Suas

argumentações e petições jurídicas apresentavam por vezes vários tomos encadernados e muito bem construídos.

Cada causa, uma tese. Cada tese, uma paixão. Nunca advogou a contragosto ou sem profunda convicção, defendendo os que mais precisam. Defendeu a saúde dos bancários, assolados pela LER (Lesões por Esforços Repetitivos), grande mal da categoria.

No âmbito da previdência complementar, defendeu aposentados e pensionistas, defendeu também petroleiros, comerciários, bancários e, por último, os aeronautas de forma incansável.

Denunciou a privatização de plataformas de petróleo na época. Analisava a conjuntura nacional a cada movimento. Dormia pouco, sonhava muito, trabalhava muito em defesa do nosso povo.

Foi um advogado, um militante de atuação decisiva e, em agosto de 2009, a 7ª Turma do TST entendeu que as confederações representam exclusivamente suas federações filiadas, e que as federações representam apenas seus sindicatos filiados.

"Com base nisso, por entender o TST que a criação da Contraf não agride a unicidade sindical, foi indeferida a cautelar", afirmou Maia na época.

Em defesa, me lembro ainda hoje, porque estive com ele diversas vezes, em defesa dos participantes de fundos de pensão, foi Maia quem propôs reclamatória que tramita na 8ª Vara da Justiça do Trabalho de Belém, postulando, dentre outros itens relevantes, a isonomia de tratamento concedida pelo patrocinador Banco da Amazônia para assegurar direitos aos assistidos pela Copaf,

Em 2 de março de 2011, o advogado foi um dos palestrantes do Seminário Nacional intitulado "O contexto do trabalho e suas implicações no acometimento da LER/Dort", realizado pelo Sindicato dos Bancários de Brasília e pela CUT – DF.

Luiz Antonio Castanha Maia nos deixa na flor dos seus intensos 47 anos, vítima de um câncer fatal, diagnosticado no dia 11 de setembro de 2009. Maia foi um grande defensor, um articulador. Esteve comigo nas instâncias do Governo, do Judiciário, sempre defendendo os companheiros do Aerus, tão sacrificados pela falta de fiscalização desse fundo. Eu diria que os últimos anos de sua vida Maia deu à defesa do Aerus, principalmente não abandonando outras causas.

Hoje mesmo da tribuna eu fiz a leitura de cerca de 600 companheiros do Aerus que já morreram sem que houvesse uma decisão, quer seja do Executivo, quer seja do Judiciário, sobre o direito de eles receberem o salário que recebiam porque pagaram corretamente o fundo de pensão.

Maia dedicou – repito – seus últimos anos com muita intensidade à causa do Aerus e do Aeros. Infelizmente, faleceu também. Não está mais conosco. Mas a luta do Aerus nós vamos continuar até que esses aposentados voltem a receber o que têm de direito e não recebam praticamente um salário mínimo quando deveriam receber o justo, porque atuavam no comando da aviação, como diz muito bem a líder do sindicato, Graziela Bajo.

Então, essa homenagem justa fizemos, pedindo a aprovação do voto de pesar a Luiz Antônio Castanha Maia. Ao mesmo tempo, lembramos que, no dia 13 de março, na Comissão de Direitos Humanos, vamos realizar uma sessão de homenagem a esse grande lutador.

Vida eterna às ideias de Luiz Antônio Castanha Maia!

É o seguinte o requerimento:

**REQUERIMENTO N° 6, DE 2012**

Nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro voto de pesar pelo falecimento de Luiz Antônio Castagna Maia.

Faleceu, dia 14 de janeiro do corrente ano, aos 47 anos, em Brasília, o advogado Luiz Antonio Castagna Maia. Ele foi secretário Geral do SindBancários e assessor jurídico da Contraf – CUT.

Advogado cível, considerado o maior nome de Direito Previdenciário no País, Luís Antônio Castagna Maia nasceu em 16-12-1964, na cidade de Gaurama/RS. Irmão do meio, filho do bancário Antônio Brasil Ferreira Maia e da dona de casa Antonieta Castagna Maia, passou boa parte da infância mudando-se para diferentes cidades do interior gaúcho, acompanhando as transferências do pai, gerente substituto do antigo Banco Agrícola, mais tarde Unibanco. A relação com bancários e o trânsito por várias cidades se fizeram constantes em sua vida.

Estudioso e obsessivo com os livros, Maia era detentor de grande poder retórico e criatividade. Suas argumentações e petições jurídicas apresentavam por vezes vários tomos encadernados. Cada causa, uma tese. Cada tese, uma paixão. Nunca advogou a contragosto ou sem profunda convicção. Defendeu a saúde dos bancários, assolados pela L.E.R – Lesões por Esforços Repetitivos, grande mal da categoria. No âmbito da previdência complementar, defendeu aposentados e pensionistas, defendeu também, petroleiros, comerciários, bancários e por último os aeronautas de forma incansável. Denunciou a privatização de plataformas de Petróleo. Analisava a conjuntura nacional a cada movimento. Dormia pouco, mas sonhava muito.

Foi um advogado de atuação decisiva onde, em agosto de 2009, a 7ª Turma do TST entendeu que as

confederações representam exclusivamente suas federações filiadas, e que as federações representam apenas seus sindicatos filiados, "Com base nisso, por entender o TST que a criação da Contraf não agride a unicidade sindical, foi indeferida a cautelar", afirmou Maia na época.

Em defesa dos participantes de fundos de pensão, foi Maia quem propôs reclamatória que tramita na 8ª Vara da Justiça do Trabalho de Belém, postulando, dentre outros itens relevantes, a isonomia de tratamento concedida pelo patrocinador Banco da Amazônia para assegurar direitos aos assistidos pela Capaf.

Em 2 de março de 2011, o advogado foi um dos palestrantes do Seminário Nacional "O contexto do trabalho e suas implicações no acometimento da LER/Dort", realizado pelo Sindicato dos Bancários de Brasília e pela CUT – DF.

Luís Antônio Castagna Maia nos deixa, na flor de seus intensos 47 anos, vítima de um câncer fatal, diagnosticado no dia 11 de setembro de 2009. Dessa forma, gostaria que o presente voto fosse enviado para sua filha Carolina Marin Maia, no seguinte endereço: SHIS QI 27 conjunto 1 casa 15 Lago Norte – Brasília – DF – CEP 71675-010.– Senador **Paulo Paim.**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será dado o devido procedimento ao requerimento, conforme solicitado.

A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 7, DE 2012**

Senhor Presidente Sarney:

Requeiro a V. Exª, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar dos seguintes eventos nos respectivos países:

– visitar a fábrica e o escritório central da Laerdal Medical, na cidade de Stavanger – Noruega, entre os dias 14 e 18 de fevereiro de 2012;

– conhecer a utilização da Faixa de 450 MHz, na capital Estocolmo – Suécia, que será licitada no Brasil no mês de abril próximo pela Anatel, para universalizar os serviços de Banda Larga Móvel em áreas rurais naquele País, entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2012, em cumprimento de agenda que não foi possível realizar no período de 24 a 27 de julho de 2011;

– visitar o Laboratório da B. Braun, especialidade em terapia celular, com vistas a desdobrar experiências com Universidades Brasileiras, em Melsungen – Alemanha, entre os dias 22 e 25 de fevereiro de 2012; e

– participar do "GSMA Móbile World Congress 2012", que será realizado na cidade de Barcelona – Espanha, entre os dias 26 de fevereiro e 1° de março de 2012.

**Justificação**

Em entendimento com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Governo da Bahia e visando buscar investimentos em pesquisas na área da saúde, fomos convidados para conhecer as unidades de pesquisas das empresas *Laerdal Medical* e do *Laboratório B. Braun*;

Buscando, ainda, fortalecer as parcerias e as relações para a concretização do parque tecnológico do Estado da Bahia, fomos convidados para os seguintes eventos: GSMA **Mobile World Congress 2012** (Barcelona – Espanha); e, a convite do governo sueco, conhecer as experiências de utilização da freqüência de 450 MHz em áreas retomas daquele país para a universalização do acesso aos serviços de Banda Larga Móvel (Estocolmo – Suécia).

Segue roteiro da viagem:

Dia 14/fev – em Oslo (Noruega) – visita a Laerdal;
Dia 19/fev. – em Estocolmo (Suécia) – conhecer as experiências de 450MHz;
Dia 22/fev – em Frankfurt (Alemanha) – visitar o laboratório B. Braun; e,
Dia 26/fev – em Barcelona (Espanha) – participar do "GSMA Mobile World Congress 2012.

Nesse sentido, solicito diárias para os dias 15/fev a 1/mar/2012, informando que as passagens aéreas serão sem ônus para o Senado Federal. – Senador **Walter Pinheiro.**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 8, DE 2012**

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 301 de 2008 e 580 de 2011, por tratarem de matéria correlata.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2011. – Senador **Carlos Maldaner.**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

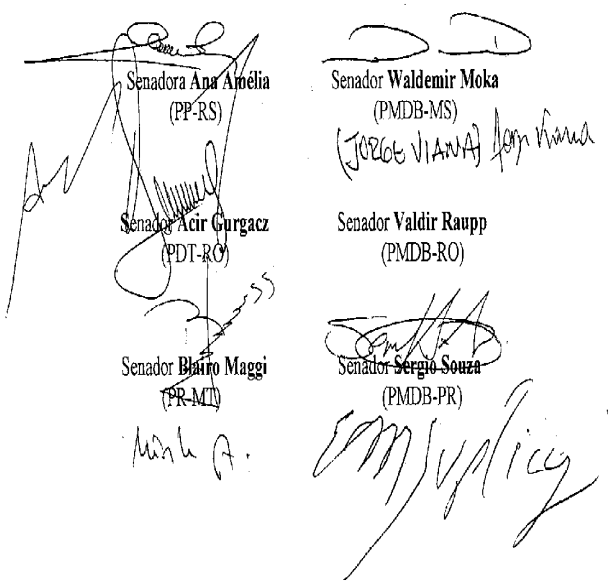
É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 9, DE 2012**

Requeremos, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Pesar, à família do Deputado Federal Moacir Micheletto (PMDB – PR), falecido no dia 30-1-2012 em um acidente automobilístico no interior do Estado do Paraná.

Ele estava em seu sexto mandato como deputado federal. Presidiu com dedicação a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que discutiu o novo Código Florestal. Nesta legislatura, era titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e também era o Coordenador Político da Frente Parlamentar da Agropecuária.

O catarinense nascido em Xanxerê, morreu aos 69 anos, e deixa viúva e três filhos. Os votos deverão ser encaminhados para o Sr. Marcel Henrique Micheletto, no seguinte endereço: Rua Santos Dumont, nº 1016 Centro – Assis Chateaubriand – Paraná – CEP: 85.935-00.




**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 1, de 2012**, do Senador Walter Pinheiro, comunicando que foram detectados indícios de erro material nos autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2011, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015".

É o seguinte o ofício:

Of. nº 1/2012

Brasília, 18 de janeiro de 2012

Senhor Presidente,

Trago ao conhecimento de Vossa Excelência que foram detectados indícios de erro material nos autógrafos do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012 a 2015 (PLN nº 29/2011-CN), do qual fui Relator.

São as seguintes as possibilidades de erro material detectadas:

– Exclusão indevida do Objetivo 0791 e transferência, igualmente indevida, de seus atributos ao Objetivo 0971;
– Alteração indevida do Título do Objetivo 0971;
– Alteração indevida do Título do Objetivo 0482;
– Alteração indevida do Valor de Referência do Programa 2028.

Tais possibilidades estão sendo verificadas pela Consultoria de Orçamentos desta Casa e, tão logo sejam confirmadas, o Congresso Nacional deverá adotar as providências necessárias ao ajuste do conteúdo do Plano Plurianual.

Respeitosamente, – Senador **Walter Pinheiro.**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Ofício será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 37, de 2011**, na origem, do Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada pela Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2008, encaminhando o Relatório Anual nº 1, de 2011– CMMC, das atividades desenvolvidas por aquela Comissão no corrente ano.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 37/2011– CMMC

Brasília, 22 de dezembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista Permanente sobre mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 4 de 2008-CN, tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que, em reunião

realizada no dia 14 de dezembro do ano em curso, foi aprovado, por unanimidade, o Relatório Anual de 2011– CMMC, das Atividades desenvolvidas por esta Comissão, na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, cujo texto original envio anexo, para conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Parlamentares.

Respeitosamente, – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Relatório Anual nº 1, de 2011**– **CMMC** vai à publicação em suplemento ao Diário do Senado Federal de 4 de fevereiro de 2012.

Será encaminhada uma cópia à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 48, de 2011**, na origem, do Senador Roberto Requião, Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, encaminhando o Relatório de Atividades de 2011 daquele colegiado.

É o seguinte o ofício:

OF. P/48/2011

Brasília, 20 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, tenho a satisfação de em caminhar à Vossa Excelência o Relatório de Atividades de 2011 da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, contendo um resumo do desempenho parlamentar dos representantes brasileiros no Parlamento Regional.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência ao documento em apreço, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Roberto Requião**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Relatório será publicado em suplemento ao **Diário do Senado Federal** de 4 de fevereiro de 2012.

Será encaminhada uma cópia à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram encaminhadas, ao Congresso Nacional, informações de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), referentes aos meses de julho a setembro de 2011 (**Ofício nº 1, de 2012-CN**; nº 270/2011, na origem).

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 270/SEPAC-MP

Brasília, 20 de dezembro de 2011

**Assunto**: Encaminhamento de exemplares do PAC

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência exemplares referentes ao 2º Balanço/PAC 2, os quais apresentam informações atualizadas sobre a execução orçamentária e financeira do PAC 2, bem como sobre o andamento de cada obra, organizadas nos seguintes eixos: Transporte, Energia, Cidadã Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para Todos.

Atenciosamente, – **Roberto Nami Garibe Filho**, Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento – Substituto.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Matéria será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será encaminhada um exemplar à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento o **Ofício nº 3, de 2012-CN (nº 277/2011, na origem),** encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, informações de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por estado, referentes aos meses de julho a setembro de 2011, em meio digital.

É o seguinte o ofício:

OFÍCIO Nº 277/SEPAC-MP

Brasília, 30 de dezembro de 2011

**Assunto**: Encaminhamento de arquivo digital.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência arquivo digital, contendo informações de execução das obras do PAC, organizado por estado, atendendo ao disposto no art. 14, § 2º da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Atenciosamente, – **Roberto Nami Garibe Filho**, Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento – Substituto.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria será publicada em suplemento ao Diário do Senado Federal de 4 de fevereiro do corrente.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 80**, de 2012, na origem, do Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal daquele Órgão, referente ao 3º quadrimestre de 2011.

A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 4 de fevereiro corrente.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO/PRESI/SECOI 80

Brasília – DF, 31 janeiro de 2012.

REF.: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – 3.º QUADRIMESTRE DE 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Federal e das Seções Judiciárias da 1.ª Região, referente ao 3.º Quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 118 da Lei 12.465/2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Respeitosamente,

Desembargador Federal OLINDO MENEZES

Presidente

Nº 22, terça-feira, 31 de janeiro de 2012 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 113

PROCESSO: 0000958-12.2010.4.04.7195
ORIGEM: TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLARISMUNDO OLIVEIRA ROCHA
PROC/ADV: EMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
PROC/ADV: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto por Clarismundo Oliveira Rocha contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização da jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente inadmissível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Assim, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão agravada o processo em mesa, proferindo voto."

A propósito, a decisão de inadmissão proferida pelo Presidente da TNU nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data de sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o recurso é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 01.12.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 30 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001968-16.2010.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JUASIR FERREIRA DA SILVA
PROC/ADV: EMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto por Juasir Ferreira da Silva contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que determinou a devolução dos autos à origem, para manutenção ou adequação do acórdão, em razão de decisão proferida por esta Turma Nacional no PEDILEF n. 2008.72.55.000018-9.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente inadmissível, por duas razões: a) não houve decisão de inadmissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001; mas, ao contrário, a solicitação das regras referentes aos recursos repetitivos e representativos da controvérsia; b) ainda que o incidente tivesse sido admitido, não caberia agravo, como acima se demonstrou.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Assim, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão agravada o processo em mesa, proferindo voto."

A propósito, a decisão de inadmissão proferida pelo Presidente da TNU nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data de sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o recurso é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 01.12.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 30 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0044460-16.2008.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA TEREZA DE JESUS
PROC/ADV: ANA CAROLINA DA SILVA DIAS OAB: DF-24718

EMENTA - DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR A PROVA. INVIABILIDADE. SÚMULA 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de pensão por morte deferido pelo Juizado Especial Federal.

3. Alegação de que a beneficiária possuía rendimentos próprios.

4. Reconhecimento da existência de dependência econômica entre a beneficiária (mãe) e a instituidora (filha falecida). Decisão que levou em consideração todos os elementos de prova contidos nos autos.

5. Verificação da dependência - matéria objeto de dilação probatória.

6. Aplicação da Súmula 42/TNU - "Nas hipóteses das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou o Secretário da TNU devolverá os autos à Turma Recursal de origem."

7. Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, inciso VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

# TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
## 1ª REGIÃO

### RESOLUÇÃO PRESI/SECOI Nº 1, 25 DE JANEIRO DE 2012

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do Conselho de Administração do TRF/1ª Região, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região, referente ao 3º Quadrimestre de 2011, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e disponibilização por meio da Internet, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. OLINDO MENEZES

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) | Total (c = a+b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.587.439,1 | 6.553,7 | 1.593.993,8 |
| Pessoal Ativo | 1.381.480 | 1.932 | 1.383.413 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 205.959 | 591 | 206.550 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | 0 | 0 | 0 |
| (-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 202.891,84 | 390,26 | 203.491,3 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 67 | 67 | 600 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 472 | 0 | 472 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 6.195 | 657 | 6.852 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 196.257 | 266 | 196.523 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.384.547,11 | 6.163,44 | 1.390.710,55 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013100113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

114 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 22, terça-feira, 31 de janeiro de 2012

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | |
|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 868.705.347 |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - %DP sobre a RCL (V) = MDP / (IV) x 100 | 1,27559% | 0,00000% | 0,00000% |
| LIMITE MÁXIMO (Inciso I, II e III, art. 20 da LRF) | 0,953164 % | | 1.160.244 |
| LIMITE PRUDENCIAL (Inciso, art. 22 da LRF) | 0,905113 % | | 1.102.232 |

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar são processados são também consideradas. Dessa forma, para evitar transposições, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

IONICE DE PAULA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA
Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Diretor-Geral

ANEXO II

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1.º GRAU DA 1.ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

R$ mil

| RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") DESTINAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (a) - (b) - (c) |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos ordinários | 182.819 | 71.762 | 343.891 |
| 127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário | 7.215 | 944 | 6.271 |
| 150 - Recursos Financeiros diretam. Arrecadados | 167 | 5 | 164 |
| 151 - Contr. social s/o lucro das pessoas jurídicas | 452 | - | 452 |
| 153 - Contribuição previdenciária da seguridade social | 9 | - | 9 |
| 156 - Contribuição plano seguridade social servidor | 203 | 18 | 185 |
| 169 - Contrib. patronal p/plano de seguridade soc. serv. | 1.587 | 20 | 1.567 |
| 181 - Recursos de convênios | 6.289 | 2.446 | 3.843 |
| 190 - Recursos diversos | 5 | - | 5 |
| 300 - Recursos ordinários | 1.561 | 64 | 1.497 |
| 350 - Recursos não-financeiros diretam. arrecadados | 225 | 93 | 132 |
| 356 - Recursos não-financeiros diretam. arrecadados | 154 | - | 154 |
| 388 - Remuneração das disponib. do tesouro nacional | 479.138 | 82.418 | 396.720 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 479.138 | 82.418 | 396.720 |
| Recursos não-vinculados a destinação por força de recursos | 3.861 | 3.861 | 0 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (III) | 3.861 | 3.861 | 0 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 483.760 | 86.279 | 396.481 |

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FONTE:
Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está compromissada com o Fundo Atuarial

IONICE DE PAULA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA
Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Diretor-Geral

ANEXO III

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1.º GRAU DA 1.ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

R$ mil

| RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") DESTINAÇÃO DE RECURSOS | RESTOS A PAGAR | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas c/ Pes. Pagas | | Encargos e Dívidas Anteriores | | | |
| | De Exercícios Anteriores (a) | Do Exercício | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício | | |
| 100 - Recursos ordinários | 4.206 | 2.508 | 13.054 | 181.879 | 343.891 | |
| 127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário | 16 | 61 | 873 | 1.178 | 6.271 | |
| 150 - Recursos Financeiros diretam. Arrecadados | | | 5 | | 164 | |
| 151 - Contr. social s/o lucro das pessoas jurídicas | | | | 330 | 452 | |
| 153 - Contribuição previdenciária da seguridade social | | | | | 9 | |
| 156 - Contribuição plano seguridade social servidor | | 7 | 131 | 8 | 185 | |
| 169 - Contrib. patronal p/plano de seguridade soc. serv. | | | 20 | 139 | 1.567 | |
| 181 - Recursos de convênios | | 28 | 1.270 | 2.141 | 3.843 | |
| 190 - Recursos diversos | | | | | 5 | |
| 300 - Recursos ordinários | | | 44 | 1.487 | 1.497 | |
| 350 - Recursos não-financeiros diretam. arrecadados | | | 39 | | 132 | |
| 356 - Recursos não-financeiros diretam. arrecadados | | | | 154 | 154 | |
| 388 - Remuneração das disponib. do tesouro nacional | | | | | 396.720 | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 4.222 | 2.611 | 15.436 | 186.316 | 396.720 | |
| Recursos não-vinculados a destinação por força de recursos | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (III) | | | | | 396.720 | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 4.222 | 2.611 | 15.436 | 186.316 | | |

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FONTE:
Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está compromissada com o Fundo Atuarial

IONICE DE PAULA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA
Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013100114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

ISSN - 2175-1692

# Diário da Justiça Federal da Primeira Região

EDIÇÃO ELETRÔNICA

Ano IV, N. 21, Brasília-DF, Disponibilização: sexta-feira, 27 de janeiro de 2012. Publicação: segunda-feira, 30 de janeiro de 2012

## Sumário


| | PÁGINA |
|---|---|
| Tribunal Regional Federal da Primeira Região | 1 |
| Seção Judiciária do Distrito Federal | 104 |
| Seção Judiciária do Estado do Acre | 163 |
| Seção Judiciária do Estado do Amapá | 175 |
| Seção Judiciária do Estado do Amazonas | 178 |
| Seção Judiciária do Estado da Bahia | 186 |
| Seção Judiciária do Estado de Goiás | 301 |
| Seção Judiciária do Estado do Maranhão | 394 |
| Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso | 429 |
| Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais | 489 |
| Seção Judiciária do Estado do Pará | 757 |
| Seção Judiciária do Estado do Piauí | 781 |
| Seção Judiciária do Estado de Rondônia | 820 |
| Seção Judiciária do Estado de Roraima | 829 |
| Seção Judiciária do Estado do Tocantins | 831 |
| Total de páginas desta edição | 843 |


TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Presidente
OLINDO HERCULANO DE MENEZES

Vice-Presidente
JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO

Corregedor-Geral
CÂNDIDO ARTUR MEDEIROS RIBEIRO FILHO

EDIFÍCIO SEDE
Praça dos Tribunais Superiores, Bloco A
CEP 70070-900, Brasília/DF
PABX (61) 3314-5225
Ouvidoria (61) 3314-5855
Sítio: www.trf1.jus.br

## Tribunal Regional Federal da Primeira Região


| | PÁGINA |
|---|---|
| Presidência | 1 |
| Coordenadoria de Recursos | 4 |
| Coordenadoria da 2ª Turma | 6 |
| Coordenadoria da 4ª Turma | 25 |
| Coordenadoria da 5ª Turma | 43 |
| Coordenadoria da 6ª Turma | 74 |
| Coordenadoria da 8ª Turma | 99 |
| Central Executiva de Apoio Processual | 101 |


### PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO PRESI/SECOI Nº 1, 25 DE JANEIRO DE 2012.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Conselho de Administração do TRF/1.ª Região, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região e da Justiça Federal de 1.º Grau da 1.ª Região, referente ao 3.º Quadrimestre de 2011, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e disponibilização por meio da *Internet*, consoante previsto no art. 55, § 2.º, da referida lei.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

*Desembargador Federal OLINDO MENESES*
Presidente

ANEXO I
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1.º GRAU DA 1.ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

| RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares | | | |
|---|---|---|---|
| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | | |
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) | Total (c) = (a)+(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.507.439,1 | 3.623,7 | 1.510.962,8 |
| Pessoal Ativo | 1.301.480 | 2.932 | 1.304.413 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 205.959 | 591 | 206.550 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | 0 | 0 | 0 |
| (-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 202.811,94 | 880,26 | 203.692,2 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 627 | 67 | 693 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 472 | 0 | 472 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 6.165 | 657 | 6.842 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 195.529 | 156 | 195.685 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.304.627,16 | 2.643,44 | 1.307.270,6 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 559.706.387 |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100] | 0,233509% | 0,000473% | 0,233982% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,458245% | | | 2.560.244 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,435333% | | | 2.432.232 |
| FONTE: SIAFI GERENCIAL | | | |

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ICNICE DE PAULA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA
Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Diretor-Geral

ANEXO II
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1.º GRAU DA 1.ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ mil

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c)=(a-b) |
|---|---|---|---|
| < 100 - Recursos ordinários > | 462.659 | 78.762 | 383.898 |
| < 127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário > | 7.225 | 944 | 6.281 |
| < 150 - Recursos Financeiros diretam. Arrecadados > | 187 | 5 | 182 |
| < 151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas > | 452 | - | 452 |
| < 153 -Contribuição p/financiam. da seguridade social > | 9 | - | 9 |
| < 156 - Contribuição plano seguridade social servidor > | 203 | 138 | 66 |
| < 169 - Contrib.patronal p/plano de seguridad.soc.serv. > | 158 | 20 | 138 |
| < 181 - Recursos de convênios > | 6.289 | 2.446 | 3.843 |
| < 190 - Recursos diversos > | 5 | - | 5 |
| < 300 - Recursos ordinários > | 1.561 | 64 | 1.497 |
| < 350 - Recursos não-financeiros diretam.arrecadados> | 225 | 93 | 132 |

ISSN - 2176-1892
E-DJF1 Ano IV, Nº 21 Brasília-DF Disponibilização: sexta-feira, 27 de janeiro de 2012 - Publicação: segunda-feira, 30 de janeiro de 2012 1ª Região/TRF

| | | | |
|---|---|---|---|
| < 388 -Remuneração das disponib. do tesouro nacional > | 154 | - | 154 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 479.128 | 82.472 | 396.657 |
| < Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos> | 5.621 | 5.621 | 0 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 5.621 | 5.621 0 | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 484.750 | 88.093 | 396.657 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | | |

FONTE:
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

IONICE DE PAULA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA
Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Diretor-Geral

ANEXO III

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1.º GRAU DA 1.ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR-
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | RESTOS A PAGAR | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Liquidados e Não Pagos | | Empenhados e Não Liquidados | | | |
| | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | |
| < 100 - Recursos ordinários > | 1.200 | 2.508 | 75.054 | 383.936 | 383.898 | |
| < 127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário > | 10 | 61 | 673 | 6.278 | 6.281 | |
| < 150 - Recursos Financeiros diretam. Arrecadados > | | | 5 | | 182 | |
| < 151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas > | | | | 380 | 452 | |
| < 153 -Contribuição p/financiam. da seguridade social > | | | | | 9 | |
| < 156 - Contribuição plano seguridade social servidor > | | 7 | 131 | 18 | 66 | |
| < 169 - Contrib.patronal p/plano de seguridad.soc.serv. > | | | 20 | 138 | 138 | |
| < 181 Recursos de convênios > | 2 | 75 | 2.370 | 2.141 | 3.843 | |
| < 190 - Recursos diversos > | | | | | 5 | |
| < 300 - Recursos ordinários > | | | 64 | 1.497 | 1.497 | |
| < 350 - Recursos não-financeiros diretam.arrecadados> | | | 93 | | 132 | |
| < 388 -Remuneração das disponib. do tesouro nacional > | | | | 154 | 154 | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 1.212 | 2.651 | 78.609 | 394.543 | 396.657 | |
| < Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos> | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 1.212 | 2.651 | 78.609 | 394.543 | 396.657 | |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | | | | | |

FONTE:
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

IONICE DE PAULA RIBEIRO
Diretora da Secretaria do Controle Interno

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA
Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Diretor-Geral



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00202012013000003



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas da União, o **Aviso n° 13 GP-TCU, de 2012**, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 13 – GP/TCU

Brasília, 4 de janeiro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no **caput** do art. 96 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO nº 12), informo a Vossa Excelência que, no decorrer das fiscalizações realizadas pelo TCU, foram constatados indícios de irregularidade grave na seguinte obra:

• BR-429/RO – Construção Presidente Médici – Costa Marques (processo nº TC-005.736/2011-0).

Por oportuno, esclareço que o relatório de auditoria do mencionado empreendimento encontra-se, desde já, disponível no **site** deste Tribunal (www.tcu.gov.br). O acesso às informações será permitido apenas para os usuários portadores de senha, conforme procedido no exercício passado.

Para tanto, informo que a operacionalização do processo de concessão ou atualização de senhas poderá ser realizado pelo contato da área de informática do Congresso Nacional com a Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (SETIC) desse Tribunal e que a referida página será atualizada de forma a conter as deliberações que vierem a ser proferidas em decorrência das auditorias.

Por fim, registro que esta Corte de Contas encontra-se à disposição de Vossa Excelência para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente, – Senador **Benjamin Zymler**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 4 de fevereiro do corrente.

O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Ministro de Estado da Integração Nacional o **Ofício nº 646, de 2011**, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro- Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2011.

O expediente foi autuado da seguinte forma:

**Ofício nº 2, de 2012-CN**, que vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e será publicado no **Diário do Senado Federal** de 4 de fevereiro do corrente.

**Ofício "S" nº 1, de 2012**, que vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Um exemplar vai à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício nº 2, de 2012-CN.

**OFÍCIO Nº 2, DE 2012-CN**

Ofício nº 646/MI

Brasília, 27 de dezembro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Congresso Nacional
Brasília-DF

**Assunto**: Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro- Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2011

Senhor Senador,

Com os meus cordiais cumprimentos, faço referência aos §§ 4º e 5º do Art. 20 da lei nº 7.827, de 27-9-1989, que dispõe sobre a fiscalização e o controle dos relatórios do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) pelas Comissões que tratam da questão das desigualdades inter– regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como pela Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do Art. 166 da Constituição Federal.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência três vias do relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no 1º semestre de 2011, acompanhado das Demonstrações Contábeis de 30-6-2011, devidamente auditadas; três vias do Parecer-Conjunto nº 20/2011– SFRI/SUDECO, de 28-11-2011, do Ministério da Integração Nacional; e três vias da Resolução CONDEL/FCO nº 436, de 8– 12– 2011, que aprova o Relatório de Gestão apresentado pelo Banco.

Atenciosamente, – **Fernando Bezerra Coelho**, Ministro de Estado da Integração Nacional.

# MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

## BANCO DO BRASIL S.A.

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2011

Relatório de Gestão do 1º semestre de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas semestral a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

BANCO DO BRASIL S.A.
DIRETORIA DE GOVERNO

Brasília, novembro de 2011

**SUMÁRIO**

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
Introdução
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE
a) Responsabilidades Institucionais da Unidade
I. Competência Institucional
II. Objetivos Estratégicos
b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais
I. Análise do Plano Estratégico do Ministério da Integração Nacional
II. Plano de Ação Referente ao Exercício
c) Programas sob a Responsabilidade da Unidade
I. Relação dos Programas e Suas Principais Ações
II. Execução Física das ações realizadas pela UJ (Principais Ações do Programa)
III. Áreas Responsáveis pela Condução dos Programas e Ações
IV. Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro
I. Evolução das Despesas e Receitas
II. Avaliação do Administrador
3. OPERAÇÕES DE FUNDOS
a) Previsão Orçamentária
I. Origem dos Recursos Previstos para 2011
II. Distribuição Percentual dos Recursos do Tesouro Nacional por Unidade Federativa e Programas
III. Distribuição do Orçamento Realizado por Unidade Federativa e Programa
IV. Previsão de Aplicação de Recursos
b) Execução Orçamentária
I. Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado)
II. Transferências do Tesouro Nacional
c) Resultados
I. Contratações de Operações de Financiamento
II. Situação da Demanda
III. Retornos de Operações de Financiamento
IV. Situação dos Recursos
V. Remuneração dos Recursos Disponíveis
VI. Remuneração dos Recursos Aplicados
VII. Situação da Carteira de Financiamentos
VIII. Patrimônio Líquido
IX. Legislação Editada no Período
X. Remuneração do Banco Operador – *Del Credere*
XI. Remuneração do Administrador
XII. Perdas

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

XIII. Rebates / Bônus de Adimplência
XIV. Geração de Empregos
XV. Operações Ajuizadas
XVI. Fiscalização, Controle e Auditagem
4. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

## LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

BB – Banco do Brasil

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAF-RA – Pronaf Reforma Agrária

TCU – Tribunal de Contas da União

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária

PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

CONDEL/FCO – Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CEDRS - Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável

CTCR - Câmaras Técnicas de Crédito Rural

CABB - Central de Atendimento do Banco do Brasil

ZAV – Zona de Alta Vigilância

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

## LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Título

Quadro I – Contratações – Comparação 1° Semestre de 2011 e 2010 .....
Quadro II – Contratações com Empreendedores Individuais, micro e pequeno porte .....
Quadro III – Contratações por Programa, Porte e UF .....
Quadro IV - Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a mini, micro e pequenos tomadores .....
Quadro V - Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas junto a mini, micro e pequenos tomadores .....
Quadro VI - Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas junto a MGP e MGE .....
Quadro VII – Contratações do Pronaf/FCO .....
Quadro VIII – Empregos gerados no âmbito do Pronaf .....
Quadro IX – Saldos do Pronaf .....
Quadro X – Contratações Pronaf-RA .....
Quadro XI – Contratações Pronaf e Pronaf-RA - Comparativo .....
Quadro XII – Origem dos Recursos Previstos para 2011 .....
Quadro XIII - Distribuição dos recursos por Unidade Federativa e Programas .....
Quadro XIV – Distribuição dos Recursos por UF e Programa .....
Quadro XV – Previsão de Aplicação de Recursos em 2011 .....
Quadro XVI – Realização da Previsão Orçamentária .....
Quadro XVII – Transferências do Tesouro Nacional .....
Quadro XVIII - Transferências do Tesouro Nacional – comparativo 2011/2010 .....
Quadro XIX – Contratações por Programa e UF .....
Quadro XX – Contratações por Porte e Linha de Financiamento .....
Quadro XXI – Contratações por Porte e UF .....
Quadro XXII – Contratações por UF, Programa e Porte .....
Quadro XXIII – Distribuição espacial das aplicações 2011/2010 .....
Quadro XXIV – Contratações na RIDE .....
Quadro XXV – Contratações na mesorregião de Águas Emendadas .....
Quadro XXVI – Contratações com novos beneficiários .....
Quadro XXVII – Contratações com valor superior a R$ 10 milhões .....
Quadro XXVIII – Contratações por Tipologia e UF .....
Quadro XXIX – Operações de Repasse .....

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro XXX – Situação das propostas: Contratadas x Não atendidas
Quadro XXXI – Situação das propostas por Programa e Porte
Quadro XXXII – Motivo de não atendimento de demandas, por UF
Quadro XXXIII – Motivo de não atendimento de demandas, por Programa
Quadro XXXIV – Motivo de não atendimento de demandas, por Porte
Quadro XXXV – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento
Quadro XXXVI – Retornos de capital
Quadro XXXVII – Situação dos recursos por UF
Quadro XXXVIII – Saldos por programa e UF
Quadro XXXIX – Saldos por porte e UF
Quadro XL - Securitização
Quadro XLI - PESA
Quadro XLII – Renegociações por UF e Programa
Quadro XLIII – Renegociações por UF e Porte
Quadro XLIV – Prorrogações do FCO
Quadro XLV – Financiamentos por Encargos Pactuados
Quadro XLVI – Carteira por risco
Quadro XLVII – Carteira com risco BB
Quadro XLVIII – Carteira com risco compartilhado
Quadro XLIX – Carteira com risco FCO
Quadro L – Saldos vincendos e vencidos (por parcela)
Quadro LI – Saldos vincendos e vencidos (pelo saldo total)
Quadro LII – Inadimplência por Risco (por parcela)
Quadro LIII – Inadimplência por Risco (pelo saldo total)
Quadro LIV – Inadimplência por modalidade
Quadro LV – Inadimplência sem o Procera
Quadro LVI – % de participação por faixa de vencimento
Quadro LVII – Inadimplência por UF
Quadro LVIII – Evolução Patrimonial
Quadro LIX – Perdas contabilizadas no período
Quadro LX – Ressarcimentos ao Fundo, decorrentes de perdas com risco compartilhado
Quadro LXI – Geração de Empregos
Quadro LXII – Valor financiado x Empregos gerados

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Poder e Órgão de vinculação** | | | |
| **Poder:** Executivo | | | |
| **Órgão de Vinculação:** Ministério da Integração Nacional | | | **Código SIORG:** 042670 |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Denominação completa:** Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste | | | |
| **Denominação abreviada:** FCO | | | |
| **Código SIORG:** 003498 | **Código LOA:** 74914 | | **Código SIAFI:** 537003 |
| **Situação:** ativa | | | |
| **Natureza Jurídica:** Fundos | | | |
| **Principal Atividade:** Atividades de Serviços Financeiros | | | **Código CNAE:** 6499-9/99 |
| **Telefones/Fax de contato:** | (061) 3102-2121 | (061) 3310-8813 | |
| **Endereço eletrônico:** governo@bb.com.br | | | |
| **Página da Internet:** http://www.bb.com.br/portalbb/page3,110,4501,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=337&codigoMenu=668&codigoRet=927&bread=1_8 | | | |
| **Endereço Postal:** SBS, Quadra 01, Bloco C, Lote 32, Ed. Sede III, 12° andar, CEP: 70073-901 Brasília (DF) | | | |
| **Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Constituição Federal, art. 159, inciso I, alínea "c" - determina que a União entregará, para aplicação em programas de financiamentos ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, três por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. | | | |
| **Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Lei n.° 10.177, de 12.01.2001, altera a Lei n° 7.827, que instituiu o Fundo; MP 2.196-3, de 24.08.2001 – regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição. | | | |
| **Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Programação anual de aplicação dos recursos para o Exercício 2011 | | | |
| **Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Código SIAFI** | **Nome** | | |
| Não se aplica | Não se aplica | | |
| **Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Não se aplica | | | |
| **Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões** | | | |
| **Código SIAFI da Unidade Gestora** | | **Código SIAFI da Gestão** | |
| Não se aplica | | Não se aplica | |

**Introdução**

O Relatório de Gestão do FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, 1º Semestre de 2011, destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. É, portanto, através dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados.

Relatamos a seguir, de forma objetiva e peculiar à atividade meio, os trabalhos desenvolvidos no 1º Semestre de 2011 pelo Banco do Brasil, na qualidade de Gestor do FCO.

O presente Relatório de Gestão está estruturado da seguinte maneira:

a) Identificação da Unidade Jurisdicionada.
b) Introdução.
c) Informações sobre a gestão orçamentária da Unidade, destacando-se suas responsabilidades, estratégias de atuação, o detalhamento dos programas sob sua responsabilidade e o desempenho operacional.
d) Operações de fundos, capítulo contendo a previsão orçamentária, a execução orçamentária e os resultados da realização orçamentária.

**Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, Anexo II) que não se aplicam à realidade da Unidade:**

- Informações sobre a composição de Recursos Humanos – O FCO não possui quadro próprio de servidores.
- Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 – Não se aplica à natureza da UJ.
- Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras – Não se aplica à UJ, já que não há estrutura física para a mesma.
- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros – Não se aplica à UJ, já que não há estrutura física para a mesma.
- Informações sobre a gestão da tecnologia da informação (TI) da UJ - Não se aplica à UJ, já que não há estrutura física para a mesma.
- Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno - Não houve determinações e recomendações para o exercício de 2011.

**Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, Anexo III) que não se aplicam à realidade da Unidade:**

- Composição acionária do capital social – Não se aplica. O FCO não possui acionista e nem ações em outras sociedades.

## 2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

### a) Responsabilidades Institucionais da Unidade

#### I. Competência Institucional

A administração do FCO é exercida, em conjunto, pelo Ministério da Integração Nacional, CONDEL/FCO e Banco do Brasil.

O Ministério da Integração Nacional – MI é responsável por:

a) estabelecer as diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
b) repassar ao Banco do Brasil os recursos transferidos para o Fundo pelo Tesouro Nacional;
c) estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
d) encaminhar, anualmente, ao CONDEL/FCO, proposta para aplicação dos recursos, relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte.

Ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – CONDEL/FCO, órgão colegiado vinculado ao MI, cabe:

a) estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do Fundo, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento;
b) indicar providências para compatibilização das respectivas aplicações com as ações das demais instituições de desenvolvimento regional; e
c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas.

O Banco do Brasil tem como atribuições:

a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de financiamento de acordo com os programas aprovados pelo CONDEL/FCO;
b) formular a proposta de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte e encaminhá-la ao MI;
c) definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
d) formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo;
e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações; e
f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos.

No cometimento das atribuições de administrador do Fundo, o Banco do Brasil exerce, entre outras, as seguintes atividades:

a) controle financeiro, orçamentário e contábil do Fundo;
b) prestação de contas ao Tribunal de Contas da União - TCU;
c) informações gerenciais ao CONDEL/FCO, MI, Secretaria Federal de Controle Interno - SFC e outros órgãos públicos federais e estaduais;
d) elaboração da programação anual de aplicação dos recursos;
e) elaboração semestral de relatórios de atividades e resultados obtidos;
f) publicação do balanço anual;
g) normatização interna das diretrizes para aplicação dos recursos;
h) elaboração de literatura para divulgação da programação ao público externo;
i) acompanhamento e manutenção das normas operacionais;
j) elaboração e acompanhamento das cláusulas, instruções e metodologias financeiras;
k) elaboração de roteiros contábeis;
l) análise e definição de encargos financeiros;
m) registro de repasses nas contas de recursos do Fundo;
n) enquadramento das cartas-consultas às normas do Fundo;
o) representação junto a órgãos de desenvolvimento estadual;
p) relacionamento com entidades representativas dos segmentos produtivos e dos trabalhadores;
q) acolhimento e análise de cartas-consultas;
r) análise da viabilidade técnica e econômica de projetos;
s) estudo e deferimento das operações;
t) formalização dos contratos;
u) acompanhamento das operações;
v) acompanhamento e controle de operações inadimplidas;
w) negociação para recuperação de dívidas;
x) edição de literatura para o público interno e externo;
y) campanhas publicitárias para divulgação do Fundo e promoção de eventos ligados aos setores produtivos da Região.

**II. Objetivos Estratégicos**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, criado pela Lei 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a região conta com 466 municípios.

A administração do FCO é compartilhada pelo Ministério da Integração Nacional, Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO e Banco do Brasil, observadas as atribuições previstas na legislação (Arts. 14 e 15 da Lei 7.827/1989, alterada pela Lei 10.177/2001).

Por força do disposto no art. 20 da Lei 7.827/89, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001, cabe ao Banco do Brasil encaminhar semestralmente ao Ministério da Integração Nacional o relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

**b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais**

Os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes, conforme o art. 6º da Lei 7.827, de 1989:

a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
b) retornos e resultados das aplicações;
c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;
d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais e/ou estrangeiras;
e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

**I. Análise do Plano Estratégico do Ministério da Integração Nacional**

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020) deve orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade, e preparar a região para os desafios do futuro. O plano constitui referencial para negociação e implementação articulada de projetos de desenvolvimento, que envolve o governo federal, por meio de seus órgãos, ministérios, governos estaduais e diversos segmentos da sociedade centro-oestina. A elaboração do Plano foi uma iniciativa da extinta Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SCO do Ministério da Integração Nacional, mas não deve ser concebido como um plano do Governo Federal. Deve constituir, de fato, referencial para a sociedade regional, seus atores sociais e agentes públicos. Por outro lado, como uma perspectiva de longo prazo, o Plano (2007-2020) não pode ser confundido com o plano do governo atual, devendo compor a base estratégica para futuros governos brasileiros e seus parceiros nos estados da Região.

O Plano foi elaborado de forma participativa, envolvendo a sociedade com a parceria dos governos dos estados, de modo a incorporar as expectativas e percepções da população e das lideranças do Centro-Oeste em relação aos desafios do futuro. O processo participativo, que deve ser confirmado na implementação do Plano, constitui também fator determinante de sua sustentabilidade política, assegurando a efetiva implementação das ações prioritárias, mesmo com mudanças de governo. A confirmação do Plano como uma referência estratégica para os agentes e atores sociais, ao persistir e resistir às mudanças políticas depende, antes de tudo, da aderência e consistência dos seus propósitos e prioridades com a visão da sociedade e de suas lideranças políticas, sociais e empresariais.

Deixa de ser o plano de um determinado Governo, para criar bases sólidas na sociedade, incorporar as prioridades estratégicas e refletir-se nas decisões dos governos. A efetiva implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste depende de sua capacidade em refletir e expressar as preocupações e propostas dominantes na sociedade; mas também da sua contribuição para a formação de grandes convergências entre os atores sociais

em torno das prioridades de desenvolvimento. A participação da sociedade na formulação do Plano e na sua execução constitui, portanto, a condição central para o seu sucesso; pelo fato de incorporar as expectativas da sociedade sobre o futuro da região, e pela contribuição para a construção de um "projeto coletivo" regional que ultrapassa os limites dos governos e se incorpora nas expectativas e anseios dos atores sociais.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020) está apresentado em sete capítulos, além da Introdução que explica a metodologia utilizada na sua elaboração; o primeiro capítulo apresenta uma análise resumida da evolução da realidade sócio-econômica do Centro-Oeste e antecipa alguns movimentos que preparam o futuro da Região.

O capítulo seguinte descreve os cenários do Centro-Oeste no horizonte 2020. Antecipa análise das alternativas de mudança futura do contexto mundial e nacional, condicionantes importantes do futuro da Região e termina com uma descrição da visão de futuro do Centro-Oeste segundo as expectativas da sociedade.

O capítulo III mostra, de forma sistemática, as potencialidades de desenvolvimento e os estrangulamentos que emperram ou dificultam o desenvolvimento regional. O quarto capítulo destaca, a partir dos cenários do contexto, as oportunidades e as ameaças que o Centro-Oeste deve encontrar na sua trajetória futura.

O quinto capítulo é a parte central do Plano. Explicita o que será feito para promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, desde os vetores de desenvolvimento até a carteira de projetos prioritários.

O sexto capítulo apresenta os instrumentos que serão utilizados para a implementação da estratégia. Nele, o FCO é citado como principal instrumento de financiamento dos investimentos e da produção empresarial.

O sétimo, e último, descreve o modelo de gestão que será necessário para organizar o Estado e a sociedade na execução e monitoramento do Plano.

**II. Plano de Ação Referente ao Exercício**

A Programação do FCO para o Exercício de 2011 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO (Res. Condel/FCO nº 410, de 14.12.2010, publicada no DOU de 23.12.2010), em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827; as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Portaria nº 571, de 12.07.2010, publicada no DOU de 13.07.2010); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR; o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PDCO; e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE.

**Planejamento**

Anualmente, o Banco do Brasil elabora a proposta de aplicação dos recursos para o exercício seguinte, com base nas diretrizes da Lei 7.827/89 e em consonância com o Plano de Desenvolvimento Regional. Na formulação da proposta, o Banco observa, ainda, as diretrizes e

orientações gerais fixadas pelo MI. Até 30 de setembro de cada ano, o BB encaminha a proposta ao MI, que deverá submetê-la ao CONDEL/FCO até 15 de novembro. O CONDEL/FCO, por sua vez, deverá aprovar a proposta até o dia 15 de dezembro.

**Execução**

Os recursos recebidos do MI, em parcelas decendiais, acrescidos do resultado financeiro mensal e dos retornos de operações, são alocados para aplicação nos programas de financiamento em vigor.

A distribuição dos recursos do Fundo, no Exercício de 2011, obedeceu aos percentuais abaixo:

a) Unidades Federativas do Centro-Oeste, da seguinte forma: 19,0% (DF), 29,0% (GO), 29,0% (MT) e 23,0% (MS).
Obs.: Na distribuição entre as UF's, 51% dos recursos do Fundo foram destinados aos micro e pequenas empresas e aos mini e pequenos produtores rurais e 49,0% aos médios e grandes tomadores.

Ao final do exercício, as Unidades Federativas podem apresentar maior ou menor volume de recursos disponíveis, em decorrência de:

a) aumento ou retração na demanda;
b) existência de propostas em exame e/ou de operações aprovadas e ainda não contratadas; e
c) assunção pelo Fundo ou pelo agente financeiro de operações inadimplidas.

No encerramento do exercício, os recursos não aplicados são realocados para distribuição de acordo com a programação anual do exercício seguinte.

As principais diretrizes observadas pelo Banco do Brasil na aplicação dos recursos são:

a) concessão de financiamentos exclusivamente ao setores produtivos das regiões beneficiadas;
b) ação integrada com instituições federais sediadas nas regiões;
c) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matéria-prima e mão-de-obra locais, às que produzem alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
d) preservação do meio ambiente;
e) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
f) conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
g) orçamentação anual das aplicações dos recursos;
h) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;

i) apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
j) proibição de aplicação dos recursos a fundo perdido;
k) programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento;
l) divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento.

**c) Programas sob a Responsabilidade da Unidade**

O FCO é um fundo de origem constitucional, não vinculado diretamente a programa de governo, com objetivo específico de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Citados programas de financiamento referem-se às linhas de financiamento definidas em programação anual do CONDEL/FCO para utilização pelo agente financeiro na contratação de operações junto aos tomadores finais.

Em analogia aos programas de governo, o FCO pode ser considerado um "programa finalístico", porquanto seus recursos são ofertados diretamente à sociedade, com ação não orçamentária.

As linhas de financiamento operacionalizadas no âmbito do FCO estão segmentadas por atividade econômica – RURAL e EMPRESARIAL – e são direcionadas a mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais e a micro, pequenas, médias e grandes empresas, respectivamente.

**I. Relação dos Programas e Suas Principais Ações**

Em consonância com o disposto no art. 14, parágrafo único, e no art. 15, parágrafo único, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação da Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Banco do Brasil encaminhou ao Ministério da Integração Nacional, para apreciação do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO), a proposta dos programas de financiamento e a proposta de aplicação dos recursos relativa aos referidos programas para o exercício de 2011. A programação foi aprovada pelo Condel/FCO em 14.12.2010, nos termos da Resolução n.º 410, e alterada por Resoluções posteriores, no decorrer do período.

Os financiamentos com recursos do Fundo são implementados por meio dos seguintes Programas e Linhas de Financiamentos:

### c.I.1. Programa de FCO Empresarial

#### c.I.1.1. Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais e às Micro e Pequenas Empresas

##### c.I.1.1.1. Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais - EI

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento destinado à atividade dos empreendedores individuais (EI), bem como capital de giro associado, aquisição de insumos e matéria-prima e formação de estoques para vendas. | Empreendedores individuais, classificados conforme a Lei Complementar nº 128, de 19.12.2008. |

##### c.I.1.1.2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou relocalização de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima. | Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral. |

##### c.I.1.1.3. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização e reforma de infraestrutura econômica, capital de giro associado e aquisição de insumos, nos setores de: transporte rodoviário – estradas vicinais e coletoras; armazenagem – unidades de armazenagem coletora, intermediária e terminal; abastecimento de água; esgotamento sanitário; usinas de compostagem/aterros sanitários; atividades integradas de logística de armazenagem, transporte, comunicação e energia. | Pessoas jurídicas de direito privado e empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público. |

##### c.I.1.1.4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, capital de giro associado e aquisição de insumos. | Pessoas jurídicas de direito privado, cadastradas no Ministério do Turismo, desde que prestem serviços turísticos remunerados e exerçam atividades econômicas na cadeia produtiva do turismo, tais como: meios de hospedagem, agências de turismo, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos, restaurantes, cafeterias, bares e similares, centros de convenções, parques aquáticos, empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer, estruturas de apoio ao turismo náutico, casas de espetáculos/equipamentos de animação turística, prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos e prestadoras especializadas em segmentos turísticos. |

### c.I.1.1.5. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou relocalização de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.<br>Excepcionalmente, financiamento de investimentos exclusivamente para a adequação ambiental de instalações de empresas com atuação na revenda de combustíveis e lubrificantes para veículos. | Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços e, excepcionalmente, empresas que atuam na revenda varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotivos (postos revendedores, postos de atendimento e sistema retalhista), nos termos da Resolução Conama n.º 273/2000. |

### c.I.1.2. Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas

### c.I.1.2.1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou relocalização de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima. | Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral. |

### c.I.1.2.2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização e reforma de infraestrutura econômica, com ou sem capital de giro associado e aquisição de insumos, nos setores de energia (produção, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem hidráulica, térmica, eólica, solar e outras); transporte (rodoviário – estradas vicinais e coletoras; hidroviário – instalações portuárias e equipamentos de navegação fluvial; ferroviário; aeroviário); armazenagem – unidades de armazenagem coletora, intermediária e terminal; abastecimento de água; esgotamento sanitário; usinas de compostagem/aterros sanitários; instalação de gasoduto; produção de gás; distribuição de gás canalizado; atividades integradas de logística de armazenagem, transporte, comunicação e energia; telecomunicações. Fica admitido o financiamento de empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC nos setores acima. | Pessoas jurídicas de direito privado, empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público e Parcerias Público-Privadas. |

### c.I.1.2.3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, com ou sem capital de giro associado e aquisição de insumos. | Pessoas jurídicas de direito privado, cadastradas no Ministério do Turismo, desde que prestem serviços turísticos remunerados e exerçam atividades econômicas na cadeia produtiva do turismo, tais como: meios de hospedagem, agências de turismo, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos, |

| | |
|---|---|
| | restaurantes, cafeterias, bares e similares, centros de convenções, parques aquáticos, empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer, estruturas de apoio ao turismo náutico, casas de espetáculos/equipamentos de animação turística, prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos e prestadoras especializadas em segmentos turísticos. |

### c.I.1.2.4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou relocalização de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, com ou sem capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.<br>Excepcionalmente, financiamento de investimentos exclusivamente para a adequação ambiental de instalações de empresas com atuação na revenda de combustíveis e lubrificantes para veículos. | Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços e, excepcionalmente, empresas que atuam na revenda varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotivos (postos revendedores, postos de atendimento e sistema retalhista), nos termos da Resolução Conama n.º 273/2000. |

### c.I.1.3 Programa de FCO Rural

### c.I.1.3.1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de investimentos fixo e semifixo e de custeio associado a projeto de investimento, bem como de empreendimentos destinados ao beneficiamento e *transformação* de matéria-prima regional *in natura*, de origem agropecuária de produção preponderantemente própria, compreendendo a implantação, ampliação e modernização de agroindústria conduzida por produtores rurais de forma isolada ou reunidos em cooperativas ou associações e a produção artesanal de produtos desenvolvidos por mini e pequenos produtores rurais, de forma isolada ou em grupo, tais como doces, biscoitos, pães, geléias, queijos, iogurtes, cestas e artigos de couro. | Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor *rural*. |

### c.I.1.3.2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de serviços como projetos básicos e executivos de irrigação e drenagem, empreendimentos em infraestrutura hídrica como barragens, obras civis e hidráulicas, eletricidade, equipamentos de irrigação novos e usados, bem como reformas e remodelagem de equipamentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas no processo produtivo e que estejam direcionados às necessidades da agricultura irrigada. | Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações. |

### c.I.1.3.3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (CONVIR)

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de empreendimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades de unidade integradora, e financiamento de custeio. | Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, desde que se dediquem à atividade produtiva no sistema de integração rural. |

### c.I.1.3.4. Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de itens de investimento fixo e semifixo e de custeio associado, vinculados a projeto de adoção de sistemas de integração de agricultura com pecuária. | Produtores rurais, na condição de pessoas física ou jurídica, suas cooperativas de produção e associações de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural. |

### c.I.1.3.5. Linha de Financiamento de Conservação da Natureza

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de investimentos, de custeio agrícola, de custeio associado a projeto de investimento e de serviços e custos relacionados à regularização ambiental dos imóveis rurais destinados a: possibilitar o aproveitamento de áreas degradadas ou alteradas, com a utilização de espécies nativas ou exóticas adaptadas; conservação e recuperação de microbacias, nascentes e mananciais; implantação de sistemas agroflorestais e florestais; tratamento de efluentes oriundos de atividades agropecuárias; produção de alimentos associados a práticas ecologicamente sustentáveis; produção de insumos orgânicos; serviços e insumos inerentes à fase de transição da agricultura convencional para a orgânica; inscrição, certificação, inspeção e manutenção de projetos de seqüestro de carbono e de redução de emissão de gases de efeito estufa e projetos florestais; implantação de manejo florestal sustentado de baixo impacto em florestas; implantação e certificação de sistemas de gestão ambiental; implantação de culturas oleaginosas alternativas para produção de biodiesel; e regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas. | Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, e suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.<br>Para efeito de enquadramento na Linha de Financiamento de Conservação da Natureza, equipara-se a produtor rural a pessoa jurídica que se dedique a atividades florestais e que conste em seu contrato social a descrição dessa atividade. |

### c.I.1.3.6. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento para a retenção de fêmeas bovinas. | Produtores rurais cujas propriedades preencham as seguintes condições básicas: a) estejam localizadas na planície pantaneira, sazonalmente inundável; b) no mínimo, 50% de suas áreas utilizáveis sejam constituídas de pastagens nativas, conforme disposto na legislação vigente; c) estejam integradas a projetos de capacitação técnica e gerencial, que assegurem compromissos com a melhoria do manejo e dos índices zootécnicos dos imóveis beneficiados; e d) detenham áreas de pastagens, com potencial que permita a evolução da atividade. |

### c.I.1.3.7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de investimentos fixos, semifixos e de custeio compreendendo em especial: a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos aquícolas, bem como financiamento da cadeia produtiva da aquicultura; a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos destinados à produção de insumos, beneficiamento, comercialização e armazenamento da produção; e de custeio associado de itens necessários à atividade aquícola. | Aquicultores, na condição de pessoas físicas ou jurídicas, diretamente ou por intermédio de suas cooperativas de produção, desde que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida, além de cooperativas e associações de aquicultores. |

### c.I.1.3.8. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de investimento a pescadores artesanais, isoladamente ou por meio de suas cooperativas, bem como associações de pescadores artesanais, para investimento na melhoria das condições de produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado e financiamento a pescadores artesanais, beneficiários do financiamento acima descrito, para custeio da atividade de pesca. | Pescadores artesanais, diretamente ou por intermédio de suas cooperativas, entendido como aqueles que, com meios de produção próprios, exercem sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar ou, ainda, com auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício, além de cooperativas ou associações de pescadores artesanais. |

### c.I.1.3.9. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de investimentos semifixos e de custeio, compreendendo basicamente a retenção de bovinos, para a adequação das propriedades à adoção das medidas sanitárias preconizadas pelos órgãos oficiais. | Produtores rurais, na condição de pessoas física ou jurídica, suas cooperativas de produção e associação de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva rural na Zona de Alta Vigilância Sanitária com o Paraguai e a Bolívia. |

### c.I.1.3.10. Linha Especial de Financiamento para Custeio Agropecuário para Médios e Grandes Produtores Rurais

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamentos de custeio agropecuário para médios e grandes produtores rurais, concedidos à égide do Programa de FCO Rural nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural e de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural – Convir. | Médios e grandes produtores rurais, inclusive aqueles que não contem com financiamento de investimento "em ser" ao amparo do Fundo. |

### c.I.1.3.11. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. | Agricultores familiares. |

### c.I.1.3.12. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Reforma Agrária (Planta Brasil)

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamento de investimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou áreas comunitárias rurais próximas, desde que localizados na Região Centro-Oeste. | Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal. |

### c.I.1.4. Programa de FCO para Repasse

### c.I.1.4.1. Programa de FCO Empresarial para Repasse

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamentos nas Linhas para Empreendedores Individuais – EI, de Desenvolvimento Industrial para MPE, de Infraestrutura Econômica para MPE, do Turismo Regional para MPE e dos Setores Comercial e de Serviços para MPE, operados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar os programas de financiamento, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, na forma do art. 9º da Lei 7.827/89 e da Portaria MI nº 616, de 26.05.2003. | Micro e pequenas empresas |

### c.I.1.4.2. Programa de FCO Rural para Repasse

| FINALIDADE: | BENEFICIÁRIOS: |
|---|---|
| Financiamentos nas Linhas de Desenvolvimento Rural, de Irrigação e Drenagem, de Sistema de Integração Rural-Convir, de Integração Lavoura-Pecuária, de Conservação da Natureza, de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira, de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca, operados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar os programas de financiamento, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, na forma do art. 9º da Lei 7.827/89 e da Portaria MI nº 616, de 26.05.2003. | Mini e pequenos produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas associações e cooperativas. |

## II. Execução Física das ações realizadas pela UJ (Principais Ações do Programa)

Conforme se observa no Quadro I, a seguir, o comparativo entre o 1º semestre de 2011 e de 2010, mostra incremento de 20,3% na quantidade e de 28,4% no valor total das contratações, destacando-se, no setor Empresarial, a linha de Infraestrutura Econômica (72,2%).

Quadro I – Contratações – Comparação 1º Semestre de 2011 e 2010

(R$ mil)

| PROGRAMAS | 2011 | | 2010 | | Variação % | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| **EMPRESARIAL** | **13.397** | **1.149.455** | **8.028** | **951.092** | **66,9** | **20,9** |
| Industrial | 1.872 | 294.052 | 981 | 439.404 | 90,8 | -33,1 |
| Infraestrutura | 31 | 117.795 | 3 | 68.395 | 933,3 | 72,2 |
| Turismo | 652 | 57.663 | 1.310 | 67.350 | -50,2 | -14,4 |
| Comércio e Serviço | 10.842 | 679.945 | 5.734 | 375.944 | 89,1 | 80,9 |
| **RURAL** | **22.153** | **1.087.897** | **21.533** | **791.514** | **2,9** | **37,4** |
| Rural/Integração | 3.955 | 497.910 | 3.838 | 447.898 | 3,0 | 11,2 |
| PRONAF | 15.704 | 340.042 | 15.992 | 301.847 | -1,8 | 12,7 |
| PRONAF-RA | 1.396 | 22.004 | 1.622 | 24.016 | -13,9 | -8,4 |
| Pronatureza | 94 | 18.910 | 73 | 17.021 | 28,8 | 11,1 |
| Custeio | 1.004 | 209.031 | 8 | 732 | 12.450,0 | 28.461,5 |
| **Total Geral** | **35.550** | **2.237.353** | **29.561** | **1.742.606** | **20,3** | **28,4** |

Posição 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

O Quadro I oferece um comparativo das contratações, por programa, nos primeiros semestres dos exercícios de 2010 e 2011, enquanto, o Quadro II encontram-se consolidadas as contratações do 1º semestre de 2011 com os tomadores de menor porte do Setor Empresarial, incluindo os Empreendedores Individuais.

Quadro II – Contratações com Empreendedores Individuais, micro e pequeno porte

(R$ mil)

| | | DF | | GO | | MT | | MS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Total qt. | Total Vlr |
| Des. Industrial | EI | 0 | - | 1 | 5 | 1 | 12 | 0 | - | 2 | 17 |
| | MI | 4 | 202 | 37 | 1.024 | 14 | 521 | 20 | 356 | 75 | 2.102 |
| | PP | 153 | 12.669 | 836 | 42.075 | 206 | 11.538 | 170 | 8.095 | 1365 | 74.378 |
| Infraestrut. Econ. | MI | 0 | - | 0 | - | 1 | 4 | 0 | - | 1 | 4 |
| | PP | 1 | 14 | 6 | 208 | 5 | 332 | 7 | 155 | 19 | 709 |
| Turismo Regional | EI | 0 | - | 0 | - | 2 | 2 | 0 | - | 2 | 2 |
| | MI | 8 | 174 | 21 | 374 | 7 | 130 | 17 | 310 | 53 | 988 |
| | PP | 139 | 9.231 | 175 | 9.732 | 73 | 6.101 | 153 | 8.707 | 540 | 33.771 |
| Com. e Serviços | EI | 1 | 4 | 2 | 18 | 1 | 5 | 7 | 28 | 11 | 54 |
| | MI | 139 | 4.163 | 274 | 5.367 | 123 | 2.829 | 237 | 4.948 | 773 | 17.306 |
| | PP | 1768 | 101.435 | 3633 | 153.752 | 1475 | 78.563 | 1958 | 73.703 | 8834 | 407.454 |
| Subtotais | EI | 1 | 4 | 3 | 23 | 4 | 19 | 7 | 28 | 15 | 73 |
| | MI | 151 | 4.538 | 332 | 6.765 | 145 | 3.483 | 274 | 5.614 | 902 | 20.400 |
| | PP | 2061 | 123.350 | 4650 | 205.767 | 1759 | 96.534 | 2288 | 90.660 | 10758 | 516.311 |
| TOTAIS | | 2213 | 127.891 | 4985 | 212.555 | 1908 | 100.036 | 2569 | 96.302 | 11675 | 536.784 |

Obs.: posição 30/06/2011

As operações de Pescart, Convir, Linha Especial de Financiamento na Região da Fronteira, Lavoura-Pecuária e Proaqua fazem parte da linha de financiamento de Desenvolvimento Rural/Integração e encerraram o exercício com o montante de R$ 3,7 milhões. O quadro a seguir apresenta as contratações por Programas e Linhas de Financiamentos conforme a Programação 2011.

Quadro III – Contratações por Programa, Porte e UF

(R$ mil)

| | DF | | GO | | MS | | MT | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PROGRAMAS** | **Qtde.** | **Valor** | **Qtde.** | **Valor** | **Qtde.** | **Valor** | **Qtde.** | **Valor** | **Qtde.** | **Valor** |
| **EMPRESARIAL EI** | **1** | **4** | **3** | **23** | **7** | **28** | **4** | **19** | **15** | **73** |
| Desenvolvimento Industrial | 0 | 0 | 1 | 5 | 0 | 0 | 1 | 12 | 2 | 17 |
| Turismo Regional | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Comércio e Serviços | 1 | 4 | 2 | 18 | 7 | 28 | 1 | 5 | 11 | 54 |
| **EMPRESARIAL MPE** | **2.190** | **122.337** | **4.979** | **211.858** | **2.561** | **95.674** | **1.898** | **99.408** | **11.628** | **529.278** |
| Desenvolvimento Industrial | 149 | 9.512 | 872 | 42.999 | 190 | 8.451 | 219 | 11.809 | 1.430 | 72.771 |
| Infraestrutura Econômica | 1 | 14 | 6 | 208 | 7 | 155 | 6 | 336 | 20 | 713 |
| Turismo Regional | 144 | 9.129 | 195 | 9.861 | 170 | 9.018 | 79 | 6.131 | 588 | 34.139 |
| Comércio e Serviços | 1.896 | 103.681 | 3.906 | 158.791 | 2.194 | 78.051 | 1.594 | 81.133 | 9.590 | 421.655 |
| **EMPRESARIAL MGE** | **350** | **113.610** | **738** | **230.926** | **287** | **80.330** | **347** | **187.805** | **1.722** | **612.671** |
| Desenvolvimento Industrial | 59 | 12.603 | 235 | 135.648 | 49 | 37.483 | 87 | 31.822 | 430 | 217.555 |
| Infraestrutura | 2 | 23.106 | 4 | 5.129 | 2 | 3.875 | 3 | 84.971 | 11 | 117.082 |
| Turismo Regional | 22 | 8.467 | 25 | 5.456 | 4 | 949 | 6 | 8.031 | 57 | 22.903 |
| Comércio e Serviços | 267 | 69.434 | 474 | 84.693 | 232 | 38.022 | 251 | 62.981 | 1.224 | 255.131 |
| **RURAL** | **123** | **11.307** | **2.528** | **245.701** | **1.454** | **265.101** | **902** | **198.680** | **5.007** | **720.788** |
| Desenvolvimento Rural | 118 | 10.968 | 2.413 | 230.264 | 577 | 76.809 | 789 | 171.062 | 3.897 | 489.103 |
| Convir | 0 | 0 | 3 | 920 | 1 | 1.100 | 0 | 0 | 4 | 2.020 |
| Pronatureza | 4 | 261 | 66 | 10.775 | 18 | 6.389 | 6 | 1.486 | 94 | 18.910 |
| Adeq. sist.prod.pecuário região de fronteira | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 1.723 | 0 | 0 | 8 | 1.723 |
| Custeio para MGP | 1 | 78 | 46 | 3.742 | 850 | 179.080 | 107 | 26.132 | 1.004 | 209.031 |
| **PRONAF** | **511** | **9.111** | **9.320** | **172.856** | **2.630** | **47.805** | **4.639** | **132.273** | **17.100** | **362.046** |
| PRONAF | 490 | 8.759 | 9.102 | 170.295 | 1.739 | 32.114 | 4.373 | 128.874 | 15.704 | 340.042 |
| PRONAF-RA | 21 | 353 | 218 | 2.561 | 891 | 15.691 | 266 | 3.399 | 1.396 | 22.004 |
| **REPASSE** | **22** | **5.551** | **21** | **3.097** | **5** | **1.060** | **30** | **2.790** | **78** | **12.497** |
| **Empresarial** | | | | | | | | | | |
| Desenvolvimento Industrial | 8 | 3.359 | 1 | 100 | 0 | 0 | 1 | 250 | 10 | 3.709 |
| Turismo Regional | 3 | 275 | 1 | 245 | 0 | 0 | 1 | 100 | 5 | 620 |
| Comércio e Serviços | 11 | 1.917 | 1 | 329 | 1 | 600 | 4 | 259 | 17 | 3.105 |
| **Rural** | | | | | | | | | | |
| Desenvolvimento Rural | 0 | 0 | 18 | 2.424 | 4 | 460 | 24 | 2.181 | 46 | 5.064 |
| **Total Geral** | **3.197** | **261.920** | **17.589** | **864.462** | **6.944** | **489.997** | **7.820** | **620.975** | **35.550** | **2.237.353** |

Posição em 30.06.2011

Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

**Contratações em Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-prima e Formação de Estoque para Vendas**

Os quadros abaixo são demonstrativos das contratações em custeio e aquisição de matéria-prima e insumos e limites a serem observados para essa linha de financiamento.

Quadro IV - Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a mini, micro e pequenos tomadores

(R$ mil)

| UF | | | Limite/Teto a ser observado (***) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Limite (*) | Teto (**) | Total | | Rural | | Empresarial | |
| | | | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| DF | 108.658 | 272.805 | 108.658 | 100% | 21.732 | 20% | 86.926 | 80% |
| GO | 612.647 | 416.387 | 416.387 | 100% | 208.193 | 50% | 208.193 | 50% |
| MS | 206.715 | 330.238 | 206.715 | 100% | 103.357 | 50% | 103.357 | 50% |
| MT | 444.087 | 416.387 | 416.387 | 100% | 208.193 | 50% | 208.193 | 50% |
| **Total** | **1.372.106** | **1.435.817** | **1.148.147** | | **541.476** | | **606.671** | |

Posição 30.06.2011

Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

Programação do FCO para 2011:

(*) Corresponde a três vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com mini, micro e pequenos tomadores e microempreendedores individuais, em cada UF (Nota 5 do Quadro "Previsão de alocação dos recursos por UF e setor" do Item "Distribuição dos Recursos" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2011).

(**) Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício, em cada UF (Nota 5 do Quadro "Previsão de alocação dos recursos por UF e setor" do Item "Distribuição dos Recursos" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2011).

(***) Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

Quadro V - Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas junto a mini, micro e pequenos tomadores

(R$ mil)

| UF | Rural | | | Empresarial | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Limite/Teto | Contratações | % de Ating. | Limite/Teto | Contratações | % de Ating. |
| DF | 21.732 | 3.857 | 17,7% | 86.926 | 93.269 | 107,3% |
| GO | 208.193 | 78.429 | 37,7% | 208.193 | 153.260 | 73,6% |
| MS | 103.357 | 17.622 | 17,0% | 103.357 | 70.768 | 68,5% |
| MT | 208.193 | 41.054 | 19,7% | 208.193 | 65.277 | 31,4% |
| **Total** | **541.476** | **140.961** | | **606.671** | **382.574** | |

Posição 30.06.2011

Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

Obs.: Os percentuais apresentados referem-se a resultado parcial de aplicações de recursos, sendo o desempenho final apurado ao final do Exercício.

No 1º semestre de 2011, foram contratadas 11.049 operações com custeio rural para mini e pequenos tomadores, totalizando R$ 141,0 milhões, sendo R$ 3,9 milhões no DF, R$ 78,4 milhões em GO, R$ 17,6 milhões no MS e R$ 41,1 milhões no MT.

Ainda no âmbito do menor porte, o item financiado Aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas atingiu o montante de R$ 382,6 milhões, com 10.483 operações contratadas no 1º semestre de 2011, distribuídas conforme a seguir: DF - R$ 93,3 milhões; GO - R$ 153,3 milhões; MS - R$ 70,8 milhões; e MT - R$ 65,3 milhões.

Os percentuais de distribuição entre os setores rural e empresarial são definidos pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados – CDE e podem ser revistos a qualquer tempo.

Quadro VI - Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas junto a MGP e MGE

(R$ mil)

| UF | Rural | | | | Empresarial | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Limite para o Exercício de 2011 (*) | | Contratações de Jan a Jun/2011 | % de Ating. | Limite para o Exercício de 2011 (**) | | Contratações de Jan a Jun/2011 | % de Ating. |
| | Valor | % de Partic. | | | Valor | % de Partic. | | |
| DF | 142.500 | 19 | 78 | 0,1% | 45.468 | 19 | 30.464 | 67,0% |
| GO | 217.500 | 29 | 3.191 | 1,5% | 69.398 | 29 | 60.547 | 87,2% |
| MS | 172.500 | 23 | 175.584 | 101,8% | 55.040 | 23 | 34.010 | 61,8% |
| MT | 217.500 | 29 | 25.970 | 11,9% | 69.398 | 29 | 40.551 | 58,4% |
| **Total** | **750.000** | **100** | **204.822** | | **239.303** | **100** | **165.572** | |

Posição 30.06.2011

Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

(*) Limite estabelecido pela Resolução Condel/FCO nº 413, de 13.01.2011.

(**) Limite estabelecido pela Resolução Condel/FCO nº 410, de 14.12.2010.

Obs.: Os percentuais apresentados referem-se a resultado parcial de aplicações de recursos, sendo o desempenho final apurado ao final do Exercício.

Relativamente aos tomadores de maior porte, conforme demonstrado no Quadro VI, os financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas, no setor Rural, totalizaram R$ 204,8 milhões e no setor Empresarial somaram R$ 165,6 milhões.

**Contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf/FCO**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. O Programa oferece apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

No 1º semestre de 2011, o FCO financiou 15.704 projetos de agricultores familiares, com investimentos totais de R$ 340,0 milhões, conforme espelha o quadro abaixo, por Unidade da Federação, representando incremento de 12,7% no volume contratado no mesmo período de 2010 (R$ 301,8 milhões):

Quadro VII – Contratações do Pronaf/FCO

(R$ mil)

| Contratações | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| Quantidade | 490 | 9.102 | 1.739 | 4.373 | 15.704 |
| Valor | 8.759 | 170.295 | 32.114 | 128.874 | 340.042 |

Posição em 30.06.2011

Fonte: Caderno de informações mensal

O Estado de Goiás destacou-se pelo maior volume de empreendimentos financiados ao abrigo do Pronaf/FCO: com 9,1 mil projetos de agricultores familiares assistidos com recursos do Fundo, correspondentes a 58,0% das operações realizadas no período e investimentos de R$ 170,3 milhões, 50,1% do montante total.

Com relação aos resultados do exercício anterior, no Mato Grosso do Sul foi observado incremento de 37,0% no volume de operações, totalizando R$ 32,1 milhões (R$ 23,4 milhões no 1º semestre de 2010).

O demonstrativo a seguir apresenta a quantidade de postos de trabalho gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos realizados com recursos do FCO, no âmbito do Pronaf:

Quadro VIII – Empregos gerados no âmbito do Pronaf

(R$ mil)

| Empregos | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| Diretos | 8.908 | 36.681 | 17.220 | 23.433 | **86.242** |
| Indiretos | 12.994 | 59.324 | 29.398 | 37.944 | **139.660** |
| **TOTAL** | **21.902** | **96.005** | **46.618** | **61.377** | **225.902** |

Posição em 30.06.2011

Fonte: Caderno de informações gerenciais / "Empregos Gerados"

A carteira de financiamento do Pronaf/FCO, com exceção dos agricultores enquadrados no Programa de Reforma Agrária, registrou, em 30.06.2011, saldos totais de R$ 1.882,4 milhões (incremento de 24,9% em relação ao 1º semestre de 2010 – R$ 1.507,5), assim distribuídos, por atividade produtiva e Unidade da Federação:

Quadro IX – Saldos do Pronaf

(R$ mil)

| Setor | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | 3 | 51 | 54 | 262 | 370 |
| Custeio | 11.862 | 211.552 | 47.655 | 95.190 | 366.259 |
| Investimento | 32.921 | 656.181 | 152.894 | 671.528 | 1.513.523 |
| Pecuária | 8 | 1.576 | 35 | 584 | 2.203 |
| **TOTAL** | **44.794** | **869.360** | **200.637** | **767.564** | **1.882.355** |

Posição em 30.06.2011

Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

O setor de investimento, com saldos de R$ 1.513,5 milhões, representou 80,4% da carteira do Pronaf/FCO e incremento de 29,2% em relação ao mesmo período de 2010 (R$ 1.171,2 milhões). Entre as Unidades Federativas, o Estado de Goiás registrou o maior volume de financiamentos de projetos dos agricultores familiares, apresentando saldos de R$ 869,4 milhões, ao final do semestre. O Distrito Federal apresentou o maior incremento no atendimento aos agricultores familiares (34,9%) em relação ao período anterior, seguido do Estado do Mato Grosso (30,1%). Os Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás apresentaram incrementos de 23,4% e 20,4% respectivamente.

**Contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Reforma Agrária (Pronaf-RA)**

Os valores previstos em cada Unidade Federativa para o Pronaf – Reforma Agrária são aplicados de acordo com a demanda apresentada no Programa, até o percentual estabelecido pela Lei nº 9.126, de 10.11.1995.

Destaque-se que a aplicação nesse Programa não depende apenas do Banco do Brasil, vez que, além da aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Incra, cabe aos Conselhos Estaduais

de Desenvolvimento Sustentável – CEDRS, por meio de suas Câmaras Técnicas de Crédito Rural – CTCR, definir:

a) os Projetos de Assentamento do Incra ou Projetos Estaduais e Municipais de Assentamento por este reconhecidos;
b) as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal, inclusive do Fundo de Terras e Reforma Agrária, Cédula da Terra e Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, aptas a receber os financiamentos.

O Banco do Brasil mantém constante troca de informações com o Ministério do Desenvolvimento Agrário com o objetivo de incrementar as aplicações do Pronaf – Reforma Agrária e, assim, reduzir o volume de recursos do FCO reservados e não utilizados no âmbito do Programa.

Não obstante, em relação ao exercício anterior, percebe-se redução de 13,9% na quantidade de operações e 8,4% no montante contratado com o público de reforma agrária (R$ 24,0 milhões no mesmo período de 2010), causada, sobretudo, por fatores exógenos, em especial dificuldades de emissão de certificados/licenças pelo Incra.

Quadro X – Contratações Pronaf-RA

(R$ mil)

| Contratações | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| Quantidade | 21 | 218 | 891 | 266 | 1.396 |
| Valor | 353 | 2.561 | 15.691 | 3.399 | 22.004 |

Posição em 30.06.2011
Fonte: Caderno de informações mensal

Observou-se incremento no montante contratado no Mato Grosso do Sul (33,5%), em relação ao período anterior. No Distrito Federal, Mato Grosso e Goiás houve queda nas aplicações, de 74,7%, 54,9% e 23,2%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2010.

O quadro a seguir resume as contratações nas linhas Pronaf e Pronaf-RA, com um comparativo entre o 1º semestre de 2010 e o 1º semestre de 2011.

Quadro XI – Contratações Pronaf e Pronaf-RA - Comparativo

**Pronaf e Pronaf RA - Comparativo 2011 x 2010**

| PRONAF | 2011 | | 2010 | | Variação % | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| DF | 490 | 8.759 | 485 | 9.208 | 1,0 | (4,9) |
| GO | 9.102 | 170.295 | 9.820 | 167.854 | (7,3) | 1,5 |
| MS | 1.739 | 32.114 | 1.505 | 23.448 | 15,5 | 37,0 |
| MT | 4.373 | 128.874 | 4.182 | 101.337 | 4,6 | 27,2 |
| **Total** | 15.704 | 340.042 | 15.992 | 301.847 | (1,8) | 12,7 |
| **PRONAF RA** | **2011** | | **2010** | | **Variação %** | |
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| DF | 21 | 353 | 74 | 1.393 | (71,6) | (74,7) |
| GO | 218 | 2.561 | 245 | 3.334 | (11,0) | (23,2) |
| MS | 891 | 15.691 | 672 | 11.757 | 32,6 | 33,5 |
| MT | 266 | 3.399 | 631 | 7.532 | (57,8) | (54,9) |
| **Total** | 1.396 | 22.004 | 1.622 | 24.016 | (13,9) | (8,4) |

Posição em 30.06.2011
Fonte: Caderno de informações gerenciais

### III. Áreas Responsáveis pela Condução dos Programas e Ações

Conforme artigo 13 da Lei 7.827/89, a administração do FCO será exercida pelo Conselho Deliberativo do Centro-Oeste – CONDEL, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Banco do Brasil.

Cabe ao Banco do Brasil, como agente financeiro, aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo CONDEL.

### IV. Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1° semestre de 2011 atingiram R$ 2.237,4 milhões, ou seja, 83,9% do montante de recursos distribuídos no semestre para aplicação (R$ 2.666,9 milhões).

Esse desempenho foi 28,4% superior ao observado no mesmo período de 2010, quando as contratações somaram R$ 1.742,6 milhões, 59,2% do montante de recursos distribuídos (R$ 2.945,1 milhões).

## d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

### I. Evolução das Despesas e Receitas

I.1. Execução Orçamentária

O ano de 2011 iniciou-se com uma disponibilidade de R$ 867,7 milhões, remanescente do exercício de 2010, que, somada às demais origens de recursos[1] e deduzidos os recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores, alcançou R$ 2.462,9 milhões distribuídos no 1° semestre de 2011. Vide Quadro XV.

I.2. Impactos Sócio-Econômicos

Na avaliação dos impactos sócio-econômicos decorrentes dos financiamentos realizados no período, consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se a geração/manutenção de cerca de 225,9 mil postos de trabalho na Região, sendo 86,2 mil diretos e 139,7 mil indiretos, favorecida pelos R$ 2.237,4 em financiamentos com recursos do Fundo.

É importante ressaltar que R$ 993,4 milhões foram destinados a empreendimentos de empreendedores individuais, de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas do Centro-Oeste, incremento de mais de R$ 112 milhões (12,7%) em relação ao 1° semestre do exercício anterior (R$ 881,3 milhões). Isso denota a importância do FCO como um dos principais instrumentos de apoio financeiro aos projetos desses portes na Região.

[1] Repasses do Tesouro Nacional; Retorno dos Financiamentos; Resultado Operacional.

Em relação à abrangência desses financiamentos, o Banco do Brasil registrou a maior cobertura já observada no primeiro semestre desde a criação do Fundo, alcançando 464 dos 466 municípios existentes na Região (99,6%). Se considerado o histórico de contratações, todos os municípios já foram beneficiados com financiamentos do FCO.

**II. Avaliação do Administrador**

**II.1. Contratações no Exercício**

As contratações realizadas com recursos do FCO no primeiro semestre de 2011 atingiram R$ 2.237,4 milhões, o maior volume já contratado de janeiro a junho, 28,4% superior ao mesmo período de 2010 (R$ 1.742,6 milhões).

Os financiamentos à atividade rural saltaram de R$ 791,5 milhões, em 2010, para R$ 1.087,9 milhões, em 2011, o que representa um incremento de 37,5% nas aplicações.

Nos Programas de FCO Empresarial, percebeu-se um avanço de 20,9% no período, saindo de R$ 951,1 milhões para R$ 1.149,5 milhões, de 2010 a 2011.

**II.2. Execução Orçamentária**

O ano de 2011 iniciou-se com uma disponibilidade de R$ 867,7 milhões, que, somada as demais origens de recursos[2] e deduzidos os recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores, alcançou R$ 2.724,1 milhões distribuídos no primeiro semestre, 56,8% do total de recursos previstos para o exercício (R$ 4.797,3 milhões).

**II.3. Resultados Financeiro e Operacional**

O valor do patrimônio do Fundo observado ao final do primeiro semestre de 2011, da ordem de R$ 15.062,9 milhões, apresentou crescimento de 15,2% nos últimos doze meses, favorecido pela adoção das boas práticas bancárias na gestão dos recursos pelo Banco do Brasil.

A carteira de financiamentos do FCO apresentou saldo de R$ 14.278,9 milhões, representando incremento de cerca de 23,9% em comparação com a posição registrada no final do primeiro semestre de 2010 (R$ 11.524,7 milhões).

O processo de crédito do Banco, desenvolvido ao longo de vários anos, é vanguarda no País, sendo frequentemente consultado por diversas instituições acerca das ferramentas e metodologias utilizadas. Aludido processo conta com o apoio de diversos sistemas operacionais, que automatizam suas etapas, como o Portal de Negócios, por exemplo, que proporciona o acolhimento, análise e fornece subsídios à decisão de propostas, bem como a formalização de operações de crédito, de forma automatizada, simplificando e padronizando a contratação de operações;

Com isso, a inadimplência (relação entre as parcelas vencidas dos financiamentos e o saldo da carteira) observada ao final de junho/2011, foi de 2,50%, retraindo em 20,29% o percentual observado na mesma data do ano anterior (3,14%). Considerando o risco de crédito das operações, a inadimplência ficou assim representada no final do semestre:

(R$ mil)

| Risco | Vincendos | Parcelas Vencidas | TOTAL | % Vencidas |
|---|---|---|---|---|
| FCO (100%) | 1.171.504 | 264.118 | 1.435.622 | 18,40 |
| BB (100%) | 12.650.501 | 45.259 | 12.695.760 | 0,36 |
| Compartilhado (50% FCO – 50% BB) | 57.968 | 512 | 58.480 | 0,88 |
| Terceiros* (100%) | 41.365 | 47.703 | 89.068 | 53,56 |
| TOTAL | 13.921.338 | 357.592 | 14.278.930 | 2,50 |

*Operação de Reforma Agrária, contratada no âmbito do FCO/PAPRA, com risco do PROCERA

[2] Repasses do Tesouro Nacional; Retorno dos Financiamentos; Resultado Operacional

O Banco do Brasil aplica as decisões governamentais, exaradas por meio de dispositivos legais, e resoluções do Conselho Deliberativo do FCO, especialmente quanto à reprogramação e prorrogação de dívidas, nos casos enquadráveis nas normas regulamentares.

É de se destacar que a legislação atual não permite a concessão de abatimentos negociais na recuperação dos créditos concedidos com risco dos Fundos Constitucionais, o que restringe a regularização dos financiamentos inadimplidos ao pagamento integral da dívida e limita a atuação do Banco.

**II.4. Diretrizes, Prioridades e Orientações Gerais**

Objetivando atender às diretrizes previstas no art. 3° da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, além das diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional – MI[3] e das prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo do FCO[4], diversas ações foram desenvolvidas com o intuito de divulgar os programas/linhas de financiamento do FCO, dentre as quais destacamos os mais de 238 seminários do FCO Itinerante, com uma média de 120 pessoas por evento, que tiveram início em 2007 e alcançaram mais da metade dos municípios da região Centro-Oeste.

A integração do Banco do Brasil com o Ministério da Integração Nacional, Governos Estaduais e do Distrito Federal, Conselho Deliberativo do FCO, entre outros parceiros, tem sido de grande relevância e contribuído para a implementação de ações que objetivam a melhor divulgação do FCO em diversas reuniões e eventos, bem como para uma aplicação mais efetiva e eficiente dos recursos do Fundo, aderente às recomendações exaradas pelos administradores e órgãos de controle. Algumas dessas ações foram aprovadas/iniciadas em exercícios anteriores e estendidas ao exercício de 2011, dentre as quais destacam-se:

- divulgação das Linhas de Crédito do FCO em feiras, exposições e circuito de palestras;
- realização de workshop com empresas de assistência técnica rural, tendo como pauta: conceitos, formas e critérios para apresentação de propostas; formas de condução e competências de análise; modelos de propostas e *check-list* disponíveis no site do BB; condições de financiamento; alinhamento de conceitos e procedimentos para propostas e cartas-consultas; dentre outros;
- realização de seminários FCO Itinerante focados especialmente em empreendedores individuais e produtores rurais e empresas de mini/micro e pequenos portes;
- implementação da sala de negócios, em parceria com a Federação das Industrias de Brasília – Fibra, no Distrito Federal;
- intensificação das parcerias com as Empresas de Assistência Técnica Rural, disponibilizando os programas CMR – Cadastramento Rural Massificado e o CFC – Contratação de Financiamento por Convênio, que permite aos parceiros acolher e operacionalizar propostas da Agricultura Familiar, simplificando e agilizando o processo de crédito, gerando maior rapidez no atendimento aos mini e pequenos produtores rurais;
- treinamento de funcionários do Banco do Brasil para o atendimento a Agricultura Familiar, visando melhor integração com os parceiros e maior agilidade nas contratações com recursos do FCO;
- realização de encontros com produtores rurais, Empresas de Assistência Técnica Rural, técnicos agropecuários, superintendências e funcionários de agências com a finalidade de levantar necessidades de crédito e elucidar procedimentos para contratação de operações;
- implementação do Comitê de Discussão Empresarial e Rural para Desenvolvimento e Financiamento à Atividade Produtiva do Distrito Federal – Coderfap/DF, tendo como finalidade deliberar sobre as intenções de crédito, aplicação de recursos e discussão de estratégias para o desenvolvimento da atividade produtiva do Distrito Federal e Ride, composto por entidades civis e governamentais do DF e pelo Banco do Brasil;
- divulgação da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, com vistas à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014;

[3] Portaria n.° 571, de 12 de julho de 2010, publicada no DOU de 13 de julho de 2010

[4] Resolução Condel/FCO n.° 406, de 31 de agosto de 2010, publicada no DOU de 22 de setembro de 2010.

- implementação de ações de uniformização dos procedimentos nas agências com o objetivo de evitar o acolhimento de cartas-consulta e propostas incompletas e reduzir o tempo de resposta ao cliente;
- participação em grupos de trabalho e eventos realizados em conjunto com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e Distrito Federal – CDE;
- realização de palestras em feiras, exposições e eventos de negócios rurais e empresariais;
- intensificação da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS do Banco do Brasil, que tem como principais objetivos geração de trabalho e renda, inclusão dos empreendedores individuais, mini e pequenos produtores e micro e pequenas empresas nos mercados consumidores e de trabalho e preservação e recuperação do meio ambiente;
- participação em grupos de trabalho (GT) realizados em conjunto com o CDE para discussão sobre a adoção de procedimentos e ações que possam agilizar a aplicação dos recursos do FCO no Estado, bem como na definição de regras e parâmetros para o direcionamento das aplicações e gestão do FCO;
- prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e Distrito Federal;
- realização de encontros de trabalho com a participação dos intervenientes que participam das análises das cartas-consulta do FCO rural e empresarial, nos Estados, para alinhar procedimentos, dirimir dúvidas e acelerar as análises;
- realização de encontros com intercâmbio de experiências na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), no âmbito do Ministério da Integração Nacional;
- realização de encontros com grupos informais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no Estado de Goiás, composto por entidades ligadas a agricultura familiar, governamentais e não governamentais, dentre as quais: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás – Fetaeg, Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – Faeg, Secretaria da Agricultura Familiar, Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Agência Rural, empresas de assistência técnica, dentre outros, com o objetivo de estabelecer formas de atuação junto aos beneficiários do Programa;
- participação em fóruns instituídos no Estado de Mato Grosso, como Associação Matogrossense dos Municípios – AMM, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cedrs e Territórios da Cidadania, junto às entidades de classe como Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetagri/MT, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – Famato, Sindicado das Industrias de Laticínio do Estado de Mato Grosso – Sindilat, Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso – Aprosoja, Fundo de Apoio à Cultura do Algodão – Facual e principalmente em parceria com os governos municipais e sociedades civis através dos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Econômico e Sócio-Ambiental, os quais são regulamentados e acompanhados pela Secretária de Projetos Estratégicos do Estado e operacionalizados por meio dos Superintendentes de Desenvolvimento ligados à secretária; e
- divulgação da linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos com recursos do FCO por meio das Caravanas Mais Alimentos no Estado de Mato Grosso do Sul, que se constituiu em iniciativa de diferentes parceiros do Programa no sentido de divulgar, difundir e fomentar as regiões de maior concentração de agricultores familiares no Estado.

Todas essas ações contribuíram, também, para o atendimento às recomendações exaradas pelo Conselho Deliberativo do FCO – Condel/FCO, por meio da resolução n.º 414, de 13.01.2011, que aprova o Relatório de Gestão do Fundo referente ao primeiro semestre de 2010.

**Prioridades Gerais**

*a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:*

Em 2011, no primeiro semestre, as contratações com empreendedores individuais, mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R$ 993,4 milhões (R$ 536,8 milhões no setor empresarial e R$ 456,6 milhões no setor rural), o que representa incremento de 12,7% em comparação ao exercício anterior e 44,4% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões). Destaque para o Estado de Goiás, que foi responsável por 44,3% (R$ 439,8 milhões) dessas contratações.

Em quantidade de operações contratadas, os financiamentos a empreendedores individuais, micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais registraram 30.405 contratos, o que representa 85,5% da quantidade de operações contratadas em 2011 (35.550) e um incremento de 2.331 (8,3%) em relação ao ano anterior.

Para os financiamentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e Pronaf-RA, com recursos do FCO, foram destinados R$ 362,0 milhões, incremento de 11,10% em relação ao montante contratado no exercício anterior (R$ 325,9 milhões). Destaque para o Estado de Mato Grosso, que apresentou incremento de 21,5% nas contratações junto ao público, alcançando R$ 132,3 milhões.

As propostas de financiamento apresentadas pelos agricultores familiares da região Centro-Oeste são atendidas em sua totalidade com recursos do FCO Rural.

Dentre as ações desenvolvidas no incentivo à atividade na Região, merece destaque o programa Balde Cheio, no Distrito Federal, que busca a melhoria do rebanho da bovinocultura leiteira e das pastagens, bem como a inovação tecnológica da atividade.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 30.405[a] | R$ 993,4 milhões |

*b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local*

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 225,9 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (86,2 mil diretos 139,7 mil indiretos) no primeiro semestre de 2011.

Se considerado o período de 1989 a 2011, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 3.331,5 mil.

Como exemplo, apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a este quesito:

| Município | Linha de Financiamento | Itens financiados | Valor (R$) | Empregos Gerados/Mantidos | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Diretos | Indiretos |
| Cabeceiras (GO) | Desenvolvimento Rural | Investimento Agrícola | 184.689 | 7 | 0 |
| Formosa (GO) | Desenvolvimento Rural | Investimento Pecuária Corte | 195.500 | 8 | 0 |
| Cristalina (GO) | Desenvolvimento Rural | Investimento Pecuária Leiteira | 148.940 | 6 | 11 |
| Cocalzinho (GO) | Desenvolvimento Rural | Investimento Pecuária Corte | 1.287.472 | 15 | 0 |
| Mimoso de Goiás (GO) | Desenvolvimento Rural | Investimento Pecuária Corte | 590.993 | 5 | 0 |
| Formosa (GO) | Desenvolvimento Rural | Investimento Piscicultura | 99.314 | 4 | 7 |
| Formosa (GO) | Desenvolvimento Rural | Investimento Pecuária Corte | 150.000 | 1 | 1 |
| Abadiania (GO) | Turismo Regional | Investimentos Diversos | 339.271 | 45 | 45 |
| Brasília (DF) | Comércio e Serviços | Aquisição Máquinas e Equip | 3.990.000 | 138 | 240 |
| Brasília (DF) | Turismo Regional | Investimentos Diversos | 1.731.685 | 143 | 143 |
| Brasília (DF) | Desenvolvimento Industrial | Construção Civil e Equip | 800.000 | 53 | 96 |
| Brasília (DF) | Comércio e Serviços | Aquisição de Equipamentos | 203.271 | 85 | 85 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Brasília (DF) | Infraestrutura Econômica | Aquisição Máquinas e Equip | 18.229.164 | 589 | 464 |
| Brasília (DF) | Desenvolvimento Industrial | Aquisição Máquinas e Equip | 922.883 | 75 | 75 |
| Jataí (GO) | Desenvolvimento Rural | Investimento Agrícola | 4.378.500 | 188 | 323 |
| Rio Verde (GO) | Desenvolvimento Rural | Investimento Pecuária Leiteira | 4.038.464 | 173 | 298 |
| Inhumas (GO) | Pronaf Mais Alimentos | Investimento Agrícola | 73.377 | 9 | 14 |
| Bela Vista de Goiás (GO) | Pronaf Mais Alimentos | Investimento Agrícola | 69.676 | 7 | 8 |
| Rio Verde (GO) | Desenvolvimento Industrial | Construção Civil e Equip | 1.328.233 | 44 | 40 |
| Goiânia (GO) | Desenvolvimento Industrial | Construção Civil e Equip | 2.004.447 | 50 | 5 |
| Paraúna (GO) | Integração Rural - Convir | Investimentos Diversos | 3.880.000 | 75 | 30 |

c) *projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:*

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza teve, no primeiro semestre de 2011, R$ 18,9 milhões de recursos contratados em 94 operações. Em relação ao mesmo período de 2010, houve incremento de 11,1% em volume e 28,8% em quantidade de financiamentos.

Destaque para o Estado de GO, que evoluiu 66,3% em volume contratado, com R$ 10,8 milhões financiados, e em 53,5% em quantidade de contratos firmados, alcançando 66 empreendimentos.

Um dos fatores que contribuíram para o desempenho observado foi a edição da Resolução Condel/FCO n.º 387, de 04.03.2010, a partir da qual é admitido o financiamento de serviços e custos relacionados à regularização ambiental dos imóveis rurais no âmbito da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza.

No particular, cabe destacar que o Banco tem fortalecido ainda mais as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 94 | R$ 18,9 milhões |

d) *projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário*

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. É necessário otimizar capacidade operacional, racionalizar custos e ganhar escala de produção. Dentre as alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentação de desempenho superior encontra-se o uso de tecnologias inovadoras.

Um exemplo é a implantação de projetos PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável), no Estado de Mato Grosso, através da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. Trata-se de tecnologia social da Fundação Banco do Brasil que visa promover a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável de Agricultores Familiares. Essas inovações viabilizam formas de transporte, comunicação, relacionamento, entretenimento e trabalho, dentre outras.

Destacamos, abaixo, alguns investimentos financiados que atendem à prioridade:

| Município | Linha de Financiamento | Itens financiados | Valor (R$) | Empregos Gerados/Mantidos | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Diretos | Indiretos |
| Rio Verde (GO) | Desenvolvimento Rural | Soja irrigada | 311.748 | 13 | 23 |
| Morrinhos (GO) | Desenvolvimento Rural | Soja irrigada | 223.781 | 9 | 17 |
| Uruaçu (GO) | Desenvolvimento Rural | Soja irrigada | 179.415 | 7 | 13 |
| Morrinhos (GO) | Irrigação e Drenagem | | 49.900 | 2 | 4 |
| Anápolis (GO) | Desenvolvimento Industrial | Fabricação artigos materiais plásticos | 2.927.925 | 20 | 20 |
| Goiânia (GO) | Desenvolvimento Industrial | Extração minerais | 65.000 | 4 | 8 |
| Ipora (GO) | Desenvolvimento Industrial | Fabr. Aparelhos e materiais fotográficos | 49.900 | 1 | 1 |
| Anaurilândia (MS) | Desenvolvimento Industrial | Aquisição Máquinas e Equip | 19.400.000 | 30 | 60 |

**Prioridades Setoriais**

*a) projetos voltados para a industrialização e/ou beneficiamento de matérias-primas, commodities e produtos primários produzidos na Região:*

A verticalização da produção é um processo que consiste na estratégia de buscar produzir internamente tudo o que puder e congrega projetos voltados ao beneficiamento e/ou industrialização da produção.

Caracteriza-se por agregar valor à cadeia de produção e tem como principais vantagens à promoção da independência de terceiros, maiores lucros, maior autonomia e o domínio sobre tecnologia própria.

Com o objetivo de gerar tais valores à economia da região Centro-Oeste, no primeiro semestre de 2011 foram contratados R$ 294,1 milhões ao amparo das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, com recursos do FCO, por meio de 1.872 operações.
Comparativamente ao mesmo período de 2010, quando foram contratados R$ 439,4 milhões em 981 operações, observou-se maior pulverização das operações contratadas, consoante premissa do Fundo, com incremento de 90,8% em novos projetos, apesar da redução no volume de recursos contratados, na ordem de 33,1%.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 1.872 | R$ 294,1 milhões |

*b) turismo em suas diversas modalidades, especialmente os projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:*

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando as Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional.

De janeiro a junho de 2011, foram contratados R$ 57,7 milhões no âmbito dessas Linhas de Financiamento, por meio de 652 operações. Dessas, 91,3% (595) foram aplicados junto a empreendedores individuais e micro e pequenas empresas, perfazendo R$ 34,8 milhões (60,3% do total).

Destaque para o Distrito Federal, que apresentou incremento de 43,1% em relação ao mesmo período de 2010, liderando as aplicações no segmento com R$ 17,9 milhões (31,0% do total).

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 652 | R$ 57,7 milhões |

*c) projetos dos setores previstos nas Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE e para MGE*

Ao final do primeiro semestre de 2011, foi observado um incremento de 72,2% no volume contratado em relação a 2010, por meio das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica, registrando R$ 117,8 milhões. Em quantidade, foram contratadas 31 operações, dez vezes mais que no mesmo semestre do ano anterior, quando se verificou a celebração de 3 contratos.

O Estado de Mato Grosso responde por 72,4% do total contratado, com mais de R$ 85,3 milhões, em 9 operações com recursos do Fundo no segmento, superando em 24,7% o volume contratado no primeiro semestre de 2010.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 31 | R$ 117,8 milhões |

*d) recursos naturais: recuperação de áreas degradadas e em degradação, no conceito de microbacias hidrográficas; conservação e correção do solo; recuperação, renovação e manejo de pastagens;*

Vide item "II.4. Prioridades Gerais", alínea "c" retro.

*e) projetos agropecuários de produção integrada (aviários e outros);*

Os projetos de investimentos ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir merecem destaque nos financiamentos do FCO Rural, uma vez que promovem a expansão da capacidade de produção dos integrados, dinamizando a geração de emprego e a distribuição de renda, além de favorecer a manutenção do trabalhador rural na atividade.

Destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, a referida Linha de Financiamento teve, no primeiro semestre de 2011, R$ 2,0 milhões de recursos contratados, o que significou um decréscimo de 75,2% em relação ao mesmo período de 2010, quando foram contratados R$ 8,1 milhões.

O Estado de MS liderou em volume de contratações com R$ 1,1 milhões, equivalentes a 54,5% do montante observado na Região, seguido do Estado de GO com R$ 0,9 milhões (45,5%).

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 4 | R$ 2,0 milhões |

*f) projetos de exploração de culturas permanentes e de florestamento e reflorestamento;*

Vide item "II.4. Prioridades Gerais", alínea "c" retro.

*g) empreendimentos dos setores de saúde, industrias gráficas e de Tecnologia da Informação e Comunicação;*

| Município | Linha de Financiamento | Itens financiados | Valor (R$) | Empregos Gerados/Mantidos | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Diretos | Indiretos |
| Brasília (DF) | Desenv Com Serv – Saúde | Construção Civil e Equip | 9.412.857 | 250 | 300 |
| Brasília (DF) | Desenv Com Serv – Saúde | Construção Civil e Equip | 9.928.000 | 21 | 20 |
| Brasília (DF) | Desenv Industrial – Gráfica | Construção Civil e Equip | 3.990.000 | 25 | 5 |
| Brasília (DF) | Desenv Industrial – Gráfica | Construção Civil e Equip | 1.521.308 | 50 | 10 |

*h) projetos de integração lavoura-pecuária-floresta e de sistemas agroflorestais.*

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 94 | R$ 55,7 milhões |

*i) projetos de integração agroindustrial.*

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 4 | R$ 2,0 milhões |

**Prioridades Espaciais**

*a) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, sobretudo os estruturantes e os vinculados a arranjos produtivos locais, nas seguintes áreas:*
- *de menor nível de desenvolvimento com indicadores sociais e econômicos abaixo da média da região, segundo os critérios da PNDR;*
- *de fronteiras com países limítrofes, vulneráveis do ponto de vista econômico, social e ambiental, em especial na cidade de Ponta Porã (MS);*
- *estagnadas ou com problemas de declínio das atividades econômicas; e*
- *potencialmente dinâmicas ou com vantagens potenciais inexploradas.*

As aplicações em municípios de economia estagnada ou dinâmica aumentaram de R$ R$ 985,7 milhões no primeiro semestre de 2010 para R$ 1.050,3 milhões no primeiro semestre de 2011, o que representa um incremento de 6,6%.

Já as aplicações em municípios da Faixa de Fronteira passaram de R$ 433,9 milhões de janeiro a junho de 2010 para R$ 373,8 milhões no mesmo período de 2011, o que representa um decréscimo de 13,9%. Desse total, a cidade de Ponta Porã foi beneficiada por R$ 24,3 milhões em operações.

Dentre as principais ações que influenciaram esse desempenho, podem ser citadas a expansão da estratégia de negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS aos beneficiários do FCO e os seminários FCO Itinerante.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| | Qtde. | Valor |
|---|---|---|
| Municípios de economia estagnada ou dinâmica | 20.513 | R$ 1.050,3 milhões |
| Municípios da Faixa de Fronteira | 6.017 | R$ 373,8 milhões |
| Município de Ponta Porã (MS) | 281 | R$ 24,3 milhões |

*b) financiamentos de projetos localizados na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE (exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO):*

As contratações na Mesorregião de Águas Emendadas atingiram R$ 173,2 milhões de janeiro a junho de 2011, 8,6% superior ao contratado no mesmo período de 2010 (R$ 159,5 milhões).

Desse total, R$ 104,6 milhões, equivalentes a 60,4%, foram contratados com produtores rurais, ratificando a forte vocação da região Centro-Oeste para o Agronegócio, e R$ 111,4 milhões (64,3%) foram contratados com tomadores de menor porte, em consonância com as diretrizes, prioridades e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Conselho Deliberativo do Fundo.

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais), foram formalizadas 3.197 operações no montante de R$ 261,9 milhões, incremento de 65,7% e 78,1%, respectivamente, em relação ao primeiro semestre de 2010. Desse montante, R$ 47,6 milhões beneficiaram o Entorno, por meio de 930 operações, ante os R$ 39,8 milhões, em 806 operações, no mesmo período do ano anterior.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| | Qtde. | Valor |
|---|---|---|
| Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas | 4.757 | R$ 173,2 milhões |
| Municípios do Entorno do DF, integrantes da RIDE | 3.197 | R$ 261,9 milhões |

O Banco do Brasil, no atendimento a recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, do Acórdão 1370/2010, estabeleceu parâmetros que permitem verificar o tratamento prioritário à Mesorregião de Águas Emendadas, à RIDE do DF e Entorno e à Faixa de Fronteira do Centro-Oeste no emprego dos recursos do FCO, de maneira que seja atendido o disposto na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instituída por meio do Decreto nº 6.047, de 22/2/2007, e nas diretrizes e orientações gerais fixadas anualmente pelo Ministério da Integração Nacional:

a) média das operações contratadas por município em cada uma das microrregiões (Águas Emendadas, RIDE e Faixa de Fronteira), comparada à média das operações contratadas por município na região Centro-Oeste.

| | Nº operações | Nº de municípios | Média | Centro-Oeste Nº operações | Nº de municípios | Média | Comparativo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RIDE (DF+Entorno) | 3.197 | 20 | 159,9 | 35.550 | 464 | 76,6 | 2,09 |
| Águas Emendadas | 4.757 | 77 | 61,8 | | | | 0,81 |
| Fronteira | 6.017 | 72 | 83,6 | | | | 1,09 |

Verifica-se, na tabela acima, que a média contratações/município na RIDE foi 109,4% superior à média do Centro-Oeste; em Águas Emendadas, 19,0% inferior; e na Faixa de Fronteira, 9,5% superior.

b) média do número de municípios atendidos pelo total de municípios de cada uma das microrregiões (Águas Emendadas, RIDE e Faixa de Fronteira), comparada à média dos municípios atendidos da região Centro-Oeste.

| | Mun. atendidos | Nº de municípios | Média | Centro-Oeste Mun. atendidos | Nº de municípios | Média | Comparativo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RIDE (DF+Entorno) | 20 | 20 | 1,0 | 464 | 466 | 1,0 | 1,00 |
| Águas Emendadas | 77 | 77 | 1,0 | | | | 1,00 |
| Fronteira | 72 | 72 | 1,0 | | | | 1,00 |

O total de contratações no primeiro semestre de 2011 abrangeu 464 municípios da região Centro-Oeste, o que corresponde a 99,6% de cobertura das aplicações de FCO.

c) média das operações contratadas por município em cada uma das microrregiões (Águas Emendadas, RIDE e Faixa de Fronteira), comparada à média das operações contratadas por município em cada Unidade Federativa da região Centro-Oeste.

| | Nº operações | Nº de municípios | Média | DF Nº operações | Nº de municípios | Média | Comparativo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RIDE (DF+Entorno) | 3197 | 20 | 159,9 | 3197 | 1 | 3197,0 | 0,05 |
| Águas Emendadas | 4757 | 77 | 61,8 | | | | 0,02 |
| Fronteira | 6017 | 72 | 83,6 | | | | 0,03 |
| | | | | GO Nº operações | Nº de municípios | Média | Comparativo |
| | | | | 17589 | 246 | 71,5 | 2,24 |
| | | | | | | | 0,86 |
| | | | | | | | 1,17 |
| | | | | MS Nº operações | Nº de municípios | Média | Comparativo |
| | | | | 6944 | 78 | 89,0 | 1,80 |
| | | | | | | | 0,69 |
| | | | | | | | 0,94 |
| | | | | MT Nº operações | Nº de municípios | Média | Comparativo |
| | | | | 7820 | 139 | 56,3 | 2,84 |
| | | | | | | | 1,10 |
| | | | | | | | 1,49 |

d) média das operações contratadas por município em cada uma das microrregiões (Águas Emendadas, RIDE e Faixa de Fronteira), comparada à média das operações por município de cada Unidade Federativa da região Centro-Oeste, por segmento (empresarial e rural).

| | | | | DF | | | | GO | | | | MS | | | | MT | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº oper. | Nº de mu nic | Médi a | Nº oper. | Nº de mu nic | Média | Com parati vo | Nº oper. | Nº de mu nic. | Méd ia | Com parat ivo | Nº oper. | Nº de mu nic | Méd ia | Com parat ivo | Nº oper. | Nº de mu nic. | Méd ia | Com parat ivo |
| Centro-Oeste | E | | | 2563 | 1 | 2563,0 | | 5723 | 166 | 34,5 | | 2856 | 66 | 43,3 | | 2255 | 89 | 25,3 | |
| | R | | | 634 | 1 | 634,0 | | 11866 | 242 | 49,0 | | 4088 | 78 | 52,4 | | 5565 | 138 | 40,3 | |
| RIDE (DF+Entorno) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Empresarial | 2541 | 16 | 158,8 | | | | 0,06 | | | | 4,61 | | | | 3,67 | | | | 6,27 |
| Rural | 656 | 18 | 36,4 | | | | 0,06 | | | | 0,74 | | | | 0,70 | | | | 0,90 |
| Águas Emendadas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Empresarial | 1.111 | 52 | 21,4 | | | | 0,01 | | | | 0,62 | | | | 0,49 | | | | 0,84 |
| Rural | 3585 | 73 | 49,1 | | | | 0,08 | | | | 1,00 | | | | 0,94 | | | | 1,22 |
| Fronteira | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Empresarial | 1709 | 59 | 29,0 | | | | 0,01 | | | | 0,84 | | | | 0,67 | | | | 1,14 |
| Rural | 4304 | 72 | 59,8 | | | | 0,09 | | | | 1,22 | | | | 1,14 | | | | 1,48 |

**II.5. Cumprimento dos Indicadores e Metas de Desempenho**

**Indicadores de Desempenho**

O Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO criou, por meio da Resolução n.º 319, de 14.09.2007, os seguintes indicadores de desempenho, com o objetivo de aprimorar e monitorar a gestão do FCO:

**a) Índice de Contratações com Menor Porte**

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o grau de alcance da prioridade do Ministério da Integração Nacional de apoiar os mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas:

**ICMP = VCMP/VCT**, *onde VCMP = Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual e VCT = Valor Contratado Total no Exercício Atual*;

**b) Índice de Inadimplência**

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é monitorar o índice da inadimplência das operações de financiamento e a eficácia das medidas adotadas para revertê-lo:

**II = SPV/SDT**, *onde SPV = Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB) e SDT = Saldo Devedor Total das Operações de Financiamento (Risco 100% BB)*;

**c) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício**

Índice de eficácia, cujo objetivo é avaliar o atingimento da recomendação do Condel/FCO de estender os benefícios do Fundo a todos os municípios da Região Centro-Oeste:

**ICCE = MOC/MR**, *onde MOC = Municípios com Operações Contratadas e MR = Municípios da Região Centro-Oeste*;

**d) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual**

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o acesso de novos beneficiários aos recursos do FCO:

**ICNB = VCNB/VCT**, *onde VCNB = Quantidade de Operações com Novos Beneficiários e VCT = Quantidade de Operações Contratadas Total*;

**e) Índice de Aplicação**

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a evolução do volume de contratações em relação aos valores distribuídos:

**IA = VCT/VDE**, *onde VCT = Valor Contratado Total e VDE = Valor Distribuído no Exercício*;

**f) Índice de Contratações por UF**

Índice de eficiência e eficácia, cujo objetivo é avaliar o alcance dos percentuais de distribuição de recursos previstos para cada Unidade Federativa:

**ICUF = VCUF/VCT**, *onde VCUF = Valor Contratado nas Unidades Federativas e VCT = Valor Contratado Total*;

**g) Índice de Contratações por Setor**

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar o valor contratado em cada setor em relação ao total contratado no exercício:

**ICS = VCS/VCT**, *onde VCS = Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural) e VCT = Valor Contratado Total*;

**h) Índice de Tempo Médio de Contratação**

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a redução do tempo médio de atendimento das propostas em relação ao exercício anterior:

**ITM = TME/TMEA**, *onde TME = Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Atual e TMEA = Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Anterior*;

**Metas de Desempenho**

O Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO definiu, por meio da Resolução n.° 417, de 25.03.2011, as seguintes metas de desempenho para o exercício de 2011:

| Alínea | Indicador | | Meta |
|---|---|---|---|
| a) | Índice de Aplicação | | 87,00% |
| b) | Índice de Contratações com Menor Porte | | 51,00% |
| c) | Índice de Inadimplência (até) | | 2,00% |
| d) | Índice de Cobertura de Contratações no Exercício | | 100,00% |
| e) | Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual | | 15,00% |
| f) | Índice de Contratações por UF | DF | 19,00% |
| | | GO | 29,00% |
| | | MT | 29,00% |
| | | MS | 23,00% |
| g) | Índice de Contratações por Setor | Rural | 44,30% |
| | | Empresarial | 55,70% |
| h) | Índice de Tempo Médio de Contratação | | 35 dias |

**Resultados dos Indicadores e Metas de Desempenho[5]**

**a) Índice de Aplicação (IA = 82,1%)**

As contratações realizadas com recursos do FCO de janeiro a junho de 2011 atingiram R$ 2.237,4 milhões, ou seja, **82,1%** do montante de recursos distribuídos no exercício para aplicação (R$ 2.724,1 milhões), 22,9 pontos percentuais acima do registrado no mesmo período de 2010.

**b) Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP = 44,4%)**

As contratações com os segmentos de empreendedores individuais, mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas atingiram o montante de R$ 993,4 milhões, R$ 112,1 milhões (12,7%) acima do mesmo período de 2010, o que denota o esforço desprendido às contratações no segmento. Considerado o total contratado na Região, de R$ 2.237,4 milhões, o ICMP foi de 44,4%.

**c) Índice de Inadimplência (II = 0,36%)**

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações) observado ao final do semestre foi de **0,36%**, portanto inferior à meta estabelecida pelo Condel de até 2,00% e ao índice observado no exercício anterior de 0,75%.

Para alcançar esse desempenho, o Banco possui uma Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, para atuar exclusivamente na condução, cobrança e recuperação de créditos e evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzi-lo ainda mais, a exemplo da intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento – CABB; a utilização pelas Agências de ferramenta que permite a

[5] Os resultados apresentados demonstram apuração parcial da aplicação dos recursos no 1° semestre, servindo como indicativo para as ações a serem tomadas.

dentificação e o gerenciamento do atraso por cliente; e o esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

**d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício (ICCE = 99,6%)**

Em 2011, dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, **99,6%** contaram com financiamentos com recursos do FCO, restando apenas 2 municípios: Novo Santo Antônio e Santa Carmen, ambos no Estado de Mato Grosso.

Este é o melhor resultado já alcançado no primeiro semestre desde a criação do Fundo.

**e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB = 26,1%)**

Do total de 35.550 operações contratadas no primeiro semestre de 2011, 9.275 (26,1%) foram contratadas com novos beneficiários.

**f) Índice de Contratações por UF (ICDF = 11,7%, ICGO = 38,7%, ICMT = 27,8% e ICMS = 21,9%)**

O Estado de GO liderou em volume de contratações com R$ 865,2 milhões, equivalentes a **38,7%** do montante observado na Região (R$ 2.237,4 milhões), seguido por MT, com R$ 621,0 milhões (**27,8%**); MS, com R$ 490,0 milhões (**21,9%**); e DF, com R$ 261,1 milhões (**11,7%**).

Cabe destacar a performance do Distrito Federal, cujas contratações cresceram 78,1%, saindo de R$ 146,6 para R$ 261,1 milhões em comparação ao primeiro semestre de 2010, e cuja participação passou de 8,4% para 11,7% nas contratações da Região.

Entretanto, apesar da melhora no desempenho do Distrito Federal, é de se destacar que a demanda por financiamentos concentra-se, principalmente, nos setores comercial e de serviços, para os quais os recursos são limitados por dispositivo legal e, portanto, escassos, esgotando-se já nos primeiros cinco meses do ano e obstando um crescimento mais expressivo.

**g) Índice de Contratações por Setor (ICS Rural = 48,6% e ICS Empresarial = 51,4%)**

Do montante de R$ 2.237,4 milhões, R$ 1.087,9 milhões (48,6%) foram contratados com o setor rural, incremento de 37,4% em relação ao ano anterior.

No setor empresarial, foram contratados R$ 1.149,5 milhões (51,4%), registrando crescimento de 20,9% em relação ao mesmo período de 2010.

**h) Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM = 25,0%)**

O tempo médio de contratação das operações de financiamentos com recursos do FCO ao final do primeiro semestre de 2011 foi de 35 dias, 25% superior ao tempo médio apurado no mesmo período de 2010 (28 dias), mas dentro da meta estabelecida pelo Condel/FCO.

**II.6. Ações proativas para dinamizar as aplicações**

No âmbito do Banco do Brasil, foi oferecido tratamento específico às abordagens relacionadas ao FCO, com vistas a dinamizar as aplicações do Fundo por meio de divulgação, capacitação, aperfeiçoamento do fluxo operacional e revisão das normas, dentre as quais podemos destacar:

- Intensificação das orientações de aplicação de recursos do Fundo Constitucional nos financiamentos a empreendimentos do Centro-Oeste;
- emissão de comunicados periódicos informando os municípios sem contratação no período, enfatizando o objetivo do Fundo;
- revisão do fluxo operacional de análises de propostas de financiamento com recursos do FCO;
- especialização de equipe para estudo e análises de propostas com recursos do Fundo nas respectivas instâncias;
- priorização nas análises de projetos de FCO no âmbito das unidades competentes;
- publicação de boletins informativos sobre novidades e notícias sobre FCO, através dos canais de comunicação corporativos;
- acionamento dos Agentes FCO nas Unidades Federativas do Centro-Oeste;
- implementação de melhorias no processo de crédito do FCO, tais como fluxo único de propostas, limite pré-avaliado e acompanhamento da propostas via sistemas corporativos;
- revisão das condições de financiamento, juntamente com o Conselho Deliberativo do Fundo e demais intervenientes;
- intensificação do tema FCO em seminários, feiras e exposições agropecuárias, reuniões com as Superintendências e agências, encontros com beneficiários, associações de classe e demais intervenientes, tais como Ministério da Integração Nacional, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Pesca e Aquicultura, Embrapa, empresas de assistência técnica e extensão rural, dentre outros;
- disponibilização de materiais impressos, tais como a Programação Anual do Fundo e Cartilha do FCO;
- disponibilização de informações sobre o FCO no site www.bb.com.br (Programação Anual, Cartilha do FCO, modelo de carta-consulta e de proposta simplificada e documentos necessários à solicitação de financiamento);
- implantação de *check-list* em ambiente corporativo, para propostas de investimentos com a finalidade de auxiliar os funcionários no atendimento ao cliente, facilitando a identificação dos documentos necessários à contratação das operações de investimento e melhorando o tempo de resposta;
- flexibilização das garantias exigidas nas operações de financiamento a investimentos com recursos do FCO, sem comprometer a qualidade do crédito concedido e o retorno dos ativos ao Fundo;
- priorização da utilização dos recursos do FCO nos Planos de Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS[6];

[6] O DRS atua em diversos segmentos da sociedade, estabelecendo uma dinâmica voltada para a identificação das vocações e potencialidades regionais, para a organização e estruturação das atividades, visando diminuir as desigualdades e promover a inclusão social com geração de trabalho e renda, de forma sustentável (economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta, respeitando as diversidades culturais).

- capacitação de funcionários do BB em operações de investimento (rural e empresarial);
- implementação do dossiê eletrônico de operações, ferramenta que auxilia na identificação da documentação a ser observada na contratação (certidões, declarações, entre outas) e na condução de operações (notas fiscais, relatórios de fiscalização, por exemplo), possibilitando o arquivamento eletrônico desses documentos; e
- Especialização de equipes para estudo e análises de financiamentos com recursos do FCO, promovendo o ganho de escala e a celeridade de resposta ao cliente.

Destaca-se que os processos, sistemas e metodologias de crédito do Banco estão em constante aperfeiçoamento, com permanente foco na dissolução de entraves que eventualmente dificultem a oferta e contratação de créditos, sem perda de qualidade na sua concessão.

Essas ações, por fim, não esgotam a atuação do Banco do Brasil, quanto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, que emprega, na administração e aplicação dos recursos do Fundo, a mesma estrutura utilizada para condução de negócios com recursos próprios, de tal forma que todos os investimentos realizados pelo Banco em infraestrutura operacional, em capacitação de funcionários e em tecnologia da informação são também refletidos na gestão do FCO.

## 3. OPERAÇÕES DE FUNDOS

### a) Previsão Orçamentária

#### I. Origem dos Recursos Previstos para 2011

A composição anual do montante de recursos previstos para a execução orçamentária do FCO leva em conta transferências do Tesouro Nacional, disponibilidade remanescente do exercício anterior, retornos de financiamentos e resultado operacional do Fundo, deduzidos os recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores.

Para o exercício 2011, a origem do montante de recursos previstos está demonstrada no quadro abaixo:

Quadro XII – Origem dos Recursos Previstos para 2011

| Origem | (R$ milhões) |
|---|---|
| De Exercícios Anteriores (1) | 867,7 |
| De Retorno de Operações | 2.444,2 |
| De Repasses do Tesouro Nacional (2) | 1.762,5 |
| Resultado Operacional (3) | 103,7 |
| Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (4) | (392,1) |
| **Total** | **4.786.1** |

Posição em 30.06.2011

Fonte: Arquivo .doc, Programação Anual do Fundo

(1) Corresponde ao somatório das disponibilidades existentes nos orçamentos das Unidades Federativas em 31.12.2010.

(2) O valor dos repasses do Tesouro Nacional corresponde à projeção da Secretaria do Tesouro Nacional.

(3) O resultado operacional refere-se à previsão de receitas e despesas do Fundo para o exercício.

(4) Os recursos comprometidos referem-se às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

## II. Distribuição Percentual dos Recursos do Tesouro Nacional por Unidade Federativa e Programas

Conforme estabelece o art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal e nos termos do art. 6º da Lei 7.827/89, a União entrega 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Os recursos oriundos da arrecadação do IR e do IPI são repassados ao Fundo por meio do orçamento do Ministério da Integração Nacional, conforme determina o art. 7º da Lei 7.827 de 1989, alterada pela Lei 10.177 de 2001.

Segundo projeção da Secretaria do Tesouro Nacional, estimou-se, para o Exercício de 2011, ingresso de recursos de R$ 1.762,5 milhões.

A Programação Orçamentária de 2011, aprovada pela Resolução CONDEL/FCO n.º 410, de 14.12.2010 e alterada por Resoluções posteriores, estabeleceu a distribuição dos recursos previstos para o exercício 2011 às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 19,0%, GO – 29,00%, MT – 29,0% e MS – 23,0%.

Quadro XIII - Distribuição dos recursos por Unidade Federativa e Programas

(R$ mil)

| Modalidades | DF | GO | MS | MT | (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Recursos Distribuídos** | **19,00** | **29,00** | **23,00** | **29,00** | **100,00** |
| FCO Empresarial | 15,20 | 14,50 | 11,50 | 14,50 | 55,70 |
| FCO Rural | 3,80 | 14,50 | 11,50 | 14,50 | 44,30 |

Posição em 30.06.2011
Fonte: Caderno de informações gerenciais/programação orçamentária

## III. Distribuição do Orçamento Realizado por Unidade Federativa e Programa

A distribuição dos recursos entre as Unidades Federativas e as modalidades de financiamentos, segundo os percentuais previstos na Programação Orçamentária de 2011, ficou assim representada no exercício:

Quadro XIV – Distribuição dos Recursos por UF e Programa

(R$ mil)

| Modalidades | DF | GO | MS | MT | Região | (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Recursos Distribuídos** | **909.351** | **1.387.957** | **1.100.793** | **1.387.957** | **4.786.057** | **100,00** |
| FCO Empresarial | 727.481 | 693.978 | 550.397 | 693.978 | 2.665.834 | 55,70 |
| FCO Rural | 181.870 | 693.978 | 550.397 | 693.978 | 2.120.223 | 44,30 |
| **TOTAL** | | | | | **4.786.057** | **100,00** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: Caderno de informações gerenciais/programação orçamentária

## IV. Previsão de Aplicação de Recursos

A programação de aplicação dos recursos em 2011, conforme a previsão do Banco Administrador, apresenta como estimativa de contratações o montante de R$ 4.786,1 milhões em financiamentos aos setores produtivos da região, correspondentes à totalidade dos recursos previstos para o período, conforme quadro a seguir:

Quadro XV – Previsão de Aplicação de Recursos em 2011

| Programas | DF | GO | MT | MS | Região | Percentual de Distribuição (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empreendedores Indivuduais e Mini, Micro e Pequenos Tomadores** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | **371.015,2** | **353.928,9** | **280.702,3** | **353.928,9** | **1.359.575,3** | **28,41** |
| Industrial | 91.075,2 | 155.451,1 | 89.544,0 | 53.089,3 | 389.159,7 | |
| Infraestrutura | 97.887,3 | 35.392,9 | 19.817,6 | 53.089,3 | 206.187,1 | |
| Turismo | 91.075,2 | 35.392,9 | 20.491,3 | 106.178,7 | 253.138,0 | |
| Comércio e Serviços | 90.977,6 | 127.692,0 | 150.849,4 | 141.571,6 | 511.090,6 | |
| **FCO Rural** | **92.753,8** | **353.928,9** | **280.702,3** | **353.928,9** | **1.081.314,0** | **22,59** |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 90.935,1 | 212.357,4 | 110.079,3 | 325.138,6 | 738.510,4 | |
| Demais Rurais | 1.818,7 | 141.571,6 | 170.622,9 | 28.790,4 | 342.803,6 | |
| **Subtotal** | **463.769,0** | **707.857,9** | **561.404,5** | **707.857,9** | **2.440.889,3** | **51,00** |
| **Médios e Grandes Tomadores** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | **356.465,6** | **340.049,4** | **269.694,3** | **340.049,4** | **1.306.258,7** | **27,29** |
| Industrial | 83.842,8 | 122.417,8 | 168.019,6 | 68.009,9 | 442.290,1 | |
| Infraestrutura | 97.887,3 | 33.866,1 | 17.799,8 | 68.009,9 | 217.563,1 | |
| Turismo | 83.842,8 | 33.866,1 | 14.565,7 | 68.009,9 | 200.284,6 | |
| Comércio e Serviços | 90.892,6 | 149.899,3 | 69.309,2 | 136.019,8 | 446.120,9 | |
| **FCO Rural** | **89.116,4** | **340.049,4** | **269.694,3** | **340.049,4** | **1.038.909,5** | **21,71** |
| **Subtotal** | **445.581,9** | **680.098,8** | **539.388,7** | **680.098,8** | **2.345.168,2** | **49,00** |
| **Resumo Geral** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | **727.480,7** | **693.978,3** | **550.396,6** | **693.978,3** | **2.665.834,0** | **55,70** |
| Industrial | 174.918,0 | 277.868,9 | 257.563,6 | 121.099,2 | 831.449,8 | |
| Infraestrutura | 195.774,5 | 69.259,0 | 37.617,4 | 121.099,2 | 423.750,2 | |
| Turismo | 174.918,0 | 69.259,0 | 35.057,0 | 174.188,6 | 453.422,6 | |
| Comércio e Serviços | 181.870,2 | 277.591,3 | 220.158,6 | 277.591,3 | 957.211,5 | |
| **FCO Rural** | **181.870,2** | **693.978,3** | **550.396,6** | **693.978,3** | **2.120.223,5** | **44,30** |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 90.935,1 | 212.357,4 | 110.079,3 | 325.138,6 | 738.510,4 | |
| Demais Rurais | 90.935,1 | 481.621,0 | 440.317,3 | 368.839,8 | 1.381.713,1 | |
| **TOTAL** | **909.350,9** | **1.387.956,7** | **1.100.793,2** | **1.387.956,7** | **4.786.057,5** | **100,00** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

**b) Execução Orçamentária**

**I. Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado)**

Quadro XVI – Realização da Previsão Orçamentária

(R$ milhões)

| Origem | Previsto | Realizado | (%) |
|---|---|---|---|
| De Exercícios Anteriores | 867,7 | 867,7 | 100,0 |
| De Retorno de Operações | 1.069,4 | 883,4 | 82,6 |
| De Repasses do Tesouro Nacional | 857,8 | 875,2 | 102,0 |
| Resultado Operacional | 60,5 | 97,0 | 160,2 |
| Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores | (392,1) | (57,2) | 14,6 |
| **Total** | **2.463,3** | **2.666,1** | **108,2** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: planilha "Gerenciamento Financeiro"

O volume de recursos observado (R$ 2.666,1) representa 108,2% do montante previsto para o 1º semestre de 2011.

### II. Transferências do Tesouro Nacional

As transferências do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados totalizaram R$ 875,2 milhões. O quadro a seguir ilustra o comportamento mensal dos repasses de recursos da União, comparativamente à previsão inicial para o 1º semestre de 2011:

Quadro XVII – Transferências do Tesouro Nacional

(R$ mil)

| Mês | Previsto (1) Valor | Realizado Valor | % de Realização |
|---|---|---|---|
| Janeiro | 138.285 | 105.015 | 75,9 |
| Fevereiro | 127.986 | 182.614 | 142,7 |
| Março | 143.912 | 135.718 | 94,3 |
| Abril | 153.112 | 141.931 | 92,7 |
| Maio | 158.030 | 124.994 | 79,1 |
| Junho | 136.465 | 184.947 | 135,5 |
| **Exercício** | **857.790** | **875.219** | **102,0** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: Caderno de informações gerenciais

Comparando com o mesmo período do ano anterior, observa-se incremento de 23,8% no montante de recursos oriundos do Tesouro Nacional, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro XVIII - Transferências do Tesouro Nacional – comparativo 2011/2010
**Ingresso Recursos do Tesouro Nacional (R$ mil)**

| Mês | 2011 | 2010 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Janeiro | 105.015 | 91.570 | 14,7 |
| Fevereiro | 182.614 | 135.212 | 35,1 |
| Março | 135.718 | 118.169 | 14,9 |
| Abril | 141.931 | 75.407 | 88,2 |
| Maio | 124.994 | 169.415 | (26,2) |
| Junho | 184.947 | 117.246 | 57,7 |
| **Total** | **875.219** | **707.019** | **23,8** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: Caderno de informações gerenciais

### c) Resultados

### I. Contratações de Operações de Financiamento

**Contratações por Programa e Unidade Federativa**

No 1º semestre de 2011, foram contratadas 35.550 operações, totalizando R$ 2.237,4 milhões. Os investimentos do FCO Empresarial somaram R$ 1.149,5 milhões, representando 51,4% do montante contratado, enquanto as contratações do FCO Rural atingiram R$ 1.087,9 milhões, equivalentes a 48,6% do total aplicado no período.

Quadro XIX – Contratações por Programa e UF

(R$ mil)

| | DF | | GO | | MS | | MT | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PROGRAMAS | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| **EMPRESARIAL** | **2.563** | **241.501** | **5.723** | **443.481** | **2.856** | **176.631** | **2.255** | **287.841** | **13.397** | **1.149.455** |
| Industrial | 216 | 25.474 | 1.109 | 178.751 | 239 | 45.934 | 308 | 43.893 | 1.872 | 294.052 |
| Infraestrutura | 3 | 23.121 | 10 | 5.337 | 9 | 4.030 | 9 | 85.307 | 31 | 117.795 |
| Turismo | 169 | 17.871 | 221 | 15.562 | 174 | 9.967 | 88 | 14.263 | 652 | 57.663 |
| Comércio e Serviços | 2.175 | 175.036 | 4.383 | 243.831 | 2.434 | 116.701 | 1.850 | 144.378 | 10.842 | 679.945 |
| **RURAL** | **634** | **20.418** | **11.865** | **420.980** | **4.088** | **313.366** | **5.565** | **333.133** | **22.153** | **1.087.897** |
| Rural/Integração | 118 | 10.968 | 2.434 | 233.608 | 590 | 80.092 | 813 | 173.243 | 3.955 | 497.910 |
| PRONAF | 490 | 8.759 | 9.102 | 170.295 | 1.739 | 32.114 | 4.373 | 128.874 | 15.704 | 340.042 |
| PRONAF-RA | 21 | 353 | 218 | 2.561 | 891 | 15.691 | 266 | 3.399 | 1.396 | 22.004 |
| Pronatureza | 4 | 261 | 66 | 10.775 | 18 | 6.389 | 6 | 1.486 | 94 | 18.910 |
| Custeio | 1 | 78 | 46 | 3.742 | 850 | 179.080 | 107 | 26.132 | 1.004 | 209.031 |
| **Total Geral** | **3.197** | **261.920** | **17.589** | **864.462** | **6.944** | **489.997** | **7.820** | **620.974** | **35.550** | **2.237.353** |

Posição em 30.06.2011

Fonte: SIG FCO – Sistema do BB

O Estado de Goiás manteve posição de destaque na contratação de operações, respondendo por 49,5% na quantidade e 38,6% no valor de operações contratadas no primeiro semestre de 2011.

Em termos de incremento nas operações, destacou-se o mesmo Estado de Goiás com aumento de 78,1% no volume de recursos em relação ao mesmo período de 2010, quando foram realizadas 1,9 mil contratações, totalizando R$ 146,6 mil no Estado.

O expressivo volume observado na linha de Custeio Rural deveu-se ao incremento nas contratações de operações de custeio para financiar a aquisição antecipada de insumos para a safra 2011/2012.

Dos recursos contratados no Distrito Federal, R$ 46,8 milhões foram dirigidos aos municípios participantes da RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, representando 17,9% do total de R$ 261,1 milhões.

Quanto à quantidade de operações contratadas, participação expressiva obteve o Pronaf (44,2%) que, somado ao Pronaf-RA, representou 48,1% da quantidade total contratada no período, o que vai ao encontro do propósito de pulverização do financiamento do programa.

**Contratações por Porte e Programa**

Para enquadramento nos financiamentos do FCO, os beneficiários são classificados pelo porte, de acordo com critérios aprovados pelo CONDEL/FCO. No Exercício de 2011, os parâmetros observados para definição do porte dos mutuários são os seguintes:

a) Produtores rurais – de acordo com a renda bruta agropecuária anual prevista:

- Mini – até R$ 150 mil;
- Pequeno – acima de R$ 150 mil e até R$ 500 mil;
- Médio – acima de R$ 500 mil e até R$ 1,9 milhão;
- Grande – acima de R$ 1,9 milhão.

b) Empresas – com base no faturamento bruto anual:

- Empreendedor Individual – até R$ 36 mil;
- Micro – até R$ 240 mil;
- Pequena – acima de R$ 240 mil e até R$ 2.400 mil;
- Média – acima de R$ 2.400 mil e até R$ 35 milhões;
- Grande – acima de R$ 35 milhões.

As contratações no 1º semestre de 2011, em valores nominais, por porte do beneficiário e Programa de Financiamento estão representadas no quadro seguinte:

Quadro XX – Contratações por Porte e Linha de Financiamento

(R$ mil)

| Linhas de Financiamento | Grande | Médio | Pequeno | Mini/Micro | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **Industrial** | | | | | |
| - Quantidade | 62 | 368 | 1.365 | 77 | 1.872 |
| - Valor | 148.574 | 68.981 | 74.378 | 2.119 | 294.052 |
| **Infraestrutura** | | | | | |
| - Quantidade | 6 | 5 | 19 | 1 | 31 |
| - Valor | 112.144 | 4.938 | 709 | 4 | 117.795 |
| **Turismo** | | | | | |
| - Quantidade | 3 | 54 | 540 | 55 | 652 |
| - Valor | 1.946 | 20.957 | 33.771 | 990 | 57.663 |
| **Comércio e Serviços** | | | | | |
| - Quantidade | 100 | 1.124 | 8.834 | 784 | 10.842 |
| - Valor | 95.345 | 159.785 | 407.454 | 17.361 | 679.945 |
| **Rural/Integração** | | | | | |
| - Quantidade | 775 | 1.652 | 1.286 | 242 | 3.955 |
| - Valor | 257.263 | 152.343 | 76.552 | 11.752 | 497.910 |
| **PRONAF** | | | | | |
| - Quantidade | - | - | 3.329 | 12.375 | 15.704 |
| - Valor | - | - | 153.033 | 187.009 | 340.042 |
| **PRONAF-RA** | | | | | |
| - Quantidade | - | - | 89 | 1.307 | 1.396 |
| - Valor | - | - | 1.333 | 20.670 | 22.004 |
| **Pronatureza** | | | | | |
| - Quantidade | 30 | 35 | 27 | 2 | 94 |
| - Valor | 12.590 | 4.262 | 1.888 | 170 | 18.910 |
| **Custeio** | | | | | |
| - Quantidade | 726 | 205 | 62 | 11 | 1.004 |
| - Valor | 175.588 | 29.234 | 3.910 | 299 | 209.031 |
| **Total Geral** | **1.702** | **3.443** | **15.551** | **14.854** | **35.550** |
| | **803.451** | **440.501** | **753.028** | **240.372** | **2.237.353** |

Posição 30.06.2011

Fonte: Caderno de informações gerenciais / "Contratações Programa e Porte"

Os beneficiários de grande porte absorveram 6,9% das contratações no setor rural, o que representou 40,9% dos recursos aplicados. Ainda no grande porte, mesmo com uma quantidade bastante inferior de operações contratadas (1,3%), o setor empresarial absorveu 31,1% dos recursos totais, com ênfase para as linhas de financiamento Industrial e de Infraestrutura econômica.

Os tomadores de pequeno porte, da mesma forma, contrataram mais operações empresariais do que rurais (80,3% em quantidade de operações e 44,9% em volume contratado), com destaque para os setores comercial e de serviços.

Observa-se que, entre os tomadores de médio porte houve predomínio de operações no setor empresarial, com 11,6% em quantidade de contratações e 22,2% em volume de recursos. Já entre os segmentos de empreendedores individuais, miniprodutores e microempresas predominaram as operações rurais, com 62,9% do total de contratações e 20,2% dos recursos aplicados nesse setor.

Quadro XXI – Contratações por Porte e UF

(R$ mil)

| PORTE | DF | GO | MS | MT | TOTAL | (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Grande | 65.387 | 238.497 | 240.113 | 259.454 | 803.451 | 35,9 |
| Médio | 57.637 | 186.963 | 91.530 | 104.371 | 440.501 | 19,7 |
| **Total** | **123.024** | **425.461** | **331.642** | **363.825** | **1.243.952** | **55,6** |
| Pequeno | 129.055 | 321.405 | 117.021 | 185.548 | 753.028 | 33,7 |
| Mini/Micro | 9.841 | 117.596 | 41.334 | 71.601 | 240.372 | 10,7 |
| **Total** | **138.895** | **439.001** | **158.355** | **257.149** | **993.401** | **44,4** |
| **Total Geral** | **261.920** | **864.462** | **489.997** | **620.974** | **2.237.353** | **100,0** |

Posição 30.06.2011

Fonte: Caderno de informações gerenciais / "Contratações Por Porte e Unidade Federativa"

No quadro de contratações por porte e Unidade Federativa (acima) destacam-se o Estado de Goiás e do Mato Grosso, que priorizaram as contratações com o público de menor porte (44,3% e 25,9% de suas contratações, respectivamente).

Os empreendimentos de mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas representaram 85,5% do número total de operações contratadas no período, absorvendo R$ 993,4 milhões, equivalentes a 44,4% do montante de recursos aplicados. Os grandes e médios produtores rurais e as empresas de grande e médio portes aplicaram R$ 1.244,0 milhões para o financiamento de suas atividades produtivas, o correspondente a 55,6% do total de recursos destinados à Região. Vale ressaltar que muitos projetos de grandes empresas ou grandes produtores rurais também beneficiam indiretamente os tomadores de menor porte, a exemplo de operações contratadas nos programas de convênio de integração rural (empresa integradora e integrados), que representaram 32,9% do total contratado com grandes e médios tomadores e 47,2% da quantidade de operações com esses segmentos.

No tocante à Execução Orçamentária em 2011, as contratações com os tomadores de mini, micro e pequeno porte representaram 38,2% relativamente aos recursos realizados de R$ 2.598,7 milhões, constantes no item 3.2.1 deste relatório.

No quadro a seguir, é apresentada a distribuição das operações contratadas por Unidade Federativa, programas, concentração por menor porte (Mini, Micro e Pequenos tomadores) e maior porte (Médios e Grandes tomadores).

Quadro XXII – Contratações por UF, Programa e Porte

**Contratações com Empreendedores Individuais, Mini, Micro e Pequenos Tomadores (R$ mil)**

| PROGRAMAS | DF | GO | MS | MT | Região | Percentual de Distribuição (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **FCO Empresarial** | **127.891** | **212.555** | **96.302** | **100.036** | **536.784** | **24,0** |
| Desenvolvimento Industrial | 12.871 | 43.103 | 8.451 | 12.071 | 76.496 | |
| Infraestrutura | 14 | 208 | 155 | 336 | 713 | |
| Desenvolvimento do Turismo | 9.404 | 10.106 | 9.018 | 6.232 | 34.760 | |
| Comércio e Serviços | 105.602 | 159.138 | 78.679 | 81.396 | 424.815 | |
| **FCO Rural** | **10.652** | **223.885** | **46.362** | **153.714** | **434.613** | **19,4** |
| PRONAF | 8.759 | 170.295 | 32.114 | 128.874 | 340.042 | |
| Rural Demais | 1.893 | 53.590 | 14.248 | 24.840 | 94.571 | |
| **Subtotal** | **138.543** | **436.440** | **142.664** | **253.750** | **971.397** | |
| Pronaf - Reforma Agrária | 353 | 2.561 | 15.691 | 3.399 | 22.004 | **1,0** |
| **Total** | **138.895** | **439.001** | **158.355** | **257.149** | **993.401** | **44,4** |

**Contratações com Médios e Grandes Tomadores**

| PROGRAMAS | DF | GO | MS | MT | Região | Região |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **FCO Empresarial** | **113.610** | **230.926** | **80.330** | **187.805** | **612.671** | **27,4** |
| Desenvolvimento Industrial | 12.603 | 135.648 | 37.483 | 31.822 | 217.555 | |
| Infraestrutura | 23.106 | 5.129 | 3.875 | 84.971 | 117.082 | |
| Desenvolvimento do Turismo | 8.467 | 5.456 | 949 | 8.031 | 22.903 | |
| Comércio e Serviços | 69.434 | 84.693 | 38.022 | 62.981 | 255.131 | |
| **FCO Rural** | **9.414** | **194.534** | **251.313** | **176.020** | **631.281** | **28,2** |
| Rural Demais | 9.414 | 194.534 | 251.313 | 176.020 | 631.281 | |
| **Total** | **123.024** | **425.461** | **331.642** | **363.825** | **1.243.952** | **55,6** |

**Consolidado**

| PROGRAMAS | DF | GO | MS | MT | Região | Região |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **FCO Empresarial** | **241.501** | **443.481** | **176.631** | **287.841** | **1.149.455** | **51,4** |
| Desenvolvimento Industrial | 25.474 | 178.751 | 45.934 | 43.893 | 294.052 | |
| Infraestrutura | 23.121 | 5.337 | 4.030 | 85.307 | 117.795 | |
| Desenvolvimento do Turismo | 17.871 | 15.562 | 9.967 | 14.263 | 57.663 | |
| Comércio e Serviços | 175.036 | 243.831 | 116.701 | 144.378 | 679.945 | |
| **FCO Rural** | **20.418** | **419.198** | **297.675** | **329.734** | **1.065.894** | **47,6** |
| Pronaf | 8.759 | 171.074 | 32.114 | 128.874 | 340.042 | |
| Rural Demais | 11.307 | 248.124 | 265.561 | 200.860 | 725.852 | |
| **Subtotal** | **260.788** | **862.680** | **474.306** | **617.575** | **2.215.349** | |
| Pronaf - Reforma Agrária | **353** | **2.561** | **15.691** | **3.399** | 22.004 | **1,0** |
| **Total Geral** | **261.920** | **864.462** | **489.997** | **620.974** | **2.237.353** | **100,0** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

## Municípios com Operações Contratadas

Para aplicação dos recursos do FCO, o Banco do Brasil conta com uma rede de distribuição composta por 543 pontos de atendimento na Região, sendo desse total 437 Agências e 106

Postos de Atendimentos Bancários (PABs), o que lhe permite assistir financeiramente as atividades produtivas desenvolvidas no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, inclusive aquelas situadas nas mais distantes localidades do extenso território do Centro-Oeste.

No 1° semestre de 2011, dos 466 municípios da Região, 464 (99,6%) contaram com financiamentos do Fundo. O total de recursos injetados na economia da Região é de R$ 2,2 bilhões, beneficiando 35,6 mil projetos dos setores produtivos.

O demonstrativo a seguir apresenta a distribuição espacial das aplicações no 1° semestre de 2011, mostrando o número de municípios da Região atendidos com recursos do FCO, comparativamente com o mesmo período do ano anterior.

Quadro XXIII – Distribuição espacial das aplicações 2011/2010

(R$ mil)

| UF | 2011 | | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Municípios Existentes | Municípios com Operações | Montante Aplicado | Municípios com Operações | Montante Aplicado |
| DF | 1 | 1 | 261.920 | 1 | 146.627 |
| GO | 246 | 246 | 864.462 | 244 | 631.050 |
| MS | 78 | 78 | 489.997 | 77 | 376.745 |
| MT | 141 | 139 | 620.974 | 133 | 587.358 |
| Total | 466 | 464 | 2.237.353 | 455 | 1.741.780 |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIGFCO - Sistema do BB

Ao disseminar o crédito pelas localidades mais carentes, conforme se observa, da quantidade de municípios alcançados em cada Unidade Federativa, o Banco do Brasil cumpre a missão de apoiar financeiramente as atividades dos pequenos empreendedores da Região, confirmando o FCO como a mais importante fonte de recursos para a interiorização do desenvolvimento e dinamização da economia do Centro-Oeste, contribuindo para diminuir as desigualdades intra-regionais, além de refletir positivamente nos indicadores sociais da região.

**Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE**

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no Distrito Federal e nos 19 municípios do Estado de Goiás integrantes do Entorno do DF:

Quadro XXIV – Contratações na RIDE

(R$ mil)

| UF | Municípios Existentes | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Municípios com Operações | Montante Aplicado | Municípios com Operações | Montante Aplicado |
| DF | 1 | 1 | 214.335 | 1 | 106.857 |
| RIDE | 19 | 19 | 47.585 | 19 | 39.771 |
| Total | 20 | 20 | 261.920 | 20 | 146.627 |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIGFCO - Sistema do BB

**Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas**

O demonstrativo abaixo apresenta as contratações realizadas nos municípios de Goiás integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, segregados em porte do mutuário e programa de financiamento:

Quadro XXV – Contratações na mesorregião de Águas Emendadas

(R$ mil)

| Porte | Empresarial | | PRONAF | | Rural | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| **Grande** | 2 | 5.003 | - | - | 84 | 19.622 | 86 | 24.625 |
| **Médio** | 79 | 14.295 | - | - | 260 | 22.828 | 339 | 37.123 |
| **Pequeno** | 912 | 46.040 | 494 | 18.850 | 222 | 10.906 | 1.628 | 75.797 |
| **Mini/Micro** | 119 | 3.275 | 2.472 | 29.108 | 113 | 3.243 | 2.704 | 35.627 |
| **TOTAL** | **1.112** | **68.613** | **2.966** | **47.958** | **679** | **56.600** | **4.757** | **173.172** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO – Sistema do BB

No exercício de 2011, foram contratados R$ 173,2 milhões nos municípios integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, o que representa 62,5% do montante previsto na Programação do Fundo (R$ 277,1 milhões).

**Contratações na Faixa de Fronteira**

As aplicações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 no Estado de Mato Grosso do Sul e 28 no Estado de Mato Grosso) totalizaram R$ 373,8 milhões no 1º semestre de 2011, o que representa um decréscimo de 13,9% em relação ao mesmo período de 2010. Já a quantidade de operações passou de 4.826 para 6.017, ou seja, um acréscimo de 24,7%.

**Contratações com Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez**

No 1º semestre de 2011, verificou-se a quantidade de 35.550 contratos realizados, totalizando R$ 2.237,4 milhões. No período, 9.275 operações foram realizadas com novos beneficiários, atingindo a cifra de R$ 777,5 milhões, que representam 26,1% do total das contratações e 34,7% dos recursos aplicados.

Destacaram-se os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul com maior número de contratos realizados com novos beneficiários – 3.812 e 2.015, respectivamente. Quanto ao volume de recursos aplicados, Mato Grosso aplicou R$ 261,8 milhões e Goiás R$ 237,2 milhões, representando 33,7% e 30,5%, respectivamente.

Quadro XXVI – Contratações com novos beneficiários

(R$ mil)

| Porte | DF | | GO | | MS | | MT | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| **Grande** | 17 | 52.245 | 84 | 29.066 | 151 | 46.240 | 77 | 121.265 | 329 | 248.816 |
| **Médio** | 159 | 28.600 | 438 | 72.503 | 159 | 27.125 | 205 | 50.460 | 961 | 178.688 |
| **Pequeno** | 1.084 | 64.755 | 2.387 | 113.048 | 712 | 33.600 | 1.105 | 72.486 | 5.288 | 283.889 |
| **Mini/Micro** | 200 | 4.881 | 903 | 22.595 | 993 | 21.042 | 601 | 17.562 | 2.697 | 66.081 |
| **TOTAL** | **1.460** | **150.481** | **3.812** | **237.213** | **2.015** | **128.007** | **1.988** | **261.773** | **9.275** | **777.474** |

Posição em 30.06.2011

**Contratações com Valor Superior a R$ 10 milhões**

O quadro abaixo sintetiza as operações contratadas no Exercício de 2010 com valores superiores a R$ 10 milhões e informadas analiticamente à Secretaria Executiva do Condel, conforme estabelecido no item "2b" da Resolução CONDEL/FCO nº 127, de 05.12.2001.

Quadro XXVII – Contratações com valor superior a R$ 10 milhões

R$ mil

| LINHAS DE FINANCIAMENTO | DF | | GO | | MS | | MT | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| Infraestrutura Econômica | 1 | 18.229 | - | - | - | - | 1 | 80.000 | 2 | 98.229 |
| Desenvolvimento Industrial | - | - | 2 | 58.904 | 1 | 19.400 | - | - | 3 | 78.304 |
| Desenvolvimento Rural | - | - | - | - | - | - | 1 | 22.675 | 1 | 22.675 |
| **Total** | **1** | **18.229** | **2** | **58.904** | **1** | **19.400** | **2** | **102.675** | **6** | **199.208** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIGFCO - Sistema do BB

Relativamente ao mesmo período de 2010, houve um decréscimo de contratações, principalmente no volume de recursos, de 36,9% em relação ao montante de R$ 315,9 mil do período anterior. O decréscimo na quantidade de operações foi de 25,0%.

As operações assim contratadas em 2011 estão detalhadas a seguir, por Unidade da Federação:

a) contratadas no Distrito Federal:

Operação nº 4000777
Valor: R$ 18.229.164,43
Beneficiário: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Descrição:
O empreendimento financiado foi a aquisição de equipamentos de informática para a modernização da sede da empresa em Brasília (DF). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Programa de Infraestrutura Econômica, com valor total de R$ 18.229.164,43.
Benefícios:
Incremento na arrecadação de tributos de cerca de R$ 377.293.414,80 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, melhoria do bem estar dos seus funcionários devido à melhoria da ergonomia, aumento da produtividade dos empregados, geração de empregos e renda e melhoria na qualidade e eficiência na prestação de serviços aos clientes da empresa.

b) contratadas no Estado de Goiás:

Operação nº 4000796
Valor: R$ 30.214.100,22
Beneficiário: Hypermarcas S.A.
Descrição:
O empreendimento financiado foi a construção de um Centro de Distribuição da empresa em Anápolis (GO). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Programa de Desenvolvimento Industrial, com valor total de R$ 30.214.100,22.
Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R$ 379.100.000,00 milhões/ano; incremento na

arrecadação de tributos de cerca de R$ 122.200.000,00 milhões/ ano, por se tratar de uma construção de um Centro de Distribuição, serão utilizados materiais de construção a serem adquiridos na região e as máquinas e equipamentos descritos no projeto, que poderão ser adquiridos na região ou em outros estados brasileiros: 60% serão adquiridos no estado de Goiás e 40 % serão adquiridos de outros estados.

Operação nº 4000826

Valor: R$ 28.689.737,77
Beneficiário: Halex Istar Indústria Farmacêutica Ltda.
Descrição:
O empreendimento financiado foi a modernização e a expansão do Parque Industrial da empresa no estado de Goiás. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Programa de Desenvolvimento Industrial, com valor total de R$ 28.689.737,77.
Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R$ 321.077.025,40 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R$ 41.120.428,60 milhões/ ano, por se tratar de modernização e expansão do Parque Industrial, haverá geração de empregos diretos em nível local e indiretos em nível estadual, agregação de valor a economia em função dos salários pagos, abastecimento de um medicamento essencial para a saúde da população, em todas as classes sociais, haja vista a sua larga utilização em hospitais, clínicas, etc.

c) contratadas no Estado do Mato Grosso:

Operação nº 2000002

Valor: R$ 22.675.210,00
Beneficiário: Gilson Ferrúcio Pinesso
Descrição:
O empreendimento financiado foi a construção de granja para suinocultura, fábrica de ração, aquisição de equipamentos para suinocultura, matrizes e reprodutores suínos, custeio associado e elaboração de projeto, em Nova Ubiratã (MT). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO PDR (Programa de Desenvolvimento Rural), com valor total de R$ 32.393.160,39.
Benefícios:
Comercialização dos animais em frigoríficos da região, fomentando o desenvolvimento da mesma. O grupo mantem na Fazenda Água Limpa mais de 580 funcionários. Possui na propriedade um Centro de Ensino Técnico, oferecendo o curso de técnico agrícola à população da região.

Operação nº 2000474

Valor: R$ 80.000.000,00
Beneficiário: Transmissora Matogrossense de Energia S.A.
Descrição:
A operação foi contratada com a finalidade da construção de Linha de Transmissão ligando a cidade de Jauru-MT à Cuiabá-MT.
Benefícios:
Geração de novos empregos: 50 empregos diretos gerados.

a) contratadas no Estado do Mato Grosso do Sul:

Operação nº 4000417

Valor: R$ 19.400.000,00
Beneficiário: USINA AURORA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.
Descrição:
A operação foi contratada com a finalidade de implantar sistema a seco de lavagem de cana, o permitirá, dentre outros ganhos, redução de até 40% a carga de água utilizada no processo e de aproximadamente 180 kw no consumo de energia elétrica. A usina encontra-se em fase final de instalação, com início de suas operações previstas para 09/2011 e terá capacidade de moagem de 1.680 mil toneladas de cana/safra sendo a principal atividade a fabricação de álcool hidratado e açúcar VHP, com produção anual prevista em 62.952 m3 de álcool e 1.649.992 sacas de 50 kg de açúcar.
Benefícios:

Geração de novos empregos, considerando esse projeto complementar: aproximadamente 30 empregos diretos e 60 indiretos.

**Contratações por Tipologia por UF**

A tipologia do município de localização do empreendimento segue definições do Ministério da Integração Nacional, e tem sua metodologia prevista no Anexo II do Decreto nº 6.047, de 22.02.2007, que leva em consideração duas variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões, etc.); e
b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

A tipologia está inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e tem o propósito de estabelecer um quadro referencial das desigualdades regionais.

A classificação da tipologia está definida conforme a seguir:

| | |
|---|---|
| 1 - Alta Renda | Municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação no PIB foi igual ou maior a 3,87% entre 1990 e 1998. |
| 2 – Dinâmica | Inclui baixa e média rendas dinâmicas<br>Média: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.<br>Baixa: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. |
| 3 – Estagnada | Inclui apenas a média renda estagnada: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. |
| 4 – Baixa Renda | Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. |

Essa classificação é considerada para definição de prioridades para as políticas setoriais e estabelecimento de limite financiável para as propostas.

O demonstrativo abaixo apresenta as contratações realizadas no exercício por tipologia e Unidade da Federação, conforme previsto na Programação Anual do FCO:

Quadro XXVIII – Contratações por Tipologia e UF

(R$ mil)

| Tipologia | DF | | GO | | MS | | MT | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| Alta Renda | 2.267 | 214.335 | 9.635 | 585.290 | 1.621 | 108.545 | 1.514 | 278.932 | 15.037 | 1.187.102 |
| Dinâmica | - | - | 2.751 | 104.012 | 1.511 | 79.574 | 4.280 | 195.301 | 8.542 | 378.887 |
| Estagnada | 930 | 47.585 | 5.203 | 175.159 | 3.812 | 301.878 | 2.026 | 146.741 | 11.971 | 671.363 |
| **Total** | **3.197** | **261.920** | **17.589** | **864.462** | **6.944** | **489.997** | **7.820** | **620.974** | **35.550** | **2.237.353** |

Posição em 30.06.2011

Fonte: SIG FCO – Sistema do BB

Obs.: Na Região Centro-Oeste não existe município classificado como baixa renda. A microrregião da RIDE é formada pelo DF, classificado como Alta Renda, enquanto todos os demais municípios (Entorno) pertencem à tipologia Estagnada. Os municípios de renda dinâmica e estagnada, em conjunto, foram responsáveis pela maioria das contratações no período, com 57,7% do número de operações e 46,9% dos recursos financiados. Os municípios de alta renda representaram 42,3% das operações contratadas, correspondendo a 53,1% do valor total.

**Contratações do Programa ABC, PAC e recuperação de áreas de reserva legal degradadas**

No 1º semestre de 2011 não houve contratações realizadas com recursos do FCO em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Com relação ao Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram contratadas 85 operações, com volume aplicado de R$ 10,4 milhões. Também não foram registradas contratações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas.

**Repasse de Recursos a Outras Instituições Financeiras**

O artigo 9º da Lei 7.827/89, com redação dada pela Lei 10.177/2001, prevê que "observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de financiamento especificamente criados com essa finalidade."

O Banco do Brasil firmou contrato com as instituições Banco de Brasília S.A.- BRB, Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB, Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Agência de Fomento de Goiás S.A., iniciando-se as transferências de recursos em novembro/2008. Em dezembro/2010, mais uma instituição financeira ingressou no rol das operadoras de repasse de recursos do FCO, com a contratação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, ainda sem operações contratadas.

As contratações efetuadas por meio de repasse priorizam os segmentos de mini, micro e pequenos tomadores e abrangem os programas FCO Empresarial e FCO Rural, observada a Programação Anual de Financiamento.

As operações contratadas pelas instituições operadoras estão demonstradas a seguir:

Quadro XXIX – Operações de Repasse

(R$ mil)

| Programas | Bancoob GO | | BRB DF | | Goiás Fomento GO | | Sicredi MT | | Sicredi MS | | Total Centro-Oeste | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| **FCO Empresarial** | - | - | **22** | **5.551** | **3** | **674** | **6** | **609** | **1** | **600** | **32** | **7.433** |
| Des. Industrial | - | - | 8 | 3.359 | 1 | 100 | 1 | 250 | - | - | 10 | 3.709 |
| Turismo Regional | - | - | 3 | 275 | 1 | 245 | 1 | 100 | - | - | 5 | 620 |
| Comércio e Serviços | - | - | 11 | 1.917 | 1 | 329 | 4 | 259 | 1 | 600 | 17 | 3.105 |
| **FCO Rural** | **18** | **2.424** | - | - | - | - | **24** | **2.181** | **4** | **460** | **46** | **5.064** |
| FCO Rural (exceto Pronaf e Pronatureza) | 18 | 2.424 | - | - | - | - | 24 | 2.181 | 4 | 460 | 46 | 5.064 |
| Pronatureza | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Total** | **18** | **2.424** | **22** | **5.551** | **3** | **674** | **30** | **2.790** | **5** | **1.060** | **78** | **12.497** |

Valores nominais. Posição 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

Embora o saldo não seja significativo, representa a concretização de mais uma ação no sentido de expandir a aplicação de recursos do FCO na Região.

## II. Situação da Demanda

### Demanda Total

No 1º semestre de 2011, das 39.901 propostas existentes no Banco do Brasil, 35.550 foram contratadas e 4.351 não foram atendidas. Em termos de volume de recursos, o montante referente às propostas não atendidas até o final do período foi 1,25% superior ao das contratações no exercício.

Quadro XXX – Situação das propostas: Contratadas x Não atendidas

(R$ mil)

| Situação das Propostas | DF | | GO | | MS | | MT | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| Contratadas | 3.197 | 261.920 | 17.589 | 864.462 | 6.944 | 489.997 | 7.820 | 620.974 | 35.550 | 2.237.353 |
| Não Atendidas | 299 | 99.559 | 2.045 | 913.906 | 865 | 576.718 | 1.142 | 675.096 | 4.351 | 2.265.278 |
| **Total** | **3.496** | **361.479** | **19.634** | **1.778.367** | **7.809** | **1.066.715** | **8.962** | **1.296.070** | **39.901** | **4.502.631** |

Posição 30.06.2011
Fonte: DIGOV/DICOM/DIRAG

Quanto ao número de propostas, 89,1% delas foram atendidas e apenas 10,9% não o foram. O valor médio das operações contratadas é de R$ 62.935,38, enquanto que o das não atendidas é de R$ 520.633,98.

No que diz respeito ao porte, os mini/micro tomadores destacam-se em quantidade de operações contratadas e em montante de financiamentos contratados. Os médios e grandes tomadores registram as maiores pendências de contratação, tanto em quantidade de propostas, quanto em volume de recursos.

Os dois fatos acima mencionados espelham que as demandas por operações de maior valor, devido à sua complexidade, demoram mais tempo para ser atendidas (Projetos em elaboração e/ou análise: 53,9%).

Quadro XXXI – Situação das propostas por Programa e Porte

(R$ mil)

| Situação das Propostas | Contratadas | | Não Atendidas | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| **Programas** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | 13.397 | 1.149.455 | 1.602 | 742.012 | 14.999 | 1.891.468 |
| Industrial | 1.872 | 294.052 | 368 | 268.173 | 2.240 | 562.224 |
| Infraestrutura | 31 | 117.795 | 13 | 203.052 | 44 | 320.847 |
| Comércio e Serviços | 10.842 | 679.945 | 1.106 | 243.639 | 11.948 | 923.584 |
| Turismo | 652 | 57.663 | 115 | 27.149 | 767 | 84.812 |
| **FCO Rural** | 22.153 | 1.087.897 | 2.749 | 1.523.266 | 24.902 | 2.611.163 |
| Rural/Integração | 3.955 | 497.910 | 2.603 | 1.360.577 | 6.558 | 1.858.487 |
| PRONAF | 15.704 | 340.042 | 2 | 699 | 15.706 | 340.742 |
| Pronaf-RA | 1.396 | 22.004 | - | - | 1.396 | 22.004 |
| Pronatureza | 94 | 18.910 | 141 | 161.058 | 235 | 179.969 |
| Custeio | 1.004 | 209.031 | 3 | 931 | 1.007 | 209.962 |
| **Total Geral** | 35.550 | 2.237.353 | 4.351 | 2.265.278 | 39.901 | 4.502.631 |
| **Porte** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | 13.397 | 1.149.455 | 1.602 | 742.012 | 14.999 | 1.891.468 |
| Grande | 171 | 358.010 | 108 | 480.540 | 279 | 838.550 |
| Médio | 1.551 | 254.661 | 248 | 137.137 | 1.799 | 391.798 |
| Pequeno | 10.758 | 516.311 | 1.092 | 118.129 | 11.850 | 634.440 |
| Mini/Micro | 917 | 20.473 | 154 | 6.206 | 1.071 | 26.679 |
| **FCO Rural** | 22.153 | 1.087.897 | 2.749 | 1.523.266 | 24.902 | 2.611.163 |
| Grande | 1.531 | 445.442 | 500 | 764.969 | 2.031 | 1.210.410 |
| Médio | 1.892 | 185.840 | 1.235 | 541.097 | 3.127 | 726.936 |
| Pequeno | 4.793 | 236.717 | 707 | 167.489 | 5.500 | 404.206 |
| Mini/Micro | 13.937 | 219.899 | 307 | 49.711 | 14.244 | 269.611 |
| **Total Geral** | 35.550 | 2.237.353 | 4.351 | 2.265.278 | 39.901 | 4.502.631 |

Posição 30.06.2011

Fonte: DIGOV/DICOM/DIRAG

As contratações realizadas no 1º semestre de 2011 estão detalhadas no item 3.3.1 deste relatório.

**Demanda Não Atendida**

Das propostas não atendidas, 4.258 restaram pendentes de contratação e 93 foram indeferidas ou canceladas, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro XXXII – Motivo de não atendimento de demandas, por UF

R$ mil

| UF | Carta Consulta em Análise | | Projeto em Elaboração | | Propostas em Análise | | Pendente de Documentação | | Em Contratação | | Indeferidas/ Canceladas | | Total de Propostas Apresentadas | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ |
| DF | 2 | 674,42 | 64 | 23.780 | 67 | 16.780 | 10 | 1.047 | 155 | 57.266 | 1 | 12 | 299 | 99.559 |
| GO | 1233 | 506.283 | 222 | 73°088 | 228 | 88.208 | 71 | 36.308 | 265 | 192.753 | 26 | 17.265 | 2.045 | 913.906 |
| MS | 18 | 9.017 | 249 | 201.535 | 264 | 114.494 | 126 | 166.026 | 172 | 67.852 | 36 | 17.795 | 865 | 576.718 |
| MT | 237 | 154.288 | 218 | 96.884 | 272 | 271.164 | 153 | 56.117 | 232 | 89.175 | 30 | 7.469 | 1.142 | 675.096 |
| TOTAL | 1490 | 670.262 | 753 | 395.287 | 831 | 490.646 | 360 | 259.498 | 824 | 407.046 | 93 | 42.541 | 4.351 | 2.265.278 |

Posição 30.06.2011
Fonte: DICOM/DIRAG

Quadro XXXIII – Motivo de não atendimento de demandas, por Programa

R$ mil

| Programas | Carta Consulta em Análise | | Projeto em Elaboração | | Propostas em Análise | | Pendente de Documentação | | Em Contratação | | Indeferidas/ Canceladas | | Total de Propostas Apresentadas | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ |
| **FCO Rural** | 1490 | 670.262 | 355 | 275.831 | 389 | 218.750 | 314 | 255.228 | 113 | 61.791 | 88 | 41.403 | 2.749 | 1.523.266 |
| PRONAF A | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PRONAF B | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PRONAF DEMAIS | 2 | 699 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 | 699 |
| Pronatureza | 69 | 28.832 | 22 | 23.785 | 23 | 43.891 | 21 | 56.312 | 2 | 5.048 | 4 | 3.191 | 141 | 161.058 |
| Custeio | 3 | 931 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3 | 931 |
| Outros Programas Rurais | 1416 | 639.799 | 333 | 252.047 | 366 | 174.859 | 293 | 198.916 | 111 | 56.744 | 84 | 38.212 | 2.603 | 1.360.577 |
| **FCO Empresarial** | - | - | 398 | 119.455 | 442 | 271.895 | 46 | 4.270 | 711 | 345.255 | 5 | 1.138 | 1.602 | 742.012 |
| Industrial | - | - | 100 | 35.337 | 100 | 25.448 | 15 | 1.951 | 152 | 204.927 | 1 | 509 | 368 | 268.173 |
| Turismo | - | - | 37 | 12.593 | 32 | 2.633 | 2 | 56 | 43 | 11.828 | 1 | 39 | 115 | 27.149 |
| Infraestrutura | - | - | 3 | 2.579 | 6 | 163.464 | - | - | 4 | 37.010 | - | - | 13 | 203.052 |
| Comércio e Serviço | - | - | 258 | 68.946 | 304 | 80.351 | 29 | 2.263 | 512 | 91.490 | 3 | 589 | 1.106 | 243.639 |
| TOTAL | 1490 | 670.262 | 753 | 395.287 | 831 | 490.646 | 360 | 259.498 | 824 | 407.046 | 93 | 42.541 | 4.351 | 2.265.278 |

Posição 30.06.2011
Fonte: DICOM/DIRAG

Em termos de quantidade de operações não atendidas, o setor empresarial apresenta 36,8% e o setor rural 63,2%, com destaque para a Linha Rural/Integração. Quanto ao volume de recursos dos programas do setor empresarial, representou 32,8% do montante não contratado no período. O programa com maior número de propostas pendentes foi o de Outros Programas Rurais, com 2.603 (59,8% do total), sendo também o de maior valor, com R$ 1.360,6 mil (60,1% relativamente ao total não contratado). Observa-se que a demanda das operações de Pronaf A e B é integralmente atendida.

Quadro XXXIV – Motivo de não atendimento de demandas, por Porte

R$ mil

| Setor/Porte | Carta Consulta em Análise | | Projeto em Elaboração | | Propostas em Análise | | Pendente de Documentação | | Em Contratação | | Indeferidas/ Canceladas | | Total de Propostas Apresentadas | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ |
| **Rural** | 1490 | 670.262 | 355 | 275.831 | 389 | 218.750 | 314 | 255.228 | 113 | 61.791 | 88 | 41.403 | 2.749 | 1.523.266 |
| Agricultor Familiar | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Mini | 175 | 27.601 | 40 | 6.561 | 34 | 4.142 | 44 | 8.557 | 1 | 111 | 11 | 1.805 | 305 | 48.777 |
| Pequeno | 421 | 103.608 | 85 | 24.400 | 86 | 15.584 | 59 | 12.851 | 32 | 6.108 | 26 | 5.873 | 709 | 168.423 |
| Médio | 623 | 287.467 | 161 | 72.453 | 203 | 93.371 | 153 | 56.302 | 56 | 17.197 | 39 | 14.307 | 1.235 | 541.097 |
| Grande | 271 | 251.586 | 69 | 172.417 | 66 | 105.653 | 58 | 177.518 | 24 | 38.376 | 12 | 19.419 | 500 | 764.969 |
| **Não-Rural** | - | - | 398 | 119.455 | 442 | 271.895 | 46 | 4.270 | 711 | 345.255 | 5 | 1.138 | 1.602 | 742.012 |
| MEI | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Micro | - | - | 40 | 2.086 | 46 | 2.262 | 1 | 90 | 67 | 1.769 | - | - | 154 | 6.206 |
| Pequena | - | - | 279 | 41.865 | 296 | 36.296 | 30 | 1.873 | 484 | 37.672 | 3 | 423 | 1.092 | 118.129 |
| Média | - | - | 61 | 42.019 | 74 | 67.621 | 10 | 1.033 | 101 | 25.749 | 2 | 714 | 248 | 137.137 |
| Grande | - | - | 18 | 33.486 | 26 | 165.716 | 5 | 1.274 | 59 | 280.065 | - | - | 108 | 480.540 |
| **TOTAL** | 1490 | 670.262 | 753 | 395.287 | 831 | 490.646 | 360 | 259.498 | 824 | 407.046 | 93 | 42.541 | 4.351 | 2.265.278 |

Posição 30.06.2011
Fonte: DICOM/DIRAG

No tocante ao porte dos tomadores de financiamentos, verifica-se que os médios produtores rurais apresentam maior número de propostas pendentes de contratação, seguidos dos pequenos produtores rurais. Em volume de recursos esse cenário se altera, já que as grandes e médias empresas acumulam 84,9% do valor total não contratado no período.

A partir de outubro/2008 passou-se a controlar os principais motivos de indeferimento ou cancelamento das propostas de financiamento para subsidiar ações preventivas visando à diminuição ainda maior desses casos. Os resultados obtidos são os apresentados a seguir:

Quadro XXXV – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento

R$ mil

| Razões / UF | Carta Consulta Indeferida | | Cadastro/Limite de Crédito | | Documentação incompleta | | Cancelamento/ Desistência | | Proposta/Projeto Indeferido | | Outras | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ | Nº Op. | R$ |
| DF | - | - | 1 | 12 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| GO | 2 | 9.120 | - | - | 1 | 199 | 12 | 5.495 | 5 | 732 | 6 | 1.720 |
| MS | 2 | 334 | - | - | - | - | 24 | 7.905 | 3 | 880 | 7 | 8.675 |
| MT | 1 | 216 | - | - | - | - | 22 | 5.703 | - | - | 7 | 1.550 |
| **TOTAL** | 5 | 9.670 | 1 | 12 | 1 | 199 | 58 | 19.103 | 8 | 1.612 | 20 | 11.945 |

Posição 30.06.2011
Fonte: DICOM/DIRAG

## III. Retornos de Operações de Financiamento

O quadro abaixo apresenta os retornos de capital dos financiamentos do FCO registrados no período, comparativamente à previsão inicial:

Quadro XXXVI – Retornos de capital

(R$ mil)

| Período | Previsto | Realizado | % |
|---|---|---|---|
| Janeiro | 104.998 | 125.272 | 119,3 |
| Fevereiro | 96.184 | 128.766 | 133,9 |
| Março | 107.087 | 144.748 | 135,2 |
| Abril | 107.478 | 148.962 | 138,6 |
| Maio | 120.557 | 164.893 | 136,8 |
| Junho | 136.301 | 170.711 | 125,2 |
| **Totais** | **672.605** | **883.353** | **131,3** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: planilha "Gerenciamento Financeiro"

Os retornos de capital são redistribuídos às Unidades Federativas e ao Pronaf-RA de acordo com os percentuais previstos na programação orçamentária do exercício. No período foram realizados 131,3% dos retornos previstos, o que contribuiu para o acréscimo na previsão orçamentária apresentada no item 3.2.1.

## IV. Situação dos Recursos

Quadro XXXVII – Situação dos recursos por UF

(R$ mil)

| | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **1.RECURSOS** | 1.635.187 | 5.212.894 | 3.587.390 | 4.626.655 | 15.062.126 |
| **2.FINANCIAMENTOS** | 1.298.210 | 5.138.246 | 3.409.214 | 4.433.260 | 14.278.930 |
| **3.DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.(1-2)** | 336.977 | 74.648 | 178.176 | 193.395 | 783.196 |
| **4. PARCELAS A LIBERAR** | 606 | 15.373 | 4.698 | 4.191 | 24.868 |
| **5. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA (3-4)** | 336.371 | 59.275 | 173.478 | 189.204 | 758.328 |

Obs.:Posição em 30.06.2011
Fonte: Recursos Saldos

O volume de recursos do FCO atingiu, em 30.06.2011, R$ 15.062,1 milhões. Os saldos de recursos aplicados nos financiamentos aos setores produtivos da Região Centro-Oeste somaram R$ 14.278,9 milhões, correspondentes a 94,8% da dotação do Fundo. A disponibilidade financeira observada ao final do semestre é de R$ 783,2 milhões, representando 5,2% do montante de recursos do FCO.

Considerando as parcelas pendentes de liberação de operações contratadas até 30.06.2011, a disponibilidade orçamentária encerrou o exercício em R$ 758,3 milhões (5,0% do montante de recursos).

## V. Remuneração dos Recursos Disponíveis

Enquanto não desembolsados pelo Banco do Brasil, os recursos do FCO são remunerados pela taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme o art. 4° da Lei 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001.

O Banco do Brasil creditou ao Fundo, no 1º semestre de 2011, o montante de R$ 47,9 milhões, correspondente à remuneração das disponibilidades do período.

## VI. Remuneração dos Recursos Aplicados

Os recursos desembolsados em decorrência dos financiamentos concedidos aos beneficiários do Fundo são remunerados pelas taxas de juros pactuadas com os mutuários, deduzido o *del credere* do agente financeiro.

O FCO registrou, no período em exame, receitas de R$ 101,6 milhões, relativas aos encargos financeiros das operações contratadas com recursos do Fundo (deduzido o *del credere* do agente financeiro), na forma estabelecida pelo art. 2º, da Lei 10.177, de 12.01.2001.

## VII. Situação da Carteira de Financiamentos

### VII.1. Financiamentos – Programa e Unidade Federativa

O quadro a seguir apresenta os saldos totais da carteira de operações do FCO, em 30.06.2011, distribuída por Programa e Unidade Federativa.

Quadro XXXVIII – Saldos por programa e UF

(R$ mil)

| PROGRAMAS | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **EMPRESARIAL** | **807.639** | **1.576.527** | **1.140.215** | **1.389.860** | **4.914.241** |
| Industrial | 157.725 | 825.806 | 622.065 | 536.963 | 2.142.559 |
| Infraestrutura | 156.231 | 54.349 | 38.127 | 278.215 | 526.922 |
| Turismo | 46.077 | 79.466 | 54.595 | 58.855 | 238.993 |
| Comércio Serviços | 447.607 | 616.906 | 425.427 | 515.827 | 2.005.767 |
| **RURAL** | **508.479** | **3.548.464** | **2.268.717** | **3.039.028** | **9.364.689** |
| Rural/Integração | 429.116 | 2.534.483 | 1.547.826 | 1.868.950 | 6.380.375 |
| PRONAF | 44.794 | 869.360 | 200.637 | 767.564 | 1.882.355 |
| PRONAF-RA | 8.958 | 44.290 | 89.791 | 237.846 | 380.886 |
| PAPRA | 5.305 | 5.274 | 24.603 | 53.886 | 89.068 |
| Pronatureza | 19.187 | 65.413 | 175.955 | 67.984 | 328.538 |
| Estocagem | - | 331 | - | 878 | 1.208 |
| Custeio | 1.119 | 29.314 | 229.905 | 41.921 | 302.259 |
| **Total Geral** | **1.316.119** | **5.124.990** | **3.408.932** | **4.428.889** | **14.278.930** |

Posição em 30.06.2011.

Fonte: Caderno de informacoes gerenciais

Os saldos das operações rurais, com a soma de R$ 9.364,7 milhões, correspondem a 65,6% da carteira de financiamentos do FCO. Os projetos do setor empresarial apresentam o montante de R$ 4.914,2 milhões, equivalente a 34,4% dos financiamentos totais. No FCO Empresarial, as atividades do segmento industrial se destacam com saldos na ordem de R$ 2.142,6 milhões, enquanto no FCO Rural a carteira da linha de financiamento Rural/Integração encerrou o exercício com R$ 6.380,4 milhões.

### VII.2. Financiamentos – Porte e Unidade Federativa

A distribuição dos saldos totais da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos financiados, está demonstrada a seguir:

Quadro XXXIX – Saldos por porte e UF

(R$ mil)

| PORTE | DF | GO | MS | MT | REGIÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| Grande | 416.572 | 1.260.016 | 1.546.516 | 1.552.823 | 4.775.926 |
| Médio | 259.289 | 1.555.688 | 687.278 | 893.606 | 3.395.861 |
| Pequeno | 563.069 | 1.599.573 | 860.308 | 1.389.054 | 4.412.005 |
| Mini/Micro | 76.475 | 707.643 | 313.760 | 569.074 | 1.666.951 |
| Cooperativa | 714 | 2.071 | 1.069 | 24.332 | 28.186 |
| **Total** | **1.316.119** | **5.124.990** | **3.408.932** | **4.428.889** | **14.278.930** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: Caderno de informações gerenciais

Os negócios dos mini, pequenos e médios produtores rurais e das micro, pequenas e médias empresas e de suas associações e cooperativas respondem por 66,6% dos saldos devedores registrados em 30.06.2011, atingindo a cifra de R$ 9.503,0 milhões.

### VII.3. Financiamentos Alongados – Lei 9.138/1995 e 10.437/2002

A carteira de financiamento das operações objeto de alongamento nos termos da Lei 9.138/95 e 10.437/2002 (securitização I e II) apresentou saldos de R$ 681,7 milhões ao final do 1º semestre de 2011, conforme demonstra o quadro a seguir, por Unidade Federativa e Programa:

Quadro XL - Securitização

(R$ mil)

| Programas | DF | GO | MS | MT | REGIÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| **PAPRA** | 147 | - | 6.167 | 4.889 | 11.202 |
| Custeio | 27 | - | 2.797 | - | 2.825 |
| Investimento | 119 | - | 3.369 | 4.889 | 8.377 |
| **RURAL** | 179.783 | 179.914 | 151.421 | 159.333 | 670.451 |
| Custeio | - | - | - | 98 | 98 |
| Investimento | 179.783 | 179.914 | 151.421 | 159.235 | 670.353 |
| **Total** | **179.929** | **179.914** | **157.588** | **164.222** | **681.653** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

### VII.4. Financiamentos Renegociados – PESA[7]

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN/BACEN n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art. 3º da Lei 10.177, de 2001.

[7] PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos – PESA, em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional – CTN e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No 1° semestre de 2011, os saldos das operações renegociadas ao abrigo do PESA somaram R$ 69,0 milhões, conforme espelha o quadro a seguir:

Quadro XLI - PESA

(R$ mil)

| UF | Saldos | (%) |
|---|---|---|
| Distrito Federal | 5.170 | 7,5 |
| Goiás | 23.258 | 33,7 |
| Mato Grosso do Sul | 8.316 | 12,0 |
| Mato Grosso | 32.288 | 46,8 |
| **TOTAL** | **69.032** | **100,0** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

### VII.5. Financiamentos Renegociados – Lei 10.177/2001

A Lei 10.177, de 12.1.2001, permitiu a substituição dos encargos financeiros das operações em estoque para as novas taxas de juros prefixadas. Além disso, autorizou a renegociação, prorrogação e composição das dívidas realizadas com recursos do Fundo, contratadas até 31.12.1998.

A Lei autorizou que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo esquema de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art. 11 da Lei 10.696/2003, regulamentada pela Resolução BACEN n.° 3.115/2003.

Ao final do 1° semestre de 2011, o saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 10.177/2001, foi de R$ 75,8 milhões, correspondentes a 1,0 mil operações, conforme quadro a seguir, por programa e UF:

Quadro XLII – Renegociações por UF e Programa

(R$ mil)

| UF | PRONAF | Rural | Industrial | Turismo | Infraestrutura | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **DF** | | | | | | |
| Quantidade | 0 | 50 | 2 | 0 | 0 | 52 |
| Valor | 0 | 12.902 | 1.695 | 0 | 0 | 14.597 |
| **GO** | | | | | | |
| Quantidade | 11 | 402 | 7 | 3 | 0 | 423 |
| Valor | 52 | 20.441 | 5.223 | 396 | 0 | 26.112 |
| **MS** | | | | | | |
| Quantidade | 12 | 117 | 7 | 3 | 0 | 139 |
| Valor | 36 | 8.317 | 1.142 | 1.747 | 0 | 11.242 |
| **MT** | | | | | | |
| Quantidade | 88 | 288 | 6 | 1 | 1 | 384 |
| Valor | 405 | 20.956 | 2.322 | 214 | 0 | 23.898 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total Geral** | **111** | **857** | **22** | **7** | **1** | **998** |
| | **493** | **62.617** | **10.382** | **2.357** | **0** | **75.849** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

Do total de operações renegociadas, o setor rural, representado pela linha de financiamento de Desenvolvimento Rural e pelo Pronaf, apresentou a maior participação, com 857 operações, 97,0% da quantidade, e valor de R$ 63,1 milhões, correspondentes a 83,2% dos saldos devedores das operações renegociadas.

Relativamente ao porte dos mutuários, os saldos das operações que tiveram alteração dos encargos financeiros ou foram renegociadas para taxa de juros prefixada estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro XLIII – Renegociações por UF e Porte

(R$ mil)

| UF | Grande | Médio | Pequeno | Mini/Micro | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **DF** | | | | | |
| Quantidade | 5 | 26 | 19 | 2 | 52 |
| Valor | 2.805 | 8.056 | 3.682 | 55 | 14.597 |
| **GO** | | | | | |
| Quantidade | 14 | 137 | 180 | 92 | 423 |
| Valor | 4.809 | 11.510 | 8.829 | 964 | 26.112 |
| **MS** | | | | | |
| Quantidade | 10 | 61 | 51 | 17 | 139 |
| Valor | 1.312 | 6.106 | 3.441 | 383 | 11.242 |
| **MT** | | | | | |
| Quantidade | 43 | 116 | 111 | 114 | 384 |
| Valor | 12.871 | 6.327 | 3.871 | 828 | 23.898 |
| **Total Geral** | **72** | **340** | **361** | **225** | **998** |
| | **21.796** | **31.999** | **19.823** | **2.231** | **75.849** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

O Estado de Goiás destacou-se, tanto em quantidade de contratos reformulados, com 0,4 mil casos (42,4% da quantidade total reformulada), quanto em volume de reformulações, com saldo de operações renegociadas na ordem de R$ 26,1 milhões (41,1% do valor total reformulado).

Em quantidade de operações, as renegociações estão concentradas com os mutuários de mini/micro e pequeno portes, representando 58,7% (586 operações).

### VII.6. Prorrogações Concedidas no exercício de 2011

No 1º semestre de 2011, foram prorrogadas 7.241 operações contratadas com recursos do FCO Rural e 10 do FCO Empresarial, conforme autorização concedida pelo Condel no âmbito da Programação 2011, correspondendo ao volume de R$ 279,0 milhões (R$ 275,5 milhões no segmento rural e R$ 3,5 milhões no empresarial).

Quadro XLIV – Prorrogações do FCO

(R$ mil)

| | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **Linha de Financiamento** | | | | | |
| Desenvolvimento Rural | 21.907 | 65.230 | 51.854 | 106.729 | 245.718 |
| Pronaf | 272 | 4.188 | 12.356 | 7.094 | 23.910 |
| Pronaf RA | 261 | 513 | 2.438 | 2.699 | 5.912 |
| Comércio e Serviços | - | 1.046 | - | 1.562 | 2.608 |
| Desenvolvimento Industrial | 207 | - | - | 671 | 879 |
| Turismo regional | - | - | - | - | - |
| | 22.647 | 70.976 | 66.648 | 118.755 | 279.026 |
| **Porte** | | | | | |
| Grande | 16.009 | 36.880 | 23.331 | 91.741 | 167.961 |
| Médio | 4.710 | 22.596 | 21.476 | 12.738 | 61.519 |
| Pequeno | 1.582 | 6.565 | 7.939 | 7.170 | 23.257 |
| Mini/Micro | 346 | 4.936 | 13.901 | 7.107 | 26.289 |
| | 22.647 | 70.976 | 66.648 | 118.755 | 279.026 |
| **Risco** | | | | | |
| 100% BB | 21.709 | 69.089 | 59.004 | 109.348 | 259.150 |
| 100% FCO | 419 | 1.600 | 7.562 | 9.008 | 18.589 |
| Compartilhado | 519 | 287 | 82 | 399 | 1.288 |
| | 22.647 | 70.976 | 66.648 | 118.755 | 279.026 |

Posição em 30/06/2011

Fonte: Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial BB

O Banco não apresentou, durante do 1° semestre de 2011, operações de risco integral do Fundo ou compartilhado liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora, na forma especificada pelos arts. 15-B e 15-C da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com redação dada pela Lei nº 11.945, de 04.06.2009.

### VII.7. Financiamentos por Encargos Pactuados

A tabela a seguir segrega os saldos da carteira do FCO por faixa de encargos pactuados. Vale salientar que as operações com taxas pós-fixadas correspondem a estoque, cujos valores decrescem com o tempo. Quanto às operações contratadas com taxas prefixadas, observa-se predomínio, em quantidade, daquelas contratadas a 2% a.a. (operações do Pronaf) e, em volume contratado, predominam as contratadas na faixa de 7,25% a.a.

Quadro XLV – Financiamentos por Encargos Pactuados

(R$ mil)

| Encargos Pactuados | Qtde | Total |
|---|---|---|
| 2,00% | 137.126 | 1.674.406 |
| 4,00% | 12.775 | 137.640 |
| 5,00% | 30.856 | 900.205 |
| 6,75% | 20.583 | 940.058 |
| 7,25% | 17.748 | 2.536.120 |
| 8,25% | 40.428 | 1.999.100 |
| 8,50% | 4.006 | 2.043.687 |
| 9,50% | 4.046 | 907.461 |
| 10,00% | 1.394 | 2.182.205 |
| Comissão de Permanência | 12.473 | 133.389 |
| IGPDI + 8% | 3 | 40 |
| TJLP | 3.839 | 30.694 |

| | | |
|---|---|---|
| TJLP + 6% | 8 | 306 |
| VPM + 3% | 12.422 | 793.250 |
| IGPM | 3 | 369 |
| **TOTAL** | **297.710** | **14.278.930** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

Obs.: a quantidade total de financiamentos "em ser" é 260,7 mil; o total da tabela acima (297,7 mil) inclui os respectivos subcontratos nos quais se dividem as operações.

### VII.8. Financiamentos – Risco Operacional

Com a edição da MP 2.196, de 2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em conseqüência, o *del credere* do agente financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo, com *del credere* limitado a 6% ao ano.

Em decorrência do disposto na MP 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional, a saber: operações contratadas até 30.11.1998 – risco 100% FCO; operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); operações contratadas a partir de 01.07.2001 – risco 100% BB e operações contratadas no Programa PAPRA – Risco Procera.

O quadro a seguir apresenta resumo da classificação da carteira por modalidade de risco operacional:

Quadro XLVI – Carteira por risco

(R$ mil)

| Risco Operacional | % do risco | Saldo das operações | Participação (%) |
|---|---|---|---|
| Banco do Brasil | 100% | 12.695.760 | 88,91 |
| Compartilhado | 50% | 58.480 | 0,41 |
| FCO | 100% | 1.435.622 | 10,05 |
| PROCERA / PAPRA | 100% | 89.068 | 0,62 |
| **Total** | | **14.278.930** | **100,0** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIGFCO - Sistema do BB

### Risco 100% Banco do Brasil

Diante da prerrogativa criada pela MP 2.196/2001, o Banco do Brasil passou a considerar os recursos do FCO que lhe foram repassados como Capital de Referência - Nível II. O risco das operações contratadas a partir de 1° de julho de 2001 é integralmente assumido pelo Banco do Brasil, que percebe *del credere* correspondente a 6% ao ano. A tabela seguinte apresenta a carteira de financiamentos contratados com risco 100% do Banco do Brasil, por programa e Unidade Federativa:

Quadro XLVII – Carteira com risco BB

(R$ mil)

| PROGRAMAS | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresarial** | **804.174** | **1.562.115** | **1.134.517** | **1.387.290** | **4.888.096** |
| Comércio e Serviços | 447.607 | 616.906 | 425.427 | 515.827 | 2.005.767 |
| Desenvolvimento do Turismo Regional | 46.077 | 77.764 | 52.809 | 58.639 | 235.289 |
| Desenvolvimento Industrial | 154.259 | 813.096 | 618.356 | 534.610 | 2.120.320 |
| Infraestrutura Econômica | 156.231 | 54.349 | 37.925 | 278.215 | 526.719 |
| **Rural** | **275.310** | **3.218.159** | **1.934.707** | **2.379.487** | **7.807.664** |
| Comercialização | - | 331 | - | 878 | 1.208 |
| Custeio | 1.119 | 29.308 | 229.905 | 41.921 | 302.253 |
| Desenvolvimento Rural | 214.420 | 2.285.667 | 1.370.194 | 1.626.174 | 5.496.455 |
| PRONAF | 40.588 | 837.458 | 158.653 | 642.533 | 1.679.232 |
| PRONATUREZA | 19.183 | 65.397 | 175.955 | 67.982 | 328.517 |
| **Total Geral** | **1.079.484** | **4.780.275** | **3.069.224** | **3.766.777** | **12.695.760** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

## Risco Compartilhado

Por força do disposto no art. 6º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, o risco das operações contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998 passou a ser compartilhado com o Fundo, à razão de 50%, e o *del credere* do agente financeiro reduzido para 3% ao ano. Os financiamentos do Pronaf – Reforma Agrária não se enquadram nessa regra, visto que o risco é integral do FCO, nos termos do art. 7º da Lei 9.126/95.

Os saldos da carteira de risco compartilhado totalizaram, ao final do semestre, R$ 58,5 milhões, equivalentes a 0,4% do total de financiamentos do FCO.

O quadro a seguir apresenta o saldo da carteira de operações contratadas com risco compartilhado, por programa de financiamento e Unidade Federativa:

Quadro XLVIII – Carteira com risco compartilhado

(R$ mil)

| PROGRAMAS | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresarial** | **232** | **1.544** | **25** | **3** | **1.804** |
| Comércio e Serviços | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desenvolvimento do Turismo Regional | 0 | 1.347 | 2 | 3 | 1.351 |
| Desenvolvimento Industrial | 232 | 198 | 23 | 0 | 452 |
| Infraestrutura Econômica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Rural** | **4.390** | **26.320** | **6.802** | **19.163** | **56.676** |
| Custeio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desenvolvimento Rural | 4.376 | 26.236 | 6.800 | 19.075 | 56.488 |
| PRONAF | 14 | 84 | 2 | 86 | 187 |
| PRONATUREZA | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| **Total Geral** | **4.622** | **27.865** | **6.827** | **19.166** | **58.480** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

**RISCO 100% FCO**

Por força da MP 2.196, de 2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998[10] e aquelas contratadas no Programa Pronaf - Reforma Agrária é 100% do FCO. No período em exame, os saldos dos financiamentos de risco 100% do Fundo totalizaram R$ 1.435,6 milhões. A tabela seguinte apresenta a carteira de financiamentos com risco 100% FCO, por programa e UF:

Quadro XLIX – Carteira com risco FCO

(R$ mil)

| PROGRAMAS | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresarial** | **3.234** | **12.867** | **5.673** | **2.567** | **24.342** |
| Desenvolvimento do Turismo Regional | 0 | 355 | 1.784 | 214 | 2.353 |
| Desenvolvimento Industrial | 3.234 | 12.513 | 3.686 | 2.353 | 21.786 |
| Infraestrutura Econômica | 0 | 0 | 203 | 0 | 203 |
| **Rural** | **223.474** | **298.710** | **302.604** | **586.492** | **1.411.281** |
| Desenvolvimento Rural | 210.320 | 222.580 | 170.831 | 223.701 | 827.432 |
| PRONAF | 4.192 | 31.818 | 41.982 | 124.945 | 202.937 |
| PRONAF RA | 8.958 | 44.290 | 89.791 | 237.846 | 380.886 |
| PRONATUREZA | 4 | 16 | 0 | 0 | 20 |
| Custeio | 0 | 6 | 0 | 0 | 6 |
| **Total Geral** | **226.708** | **311.577** | **308.277** | **589.060** | **1.435.622** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

Do total de R$ 1.435,6 milhões, R$ 750,7 milhões representam os saldos das operações renegociadas ao amparo do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (R$ 69,0 milhões) e alongadas com base nas Leis 9.138/95 e 10.437/2002 (Securitização – R$ 681,7), com risco 100% do FCO.

**Risco de Terceiros – PROCERA**

As operações no âmbito do PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária, contratadas com recursos do FCO, somam R$ 89,1 milhões. O risco operacional desses financiamentos era suportado integralmente pelo PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária, conforme determina a Portaria Interministerial nº 218, de 27.08.1992.

Conforme art. 23 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, aplicam-se às operações ao amparo do PROCERA, medidas de incentivo à liquidação ou renegociação das operações, sendo os custos decorrentes dos benefícios concedidos, imputados aos Fundos Constitucionais de Financiamentos nas operações efetuadas com seus recursos.

**VII.9. Financiamentos da Reforma Agrária**

O art. 7º da Lei 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pelas Leis 10.186, de 12.2.2001 e 12.249, de 11.06.2010, estabelece que o Banco Administrador destinará 10% dos recursos do Fundo para o financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento,

[10] Exceto as operações realizadas ao abrigo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA, cujo risco operacional é do PROCERA.

colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

O dispositivo legal supracitado dispõe que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras serão realizados com risco para o Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Com o advento da Resolução CMN/BACEN n.º 2.629, de 10.8.1999, os colonos e assentados beneficiários dos programas de assentamento, colonização e reforma agrária passaram a ser assistidos com recursos do FCO ao abrigo do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Grupo "A", com risco operacional para o FCO.

Anteriormente à edição da Resolução acima citada, os financiamentos eram realizados ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA, com risco do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA.

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o exercício com saldos devedores na ordem de R$ 470,0 milhões, sendo R$ 89,1 milhões com o PAPRA e R$ 380,9 milhões com o Pronaf Reforma Agrária.

**VII.10. Financiamentos – Vencimento**

A inadimplência (relação entre as parcelas vencidas dos financiamentos e o saldo da carteira) observada ao final de dezembro/2011 foi de 2,5%, retraindo em 20,2% o percentual observado na mesma data do ano anterior (3,1%).

O estoque de financiamento do FCO, compreendendo as operações contratadas desde o início das atividades do Fundo, registrou, em 31.12.2011, saldos globais na ordem de R$ 14.278,9 milhões.

Os demonstrativos a seguir apresentam os saldos das operações "em ser", segregados em parcelas vencidas e vincendas ao final do exercício, por Unidade Federativa, atividade e risco:

Quadro L – Saldos vincendos e vencidos (por parcela)

(R$ mil)

| Situação | DF | % | GO | % | MS | % | MT | % | TOTAL | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vincendo | 1.259.089 | 95,7% | 5.063.244 | 98,8% | 3.337.601 | 97,9% | 4.261.405 | 96,2% | 13.921.338 | 97,5% |
| Vencido | 57.030 | 4,3% | 61.747 | 1,2% | 71.331 | 2,1% | 167.484 | 3,8% | 357.592 | 2,5% |
| **TOTAL** | **1.316.119** | **100%** | **5.124.990** | **100%** | **3.408.932** | **100%** | **4.428.889** | **100%** | **14.278.930** | **100%** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIGFCO - Sistema do BB

Os saldos das parcelas em situação de anormalidade atingiram R$ 357,6 milhões, ao final do período. Proporcionalmente aos valores financiados em cada Unidade Federativa, o Distrito Federal e o Estado de Mato Grosso registraram os maiores percentuais de parcelas em atraso, 4,3% e 3,8%, respectivamente.

O Estado de Goiás, com 1,2% de parcelas vencidas, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.

O quadro abaixo é apresentado com base nos saldos devedores dos contratos em atraso, conforme a prática adotada pelo mercado financeiro. Comparando as duas formas de apresentação, verifica-se uma variação na inadimplência de 2,5% para 4,4%.

Quadro LI – Saldos vincendos e vencidos (pelo saldo total)

(R$ mil)

| Situação | DF | % | GO | % | MS | % | MT | % | TOTAL | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vincendo | 1.168.956 | 88,8% | 5.008.775 | 97,7% | 3.287.303 | 96,4% | 4.192.456 | 94,7% | 13.657.489 | 95,6% |
| Vencido | 147.163 | 11,2% | 116.216 | 2,3% | 121.629 | 3,6% | 236.433 | 5,3% | 621.441 | 4,4% |
| **TOTAL** | **1.316.119** | **100%** | **5.124.990** | **100%** | **3.408.932** | **100%** | **4.428.889** | **100%** | **14.278.930** | **100%** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

Considerando o risco de crédito das operações, a inadimplência, com base nas parcelas vencidas, ficou assim representada no final do semestre: risco exclusivo do BB: 0,36%; risco compartilhado entre o BB e o FCO: 0,88%; risco exclusivo do FCO: 18,40%; e risco de terceiros: 53,56%.

Quadro LII – Inadimplência por Risco (por parcela)

(R$ mil)

| Risco Operacional | Vincendo | Vencido | Total | (%) Atraso |
|---|---|---|---|---|
| Risco 100% do BB | 12.650.501 | 45.259 | 12.695.760 | 0,36 |
| Risco 100% do FCO | 1.171.504 | 264.118 | 1.435.622 | 18,40 |
| Risco Compartilhado | 57.968 | 512 | 58.480 | 0,88 |
| Risco PROCERA | 41.365 | 47.703 | 89.068 | 53,56 |
| **TOTAL** | **13.921.338** | **357.592** | **14.278.930** | **2,50** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

A inadimplência das operações realizadas com risco do PROCERA apresentou o maior percentual de parcelas em atraso na ordem de 53,56%, seguida das operações com risco integral do FCO, com 18,40%, conforme está evidenciado no demonstrativo anterior.

Conforme a prática adotada pelo mercado financeiro, a inadimplência das operações de risco PROCERA apresenta índice de 61,59% e as de risco do Fundo de 35,49, com variação de 92,9% e de 15,0,% em relação à metodologia de parcelas vencidas.

Quadro LIII – Inadimplência por Risco (pelo saldo total)

(R$ mil)

| Risco Operacional | Vincendo | Vencido | Total | (%) Atraso |
|---|---|---|---|---|
| Risco 100% do BB | 12.639.130 | 56.630 | 12.695.760 | 0,45 |
| Risco 100% do FCO | 926.187 | 509.435 | 1.435.622 | 35,49 |
| Risco Compartilhado | 57.961 | 519 | 58.480 | 0,89 |
| Risco PROCERA | 34.211 | 54.856 | 89.068 | 61,59 |
| **TOTAL** | **13.657.489** | **621.441** | **14.278.930** | **4,35** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

Da leitura do quadro abaixo, nota-se que, proporcionalmente aos valores financiados, o segmento rural registra o maior percentual de parcelas em atraso, 3,54%.

Quadro LIV – Inadimplência por modalidade

(R$ mil)

| Modalidade | Vincendo | Vencido | Total | (%) Atraso |
|---|---|---|---|---|
| Empresarial | 4.887.739 | 26.502 | 4.914.241 | 0,54 |
| Rural | 9.033.599 | 331.090 | 9.364.689 | 3,54 |
| **TOTAL** | **13.921.338** | **357.338** | **14.278.930** | **2,50** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIGFCO - Sistema do BB

Desconsiderada a inadimplência relativa ao PROCERA, a nova configuração da inadimplência na área de abrangência do FCO, por Unidade Federativa passa a ser a seguinte:

Quadro LV – Inadimplência sem o Procera

(R$ mil)

| Situação | DF | % | GO | % | MS | % | MT | % | TOTAL | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vincendo | 1.257.032 | 95,9% | 5.060.147 | 98,8% | 3.320.009 | 98,1% | 4.242.785 | 97,0% | 13.879.973 | 97,8% |
| Vencido | 53.782 | 4,1% | 59.570 | 1,2% | 64.319 | 1,9% | 132.218 | 3,0% | 309.889 | 2,2% |
| **TOTAL** | **1.310.814** | **100%** | **5.119.717** | **100%** | **3.384.329** | **100%** | **4.375.003** | **100%** | **14.189.862** | **100%** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO – Sistema do BB

No grupamento de risco 100% FCO estão incluídos os saldos das operações de PESA e Securitização, contratadas com recursos do Fundo.

Na nova configuração, o Distrito Federal é a Unidade com maior índice de operações com parcelas vencidas (4,1%) e o Estado de Goiás segue como o de menor índice de inadimplemento (1,2%).

As parcelas vencidas dos financiamentos apresentaram o seguinte quadro por tempo de atraso:

Quadro LVI – % de participação por faixa de vencimento

(R$ mil)

| Faixa de Vencimento | Saldos | (%) |
|---|---|---|
| 01 a 30 dias | 15.846 | 4,4 |
| 31 a 60 dias | 9.070 | 2,5 |

| | | |
|---|---|---|
| 61 a 90 dias | 5.947 | 1,7 |
| 91 a 120 dias | 1.750 | 0,5 |
| 121 a 150 dias | 8.471 | 2,4 |
| 151 a 180 dias | 8.707 | 2,4 |
| Vencido acima de 180 dias | 307.801 | 86,1 |
| **Total Geral** | **357.592** | **100,0** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

Observa-se que o maior volume de recursos se concentra na faixa de operações vencidas em prazo superior a 180 dias. De acordo com a Resolução 2.682/99 e a Portaria Interministerial n.º 11/2005, as operações com esse prazo de vencimento devem ser transferidas para prejuízo, com o correspondente débito da provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nessa faixa, não sendo admitido o registro em período inferior.

**Inadimplência por UF**

O saldo de operações vencidas ao final do 1º semestre de 2011 totalizou R$ 357,6 milhões, sendo o estado de Mato Grosso responsável por 46,8% desse montante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro LVII – Inadimplência por UF

(R$ mil)

| UF | Operações Vencidas | |
|---|---|---|
| | Valor | % |
| DF | 57.030 | 15,9 |
| GO | 61.747 | 17,3 |
| MS | 71.331 | 19,9 |
| MT | 167.484 | 46,8 |
| **Total Geral** | **357.592** | **100,0** |

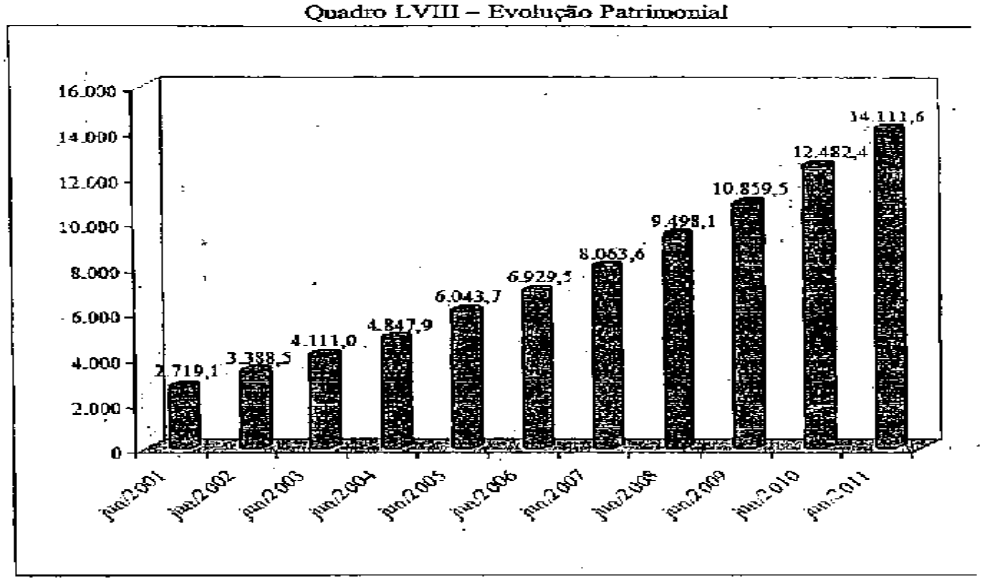
Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

**VIII. Patrimônio Líquido**

Em 30.06.2011, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R$ 14.111,6 milhões, apresentando um incremento de 13,1% se comparado ao mesmo período do ano anterior (R$ 12.482,4 milhões em 30.06.2010). O patrimônio do Fundo compõe-se das transferências de exercícios anteriores (R$ 10.979,5 milhões), do superávit acumulado até junho/2011 (R$ 2.256,9 milhões) e das transferências do primeiro semestre de 2011 (R$ 875,2 milhões).

**Evolução Patrimonial (R$ milhões)**

Quadro LVIII – Evolução Patrimonial




Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

**IX. 6 Editada no Período**

**Resoluções do Conselho Deliberativo – CONDEL/FCO**

- 413, de 13.01.2011. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2011: Programa de FCO Rural; Linhas de Financiamento; Linha Especial de Financiamento para Custeio Agropecuário para Médios e Grandes Produtores Rurais;
- 414, de 13.01.2011. Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – 1º Semestre de 2010;
- 415, de 25.03.2011. CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONDEL/FCO EM 2011;
- 416, de 25.03.2011. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO): - Fiscalizações da Controladoria-Geral da União (CGU);
- 417, de 25.03.2011. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO): Indicadores e Metas de Gestão de Desempenho para 2011;
- 418, de 25.03.2011. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2011: Criação de Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais (EI);
- 419, de 26.04.2011. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2011: Programação Orçamentária; Repasse de Recursos a Outras Instituições;
- 420, de 26.04.2011. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2011: Criação de Grupo de Trabalho;
- 421, de 26.04.2011. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2011: - Modelo de Carta-Consulta;
- 422, de 26.04.2011. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2011: Implantação do Cartão FCO Empresarial; Criação de Grupo de Trabalho.

**Resoluções do Banco Central**

- 3.990, de 30.06.2011 – Altera as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural – MCR 10-15 para o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF).

**X. Remuneração do Banco Operador – *Del Credere***

A título de *del credere* do agente financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o Banco do Brasil recebeu no 1º semestre de 2011 o valor de R$ 322,0 milhões. A cobrança do *del credere* está regulamentada no § 4º inciso II do art. 9º-A da Lei 7.827, de 27.09.1989 e no § 2º do art. 1º da Lei 10.177, de 12.01.2001.

**XI. Remuneração do Administrador**

Na forma do art. 13 da MP 2.199-14, de 24.08.2001, cabe ao Banco do Brasil, como administrador do FCO, remuneração correspondente a 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apropriada mensalmente e limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

Por outro lado, a MP 2.196, de 2001, facultou ao Banco Administrador a utilização dos recursos do Fundo como Patrimônio de Referência – Nível II da Instituição. Nessa condição, as operações realizadas passam a ser contratadas com risco integral do agente financeiro. Ademais, diz o referido dispositivo legal que os valores utilizados deverão ser deduzidos do Patrimônio Líquido do Fundo para efeito de cálculo da taxa de administração.

Com a migração das operações de risco do FCO para contas de compensação, ocorrida em dezembro de 2010, o Banco do Brasil deixou de utilizar o volume dessa carteira como Patrimônio de Referência Nível II (PR II). Assim, baseado na legislação vigente, o BB voltou a ter base de cálculo para cobrança da remuneração como Administrador do FCO, a partir do exercício de 2011. No 1º semestre de 2011 a despesa de taxa de administração totalizou R$ 1,6 milhão.

**XII. Perdas**

No período em exame, foram transferidos para perdas R$ 122,1 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro LIX – Perdas contabilizadas no período

R$ 1,00

| Natureza da Operação | Prejuízos contabilizados |
|---|---|
| Assumidos em razão do risco compartilhado | 931.548,65 |
| * Contabilizados pelo fundo | 465.774,32 |
| * Contabilizados pelo banco operador | 465.774,33 |
| Assumidos pelo fundo em razão de risco integral | 2.218.849,13 |
| Assumidos pelo banco operador em razão de risco exclusivo | 118.971.013,76 |
| TOTAL | 122.121.411,54 |

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Do montante transferido para perdas, foram debitados ao FCO R$ 2,7 milhões referentes às perdas por assunção do risco, sendo que os restantes R$ 119,4 milhões foram reembolsados ao Fundo pelo BB, valores esses que integraram as disponibilidades para novas aplicações.

O quadro LIX relaciona, discriminados por mês do 1° semestre de 2011, os ressarcimentos efetuados pelo Banco ao Fundo, decorrentes de perdas em operações com risco compartilhado.

Quadro LX – Ressarcimentos ao Fundo, decorrentes de perdas com risco compartilhado

R$ 1,00

| Mês de referência | Principal + Encargos das operações vencidas e não pagas | Valor ressarcido pelo banco operador | Correção de valores por atraso de ressarcimento |
|---|---|---|---|
| Janeiro | 332.301,09 | 166.150,55 | - |
| Fevereiro | 48.802,36 | 24.401,18 | - |
| Março | 555.296,61 | 277.648,31 | - |
| Abril | 2.318.732,63 | 1.159.366,32 | - |
| Maio | 2.242.796,86 | 1.121.398,43 | - |
| Junho | 3.110.743,76 | 1.555.371,88 | - |
| **Total** | 8.608.673,31 | 4.304.336,66 | **0,00** |

Posição: 30/06/2011
Fonte: SIGFCO - Sistema do BB

Durante o 1° semestre de 2011 foi recuperado para o Fundo o montante de R$ 10,0 milhões referente a operações de risco FCO, R$ 8,6 milhões de risco compartilhado e R$ 79,6 de risco Banco, já baixadas para prejuízo.

**XIII. Rebates / Bônus de Adimplência**

No primeiro semestre de 2011, foram concedidos aos beneficiários a título de rebates sobre os encargos financeiros ou bônus de adimplência, os valores correspondentes a R$ 6,6 milhões e R$ 72,3 milhões, respectivamente.

**XIV. Geração de Empregos**

No primeiro semestre de 2011, estima-se que os financiamentos com recursos do FCO permitiram a criação ou manutenção de 225,9 mil postos de trabalho, sendo 86,2 mil diretos e 139,7 mil indiretos, conforme demonstra o quadro a seguir, por Unidade Federativa e programas de financiamento:

Quadro LXI – Geração de Empregos

(Quantidade)

| Programas | Empregos Gerados | DF | GO | MS | MT | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| EMPRESARIAL | | | | | | |
| Industrial | Diretos | 1.126 | 4.790 | 1.489 | 1.628 | 9.033 |
| | Indiretos | 1.880 | 8.296 | 2.564 | 2.938 | 15.678 |
| Infraestrutura | Diretos | 747 | 180 | 133 | 35 | 1.095 |
| | Indiretos | 589 | 143 | 108 | 31 | 871 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Comércio Serviços | Diretos | 4.994 | 8.113 | 4.293 | 4.570 | 21.970 |
| | Indiretos | 7.777 | 12.249 | 6.437 | 7.139 | 33.602 |
| Turismo | Diretos | 857 | 666 | 433 | 288 | 2.244 |
| | Indiretos | 752 | 582 | 379 | 259 | 1.972 |
| **Total Empresarial** | **Diretos** | 7.724 | 13.749 | 6.348 | 6.521 | 34.342 |
| | **Indiretos** | 10.998 | 21.270 | 9.488 | 10.367 | 52.123 |
| **RURAL** | | | | | | |
| Rural/Integração | Diretos | 430 | 9.287 | 3.175 | 6.212 | 19.104 |
| | Indiretos | 810 | 17.370 | 5.814 | 11.150 | 35.144 |
| PRONAF | Diretos | 632 | 12.433 | 2.422 | 9.609 | 25.096 |
| | Indiretos | 942 | 18.335 | 3.604 | 14.260 | 37.141 |
| Pronaf-RA. | Diretos | 112 | 772 | 5.010 | 1.029 | 6.923 |
| | Indiretos | 224 | 1.544 | 10.020 | 2.058 | 13.846 |
| Pronatureza | Diretos | 10 | 440 | 265 | 62 | 777 |
| | Indiretos | 20 | 805 | 472 | 109 | 1.406 |
| **Total Rural** | Diretos | 1.184 | 22.932 | 10.872 | 16.912 | 51.900 |
| | Indiretos | 1.996 | 38.054 | 19.910 | 27.577 | 87.537 |
| **TOTAL Geral** | **Diretos** | **8.908** | **36.681** | **17.220** | **23.433** | **86.242** |
| | **Indiretos** | **12.994** | **59.324** | **29.398** | **37.944** | **139.660** |
| | | **21.902** | **96.005** | **46.618** | **61.377** | **225.902** |

Posição: jan a jun/2011
Fonte: Caderno de informações gerenciais

As atividades do setor rural possibilitaram a geração ou manutenção de 139,4 mil postos de trabalho, equivalentes a 61,7% do total contabilizado no período. O Estado de Goiás, com 96,1 mil novos empregos diretos e indiretos, foi o que apresentou maior número dentre as Unidades Federativas, com 42,6% do total. Em seguida destaca-se o Estado de Mato Grosso, com 61,4 mil empregos no período.

O número de empregos diretos e indiretos gerados no 1º semestre de 2011 aumentou 12,1% em relação ao total apurado no mesmo período de 2010 (201,6 mil). Verificou-se incremento no número de empregos no Distrito Federal, com índice de 49,3%, seguido do Estado de Goiás com 32,6% e Mato Grosso do Sul, com 6,0%, havendo decréscimo apenas em Mato Grosso (12,9%).

O demonstrativo adiante apresenta a relação entre o valor financiado e a geração ou manutenção de empregos diretos na Região, por Unidade Federativa:

Quadro LXII – Valor financiado x Empregos gerados

(R$ mil)

| UF | Valor Financiando (a) | Empregos Diretos (b) | Valor Médio (a/b) |
|---|---|---|---|
| DF | 261.141 | 8.846 | 29,5 |
| GO | 865.240 | 36.743 | 23,5 |
| MS | 489.997 | 17.220 | 28,5 |
| MT | 620.974 | 23.433 | 26,5 |
| **Total** | **2.237.353** | **86.242** | **25,9** |

Posição em 30.06.2011
Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

O valor médio investido para geração ou manutenção de um emprego direto na Região situou-se em R$ 25,9 mil. Por unidade da federação, a média mais elevada foi registrada no Distrito Federal (R$ 29,5 mil), enquanto que o Mato Grosso e Goiás apresentaram os menores valores médios por aplicação para geração ou manutenção de um emprego (R$ 26,5 mil e R$ 23,5 mil, respectivamente).

## XV. Operações Ajuizadas

Conforme solicitação do Ministério da Integração Nacional, ofício nº 02/2008-FCO/SCO/MI, de 08.02.2008, o Administrador informa que a carteira de financiamentos do Fundo possui 260,7 mil operações em ser. No 1º semestre de 2011, foram ajuizadas pela Diretoria Jurídica do Banco do Brasil 177 operações (cerca de R$ 85,4 milhões).

## XVI. Fiscalização, Controle e Auditagem

### Auditagem

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, arts. 19 e 20 da Lei 7.827/89 e instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

a) anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI, vinculada à Controladoria Geral da União, Órgão da Presidência da República;

b) mensalmente, a remessa de relatórios à SFCI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;

c) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresa de auditoria externa independente;

d) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e Conselho Deliberativo do Fundo sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

**Controle**

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei 7.827/89 (prevê no art. 18 a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, contabilidade comercial), o Banco passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei 4.320/64 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, para registro dos dados.

**Fiscalização**

São objeto de fiscalização obrigatória do crédito rural, observados os critérios mínimos fixados pelo Banco Central, todas as operações rurais "em ser" deferidas ao mesmo mutuário, quando a soma dos valores contratados ultrapassar R$ 170.000,00. Quanto ao FCO empresarial, a fiscalização deve seguir as normas gerais de crédito do Banco, ou seja, é obrigatória para operações de investimento, de arrendamento mercantil e de aquisição de bens, quando destinadas a amparar implantação ou expansão de empreendimentos e operações lastreadas por estoque de matérias-primas, de mercadorias e de produtos industrializados.

A partir de 2009, o Banco implantou o controle de operações com irregularidades em banco de dados padronizado, disponibilizado às Superintendências dos Estados do Centro-Oeste.

A documentação e demais informações referentes às fiscalizações efetuadas estão arquivadas nos dossiês das operações, disponíveis nas agências do Banco do Brasil, responsáveis pelas contratação. O Banco Central, como órgão de controle e normatizador, acompanha e monitora os arquivos gerados, concernentes às fiscalizações realizadas.

O Projeto Corporativo de TI – Gerenciamento de Serviços Técnicos (GST) Módulo Controle de Documentos foi dividido em três etapas a saber:

a) GST – Parametrização Pronaf
Objetivo: implantar no GST solução para atendimento das regras de fiscalização de crédito rural por amostragem (incluindo Pronaf), alteradas pela Resolução CMN/Bacen 3.884, de 22.07.2010.
Situação: implantado em 12.08.2010.

b) GST – Dossiê eletrônico Fase II
Objetivo: integrar os aplicativos GST e Dossiê Eletrônico de Operações de Crédito (DEOC), com vistas a possibilitar fluxo eletrônico, digitalização e armazenamento dos documentos vinculados a cada serviço de fiscalização em aplicativo corporativo.

Situação: implantado em 14.01.2011.

c) GST – Relatório Eletrônico
Objetivo: disponibilizar relatório de fiscalização em formulário eletrônico e permitir captura de informações gerencias a respeito dos resultados de fiscalizações.
Situação: projeto foi priorizado e encarteirado no Subcomitê de Crédito, aguardando autorização para início de desenvolvimento. Previsão de conclusão 12.11.2011.

Após a conclusão do referido Projeto, a apresentação dos resultados de fiscalização e do controle das irregularidades identificadas será mais detalhada, com a produção de relatórios gerenciais.

## 4. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

O Banco do Brasil renova sua disposição de buscar, continuamente, o aprimoramento dos procedimentos operacionais, de modo a fortalecer a posição do FCO como a principal ferramenta para alavancar os investimentos dos setores produtivos e, assim, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico da Região Centro-Oeste.

Essas ações não esgotam a atuação do Banco do Brasil, quanto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, que emprega, na administração e aplicação dos recursos do Fundo, a mesma estrutura utilizada para condução de negócios com recursos próprios, de tal forma que todos os investimentos realizados pelo Banco em infraestrutura operacional, em capacitação de funcionários e em tecnologia da informação beneficiam diretamente o FCO.

Brasília (DF), 10 de novembro de 2011

Diretoria de Governo

Paulo Roberto Lopes Ricci
Diretor

# Publicação

# FCO

# Balanço do 1º Semestre/2011

Contadoria
Gesub - Gerência de Subsidiárias
Subsi - Divisão de Subsidiárias IV

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO**
**Lei nº 7.827, de 27.09.89**
**Demonstrações Contábeis**
Em milhares de Reais

**Semestre encerrado em 30.06.2011**

**Balanço Patrimonial**

| ATIVO | | 30.06.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | 4.116.982 | 3.699.727 |
| **Disponibilidades** | (Nota 4ª a) | 783.196 | 867.740 |
| **Devedores por Repasses** | (Nota 5) | 3.326.337 | 2.820.205 |
| Repasses ao Banco do Brasil S.A. | | 3.326.337 | 2.820.205 |
| Financiamentos | (Nota 5.a) | 3.670.936 | 3.295.987 |
| Provisão para Rebates sobre Encargos | (Nota 5.i) | (18.872) | (18.149) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (Nota 5.j) | (217.938) | (288.569) |
| Provisão para Bônus de Adimplência | (Nota 5.k) | (43.735) | (43.779) |
| Provisão para Dispensa de Correção Monetária | (Nota 5.m) | (64.054) | (65.285) |
| **Outros Créditos** | | 7.449 | 11.782 |
| Devedores Diversos | (Nota 6) | 7.449 | 11.782 |
| Valores a Receber | | 7.449 | 11.782 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | 9.996.872 | 9.453.597 |
| **Devedores por Repasses** | (Nota 5) | 9.996.872 | 9.453.597 |
| Repasses ao Banco do Brasil S.A. | | 9.996.872 | 9.453.597 |
| Financiamentos | (Nota 5.a) | 10.625.279 | 10.009.322 |
| Provisão para Rebates sobre Encargos | (Nota 5.i) | (121.524) | (126.655) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (Nota 5.j) | (269.874) | (174.524) |
| Provisão para Bônus de Adimplência | (Nota 5.k) | (132.864) | (133.362) |
| Provisão para Dispensa de Correção Monetária | (Nota 5.m) | (104.145) | (121.194) |
| **TOTAL DO ATIVO** | | 14.113.854 | 13.153.324 |

Em milhares

**Semestre encerrado em 30.06.2011**

**Balanço Patrimonial**

| PASSIVO | | 30.06.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **2.210** | **5** |
| **Credores Diversos** | (Nota 7) | 2.210 | 5 |
| Auditoria Independente | | 4 | 5 |
| Taxa de Administração | | 2.206 | - |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | (Nota 8) | **14.116.644** | **13.153.319** |
| **Transferências do Exercício** | | **875.219** | **1.390.423** |
| Participação em Impostos da União - Primeiro semestre | | 875.219 | 737.594 |
| Participação em Impostos da União - Segundo semestre | | - | 652.829 |
| **Transferências de Exercícios Anteriores** | | **10.979.556** | **9.589.133** |
| **Superávit Acumulado** | | **2.256.869** | **2.173.763** |
| Do Primeiro Semestre | | 83.106 | 108.521 |
| Do Segundo Semestre | | - | (12.502) |
| De Exercícios Anteriores | | 2.173.763 | 2.077.744 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **14.118.854** | **13.153.324** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Resultado**

| | | 1º Sem/2011 | 1º Sem/2010 |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS OPERACIONAIS** | | **176.973** | **192.145** |
| Rendas de Operações de Crédito | (Nota 5.b) | 129.770 | 132.952 |
| Rendas sobre Valores Disponíveis | (Nota 4.b) | 47.203 | 59.193 |
| **DESPESAS OPERACIONAIS** | | **(93.867)** | **(83.624)** |
| Resultado com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | (Nota 5.h) | (17.304) | (16.144) |
| Resultado com Provisão para Rebate sobre Encargos | (Nota 5.i) | (2.164) | 2.598 |
| Resultado com Provisão para Bônus de Adimplência | (Nota 5.l) | (71.797) | (43.937) |
| Resultado com Provisão para Dispensa de Correção Monetária | (Nota 5.n) | (339) | (26.020) |
| Outras Despesas/Receitas Operacionais | | (2.263) | (56) |
| Despesas com Auditorias Externas | | (58) | (56) |
| Despesas com Taxa de Administração | | (2.206) | - |
| **SUPERÁVIT DO SEMESTRE** | | **83.106** | **108.521** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

| FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES | 1º Sem/2011 | 1º Sem/2010 |
|---|---|---|
| Rendas Sobre Valores Disponíveis | 51.536 | 57.349 |
| Recebimentos de Operação de Crédito/Retorno | 889.354 | 753.564 |
| Perdas - Risco Banco do Brasil | 119.436 | 408.090 |
| Despesas com Auditoria Externa | (158) | (55) |
| Transferências para Recursos Aplicados - Operações de Crédito | (1.910.906) | (1.525.160) |
| Recuperações de Crédito - Risco Banco do Brasil | (83.824) | (223.565) |
| Retornos de Compensação | 3.209 | - |
| Contratações Operações Proagi | (22.410) | |
| **CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES** | (959.763) | (521.777) |
| **FLUXOS DE CAIXA UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Transferências do Tesouro Nacional | 875.219 | 707.019 |
| **CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | 875.219 | 707.019 |
| Variação Líquida de Caixa e Equivalente Caixa | (84.544) | 185.242 |
| Início do Exercício | 867.740 | 1.368.285 |
| Fim do exercício | 783.196 | 1.553.527 |
| **Aumento ou (Redução) de Caixa ou Equivalente Caixa** | (84.544) | 185.242 |
| **Conciliação entre o superávit do exercício e o caixa e equivalente de caixa gerado pelas atividades operacionais:** | | |
| Superávit do Exercício | 83.106 | 108.521 |
| Financiamentos | (1.056.901) | (627.971) |
| Encargos a Capitalizar | - | (27.320) |
| Provisão para Rebates sobre Encargos | (4.107) | (9.152) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 14.619 | 8.152 |
| Provisão para Bônus de Adimplência | (542) | (1.565) |
| Provisão para Dispensa de Correção Monetária | (2.177) | 23.280 |
| Devedores Diversos - BB Rendas sobre Valores Disponíveis | 4.333 | (1.843) |
| Credores Diversos - Taxa de Administração | 2.206 | - |
| Caixa Gerado pelas Operações | (959.763) | (521.777) |

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Semestre encerrado em 30.06.2011**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| Eventos | Transferências de Exercícios Anteriores | Transferências do Exercício | Superávits Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31.12.2009** | 8.355.238 | 1.233.895 | 2.077.744 | 11.666.877 |
| Incorporação do Resultado | 1.233.895 | (1.233.895) | | |
| Transferências do Tesouro Nacional | - | 707.019 | - | 707.019 |
| Superávit do Semestre | | | 108.521 | 108.521 |
| **Saldos em 30.06.2010** | 9.589.133 | 707.019 | 2.186.265 | 12.482.417 |
| Mutações do Semestre | 1.233.895 | (526.876) | 108.521 | 815.540 |
| **Saldos em 31.12.2010** | 9.589.133 | 1.390.423 | 2.173.763 | 13.153.319 |
| Incorporação do Resultado | 1.390.423 | (1.390.423) | | |
| Transferências do Tesouro Nacional | - | 875.219 | - | 875.219 |
| Superávit do Semestre | | | 83.106 | 83.106 |
| **Saldos em 30.06.2011** | 10.979.556 | 875.219 | 2.256.869 | 14.111.644 |
| Mutações do Semestre | 1.390.423 | (515.204) | 83.106 | 958.325 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**
**Lei nº 7.827, de 27.09.89**
**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos semestres findos em 30.06.2011 e 30.06.2010**

**1 – O FCO e suas Operações**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea 'c', da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com alterações das Leis nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 e nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, é administrado pelo Banco do Brasil S.A., com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamentos aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

São beneficiários dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial e realizem empreendimentos não governamentais de infra-estrutura, comerciais e de serviços na região Centro-Oeste.

A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterada pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008, modificou os encargos financeiros das operações contratadas com recursos do FCO, que passaram a ser entre 5% e 10% ao ano, conforme a atividade econômica e o porte do tomador.

O artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, inserido pelo artigo 14 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, estabeleceu que o risco de crédito das operações contratadas até 30 de novembro de 1998 é integral do Fundo, sendo que, em contrapartida, os encargos financeiros daquelas operações, por força da desobrigação do risco do agente financeiro, passaram a constituir receitas integrais do FCO. O mesmo dispositivo legal estabeleceu que nas operações contratadas entre 1º de dezembro de 1998 e 29 de junho de 2001, o risco de crédito é compartilhado entre as instituições financeiras e o Fundo, na proporção de 50%. Já nas operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001, o risco passou a ser exclusivo do agente financeiro.

A Medida Provisória, com o Ofício Bacen/Diret nº 2001/1602, autorizou ainda, o Banco administrador a utilizar os recursos do Fundo como Capital de Referência nível II, devendo o valor utilizado ser excluído da base de cálculo da taxa de administração. Com a migração das operações de risco do FCO para contas de compensação, ocorrida em dezembro de 2010, o Banco do Brasil S.A. deixou de utilizar o montante dessa carteira como Patrimônio de Referência Nível II (PR II). Assim, o Banco voltou a ter base de cálculo para cobrança da remuneração como Administrador do FCO, a partir do exercício de 2011.

**2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Banco Central do Brasil, e demais normativos aplicáveis ao Fundo. A Nota Explicativa nº 3 descreve o sumário das principais práticas contábeis adotadas pelo Fundo e que foram aplicadas de forma consistente aos períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

O FCO não está apresentando a demonstração dos resultados abrangentes em função de não haver transação passível de alocação nessa demonstração.

A conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao 1º semestre de 2011 foi autorizada pela Administração em 28 de novembro de 2011.

**3 – Principais Práticas Contábeis**

**a) Apuração do Resultado**

As receitas e as despesas são registradas pelo regime de competência. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas as correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

As Rendas de Operações de Crédito são provenientes da carteira de operações de crédito/financiamento, e são reconhecidas *pro rata temporis*. Não se incluem as rendas de operações em atraso há mais de 60 dias, conforme estipulado pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (rendas a apropriar sobre operações em atraso). A receita apropriada no Fundo refere-se somente à parcela pertencente ao Fundo, ou seja, não inclui a remuneração que cabe ao agente financeiro Banco do Brasil S.A. (*Del Credere*).

As Rendas sobre Valores Disponíveis decorrem da remuneração dos recursos ainda não desembolsados pelo administrador (Banco do Brasil), calculada com base na taxa "extra-mercado" divulgada pelo Banco Central do Brasil, em consonância com a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

As Despesas com Taxa de Administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.

**b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por depósitos bancários remunerados, com vencimento até três meses, e que apresentam risco insignificante de mudança do valor em função das alterações nas taxas de juros (Nota 4).

**c) Devedores por Repasses – Carteira de Financiamentos**

Os direitos, representados pelo grupo Devedores por Repasses, são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas (Nota 5).

**d) Provisão para Rebates sobre Encargos**

A provisão para Rebates sobre Encargos é constituída com base nos saldos devedores das operações do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA (capital e encargos financeiros), cujos rebates correspondem a 50%. Para as operações do Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos beneficiários são os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, a provisão corresponde a 40% sobre os saldos devedores de capital desses financiamentos.

**e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em consonância com os critérios estabelecidos no art. 3º, parágrafo único, da Portaria Interministerial MF/MI nº 11, de 28 de dezembro de 2005, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2006. Tais critérios são os mesmos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que considera a classificação das operações de acordo com o risco e as faixas de vencimento. Também são utilizados os critérios da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, para reconhecimento de prejuízo e recuperação de créditos. A base de cálculo dessa provisão está representada pelo saldo devedor das operações, incluídos os encargos a capitalizar e excluídas as rendas a apropriar de operações em atraso que supera 60 dias, cujo valor não está registrado nas demonstrações contábeis. Essa forma de cálculo está em conformidade com o disposto na Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999.

**f) Provisão para Bônus de Adimplência**

A provisão para Bônus de Adimplência, concedida a mutuários que efetuem o pagamento da parcela da dívida até a data do respectivo vencimento, é constituída com base nos saldos de encargos financeiros relativos às operações contratadas, renegociadas ou repactuadas com os encargos prefixados estabelecidos na MP nº 2.035-28, de 21 de dezembro de 2000, convertida na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

**g) Provisão para Dispensa de Correção Monetária**

A provisão para Dispensa de Correção Monetária é constituída com base nos saldos das rubricas de encargos a capitalizar das operações renegociadas com base na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002. Os encargos dessas operações são capitalizados e exigíveis anualmente. Corresponde a um desconto relativo à variação do preço mínimo do produto vinculado à operação.

**h) Estimativas Contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do Fundo use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os cálculos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, da Provisão para Rebates sobre Encargos, da Provisão para Bônus de Adimplência e da Provisão para Dispensa de Correção Monetária estão sujeitos à utilização de premissas e estimativas, e as perdas efetivas poderão resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de apuração das referidas provisões. A Administração do Fundo revisa as estimativas e premissas, no mínimo semestralmente.

**i) Moeda Funcional**

As demonstrações contábeis do FCO estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação do Fundo.

**j) Impostos e Contribuições**

Conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Fundo goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de quaisquer tributos ou contribuições.

**4 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

**a) Composição**

R$ mil

| | 30/06/2011 | 31/12/2010 |
|---|---|---|
| Disponibilidades | 783.196 | 867.740 |

São recursos (depósitos bancários) mantidos no Banco do Brasil remunerados pela variação da Taxa Extra-Mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto na legislação.

**b) Rendas sobre Valores Disponíveis**

R$ mil

| | 1º Sem/2011 | 1º Sem/2010 |
|---|---|---|
| Rendas sobre Valores Disponíveis | 47.203 | 59.193 |

## 5 – Devedores por Repasses – Carteira de Financiamentos

Representa os valores aplicados pelo Banco do Brasil S.A. e por outras instituições autorizadas, junto aos setores produtivos da região, de acordo com a programação anual de financiamentos.

### a) Composição da Carteira de Financiamento por Atividade

R$ mil

| Descrição | Saldo de Financiamento 30.06.2011 | % | 31.12.2010 | % |
|---|---|---|---|---|
| **Financiamentos** | | | | |
| **Banco do Brasil** | | | | |
| Comércio e Serviços | 1.999.656 | 14,0 | 1.575.493 | 11,9 |
| Desenvolvimento do Turismo | 238.698 | 1,7 | 298.530 | 2,3 |
| Industrial / Agroindustrial | 2.141.905 | 15,0 | 2.080.466 | 15,7 |
| Infra-estrutura | 527.807 | 3,7 | 450.574 | 3,4 |
| Rural Custeio | 304.700 | 2,1 | 133.388 | 1,0 |
| Rural Investimento | 6.353.482 | 44,4 | 6.182.973 | 46,7 |
| Rural Pronaf | 1.882.682 | 13,2 | 1.695.527 | 12,8 |
| Rural - Reforma Agrária | 469.994 | 3,3 | 488.746 | 3,7 |
| Pronatureza | 328.732 | 2,3 | 292.177 | 2,2 |
| Outras Instituições Financeiras | | | | |
| Repasse* | 48.553 | 0,3 | 38.435 | 0,3 |
| Total | 14.296.209 | 100,0 | 13.239.309 | 100,0 |
| Circulante | 3.670.936 | 25,7 | 3.235.987 | 24,4 |
| Não Circulante | 10.625.273 | 74,3 | 10.003.322 | 75,6 |

*O art 9º da lei nº 7.827/89 estabeleceu a possibilidade de repasse de recursos do FCO a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As instituições que firmaram contrato com o Banco do Brasil S.A. para esse fim foram: Banco de Brasília, Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Cooperativo Sicredi S.A e Agência de Fomento de Goiás S.A. As transferências de recursos do fundo iniciaram-se em novembro de 2008.

### b) Rendas de Operações de Crédito

R$ mil

| | 1º Sem/2011 | 1º Sem/2010 |
|---|---|---|
| Banco do Brasil S.A. | 115.458 | 123.257 |
| Recuperação de Crédito | 14.312 | 9.695 |
| Total | 129.770 | 132.952 |

### c) Composição da Carteira de Financiamentos por Faixa de Risco

R$ mil

| Faixa de Risco | Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2011 | Proporção% | Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2010 | Proporção% |
|---|---|---|---|---|
| AA | 13.210.221 | 92,3 | 12.047.832 | 91,1 |
| A | 280.973 | 2,0 | 318.904 | 2,4 |
| B | 179.909 | 1,3 | 182.907 | 1,4 |
| C | 15.576 | 0,1 | 31.586 | 0,2 |
| D | 209.013 | 1,5 | 214.186 | 1,6 |
| E | 13.880 | 0,1 | 18.178 | 0,1 |
| F | 553 | [illegible] | 1.174 | [illegible] |
| G | 8.456 | 0,1 | 7.968 | 0,1 |
| H | 377.628 | 2,6 | 416.574 | 3,1 |
| Total | 14.296.209 | 100,0 | 13.239.309 | 100,0 |

*Encontram-se classificadas em AA aquelas operações, no montante de R$ 12.712.323 mil (R$ 11.604.941 mil no exercício de 2010) cujo risco é assumido pelo agente financeiro-Banco do Brasil, conforme definido na Medida Provisória 2.196-1.

**d) Composição da Carteira de Financiamento por Risco de Crédito**

Abaixo está sendo apresentada a segregação do risco de crédito da carteira entre o Fundo e as instituições financeiras:

R$ mil

| RISCO | Risco Furido % | Risco Banco do Brasil % | Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2011 | Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2010 |
|---|---|---|---|---|
| Risco Procera | 50 | 50 | 691.064 | 88.759 |
| Risco Compartilhado | 50 | 50 | 58.575 | 66.322 |
| Risco FCO | 100 | 0 | 1.436.221 | 1.479.277 |
| Risco Banco do Brasil | 0 | 100 | 12.712.323 | 11.604.941 |
| Total | | | 14.296.209 | 13.239.309 |

**e) Composição da Carteira de Financiamentos por Faixa de Risco e de Vencimento**

Parcelas Vincendas

R$ mil

| Risco | Até 30 | 31-60 | 61-90 | 91-180 | 181-360 | Acima de 360 | Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2011 | Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AA | 230.857 | 247.484 | 281.771 | 953.768 | 1.502.567 | 9.735.667 | 12.952.114 | 11.793.766 |
| A | 1.604 | 2.031 | 3.161 | 22.240 | 22.103 | 234.270 | 285.465 | 318.081 |
| B | 2.032 | 1.521 | 1.399 | 5.802 | 7.610 | 168.132 | 186.496 | 181.396 |
| C | 805 | 314 | 756 | 1.615 | 2.744 | 10.815 | 17.049 | 31.348 |
| D | 790 | 1.133 | 756 | 3.693 | 6.849 | 196.130 | 209.351 | 212.414 |
| E | 147 | 79 | 27 | 378 | 667 | 11.729 | 13.027 | 17.652 |
| F | 4 | 9 | 2 | 95 | 42 | 369 | 521 | 995 |
| G | 68 | 2 | 48 | 24 | 137 | 7.210 | 7.489 | 7.869 |
| H | 1.038 | 216 | 125 | 1.861 | 2.820 | 260.114 | 266.174 | 252.056 |
| Sub total | 237.345 | 252.789 | 288.293 | 989.491 | 1.545.895 | 10.625.273 | 13.958.586 | 12.815.577 |

Parcelas Vencidas

R$ mil

| Risco | Até 30 | 31-60 | 61-90 | 91-180 | 181-360 | Acima de 360 | Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2011 | Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AA | 9.620 | 8.528 | 5.852 | 18.674 | 37.230 | 163.188 | 243.092 | 254.067 |
| A | 137 | 71 | 35 | 71 | 93 | 1.000 | 1.407 | 822 |
| B | 307 | 140 | – | – | – | 8 | 455 | 1.512 |
| C | 51 | 35 | 11 | 2 | 1 | 265 | 365 | 1.268 |
| D | 604 | 104 | 27 | 16 | | 11 | 762 | 1.771 |
| E | 809 | 132 | 17 | 2 | 28 | 81 | 1.069 | 1.527 |
| F | 1 | – | 16 | 23 | 43 | – | 83 | 178 |
| G | 2 | 1 | 2 | 2 | 28 | 50 | 85 | 129 |
| H | 4.379 | 232 | 55 | 217 | 79.744 | 27.277 | 111.904 | 164.518 |
| Sub total | 15.853 | 9.071 | 5.952 | 18.954 | 117.329 | 191.880 | 359.237 | 426.792 |
| Total | 253.198 | 261.861 | 294.244 | 1.008.425 | 1.663.224 | 10.817.153 | 14.296.209 | 13.239.369 |

**f) Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

R$ mil

| | PCLD 30.06.2011 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar | | | | | | |
| Risco | Risco BB | Risco FCO | Risco Compartilhado | Risco Procera | % Provisão | Valor da Provisão | % |
| AA | 12.712.323 | 325.815 | 2.004 | 89.084 | – | – | – |
| A | | 632.403 | 1.256 | | 0,5% | 3.180 | 0,7 |
| B | – | 9.596 | 10.047 | – | 1% | 146 | 0,0 |
| C | | 359 | 12.436 | | 3% | 197 | 0,0 |
| D | – | 365 | 8.823 | – | 10% | 478 | 0,1 |
| E | | 478 | 4.460 | | 30% | 816 | 0,2 |
| F | – | 1.030 | 97 | – | 50% | 540 | 0,1 |
| G | | 1.265 | 451 | | 70% | 1.043 | 0,2 |
| H | – | 464.922 | 12.981 | – | 100% | 471.413 | 98,7 |
| Total | 12.712.323 | 1.436.227 | 58.575 | 89.084 | | 477.812 | 100,0 |
| Circulante | | | | | | 217.938 | 45,6 |
| Não Circulante | | | | | | 259.874 | 54,4 |

Nas operações de risco do Procera, o Fundo absorve a provisão para desconto de 80%, conforme art. 23 da lei 11.775, de 17 de setembro de 2008, em substituição ao Bônus de Adimplência às operações ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária. De acordo com o parágrafo único do referido artigo, os custos decorrentes desse benefício seriam imputados aos Fundos Constitucionais quando as operações fossem efetuadas com recursos do Fundo. Este artigo teve vigência até 31.12.2010.

R$ mil

| | PCLD 31.12.2010 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar | | | | | | |
| Risco | Risco BB | Risco FCO | Risco Compartilhado | Risco Procera | % Provisão | Valor da Provisão | % |
| AA | 11.604.941 | 758.983 | 1.393 | 88.769 | – | – | – |
| A | | 255.237 | 8.090 | | 0,5% | 1.296 | 0,3 |
| B | – | 44.441 | 14.572 | – | 1% | 517 | 0,1 |
| C | | 2.398 | 16.700 | | 3% | 522 | 0,1 |
| D | – | 33.139 | 9.356 | – | 10% | 3.782 | 0,8 |
| E | | 5.931 | 6.586 | | 30% | 2.760 | 0,6 |
| F | – | 506 | 575 | – | 50% | 397 | 0,1 |
| G | | 87 | 381 | | 70% | 343 | 0,1 |
| H | – | 378.455 | 8.719 | – | 100% | 453.855 | 97,9 |
| Total | 11.604.941 | 1.479.277 | 66.822 | 88.769 | | 463.193 | 100,0 |
| Circulante | | | | | | 288.569 | 62,3 |
| Não Circulante | | | | | | 174.624 | 37,7 |

**g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

mil

| | 30.06.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| Saldo Inicial | 463.193 | 286.783 |
| Constituição/Reversão | 17.304 | 208.859 |
| Transferência para Prejuízo – Risco FCO | (2.685) | (32.449) |
| Saldo Final | 477.812 | 463.193 |

No primeiro semestre de 2011, foram transferidos para perdas R$ 122.122 mil (R$ 414.083 mil no primeiro semestre de 2010), conforme demonstrado no quadro comparativo a seguir:

R$ mil

| Risco Operacional | Valores Transferidos | Valores Assumidos | |
|---|---|---|---|
| Período | | Banco do Brasil | FCO |
| 1º Sem 2011 Banco do Brasil | 118.971 | 118.971 | |
| Compartilhado | 932 | 466 | 466 |
| FCO | 2.219 | | 2.219 |
| Total | 122.122 | 119.437 | 2.685 |

R$ mil

| Risco Operacional | Saldo Transferido | Saldo Assumido | |
|---|---|---|---|
| Período | | Banco do Brasil | FCO |
| 1º Sem 2010 Banco do Brasil | 402.561 | 402.561 | |
| Compartilhado | 7.060 | 3.530 | 3.530 |
| FCO | 4.462 | | 4.462 |
| Total | 414.083 | 406.091 | 7.992 |

Durante o primeiro semestre de 2011 foi recuperado para o Fundo o montante de R$ 14.312 mil (R$ 9.695 mil no primeiro semestre de 2010) referente a operações de risco FCO e 50% de risco compartilhado, já baixadas para prejuízo.

Os valores das operações registradas como perda com risco do Banco do Brasil e a metade de risco compartilhado são ressarcidos mensalmente ao Fundo mediante crédito na conta de recursos disponíveis.

**h) Resultado com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

R$ mil

| | 1º Sem 2011 | 1º Sem 2010 |
|---|---|---|
| Despesa com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | (29.025) | (16.144) |
| Reversão de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | 11.721 | |
| Total | (17.304) | (16.144) |

**i) Provisão para Rebates sobre Encargos**

R$ mil

| | 30/06/2011 | 31/12/2010 |
|---|---|---|
| Saldo Inicial | 144.804 | 167.254 |
| Utilização | (6.572) | (17.881) |
| Complemento/Reversão | 2.164 | (4.569) |
| Saldo Final | 140.396 | 144.804 |
| Circulante | 18.872 | 18.149 |
| Não Circulante | 121.524 | 126.655 |

**j) Resultado com Provisão para Rebates Sobre Encargos**

R$ mil

| | 1º Sem 2011 | 1º Sem 2010 |
|---|---|---|
| Despesa com Provisão para Rebates Sobre Encargos | (3.269) | (2.217) |
| Reversão de Provisão para Rebates Sobre Encargos | 1.105 | 4.750 |
| Total | (2.164) | 2.533 |

**k) Provisão para Bônus de Adimplência**

R$ mil

| | 30.06.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| Saldo Inicial | 177.141 | 172.060 |
| Utilização | (72.339) | (90.601) |
| Complemento/Reversão | 71.797 | 95.682 |
| Saldo Final | 176.599 | 177.141 |
| | | |
| Circulante | 43.735 | 43.779 |
| Não Circulante | 132.864 | 133.362 |

**l) Resultado com Provisão para Bônus de Adimplência**

R$ mil

| | 1º Sem 2011 | 1º Sem 2010 |
|---|---|---|
| Despesa com Provisão para Bônus de Adimplência | (72.051) | (43.937) |
| Reversão de Provisão para Bônus de Adimplência | 254 | - |
| Total | (71.797) | (43.937) |

**m) Provisão para Dispensa de Correção Monetária**

R$ mil

| | 30.06.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| Saldo Inicial | 180.369 | 191.731 |
| Utilização | (2.515) | (35.972) |
| Complemento/Reversão | 339 | 24.010 |
| Saldo Final | 178.193 | 180.369 |
| | | |
| Circulante | 64.054 | 65.285 |
| Não Circulante | 114.139 | 115.084 |

**n) Resultado com Provisão para Dispensa de Correção Monetária**

R$ mil

| | 1º Sem 2011 | 1º Sem 2010 |
|---|---|---|
| Despesa com Provisão para Dispensa de Correção Monetária | (2.516) | (26.020) |
| Reversão de Provisão para Dispensa de Correção Monetária | 2.177 | - |
| Total | (339) | (26.020) |

**6 – Outros Créditos - Devedores Diversos**

Refere-se à remuneração dos recursos disponíveis, conforme previsto na legislação do Fundo, ainda não recebida do Banco do Brasil S.A.

R$ mil

| | 30.06.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| Valores a Receber | 7.449 | 11.782 |

**7 – Credores Diversos**

Refere-se ao valor devido a empresa de auditoria independente e à taxa de administração sobre o Patrimônio Líquido, ainda não repassada ao Banco do Brasil S.A.

R$ mil

| | 30.06.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| Auditoria Independente | 4 | 5 |
| Taxa de Administração | 2.206 | - |
| Total | 2.210 | 5 |

## 8 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do Superávit do período. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FCO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

Os saldos das transferências do Tesouro Nacional e do Superávit do Exercício, em 30.06.2011 e 30.06.2010 são os seguintes:

R$ mil

| | 30.06.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| Transferências do Exercício | 875.219 | 1.390.423 |
| Superávit do Período | 188.100 | 96.019 |
| Transferências de Exercícios Anteriores | 10.979.556 | 9.589.133 |
| Superávit de Exercícios Anteriores | 2.173.763 | 2.077.744 |
| **Total** | 14.111.644 | 13.153.319 |

## 9 – Partes Relacionadas

O FCO realiza transações com o Tesouro Nacional (patrocinador), o Banco do Brasil S.A. (administrador do Fundo) e os Agentes Financeiros.

**Sumário das Transações com Partes Relacionadas**

Os saldos das operações do FCO com as partes relacionadas no período são os seguintes:

R$ mil

| | 30.06.2011 | | | 31.12.2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Patrocinador | Administrador | Total | Patrocinador | Administrador | Total |
| **Ativos** | | | | | | |
| Disponibilidades | | 783.196 | 783.196 | | 867.740 | 867.740 |
| Devedores por Repasses | - | 13.321.032 | 13.321.032 | - | 12.273.802 | 12.273.802 |
| Outros Créditos | | 7.449 | 7.449 | | 11.782 | 11.782 |
| **Passivos** | | | | | | |
| Taxa de Administração | | 2.206 | 2.206 | | | |
| **Patrim. Líquido** | | | | | | |
| Transferências do Exercício | 875.219 | | 875.219 | 1.390.423 | | 1.390.423 |
| **Resultado** | | | | | | |
| Rendas de Operações de Crédito | | 115.458 | 115.458 | | 270.387 | 270.387 |
| Rendas sobre Valores Disponíveis | - | 47.203 | 47.203 | | 129.393 | 129.393 |

A cobrança de *Del Credere* está regulamentada no §4º, inciso II, do art.9º - A, da Lei 7.827, de 27.09.1989. No primeiro semestre de 2011, o valor recebido pelo Banco do Brasil foi de R$ 321.970 mil (R$ 264.723 mil no primeiro semestre de 2010).

## 10 - Contingências

Até o final do primeiro semestre, o Administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao Fundo e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio da consultoria jurídica do Administrador Banco do Brasil S.A.

**11 – Gerenciamento de Riscos**

Os ativos que compõem a carteira do FCO estão, por sua própria natureza, sujeitos aos riscos de crédito e de mercado, o que pode acarretar perda patrimonial ao Fundo.

**a) Risco de Crédito**

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

No caso do FCO, para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco do Brasil S.A., na função de administrador deste Fundo Constitucional, utiliza métricas de risco e retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

A mensuração econômica do risco é feita utilizando-se os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que considera a classificação das operações em faixas de riscos, conforme Nota 5c, sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FCO, conforme Nota 5d.

**b) Risco de Mercado**

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

A exposição do FCO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros é mitigada, considerando que cerca de 90% de sua carteira de crédito constitui risco do Banco do Brasil S.A., conforme (Nota 5d).

Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o Fundo se encontra sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**
**Lei nº 7.827, de 27.09.89**
**Notas Explicativas às demonstrações Contábeis dos semestres findos em 30.06.2011 e 30.06.2010**

**Banco do Brasil S.A.**

**Diretoria de Governo**

**Gerente Executivo**
Alexandre Carneiro Cerqueira

**Contadoria**

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/0-5
CPF 541.035.920-87

Eslei José de Morais
Contador CRC-DF 21335/0
CPF 391.384.701-44

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
(Administrado pelo Banco do Brasil S.A.)
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais, conforme descritas na Nota Explicativa nº 3.

**Base de elaboração das demonstrações contábeis**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2 e 3, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Brasília, 28 de novembro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7 S- DF

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

# MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
## SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

# FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO)

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1º SEMESTRE DE 2011

**PARECER-CONJUNTO N.º 20-SFRI/SUDECO, DE 28.11.2011**

*Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)*
*Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2011*

## ÍNDICE


1. APRESENTAÇÃO
2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)
3. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)
4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
5. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2011
   - 5.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades
   - 5.2. Programas e Linhas de Financiamento
6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2011
   - 6.1. Recursos previstos para o exercício de 2011
   - 6.2. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor
   - 6.3. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha
7. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2011
   - 7.1. Recursos previstos para o 1º semestre de 2011
   - 7.2. Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor
   - 7.3. Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha
8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2011
   - 8.1. Orçamentos previsto e realizado
   - 8.2. Repasses do Tesouro Nacional
   - 8.3. Retornos de financiamentos
   - 8.4. Resultado operacional
   - 8.5. Recursos comprometidos com parcelas a liberar
   - 8.6. Distribuição do orçamento realizado por UF e Setor
9. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2011
   - 9.1. Contratações por UF
     - *9.1.1. Contratações no DF*
     - *9.1.2. Contratações no Estado de GO*
     - *9.1.3. Contratações no Estado de MS*
     - *9.1.4. Contratações no Estado de MT*
   - 9.2. Contratações por Porte
     - *9.2.1. Contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores*
     - *9.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores*
   - 9.3. Contratações por Setor
     - *9.3.1. Contratações com o setor empresarial*
     - *9.3.2. Contratações com o setor rural*
   - 9.4. Contratações por Linha de Financiamento
     - *9.4.1. Contratações com os setores comercial e de serviços*
   - 9.5. Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima
     - *9.5.1. Contratações junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores*
     - *9.5.2. Contratações junto a médios e grandes tomadores*
   - 9.6. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios
   - 9.7. Contratações por Espaço Prioritário
     - *9.7.1. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)*
     - *9.7.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas*
     - *9.7.3. Contratações na Faixa de Fronteira*
   - 9.8. Contratações com Novos Beneficiários
   - 9.9. Contratações com valor superior a R$ 10 milhões
   - 9.10. Contratações por Instituição Operadora (IO)
   - 9.11. Situação da Demanda
10. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

10.1. INDICADORES DE DESEMPENHO
10.2. METAS DE DESEMPENHO E RESULTADOS ALCANÇADOS
*10.2.1. Índice de Aplicação (IA)*
*10.2.2. Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)*
*10.2.3. Índice de Inadimplência (II)*
*10.2.4. Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)*
*10.2.5. Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)*
*10.2.6. Índice de Contratações por UF (ICUF)*
*10.2.7. Índice de Contratações por Setor (ICS)*
*10.2.8. Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)*

**11. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES**

11.1. PRIORIDADES GERAIS
11.2. PRIORIDADES SETORIAIS
11.3. PRIORIDADES ESPACIAIS

**12. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS**

12.1. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA
12.2. SALDO DOS FINANCIAMENTOS ALONGADOS NOS TERMOS DAS LEIS N.º 9.138 E 10.437
12.3. SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NO ÂMBITO DO PESA
12.4. SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NOS TERMOS DA LEI N.º 10.177
12.5. PRORROGAÇÕES CONCEDIDAS NO 1º SEMESTRE DE 2011
12.6. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR ENCARGOS PACTUADOS
12.7. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL
*12.7.1. Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil*
*12.7.2. Risco Compartilhado*
*12.7.3. Risco 100% ou integral do Fundo*
*12.7.4. Risco de Terceiros*
12.8. SALDO DE FINANCIAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA
12.9. SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA

**13. OUTROS ASPECTOS**

13.1. SITUAÇÃO DOS RECURSOS
13.2. REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS
13.3. REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS
13.4. REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR
13.5. REMUNERAÇÃO DO BANCO ADMINISTRADOR
13.6. REBATES E BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA
13.7. OPERAÇÕES LEVADAS A PERDA OU PREJUÍZO
13.8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
13.9. OPERAÇÕES AJUIZADAS
13.10. FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E AUDITAGEM
*13.10.1. Fiscalização*
*13.10.2. Controle*
*13.10.3. Auditagem*
13.11. AUDITORIA EXTERNA

**14. ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL**

**15. LEGISLAÇÃO EDITADA NO PERÍODO**

15.1. LEIS
15.2. RESOLUÇÕES DO CMN/BACEN
15.3. RESOLUÇÕES DO CONDEL/FCO

**16. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

**17. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES**

**18. PARECER E RECOMENDAÇÕES**

# 1. APRESENTAÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelo Distrito Federal e pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 466 municípios.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais de desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O presente Relatório resulta do trabalho realizado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2011.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região. São examinadas, igualmente, a movimentação financeira e a situação dos recursos, observando-se as aplicações realizadas, a situação patrimonial e os elementos de natureza operacional e financeira.

## 2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

| Nome Completo e Oficial do Fundo | Vinculação Ministerial |
|---|---|
| Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). | Ministério da Integração Nacional (MI). |

**Natureza Jurídica**

Fundo Constitucional de Financiamento – Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º, do Decreto nº 93.872, de 23.12.1986).

**Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União**

**Normas**

- o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- a Lei nº 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e
- o art. 6º da Lei nº 7.827 destinou 0,6% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para o FCO.

**Administradores**

A administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos:

- Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério da Integração Nacional (MI); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

Observações

- o § 3º do art. 10 da Lei Complementar nº 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO serão exercidas temporariamente pelo Condel/FCO;
- com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos nº 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passam a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI); e
- o presente relatório encontra-se assinado pelos atuais gestores da SFRI e da Sudeco e apresenta a análise do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2011, a que se refere o art. 20 da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, sob a responsabilidade da administração do Fundo em 2011.

**Competências dos Administradores**

**Condel/FCO:**

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais; e
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata

o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

**Ministério da Integração Nacional:**

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

**Banco do Brasil:**

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive a de renegociar dívidas, nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D da Lei n.º 7.827; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

| Estrutura Organizacional | Número do CNPJ |
|---|---|
| O FCO não possui estrutura orgânica. | 00.394.460/0414-17. |

**Nome e Código no SIAFI da Unidade Gestora**

UG 53.7003 – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

**Código da UJ Titular do Relatório**

Órgão 53.902 – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

**Endereço Completo da Sede dos Administradores**

**Condel/FCO:**

- SBN, Quadra 2, Lote 11, Edifício Apex Brasil, Portaria B, 2º Subsolo, Brasília (DF), CEP 70.040-020; Telefone: 61-3414-0122; Fax: 61-3414-0143.

**Ministério da Integração Nacional:**

- Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 8º andar, Gabinete, Brasília (DF), CEP 70.062-900; Telefone: 61-3414-5814; Fax: 61-3414-5638.

**Banco do Brasil:**

- SBS, Quadra 1, Bloco C, Lote 32, Ed. Sede III, 11º andar, Brasília (DF), CEP 70.073-901; Telefone: 61-3102-2123; Fax: 61-3310-8813; E-mail: governo@bb.com.br.

**Endereço da Página Institucional dos Administradores na Internet**

**Condel/FCO:**

- http://www.mi.gov.br/orgaoscolegiados/condelfco/index.asp.

**Ministério da Integração Nacional:**

- http://www.mi.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/index.asp?area=FCO.

**Banco do Brasil:**

- http://www.bb.com.br/portalbb/page3,110,4501,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=337&codigoMenu=668&codigoRet=927&bread=1_8.

| Situação da Unidade Jurisdicionada | Função de Governo Predominante |
|---|---|
| Em Funcionamento. | Administração. |

**Tipo de Atividade**

Execução de programas de financiamento aos setores produtivos para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste.

**Publicação no DOU do Regimento Interno da Unidade Jurisdicionada (UJ)**

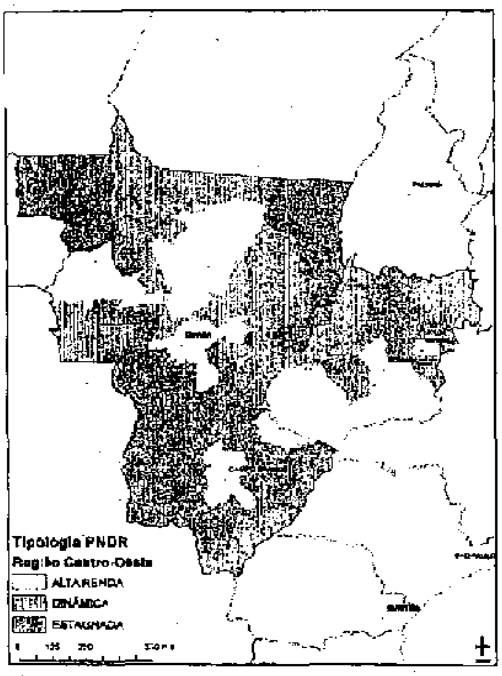
O FCO não possui Regimento Interno, nem Estatuto por não ser aplicado aos Fundos Constitucionais de Financiamento.

## 3. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)

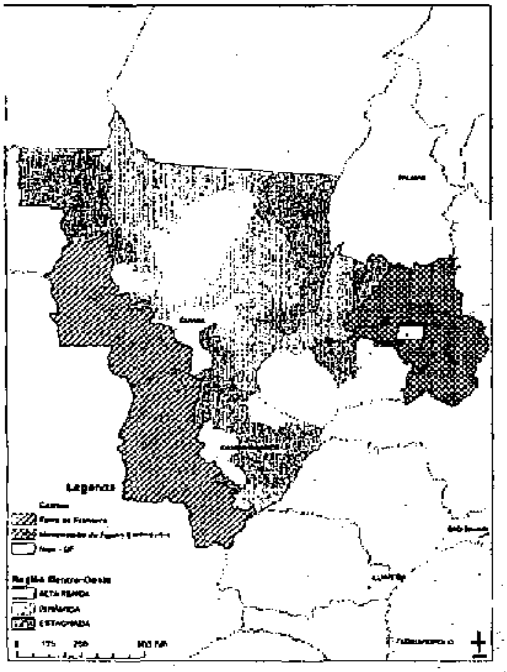
A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto n.º 6.047, de 22.02.2007[1]:

**Mapa 1: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**

**Mapa 1.a: Tipologia da PNDR**




**Mapa 1.b: Espaços Prioritários**




São espaços prioritários da PNDR os municípios integrantes das microrregiões classificadas como de economia dinâmica e estagnada, segundo a tipologia da PNDR, e, no caso da Região Centro-Oeste, as sub-regiões: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira.

Dentre os 5.564 municípios brasileiros, 466 fazem parte da área de atuação do FCO. Observando a tipologia da PNDR, 8,1% dos municípios integrantes das microrregiões classificadas como de economia estagnada encontram-se na área de atuação do FCO. As outras classificações – dinâmica e alta renda – representam 13,3% e 9,4%, respectivamente.

**Tabela 1: Número de Municípios segundo a Tipologia da PNDR**

| Tipologia | Brasil (a) | Centro-Oeste (b) | % (b/a) |
|---|---|---|---|
| Baixa Renda | 715 | - | - |
| Estagnada | 2.276 | 185 | 8,1 |
| Dinâmica | 1.002 | 133 | 13,3 |
| Alta Renda | 1.571 | 148 | 9,4 |
| **Total** | **5.564** | **466** | **8,4** |

Fonte: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

[1] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm | Acesso em 02.06.2011.

## 4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, acompanhado dos seguintes documentos: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos etc.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional encaminhar o referido Relatório ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e à determinação das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.

## 5. *PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2011*

A Programação do FCO para 2011 foi elaborada pelo Banco do Brasil, avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 410, de 14.12.2010, publicada no DOU de 23.12.2010, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/FCO e, ainda, com as contribuições originadas em reuniões com a participação de representantes das Unidades Federativas da Região e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.

### 5.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

De acordo com atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu, por meio da Portaria n.º 571, de 12.07.2010, publicada no DOU de 13.07.2010, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2011.

O Condel/FCO, por sua vez, em conformidade com o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, estabeleceu, por meio da Resolução n.º 406, de 31.08.2010, publicada no DOU de 22.09.2010, as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo no exercício de 2011.

As ações desenvolvidas para cumprir essas diretrizes, orientações gerais e prioridades e os resultados alcançados serão abordados no item "11. Atendimento às Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades".

## 5.2. Programas e Linhas de Financiamento

**Tabela 2: Programas e Linhas de Financiamento**

| PROGRAMAS | LINHAS |
|---|---|
| **Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro e Pequenas Empresas (MPE)** | 1. Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais – EI;<br>2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;<br>3. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;<br>4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; e<br>5. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE. |
| **Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE)** | 1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;<br>2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;<br>3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE; e<br>4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE. |
| **Programa de FCO Rural** | 1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;<br>2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem;<br>3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir;<br>4. Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária;<br>5. Linha de Financiamento de Conservação da Natureza;<br>6. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;<br>7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;<br>8. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca;<br>9. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira; e<br>10. Linha Especial de Financiamento para Custeio Agropecuário para Médios e Grandes Produtores Rurais. |
| **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)** | 1. Pronaf; e<br>2. Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil). |
| **Programa de FCO Empresarial para Repasse** | 1. Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais – EI;<br>2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;<br>3. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;<br>4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; e<br>5. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE. |
| **Programa de FCO Rural para Repasse** | 1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;<br>2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem;<br>3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir;<br>4. Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária;<br>5. Linha de Financiamento de Conservação da Natureza;<br>6. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;<br>7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; e<br>8. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca. |

## 6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2011

### 6.1. Recursos previstos para o exercício de 2011

De acordo com a Programação do FCO para 2011, aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 410, de 14.12.2010, publicada no DOU de 23.12.2010, e com o Ofício Diretoria de Governo/Genef/Dinef II - 2011/012.946, de 16.11.2011, o montante de recursos previstos para aplicação no exercício de 2011 é de R$ 4.786,1 milhões.

As principais fontes de recursos são: previsão de repasses do Tesouro Nacional[(1)] provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações) [(2)]; previsão de receitas e despesas do Fundo[(3)]; disponibilidades apuradas em 31.12.2010[(4)]; parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação[(5)]:

**Tabela 3: Recursos previstos para o exercício de 2011**

R$ Milhões

| Origem | Valor |
|---|---|
| Repasses do Tesouro Nacional [(1)] | 1.762,5 |
| Retornos de financiamentos [(2)] | 2.444,2 |
| Resultado operacional [(3)] | 103,7 |
| Disponibilidades ao final do exercício anterior [(4)] | 867,7 |
| Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores [(5)] | (392,1) |
| **Total** | **4.786,1** |

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 47.

### 6.2. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Em conformidade com a Programação do FCO para 2011, os recursos do Fundo foram distribuídos às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 19,0%, GO – 29,0%, MS – 23,0% e MT – 29,0%, totalizando 100,0%.

Em cada Unidade Federativa, os recursos foram distribuídos, ainda, entre os setores empresarial e rural, segundo os percentuais por elas definidos.

Com base nesses percentuais, os recursos previstos para o exercício de 2011 por UF e setor são os seguintes:

**Tabela 4: Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor**

R$ Mil

| UF / Setor | DF | | GO | | MS | | MT | | Região |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % em relação à UF | Valor | % em relação à UF | Valor | % em relação à UF | Valor | % em relação à UF | Valor |
| Empresarial | 727.481 | 80,0% | 693.978 | 50,0% | 550.397 | 50,0% | 693.978 | 50,0% | 2.665.834 |
| % em relação ao total | 15,2% | | 14,5% | | 11,5% | | 14,5% | | 55,7% |
| Rural | 181.870 | 20,0% | 693.978 | 50,0% | 550.397 | 50,0% | 693.978 | 50,0% | 2.120.223 |
| % em relação ao total | 3,8% | | 14,5% | | 11,5% | | 14,5% | | 44,3% |
| **Total** | **909.351** | **100,0%** | **1.387.957** | **100,0%** | **1.100.793** | **100,0%** | **1.387.957** | **100,0%** | **4.786.057** |
| % em relação ao total | 19,0% | | 29,0% | | 23,0% | | 29,0% | | 100,0% |

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 48.

Cumpre registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condel/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

## 6.3. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2011 foram distribuídos por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as disposições das Resoluções Condel/FCO n.º 197, de 20.06.2003, e 215, de 08.06.2004, as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/FCO e, ainda, os percentuais de distribuição por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

**Tabela 5: Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha**

R$ Mil

| | DF | GO | MS | MT | Região | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empreendedores Individuais e Mini, Micro e Pequenos Tomadores** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | **371.015** | **353.929** | **280.702** | **353.929** | **1.359.575** | **28,4** |
| Industrial | 91.075 | 155.451 | 89.544 | 53.089 | 389.160 | |
| Infraestrutura | 97.887 | 35.393 | 19.818 | 53.089 | 206.187 | |
| Turismo | 91.075 | 35.393 | 20.491 | 106.179 | 253.138 | |
| Comércio e Serviços | 90.978 | 127.692 | 150.849 | 141.572 | 511.091 | |
| **FCO Rural** | **92.754** | **353.929** | **280.702** | **353.929** | **1.081.314** | **22,6** |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 90.935 | 212.357 | 110.079 | 325.139 | 738.510 | |
| Demais Rurais | 1.819 | 141.572 | 170.623 | 28.790 | 342.804 | |
| **Subtotal** | **463.769** | **707.858** | **561.405** | **707.858** | **2.440.889** | **51,0** |
| **Médios e Grandes Tomadores** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | **356.466** | **340.049** | **269.694** | **340.049** | **1.306.259** | **27,3** |
| Industrial | 83.843 | 122.418 | 168.020 | 68.010 | 442.290 | |
| Infraestrutura | 97.887 | 33.866 | 17.800 | 68.010 | 217.563 | |
| Turismo | 83.843 | 33.866 | 14.566 | 68.010 | 200.285 | |
| Comércio e Serviços | 90.893 | 149.899 | 69.309 | 136.020 | 446.121 | |
| **FCO Rural** | **89.116** | **340.049** | **269.694** | **340.049** | **1.038.909** | **21,7** |
| **Subtotal** | **445.582** | **680.099** | **539.389** | **680.099** | **2.345.168** | **49,0** |
| **Resumo Geral** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | **727.481** | **693.978** | **550.397** | **693.978** | **2.665.834** | **55,7** |
| Industrial | 174.918 | 277.869 | 257.564 | 121.099 | 831.450 | |
| Infraestrutura | 195.775 | 69.259 | 37.617 | 121.099 | 423.750 | |
| Turismo | 174.918 | 69.259 | 35.057 | 174.189 | 453.423 | |
| Comércio e Serviços | 181.870 | 277.591 | 220.159 | 277.591 | 957.211 | |
| **FCO Rural** | **181.870** | **693.978** | **550.397** | **693.978** | **2.120.223** | **44,3** |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 90.935 | 212.357 | 110.079 | 325.139 | 738.510 | |
| Demais Rurais | 90.935 | 481.621 | 440.317 | 368.840 | 1.381.713 | |
| **Total** | **909.351** | **1.387.957** | **1.100.793** | **1.387.957** | **4.786.057** | **100,0** |

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 48-49.

# 7. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2011

## 7.1. Recursos previstos para o 1º semestre de 2011

De acordo com o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2011, o montante de recursos previstos para aplicação no 1º semestre de 2011 era de R$ 2.463,3 milhões:

**Tabela 6: Recursos previstos para o 1º semestre de 2011**

R$ Milhões

| Origem | Valor |
|---|---|
| Repasses do Tesouro Nacional (1) | 857,8 |
| Retornos de financiamentos (2) | 1.069,4 |
| Resultado operacional (3) | 60,5 |
| Disponibilidades ao final do exercício anterior (4) | 867,7 |
| Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (5) | (392,1) |
| **Total** | **2.463,3** |

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 49.

## 7.2. Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

Com base nos percentuais de distribuição definidos na Programação do FCO para 2011, os recursos previstos para o 1º semestre de 2011 por UF e setor eram os seguintes:

**Tabela 7: Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor**

R$ Mil

| UF / Setor | DF | | GO | | MS | | MT | | Região |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % em relação à UF | Valor | % em relação à UF | Valor | % em relação à UF | Valor | % em relação à UF | Valor |
| Empresarial | 374.426 | 80,0% | 357.183 | 50,0% | 283.283 | 50,0% | 357.183 | 50,0% | 1.372.074 |
| % em relação ao total | 15,2% | | 14,5% | | 11,5% | | 14,5% | | 55,7% |
| Rural | 93.606 | 20,0% | 357.183 | 50,0% | 283.283 | 50,0% | 357.183 | 50,0% | 1.091.255 |
| % em relação ao total | 3,8% | | 14,5% | | 11,5% | | 14,5% | | 44,3% |
| **Total** | **468.032** | **100,0%** | **714.365** | **100,0%** | **566.566** | **100,0%** | **714.365** | **100,0%** | **2.463.329** |
| % em relação ao total | **19,0%** | | **29,0%** | | **23,0%** | | **29,0%** | | **100,0%** |

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 48-49.

## 7.3. Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o 1º semestre de 2011 também foram distribuídos por UF, setor, porte de beneficiário e linha de financiamento, conforme demonstrado na Tabela 8 a seguir:

**Tabela 8: Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha**

R$ Mil

| | DF | GO | MS | MT | Região | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empreendedores Individuais e Mini, Micro e Pequenos Tomadores** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | **190.957** | **182.163** | **144.474** | **182.163** | **699.758** | **28,4** |
| Industrial | 46.875 | 80.009 | 46.087 | 27.324 | 200.296 | |
| Infraestrutura | 50.381 | 18.216 | 10.200 | 27.324 | 106.122 | |
| Turismo | 46.875 | 18.216 | 10.547 | 54.649 | 130.287 | |
| Comércio e Serviços | 46.825 | 65.722 | 77.640 | 72.865 | 263.052 | |
| **FCO Rural** | **47.739** | **182.163** | **144.474** | **182.163** | **556.540** | **22,6** |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 46.803 | 109.298 | 56.657 | 167.345 | 380.103 | |
| Demais Rurais | 936 | 72.865 | 87.818 | 14.818 | 176.437 | |
| **Subtotal** | **238.697** | **364.326** | **288.948** | **364.326** | **1.256.298** | **51,0** |
| **Médios e Grandes Tomadores** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | **183.469** | **175.019** | **138.809** | **175.019** | **672.316** | **27,3** |
| Industrial | 43.153 | 63.007 | 86.478 | 35.004 | 227.642 | |
| Infraestrutura | 50.381 | 17.431 | 9.161 | 35.004 | 111.977 | |
| Turismo | 43.153 | 17.431 | 7.497 | 35.004 | 103.084 | |
| Comércio e Serviços | 46.781 | 77.151 | 35.673 | 70.008 | 229.613 | |
| **FCO Rural** | **45.867** | **175.019** | **138.809** | **175.019** | **534.715** | **21,7** |
| **Subtotal** | **229.336** | **350.039** | **277.617** | **350.039** | **1.207.031** | **49,0** |
| **Resumo Geral** | | | | | | |
| **FCO Empresarial** | **374.426** | **357.183** | **283.283** | **357.183** | **1.372.074** | **55,7** |
| Industrial | 90.028 | 143.016 | 132.565 | 62.328 | 427.938 | |
| Infraestrutura | 100.763 | 35.647 | 19.361 | 62.328 | 218.099 | |
| Turismo | 90.028 | 35.647 | 18.043 | 89.653 | 233.371 | |
| Comércio e Serviços | 93.606 | 142.873 | 113.313 | 142.873 | 492.666 | |
| **FCO Rural** | **93.606** | **357.183** | **283.283** | **357.183** | **1.091.255** | **44,3** |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 46.803 | 109.298 | 56.657 | 167.345 | 380.103 | |
| Demais Rurais | 46.803 | 247.885 | 226.626 | 189.838 | 711.152 | |
| **Total** | **468.032** | **714.365** | **566.566** | **714.365** | **2.463.329** | **100,0** |

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 48-49.

## 8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2011

### 8.1. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2011 (R$ 2.666,1 milhões) representou 108,2% do previsto (R$ 2.463,3 milhões), conforme Tabela 9 a seguir:

**Tabela 9: Orçamento - Previsto X Realizado**

R$ Milhões

| Origem | Previsto (a) | Realizado (b) | % (b/a) |
|---|---|---|---|
| Repasses do Tesouro Nacional | 857,8 | 875,2 | 102,0 |
| Retornos de financiamentos | 1.069,4 | 883,4 | 82,6 |
| Resultado operacional | 60,5 | 97,0 | 160,2 |
| Disponibilidades ao final do exercício anterior | 867,7 | 867,7 | 100,0 |
| Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores | (392,1) | (57,2) | 14,6 |
| **Total** | **2.463,3** | **2.666,1** | **108,2** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 49.

## 8.2. Repasses do Tesouro Nacional

Os repasses do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, totalizaram R$ 875,2 milhões no 1° semestre de 2011, montante 2,0% superior ao previsto (R$ 857,8 milhões) e 23,8% superior ao realizado no 1° semestre de 2010 (R$ 707,0 milhões).

## 8.3. Retornos de financiamentos

Os pagamentos efetuados pelos clientes para amortizar ou liquidar saldos devedores de financiamentos totalizaram R$ 883,4 milhões, montante 17,4% inferior ao inicialmente previsto (R$ 1.069,4 milhões).

## 8.4. Resultado operacional

O resultado operacional, correspondente às receitas e despesas do Fundo, foi de R$ 97,0 milhões no 1° semestre de 2011, montante 60,2% superior ao previsto (R$ 60,5 milhões) e 8,7% inferior ao realizado no 1° semestre de 2010 (R$ 106,2 milhões).

## 8.5. Recursos comprometidos com parcelas a liberar

Complementando o desempenho positivo das fontes "retornos de financiamentos" e "resultado operacional", a redução de 85,4% verificada na utilização dos "recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores" igualmente contribuiu para a superação do orçamento inicialmente previsto.

## 8.6. Distribuição do orçamento realizado por UF e Setor

A Tabela 10 apresenta a distribuição do orçamento realizado no 1° semestre de 2011 por UF e Setor, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2011:

**Tabela 10: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor**

R$ Mil

| UF / Setor | DF | GO | MS | MT | Região |
|---|---|---|---|---|---|
| Empresarial | 405.241 | 386.579 | 306.597 | 386.579 | 1.484.995 |
| % | 15,2 | 14,5 | 11,5 | 14,5 | 55,7 |
| Rural | 101.310 | 386.579 | 306.597 | 386.579 | 1.181.064 |
| % | 3,8 | 14,5 | 11,5 | 14,5 | 44,3 |
| **Total** | **506.551** | **773.157** | **613.194** | **773.157** | **2.666.060** |
| **%** | **19,0** | **29,0** | **23,0** | **29,0** | **100,0** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 48-49.

## 9. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1° SEMESTRE DE 2011

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1° semestre de 2011 atingiram R$ 2.237,4 milhões, o que corresponde a 90,8% do montante de recursos previstos para o período (R$ 2.463,3 milhões), e a 83,9% do montante de recursos efetivamente distribuídos no período para aplicação (R$ 2.666,1 milhões):

**Tabela 11: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor**

R$ Milhões

| Setor | Orçamento Previsto (a) | Orçamento Realizado (b) | Contratações (c) | % (c/a) | % (c/b) | % Contratações X Totais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | Total 1 (c/d) | Total 2 (c/e) |
| Empresarial | 1.372,1 | 1.485,0 | 1.149,5 | 83,8 | 77,4 | 46,7 | 43,1 |
| Rural | 1.091,3 | 1.181,1 | 1.087,9 | 99,7 | 92,1 | 44,2 | 40,8 |
| **Total** | **2.463,3 (d)** | **2.666,1 (e)** | **2.237,4** | **90,8** | **83,9** | **90,8** | **83,9** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 48-51.

### 9.1. Contratações por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1° semestre de 2011 (R$ 2.237,4 milhões), R$ 261,9 milhões (11,7%) beneficiaram o DF; R$ 864,5 milhões (38,6%) o Estado de GO; R$ 490,0 milhões (21,9%) o Estado de MS; e R$ 621,0 milhões (27,8%) o Estado de MT:

**Tabela 12: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento**

R$ Mil

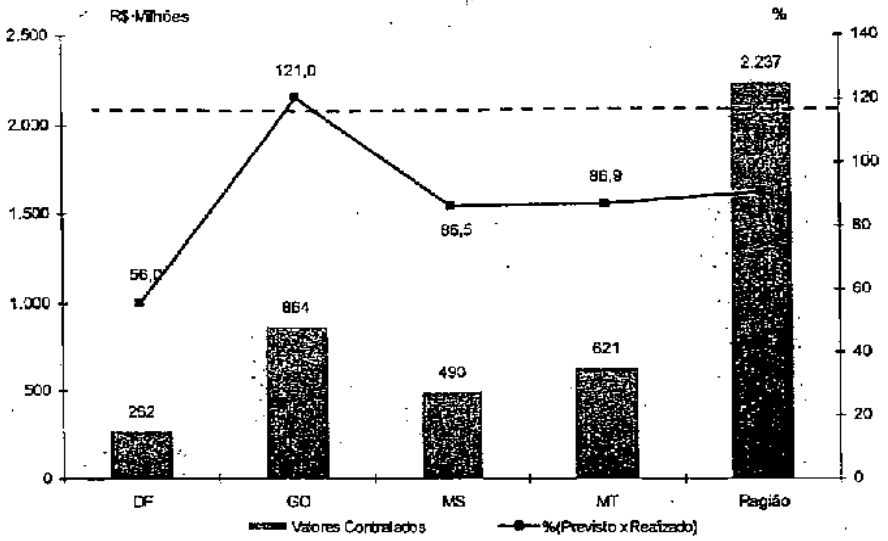
| UF / Setor | DF | | GO | | MS | | MT | | Região | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| **Empresarial** | **2.563** | **241.501** | **5.723** | **443.481** | **2.856** | **176.631** | **2.255** | **287.841** | **13.397** | **1.149.455** |
| Industrial | 216 | 25.474 | 1.109 | 178.751 | 239 | 45.934 | 308 | 43.893 | 1.872 | 294.052 |
| Infraestrutura | 3 | 23.121 | 10 | 5.337 | 9 | 4.030 | 9 | 85.307 | 31 | 117.795 |
| Turismo | 169 | 17.871 | 221 | 15.562 | 174 | 9.967 | 88 | 14.263 | 652 | 57.663 |
| Comércio e Serviços | 2.175 | 175.036 | 4.383 | 243.831 | 2.434 | 116.701 | 1.850 | 144.378 | 10.842 | 679.945 |
| **Rural** | **634** | **20.418** | **11.866** | **420.980** | **4.088** | **313.366** | **5.565** | **333.133** | **22.153** | **1.087.897** |
| Pronaf-RA | 21 | 353 | 218 | 2.561 | 891 | 15.691 | 266 | 3.399 | 1.396 | 22.004 |
| Pronaf Demais | 490 | 8.759 | 9.102 | 170.295 | 1.739 | 32.114 | 4.373 | 128.874 | 15.704 | 340.042 |
| Demais Rurais | 123 | 11.307 | 2.546 | 248.124 | 1.458 | 265.561 | 926 | 200.860 | 5.053 | 725.852 |
| **Total** | **3.197** | **261.920** | **17.589** | **864.462** | **6.944** | **489.997** | **7.820** | **620.974** | **35.550** | **2.237.353** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 50-51.

De acordo com o Gráfico abaixo, as contratações somente superaram o orçamento previsto para o 1° semestre de 2011 no Estado de Goiás. Nas demais Unidades Federativas da Região Centro-Oeste, as contratações ficaram abaixo do previsto:

**Gráfico 1: Contratações Previstas e Realizadas por UF**




Cabe destacar que, em relação ao 1° semestre de 2010, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (20,3%) quanto no volume de recursos aplicados (28,4%). No 1° semestre de 2010, foram contratadas 29.561 operações, no montante de R$ 1.742,6 milhões. Já, no 1° semestre de 2011, foram contratadas 35.550 operações, no montante de R$ 2.237,4 milhões:

**Tabela 13: Contratações por Setor/Linha de Financiamento**
**Comparativo 1° Semestre de 2010 x 1° Semestre de 2011**

R$ Mil

| Setor/Linha | 1° Sem. de 2010 | | 1° Sem. de 2011 | | Variação % | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| **Empresarial** | **8.028** | **951.092** | **13.397** | **1.149.455** | **66,9** | **20,9** |
| Industrial | 981 | 439.404 | 1.872 | 294.052 | 90,8 | (33,1) |
| Infraestrutura | 3 | 68.395 | 31 | 117.795 | 933,3 | 72,2 |
| Turismo | 1.310 | 67.350 | 652 | 57.663 | (50,2) | (14,4) |
| Comércio e Serviços | 5.734 | 375.944 | 10.842 | 679.945 | 89,1 | 80,9 |
| **Rural** | **21.533** | **791.514** | **22.153** | **1.087.897** | **2,9** | **37,4** |
| Pronaf-RA | 1.622 | 24.016 | 1.396 | 22.004 | (13,9) | (8,4) |
| Pronaf Demais | 15.992 | 301.847 | 15.704 | 340.042 | (1,8) | 12,7 |
| Demais Rurais | 3.919 | 465.651 | 5.053 | 725.852 | 28,9 | 55,9 |
| **Total** | **29.561** | **1.742.606** | **35.550** | **2.237.353** | **20,3** | **28,4** |

Posição: 30.06.2011.
Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 21 e 51.

### *9.1.1. Contratações no DF*

No Distrito Federal, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1° semestre de 2011 (R$ 261,9 milhões) tiveram incremento de 78,6% em relação ao 1° semestre de 2010 (R$ 146,6 milhões).

Do montante de R$ 261,9 milhões, 92,2% (R$ 241,5 milhões) foram destinados ao setor empresarial e apenas 7,8% (R$ 20,4 milhões) ao setor rural, devido, principalmente, às características não rurais predominantes nas atividades econômicas do Distrito Federal:

**Tabela 13.a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF**
**Comparativo 1° Semestre de 2010 x 1° Semestre de 2011**

R$ Mil

| Setor/Linha | 1° Sem. de 2010 | | 1° Sem. de 2011 | | Variação % | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| **Empresarial** | 1.213 | **119.658** | 2.563 | **241.501** | 111,3 | **101,8** |
| Industrial | 132 | 23.337 | 216 | 25.474 | 63,6 | 9,2 |
| Infraestrutura | - | - | 3 | 23.121 | - | - |
| Turismo | 205 | 12.485 | 169 | 17.871 | (17,6) | **43,1** |
| Comércio e Serviços | 876 | 83.835 | 2.175 | 175.036 | 148,3 | 108,8 |
| **Rural** | **681** | **26.969** | 634 | **20.418** | **(6,9)** | **(24,3)** |
| Pronaf-RA | 74 | 1.393 | 21 | 353 | (71,6) | (74,7) |
| Pronaf Demais | 485 | 9.208 | 490 | 8.759 | 1,0 | (4,9) |
| Demais Rurais | 122 | 16.368 | 123 | 11.307 | 0,8 | (30,9) |
| **Total** | **1.894** | **146.627** | **3.197** | **261.920** | **68,8** | **78,6** |

Posição: 30.06.2011.
Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1° Sem. de 2010 (p. 62) e 1° Sem. de 2011 (p. 51).

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, que passaram de R$ 12,5 milhões no 1° semestre de 2010 para R$ 17,9 milhões no 1° semestre de 2011 (incremento de 43,1%).

As contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que atingiram R$ 175,0 milhões, representaram 72,5% do montante contratado junto ao setor empresarial (R$ 241,5 milhões) e 66,8% do total contratado no Distrito Federal (R$ 261,9 milhões).
No setor rural, houve decréscimo tanto na quantidade quanto no volume de contratações (-6,9% e -24,3%, respectivamente).

Acrescente-se que o montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o 1° semestre de 2011 (R$ 261,9 milhões) representou apenas 56,0% do seu orçamento previsto (R$ 468,0 milhões – Tabela 7 e Gráfico 1), 51,7% de sua dotação pelo orçamento realizado (R$ 506,6 milhões – Tabela 10) e 11,7% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões – Tabela 12).

À vista desse resultado, sugere-se recomendar ao Banco incrementar as contratações no DF, de forma a atingir o percentual de 19,0% definido pelo Condel/FCO.

### *9.1.2. Contratações no Estado de GO*

No Estado de Goiás, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1° semestre de 2011 atingiram R$ 864,5 milhões, montante 36,9% superior ao observado no 1° semestre de 2010 (R$ 631,6 milhões):

**Tabela 13.b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO**
**Comparativo 1° Semestre de 2010 x 1° Semestre de 2011**

R$ Mil

| Setor/Linha | 1° Sem. de 2010 | | 1° Sem. de 2011 | | Variação % | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| **Empresarial** | **3.249** | **277.188** | **5.723** | **443.481** | **76,1** | **60,0** |
| Industrial | 519 | 91.892 | 1.109 | 178.751 | 113,7 | 94,5 |
| Infraestrutura | - | - | 10 | 5.337 | - | - |
| Turismo | 430 | 23.752 | 221 | 15.562 | (48,6) | (34,5) |
| Comércio e Serviços | 2.300 | 161.545 | 4.383 | 243.831 | 90,6 | 50,9 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Rural** | **12.512** | **354.433** | **11.866** | **420.980** | **(5,2)** | **18,8** |
| Pronaf-RA | 245 | 3.334 | 218 | 2.561 | (11,0) | (23,2) |
| Pronaf Demais | 9.820 | 167.854 | 9.102 | 170.295 | (7,3) | 1,5 |
| Demais Rurais | 2.447 | 183.245 | 2.546 | 248.124 | 4,0 | 35,4 |
| **Total** | **15.761** | **631.621** | **17.589** | **864.462** | **11,6** | **36,9** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1° Sem. de 2010 (p. 62) e 1° Sem. de 2011 (p. 51).

No setor empresarial, sobressairam-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, que saltaram de R$ 91,9 milhões no 1° semestre de 2010 para R$ 178,8 milhões no 1° semestre de 2011 (incremento de 94,5%), e da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que passaram de R$ 161,5 milhões para R$ 243,8 milhões (incremento de 50,9%).

As aplicações realizadas junto ao setor rural atingiram R$ 421,0 milhões, o que representa um incremento de 18,8% em relação ao contratado no mesmo período do exercício anterior (R$ 354,4 milhões).

Cabe ressaltar que o montante de recursos contratados no Estado de Goiás durante o 1° semestre de 2011 (R$ 864,5 milhões) representou 121,0% do seu orçamento previsto (R$ 714,4 milhões – Tabela 7 e Gráfico 1), 111,8% de sua dotação pelo orçamento realizado (R$ 773,2 milhões – Tabela 10) e 38,6% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões – Tabela 12).

### *9.1.3. Contratações no Estado de MS*

No Estado de Mato Grosso do Sul, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1° semestre de 2011 atingiram R$ 490,0 milhões, montante 30,0% superior ao observado no 1° semestre de 2010 (R$ 376,8 milhões):

**Tabela 13.c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS**
**Comparativo 1° Semestre de 2010 x 1° Semestre de 2011**

R$ Mil

| Setor/Linha | 1° Sem. de 2010 | | 1° Sem. de 2011 | | Variação % | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| Empresarial | 1.968 | 201.276 | 2.856 | 176.631 | 45,1 | (12,2) |
| Industrial | 189 | 124.393 | 239 | 45.934 | 26,5 | (63,1) |
| Infraestrutura | - | - | 9 | 4.030 | - | - |
| Turismo | 384 | 14.628 | 174 | 9.967 | (54,7) | (31,9) |
| Comércio e Serviços | 1.395 | 62.254 | 2.434 | 116.701 | 74,5 | 87,5 |
| **Rural** | **2.827** | **175.519** | **4.088** | **313.366** | **44,6** | **78,5** |
| Pronaf-RA | 672 | 11.757 | 891 | 15.691 | 32,6 | 33,5 |
| Pronaf Demais | 1.505 | 23.448 | 1.739 | 32.114 | 15,5 | 37,0 |
| Demais Rurais | 650 | 140.314 | 1.458 | 265.561 | 124,3 | 89,3 |
| **Total** | **4.795** | **376.795** | **6.944** | **489.997** | **44,8** | **30,0** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1° Sem. de 2010 (p. 62) e 1° Sem. de 2011 (p. 51).

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que saltaram de R$ 62,3 milhões no 1° semestre de 2010 para R$ 116,7 milhões no 1° semestre de 2011 (incremento de 87,5%).

No setor rural, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo do Pronaf, que cresceram de R$ 23,4 milhões no 1° semestre de 2010 para R$ 32,1 milhões no 1° semestre de 2011 (incremento de 37,0%), e do Pronaf-RA, que passaram de R$ 11,8 milhões para R$ 15,7 milhões (incremento de 33,5%). As demais linhas destinadas ao setor rural tiveram incremento de 89,3% no volume contratado.

Registre-se que o montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso do Sul durante o 1° semestre de 2011 (R$ 490,0 milhões) representou 86,5% do seu orçamento previsto (R$ 566,6 milhões – Tabela 7 e Gráfico 1), 79,9% de sua dotação pelo orçamento realizado (R$ 613,2 milhões – Tabela 10) e 21,9% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões – Tabela 12).

### *9.1.4. Contratações no Estado de MT*

No Estado de Mato Grosso, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1° semestre de 2011 atingiram R$ 621,0 milhões, montante 5,7% superior ao observado no 1° semestre de 2010 (R$ 587,6 milhões):

**Tabela 13.d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT**
**Comparativo 1° Semestre de 2010 x 1° Semestre de 2011**

R$ Mil

| Setor/Linha | 1° Sem. de 2010 | | 1° Sem. de 2011 | | Variação % | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| **Empresarial** | **1.598** | **352.970** | **2.255** | **287.841** | **41,1** | **(18,5)** |
| Industrial | 141 | 199.781 | 308 | 43.893 | 118,4 | (78,0) |
| Infraestrutura | 3 | 68.395 | 9 | 85.307 | 200,0 | 24,7 |
| Turismo | 291 | 16.484 | 88 | 14.263 | (69,8) | (13,5) |
| Comércio e Serviços | 1.163 | 68.310 | 1.850 | 144.378 | 59,1 | 111,4 |
| **Rural** | **5.513** | **234.593** | **5.565** | **333.133** | **0,9** | **42,0** |
| Pronaf-RA | 631 | 7.532 | 266 | 3.399 | (57,8) | (54,9) |
| Pronaf Demais | 4.182 | 101.337 | 4.373 | 128.874 | 4,6 | 27,2 |
| Demais Rurais | 700 | 125.724 | 926 | 200.860 | 32,3 | 59,8 |
| **Total** | **7.111** | **587.563** | **7.820** | **620.974** | **10,0** | **5,7** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1° Sem. de 2010 (p. 62) e 1° Sem. de 2011 (p. 51).

As contratações realizadas junto ao setor empresarial alcançaram R$ 287,9 milhões, montante 18,5% inferior ao observado no 1° semestre de 2010 (R$ 353,0 milhões). As realizadas junto ao setor rural tiveram incremento de 42,0%, passando de R$ 234,6 milhões para R$ 333,1 milhões.

Cabe registrar que o montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso durante o 1° semestre de 2011 (R$ 621,0 milhões) representou 86,9% do seu orçamento previsto (R$ 714,4 milhões – Tabela 7 e Gráfico 1), 80,3% de sua dotação pelo orçamento realizado (R$ 773,2 milhões – Tabela 10) e 27,8% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões – Tabela 12).

## 9.2. Contratações por Porte

### *9.2.1. Contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores*

A Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, ao criar os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estabeleceu como diretriz, que deve ser observada na aplicação dos recursos, o "tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas [...]" (inciso III do art. 3° da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989).

Com o intuito de garantir esse tratamento preferencial e reverter a tendência de concentração de recursos em favor dos médios e grandes tomadores, que vinha sendo observada, o Condel/FCO determinou, por meio da Resolução n.º 197, de 20.06.2003, que, no mínimo, 51,0% dos recursos do FCO fossem aplicados em operações com mini, micro e pequenos tomadores.

No 1º semestre de 2011, as contratações com esse segmento de menor porte atingiram o montante de R$ 993,4 milhões, o que representa 44,4% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões) e um incremento de 12,7% em relação ao volume observado no 1º semestre de 2010 (R$ 881,3 milhões):

**Tabela 14: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento**

R$ Mil

| Setor/Linha | DF | | GO | | MS | | MT | | Região | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| **Empreendedores Individuais e Mini, Micro e Pequenos Tomadores** | | | | | | | | | | |
| **Empresarial** | 127.891 | 48,8 | 212.555 | 24,6 | 96.302 | 19,7 | 100.036 | 16,1 | 536.784 | 24,0 |
| Industrial | 12.871 | 4,9 | 43.103 | 5,0 | 8.451 | 1,7 | 12.071 | 1,9 | 76.496 | 3,4 |
| Infraestrutura | 14 | 0,0 | 208 | 0,0 | 155 | 0,0 | 336 | 0,1 | 713 | 0,0 |
| Turismo | 9.404 | 3,6 | 10.106 | 1,2 | 9.018 | 1,8 | 6.232 | 1,0 | 34.760 | 1,6 |
| Comércio e Serviços | 105.602 | 40,3 | 159.138 | 18,4 | 78.679 | 16,1 | 81.396 | 13,1 | 424.815 | 19,0 |
| **Rural** | 11.004 | 4,2 | 226.446 | 26,2 | 62.053 | 12,7 | 157.113 | 25,3 | 456.616 | 20,4 |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 9.111 | 3,5 | 172.856 | 20,0 | 47.805 | 9,8 | 132.273 | 21,3 | 362.046 | 16,2 |
| Demais Rurais | 1.893 | 0,7 | 53.590 | 6,2 | 14.248 | 2,9 | 24.840 | 4,0 | 94.571 | 4,2 |
| **Subtotal** | 138.895 | 53,0 | 439.001 | 50,8 | 158.355 | 32,3 | 257.149 | 41,4 | 993.401 | 44,4 |
| **Médios e Grandes Tomadores** | | | | | | | | | | |
| **Empresarial** | 113.610 | 43,4 | 230.926 | 26,7 | 80.330 | 16,4 | 187.805 | 30,2 | 612.671 | 27,4 |
| Industrial | 12.603 | 4,8 | 135.648 | 15,7 | 37.483 | 7,6 | 31.822 | 5,1 | 217.555 | 9,7 |
| Infraestrutura | 23.106 | 8,8 | 5.129 | 0,6 | 3.875 | 0,8 | 84.971 | 13,7 | 117.082 | 5,2 |
| Turismo | 8.467 | 3,2 | 5.456 | 0,6 | 949 | 0,2 | 8.031 | 1,3 | 22.903 | 1,0 |
| Comércio e Serviços | 69.434 | 26,5 | 84.693 | 9,8 | 38.022 | 7,8 | 62.981 | 10,1 | 255.131 | 11,4 |
| **Rural** | 9.414 | 3,6 | 194.534 | 22,5 | 251.313 | 51,3 | 176.020 | 28,3 | 631.281 | 28,2 |
| **Subtotal** | 123.024 | 47,0 | 425.461 | 49,2 | 331.642 | 67,7 | 363.825 | 58,6 | 1.243.952 | 55,6 |
| **Resumo Geral** | | | | | | | | | | |
| **Empresarial** | 241.501 | 92,2 | 443.481 | 51,3 | 176.631 | 36,0 | 287.841 | 46,4 | 1.149.455 | 51,4 |
| Industrial | 25.474 | 9,7 | 178.751 | 20,7 | 45.934 | 9,4 | 43.893 | 7,1 | 294.052 | 13,1 |
| Infraestrutura | 23.121 | 8,8 | 5.337 | 0,6 | 4.030 | 0,8 | 85.307 | 13,7 | 117.795 | 5,3 |
| Turismo | 17.871 | 6,8 | 15.562 | 1,8 | 9.967 | 2,0 | 14.263 | 2,3 | 57.663 | 2,6 |
| Comércio e Serviços | 175.036 | 66,8 | 243.831 | 28,2 | 116.701 | 23,8 | 144.378 | 23,3 | 679.945 | 30,4 |
| **Rural** | 20.418 | 7,8 | 420.980 | 48,7 | 313.366 | 64,0 | 333.133 | 53,6 | 1.087.897 | 48,6 |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 9.111 | 3,5 | 172.856 | 20,0 | 47.805 | 9,8 | 132.273 | 21,3 | 362.046 | 16,2 |
| Demais Rurais | 11.307 | 4,3 | 248.124 | 28,7 | 265.561 | 54,2 | 200.860 | 32,3 | 725.852 | 32,4 |
| **Total** | 261.920 | 100,0 | 864.462 | 100,0 | 489.997 | 100,0 | 620.974 | 100,0 | 2.237.353 | 100,0 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 54.

Goiás foi a Unidade Federativa que apresentou o melhor desempenho, aplicando R$ 439,0 milhões em benefício de mini, micro e pequenos tomadores, correspondentes a 50,8% do total contratado no Estado (R$ 864,5 milhões) e a 44,2% do total contratado na Região em benefício desse segmento (R$ 993,4 milhões).

Os tomadores de menor porte do Distrito Federal, por sua vez, absorveram R$ 138,9 milhões ou 53,0% do total contratado na UF (R$ 261,9 milhões). Ao contrário, em Mato Grosso e Mato

Grosso do Sul, os tomadores de menor porte absorveram R$ 257,1 milhões e R$ 158,4 milhões, correspondentes a 41,4% e 32,3% do total contratado no próprio Estado (R$ 621,0 milhões e R$ 490,0 milhões, respectivamente).

Cabe destacar que o Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO, com o objetivo de incrementar ainda mais as contratações com esse segmento de menor porte, aprovou, por meio da Resolução n.º 418, de 25.03.2011, proposta formulada pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Banco do Brasil S.A., no sentido da criação, no âmbito da Programação do FCO para 2011, de uma Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais (EI).

No 1º semestre de 2011, as contratações com esse público atingiram o montante de R$ 73,1 mil em 15 operações, sendo: 1 operação no valor de R$ 3,6 mil no DF; 3 operações no montante de R$ 23,2 mil no Estado de Goiás; 7 operações totalizando R$ 27,6 mil no MS; e 4 operações no valor de R$ 18,7 mil no MT.

Diante desses resultados, sugere-se recomendar ao Banco incrementar as contratações com agricultores familiares, aí incluídos os beneficiários da Reforma Agrária, com empreendedores individuais e com mini, micro e pequenos tomadores, especialmente nos Estados de MT e MS, de forma a atingir o percentual definido pela Resolução Condel/FCO n.º 197, de 20.06.2003, c/c a Resolução Condel/FCO n.º 432, de 22.09.2011.

### *9.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores*

No 1º semestre de 2011, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R$ 1.244,0 milhões, o que representa 55,6% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões), conforme Tabela 14 acima, e um incremento de 44,4% em relação ao volume observado no 1º semestre de 2010 (R$ 861,3 milhões).

Desses R$ 1.244,0 milhões, R$ 803,5 milhões (35,9%) foram destinados a grandes tomadores e R$ 440,5 milhões (19,7%) a médios tomadores.

## 9.3. Contratações por Setor

### *9.3.1. Contratações com o setor empresarial*

No 1º semestre de 2011, as contratações junto ao setor empresarial atingiram R$ 1.149,5 milhões, correspondentes a 83,8% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R$ 1.372,1 milhões – Tabela 7), 77,4% do orçamento realizado para o setor (R$ 1.485,0 milhões – Tabela 10) e 51,4% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões – Tabela 12).

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2011 junto ao setor empresarial correspondeu a 46,7% do previsto (R$ 2.463,3 milhões) e a 43,1% do realizado (R$ 2.666,1 milhões), conforme Tabela 11.

Em relação ao 1º semestre de 2010, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (66,9%) quanto no volume de recursos aplicados (20,9%), consoante Tabela 13. No 1º semestre de 2010, foram contratadas 8.028 operações, no montante de R$ 951,1 milhões. Já, no 1º semestre de 2011, foram contratadas 13.397 operações, no total de R$ 1.149,5 milhões.

### *9.3.2. Contratações com o setor rural*

No 1º semestre de 2011, as contratações junto ao setor rural atingiram R$ 1.087,9 milhões, correspondentes a 99,7% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R$ 1.091,3 milhões – Tabela 7), 92,1% do orçamento realizado para o setor (R$ 1.181,1 milhões – Tabela 10) e 48,6% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões – Tabela 12).

Comparando-se aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2011 junto ao setor rural correspondeu a 44,2% do previsto (R$ 2.463,3 milhões) e a 40,8% do realizado (R$ 2.666,1 milhões), conforme Tabela 11.

Em relação ao 1º semestre de 2010, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (2,9%) quanto no volume de recursos aplicados (37,4%), consoante Tabela 13. No 1º semestre de 2010, foram contratadas 21.533 operações, no montante de R$ 791,5 milhões. Já, no 1º semestre de 2011, foram contratadas 22.153 operações, no volume de R$ 1.087,9 milhões.

## 9.4. Contratações por Linha de Financiamento

**Tabela 15: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento**

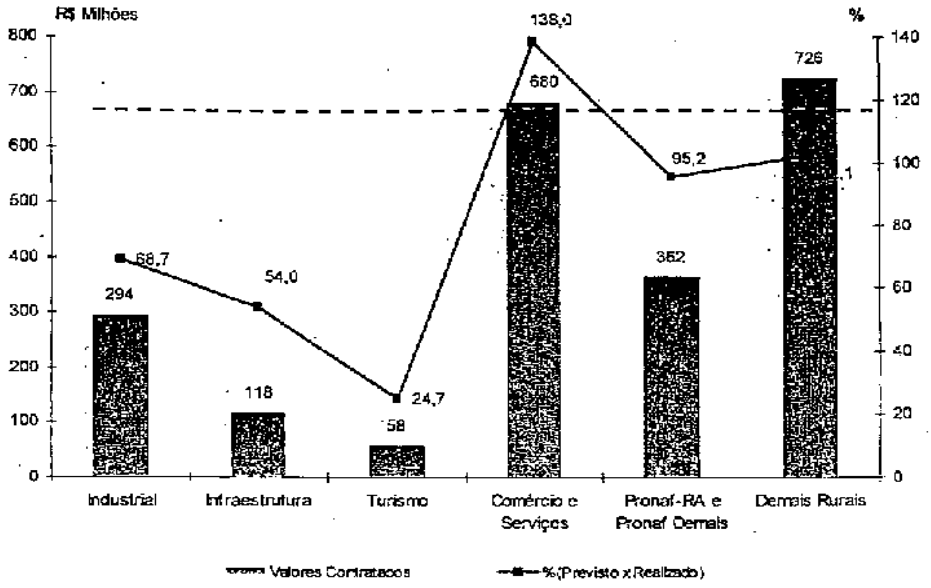
R$ Mil

| UF / Setor/Linha | DF | | GO | | MS | | MT | | Região | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| **Empresarial** | **2.563** | **241.501** | **5.723** | **443.481** | **2.856** | **176.631** | **2.255** | **287.841** | **13.397** | **1.149.455** |
| Industrial | 216 | 25.474 | 1.109 | 178.751 | 239 | 45.934 | 308 | 43.893 | 1.872 | 294.052 |
| Infraestrutura | 3 | 23.121 | 10 | 5.337 | 9 | 4.030 | 9 | 85.307 | 31 | 117.795 |
| Turismo | 169 | 17.871 | 221 | 15.562 | 174 | 9.967 | 88 | 14.263 | 652 | 57.663 |
| Comércio e Serviços | 2.175 | 175.036 | 4.383 | 243.831 | 2.434 | 116.701 | 1.850 | 144.378 | 10.842 | 679.945 |
| **Rural** | **634** | **20.418** | **11.866** | **420.980** | **4.088** | **313.366** | **5.565** | **333.133** | **22.153** | **1.087.897** |
| Des. Rural | 118 | 10.968 | 2.431 | 232.688 | 581 | 77.269 | 813 | 173.243 | 3.943 | 494.167 |
| Irrigação e Drenagem | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Convir | - | - | 3 | 920 | 1 | 1.100 | - | - | 4 | 2.020 |
| Integr. Lavoura-Pecuária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pronatureza | 4 | 261 | 66 | 10.775 | 18 | 6.389 | 6 | 1.486 | 94 | 18.910 |
| Ret. Matrizes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Proaqua | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pescart | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adeq. Prod. Pec. na Front. | - | - | - | - | 8 | 1.723 | - | - | 8 | 1.723 |
| Custeio para MGP | 1 | 78 | 46 | 3.742 | 850 | 179.080 | 107 | 26.132 | 1.004 | 209.031 |
| Pronaf-RA | 21 | 353 | 218 | 2.561 | 891 | 15.691 | 266 | 3.399 | 1.396 | 22.004 |
| Pronaf Demais | 490 | 8.759 | 9.102 | 170.295 | 1.739 | 32.114 | 4.373 | 128.874 | 15.704 | 340.042 |
| **Total** | **3.197** | **261.920** | **17.589** | **864.462** | **6.944** | **489.997** | **7.820** | **620.974** | **35.550** | **2.237.353** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 22.

**Gráfico 2: Contratações Previstas e Realizadas por Setor/Linha de Financiamento**




No 1º semestre de 2011, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R$ 294,1 milhões, representando 68,7% dos recursos previstos para a Linha (R$ 427,9 milhões), 25,6% do total aplicado junto ao setor empresarial (R$ 1.149,5 milhões) e 13,1% do volume aplicado na Região (R$ 2.237,4 milhões).

Destaque também para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, cujas contratações totalizaram R$ 679,9 milhões, correspondentes a 138,0% dos recursos previstos para a Linha (R$ 492,7 milhões), 59,2% do total aplicado junto ao setor empresarial (R$ 1.149,5 milhões) e 30,4% do volume aplicado na Região (R$ 2.237,4 milhões).

As aplicações das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento do Turismo Regional, por sua vez, totalizaram R$ 117,8 milhões e R$ 57,7 milhões, correspondentes a apenas 54,0% e 24,7% dos recursos previstos para as Linhas (R$ 218,1 milhões e R$ 233,4 milhões, respectivamente).

As contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ultrapassaram R$ 340,0 milhões, o que representa um incremento de 12,7% em relação ao montante observado no mesmo período do exercício anterior (R$ 301,8 milhões). O Estado de Goiás destacou-se pelo maior volume de recursos financiados a esse público (R$ 170,3 milhões).

Já o Pronaf – Reforma Agrária teve decréscimo tanto na quantidade de operações (-13,9%) quanto no volume de recursos aplicados (-8,4%). A quantidade de operações passou de 1.622 no 1º semestre de 2010 para 1.396 no 1º semestre de 2011 e o volume de recursos aplicados de R$ 24,0 milhões para R$ 22,0 milhões. Ressalte-se que houve incremento no volume de recursos aplicados apenas no Estado de Mato Grosso do Sul (33,5%). No Distrito Federal e nos Estados de Goiás e Mato Grosso, houve decréscimo (-74,7%, -23,2% e -54,9%).

As aplicações no Pronaf – Reforma Agrária não dependem somente dos Agentes Financeiros, vez que, além da aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (Incra), cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável (CEDRS), por meio de suas Câmaras Técnicas de Crédito Rural (CTCR), definir:

- os Projetos de Assentamento do Incra ou os Projetos Estaduais e Municipais de Assentamento por ele reconhecidos; e
- as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal, inclusive do "Fundo de Terras e da Reforma Agrária", do "Cédula da Terra" e do "Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural", aptas a receber os financiamentos.

Não obstante, cabe lembrar que, de acordo com o art. 7º da Lei n.º 9.126, de 19.11.1995, os bancos administradores devem aplicar "10% (dez por cento) dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998".

E, para efeito do cumprimento do percentual de 10% (dez por cento), a Lei n.º 12.249, de 11.06.2010, autorizou o financiamento de empreendimentos que tenham a finalidade de: regularização e adequação ambiental dos estabelecimentos rurais, reflorestamento, recuperação ou regeneração de áreas degradadas ou formação ou melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para conservação da biodiversidade; de implantação de infraestrutura hídrica e de atividades produtivas adequadas à convivência com o semiárido; pagamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural e remuneração da mão de obra familiar para implantação das atividades referentes às finalidades descritas; e outras, a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

As demais Linhas de Financiamento do FCO Rural (Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem; Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; Integração Lavoura-Pecuária; Conservação da Natureza; Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira; e Custeio Agropecuário para Médios e Grandes Produtores Rurais) absorveram juntas R$ 725,9 milhões, o que representa 66,7% do total aplicado junto ao setor rural (R$ 1.087,9 milhões) e 32,4% do total aplicado na Região (R$ 2.237,4 milhões). Tal montante corresponde, ainda, a 102,1% dos recursos previstos para aplicação ao amparo das Linhas no período (R$ 711,2 milhões), bem como representa um incremento de 55,9% em relação ao observado no 1º semestre de 2010 (R$ 465,7 milhões).

De acordo com o Relatório de Gestão do Banco do Brasil S.A., p. 60, foram realizadas, no âmbito do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que incentiva processos tecnológicos que neutralizam ou minimizam os efeitos dos gases de efeito estufa no campo, 85 operações no valor total de R$ 10,4 milhões.

Não foram contratadas operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com taxa de juros de 4,0% ao ano, com recursos do Fundo (inciso IV do artigo 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo artigo 44 da Lei n.º 11.775, de 17.09.2008).

### *9.4.1. Contratações com os setores comercial e de serviços*

O limite de financiamento para os setores comercial e de serviços, previsto no § 3° do art. 4° da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei n.° 11.775, de 17.09.2008, é de 20% dos recursos previstos, em cada ano, para o Fundo.

Segundo a Nota 4 do Quadro "Previsão de alocação dos recursos por UF e setor" do Subtítulo "Distribuição dos Recursos" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2011, esse limite de 20% dos recursos previstos para o Fundo é distribuído por UF consoante os seguintes percentuais: DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%.

No 1° semestre de 2011, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços tiveram um bom desempenho, totalizando R$ 679,9 milhões, correspondentes a 59,2% do total aplicado junto ao setor empresarial (R$ 1.149,5 milhões), a 30,4% do volume aplicado na Região (R$ 2.237,4 milhões) e a 71,0% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores:

**Tabela 16: Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços**

R$ Mil

| | DF | GO | MS | MT | Região |
|---|---|---|---|---|---|
| Recursos previstos para o exercício (a) | 909.351 | 1.387.957 | 1.100.793 | 1.387.957 | 4.786.057 |
| % de Partic. | 19,0 | 29,0 | 23,0 | 29,0 | 100,0 |
| Limite para Com. e Serv. no exercício (b) | 181.870 | 277.591 | 220.159 | 277.591 | 957.211 |
| % de Partic. | 19,0 | 29,0 | 23,0 | 29,0 | 100,0 |
| Contratado no 1° semestre de 2011 (c) | 175.036 | 243.831 | 116.701 | 144.378 | 679.945 |
| % de Ating. (c/b) | 96,2 | 87,8 | 53,0 | 52,0 | 71,0 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 50-52.

## 9.5. Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima

### *9.5.1. Contratações junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores*

De acordo com a Programação do FCO para 2011[2], a assistência aos empreendedores individuais e aos mini, micro e pequenos tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, ficou limitada a 3 (três) vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício, em cada Unidade Federativa:

[2] Nota 5 do Quadro "Previsão de alocação dos recursos por UF e setor" do Subtítulo "Distribuição dos Recursos" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2011.

**Tabela 17: Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores**

R$ Mil

| UF | Limite (1) | Teto (2) | Limite/Teto a ser observado no exercício (3) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Total | | Rural | | Empresarial | |
| | | | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| DF | 108.658 | 272.805 | 108.658 | 100 | 21.732 | 20 | 86.926 | 80 |
| GO | 612.647 | 416.387 | 416.387 | 100 | 208.193 | 50 | 208.193 | 50 |
| MS | 206.715 | 330.238 | 206.715 | 100 | 103.357 | 50 | 103.357 | 50 |
| MT | 444.087 | 416.387 | 416.387 | 100 | 208.193 | 50 | 208.193 | 50 |
| **Total** | **1.372.106** | **1.435.817** | **1.148.147** | | **541.476** | | **606.671** | |

Notas:

(1) Corresponde a 3 vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com mini, micro e pequenos tomadores, em cada UF.

(2) Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício (R$ 4.786.057 mil), em cada UF.

(3) Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

Fonte: Programação do FCO para 2011, aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 410, de 14.12.2010, p. 5-7.

No 1º semestre de 2011, os financiamentos de custeio atingiram R$ 141,0 milhões, consumindo 26,0% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R$ 382,6 milhões, atingindo 63,1% do limite/teto respectivo:

**Tabela 18: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores**

R$ Mil

| UF | Rural | | | Empresarial | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Limite/Teto | Contratações | % de Ating. | Limite/Teto | Contratações | % de Ating. |
| DF | 21.732 | 3.857 | 17,7 | 86.926 | 93.269 | 107,3 |
| GO | 208.193 | 78.429 | 37,7 | 208.193 | 153.260 | 73,6 |
| MS | 103.357 | 17.622 | 17,0 | 103.357 | 70.768 | 68,5 |
| MT | 208.193 | 41.054 | 19,7 | 208.193 | 65.277 | 31,4 |
| **Total** | **541.476** | **140.961** | **26,0** | **606.671** | **382.574** | **63,1** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, pp. 22-23.

### *9.5.2. Contratações junto a médios e grandes tomadores*

De acordo com a Programação do FCO para 2011[3], a assistência a médios e grandes produtores rurais para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural e de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural – Convir, ficou limitada, no exercício de 2011, a R$ 750 milhões, respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

Ainda segundo a Programação[4], a assistência a médias e grandes empresas para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, ficou limitada a 5,0% dos recursos previstos para o exercício (R$ 4.786.057 mil), respeitados os percentuais de distribuição por UF (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

[3] Item 3 do Capítulo 10 – Linha Especial de Financiamento para Custeio Agropecuário para Médios e Grandes Produtores Rurais do Subtítulo II – Linhas de Financiamento do Título VI – Programa de FCO Rural da Programação do FCO para 2011.

[4] Nota 6 do Quadro "Previsão de alocação dos recursos por UF e setor" do Subtítulo "Distribuição dos Recursos" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2011.

No 1º semestre de 2011, os financiamentos de custeio atingiram R$ 204,8 milhões, consumindo apenas 27,3% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R$ 165,6 milhões, atingindo 69,2% do limite/teto respectivo:

**Tabela 19: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a médios e grandes tomadores**

R$ Mil

| UF | Rural | | | | Empresarial | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Limite (1) | | Contratações | % de Ating. | Limite (1) | | Contratações | % de Ating. |
| | Valor | % de Partic. | | | Valor | % de Partic. | | |
| DF | 142.500 | 19,0 | 78 | 0,1 | 45.468 | 19,0 | 30.464 | 67,0 |
| GO | 217.500 | 29,0 | 3.191 | 1,5 | 69.398 | 29,0 | 60.547 | 87,2 |
| MS | 172.500 | 23,0 | 175.584 | 101,8 | 55.040 | 23,0 | 34.010 | 61,8 |
| MT | 217.500 | 29,0 | 25.970 | 11,9 | 69.398 | 29,0 | 40.551 | 58,4 |
| **Total** | **750.000** | **100,0** | **204.822** | **27,3** | **239.303** | **100,0** | **165.572** | **69,2** |

Nota:
(1) Limites estabelecidos na Programação do FCO para 2011, aprovada pela Resolução Condel/FCO nº 410, de 14.12.2010, p. 6 e 39.
Posição: 30.06.2011.
Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 24.

## 9.6. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R$ 671,4 milhões e R$ 378,9 milhões, correspondentes a 30,0% e 16,9% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões), respectivamente.

Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R$ 1.187,1 milhões, correspondentes a 53,1% do total contratado na Região.

O Distrito Federal e os Estados de Goiás e Mato Grosso concentraram as aplicações em municípios de alta renda (81,8%, 67,7% e 44,9%, respectivamente) e o Estado de Mato Grosso do Sul em municípios de economia estagnada (61,6%):

**Tabela 20: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios**

R$ Mil

| UF / Tipologia | DF | | GO | | MS | | MT | | Região | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| Alta Renda | 2.267 | 214.335 | 9.635 | 585.290 | 1.621 | 108.545 | 1.514 | 278.932 | 15.037 | 1.187.102 |
| % | 70,9 | 81,8 | 54,8 | 67,7 | 23,3 | 22,2 | 19,4 | 44,9 | 42,3 | 53,1 |
| Dinâmica | - | - | 2.751 | 104.012 | 1.511 | 79.574 | 4.280 | 195.301 | 8.542 | 378.887 |
| % | - | - | 15,6 | 12,0 | 21,8 | 16,2 | 54,7 | 31,5 | 24,0 | 16,9 |
| Estagnada | 930 | 47.585 | 5.203 | 175.159 | 3.812 | 301.878 | 2.026 | 146.741 | 11.971 | 671.363 |
| % | 29,1 | 18,2 | 29,6 | 20,3 | 54,9 | 61,6 | 25,9 | 23,6 | 33,7 | 30,0 |
| **Total** | **3.197** | **261.920** | **17.589** | **864.462** | **6.944** | **489.997** | **7.820** | **620.974** | **35.550** | **2.237.353** |
| % | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** |

Posição: 30.06.2011.
Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 59-60.

Cumpre registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Assim, das 3.197 operações formalizadas com recursos do DF, 2.267 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 930 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

À vista desses resultados, sugere-se recomendar ao Banco incrementar as contratações em municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica.

## 9.7. Contratações por Espaço Prioritário

De acordo com o art. 3º da Portaria MI n.º 571, de 12.07.2010, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2011, são considerados prioritários e devem ter tratamento diferenciado e favorecido os seguintes espaços:

- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Mesorregião de Águas Emendadas; e
- Faixa de Fronteira.

### *9.7.1. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)*

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais, ou seja, no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE foram formalizadas 3.197 operações no montante de R$ 261,9 milhões. Desse montante, 2.267 operações no valor de R$ 214,3 milhões beneficiaram o DF e 930 operações no valor de R$ 47,6 milhões beneficiaram o Entorno.

### *9.7.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas*

Nos 76 municípios do Estado de Goiás que compõem a Mesorregião de Águas Emendadas, foram formalizadas 4.757 operações no montante de RS 173,2 milhões, o que representa 62,5% do previsto para o exercício (R$ 277,1 milhões) e um incremento de 8,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2010 (R$ 159,5 milhões).

### *9.7.3. Contratações na Faixa de Fronteira*

As aplicações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) totalizaram R$ 373,8 milhões no 1º semestre de 2011, o que representa decréscimo de 13,9% em relação ao contratado no mesmo período de 2010 (R$ 433,9 milhões). Já a quantidade de operações passou de 4.826 para 6.017 (acréscimo de 24,7%).

## 9.8. Contratações com Novos Beneficiários

No 1º semestre de 2011, 9.275 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R$ 777,5 milhões. Esses números representam 26,1% do total de contratos formalizados (35.550) e 34,7% do total de recursos aplicados (R$ 2.237,4 milhões), no período:

**Tabela 21: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez**

R$ Mil

| UF / Porte | DF | | GO | | MS | | MT | | Região | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| EI, Mini e Micro | 200 | 4.881 | 903 | 22.595 | 993 | 21.042 | 601 | 17.562 | 2.697 | 66.081 |
| Pequeno | 1.084 | 64.755 | 2.387 | 113.048 | 712 | 33.600 | 1.105 | 72.486 | 5.288 | 283.889 |
| Médio | 159 | 28.600 | 438 | 72.503 | 159 | 27.125 | 205 | 50.460 | 961 | 178.688 |
| Grande | 17 | 52.245 | 84 | 29.066 | 151 | 46.240 | 77 | 121.265 | 329 | 248.816 |
| Total | 1.460 | 150.481 | 3.812 | 237.213 | 2.015 | 128.007 | 1.988 | 261.773 | 9.275 | 777.474 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 56.

Os tomadores de menor porte foram favorecidos com R$ 350,0 milhões em 7.985 operações, correspondentes a 45,0% dos recursos aplicados (R$ 777,5 milhões) e a 86,1% das operações formalizadas (9.275) com novos beneficiários.

Os médios e grandes tomadores foram beneficiados com R$ 427,5 milhões em 1.290 operações, correspondentes a 55,0% dos recursos aplicados e a 13,9% das operações formalizadas com novos beneficiários.

Destacaram-se os Estados de Mato Grosso, com 1.988 contratos formalizados e R$ 261,8 milhões aplicados, e de Goiás, com 3.812 contratos formalizados e R$ 237,2 milhões aplicados junto a novos beneficiários.

## 9.9. Contratações com valor superior a R$ 10 milhões

A tabela abaixo sintetiza as operações contratadas no 1° semestre de 2011, com valor superior à R$ 10 milhões, e informadas, mensalmente, à Secretaria-Executiva do Condel, conforme item 2-b da Resolução Condel/FCO n.° 127, de 05.12.2001:

**Tabela 22: Contratações com valor superior a R$ 10 milhões**

R$ Mil

| UF / Linha | DF | | GO | | MS | | MT | | Região | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| Industrial | - | - | 2 | 58.904 | 1 | 19.400 | - | - | 3 | 78.304 |
| Infraestrutura | 1 | 18.229 | - | - | - | - | 1 | 80.000 | 2 | 98.229 |
| Desenv. Rural | - | - | - | - | - | - | 1 | 22.675 | 1 | 22.675 |
| Total | 1 | 18.229 | 2 | 58.904 | 1 | 19.400 | 2 | 102.675 | 6 | 199.208 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 57-59.

Em relação ao 1° semestre de 2010, houve decréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (-45,5%) quanto no volume de recursos aplicados (-55,3%). No 1° semestre de 2010, foram contratadas 11 operações, no montante de R$ 446,1 milhões, ao passo que, no 1° semestre de 2011, foram contratadas 6 operações, no volume de R$ 199,2 milhões.

As informações relativas a essas 6 operações estão registradas no Relatório de Gestão do Banco do Brasil S.A., p. 57-59.

## 9.10. Contratações por Instituição Operadora (IO)

O art. 9° da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, prevê a possibilidade de repasse de recursos pelo banco administrador do Fundo, ou seja, pelo Banco do Brasil S.A. a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

A Portaria MI n.° 616, de 26.05.2003, estabelece as normas para esse repasse, no tocante à aplicação e retorno de recursos, risco operacional, remuneração, prestação de contas e fiscalização das operações.

Desde o início das atividades do FCO, as aplicações eram realizadas com exclusividade pelo BB. Entretanto, diversas instituições manifestaram interesse em operar com recursos do Fundo.

A partir daí, o Ministério da Integração Nacional passou a incluir, dentre as diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos, a orientação de repasse a outras instituições, sobretudo para aquelas especializadas no atendimento de tomadores de menor porte.

À vista disso, o Banco do Brasil S.A., em dezembro de 2007, assinou contratos de repasse de recursos do FCO com outras instituições, para atuação exclusivamente junto a mini, micro e pequenos tomadores:

- Banco de Brasília (BRB), para atuação no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) e Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), para atuação no Estado de Goiás, exceto nos municípios integrantes da RIDE; e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), para atuação nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Essas instituições realizaram suas primeiras operações em novembro de 2008.

Mais recentemente, em dezembro de 2010, o Banco do Brasil assinou contrato de repasse de recursos do FCO com outra instituição, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que, até o momento, não chegou a formalizar operações.

A tabela abaixo apresenta o desempenho dessas instituições nos exercícios de 2008 a 2011:

**Tabela 23: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)**

R$ mil

| 2008 | BRB | | Bancoob | | GO Fomento | | Sicredi | | | | | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DF | | GO | | GO | | MT | | MS | | Subtotal | | Centro-Oeste | |
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| Empresarial | 6 | 500 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 6 | 500 |
| Industrial | 3 | 40 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3 | 40 |
| Turismo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Comércio e Serviços | 3 | 460 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3 | 460 |
| Rural | - | - | 6 | 252 | - | - | - | - | 1 | 22 | 1 | 22 | 7 | 274 |
| Total | 6 | 500 | 6 | 252 | - | - | - | - | 1 | 22 | 1 | 22 | 13 | 774 |

| 2009 | BRB | | Bancoob | | GO Fomento | | Sicredi | | | | | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DF | | GO | | GO | | MT | | MS | | Subtotal | | Centro-Oeste | |
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| Empresarial | 5 | 857 | - | - | 3 | 780 | 16 | 989 | 5 | 316 | 21 | 1.305 | 29 | 2.942 |
| Industrial | - | - | - | - | - | - | 2 | 137 | - | - | 2 | 137 | 2 | 137 |
| Turismo | 1 | 200 | - | - | 1 | 250 | - | - | - | - | - | - | 2 | 450 |
| Comércio e Serviços | 4 | 658 | - | - | 2 | 530 | 14 | 852 | 5 | 316 | 19 | 1.168 | 25 | 2.355 |
| Rural | - | - | 139 | 9.586 | - | - | 70 | 3.884 | 16 | 1.157 | 86 | 5.041 | 225 | 14.628 |
| Total | 5 | 857 | 139 | 9.586 | 3 | 780 | 86 | 4.873 | 21 | 1.473 | 107 | 6.346 | 254 | 17.570 |

| 2010 | BRB | | Bancoob | | GO Fomento | | Sicredi | | | | | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DF | | GO | | GO | | MT | | MS | | Subtotal | | Centro-Oeste | |
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| Empresarial | 6 | 1.791 | - | - | 3 | 421 | 21 | 2.806 | 10 | 1.010 | 31 | 3.817 | 40 | 6.029 |
| Industrial | - | - | - | - | - | - | 5 | 789 | - | - | 5 | 789 | 5 | 789 |
| Infraestrutura | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Turismo | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 62 | 1 | 62 | 1 | 62 |
| Comércio e Serviços | 6 | 1.791 | - | - | 3 | 421 | 16 | 2.017 | 9 | 948 | 25 | 2.966 | 34 | 5.178 |
| Rural | - | - | 125 | 7.861 | - | - | 80 | 5.197 | 41 | 2.774 | 121 | 7.971 | 246 | 15.832 |
| Total | 6 | 1.791 | 125 | 7.861 | 3 | 421 | 101 | 8.003 | 51 | 3.785 | 152 | 11.788 | 286 | 21.860 |

| 1º Semestre de 2011 | BRB | | Bancoob | | GO Fomento | | Sicredi | | | | | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DF | | GO | | GO | | MT | | MS | | Subtotal | | Centro-Oeste | |
| | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| Empresarial | 22 | 5.551 | - | - | 3 | 674 | 6 | 609 | 1 | 600 | 7 | 1.209 | 32 | 7.433 |
| Industrial | 8 | 3.359 | - | - | 1 | 100 | 1 | 250 | - | - | 1 | 250 | 10 | 3.709 |
| Infraestrutura | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Turismo | 3 | 275 | - | - | 1 | 245 | 1 | 100 | - | - | 1 | 100 | 5 | 620 |
| Comércio e Serviços | 11 | 1.917 | - | - | 1 | 329 | 4 | 259 | 1 | 600 | 5 | 859 | 17 | 3.105 |
| Rural | - | - | 18 | 2.424 | - | - | 24 | 2.181 | 4 | 460 | 28 | 2.640 | 46 | 5.064 |
| Total | 22 | 5.551 | 18 | 2.424 | 3 | 674 | 30 | 2.790 | 5 | 1.060 | 35 | 3.849 | 78 | 12.497 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 60-61.

Observa-se que do total de 35.550 operações no valor de R$ 2.237.353 mil contratadas no 1º semestre de 2011, 35.472 operações no valor de R$ 2.224.856 mil foram formalizadas pelo Banco do Brasil e 78 no valor de R$ 12.497 mil pelas instituições operadoras do repasse (BRB, Bancoob, Goiás Fomento e Sicredi).

Ainda que o montante de recursos contratados pelas instituições operadoras não seja significativo, faz-se necessária a continuidade dos repasses com vistas a dinamizar ainda mais as aplicações com os tomadores de menor porte.

## 9.11. Situação da Demanda

No 1º semestre de 2011, das 39.901 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R$ 4.502,6 milhões, 35.550 no valor de R$ 2.237,4 milhões foram contratadas e 4.351 no valor de R$ 2.265,3 milhões não foram:

**Tabela 24: Situação da Demanda - Propostas contratadas X não atendidas**

R$ Mil

| UF | DF | | GO | | MS | | MT | | Região | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Situação | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor | Qtde. | Valor |
| Contratadas | 3.197 | 261.920 | 17.589 | 864.462 | 6.944 | 489.997 | 7.820 | 620.974 | 35.550 | 2.237.353 |
| Não contratadas | 299 | 99.559 | 2.045 | 913.906 | 865 | 576.718 | 1.142 | 675.096 | 4.351 | 2.265.278 |
| Total | 3.496 | 361.479 | 19.634 | 1.778.367 | 7.809 | 1.066.715 | 8.962 | 1.296.070 | 39.901 | 4.502.631 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 61-64.

Das 4.351 propostas não atendidas no valor de R$ 2.265,3 milhões, 1.246 no valor de R$ 124,3 milhões são de micro e pequenas empresas; 356 no valor de R$ 617,7 milhões são de médias e grandes empresas; 1.014 no valor de R$ 217,2 milhões são de mini e pequenos produtores rurais; e 1.735 no valor de R$ 1.306,1 milhões são de médios e grandes produtores rurais:

Gráfico 3 - Quantidade de Propostas não Atendidas por Setor e Porte

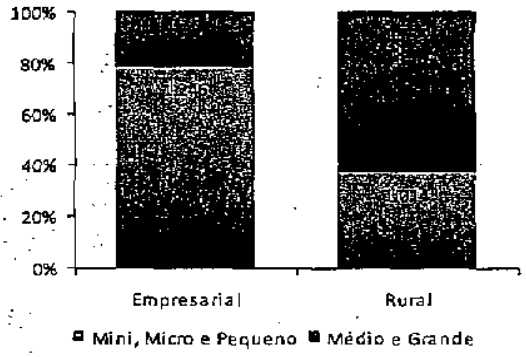
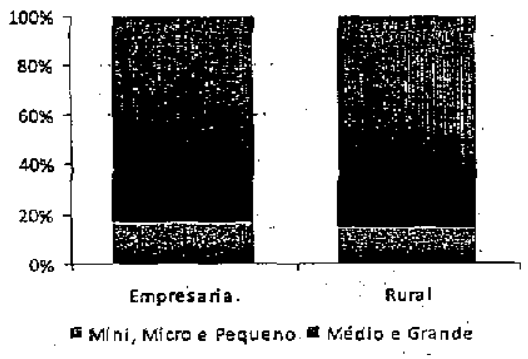



Gráfico 4 - Valor das Propostas não Atendidas por Setor e Porte (em R$ Milhões)




Ainda das 4.351 propostas não atendidas no valor de R$ 2.265,3 milhões, 4.258 no valor de R$ 2.222,8 milhões restaram pendentes de contratação e 93 no valor de R$ 42,5 milhões foram indeferidas ou canceladas:

Gráfico 5 - Quantidade de Propostas não Atendidas por Motivo

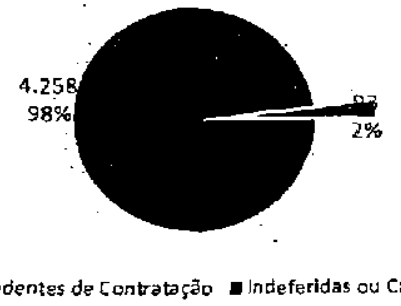
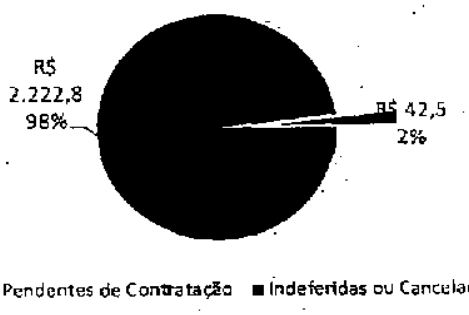



Gráfico 6 - Valor das Propostas não Atendidas por Motivo (em R$ Milhões)




Cabe registrar que o Banco do Brasil passou a controlar os principais motivos de não atendimento de propostas, especialmente os de indeferimento ou cancelamento. Os resultados obtidos estão registrados na tabela a seguir:

Tabela 25: Situação da Demanda - Propostas não atendidas por motivo

R$ Mil

| UF / Situação | DF | | GO | | MS | | MT | | Região | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | *Qtde.* | *Valor* | *Qtde.* | *Valor* | *Qtde.* | *Valor* | *Qtde.* | *Valor* | *Qtde.* | *Valor* |
| Carta-consulta em análise | 2 | 674 | 1.233 | 506.283 | 18 | 9.017 | 237 | 154.288 | 1.490 | 670.262 |
| Projeto em elaboração | 64 | 23.780 | 222 | 73.088 | 249 | 201.535 | 218 | 96.884 | 752 | 395.287 |
| Propostas em análise | 67 | 16.780 | 228 | 88.208 | 264 | 114.494 | 272 | 271.164 | 831 | 490.646 |
| Pendente de documentação | 10 | 1.047 | 71 | 36.308 | 126 | 166.026 | 153 | 56.117 | 360 | 259.498 |
| Em contratação | 155 | 57.266 | 265 | 192.753 | 172 | 67.852 | 232 | 89.175 | 824 | 407.046 |
| Indeferidas/canceladas | 1 | 12 | 26 | 17.265 | 36 | 17.795 | 30 | 7.469 | 93 | 42.541 |
| Carta-consulta indeferida | - | - | 2 | 9.120 | 2 | 334 | 1 | 216 | 5 | 9.670 |
| Cadastro/limite de crédito | 1 | 12 | - | - | - | - | - | - | 1 | 12 |
| Documentação incompleta | - | - | 1 | 199 | - | - | - | - | 1 | 199 |
| Cancelamento/desistência do cliente | - | - | 12 | 5.495 | 24 | 7.905 | 22 | 5.703 | 58 | 19.103 |
| Proposta/projeto inferior | - | - | 5 | 732 | 3 | 880 | - | - | 8 | 1.612 |
| Outros | - | - | 6 | 1.726 | 7 | 8.675 | 7 | 1.550 | 20 | 11.945 |
| Total | 299 | 99.559 | 2.045 | 913.906 | 865 | 576.718 | 1.142 | 675.096 | 4.351 | 2.265.278 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 63-64.

## 10. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

### 10.1. Indicadores de Desempenho

O Condel/FCO, por meio da Resolução n.º 319, de 14.09.2007, aprovou a criação dos seguintes indicadores de desempenho, com vistas a aprimorar e monitorar a gestão do Fundo:

a) **Índice de Incremento de Contratações**

$$IIC = \frac{VCE}{VCEA}$$ Valor Contratado no Exercício Atual / Valor Contratado no Exercício Anterior

b) **Índice de Contratações com Menor Porte**

$$ICMP = \frac{VCMP}{VCT}$$ Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual / Valor Contratado Total no Exercício Atual

c) **Índice de Inadimplência**

$$II = \frac{SPV}{SDT}$$ *Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB)* / Saldo Devedor Total das Operações de Crédito (Risco 100% BB)

d) **Índice de Cobertura das Contratações no Exercício**

$$ICCE = \frac{MOC}{MR}$$ Municípios com Operações Contratadas / Municípios da Região Centro-Oeste

e) **Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual**

$$ICNB = \frac{VCNB}{VCT}$$ Quantidade de Operações com Novos Beneficiários / Quantidade de Operações Contratadas Total

f) **Índice de Aplicação**

$$IA = \frac{VCT}{VDE}$$ Valor Contratado Total / Valor Distribuído no Exercício

**g) Índice de Contratações por UF**

$$ICUF = \frac{VCUF}{VCT}$$

VCUF — Valor Contratado nas Unidades Federativas
VCT — Valor Contratado Total

**h) Índice de Contratações por Setor**

$$ICS = \frac{VCS}{VCT}$$

VCS — Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural)
VCT — Valor Contratado Total

**i) Índice de Tempo Médio de Contratação**

$$ITM = \frac{TME}{TMEA}$$

TME — Tempo médio de atendimento das propostas no exercício atual
TMEA — Tempo médio de atendimento das propostas no exercício anterior

**j) Índice de Originação de Demanda**

$$IOD = \frac{VOE}{VOEA}$$

VOE — Valor total da demanda originada no exercício atual
VOEA — Valor total da demanda originada no exercício anterior

## 10.2. Metas de Desempenho e Resultados Alcançados

O Condel/FCO estabeleceu, por meio da Resolução n.º 417, de 25.03.2011, as metas de desempenho para o exercício de 2011. A tabela seguinte sintetiza as metas definidas pelo Conselho e os resultados alcançados no 1º semestre de 2011:

**Tabela 26: Indicadores e Metas - Resultados Alcançados no 1º Semestre de 2011**

| Alínea | Indicador | | Meta | Resultado |
|---|---|---|---|---|
| a) | Índice de Aplicação (IA) | | 87,0% | 82,2% |
| b) | Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP) | | 51,0% | 44,4% |
| c) | Índice de Inadimplência (II) - até | | 2,0% | 0,36% |
| d) | Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE) | | 100,0% | 99,6% |
| e) | Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB) | | 15,0% | 26,1% |
| f) | Índice de Contratações por UF (ICUF) | DF | 19,0% | 11,7% |
| | | GO | 29,0% | 38,6% |
| | | MS | 23,0% | 21,9% |
| | | MT | 29,0% | 27,8% |
| g) | Índice de Contratações por Setor (ICS) | Empresarial | 55,7% | 51,4% |
| | | Rural | 44,3% | 48,6% |
| h) | Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM) | | 35 dias | 35 dias |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Resolução Condel/FCO n.º 417, de 25.03.2011, e Relatório de Gestão do BB, p. 41-44.

Não foram definidas metas para o "Índice de Incremento de Contratações" e o "Índice de Originação de Demanda", uma vez que foi considerada a meta de aplicação/contratação de 87% dos recursos previstos para 2011 (87% de R$ 4.786.057 mil = R$ 4.163.870 mil), o que representa um decréscimo de 2,1% em relação ao montante contratado em 2010 (R$ 4.253.769 mil).

Para a definição das demais metas foram utilizados como parâmetros os números referentes ao exercício de 2010, os indicadores de desempenho criados pela Resolução n.º 319, as metas estabelecidas pelas Resoluções n.º 340, 375 e 383, de 09.04.2008, 06.11.2009 e 04.03.2010, respectivamente, e os percentuais de distribuição (por UF, Setor e Porte) definidos na Programação do FCO para 2011.

### *10.2.1. Índice de Aplicação (IA)*

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2011 atingiram R$ 2.237,4 milhões, ou seja, **82,2%** do montante de recursos distribuídos para aplicação (2.723,3 milhões – aí somados os R$ 57,2 milhões comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores), portanto inferior à meta de 87,0% definida pelo Condel.

### *10.2.2. Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)*

As contratações com empreendedores individuais, micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais atingiram o montante de R$ 993,4 milhões, o que representa **44,4%** do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões), resultado inferior à meta de 51,0% estabelecida pelo Condel.

Representa, ainda, um incremento de 12,7% em relação ao volume observado no 1º semestre de 2010 (R$ 881,3 milhões).

### *10.2.3. Índice de Inadimplência (II)*

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações), observado no final do 1º semestre de 2011, foi de **0,36%**, tendo sido atendida a meta estabelecida pelo Condel (até 2,00%). Esse índice de 0,36% foi, também, muito inferior ao observado no 1º semestre de 2010 (0,75%).

### *10.2.4. Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)*

No 1º semestre de 2011, dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 464 (99,6%) contaram com operações do FCO. Apenas 2 municípios não foram beneficiados no período: Novo Santo Antônio e Santa Carmen, ambos de Mato Grosso.

Isso porque o Banco do Brasil, o Ministério da Integração Nacional e os Governos do DF e dos Estados de GO, MS e MT vêm envidando esforços no sentido de atender à meta estabelecida pelo Condel de contratar operações do FCO em 100% dos municípios da Região. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se os Seminários FCO Itinerante.

### *10.2.5. Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)*

Do total de 35.550 operações contratadas no 1º semestre de 2011, 9.275 (**26,1%**) foram formalizadas com novos beneficiários, percentual superior à meta de 15,0% estabelecida pelo Condel.

### *10.2.6. Índice de Contratações por UF (ICUF)*

Como metas para as contratações em cada Unidade Federativa foram estabelecidos os percentuais utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, definidos na Programação do FCO para 2011, a saber: DF – 19,0%, GO – 29,0%, MS – 23,0% e MT – 29,0%.

O Estado de Goiás liderou com R$ 864,5 milhões contratados, equivalentes a **38,6%** do montante observado na Região (R$ 2.237,4 milhões), seguido pelo Mato Grosso com R$ 621,0

milhões (27,8%), Mato Grosso do Sul com R$ 490,0 milhões (21,9%) e Distrito Federal com R$ 261,9 milhões (11,7%).

O Distrito Federal só não teve um desempenho melhor uma vez que a demanda por recursos tem-se concentrado principalmente nos setores comercial e de serviços, para os quais os recursos são limitados por dispositivo legal.

Outro fator que comprometeu o desempenho das aplicações no DF está relacionado à apresentação de garantias, no tocante à comprovação da titularidade tanto dos imóveis rurais quanto dos urbanos.

### *10.2.7. Índice de Contratações por Setor (ICS)*

Como metas para as contratações por setor (empresarial e rural) foram estabelecidos os percentuais utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, definidos na Programação do FCO para 2011, a saber: empresarial – 55,7% e rural – 44,3%.

Do montante de R$ 2.237,4 milhões, R$ 1.149,5 milhões (**51,4%**) foram contratados com o setor empresarial e R$ 1.087,9 milhões (**48,6%**) com o setor rural.

### *10.2.8. Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)*

O tempo médio de contratação apurado no 1° semestre de 2011 foi de **35 dias**, tendo sido atendida a meta estabelecida pelo Condel.

À vista dos resultados registrados nos itens 10.2.1 a 9.2.8 acima, sugere-se recomendar ao Banco desenvolver ações com vistas ao cumprimento, até o final do exercício de 2011, das metas estabelecidas nas alíneas "a" (Índice de Aplicação), "b" (Índice de Contratações com Menor Porte), "d" (Índice de Cobertura de Contratações no Exercício), "f" (Índice de Contratações por UF) e "g" (Índice de Contratações por Setor) da Resolução Condel/FCO n.° 417, de 25.03.2011.

## 11. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES

Conforme já foi mencionado, o Ministério da Integração Nacional, conforme atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.° 125, de 03.01.2007, estabeleceu, por meio da Portaria n.° 571, de 12.07.2010, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação do FCO para 2011.

O Condel/FCO, por sua vez, em conformidade com o art. 10 da Lei Complementar n.° 129, de 08.01.2009, estabeleceu, por meio da Resolução n.° 406, de 31.08.2010, publicada no DOU de 22.09.2010, as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo no exercício de 2011.

O Banco do Brasil S.A., por sua vez, formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Condel, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3° da Lei n.° 7.827, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do

Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A referida proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO), por meio da Resolução n.º 410, de 14.12.2010, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Condel e os resultados alcançados no 1º semestre de 2011 encontram-se comentados a seguir:

**11.1. Prioridades Gerais**

**a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:**

No 1º semestre de 2011, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R$ 993,4 milhões (R$ 536,8 milhões no setor empresarial e R$ 456,6 milhões no setor rural), o que representa 40,3% do montante de recursos previstos (R$ 2.463,3 milhões), 37,3% do orçamento realizado (R$ 2.666,1 milhões) e 44,4% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões).

Representa, ainda, um incremento de 12,7% em relação ao volume observado no 1º semestre de 2010 (R$ 881,3 milhões).

Do montante de R$ 993,4 milhões, R$ 340,0 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o que representa um incremento de 12,7% em relação ao montante contratado no 1º semestre de 2010 (R$ 301,8 milhões).

Ainda do montante de R$ 993,4 milhões, R$ 22,0 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária. Qualquer incremento nesse número depende de ações em etapas nas quais o Banco e o Ministério da Integração Nacional não têm participação (criação dos assentamentos, escolha dos colonos, emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, elaboração dos projetos etc.). Além disso, as demandas ao amparo do Pronaf – RA, originadas pelos órgãos competentes (Incra e Unidades Técnicas Estaduais – UTE's), que se enquadram nas normas regulamentares, são integralmente atendidas pelo Banco.

Já a quantidade de operações com tomadores de menor porte atingiu 30.405, o que representa 85,5% da quantidade de operações contratadas no exercício (35.550).

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Quantidade | Valor |
|---|---|
| 30.405 | R$ 993,4 milhões |

**b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 225,9 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (86,2 mil diretos e 139,7 mil indiretos), no 1° semestre de 2011.

Merecem destaque os Estados de Goiás e Mato Grosso, onde foram gerados e/ou mantidos 96,0 mil e 61,4 mil, respectivamente (69,7% do total de empregos gerados e/ou mantidos na Região).

Se considerado o período de 1989 a 2011, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 3.331,5 mil.

**Números que evidenciam o atendimento à prioridade**

| Qtde. de operações | Valor aplicado | Qtde. de empregos gerados e/ou mantidos |
|---|---|---|
| 35.550 | R$ 2.237,4 milhões | 225.902 |

No item II.4, Prioridades Gerais, alínea "b", do Relatório de Gestão do Banco, p. 33-34, estão relacionadas algumas operações que permitiram a geração e/ou manutenção de número relevante de empregos diretos e indiretos.

**c) projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza teve, no 1° semestre de 2011, R$ 18,9 milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 11,1% em relação ao observado no 1° semestre de 2010 (R$ 17,0 milhões).

O Estado de GO liderou em quantidade e em volume de contratações com 66 operações e R$ 10,8 milhões aplicados, equivalentes a 70,2% e 57,0% dos totais observados na Região (94 operações e R$ 18,9 milhões).

Cabe registrar que a prioridade dos produtores rurais em conduzir empreendimentos que gerem receitas em curto prazo vem dificultando o incremento das contratações no âmbito da Linha.

Não obstante, o Banco do Brasil, o Governo Federal e os Governos do DF e dos Estados vêm envidando esforços no sentido de atender à presente prioridade. Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se a alteração das condições da Linha, admitindo o financiamento dos serviços e custos relacionados à regularização ambiental dos imóveis rurais (Resolução n.° 387, de 04.03.2010).

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Quantidade | Valor |
|---|---|
| 94 | R$ 18,9 milhões |

**d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário:**

No item II.4, Prioridades Gerais, alínea "d", do Relatório de Gestão do Banco, p. 35, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

**11.2. Prioridades Setoriais**

**a) projetos voltados para a industrialização e/ou beneficiamento de matérias-primas, commodities e produtos primários produzidos na Região:**

No 1° semestre de 2011, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R$ 294,1 milhões, representando 68,7% dos recursos previstos para a Linha (R$ 427,9 milhões), 25,6% do total aplicado junto ao setor empresarial (R$ 1.149,5 milhões) e 13,1% do volume aplicado na Região (R$ 2.237,4 milhões).

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Quantidade | Valor |
|---|---|
| 1.872 | R$ 294,1 milhões |

**b) turismo em suas diversas modalidades, especialmente os projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:**

No 1° semestre de 2011, foram contratados R$ 57,7 milhões no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional.

Desse montante, R$ 34,8 milhões (60,3%) foram aplicados junto a empresas de menor porte.

O Distrito Federal liderou em volume de contratações com R$ 17,9 milhões, equivalentes a 31,1% do montante observado na Região (R$ 57,7 milhões), e o Estado de Goiás em número de contratações com 221, correspondentes a 33,9% do total (652).

Cabe registrar que o Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO, com o objetivo de incrementar ainda mais as contratações no âmbito da Linha, especialmente nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, aprovou, por meio da Resolução n.° 379, de 11.12.2009, o seguinte:

- a priorização do turismo em suas diversas modalidades, especialmente dos projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência;
- a ampliação da assistência máxima de R$ 10 milhões para R$ 100 milhões no caso de financiamentos a empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência;
- a ampliação do público-alvo: meios de hospedagem; agências de turismo; organizadoras de eventos; parques temáticos; acampamentos turísticos; restaurantes, cafeterias, bares e similares; centros de convenções; parques aquáticos; empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; estruturas de apoio ao turismo náutico; casas de espetáculos/ equipamentos de animação turística;

prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos; e prestadoras especializadas em segmentos turísticos; e

- a ampliação do prazo no caso de financiamentos a meios de hospedagem de até 15 anos para até 20 anos.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 652 | R$ 57,7 milhões |

**c) projetos dos setores previstos na Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE e para MGE:**

Em relação ao 1° semestre de 2010, as Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE e para MGE tiveram acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (933,3%) quanto no volume de recursos aplicados (72,2%). No 1° semestre de 2010, foram contratadas 3 operações, no montante de R$ 68,4 milhões. Já, no 1° semestre de 2011, foram contratadas 31 operações, no montante de R$ 117,8 milhões.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 31 | R$ 117,8 milhões |

De acordo com o Relatório de Gestão do Banco, p. 60, não ocorreram contratações com recursos do FCO no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no 1° semestre de 2011

**d) recursos naturais: recuperação de áreas degradadas e em degradação, no conceito de microbacias hidrográficas; conservação e correção do solo; recuperação, renovação e manejo de pastagens:**

Vide item "11.1. Prioridades Gerais", alínea "c" retro.

**e) projetos agropecuários de produção integrada (aviários e outros):**

Destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, a Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir teve, no 1° semestre de 2011, R$ 2,0 milhões de recursos contratados em 4 operações.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 4 | R$ 2,0 milhões |

**f) projetos de exploração de culturas permanentes e de florestamento e reflorestamento:**

Vide item "11.1. Prioridades Gerais", alínea "c" retro.

**g) empreendimentos dos setores de saúde, indústrias gráficas e de Tecnologia da Informação e Comunicação:**

No item II.4, Prioridades Setoriais, alínea "g", do Relatório de Gestão do Banco, p. 37, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

**h) projetos de integração lavoura-pecuária-floresta e de sistemas agroflorestais:**

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 94 | R$ 55,7 milhões |

Fonte: Relatório de Gestão do Banco, p. 38.

**i) projetos de integração agroindustrial:**

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Qtde. | Valor |
|---|---|
| 4 | R$ 2,0 milhões |

Fonte: Relatório de Gestão do Banco, p. 38.

**11.3. Prioridades Espaciais**

**a) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, sobretudo os estruturantes e os vinculados a arranjos produtivos locais, nas seguintes áreas:**

- **de menor nível de desenvolvimento, com indicadores sociais e econômicos abaixo da média da Região, segundo os critérios da PNDR;**
- **de fronteiras com países limítrofes, vulneráveis do ponto de vista econômico, social e ambiental, em especial na cidade de Ponta Porã (MS);**
- **estagnadas ou com problemas de declínio das atividades econômicas; e**
- **potencialmente dinâmicas ou com vantagens potenciais inexploradas.**

As aplicações em municípios de economia estagnada ou dinâmica saltaram de R$ 985,7 milhões no 1° semestre de 2010 para R$ 1.050,3 milhões no 1° semestre de 2011, o que representa um incremento de 6,6%.

Já as aplicações em municípios da Faixa de Fronteira passaram de R$ 433,9 milhões no 1° semestre de 2010 para R$ 373,8 milhões no 1° semestre de 2011, o que representa um decréscimo de 13,9%. Desse montante, R$ 24,3 milhões foram contratados no município de Ponta Porã (MS).

Para melhorar esse desempenho, têm sido desenvolvidas diversas ações como, por exemplo, a expansão da estratégia de negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS pelo Banco do Brasil aos beneficiários do FCO e os Seminários FCO Itinerante.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Espaços Prioritários | Qtde. | Valor |
|---|---|---|
| Municípios de economia estagnada ou dinâmica | 20.513 | R$ 1.050,3 milhões |
| Municípios da Faixa de Fronteira | 6.017 | R$ 373,8 milhões |
| Município de Ponta Porã (MS) | 281 | R$ 24,3 milhões |

**b) financiamentos de projetos localizados na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE (exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO):**

As contratações na Mesorregião de Águas Emendadas atingiram R$ 173,2 milhões em 4.757 operações no 1° semestre de 2011, o que representa 62,5% do previsto para o exercício (R$ 277,1 milhões) e um incremento de 8,6% em relação ao observado no 1° semestre de 2010 (R$ 159,5 milhões).

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais), foram formalizadas 3.197 operações no montante de R$ 261,9 milhões. Desse montante, 2.267 operações no valor de R$ 214,3 milhões beneficiaram o DF e 930 operações no valor de R$ 47,6 milhões beneficiaram o Entorno.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

| Espaços Prioritários | Qtde. | Valor |
|---|---|---|
| Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas | 4.757 | R$ 173,2 milhões |
| RIDE (DF e Municípios do Entorno) | 3.197 | R$ 261,9 milhões |
| ▪ *DF* | *2.267* | *R$ 214,3 milhões* |
| ▪ *Municípios do Entorno* | *930* | *R$ 47,6 milhões* |

## 12. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

### 12.1. Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2011, saldo de R$ 14.278,9 milhões, o que representa incremento de 23,9% em relação ao observado em 30.06.2010 (R$ 11.524,7 milhões):

**Tabela 27: Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha**

R$ Mil

| | DF | GO | MS | MT | Região |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empreendedores Individuais e Mini, Micro e Pequenos Tomadores** | | | | | |
| **FCO Empresarial** | **351.291** | **621.740** | **414.104** | **482.469** | **1.869.605** |
| Industrial | 51.908 | 180.304 | 45.434 | 78.196 | 355.841 |
| Infraestrutura | 346 | 1.761 | 1.598 | 4.704 | 8.409 |
| Turismo | 31.978 | 39.884 | 45.037 | 38.348 | 155.246 |
| Comércio e Serviços | 267.059 | 399.792 | 322.036 | 361.221 | 1.350.108 |
| **FCO Rural** | **288.967** | **1.687.547** | **761.033** | **1.499.991** | **4.237.538** |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 53.753 | 913.650 | 290.428 | 1.005.411 | 2.263.241 |
| Demais Rurais | 235.214 | 773.897 | 470.605 | 494.581 | 1.974.297 |
| **Subtotal** | **640.258** | **2.309.287** | **1.175.137** | **1.982.460** | **6.107.143** |

| Médios e Grandes Tomadores | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **FCO Empresarial** | **456.348** | **954.786** | **726.110** | **907.391** | **3.044.636** |
| Industrial | 105.817 | 645.502 | 576.632 | 458.767 | 1.786.718 |
| Infraestrutura | 155.885 | 52.587 | 36.530 | 273.511 | 518.512 |
| Turismo | 14.098 | 39.582 | 9.558 | 20.508 | 83.746 |
| Comércio e Serviços | 180.548 | 217.115 | 103.391 | 154.607 | 655.660 |
| **FCO Rural** | **219.513** | **1.860.917** | **1.507.684** | **1.539.037** | **5.127.151** |
| **Subtotal** | **675.861** | **2.815.703** | **2.233.794** | **2.446.429** | **8.171.787** |

| Resumo Geral | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **FCO Empresarial** | **807.639** | **1.576.527** | **1.140.215** | **1.389.860** | **4.914.241** |
| Industrial | 157.725 | 825.806 | 622.065 | 536.963 | 2.142.559 |
| Infraestrutura | 156.231 | 54.349 | 38.127 | 278.215 | 526.922 |
| Turismo | 46.077 | 79.466 | 54.595 | 58.855 | 238.993 |
| Comércio e Serviços | 447.607 | 616.906 | 425.427 | 515.827 | 2.005.767 |
| **FCO Rural** | **508.479** | **3.548.464** | **2.268.717** | **3.039.028** | **9.364.689** |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 53.753 | 913.650 | 290.428 | 1.005.411 | 2.263.241 |
| Demais Rurais | 454.727 | 2.634.814 | 1.978.289 | 2.033.618 | 7.101.448 |
| **Total** | **1.316.119** | **5.124.990** | **3.408.932** | **4.428.889** | **14.278.930** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 66-67.

A carteira de financiamentos rurais atingiu o montante de R$ 9.364,7 milhões, o que representa 65,6% do total (R$ 14.278,9 milhões) e incremento de 19,5% em relação à posição registrada em 30.06.2010 (R$ 7.833,8 milhões). A carteira de financiamentos empresariais, por sua vez, atingiu o montante de R$ 4.914,2 milhões, o que representa 34,4% do total (R$ 14.278,9 milhões) e incremento de 33,1% em relação à posição registrada em 30.06.2010 (R$ 3.690,9 milhões).

O saldo de financiamentos com tomadores de menor porte alcançou R$ R$ 6.107,1 milhões, correspondentes a 42,8% do saldo total (R$ 14.278,9 milhões), enquanto o saldo com médios e grandes tomadores totalizou R$ 8.171,8 milhões, correspondentes a 57,2% do total.

O Estado de Goiás manteve-se na liderança, com saldo de R$ 5.125,0 milhões (35,9%), seguido do Estado de Mato Grosso com R$ 4.428,9 milhões (31,0%), do Estado de Mato Grosso do Sul com R$ 3.408,9 milhões (23,9%) e do Distrito Federal com R$ 1.316,1 milhões (9,2%).

### 12.2. Saldo dos Financiamentos Alongados nos termos das Leis n.º 9.138 e 10.437

O saldo dos financiamentos alongados nos termos das Leis n.º 9.138, de 29.11.1995, e 10.437, de 25.04.2002 (Securitização I e II) totalizou R$ 681,7 milhões no final do 1º semestre de 2011, sendo R$ 180,0 milhões no DF, R$ 179,9 milhões em GO, R$ 157,6 milhões em MS e R$ 164,2 milhões em MT.

### 12.3. Saldo dos Financiamentos Renegociados no âmbito do PESA

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN/Bacen n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art. 3º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA), em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional (CTN) e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No final do 1º semestre de 2011, o saldo dos financiamentos renegociados ao abrigo do PESA totalizou R$ 69,0 milhões, sendo R$ 5,2 milhões no DF, R$ 23,2 milhões em GO, R$ 8,3 milhões em MS e R$ 32,3 milhões em MT.

## 12.4. Saldo dos Financiamentos Renegociados nos termos da Lei n.º 10.177

A Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, autorizou a renegociação, prorrogação e composição das dívidas em estoque contratadas até 31.12.1998, com substituição dos encargos financeiros pelas novas taxas de juros prefixadas.

A Lei autorizou que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo esquema de amortização de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art. 11 da Lei n.º 10.696, de 02.07.2003, regulamentada pela Resolução CMN/Bacen n.º 3.115, de 31.07.2003.

No final do 1º semestre de 2011, o saldo dos financiamentos renegociados ao amparo da Lei n.º 10.177 totalizou R$ 75,8 milhões, sendo R$ 14,6 milhões no DF, R$ 26,1 milhões em GO, R$ 11,2 milhões em MS e R$ 23,9 milhões em MT.

Relativamente ao setor, o saldo ficou assim distribuído: R$ 63,1 milhões do setor rural e R$ 12,7 milhões do setor empresarial. Relativamente ao porte dos mutuários, o saldo ficou assim: R$ 53,8 milhões de médios e grandes tomadores e R$ 22,0 milhões de mini, micro e pequenos tomadores.

## 12.5. Prorrogações Concedidas no 1º semestre de 2011

No 1º semestre de 2011, foram prorrogadas 7.241 operações rurais no valor de R$ 275,5 milhões e 10 empresariais no valor de R$ 3,5 milhões, com base na autorização concedida pelo Condel/FCO no âmbito da Programação do FCO para 2011, aprovada pela Resolução n.º 410, de 14.12.2010.

## 12.6. Saldo de Financiamentos por Encargos Pactuados

Conforme mencionado anteriormente, a carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2011, saldo de R$ 14.278,9 milhões. A segregação desse montante por encargos pactuados encontra-se na tabela abaixo:

**Tabela 28: Saldo de Financiamentos por Encargos Financeiros**

R$ Mil

| Encargo Pactuado | Qtde. | Valor |
|---|---|---|
| 2,00% a.a. | 137.126 | 1.674.406 |
| 4,00% a.a. | 12.775 | 137.640 |
| 5,00% a.a. | 30.856 | 900.205 |
| 6,75% a.a. | 20.583 | 940.058 |
| 7,25% a.a. | 17.748 | 2.536.120 |
| 8,25% a.a. | 40.428 | 1.999.100 |
| 8,50% a.a. | 4.006 | 2.043.687 |
| 9,50% a.a. | 4.046 | 907.461 |
| 10,00% a.a. | 1.394 | 2.182.205 |
| Comissão de Permanência | 12.473 | 133.389 |
| FTRD | - | - |
| IGPDI + 8,00% a.a. | 3 | 40 |
| TJLP | 3.839 | 30.694 |
| TJLP + 6,00% a.a. | 8 | 306 |
| TRD | - | - |
| VPM + 3,00% a.a. | 12.422 | 793.250 |
| IGPM | 3 | 369 |
| **Total** | **297.710** | **14.278.930** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 70-71.

Obs.: a qtde. total de financiamentos em ser é 260,7 mil; o total da tabela acima (297,7 mil) inclui os respectivos subcontratos nos quais se dividem as operações.

## 12.7. Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

Com a edição da Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional das operações contratadas até 30.11.1998 foi transferido para o FCO e o *del credere* do agente financeiro foi reduzido para 0,0% a.a.

Ademais, a Medida Provisória permitiu o repasse dos recursos do FCO ao próprio banco administrador, possibilitando-lhe realizar as operações, a partir de 01.07.2001, em nome próprio e com seu risco exclusivo, com *del credere* de 6,0% a.a.

Com isso, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar 4 (quatro) grupamentos de risco operacional, a saber:

- contratações até 30.11.1998: risco 100% do FCO;
- contratações entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado (100% do FCO e 100% do Banco);
- contratações a partir de 01.07.2001: risco 100% ou exclusivo do Banco; e
- contratações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra): risco de terceiros/do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

A tabela a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco operacional:

**Tabela 29: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional**

R$ Mil

| Risco Operacional | % de Risco | Saldo | % de Participação |
|---|---|---|---|
| BB | 100% | 12.695.760 | 88,9 |
| Compartilhado | 50% | 58.480 | 0,4 |
| FCO | 100% | 1.435.622 | 10,1 |
| Procera | 100% | 89.068 | 0,6 |
| **Total** | | **14.278.930** | **100,0** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 71.

### *12.7.1. Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil*

Diante da prerrogativa criada pela Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, o Banco do Brasil passou a considerar os recursos do FCO que lhes são repassados desde 01.07.2001 como Patrimônio de Referência de Nível II (PR de Nível II). Em consequência, passou a assumir 100% do risco das operações contratadas a partir dessa data.

No final do 1º semestre de 2011, o saldo de financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco atingiu R$ 12.695,7 milhões:

**Tabela 30: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil**

R$ Mil

| Setor/Linha | DF | GO | MS | MT | Região |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresarial** | **804.174** | **1.562.115** | **1.134.517** | **1.387.290** | **4.888.096** |
| Industrial | 154.259 | 813.096 | 618.356 | 534.610 | 2.120.320 |
| Infraestrutura | 156.231 | 54.349 | 37.925 | 278.215 | 526.719 |
| Turismo | 46.077 | 77.764 | 52.809 | 58.639 | 235.289 |
| Comércio e Serviços | 447.607 | 616.906 | 425.427 | 515.827 | 2.005.767 |
| **Rural** | **275.310** | **3.218.159** | **1.934.707** | **2.379.487** | **7.807.664** |
| Pronaf | 40.588 | 837.458 | 158.653 | 642.533 | 1.679.232 |
| Demais Rurais | 234.722 | 2.380.702 | 1.776.054 | 1.736.955 | 6.128.433 |
| **Total** | **1.079.484** | **4.780.275** | **3.069.224** | **3.766.777** | **12.695.760** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 71-72.

### *12.7.2. Risco Compartilhado*

Por força do disposto no art. 6º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, o risco das operações contratadas a partir de 01.12.1998 passou a ser compartilhado com o Fundo, à razão de 50%, e o *del credere* do agente financeiro foi reduzido para 3,0% a.a.

O saldo de financiamentos com risco compartilhado totalizou, em 30.06.2011, R$ 58,5 milhões, conforme tabela a seguir:

**Tabela 31: Saldo de Financiamentos com risco compartilhado**

R$ Mil

| Setor/Linha | DF | GO | MS | MT | Região |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresarial** | 232 | **1.544** | 25 | 3 | **1.804** |
| Industrial | 232 | 198 | 23 | - | 452 |
| Infraestrutura | - | - | - | - | - |
| Turismo | - | 1.347 | 2 | 3 | 1.351 |
| Comércio e Serviços | - | - | - | - | - |
| **Rural** | **4.390** | **26.320** | **6.802** | **19.163** | **56.676** |
| Pronaf | 14 | 84 | 2 | 86 | 187 |
| Demais Rurais | 4.376 | 26.236 | 6.800 | 19.077 | 56.490 |
| **Total** | **4.622** | **27.865** | **6.827** | **19.166** | **58.480** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 72.

### *12.7.3. Risco 100% ou integral do Fundo*

Por força do disposto na Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998[5] e das contratadas no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária é 100% ou integral do FCO.

No final de junho de 2011, o saldo de financiamentos com risco 100% ou integral do Fundo totalizou R$ 1.435,6 milhões, conforme tabela a seguir:

**Tabela 32: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou integral do Fundo**

R$ Mil

| Setor/Linha | DF | GO | MS | MT | Região |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresarial** | 3.234 | 12.867 | 5.673 | 2.567 | **24.342** |
| Industrial | 3.234 | 12.513 | 3.686 | 2.353 | 21.786 |
| Infraestrutura | - | - | 203 | 0 | 203 |
| Turismo | - | 355 | 1.784 | 214 | 2.353 |
| Comércio e Serviços | - | - | - | - | - |
| **Rural** | **223.474** | **298.710** | **302.604** | **586.492** | **1.411.281** |
| Pronaf-RA | 8.958 | 44.290 | 89.791 | 237.846 | 380.886 |
| Pronaf Demais | 4.192 | 31.818 | 41.982 | 124.945 | 202.937 |
| Demais Rurais | 210.324 | 222.602 | 170.831 | 223.701 | 827.458 |
| **Total** | **226.708** | **311.577** | **308.277** | **589.060** | **1.435.622** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 73.

Do total de R$ 1.435,6 milhões, R$ 750,7 milhões (R$ 681,7 milhões + R$ 69,0 milhões) representam os saldos das operações alongadas nos termos das Leis n.º 9.138, de 29.11.1995, e 10.437, de 25.04.2002, e das renegociadas no âmbito do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA).

### *12.7.4. Risco de Terceiros*

Em 30.06.2011, o saldo de financiamentos das operações contratadas no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera)[6], totalizou R$ 89,1 milhões.

---

[5] Exceto as operações realizadas ao abrigo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), cujo risco é do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

## 12.8. Saldo de Financiamentos da Reforma Agrária

De acordo com o art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 12.249, de 11.06.2010, o banco administrador deve aplicar 10% dos recursos do Fundo para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar n.º 93, de 04.02.1998.

O §§ 1º e 2º do referido artigo dispõem que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial e complementar dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária serão realizados com risco para o Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Com o advento da Resolução CMN/Bacen n.º 2.629, de 10.08.1999, esse público-alvo passou a ser assistido com recursos do FCO ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Grupo "A", com risco para o Fundo.

Anteriormente à edição da Resolução, os financiamentos eram realizados ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o 1º semestre de 2011 com saldo na ordem de R$ 470,0 milhões, sendo R$ 89,1 milhões com o Papra e R$ 380,9 milhões com o Pronaf – Reforma Agrária.

## 12.9. Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos – Índices de Inadimplência

No final do 1º semestre de 2011, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R$ 14.278,9 milhões, sendo R$ 13.921,3 milhões de parcelas vincendas e R$ 357,6 milhões de parcelas vencidas.

Consequentemente, o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 2,50%, inferior ao observado no final do 1º semestre de 2010 de 3,14%.

A tabela a seguir apresenta os saldos de financiamentos do FCO vincendos e vencidos e, por conseguinte, os índices de inadimplência por UF, setor e risco operacional:

Portaria interministerial nº 218, de 28/8/1992.

**Tabela 33: Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos - Índices de Inadimplência**
**Comparativo 1° Sem. de 2010 X 1° Sem. de 2011**

R$ Mil

| UF | 1° Sem. de 2010 | | | | 1° Sem. de 2011 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Vincendo | Vencido | Total | % de Inad. | Vincendo | Vencido | Total | % de Inad. |
| DF | 887.567 | 55.471 | 943.038 | 5,88 | 1.259.089 | 57.030 | 1.316.119 | 4,33 |
| GO | 4.232.263 | 70.460 | 4.302.723 | 1,64 | 5.063.244 | 61.747 | 5.124.990 | 1,20 |
| MS | 2.558.656 | 68.359 | 2.627.016 | 2,60 | 3.337.601 | 71.331 | 3.408.932 | 2,09 |
| MT | 3.484.079 | 167.808 | 3.651.887 | 4,60 | 4.261.405 | 167.484 | 4.428.889 | 3,78 |
| **Total** | **11.162.564** | **362.099** | **11.524.663** | **3,14** | **13.921.338** | **357.592** | **14.278.930** | **2,50** |

| Setor | 1° Sem. de 2010 | | | | 1° Sem. de 2011 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Vincendo | Vencido | Total | % de Inad. | Vincendo | Vencido | Total | % de Inad. |
| Empresarial | 3.663.037 | 27.822 | 3.690.859 | 0,75 | 4.887.739 | 26.502 | 4.914.241 | 0,54 |
| Rural | 7.499.528 | 334.276 | 7.833.804 | 4,27 | 9.033.599 | 331.090 | 9.364.689 | 3,54 |
| **Total** | **11.162.564** | **362.099** | **11.524.663** | **3,14** | **13.921.338** | **357.592** | **14.278.930** | **2,50** |

| Risco | 1° Sem. de 2010 | | | | 1° Sem. de 2011 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Vincendo | Vencido | Total | % de Inad. | Vincendo | Vencido | Total | % de Inad. |
| BB | 10.252.482 | 77.184 | 10.329.665 | 0,75 | 12.650.501 | 45.259 | 12.695.760 | 0,36 |
| Compartilhado | 89.110 | 3.133 | 92.243 | 3,40 | 57.968 | 512 | 58.480 | 0,88 |
| FCO | 783.617 | 239.886 | 1.023.502 | 23,44 | 1.171.504 | 264.118 | 1.435.622 | 18,40 |
| Procera | 37.356 | 41.896 | 79.252 | 52,86 | 41.365 | 47.703 | 89.068 | 53,56 |
| **Total** | **11.162.564** | **362.099** | **11.524.663** | **3,14** | **13.921.338** | **357.592** | **14.278.930** | **2,50** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1° Semestre de 2010 (p. 87-90) e 1° Semestre de 2011 (p. 74-77).

Cabe informar que o Banco do Brasil possui uma Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, para atuar exclusivamente na condução, cobrança e recuperação de créditos e evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzi-lo ainda mais. Algumas ações em desenvolvimento para garantir o retorno dos recursos aplicados e reduzir o índice de inadimplência do FCO são: a intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento – CABB; a utilização pelas Agências de ferramenta que permite a identificação e o gerenciamento do atraso por cliente; e o esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

A tabela a seguir apresenta os saldos de financiamentos vencidos por tempo de atraso:

**Tabela 34: Saldos de Financiamentos Vencidos por Tempo de Atraso**

R$ Mil

| Faixa de Vencimento | Saldo Vencido | % de Participação |
|---|---|---|
| 01 a 30 dias | 15.846 | 4,4 |
| 31 a 60 dias | 9.070 | 2,5 |
| 61 a 90 dias | 5.947 | 1,7 |
| 91 a 120 dias | 1.750 | 0,5 |
| 121 a 150 dias | 8.471 | 2,4 |
| 151 a 180 dias | 8.707 | 2,4 |
| Vencido acima de 180 dias | 307.801 | 86,1 |
| **Total** | **357.592** | **100,0** |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 76-77.

Observa-se que o maior volume de recursos se concentra na faixa de operações vencidas em prazo superior a 180 dias. De acordo com a Resolução CMN/Bacen n.º 2.682, de 21.12.1999, e a Portaria Interministerial MF/MI n.º 11, de 28.12.2005, as operações com esse prazo de vencimento devem ser transferidas para prejuízo, com o correspondente débito da provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nessa faixa, não sendo admitido o registro em período inferior.

## 13. OUTROS ASPECTOS

### 13.1. Situação dos Recursos

O volume de recursos do FCO atingiu, em 30.06.2011, R$ 15.062,1 milhões, sendo R$ 14.278,9 milhões de saldo de financiamentos e R$ 783,2 milhões de disponibilidades:

**Tabela 35: Situação dos Recursos por UF**

R$ Mil

| Situação \ UF | DF | GO | MS | MT | Região |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Recursos | 1.635.187 | 5.212.894 | 3.587.390 | 4.626.655 | 15.062.126 |
| 2. Saldo de Financiamentos | 1.298.210 | 5.138.246 | 3.409.214 | 4.433.260 | 14.278.930 |
| 3. Disponibilidades Financeiras (1-2) | 336.977 | 74.648 | 178.176 | 193.395 | 783.196 |
| 4. Parcelas a liberar | 606 | 15.373 | 4.698 | 4.191 | 24.868 |
| 5. Disponibilidades Orçamentárias (3-4) | 336.371 | 59.275 | 173.478 | 189.204 | 758.328 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 65.

Desse montante de R$ 783,2 milhões, R$ 24,9 milhões restaram comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas até 30.06.2011.

### 13.2. Remuneração dos Recursos Disponíveis

Enquanto não desembolsados pelo Banco, os saldos diários dos recursos do Fundo devem ser remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme art. 4º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

No 1º semestre de 2011, o Banco do Brasil creditou ao Fundo o montante de R$ 47,9 milhões, correspondentes à referida remuneração.

### 13.3. Remuneração dos Recursos Aplicados

Os recursos do FCO, desembolsados pelo agente financeiro, são remunerados pelos encargos pactuados com os devedores, excluído o *del credere* correspondente, na forma do art. 2º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

No período em exame, foram creditados ao FCO R$ 101,6 milhões.

### 13.4. Remuneração do Banco Operador

A título de *del credere*, o Banco do Brasil recebeu, no 1° semestre de 2011, o valor de R$ 322,0 milhões, na forma do § 2° do art. 1° da Lei n.° 10.177, de 12.01.2001, e do inciso II do § 4° do art. 9°-A da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Medida Provisória n.° 2.196-3, de 24.08.2001.

### 13.5. Remuneração do Banco Administrador

Conforme disposto no art. 13 da Medida Provisória n.° 2.199-14, de 24.08.2001, os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento fazem jus à taxa de administração de 3,0% a.a. sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente e limitada em cada exercício a 20,0% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

A Medida Provisória n.° 2.196-3, de 24.08.2001, por sua vez, ao incluir o art. 9°-A na Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, facultou aos bancos administradores a utilização dos recursos dos respectivos Fundos como próprios, com o que as operações seriam realizadas com risco exclusivo do banco e os valores utilizados seriam deduzidos do Patrimônio Líquido do Fundo, para efeito do cálculo da taxa de administração (art. 9°-A, *caput* e § 11).

Informa o Banco do Brasil S.A., em seu Relatório de Gestão, p. 79, que, com a migração das operações de risco do FCO para contas de compensação, ocorrida em dezembro de 2010, o Banco deixou de utilizar o volume dessa carteira como Patrimônio de Referência de Nível II (PR de Nível II).

Assim, com base na legislação em vigor, o Banco voltou a ter base de cálculo para cobrança da remuneração do Administrador, a partir do exercício de 2011.

No 1° semestre de 2011, a despesa com a taxa de administração totalizou R$ 1,6 milhão.

### 13.6. Rebates e Bônus de Adimplência

No 1° semestre de 2011, foram concedidos aos beneficiários que pagaram em dia suas prestações/parcelas, a título de rebates sobre os encargos financeiros e de bônus de adimplência, os valores correspondentes a R$ 6,6 milhões e R$ 72,3 milhões, respectivamente.

### 13.7. Operações Levadas a Perda ou Prejuízo

No 1° semestre de 2011, foram transferidos para perdas R$ 122,1 milhões, sendo R$ 119,4 milhões assumidos pelo Banco do Brasil e R$ 2,7 milhões debitados ao FCO. Esse montante foi inferior ao observado no 1° semestre de 2010, quando foram transferidos para perdas R$ 414,1 milhões, sendo R$ 406,1 milhões assumidos pelo Banco e R$ 8,0 milhões debitados ao FCO.

**Tabela 36: Perdas do Fundo**

R$ Mil

| Risco | Saldo transferido (a=b+c) | Saldo assumido pelo BB (b) | Saldo assumido pelo FCO (c) |
|---|---|---|---|
| BB | 118.971 | 118.971 | - |
| Compartilhado | 932 | 466 | 466 |
| FCO | 2.219 | - | 2.219 |
| Total | 122.121 | 119.437 | 2.685 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 79-80.

No mesmo período, foram recuperados R$ 10,0 milhões referentes a operações de risco 100% ou integral do Fundo, R$ 8,6 milhões referentes a operações de risco compartilhado e R$ 79,6 milhões referentes a operações de risco 100% ou exclusivo do Banco.

## 13.8. Patrimônio Líquido

Em 30.06.2011, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R$ 14.111,6 milhões, o que representa um incremento de 13,1% em relação ao observado em 30.06.2010 (R$ 12.482,4 milhões):

**Tabela 37: Evolução do Patrimônio Líquido do FCO - 2001 a 2011**

R$ Milhões

| Mês/Ano | Valor |
|---|---|
| jun/01 | 2.719,1 |
| jun/02 | 3.388,5 |
| jun/03 | 4.111,0 |
| jun/04 | 4.847,9 |
| jun/05 | 6.043,7 |
| jun/06 | 6.929,5 |
| jun/07 | 8.063,6 |
| jun/08 | 9.498,1 |
| jun/09 | 10.859,5 |
| jun/10 | 12.482,4 |
| jun/11 | 14.111,6 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 77-78.

O Patrimônio Líquido corresponde às transferências dos exercícios anteriores (R$ 10.979,6 milhões) acrescidas das transferências do Tesouro Nacional no 1° semestre de 2011 (R$ 875,2 milhões) e do superávit do período (R$ 2.256,9 milhões).

## 13.9. Operações Ajuizadas

Em 30.06.2011, a carteira de financiamentos do FCO possuía 260,7 mil operações "em ser". No 1° semestre de 2011, foram ajuizadas pela Diretoria Jurídica do Banco do Brasil 177 operações no valor de R$ 85,4 milhões.

## 13.10. Fiscalização, Controle e Auditagem

### *13.10.1. Fiscalização*

São objeto de fiscalização obrigatória do crédito rural, observados os critérios mínimos fixados pelo Banco Central do Brasil, todas as operações rurais "em ser" deferidas ao mesmo mutuário, quando a soma dos valores contratados ultrapassar R$ 170 mil.

Quanto ao FCO Empresarial, a fiscalização deve seguir as normas gerais de crédito do Banco, ou seja, é obrigatória para operações de investimento, de arrendamento mercantil e de aquisição de bens, quando destinadas a amparar implantação ou expansão de empreendimentos e operações lastreadas por estoque de matérias-primas, de mercadorias e de produtos industrializados.

De acordo com o Relatório de Gestão do Banco do Brasil S.A., p. 83-84, a documentação e demais informações referentes às fiscalizações efetuadas estão arquivadas nos dossiês das operações, disponíveis nas agências do Banco. O Banco Central do Brasil, como órgão de controle e normatizador, acompanha e monitora os arquivos gerados, concernentes às fiscalizações realizadas.

### *13.10.2. Controle*

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei n.º 7.827, de 27.09.1989 (o art. 18 prevê a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, da contabilidade comercial), o Banco do Brasil passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17.03.1964 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), para registro dos dados.

### *13.10.3. Auditagem*

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, aos arts. 19 e 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e a instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

a) anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão da Presidência da República (PR);

b) mensalmente, a remessa de relatórios à SFCI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;

c) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresas de auditoria independente; e

d) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO) sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

## 13.11. Auditoria Externa

De acordo com o § 2° do art. 20 da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditagem.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1° semestre de 2011 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de nov/2011, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 30.06.2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Registrou, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Registrou que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescentou que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Esclarecer acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

Por fim, a KPMG Auditores Independentes afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais.

## 14. ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL

Após a abordagem do desempenho das contratações no 1° semestre de 2011 (item 9 retro), cabe avaliar os impactos socioeconômicos decorrentes dos financiamentos realizados no período:

**Tabela 38: Empregos gerados e/ou mantidos**

Qtde.

| Setor/Linha | DF | | GO | | MS | | MT | | Região | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Diretos | Indiretos | Diretos | Indiretos | Diretos | Indiretos | Diretos | Indiretos | Diretos | Indiretos | Total |
| Empresarial | 7.724 | 10.998 | 13.749 | 21.270 | 6.348 | 9.488 | 6.521 | 10.367 | 34.342 | 52.123 | 86.465 |
| Industrial | 1.126 | 1.880 | 4.790 | 8.295 | 1.489 | 2.564 | 1.628 | 2.938 | 9.033 | 15.678 | 24.711 |
| Infraestrutura | 747 | 589 | 180 | 143 | 133 | 108 | 35 | 31 | 1.095 | 871 | 1.966 |
| Turismo | 857 | 752 | 666 | 582 | 433 | 379 | 288 | 259 | 2.244 | 1.972 | 4.216 |
| Comércio e Serviços | 4.994 | 7.777 | 8.113 | 12.249 | 4.293 | 6.437 | 4.570 | 7.139 | 21.970 | 33.602 | 55.572 |
| Rural | 1.184 | 1.996 | 22.932 | 38.054 | 10.872 | 19.910 | 16.912 | 27.577 | 51.900 | 87.537 | 139.437 |
| Pronaf-RA | 112 | 224 | 772 | 1.544 | 5.010 | 10.020 | 1.029 | 2.058 | 6.923 | 13.846 | 20.769 |
| Pronaf Demais | 632 | 942 | 12.433 | 18.335 | 2.422 | 3.604 | 9.609 | 14.260 | 25.096 | 37.141 | 62.237 |
| Demais Rurais | 440 | 830 | 9.727 | 18.175 | 3.440 | 6.286 | 6.274 | 11.259 | 19.881 | 36.550 | 56.431 |
| Total | 8.908 | 12.994 | 36.681 | 59.324 | 17.220 | 29.398 | 23.433 | 37.944 | 86.242 | 139.660 | 225.902 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 80-81.

Consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 225,9 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (86,2 mil diretos e 139,7 mil indiretos), no 1° semestre de 2011.

Das Unidades Federativas, merecem destaque os Estados de Goiás e Mato Grosso, onde foram gerados e/ou mantidos 96,0 mil e 61,4 mil, respectivamente (42,5% e 27,2% do total de empregos gerados e/ou mantidos na Região).

O setor rural foi responsável pela geração e/ou manutenção de 139,4 mil empregos diretos e indiretos (61,7%) e o setor empresarial por 86,5 mil (38,3%).

Considerando tão-somente a estimativa de geração de empregos diretos, a tabela abaixo apresenta o custo médio de cada emprego em relação ao volume financiado em cada UF e na Região:

**Tabela 39: Valor financiado por emprego direto gerado e/ou mantido**

R$ Mil

| UF | Valor Financiado (a) | Qtde. de Empregos Diretos (b) | Valor Médio (c=a/b) |
|---|---|---|---|
| DF | 261.920 | 8.908 | 29,4 |
| GO | 864.462 | 36.681 | 23,6 |
| MS | 489.997 | 17.220 | 28,5 |
| MT | 620.974 | 23.433 | 26,5 |
| Região | 2.237.353 | 86.242 | 25,9 |

Posição: 30.06.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 82.

O valor médio investido para geração e/ou manutenção de um emprego direto na Região situou-se em R$ 25,9 mil. Por UF, a média mais elevada foi registrada no Distrito Federal (R$ 29,4 mil), enquanto que o Estado de Goiás apresentou o menor valor médio por aplicação (R$ 23,6 mil).

Se considerado o período de 1989 a 2011, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 3.331,5 mil.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R$ 2.237,4 milhões aplicados no semestre beneficiaram, diretamente, as populações de 464 localidades, correspondentes a 99,6% do total dos municípios da Região.

Vale lembrar que, segundo o Banco do Brasil, sua rede de distribuição alcança a todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste. Cabe lembrar também que, além do Banco do Brasil, operam com recursos do FCO o Banco de Brasília (BRB), o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), a Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o que contribui para democratizar e interiorizar o acesso ao crédito.

## 15. LEGISLAÇÃO EDITADA NO PERÍODO

### 15.1. Leis

- Não houve.

### 15.2. Resoluções do CMN/Bacen

- 3.990, de 30.06.2011. Altera as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural – MCR 10-15 para o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF).

### 15.3. Resoluções do Condel/FCO

- 413, de 13.01.2011. Programação do FCO para 2011. Programa de FCO Rural. Linhas de Financiamento. Linha Especial de Financiamento para Custeio Agropecuário para Médios e Grandes Produtores Rurais;
- 414, de 13.01.2011. Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – 1° Semestre de 2010;
- 415, de 25.03.2011. Calendário de Reuniões do Condel/FCO em 2011. 19ª Reunião Extraordinária. 59ª Reunião Ordinária;
- 416, de 25.03.2011. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Fiscalizações da Controladoria-Geral da União (CGU);
- 417, de 25.03.2011. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Indicadores e Metas de Gestão de Desempenho para 2011;
- 418, de 25.03.2011. Programação do FCO para 2011. Criação de Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais (EI);
- 419, de 26.04.2011. Programação do FCO para 2011. Programação Orçamentária. Repasse de Recursos a Outras Instituições;
- 420, de 26.04.2011. Programação do FCO para 2011. Criação de Grupo de Trabalho;
- 421, de 26.04.2011. Programação do FCO para 2011. Modelo de Carta-Consulta; e

- 422, de 26.04.2011. Programação do FCO para 2011. Implantação do Cartão FCO Empresarial. Criação de Grupo de Trabalho.

## 16. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

A administração do FCO é exercida pelo Ministério da Integração Nacional, pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e pelo Banco do Brasil S.A.

O § 3° do art. 10 da Lei Complementar n.° 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO serão exercidas temporariamente pelo Condel/FCO.

Ademais, com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.° 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passaram a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI).

No exercício de suas atribuições, o Ministério da Integração Nacional desenvolveu, no decorrer do 1° semestre de 2011, por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), diversas ações, dentre as quais destacamos as seguintes:

- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2010;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas submetidas ao Condel, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição das pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;
- redação das atas das reuniões do Condel;
- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências, submetidos ao Condel;
- coordenação e participação de Grupos de Trabalho instituídos pelo Condel/FCO;
- participação nos Seminários "FCO Itinerante" em parceria com o Banco do Brasil, Governos dos Estados e do Distrito Federal, SEBRAE e outras instituições, com o objetivo de divulgar o FCO e estimular a tomada de financiamentos principalmente junto aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FCO e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região;

- participação em diversos eventos, com o objetivo de divulgar as condições de financiamento do FCO, a exemplo do Encontro com o Setor Produtivo do DF, no dia 18.03.2011; do Seminário sobre a Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional no DF, no dia 08.04.2011; e da Mesa de Debate sobre o FCO Rural no DF, no dia 12.04.2011;
- participação no Agrobrasília, de 17 a 21.05.2011, com a instalação de um estande do MI/Sudeco, onde foram distribuídos materiais sobre o FCO, realizados atendimentos individualizados a potenciais tomadores de recursos e realizadas palestras sobre as principais condições de financiamento do Fundo. Uma área do estande foi destinada à exposição de produtos de artesãos de arranjos produtivos locais; e
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO.

## 17. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada, com base na documentação fornecida pelo Banco, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado no 1° semestre de 2011 (R$ 2.666,1 milhões) representou 108,2% do previsto (R$ 2.463,3 milhões), uma vez que houve superação das previsões iniciais de algumas das fontes de recursos do Fundo;
- as contratações realizadas atingiram R$ 2.237,4 milhões, o que representa um incremento de 28,4% em relação às efetivadas no 1° semestre de 2010, bem como corresponde a 90,8% do montante de recursos previstos para o período (R$ 2.463,3 milhões), e a 83,9% do montante de recursos efetivamente distribuídos no período para aplicação (R$ 2.666,1 milhões);
- das contratações realizadas (R$ 2.237,4 milhões), R$ 261,9 milhões (11,7%) beneficiaram o DF; R$ 864,5 milhões (38,6%) o Estado de GO; R$ 490,0 milhões (21,9%) o Estado de MS; e R$ 621,0 milhões (27,8%) o MT;
- as contratações no DF (R$ 261,9 milhões) representaram apenas 56,0% do seu orçamento previsto (R$ 468,0 milhões), 51,7% de sua dotação pelo orçamento realizado (R$ 506,6 milhões) e 11,7% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões);
- as aplicações com o segmento de menor porte atingiram R$ 993,4 milhões, o que representa 44,4% do total contratado na Região (R$ 2.237,4 milhões) e um incremento de 12,7% em relação ao volume observado no 1° semestre de 2010 (R$ 881,3 milhões);
- dos recursos aplicados (R$ 2.237,4 milhões), R$ 1.149,5 milhões (51,4%) beneficiaram o setor empresarial e R$ 1.087,9 milhões (48,6%) o setor rural;
- as contratações do Pronaf ultrapassaram R$ 340,0 milhões, montante 12,7% superior ao observado no mesmo período de 2010 (R$ 301,8 milhões);
- o Pronaf – Reforma Agrária teve decréscimo tanto na quantidade de operações 13,9%) quanto no volume de recursos aplicados (-8,4%). A quantidade de operações

passou de 1.622 no 1° semestre de 2010 para 1.396 no 1° semestre de 2011 e o volume aplicado de R$ 24,0 milhões para R$ 22,0 milhões;

- as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R$ 679,9 milhões, correspondentes a 59,2% do total aplicado junto ao setor empresarial (R$ 1.149,5 milhões), a 30,4% do aplicado na Região (R$ 2.237,4 milhões) e a 71,0% do limite de recursos para financiamento desses setores no exercício (R$ 957,2 milhões);
- os financiamentos de custeio junto a mini e pequenos produtores atingiram R$ 141,0 milhões, consumindo apenas 26,0% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empresas de menor porte atingiram R$ 382,6 milhões, atingindo 63,1% do respectivo limite/teto;
- os financiamentos de custeio junto a médios e grandes produtores atingiram R$ 204,8 milhões, consumindo apenas 27,3% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a médias e grandes empresas atingiram R$ 165,6 milhões, atingindo 69,2% do respectivo limite/teto;
- os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a PNDR, absorveram R$ 671,4 milhões e R$ 378,9 milhões, correspondentes a 30,0% e 16,9% do total contratado no Centro-Oeste. Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R$ 1.187,1 milhões, correspondentes a 53,1% do total observado na Região;
- o DF e os Estados de GO e MT concentraram as aplicações em municípios de alta renda (81,8%, 67,7% e 44,9%, respectivamente) e o Estado de MS em municípios de economia estagnada (61,6%);
- na RIDE, foram formalizadas 3.197 operações no montante de R$ 261,9 milhões. Desse montante, 2.267 operações no valor de R$ 214,3 milhões beneficiaram o DF e 930 operações no valor de R$ 47,6 milhões beneficiaram o Entorno;
- na Mesorregião de Águas Emendadas, foram formalizadas 4.757 operações no montante de R$ 173,2 milhões, o que representa 62,5% do previsto para o exercício (R$ 277,1 milhões);
- as aplicações na Faixa de Fronteira totalizaram R$ 373,8 milhões no 1° semestre de 2011, o que representa decréscimo de 13,9% em relação ao contratado no mesmo período de 2010 (R$ 433,9 milhões);
- 9.275 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R$ 777,5 milhões;
- do total de 35.550 operações no valor de R$ 2.237.353 mil contratadas no 1° semestre de 2011, 35.472 operações no valor de R$ 2.224.856 mil foram formalizadas pelo BB e 78 no valor de R$ 12.497 mil pelas instituições operadoras do repasse (BRB, Bancoob, Goiás Fomento e Sicredi);
- das 39.901 propostas ingressadas no valor de R$ 4.502,6 milhões, 35.550 no valor de R$ 2.237,4 milhões foram contratadas e 4.351 no valor de R$ 2.265,3 milhões não foram. Das propostas não atendidas, 4.258 no valor de R$ 2.222,8 milhões restaram

pendentes de contratação e 93 no valor de R$ 42,5 milhões foram indeferidas ou canceladas;

- dos 466 municípios existentes no Centro-Oeste, 464 (99,6%) contaram com operações no 1° semestre de 2011;
- a carteira de financiamentos registrou, em 30.06.2011, saldo de R$ 14.278,9 milhões, o que representa incremento de 23,9% em relação ao observado em 30.06.2010 (R$ 11.524,7 milhões);
- o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 2,50%, inferior ao observado no final do 1° semestre de 2010 de 3,14%. O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco foi de apenas 0,36%;
- as disponibilidades do Fundo atingiram, em 30.06.2011, R$ 783,2 milhões, montante 49,6% inferior ao observado em 30.06.2010 (R$ 1.553,5 milhões);
- foram transferidos para perdas R$ 122,1 milhões, sendo R$ 119,4 milhões assumidos pelo BB e R$ 2,7 milhões debitados ao FCO. Esse montante foi inferior ao observado no 1° semestre de 2010, quando foram transferidos para perdas R$ 414,1 milhões, sendo R$ 406,1 milhões assumidos pelo Banco e R$ 8,0 milhões debitados ao FCO;
- foram recuperados R$ 10,0 milhões referentes a operações de risco 100% ou integral do Fundo, R$ 8,6 milhões referentes a operações de risco compartilhado e R$ 79,6 milhões referentes a operações de risco 100% ou exclusivo do Banco;
- em 30.06.2011, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R$ 14.111,6 milhões, o que representa um incremento de 13,1% em relação ao observado em 30.06.2010 (R$ 12.482,4 milhões); e
- consoante os dados extraídos dos projetos financiados, estima-se em 225,9 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (86,2 mil diretos e 139,7 mil indiretos), no 1° semestre de 2011.

## 18. PARECER E RECOMENDAÇÕES

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5°, da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1° a 3°, da Lei Complementar n.° 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1° semestre de 2011, com parecer favorável da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) à sua aprovação.

Considerando as análises e as considerações registradas no presente Parecer e com o objetivo de aprimorar a gestão do Fundo, sugerimos ao Condel recomendar ao Banco do Brasil S.A. o seguinte:

a) incrementar as contratações no DF, de forma a atingir o percentual de 19,0% definido pelo Condel/FCO (item 9.1.1 retro);

b) incrementar as contratações com agricultores familiares, aí incluídos os beneficiários da Reforma Agrária, com empreendedores individuais e com mini, micro e pequenos tomadores, especialmente nos Estados de MT e MS, de forma a atingir o percentual

definido pela Resolução Condel/FCO n.º 197, de 20.06.2003, c/c a Resolução Condel/FCO n.º 432, de 22.09.2011 (item 9.2.1 retro);

c) incrementar as contratações em municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica (item 9.6 retro); e

d) desenvolver ações com vistas ao cumprimento, até o final do exercício de 2011, das metas estabelecidas nas alíneas "a" (Índice de Aplicação), "b" (Índice de Contratações com Menor Porte), "d" (Índice de Cobertura de Contratações no Exercício), "f" (Índice de Contratações por UF) e "g" (Índice de Contratações por Setor) da Resolução Condel/FCO n.º 417, de 25.03.2011 (item 10.2 retro).

**MARÍLIO ALVES BARCELOS**
Coordenador-Geral dos Fundos Constitucionais de Financiamento – SFRI/MI

**HÉLEN CASSIA NUNES E SILVA**
Coordenadora-Geral de Desenvolvimento da RIDE/DF e Espaços Prioritários – Sudeco/MI

**José WANDERLEY Uchoa Barreto**
Diretor de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos – SFRI/MI

**CLÉBER ÁVILA**
Diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos – Sudeco/MI

**JENNER GUIMARÃES DO RÊGO**
Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – SFRI/MI

**MARCELO DOURADO**
Diretor-Superintendente – Sudeco/MI

# RESOLUÇÃO N.º 436, de 08 de dezembro de 2011

**Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – 1º Semestre de 2011.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE – CONDEL/FCO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 35 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 62ª Reunião Ordinária realizada em 08.12.2011, em Brasília (DF), o Colegiado resolveu aprovar o Relatório de Gestão do FCO apresentado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2011, recomendando ao Banco a adoção das providências a seguir:

a) incrementar as contratações no DF, em articulação com o CDE/DF, a Sudeco e o Condel/FCO, de forma a atingir o percentual de 19,0% definido pelo Condel;

b) incrementar as contratações com agricultores familiares, aí incluídos os beneficiários da Reforma Agrária, com empreendedores individuais e com mini, micro e pequenos tomadores, especialmente nos Estados de MT e MS, em articulação com os CDE, a Sudeco, o Condel/FCO e o MDA, de forma a atingir o percentual definido pela Resolução Condel/FCO n.º 197, de 20.06.2003, c/c a Resolução Condel/FCO n.º 432, de 22.09.2011;

c) incrementar as contratações em municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica; e

d) desenvolver ações com vistas ao cumprimento, até o final do exercício de 2011, das metas estabelecidas nas alíneas "a" (Índice de Aplicação), "b" (Índice de Contratações com Menor Porte), "d" (Índice de Cobertura de Contratações no Exercício), "f" (Índice de Contratações por UF) e "g" (Índice de Contratações por Setor) da Resolução Condel/FCO n.º 417, de 25.03.2011.

Brasília (DF), 08 de dezembro de 2011.

**FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO**
Presidente do CONDEL/FCO

# Ministério da Integração Nacional

## GABINETE DO MINISTRO

### DESPACHO DO MINISTRO
Em 16 de dezembro de 2011

Nº 69 - Processo Nº 59000.001923/2005-44. INTERESSADOS: TECH ION INDUSTRIAL BRASIL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 35.540.054/0001-67 e Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos – DFRP. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei Nº 9.784/99.

Conheço do recurso (fls. 657 a 663, com anexos às fls. 664 a 709 e aditamento às fls. 705 a 718 - volume IV) para negar-lhe provimento, em vista do Despacho Nº 1152 do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP, de 11 de outubro de 2011 (fls. 802 a 805 - volume IV) e do Parecer CONJUR/MI Nº 1121, de 9 de novembro de 2011 (fls. 809 a 813 - volume IV). Restitua-se ao DFRP/MI para adoção das providências complementares.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

## SECRETARIA EXECUTIVA
## DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 213, de 15 de dezembro de 2011, publicada no D.O.U. de 16 de dezembro de 2011, Seção 1 pág. 68, que promoveu a alteração da Modalidade de Aplicação de dotações orçamentárias consignadas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam,

Onde se lê:

programação orçamentária da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Leia-se:

programação orçamentária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

## CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

### RESOLUÇÃO Nº 436, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011

Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) - 1º Semestre de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - CONDEL/FCO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 35 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 62ª Reunião Ordinária realizada em 08.12.2011, em Brasília (DF), o Colegiado resolveu aprovar o Relatório de Gestão do FCO apresentado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2011, recomendando ao Banco a adoção das providências a seguir:

a) incrementar as contratações no DF, em articulação com o CDE/DF, a Sudeco e o Condel/FCO, de forma a atingir o percentual de 19,0% definido pelo Condel;

b) incrementar as contratações com agricultores familiares, aí incluídos os beneficiários da Reforma Agrária, com empreendedores individuais e com mini, micro e pequenos tomadores, especialmente nos Estados de MT e MS, em articulação com os CDE, a Sudeco, o Condel/FCO e o MDA, de forma a atingir o percentual definido pela Resolução Condel/FCO n.º 197, de 20.05.2003, c/c a Resolução Condel/FCO n.º 432, de 22.09.2011;

c) incrementar as contratações em municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica; e

d) desenvolver ações com vistas ao cumprimento, até o final do exercício de 2011, das metas estabelecidas nas alíneas "a" (Índice de Aplicação), "b" (Índice de Contratações com Menor Porte), "d" (Índice de Cobertura de Contratações no Exercício), "f" (Índice de Contratações por UF) e "g" (Índice de Contratações por Setor) da Resolução Condel/FCO n.º 417, de 25.03.2011.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

### RESOLUÇÃO Nº 437, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011

Programação do FCO para 2011. Adequação dos critérios de classificação do porte dos tomadores e de outras condições.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - CONDEL/FCO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 35 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 62ª Reunião Ordinária realizada em 08.12.2011, em Brasília (DF), o Colegiado resolveu aprovar proposta formulada pelo Ministério da Integração Nacional, no sentido de alterar a Programação do FCO para 2011, de modo a (a) adequar os critérios de classificação do porte dos tomadores do FCO (b) revisar a distribuição dos recursos por porte e (c) incluir, dentre as restrições do Fundo, os financiamentos de custeio e capital de giro, associado e/ou isolado, exceto quando se tratar de beneficiários de mini, micro, pequeno, pequeno-médio e médio portes, sendo que esta exceção somente se aplicará a este último, no caso de custeio ou capital de giro isolado, se o proponente tiver operação de investimento com recursos do FCO "em ser", com o que a referida Programação passa a ter a seguinte redação:

Título I - Introdução

[...]

Programas de Financiamento

A Programação está segmentada por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes programas:

a) Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais - EI e às Micro e Pequenas Empresas - MPE;

b) Programa de FCO Empresarial para Pequeno-Médias, Médias e Grandes Empresas - MGE;

c) Programa de FCO Rural;

d) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf;

e) Programa de FCO Empresarial para Repasse; e

f) Programa de FCO Rural para Repasse.

[...]

Título II - Programação Orçamentária

Distribuição dos Recursos

[...]

Notas:

[...]

(6) A assistência a pequeno-médias e médias empresas para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MGE, fica limitada a 5% dos recursos previstos para o exercício, respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa.

(7) A assistência a pequeno-médios e médios produtores rurais para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural e de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural - Convir, fica limitada a 15% dos recursos previstos para o exercício, respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa.

Aplicação dos Recursos

Para o exercício de 2011, estima-se uma aplicação na ordem de R$ 4.786,1 milhões em financiamentos aos setores produtivos da Região, correspondentes à totalidade de recursos previstos para o período.

Previsão de aplicação de recursos em 2011 (R$)

| Programas | DF | GO | MS | MT | Região | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores** | | | | | | |
| FCO Empresarial | 371.015.174,60 | 353.938.949,45 | 280.702.270,26 | 353.928.949,45 | 1.359.575.341,77 | 28,41 |
| Industrial | 91.875.172,11 | 155.431.146,47 | 59.544.024,39 | 52.889.242,44 | 359.139.685,80 | |
| Infraestrutura | 97.887.259,71 | 35.392.894,06 | 19.817.900,83 | 53.089.242,44 | 206.187.077,43 | |
| Turismo | 91.675.171,99 | 35.192.894,96 | 20.491.265,67 | 106.178.484,76 | 253.138.017,37 | |
| Comércio e Serviços | 89.577.570,79 | 127.442.013,67 | 150.849.400,07 | 141.571.579,83 | 511.090.563,76 | |
| FCO Rural | 92.753.793,65 | 353.938.949,45 | 280.702.270,36 | 353.926.949,45 | 1.081.313.962,82 | 22,59 |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 90.935.091,90 | 212.357.369,63 | 110.079.321,34 | 325.138.578,95 | 738.510.362,21 | |
| Demais Rurais | 1.818.701,75 | 141.571.579,83 | 170.622.948,52 | 28.790.370,50 | 342.803.600,60 | |
| Subtotal | 463.768.968,25 | 707.877.898,91 | 561.404.540,62 | 707.857.897,91 | 2.440.889.306,58 | 51,00 |
| **Médios e Grandes Tomadores** | | | | | | |
| FCO Empresarial | 356.465.559,93 | 340.049.382,30 | 269.694.338,09 | 340.049.383,81 | 1.306.258.663,61 | 27,29 |
| Industrial | 83.842.843,80 | 122.417.777,84 | 168.010.572,59 | 68.009.876,53 | 442.280.070,83 | |
| Infraestrutura | 97.557.250,73 | 33.864.143,60 | 17.799.826,33 | 68.009.876,63 | 217.581.105,29 | |
| Turismo | 83.847.843,68 | 33.864.143,57 | 14.563.695,07 | 68.009.876,63 | 200.284.558,75 | |
| Comércio e Serviços | 90.892.612,84 | 149.899.317,79 | 69.309.363,28 | 136.019.753,03 | 446.120.932,93 | |
| FCO Rural | 89,116,389,91 | 340.049.382,81 | 269.694.338,09 | 340.049.382,81 | 1.038.909.493,69 | 21,71 |
| Subtotal | 445.581.949,89 | 680.098.765,61 | 539.388.676,18 | 680.098.765,63 | 2.345.168.157,30 | 49,00 |
| **Resumo Geral** | | | | | | |
| FCO Empresarial | 727.480.734,53 | 693.978.332,26 | 550.396.608,35 | 693.978.332,26 | 2.665.834.007,38 | 55,70 |
| Industrial | 124.918.015,78 | 277.868.924,31 | 227.563.996,98 | 121.099.218,93 | 831.449.785,83 | |
| Infraestrutura | 195.334.519,44 | 69.259.037,56 | 37.617.406,64 | 121.099.219,03 | 423.750.182,72 | |
| Turismo | 134.918.015,67 | 69.259.037,53 | 35.056.961,57 | 174.188.361,39 | 453.422.576,12 | |
| Comércio e Serviços | 181.870.183,63 | 277.599.332,06 | 279.058.641,36 | 277.591.332,66 | 957.211.490,71 | |
| FCO Rural | 181.870.183,60 | 693.978.332,26 | 550.396.608,35 | 693.976.332,26 | 2.120.223.456,50 | 44,30 |
| Pronaf-RA e Pronaf Demais | 90.935.091,90 | 212.357.369,83 | 110.079.321,34 | 325.138.578,95 | 738.510.362,21 | |
| Demais Rurais | 90.935.091,70 | 481.620.962,64 | 440.317.286,40 | 368.839.753,31 | 1.381.713.094,29 | |
| Total | 909.350.918,14 | 1.387.956.664,52 | 1.100.793.216,69 | 1.387.956.664,52 | 4.786.057.463,88 | 100,00 |

[...]

Título III - Condições Gerais de Financiamento

[...]

2. RESTRIÇÕES:

2.1. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS: não constitui objetivo do FCO financiar:

[...]

d) aquisição de:

[...]

II. veículos automotores, exceto:

[...]

3) caminhões novos e usados com até 4 anos, inclusive frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, até o limite por tomador de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no setor Rural e de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) no setor Empresarial. Ficam vedados financiamentos a empresas transportadoras, exceto às de micro, pequeno, pequeno-médio e médio portes, cuja matriz esteja sediada no Estado alvo do financiamento;

[...]

i) animais de serviços, exceto os financiamentos destinados a:

I. mini e pequenos produtores rurais;

II. pequeno-médios, médios e grandes produtores rurais enquadrados em Programas e Projetos Oficiais de controle sanitário, em especial no caso de equídeos contaminados pela Anemia Infecciosa Equina - AIE, em substituição aos animais abatidos e/ou sacrificados;

[...]

m) capital de giro associado, aquisição de insumos e matéria-prima e formação de estoques para vendas, e custeio associado e/ou isolado, quando se tratar de beneficiários de:

I. médio porte, exceto quando associado a investimento ou quando o proponente tiver financiamento de investimento "em ser" ao amparo do Fundo;

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação Ofício nº 2, de 2012-CN:

Leitura: 3-2- 2012
Até 8-2 prazo para publicação e distribuição dos relatórios da matéria;
Até 23-2 prazo para apresentação de relatório;
Até 1º-3 prazo para apresentação de emendas; e
Até 8-3 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os relatórios de gestão fiscal dos seguintes Órgãos:

– **Governo Federal** (Mensagem nº 10, de 2012-CN; nº 18/2012, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011;
– **Supremo Tribunal Federal** (Mensagem nº 11, de 2012-CN; nº 14/2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011;
– **Senado Federal** (Ofício nº 4, de 2012-CN; Ato do Presidente nº 6, de 2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011;
– **Câmara dos Deputados** (Ofício nº 5, de 2012-CN; nº 65/12/GP, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011;
– **Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios** (Ofício nº 6, de 2012-CN; nº PGR/GAB/48/2012, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011;
– **Tribunal Superior do Trabalho** (Ofício nº 7, de 2012-CN; nº TST/GDGSET/GP/15/2012, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011;
– **Conselho Nacional do Ministério Público** (Ofício nº 8, de 2012-CN; nº 002/2012/PRESI-CNMP, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011;
– **Conselho Nacional de Justiça** (Ofício nº 9, de 2012-CN; nº 14/GP-SOF/2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011;
– **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** (Ofício nº 10, de 2012-CN; nº GPR 2561/2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011; e
– **Tribunal de Contas da União** (Aviso nº 1, de 2012-CN; nº 34-GP/TCU, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011.

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação das matérias:

Leitura: 3-2- 2012
até 8-2 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;
até 23-2 prazo para apresentação de relatório;
até 1º/3 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
até 8-3 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As matérias vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Srª Senadora Ivonete Dantas enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

**A SRA. IVONETE DANTAS** (Bloco/PMDB – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no momento em que iniciamos nossos trabalhos legislativos não poderia deixar de homenagear a memória de um dos mais ilustres filhos do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, é com grande pesar que assomo a esta tribuna para registrar nos Anais desta Casa, o falecimento ocorrido no dia 15 de janeiro próximo passado, aos 93 anos de idade, de Manoel Torres de Araújo, considerado um dos principais líderes políticos do Rio Grande do Norte, e em especial, do Município de Caicó e da região do Seridó norteriograndense.

Manoel Torres nasceu em 15 de fevereiro de 1918, em Caicó/RN. Um dos nove filhos de Paulino Barbosa e Maria Marcolina, foi casado por quase sessenta anos com Oscarina Torres com quem teve seis filhos.

Seu Manoel, como era conhecido no meio político estadual, foi um dos fundadores do antigo PSD e, com a reforma política, filiou-se ao MDB, depois PMDB, sendo, também um dos seus fundadores no Estado.

Manoel Torres foi Deputado Estadual por quatro legislaturas e exerceu o mandato de Prefeito de Caicó por duas vezes: 1973-1975 e 1989-1992, e também vice-Prefeito de Caicó, e ainda suplente do Senador Geraldo Melo.

É importante também frisar que, como Deputado Estadual, Manoel Torres foi o responsável pelos projetos que instituíram as emancipações políticas dos municípios de Timbaúba dos Batistas e de São Fernando.

Sr. Presidente, Manoel Torres será sempre lembrado por todos como um homem de visão, um homem íntegro, um exemplo de ética e honradez, sempre comprometido com a correção no trato com a coisa pública. Um exemplo a ser seguido por todos aqueles que almejam servir ao seu Estado acima de todas as coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 59 minutos.)*

## ATA DA 226ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 211,** de 13 de dezembro de 2011)

## RETIFICAÇÕES

No Sumário, 1ª coluna, no item 1.2.4 – Pareceres, onde se lê:

Nº 1.380, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2010

Leia-se:

Nº 1.380, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 1 a 6-CI, apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2010

Às páginas 53443, 53448, 53453, 53454, 53456, 53458, 53463 e 53469, onde se lê, respectivamente:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2011

Leia-se:

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 4, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 6, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 9, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 10, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 11, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 12, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 15, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 20, DE 2011

# ATA DA 228ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 212**, de 14 de dezembro de 2011)

## RETIFICAÇÕES

À página 53641, 2ª coluna, por erro gráfico no texto, republique-se o Requerimento nº 1.543, de 2011:

## REQUERIMENTO Nº 1.543, DE 2011

Nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 176, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 713, de 2011, tendo em vista regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões,

SENADOR **DEMÓSTENES TORRES**

À página 53759, em relação ao Parecer nº 1.412, de 2011, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 652, de 2007, por erro gráfico, *onde se lê*:

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

*Leia-se:*

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

À página 53877, por omissão gráfica de parte do texto, republique-se o Parecer nº 1.423, de 2011:

# PARECER Nº 1.423, DE 2011

DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2007-Complementar, da Senadora Marisa Serrano, que *altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para ampliar as hipóteses de direito a créditos de ICMS na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária*

Relator: **Senador NEUTO DE COUTO**

Relator *ad hoc*: Senador JOÃO RIBEIRO

## I – RELATÓRIO

O PLS nº 272, de 2007 – Complementar, de autoria da Senadora Marisa Serrano, tem por objetivos: ampliar as hipóteses em que o produtor rural possa se creditar dos valores de ICMS cobrados do fornecedor na compra (entrada) dos insumos utilizados na produção, quando a venda dos produtos (saída) for isenta ou não tributada; permitir a apropriação dos créditos de ICMS de equipamentos e outros bens de capital utilizados na produção agropecuária em prazo de doze meses, quando o previsto para as demais atividades é de quarenta e oito meses; e imputar à União a responsabilidade pelo ressarcimento, aos Estados, dos valores que estes entes da Federação venham eventualmente a perder em função dos efeitos da aprovação do projeto de lei.

O primeiro objetivo seria alcançado por meio da alteração da redação do inciso I do § 3º do art. 20 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), e de acréscimo de § 7º ao mesmo artigo. A alteração do referido inciso deixa de citar a produção rural como uma das atividades sujeitas à vedação ao crédito de ICMS nas situações em que não haja tributação na saída – por isenção ou não-tributação, com exceção feita à produção para a exportação. Já o § 7º, que passaria a fazer parte do art. 20, diz explicitamente que:

*"dá direito a crédito a aquisição de mercadoria ou serviço para integração ou consumo na produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto."*

O segundo objetivo dependeria da inclusão de § 8º e incisos de I a V no mesmo art. 20, que, na verdade, reproduzem em grande parte a redação do já existente § 5º do artigo, com as seguintes diferenças:

i) a redação atual prevê o tratamento tributário para os créditos de ICMS de bens de ativo permanente de todas as atividades; o proposto § 8º se restringe aos bens de ativo permanente para a atividade agropecuária;

ii) a redação atual prevê prazo de escalonamento do crédito de quarenta e oito meses; no proposto § 8º, ele é de apenas doze meses;

iii) a redação atual prevê perda do benefício em caso de venda do ativo permanente em prazo inferior a quatro anos; proposto § 8º prevê a perda do benefício se a venda se der em prazo inferior a um ano.

O terceiro objetivo seria alcançado com a inclusão de art. 2º, que prevê que a União deverá ressarcir os Estados das perdas de receitas decorrentes da aplicação das alterações previstas no art. 1º da proposição.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da Constituição Federal – CF) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

A regra geral, estabelecida no art. 155, § 2º, II, *b*, da Constituição Federal (CF) é anulação dos créditos anteriores quando a saída da mercadoria ou a prestação de serviço for isento ou não sofrer incidência de ICMS. Essa é a chamada "esterilização" dos créditos de ICMS.

Porém, aquele dispositivo também autoriza que a legislação excepcione essa regra geral, assim como a alínea *c* do inciso XII do § 2º do art. 155 da CF estabelece que cabe à lei complementar "disciplinar o regime de compensação do imposto".

No caso, o PLS em análise tem a forma de lei complementar, podendo dispor sobre a matéria.

Além disso, estabelece-se que a União irá ressarcir os Estados em razão de perda de arrecadação eventualmente comprovada. Não há qualquer dispositivo constitucional a vedar que a União, por meio de lei própria, no exercício de competência legislativa própria, possa estabelecer obrigações para si.

Não há, no PLS, qualquer "vinculação de receitas" vedada constitucionalmente, pois a vedação prevista na CF, salvo as exceções expressas, refere-se à "vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa" (art. 167, IV). No caso, o PLS não está

estabelecendo que determinado imposto irá custear o ressarcimento previsto.

Esse ressarcimento até poderia ser estabelecido por emenda constitucional. Tal ocorreu por ocasião do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 42, de 2003, que introduziu o art. 91 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), exatamente porque alterou o art. 155, § 2º, X, *a*, da CF, de modo a constitucionalizar a não incidência do ICMS nas exportações para o exterior também de produtos primários ou semi-elaborados.

No presente caso, não há necessidade de alteração da Constituição, exatamente pela existência dos permissivos mencionados. Se assim não fosse, a Lei Kandir não poderia disciplinar o ICMS.

Portanto, o PLS em análise é constitucional.

Não há ressalvas a fazer no tocante à técnica legislativa.

Passemos à análise do mérito.

A lógica do sistema de créditos e débitos para efeito de apuração do valor a pagar pelo contribuinte de ICMS decorre da não cumulatividade.

Assim, dentro de uma cadeia produtiva, o ICMS que foi pago em uma operação anterior deve ser compensado com o valor a ser pago na operação subseqüente. O ICMS, portanto, incide apenas sobre o valor agregado ao produto.

Como vimos acima, a regra geral, estabelecida no art. 155, § 2º, II, *b*, da CF, é anulação dos créditos anteriores quando a saída da mercadoria ou a prestação de serviço for isento ou não sofrer incidência de ICMS. Essa é a chamada "esterilização" dos créditos de ICMS.

O PLS em análise cria exceção àquela regra: estabelece que a aquisição de mercadoria ou serviço para integração ou consumo na produção rural dará direito a crédito, mesmo nas hipóteses em que a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto.

Trata-se de medida salutar, que irá beneficiar os produtores rurais, pois ao comprarem mercadorias que foram tributadas pelo ICMS, estão, de fato, pagando o imposto como contribuinte de fato, uma vez que o ICMS foi embutido no preço das mercadorias. Por esse motivo, a medida é também justa, pois não se está criando um crédito "fictício". Ao revés, trata-se apenas de conceder um crédito relativo a um imposto que foi efetivamente pago.

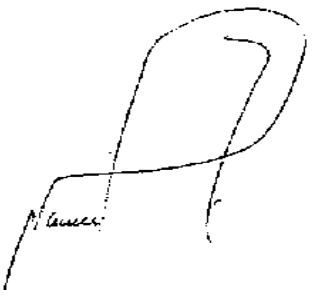
Deve-se notar que o produtor rural é também contribuinte de direito de ICMS: nem todos os produtos que ele vende são isentos ou não tributados.

É justo, portanto, que o proprietário rural possa receber o crédito de ICMS que estava embutido no preço das mercadorias que ele adquiriu para a produção, seja como insumo, seja para seu ativo permanente. Com isso, estaremos estimulando a produção rural e fazendo justiça.

## III – VOTO

À vista do exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2007 – Complementar.

Sala da Comissão, 26 de setembro 2007



, Presidente

, Relator

# COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

**PROPOSIÇÃO:** PLS Nº 272, DE 2007 - Complementar

**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE** 26/9/2007, **OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

| | |
|---|---|
| PRESIDENTE: EM EXERCÍCIO SEN. EXPEDITO JUNIOR | |
| RELATOR: AD HOC. SEN. JOÃO RIBEIRO | |
| **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT PR PSB PC DO B PRB PP PTB)** | |
| SIBÁ MACHADO | 1- PAULO PAIM |
| DELCÍDIO AMARAL | 2- ALOIZIO MERCADANTE |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | 3- JOÃO RIBEIRO |
| EXPEDITO JÚNIOR | 4- AUGUSTO BOTELHO |
| JOÃO PEDRO | 5- JOSÉ NERY |
| **PMDB** | |
| GARIBALDI ALVES FILHO | 1- VALDIR RAUPP |
| LEOMAR QUINTANILHA | 2- ROMERO JUCÁ |
| PEDRO SIMON | 3- VALTER PEREIRA |
| NEUTO DE CONTO | 4- MÃO SANTA |
| **BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)** | |
| HERÁCLITO FORTES | 1- EDISON LOBÃO |
| CÉSAR BORGES | 2- ELISEU RESENDE |
| JONAS PINHEIRO | 3- RAIMUNDO COLOMBO |
| KÁTIA ABREU | 4- ROSALBA CIARLINI |
| CÍCERO LUCENA | 5- MARCONI PERILLO |
| FLEXA RIBEIRO | 6- JOÃO TENÓRIO |
| MARISA SERRANO | 7- SÉRGIO GUERRA |
| **PDT** | |
| OSMAR DIAS | 1- JOÃO DURVAL |

Às páginas 53898 e 53899, por erro gráfico no texto, republique-se o Ofício nº 269/2011 – PRESIDÊNCIA/CAS:

**OFÍCIO Nº 269 /2011 - PRESIDÊNCIA/CAS**

**Brasília, 07 de dezembro de 2011.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011, de autoria do Senador Waldemir Moka, que *altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para instituir isenção da contribuição destinada à Seguridade Social nos casos de contratação realizada conforme a política de reinserção social prevista no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)*, e a Emenda nº 1-CAS.

**Respeitosamente,**

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

À página 53900, 1ª coluna, *onde se lê*:

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o Ofício nº 478, de 2011, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2011.

*Leia-se:*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o Ofício nº 478, de 2011, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2010.

## ATA DA 235ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 219**, de 23 de dezembro de 2011)

## RETIFICAÇÃO

Às páginas 55783 a 55788, republique-se o pronunciamento do Sr. Presidente, Senador José Sarney, para fazer constar os documentos aos quais se refere:

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não há mais oradores.

Tenho a obrigação e o dever, como Presidente da Casa, de encerrar os nossos trabalhos deste primeiro ano da 54ª Legislatura. E começo minhas palavras com o tema da paz, aqui levantado pelo Senador Cristovam Buarque.

O tema da paz é, sem dúvida, a maior de todas as aspirações da humanidade, em nível global e em nível individual. V. Exª citou um comportamento das tribos indígenas, e eu quero citar aquela definição sobre a paz, que é a mais alta de todas. Quando Cristo dirigia-se aos seus apóstolos, ele dizia sempre: "A paz esteja contigo". Isso quer dizer a paz que não significa ausência de guerra, mas a paz cristã, aquela paz interior, que dá tranquilidade a cada um de nós de ter a consciência de estar praticando as coisas corretas, as realizações dos nossos deveres morais, dos nossos deveres de convivência, dos nossos deveres para com o nosso próximo e para com a humanidade.

Sobre a ausência de guerra, Kant, filósofo que V. Exª bem conhece, filósofo da razão pura, escreveu o livro *A Paz Perpétua*. Ele sonhava com uma paz idealista, em que houvesse compreensão entre os homens para que pudessem viver permanente entendidos. E o nosso poeta T. S. Eliot tem um poema muito conhecido, em que fala sobre o tempo. Ele diz que o tempo presente é uma síntese do tempo passado e do tempo futuro.

Portanto, eu abro as minhas palavras com o tema levantado pelo Senador Cristovam Buarque.

E quero, em primeiro lugar, agradecer às Senadoras e aos Senadores que, durante este ano, colaboraram conosco da Mesa e colaboraram também com o Senado Federal, no trabalho que realizaram, no clima de convivência que tivemos a oportunidade de atravessar neste ano, de harmonia dentro da nossa Casa e, ao mesmo tempo, de uma compreensão dos deveres maiores do Senado para com o País.

Na abertura dos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa desta 54ª Legislatura, nós já podíamos perceber o nível da reunião deste ano, com o desejo de participação com que chegaram as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, que vinham somar suas experiências às experiências dos que aqui já estavam e que permaneceriam por mais quatro anos, o início de um ano de grande importância também para todo o Senado, que o colocaria num plano destacado na discussão dos grandes temas nacionais.

Essa percepção de que teríamos um ano de um Senado vibrante foi se confirmando ao longo dos meses.

No âmbito das nossas comissões, tivemos uma extensa pauta de deliberações, que não impediu que se aprofundasse nas discussões esclarecedoras de temas os mais relevantes. Realizamos 430 audiências públicas, que é um número extraordinário, pelo qual nós verificamos o quanto avançamos na participação, e na participação da cidadania, nos trabalhos desta Casa.

Sem dúvida alguma, este foi um dos braços mais importantes que nós tivemos no avanço do Parlamento moderno: a audiência permanente do povo sobre os assuntos submetidos à nossa consideração. O intercâmbio, portanto, das nossas ideias com a sociedade civil, característica, sem dúvida, marcante das casas legislativas, atingiu seu mais alto ponto de demanda, eu acho, neste ano, durante toda a história do nosso Parlamento. São números realmente impressionantes esses que nós temos, e que o trabalho do dia a dia nos impede de ver, na totalidade, o que se está realizando no conjunto.

O acervo de contribuição dessas audiências públicas foi tão extraordinário que levou à concepção e à publicação de uma revista que nós temos aqui – peço a atenção dos Senadores e Senadoras para ela –, que é a revista *Em Discussão*, na qual nós temos a oportunidade de resumir toda essa participação da sociedade civil dos nosso trabalhos. E a cada número novo é um debate determinado do que nós tivemos dessas audiências. Resultou também em programas que foram transmitidos através da televisão do Senado, todas elas cobertas pela nossa rede comunicações.

Em 2011, eu também quero acrescentar que, mais uma vez, o Senado se defrontou com grandes desafios, que exigiram de todos nós um grande senso de responsabilidade e da capacidade de conciliação e do

diálogo, que é, sobretudo, o que caracteriza o ponto mais importante da vida pública, que cabe a nós, políticos, justamente essa intermediação entre o povo e o governo na harmonização de todos os nossos conflitos.

No campo econômico, aprovamos a Desvinculação das Receitas da União, demonstrando o Senado que consegue, com a devida celeridade, compatibilizar dissensos quando se trata do interesse maior, do interesse público, como era o caso da responsabilidade fiscal.

Na regulamentação da Emenda 29 igualmente o Senado conseguiu avanços importantes, ainda que não pudéssemos contemplar na proposta todas as demandas que foram oferecidas.

Aprovamos também, é bom recordar, o cadastro positivo, a empresa individual de responsabilidade limitada, a reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Foram pontos importantíssimos que muitos estão e irão servir à sociedade brasileira.

A capacidade, como eu disse, de diálogo e compatibilização de dissensos também foi exaustivamente exigida durante as discussões, por exemplo, da matéria do Código Florestal. Acredito que o Senado tenha conseguido encontrar o equilíbrio entre a produção de alimentos e a conservação do meio ambiente, conjugando as necessidades presentes com os interesses das futuras gerações.

No tema do trânsito, foi tipificada a conduta de dirigir veículo automotor sob a influência do álcool ou substância psicoativa. Essa era também uma demanda muito grande do povo brasileiro, porque realmente choca a todos nós, diariamente, ver o quanto essa irresponsabilidade de direção de veículos sob o uso dessas drogas tem atingido a vida de muitas pessoas e famílias. Além disso, várias medidas foram aprovadas na área penal e na área de segurança pública.

Na seara jurídica, cabe destacar o trabalho da Comissão de Juristas, que foi constituída aqui dentro do Senado para elaboração do novo Código de Defesa do Consumidor, atualmente presidida pelo Ministro Herman Benjamin e sobre o Código Eleitoral, que está em grande trabalho, um trabalho difícil, sob a presidência do Ministro José Antonio Dias Toffoli. Quero recordar também que, no ano passado, realizamos o trabalho de revisão de códigos que tinham muitos anos, como o Código Civil e como também o Código de Processo Penal.

Não foi menos frutífero também o trabalho do nosso Senado em matéria de educação. A criação do Pronatec, por exemplo, ampliará o acesso do estudante jovem ao ensino técnico, porta de entrada para o mercado de trabalho. No mesmo sentido, de ampliar as oportunidades de trabalho dos jovens, o Senado determinou que se destinasse parte da arrecadação das loterias federais ao Programa Nacional de Jovens (Projovem). Em relação aos direitos humanos, muitos foram os projetos aprovados que visam a ampliar os direitos de idosos, de pessoas com deficiência e das demais minorias.

No âmbito da transparência e do acesso à informação, podemos afirmar que o ano de 2011 foi histórico, com a aprovação das leis da Comissão da Verdade e de Acesso à Informação. A Comissão da Verdade contribuirá para constituir um futuro de reconciliação e de estabilidade democrática. A Lei de Acesso à Informação, por sua vez, ampliará o acesso de qualquer cidadão às informações produzidas e armazenadas pelo Poder Público.

A propósito, o Senado, que já adotava os princípios básicos de publicidade e transparência administrativa, divulgando amplamente suas realizações, incorporará, já no primeiro semestre de 2012, as diretrizes de transparência preconizadas pela nova legislação, especialmente com o Portal da Transparência. O nosso Portal da Transparência é um exemplo. Tudo que acontece nesta Casa, nós damos conhecimento ao povo brasileiro através do nosso Portal da Transparência, nos mínimos detalhes. Além de outros programas aqui feitos pelo Senado. Quero dar o exemplo do Siga Brasil, pelo qual podemos acompanhar todas as verbas que são destinadas a todos os serviços públicos e, ao mesmo tempo, todo o Orçamento, até a realização final. Este programa Siga Brasil, hoje, não está somente à disposição dos nossos Senadores, mas à disposição do povo brasileiro e até mesmo do Poder Executivo, que é quem mais demanda esses nossos serviços.

O maior desafio agora é tornar, portanto, mais ágil o acesso a informações, utilizando recursos eletrônicos que facilitem a pesquisa do próprio cidadão, bem como possibilitem a requisição de informações e certidões de interesse público. Portanto, elas já estão à disposição do público, mas devemos agora entrar no processo de facilitar, de tornar mais fácil o acesso da população a esse volume de informações que hoje já damos a todo povo brasileiro. É preciso ampliar, portanto, os canais de atendimento ao cidadão, oferecendo orientações para, mais facilmente, ele obter informações, além de disponibilizar respostas automáticas para as perguntas mais frequentes da sociedade.

No âmbito institucional, considero de pleno sucesso a iniciativa que abriu o Senado aos estudantes de todo o Brasil na realização do projeto Jovem Senador , que é, sobretudo, um exemplo e um incentivo a toda mocidade brasileira e que deu, durante muitos dias, aos estudantes selecionados a oportunidade de discutirem e votarem proposições legislativas e de conhecerem o funcionamento da Casa, ao mesmo tempo, despertando vocações e interesses pela vida pública.

Devo lembrar também que a plena consecução pelo Senado Federal de suas atribuições constitucionais foi possível, em grande parte, pela implementação de diversas melhorias no âmbito do processo legislativo coordenadas pela Secretaria-Geral da Mesa. Essas medidas permitiram disponibilizar, em tempo real, as notas taquigráficas das sessões e eventos em curso no plenário e nas comissões. Além disso, as pautas e resultados de todas as sessões e reuniões ficaram acessíveis de maneira célere e muito clara. Isso demandou um grande trabalho, envolveu grandes equipes, comandadas pela nossa eficiente Secretária-Geral da Mesa, Drª Claudia Lyra.

Foram também aperfeiçoadas as informações que tínhamos disponíveis sobre as atividades legislativas na Internet. Podemos destacar a seção de Consolidações Temáticas, que traz informações sobre a aprovação de autoridades pelo Senado, quadros comparativos sobre leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais de vários anos. Em outra seção, de Resenhas e Estatísticas, é possível extrair informações sobre as matérias deliberadas e sua respectiva classificação temática.

A utilização dos Avulsos Eletrônicos trouxe significativa e contínua economia não só de papéis, como também de tempo, substituindo as fotocópias por documentos disponíveis nos sistemas eletrônicos.

O esforço de renovação da Casa, porém, não se encerra aí. O processo legislativo apresenta inúmeras perspectivas de implantação eletrônica para 2012. Entre eles, destacamos o que estamos realizando sobre a modernização das comissões, projeto por meio do qual se pretende dotar esses colegiados de dispositivos móveis, em que estarão disponíveis todos os documentos que integram a pauta de cada reunião. Além disso, haverá um portal específico na Internet, para divulgar os dados e registros das reuniões e das audiências públicas. Tivemos, na última reunião da Mesa, a que estávamos presentes, a oportunidade de ver a nossa equipe toda fazer a exposição desse novo instrumento, que vamos colocar à disposição do Senado e do povo brasileiro.

Também estão sendo desenvolvidos sistemas de apoio à produção de textos legislativos de meio eletrônico e estruturado. A primeira ferramenta foi um editor de emendas, LexEdit, que deverá evoluir para um sistema capaz de apoiar a elaboração de proposições, como projetos e propostas de emenda à Constituição. Isso permitirá a produção automática de textos consolidados, de quadros comparativos e da versão final de proposições aprovadas. Isso é também outro grande avanço, que vai facilitar muito os nossos trabalhos e também a vida dos nossos juristas, de todos aqueles que se interessam pelo trabalho legislativo.

No âmbito administrativo, sob a coordenação da nossa Diretoria-Geral, foram adotadas em 2011 importantes medidas de gestão. Entre elas, destaca-se a implementação de ações para um programa de Governança e Gestão do Senado. Isso, sem dúvida alguma, é um grande avanço na modernização da administração pública, e o Senado está sendo pioneiro, pois já estamos projetando para o futuro; estabelecendo um sistema de governança e de gestão dentro do Senado.

Como parte desse programa, a Comissão Diretora aprovou a Agenda Estratégica da Administração, fato inédito não só em nossa Casa como também na Administração brasileira, determinando o norte, determinando a estratégia, em busca da profissionalização da gestão e da excelência organizacional. Com isso, passaremos a tratar de forma sistêmica e sistematizada a melhoria contínua de nossa máquina administrativa, a transparência em relação com a sociedade.

Podemos, ainda, registrar os seguintes pontos alcançados pela Diretoria Administrativa da Casa:

- instituição de uma política de capacitação de servidores da Casa, definida pelo Ato nº 10/2011 da Comissão Diretora; concursos que estão sendo feitos de capacitação para os nossos servidores e que, no trabalho do Instituto Legislativo Brasileiro, permanentemente tem dado oportunidade a todos os nossos servidores de fazerem cursos que signifiquem não só estarem melhor capacitados para as nossas atividades como também da melhoria dos nossos serviços;

- implantação do Portal do Gestor, que oferece de forma integrada informações *online* dos sistemas referentes a recursos humanos, tecnologia, equipamentos, processos e demandas, com o objetivo de facilitar e dar agilidade à tomada de decisões na Casa;

- unificação das cotas de exercício da atividade parlamentar, que reuniu as verbas de passagens e a indenizatória, sendo a cota administrada pelo parlamentar dentro dos limites dos recursos, o que permite maior transparência no uso da verba;

- economia de mais de R$14 milhões nas compras, em virtude da racionalização de processos e adoção do pregão eletrônico como modalidade prioritária nas aquisições;

- aprimoramento do Portal da Transparência, ampliando o acesso a informações da cota de exercício parlamentar, da relação de terceirizados e do detalhamento da despesa diária por elemento de despesa;

– racionalização das jornadas de trabalho e economia no pagamento do serviço extraordinário da ordem de R$ 32 milhões em comparação com o ano de 2010;

– mudanças no Sistema Integrado de Saúde (SIS), que passou por substancial reformulação, resultando na elevação das receitas em mais de R$6 milhões e na redução das despesas em cerca de R$10 milhões;

– ampliação do acesso à Internet, com repercussão em todos os sistemas e aumento de 150% na capacidade de acessos simultâneos à TV e à Rádio Senado na Internet.

Para que tenhamos um exemplo extraordinário do que significa isso hoje para o povo brasileiro, nós podemos citar dois números. O primeiro:

tivemos este ano cem milhões de acessos à nossa agência de notícias. Cem milhões de acessos à nossa agência de notícias durante o ano! E tivemos um milhão de acessos no Alô Senado, no qual a população interage com os Senadores. Isso significa a importância que o Senado tem dado a essa interatividade entre a nossa Casa legislativa e a população brasileira. São números impressionantes, e, por trás deles, encontra-se o grande trabalho que foi feito de modernização da Casa, de avanços a que pudemos proceder durante esses anos e, principalmente, continuando no ano que passou.

Mais uma iniciativa no campo administrativo: desenvolvimento e implantação, pelo Prodasen, de um novo sistema de emendas ao Plano Plurianual (PPA), decorrente dos conceitos e estrutura inovadores do PPA 2012-2015. O sistema foi desenvolvido em pouco mais de dois meses, possibilitando o processo de análise, emendamento e votação do PPA.

Srs. Senadores, peço desculpas, mas eu tenho de dizer como o Padre Vieira dizia: "Eu não tenho tempo de ser tão breve, já que foram tantos os nossos trabalhos e as nossas realizações".

Feito esse resumo, que busca refletir, de maneira pequena, o conjunto de realizações protagonizadas pelo Senado Federal no ano de 2011, gostaria de acrescentar que os planos para 2012 não são menos ambiciosos. Temos uma longa agenda legislativa para discutir e votar, avançando no processo de mudanças por que passa o nosso Brasil.

Além disso, buscaremos ampliar os meios de acesso de participação da sociedade. O objetivo é aproximar, como disse, o cidadão do Legislativo para que ele possa entender o funcionamento do Senado, a elaboração das leis e do orçamento, além de opinar sobre assuntos em discussão e apresentar soluções legislativas.

Sempre tenho repetido que o Parlamento é o coração do sistema democrático, porque é aqui que o povo tem a oportunidade de manifestar todas as suas aspirações, de questionar os governos, questionar suas instituições, questionar a sociedade, quer dizer, é aqui que o povo tem acesso e pode discutir essas coisas todas nesse coração da democracia, que é o Parlamento, do qual faz parte o Senado brasileiro.

Não é por outro motivo que nós estamos aqui todos os dias vendo as nossas praças que circundam esta Casa com a presença de tantos brasileiros. Por quê? Porque eles sabem que é aqui que são ouvidos, é aqui que eles têm voz.

Portanto, é essa a nossa função que nós temos que aceitar, realmente com todas as nossas dificuldades, sacrifícios e incompreensões que sempre existem em relação ao Parlamento. Por quê? Porque o parlamento se distingue dos outros Poderes porque as nossas decisões são abertas, todo mundo participa delas discuti, constrói, opina e, às vezes, elas são aceitas por todos nós. Os outros Poderes não têm essa faculdade porque o juiz decide solitariamente, o Poder Executivo também, da mesma maneira toma as suas decisões, em grupos ou equipes, mas sem esse acompanhamento a que o Parlamento é submetido, à visão do povo.

Por isso é que se diz que sem Parlamento não há democracia forte e, sem Parlamento forte, não é há democracia forte.

A face do Senado hoje para quem demanda seus trabalhos e acompanha suas atividades é de uma Casa que se caracteriza cada vez mais pela busca da modernidade. Eu, que já tenho alguns anos, muito tempo, nesta Casa, posso verificar o quanto foram modificados os procedimentos, o quanto foi melhorada a qualidade dos nossos trabalhos, porque, quando me lembro do Senado passado em que nós apenas tínhamos – e chama-se até hoje – a chapelaria, por quê? Porque é ainda uma reminiscência do passado, em que os Parlamentares só tinha lugar de colocar o seu chapéu na entrada da Casa, sem nenhum apoio logístico para poder desempenhar a sua função.

Hoje, a nossa Casa se amplia cada vez mais em Comissões, em Subcomissões. São 72 Comissões e Subcomissões funcionando diuturnamente. Cada Senador se devota a esses trabalhos, e isso, sem dúvida alguma, demanda apoio, estrutura, gente qualificada. E, no funcionalismo da nossa Casa, há gente muito boa e qualificada, de que nos servimos, para que nossos trabalhos melhorem cada vez mais.

Deixamos de ser aquilo que se dizia no século XIX, de que o Parlamento era a Casa do discurso. O discurso é a forma mais simples de fiscalização. Compete ao Parlamento se tornar aberto à interação com a sociedade, mas, ao mesmo tempo, o Parlamento não só critica e fiscaliza pelo discurso, mas também acompanha e fiscaliza pelas Comissões de Inquérito. Aqui, é feita a votação do Orçamento, aquilo que constitui o controle, aquilo que constitui o coração, e o povo participa do autogoverno, que é feito pela democracia.

Neste ano, houve o funcionamento permanente de Comissões temporárias, além das Comissões de Inquérito, das comissões de estudos, que fiscalizam e controlam o Governo, como é de sua competência, e exercem, em nome da Federação, essa delegação que nos é outorgada pelo povo.

Ressalto o quanto nós preservamos nesta Casa a prática da controvérsia, o âmago da democracia, que está em conformidade com a harmonia nesta Casa. Devemos reconhecer a austeridade com que o Senado tem se conduzido e o diálogo e o respeito que têm presidido as relações entre Senadores de todos os partidos, de todas as ideias, de todas as correntes, de todas as crenças.

O Senado vive um momento que considero exemplar de maturidade democrática, na racionalidade de suas discussões, sem prejuízo do vivo e apaixonante clima do debate das ideias, das posições políticas e do jogo democrático.

Não posso deixar de manifestar, contudo, nossa frustração – minha pessoalmente – por não ter sido ainda votada na Câmara dos Deputados a emenda constitucional referente às medidas provisórias, que vai melhorar seu processo de apreciação e que dará ao Senado mais tempo para examinar as matérias que são submetidas às nossas decisões.

O volume de trabalho feito pela Casa em busca da transparência é notável, com os nossos portais eletrônicos, com o nosso sistema de comunicação e de apoio logístico a todos os trabalhos de diversos setores, permitindo – repito – que o povo brasileiro acompanhe as nossas atividades e delas participe. Isso, no conjunto, pode dar a todo Brasil o sentido de que o nosso Senado é uma Casa de modernidade, não uma Casa de antiguidade.

A reforma administrativa, que concluirá os instrumentos necessários à racionalização da estrutura administrativa, embora ainda não aprovada pela Casa – é bom que se saiba disso –, já foi em grande parte implantada, inclusive com o Plano de Cargos e Carreiras totalmente em vigor.

Finalmente, Srªs e Srs. Senadores, depois dessa longa exposição, eu gostaria de ressaltar o grande trabalho desempenhado pelos servidores da Casa. Quero agradecer a eles essa colaboração, nas pessoas da Secretária-Geral da Mesa, Drª Claudia Lyra; da Diretora-Geral, Drª Doris Peixoto; e do Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando César Mesquita. Em nome desses três dirigentes de nossa Casa, quero cumprimentar e felicitar todos os funcionários do Senado Federal.

Por fim, desejo a todos um feliz Natal e um ano de 2012 de muitas realizações!

O Padre Vieira dizia, no Sermão dos Bons Anos, que somos muito avarentos, porque, no nosso relacionamento, costumamos dizer às pessoas: "Bom dia!". Não dizemos "boa semana", não dizemos "bom mês". Portanto, quando vinha o ano-novo, não deveríamos saudar, dizendo: "Bom ano-novo!". Deveríamos dizer: "Bons anos!". É o que desejo a todos os Senadores e Senadoras, a todos os funcionários da nossa Casa e ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. PRESIDENTE, SENADOR JOSÉ SARNEY:

# ALGUMAS MATÉRIAS DELIBERADAS

## MEIO AMBIENTE

**CÓDIGO FLORESTAL**:

- regulamenta a proteção da vegetação nativa;
- define a produção agrícola em Áreas de Preservação Ambiental (APPs) e de Reserva Legal;
- incentiva o reflorestamento;
- oferece tratamento diferenciado à agricultura familiar.

## ACESSO À INFORMAÇÃO

- Criação da Comissão Nacional da Verdade

- Acesso a Informações

## SAÚDE

- Regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000 (recursos para a saúde)

- Regulamentação de fornecimento de medicamentos no SUS

- Alimentação saudável nas escolas.

- Criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), para promover melhorias no sistema de saúde ligado às Universidades.

*Atualizado em 21/12/2011*
*Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal*

# EDUCAÇÃO

- Criação do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

- Permanência do aluno na escola da educação básica em caso de falta de professores.

# DIREITOS HUMANOS

- Programa de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas e aumento de segurança de colaboradores

- Combate ao *bullying*

- Destinação de parte da arrecadação de loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens – Projovem

- Instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

- Criação de áreas de assentos para pessoas portadoras de deficiência e para pessoas obesas nas casas de diversões públicas.

- Autorização do salário-maternidade às mães de prematuros extremos

- Concessão de auxílio ao produtor agrícola, vítima de calamidade pública

- Redução da pena por estudo

- Garantia a idosos de prioridade na aquisição de unidades residenciais térreas

- Reserva de 3% das unidades residenciais em programas habitacionais a idosos

- Possibilidade de identificação nas cédulas brasileiras por pessoa com deficiência visual.

- Obrigação do agressor afastado da moradia a prestar alimentos à criança ou adolescente.

- Ensino de Libras na educação infantil

- Atendimento universitário aos povos indígenas

- Extensão aos avós do direito de visita.

## PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

- Aviso prévio proporcional de até 90 dias.

- Estabelecimento de diretrizes para a política de valorização do salário mínimo a vigorar entre 2012 e 2015

- Vedação de práticas que estimulem o aumento de velocidade de motoboys para diminuir os acidentes de trabalho

- Estabelecimento de intervalos de descanso para trabalhadores em transporte público urbano e metropolitano para diminuir o número de acidentes de trabalho

- Concessão do benefício do seguro-desemprego ao empregado doméstico de forma universal

- Redução da alíquota da contribuição previdenciária para empregadores e empregados domésticos

- Inclusão previdenciária para as pessoas que não possuem renda e se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico

- Criação do PROIN - Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos

- Vedação à fixação de limite etário máximo na admissão ou permanência da relação de emprego (proteção ao idoso)

- Permissão da constituição de advogado, verbalmente, na audiência trabalhista

## DESPORTO

- Criação do Programa Atleta-Pódio e Cidade Esportiva para apoiar os atletas olímpicos e paraolímpicos

## TRÂNSITO

- Tipificação da conduta de dirigir veículo automotor sob a influência de álcool ou substância psicoativa

## ECONOMIA

- DRU – Desvinculação das Receitas da União (Emenda Constitucional nº 68, de 2011)

- Lei da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
  - fomenta a formação de pequenas e microempresas;
  - protege o mercado.

- Cadastro Positivo

- aumenta a segurança das operações de crédito e de consumo;
- facilita o acesso ao crédito;
- reduz as taxas de financiamento.

- Lei do Supersimples – estabelece alíquota diferenciada de contribuição para o microempreededor individual

- Sistema de Defesa da Concorrência (SuperCade)

- Royalties - dispõe sobre royalties e participação especial devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental

- Programa de inclusão digital (Tablet PC) - inclui no Programa de Inclusão Digital, o tablet PC produzido no Pais conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo

- Cria o REINTEGRA - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as empresas exportadoras – compensa os valores de tributos residuais federais pagos nas suas cadeias de produção (integra o Plano Brasil Maior)

- Lei de Registro Público de contrato com sócio incapaz – reforça a proteção aos direitos dos sócios incapazes

- Criação de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para as empresas que comprovarem ausência de pendências junto à Justiça do Trabalho – facilita a contratação com o Poder Público e particulares.

# ACESSO À JUSTIÇA E PODER JUDICIÁRIO

- Criação de Varas e cargos de Juízes na Justiça do Trabalho

- Processo Penal (várias leis) medidas que conferem maior efetividade ao princípio da segurança pública

## ACORDOS INTERNACIONAIS (60)

## MATÉRIAS PRIVATIVAS DO SENADO FEDERAL

- 54 Embaixadores

- 37 Autoridades

- 21 Operações de Crédito

## CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

- Comissão de Juristas presidida pelo Ministro Antonio Herman Benjamin analisa a matéria.

## CÓDIGO ELEITORAL

- Comissão de Juristas presidida pelo Ministro José Antonio Dias Toffoli analisa a matéria.

## CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

- Reforma do Código de Processo Penal (encontra-se na Câmara dos Deputados)

## CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

- Reforma do Código de Processo Civil (encontra-se na Câmara dos Deputados)

# ALGUMAS AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL DA MESA

## Sessões e Reuniões on-line

-Permite o acompanhamento em tempo real, por meio das notas taquigráficas, dos eventos em andamento no Plenário e nas Comissões.

## Pautas e Resultados on-line

- Oferece, pela internet, as pautas de todas as sessões plenárias e reuniões de comissão, bem como os respectivos resultados de forma estruturada.

## Consolidações Temáticas

- Disponibiliza, em um único local, informações do Senado e do Congresso Nacional. Exemplos a relação das indicações de autoridades aprovadas pela Casa/quadros comparativos de diversas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) de vários anos.

## Explicação da Ementa e classificação por assunto das matérias

- Facilita a pesquisa e a compreensão do texto do projeto pesquisado.

## Editor de Emendas a projetos por sistema de informática (LexEdit)

-Ajuda na elaboração de emendas a matérias, proporcionando maior segurança no processo legislativo.

## Projeto Jovem Senador

- Transforma adolescentes em jovens senadores, que, em uma legislatura de 3 dias, aprendem o rito de uma sessão plenária, apresentando, debatendo e votando proposições legislativas.

## Economia de papel – Avulsos Eletrônicos

- Reduz acentuada e continuamente a impressão e a produção de fotocópias substituindo-as por documento virtual.

## E-Cidadania

- Apresenta Portal na Internet para facilitar e estimular o engajamento e a participação do cidadão no processo legislativo e na discussão de temas em debate na Casa.

## Resenhas e Estatísticas da Atividade Legislativa

- Permite, por meio de um sistema de registro e classificação de dados, extrair informações diversas sobre matérias deliberadas e sua respectiva classificação temática, para geração de resenhas e estatísticas.

# ALGUMAS DAS METAS DA SGM 2012

## Textos Legislativos Eletrônicos

- Possibilitará a estruturação de documentos legislativos, por meio de ferramentas de informática. No ano de 2012 será primeiramente implementado o sistema para dar suporte à construção de Propostas de Emendas à Constituição, de Projetos de Lei, de Resolução e de Decreto Legislativo. Os textos eletrônicos estruturados permitirão a produção automática de textos consolidados, de quadros comparativos e da versão automática da versão final dos projetos aprovados pelo Senado.

## Modernização das Comissões

- Projeto que dotará as Comissões do Senado e mistas do Congresso de ferramentas para permitir o pleno suporte à execução de todas as tarefas legislativas desenvolvidas, em especial oferecendo, em tempo real, as informações sobre o andamento das diversas reuniões. Em sua primeira etapa, já em fevereiro de 2012, serão oferecidos em dispositivos móveis (tablets) todos os documentos que integram a pauta de cada reunião.

## Novo portal das Comissões

- O novo portal das Comissões oferecerá, de modo integrado, todas as informações e serviços oferecidos pelas diversas áreas do Senado Federal para que o cidadão possa acompanhar interativamente o andamento das reuniões e obter, a qualquer momento, as informações

sobre os temas debatidos na audiências públicas e os projetos deliberados.

## Nova Página de Pesquisa Legislativa

- Disponibilizará ao cidadão mecanismos para a recuperação, de forma facilitada, de informações sobre a tramitação de proposições legislativas.

## Dados Abertos

- Ofertará à sociedade, de forma estruturada e tratável por computador, o conjunto das informações legislativas mais relevantes para acompanhamento e pesquisa, permitindo ao usuário organizar os dados que mais lhe interessam de forma mais flexível, fácil e transparente.

## Taquigrafia

- O novo sistema da Taquigrafia aprimorará o suporte ao processo de registro taquigráfico das sessões plenárias e reuniões de comissões, integrando, também, o registro eletrônico de áudio dos pronunciamentos.

## e-Cidadania

- O novo portal e-Cidadania será implantado totalmente ao longo de 2012, proporcionando maior participação dos cidadãos nos debates em curso e no próprio processo legislativo e na atividade de fiscalização.

## Banco de Questões de Ordem

- Base de dados que disponibilizará as decisões da Presidência e as questões de ordem apresentadas em Plenário e seus desdobramentos (discussões, decisões e recursos).

**LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO – Lei nº 12.527/2011**

**PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO SENADO FEDERAL**

O Presidente do Senado determinou à Secretaria-Geral da Mesa e à Diretoria-Geral que sejam realizados os ajustes para o Senado se adequar aos dispositivos da lei. A Secretaria de Informação e Documentação coordena um grupo de trabalho, com servidores das Secretarias de Comunicação Social, Secretaria-Geral da Mesa, Arquivo, Biblioteca e PRODASEN com a incumbência de avaliar os procedimentos que garantam o acesso à informação produzida no Senado Federal e Congresso Nacional. A primeira etapa é a identificação do que já é disponibilizado para a sociedade. Em seguida, serão feitas as mudanças necessárias.

A grande maioria dos dispositivos legais já é cumprida pelo Senado. Agora, é preciso aprimorar os processos, agilizar o acesso, facilitar as consultas/pesquisas pela internet, padronizar o atendimento nas diversas áreas que fazem atendimento ao cidadão e estabelecer mecanismos para monitorar o cumprimento da legislação em todos os setores da Casa.

O Senado Federal já adota os princípios básicos de publicidade e transparência administrativa, divulgando informações de interesse público com a utilização dos veículos de comunicação social e dos canais de internet. As informações e documentação legislativa estão acessíveis ao cidadão na internet, em tempo real, como parte da Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico. O Diário do Senado Federal, que registra todas as sessões, reuniões, votações, discursos, documentos, pareceres e debates legislativos, está acessível virtualmente. Podem ser consultadas todas as edições publicadas desde 1980.

Os vídeos e áudios das sessões plenárias e das reuniões das comissões estão disponíveis para a sociedade, sem custos. Há canais diretos de comunicação com a sociedade, como é o caso dos veículos de comunicação social e do Alô Senado (0800 61-2211), serviço que atende e orienta o cidadão em geral para ter acesso a informações da instituição.

No Portal do Senado existe serviço de canais RSS, que permitem aos internautas se atualizarem automaticamente sobre assuntos de seu interesse relativos ao Senado, sem necessidade de fazer várias consultas a *sites*. Além disso, a Secretaria de Arquivo mantém o Serviço de Atendimento ao Usuário no intuito de atender as necessidades de acesso à documentação e prestar informações de caráter acadêmico, administrativo, informativo e probatório a pessoas jurídicas e cidadãos em geral. A área facilita o acesso à leitura e identificação dos instrumentos de pesquisa impressos, digitais e também dos que estão no sítio eletrônico do Senado Federal.

**Esses canais de comunicação e atendimento asseguram o acesso do cidadão às informações produzidas pelo Senado, conforme estabelece o art. 9º da Lei nº 12.527/2011**. A instituição também está abrindo espaço para as crianças. A própria Secretaria de Arquivo desenvolve uma atividade educativa por meio de visitas guiadas *com e para* alunos do ensino fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal. Essa atividade visa contribuir para o exercício de cidadania, conscientizando os alunos sobre a importância da preservação do patrimônio histórico cultural para a sociedade. Dessa forma, o Senado realiza outros dispositivos importantes da lei de acesso à informação: o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência e do controle social da administração pública.

Quanto às informações administrativas, o Senado mantém, desde 2009, o Portal da Transparência, que congrega informações dos servidores efetivos e comissionados, dados sobre contratos e licitações, informações sobre a verba indenizatória destinada ao exercício da atividade parlamentar (CEAPS).

Conforme estabelece o Art. 8 da mencionada Lei, o Senado se preocupa em proteger as informações consideradas sigilosas e de caráter exclusivamente pessoal.

A instituição está desenvolvendo também um portal na internet para facilitar a participação da sociedade na discussão dos temas em debate na Casa: o e-cidadania, que adota o conceito de promover o engajamento dos cidadãos na atividade legislativa por meio de instrumentos como *internet*, redes sociais e dispositivos móveis. O objetivo é aproximar o cidadão do legislativo para que ele possa entender o

funcionamento do Senado e a elaboração do Orçamento; opinar sobre assuntos em discussão e apresentar sugestões legislativas

O propósito agora é ampliar acesso as informações produzidas no Senado, facilitando os processos de requisição e a divulgação dos resultados dos programas, projetos e ações dos diversos setores da Casa, conforme prevê o Art. 7 da Lei de Acesso a Informações. Outra preocupação é aprimorar os meios eletrônicos de encaminhamento dos pedidos de acesso, bem como os meios para que o próprio cidadão pesquise as informações que precisar.

Até maio de 2012 o Senado Federal deverá se adequar aos parâmetros definidos na Lei, conforme determinou o Presidente da Casa.

AÇÕES PARA AMPLIAR O ACESSO AS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS NO SENADO

O Senado já cumpre a maioria dos dispositivos legais. Especialmente, com o Portal da Transparência que disponibiliza informações sobre: servidores; recursos financeiros; contratos; despesas administrativas; cota de exercício da atividade parlamentar; licitações

O maior desafio agora é agilizar o acesso às informações, utilizando recursos eletrônicos que facilitem a pesquisa pelo próprio cidadão, bem como ferramentas a requisição de informações e certidões de interesse público. Também queremos ampliar os canais para que o cidadão "converse" com o Senado.

1. Desenvolver portal na internet para facilitar a participação da sociedade na discussão dos temas em debate na Casa: o e-cidadania, que adota o conceito de promover o engajamento dos cidadãos na atividade legislativa por meio de instrumentos como internet, redes sociais e dispositivos móveis. O objetivo é aproximar o cidadão do legislativo para que ele possa entender o funcionamento do Senado e a elaboração do Orçamento; opiniar sobre os assuntos em discussão e apresentar sugestões legislativas.
2. Criar mecanismos que facilitem os processos de requisição para que o acesso as informações de interesse público ou a certidões seja imediato.
3. Facilitar a pesquisa de conteúdos – uma espécie de Google das informações administrativas e dos resultados dos programas, projetos e ações dos diversos setores da Casa. Ferramenta que permita o acesso rápido, fácil, transparente e em linguagem de fácil compreensão.
4. Aprimorar os processos de revisão dos conteúdos disponibilizados na internet, com o objetivo de organizar melhor a informação, aprimorar a navegabilidade e a acessibilidade. Quanto melhor a nossa informação for organizada, mais fácil será o acesso.
5. Ampliar os canais de atendimento ao cidadão, oferecendo orientações detalhadas para que qualquer pessoa saiba como e aonde encontrar a informação desejada.
6. Disponibilizar respostas automáticas para as perguntas mais frequentes da sociedade.
7. Divulgar manuais sobre os formatos e processos adotados para estruturação da informação.

# PRINCIPAIS REALIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS

# 2011

## 1. AGENDA ESTRATÉGICA DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2011 adotaram-se importantes medidas na gestão da Casa. Foi instituído o **Programa ProResultados** que permitiu a cada setor planejar suas atividades com foco em resultados. Estabeleceu-se a **Política de Capacitação** para nortear as ações de treinamento de servidores. Foi realizado **diagnóstico no Prodasen** para apontar ações de melhoria na sua capacidade de prestação de serviços. Essas diversas iniciativas foram integradas e sua abrangência expandida ao se iniciar a implementação de ações para um programa de **Governança e Gestão do Senado**. O programa visa planejar, absorver e aperfeiçoar as melhores práticas de gestão disponíveis no mundo público e privado que possam se aplicar ao nosso ambiente. Como parte do programa, a Comissão Diretora aprovou dia 20/12/2011, a **Agenda Estratégica da Administração do Senado**, fato inédito em nossa Casa, determinando o norte e a estratégia em busca da profissionalização da gestão e da excelência organizacional. Com isso passaremos a tratar de forma sistêmica e sistematizada a melhoria contínua de nossa máquina administrativa, a transparência e a relação com a sociedade. Não é um projeto de meses, mas de anos. Não é, portanto, agenda de uma gestão, mas a agenda institucional com foco no Senado que a sociedade espera em termos de eficiência administrativa. É um legado que deixaremos aos nossos sucessores na liderança desta Casa.

## 2. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Em consonância com o processo de modernização do Senado e da obtenção dos resultados estabelecidos nos planos de gestão das unidades administrativas e legislativas da Casa, a política de capacitação, criada pelo Ato nº 10/2011 da Comissão Diretora, fixa regras e critérios voltados para a capacitação global dos servidores do Senado, e regulamenta a concessão de licença para treinamentos de funcionários.

**3. PORTAL DO GESTOR**

O Portal do Gestor oferece aos chefes e diretores, a partir de uma única tela do computador, informações *on-line* dos sistemas informatizados mais importantes do Senado Federal referentes a recursos humanos, tecnologia, equipamentos, processos e demandas. O Portal do Gestor é uma ferramenta que facilita e dá agilidade à tomada de decisão no Senado Federal.

**4. SISTEMA DE EMENDAS AO PPA 2012-2015**

Especialmente para o processo orçamentário foi desenvolvido o sistema de emendas ao PPA, decorrência direta da significativa mudança no planejamento dos gastos Governo Federal. Novos conceitos e estrutura no PPA 2012-2015 impuseram ao Prodasen refazer totalmente o Sistema de Emendas ao Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Em pouco mais de dois meses um novo sistema estava pronto para atender ao processo de análise, emendamento e votação do PPA.

**5. ECONOMIA NAS COMPRAS**

O pregão eletrônico passou a ser adotado como modalidade prioritária de aquisições. Ao aumentar a concorrência entre os fornecedores, houve significativos ganhos na racionalização dos processos que redundaram em **economia mais de R$ 14 milhões em 2011**.

**6. UNIFICAÇÃO DAS COTAS DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR (CEAPS)**

Ato da Comissão Diretora nº 9/2011 unificou as verbas de passagens e a indenizatória destinada ao exercício da atividade parlamentar (CEAPS), nos moldes do que já é praticado na Câmara dos Deputados. A cota é administrada pelo parlamentar, dentro do limite de recursos. O valor global não foi alterado. A unificação desses recursos permite maior transparência no uso dessa verba.

**7. MELHORIAS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

Para dar transparência às ações da Casa, o Comitê do Portal da Transparência faz melhorias contínuas no sentido de aprimorar o serviço, atendendo ao compromisso de aproximar a sociedade do Legislativo e de ampliar o acesso às informações do Senado Federal. O Portal passou a oferecer informações unificadas e mais detalhadas sobre:

* Cota de exercício da atividade parlamentar (CEAPS):

a) passagens aéreas;

b) aquisição de material de consumo para uso nos escritórios políticos;

c) aluguel de imóveis para escritórios políticos;

d) despesas de divulgação da atividade parlamentar.

* Relação de terceirizados.

* Detalhamento da despesa diária por elemento de despesa.

**8. RACIONALIZAÇÃO DAS JORNADAS DE TRABALHO E ECONOMIA NO PAGAMENTO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO**

A implantação da racionalização das jornadas de trabalho, segundo as peculiaridades de funcionamento do Congresso Nacional, permitiu, juntamente com a adoção do controle biométrico de frequência e a implantação do banco de horas, redução das horas-extras.

O controle da prestação de horas extras gerou, em 2011, uma **economia de cerca de R$ 32 milhões em comparação ao ano de 2010**.

**09. RACIONALIZAÇÃO NO FUNCIONAMENTO DO AMBULATÓRIO MÉDICO**

A extinção dos plantões do Serviço de Assistência Médica do Senado aos sábados, domingos e feriados gerou uma **economia de cerca de R$ 720 mil**, com o corte do pagamento de horas extras e de adicional noturno. Os plantões também deixaram de ser realizados durante a semana, no período de meia-noite às 6h.

**10. REFORMULAÇÃO DO MODELO DE TRANSPORTES**

Uma série de medidas foram adotadas no sentido de racionalizar o modelo de transportes para atenuar o impacto ambiental das atividades do setor e gerar economia. Essas medidas baseiam-se na modernização da frota, com veículos de maior eficiência energética, mediante a locação dos veículos que servem aos senadores e contratação de serviço para o transporte administrativo.

A frota própria custava cerca de R$ 3,1 milhões por ano em manutenção, sendo que aproximadamente 70% desse valor para os veículos dos parlamentares, ou seja R$ 2,1 milhões. A locação para o mesmo período custará de R$ 1,9 milhão. **Uma economia de R$ 270 mil por ano.**

**11. MUDANÇAS NO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE - SIS**

O plano de saúde dos servidores passou por reformulações substanciais em 2011, resultando a **elevação das receitas em mais de R$ 6 milhões e na redução das despesas em cerca de R$ 10 milhões**. A mudança mais significativa foi na forma de cobrança das mensalidades. Até setembro, os usuários pagavam R$ 154,00 por núcleo familiar, com qualquer número de dependentes. A partir de outubro, os valores passaram a ser cobrados por indivíduo, segundo a idade e o vínculo com o titular do plano. A relação de dependência ficou restrita aos critérios adotados na legislação do Imposto de Renda.

**12. AMPLIAÇÃO DOS ACESSOS À INTERNET**

O Prodasen duplicou a capacidade de acesso à Internet. Os dois links de 155mbps foram substituídos por dois de 300mbps. Essa alteração repercute em todos os sistemas que utilizam a Internet do Senado Federal e, consequentemente, **amplia em 150% a possibilidade de acessos simultâneos da TV e Rádio Senado na INTERNET.**

# ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

## 14ª REUNIÃO DE 2011 DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Às onze horas e dez minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e onze, na sala da Presidência do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença do Senhor Senador José Sarney, Presidente; da Senadora Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidenta; dos Senadores Waldemir Moka, Segundo Vice-Presidente; Cícero Lucena, Primeiro-Secretário; João Ribeiro, Segundo-Secretário; João Vicente Claudino, Terceiro-Secretário; Ciro Nogueira, Quarto-Secretário; João Durval, Segundo Suplente; Maria do Carmo Alves, Terceira Suplente e Vanessa Grazziotin, Quarta Suplente. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador José Sarney, agradeceu a presença de todos e passou a tratar das matérias legislativas que constarão da ata da reunião da Mesa do Senado Federal. Em seguida, passou-se ao exame dos itens da pauta administrativa. De início, a Diretoria-Geral apresentou aos senhores (as) Senadores (as) a Agenda Estratégica da Administração do Senado para o ano de 2012, com os desafios e as ações para aperfeiçoar os serviços prestados pela Administração e modernizar as práticas de gestão pública. Aprovado, nos termos do Anexo I. Item 1: Apreciação da prestação de contas do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar relativa ao 4º trimestre de 2009, conforme processo nº 004793/10-2. Aprovado. Item 2: Recurso Administrativo interposto nos autos do processo nº 012991/10-4. Aprovado o relatório da Senadora Vanessa Graziottin e deferido o pleito, nos estritos termos do Parecer nº 559/2011, da Advocacia do Senado. Item 3: Proposta de Ato que dispõe sobre procedimentos técnicos de gestão dos espaços físicos no Senado Federal. Sobrestado. Item 4: Proposta de Ato destinado a disciplinar os procedimentos referentes à concessão de licença médica. Aprovado, nos termos do parecer do relator, Senador Ciro Nogueira. Item 5: Proposta de Ato que prorroga por 60 (sessenta) dias o prazo concedido no Ato da Comissão Diretora nº 15/2011. Aprovado. Item 6: Minuta de Ato que dispõe sobre os prazos de carência para a utilização dos serviços de assistência à saúde oferecidos pelo Sistema Integrado de Saúde (SIS). Aprovado. Complementando a pauta, foi proposto o realinhamento do valor do tíquete alimentação pago aos funcionários terceirizados que prestam serviços no Senado Federal com o praticado pela Câmara dos Deputados. Aprovada a equiparação do valor para R$ 22,12, por dia útil de trabalho, a partir de janeiro de 2012. Em seguida, foram examinados os pedidos de ressarcimento de despesas médicas e odontológicas contidos nos processos nºs 007464/11-8, 033561/11-7 e 032003/11-0. Deliberou-se pelo deferimento, determinando-se a realização de estudos visando aperfeiçoar a matéria. Por fim, decidiu-se aprovar minuta de Ato que ajusta a redação do art. 2º, do Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, ao meio-dia e quarenta, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, Doris Marize Romariz Peixoto, Diretora-Geral do Senado Federal, lavrasse a presente Ata que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora presentes, vai à publicação.

Sala de Reuniões da Comissão Diretora, em 20 de dezembro de 2011.

ANEXO I - AGENDA ESTRATÉGICA DA ADMINISTRAÇÃO DO SENADO PARA 2012

Senador José Sarney - Presidente, Senadora Marta Suplicy - Primeira Vice-Presidenta, Senador Waldemir Moka - Segundo Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena - Primeiro-Secretário, Senador João Vicente Claudino - Terceiro-Secretário, Senador João Ribeiro - Segundo-Secretário, Senador Ciro Nogueira - Quarto-Secretário, Senador João Durval - Segundo Suplente, Senadora Maria do Carmo Alves - Terceira Suplente, Senadora Vanessa Grazziotin - Quarta Suplente

*Observações:*
*- Publicação extraída do Boletim original nº: 4875 de 22/12/2011*

# *Agenda Estratégica da Administração do Senado - 2012*

| | |
|---|---|
| **Desafios:** | **Aprimorar significativamente a agilidade, qualidade e custos dos serviços prestados pela administração.** |
| | **Profissionalizar a gestão no Senado Federal** |
| **Estratégia** | **Implementar melhores práticas de gestão** |

| **Critérios de excelência (*)** | **Bloco** | **Objetivos estratégicos** |
|---|---|---|
| Liderança | Planejamento | Instituir modelo de governança corporativa e gestão estratégica |
| | | Desenvolver a cultura da excelência e de resultados |
| Clientes | | Conhecer necessidades e satisfação dos clientes da administração |
| Sociedade | | Promover a sustentabilidade, a cidadania, a transparência e a conduta ética |
| Estratégia | | Formular, avaliar e aperfeiçoar a estratégia organizacional |
| Projetos | Execução | Implementar a estratégia organizacional |
| | | Monitorar implementação de iniciativas estratégicas |
| Pessoas | | Dimensionar e capacitar a força de trabalho |
| | | Promover a motivação, a qualidade de vida e o bom clima organizacional |
| Processos | | Otimizar processos de trabalho |
| | | Promover a gestão por processos e gestão por serviços |
| | | Simplificar procedimentos administrativos |
| Tecnologia da Informação | | Buscar excelência na gestão da tecnologia da informação |
| Informação e conhecimento | Inteligência | Estruturar a gestão da informação e do conhecimento |
| Resultados | Controle | Avaliar o desempenho da administração e de servidores com base em resultados |

Diretoria Geral SENADO FEDERAL

(*) Adaptado do GESPUBLICA

## ATA DA REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO, NA 54ª LEGISLATURA, DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - UNIÃO EUROPEIA

Aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Confederação Nacional da Indústria - CNI, situada no SBN - Quadra 01 - Bloco C - Ed. Roberto Simonsen, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, integrantes da 54ª Legislatura - 2011/2015, convidados pelo Deputado Sebastião Bala Rocha - PDT/AP, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - União Europeia, com o objetivo de reinstalar o Grupo Parlamentar nesta Legislatura. *Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº03/2008, de 05 de junho de 2008, da Câmara dos* Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº48/2007, de autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha, do Amapá, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e dos países membros da União Europeia. A Reinstalação do Grupo Parlamentar ocorreu durante Café da Manhã oferecido pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI, Dr. Robson Braga de Andrade, membro do Conselho Consultivo do Grupo Parlamentar. Estiveram presentes a Embaixadora Ana Paula Zacarias, Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil; Embaixadores e membros do Corpo Diplomático dos países membros da União Europeia e de outros países; e outros convidados, lista de presenças em anexo. Após os discursos protocolares, o Presidente do Grupo Parlamentar, Deputado Sebastião Bala Rocha, deu início à formalização da reinstalação do Grupo Parlamentar com a posse de sua nova Diretoria. Salientou que, antes do início do Café da Manhã, foi realizada uma reunião para a definição da composição da nova Diretoria, tendo sido inscrita Chapa Única, aprovada por aclamação e, também, apresentada proposta de alterações no Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada por unanimidade. Informou que 153 Deputados Federais e 32 Senadores aderiram ao GRUPO. A seguir, declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros da Diretoria do GRUPO para o biênio 2011/2013. Presidentes de Honra: **Senador José Sarney** - PMDB/AP, Presidente do Senado Federal e **Deputado Marco Maia** - PT/RS, Presidente da Câmara dos Deputados. **COMISSÃO EXECUTIVA**: Presidente: **Dep. Sebastião Bala Rocha** - PDT/AP; Primeiro-Vice-Presidente: **Sen. Delcídio do Amaral** - PT/MS; Segundo-Vice-Presidente: **Dep. Edinho Bez** - PMDB/SC; Primeiro-Secretário: **Sen. Randolfe Rodrigues** - PSOL/AP; Segundo-Secretário: **Dep. Dr. Rosinha** - PT/PR; Terceiro-Secretário: **Dep. Osmar Serraglio** - PMDB/PR e Quarta-Secretária: **Sen. Vanessa Grazziotin** - PCdoB/AM. VICE-PRESIDENTES INSTITUCIONAIS: Vice-Presidente para a Alemanha, **Dep. Renato Molling** - PP/RS; Vice-Presidente para a Áustria, **Dep. Nelson Marquezelli** - PTB/SP; Vice-Presidente para a Bélgica, **Dep. Edinho Bez** - PMDB/SC; Vice-Presidente para a Croácia, **Dep. Moacir Micheletto** - PMDB/PR; Vice-Presidente para a Espanha, **Dep. Edinho Bez** - PMDB/SC; Vice-Presidente para a França, **Dep. Eduardo Azeredo** - PSDB/MG; Vice-Presidente para a Grécia, **Dep. Vieira da Cunha** - PDT/RS; Vice-Presidente para a Hungria, **Dep. Bruno Araújo** - PSDB/PE; Vice-Presidente para a Itália, **Dep. Ricardo Tripoli** - PSDB/SP; Vice-Presidente para a Polônia, **Sen. Acir Gurgacz** - PDT/RO; Vice-Presidente para Portugal, **Dep. Paes Landim** - PTB/PI; Vice-Presidente para o Reino Unido, **Dep. Átila Lins** - PMDB/AM; Vice-Presidente para a República Eslovaca, **Sen. Luiz Henrique da Silveira** - PMDB/SC e Vice-Presidente para a República Tcheca, **Sen. Luiz Henrique da Silveira** - PMDB/SC. **COMITÊS DE ASSUNTOS TEMÁTICOS**: COMITÊ DE ASSUNTOS DA AMAZÔNIA: Presidente: **Sen. Eduardo Braga** - PMDB/AM e Vice-Presidente: **Dep. Sibá Machado** - PT/AC; COMITÊ DE ASSUNTOS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL: Presidente: **Sen. Blairo Maggi** - PR/MT e Vice-Presidente: **Dep. Moreira Mendes** - PPS/RO; COMITÊ DE ASSUNTOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA: Presidente: **Dep. Hugo Napoleão** - DEM/PI e Vice-Presidente: **Sen. Wellington Dias** - PT/PI; COMITÊ DE ASSUNTOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO: Presidente: **Sen. Armando Monteiro** - *PTB/PE* e *Vice-Presidente*: ***Dep. Antônio Imbassahy*** - *PSDB/BA*; *COMITÊ DE ASSUNTOS DE* EDUCAÇÃO E CULTURA: Presidente: **Sen. Cristovam Buarque** - PDT/DF e Vice-Presidente: **Dep. Alex Canziani** - PTB/PR; COMITÊ DE ASSUNTOS DE EMPREGO, MIGRAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR: Presidente: **Dep. Manuela D'Ávila** - PCdoB/RS e Vice-Presidente: **Dep. Reginaldo Lopes** - PT/MG; COMITÊ DE ASSUNTOS DE ENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS: Presidente: **Sen. Inácio Arruda** - PCdoB/CE e Vice-Presidente: **Dep. Carlos Zarattini** - PT/SP; COMITÊ DE ASSUNTOS DE GÊNERO, DIREITOS DA MULHER E IGUALDADE RACIAL: Presidente: **Dep. Janete Rocha Pietá** - PT/SP e Vice-Presidente: **Dep. Benedita da Silva** - PT/RJ; COMITÊ DE ASSUNTOS DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA: Presidente: **Dep. Aldo Rebelo** - PCdoB/SP e Vice-Presidente: **Sen. Pedro Taques** - PDT/MT; COMITÊ DE ASSUNTOS DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Presidente: **Dep. Rebecca Garcia** - PP/AM e Vice-Presidente: **Dep. Eduardo Gomes** - PSDB/TO; COMITÊ DE ASSUNTOS DE SAÚDE PÚBLICA, SEGURIDADE SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR: Presidente: **Dep. Darcísio Perondi** - PMDB/RS e Vice-Presidente: **Dep. José Linhares** - PP/CE; COMITÊ DE ASSUNTOS DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E LOGÍSTICA: Presidente: **Dep. Nelson**

**Marchezan Júnior** - PSDB/RS e Vice-Presidente: **Dep. Manoel Júnior** - PMDB/PB; - COMITÊ DE ASSUNTOS DE TURISMO E DESPORTO: Presidente: **Dep. Afonso Hamm** - PP/RS e Vice-Presidente: **Dep. Brizola Neto** - PDT/RJ; COMITÊ DE ASSUNTOS FINANCEIROS, MONETÁRIOS E TRIBUTÁRIOS: Presidente: **Sen. Flexa Ribeiro** - PSDB/PA e Vice-Presidente: **Dep. Mauro Benevides** - PMDB/CE. Para compor o **CONSELHO CONSULTIVO**, foram designados: Presidente: **Sen. Aécio Neves** - PSDB/MG e Vice-Presidente: **Dep. Esperidião Amin** - PP/SC; além do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE, **Sen. Fernando Collor** - PTB/AL e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN, **Dep. Carlos Alberto Leréia** - PSDB/GO. Também fazem parte do Conselho Consultivo: Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, **Sen. Kátia Abreu** - DEM/TO; Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI, **Robson Braga de Andrade**; Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas - CNCOOP - **Márcio Lopes de Freitas**; Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF - **Fábio Colletti Barbosa**; Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, **Antonio Oliveira Santos**; Presidente da Confederação Nacional do Transporte - CNT, **Sen. *Clésio Andrade*** - *PR/MG*; *Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil*, ***Dr. Ophir* Cavalcante Júnior**; Reitor da Universidade de Brasília - UnB, **José Geraldo de Sousa Júnior**, representado pela Profª Dra. Julie Schmied; Reitor da Universidade Federal da Integração Amazônica - UNIAM - **Prof. Dr. José Seixas Lourenço**; Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, **Paulo Skaf**; Presidente da Fundação Amazônia, **Rodolfo Montenegro Duarte Grandi** e Presidente da EUBRASIL Association Internationale Sans But Lucratif - AISBL, **Luigi Gambardella**, representado pelo Dr. Ricardo Castanheira, Diretor-Geral Brasil. Foi designada a **Dra. Inubia A.C. Sfoggia** para Secretária Executiva do Grupo. A seguir, o Deputado Sebastião Bala Rocha assume os trabalhos, agora como Presidente reeleito, agradecendo a confiança de seus colegas e manifestando o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a União Europeia. Logo após, usou da palavra o Diretor Executivo da Confederação Nacional da Indústria - CNI, José Augusto Coelho Fernandes, representando o seu *Presidente, Robson Braga de Andrade*; o Embaixador da Polônia, Jacek Junosza Kisielewski, representando os Senhores Embaixadores dos Estados Membros da União Europeia; o Senador Cristovam Buarque - PDT/DF e os Deputados Edinho Bez - PMDB/SC e Osmar Serraglio - PMDB/PR, que cumprimentaram o Presidente reeleito e os demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos. Ao final, o Deputado Sebastião Bala Rocha salientou a satisfação e a honra de poder reinstalar o Grupo Parlamentar Brasil - União Europeia na sede da Confederação Nacional da Indústria - CNI, agradecendo ao seu Presidente, Robson Braga de Andrade, pela gentileza da acolhida e da bela recepção. Agradeceu a presença dos senhores Embaixadores, Parlamentares e assessores, e demais convidados, reafirmando a importância do GRUPO e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil - União Europeia para, junto com a Delegação da União Europeia no Brasil e os Senhores Embaixadores dos Estados Membros da União Europeia, poder incrementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou o encontro do qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente reeleito, Deputado Sebastião Bala Rocha - PDT/AP; pelo Primeiro-Secretário, Senador Randolfe Rodrigues - PSOL/ AP e por mim, *Inubia Sfoggia*, Secretária Executiva. Brasília, 08 de junho de 2011.

Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA
Presidente Reeleito

Senador RANDOLFE RODRIGUES
Primeiro-Secretário

INUBIA SFOGGIA
Secretária Executiva

# CONGRESSO NACIONAL
## GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - UNIÃO EUROPEIA

**LISTA DE PRESENÇAS À REUNIÃO DE POSSE DA DIRETORIA BIÊNIO 2011 / 2013, REALIZADA EM 08.06.11**

| | |
|---|---|
| Deputado<br>SEBASTIÃO BALA ROCHA - PDT/AP | |
| Deputado<br>EDINHO BEZ - PMDB/SC | |
| Deputado<br>NELSON MARCHEZAN JÚNIOR - PSDB/RS | |
| Deputado<br>ALEX CANZIANI - PTB/PR | |
| Deputado<br>CÉSAR HALUM - PPS/TO | |
| Deputado<br>RENATO MOLLING - PP/RS | |
| Deputado<br>ROBERTO DE LUCENA - PV/SP | |
| Deputado<br>OSMAR SERRAGLIO - PMDB/PR | |
| Deputado<br>MOACIR MICHELETTO - PMDB/PR | |
| Deputado | |

# ESTATUTO

O Estatuto do Grupo Parlamentar Brasil - União Europeia aprovado na Reunião de Instalação do Grupo, realizada em 18 de novembro de 2008, sofreu alterações, aprovadas na Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar na 54ª Legislatura, ocorrida em 08 de junho de 2011, passando a vigorar nos seguintes termos:

## CAPÍTULO I

## DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

**Art. 1º** *O Grupo Parlamentar Brasil - União Europeia, criado pela Resolução nº03/08, de 05 de junho de* 2008, da Câmara dos Deputados, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O Grupo não tem objetivos político-partidários.

**Art. 2º** O Grupo Parlamentar é integrado pelos membros do Congresso Nacional que o fundaram e pelos *que a ele aderirem, com direitos iguais de palavra*, voto e mandato diretivo, além de outros previstos neste Estatuto, e pelos Membros Cooperadores, com direitos e deveres previstos neste Estatuto.

Parágrafo único. Ao filiar-se, o Parlamentar ou Membro Cooperador compromete-se a observar este Estatuto.

**Art. 3º** O Grupo, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

**Art. 4º** O Grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da União Europeia, sobretudo nos aspectos político, econômico, comercial, cultural, técnico-científico e do desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar.

**Art. 5º** A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - *visitas parlamentares*;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas de interesse para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a União Europeia;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - intercâmbio de experiências parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

## CAPÍTULO II

## DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

**Art. 6º** O Grupo reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a *requerimento* de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Grupo serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

## *CAPÍTULO III*

## DA ORGANIZAÇÃO

### SEÇÃO I

### DOS MEMBROS

**Art. 7º** O Grupo Parlamentar compõe-se de membros de duas categorias:

I - Membros Plenos: *Membros do Congresso Nacional que o fundaram ou a ele aderiram*, por meio da subscrição de Termo de Adesão, e tiveram seu nome homologado pela Comissão Executiva.

II - Membros Cooperadores:

a) *ex-parlamentares do Congresso Nacional que, tendo deixado o mandato, requeiram à Comissão* Executiva sua permanência ou adesão no Grupo;

b) presidentes ou representantes de federações, confederações, organizações da sociedade civil ou outras entidades que tenham interesse nas relações bilaterais objeto do Grupo Parlamentar.

§ 1º Os Membros Cooperadores não poderão integrar a Comissão Executiva, tendo apenas direito à voz em suas reuniões.

§ 2º Os Membros Cooperadores integrarão em sua totalidade o Conselho Consultivo.

§ 3º Qualquer membro, pleno ou cooperador, pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

**Art. 8º** São direitos e deveres dos Membros Plenos:

I - Dos direitos:

a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva, dos Comitês de Assuntos Temáticos e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;

b) intervir e votar nas reuniões do Grupo;

c) participar dos subgrupos e missões do Grupo.

II - Dos deveres:

a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;

c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo e dos órgãos de que for integrante.

### SEÇÃO II

### DOS ÓRGÃOS

**Art. 9º** O Grupo Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I - Comissão Executiva;

II - Vice-Presidências Institucionais;

III - Comitês de Assuntos Temáticos;

IV - Conselho Consultivo;

V - Secretaria Executiva;

VI - Secretarias Técnicas.

§ 1º O Grupo Parlamentar deverá, obrigatoriamente, ser constituído por Senadores e Deputados, tanto na Comissão Executiva como nos Comitês de Assuntos Temáticos e no Conselho Consultivo, obedecendo, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até quatro meses após o início da Primeira Sessão Legislativa Ordinária de cada Legislatura, os Membros Plenos do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva, dos Comitês de Assuntos Temáticos e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva, dos Comitês de Assuntos Temáticos e do Conselho Consultivo será de quatro anos, sendo permitida sua reeleição a cada legislatura.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva, dos Comitês de Assuntos Temáticos ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão, dos Comitês ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros Plenos do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

**SEÇÃO III**

**DA COMISSÃO EXECUTIVA**

**Art. 10.** A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

a) dois Presidente de Honra;

b) um Presidente;

c) dois Vice-Presidentes;

d) quatro Secretários;

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra são o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu termo na presidência da respectiva Casa.

**Art. 11.** Compete à Comissão Executiva:

I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;

II - noticiar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;

III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a outras Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados ou em eventos nacionais ou internacionais;

IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional;

V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;

IX - propor a criação, ou suprimir Secretarias Técnicas;

X - fixar a competência das Secretarias Executiva e Técnicas;

XI - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XII - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;

XIII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

**Art. 12.** O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

**Art. 13.** São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

I - representar o Grupo em suas atividades;

II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;

III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;

IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;

V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;

VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;

VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;

VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;

IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;

X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;

XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Legislativas todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentando-lhe as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;

XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;

XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;

XV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XVI - designar o Secretário Executivo e os Secretários Técnicos;

XVII - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

*Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de* caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

**Art. 14.** Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o *Presidente, na falta dos Vice-Presidentes*.

**Art. 15.** O Presidente designará um Secretário Executivo e os Secretários Técnicos do Grupo Parlamentar, escolhidos dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. Os Secretários Técnicos poderão ser indicados por instituições do Conselho Consultivo.

## SEÇÃO IV

## DAS VICE-PRESIDÊNCIAS INSTITUCIONAIS

**Art. 16.** Os Vice-Presidentes Institucionais são os Presidentes dos Grupos Parlamentares de Amizade estabelecidos com países membros da União Europeia, criados com o objetivo de fortalecer as relações parlamentares entre o Congresso Brasileiro e o Parlamento desses países europeus e instituídos por Resolução da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. São em número correspondente aos Grupos Parlamentares de Amizade constituídos *no Congresso Nacional e seus mandatos coincidirão com o do* Parlamentar que estiver presidindo os respectivos Grupos Parlamentares.

**Art. 17.** Compete aos Vice-Presidentes Institucionais:

I - auxiliar o Presidente em todos os assuntos que digam respeito ao país membro da União Europeia que constitua o respectivo Grupo Parlamentar de Amizade;

II - manter um elo de ligação entre o Grupo Parlamentar que presidam, a Embaixada do respectivo país e o *Grupo Parlamentar Brasil - União Europeia*.

## SEÇÃO V

## DOS COMITÊS DE ASSUNTOS TEMÁTICOS

**Art. 18.** Os Comitês de Assuntos Temáticos serão compostos por livre adesão dos membros do Grupo Parlamentar, extinguindo-se com o término da Legislatura.

Parágrafo único. Os Comitês de Assuntos Temáticos, em número variável, são constituídos, cada um, por um Presidente e um Vice-Presidente, livremente escolhidos pelo colegiado do Grupo Parlamentar.

**Art. 19.** Os Comitês de Assuntos Temáticos têm a finalidade de examinar as matérias relevantes das relações bilaterais, estudar e debater as teses, resoluções, indicações e recomendações apresentadas ao Grupo Parlamentar.

## SEÇÃO VI

## DO CONSELHO CONSULTIVO

**Art. 20.** O Conselho Consultivo é composto por um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os Membros Plenos do Grupo Parlamentar, pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares e pelos Membros Cooperadores. Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo ou de voto no Grupo Parlamentar. Seu Presidente e Vice-Presidente, e os Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares, terão poder de voto em razão da condição de Membros Plenos do Grupo Parlamentar.

§ 2º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.

§ 3º O Conselho Consultivo será acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro do Grupo Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

**Art. 21.** Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, encaminhamento e solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas idéias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

## SEÇÃO VII

## DA SECRETARIA EXECUTIVA

**Art. 22.** A Secretaria Executiva é composta por um Secretário Executivo, escolhido dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, o qual, além de seus proventos funcionais, não receberá qualquer outra remuneração pelo exercício das atribuições no Grupo Parlamentar.

§ 1º A Secretaria Executiva responde, hierarquicamente, ao Presidente e ao Primeiro-Secretário do Grupo, respectivamente.

§ 2º Compete à Secretaria Executiva a função de organizar as ações do Grupo Parlamentar, bem como assessorá-lo em sua logística.

## SEÇÃO VIII

## DAS SECRETARIAS TÉCNICAS

**Art. 23.** As Secretarias Técnicas destinam-se à gestão de áreas específicas e seus titulares serão escolhidos dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, os quais, além de seus proventos funcionais, não receberão qualquer outra remuneração pelo exercício das atribuições no Grupo Parlamentar. Seus titulares poderão, também, ser indicados por instituições do Conselho Consultivo. São Secretarias Técnicas:

a) *Secretaria de Relações Institucionais*;

b) Secretaria de Relações Internacionais;

c) Secretaria de Planejamento Estratégico e TI.

§ 1º Além das previstas neste Estatuto, a Comissão Executiva poderá criar outras Secretarias Técnicas conforme as necessidades do Grupo Parlamentar.

§ 2º As Secretarias Técnicas respondem, hierarquicamente, aos membros da Comissão Executiva.

§ 3º Compete à Secretaria de Relações Institucionais atuar no Congresso Nacional e fora dele, acompanhando o andamento dos projetos desenvolvidos pelo Grupo e ações de representação do Grupo junto a outras instituições.

§ 4º Compete à Secretaria de Relações Internacionais interagir com as Instituições Internacionais, viabilizando os projetos do Grupo Parlamentar.

§ 5º Compete à Secretaria de Planejamento Estratégico e TI a elaboração de projetos de estratégia, informática e informação, bem como as ações de mídia e marketing.

## CAPÍTULO IV

## DAS HOMENAGENS E COMENDAS

**Art. 24.** Fica criada a "Comenda de Amizade Brasil - Europa", doravante nominada de "Medalha Brasil - Europa".

§ 1º Esta Comenda laureará, anualmente, personalidades brasileiras e europeias que tiverem notada relevância no desenvolvimento das relações Brasil - Europa.

§ 2º Os nomes dos laureados, bem como o número de comendas anuais, devem ser sugeridos por qualquer membro dos órgãos que compõem o Grupo Parlamentar, e homologados, pelo menos, por 51% (cinquenta e um por cento) de seus membros.

§ 3º Outras Comendas, Medalhas ou Homenagens poderão ser instituídas. Para tanto, deverá contar com a aprovação de, pelo menos, dois terços dos membros que compõem os órgãos do Grupo Parlamentar.

## CAPÍTULO V

## DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

**Art. 25.** As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. Fica proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões estrangeiras que visitem o Brasil.

## CAPÍTULO VI

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 26.** Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional.

**Art. 27.** No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente.

**Art. 28.** Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 08 de junho de 2011.

## COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA:

**PRESIDENTES DE HONRA:** Senador José Sarney - PMDB/AP - Presidente do Senado Federal
Deputado Marco Maia - PT/RS - Presidente da Câmara dos Deputados

**COMISSÃO EXECUTIVA:**
Presidente: Dep. Sebastião Bala Rocha - PDT/AP
Primeiro-Vice-Presidente: Sen. Delcídio do Amaral - PT/MS
Segundo-Vice-Presidente: Dep. Edinho Bez - PMDB/SC
Primeiro-Secretário: Sen. Randolfe Rodrigues - PSOL/AP
Segundo-Secretário: Dep. Dr. Rosinha - PT/PR
Terceiro-Secretário: Dep. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Quarta-Secretária: Sen. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM

**VICE-PRESIDÊNCIAS INSTITUCIONAIS:**

| | | |
|---|---|---|
| Vice-Presidente para a Alemanha | - Dep. Renato Molling | - PP/RS |
| Vice-Presidente para a Áustria | - Dep. Nelson Marquezelli | - PTB/SP |
| Vice-Presidente para a Bélgica | - Dep. Edinho Bez | - PMDB/SC |
| Vice-Presidente para a Croácia | - Dep. Moacir Micheletto | - PMDB/PR |
| Vice-Presidente para a Espanha | - Dep. Edinho Bez | - PMDB/SC |
| Vice-Presidente para a França | - Dep. Eduardo Azeredo | - PSDB/MG |
| Vice-Presidente para a Grécia | - Dep. Vieira da Cunha | - PDT/RS |
| Vice-Presidente para a Hungria | - Dep. Bruno Araújo | - PSDB/PE |
| Vice-Presidente para a Itália | - Dep. Ricardo Tripoli | - PSDB/SP |
| Vice-Presidente para a Polônia | - Sen. Acir Gurgacz | - PDT/RO |
| Vice-Presidente para Portugal | - Dep. Paes Landim | - PTB/PI |
| Vice-Presidente para o Reino Unido | - Dep. Átila Lins | - PSD/AM |
| Vice-Presidente para a República Eslovaca | - Sen. Luiz Henrique | - PMDB/SC |
| Vice-Presidente para a República Tcheca | - Sen. Luiz Henrique | - PMDB/SC |

**COMITÊS DE ASSUNTOS TEMÁTICOS:**

- COMITÊ DE ASSUNTOS DA AMAZÔNIA
Presidente: Sen. Eduardo Braga - PMDB/AM
Vice-Presidente: Dep. Sibá Machado - PT/AC

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Presidente: Sen. Blairo Maggi - PR/MT
Vice-Presidente: Dep. Moreira Mendes - PSD/RO

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
Presidente: Dep. Hugo Napoleão - PSD/PI
Vice-Presidente: Sen. Wellington Dias - PT/PI

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Presidente: Sen. Armando Monteiro - PTB/PE
Vice-Presidente: Dep. Antônio Imbassahy - PSDB/BA

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Presidente: Sen. Cristovam Buarque - PDT/DF
Vice-Presidente: Dep. Alex Canziani - PTB/PR

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE EMPREGO, MIGRAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR
Presidente: Dep. Manuela D'Ávila - PCdoB/RS
Vice-Presidente: Dep. Reginaldo Lopes - PT/MG

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE ENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS

Presidente: Sen. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Vice-Presidente: Dep. Carlos Zarattini - PT/SP

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE GÊNERO, DIREITOS DA MULHER E IGUALDADE RACIAL
Presidente: Dep. Janete Rocha Pietá - PT/SP
Vice-Presidente: Dep. Benedita da Silva - PT/RJ

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Presidente: Dep. Aldo Rebelo - PCdoB/SP
Vice-Presidente: Sen. Pedro Taques - PDT/MT

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Presidente: Dep. Rebecca Garcia - PP/AM
Vice-Presidente: Dep. Eduardo Gomes - PSDB/TO

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE SAÚDE PÚBLICA, SEGURIDADE SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR
Presidente: Dep. Darcísio Perondi - PMDB/RS
Vice-Presidente: Dep. José Linhares - PP/CE

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E LOGÍSTICA
Presidente: Dep. Nelson Marchezan Júnior - PSDB/RS
Vice-Presidente: Dep. Manoel Júnior - PMDB/PB

- COMITÊ DE ASSUNTOS DE TURISMO E DESPORTO
Presidente: Dep. Afonso Hamm - PP/RS
Vice-Presidente: Dep. Brizola Neto - PDT/RJ

- COMITÊ DE ASSUNTOS FINANCEIROS, MONETÁRIOS E TRIBUTÁRIOS
Presidente: Sen. Flexa Ribeiro - PSDB/PA
Vice-Presidente: Dep. Mauro Benevides - PMDB/CE

**CONSELHO CONSULTIVO:**
- Presidente: Sen. Aécio Neves - PSDB/MG
- Vice-Presidente: Dep. Esperidião Amin - PP/SC
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE
Sen. Fernando Collor - PTB/AL
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN - Dep. Carlos Alberto Leréia - PSDB/GO
- Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA - Sen. Kátia Abreu - PSD/TO
- Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI - Robson Braga de Andrade
- Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas - CNCOOP - Márcio Lopes de Freitas
- Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF - Fábio Colletti Barbosa
- Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC - Antonio Oliveira Santos
- Presidente da Confederação Nacional do Transporte - CNT - Sen. Clésio Andrade - PR/MG
- Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - Dr. Ophir Cavalcante Júnior
- Reitor da Universidade de Brasília - UnB - José Geraldo de Sousa Júnior
Profª Dra. Julie Schmied (representa a UnB no Conselho Consultivo)
- Reitor da Universidade Federal da Integração Amazônica - UNIAM - Prof. Dr. José Seixas Lourenço
- Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP - Paulo Skaf
- Presidente da Fundação Amazônia - Rodolfo Montenegro Duarte Grandi
- Presidente da EUBRASIL Association Internationale Sans But Lucratif - AISBL - Luigi Gambardella
Ricardo Castanheira - Diretor-Geral Brasil (representa a EUBRASIL no Conselho Consultivo)

**SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Dra. Inubia A.C. Sfoggia - Senado Federal

## GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - UNIÃO EUROPEIA

### COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
**54ª Legislatura**

| NOME PARLAMENTAR | PARTIDO | UF | GAB | ANEXO | TELEFONE | END. ELETRÔNICO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ABELARDO LUPION | DEM | PR | 515 | IV | 3215.5515 | dep.abelardolupion@camara.gov.br |
| ACELINO POPÓ | PRB | BA | 345 | IV | 3215.5345 | dep.acelinopopo@camara.gov.br |
| ADEMIR CAMILO | PDT | MG | 212 | IV | 3215.5212 | dep.ademircamilo@camara.gov.br |
| AFONSO HAMM | PP | RS | 604 | IV | 3215.5604 | dep.afonsohamm@camara.gov.br |
| ALCEU MOREIRA | PMDB | RS | 445 | IV | 3215.5445 | dep.alceumoreira@camara.gov.br |
| ALDO REBELO | PCdoB | SP | 15 | II | 3215.5967 | dep.aldorebelo@camara.gov.br |
| ALESSANDRO MOLON | PT | RJ | 652 | IV | 3215.5652 | dep.alessandromolon@camara.gov.br |
| ALEX CANZIANI | PTB | PR | 842 | IV | 3215.5842 | dep.alexcanziani@camara.gov.br |
| ALEXANDRE ROSO | PSB | RS | 742 | IV | 3215.5742 | dep.alexandreroso@camara.gov.br |
| ALFREDO KAEFER | PSDB | PR | 818 | IV | 3215.5818 | dep.alfredokaefer@camara.gov.br |
| ANDRÉ ZACHAROW | PMDB | PR | 820 | IV | 3215.5820 | dep.andrezacharow@camara.gov.br |
| ANTHONY GAROTINHO | PR | RJ | 714 | IV | 3215.5714 | dep.anthonygarotinho@camara.gov.br |
| ANTÔNIO ANDRADE | PMDB | MG | 305 | IV | 3215.5305 | dep.antonioandrade@camara.gov.br |
| ANTÔNIO BULHÕES | PRB | SP | 327 | IV | 3215.5327 | dep.antoniobulhoes@camara.gov.br |
| ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME | PSDB | SP | 624 | IV | 3215.5624 | dep.antoniocarlosmendesthame@camara.gov.br |
| ANTÔNIO IMBASSAHY | PSDB | BA | 810 | IV | 3215.5810 | dep.antonioimbassahy@camara.gov.br |
| ANTÔNIO ROBERTO | PV | MG | 712 | IV | 3215.5712 | dep.antonioroberto@camara.gov.br |
| ARLINDO CHINAGLIA | PT | SP | 706 | IV | 3215.5706 | dep.arlindochinaglia@camara.gov.br |
| ARNALDO FARIA DE SÁ | PTB | SP | 929 | IV | 3215.5929 | dep.arnaldofariadesa@camara.gov.br |
| ARNON BEZERRA | PTB | CE | 413 | IV | 3215.5413 | dep.arnonbezerra@camara.gov.br |
| ASSIS DO COUTO | PT | PR | 428 | IV | 3215.5428 | dep.assisdocouto@camara.gov.br |
| ASSIS MELO | PCdoB | RS | 605 | IV | 3215.5605 | dep.assismelo@camara.gov.br |
| ÁTILA LINS | PSD | AM | 730 | IV | 3215.5730 | dep.atilalins@camara.gov.br |
| BENEDITA DA SILVA | PT | RJ | 330 | IV | 3215.5330 | dep.beneditadasilva@camara.gov.br |
| BONIFÁCIO DE ANDRADA | PSDB | MG | 431 | IV | 3215.5431 | dep.bonifaciodeandrada@camara.gov.br |
| BRIZOLA NETO | PDT | RJ | 437 | IV | 3215.5437 | dep.brizolaneto@camara.gov.br |
| BRUNO ARAÚJO | PSDB | PE | 360 | IV | 3215.5360 | dep.brunoaraujo@camara.gov.br |
| CARLOS ALBERTO LERÉIA | PSDB | GO | 830 | IV | 3215.5830 | dep.carlosalbertolereia@camara.gov.br |
| CARLOS EDUARDO CADOCA | PSC | PE | 415 | IV | 3215.5415 | dep.carloseduardocadoca@camara.gov.br |
| CARLOS ZARATTINI | PT | SP | 808 | IV | 3215.5808 | dep.carloszarattini@camara.gov.br |
| CARMEN ZANOTTO | PPS | SC | 503 | IV | 3215.5503 | dep.carmenzanotto@camara.gov.br |
| CELSO MALDANER | PMDB | SC | 481 | III | 3215.5481 | dep.celsomaldaner@camara.gov.br |
| CÉSAR HALUM | PPS | TO | 282 | III | 3215.5282 | dep.cesarhalum@camara.gov.br |
| CIDA BORGHETTI | PP | PR | 412 | IV | 3215.5412 | dep.cidaborghetti@camara.gov.br |
| DALVA FIGUEIREDO | PT | AP | 704 | IV | 3215.5704 | dep.dalvafigueiredo@camara.gov.br |
| DAMIÃO FELICIANO | PDT | PB | 938 | IV | 3215.5938 | dep.damiaofeliciano@camara.gov.br |
| DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ | PTB | RS | 566 | III | 3215.5566 | dep.danrleidedeushinterholz@camara.gov.br |
| DARCISIO PERONDI | PMDB | RS | 518 | IV | 3215.5518 | dep.darcisioperondi@camara.gov.br |
| DAVI ALCOLUMBRE | DEM | AP | 231 | IV | 3215.5231 | dep.davialcolumbre@camara.gov.br |
| DÉCIO LIMA | PT | SC | 218 | IV | 3215.5218 | dep.deciolima@camara.gov.br |
| DR. ROSINHA | PT | PR | 474 | III | 3215.5474 | dep.dr.rosinha@camara.gov.br |
| DR. UBIALI | PSB | SP | 484 | III | 3215.5484 | dep.dr.ubiali@camara.gov.br |
| EDINHO BEZ | PMDB | SC | 703 | IV | 3215.5703 | dep.edinhobez@camara.gov.br |
| EDUARDO AZEREDO | PSDB | MG | 722 | IV | 3215.5722 | dep.eduardoazeredo@camara.gov.br |
| EDUARDO BARBOSA | PSDB | MG | 540 | IV | 3215.5540 | dep.eduardobarbosa@camara.gov.br |
| EDUARDO GOMES | PSDB | TO | 950 | IV | 3215.5950 | dep.eduardogomes@camara.gov.br |
| EDUARDO SCIARRA | DEM | PR | 433 | IV | 3215.5433 | dep.eduardosciarra@camara.gov.br |
| ENIO BACCI | PDT | RS | 930 | IV | 3215.5930 | dep.eniobacci@camara.gov.br |
| ESPERIDIÃO AMIN | PP | SC | 252 | IV | 3215.5252 | dep.esperidiaoamin@camara.gov.br |
| EUDES XAVIER | PT | CE | 472 | III | 3215.5472 | dep.eudesxavier@camara.gov.br |
| EVANDRO MILHOMEN | PCdoB | AP | 419 | IV | 3215.5419 | dep.evandromilhomen@camara.gov.br |
| FÁTIMA PELAES | PMDB | AP | 416 | IV | 3215.5416 | dep.fatimapelaes@camara.gov.br |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FELIPE BORNIER | PHS | RJ | 216 | IV | 3215.5216 | dep.felipebornier@camara.gov.br |
| FERNANDO FERRO | PT | PE | 427 | IV | 3215.5427 | dep.fernandoferro@camara.gov.br |
| GERALDO THADEU | PPS | MG | 248 | IV | 3215.5248 | dep.geraldothadeu@camara.gov.br |
| GIACOBO | PR | PR | 762 | IV | 3215.5762 | dep.giacobo@camara.gov.br |
| GIOVANI CHERINI | PDT | RS | 466 | III | 3215.5466 | dep.giovanicherini@camara.gov.br |
| GIROTO | PR | MS | 277 | III | 3215.5277 | dep.giroto@camara.gov.br |
| GONZAGA PATRIOTA | PSB | PE | 430 | IV | 3215.5430 | dep.gonzagapatriota@camara.gov.br |
| GUILHERME CAMPOS | DEM | SP | 283 | III | 3215.5283 | dep.guilhermecampos@camara.gov.br |
| HENRIQUE FONTANA | PT | RS | 915 | IV | 3215.5915 | dep.henriquefontana@camara.gov.br |
| HERMES PARCIANELLO | PMDB | PR | 234 | IV | 3215.5234 | dep.hermesparcianello@camara.gov.br |
| HUGO NAPOLEÃO | PSD | PI | IV | 414 | 3215.5414 | dep.hugonapoleao@camara.gov.br |
| IRIS DE ARAÚJO | PMDB | GO | 530 | IV | 3215.5530 | dep.irisdearaujo@camara.gov.br |
| JAIME MARTINS | PR | MG | 333 | IV | 3215.5333 | dep.jaimemartins@camara.gov.br |
| JANETE ROCHA PIETÁ | PT | SP | 578 | III | 3215.5578 | dep.janeterochapieta@camara.gov.br |
| JERÔNIMO GOERGEN | PP | RS | 316 | IV | 3215.5316 | dep.jeronimogoergen@camara.gov.br |
| JOÃO CARLOS BACELAR | PR | BA | 928 | IV | 3215.5928 | dep.joaocarlosbacelar@camara.gov.br |
| JOÃO DADO | PDT | SP | 509 | IV | 3215.5509 | dep.joaodado@camara.gov.br |
| JOÃO MAGALHÃES | PMDB | MG | 211 | IV | 3215.5211 | dep.joaomagalhaes@camara.gov.br |
| JOAQUIM BELTRÃO | PMDB | AL | 717 | IV | 3215.5717 | dep.joaquimbeltrao@camara.gov.br |
| JORGE BOEIRA | PT | SC | 342 | IV | 3215.5342 | dep.jorgeboeira@camara.gov.br |
| JORGINHO MELLO | PSDB | SC | 329 | IV | 3215.5329 | dep.jorginhomello@camara.gov.br |
| JOSÉ LINHARES | PP | CE | 860 | IV | 3215.5860 | dep.joselinhares@camara.gov.br |
| JOSÉ OTÁVIO GERMANO | PP | RS | 424 | IV | 3215.5424 | dep.joseotaviogermano@camara.gov.br |
| JOSÉ ROCHA | PR | BA | 908 | IV | 3215.5908 | dep.joserocha@camara.gov.br |
| JOSÉ STÉDILE | PSB | RS | 354 | IV | 3215.5354 | dep.josestedile@camara.gov.br |
| JÚLIO DELGADO | PSB | MG | 323 | IV | 3215.5323 | dep.juliodelgado@camara.gov.br |
| LAEL VARELLA | DEM | MG | 721 | IV | 3215.5721 | dep.laelvarella@camara.gov.br |
| LAUREZ MOREIRA | PSB | TO | 736 | IV | 3215.5736 | dep.laurezmoreira@camara.gov.br |
| LEANDRO VILELA | PMDB | GO | 309 | IV | 3215.5309 | dep.leandrovilela@camara.gov.br |
| LELO COIMBRA | PMDB | ES | 801 | IV | 3215.5801 | dep.lelocoimbra@camara.gov.br |
| LEONARDO QUINTÃO | PMDB | MG | 914 | IV | 3215.5914 | dep.leonardoquintao@camara.gov.br |
| LINCOLN PORTELA | PR | MG | 615 | IV | 3215.5615 | dep.lincolnportela@camara.gov.br |
| LIRA MAIA | DEM | PA | 516 | IV | 3215.5516 | dep.liramaia@camara.gov.br |
| LUCI CHOINACKI | PT | SC | 306 | IV | 3215.5306 | dep.lucichoinacki@camara.gov.br |
| LUCIANO CASTRO | PR | RR | 401 | IV | 3215.5401 | dep.lucianocastro@camara.gov.br |
| LUIZ NOÉ | PSB | RS | 338 | IV | 3215.5338 | dep.luiznoe@camara.gov.br |
| MANOEL JÚNIOR | PMDB | PB | 601 | IV | 3215.5601 | dep.manoeljunior@camara.gov.br |
| MANUELA D'ÁVILA | PCdoB | RS | 438 | IV | 3215.5438 | dep.manueladavila@camara.gov.br |
| MARCELO CASTRO | PMDB | PI | 811 | IV | 3215.5811 | dep.marcelocastro@camara.gov.br |
| MARCO MAIA | PT | RS | 714 | IV | 3215.5714 | dep.marcomaia@camara.gov.br |
| MARCON | PT | RS | 569 | III | 3215.5569 | dep.marcon@camara.gov.br |
| MARCOS MEDRADO | PDT | BA | 834 | IV | 3215.5834 | dep.marcosmedrado@camara.gov.br |
| MAURÍCIO QUINTELLA LESSA | PR | AL | 425 | IV | 3215.5425 | dep.mauricioquintellalessa@camara.gov |
| MAURÍCIO TRINDADE | PR | BA | 456 | IV | 3215.5456 | dep.mauriciotrindade@camara.gov.br |
| MAURO BENEVIDES | PMDB | CE | 607 | IV | 3215.5607 | dep.maurobenevides@camara.gov.br |
| MAURO MARIANI | PMDB | SC | 925 | IV | 3215.5925 | dep.mauromariani@camara.gov.br |
| MENDONÇA PRADO | DEM | SE | 508 | IV | 3215.5508 | dep.mendoncaprado@camara.gov.br |
| MOACIR MICHELETTO | PMDB | PR | 478 | III | 3215.5478 | dep.moacirmicheletto@camara.gov.br |
| MOREIRA MENDES | PSD | RO | 943 | IV | 3215.5943 | dep.moreiramendes@camara.gov.br |
| NATAN DONADON | PMDB | RO | 239 | IV | 3215.5239 | dep.natandonadon@camara.gov.br |
| NEILTON MULIM | PR | RJ | 639 | IV | 3215.5639 | dep.neiltonmulim@camara.gov.br |
| NELSON MARCHEZAN JÚNIOR | PSDB | RS | 368 | III | 3215.5368 | dep.nelsonmarchezanjunior@camara.gov.br |
| NELSON MARQUEZELLI | PTB | SP | 920 | IV | 3215.5920 | dep.nelsonmarquezelli@camara.gov.br |
| NELSON MEURER | PP | PR | 916 | IV | 3215.5916 | dep.nelsonmeurer@camara.gov.br |
| NELSON PELLEGRINO | PT | BA | 826 | IV | 3215.5826 | dep.nelsonpellegrino@camara.gov.br |
| ODAIR CUNHA | PT | MG | 556 | IV | 3215.5556 | dep.odaircunha@camara.gov.br |
| ONOFRE SANTO AGOSTINI | DEM | SC | 404 | IV | 3215.5404 | dep.onofresantoagostini@camara.gov.br |
| ONYX LORENZONI | DEM | RS | 828 | IV | 3215.5828 | dep.onyxlorenzoni@camara.gov.br |
| OSMAR SERRAGLIO | PMDB | PR | 845 | IV | 3215.5845 | dep.osmarserraglio@camara.gov.br |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OSMAR TERRA | PMDB | RS | 927 | IV | 3215.5927 | dep.osmarterra@camara.gov.br |
| PAES LANDIM | PTB | PI | 648 | IV | 3215.5648 | dep.paeslandim@camara.gov.br |
| PAULO PIAU | PMDB | MG | 617 | IV | 3215.5617 | dep.paulopiau@camara.gov.br |
| PAULO PIMENTA | PT | RS | 552 | IV | 3215.5552 | dep.paulopimenta@camara.gov.br |
| PEDRO CHAVES | PMDB | GO | 406 | IV | 3215.5406 | dep.pedrochaves@camara.gov.br |
| PEDRO UCZAI | PT | SC | 229 | IV | 3215.5229 | dep.pedrouczai@camara.gov.br |
| RAIMUNDO GOMES DE MATOS | PSDB | CE | 725 | IV | 3215.5725 | dep.raimundogomesdematos@camara. |
| REBECCA GARCIA | PP | AM | 520 | IV | 3215.5520 | dep.rebeccagarcia@camara.gov.br |
| REGINALDO LOPES | PT | MG | 426 | IV | 3215.5426 | dep.reginaldolopes@camara.gov.br |
| RENATO MOLLING | PP | RS | 337 | IV | 3215.5337 | dep.renatomolling@camara.gov.br |
| RIBAMAR ALVES | PSB | MA | 729 | IV | 3215.5729 | dep.ribamaralves@camara.gov.br |
| RICARDO TRIPOLI | PSDB | SP | 241 | IV | 3215.5241 | dep.ricardotripoli@camara.gov.br |
| ROBERTO BALESTRA | PP | GO | 219 | IV | 3215.5219 | dep.robertobalestra@camara.gov.br |
| ROBERTO DE LUCENA | PV | SP | 235 | IV | 3215.5235 | dep.robertodelucena@camara.gov.br |
| ROBERTO SANTIAGO | PV | SP | 533 | IV | 3215.5533 | dep.robertosantiago@camara.gov.br |
| RODRIGO DE CASTRO | PSDB | MG | 701 | IV | 3215.5701 | dep.rodrigodecastro@camara.gov.br |
| ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA | PMDB | SC | 656 | IV | 3215.5656 | dep.rogeriopeninhamendonca@camara.gov.br |
| ROMÁRIO | PSB | RJ | 411 | IV | 3215.5411 | dep.romario@camara.gov.br |
| RONALDO BENEDET | PMDB | SC | 918 | IV | 3215.5918 | dep.ronaldobenedet@camara.gov.br |
| RONALDO CAIADO | DEM | GO | 227 | IV | 3215.5227 | dep.ronaldocaiado@camara.gov.br |
| RONALDO ZULKE | PT | RS | 858 | IV | 3215.5858 | dep.ronaldozulke@camara.gov.br |
| ROSE DE FREITAS | PMDB | ES | 946 | IV | 3215.5946 | dep.rosedefreitas@camara.gov.br |
| SANDES JÚNIOR | PP | GO | 702 | IV | 3215.5702 | dep.sandesjunior@camara.gov.br |
| SANDRO MABEL | PR | GO | 443 | IV | 3215.5443 | dep.sandromabel@camara.gov.br |
| SARNEY FILHO | PV | MA | 202 | IV | 3215.5202 | dep.sarneyfilho@camara.gov.br |
| SEBASTIÃO BALA ROCHA | PDT | AP | 608 | IV | 3215.5608 | dep.sebastiaobalarocha@camara.gov.br |
| SÉRGIO MORAES | PTB | RS | 258 | IV | 3215.5258 | dep.sergiomoraes@camara.gov.br |
| SÉRGIO ZVEITER | PDT | RJ | 437 | IV | 3215.5437 | dep.sergiozveiter@camara.gov.br |
| SIBÁ MACHADO | PT | AC | 421 | IV | 3215.5421 | dep.sibamachado@camara.gov.br |
| SILVIO COSTA | PTB | PE | 417 | IV | 3215.5417 | dep.silviocosta@camara.gov.br |
| TAKAYAMA | PSC | PR | 910 | IV | 3215.5910 | dep.takayama@camara.gov.br |
| VALADARES FILHO | PSB | SE | 660 | IV | 3215.5660 | dep.valadaresfilho@camara.gov.br |
| VALDIR COLATTO | PMDB | SC | 708 | IV | 3215.5708 | dep.valdircolatto@camara.gov.br |
| VANDER LOUBET | PT | MS | 838 | IV | 3215.5838 | dep.vanderloubet@camara.gov.br |
| VIEIRA DA CUNHA | PDT | RS | 711 | IV | 3215.5711 | dep.vieiradacunha@camara.gov.br |
| VILMAR ROCHA | DEM | GO | 536 | IV | 3215.5536 | dep.vilmarrocha@camara.gov.br |
| VILSON COVATTI | PP | RS | 228 | IV | 3215.5228 | dep.vilsoncovatti@camara.gov.br |
| WALDIR MARANHÃO | PP | MA | 541 | IV | 3215.5541 | dep.waldirmaranhao@camara.gov.br |
| WELITON PRADO | PT | MG | 862 | IV | 3215.5862 | dep.weliton prado@camara.gov.br |
| WELLINGTON ROBERTO | PR | PB | 514 | IV | 3215.5514 | dep.wellingtonroberto@camara.gov.br |
| WOLNEY QUEIROZ | PDT | PE | 936 | IV | 3215.5936 | dep.wolneyqueiroz@camara.gov.br |
| ZÉ GERALDO | PT | PA | 266 | III | 3215.5266 | dep.zegeraldo@camara.gov.br |

## COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
**54ª Legislatura**

| NOME PARLAMENTAR | PARTIDO | UF | ALA | GAB | TELEFONE | END. ELETRÔNICO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ACIR GURGACZ | PDT | RO | Teotônio Vilela | 19 | 3303.3132 | acir@senador.gov.br |
| AÉCIO NEVES | PSDB | MG | Anexo I - 11º and | 1/6 | 3303.6049 | aecio.neves@senador.gov.br |
| ANA AMÉLIA DE LEMOS | PP | RS | Afonso Arinos | 07 | 3303.6083 | ana.amelia@senadora.gov.br |
| ÁLVARO DIAS | PSDB | PR | Nilo Coelho | 10 | 3303.4059 | alvarodias@senador.gov.br |
| ARMANDO MONTEIRO | PTB | PE | Afonso Arinos | 01 | 3303.6124 | armando.monteiro@senador.gov.br |
| BENEDITO DE LIRA | PP | AL | Teotônio Vilela | 02 | 3303.6144 | benedito.lira@senador.gov.br |
| BLAIRO MAGGI | PR | MT | Anexo I - 19º and | 1/6 | 3303.6167 | blairomaggi@senador.gov.br |
| CASILDO MALDANER | PMDB | SC | Teotônio Vilela | 14 | 3303.4206 | casildomaldaner@senador.gov.br |
| CÍCERO LUCENA | PSDB | PB | Alexandre Costa | 21 | 3303.5800 | cicero.lucena@senador.gov.br |
| CLÉSIO ANDRADE | PR | MG | Filinto Muller | 02 | 3303.4621 | clesio.andrade@senador.gov.br |
| CRISTOVAM BUARQUE | PDT | DF | Teotônio Vilela | 10 | 3303.2281 | cristovam@senador.gov.br |
| DELCÍDIO DO AMARAL | PT | MS | Afonso Arinos | 08 | 3303.2452 | delcidio.amaral@senador.gov.br |
| EDUARDO BRAGA | PMDB | AM | Anexo I - 12º and | 1/6 | 3303.6230 | eduardo.braga@senador.gov.br |
| EDUARDO SUPLICY | PT | SP | Dinarte Mariz | 02 | 3303.3213 | eduardo.suplicy@senador.gov.br |
| EUNÍCIO OLIVEIRA | PMDB | CE | Teotônio Vilela | 07 | 3303.6245 | eunicio.oliveira@senador.gov.br |
| FERNANDO COLLOR | PTB | AL | Anexo I - 13º and | | 3303.5783 | fernando.collor@senador.gov.br |
| FLEXA RIBEIRO | PSDB | PA | Alexandre Costa | 01 | 3303.2342 | flexaribeiro@senador.gov.br |
| FRANCISCO DORNELLES | PP | RJ | Teotônio Vilela | 11 | 3303.4229 | francisco.dornelles@senador.gov.br |
| GILVAM BORGES | PMDB | AP | Anexo I - 18º and | 1803 | 3303.1718 | gilvamborges@senador.gov.br |
| GIM ARGELLO | PTB | DF | Afonso Arinos | 10 | 3303.1162 | gimargello@senador.gov.br |
| INÁCIO ARRUDA | PCdoB | CE | Filinto Muller | 07 | 3303.5791 | inacioarruda@senador.gov.br |
| JARBAS VASCONCELOS | PMDB | PE | Dinarte Mariz | 04 | 3303.3245 | jarbas.vasconcelos@senador.gov.br |
| JOSÉ SARNEY | PMDB | AP | Anexo I - 6º and. | | 3303.3429 | sarney@senador.gov.br |
| KÁTIA ABREU | PSD | TO | Teotônio Vilela | 04 | 3303.2464 | katia.abreu@senadora.gov.br |
| LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA | PMDB | SC | Nilo Coelho | 04 | 3303.6446 | luizhenrique@senador.gov.br |
| PAULO BAUER | PSDB | SC | Afonso Arinos | 05 | 3303.6529 | paulobauer@senador.gov.br |
| PAULO PAIM | PT | RS | Anexo I - 22º and | 04 | 3303.5232 | paulopaim@senador.gov.br |
| PEDRO TAQUES | PDT | MT | Afonso Arinos | 04 | 3303.6550 | pedrotaques@senador.gov.br |
| RANDOLFE RODRIGUES | PSOL | AP | Teotônio Vilela | 17 | 3303.6568 | randolfe.rodrigues@senador.gov.br |
| VANESSA GRAZZIOTIN | PCdoB | AM | Alexandre Costa | 05 | 3303.6726 | vanessa.grazziotin@senadora.gov.br |
| WALDEMIR MOKA | PMDB | MS | Alexandre Costa | 07 | 3303.6767 | waldemir.moka@senador.gov.br |
| WELLINGTON DIAS | PT | PI | Afonso Arinos | 06 | 3303.9049 | wellington.dias@senador.gov.br |

# REQUERIMENTOS DE LICENÇA

**Artigos 13 e 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)**

| RQS | SENADOR (A) | ART. RISF | PERÍODO | FINALIDADE |
|---|---|---|---|---|
| 01/2012-M | Cristovam Buarque | 13 | 06.02 a 10.02 | Atividade Parlamentar |
| 02/2012-M | Kátia Abreu | 13 | 07.02 a 11.02 | Atividade Parlamentar |
| 03/2012-M | Acir Gurgacz | 43, II | 13.02 a 29.02 | Licença Particular |

# ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

## ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 17, de 2011

Dispõe sobre os procedimentos relativos à concessão das licenças para tratamento da própria saúde, por motivo de doença em pessoa da família, à gestante, e por acidente em serviço, previstas pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Disciplinar os procedimentos relativos à concessão das licenças para tratamento da própria saúde, por motivo de doença em pessoa da família, à gestante, e por acidente em serviço, previstas pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

### CAPÍTULO I

### DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 2º Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia oficial a ser realizada por profissional devidamente habilitado da Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS), sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Parágrafo único A perícia oficial para concessão da licença de que trata o caput deste artigo, bem como nos demais casos de perícia oficial previstos neste Ato, será efetuada por cirurgião-dentista devidamente habilitado da SAMS, nas hipóteses em que abranger o campo de atuação da odontologia.

Art. 3º Acometido de doença que o impeça de comparecer ao serviço, o servidor deverá buscar atendimento médico e comunicar a seu chefe imediato o motivo de sua ausência e o local onde poderá ser encontrado.

§ 1º Na impossibilidade de atendimento por profissional habilitado da SAMS, do Sistema Único de Saúde (SUS) ou credenciado junto ao Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS), será aceito atestado passado por médico particular, conforme o disposto no art. 203, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, o atestado somente produzirá efeitos depois de recepcionado pela Junta Médica do Senado.

§ 3º O atestado médico deverá conter o código do Cadastro Internacional de Doenças

(CID), o carimbo e a assinatura do médico responsável pelo atendimento, e não poderá ser substituído por atestado de comparecimento, para fins de concessão de licença médica.

Art. 4º Após o atendimento médico, o servidor, ou alguém em seu nome, deverá apresentar o respectivo atestado à Junta Médica no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis ou, caso convocado para depor em sindicância, no prazo de 1 (um) dia útil a contar do início do afastamento.

Parágrafo único Em se tratando de servidores lotados nos Escritórios de Apoio às Atividades Parlamentares, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009, o atestado deverá ser encaminhado, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, ao respectivo Gabinete, que providenciará sua imediata apresentação à Junta Médica.

Art. 5º A Junta Médica do Senado Federal convocará o servidor para realização obrigatória da perícia oficial, a qual poderá ser dispensada na hipótese de afastamento inferior a 15 (quinze) dias, dentro de 1 (um) ano, nos termos do art. 204 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 1º A Junta Médica ou o médico perito poderão exigir do servidor a apresentação de relatório médico, preenchido de acordo com modelo fornecido pela Junta Médica, exames e laudos comprobatórios da patologia.

§ 2º Na impossibilidade de locomoção do servidor, este, ou alguém em seu nome, deverá contatar a Junta Médica do Senado, a qual, se necessário, procederá à inspeção em sua residência ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

§ 3º Em caso de atendimento recebido fora do Distrito Federal, o servidor deverá apresentar-se para perícia oficial trazendo o atestado acompanhado obrigatoriamente do relatório médico referido pelo § 1º deste artigo, telefone e endereço do profissional ou da unidade de saúde emitente.

Art. 6º A licença que exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento será concedida mediante perícia realizada exclusivamente pela Junta Médica do Senado Federal, nos termos do art. 203, § 4º, da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 7º O atestado médico e o laudo pericial não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas no art. 186, § 1o, da Lei nº 8.112, de 1990.

**CAPÍTULO II**

**DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 8º Poderá ser concedida licença ao servidor efetivo por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por pericia médica oficial.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A pericia médica, consideradas as circunstâncias apuradas, poderá concluir pela concessão da licença a partir da data do evento ou do protocolo do pedido de afastamento,

observado, em qualquer hipótese, o disposto no art. 83 da Lei nº 8.112, de 1990.

**CAPÍTULO III**

**DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO**

Art. 9º Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

§ 1º A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

§ 2º O chefe imediato do servidor acidentado deverá encaminhar comunicação à Junta Médica do Senado Federal, reportando as circunstâncias do evento.

§ 3º A Junta Médica procederá às audiências necessárias à precisa caracte-rização do acidente em serviço e emissão do respectivo atestado, devendo ainda:

I - preencher e encaminhar a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) aos órgãos competentes, no caso de servidor sem vínculo efetivo; ou

II - preencher a Comunicação de Acidente em Serviço (CAS) e arquivá-la na pasta de perícia médica, no caso de servidor efetivo.

**CAPÍTULO IV**

**DA LICENÇA À GESTANTE**

Art. 10 Será concedida licença à servidora gestante por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único Para requerer a licença, a servidora deverá encaminhar à Junta Médica do Senado Federal o atestado médico, o qual deverá conter a data do início da licença, que não poderá ser posterior à data do parto.

Art. 11 A requerimento da servidora, ocupante de cargo efetivo ou em comissão, a licença à gestante poderá ser prorrogada por 60 (sessenta) dias, observado o seguinte:

I - o requerimento, que deverá ser protocolado até o final do primeiro mês após o parto, será instruído com declaração da servidora de que não exercerá qualquer atividade remunerada nem manterá a criança em creche ou organização similar, sob pena de perda do direito à prorrogação; e

II - a prorrogação terá início imediatamente após a fruição da licença à gestante;

Parágrafo único A servidora terá direito à remuneração integral durante o período de prorrogação da licença.

**CAPÍTULO V**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12 A Junta Médica do Senado Federal comunicará imediatamente a Secretaria de Recursos Humanos (SERH) a respeito de concessão a servidor sem vínculo efetivo das licenças referidas nos arts. 2º e 9º deste Ato, cujo prazo seja superior a 15 (quinze) dias, para o devido encaminhamento ao órgão gestor da Previdência Social, na forma da legislação aplicável.

Art. 13 Estando de licença, o servidor não poderá:

I - reassumir o exercício de suas funções, salvo se considerado apto em exame pericial ou, em caso de licença por motivo de doença em pessoa da família, se expressamente requerer sua interrupção;

II - exercer atividade remunerada, sob pena de interrupção imediata da licença e perda total da remuneração até que reassuma o exercício das suas atribuições.

Parágrafo único O servidor em gozo de licença disciplinada por este Ato comunicará ao chefe imediato seu endereço eventual.

Art. 14 O descumprimento das regras estabelecidas por este Ato implicará o indeferimento da licença, sendo o respectivo período lançado como falta não justificada.

Art. 15 Compete à Junta Médica do Senado Federal deliberar sobre as licenças disciplinadas por este Ato e encaminhar os autos à Secretaria de Recursos Humanos (SERH) para registro e publicação do período de afastamento no histórico funcional do servidor.

§ 1º Em caso de indeferimento da licença, cabe recurso da deliberação da Junta Médica, sem prejuízo de pedido de reconsideração:

I - ao Diretor-Geral do Senado Federal, nas licenças até 30 (trinta) dias; e

II - ao Primeiro-Secretário do Senado Federal, nas licenças superiores a 30 (trinta) dias.

§ 2º Mantido o indeferimento, as faltas ao serviço não poderão ser abonadas.

Art. 16 Este Ato entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 17 Revogam-se o Ato do Diretor-Geral nº 2, de 1990, e o Ato do Primeiro-Secretário nº 12, de 2008.

Sala de reuniões da Comissão Diretora, em 20 de dezembro de 2011.

Senador José Sarney - Presidente, Senadora Marta Suplicy - Primeira Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka - Segundo Vice-Presidente, Senador João Vicente Claudino - Terceiro-Secretário, Senador João Durval - Segundo Suplente, Senadora Vanessa Grazziotin - Quarta Suplente

*Observações:*
*- Publicação extraída do Boletim original nº: 4875 de 22/12/2011*

# ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

## ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 18, de 2011

**A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 60 dias, o prazo para a apresentação do Plano de Racionalização de Contratos de prestação de serviços de que trata o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2011.

Art. 2º O prazo a que se refere o art. 1º deste Ato contar-se-á da data de sua publicação, suspendendo-se durante o período do recesso constitucional do Congresso Nacional.

Sala de reuniões da Comissão Diretora, em 20 de dezembro de 2011.

Senador José Sarney - Presidente, Senadora Marta Suplicy - Primeira Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka - Segundo Vice-Presidente, Senador Cicero Lucena - Primeiro-Secretário, Senador João Vicente Claudino - Terceiro-Secretário, Senador João Durval - Segundo Suplente, Senadora Vanessa Grazziotin - Quarta Suplente

*Observações:*
*Publicação extraída do Boletim original nº: 4875 de 22/12/2011*

## ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 19, de 2011

Altera o Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011.

**A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º O artigo 2º do Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Compete à Diretoria-Geral dar imediato cumprimento ao disposto neste Ato e solucionar os casos omissos ou que suscitem dúvida.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões da Comissão Diretora, em 20 de dezembro de 2011.

Senador José Sarney - Presidente, Senadora Marta Suplicy - Primeira Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka - Segundo Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena - Primeiro-Secretário, Senador João Vicente Claudino - Terceiro-Secretário, Senador Ciro Nogueira - Quarto-Secretário, Senador João Durval - Segundo Suplente, Senadora Vanessa Grazziotin - Quarta Suplente

*Observações:*
*- Publicação extraída do Boletim original nº: 4875 de 22/12/2011*

# ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 20, de 2011

Dispõe sobre os prazos de carência para a utilização dos serviços de assistência à saúde oferecidos pelo Sistema Integrado de Saúde (SIS).

**A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas competências regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º A inscrição ou reinscrição no Sistema Integrado de Saúde (SIS) acarretará para o beneficiário-titular e para seus beneficiários-dependentes o cumprimento dos seguintes prazos de carência, contados da data da inscrição ou da reinscrição:

I - 24 (vinte e quatro) horas, para atendimento:

a) sem restrições, quando decorrente de acidente pessoal;

b) limitado às primeiras 12 (doze) horas em pronto-socorro, sem cobertura para internação clínica ou cirúrgica, nos casos de urgência médica, sem risco iminente de morte, durante o período de carência para internação hospitalar;

II - 30 (trinta) dias para consultas médicas, exames laboratoriais simples e exames de raios X;

III - 90 (noventa) dias para: ultrassonografia, ecocardiografia, teste ergométrico, prova de Holter, cintilografia e fisioterapia;

IV - 180 (cento e oitenta) dias para os demais procedimentos não enumerados nos incisos deste artigo;

V - 300 (trezentos) dias para parto a termo;

VI - 24 (vinte e quatro) meses para procedimentos cirúrgicos, uso de leitos de alta tecnologia e procedimentos de alta complexidade, relacionados com doenças ou lesões preexistentes.

§ 1º Ficam isentos dos prazos de carência previstos neste artigo os beneficiários-titulares e os beneficiários-dependentes que, na data de inscrição ou reinscrição no SIS, comprovem estar inscritos em outro plano de saúde há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º Ficam dispensados dos prazos de carência fixados neste artigo o beneficiário-titular ocupante de cargo de provimento em comissão e seus beneficiários-dependentes que estejam inscritos no SIS há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses, na hipótese de o beneficiário-titular vir a ser exonerado e novamente nomeado para cargo de provimento em comissão no prazo de 60 (sessenta) dias do desligamento, desde que requeira, dentro deste prazo, sua reintegração ao SIS.

§ 3º Em caso de emergência, com risco iminente de morte ou lesão irreparável, não relacionado com doença ou lesão preexistente, declarado pelo médico assistente e ratificado pela perícia médica do SIS, ficam dispensados os prazos de carência estabelecidos neste artigo.

§ 4º Ficam igualmente desobrigados do cumprimento dos prazos de carência os filhos de beneficiários-titulares que venham a ser inscritos como beneficiários-dependentes no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de nascimento.

Art. 2 Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões da Comissão Diretora, em 20 de dezembro de 2011.

Senador José Sarney - Presidente, Senadora Marta Suplicy - Primeira Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka - Segundo Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena - Primeiro-Secretário, Senador João Vicente Claudino - Terceiro-Secretário, Senador João Durval - Segundo Suplente, Senadora Vanessa Grazziotin - Quarta Suplente

*Observações:*
*- Publicação extraída do Boletim original nº: 4875 de 22/12/2011*

**ATO Nº 203, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011**

Abre aos Orçamentos Fiscal da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R$ 15.609.000,00 (quinze milhões, seiscentos e nove mil reais) para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 57, § 1º, inciso I da Lei Nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO), combinado com o art. 4º, inciso I, alínea "a", e § 1º deste artigo da Lei Nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 (LOA) e considerando as disposições contidas na Portaria SOF/MP Nº 6, de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto, ao Orçamento Fiscal, em favor do Senado Federal, crédito adicional suplementar no valor de R$ 15.609.000,00 (quinze milhões, seiscentos e nove mil reais) para atender à programação exposta no Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os créditos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY

ANEXO

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00 ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0051 | | Atuação Legislativa do Senado Federal | | | | | | | 15.609.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 01 031 | 0558 4061 | Processo Legislativo | | | | | | | 15.609.000 |
| 01 031 | 0558 4061 0001 | Processo Legislativo - Nacional | | | | | | | 15.609.000 |
| | | | 1 | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.609.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.609.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.609.000 |

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00 ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0051 | | Atuação Legislativa do Senado Federal | | | | | | | 15.609.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 01 126 | 0551 4060 | Gestão do Sistema de Informática | | | | | | | 5.000.000 |
| 01 126 | 0551 4060 0001 | Gestão do Sistema de Informática - Nacional | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 700.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 7.300.000 |
| 01 128 | 0551 4091 | Capacitação de Recursos Humanos | | | | | | | 600.000 |
| 01 128 | 0551 4091 0001 | Capacitação de Recursos Humanos - Nacional | | | | | | | 600.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 600.000 |
| 01 031 | 0551 4597 | Produção e Disseminação de Documentos Legislativos | | | | | | | 4.913.000 |
| 01 031 | 0551 4597 0001 | Produção e Disseminação de Documentos Legislativos - Nacional | | | | | | | 4.913.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.913.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| 01 126 | 0551 4556 | Rede de Integração e Participação Legislativa - Brasília | | | | | | | 490.000 |
| 01 126 | 0551 4556 0001 | Rede de Integração e Participação Legislativa - Brasília - Nacional | | | | | | | 490.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 490.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 01 122 | 0551 2130 | Construção de Prédio para Instalação de Unidades de Administração de Material e Patrimônio | | | | | | | 1.601.000 |
| 01 122 | 0551 2130 0101 | Construção de Prédio para Instalação de Unidades de Administração de Material e Patrimônio - Plano Brasília - DF | | | | | | | 1.601.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.601.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.609.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.609.000 |

## ATO Nº 204, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 57, § 1º, inciso I da Lei Nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO), combinado com o art. 4º, inciso V, alínea "a", da Lei Nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 (LOA) e considerando as disposições contidas na Portaria SOF/MP Nº 6, de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor do Senado Federal, crédito adicional suplementar no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para atender à programação exposta no Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os créditos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | ETF | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0551 | | Atuação Legislativa do Senado Federal | | | | | | | 15.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 01 031 | 0551 4061 | Processo Legislativo | | | | | | | 15.000.000 |
| 01 031 | 0551 4061 0001 | Processo Legislativo - Nacional | F | 3 | 3 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.000.000 |

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | ETF | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0551 | | Atuação Legislativa do Senado Federal | | | | | | | 15.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 01 031 | 0551 4061 | Processo Legislativo | | | | | | | 15.000.000 |
| 01 031 | 0551 4061 0001 | Processo Legislativo - Nacional | F | 3 | 3 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.000.000 |

## ATO Nº 205, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R$ 6.235.000,00 (seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil reais) para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 57, § 1º, inciso I da Lei Nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO), combinado com o art. 4º, inciso V, alínea "a", da Lei Nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 (LOA) e considerando as disposições contidas na Portaria SOF/MP Nº 6, de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor do Senado Federal, crédito adicional suplementar no valor de R$ 6.235.000,00 (seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil reais) para atender à programação exposta no Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os créditos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | ETF | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0999 | | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 6.235.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0999 0196 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões | | | | | | | 6.235.000 |
| 09 272 | 0999 0196 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional | 5 | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.235.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.235.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.235.000 |

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | ETF | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0551 | | Atuação Legislativa do Senado Federal | | | | | | | 6.235.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 01 031 | 0551 4061 | Processo Legislativo | | | | | | | 6.235.000 |
| 01 031 | 0551 4061 0001 | Processo Legislativo - Nacional | F | 3 | 3 | 90 | 0 | 100 | 6.235.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.235.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.235.000 |

JOSÉ SARNEY

# ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

*PRORROGAÇÃO*

## ATO DO PRESIDENTE Nº 206, de 2011

Concede novo prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Juristas destinada a oferecer subsidios para a atualização do Código de Defesa do Consumidor.

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no desempenho de suas atribuições, e em atendimento a solicitação do Ministro Herman Benjamin, Presidente da Comissão de Juristas instituída pelo Ato do Presidente nº 308, de 2010, alterada pelo Ato do Presidente nº 115, de 2011, destinada oferecer subsídios para a atualização do Código de Defesa do Consumidor, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até o dia 30 de março de 2012 o prazo previsto no art. 1º do Ato do Presidente nº 308, de 2010.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de dezembro de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

*Observações:*
*- Publicação extraída do Boletim original nº: 4877 de 26/12/2011*

*NOMEAÇÃO*

## ATO DO PRESIDENTE Nº 207, de 2011

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LEONARDO DE LIMA DANTAS**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, AP08, da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 22 de dezembro de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

*Observações:*
*- Ato publicado no DOU nº 247, Seção 2, de 26/12/2011.*
*- Publicação extraída do Boletim original nº: 4877 de 26/12/2011*

# ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

*INSTITUI COMISSÃO*

## PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 43, de 2011

Institui comissão destinada à elaboração do Relatório Anual das Contas e do Relatório de Gestão do Senado Federal, relativos ao exercício de 2011.

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares,

Considerando as disposições do art. 101 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011);

Considerando as demandas do Aviso nº 11/2011 - GabMinJM/TCU, de 1º de novembro de 2011, que solicita o encaminhamento de informações que subsidiem o Relatório das Contas do Governo da República referente ao exercício de 2011;

Considerando a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, que estabelece critérios gerais para a prestação de contas; a Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, que define os órgãos e as entidades cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2011, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação; e a Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, que dispõe sobre orientações quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Especial de Elaboração dos Relatórios Anual das Contas e de Gestão do Senado Federal, incumbida de elaborar, até 31 de março de 2012, os seguintes relatórios referentes ao exercício de 2011:

I - Relatório Anual das Contas do Senado Federal;

II - Relatório de Gestão do Senado Federal.

Art. 2º Designar para presidir a comissão o servidor MARCOS ANTONIO KÖHLER, matrícula 55569.

Art. 3º Determinar que a comissão tenha duas subcomissões, classificadas de acordo com os relatórios mencionados nos incisos do art. 1º.

Art. 4º Designar os servidores, **LUIZ HENRIQUE DE PAIVA MARQUES,** matrícula 223466, na qualidade de presidente, **EDMILSON FERREIRA DA SILVA,** matrícula 45679, WANDERLEY ESPINDOLA PESSOA, matrícula 42903, **ADEMAR FERREIRA GOMES,** matrícula 52167, **RAFAEL FERREIRA DOS SANTOS,** matrícula 232790, VIRGÍNIA GYENES, **matrícula 226923,** e **BEATRIZ DIAS DE FARIA SENA,** matrícula 52120, para integrarem a Subcomissão de Elaboração do Relatório Anual das Contas do Presidente do Senado Federal instituída por esta portaria.

Art. 5º Designar os servidores **OLIVAN DUARTE DE ALMEIDA,** matrícula 53305, na qualidade de presidente, **MARIA DAS GRAÇAS COSTA COELHO,** matrícula 47007, NANCI PERES PEREIRA, matrícula 47019, **ANA TERESA MELO PEREIRA,** matrícula 44079, **HUMBERTO GAUCHE,** matrícula 222772, TAIRONE MESSIAS ROSA, matrícula 222486, **JOSÉ TADEU AMORIM** matrícula 47536, **LUCINEIDE SOARES DA SILVA, matrícula 53445,** PAULO SÉRGIO LORENZONI, **matrícula 34499,** LUIZ EDUARDO DA SILVA TOSTES, **matrícula 104799,** para integrarem a Subcomissão de Elaboração do Relatório de Gestão do Senado Federal, instituída por esta portaria.

Art. 6º Determinar que as unidades do Senado Federal, relacionadas no Anexo I desta portaria, preencham e entreguem ao presidente da comissão, até 10 de fevereiro de 2012, os quadros sob sua responsabilidade constantes dos Anexos II a XV desta norma, de acordo com as instruções constantes do Anexo XVI (Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011), mediante processo devidamente protocolado, bem como por meio digital para a caixa de correio eletrônico safin@senado.gov.br.

Art. 7º Determinar aos diversos setores desta Casa Legislativa que forneçam quaisquer outras informações que forem solicitadas pelo presidente da comissão ou de suas subcomissões.

Art. 8º Incumbir a Secretaria Especial de Editoração e Publicações de providenciar a impressão e a encadernação dos referidos relatórios, imediatamente após a entrega dos arquivos digitais pelo presidente da comissão.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXOS 01 - 04

ANEXOS 05 - 08

ANEXOS 09 - 15

ANEXO 16

Senado Federal, 22 de dezembro de 2011. Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

*Observações:*
*- Publicação extraída do Boletim original nº: 4878 de 27/12/2011*

ATO DO PRESIDENTE Nº XXX, de 2011

# ANEXO I

# RELAÇÃO DE ANEXOS POR UNIDADE RESPONSÁVEL

| ANEXO DO ATO DO PRESIDENTE | UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO | INFORMAÇÕES ADICIONAIS A SEREM FORNECIDAS (EXIGIDAS PELO ANEXO II, PARTES A e B, DA DECISÃO NORMATIVA DO TCU Nº 108/2010), CASO NÃO CONSTEM DOS QUADROS DO ANEXO RESPECTIVO |
|---|---|---|
| Anexo II | Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN | 1. Informações de identificação da unidade jurisdicionada (UJ), contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; código na LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato, endereço postal; endereço eletrônico; página na internet; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.<br><br>2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:<br><br>.....<br><br>c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:<br><br>I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;<br><br>II. Execução física das ações realizadas pela UJ. |

| | | |
|---|---|---|
| | | d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:<br><br>I. Programação Orçamentária das Despesas;<br><br>II. Execução Orçamentária das Despesas;<br><br>III. Indicadores Institucionais.<br><br>3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.<br><br>4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.<br><br>.....<br><br>6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.<br><br>.....<br><br>13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.<br><br>14. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do |

| | | |
|---|---|---|
| | | Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social. |
| Anexo III | Diretoria-Geral – DGER, conjuntamente com a SAFIN | 2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:<br><br>a) Responsabilidades institucionais da unidade:<br>I. Competência Institucional;<br>II. Objetivos estratégicos.<br><br>b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:<br>I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;<br>II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão. |
| Anexo IV | Secretaria de Recursos Humanos - SERH | 5. Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:<br>a) Composição do quadro de servidores ativos;<br>b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;<br>.....<br>d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos; |

| | | |
|---|---|---|
| | | .....<br>f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos. |
| Anexo V | Secretaria de Estágios - SESTAG | 5. Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:<br>.....<br>c) Composição do quadro de estagiários; |
| Anexo VI | Subsecretaria de Contabilidade – SSCONT /SAFIN, conjuntamente com a SCINT | 6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência. |
| Anexo VII | Secretaria de Administração de Contratações – SADCON, conjuntamente com os gestores de contratos | 5. Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:<br>.....<br>e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;<br>.....<br>7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos |

| | | |
|---|---|---|
| | | de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010. |
| Anexo VIII | Comissão Permanente de Imposto de Renda -COMIRPF | 8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas. |
| Anexo IX | Diretoria-Geral - DGER, conjuntamente com a Secretaria de Controle Interno - SCINT | 9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:<br>a) Ambiente de controle;<br>b) Avaliação de risco;<br>c) Procedimentos de controle;<br>d) Informação e Comunicação;<br>e) Monitoramento. |
| Anexo X | Programa Senado Verde | 10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006. |
| Anexo XI | Secretaria de Patrimônio - SPATR | 11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros. |
| Anexo XII | Secretaria Especial de Informática - PRODASEN | 12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: |

| | | |
|---|---|---|
| | | a) Planejamento da área;<br>b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;<br>c) Segurança da informação;<br>d) Desenvolvimento e produção de sistemas;<br>e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI. |
| Anexo XIII | Todas as unidades do Senado Federal que receberam deliberação do Tribunal de Contas da União - TCU ou recomendação da Secretaria de Controle Interno - SCINT | 15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.<br>16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento. |
| Anexo XIV | Diretoria-Geral - DGER | 17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício. |
| Anexo XV | Subsecretaria de Contabilidade – SSCONT /SAFIN | ITEM 1 DA PARTE B:<br>Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão. |

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

# DE 12 DE MAIO DE 2011.

**PREENCHIMENTO PELA**

**SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE - SAFIN**

## ANEXO II

**DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011**

# ITEM 1 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.1.3 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado**

| | | | |
|---|---|---|---|
| ***Poder e Órgão de Vinculação*** | | | |
| **Poder:** Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça | | | |
| **Órgão de Vinculação:** Texto | | | **Código SIORG:** 9999 |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora** | | | |
| **Denominação completa:** Texto | | | |
| **Denominação abreviada:** Texto | | | |
| **Código SIORG:** 99999 | **Código na LOA:** 99999 | | **Código SIAFI:** 99999 |
| **Situação:** ativa/em liquidação | | | |
| **Natureza Jurídica:** Vide relação no texto descritivo | | | |
| **Principal Atividade:** Vide Tabela CNAE/IBGE | | | **Código CNAE:** 9999-9 |
| **Telefones/Fax de contato:** | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 |
| **E-mail:** nome@endereçonaInternet | | | |
| **Página na Internet:** http://www.endereçonaInternet | | | |
| **Endereço Postal:** Logradouro, CEP, Cidade e Unidade da Federação | | | |
| **Identificação das *Unidades Jurisdicionadas* agregadas** | | | |
| **Número de Ordem:** N | | | |
| **Denominação completa:** Texto | | | |
| **Denominação abreviada:** Texto | | | |
| **Código SIORG:** 99999 | **Código na LOA:** 99999 | | **Código SIAFI:** 99999 |
| **Situação:** ativa/em liquidação | | | |
| **Natureza Jurídica:** Vide relação no texto descritivo | | | |
| **Principal Atividade:** Vide Tabela CNAE/IBGE | | | **Código CNAE:** 9999-9 |
| **Telefones/Fax de contato:** | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 |
| **E-mail:** nome@endereçonaInternet | | | |
| **Página na Internet:** http://www.endereçonaInternet | | | |
| **Endereço Postal:** Logradouro, Cep, Cidade e Unidade da Federação | | | |
| ***Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas*** | | | |

| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas | |
|---|---|
| | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas | |
| | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas | |
| | |
| **Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** | |
| Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 999999 | |
| Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 99999 | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
| 999999 | 99999 |

**Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado**

| **Poder e Órgão de Vinculação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Poder:** Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça | | | |
| **Órgão de Vinculação ou Supervisão**: Texto | | | **Código SIORG**: 99999 |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora** | | | |
| **Denominação completa:** Texto | | | |
| **Denominação abreviada:** Texto | | | |
| **Código SIORG**: 99999 | **Código na LOA:** 99999 | | **Código SIAFI:** 99999 |
| **Natureza Jurídica**: Vide relação no texto descritivo | | | |
| **Principal Atividade**: Vide Tabela CNAE/IBGE | | | **Código CNAE:** 9999-9 |
| **Telefones/Fax de contato**: | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 |
| **E-mail**: nome@endereçonaInternet | | | |
| **Página na Internet**: http://www.endereçonaInternet | | | |
| **Endereço Postal**: Logradouro, CEP, Cidade e Unidade da Federação | | | |

| **Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas** | | |
|---|---|---|
| Nome | Situação | Código SIORG |
| | | |
| | | |

| **Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas** | | | |
|---|---|---|---|
| **Número de Ordem:** N | | | |
| **Denominação completa:** Texto | | | |
| **Denominação abreviada:** Texto | | | |
| **Código SIORG**: 99999 | **Código na LOA:** 99999 | | **Código SIAFI:** 99999 |
| **Situação:** ativa / em liquidação | | | |
| **Natureza Jurídica**: Vide relação no texto descritivo | | | |
| **Principal Atividade**: Vide Tabela CNAE/IBGE | | | **Código CNAE:** 9999-9 |
| **Telefones/Fax de contato**: | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 |
| **E-mail**: nome@endereçonaInternet | | | |
| **Página na Internet**: http://www.endereçonaInternet | | | |
| **Endereço Postal**: Logradouro, CEP, Cidade e Unidade da Federação | | | |

| **Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** |
|---|
| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas |

| |
|---|
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas |
| |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas |
| |

| **Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** | |
|---|---|
| Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 999999 | |
| Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 99999 | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
| 999999 | 99999 |

# ITEM 2 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo**

| | |
|---|---|
| **Código no PPA** | |
| **Denominação** | |
| **Tipo do Programa** | |
| **Objetivo Geral** | |
| **Objetivos Específicos** | |
| **Gerente** | |
| **Público Alvo** | |

| **Informações orçamentárias e financeiras do Programa** | | | | | **Em R$ 1,00** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Dotação** | | **Despesa Empenhada** | **Despesa Liquidada** | **Restos a Pagar não processados** | **Valores Pagos** |
| **Inicial** | **Final** | | | | |
| | | | | | |

| **Informações sobre os resultados alcançados** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ordem** | **Indicador (Unidade medida)** | **Referência** | | | **Índice previsto no exercício** | **Índice atingido no exercício** |
| | | **Data** | **Índice inicial** | **Índice final** | | |
| 1 | Texto | 99/99/99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 |
| **Fórmula de Cálculo do Índice** | | | | | | |
| Texto ... | | | | | | |
| **Análise do Resultado Alcançado** | | | | | | |
| Texto .... | | | | | | |
| **Ordem** | **Indicador (Unidade medida)** | **Referência** | | | **Índice previsto no exercício** | **Índice atingido no exercício** |
| | | **Data** | **Índice inicial** | **Índice final** | | |
| N | Texto | 99/99/99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 |
| **Fórmula de Cálculo do Índice** | | | | | | |
| Texto ... | | | | | | |
| **Análise do Resultado Alcançado** | | | | | | |
| Texto .... | | | | | | |

Fonte:

## Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

| Função | Subfunção | Programa | Ação | Tipo da Ação | Prioridade | Unidade de Medida | Meta prevista | Meta realizada | Meta a ser realizada em 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 99 | 999 | XXXX | 9999 | P/A/OP | 1/2/3/4 | texto | 9999 | 9999 | 9999 |
| 99 | 999 | XXXX | 9999 | P/A/OP | 1/2/3/4 | texto | 9999 | 9999 | 9999 |
| ... | ... | ... | ... | ... | | ... | ... | ... | ... |

Fonte:

## Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|---|---|---|
| | 99999 | 999999 |
| | 99999 | 999999 |

## Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Grupos de Despesas Correntes | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | | 2 – Juros e Encargos da Dívida | | 3- Outras Despesas Correntes | |
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | | | | | | |
| | PLOA | | | | | | | |
| | LOA | | | | | | | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | | | | | | |
| | Especiais | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Extraordinários | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Créditos Cancelados | | | | | | | |
| Outras Operações | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | |

Fonte:

## Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Grupos de Despesa de Capital | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 4 – Investimentos | | 5 – Inversões Financeiras | | 6- Amortização da Dívida | |
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | | | | | | |
| | PLOA | | | | | | | |
| | LOA | | | | | | | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | | | | | | |
| | Especiais | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Extraordinários | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Créditos Cancelados | | | | | | | |
| Outras Operações | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | |

Fonte:

## Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 – Reserva de Contingência | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | | | | | | |
| | PLOA | | | | | | | |
| | LOA | | | | | | | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | | | | | | |
| | Especiais | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Extraordinários | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Créditos Cancelados | | | | | | | |
| Outras Operações | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | |

Fonte:

## Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R$ 1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |
| **Natureza da Movimentação de Crédito** | | **UG concedente ou recebedora** | **Classificação da ação** | **Despesas de Capital** | | |
| | | | | **4 – Investimentos** | **5 – Inversões Financeiras** | **6 – Amortização da Dívida** |
| Movimentação Interna | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ**

Valores em R$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| **Modalidade de Licitação** | | | | |
| Convite | | | | |
| Tomada de Preços | | | | |
| Concorrência | | | | |
| Pregão | | | | |
| Concurso | | | | |
| Consulta | | | | |
| Registro de Preços | | | | |
| **Contratações Diretas** | | | | |
| Dispensa | | | | |
| Inexigibilidade | | | | |
| **Regime de Execução Especial** | | | | |
| Suprimento de Fundos | | | | |
| **Pagamento de Pessoal** | | | | |
| Pagamento em Folha | | | | |
| Diárias | | | | |
| **Outros** | | | | |

Fonte:

**Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**

Valores em R$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1 – Despesas de Pessoal** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** |
| Nome 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **2 – Juros e Encargos da Dívida** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **3 – Outras Despesas Correntes** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**

Valores em R$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Exercícios | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| **4 – Investimentos** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **5 – Inversões Financeiras** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **6 – Amortização da Dívida** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **Totais** | | | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação**

Valores em R$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| **Licitação** | | | | |
| Convite | | | | |
| Tomada de Preços | | | | |
| Concorrência | | | | |
| Pregão | | | | |
| Concurso | | | | |
| Consulta | | | | |
| **Contratações Diretas** | | | | |
| Dispensa | | | | |
| Inexigibilidade | | | | |
| **Regime de Execução Especial** | | | | |
| Suprimento de Fundos | | | | |
| **Pagamento de Pessoal** | | | | |
| Pagamento em Folha | | | | |
| Diárias | | | | |
| **Outras** | | | | |

Fonte:

**Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação**

Valores em R$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1 – Despesas de Pessoal** | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **2 – Juros e Encargos da Dívida** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **3- Outras Despesas Correntes** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação** Valores em R$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **4 - Investimentos** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **5 - Inversões Financeiras** | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **6 - Amortização da Dívida** | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte:

# ITEM 3 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos** Valores em R$ 1,00

| Identificação da Conta Contábil | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Código SIAFI** | **Denominação** | | | | |
| | | | | | |
| **Linha Detalhe** | | | | | |
| **UG** | **Credor (CNPJ/CPF)** | **Saldo Final em 31/12/2010** | **Movimento Devedor** | **Movimento Credor** | **Saldo Final em 31/12/2011** |
| | | | | | |
| **Razões e Justificativas:** | | | | | |
| Fonte: | | | | | |

# ITEM 4 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Valores em R$ 1,00

**Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores**

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2011 |
| 2010 | | | | |
| 2009 | | | | |
| ... | | | | |
| **Restos a Pagar não Processados** | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2011 |
| 2010 | | | | |
| 2009 | | | | |
| ... | | | | |
| **Observações:** | | | | |

*Fonte:*

# ITEM 6 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome: | | | | | | | | | |
| CNPJ: | | UG/GESTÃO: | | | | | | | |
| Informações sobre as transferências | | | | | | | | | |
| Modalidade | Nº do instrumento | Beneficiário | Valores Pactuados | Valores Repassados | | | Vigência | | Sit. |
| | | | Global | Contrapartida | No exercício | Acumulado até exercício | Início | Fim | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

**LEGENDA**

**Modalidade:**
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte:

**Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome: | | | | | | |
| CNPJ: | | | | | | |
| UG/GESTÃO: | | | | | | |
| Modalidade | Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício | | | Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R$ 1,00) | | |
| | 2011 | 2010 | 2009 | 2011 | 2010 | 2009 |
| Convênio | | | | | | |
| Contrato de Repasse | | | | | | |
| Termo de Cooperação | | | | | | |
| Termo de Compromisso | | | | | | |
| Totais | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes**

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nome: | | | | | |
| CNPJ: | | | UG/GESTÃO: | | |
| Modalidade | Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes | Valores (R$ 1,00) | | | % do Valor global repassado até o final do exercício de 2011 |
| | | Contratados | Repassados até 2011 | Previstos para 2012 | |
| Convênio | | | | | |
| Contrato de Repasse | | | | | |
| Termo de Cooperação | | | | | |
| Termo de Compromisso | | | | | |
| Totais | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.**

Valores em R$ 1,00

| Unidade Concedente | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nome: | | | | | |
| CNPJ: | | UG/GESTÃO: | | | |
| Exercício da prestação das contas | Quantitativos e montante repassados | | Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado) | | |
| | | | Convênios | Termo de Cooperação | Contratos de Repasse |
| 2011 | Contas prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| | Contas NÃO prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| 2010 | Contas prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| | Contas NÃO prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| 2009 | Contas prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| | Contas NÃO prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| Anteriores a 2009 | Contas NÃO prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |

Fonte:

**Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse** Valores em R$ 1,00

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | |
| **CNPJ:** | | | **UG/GESTÃO:** | | |
| **Exercício da prestação das contas** | **Quantitativos e montantes repassados** | | | **Instrumentos** | |
| | | | | **Convênios** | **Contratos de Repasse** |
| **2011** | Quantidade de contas prestadas | | | | |
| | Com prazo de análise ainda **não vencido** | Quantidade | Contas analisadas | | |
| | | | Contas Não analisadas | | |
| | | Montante repassado (R$) | | | |
| | Com prazo de análise **vencido** | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | |
| | | | Quantidade Reprovada | | |
| | | | Quantidade de TCE | | |
| | | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | |
| | | | Montante repassado (R$) | | |
| **2010** | Quantidade de contas prestadas | | | | |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | | |
| | | Quantidade Reprovada | | | |
| | | Quantidade de TCE | | | |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante repassado (R$) | | | |
| **2009** | Quantidade de contas prestadas | | | | |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | | |
| | | Quantidade Reprovada | | | |
| | | Quantidade de TCE | | | |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante repassado | | | |
| **Exercícios anteriores a 2009** | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante repassado | | | |

Fonte:

# ITEM 13 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador**

Valores em R$ 1,00

| Código da UG 1 | | Limite de Utilização da UG | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Portador | CPF | Valor do Limite Individual | Valor | | Total |
| | | | Saque | Fatura | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total utilizado pela UG | | | | | |
| Código da UG 2: | | Limite de Utilização da UG: | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total utilizado pela UG | | | | | |
| Total utilizado pela UJ | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)**

Valores em R$ 1,00

| Exercícios | Saque | | Fatura | | Total (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | (a) Valor | Quantidade | (b) Valor | (a+b) |
| 2011 | | | | | |
| 2010 | | | | | |
| 2009 | | | | | |

Fonte:

# ITEM 14 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ**

| Tributo | Legislação | Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º) | Objetivos Socioeconômicos | Contrapartida Exigida | Prazo de Vigência | Medidas de Compensação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |
| | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida**

| Valores | 2011 | | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estimativa | Efetivo | Estimativa | Efetivo | Estimativa | Efetivo |
| Renúncia | | | | | | |
| Contrapartida | | | | | | |
| Medidas de Compensação | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas**

| UF | 2011 | | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Valor Renunciado | Quantidade | Valor Renunciado | Quantidade | Valor Renunciado |
| AC | | | | | | |
| AL | | | | | | |
| AP | | | | | | |
| AM | | | | | | |
| BA | | | | | | |
| CE | | | | | | |
| DF | | | | | | |
| ES | | | | | | |
| GO | | | | | | |
| MA | | | | | | |
| MT | | | | | | |
| MS | | | | | | |
| MG | | | | | | |
| PA | | | | | | |
| PB | | | | | | |
| PR | | | | | | |
| PE | | | | | | |
| PI | | | | | | |
| RJ | | | | | | |
| RN | | | | | | |
| RS | | | | | | |
| RO | | | | | | |
| RR | | | | | | |
| SC | | | | | | |
| SP | | | | | | |
| SE | | | | | | |
| TO | | | | | | |
| Σ | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas**

| UF | 2011 | | 2010 | | 2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Valor Renunciado | Quantidade | Valor Renunciado | Quantidade | Valor Renunciado |
| AC | | | | | | |
| AL | | | | | | |
| AP | | | | | | |
| AM | | | | | | |
| BA | | | | | | |
| CE | | | | | | |
| DF | | | | | | |
| ES | | | | | | |
| GO | | | | | | |
| MA | | | | | | |
| MT | | | | | | |
| MS | | | | | | |
| MG | | | | | | |
| PA | | | | | | |
| PB | | | | | | |
| PR | | | | | | |
| PE | | | | | | |
| PI | | | | | | |
| RJ | | | | | | |
| RN | | | | | | |
| RS | | | | | | |
| RO | | | | | | |
| RR | | | | | | |
| SC | | | | | | |
| SP | | | | | | |
| SE | | | | | | |
| TO | | | | | | |
| Σ | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas**

| UF | 2011 | | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Valor Aplicado | Quantidade | Valor Aplicado | Quantidade | Valor Aplicado |
| AC | | | | | | |
| AL | | | | | | |
| AP | | | | | | |
| AM | | | | | | |
| BA | | | | | | |
| CE | | | | | | |
| DF | | | | | | |
| ES | | | | | | |
| GO | | | | | | |
| MA | | | | | | |
| MT | | | | | | |
| MS | | | | | | |
| MG | | | | | | |
| PA | | | | | | |
| PB | | | | | | |
| PR | | | | | | |
| PE | | | | | | |
| PI | | | | | | |
| RJ | | | | | | |
| RN | | | | | | |
| RS | | | | | | |
| RO | | | | | | |
| RR | | | | | | |
| SC | | | | | | |
| SP | | | | | | |
| SE | | | | | | |
| TO | | | | | | |
| Σ | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas**

| UF | 2011 | | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Valor Aplicado | Quantidade | Valor Aplicado | Quantidade | Valor Aplicado |
| AC | | | | | | |
| AL | | | | | | |
| AP | | | | | | |
| AM | | | | | | |
| BA | | | | | | |
| CE | | | | | | |
| DF | | | | | | |
| ES | | | | | | |
| GO | | | | | | |
| MA | | | | | | |
| MT | | | | | | |
| MS | | | | | | |
| MG | | | | | | |
| PA | | | | | | |
| PB | | | | | | |
| PR | | | | | | |
| PE | | | | | | |
| PI | | | | | | |
| RJ | | | | | | |
| RN | | | | | | |
| RS | | | | | | |
| RO | | | | | | |
| RR | | | | | | |
| SC | | | | | | |
| SP | | | | | | |
| SE | | | | | | |
| TO | | | | | | |
| Σ | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ**

| Renúncia | Programas | Recursos Renunciados Aplicados | | | Recursos Orçamentários Liquidados | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2011 | 2010 | 2009 | 2011 | 2010 | 2009 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas**

| Situação | 2011 | | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| PC não Apresentadas | | | | | | |
| PC Aguardando Análise | | | | | | |
| PC em Análise | | | | | | |
| PC não Aprovadas | | | | | | |
| PC Aprovadas | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB**

| Renúncia | 2011 | | | | 2010 | | | | 2009 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Comunicações | | Valores Indevidamente Renunciados | | Comunicações | | Valores Indevidamente Renunciados | | Comunicações | | Valores Indevidamente Renunciados | |
| | Susp. | Canc. | Susp. | Canc. | Susp. | Canc. | Susp. | Canc. | Susp. | Canc. | Susp. | Canc. |
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |

**Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas**

| Ano | Metas | | | | Renúncia/PIB (%) | Geração de empregos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Descrição | Indicador | Prev. | Real. | Nac. | Diretos | Indiretos |
| 2011 | | | | | | | |
| 2010 | | | | | | | |
| 2009 | | | | | | | |

**Quadro A.14.11 - Ações da RFB**

| Renúncia | Fiscalizações | Autos de Infração | | Recolhimento | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Qtd. Empresas | Valor (R$) | Qtd. Empresas | Valor (R$) |
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS A SEREM FORNECIDAS (EXIGIDAS PELO ANEXO II, PARTE A, DA DECISÃO NORMATIVA DO TCU Nº 108/2010),

**PREENCHIMENTO PELA**

**DIRETORIA-GERAL (DGER),**

**CONJUNTAMENTE COM A SAFIN**

## ANEXO III

**DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011**

**2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:**

| a) Responsabilidades institucionais do Senado Federal: | |
|---|---|
| **I. Competência Institucional:** | |
| **II. Objetivos estratégicos:** | |

| b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais: | |
|---|---|
| **I. Análise do andamento do plano estratégico do Senado Federal** | |
| **II. Análise do plano de ação do Senado Federal referente ao exercício de 2011** | |

# INFORMAÇÕES PARA O RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL EXERCÍCIO DE 2011

## QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011, DE 12 DE MAIO DE 2011.

## PREENCHIMENTO PELA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SERH

## ANEXO IV

**DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011**

# ITEM 5 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Quantidade

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|---|---|---|---|---|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| **1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)** | | | | |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | | | | |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | | | | |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | | | | |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | | | | |
| **2. Servidores com Contratos Temporários** | | | | |
| **3. Total de Servidores (1+2)** | | | | |

Fonte:

**Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro |
|---|---|
| **1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)** | |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | |
| 1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis) | |
| **2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)** | |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | |
| **3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)** | |
| 3.1. De ofício, no interesse da Administração | |
| 3.2. A pedido, a critério da Administração | |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | |
| 3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde | |
| 3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo | |
| **4. Licença remunerada (4.1+4.2)** | |
| 4.1. Doença em pessoa da família | |
| 4.2. Capacitação | |
| **5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)** | |
| 5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro | |
| 5.2. Serviço militar | |
| 5.3. Atividade política | |
| 5.4. Interesses particulares | |
| 5.5. Mandato classista | |
| **6. Outras situações (Especificar o ato normativo)** | |
| **7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)** | |

Fonte:

**Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

| Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas | Lotação | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|---|---|---|---|---|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| **1. Cargos em comissão** | | | | |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | | | | |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior | | | | |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | | | | |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | | | | |
| 1.2.4. Sem vínculo | | | | |
| 1.2.5. Aposentados | | | | |
| **2. Funções gratificadas** | | | | |
| 2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | | | | |
| 2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | | | | |
| **3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)** | | | | |

Fonte:

**Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12**

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| **1. Provimento de cargo efetivo** | | | | | |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira | | | | | |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | | | | | |
| **2. Provimento de cargo em comissão** | | | | | |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | | | | | |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | |
| 2.3. Funções gratificadas | | | | | |
| **3. Totais (1+2)** | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12**

| Tipologias do Cargo | Quantidade de pessoas por nível de escolaridade |
|---|---|

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1. Provimento de cargo efetivo** | | | | | | | | | |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira | | | | | | | | | |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | |
| **2. Provimento de cargo em comissão** | | | | | | | | | |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | |
| 2.3. Funções gratificadas | | | | | | | | | |
| **3. Totais (1+2)** | | | | | | | | | |

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

## Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

| Regime de proventos / Regime de aposentadoria | Quantidade | |
|---|---|---|
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência |
| **1. Integral** | | |
| 1.1 Voluntária | | |
| 1.2 Compulsória | | |
| 1.3 Invalidez Permanente | | |
| 1.4 Outras | | |
| **2. Proporcional** | | |
| 2.1 Voluntária | | |
| 2.2 Compulsória | | |
| 2.3 Invalidez Permanente | | |
| 2.4 Outras | | |
| **3. Totais (1+2)** | | |

Fonte:

## Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

| Regime de proventos do servidor instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---|---|---|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no exercício de referência |
| **1. Aposentado** | | |
| 1.1. Integral | | |
| 1.2. Proporcional | | |
| **2. Em Atividade** | | |
| **3. Total (1+2)** | | |

Fonte:

## Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R$ 1,00

| Tipologias/ Exercícios | | Vencimentos e vantagens fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e previdenciários | Demais despesas variáveis | | | |
| Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| Servidores Cedidos com ônus ou em Licença | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| Servidores ocupantes de Funções gratificadas | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada**

| Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados | Quantidade no final do exercício | | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2009 | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Análise crítica da situação da terceirização no órgão | | | | | |
| | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados**

| Nome do empregado terceirizado substituído | Cargo que ocupava no órgão | Data do D.O.U. de publicação da dispensa |
|---|---|---|
| | | |
| | | |
| | | |

Fonte:

**Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados**

| Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional | Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores | | Quantidade autorizada de servidores |
|---|---|---|---|
| | Número | Data | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Fonte:

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

# DE 12 DE MAIO DE 2011.

## PREENCHIMENTO PELA

## SECRETARIA DE ESTÁGIOS - SESTAG

## ANEXO V

**DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011**

## Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício (em R$ 1,00) |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| **1. Nível superior** | | | | | |
| 1.1 Área Fim | | | | | |
| 1.2 Área Meio | | | | | |
| **2. Nível Médio** | | | | | |
| 2.1 Área Fim | | | | | |
| 2.2 Área Meio | | | | | |
| **3. Total (1+2)** | | | | | |

Fonte:

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

# DE 12 DE MAIO DE 2011.

**PREENCHIMENTO PELA**

**SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE – SSCONT/SAFIN,**

**'ONJUNTAMENTE COM A SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - SCINT**

# ANEXO VI

## DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

## ITEM 6 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome: | | | | | | | | | |
| CNPJ: | | UG/GESTÃO: | | | | | | | |
| Informações sobre as transferências | | | | | | | | | |
| Modalidade | Nº do instrumento | Beneficiário | Valores Pactuados | Valores Repassados | | | Vigência | | Sit. |
| | | | Global | Contrapartida | No exercício | Acumulado até exercício | Início | Fim | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

**LEGENDA**

**Modalidade:**
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte:

**Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome: | | | | | | |
| CNPJ: | | | | | | |
| UG/GESTÃO: | | | | | | |
| Modalidade | Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício | | | Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R$ 1,00) | | |
| | 2011 | 2010 | 2009 | 2011 | 2010 | 2009 |
| Convênio | | | | | | |
| Contrato de Repasse | | | | | | |
| Termo de Cooperação | | | | | | |
| Termo de Compromisso | | | | | | |
| Totais | | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes**

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nome: | | | | | |
| CNPJ: | | UG/GESTÃO: | | | |
| Modalidade | Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes | Valores (R$ 1,00) | | | % do Valor global repassado até o final do exercício de 2011 |
| | | Contratados | Repassados até 2011 | Previstos para 2012 | |
| Convênio | | | | | |
| Contrato de Repasse | | | | | |
| Termo de Cooperação | | | | | |
| Termo de Compromisso | | | | | |
| Totais | | | | | |

Fonte:

**Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.**

Valores em R$ 1,00

| Unidade Concedente | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nome: | | | | | |
| CNPJ: | | UG/GESTÃO: | | | |
| Exercício da prestação das contas | Quantitativos e montante repassados | | Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado) | | |
| | | | Convênios | Termo de Cooperação | Contratos de Repasse |
| 2011 | Contas prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| | Contas NÃO prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| 2010 | Contas prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| | Contas NÃO prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| 2009 | Contas prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| | Contas NÃO prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| Anteriores a 2009 | Contas NÃO prestadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |

Fonte:

**Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse** Valores em R$ 1,00

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | |
| **CNPJ:** | | | **UG/GESTÃO:** | | |
| **Exercício da prestação das contas** | **Quantitativos e montantes repassados** | | | **Instrumentos** | |
| | | | | **Convênios** | **Contratos de Repasse** |
| **2011** | Quantidade de contas prestadas | | | | |
| | Com prazo de análise ainda **não vencido** | Quantidade | Contas analisadas | | |
| | | | Contas Não analisadas | | |
| | | Montante repassado (R$) | | | |
| | Com prazo de análise **vencido** | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | |
| | | | Quantidade Reprovada | | |
| | | | Quantidade de TCE | | |
| | | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | |
| | | | Montante repassado (R$) | | |
| **2010** | Quantidade de contas prestadas | | | | |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | | |
| | | Quantidade Reprovada | | | |
| | | Quantidade de TCE | | | |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante repassado (R$) | | | |
| **2009** | Quantidade de contas prestadas | | | | |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | | |
| | | Quantidade Reprovada | | | |
| | | Quantidade de TCE | | | |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante repassado | | | |
| **Exercícios anteriores a 2009** | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante repassado | | | |

Fonte:

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

# DE 12 DE MAIO DE 2011.

**PREENCHIMENTO PELA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES – SADCON, CONJUNTAMENTE COM OS**

**GESTORES DE CONTRATOS**

# ANEXO VII

## DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

**Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome: | | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: | | | | CNPJ: | | | | | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| | | | | | | | | | | | | | |

**Observações:**

**LEGENDA**
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:

## Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão:** | | | | **CNPJ:** | | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | EMPRESA CONTRATADA (CNPJ) | **Período contratual de execução das atividades contratadas** | | **Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | | |

**LEGENDA**

**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móvies
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

# ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **(gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas)**, CPF nº _____, **(cargo ocupado pelo responsável)**, exercido na **(nome da unidade responsável)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, ___ de ____ de 2012.

**(Nome do Gestor)**

**(CPF)**

**(Cargo/Unidade Jurisdicionada)**

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

# DE 12 DE MAIO DE 2011.

# PREENCHIMENTO PELA

# COMISSÃO PERMANENTE DE IMPOSTO DE RENDA - COMIRPF

# ANEXO VIII

## DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

## ITEM 8 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

| Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR | Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo | Final do exercício da Função ou Cargo | Final do exercício financeiro |
| **Autoridades** (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | | | |
| | Entregaram a DBR | | | |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |
| **Cargos Eletivos** | Obrigados a entregar a DBR | | | |
| | Entregaram a DBR | | | |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |
| **Funções Comissionadas** (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | | | |
| | Entregaram a DBR | | | |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |

Fonte:

# INFORMAÇÕES PARA O RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011, DE 12 DE MAIO DE 2011.

**PREENCHIMENTO PELA DIRETORIA-GERAL - DGER, CONJUNTAMENTE COM A SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - SCINT**

## ANEXO IX

**DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011**

# ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ**

| Aspectos do sistema de controle interno | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ambiente de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. | | | | | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | | |
| **Avaliação de Risco** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | | | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | | | |
| 16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | |
| **Procedimentos de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. | | | | | |

| **Informação e Comunicação** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
|---|---|---|---|---|---|
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | | |
| 25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | | |
| **Monitoramento** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | | |
| **Considerações gerais:** | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

# DE 12 DE MAIO DE 2011.

## PREENCHIMENTO PELO

## PROGRAMA SENADO VERDE

## ANEXO X

**DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011**

# ITEM 10 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | | | |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | | | | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. | | | | | |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | | | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | | |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

# DE 12 DE MAIO DE 2011.

## PREENCHIMENTO PELO

## PROGRAMA SENADO VERDE

## ANEXO X

**DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011**

# ITEM 10 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Licitações Sustentáveis | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | | | |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | | | | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. | | | | | |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | | | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | | |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| recursos naturais voltadas para os seus servidores.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

# DE 12 DE MAIO DE 2011.

# PREENCHIMENTO PELA

# SECRETARIA DE PATRIMÔNIO - SPATR

## ANEXO XI

**DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011**

# ITEM 11 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|---|---|---|---|
| | | EXERCÍCIO 2011 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | UF 1 | Σ | Σ |
| | município 1 | | |
| | município 2 | | |
| | município "n" | | |
| | UF "n" | Σ | Σ |
| | município 1 | | |
| | município 2 | | |
| | município "n" | | |
| Subtotal Brasil | | Σ | Σ |
| EXTERIOR | PAÍS 1 | Σ | Σ |
| | cidade 1 | | |
| | cidade 2 | | |
| | cidade "n" | | |
| | PAÍS "n" | Σ | Σ |
| | cidade 1 | | |
| | cidade 2 | | |
| | cidade "n" | | |
| Subtotal Exterior | | Σ | Σ |
| Total (Brasil + Exterior) | | Σ | Σ |

Fonte:

**Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ | |
|---|---|---|---|
| | | EXERCÍCIO 2011 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | UF 1 | Σ | Σ |
| | município 1 | | |
| | município 2 | | |
| | município "n" | | |
| | UF "n" | Σ | Σ |
| | município 1 | | |
| | município 2 | | |
| | município "n" | | |
| Subtotal Brasil | | Σ | Σ |
| EXTERIOR | PAÍS 1 | Σ | Σ |
| | cidade 1 | | |
| | cidade 2 | | |
| | cidade "n" | | |
| | PAÍS "n" | Σ | Σ |
| | cidade 1 | | |
| | cidade 2 | | |
| | cidade "n" | | |
| Subtotal Exterior | | Σ | Σ |
| Total (Brasil + Exterior) | | Σ | Σ |

Fonte:

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa com Manutenção no exercício | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Imóvel | Instalações |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | Σ | Σ |

Fonte:

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

# DE 12 DE MAIO DE 2011.

## PREENCHIMENTO PELA

## ⌈ARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA - PRODASEN

# ANEXO XII

## DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

# ITEM 12 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada**

| Quesitos a serem avaliados | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| **Planejamento da área** | | | | | |
| 1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo. | | | | | |
| 2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor. | | | | | |
| 3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ. | | | | | |
| **Perfil dos Recursos Humanos envolvidos** | | | | | |
| 4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. | Informar quantitativos | | | | |
| 5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade. | | | | | |
| **Segurança da Informação** | | | | | |
| 6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. | | | | | |
| 7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico. | | | | | |
| **Desenvolvimento e Produção de Sistemas** | | | | | |
| 8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ. | | | | | |
| 9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida. | | | | | |
| 10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes. | | | | | |
| 11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço. | | | | | |
| **Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI** | | | | | |
| 12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. | Informar o percentual de participação | | | | |
| 13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI. | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área especifica de gestão de contratos de bens e serviços de TI. | | | | | | |
| 15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados? | | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

# QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

# DE 12 DE MAIO DE 2011.

## PREENCIMENTO POR TODAS AS UNIDADES DO SENADO FEDERAL

### QUE RECEBERAM DELIBERAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

### OU RECOMENDAÇÃO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - SCINT

## ANEXO XIII

### DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

# ITEM 15 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| Denominação completa: | Código SIORG |
| | |

| Deliberações do TCU | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| | | | | | |

| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| | |

| Descrição da Deliberação: |
|---|
| |

| Providências Adotadas | |
|---|---|
| Setor responsável pela implementação | Código SIORG |
| | |

| Síntese da providência adotada: |
|---|
| |

| Síntese dos resultados obtidos |
|---|
| |

| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor |
|---|
| |

**Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação completa:** | **Código SIORG** |
| | |

| Deliberações do TCU | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| | | | | | |

| **Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| | |

**Descrição da Deliberação:**

| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | |
|---|---|
| **Setor responsável pela implementação** | **Código SIORG** |
| | |

**Justificativa para o seu não cumprimento:**

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

**Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| Denominação completa: | Código SIORG |
| | |

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| | | | |

| Órgão/entidade objeto da recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| | |

| Descrição da Recomendação: |
|---|
| |

| Providências Adotadas | |
|---|---|
| Setor responsável pela implementação | Código SIORG |
| | |

| Síntese da providência adotada: |
|---|
| |

| Síntese dos resultados obtidos |
|---|
| |

| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor |
|---|
| |

**Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| Denominação completa: | Código SIORG |
| | |

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| | | | |

| Órgão/entidade objeto da recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| | |

| Descrição da Recomendação: |
|---|
| |

| Providências Adotadas | |
|---|---|
| Setor responsável pela implementação | Código SIORG |
| | |

| Justificativa para o seu não cumprimento: |
|---|
| |

| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor |
|---|
| |

# ITEM 16 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício**

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna | |
|---|---|
| Identificação do Relatório de Auditoria | |
| Data do Relatório de Auditoria | |
| Item do Relatório de Auditoria | |
| Comunicação Expedida/Data | |
| Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação | |
| Descrição da Recomendação | |
| **Providências adotadas pela unidade interna responsável** | |
| Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação | |
| | |
| Síntese das providências adotadas | |
| | |
| Síntese dos resultados obtidos | |
| | |
| Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | |
| | |

**Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência**

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna | |
|---|---|
| Identificação do Relatório de Auditoria | |
| Item do Relatório de Auditoria | |
| Comunicação Expedida | |
| Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação | |
| Descrição da Recomendação | |
| **Justificativas da unidade interna responsável** | |
| Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação | |
| | |
| Justificativas para o não atendimento | |
| | |

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS A SEREM FORNECIDAS (EXIGIDAS PELO ANEXO II

## PARTE A, DA DECISÃO NORMATIVA DO TCU Nº 108/2010),

## PREENCHIMENTO PELA

## DIRETORIA-GERAL (DGER)

# ANEXO XIV

## DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

| Outras informações consideradas relevantes pelo Senado Federal para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício: | | |
|---|---|---|
| **RESUMO:** | | **DESCRIÇÃO:** |
| 1) | | |
| 2) | | |
| 3) | | |
| 4) | | |
| 5) | | |
| 6) | | |
| 7) | | |

# INFORMAÇÕES PARA O

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL

# EXERCÍCIO DE 2011

## QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011,

## DE 12 DE MAIO DE 2011.

## PREENCHIMENTO PELA

## SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE – SSCONT/SAFIN

## ANEXO XV

**DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011**

# ITEM 1 DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

**Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | |
|---|---|
| Denominação completa (UJ) | Código da UG |
| | |

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Local | | Data | |
| Contador Responsável | | CRC nº | |

**Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | |
|---|---|
| Denominação completa (UJ) | Código da UG |
| | |

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a).....

b).....

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Local | | Data | |
| Contador Responsável | | CRC nº | |

# ANEXO XVI

## DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL QUE CRIOU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAL DAS CONTAS DO PRESIDENTE E DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

## PORTARIA-TCU Nº 123, DE 2010

**Dispõe sobre orientações quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011**

PORTARIA-TCU Nº 123, DE 12 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no exercício das suas atribuições legais e regimentais e nos termos do art. 4º, § 3º, da DN-TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010,

Considerando a necessidade de normalizar os conteúdos dos relatórios de gestão, com o propósito de dar-lhes tratamento isonômico dentro do Tribunal e permitir o seu processamento por meio eletrônico, conforme informações constantes do TC-009.797/2011-4;

Considerando o disposto no art. 3º da IN-TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, bem como as sugestões apresentadas pelos Ministros deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas, na forma do Anexo Único desta Portaria, as orientações para o preenchimento das Partes A, B e C do Anexo II da Decisão Normativa-TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, relativas à elaboração do relatório de gestão do exercício de 2011 pelas unidades jurisdicionadas ao Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Os quadros relacionados aos demonstrativos contidos nas orientações consolidadas no Anexo Único desta Portaria serão disponibilizados no portal do TCU na *Internet* em formato Word e Excel, de forma a permitir a cópia por parte das unidades jurisdicionadas ao Tribunal.

§ 1º Os quadros de que trata o *caput* são referências para elaboração dos conteúdos do relatório de gestão, podendo as unidades jurisdicionadas fazerem ajustes de forma em razão de suas especificidades, desde que contempladas as informações neles exigidas.

§ 2º Para a elaboração dos quadros de que trata o *caput*, a escolha da orientação do leiaute da página em retrato ou paisagem deve ser feita considerando a melhor forma de apresentar os conteúdos exigidos.

Art. 3º O Anexo Único desta Portaria será publicado no Portal do TCU na *Internet*, no endereço www.tcu.gov.br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER

# ANEXO ÚNICO DA PORTARIA-TCU Nº 123, DE 12 DE MAIO DE 2011

# CONSOLIDAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DE CONTEÚDOS EXIGIDOS NAS PARTES A, B E C DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.


**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO ...**

**1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

1.2 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.3 RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

1.4 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

**2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

2.4.7 Indicadores Institucionais

**3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**

3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.2 ANÁLISE CRÍTICA

**4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.2 ANÁLISE CRÍTICA

**5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão 65

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

**6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**

6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE
6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse
6.3 ANÁLISE CRÍTICA
**7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
7.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV
**8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93
8.2 ANÁLISE CRÍTICA
**9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ
**10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS
**11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010**
11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL
**12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)
**13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
13.1.1 Relação dos portadores de cargão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício
13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade
**14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
14.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ
14.2 VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA
14.3 CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA
14.4 BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICA
14.5 PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA
14.6 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS
14.7 COMUNICAÇÕES À RFB
14.8 INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS
14.9 DECLARAÇÃO
14.10 FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB
**15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO
15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO
15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO
15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO
**16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO
16.2 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO
**PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**
**17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**
17.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
**18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**
18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA
18.1.1 Para o Balanço Orçamentário:
18.1.2 Para o Balanço Financeiro:
18.1.3 Para o Balanço Patrimonial:
18.1.4 Para a Demonstração das Variações Patrimoniais:
18.1.5 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa:
**19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**
19.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS
19.1.1 Para o Balanço Patrimonial:
19.1.2 Para a Demonstração do Resultado do Exercício:
19.1.3 Para a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados:
19.1.4 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa:
19.1.5 Para a Demonstração do Valor Adicionado:

**20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010.**
20.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL
20.2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA
**PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**
**21. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
21.1 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE
21.2 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS – TRE.
**22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
22.1 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO
**23. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
23.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº TCU 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES
**24. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
24.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
24.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELA UJ
24.3 ANÁLISE CRÍTICA
**25. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
25.1 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES
25.1.1 Porlítica de remuneração dos membros da diretoria estaturária e dos conselhos de administração e fiscal 163
25.1.2 Demonstrativos sobre a remuneração de membros de diretoria e de conselhos
**26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
26.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE "PRODUTO", NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS
26.2 ANÁLISE CRÍTICA
**27. PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**
27.1 SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
**28. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**
28.1 IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO – PND.
28.2 ANÁLISE CRÍTICA
**29. PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**
29.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS
29.2 COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
29.3 VOLUME DE RECURSOS REPASSADOS ÀS ENTIDADES PRIVADAS SIGNATÁRIAS DO CONTRATO DE GESTÃO
29.4 DIRIGENTES DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO
29.5 DESPESA COM PESSOAL DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO
29.6 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DO CONTRATO DE GESTÃO
29.7 PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONTRATAÇÃO
29.8 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UJ PARA ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO
29.9 RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO
**30. PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**
30.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA
30.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCEIRA FIRMADOS
30.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS
30.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual ..... 1
Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado ..... 1
Quadro A.1.3 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado ..... 1
Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado ..... 1
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo ..... 2
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ ..... 2
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias ..... 2
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes ..... 2
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital ..... 2
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência ..... 2
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa ..... 2
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ ..... 3
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ ..... 3
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ ..... 3
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação ..... 3
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação ..... 3
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação ..... 4
Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos ..... 4
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores ..... 4
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 ..... 4
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 ..... 5
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) ..... 5
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12 ..... 5
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 ..... 5
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro ..... 5
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 ..... 5
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários ..... 5
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores ..... 6
Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada ..... 6
Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados ..... 6
Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados ..... 6
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva ..... 6
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra ..... 6
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência ..... 7
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios ..... 7
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes ..... 7
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse ..... 7
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse ..... 7
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV ..... 7
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR ..... 7
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ ..... 7
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis ..... 8
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ..... 8
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros ..... 8
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ ..... 8
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada ..... 8
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador ..... 8
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) ..... 8
Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ ..... 1
Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida ..... 1
Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas ..... 1
Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas ..... 1
Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas ..... 1

Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas
Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB
Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
Quadro A.14.11 - Ações da RFB
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.
Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.
Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social
Quadro B.4.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades
Quadro C.1.1 – Relação dos partidos
Quadro C.1.2 – Composição do montante arrecadado pelo Fundo Partidário
Quadro C.1.3 – Distribuição dos valores do fundo partidário aos partidos no exercício de 2011
Quadro C.1.4 – Partidos que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência
Quadro C.1.5 – Partidos que NÃO prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência
Quadro C.1.6 – Situação da prestação de contas das direções nacionais dos partidos
Quadro C.1.7 – Julgamento das contas das direções nacionais dos partidos
Quadro C.1.8 – Relação dos diretórios de partidos no Estado
Quadro C.1.9 – Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos.
Quadro C.1.10 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência
Quadro C.1.11 – Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2010
Quadro C.1.12 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos
Quadro C.5.1 - Operações contratadas com riscos compartilhado e integral do fundo e do banco operador
Quadro C.5.2 - Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas
Quadro C.5.3 - Prejuízos contabilizados no exercício de 2011
Quadro C.5.4 - Ressarcimentos efetuados pelo Banco Operador ao fundo no exercício de 2011, decorrentes de perdas em operações com risco compartilhado.
Quadro C.5.5 - Ações de Cobranças Judiciais ajuizadas no exercício de referência do relatório de gestão
Quadro C.7.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002
Quadro C.7.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002
Quadro C.10.1 - Indicadores Análise da situação econômico-financeira
Quadro C.10.2 - Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ
Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores
Quadro C.12.3 - Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores
Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais
Quadro C.30.1 - Evolução do Plano Nacional de Desimobilização no exercício de 2011
Quadro C.37.1 - Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
Quadro C.37.2 – Relação de membros do Conselho de Administração
Quadro C.37.3 – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões
Quadro C.37.4 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício
Quadro C.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
Quadro C.37.6 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
Quadro C.37.7 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação
Quadro C.37.8 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
Quadro C.37.9 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
Quadro C.37.10 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Quadro C.37.11 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão.....
Quadro C.37.12 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento .....
Quadro C.37.13 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada.....
Quadro C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício .....
Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria.....
Quadro C.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência.....
Quadro C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99).
Quadro C.38.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício.....
Quadro C.38.6 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira .....

## PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Informações de identificação da unidade jurisdicionada, contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; código na LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato; endereço postal; endereço eletrônico; página na *internet*; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.

**Objetivo:** Apresentar os elementos identificadores das Unidades Jurisdicionadas (UJ) que apresentarão relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011 ao TCU, de acordo com as classificações: individual, consolidado, agregado, consolidado e agregado, bem das respectivas UJ consolidadas e agregadas.

**Estrutura de Informação:** A informação deve ser estruturada de acordo com a classificação indicada no Anexo I da DN TCU nº 108/2010, conforme quadros a seguir dispostos na seguinte ordem: a primeira trata dos relatórios de gestão apresentados na forma individual; a segunda, dos relatórios apresentados na forma consolidada; a terceira, dos relatórios apresentados na forma agregada; a quarta, dos relatórios apresentados na forma consolidada e agregada.

Para efeito desta orientação, considera-se:

1. Relatório individual: quando a UJ aparece relacionada isoladamente no Anexo I da DN TCU n.º 108/2010, sem texto complementar, ou com texto genérico, sem nominar outra UJ;
2. Relatório Consolidado: quando estiver expresso no Anexo I da DN TCU n.º 108/2010 que a UJ principal consolidará outra UJ, e esta estiver nominada;
3. Relatório Agregado: quando estiver expresso no Anexo I da DN TCU n.º 108/2010 que a UJ principal agregará outra UJ, e esta estiver nominada;
4. Relatório Consolidado e Agregado: quando ocorrerem, simultaneamente, as situações compreendidas nos itens 2 e 3 acima.

**Abrangência:** todas as unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I da DN TCU nº 108/2010.

## 1.1 Relatório de Gestão Individual

O relatório de gestão individual deve conter os elementos identificadores completos da UJ, as normas relacionadas à sua constituição e à gestão, incluindo orientações, publicações e manuais publicados, bem como as unidades gestoras e gestões que realizam despesas nas ações vinculadas à UJ, conforme modelo apresentado no **Quadro A.1.1** abaixo, que se descreve a seguir.

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| **Poder e Órgão de Vinculação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Poder:** Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça | | | |
| **Órgão de Vinculação:** Texto | | | **Código SIORG**: 99999 |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Denominação completa:** Texto | | | |
| **Denominação abreviada:** Texto | | | |
| **Código SIORG**: 99999 | **Código LOA: 99999** | | **Código SIAFI: 99999** |
| **Situação:** ativa/inativa/em liquidação | | | |
| **Natureza Jurídica:** Vide relação no texto descritivo | | | |
| **Principal Atividade**: Vide Tabela CNAE/IBGE | | | **Código CNAE**: 9999-9 |
| **Telefones/Fax de contato:** | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 |
| **Endereço Eletrônico**: nome@endereçonalnternet | | | |
| **Página na Internet**: http://www.endereçonalnternet | | | |
| **Endereço Postal**: Logradouro, Cep, Cidade e Unidade da Federação | | | |
| **Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| **Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 999999 | | | |
| **Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 99999 | | | |
| **Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões** | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 999999 | | 99999 | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Poder e Órgão de Vinculação**

**Poder:** O poder deve ser uma dentre as seguintes opções: Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça.

**Órgão de Vinculação**: Órgão ao qual a UJ se subordina hierarquicamente ou que exerce supervisão funcional, orçamentária ou financeira sobre a unidade.

**Código SIORG**: Código de identificação do órgão supervisor da UJ assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Identificação da Unidade Jurisdicionada**

**Denominação completa**: A denominação da UJ depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta ou fundos ou serviços sociais autônomos, será a denominação definida no ato de criação da UJ ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de se tratar de entidade da administração indireta será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

**Denominação abreviada**: Nome pelo qual a UJ é normalmente tratada pela mídia ou pela sociedade, podendo ser a Sigla adotada pela unidade.

**Código SIORG**: Código de identificação da UJ assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Código LOA**: Código constante na Tabela Institucional da Lei Orçamentária Anual (LOA), quando a UJ for Unidade Orçamentária.

**Código SIAFI**: Código de identificação da UJ constante no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, quando houver.

**Situação:** A situação da UJ é considerada **ativa**, quando a UJ estiver operando normalmente as suas atividades, **inativa** quando a UJ não estiver operando mais os seus negócios, apesar de permanecer existindo enquanto unidade administrativa ou pessoa jurídica, ou **em liquidação** quando a UJ estiver em processo de liquidação. A indicação deste item deve ser feita com base na situação em que se encontrava a UJ em 31/12/2011.

**Natureza Jurídica**: A natureza jurídica da UJ será uma dentre as seguintes: Órgão Público, Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Fundação, Fundo, Organização Social e Serviço Social Autônomo.

**Principal Atividade:** Atividade finalística da UJ, conforme tabela do Cadastro Nacional de Atividade Econômica – CNAE, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Código CNAE:** Código da classificação completa da principal atividade econômica da UJ no sítio do IBGE – http://www.cnae.ibge.gov.br.

**Telefones/Fax de contato**: Telefones e fax de referência da unidade apresentados na forma (DDD) 9999-9999.

**Endereço Eletrônico**: Endereço de correio eletrônico normalmente utilizado para o envio/recepção de mensagens eletrônicas para a UJ, preferencialmente institucional, no formato nome@endereçonalnternet.

**Página na *Internet*:** Endereço na *Internet* onde se encontram as informações sobre a UJ, que deve ser apresentado no formato http://www.endereçonalnternet.

**Endereço Postal**: Endereço completo da UJ para o recebimento de correspondência por meio dos Correios ou empresa postal. Deverá incluir a identificação completa do logradouro, CEP, cidade e unidade da federação.

**Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

**Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:** As normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada são a Constituição e as leis que constituem ou modificam o *status* constitutivo da UJ como unidade gestora de ações públicas.

**Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada:** Decretos, portarias, instruções normativas, instruções operacionais e demais normas que regulamentam a gestão da UJ.

**Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada:** Documentos publicados em mídia impressa e divulgados por meio eletrônico com o fito de fornecer orientação aos gestores e usuários para a produção ou a utilização eficiente e eficaz dos produtos e serviços produzidos e ofertados pela unidade.

**Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionadas**

**Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

**Código SIAFI:** Códigos com os quais estão cadastradas no Sistema SIAFI as Unidades Gestoras (UG) que realizaram despesas ou arrecadaram receitas em ações vinculadas à UJ durante o exercício.

**Nome:** Nomes das UG relacionadas à UJ conforme cadastrados no Sistema SIAFI.

**Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

**Código SIAFI:** Códigos das gestões constantes no Sistema SIAFI associados às despesas ou receitas em ações vinculadas à UJ durante o exercício;

**Nome:** Nomes das gestões associadas à UJ constantes do Sistema SIAFI.

**Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões**

Neste campo devem ser demonstradas as relações entre as UG e as Gestões cadastradas no SIAFI, considerando as definições acima e conforme ações vinculadas à UJ durante o exercício.

## 1.2 Relatório de Gestão Consolidado

O relatório de gestão consolidado deve informar os elementos identificadores completos da UJ consolidadora e os elementos identificadores resumidos das UJ consolidadas, bem como as normas relacionadas à constituição e gestão das unidades envolvidas, incluindo orientações, publicações e manuais publicados, e as unidades gestoras e gestões que realizaram despesas nas ações vinculadas às UJ, conforme modelo apresentado no **Quadro A.1.2** abaixo, que se descreve a seguir.

QUADRO A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

| **Poder e Órgão de Vinculação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Poder:** Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça | | | |
| **Órgão de Vinculação:** Texto | | | **Código SIORG:** 99999 |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora** | | | |
| **Denominação completa:** Texto | | | |
| **Denominação abreviada:** Texto | | | |
| **Código SIORG:** 99999 | **Código LOA:** 99999 | | **Código SIAFI:** 99999 |
| **Situação:** ativa/em liquidação | | | |
| **Natureza Jurídica:** Vide relação no texto descritivo | | | |
| **Principal Atividade:** Vide Tabela CNAE/IBGE | | | **Código CNAE:** 9999-9 |
| **Telefones/Fax de contato:** | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 |
| **Endereço Eletrônico:** nome@endereçonaInternet | | | |
| **Página na Internet:** http://www.endereçonaInternet | | | |
| **Endereço Postal:** Logradouro, CEP, Cidade e Unidade da Federação | | | |
| **Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas** | | | |
| Nome | | Situação | Código SIORG |
| | | ativa/inativa/em liquidação | 99999 |
| **Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** | | | |
| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| | | | |
| **Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** | | | |
| Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 999999 | | | |
| Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 99999 | | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 999999 | | 99999 | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Poder e Órgão de Vinculação**

**Poder:** O poder deve ser uma entre as seguintes opções: Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça.

**Órgão de Vinculação**: Órgão ao qual a **UJ consolidadora** se subordina hierarquicamente ou que sobre ela exerça supervisão funcional, orçamentária ou financeira.

**Código SIORG**: Código de identificação do órgão supervisor da **UJ consolidadora** assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora**

**Denominação completa**: A denominação da **UJ consolidadora** depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta ou fundos ou serviços sociais autônomos, será a denominação definida no ato de criação da unidade ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de entidade da administração indireta, será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

**Denominação abreviada**: Nome pelo qual a UJ é normalmente tratada pela mídia ou pela sociedade, podendo ser a sigla adotada pela unidade.

**Código SIORG**: Código de identificação da **UJ consolidadora** assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Código LOA**: Código constante da Tabela Institucional da Lei Orçamentária Anual (LOA), quando a **UJ consolidadora** for Unidade Orçamentária.

**Código SIAFI**: Código de identificação da **UJ consolidadora** constante no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, quando houver.

**Natureza Jurídica**: A natureza jurídica da **UJ consolidadora** será uma dentre as seguintes: Órgão Público, Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Fundação, Fundos, Organização Social e Serviços Sociais Autônomos.

**Principal Atividade:** Atividade finalística da **UJ consolidadora**, conforme tabela do Cadastro Nacional de Atividade Econômica – CNAE, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Código CNAE:** Código da classificação completa da principal atividade econômica da UJ no sítio do IBGE – http://www.cnae.ibge.gov.br.

**Telefones/Fax de contato**: Telefones e fax de referência da **UJ consolidadora** apresentados na forma (DDD) 9999-9999.

**Endereço Eletrônico**: Endereço de correio eletrônico normalmente utilizado para o envio/recepção de mensagens eletrônicas para a **UJ consolidadora**, no formato nome@endereçonaInternet.

**Página na Internet:** Endereço na *Internet* normalmente utilizado para acessar informações sobre a UJ consolidadora, no formato http://www.endereçonaInternet.

**Endereço Postal**: Endereço completo da **UJ consolidadora** para o recebimento de correspondência por meio dos Correios ou empresa postal. Deverá incluir a identificação completa do logradouro, o CEP, a cidade e a unidade da federação.

**Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas**

**Nome**: Títulos das UJ que tiveram as informações de suas gestões consolidadas no relatório de gestão, conforme discriminação constante do Anexo I da DN TCU nº 108/2010.

**Situação:** A situação das UJ consolidadas é considerada **ativa**, quando a UJ estiver operando normalmente as suas atividades; **inativa** quando a UJ não estiver operando mais os seus negócios, apesar de permanecer existindo enquanto unidade administrativa ou pessoa jurídica; ou **em liquidação** quando a UJ estiver em processo de liquidação. A indicação deste item deve ser feita com base na situação em que se encontrava a UJ em 31/12/2011.

**Código SIORG**: Códigos de identificação das UJ consolidadas assinalados no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas:** As normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas são a Constituição, leis e decretos que constituem as UJ como unidades gestoras de ações públicas.

**Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas:** As outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das UJ são os decretos, portarias, instruções normativas, instruções operacionais e demais normas que regulamentam as gestões das UJ.

**Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas:** Os manuais e publicações relacionadas às UJ são os documentos publicados em mídia impressa ou divulgados por meio eletrônico com a finalidade de fornecer orientação aos gestores e usuários para produção e utilização eficiente e eficaz dos produtos e serviços produzidos pelas unidades.

**Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Código SIAFI:** Códigos Sistema SIAFI das Unidades Gestoras (UG) que realizaram despesas ou arrecadaram receitas em ações vinculadas às UJ durante o exercício.

**Nome:** Nomes das UG relacionadas às UJ constantes no Sistema SIAFI.

**Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Código SIAFI:** Códigos constantes no Sistema SIAFI associados às despesas ou receitas em ações vinculadas às unidades durante o exercício do relatório de gestão.

**Nome:** Nomes das gestões associadas às UJ constantes do Sistema SIAFI.

**Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões**

Neste campo devem ser demonstradas as relações entre as UG e as Gestões cadastradas no SIAFI, considerando as definições acima e conforme ações vinculadas à UJ durante o exercício.

## 1.3 Relatório de Gestão Agregado

O relatório de gestão agregado deve informar os elementos identificadores completos da **UJ agregadora** e das **UJ agregadas**, bem como as normas relacionadas à constituição e gestão das unidades envolvidas, incluindo orientações, publicações, manuais e as unidades gestoras e gestões que realizaram despesas ou arrecadaram receitas nas ações vinculadas às UJ, conforme modelo apresentado no **Quadro A.1.3** abaixo, que se descreve a seguir.

QUADRO A.1.3 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

| **Poder e Órgão de Vinculação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Poder:** Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça | | | |
| **Órgão de Vinculação:** Texto | | | **Código SIORG:** 99999 |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora** | | | |
| **Denominação completa:** Texto | | | |
| **Denominação abreviada:** Texto | | | |
| **Código SIORG:** 99999 | **Código na LOA:** 99999 | | **Código SIAFI:** 99999 |
| **Situação:** ativa/em liquidação | | | |
| **Natureza Jurídica:** Vide relação no texto descritivo | | | |
| **Principal Atividade:** Vide Tabela CNAE/IBGE | | | **Código CNAE:** 9999-9 |
| **Telefones/Fax de contato:** | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 |
| **Endereço Eletrônico:** nome@endereçonalnternet | | | |
| **Página na Internet:** http://www.endereçonalnternet | | | |
| **Endereço Postal:** Logradouro, CEP, Cidade e Unidade da Federação | | | |
| **Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas** | | | |
| **Número de Ordem:** N | | | |
| **Denominação completa:** Texto | | | |
| **Denominação abreviada:** Texto | | | |
| **Código SIORG:** 99999 | **Código na LOA:** 99999 | | **Código SIAFI:** 99999 |
| **Situação:** ativa/em liquidação | | | |
| **Natureza Jurídica:** Vide relação no texto descritivo | | | |
| **Principal Atividade:** Vide Tabela CNAE/IBGE | | | **Código CNAE:** 9999-9 |
| **Telefones/Fax de contato:** | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 |
| **E-mail:** nome@endereçonalnternet | | | |
| **Página na Internet:** http://www.endereçonalnternet | | | |
| **Endereço Postal:** Logradouro, Cep, Cidade e Unidade da Federação | | | |
| **Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** | | | |
| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| | | | |
| **Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** | | | |
| Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 999999 | | | |
| Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 99999 | | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 999999 | | 99999 | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Poder e Órgão de Vinculação**

**Poder:** O poder deve ser uma dentre as seguintes opções: Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça;

**Órgão de Vinculação:** Órgão ao qual a **UJ agregadora** se subordina hierarquicamente ou sobre a qual exerça supervisão funcional, orçamentária ou financeira.

**Código SIORG:** Código de identificação do órgão supervisor da **UJ agregadora** assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora**

**Denominação completa:** A denominação da UJ agregadora depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta ou fundos ou serviços sociais autônomos, será a denominação definida no ato de criação da UJ ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de se tratar de entidade da administração indireta, será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

**Denominação abreviada:** Nome pelo qual a UJ é normalmente tratada pela mídia ou pela sociedade, podendo ser a sigla adotada pela unidade.

**Código SIORG:** Código de identificação da UJ agregadora assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Código LOA:** Código constante da Tabela Institucional da Lei Orçamentária Anual (LOA), quando a UJ agregadora for Unidade Orçamentária.

**Código SIAFI:** Código de identificação da UJ agregadora constante no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, quando houver.

**Natureza Jurídica:** A natureza jurídica da UJ agregadora será uma dentre as seguintes: Órgão Público, Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Fundação, Fundos, Organização Social e Serviços Sociais Autônomos.

**Principal Atividade:** Atividade finalística da UJ agregadora, conforme tabela do Cadastro Nacional de Atividade Econômica – CNAE, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Código CNAE:** Código da classificação completa da principal atividade econômica da UJ no site do IBGE – http://www.cnae.ibge.gov.br.

**Telefones/Fax de contato:** Telefones e fax de referência da UJ agregadora apresentados na forma (DDD) 9999-9999.

**Endereço Eletrônico:** Endereço de correio eletrônico normalmente utilizado para o envio/recepção de mensagens eletrônicas para a UJ agregadora, no formato nome@endereçonaInternet.

**Página na Internet:** Endereço na *Internet* normalmente utilizado para acessar informações sobre a UJ agregadora, no formato http://www.endereçonaInternet.

**Endereço Postal:** Endereço completo da UJ agregadora para o recebimento de correspondência por meio dos Correios ou empresa postal, e deverá incluir a identificação completa do logradouro, o CEP, a cidade e a unidade da federação.

**Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas**

**Número de Ordem:** Número sequencial, com base 1, que identifica a ordem de identificação das UJ agregadas.

**Denominação completa:** A denominação da UJ agregada depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta, fundos ou serviços sociais autônomos, será a denominação definida no ato de criação do mesmo ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de se tratar de entidade da administração indireta, será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica. As unidades relacionadas neste campo devem ser as mesmas indicadas como agregadas no Anexo I da DN TCU nº 108/2010.

**Denominação abreviada**: Nome pelo qual a UJ é normalmente tratada pela mídia ou pela sociedade, podendo ser a sigla adotada pela unidade.

**Código SIORG**: Código de identificação da UJ agregada assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Código LOA**: Código constante da Tabela Institucional da Lei Orçamentária Anual (LOA), quando a UJ agregada for Unidade Orçamentária.

**Código SIAFI**: Código de identificação da UJ agregada constante no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, quando houver.

**Natureza Jurídica**: A natureza jurídica da UJ agregadora será uma dentre as seguintes: Órgão Público, Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Fundação, Fundos, Organização Social e Serviços Sociais Autônomos.

**Principal Atividade:** Atividade finalística da UJ agregada, conforme tabela do Cadastro Nacional de Atividade Econômica – CNAE, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Código CNAE:** Código da classificação completa da principal atividade econômica da UJ no site do IBGE – http://www.cnae.ibge.gov.br.

**Telefones/Fax de contato**: Telefones e fax de referência da UJ agregada apresentados na forma (DDD) 9999-9999.

**Endereço Eletrônico**: Endereço de correio eletrônico normalmente utilizado para o envio/recepção de mensagens eletrônicas para a UJ agregada, no formato nome@endereçonaInternet.

**Página na Internet:** Endereço na *Internet* normalmente utilizado para acessar informações sobre a UJ agregada, no formato http://www.endereçonaInternet.

**Endereço Postal**: O endereço postal da UJ agregada é o endereço completo da unidade para o recebimento de correspondência por meio dos Correios ou empresa postal, e deverá incluir a identificação completa do logradouro, o CEP, a cidade e a unidade da federação.

**Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas:** As normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas são a Constituição, leis e decretos que constituem as UJ como unidades gestoras de ações públicas.

**Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas:** As outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das UJ são os decretos, portarias, instruções normativas, instruções operacionais e demais normas que regulamentam as gestões das UJ.

**Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas:** Os manuais e publicações relacionadas às UJ são os documentos publicados em mídia impressa ou divulgados por meio eletrônico com o fito de fornecer orientação aos gestores e usuários para produção e utilização eficiente e eficaz dos produtos e serviços produzidos pelas unidades.

**Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Código SIAFI:** Códigos Sistema SIAFI das Unidades Gestoras (UG) que realizaram despesas ou arrecadaram receitas em ações vinculadas às UJ durante o exercício.

**Nome:** Nomes das UG relacionadas às UJ constantes no Sistema SIAFI.

**Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Código SIAFI:** Códigos constantes no Sistema SIAFI associados às despesas ou receitas em ações vinculadas às unidades durante o exercício do relatório de gestão;

**Nome:** Nomes das gestões associadas às UJ constantes do Sistema SIAFI.

**Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões**

Neste campo devem ser demonstradas as relações entre as UG e as Gestões cadastradas no SIAFI, considerando as definições acima e conforme ações vinculadas à UJ durante o exercício.

## 1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

O relatório de gestão consolidado e agregado deve informar os elementos identificadores completos da UJ consolidadora e agregadora e das UJ agregadas, bem assim os elementos identificadores resumidos das UJ consolidadas, as normas relacionadas à constituição e gestão das unidades envolvidas, incluindo orientações, publicações e manuais publicados, e as unidades gestoras e gestões que realizam despesas nas ações vinculadas às UJ, conforme modelo apresentado no **Quadro A.1.4** abaixo, que se descreve a seguir.

QUADRO A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

| **Poder e Órgão de Vinculação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Poder:** Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça | | | |
| **Órgão de Vinculação ou Supervisão:** Texto | | | **Código SIORG:** 99999 |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora** | | | |
| **Denominação completa:** Texto | | | |
| **Denominação abreviada:** Texto | | | |
| **Código SIORG:** 99999 | **Código na LOA:** 99999 | | **Código SIAFI:** 99999 |
| **Natureza Jurídica:** Vide relação no texto descritivo | | | |
| **Principal Atividade:** Vide Tabela CNAE/IBGE | | | **Código CNAE:** 9999-9 |
| **Telefones/Fax de contato:** | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 |
| **Endereço Eletrônico:** nome@endereçonaInternet | | | |
| **Página na Internet:** http://www.endereçonaInternet | | | |
| **Endereço Postal:** Logradouro, CEP, Cidade e Unidade da Federação | | | |

| **Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas** | | |
|---|---|---|
| Nome | Situação | Código SIORG |
| | | |
| | | |

| **Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas** | | | |
|---|---|---|---|
| **Número de Ordem: N** | | | |
| **Denominação completa:** Texto | | | |
| **Denominação abreviada:** Texto | | | |
| **Código SIORG:** 99999 | **Código na LOA:** 99999 | | **Código SIAFI:** 99999 |
| **Situação:** ativa / em liquidação | | | |
| **Natureza Jurídica:** Vide relação no texto descritivo | | | |
| **Principal Atividade:** Vide Tabela CNAE/IBGE | | | **Código CNAE:** 9999-9 |
| **Telefones/Fax de contato:** | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 | (099) 9999-9999 |
| **E-mail:** nome@endereçonaInternet | | | |
| **Página na Internet:** http://www.endereçonaInternet | | | |
| **Endereço Postal:** Logradouro, CEP, Cidade e Unidade da Federação | | | |

| **Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** |
|---|
| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas |
| |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas |
| |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas |
| |

| **Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** | |
|---|---|
| Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 999999 | |
| Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 99999 | |
| **Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões** | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
| 999999 | 99999 |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Poder e Órgão de Vinculação**

**Poder**: O poder deve ser uma entre as seguintes opções: Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça;

**Órgão de Vinculação**: Órgão ao qual a UJ consolidadora e agregadora se subordina hierarquicamente ou sobre a qual exerça supervisão funcional, orçamentária ou financeira.

**Código SIORG**: Código de identificação do órgão supervisor da UJ consolidadora e agregadora assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora**

**Denominação completa**: A denominação da UJ consolidadora e agregadora depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta ou fundos ou serviços sociais autônomos, será a denominação definida no ato de criação do mesmo ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de se tratar de entidade da administração indireta, será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

**Denominação abreviada**: Nome pelo qual a UJ é normalmente tratada pela mídia ou pela sociedade, podendo ser a sigla adotada pela unidade.

**Código SIORG**: Código de identificação da UJ consolidadora e agregadora, assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Código LOA**: Código constante da Tabela Institucional da Lei Orçamentária Anual (LOA), quando a UJ consolidadora e agregadora for Unidade Orçamentária.

**Código SIAFI**: Código de identificação da UJ consolidadora e agregadora constante no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, quando houver.

**Natureza Jurídica**: A natureza jurídica da UJ consolidadora e agregadora será uma dentre as seguintes: Órgão Público, Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Fundação, Fundos, Organização Social e Serviços Sociais Autônomos.

**Principal Atividade**: Atividade finalística da UJ consolidadora e agregadora, conforme tabela do Cadastro Nacional de Atividade Econômica – CNAE, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Código CNAE**: Código da classificação completa da principal atividade econômica da UJ no sítio do IBGE – http://www.cnae.ibge.gov.br.

**Telefones/Fax de contato**: Telefones e fax de referência da UJ consolidadora e agregadora apresentados na forma (DDD) 9999-9999.

**Endereço Eletrônico**: Endereço de correio eletrônico normalmente utilizado para o envio/recepção de mensagens eletrônicas para a UJ consolidadora e agregadora, no formato nome@endereçonaInternet.

**Página na Internet**: Endereço na *Internet* normalmente utilizado para acessar informações sobre a UJ consolidadora e agregadora, no formato http://www.endereçonaInternet.

**Endereço Postal**: Endereço completo da UJ consolidadora e agregadora para o recebimento de correspondência por meio dos Correios ou empresa postal, e deverá incluir a identificação completa do logradouro, o CEP, a cidade e a unidade da federação.

**Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas**

**Nome**: Títulos das UJ que tiveram as informações de suas gestões consolidadas no relatório de gestão, conforme discriminação constante do Anexo I da DN TCU nº 108/2010.

**Situação**: A situação das UJ consolidadas é considerada **ativa**, quando as UJ estão operando normalmente as suas atividades; **inativa**, quando a UJ não está operando mais os seus negócios, apesar de permanecer existindo enquanto unidade administrativa ou pessoa jurídica; **em liquidação**, quando a UJ está em processo de liquidação.

**Código SIORG**: Códigos de identificação das UJ consolidadas assinalados no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http:/www.siorg.redegoverno.gov.br),quando houver.

**Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas**

**Número de Ordem**: Número sequencial, com base 1, que identifica a ordem de identificação das UJ agregadas.

**Denominação completa**: A denominação da UJ agregada depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta ou fundos ou serviços sociais autônomos, será a denominação definida no ato de criação do mesmo ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de se tratar de entidade da administração indireta, será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica. As unidades relacionadas neste campo devem ser as mesmas indicadas como agregadas no Anexo I da DN TCU nº 108/2010.

**Denominação abreviada**: Nome pelo qual a UJ é normalmente tratada pela mídia ou pela sociedade, podendo ser a sigla adotada pela unidade.

**Código SIORG**: Código de identificação da UJ agregada assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), quando houver.

**Código LOA**: Código constante da Tabela Institucional da Lei Orçamentária Anual (LOA), quando a UJ agregada for Unidade Orçamentária.

**Código SIAFI**: Código de identificação da UJ agregada constante no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, quando houver.

**Natureza Jurídica**: A natureza jurídica da UJ agregada será uma dentre as seguintes: Órgão Público, Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Fundação, Fundos, Organização Social e Serviços Sociais Autônomos.

**Principal Atividade**: Atividade finalística da UJ agregada, conforme tabela do Cadastro Nacional de Atividade Econômica – CNAE, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Código CNAE**: Código da classificação completa da principal atividade econômica da UJ no site do IBGE – http://www.cnae.ibge.gov.br.

**Telefones/Fax de contato**: Telefones e fax de referência da UJ agregada apresentados na forma (DDD) 9999-9999.

**Endereço Eletrônico**: Endereço de correio eletrônico normalmente utilizado para o envio/recepção de mensagens eletrônicas para a UJ agregada, no formato nome@endereçonaInternet.

**Página na Internet**: Endereço na *Internet* normalmente utilizado para acessar informações sobre a UJ agregada, no formato http://www.endereçonaInternet.

**Endereço Postal**: Endereço completo da UJ agregada para o recebimento de correspondência por meio dos Correios ou empresa postal, e deverá incluir a identificação completa do logradouro, o CEP, a cidade e a unidade da federação.

**Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas**: As normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas são a Constituição, leis e decretos que constituem as UJ como unidades gestoras de ações públicas.

**Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas**: As outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das UJ são os decretos, portarias, instruções normativas, instruções operacionais e demais normas que regulamentam as gestões das UJ.

**Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas**: Os manuais e publicações relacionadas às UJ são os documentos publicados em mídia impressa e/ou divulgados por meio eletrônico com o fito de fornecer orientação aos gestores e usuários para produção e utilização eficiente e eficaz dos produtos e serviços produzidos pelas unidades.

**Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Código SIAFI**: Códigos Sistema SIAFI das Unidades Gestoras (UG) que realizaram despesas ou arrecadaram receitas em ações vinculadas às UJ durante o exercício.

**Nome**: Nomes das UG relacionadas às UJ constantes no Sistema SIAFI.

**Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

**Código SIAFI:** Códigos constantes no Sistema SIAFI associados às despesas ou receitas em ações vinculadas às unidades durante o exercício do relatório de gestão.

**Nome:** Nomes das gestões associadas às UJ constantes do Sistema SIAFI.

**Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões**

Neste campo devem ser demonstradas as relações entre as UG e as Gestões cadastradas no SIAFI, considerando as definições acima e conforme ações vinculadas à UJ durante o exercício.

## 2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

**Texto da DN:** Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:

a) Responsabilidades institucionais da unidade:
   I. Competência Institucional;
   II. Objetivos estratégicos.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:
   I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;
   II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:
   I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;
   II. Execução física das ações realizadas pela UJ.

d) Desempenho Orçamentário/Financeiro:
   I. Programação Orçamentária das Despesas;
   II. Execução Orçamentária das Despesas;
   III. Indicadores Institucionais.

**Objetivo:** Apresentar os resultados orçamentários, físicos e financeiros alcançados pela gestão, com base em informações de programação e execução orçamentária, física e financeira, considerando os objetivos e programas de governo associados à UJ.

**Estrutura de Informação:** A informação está organizada em 13 quadros agrupados em três (3) grupos de demonstrativos distintos, quais sejam: Programação Orçamentária, Execução Orçamentária e Indicadores Institucionais.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. As UJ que não se enquadrarem nos critérios acima devem, na medida do possível, seguir as disposições desta Portaria promovendo os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos, de acordo com suas especificidades.

**Referências:**

- Lei nº 4.320/64;
- Lei nº 12.309, de 09/08/2010 (LDO 2011);
- Lei nº 11.653, de 7/4/2008 (PPA 2008/2011);
- Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos);
- Lei nº 10.520/2002;
- Decreto nº 93.872/86;
- Portaria Interministerial nº 163, de 2001;
- Manual Técnico de Orçamento para 2011.

## 2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

As responsabilidades institucionais da UJ são definidas mediante a declaração de dois componentes, quais sejam: Competência Institucional e Objetivos Estratégicos.

A Competência Institucional corresponde às atribuições da UJ, definidas em lei, estatuto ou regimento, a serem executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos seus beneficiários diretos e indiretos.

Os objetivos estratégicos, por sua vez, correspondem aos objetivos que a UJ busca atingir, durante o exercício, ao gerenciar e executar programas e ações e cumprir suas atribuições.

Ao informar esses dois componentes, a UJ deve apresentar, além de suas intenções, a síntese de suas realizações, comentando os sucessos e impactos positivos de sua atuação, assim como evidenciar os aprendizados adquiridos e superações conquistadas em relação aos percalços e dificuldades que mais impactaram a execução dos trabalhos ao longo do exercício.

Em síntese, o objetivo essencial do texto a ser elaborado neste tópico do Relatório de Gestão é introduzir as competências da UJ, seus objetivos e realizações, antecipando, em linhas gerais, os conteúdos que serão detalhados nos tópicos seguintes do Relatório.

## 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Para atender aos objetivos e prioridades organizacionais, a UJ deve continuamente analisar as alternativas de atuação surgidas ao longo do exercício de modo a adequar o seu plano de ação anual, inicialmente estabelecido com base no seu planejamento estratégico, às ocorrências ou possibilidades de ocorrência de eventos internos ou externos, sujeitos ou não ao seu controle, que, representando oportunidades ou ameaças, são capazes de influenciar diretamente o seu desempenho operacional.

Tendo o seu plano de ação anual como referência, a UJ pode adotar mudanças nas suas linhas de atuação, modificando o referido plano, por entender que os ajustes são necessários à melhor utilização dos recursos existentes frente às forças e fraquezas internas e às oportunidades e ameaças externas que se apresentam.

O plano de ação e a estratégia de atuação a ele associada, quando compartilhados e revisados permanentemente, geram o benefício de orientar os trabalhos da UJ, nas suas diversas funções e atividades, promovendo a convergência dos esforços de toda a equipe e tornando mais eficiente a utilização dos recursos disponíveis.

Na explanação da sua estratégia de atuação, a UJ deverá informar quais alterações foram realizadas ao longo do exercício no seu plano de ação informando, em seu Relatório de Gestão, os aspectos que justificaram ou influenciaram a adoção dessas decisões. Todos os aspectos devem ser relatados, quer tenham influenciado as decisões tomadas por representarem benefícios reais ou potenciais, quer tenham representado ameaças reais ou potenciais para o alcance do bom desempenho da UJ no exercício.

Nesse sentido, deverá ser apresentada pela UJ uma análise sucinta do andamento dos seus planos estratégico e de ação anual, destacando-se as principais decisões adotadas ao longo do exercício que implicaram na alteração dos referidos planos.

Na descrição das principais decisões estratégicas acima referidas devem ser referenciados:

a) Contexto (político, econômico, ambiental, tecnológico, social) que limitou as opções de atuação e como influenciou as decisões da UJ;
b) Limitações internas da unidade (problemas de instalações, deficiências de pessoal, restrições no orçamento e nos recursos financeiros ou outras que, de forma exclusiva ou conjunta, levaram à opção por um determinado caminho ou orientação para a gestão e a abandonar outras opções);
c) Principais medidas adotadas como exceção às normas e regras gerais da administração que a UJ foi obrigada a adotar e quais as razões para isso ter ocorrido.

## 2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ e Execução Física das ações realizadas pela UJ. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados pela UJ na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade, enquanto o segundo apresenta os resultados físicos alcançados pela UJ na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de referência do relatório de gestão.

### 2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

O demonstrativo "Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ", apresentado no **Quadro A.2.1** abaixo, está composto por três (3) conjuntos de informação, a saber: **Identificação do Programa de Governo, Informações orçamentárias e financeiras do Programa e Informações sobre os resultados alcançados,** que se descrevem a seguir.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

| **Identificação do Programa de Governo** | |
|---|---|
| **Código no PPA** | |
| **Denominação** | |
| **Tipo do Programa** | |
| **Objetivo Geral** | |
| **Objetivos Específicos** | |
| **Gerente** | |
| **Público Alvo** | |

| **Informações orçamentárias e financeiras do Programa** | | | | | **Em R$ 1,00** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Dotação** | | **Despesa Empenhada** | **Despesa Liquidada** | **Restos a Pagar não processados** | **Valores Pagos** |
| **Inicial** | **Final** | | | | |
| | | | | | |

| **Informações sobre os resultados alcançados** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ordem** | **Indicador (Unidade medida)** | **Referência** | | | **Índice previsto no exercício** | **Índice atingido no exercício** |
| | | **Data** | **Índice inicial** | **Índice final** | | |
| 1 | Texto | 99/99/99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 |
| **Fórmula de Cálculo do Índice** | | | | | | |
| Texto ... | | | | | | |
| **Análise do Resultado Alcançado** | | | | | | |
| Texto .... | | | | | | |
| **Ordem** | **Indicador (Unidade medida)** | **Referência** | | | **Índice previsto no exercício** | **Índice atingido no exercício** |
| | | **Data** | **Índice inicial** | **Índice final** | | |
| N | Texto | 99/99/99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 |
| **Fórmula de Cálculo do Índice** | | | | | | |
| Texto ... | | | | | | |
| **Análise do Resultado Alcançado** | | | | | | |
| Texto .... | | | | | | |

Fonte:

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Identificação do Programa de Governo**

**Código no PPA**: Identifica o código atribuído ao Programa pela Lei nº 11.653/2008, que aprovou o PPA para o período 2008/2011.

**Denominação**: Título dado ao Programa pela Lei nº 11.653/2008.

As UJ com acesso ao Sistema SIGPLAN (www.sigplan.gov.br) devem copiar o conteúdo do programa registrado nesse Sistema ou obter informações mais atualizadas, observando as seguintes instruções:

1. **Tipo de programa** – igual ao informado no SIGPLAN ou em fonte mais atualizada;
2. **Objetivo geral** – no sistema SIGPLAN, escolher no *menu* à esquerda a opção "Dados Gerais". Ao serem apresentados os dados gerais, informar o conteúdo existente para o item "Objetivo setorial" do programa;
3. **Objetivos Específicos** – no sistema SIGPLAN, escolher no *menu* à esquerda a opção "Dados Gerais". Ao serem apresentados os dados gerais, informar o conteúdo existente para o item "Objetivo" do programa;
4. **Gerente do Programa** – a ser preenchido quando a UJ for a Gestora do Programa, a partir da fonte mais atualizada;
5. **Responsável pelo programa no âmbito da UJ** – a ser preenchido quando a UJ for apenas executora do programa, com o conteúdo do normativo do programa;
6. **Público alvo** – igual ao informado no SIGPLAN ou de fonte mais atualizada.

As UJ que não têm acesso ao SIGPLAN, cujos programas não foram registrados nesse Sistema, ou que tenham outra nomenclatura, devem preencher conforme as seguintes instruções:

1. **Tipo de programa** – informar "Programas Finalisticos" quando são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores; ou "Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais" quando são voltados aos serviços típicos da Administração, ao planejamento, à formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação ou ao controle de programações finalísticas, resultando em bens ou serviços ofertados à própria Administração, podendo ser composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas;
2. **Objetivo geral** – preencher usando o conteúdo do normativo de divulgação;
3. **Objetivos Específicos** – preencher usando o conteúdo do normativo de divulgação;
4. **Gerente do programa** – preencher usando o conteúdo do normativo de divulgação;
5. **Público alvo** – informar qual é o grupo de beneficiários atendidos pela operação.

**Informações orçamentárias e financeiras do Programa**

**Dotação Inicial**: Dotação inicial atribuída ao Programa pela LOA do exercício de referência do Relatório de Gestão.

**Dotação Final**: Dotação final atribuída ao Programa considerando a dotação inicial e as alterações sofridas em razão de créditos adicionais, no próprio exercício.

**Despesa Empenhada**: Montante da despesa empenhada, no exercício, relativamente ao Programa.

**Despesa Liquidada**: Montante da despesa liquidada, no exercício, relativamente ao Programa.

**Restos a Pagar não Processados**: Montante de recursos inscritos como restos a pagar não processados nos termos do art. 36 da Lei nº 4.320/64, relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão.

**Valores Pagos**: Montante de valores pagos relativamente ao Programa, decorrentes de valores empenhados no exercício de referência.

**Informações sobre os resultados alcançados**

**Ordem**: Indica a ordem sequencial de apresentação dos indicadores de resultados do Programa, sendo obrigatória a análise de cada um dos indicadores constantes da Lei do PPA.

**Indicador (Unidade de Medida)**: Identifica a denominação do Indicador expresso pela unidade de medida apresentada no PPA, devendo ser preenchido se a UJ tiver acesso ao Sistema SIGPLAN com os indicadores cadastrados neste Sistema, ou a partir de fonte mais atualizada, ou com o conteúdo do normativo de divulgação quando a UJ não tem acesso a esse Sistema.

**Referência**

**Data**: Identifica a data de referência segundo a qual o valor de referência inicial do indicador foi apurado, como constante no PPA.

**Índice Inicial**: Identifica qual o valor inicial atribuído ao indicador no início do PPA.

**Índice Final**: Identifica qual o valor pretendido para o indicador no final do PPA.

**Índice Previsto no exercício**: Valor previsto para o indicador a ser alcançado no exercício.

**Índice atingido no exercício**: Valor efetivamente alcançado pelo indicador no exercício.

**Fórmula de Cálculo do Índice**: Fórmula ou equação segundo a qual o índice é calculado, indicando as fontes primárias de informação utilizadas e as técnicas e metodologias de cálculo aplicadas.

**Análise do Resultado Alcançado**: Análise desenvolvida pelo Gestor quanto ao valor alcançado pelo indicador no exercício, discriminando as causas e consequências deste resultado.

**Análise crítica**

Após o preenchimento deste demonstrativo, o gestor deverá realizar uma análise crítica da execução orçamentária por programa de governo respondendo às seguintes questões:

**Contingenciamento no exercício:** o gestor deverá examinar o efeito do contingenciamento na execução orçamentária do Programa de Governo, destacando as consequências sobre o alcance dos indicadores de resultados.

**Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo:** o gestor deverá apresentar e examinar as consequências decorrentes de eventos negativos ou positivos que porventura tenham prejudicado ou facilitado a execução dos Programas de Governo, como, por exemplo, problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc.

Além dessas questões o gestor poderá analisar outras que tenham provocado impacto na gestão dos Programas de Governo sob sua responsabilidade e que não tenham sido abordadas nos tópicos anteriores.

**Nota:** O **Quadro A.2.1** somente deve ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA).

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Neste demonstrativo o gestor deverá relacionar as ações orçamentárias constantes da LOA do exercício de referência do relatório de gestão que tenham sido objeto de sua gestão. O demonstrativo é composto de dez (10) itens de informação, compondo uma linha detalhe da LOA, conforme se descreve no **Quadro A.2.2** a seguir.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.2.2 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| Função | Subfunção | Programa | Ação | Tipo da Ação | Prioridade | Unidade de Medida | Meta prevista | Meta realizada | Meta a ser realizada em 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 99 | 999 | XXXX | 9999 | P/A/OP | 1/2/3/4 | texto | 9999 | 9999 | 9999 |
| 99 | 999 | XXXX | 9999 | P/A/OP | 1/2/3/4 | texto | 9999 | 9999 | 9999 |
| ... | ... | ... | ... | ... | | ... | ... | ... | ... |

Fonte:

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Função:** Código da Função orçamentária relacionada à ação constante da LOA para o exercício de 2011 sob a gestão da UJ.

**Subfunção:** Código da Subfunção orçamentária relacionada à ação constante da LOA para o exercício de 2011 sob a gestão da UJ.

**Programa:** Código do Programa orçamentário relacionado à ação constante da LOA para o exercício de 2011 sob a gestão da UJ.

**Ação:** Código da ação orçamentária constante da LOA para o exercício de 2011 sob a gestão da UJ.

**Tipo da Ação:** Classificação da ação quanto ao seu tipo, podendo ser: P – Projeto, A – Atividade e OP – Operação Especial.

**Prioridade:** Classificação da ação quanto a sua prioridade, podendo ser:

**1** - Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI;

**2** - Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento);

**3** - Demais ações prioritárias;

**4** - Ação não prioritária.

**Unidade de Medida:** Unidade de medida assinalada na ação constante da LOA para o exercício de 2011 sob a gestão da UJ.

**Meta Prevista:** Meta prevista de ser realizada em 2011.

**Meta realizada:** Meta efetivamente realizada em 2011.

**Meta a ser realizada em 2012:** Meta a ser realizada em 2012.

**Análise crítica**

Depois de preenchido esse demonstrativo, o gestor deverá analisar a Execução Física das ações realizadas pela UJ contemplando as seguintes questões:

**Cumprimento das metas físicas:** Análise circunstanciada do cumprimento das metas físicas, analisando o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo da UJ;

**Ações que apresentaram problemas de execução:** Evidenciação das ações que apresentaram problemas na execução, especificando os problemas ocorridos, por exemplo: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental no prazo previsto, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, problemas na licitação, etc.;

**Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** Evidenciação e justificativa das ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas;

**Ações Prioritárias na LDO:** Avaliar a execução das ações da UJ frente às ações prioritárias definidas pela LDO, examinando as diferenças positivas e negativas porventura observadas entre a execução realizada e a prevista;

Além dessas questões o gestor poderá analisar outras que tenham provocado impacto na Execução Física das ações realizadas pela UJ e que não tenham sido abordadas nos tópicos anteriores.

## 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

### 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Este grupo de demonstrativos compreende as informações sobre a programação orçamentária da UJ, que devem ser demonstradas em quatro (4) quadros, a saber: Programação de Despesas Correntes; Programação de Despesas de Capital; Quadro Resumo da Programação de Despesas; Reserva de Contingência e Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Os 4 quadros referidos acima devem ser precedidos de informações identificadoras das Unidades Orçamentárias (UO) que detêm as programações orçamentárias utilizadas pelas UJ que compõem o Relatório de Gestão, conforme **Quadro A.2.3** abaixo. Caso a UJ não seja UO e não tenha UGO consolidada ou agregada, deve fazer constar esta informação neste tópico do Relatório de Gestão.

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|---|---|---|
| | 99999 | 999999 |
| | 99999 | 999999 |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Denominação das Unidades Orçamentárias:** Título atribuído pela Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2011 às UO que detêm as programações orçamentárias a serem executadas pelas Unidades Jurisdicionadas (UJ) relacionadas no Relatório de Gestão.

**Código da UO:** Código atribuído à UO segundo a Tabela de Classificação Institucional, expedida pela Secretaria de Orçamentos Federal – SOF.

**Código SIAFI da UGO:** Código atribuído pelo Sistema SIAFI à unidade gestora que tenha registrado contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA à UO, bem assim os créditos adicionais recebidos pela UO no exercício.

Após o gestor preencher essas informações, devem ser preenchidos os quatro (4) quadros acima referidos, seguidos de uma Análise Crítica da Programação Orçamentária.

**NOTA:** Os quadros **A.2.4, A.2.5** e **A.2.6** a seguir descritos somente devem ser preenchidos pelas UJ que são UO ou que tenham, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora (UG) na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

### 2.4.2 Programação de Despesas Correntes

O **Quadro A.2.4** abaixo, denominado **Programação de Despesas Correntes,** está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas Correntes, quais sejam: 1 – Pessoal e Encargos Sociais; 2 – Juros e Encargos da Dívida; 3 – Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa está segmentado nos exercícios de 2010 e 2011. As linhas, por sua vez, estão divididas em dois (2) grupos de informação: **LOA** e **CRÉDITOS**, que são compostos pelos campos de informações descritos a seguir:

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES Valores em R$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Grupos de Despesas Correntes | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | | 2 – Juros e Encargos da Dívida | | 3- Outras Despesas Correntes | |
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | | | | | | |
| | PLOA | | | | | | | |
| | LOA | | | | | | | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | | | | | | |
| | Especiais | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Extraordinários | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Créditos Cancelados | | | | | | | |
| Outras Operações | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Grupos de Despesas Correntes:** Para efeito deste demonstrativo e dos demais que se seguem, consideram-se as definições da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, e alterações feitas pelas Portarias SOF/STN 212 e 519, ambas de 2001, descritas abaixo:

**Despesas Correntes:** Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

**1 - Pessoal e Encargos Sociais** - Despesas de natureza remuneratória decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, pertinentes a este grupo de despesa, previstos na estrutura remuneratória dos militares, e ainda, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público e despesas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**2 - Juros e Encargos da Dívida** - Despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

**3 - Outras Despesas Correntes** - Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

**LOA**

**Dotação proposta pela UO:** Montante de recursos proposto pela Unidade Orçamentária para exame do Órgão Orçamentário Setorial, correspondendo aos Tipos de Detalhamento 01 a 09 no Sistema SIDOR.

**PLOA:** Montante de recursos proposto no Projeto de Lei da Lei Orçamentária Anual – PLOA submetido ao Congresso Nacional, relativamente à UO.

**LOA:** Montante de recursos atribuídos à UO pelo Congresso Nacional.

**CRÉDITOS**

**Suplementares:** Montante de créditos adicionais de tipo suplementar que foram recebidos pela UO.

**Especiais:** Montante de créditos adicionais de tipo especial que foram recebidos pela UO. Estes estão divididos em dois (2) subtipos: **Abertos**, correspondendo aos créditos especiais abertos no próprio exercício, e **Reabertos**, que correspondem aos créditos especiais que decorreram da aplicação do art. 167, § 2º, da Constituição Federal, isto é, créditos especiais abertos no exercício anterior que foram reabertos no exercício da gestão pelos saldos apurados ao final do exercício anterior.

**Extraordinários:** Montante de créditos adicionais de tipo extraordinário que foram recebidos pela UO. Estes estão divididos em dois (2) subtipos: **Abertos**, correspondendo aos créditos extraordinários abertos no próprio exercício, e **Reabertos**, que correspondem aos créditos extraordinários que decorreram da aplicação do art. 167, § 2º, da Constituição Federal, isto é, créditos especiais abertos no exercício anterior que foram reabertos no exercício da gestão pelos saldos apurados ao final do exercício anterior.

Além desses dois (2) grupos de informação, são ainda exigidas duas linhas de informações, quais sejam:

**Créditos Cancelados:** Créditos cancelados ao longo do exercício, por qualquer motivo, exceto em razão de criação ou transformação de UO que, neste caso, deverá ser registrado na linha referente a Outras Operações. No registro apresentar o sinal negativo (-) e considerá-lo nos respectivos cálculos para apurar a linha "Total".

**Outras Operações:** Montante de créditos atribuídos (somados) ou reduzidos em razão da criação ou transformação de UO. Considerar valores positivos ou negativos, registrando no caso destes últimos o sinal negativo (-) e fazendo o montante destas operações refletir na linha "Total".

Por fim, o conteúdo da última linha do demonstrativo corresponde à seguinte fórmula:

**Total** = Dotação inicial da LOA + Créditos Suplementares + Créditos Especiais + Créditos Extraordinários +/- Outras Operações +/- Créditos Cancelados.

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

O **Quadro A.2.5** abaixo, denominado **Programação de Despesas de Capital**, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas de Capital, quais sejam: 4 – Investimentos; 2 – Inversões Financeiras; 3 – Amortização da Dívida. Para cada grupo de despesa devem ser informados os valores relativos ao exercício de referência e ao imediatamente anterior.

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL — Valores em R$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Grupos de Despesa de Capital | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 4 – Investimentos | | 5 – Inversões Financeiras | | 6- Amortização da Dívida | |
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | | | | | | |
| | PLOA | | | | | | | |
| | LOA | | | | | | | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | | | | | | |
| | Especiais | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Extraordinários | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Créditos Cancelados | | | | | | | |
| Outras Operações | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | |

Fonte:

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Grupos de Despesas de Capital:** Para efeito deste demonstrativo e dos demais que se seguem consideram-se as definições da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, e alterações das Portarias SOF/STN 212 e 519, ambas de 2001, descritas abaixo:

**Despesas de Capital:** Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

**4 - Investimentos**: Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização de tais obras, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

**5 - Inversões Financeiras**: Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

**6 - Amortização da Dívida**: Despesas com o pagamento e refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Para os demais campos deste demonstrativo A.2.5, seguir as orientações relativas ao Quadro A.2.4 anterior, dada a semelhança das informações.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

O **Quadro A.2.6** abaixo, denominado **Quadro Resumo da Programação de Despesas,** é um quadro resumo dos dois (2) demonstrativos anteriores (Quadros A.2.4 e A.2.5), contemplando ainda a reserva de contingência, quando houver.

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 – Reserva de Contingência | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | | | | | | |
| | PLOA | | | | | | | |
| | LOA | | | | | | | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | | | | | | |
| | Especiais | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Extraordinários | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Créditos Cancelados | | | | | | | |
| Outras Operações | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | |

Fonte:

Preenchidos os três (3) quadros anteriores, a UJ deverá proceder a uma análise crítica da programação orçamentária, originária e adicional, analisando duas (2) questões de modo a demonstrar o estágio atual alcançado pela UJ na gestão dos seus créditos, quais sejam:

**Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA:** O gestor deverá examinar a compatibilidade dos limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário em relação às necessidades de crédito da UO, para cumprimento da sua programação de trabalho, bem como entre o Projeto de LOA e a dotação aprovada pelo Congresso Nacional, explicitando as consequências das alterações ocorridas.

**Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:** O gestor deverá examinar as alterações ocorridas na programação orçamentária que sejam relevantes para a gestão, analisando as suas razões e os seus impactos, positivos ou negativos, nas atividades da UJ.

Além dessas questões, o gestor poderá apresentar outras informações e ponderações sobre as dificuldades e oportunidades surgidas durante o exercício, entre as quais a abertura de créditos adicionais, os cancelamentos de créditos e solicitações de créditos adicionais não atendidas que afetaram os processos de gestão orçamentária da UJ.

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

O **Quadro A.2.7** abaixo, denominado **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa,** compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ (ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada a UJ que não componha o Relatório de Gestão) e **deve ser preenchido por todas as UJ.**

Este Quadro contempla cinco (5) colunas e está dividido em dois (2) grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.2.7 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R$ 1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |
| **Natureza da Movimentação de Crédito** | | **UG concedente ou recebedora** | **Classificação da ação** | **Despesas de Capital** | | |
| | | | | **4 – Investimentos** | **5 – Inversões Financeiras** | **6 – Amortização da Dívida** |
| Movimentação Interna | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Para efeito deste demonstrativo conceitua-se como movimentação interna de crédito qualquer transferência de créditos entre UO do mesmo Órgão e como movimentação externa de crédito a movimentação de créditos entre UO de Órgãos distintos.

**Importante**: Não devem ser informadas as movimentações internas entre as UG associadas à UJ.

**UG concedente ou recebedora:** Código SIAFI da UG externa à UJ que concedeu ou que recebeu o crédito orçamentário, seja por movimentação interna, seja por movimentação externa.

**Classificação da ação:** Classificação Institucional e Funcional-Programática do crédito concedido ou recebido, composta pelos códigos da UO, Função, Subfunção, Programa e Ação estabelecidos na programação original na LOA. Não é necessário informar o código do subtítulo. Em seguida, o gestor deverá preencher o valor concedido ou recebido no correspondente grupo de despesa.

Os grupos de despesas são semelhantes àqueles explanados nos quadros A.2.3 e A.2.4 anteriores.

**Importante:** Deverão ser preenchidas tantas linhas quantos forem os diferentes créditos concedidos e recebidos.

**Análise crítica**

Após o preenchimento deste Quadro, o gestor deverá realizar uma análise crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa, apresentando as justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão e analisando o impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ:
    a. Despesas por Modalidade de Contratação;
    b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
    c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.
2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação;
    a. Despesas por Modalidade de Contratação;
    b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
    c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Os conjuntos de demonstrativos relacionados acima são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa. A diferença entre esses dois conjuntos reside no fato de o primeiro se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa. Assim, o conjunto relacionado no item 1 somente deverá ser preenchido pelas UJ que também tenham preenchido os três (3) primeiros quadros da PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6), enquanto o relacionado no item 2 deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos.

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

*1..1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação*

O **Quadro A.2.8** abaixo, denominado **Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ**, contempla duas (2) colunas com informações sobre a **Despesa Liquidada** e a **Despesa Paga.** Cada uma delas dividida nos exercícios 2010 e 2011. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador **"Licitação"** encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Registro de Preços, enquanto no grupo **"Contratações Diretas"** estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo **"Regime de Execução Especial"** está o Suprimento de Fundo, enquanto no grupo **"Pagamento de Pessoal"** encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado **"Outros"** são consideradas as despesas que não se enquadrarem nos itens anteriores.

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ — Valores em R$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| **Modalidade de Licitação** | | | | |
| Convite | | | | |
| Tomada de Preços | | | | |
| Concorrência | | | | |
| Pregão | | | | |
| Concurso | | | | |
| Consulta | | | | |
| Registro de Preços | | | | |
| **Contratações Diretas** | | | | |
| Dispensa | | | | |
| Inexigibilidade | | | | |
| **Regime de Execução Especial** | | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Suprimento de Fundos | | | | |
| **Pagamento de Pessoal** | | | | |
| Pagamento em Folha | | | | |
| Diárias | | | | |
| **Outros** | | | | |

**Fonte:**

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

As definições das linhas e colunas são aquelas atinentes às Leis nºs 4.320/64, 8.666/93, 9.472/97, 10.520/2002, e suas alterações, ao Decreto nº 93.872/1986 e à Portaria MPOG nº 265/2001.

**Despesa Liquidada:** Total de despesas que já passou pela fase de liquidação.

**Despesa Paga:** Total de despesas que já passou pela fase de pagamento.

**Modalidade de Licitação:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nas sete (7) modalidades de licitação discriminadas abaixo:

- **Convite:** É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três (3) pela UJ, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro (24) horas da apresentação das propostas;
- **Tomada de preços:** É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- **Concorrência:** É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;
- **Pregão:** Aquisição de bens e serviços nos termos da Lei n 10.520/2004;
- **Concurso:** É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco (45) dias;
- **Consulta:** É a modalidade de licitação em que ao menos cinco pessoas, físicas ou jurídicas, de elevada qualificação, serão chamadas a apresentar propostas para fornecimento de bens ou serviços não comuns;
- **Registro de Preços:** É a modalidade de licitação em que a UJ contrata serviços e adquire bens, por intermédio do Sistema de Registro de Preços regulado pelo Decreto 3.931, de 19 de setembro de 2001, e alterações do Decreto 4.342, de 23 de agosto de 2002, seja como órgão gerenciador do sistema, seja como órgão participante.

**Contratações Diretas:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nas duas (2) formas de contratações diretas discriminadas abaixo:

- **Dispensa:** Montante de recursos empenhados nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/93;
- **Inexigibilidade:** Montante de recursos empenhados nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

**Regime de Execução Especial:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados mediante suprimento de fundos.

- **Suprimento de Fundos:** Montante de recursos empenhados nos termos dos artigos 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872/86.

**Pagamento de Pessoal:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nos dois (2) grupos de pagamento de pessoal discriminados abaixo:

- **Pagamento em Folha:** Valores pagos a pessoal mediante Folha de Pagamento;
- **Diárias:** Valores pagos a pessoal mediante diárias, inclusive a terceiros e parceiros.

**Outros:** Despesas que não se enquadram nas modalidades anteriores.

*1..1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa*

O **Quadro A.2.9** abaixo, denominado **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**, contém quatro (4) colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados** e **Valores Pagos**. Cada coluna está dividida nos exercícios 2010 e 2011.

As linhas, por sua vez, discriminam as despesas pelos três (3) grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa deve **ter os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2011 discriminados em ordem decrescente desse montante** (indicar o nome do elemento de despesa nas linhas 1°, 2° e 3° elemento de despesa), enquanto um quarto elemento totalizador, denominado "Demais elementos do grupo", deve acumular todos os demais elementos de despesa do grupo.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.2.9 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ — Valores em R$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1 – Despesas de Pessoal** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** |
| Nome 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **2 – Juros e Encargos da Dívida** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **3 – Outras Despesas Correntes** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte:

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Despesa Empenhada**: Montante de empenhos realizados pela UJ.

**Despesa Liquidada:** Total de despesas que já passou pela fase de liquidação.

**RP não processados:** Montante de recursos inscritos em restos a pagar que ainda não tinham passado pela fase de liquidação no final do exercício de referência.

**Valores Pagos**: Somatório das despesas que já haviam passado pela fase de pagamento no final do exercício.

**Elementos de Despesa**: Os códigos dos elementos de despesa são aqueles relacionados no item D do Anexo II da Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001.

*1..1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa*

O **Quadro A.2.10** abaixo, denominado **Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**, tem a mesma estrutura do demonstrativo anterior, somente diferindo nos grupos de despesas relacionados, quais sejam: 4 – Investimentos, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.2.10 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **4 – Investimentos** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **5 – Inversões Financeiras** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **6 – Amortização da Dívida** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte:

**Análise crítica**

Depois de preenchidos esses Quadros, o gestor deverá realizar uma análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ analisando as seguintes questões:

**Alterações significativas ocorridas no exercício:** Principais alterações ocorridas na Programação Orçamentária da UJ em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior, destacando as principais alterações nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa, bem como por modalidade de contratação.

**Contingenciamento no exercício:** Efeitos na gestão orçamentária provocados pelo contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados;

**Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária:** Relação de eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ, como, por exemplo, problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte.

Além dessas questões, o gestor poderá abordar outras que considere relevantes para explanação da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Como já dito, o segundo demonstrativo, denominado **Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação,** contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

2.4.4.3. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| **Licitação** | | | | |
| Convite | | | | |
| Tomada de Preços | | | | |
| Concorrência | | | | |
| Pregão | | | | |
| Concurso | | | | |
| Consulta | | | | |
| **Contratações Diretas** | | | | |
| Dispensa | | | | |
| Inexigibilidade | | | | |
| **Regime de Execução Especial** | | | | |
| Suprimento de Fundos | | | | |
| **Pagamento de Pessoal** | | | | |
| Pagamento em Folha | | | | |
| Diárias | | | | |
| **Outras** | | | | |

Fonte:

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas nos Quadros A.2.12 e A.2.13 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 – Despesas de Pessoal | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **2 – Juros e Encargos da Dívida** | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **3- Outras Despesas Correntes** | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte:

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **4 - Investimentos** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **5 - Inversões Financeiras** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| **6 - Amortização da Dívida** | | | | | | | | |
| 1° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2° elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3° elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte:

**Análise crítica**

Depois de preenchidos esses Quadros, o gestor deverá realizar uma análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação analisando as seguintes questões:

**Alterações significativas ocorridas no exercício:** Principais alterações ocorridas na Programação Orçamentária da UJ em razão da assunção de novas atribuições ou do cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior, destacando as principais alterações nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa, bem como por modalidade de contratação;

**Contingenciamento no exercício:** Efeitos na gestão orçamentária provocados pelo contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridos no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados;

**Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:** Relação de eventos internos e/ou externos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária da UJ, como, por exemplo, problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte;

Além dessas questões o gestor poderá abordar outras questões que considere relevantes para explanação da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

2.4.7 Indicadores Institucionais

Além do preenchimento dos demonstrativos relacionados anteriormente, o gestor deverá apresentar os indicadores institucionais desenvolvidos pela UJ para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão no exercício.

Esses indicadores deverão vir acompanhados de explanação sucinta sobre as suas fórmulas de cálculo, considerando a sua utilidade e mensurabilidade. Para efeito desta instrução, considera-se:

**Utilidade:** Utilização efetiva do indicador em processo de tomada de decisão gerencial que afete o desempenho da UJ. A utilidade de um indicador está diretamente relacionada à sua representatividade em medir o fenômeno-objeto, isto é, computar em uma única expressão as múltiplas variáveis correlacionadas com o fenômeno-objeto. Um indicador é útil quando ele "traduz" para o observador do fenômeno-objeto uma situação relacionada com o seu interesse de análise. Por exemplo, um indicador que meça a relação entre número de

professores e número de alunos por classe de estudo é útil para se examinar a economicidade dessa relação, mas pode não ser útil para se examinar a eficácia dessa relação, observando-se que estudos indicam a existência de forte correlação entre o número de professores e de alunos em classe como fator importante na eficácia do ensino ministrado. Nesse sentido, a utilidade de um indicador pode ser claramente percebida quando esse indicador é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetem o desempenho da UJ.

**Mensurabilidade:** Viabilidade efetiva de o fenômeno-objeto ser medido por intermédio de um indicador. A mensurabilidade de um indicador decorre principalmente da conjugação de três (3) fatores associados à produção do indicador, quais sejam: complexidade, auditabilidade e economicidade. Um indicador com boa mensurabilidade deverá possuir um grau de complexidade proporcional ou menor que o fenômeno-objeto, deverá ser auditável por terceiros, permitindo que os mesmos resultados sejam alcançados com base nas mesmas informações utilizadas pela UJ, e deverá ser econômico, isto é, o custo de produção do indicador deverá ser proporcional ao custo associado ao fenômeno-objeto que se deseja analisar. Não existem valores definidos para a relação entre o custo de produção do indicador e o custo associado ao fenômeno, mas indicativos internacionais apontam que o custo total de medição não deve ultrapassar 5% do valor do fenômeno-objeto a ser medido.

## 3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

**Objetivo:** Obter informações quantitativas sobre o reconhecimento pelas UJ de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, com o objetivo de analisar a gestão desses passivos pelas UJ no exercício de referência do relatório de gestão.

**Estrutura de Informação:** A informação está estruturada de modo a se obter os valores inscritos a título de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, considerados os registros contábeis realizados no Sistema SIAFI no exercício de 2011, bem como as razões que motivaram esses registros e as providências adotadas pelas UJ para sanear as situações que deram origem ao reconhecimento desses passivos.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

**Referências:** Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

## 3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

O **Quadro A.3.1** visa a demonstrar a movimentação e o saldo, no exercício de referência do Relatório de Gestão, das Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI nas UG associadas à UJ, que representam o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

Para preenchimento desse demonstrativo devem ser consideradas todas as contas contábeis registradas na Contabilidade da UJ para Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos que tenham tido movimentação ou que tenham apresentado saldo diferente de zero no final do exercício do Relatório de Gestão.

Deverá ser elaborado um quadro para cada conta contábil utilizada para os fins de que trata este item, no qual deverá ser considerado o conjunto de credores que tinham saldo inicial diferente de zero no início do exercício, acrescidos daqueles que tiveram reconhecimento de direitos ao longo do exercício, independente da posição do saldo final apurado ao término do exercício.

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R$ 1,00

| Identificação da Conta Contábil | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Código SIAFI** | **Denominação** | | | | |
| | | | | | |
| **Linha Detalhe** | | | | | |
| **UG** | **Credor (CNPJ/CPF)** | **Saldo Final em 31/12/2010** | **Movimento Devedor** | **Movimento Credor** | **Saldo Final em 31/12/2011** |
| | | | | | |
| **Razões e Justificativas:** | | | | | |
| Fonte: | | | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Identificação da Conta Contábil**

**Código SIAFI** – Código da conta contábil no Plano de Contas do Sistema SIAFI, que poderá ser: 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 ou 21219.22.00.

**Denominação:** Nome atribuído pelo Plano de Contas do Sistema SIAFI à Conta Contábil.

**Linha Detalhe**

**UG** – Unidade gestora do Sistema SIAFI associada à UJ, que realizou lançamentos contábeis na Conta Contábil.

**Credor** – Código do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Pessoa Física (CPF) da Receita Federal do Brasil do credor do crédito ou recurso, conforme este seja pessoa jurídica ou física.

**Saldo Final em 31/12/2010** – Saldo final registrado na Conta Contábil em 31/12/2010, que coincidirá com o valor inicial do exercício de 2011.

**Movimento Devedor** – Montante lançado no ano a débito da Conta Contábil, por credor.

**Movimento Credor** – Montante lançado no ano a crédito da Conta Contábil, por credor.

**Saldo Final no dia 31/12/2011** – Valor registrado na Conta Contábil no dia 31/12/2011, que deverá corresponder à seguinte equação: Saldo Final em 31/12/2010 + Movimento Credor do exercício de 2011 – Movimento Devedor do exercício de 2011.

**Razões e Justificativas** – Razões e Justificativas apresentadas pelo gestor para os lançamentos contábeis efetuados, destacando-se as medidas adotadas pela unidade para regularizar as situações ocorridas.

| 3.2 Análise Crítica |
|---|

A análise crítica da gestão do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos deverá apresentar uma análise circunstanciada sobre os impactos dos passivos reconhecidos sobre a gestão orçamentária e financeira da UJ no exercício de competência das contas e no exercício seguinte.

Deve demonstrar ainda se a UJ tinha capacidade de prever a situação que tenha ensejado o lançamento de valor nas referidas contas contábeis.

## 4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN**: Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

**Objetivo:** Obter informações quantitativas sobre o pagamento de Restos a Pagar (RP) dos exercícios anteriores, de modo a analisar a gestão e os impactos dessas despesas financeiras no exercício.

**Estrutura de Informação:** A informação está estruturada em um único demonstrativo de modo a se obter os dados referentes à execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, desde o exercício subsequente ao da inscrição até o exercício de referência do Relatório de Gestão.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

**Referências:**

- Lei nº 4320/64
- Lei nº 12.309/ 2010 (LDO 2011)
- Decreto nº 93.872/86
- Decreto nº 6.708/2008

## 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

O **Quadro A.4.1** abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2011, estando divido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R$ 1,00

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Ano de Inscrição** | **Montante Inscrito** | **Cancelamentos acumulados** | **Pagamentos acumulados** | **Saldo a Pagar em 31/12/2011** |
| 2010 | | | | |
| 2009 | | | | |
| ... | | | | |
| **Restos a Pagar não Processados** | | | | |
| **Ano de Inscrição** | **Montante Inscrito** | **Cancelamentos acumulados** | **Pagamentos acumulados** | **Saldo a Pagar em 31/12/2011** |
| 2010 | | | | |
| 2009 | | | | |
| ... | | | | |
| **Observações:** | | | | |

Fonte:

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Ano de Inscrição:** Ano no qual ocorreu a inscrição de restos a pagar pela UJ. Devem ser relacionados todos os anos cujos restos a pagar inscritos tenham sofrido cancelamentos ou pagamentos no exercício de referência do relatório de gestão ou, ainda, tenha saldo remanescente em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão;

**Montante Inscrito:** Valor total inscrito pela UJ relativamente ao ano de inscrição;

**Cancelamentos acumulados**: Somatório dos valores de restos a pagar cancelados desde a sua inscrição até o final do exercício de referência do relatório de gestão;

**Pagamentos acumulados**: Somatório dos valores pagos pela UJ a título de restos a pagar desde a sua inscrição até o final do exercício de referência do relatório de gestão;

**Saldos a Pagar em 31/12**: Representa o saldo do montante inscrito em cada ano que se encontrava pendente de pagamento no final do exercício de referência do relatório de gestão, considerados os cancelamentos e pagamentos acumulados, sendo o resultado da seguinte equação: **(Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = Saldo a pagar em 31/12).**

**Observações**: Nesse campo devem ser relacionados os atos legais que autorizaram o pagamento no exercício de 2011 de RP Processados e Não Processados inscritos até 2007.

## 4.2 Análise Crítica

A análise crítica sobre a gestão dos Restos a Pagar de exercícios anteriores ao de competência do relatório de gestão é obrigatória e aplicável a todas as UJ que tenham saldo de RP ao final do exercício de 2011 ou que tenham realizado pagamento ou cancelamento desses restos a pagar no exercício.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequadas desenvolver, importa que a UJ analise:

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ;
- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;
- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro;
- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2011 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto;
- Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP.

## 5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto:** Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

a) composição do quadro de servidores ativos;
b) composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;
c) composição do quadro de estagiários;
d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;
e) locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;
f) indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

**Objetivo:** Obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UJ, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica.

**Estrutura de Informação:** A informação está estruturada de modo a se obter dados sobre a composição e custos do quadro de recursos humanos da UJ, indicadores gerenciais porventura instituídos pela UJ sobre a gestão de recursos humanos e análise crítica da UJ sobre a situação da sua gestão de recursos humanos.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta dos três (3) Poderes da União.

**Referências Legais e normativas:**

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Leis de carreira dos servidores públicos civis e militares dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal dos três (3) Poderes da União;
- Leis especiais sobre o instituto da requisição de servidores de outros órgãos e esferas;
- Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;
- Portaria Interministerial MP/CGU nº 494, de 18 de dezembro de 2009.

## 5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

O perfil do quadro de servidores ativos da UJ deve ser demonstrado por meio de cinco (5) quadros evidenciando, cada um, os seguintes aspectos do quadro de pessoal: No Quadro A.5.1 deve ser demonstrada composição da força de trabalho da UJ; no Quadro A.5.2 a UJ deve evidenciar as situações que reduzem sua força efetiva de trabalho; no Quadro A.5.3 deve ser demonstrada a distribuição dos cargos em comissão e das funções gratificadas; no Quadro A.5.4 deve ser demonstrado o perfil etário dos servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados da UJ; no Quadro A.5.5 a UJ deve demonstrar o perfil escolar dos ocupantes de cargos efetivos e comissionados.

**Nota:** Os conceitos e definições utilizados nos Quadros da gestão de pessoas são baseados na Lei nº 8.112/90 e suas alterações. Esses conceitos e definições devem servir como referência, devendo as Unidades que não têm essa Lei como norteadora da gestão de seu pessoal fazerem as adaptações pertinentes.

### 5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|---|---|---|---|---|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| **1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)** | | | | |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | | | | |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | | | | |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | | | | |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | | | | |
| **2. Servidores com Contratos Temporários** | | | | |
| **3. Total de Servidores (1+2)** | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Tipologias dos Cargos**

**Servidores em cargos efetivos:** Total de servidores que compõem o quadro de pessoal da UJ, segundo o resultado da soma das tipologias 1.1 Membros de poder e agentes políticos e 1.2 Servidores de carreira, conforme a seguinte especificação:

- **Membros de poder e agentes políticos:** Compreende os titulares dos órgãos do Poder Judiciário (ministros e juízes), do Tribunal de Contas da União (ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao TCU) e dos cargos estruturais da organização política do País, compreendendo no âmbito federal o Presidente da República, Vice-Presidente, os auxiliares imediatos dos Chefes de Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores e Deputados Federais, membros do Ministério Público, entre outros.
- **Servidores de Carreira:** Compreende o conjunto de servidores de carreiras, ainda que de outros órgãos e esferas, que efetivamente atuam na UJ, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro (4) diferentes subtipos, quais sejam: Servidores de carreira vinculada ao órgão; Servidores de carreira em exercício descentralizado; Servidores de carreira em exercício provisório; Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, a seguir especificados:

- **Servidores de carreira vinculada ao órgão:** servidores ocupantes de cargos efetivos de carreira da própria UJ ou do órgão supervisor da UJ;
- **Servidores de carreira em exercício descentralizado:** servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na UJ mediante exercício descentralizado de atividade;
- **Servidores de carreira em exercício provisório:** servidores originários de carreira de outro órgão que esteja em exercício provisório na UJ. Enquadram-se nesta linha os servidores que foram removidos de outras unidades ou órgãos com base na previsão legal do art. 36, Parágrafo único, inciso III, alínea a, da Lei n.º 8.112/90, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 9.527/97;
- **Servidores requisitados de outros órgãos e esferas:** servidores que exercem atividades na UJ em razão de haverem sido requisitados conforme previsão do art. 93, inciso II, da Lei n.º 8.112/90.

- **Servidores com Contratos Temporários:** Servidores em regime de contrato temporário com a Administração Pública, tomando-se como referência os termos da Lei n.º 8.745/93, com as modificações da Lei n.º 9.849/99 e Lei n.º 10.667/2003.

**Lotação**

**Autorizada:** Lotação autorizada por lei, quando for o caso, para provimento de cargos na UJ. Se para uma determinada tipologia de cargo não houver lotação autorizada por lei, esta coluna deve ser preenchida coma a expressão "**não há**".

**Efetiva:** Lotação efetiva de cargos providos na UJ. Deve ser demonstrada a quantidade de pessoas que efetivamente ocupam cargo de alguma das tipologias indicadas nas linhas.

**Ingressos e Egressos**

**Ingressos no exercício:** Número de servidores que ingressaram na UJ no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas. Para as tipologias em que não houve ocorrência no exercício, informar o valor "0" (zero).

**Egressos em 2011:** Número de servidores que saíram da UJ no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas. Para as tipologias em que não houve ocorrência no exercício, informar o valor "0" (zero).

**Total de servidores:** Devem ser totalizadas somente as colunas "Lotação Efetiva", "Ingressos..." e "Egressos...).

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

O Quadro A.5.2 visa a demonstrar as situações que reduzem a força de trabalho da UJ. São situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor da UJ, conforme previsões legais. Mais uma vez, cabe ressaltar que a fundamentação legal utilizada foi a Lei 8.112/90, sendo que as UJ que não são regidas por essa Lei, principalmente as UJ do Poder Judiciário, devem fazer as adaptações pertinentes. Para cada tipologia dos afastamentos, a UJ deve informar a quantidade de pessoas do seu quadro encontravam-se naquela situação em 31 de dezembro do exercício de referência.

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12 -

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro |
|---|---|
| **1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)** | |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | |
| 1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis) | |
| **2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)** | |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | |
| **3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)** | |
| 3.1. De ofício, no interesse da Administração | |
| 3.2. A pedido, a critério da Administração | |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | |
| 3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde | |
| 3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo | |
| **4. Licença remunerada (4.1+4.2)** | |
| 4.1. Doença em pessoa da família | |
| 4.2. Capacitação | |
| **5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)** | |
| 5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro | |
| 5.2. Serviço militar | |
| 5.3. Atividade política | |
| 5.4. Interesses particulares | |
| 5.5. Mandato classista | |
| **6. Outras situações (Especificar o ato normativo)** | |
| **7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)** | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

### Tipologias dos Cargos

**Cedidos**: Servidores da UJ que em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão encontravam-se cedidos unidade ou órgão de outro quadro, tomando-se por referência o disposto no art. 93, caput, da Lei n.º 8.112/90 e dividindo-se em:

- **Exercício de Cargo em Comissão**: servidores cedidos à outra UJ para ocuparem cargo em comissão;
- **Exercício de Função de Confiança**: servidores cedidos à outra UJ para o exercício de função de confiança;
- **Outras Situações Previstas em leis específicas**: servidores cedidos à outra UJ em razão de casos previstos em leis específicas. Neste caso, especificar a lei orientadora.

**Afastamentos:** Servidores que em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão encontravam-se afastados pelos seguintes motivos especificados nos arts. 94, 95, 96 e 96-A da Lei 8.112/90:

- **Para Exercício de mandato eletivo:** servidores que estejam deslocados em decorrência de investidura em cargo eletivo (art. 94);
- **Para Estudo ou missão no exterior:** servidor ausente do País para estudo ou missão oficial (art. 95);
- **Para Serviço em Organismo Internacional:** servidor deslocado para prestar serviço em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere (art. 96);

- **Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País:** servidor que, no interesse da administração, esteja afastado para participar de programa de pós-graduação no Brasil.

**Removidos**: Servidores da UJ em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão encontravam-se deslocados para outro quadro, tomando-se por referência o disposto no art. 36, da Lei n.º 8.112/90, segregando-se em:

- **De ofício, no interesse da administração**: servidores removidos da UJ, de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede;
- **A pedido, a critério da administração:** Servidores removidos da UJ, a pedido, segundo a discricionariedade da administração;
- **A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro:** Servidores da UJ que foram removidos segundo o interesse do servidor de acompanhar cônjuge/companheiro que tenha sido deslocado no interesse da administração;
- **A pedido, independentemente do interesse da Administração, por motivo de saúde:** servidores removidos a pedido, independentemente do interesse da administração, por motivo de saúde do próprio servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas;
- **A pedido, independentemente do interesse da Administração, por processo seletivo:** servidores removidos em razão de processo seletivo, promovido de acordo com normas preestabelecidas para a UJ.

**Licença remunerada**: Servidores da UJ que estavam em gozo de licença remunerada em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão, considerando-se, como referência, as modalidades previstas nos arts. 83 e 87 da Lei n.º 8.112/90:

- **Doença pessoa da família**: servidores que se encontram em licença remunerada em virtude de doença em pessoa da família;
- **Capacitação**: servidores que se encontram em licença remunerada em virtude da realização de curso de capacitação profissional.

**Licença não remunerada**: Servidores da UJ que estavam em gozo de licença não remunerada em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão, considerando-se, como referência, o disposto nas modalidades fixadas no art. 84, 85, 86, 91 e 92 da Lei n.º 8.112/90:

- **Afastamento do cônjuge ou companheiro**: servidores em gozo de licença não remunerada para acompanhar cônjuge que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo (art. 84);
- **Serviço militar**: servidores em gozo de licença não remunerada em razão de convocação para o serviço militar (art. 85);
- **Atividade política**: servidores em gozo de licença não remunerada em razão das atividades de candidato a cargo eletivo (art. 86);
- **Interesse particular**: servidores licenciados da UJ para o trato de assuntos particulares (art. 91);
- **Mandato classista**: servidores licenciados da UJ para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, entre outros (art. 92).

**Outras situações**: Outras situações que não se enquadrem nos conceitos mencionados. Nesse caso, a UJ deverá especificar cada caso em uma nova linha no Quadro para cada natureza de afastamento que não se enquadre dentre as naturezas antes descritas.

**Total de servidores afastados em 31 de dezembro:** Somatório de todas as tipologias de afastamento.

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

O Quadro A.5.3 abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ, baseando-se na estrutura apresentada no Quadro A.5.1.

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

| Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas | Lotação | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|---|---|---|---|---|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| **1. Cargos em comissão** | | | | |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | | | | |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior | | | | |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | | | | |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | | | | |
| 1.2.4. Sem vínculo | | | | |
| 1.2.5. Aposentados | | | | |
| **2. Funções gratificadas** | | | | |
| 2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | | | | |
| 2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | | | | |
| **3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)** | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

### Tipologias dos Cargos

**Cargos em comissão:** Servidores que ingressaram na UJ mediante o instituto do provimento em comissão, tomando-se por referência o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112/90, nas diversas tipologias de cargos previstas na legislação vigente, quais sejam: Cargos de Natureza Especial; Grupo Direção e Assessoramento superior; Funções gratificadas, segundo as especificações a seguir:

- **Cargos de Natureza Especial:** Para efeito deste demonstrativo, cargos de natureza especial são os seguintes: Secretários Especiais da Presidência da República; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Secretário-Geral de Contencioso; Secretário-Geral de Consultoria; Subdefensor Público Geral da União; Presidente da Agência Espacial Brasileira e Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios;
- **Grupo Direção e Assessoramento superior:** Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento superior (DAS), dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em cinco (5) tipos diferentes, a saber:
    - **Servidores de carreira vinculada ao órgão:**servidores de carreira que estão vinculados diretamente à UJ ou ao órgão supervisor da UJ;
    - **Servidores de carreira em exercício descentralizado:** servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades em outros órgãos da administração mediante exercício descentralizado de atividade;
    - **Servidores de outros órgãos e esferas:** servidores que ocupam cargo DAS na UJ, mas cujo cargo de origem está vinculado a outros órgãos e esferas, por exemplo: servidores originários de estados e municípios;
    - **Sem vínculo:** servidores que anteriormente ao exercício do cargo DAS não mantinham vínculo de qualquer espécie com a administração pública;
    - **Aposentados:** servidores aposentados da Administração Pública e que exercem cargo DAS.
- **Funções Gratificadas:** Servidores ocupantes de cargos de Função gratificada, exclusivos de servidores públicos efetivos, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em três (3) subtipos diferentes, quais sejam: Servidor de carreira vinculada ao órgão; Servidor de carreira em exercício descentralizado; Servidor de outros órgãos e esferas, segundo a seguinte especificação:

- **Servidores de carreira vinculada ao órgão:** servidores de carreira que tenham sido vinculadas diretamente à UJ ou ao órgão supervisor da UJ;
- **Servidor de carreira em exercício descentralizado:** servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na UJ mediante exercício descentralizado de atividade;
- **Servidor de outros órgãos e esferas:** servidores que exercem atividades na UJ em razão de haverem sido requisitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na UJ, tomando-se por referência o disposto no art. 93, inciso I, da Lei n.º 8.112/90.

**Lotação**

**Autorizada:** Lotação autorizada por lei, quando for o caso, para provimento de cargos em comissão ou função gratificada na UJ. Se para uma determinada tipologia de cargo em comissão ou função gratificada não houver lotação autorizada por lei, esta coluna deve ser preenchida coma a expressão "**não há**".

**Efetiva:** Lotação efetiva de cargos em comissão e de função gratificada na UJ. Deve ser demonstrada a quantidade de pessoas que efetivamente ocupam cargo ou função de alguma das tipologias indicadas nas linhas.

**Ingressos no exercício:** Número de servidores que ingressaram em cada uma das tipologias no exercício de referência.

**Egressos no exercício:** Número de servidores que saíram, considerando cada uma das tipologias, no exercício de referência.

**Total de servidores em cargo e em função:** Totalidade da força de trabalho da UJ composta por servidores com provimento em comissão e funções gratificadas. Devem ser totalizadas somente as colunas "Lotação Efetiva", "Ingressos..." e "Egressos...).

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

O Quadro A.5.4 a seguir visa a demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da UJ. Este Quadro segue estrutura semelhante às dos Quadros A.5.1 e A.5.3, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo a faixa etária. Deve retratar a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência.

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| **1. Provimento de cargo efetivo** | | | | | |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira | | | | | |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | | | | | |
| **2. Provimento de cargo em comissão** | | | | | |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | | | | | |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | |
| 2.3. Funções gratificadas | | | | | |
| **3. Totais (1+2)** | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Provimento de cargo efetivo:** Total de servidores que compõem o quadro de pessoal da UJ de acordo com quatro (4) possíveis tipologias de cargo, quais sejam: membros de poder e agentes políticos; servidores de carreira; servidores com contratos temporários, que acrescem força de trabalho à UJ:

- **Membros de poder e agentes políticos:** São os titulares dos órgãos do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União e os titulares dos cargos estruturais à organização política do País, compreendendo no âmbito federal o Presidente da República e respectivo vice, os

auxiliares imediatos dos Chefes de Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores e Deputados federais;

- **Servidores de Carreira:** Somatório dos servidores de carreira ocupantes de cargo efetivo.
- **Servidores com Contratos Temporários:** Servidores em regime de contrato temporário com a Administração Pública nos termos da Lei n.º 8.745/93, com as modificações da Lei n.º 9.849/99 e Lei n.º 10.667/2003.

**Provimento de cargo em comissão:** Servidores que ingressaram na UJ mediante o instituto do provimento em comissão previsto no art. 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112/90, nas diversas tipologias de cargos previstas na legislação vigente, quais sejam: Cargos de Natureza Especial; Grupo Direção e Assessoramento superior; Funções gratificadas:

- **Cargos de Natureza Especial:** Para efeito deste demonstrativo são cargos de natureza especial os seguintes: Secretários Especiais da Presidência da República; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Secretário-Geral de Contencioso; Secretário-Geral de Consultoria; Subdefensor Público Geral da União; Presidente da Agência Espacial Brasileira e Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios;
- **Grupo Direção e Assessoramento superior:** Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento superior (DAS);
- **Funções Gratificadas:** Servidores ocupantes de cargos de Função gratificada, exclusivos de servidores públicos efetivos.

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

O Quadro A.5.5 a seguir visa a demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da UJ. Este Quadro segue estrutura semelhante às dos Quadros A.5.1 e A.5.3, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo o nível de escolaridade. Deve retratar a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência.

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de pessoas por nível de escolaridade | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| **1. Provimento de cargo efetivo** | | | | | | | | | |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira | | | | | | | | | |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | |
| **2. Provimento de cargo em comissão** | | | | | | | | | |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | |
| 2.3. Funções gratificadas | | | | | | | | | |
| **3. Totais (1+2)** | | | | | | | | | |

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Provimento de cargo efetivo:** Total de servidores que compõem o quadro de pessoal da UJ de acordo com quatro (4) possíveis tipologias de cargo, quais sejam: membros de poder e agentes políticos; servidores de carreira; servidores com contratos temporários, que acrescem força de trabalho à UJ; e servidores cedidos e em licença, que provocam a redução da força de trabalho da UJ:

- **Membros de poder e agentes políticos:** São os titulares dos órgãos do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União e os titulares dos cargos estruturais à organização política do País, compreendendo no âmbito federal o Presidente da República, e respectivo vice, os auxiliares

imediatos dos Chefes de Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores e Deputados federais.

- **Servidores de Carreira:** Somatório dos servidores de carreira ocupantes de cargo efetivo.
- **Servidores com Contratos Temporários:** Servidores em regime de contrato temporário com a Administração Pública nos termos da Lei n.º 8.745/93, com as modificações da Lei n.º 9.849/99 e Lei n.º 10.667/2003.

**Provimento de cargo em comissão:** Servidores que ingressaram na UJ mediante o instituto do provimento em comissão previsto no art. 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112/90, nas diversas tipologias de cargos previstas na legislação vigente, quais sejam: Cargos de Natureza Especial; Grupo Direção e Assessoramento superior; Funções gratificadas:

- **Cargos de Natureza Especial:** Para efeito deste demonstrativo são cargos de natureza especial os seguintes: Secretários Especiais da Presidência da República; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Secretário-Geral de Contencioso; Secretário-Geral de Consultoria; Subdefensor Público Geral da União; Presidente da Agência Espacial Brasileira e Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios;
- **Grupo Direção e Assessoramento superior:** Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento superior (DAS);
- **Funções Gratificadas:** Servidores ocupantes de cargos de Função gratificada, exclusivos de servidores públicos efetivos.

**Quantidade de pessoas por nível de escolaridade:** para a quantificação das pessoas em cada nível de escolaridade, a UJ deve considerar sempre o nível mais alto de escolaridade de cada pessoa.

Os níveis de escolaridade correspondem a:

1 - Analfabeto;
2 - Alfabetizado sem cursos regulares;
3 - Primeiro grau incompleto;
4 - Primeiro grau;
5 - Segundo grau, ensino médio ou técnico;
6 - Superior;
7 - Aperfeiçoamento, Especialização ou Pós-Graduação;
8 - Mestrado;
9 - Doutorado (inclui PhD, Livre Docência e Pós Doutorado);
10 - Não Classificada.

## 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A composição do quadro de servidores inativos e pensionistas da UJ somente deverá ser preenchida por aquelas que detenham, entre as suas unidades administrativas, a unidade responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas. As informações sobre o Quadro de Servidores Inativos devem ser prestadas considerando dois quadros a seguir: o primeiro compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

O **Quadro A.5.6** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo e compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em quatro (4) regimes de aposentadoria, cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores na UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de referência, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

| Regime de proventos / Regime de aposentadoria | Quantidade | |
|---|---|---|
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência |
| **1. Integral** | | |
| 1.1 Voluntária | | |
| 1.2 Compulsória | | |
| 1.3 Invalidez Permanente | | |
| 1.4 Outras | | |
| **2. Proporcional** | | |
| 2.1 Voluntária | | |
| 2.2 Compulsória | | |
| 2.3 Invalidez Permanente | | |
| 2.4 Outras | | |
| **3. Totais (1+2)** | | |

Fonte:

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Integral –** Regime de proventos no qual o provento recebido pelo servidor e membro de Poder não sofre redução em relação à remuneração recebida na atividade.

**Voluntária:** Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1°, inciso III, da Constituição Federal.

**Compulsória:** Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1°, inciso II, da Constituição Federal.

**Invalidez Permanente:** Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1°, inciso I, da Constituição Federal.

**Outras:** Regime de aposentadoria não previsto no art. 40, § 1°, da Constituição Federal.

**Proporcional** – Regime de proventos no qual o provento recebido pelo servidor sofre redução em relação à remuneração recebida na atividade.

**Voluntária:** Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1°, inciso III, da Constituição Federal.

**Compulsório:** Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1°, inciso II, da Constituição Federal.

**Invalidez Permanente:** Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1°, inciso I, da Constituição Federal.

**Outras:** Regime de aposentadoria não previsto no art. 40, § 1°, da Constituição Federal.

**Quantidade de servidores Aposentados até 31/12:** Número de servidores aposentados, acumulado até 31/12 e que nessa data ainda figuravam na folha de pagamento da UJ, considerando os regimes de provento e de aposentadoria indicados.

**Quantidade de Aposentadorias iniciadas no exercício de referência:** Número de aposentadorias de servidores da UJ iniciadas no exercício de referência do relatório de gestão, considerando cada um dos regimes de provento e de aposentadoria.

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

O **Quadro A.5.7** abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, nas linhas, são discriminados os regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, devem ser informados os quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Regime de proventos do servidor instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---|---|---|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no exercício de referência |
| **1. Aposentado** | | |
| 1.1. Integral | | |
| 1.2. Proporcional | | |
| **2. Em Atividade** | | |
| **3. Total (1+2)** | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Regime de proventos o servidor instituidor**

**Aposentado Integral** – Regime de proventos no qual o servidor instituidor encontrava-se no momento do fato gerador da pensão, caracterizado pelo recebimento de provento sem redução em relação à remuneração recebida na atividade.

**Aposentado Proporcional** – Regime de proventos no qual o servidor instituidor encontrava-se no momento do fato gerador da pensão, caracterizado pelo recebimento de provento com redução em relação à remuneração recebida na atividade.

**Em Atividade** – Quando o instituidor de pensão encontrava-se em atividade no momento do fato gerador da pensão.

**Quantidade de Beneficiários de Pensão Acumulada até 31/12:** Nesta coluna deve ser informado o número de beneficiários das pensões dos servidores que figuravam na folha de pagamento da UJ em 31/12, independentemente de quando tenha se iniciado o benefício, discriminado por regime de proventos originários do servidor.

**Quantidade de Beneficiários de Pensão Iniciada no exercício de referência:** Nesta coluna deve ser informado o número de beneficiários das pensões iniciadas no exercício de referência do relatório de gestão, discriminado por regime de proventos originários do servidor.

## 5.3 Composição do Quadro de Estagiários

A composição do quadro de estagiários da UJ somente deverá ser preenchida pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de estagiários. O Quadro A.5.8 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício (em R$ 1,00) |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| **1. Nível superior** | | | | | |
| 1.1 Área Fim | | | | | |
| 1.2 Área Meio | | | | | |
| **2. Nível Médio** | | | | | |
| 2.1 Área Fim | | | | | |
| 2.2 Área Meio | | | | | |
| **3. Total (1+2)** | | | | | |

Fonte:

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:**

**Nível de Escolaridade:** O nível de escolaridade se divide em superior, equivalente a formação acadêmica de 3º grau, e nível médio, correspondente à formação acadêmica de 2º grau.

**Área Fim:** Área de atividades da UJ correspondente as suas finalidades e objetivos precípuos.

**Área Meio:** Área de atividades da UJ que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas.

**Quantitativo de Contratos de estágio vigentes**: A UJ deve informar a quantidade de contratos de estágio que se encontravam vigentes no final de cada trimestre do exercício de referência.

**Despesa no exercício:** Gastos incorridos no exercício com o pagamento de estagiários.

## 5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal da UJ deverá ser demonstrada por meio do Quadro A.5.9 a seguir, onde serão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores.

**Notas:**
O preenchimento do Quadro de custos de recursos humanos deverá considerar cada grupo de informação, preenchendo-se os sete (7) itens de informação a seguir descritos para os exercícios de 2009, 2010 e 2011, observando-se o seguinte:

- nos itens que não se aplicarem à UJ deve ser informado valore "zero";
- ainda que a UJ use terminologia diferente, os custos remuneratórios incorridos devem ser informados, em sua totalidade, por meio das rubricas constantes em cada grupo de informação;
- os custos previdenciários (parte patronal) e o pagamento de FGTS devem ser desconsiderados;

• Para melhor apresentação das informações exigidas nos Quadros A.5.9 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto. O Quadro A.5.9 abaixo está com a fonte e os espaços reduzidos para fins de publicação, porém, a UJ deve utilizar a fonte 10 e o *Layout* em "Paisagem".

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R$ 1,00

| Tipologias/ Exercícios | | Vencimentos e vantagens fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e previdenciários | Demais despesas variáveis | | | |
| **Membros de poder e agentes políticos** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| **Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| **Servidores com Contratos Temporários** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| **Servidores Cedidos com ônus ou em Licença** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| **Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| **Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| **Servidores ocupantes de Funções gratificadas** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Vencimentos e vantagens fixas** - Valores pagos a título de vencimento e vantagens fixas, incluídos os valores pagos a título de vantagens pessoais, nominalmente identificadas como anuênios e décimos, previstos nos arts. 40, 244 e 62-A, da Lei nº 8.112/90, respectivamente;

**Retribuições** - Valores pagos a título de retribuições, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.112/90;

**Gratificações** - Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos II e IX, da Lei n.º 8.112/90. Incluem-se nesta rubrica as gratificações pagas aos juízes eleitorais, promotores eleitorais a título de pró-labore;

**Adicionais** - Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, da Lei n.º 8.112/90. Incluem-se ainda nesta rubrica os valores relativos aos Adicionais de Qualificação e por tempo de serviço;

**Indenizações** - Valores pagos a título das indenizações previstas no art. 51 da Lei n.º 8.112/90. Incluem-se nesta rubrica os valores relativos a Auxílio-Alimentação, Assistência Pré-Escolar e ao pagamento de diárias;

**Benefícios Assistenciais e previdenciários:** Valores pagos a título de assistência médica e abono permanência, previsto na EC n.º 41/2003. Devem ser também considerados nesta rubrica os valores pagos relativamente a auxílios natalidade e funeral e salário-família;

**Demais despesas variáveis:** Valores pagos aos servidores que não se enquadram nos títulos anteriores.

**Despesas de exercícios anteriores:** Valores pagos no exercício que se referem a direitos adquiridos pelo servidor em exercício anterior ao de referência do relatório de gestão, independentemente da rubrica.

**Decisões judiciais:** Valor pago a servidores da UJ em decorrência de decisão judicial, independentemente da rubrica.

## 5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da unidade jurisdicionada devem ser tratadas considerando os cinco quadros a seguir. O primeiro trata da quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade; o segundo trata da relação dos empregados terceirizados substituídos; o terceiro contempla os atos que tenham autorizado a realização de concursos e provimentos adicionais; o quarto trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; o terceiro trata da locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

### 5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

| Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados | Quantidade no final do exercício | | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2009 | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| **Análise crítica da situação da terceirização no órgão** | | | | | |
| | | | | | |

Fonte:

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos da UJ em que há ocorrência de servidores terceirizados:** Nas linhas do Quadro devem ser relacionados os nomes dos cargos ou atividades típicas do plano de cargos do órgão de vinculação da UJ que estejam sendo ocupados ou executados, em 31 de dezembro do exercício de referência e dos dois exercícios anteriores, de forma indireta por pessoas em decorrência de contratação de mão de obra.

**Quantidade no final do exercício:** Devem ser informadas, para cada cargo ou atividade, as quantidades de servidores que se enquadravam nas respectivas situações no final dos três exercícios especificados.

**Ingressos no exercício:** Número de pessoas contratadas no exercício de referência do relatório de gestão para o exercício de cargos ou atividades contemplados no plano de cargos do órgão a que se vincula a unidade.

**Egressos no exercício:** Número de pessoas que ocupavam cargo ou exerciam atividade contemplada no plano de cargos do órgão em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência do relatório de gestão e que foram dispensadas, sem reposição, no exercício de referência do relatório.

**Análise crítica da situação da terceirização no órgão:** Na análise crítica da situação, a UJ deve contemplar, entre outras informações que julgar conveniente, as seguintes:

a) Dispositivo legal, se houver, que ampara a contratação de pessoas de forma indireta para o exercício de cargos ou atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão;

b) Medidas adotadas para a completa substituição das pessoas terceirizadas por servidores contratados por meio de concurso público, caso a terceirização na esteja amparada por ato legal ou normativo específico;

c) Em relação à letra "b" acima, caso a UJ tenha recorrido a instâncias internas ou externas para a adoção das medidas necessárias à substituição, a UJ deve informar os dados dos documentos expedidos: tipo, número, destinatário, síntese da solicitação, resposta obtida, etc.;

d) No caso das unidades integrantes da Administração Direta, Fundacional e Autárquica do Poder Executivo Federal, a UJ deve informar a data de publicação, no D.O.U., da relação dos

empregados terceirizados dispensados no exercício de referência do relatório de gestão e no anterior, de acordo com os dispositivos da Portaria Interministerial MP/CGU nº 494/2009.

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

| Nome do empregado terceirizado substituído | Cargo que ocupava no órgão | Data do D.O.U. de publicação da dispensa |
|---|---|---|
| | | |
| | | |
| | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Nome do empregado terceirizado substituído:** Nome completo dos empregados que foram dispensados previamente à nomeação de servidores selecionados por concurso público ou cujo provimento adicional tenha sido autorizado pelo órgão competente. Relacionar os empregados dispensados em razão da substituição no exercício de referência do relatório de gestão e no imediatamente anterior.

**Cargo que ocupava no órgão:** Nome do cargo que o empregado substituído ocupava no momento da substituição.

Data do D.O.U. de publicação da dispensa: Informar a data da edição do Diário Oficial da União em que houve a publicação da dispensa de cada empregado terceirizado.

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

O Quadro A.5.11 a seguir deve ser preenchido somente pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por outro órgão autorizador equivalente nos demais Poderes da União.

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

| Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional | Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores | | Quantidade autorizada de servidores |
|---|---|---|---|
| | Número | Data | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Nome do órgão autorizado a realizar concurso ou provimento adicional:** Nome do órgão ao qual tenha sido autorizada, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou órgão equivalente nos demais Poderes da União, a realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de empregados terceirizados.

**Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores:** Informar o tipo, número e data do ato autorizador da realização do concurso público ou provimento adicional para a substituição dos funcionários terceirizados. Devem ser considerados os atos publicados no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois imediatamente anteriores.

**Quantidade autorizada de servidores:** Quantidade de servidores cuja contratação foi autorizada pelo ato, exclusivamente para substituir empregados terceirizados.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

O **Quadro A.5.12** abaixo compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2011, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011, mesmo que não efetivados no exercício.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.5.10 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão:** | | | | **CNPJ:** | | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período contratual de execução das atividades contratadas** | | **Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | | |
| **LEGENDA**<br>**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.<br>**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.<br>**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.<br>**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Unidade Contratante**

**Nome:** Nome atribuído à unidade contratante.

**UG/Gestão**: Código de identificação da unidade gestora e da gestão utilizada no caso da unidade contratante ser órgão da administração direta.

**CNPJ**: Código de identificação junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil caso a unidade contratante seja da Administração Indireta.

**Informações sobre os contratos**

**Ano do contrato:** Ano em que foi celebrado o contrato de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva pela unidade contratante.

**Área:** Área do contrato Limpeza e Higiene (L) ou Vigilância ostensiva (V).

**Natureza:** Natureza do contrato, podendo ser Ordinária (O) ou Emergencial (E).

**Identificação do Contrato:** Código de identificação do contrato de terceirização adotado pela Unidade Contratante.

**Empresa contratada (CNPJ):** Código no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada para o fornecimento de mão de obra terceirizada.

**Período contratual de execução das atividades contratadas:** Datas de início e fim do contrato.

**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados:** Número de servidores suportados pelo contrato de prestação de serviço, descriminado por nível mínimo de escolaridade exigido (F - Fundamental, M - Médio ou S - Superior), distinguindo-se, para cada nível o número de contratações previstas no contrato (P) e a quantidade efetiva de funcionários contratados (C).

**Sit.:** Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

**Observações:** Comentários a critério do gestor.

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

O **Quadro A.5.13** abaixo compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra que tiveram em vigência no exercício de 2011, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste Quadro os contratos relativos a Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no Quadro A.5.12 anterior.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.5.13 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão:** | | | | | **CNPJ:** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período contratual de execução das atividades contratadas** | | **Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | |

**LEGENDA**

**Área:**
1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móvies
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

### Unidade Contratante

**Nome:** Nome atribuído à unidade contratante.

**UG/Gestão**: Código de identificação da unidade gestora e da gestão utilizada no caso da unidade contratante ser órgão da administração direta.

**CNPJ**: Código de identificação junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil caso a unidade contratante seja da Administração Indireta.

### Informações sobre os contratos

**Ano de celebração do contrato:** Ano em que foi celebrado o contrato de locação de mão de obra.

**Nat.:** Natureza do contrato, podendo ser Ordinária (O) ou Emergencial (E).

**Identificação do Contrato:** Código de identificação do contrato de terceirização adotado pela Unidade Contratante.

**Empresa contratada (CNPJ):** Código no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada pela UJ para o fornecimento de mão de obra terceirizada.

**Período contratual de execução das atividades contratadas**: Datas de início e fim do contrato.

**Área das atividades contratadas:** Neste campo deverão ser relacionadas todas as naturezas de atividades desenvolvidas pelos trabalhadores contratados, bem como os quantitativos de pessoal previsto e contratado, descriminados por nível de escolaridade.

**Área:** indicar o número correspondente à área do contrato, conforme leganda no Quadro.

**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados:** Número de servidores suportados pelo contrato de prestação de serviço por área, descriminado por nível mínimo de escolaridade exigido (F - Fundamental, M - Médio ou S - Superior), distinguindo-se, para cada nível o número de contratações previstas no contrato (P) e a quantidade efetiva de funcionários contratados (C).

**Sit.:** Situação do contrato, podendo ser Ativo-Normal (A), Ativo-Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

**Observações:** Comentários de interesse do gestor.

## 5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A UJ que seja responsável pela área de recursos humanos, ou que tenha entre as UJ consolidadas uma com essa responsabilidade, deve informar os indicadores dos quais se utiliza para tal gerenciamento. As UJ que não tenham indicadores desenvolvidos para a área de pessoal devem fazer constar essa informação no Relatório de Gestão e informar se há previsão de desenvolvê-los.

Os indicadores deverão ser informados de modo a explicitar os padrões utilizados, os objetos mensurados, os objetivos e metas fixados e, por fim, as conclusões quantitativas e qualitativas daí decorrentes sobre a gestão de recursos humanos.

Em especial, mas sem prejuízo de outros indicadores que a UJ tenha desenvolvido e considere adequado informar, interessam aqueles que tratem dos seguintes temas, caso o órgão os tenha construído:

- Absenteísmo;
- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;
- Rotatividade (*turnover*);
- Educação Continuada;
- Disciplina;
- Aposentadoria *versus* reposição do quadro.

## 6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

**Objetivo:** Obter Informações sobre as transferências realizadas pela UJ no exercício de referência do relatório de gestão mediante convênios, contratos de repasse, termos de cooperação, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, de modo a se avaliar as ações de controle e acompanhamento efetuadas pela UJ sobre essas modalidades de transferências financeiras a terceiros.

**Estrutura de Informação:** A informação está estruturada de modo a se obter, mediante o preenchimento de cinco (5) quadros, o detalhamento dos valores transferidos, bem como as ações destacadas para o controle e acompanhamento dessas transferências.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que realizaram transferências a título de convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição no exercício de referência do relatório de gestão.

**Referências:**

- Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (LRF);
- Lei nº 4320/64;
- Lei nº 6.404/76;
- Lei nº 12.309, de 09/08/2010 (LDO 2011);
- Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007;
- Decreto nº 6.170/2007;
- Decreto nº 93.872/86;
- Decreto 6.708/2008;
- Decreto 6.993/2010;
- Portaria MPOG nº 265/2001;
- Portaria Interministerial nº 163, de 2001;
- Manual Técnico de Orçamento para 2010.

## 6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

### 6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

O **Quadro A.6.1** abaixo contempla os valores das transferências vigentes no exercício de referência do relatório de gestão. A UJ deverá informar, por concedente ou contratante, o conjunto de instrumentos de transferências vigentes no exercício, informando o tipo e identificação da transferência, a identificação do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerados todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência registrada no Sistema SIAFI ou outro sistema equivalente. Deve ser elaborado um quadro específico para cada concedente ou contratante que compor o Relatório de Gestão.

Os instrumentos de transferência classificados como Termo de Parceria não devem ser tratados neste item, devendo a UJ observar, para esse tipo de transferência, o item 38 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.6.1 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto. Também, em razão da provável extensão, recomenda-se que esse Quadro seja aposto no capítulo de anexos, fazendo-se as devidas referências no corpo do relatório de gestão.

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

| **Unidade Concedente ou Contratante** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | | | | | |
| **CNPJ:** | | | **UG/GESTÃO:** | | | | | | |
| **Informações sobre as transferências** | | | | | | | | | |
| **Modalidade** | **Nº do instrumento** | **Beneficiário** | **Valores Pactuados** | | **Valores Repassados** | | **Vigência** | | **Sit.** |
| | | | **Global** | **Contrapartida** | **No exercício** | **Acumulado até exercício** | **Início** | **Fim** | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

**LEGENDA**

**Modalidade:**
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Unidade Concedente ou Contratante:** preencher com a denominação ou a razão social, com o código da UG do Sistema SIAFI (se houver) e com o CNPJ (se houver) da UJ concedente ou contratante. Se o concedente ou contratante for um consórcio, deverão ser identificados todos os membros que o compõem.

**Informações sobre as transferências voluntárias**

Neste item, devem ser informados todos os instrumentos de transferências que tenham como polo ativo (contratante, concedente, etc.) uma UJ que estiver apresentando o Relatório de Gestão ou que componha o conjunto de unidades relacionadas no Relatório e que tenha vigido, por qualquer tempo, no exercício de 2011. Deve contemplar, inclusive, os instrumentos cuja vigência irá se prolongar para exercícios seguintes ao de referência.

**Modalidade:** identifica a modalidade de transferência realizada e deve ser preenchida com o código correspondente abaixo:

1 - Convênio: acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de cooperação mútua;

2 - Contrato de Repasse: instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal atuando como mandatário da União;

3 - Termo de Cooperação: instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente;

4 - Termo de Compromisso: instrumento pelo qual é realizada a transferência obrigatória de recursos para o PAC, nos termos da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

**Nº do Instrumento**: número pelo qual o instrumento utilizado para a transferência (contrato, convênio, termo, etc.) é identificado nos controles da UJ ou nos sistemas pertinentes.

**Beneficiário:** informar o CNPJ, CPF ou UG (não informar o nome) principal do beneficiário caso seja pessoa jurídica, pessoa física ou órgão da administração, respectivamente.

**Valores Pactuados**: informar os valores pactuados no ato da assinatura do instrumento, conforme a seguir:

- **Global:** informar o valor total pactuado, considerados todos os termos aditivos ao termo original da transferência;
- **Contrapartida Pactuada:** Valor da contrapartida em Reais (R$). Caso a contrapartida seja não financeira (efetuada em bens e serviços) deve-se fazer a conversão em moeda de acordo com as cláusulas do instrumento.

**Valores repassados:** informar os valores repassados relativamente a cada um dos instrumentos de transferência, observando-se o seguinte:

- **No exercício**: informar, para cada instrumento de transferência, o valor total de recursos transferidos **no exercício de referência do relatório de gestão;**
- **Acumulado até o exercício:** informar, para cada instrumento de transferência, o valor total dos recursos transferidos **em qualquer época de sua vigência**, acumulado até o final do exercício de referência do Relatório de Gestão.

**Vigência:** A vigência está dividida em dois (2) campos: Início – correspondendo a data de início da execução do instrumento de transferência; e Fim – correspondendo a data prevista para o seu término, considerando-se todos os termos aditivos.

**Situação:** Informar a situação de cada instrumento de transferência de acordo com a classificação a seguir:

1 - **Adimplente:** indica que a transferência voluntária está em execução normal;

2 - **Inadimplente:** indica que o convenente encontra-se inadimplente perante o concedente, seja pelo descumprimento de prazos, seja pela falta de apresentação de documentação necessária à prestação de contas;

3 - **Inadimplência Suspensa:** indica que um convênio que, anteriormente inadimplente, teve a inadimplência suspensa em razão de recursos administrativo ou judicial;

4 - **Concluído:** indica que o convênio foi concluído a termo dentro do exercício de referência;

5 - **Excluído:** indica que o instrumento foi excluído em razão de ter sido cadastrado com erro ou indevidamente;

6 - **Rescindido:** indica que o instrumento foi rescindido por descumprimento de cláusulas pactuadas, principalmente em razão de: a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho; b) aplicação dos recursos no mercado financeiro; e c) falta de apresentação das Prestações de Contas Parciais e Final, nos prazos estabelecidos;

7 - **Arquivado:** indica que o convênio foi arquivado nos termos do artigo 17 do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, ou nos termos da IN TCU nº 56/2008.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

O **Quadro A.6.2** abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2011, 2010 e 2009, sendo que os valores devem se referir à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | | |
| **CNPJ:** | | | | | | |
| **UG/GESTÃO:** | | | | | | |
| **Modalidade** | **Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício** | | | **Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R$ 1,00)** | | |
| | **2011** | **2010** | **2009** | **2011** | **2010** | **2009** |
| **Convênio** | | | | | | |
| **Contrato de Repasse** | | | | | | |
| **Termo de Cooperação** | | | | | | |
| **Termo de Compromisso** | | | | | | |
| **Totais** | | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Unidade Concedente:** vale a mesma descrição do **Quadro A.6.1.**

**Modalidade:** vale a mesma descrição do **Quadro A.6.1.**

**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício:** Número total de instrumentos de transferências celebrados nos exercício de 2011, 2010 e 2009, por modalidade de transferência.

**Valores repassados em cada exercício em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento:** Montante de recursos repassados nos exercício de 2011, 2010 e 2009, por modalidade da transferência, independentemente do ano de celebração do instrumento motivador da transferência.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

O **Quadro A.6.3** abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os valores já repassados e a serem transferidos, relativos aos instrumentos que permanecerão vigentes no exercício de 2012 e seguintes.

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | |
| **CNPJ:** | | | **UG/GESTÃO:** | | |
| **Modalidade** | **Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes** | **Valores (R$ 1,00)** | | | **% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011** |
| | | **Contratados** | **Repassados até 2011** | **Previstos para 2012** | |
| **Convênio** | | | | | |
| **Contrato de Repasse** | | | | | |
| **Termo de Cooperação** | | | | | |
| **Termo de Compromisso** | | | | | |
| **Totais** | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Unidade Concedente:** vale a mesma descrição do **Quadro A.6.1**.

**Modalidade:** vale a mesma descrição do **Quadro A.6.1**.

**Quantidade de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes:** Número total de instrumentos de transferências cujos instrumentos continuarão vigentes no exercício de 2012 e nos exercícios seguintes, independentemente de terem vigido em 2011, tomando-se por base a situação de 31/12/2011, por modalidade da transferência.

**Valores:** demonstrar os valores relacionados aos instrumentos de cada modalidade que estarão vigentes no exercício de 2012, da seguinte forma:

- **Contratados:** Montante de recursos contratados relativos aos instrumentos que vigerão no exercício de 2012 e seguintes, por modalidade da transferência, considerados os termos aditivos;
- **Repassados até 2011:** Montante de recursos repassados, até o exercício de 2011, relativos aos instrumentos que vigerão no exercício de 2012 e seguintes, por modalidade de transferência;
- **Previstos para 2012**: Montante de recursos, relativos aos instrumentos que vigerão no exercício de 2012 e seguintes, a serem repassados em 2012, por modalidade de transferência.

**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011:** Razão entre os valores repassados até 2011 e os valores contratados ou pactuados nos instrumentos e termos aditivos, por modalidade de transferência.

## 6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

O **Quadro A.6.4** abaixo visa a demonstrar a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades. Dessa forma, a UJ deve identificar, por ano da prestação de contas, a quantidade de instrumentos "Convênios", "Termos de Cooperação" e "Contratos de Repasse", assim como os respectivos montantes, segmentando-os entre instrumentos que tiveram suas contas prestadas e instrumentos que não tiveram contas prestadas.

A data que deve ser considerada para identificar a prestação ou não das contas é 31/12/2011. Assim, o Quadro evidenciará a quantidade e o montante repassado dos instrumentos que, até o final do exercício de referência do Relatório, ainda não estavam com a prestação de contas atualizada pelo convenente ou contratado.

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R$ 1,00

| **Unidade Concedente** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | |
| **CNPJ:** | | **UG/GESTÃO:** | | | |
| **Exercício da prestação das contas** | **Quantitativos e montante repassados** | | **Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)** | | |
| | | | **Convênios** | **Termo de Cooperação** | **Contratos de Repasse** |
| **2011** | **Contas prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| | **Contas NÃO prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| **2010** | **Contas prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| | **Contas NÃO prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| **2009** | **Contas prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| | **Contas NÃO prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| **Anteriores a 2009** | **Contas NÃO prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| **Fonte:** | | | | | |

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Unidade Concedente:** vale a mesma descrição do **Quadro A.6.1**.

**Exercício da Prestação das Contas:** Exercício em que ocorreu a data limite para o convenente (no caso de convênio) ou contratado (no caso de contrato de repasse) prestar contas das transferências recebidas por meio desses instrumentos.

**Quantitativos e montantes repassados:** devem ser discriminados os quantitativos e montantes repassados relativos convênios e contratos de repasses, segmentando esses dados com base na prestação de contas, de forma a identificar a quantidade e o montante dos instrumentos com contas prestadas e sem contas prestadas, de acordo com a situação encontrada em 31/12/2011, conforme a seguir:

a) Em relação ao exercício de 2011, a informação deve ser segmentada em dois perfis: instrumentos com a prestação de contas a vencer; instrumentos com a prestação de contas vencida. No primeiro perfil, são exigidos somente a quantidade e o montante. Já no

segundo, as informações sobre **contas vencidas e prestadas** devem ser separadas daquelas relativas às **contas vencidas e ainda não prestadas**;

b) Para os instrumentos com contas vencidas nos exercícios de 2010 e 2009, devem ser fornecidas as informações separadas sobre os instrumentos com contas prestadas e com contas não prestadas;

c) Já em relação aos instrumentos cujas contas venceram antes de 2009, devem ser apresentadas informações somente sobre aqueles cujas contas ainda não haviam sido prestadas até o final de 2011.

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

O **Quadro A.6.5** contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, a UJ deve apresentar informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela UJ. A data de referência para definir se a conta foi analisada ou não é 31/12/2011.

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R$ 1,00

| **Unidade Concedente ou Contratante** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | |
| **CNPJ:** | | | **UG/GESTÃO:** | | |
| **Exercício da prestação das contas** | **Quantitativos e montantes repassados** | | | **Instrumentos** | |
| | | | | **Convênios** | **Contratos de Repasse** |
| **2011** | Quantidade de contas prestadas | | | | |
| | Com prazo de análise ainda **não** vencido | Quantidade | Contas analisadas | | |
| | | | Contas Não analisadas | | |
| | | Montante repassado (R$) | | | |
| | Com prazo de análise **vencido** | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | |
| | | | Quantidade Reprovada | | |
| | | | Quantidade de TCE | | |
| | | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | |
| | | | Montante repassado (R$) | | |
| **2010** | Quantidade de contas prestadas | | | | |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | | |
| | | Quantidade Reprovada | | | |
| | | Quantidade de TCE | | | |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante repassado (R$) | | | |
| **2009** | Quantidade de contas prestadas | | | | |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | | |
| | | Quantidade Reprovada | | | |
| | | Quantidade de TCE | | | |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante repassado | | | |
| **Exercícios anteriores a 2009** | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante repassado | | | |
| Fonte: | | | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Unidade Concedente:** vale a mesma descrição do **Quadro A.6.1**;

**Exercício da Prestação das Contas:** Exercício em que as contas foram prestadas pelo convenente ou contratado, independentemente de tal prestação ter sido feita no prazo, pois o que importa verificar aqui é o lapso temporal entre a prestação e a análise das contas. Assim, para demonstrar a qualidade do

gerenciamento feito pela UJ sobre as prestações de contas, são exigidas informações sobre cada exercício, conforme os passos a seguir:

1°) a UJ deve identificar todos os instrumentos de transferências na modalidade de convênio e de contrato de repasse cujas contas foram prestadas, dividindo-os em quatro blocos: prestadas em 2011; prestadas em 2010; prestadas em 2009; prestadas em exercícios anteriores a 2009 (neste caso importa saber somente das contas ainda não analisadas);

2°) as contas prestadas em 2011 devem ser divididas em contas com prazo de análise ainda não vencido e contas com prazo de análise vencido, relembrando que a data de referência é sempre o 31/12/2011:

- para as contas com o prazo de análise ainda **não vencido**, devem ser informados apenas a quantidade (de contas analisadas e não analisadas) e o montante de recursos repassados (total das contas cujo prazo de análise ainda não venceu);
- as contas com prazo de análise **vencido** devem ser separadas em: contas analisadas e contas não analisadas.
    - para as analisadas, informar a quantidade de contas aprovadas, reprovadas e de Tomadas de Contas Especiais – TCE instauradas;
    - para as não analisadas, informar apenas a quantidade e o montante repassado.

3°) para as contas apresentadas em 2010 e 2009, importa saber quantas foram prestadas, quantas foram analisadas e quantas não foram analisadas, assim como os montantes referentes a elas:

- para as contas analisadas, informar, em cada modalidade, a quantidade Aprovada, Reprovada e de instauração de TCE;
- para as contas não analisadas, informar apenas a quantidade e o montante de recursos repassado relativamente a elas.

4°) em relação às contas prestadas em exercícios anteriores a 2009, devem ser informados apenas a quantidade e o respectivo montante dos recursos repassados daquelas que ainda não sofreram análise por parte da UJ.

## 6.3 Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UJ.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado fazer, importa que a UJ informe sobre:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;
- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.445/2011, ou legislação que o altere;
- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;
- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;
- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;
- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;
- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

## 7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

**Objetivo:** Obter dos gestores responsáveis a declaração de que a totalidade dos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres tem seus dados inseridos e atualizados nos bancos de dados dos Sistemas Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, nos termos da Lei nº 12.309/2010.

**Estrutura de Informação:** A informação ser dada por meio de declaração conforme modelo adiante.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que tenham firmado contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres.

### 7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

**DECLARAÇÃO**

Eu, **(gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sitemas)**. CPF nº _____, **(cargo ocupado pelo responsável)**, exercido na **(nome da unidade responsável)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, ___ de _____ de 2012.

**(Nome do Gestor)**

**(CPF)**

**(Cargo/Unidade Jurisdicionada)**

## 8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto:** Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

**Objetivo:** Obter informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento, pelas unidades jurisdicionadas (UJ), das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/93.

**Estrutura de Informação:** O cumprimento das obrigações fixadas pela Lei nº 8.730/93 deve ser demonstrado pela UJ por intermédio de um Quadro, o qual especifica, dentro da classificação de cargos e funções obrigados pela referida Lei a entregar a DBR, a quantidade de pessoas submetidas à obrigação em cada um dos momentos: posse ou início do exercício na função ou cargo; fim do exercício de cargo; fim de exercício financeiro. Para cada uma desses momentos caracterizados pela Lei, a UJ deve apresentar a quantidade de pessoas submetidas à obrigação; a quantidade de pessoas que cumpriram a obrigação e a quantidade de pessoas que não cumpriram a obrigação. Além disso, a UJ deve apresentar, na forma de texto, considerações sobre o gerenciamento do cumprimento dos dispositivos da referida Lei.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta dos três (3) Poderes da União que tenham autoridades, servidores e empregados públicos em cargos e funções obrigados a entregar a DBR nos termos das Leis nºs 8.429/92 e 8.730/93.

**Referência Legal ou normativa:**

- Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
- Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA - TCU nº 65, de 20 de abril de 2011.

## 8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

O **Quadro A.8.1** abaixo compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR, discriminando, para cada momento em que a obrigação se concretiza, as quantidades de autoridades, titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei. Os campos devem ser preenchidos de acordo com as descrições a seguir especificadas, devendo-se levar em consideração o cruzamento das colunas relativas ao **"Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR"** (Posse ou Início do exercício da Função ou Cargo, Final do exercício da Função ou Cargo e Final do exercício financeiro) com as respectivas linhas (Autoridades, Cargo Eletivo, Cargo de Confiança, Emprego de Confiança e Função de Confiança).

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

| Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR | Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo | Final do exercício da Função ou Cargo | Final do exercício financeiro |
| **Autoridades** (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | | | |
| | Entregaram a DBR | | | |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |
| **Cargos Eletivos** | Obrigados a entregar a DBR | | | |
| | Entregaram a DBR | | | |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |
| **Funções Comissionadas** (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | | | |
| | Entregaram a DBR | | | |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |

Fonte:

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR**: Corresponde às autoridades, servidores, empregados ou ocupantes de cargos ou funções que, com base no art. 1º da Lei nº 8.730/93, estão obrigados a entregar a DBR, devendo serem classificados em três classes distintas – Autoridades, Cargos Eletivos e Funções Comissionadas – assim definidas para fins de elaboração do relatório de gestão:

- **Autoridades:** ocupantes de algum dos cargos relacionados nos incisos de I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93;
- **Cargos Eletivos:** ocupantes de cargo, emprego ou função cujo acesso se deu por meio de eleição, excetuando-se aqueles relacionados nos incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93, classificados como Autoridades;
- **Funções Comissionadas:** ocupantes de cargo de chefia, direção ou assessoria sob qualquer forma (cargo, emprego, função de confiança, gratificada ou em comissão) podendo ser originários do quadro de pessoal da própria UJ, de outros órgãos da administração pública e até mesmo da iniciativa privada.

**Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93:** As quantidades de pessoas em cada uma das classes Autoridades, Cargos Eletivos e Funções Comissionadas devem ser informadas considerando as seguintes situações:

- **Obrigados a entregar a DBR:** quantidade de pessoas da UJ obrigadas pela Lei a entregar a DBR;
- **Entregaram a DBR:** quantidade de pessoas da UJ que efetivamente entregaram a DBR e, portanto, cumpriram a obrigação imposta pela Lei. Nesta linha devem ser consideradas também as

entregas de autorizações das pessoas para acesso aos dados constantes da base da Receita Federal do Brasil;

▪ **Não cumpriram a Obrigação:** quantidade de pessoas da UJ que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR conforme a previsão legal.

**Nota:** Para cada classe de cargo ou função deve ser observada a equação: **Entregaram a DBR + Não cumpriram a Obrigação = Obrigados a entregar a DBR.**

momentos:

▪ **Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo:** Deve ser informada a quantidade de autoridades e de servidores ou empregados que iniciaram o exercício de cargo, de cargo eletivo ou de função comissionada, como titular, no exercício de referência do relatório de gestão e que, portanto, obrigaram-se a entregar a DBR à unidade responsável no âmbito da UJ.

▪ **Final do exercício da Função ou Cargo:** Deve ser informada a quantidade de autoridades e de servidores ou empregados que encerraram o exercício de cargo, de cargo eletivo ou de função comissionada no exercício de referência do relatório de gestão e que, portanto, obrigaram-se a apresentar a DBR à unidade responsável no âmbito da UJ.

▪ **Final do exercício financeiro:** Deve ser informada a quantidade de autoridades e de servidores ou empregados que, em 31 de dezembro do ano de referência do relatório de gestão, estavam em exercício de cargo de autoridade, eletivo ou de função comissionada e que, portanto, obrigaram-se a apresentar a DBR à unidade responsável no âmbito da UJ. Para evitar a dupla contagem, as autoridades, servidores ou empregados que, no exercício de referência, se obrigaram a entregar a DBR em razão do fim do exercício do cargo ou função não podem ser computados nesta linha, vez que devem constar da linha "**Final do exercício da Função ou Cargo**".

### 8.2 Análise Crítica

A Unidade Jurisdicionada deve complementar as informações do Quadro A.8.1 com a descrição, de forma sintética, de como se desenvolve a atividade de acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93. A título de exemplo, entre outros, podem ser tratados os seguintes conteúdos:

▪ Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR;

▪ identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR;

▪ existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento;

▪ forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil e como esse acesso se dá;

▪ realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito do identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

▪ forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

**9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**

**Texto da DN:** Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

I. ambiente de controle;
II. avaliação de risco;
III. procedimentos de controle;
IV. informação e comunicação;
V. monitoramento.

**Objetivo:** Demonstrar a estrutura de controles internos da Unidade Jurisdicionada, de forma a evidenciar a suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência (*compliance*) às leis e regulamentos que a regem ou ao seu negócio, a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano e a eficácia e eficiência de suas operações.

**Estrutura de Informação:** A informação está estruturada em um formulário contendo afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento. Para cada afirmativa, a UJ deverá indicar um valor na escala de 1 a 5, de acordo com a situação em que se encontrava ao final do exercício de 2011.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

## 9.1 Estrutura de controles internos da UJ

A informação está estruturada conforme o Quadro A.9.1 abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| Aspectos do sistema de controle interno | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ambiente de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. | | | | | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | | |
| **Avaliação de Risco** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | | | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | | | |
| 16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | |
| **Procedimentos de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. | | | | | |
| **Informação e Comunicação** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | | |
| 25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | | |
| **Monitoramento** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | | |
| Considerações gerais: | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO

A UJ deve assinalar na coluna "Avaliação", um "X" num dos valores da escala de 1 a 5, de acordo com a validade da afirmativa no contexto da UJ principal, considerando os seguintes conceitos:

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

No caso de relatório de gestão consolidado, o quadro deve ser preenchido considerando o contexto da unidade consolidadora somente.

No caso de relatório agregado, o quadro deve ser preenchido pela UJ agregadora e pelas unidades agregadas, considerando os respectivos contextos.

As afirmativas devem ser avaliadas com base na situação em que se encontrava a UJ no final do exercício de 2011. Caso tenha havido alteração da situação no período compreendido entre o final do exercício de 2011 e a data de entrega do relatório de gestão, a UJ deve especificá-la no campo "Considerações gerais" ao final do formulário.

**Nota:** Para analisar as afirmativas constantes do quadro, devem-se reunir pessoas que representem as áreas estratégicas da unidade, podendo, inclusive, participar representantes da unidade de auditoria interna, caso exista na estrutura do órgão, desde que a participação da auditoria comprometa sua independência. No campo "Considerações gerais" do quadro, devem-se descrever a metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos e as áreas envolvidas para tal.

## 10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto:** Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

**Objetivo:** Verificar se as aquisições de bens/produtos e contratação de obras e serviços da unidade são baseadas em critérios de sustentabilidade ambiental nos respectivos processos licitatórios, tendo em vista o impacto ambiental dos produtos e serviços adquiridos e de seus processos de elaboração e prestação.

**Estrutura de Informação:** A informação é estruturada em forma de questionário de modo a se obter da UJ seu nível de concordância com cada item de afirmação, sendo que a resposta deve ser indicada pela assinalação de um "X" em uma escala de 1 a 5.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

**Referências:**

Decreto nº 5.940/2006;

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010.

## 10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O tópico sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis traz questões que o gestor terá de avaliar segundo sua concordância ou não com as afirmações apresentadas no Quadro A.10.1 abaixo.

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| **Aspectos sobre a gestão ambiental** | **Avaliação** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | | | |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | | | | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. | | | | | |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | | | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | | |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.<br>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |
| **LEGENDA** | | | | | |

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO

**Aspectos sobre a gestão ambiental:** afirmações relacionadas às aquisições de bens/produtos e serviços por meio de licitações sustentáveis sobre as quais a unidade deve avaliar seu nível de concordância.

**Avaliação:** campo a ser assinalado com um "X" pela unidade conforme seu nível de concordância com a afirmação dada, levando em consideração a escala de avaliação de 1 a 5, que representam:

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

**Observações:**

- Deverá ser assinalado apenas um "X" para cada afirmação. As afirmações que pedem informações complementares devem ser respondidas logo em seguida à pergunta, dentro do próprio quadro.
- No campo "Considerações Gerais" deve ser informada a metodologia usada pela UJ para analisar os quesitos (se respondido individualmente ou por grupo de pessoas; que áreas os respondentes representam, etc.).
- No caso de relatório de gestão consolidado, o quadro deve ser preenchido considerando o contexto da unidade consolidadora somente.
- No caso de relatório agregado, o quadro deve ser preenchido pela UJ agregadora e pelas unidades agregadas, considerando os respectivos contextos.

## 11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros.

**Objetivo:** Analisar a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ classificados como "Bens de Uso Especial" de propriedade da União ou locado de terceiros.

**Estrutura de Informação:** A informação sobre a gestão de bens imóveis de uso especial deve ser organizada em três quadros: Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial de Propriedade da União; Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial Locados de Terceiros; e Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ. Além dos quadros, também é exigida do dirigente análise crítica sobre a gestão dos imóveis efetuada pela UJ.

**Abrangência:** Unidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União, unidades da administração direta, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes que tiveram sob sua responsabilidade a administração de imóveis e que utilizam o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet no exercício de referência do relatório de gestão.

**Referências normativas:**

- Decreto-Lei nº 9.760/1946;
- Lei nº 9.636/1998;
- Portaria SPU nº 241/2009;
- Manual do SPIUnet/2007.

## 11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro A.11.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União,** está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|---|---|---|---|
| | | EXERCÍCIO 2011 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | UF 1 | Σ | Σ |
| | município 1 | | |
| | município 2 | | |
| | município "n" | | |
| | UF "n" | Σ | Σ |
| | município 1 | | |
| | município 2 | | |
| | município "n" | | |
| Subtotal Brasil | | Σ | Σ |
| EXTERIOR | PAÍS 1 | Σ | Σ |
| | cidade 1 | | |
| | cidade 2 | | |
| | cidade "n" | | |
| | PAÍS "n" | Σ | Σ |
| | cidade 1 | | |
| | cidade 2 | | |
| | cidade "n" | | |
| Subtotal Exterior | | Σ | Σ |
| Total (Brasil + Exterior) | | Σ | Σ |
| Fonte: | | | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

Neste Quadro, as linhas de informações devem conter dados observados no final dos exercícios de 2010 e de 2011, observando-se as respectivas linhas de discriminação.

**BRASIL:** Somatório da quantidade de imóveis de propriedade da União localizados no Brasil e sob a responsabilidade da UJ, distribuídos por municípios e subtotalizados por estado da federação.

**UF:** Somatório dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ localizados em um determinado estado da federação, discriminado por município.

**Municípios:** Quantidade de imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ, discriminados por município do estado da federação em que se localiza o imóvel locado.

**EXTERIOR:** Somatório dos imóveis de propriedade da União localizados fora do Brasil e sob a responsabilidade da UJ, distribuídos por cidades e subtotalizado por país.

**PAÍS:** Somatório dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ localizados em um determinado país.

**Cidades:** Quantidade de imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ, discriminados por cidade do país onde se localiza o imóvel locado.

**TOTAL (Brasil + Exterior):** Total dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, localizados no Brasil e no Exterior, sob a responsabilidade da UJ.

O Quadro A.11.2 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros,** está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2010 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ | |
|---|---|---|---|
| | | EXERCÍCIO 2011 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | UF 1 | Σ | Σ |
| | município 1 | | |
| | município 2 | | |
| | município "n" | | |
| | UF "n" | Σ | Σ |
| | município 1 | | |
| | município 2 | | |
| | município "n" | | |
| Subtotal Brasil | | Σ | Σ |
| EXTERIOR | PAÍS 1 | Σ | Σ |
| | cidade 1 | | |
| | cidade 2 | | |
| | cidade "n" | | |
| | PAÍS "n" | Σ | Σ |
| | cidade 1 | | |
| | cidade 2 | | |
| | cidade "n" | | |
| Subtotal Exterior | | Σ | Σ |
| Total (Brasil + Exterior) | | Σ | Σ |
| Fonte: | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Neste Quadro, as linhas de informações devem conter dados do final dos exercícios de 2010 e de 2011, observando-se as respectivas linhas de discriminação.

**BRASIL:** Somatório da quantidade de imóveis locados de terceiros localizados no Brasil sob a responsabilidade da UJ, distribuídos por municípios e subtotalizados por estado da federação.

**UF:** Somatório dos imóveis locados de terceiros sob a responsabilidade da UJ localizados em um determinado estado da federação.

**Municípios:** Quantidade de imóveis locados de terceiros sob a responsabilidade da UJ, discriminados por município do estado da federação em que se localiza o imóvel locado.

**EXTERIOR:** Somatório dos imóveis locados de terceiros localizados fora do Brasil sob a responsabilidade da UJ, distribuídos por cidades e subtotalizado por país.

**PAÍS:** Somatório dos imóveis locados de terceiros localizados em um determinado país sob a responsabilidade da UJ.

**Cidades:** Quantidade de imóveis locados de terceiros sob a responsabilidade da UJ, discriminados por cidade do país onde se localiza o imóvel locado.

**TOTAL (Brasil + Exterior):** Total dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros no Brasil e no Exterior sob a responsabilidade da UJ.

O Quadro A.11.3 a seguir, denominado **Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ,** está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse Quadro devem ser relacionados todos os imóveis que, em 31/12/2011, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão e de UJ a ela consolidada ou agregada.

**Observação:** Para melhor apresentação das informações exigidas, esse Quadro poderá ser elaborado com orientação em paisagem, de acordo com o leiaute de página do editor de texto.

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇAO DOS BENS IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIAO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa com Manutenção no exercício | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Imóvel | Instalações |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | Σ | Σ |
| Fonte: | | | | | | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**UG:** É o código da unidade gestora (UG) constante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que se utiliza do imóvel.

**RIP:** É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

**Regime:** É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura
2 – Arrendamento
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta
4 – Cessão – Outros
5 – Cessão – Prefeitura e Estados
6 – Cessão Onerosa
7 – Comodato
8 – Disponível para Alienação
9 – Em processo de Alienação
10 – Em regularização – Cessão
11 – Em regularização – Entrega
12 – Em regularização – Outros
13 – Entrega – Adm. Federal Direta
14 – Esbulhado (Invadido)
15 – Imóvel Funcional
16 – Irregular – Cessão
17 – Irregular – Entrega
18 – Irregular – Outros
20 – Locação para Terceiros
21 – Uso em Serviço Público
22 – Usufruto Indígena
23 – Vago para Uso

**Estado de Conservação:** estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo
2 – Muito Bom
3 – Bom
4 – Regular
5 – Reparos Importantes
6 – Ruim
7 – Muito Ruim (valor residual)
8 – Sem Valor

**Valor do imóvel**

**Valor histórico:** Valor patrimonial do imóvel registrado no sistema, equivalente ao valor de aquisição expresso em reais.

**Data da avaliação:** Data da última avaliação do imóvel no formato dd/mm/aaaa.

**Valor reavaliado:** novo valor apurado do imóvel, expresso em reais, que visa estabelecer o valor mais provável de mercado de um determinado bem, considerando-se suas características físicas e econômicas, a partir de exames, vistorias e pesquisas.

**Despesas com manutenção**

**Imóvel:** valor total expresso em reais das despesas com manutenção do imóvel no exercício de referência do relatório de gestão. Considera-se despesas de manutenção com imóvel os gastos incorridos para conservação do imóvel com vista a evitar que ele se deteriore, tais com, reparos de telhado, infiltração, substituição dos sistemas elétrico e hidráulico danificados, instalação de ar condicionado central, reformas ou alterações que agregam valor ao imóvel, entre outros.

**Instalações:** valor expresso em reais das despesas com manutenção das instalações no exercício de referência do relatório de gestão. Considera-se despesas com manutenção das instalações os gastos incorridos para conservação ou melhoria das instalações existentes, tais como, reparo de sistemas elétricos, de divisórias, de salas, entre outros. Não devem ser consideradas as despesas com limpeza e vigilância.

**Total:** totalização dos valores das colunas Despesa com Manutenção – Imóveis e Despesa com Manutenção – Instalações, referentes aos imóveis sob responsabilidade da UJ.

**Análise crítica:**

Após o preenchimento dos quadros, o gestor deverá realizar uma análise crítica acerca da gestão de imobilizados sob sua responsabilidade, inclusive devendo registrar a existência de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.

## 12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

a) Planejamento da área;
b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;
c) Segurança da informação;
d) Desenvolvimento e produção de sistemas;
e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

**Objetivo:** Analisar o grau de desenvolvimento da gestão de TI na UJ.

**Estrutura de Informação:** A informação é estruturada em forma de questionário de modo a se obter da UJ seu nível de concordância com cada item de afirmação, sendo que a resposta deve ser indicada pela assinalação de um "X" em uma escala de 1 a 5.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

## 12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

| Quesitos a serem avaliados | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| **Planejamento da área** | | | | | |
| 1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo. | | | | | |
| 2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor. | | | | | |
| 3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ. | | | | | |
| **Perfil dos Recursos Humanos envolvidos** | | | | | |
| 4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. | Informar quantitativos | | | | |
| 5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade. | | | | | |
| **Segurança da Informação** | | | | | |
| 6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. | | | | | |
| 7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico. | | | | | |
| **Desenvolvimento e Produção de Sistemas** | | | | | |
| 8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ. | | | | | |
| 9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida. | | | | | |
| 10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes. | | | | | |
| 11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço. | | | | | |
| **Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI** | | | | | |
| 12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. | Informar o percentual de participação | | | | |
| 13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI. | | | | | |
| 14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI. | | | | | |
| 15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |
| **LEGENDA**<br>**Níveis de avaliação:**<br>**(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.<br>**(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.<br>**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.<br>**(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.<br>**(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ. | | | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

### Legenda de Nível

**(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

**Observações:**

- No campo "Considerações Gerais" deve ser informada a metodologia usada pela UJ para analisar os quesitos (se respondido individualmente ou por grupo de pessoas; que áreas os respondentes representam, etc.) e também sobre:
- No caso de relatório de gestão consolidado, o quadro deve ser preenchido considerando o contexto da unidade consolidadora somente.
- No caso de relatório agregado, o quadro deve ser preenchido pela UJ agregadora e pelas unidades agregadas, considerando os respectivos contextos.

## 13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto:** Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

**Objetivo:** Obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de Cartões de Crédito Corporativo utilizados por Unidade Gestora (UG) vinculada à Jurisdicionada (UJ) apresentadora do relatório de gestão, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise sucinta da evolução dos gastos efetuados por essa modalidade de pagamento.

**Estrutura de Informação:** As informações devem ser apresentadas com base em dois Quadros: o primeiro visa, de forma individualizada por responsável, demonstrar os limites e os valores utilizados nas modalidades de saque e de fatua no exercício de referência do relatório de gestão; no segundo, deve ser demonstrado como UJ utilizou o cartão de pagamento nos últimos três exercícios, de forma global.

**Abrangência:** Unidades Jurisdicionadas da Administração direta dos três (3) poderes da União, incluindo as autarquias e fundações do Poder Executivo, que tenham realizado, nos últimos três exercícios, despesas por meio da utilização de Cartão de Crédito corporativo.

**Referências Legais e Normativas:**

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008;
- Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005;
- Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;
- Instrução Normativa STN nº 4, de 30 de agosto de 2004;
- Portaria MP nº 41, de 4 de março de 2005;
- Portaria MF nº 95, de 19 de abril de 2002.

## 13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

A despesa com Cartão de Crédito Corporativo da UJ deverá ser demonstrada por intermédio de dois (2) demonstrativos: o primeiro compreenderá a despesa com cartão de crédito por portador, bem assim os valores limites estipulados para a UG e para os respectivos portadores; o segundo demonstrará a despesa com o Cartão de Crédito Corporativo consolidada da UJ, comparativa com os dois exercícios imediatamente anteriores.

13.1.1 Relação dos portadores de cargão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

O **Quadro A.13.1** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo citado, compreende uma planilha onde as informações devem ser discriminadas por: identificação da UG; limite de utilização total da UG; portador, CPF; limite individual, valor (subdivididos em saque e fatura); total utilizado pela UG e total utilizado pela UJ. Tais campos devem ser preenchidos de acordo com a descrição dos campos a seguir especificados.

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR — Valores em R$ 1,00

| **Código da UG 1** | | **Limite de Utilização da UG** | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Portador** | **CPF** | **Valor do Limite Individual** | **Valor** | | **Total** |
| | | | **Saque** | **Fatura** | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| **Total utilizado pela UG** | | | | | |
| **Código da UG 2:** | | **Limite de Utilização da UG:** | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| **Total utilizado pela UG** | | | | | |
| **Total utilizado pela UJ** | | | | | |

Fonte:

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Código da UG 1, 2, n:** Código de identificação, no SIAFI, da unidade gestora para a qual foi estabelecido limite para utilização do Cartão de Crédito Corporativo. Se a UJ compreender mais de uma UG que tenha limite para gasto nessa modalidade, deve ser discriminada cada uma delas.

**Limite de Utilização da UG:** Valor máximo estabelecido pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora junto à instituição financeira autorizada, signatária do contrato administrativo com a União para utilização do Cartão de Crédito Corporativo.

**Portador:** Servidor autorizado a utilizar o Cartão de Crédito Corporativo, emitido em nome da respectiva Unidade Gestora.

**CPF:** Código do Cadastro de Pessoa Física (CPF), emitido pela Receita Federal do Brasil, pertencente ao Portador do Cartão de Crédito Corporativo.

**Limite Individual:** Valor máximo autorizado pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora para cada um dos Portadores do Cartão de Crédito Corporativo.

**Valor:** montante financeiro, despendido pela UG, individualizado por Portador, para a realização de despesas com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo, subdividido nas seguintes modalidades:

- **Saque:** Somatório dos valores sacados em espécie diretamente pelo portador do Cartão de Crédito Corporativo contra a instituição financeira autorizada, para utilização e comprovação posterior.
- **Fatura:** Somatório dos valores pagos pelo portador do Cartão de Crédito Corporativo diretamente a um estabelecimento afiliado, no momento da realização da despesa.

**Total:** Somatório das colunas **"Saque" e "Fatura"**, individualizado por Portador.

**Total utilizado pela UG:** montante de recursos dispendidos pela UG por intermédio do Cartão de Crédito Corporativo, discriminado em "saques" e "fatura".

**Total utilizado pela UJ:** Somatório dos recursos utilizados pelo conjunto das UG que compõem a UJ, discriminado em "saques" e "fatura".

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

O **Quadro A.13.2** abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo citado, contempla a despesa com Cartão de Crédito Corporativo de maneira consolidada, sendo composto por uma planilha onde as informações a serem prestadas estão distribuídas em (4) quatro colunas, a saber: exercícios; saque, subdividindo-se em quantidade e valor; fatura, também subdividindo-se em quantidade e valor; e, por fim, total. Tais campos devem ser preenchidos de acordo com a descrição dos campos a seguir especificados.

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R$ 1,00

| Exercícios | Saque | | Fatura | | Total (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | (a) Valor | Quantidade | (b) Valor | (a+b) |
| 2011 | | | | | |
| 2010 | | | | | |
| 2009 | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Exercícios:** Exercício financeiro em que as despesas foram realizadas, considerando o de referência do Relatório de Gestão e os dos dois imediatamente anteriores.

**Saque:** Somatório anual dos recursos financeiros sacados em espécie pelo conjunto de portadores de Cartão de Crédito Corporativo da UJ (consolidando todas as UG) em instituição financeira autorizada, desdobrado por:

- **Quantidade:** quantitativo anual das operações realizadas pelo conjunto de portadores da UJ, no respectivo exercício financeiro, com a utilização do Cartão Corporativo na modalidade de saque.
- **Valor:** montante financeiro anual despendido pelos portadores da UJ para a realização de despesas com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo, na modalidade saque.

**Fatura:** Somatório anual dos valores pagos pelos portadores do Cartão de Crédito Corporativo da UJ (consolidando todas as UG) diretamente a um estabelecimento afiliado, no momento da realização da despesa, discriminando por:

- **Quantidade:** quantitativo anual das operações realizadas pelos portadores da UJ, no respectivo exercício financeiro, com a utilização do Cartão Corporativo, na modalidade de fatura.
- **Valor:** montante financeiro anual, despendido pelos portadores da UJ para a realização de despesas com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo, na modalidade fatura.

**Total utilizado pela UJ:** Somatório dos valores utulizados pelo conjunto de portadores de Cartões da UJ, em Real, constantes das colunas "Saque" e "Fatura", de acordo com o ano de referência.

## 14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto:** Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

**Objetivo**: Obter um panorama geral acerca das renúncias de receitas geridas pela UJ, viabilizando o exame acerca de sua legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e efetividade.

**Observação:**

De acordo com o art. 14, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o termo renúncia de receitas compreende a concessão, prorrogação ou ampliação de anistia, remissão, subsídio de natureza tributária, financeira, ou creditícia, crédito presumido, isenção em caráter não geral, redução discriminada de alíquota ou de base de cálculo relativas a impostos, taxas ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Para preenchimento dos quadros que se seguem, devem ser considerados apenas os incentivos e benefícios de natureza tributária, sendo excluídos aqueles de natureza financeira ou creditícia.

Os termos "caráter não geral", "redução discriminada" e "tratamento diferenciado", constantes do § 1º do art. 14 da LRF, referem-se a dispositivo legal que excepciona a legislação instituidora de um tributo com objetivo específico, alcançando grupo específico de contribuintes, setor ou região. Tais expressões devem ser interpretadas restritivamente nos casos de concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo, e outros benefícios. Por seu turno, a anistia, a remissão, o subsídio e o crédito presumido, tanto em caráter geral como específico, são considerados renúncia de receita.

Vários são os termos utilizados como sinônimos para "renúncia de receita": "benefício tributário", "gasto tributário", "incentivo tributário", "alívio tributário", "desoneração tributária" e outros. Considerando que a sua definição é controversa e pouco explorada pela doutrina especializada em direito tributário e financeiro, o preenchimento das informações requeridas nos quadros a seguir deverá ser feito com base no conceito trazido no § 2º do art. 92 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011 (LDO-2011), Lei nº 12.309, de 8 de agosto de 2010:

> *"Art. 92. ...*
>
> ...
>
> *§ 2º São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins desta Lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visem atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, consequentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte."*

Não se enquadram no conceito acima os casos de alteração de alíquotas previstos no § 3º, inciso I, do art. 14 da LRF, quais sejam, os impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º.

## 14.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB FESTÃO DA UJ

O Quadro A.14.1 abaixo contempla informações a respeito: i) do tributo sobre o qual a renúncia incide; ii) da legislação que a disciplina (leis, decretos, portarias etc.); iii) da sua natureza, conforme o disposto no art. 14, § 1°, da LRF; iv) dos objetivos sócio-econômicos da renúncia; v) da condição imposta para fruição do benefício tributário (contrapartida), com a discriminação dos critérios estabelecidos para seu cumprimento e da legislação que os define; vi) do prazo de vigência da renúncia; vii) das medidas de compensação utilizadas para a concessão da renúncia, conforme se descreve a seguir.

QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

| Tributo | Legislação | Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1°) | Objetivos Socioeconômicos | Contrapartida Exigida | Prazo de Vigência | Medidas de Compensaçã o |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |
| | | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Tributo**: Rubricas da receita tributária (impostos, taxas e contribuições) sobre as quais a renúncia incide, incluindo as renúncias que entraram em vigor no exercício em análise, bem como as renúncias concedidas em anos anteriores e que ainda estejam em vigor. Ex: ICMS, IPVA, IR, Taxa de Iluminação, etc..

**Legislação**: Leis que instituem a renúncia e normativos que a disciplinam, como decretos, portarias e outros.

**Natureza da Renúncia**: Modalidade da renúncia para cada espécie de tributo (anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral; alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo; e outros benefícios), conforme disposto no art. 14, § 1°, da LRF.

**Objetivos Socioeconômicos**: Objetivos socioeconômicos visados com a renúncia, com indicação dos documentos (ato normativo ou administrativo) nos quais tais objetivos são descritos e fundamentados.

**Contrapartida Exigida**: Condições exigidas para que o contribuinte possa usufruir da renúncia tributária, devendo ser indicados os dispositivos e os normativos que as estabelecem. Normalmente, a renúncia exige o investimento de recursos financeiros ou materiais em alguma atividade, com vistas a promover o desenvolvimento econômico pretendido. Além da aplicação de recursos em determinado setor/atividade, outros tipos de contrapartida também podem ser exigidos, como, por exemplo, a implantação de sistema de qualidade em empresa beneficiada.

**Prazo de Vigência:** A coluna identifica o exercício previsto para o término da vigência da renúncia de receita tributária, considerando que, a partir de 2006, a LDO passou a incluir a determinação de que as renúncias concedidas no exercício devem viger por, no máximo, cinco anos.

**Medidas de Compensação:** Discriminação do tributo utilizado como medida de compensação para a concessão da renúncia, vigentes no exercício em análise, quando a instituição da renúncia se der com base no inciso II do art. 14 da LRF. As medidas de compensação a serem utilizadas correspondem àquelas especificadas no referido dispositivo, quais sejam: elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

## 14.3 CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA - PESSOA JURÍDICA E FÍSICA

O Quadro A.14.2 abaixo contempla os valores da receita renunciada, da captação de recursos decorrente da contrapartida exigida, se prevista na legislação instituidora da renúncia, e das medidas de compensação eventualmente implementadas. Os valores referem-se ao exercício ao qual se refere o relatório de gestão/processo de contas e nos dois exercícios imediatamente anteriores. Se a UJ for responsável pela gestão de mais de uma renúncia de receitas tributárias, deverá ser elaborado um quadro para cada renúncia.

QUADRO A.14.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

| Valores | 2011 | | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estimativa | Efetivo | Estimativa | Efetivo | Estimativa | Efetivo |
| **Renúncia** | | | | | | |
| **Contrapartida** | | | | | | |
| **Medidas de Compensação** | | | | | | |

Fonte:

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:**

**Renúncia**: Valores dos tributos que não foram arrecadados em razão do benefício tributário concedido no exercício em análise e nos dois anteriores.

**Contrapartida**: Montantes dos recursos financeiros aplicados na forma da contrapartida exigida para fruição da renúncia tributária no exercício em análise e nos dois anteriores.

**Medidas de Compensação:** Valores das medidas de compensação às renúncias de receitas tributárias estabelecidas com base no inciso II do art. 14 da LRF, vigentes no exercício em análise e nos dois anteriores.

**Estimativa**: Valores estimados para a receita renunciada, para os recursos aplicados na contrapartida da renúncia e para as medidas de compensação que acompanham a renúncia, no exercício em análise e nos dois anteriores.

**Efetivo**: Valores que efetivamente não foram arrecadados em razão da renúncia, os que foram efetivamente aplicados na contrapartida exigida e aqueles efetivamente arrecadados em função das medidas de compensação estabelecidas para a renúncia, no exercício em análise e nos dois exercícios imediatamente anteriores.

Os Quadros A.14.3 e A.14.4 a seguir contemplam o quantitativo de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, que usufruíram da renúncia, deixando de recolher o valor total do imposto devido aos cofres públicos, distribuídos por Unidade da Federação, no exercício em análise e nos dois exercícios imediatamente anteriores. Se a UJ for responsável pela gestão de mais de uma renúncia de receitas tributárias, deverá ser elaborado um quadro para cada renúncia.

QUADRO A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

| UF | 2011 | | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Valor Renunciado | Quantidade | Valor Renunciado | Quantidade | Valor Renunciado |
| AC | | | | | | |
| AL | | | | | | |
| AP | | | | | | |
| AM | | | | | | |
| BA | | | | | | |
| CE | | | | | | |
| DF | | | | | | |
| ES | | | | | | |
| GO | | | | | | |
| MA | | | | | | |
| MT | | | | | | |
| MS | | | | | | |
| MG | | | | | | |
| PA | | | | | | |
| PB | | | | | | |
| PR | | | | | | |
| PE | | | | | | |
| PI | | | | | | |
| RJ | | | | | | |
| RN | | | | | | |
| RS | | | | | | |
| RO | | | | | | |
| RR | | | | | | |
| SC | | | | | | |
| SP | | | | | | |
| SE | | | | | | |
| TO | | | | | | |
| Σ | | | | | | |

QUADRO A.14.4 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

| UF | 2011 | | 2010 | | 2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Valor Renunciado | Quantidade | Valor Renunciado | Quantidade | Valor Renunciado |
| AC | | | | | | |
| AL | | | | | | |
| AP | | | | | | |
| AM | | | | | | |
| BA | | | | | | |
| CE | | | | | | |
| DF | | | | | | |
| ES | | | | | | |
| GO | | | | | | |
| MA | | | | | | |
| MT | | | | | | |
| MS | | | | | | |
| MG | | | | | | |
| PA | | | | | | |
| PB | | | | | | |
| PR | | | | | | |
| PE | | | | | | |
| PI | | | | | | |
| RJ | | | | | | |
| RN | | | | | | |
| RS | | | | | | |
| RO | | | | | | |
| RR | | | | | | |
| SC | | | | | | |
| SP | | | | | | |
| SE | | | | | | |
| TO | | | | | | |
| Σ | | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**UF**: Unidade da Federação onde se localiza o contribuinte beneficiado pela renúncia. Em se tratando de pessoa jurídica com diversas filiais, deverá ser informada a UF onde se localiza a matriz.

**Quantidade**: Número absoluto de contribuintes que usufruíram da renúncia no exercício em análise e nos dois anteriores.

**Valores Renunciados**: Soma dos valores que deveriam ter sido recolhidos junto à Fazenda Pública, mas não o foram em razão da renúncia tributária, no exercício em análise e nos dois exercícios imediatamente anteriores.

Para preenchimento do quadro acima, caso a UJ não disponha dos dados requeridos, deverá solicitá-los à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

## 14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

Os Quadros A.14.5 e A.14.6 a seguir contemplam o quantitativo de pessoas físicas e jurídicas que receberam recursos oriundos de contrapartida de natureza financeira da renúncia tributária, na forma prevista na legislação instituidora do gasto tributário, assim como os valores recebidos e sua distribuição pelas unidades da federação, no exercício em análise e nos dois anteriores. Se aplicável a mais de uma renúncia de receitas gerida pela UJ, deverá ser elaborado um quadro para cada renúncia. No caso de haver mais de uma contrapartida para cada renúncia, deverá ser elaborado um quadro para cada contrapartida.

QUADRO A.14.5 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

| UF | 2011 | | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Valor Aplicado | Quantidade | Valor Aplicado | Quantidade | Valor Aplicado |
| AC | | | | | | |
| AL | | | | | | |
| AP | | | | | | |
| AM | | | | | | |
| BA | | | | | | |
| CE | | | | | | |
| DF | | | | | | |
| ES | | | | | | |
| GO | | | | | | |
| MA | | | | | | |
| MT | | | | | | |
| MS | | | | | | |
| MG | | | | | | |
| PA | | | | | | |
| PB | | | | | | |
| PR | | | | | | |
| PE | | | | | | |
| PI | | | | | | |
| RJ | | | | | | |
| RN | | | | | | |
| RS | | | | | | |
| RO | | | | | | |
| RR | | | | | | |
| SC | | | | | | |
| SP | | | | | | |
| SE | | | | | | |
| TO | | | | | | |
| Σ | | | | | | |

Fonte:

QUADRO A.14.6 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

| UF | 2011 | | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Valor Aplicado | Quantidade | Valor Aplicado | Quantidade | Valor Aplicado |
| AC | | | | | | |
| AL | | | | | | |
| AP | | | | | | |
| AM | | | | | | |
| BA | | | | | | |
| CE | | | | | | |
| DF | | | | | | |
| ES | | | | | | |
| GO | | | | | | |
| MA | | | | | | |
| MT | | | | | | |
| MS | | | | | | |
| MG | | | | | | |
| PA | | | | | | |
| PB | | | | | | |
| PR | | | | | | |
| PE | | | | | | |
| PI | | | | | | |
| RJ | | | | | | |
| RN | | | | | | |
| RS | | | | | | |
| RO | | | | | | |
| RR | | | | | | |
| SC | | | | | | |
| SP | | | | | | |
| SE | | | | | | |
| TO | | | | | | |
| Σ | | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**UF**: Unidade da Federação onde se localiza o beneficiário da contrapartida de natureza financeira da renúncia. Em se tratando de pessoas jurídicas com diversas filiais, deverá ser informada a UF onde se localiza a matriz.

**Quantidade**: Número absoluto de pessoas físicas e jurídicas beneficiadas pela contrapartida de natureza financeira da renúncia no exercício em análise e nos dois anteriores.

**Valores Aplicados**: Valores financeiros oriundos da contrapartida da renúncia recebidos pelos beneficiários, no exercício em análise e nos dois anteriores.

## 14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

O Quadro A.14.7 abaixo contempla os programas orçamentários que recebem, além dos recursos orçamentários, recursos oriundos de contrapartida da renúncia de receita tributária. Devem ser discriminados tanto os valores oriundos da contrapartida como os montantes de origem orçamentária destinados aos respectivos programas.

QUADRO A.14.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ

| Renúncia | Programas | Recursos Renunciados Aplicados | | | Recursos Orçamentários Liquidados | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2011 | 2010 | 2009 | 2011 | 2010 | 2009 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Renúncia**: Identificação do gasto tributário, com indicação da legislação que a instituiu.

**Programas**: Identificação dos programas orçamentários geridos pela própria UJ que receberam recursos oriundos de renúncia de receita.

**Recursos Renunciados Aplicados**: Recursos oriundos da contrapartida da renúncia de receitas efetivamente liberados para aplicação nos programas orçamentários já identificados.

**Recursos Orçamentários Liquidados**: Despesas orçamentárias liquidadas nos programas o beneficiados com recursos oriundos da renúncia de receitas.

## 14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

O Quadro A.14.8 abaixo contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos oriundos da contrapartida financeira da renúncia, quando a legislação exigir prestação de contas, no exercício em análise e nos dois anteriores, nas seguintes situações: não apresentadas; aguardando análise (em estoque); em análise; não aprovadas; aprovadas. Se aplicável a mais de uma renúncia de receitas gerida pela UJ, deverá ser elaborado um quadro para cada renúncia.

QUADRO A.14.8 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

| Situação | 2011 | | 2010 | | 2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| PC não Apresentadas | | | | | | |
| PC Aguardando Análise | | | | | | |
| PC em Análise | | | | | | |
| PC não Aprovadas | | | | | | |
| PC Aprovadas | | | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Qtd.:** Número absoluto de processos de prestações de contas em cada uma das situações referidas na coluna Situação.

**Valor**: Montantes de recursos aos quais se referem as prestações de contas.

**PC não Apresentadas**: Prestações de contas não apresentadas pelos beneficiários da renúncia (omissão), nos termos definidos pela legislação específica que normatiza cada renúncia. No tocante a essa coluna, o gestor deverá explicitar, em nota explicativa, a referência temporal a partir da qual a não apresentação da prestação de contas passa a ser considerada omissão e a sujeitar-se às sanções previstas. Deverão ser informados, também, os normativos que disciplinam a questão.

**PC Aguardando Análise**: Prestações de contas que se encontram em estoque na unidade, aguardando análise.

**PC em Análise**: Prestações de contas em análise na unidade.

**PC não Aprovadas**: Prestações de contas que não foram aprovadas e, por conseguinte, estão sujeitas às sanções previstas nos normativos que disciplinam a renúncia. O preenchimento dessa linha deve incluir as prestações de contas que ensejaram a determinação de glosa de valores indevidamente renunciados.

**PC Aprovadas**: Prestações de contas aprovadas. O preenchimento dessa linha deve incluir as prestações de contas aprovadas sem glosas ou correções.

## 14.7 Comunicações à RFB

O Quadro A.14.9 abaixo contempla as providências adotadas pela UJ em face do descumprimento da legislação que institui e regulamenta a renúncia de receitas, com enfoque sobre o número de comunicações realizadas pela UJ à RFB para suspensão ou cancelamento de gasto tributário indevidamente usufruído, e o montante dos valores indevidamente renunciados. Se aplicável a mais de uma renúncia de receitas gerida pela UJ, deverá ser elaborado um quadro para cada renúncia.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.2.7 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO A.14.9 - COMUNICAÇÕES À RFB

| Renúncia | 2011 | | | | 2010 | | | | 2009 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Comunicações | | Valores Indevidamente Renunciados | | Comunicações | | Valores Indevidamente Renunciados | | Comunicações | | Valores Indevidamente Renunciados | |
| | Susp. | Canc. | Susp. | Canc. | Susp. | Canc. | Susp. | Canc. | Susp. | Canc. | Susp. | Canc. |
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Comunicações:** Indica o número de comunicações realizadas pela UJ à RFB para suspensão ou cancelamento de gasto tributário indevidamente usufruído, no exercício em análise e nos dois anteriores.

**Susp. (Suspensões):** Indica, entre as comunicações realizadas pela UJ à RFB, quais se referem a casos de suspensão da renúncia de receita tributária.

**Canc. (Cancelamento):** Indica, entre as comunicações realizadas pela UJ à RFB, quais se referem a casos de cancelamento da renúncia de receita tributária.

**Valores Indevidamente Renunciados:** Indica o montante dos tributos que não foram recolhidos por contribuintes que indevidamente usufruíram da renúncia de receita tributária, conforme notificado pela UJ à RFB, e que deverão, ou deveriam, ser ressarcidos por tais contribuintes.

**Susp. (Suspensões):** Indica o montante dos tributos que devem ser, ou foram, ressarcidos por contribuintes que tiveram o benefício tributário suspenso em razão de notificação realizada pela UJ à RFB.

**Canc. (Cancelamento):** Indica o montante dos tributos que devem ser, ou foram, ressarcidos por contribuintes que tiveram o benefício tributário cancelado em razão de notificação realizada pela UJ à RFB.

## 14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

O Quadro A.14.10 abaixo contempla a descrição dos indicadores de gestão da renúncia de receitas tributárias, bem como a participação do valor renunciado em relação ao PIB nacional e a geração de empregos diretos e indiretos proporcionada pela renúncia de receitas. Deverá ser preenchido um quadro para cada renúncia de receita sob gestão da UJ.

QUADRO A.14.10 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

| Ano | Metas | | | | Renúncia/PIB (%) | Geração de empregos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Descrição | Indicador | Prev. | Real. | Nac. | Diretos | Indiretos |
| 2011 | | | | | | | |
| 2010 | | | | | | | |
| 2009 | | | | | | | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:**

**Metas:** Metas definidas para o alcance dos objetivos socioeconômicos pretendidos com a concessão da renúncia de receitas tributárias se insere. O gestor deverá informar, em nota explicativa, os documentos (atos normativos ou administrativos), nos quais as metas estão especificadas e fundamentadas.

**Descrição**: Especificação da meta a ser alcançada. Exemplo: atender 100% dos clientes no exercício.

**Indicador**: Unidade de medida utilizada para averiguar o cumprimento da meta. Exemplo: % de atendimentos no exercício.

**Prev.**: Quantitativo que se pretende alcançar em determinada meta.

Exemplo: 100%

**Real.**: Quantitativo, dentre aquele previsto, que foi efetivamente realizado no exercício em análise.

Exemplo: (nº de pessoas atendidas / nº de pessoas que necessitam de atendimento) x 100

**Renúncia/PIB (%):** Participação percentual da renúncia de receita efetiva em relação ao produto interno bruto nacional, no exercício em análise.

**Geração de Empregos:** Estimativa de empregos diretos e indiretos gerados a partir da implementação da política pública na qual se insere a renúncia de receita.

## 14.9 Declaração

A Declaração abaixo contempla modelo de Declaração a ser apresentada pelo gestor de que os beneficiários diretos de renúncia de receita tributária e os beneficiários da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e à Seguridade Social, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea "c"; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea "a. Ao final, deverão ser relacionados os beneficiários que não cumpriram tais dispositivos, bem como as medidas saneadoras adotadas pelo gestor da renúncia.

**DECLARAÇÃO**

Eu, **(gestor responsável pela concessão, pelo acompanhamento e fiscalização do benefício tributário)**, CPF nº _____, **(cargo ocupado pelo responsável)**, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na(o) **(normativo que disciplina a concessão e a fruição do benefício fiscal, com o seu número e data de edição)**, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea "c"; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea "a".

Destaco que os beneficiários abaixo relacionados não cumpriram tais dispositivos, razão pela qual as seguintes medidas saneadoras foram adotadas: **(medidas adotadas para o cumprimento dos normativos acima mencionados)**.

Brasília, ___ de ____ de 20__.

**(Gestor)**
**(CPF)**
**(Cargo/Unidade Jurisdicionada)**

## 14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

O Quadro A.14.11 abaixo contempla as ações de fiscalização realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB junto aos contribuintes beneficiários de renúncia de receita, evidenciando as quantidades de autos de infração e os valores dos créditos tributários deles originados. Devem ser evidenciados, ainda, quantos desses procedimentos resultaram na suspensão do benefício e no ressarcimento dos benefícios indevidamente usufruídos, bem como os respectivos valores. Deverão ser preenchidos dois quadros, um com informações do exercício em análise e outro com informações sobre o exercício anterior.

QUADRO A.14.11 - AÇÕES DA RFB

| Renúncia | Fiscalizações | Autos de Infração | | Recolhimento | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Qtd. Empresas | Valor (R$) | Qtd. Empresas | Valor (R$) |
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Renúncia:** Identifica o gasto tributário sobre o qual as fiscalizações incidiram no exercício a que se refere o quadro.

**Fiscalizações:** Identifica a quantidade de procedimentos de fiscalização realizados pela própria RFB, no exercício a que se refere o quadro.

**Qtd. Empresas:** Na coluna "Autos de Infração", identifica a quantidade de empresas contribuintes contra as quais foram lavrados autos de infração decorrentes de irregularidades verificadas pela RFB em relação aos gastos tributários por elas usufruídos. Na coluna "Recolhimento", identifica a quantidade de empresas autuadas pela RFB que ressarciram os montantes indevidamente renunciados.

**Valor (R$):** Na coluna "Autos de Infração", identifica o montante de tributos indevidamente renunciados apurado pela RFB, decorrente de seus procedimentos de fiscalização, Na coluna "Recolhimento", identifica o montante dos recursos indevidamente renunciados que foram ressarcidos pelas empresas autuadas.

## 15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

**Objetivo:** Conhecer as providências adotadas pelas UJ para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU ou as recomendações apresentadas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno (OCI) que fiscaliza a UJ ou as justificativas para o seu não cumprimento.

**Estrutura de Informação:** A informação está estruturada em dois (2) grupos de demonstrativos, cada um composto por dois (2) demonstrativos complementares, sendo o primeiro relativo às deliberações do TCU e o segundo referente às recomendações do OCI que fiscaliza a UJ.

O primeiro grupo está composto por dois (2) demonstrativos com o mesmo conteúdo informacional distinguindo-se em razão de o primeiro estar relacionado com as deliberações do TCU atendidas pela UJ no exercício de referência do relatório de gestão, independentemente do exercício em que originaram, enquanto o segundo se refere às deliberações que permaneceram pendentes de atendimento até o final do exercício de referência do relatório de gestão, igualmente independentemente do exercício em que originaram.

O segundo grupo também está composto por dois (2) demonstrativos com o mesmo conteúdo informacional distinguindo-se em razão de o primeiro estar relacionado com as recomendações expedidas pelo OCI atendidas pela UJ no exercício de referência do relatório de gestão, independentemente do exercício em que originaram, enquanto o segundo se refere às recomendações propostas pelo OCI que permaneceram pendentes de atendimento até o final do exercício de referência do relatório de gestão, também independentemente do exercício em que originaram.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que tenham sido objeto no exercício de referência de deliberações do TCU ou recomendações do OCI ou que ao final do exercício de referência, tinham deliberações do TCU ou recomendações do OCI, integral ou parcialmente pendentes de cumprimento, independentemente do exercício em que se originaram.

**Referências:**

Lei nº 8.443/1992;

Regimento Interno do TCU.

## 15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

O **Quadro A.15.1** abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação completa:** | | | | | **Código SIORG** |
| | | | | | |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| | | | | | |
| **Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| | | | | | |
| **Descrição da Deliberação:** | | | | | |
| | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor responsável pela implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| | | | | | |
| **Síntese da providência adotada:** | | | | | |
| | | | | | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | | | | | |
| | | | | | |
| **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | | | | | |
| | | | | | |

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Unidade Jurisdicionada**

**Denominação completa**: A denominação da UJ é o título dado à unidade jurisdicionada à qual se vincula a unidade/entidade objeto da Deliberação do TCU.

**Código SIORG**: É o código assinalado no SIORG *(http://www.siorg.redegoverno.gov.br)*, para a UJ, quando houver.

**Deliberações do TCU**

As deliberações são apresentadas como um conjunto de informações divididas em duas partes. A primeira parte é composta dos seguintes itens de informação: ordem, identificação do processo, do Acórdão, do item do Acórdão, do tipo da deliberação, da comunicação expedida ao responsável, bem como a identificação dos órgãos e entidades que foram objeto da deliberação e a descrição da deliberação conforme publicada no Acórdão.

A segunda parte compreende os seguintes itens de informação: identificação do setor responsável pela implementação da providência adotada, a síntese da providência adotada, a síntese dos resultados obtidos com a providência adotada e a análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências e dos resultados obtidos, quando for o caso.

**Deliberações expedidas pelo TCU**

**Ordem**: Número sequencial variando de 1 a "n", que serve para identificar as deliberações que serão explanadas pelo gestor.

**Processo**: Número do processo TCU que deu origem ao Acórdão. Seu formato é 999.999/9999-99, correspondendo os seis primeiros números ao processo, os 4 números seguintes ao exercício de autuação do processo e os dois (2) últimos ao dígito verificador.

**Acórdão**: Combinação de informações no seguinte formato nº do acórdão/ano-colegiado que o proferiu, podendo o colegiado ser PLENÁRIO, PRIMEIRA CÂMARA ou SEGUNDA CÂMARA.

**Item**: Item do Acórdão que será objeto da explanação pelo gestor, podendo ser individual ou agregado. O item individual é aquele que não se desdobra em subitens, enquanto o item agregado é o que se desdobra em subitens, os quais também devem ser considerados na explanação do gestor.

**Tipo**: Tipo da deliberação adotada pelo TCU e poderá ser Determinação (DE), Recomendação (RE).

**Comunicação Expedida:** Ofício ou Aviso enviado pelo Tribunal para dar ciência ao responsável sobre o Acórdão lavrado.

**Órgãos/Entidades objetos da deliberação**: Conjunto de órgãos e entidades destinatários da deliberação proferida.

**Código SIORG**: Código assinalado no SIORG *(http://www.siorg.redegoverno.gov.br)* para o órgão/entidade que foi destinatário da deliberação, quando houver;

**Descrição da Deliberação**: Deliberação constante do item do Acórdão retro referido.

**Providências Adotadas**

**Setor Responsável pela implementação**: Unidade administrativa encarregada de dar cumprimento às determinações e/ou recomendações referidas no item do Acórdão.

**Código SIORG**: Código assinalado no SIORG *(http://www.siorg.redegoverno.gov.br)* para o setor responsável pela implementação, quando houver.

**Síntese da providência adotada**: Síntese da providência adotada pelo setor responsável retro referido.

**Síntese dos Resultados Obtidos**: Síntese dos resultados decorrentes da providência adotada, até o encerramento do exercício.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**: Análise crítica efetuada pelo gestor sobre os fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.

## 15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

O **Quadro A.15.2** abaixo contém as justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.11.1** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da deliberação expedida pelo Tribunal.

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação completa:** | **Código SIORG** |
| | |

| Deliberações do TCU | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| | | | | | |

| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| | |
| **Descrição da Deliberação:** | |
| | |
| **Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento** | |
| **Setor responsável pela implementação** | **Código SIORG** |
| | |
| **Justificativa para o seu não cumprimento:** | |
| | |
| **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | |
| | |

## 15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

O **Quadro A.15.3** abaixo contém as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados para atender às recomendações expedidas pelo OCI que as fiscaliza, estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Recomendações do OCI**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: **Recomendações expedidas pelo OCI**, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

| **Unidade Jurisdicionada** | | | |
|---|---|---|---|
| **Denominação completa:** | | | **Código SIORG** |
| | | | |
| **Recomendações do OCI** | | | |
| **Recomendações expedidas pelo OCI** | | | |
| **Ordem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| | | | |
| **Órgão/entidade objeto da recomendação** | | | **Código SIORG** |
| | | | |
| **Descrição da Recomendação:** | | | |
| | | | |
| **Providências Adotadas** | | | |
| **Setor responsável pela implementação** | | | **Código SIORG** |
| | | | |
| **Síntese da providência adotada:** | | | |
| | | | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | | | |
| | | | |
| **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | | | |
| | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

### Unidade Jurisdicionada

**Denominação completa**: A denominação da UJ é o título dado à unidade jurisdicionada à qual se vincula a unidade/entidade objeto da recomendação do OCI.

**Código SIORG:** É o código assinalado no SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), para a UJ, quando houver.

### Recomendações do OCI

As recomendações do OCI são apresentadas como um conjunto informações dividido em duas partes. A primeira parte é composta dos seguintes itens de informação: ordem, identificação do relatório de auditoria, item do RA, comunicação expedida ao responsável, bem como a identificação dos órgãos e entidades que foram objeto da recomendação e a descrição da respectiva recomendação, conforme contida na comunicação expedida.

A segunda parte compreende os seguintes itens de informação: identificação do setor responsável pela implementação da providência adotada, a síntese da providência adotada, a síntese dos resultados obtidos com a providência adotada e a análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências e dos resultados obtidos, quando for o caso.

**Recomendações expedidas pelo OCI**

**Ordem**: Número sequencial variando de 1 a "n", que serve para identificar as deliberações que serão explanadas pelo gestor.

**Identificação do Relatório de Auditoria**: Código atribuído pelo OCI ao Relatório de Auditoria que contém as recomendações expedidas à UJ.

**Item do RA**: Item do relatório de auditoria que será objeto da explanação pelo gestor, podendo ser individual ou agregado. O item individual é aquele que não se desdobra em subitens, enquanto o item agregado é o que se desdobra em subitens, os quais também devem ser considerados na explanação do gestor;

**Comunicação Expedida:** Ofício ou Aviso enviado pelo OCI para dar ciência ao responsável sobre a recomendação efetuada.

**Órgãos/Entidades objetos da recomendação:** Conjunto de órgãos e entidades destinatários da recomendação proferida.

**Código SIORG:** Código assinalado no SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), para o órgão/entidade que foi destinatário da deliberação, quando houver;

**Descrição da Recomendação:** Recomendação constante do item do relatório de auditoria retro referido.

**Providências Adotadas**

**Setor Responsável pela implementação:** Unidade administrativa encarregada de dar cumprimento às recomendações referidas no item do RA.

**Código SIORG:** Código assinalado no SIORG (http://www.siorg.redegoverno.gov.br), para o setor responsável pela implementação, quando houver.

**Síntese da providência adotada**: Síntese da providência adotada pelo setor responsável retro referido.

**Síntese dos Resultados Obtidos**: Síntese dos resultados decorrentes da providência adotada, até o encerramento do exercício.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:** Análise crítica efetuada pelo gestor sobre os fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.

## 15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

O **Quadro A.15.4** abaixo contém as justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.11.3** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI.

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|---|---|
| **Denominação completa:** | | | **Código SIORG** |
| | | | |
| **Recomendações do OCI** | | | |
| **Recomendações expedidas pelo OCI** | | | |
| **Ordem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| | | | |
| **Órgão/entidade objeto da recomendação** | | | **Código SIORG** |
| | | | |
| **Descrição da Recomendação:** | | | |
| | | | |
| **Providências Adotadas** | | | |
| **Setor responsável pela implementação** | | | **Código SIORG** |
| | | | |
| **Justificativa para o seu não cumprimento:** | | | |
| | | | |
| **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | | | |
| | | | |

## 16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

**Objetivo:** Conhecer as providências adotadas pelas UJ para dar cumprimento às recomendações exaradas pela unidade de controle interno ou de auditoria interna, apresentadas em relatórios de auditoria realizada por essas unidades, ou as justificativas para o não cumprimento.

**Estrutura de Informação:** As informações sobre o atendimento, pelas unidades internas da UJ, das recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna devem ser apresentadas considerando os dois quadros seguintes, A.16.1 e A.16.2. O primeiro visa a demonstrar as providências e os resultados relativos às recomendações **atendidas** no exercício de referência do relatório de gestão. O segundo solicita as informações relacionadas às recomendações **não atendidas** pelas áreas internas da UJ. Em ambos os casos, devem ser prestadas as informações solicitadas independentemente da data de origem das recomendações.

**Abrangência:** unidade da administração pública federal indireta em cuja estrutura organizacional exista unidade de controle interno ou de auditoria interna e que tenha atendido, no exercício de referência, recomendações dessa unidade de controle ou apresente, no final desse mesmo exercício, recomendações da área interna de controle ainda sem atendimento. No caso de existência de unidade de controle interno equivalente na estrutura de UJ integrante da administração pública federal direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aplicam-se as orientações contidas neste item.

**Referências legais e normativas:**

- Decreto nº 3.591 de 6/9/2000, arts. 14 e 15, com alterações dadas pelos Decretos nºs 4.440/2002 e 4.304/2002 (unidades integrantes da administração indireta do Poder Executivo).

## 16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

O Quadro A.16.1 a seguir pretende colher informações sobre as recomendações expedidas pela unidade de controle interno ou de auditoria interna que tenham sido atendidas no exercício de referência do relatório de gestão, independentemente da data de origem de tais recomendações. Esse Quadro se divide em duas partes: a primeira destina-se à identificação da recomendação; a segunda pretende conhecer as informações sobre o cumprimento da recomendação. A estrutura desse Quadro deve ser replicada para todas as recomendações que se enquadrarem nessa situação, ou seja, que foram atendidas no exercício de referência do relatório de gestão.

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

| **Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna** | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | |
| **Data do Relatório de Auditoria** | |
| **Item do Relatório de Auditoria** | |
| **Comunicação Expedida/Data** | |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | |
| **Descrição da Recomendação** | |
| **Providências adotadas pela unidade interna responsável** | |
| **Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação** | |
| | |
| **Síntese das providências adotadas** | |
| | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | |
| | |
| **Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | |
| | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna**

**Identificação do Relatório de Auditoria**: Código ou número atribuído pela Unidade de Auditoria Interna ao Relatório de Auditoria onde está inserida a recomendação expedida.

**Data do Relatório de Auditoria**: Data em que o Relatório foi finalizado e homologado.

**Item do Relatório de Auditoria**: Item do relatório de auditoria do qual serão prestadas as informações pelo gestor.

**Comunicação Expedida/Data:** Expediente de comunicação adotado pela unidade de controle interno ou de auditoria interna para dar ciência ao gestor sobre a recomendação expedida, incluindo sua data de expedição.

**Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação:** Identificação da área específica da UJ para a qual a recomendação foi expedida.

**Descrição da Recomendação:** Descrição sucinta, mas com a preservação dos elementos caracterizadores, da recomendação feita pela unidade de auditoria interna.

**Providências adotadas pela unidade interna responsável**

**Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação**: Unidade administrativa (setor/departamento/repartição) encarregada de dar cumprimento à recomendação referida no relatório de auditoria.

**Síntese da providência adotada**: Descrição sucinta da providência adotada pela área responsável pelo atendimento da recomendação.

**Síntese dos Resultados Obtidos**: Descrição sucinta dos resultados decorrentes do atendimento da recomendação.

**Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:** Análise crítica efetuada pelo gestor sobre os fatores que possam ter contribuído positiva ou negativamente para o cumprimento da recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna.

## 16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

O Quadro A.16.2 a seguir pretende colher informações sobre as recomendações expedidas pela unidade de controle interno ou de auditoria interna que, ao final do exercício de referência do relatório de gestão, se encontravam pendentes de atendimento, independentemente da data de origem de tais recomendações. Esse Quadro se divide em duas partes: a primeira destina-se à identificação da recomendação; a segunda pretende conhecer as justificativas para o não cumprimento da recomendação. A estrutura desse Quadro deve ser replicada para todas as recomendações que se enquadrarem nessa situação, ou seja, não atendidas até o final do exercício de referência do relatório de gestão.

QUADRO A.16.2 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

| **Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna** | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | |
| **Item do Relatório de Auditoria** | |
| **Comunicação Expedida** | |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | |
| **Descrição da Recomendação** | |
| **Justificativas da unidade interna responsável** | |
| **Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação** | |
| | |
| **Justificativas para o não atendimento** | |
| | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna**

Para o grupo de campos dessa parte do Quadro A.16.2 aplicam-se as mesmas orientações para elaboração dos respectivos campos do Quadro A.16.1.

**Justificativas da unidade interna responsável**

**Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação**: Unidade administrativa (setor/departamento/repartição) encarregada de dar cumprimento à recomendação referida no relatório de auditoria.

**Justificativas para o não atendimento:** Devem ser explicitados os motivos que levaram ao não atendimento pela UJ das recomendações exaradas pela unidade de controle interno ou de auditoria interna. Também nesse campo, deve ser apresentada a data provável de atendimento, se for o caso.

# PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

## 17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

**Texto da DN:** Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

**Objetivo:** Evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis das unidades jurisdicionadas (UJ).

**Estrutura de Informação:** A Declaração poderá ser elaborada de três (3) formas distintas, de acordo com o julgamento do Contador: Declaração Plena, Com Ressalvas e Adversa. A primeira, quando as demonstrações contábeis refletirem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ que apresenta o relatório de gestão e estão de acordo com os princípios e as normas brasileiras de contabilidade; a segunda, quando a discordância do Contador não seja de tal magnitude que requeira Declaração Adversa; a terceira, quando as demonstrações contábeis não refletirem a adequada situação orçamentária, financeira e Patrimonial da UJ que apresenta o relatório de gestão.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que tenham a sua contabilização regida pela Lei nº 4.320/64 e que sejam usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

**Referências:**

- Lei nº 4.320/1964

### 17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

A Declaração do Contador responsável por UJ que apresenta Relatório de Gestão para dar cumprimento a normativo do TCU incluirá a denominação completa da UJ; o código da UJ no SIAFI (UG); o texto da Declaração, de acordo com os **Quadros B.1.1 e B.1.2** (De Conformidade ou da Não Conformidade) apresentados a seguir); local e data da elaboração da declaração; o nome completo do Contador responsável pela UJ, bem como o respectivo nº do registro do profissional no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | | | |
|---|---|---|---|
| **Denominação completa (UJ)** | | | **Código da UG** |
| | | | |
| Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.<br><br>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. | | | |
| **Local** | | **Data** | |
| **Contador Responsável** | | **CRC nº** | |

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | | | |
|---|---|---|---|
| **Denominação completa (UJ)** | | | **Código da UG** |
| | | | |
| Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:<br>a).....<br>b).....<br><br>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. | | | |
| **Local** | | **Data** | |
| **Contador Responsável** | | **CRC nº** | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS (comum aos Quadros B.1.1 e B.1.2)**

**Denominação completa**: A denominação da UJ depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta ou fundos ou serviços sociais autônomos será a denominação definida no ato de criação ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de se tratar de entidade da administração indireta será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

**Código da UG**: É o código SIAFI das UG constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que o utilizam em sua modalidade total.

**Texto da Declaração:** É o campo destinado ao registro da declaração do Contador, segundo os quadros B.1.1 e B.1.2 deste item, conforme a situação das demonstrações contábeis.

**Local**: Localidade da federação onde se situa a UJ e/ou onde a Declaração foi elaborada.

**Data:** Dia, mês e ano de elaboração da Declaração.

**Contador Responsável:** Nome do Contador responsável pela contabilidade da UJ e pela emissão da Declaração.

**CRC Nº: NÚMERO DO REGISTRO DO CONTADOR JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE.**

## 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN**: Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

**Objetivo:** Obter análise crítica acerca das demonstrações contábeis (Balanço Orçamentário; Balanço Patrimonial; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa), elaboradas pelas UJ e disponibilizadas ao Tribunal e Contas da União por meio do SIAFI ou de outro sistema adotado pela UJ.

**Estrutura de Informação:** A análise crítica, tendo como base o exercício de referência do relatório de gestão e os dois exercícios imediatamente anteriores, deve ser realizada individualmente, para cada tipo de demonstração contábil e, conjuntamente, em razão da inter-relação entre os diferentes tipos de demonstrações contábeis. Incentiva-se a utilização de índices para os principais agregados das respectivas demonstrações contábeis, a fim de se facilitar a tarefa de análise.

**Abrangência:** Órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, Empresas estatais dependentes, Fundos especiais, Autarquias e Fundações Públicas.

**Referências legais e normativas:**

- Lei nº 4.320/1964;
- Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6);
- Portaria STN nº 664/2010.

### 18.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta

A análise crítica deve evidenciar os critérios utilizados na elaboração das respectivas demonstrações contábeis, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e da aderência às normas em vigor.

Na realização da análise, além da observância dos aspectos acima referidos, o gestor poderá contemplar os seguintes aspectos:

18.1.1 Para o Balanço Orçamentário:

a) O confronto da receita prevista com a despesa fixada;
b) O confronto da receita prevista com a receita arrecadada;
c) O confronto da despesa fixada com a despesa realizada;
d) O confronto da receita arrecadada com a despesa realizada;
e) O tratamento dado ao excesso ou a frustração de arrecadação;
f) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;
g) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como quocientes de execução da receita e da despesa, quociente de cobertura dos créditos adicionais etc;
h) Valor do dinheiro no tempo.

18.1.2 Para o Balanço Financeiro:

a) O confronto da receita orçamentária com a despesa orçamentária;
b) O confronto da receita orçamentária com a despesa orçamentária paga;
c) O confronto da receita corrente com a despesa corrente;
d) O confronto da receita de capital com a despesa de capital;
e) O confronto da receita extraorçamentária com a despesa extraorçamentária;
f) O confronto da receita orçamentária acrescida das transferências financeiras recebidas e dos recebimentos extraordinários com a despesa orçamentária acrescida das transferências financeiras concedidas e dos pagamentos extraordinários;
g) Confronto do saldo que passará para o exercício seguinte com o saldo proveniente do exercício anterior;
h) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;
i) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como quociente orçamentário do resultado financeiro, quociente de resultado dos saldos financeiros, coeficientes da execução orçamentária corrente e de capital etc.;
j) Valor do dinheiro no tempo.

18.1.3 Para o Balanço Patrimonial:

a) O confronto do ativo financeiro com o passivo financeiro;
b) O confronto do ativo permanente com o passivo permanente;
c) O confronto das disponibilidades com o passivo circulante;
d) O confronto do ativo circulante com o passivo circulante;
e) O confronto das disponibilidades acrescida dos créditos de curto prazo com o passivo circulante;
f) O confronto do ativo circulante acrescido do ativo realizável a longo prazo com o passivo circulante acrescido do passivo não circulante;
g) O confronto do ativo circulante acrescido do ativo não circulante com o passivo circulante acrescido do passivo não circulante;
h) O confronto do passivo circulante acrescido do passivo não circulante com o total do ativo;
i) O confronto do passivo circulante com o passivo circulante acrescido do passivo não circulante;
j) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;
k) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como quociente da situação financeira, índices de liquidez imediata, geral, de endividamento etc.;
l) Valor do dinheiro no tempo.

8.1.4 Para a Demonstração das Variações Patrimoniais:

a) O confronto da totalidade das variações patrimoniais ativas (aumentativas) com a totalidade das variações patrimoniais passivas (diminutivas);
b) O confronto da mutação patrimonial ativa com a mutação patrimonial passiva;
c) O confronto das variações patrimoniais ativas (aumentativas), independente da execução orçamentária com as variações patrimoniais passivas (diminutivas), também, independente da execução orçamentária;
d) O confronto dos principais componentes da receita orçamentária (impostos, taxas e contribuições etc.) com a totalização das variações patrimoniais ativas (aumentativas);
e) O confronto dos principais componentes da despesa orçamentária (pessoal e encargos, benefícios previdenciários etc.) com a totalização das variações patrimoniais passivas (diminutivas);
f) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;
g) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como quociente do resultado das variações patrimoniais, quociente do resultado das mutações patrimoniais etc.;
h) Valor do dinheiro no tempo.

18.1.5 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa:

a) O confronto dos principais componentes do grupo de desembolsos (pessoal, juros e encargos da dívida etc.) do fluxo das operações com o total dos ingressos desse mesmo fluxo;

b) O confronto do caixa líquido gerado nas operações com o resultado patrimonial do exercício;

c) O confronto do caixa líquido gerado nas operações com o total do passivo;

d) O confronto do caixa líquido gerado nas operações com o total da geração líquida de caixa;

e) O confronto dos principais componentes do grupo de desembolsos (alienação de bens, amortização de empréstimos etc.) do fluxo das atividades de investimento com o total dos ingressos desse mesmo fluxo;

f) O confronto dos principais componentes do grupo de desembolsos (amortização da dívida etc.) do fluxo das atividades de financiamento com o total dos ingressos desse mesmo fluxo;

g) O confronto entre o fluxo das operações com os fluxos das atividades de investimento e de financiamento;

h) O confronto do fluxo de caixa gerado no exercício com os fluxos gerados nos dois exercícios anteriores;

i) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;

j) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como quociente da capacidade de amortização da dívida, quociente da atividade operacional etc.;

k) Valor do dinheiro no tempo.

## 19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

**Objetivo:** Obter análise crítica acerca das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, no caso de companhia aberta), elaboradas pelas UJ e disponibilizadas ao Tribunal de Contas da União por meio do Relatório de Gestão.

**Estrutura de Informação:** A análise crítica, tendo como base o exercício de referência do relatório de gestão e os dois exercícios imediatamente anteriores, deve ser realizada individualmente, para cada tipo de demonstração contábil e, conjuntamente, em razão da inter-relação entre os diferentes tipos de demonstrações contábeis. Incentiva-se a utilização de índices para os principais agregados das respectivas demonstrações, a fim de se facilitar a tarefa de análise.

**Abrangência:** Empresas Estatais que elaboram suas demonstrações contábeis com base na Lei nº 6.404/1976 e modificações posteriores, exceto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDES Participações (BNDESPar) e Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), já cobertos pelo item 10 da Parte C do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010. Excluem-se desta obrigação, também, as UJ relacionadas na Parte D do Anexo II da DN referida acima.

**Referências legais e normativas:**

- Lei nº 6.404/1976;
- Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

## 19.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais

A análise crítica deve evidenciar os critérios utilizados na elaboração das respectivas demonstrações contábeis, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e da aderência às normas em vigor.

Na realização da análise, além da observância dos aspectos acima referidos, o gestor poderá contemplar os seguintes conteúdos:

19.1.1 Para o Balanço Patrimonial:

a) O confronto do ativo circulante com o passivo circulante;
b) O confronto do passivo exigível com o patrimônio líquido;
c) O confronto do passivo exigível com o ativo total;
d) O confronto do resultado da equivalência patrimonial com investimentos em coligadas e controladas;
e) O confronto do ativo circulante com o passivo circulante;
f) O confronto do ativo permanente com o patrimônio líquido;
g) O confronto dos passivos contingentes com o patrimônio líquido;
h) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;
i) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como índices de liquidez corrente, de garantia de capitais de terceiros, de endividamento etc.;
j) Valor do dinheiro no tempo.

19.1.2 Para a Demonstração do Resultado do Exercício:

a) O confronto do lucro líquido do exercício com a receita operacional líquida;
b) O confronto do resultado operacional com o patrimônio líquido médio;
c) O confronto do lucro líquido com o patrimônio líquido médio;
d) O confronto das despesas administrativas com as receitas operacionais;
e) O confronto do resultado do exercício com o ativo total médio;
f) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;
g) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como índices de lucratividade, de rentabilidade operacional do patrimônio líquido etc.;
h) Valor do dinheiro no tempo.

19.1.3 Para a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados:

a) O confronto do saldo de lucros/prejuízos acumulados do exercício anterior (se houver) com o saldo do exercício de referência do relatório de gestão, bem como as justificativas da existência dos referidos saldos;
b) Considerações sobre ajustes de exercícios anteriores em virtude de efeitos decorridos de mudanças de critérios contábeis ou de retificação de erros de exercícios anteriores;
c) Considerações sobre a incorporação de lucros ao capital social, bem como sobre as reversões de reservas constituídas anteriormente;
d) Considerações sobre a destinação do lucro do exercício de referência do relatório de gestão;
e) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;
f) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices, caso tenha sido utilizados para elaboração da análise crítica.
g) Valor do dinheiro no tempo.

19.1.4 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa:

a) O confronto do fluxo das atividades operacionais com o passivo circulante;

b) O confronto do fluxo das atividades operacionais com o pagamento de dividendos ou com o pagamento de juros sobre o capital próprio;

c) O confronto do caixa líquido gerado nas operações com o resultado patrimonial do exercício;

d) O confronto do caixa líquido gerado nas operações com o total do passivo;

e) O confronto entre o fluxo das operações com os fluxos das atividades de investimento e de financiamento;

f) O confronto do fluxo das operações com o lucro líquido do exercício;

g) O confronto do fluxo de caixa gerado no exercício com os fluxos gerados nos dois exercícios anteriores;

h) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;

i) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como índice de cobertura de investimento, índice de financiamento dos investimentos etc.;

j) Valor do dinheiro no tempo.

19.1.5 Para a Demonstração do Valor Adicionado:

a) O confronto do valor adicionado distribuído aos empregados com a totalidade do valor adicionado a distribuir;

b) O confronto do valor adicionado distribuído aos governos com a totalidade do valor adicionado a distribuir;

c) O confronto do valor adicionado distribuído a terceiros com a totalidade do valor adicionado a distribuir;

d) O confronto do valor adicionado distribuído aos acionistas com a totalidade do valor adicionado a distribuir;

e) O confronto do valor adicionado retido sob a forma de lucros com a totalidade do valor adicionado a distribuir;

f) O confronto do valor adicionado líquido produzido pela entidade com a totalidade do valor adicionado a distribuir;

g) O confronto do valor adicionado recebido em transferência com a totalidade do valor adicionado a distribuir;

h) O confronto do valor dos insumos adquiridos de terceiros com o valor das receitas;

i) O confronto do valor adicionado total a distribuir com o valor do patrimônio líquido;

j) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;

k) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como participação de empregados no valor adicionado, grau de retenção do valor adicionado, capacidade de produzir riqueza etc.;

l) Valor do dinheiro no tempo.

## 20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

**Objetivo:** Evidenciar a composição acionária do capital social da UJ, bem como sua posição como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora), ao longo do exercício de competência do relatório de gestão e dos dois (2) anteriores, possibilitando a análise da evolução do controle acionário das empresas pertencentes à União, bem como verificar a participação dessas empresas em outras sociedades, com vistas a avaliar a existência e/ou o grau de risco de controle existente.

**Estrutura de Informação:** A Informação será estruturada de duas formas distintas: a primeira quando se referir à composição acionária do capital social, tendo a UJ como investida; a segunda quando se referir aos investimentos permanentes mantidos pela UJ como investidora.

**Abrangência:** Empresas da Administração Pública Federal cujo capital acionário esteja sob o controle da União.

**Referências:**

- Lei nº 6.404, 1967

### 20.1 Composição Acionária do Capital Social

A Composição Acionária do Capital Social da UJ como entidade investida incluirá a sua denominação completa, a relação dos acionistas com respectivas participações, divididos em governamentais e *free float* no exercício de referência e nos dois (2) anteriores, segregando-se as ações ordinárias das preferenciais, de acordo com o **Quadro B.4.1** abaixo.

QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

| UJ COMO INVESTIDA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Denominação completa:** | | | | |
| Texto | | | | |
| **Ações Ordinárias (%)** | | | | |
| **ACIONISTAS** | | **31/12/2011** | **31/12/2010** | **31/12/2009** |
| Governo | Tesouro Nacional | | | |
| | Outras Entidades Governamentais | | | |
| | Fundos de Pensão | | | |
| | Ações em Tesouraria | | | |
| | % Governo | | | |
| *Free Float* | Pessoas Físicas | | | |
| | Pessoas Jurídicas | | | |
| | Capital Estrangeiro | | | |
| | *% free float* | | | |
| **Subtotal Ordinárias (%)** | | | | |
| **Ações Preferenciais (%)** | | | | |
| **ACIONISTAS** | | **31/12/2011** | **31/12/2010** | **31/12/2009** |
| Governo | Tesouro Nacional | | | |
| | Outras Entidades Governamentais | | | |
| | Fundos de Pensão que recebem recursos públicos | | | |
| | Ações em Tesouraria | | | |
| | % Governo | | | |
| *Free Float* | Pessoas Físicas | | | |
| | Pessoas Jurídicas | | | |
| | Capital Estrangeiro | | | |
| | *% free float* | | | |
| **Subtotal Preferenciais (%)** | | | | |
| **Total** | | **100%** | **100%** | **100%** |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Denominação completa**: A denominação da UJ é aquela aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

**Ações Ordinárias:** Conjunto de ações com direito a voto nas assembleias. Este grupo está dividido em dois (2) subgrupos de acionistas: Governamentais e *Free Float*.

**Ações Preferenciais:** Conjunto de ações sem direito a voto nas assembleias. Este grupo está dividido em dois (2) subgrupos de acionistas: Governamentais e Não Governamentais.

**Governo:** Os acionistas governamentais são compostos por quatro (4) tipos, a saber: Tesouro Nacional, Outras Entidades Governamentais, Fundos de Pensão que recebem recursos públicos e Ações em Tesouraria.

***Free Float*:** Nas linhas correspondentes, devem ser registrados os percentuais relativos às ações (ordinárias e preferenciais) disponíveis para negociação em mercados organizados, classificando-os em Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas e Capital Estrangeiro.

**% Governo:** corresponde ao subtotal de participação de acionistas classificados como Governo, tanto em relação às ações ordinárias, quanto nas preferenciais.

**% *Free float*:** corresponde ao subtotal de participação de acionistas classificados como *free float*, tanto em relação às ações ordinárias, quanto nas preferenciais.

**Subtotal Ordinárias e Preferencial:** linhas destinadas a demonstrar a proporção, em relação ao capital total da UJ, das ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

## 20.2 Composição Acionária da UJ como investidora

A Composição Acionária da UJ como investidora incluirá a sua denominação completa; a relação das empresas investidas no exercício de referência e nos dois (2) exercícios imediatamente anteriores, segregando-se as ações ordinárias das preferenciais, de acordo com o **Quadro B.4.2** abaixo.

QUADRO B.4.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

| UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011 | | | |
|---|---|---|---|
| **Denominação Investidora** | | | |
| **Ações Ordinárias (% de participação)** | | | |
| **Empresa Investida** | **31/12/2011** | **31/12/2010** | **31/12/2009** |
| | | | |
| | | | |
| **Ações Preferenciais (% de participação)** | | | |
| **Empresa Investida** | **31/12/2011** | **31/128/2010** | **31/12/2009** |
| | | | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Denominação Investidora**: A denominação da UJ investidora é aquela aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

**Ações Ordinárias:** Conjunto de ações com direito a voto nas assembleias.

**Empresa Investida:** Campo destinado ao registro das entidades nas quais a UJ possui investimentos permanentes, com os respectivos percentuais de participação no total de ações ordinárias da investida, abrangendo o exercício de referência do relatório de gestão e os dois (2) exercícios imediatamente anteriores.

**Ações Preferenciais:** Conjunto de ações sem direito a voto nas assembleias.

**Empresa Investida:** Campo destinado ao registro das entidades nas quais a UJ possui investimentos permanentes, com os respectivos percentuais de participação no total de ações preferenciais da investida, abrangendo o exercício de referência do relatório de gestão e os dois (2) exercícios anteriores.

**Observação:** A Composição acionária da UJ como investidora somente deverá ser preenchida quando a participação total da UJ no capital social da investida ultrapassar o percentual de 10% do patrimônio líquido da investida.

# PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 –

# CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

## 21. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN:** Informações sobre a conformidade da distribuição dos recursos do Fundo Partidário como previsto nos Art. 40 a 43 da Lei nº 9.096/95, bem como sobre a prestação de contas pelos partidos políticos, no formato definido na portaria prevista no art. 4°, § 3° desta DN.

**Objetivo:** Demonstrar a origem dos recursos do Fundo Partidário, a distribuição das cotas desse Fundo aos partidos políticos, tanto no âmbito nacional quanto estadual, assim como a situação da prestação de contas por esses partidos e as análises feitas pelas unidades vinculadas à Justiça Eleitoral sobre tais contas.

**Estrutura da informação:** As informações devem ser demonstradas tomando-se por base as dimensões nacional (de responsabilidade do TSE) e Estadual (de responsabilidade dos TRE). As informações a serem demonstradas pelo TSE serão contempladas por intermédio de 7 (sete) quadros e as informações a serem demonstradas pelos TRE serão dispostas em 5 (cinco) quadros.

**Abrangência:** Unidades vinculadas à Justiça Eleitoral.

**Referências Legais e Normativas:**

- Lei nº 9.096, de 19/9/1995;
- Resolução TSE nº 21.841, de 22/6/2004.

### 21.1 Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE

O **Quadro C.1.1** abaixo deve ser preenchido com a relação de partidos políticos de âmbito nacional com registro no TSE vigente no final do exercício de referência do Relatório de Gestão.

QUADRO C.1.1 – RELAÇÃO DOS PARTIDOS

| SIGLA | NOME DO PARTIDO | REGISTRO NO TSE | | PRESIDENTE | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|---|
| | | NÚMERO | DATA | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

Fonte:

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**SIGLA:** Sigla do partido político.

**NOME DO PARTIDO:** Nome do partido político conforme registrado no TSE.

**REGISTRO NO TSE:** Devem ser informados o número do registro do partido político no TSE e a data em que ocorreu.

**PRESIDENTE:** Indicar o nome do presidente do partido político no encerramento do exercício de referência.

**PERÍODO:** Informar o período do mandato do presidente.

O **Quadro C.1.2** a seguir trata da demonstração das origens dos recursos que compõem o Fundo Partidário, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.096/95, no exercício de referência e nos dois exercícios imediatamente anteriores, e deve ser preenchido pelo TSE.

QUADRO C.1.2 – COMPOSIÇÃO DO MONTANTE ARRECADADO PELO FUNDO PARTIDÁRIO Valores em R$1,00

| ORIGEM DO RECURSO (ART. 38 DA LEI 9.096/95) | EXERCÍCIOS | | |
|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2009 |
| Multas e penalidades pecuniárias | | | |
| Recursos financeiros legais | | | |
| Doações de pessoas físicas | | | |
| Doações de pessoas jurídicas | | | |
| Repasse do Tesouro Nacional | | | |
| TOTAIS | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**ORIGEM DO RECURSO:** Em cada uma das linhas respectivas, devem ser informados os valores arrecadados pelo Fundo em conformidade com os incisos I, II, III e IV do art. 38 da Lei 9.096/95 nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

O **Quadro C.1.3** abaixo visa a demonstrar a forma em que os recursos arrecadados pelo Fundo foram distribuídos aos partidos políticos nacionais.

QUADRO C.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES DO FUNDO PARTIDÁRIO AOS PARTIDOS NO EXERCÍCIO DE 2011

| SIGLA DO PARTIDO | VALORES REPASSADOS (ART. 41-A DA LEI 9.096/95) EM R$1,00 | | | Nº DE VOTOS NA ÚLTIMA ELEIÇÃO PARA A CÂMARA FEDERAL |
|---|---|---|---|---|
| | PARTES IGUAIS (5% da arrecadação) | PARTES PROPORCIONAIS (95% da arrecadação) | TOTAL | |
| PARTIDO 1 | | | | |
| PARTIDO 2 | | | | |
| ... | | | | |
| PARTIDO N | | | | |
| SUBTOTAL | | | | |
| VALOR NÃO REPASSADO | | | | |
| TOTAL | | | | |

Fonte:

## ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO

Na coluna "SIGLA DO PARTIDO" devem ser relacionados os partidos de âmbito nacional com registro no TSE, mesmo que, por qualquer razão, não tenha recebido cota do Fundo no exercício, o que deve ser informado. Nessa mesma coluna, ao final, deve ser demonstrado o montante não distribuído.

Nas colunas que compõem o item "VALORES REPASSADOS" devem ser demonstradas as cotas recebidas pelos partidos de acordo com o art. 41-A da Lei 9.096/95.

Na última coluna, "Nº DE VOTOS NA ÚLTIMA ELEIÇÃO PARA A CÂMARA FEDERAL" deve ser informado o número de votos que cada partido obteve na eleição que foi tomada como base para a distribuição das contas, nos termos da segunda parte do art. 41-A da Lei 9.096/95.

O **Quadro C.1.4** a seguir trata da prestação de contas pelos partidos políticos ao TSE relativamente ao exercício de 2010, portanto, anterior ao exercício de referência do Relatório de Gestão. Nele também deve ser demonstrada a situação em que cada conta se encontrava no TSE ao final do exercício de 2011.

QUADRO C.1.4 – PARTIDOS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA

| SIGLA DO PARTIDO | DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2010 | | |
|---|---|---|---|
| | DATA | PROCESSO | SITUAÇÃO EM 2011 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

**LEGENDA**
**Situação em 2011:**
AN – Em análise
AP – Aprovada
AR – Aprovada com ressalva
DP – Desaprovada
RE – Em recurso

Fonte:

## ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO

Para cada partido político, que deve ser informado nas linhas do Quadro, devem ser indicados a data em que a prestação de contas foi entregue, o número do processo referente a essa prestação de contas, assim como a situação de tais contas, de acordo com a seguinte classificação:

- AN – Em análise;
- AP – Aprovada;
- AR – Aprovada com ressalva;
- DP – Desaprovada;
- RE – Em recurso.

No **Quadro C.1.5** a seguir, devem ser relacionados os partidos políticos que, até o final do exercício de 2011, ainda não haviam prestado as contas de 2010, assim como as medidas adotadas pelo TSE para regularizar a situação ou penalizar os responsáveis.

QUADRO C.1.5 – PARTIDOS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA

| SIGLA DO PARTIDO | MEDIDAS ADOTADAS PELO TSE |
|---|---|
| | |
| | |
| | |
| | |

O **Quadro C.1.6** a seguir visa a demonstrar, em relação ao exercício de referência do relatório de gestão e dos dois exercícios imediatamente anteriores, a situação da prestação de contas dos partidos, detalhando a data em que prestou contas, a data em que as contas foram julgadas pelo TSE (se já o foram), com o respectivo acórdão do julgamento.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas nos Quadros C.1.6 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO C.1.6 – SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DIREÇÕES NACIONAIS DOS PARTIDOS

| SIGLA DO PARTIDO | EXERCÍCIOS | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2011 | | | 2010 | | | 2009 | | |
| | Data da prestação | Data do julgamento | Acórdão | Data da prestação | Data do julgamento | Acórdão | Data da prestação | Data do julgamento | Acórdão |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

Fonte:

No **Quadro C.1.7** a seguir deve ser demonstrada a situação das contas de cada partido dos exercícios de 2006 a 2010, segundo a seguinte classificação:

- AN – Em análise;
- AP – Aprovada;
- AR – Aprovada com ressalva;
- DP – Desaprovada;
- RE – Em recurso.

QUADRO C.1.7 – JULGAMENTO DAS CONTAS DAS DIREÇÕES NACIONAIS DOS PARTIDOS

| SIGLA DO PARTIDO | SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE: | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 | 2006 |
| | | | | | |
| | | | | | |

**Legenda:**
AN – Em análise
AP – Aprovada
AR – Aprovada com ressalva
DP – Desaprovada
RE – Em recurso

Fonte:

## 21.2 Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE.

Os Quadros C.1.8, C.1.9, C.1.10, C.1.11 e C.1.12 a seguir devem ser preenchidos pelos Tribunais Regionais Eleitorais, de forma demonstrar a relação de partidos políticos, registrados em cada TRE, os valores que cada um recebeu de suas direções nacionais nos últimos exercícios, bem como informações sobre a prestação de contas.

Com o **Quadro C.1.8** a seguir devem ser relacionados os diretórios de partidos políticos registrados no TRE, informando a data e o número desse registro, bem como o nome do responsável e o período de seu mandato.

QUADRO C.1.8 – RELAÇÃO DOS DIRETÓRIOS DE PARTIDOS NO ESTADO

| SIGLA | NOME DO PARTIDO | REGISTRO NO TSE | | RESPONSÁVEL PELO DIRETÓRIO | PERÍODO |
|---|---|---|---|---|---|
| | | NÚMERO | DATA | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

Fonte:

O **Quadro C.1.9** abaixo visa a demonstrar as cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais dos partidos políticos nos exercícios de 2009 a 2011.

QUADRO C.1.9 – DISCRIMINAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO RECEBIDAS PELOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DAS DIREÇÕES NACIONAIS DOS PARTIDOS. Valores em $1,00

| SIGLA DO PARTIDO | EXERCÍCIOS | | |
|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2009 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| TOTAIS | | | |

Fonte:

No **Quadro C.1.10**, os TRE devem informar os dados das prestações de contas dos diretórios estaduais dos partidos políticos sob sua jurisdição relativamente ao exercício de 2010, portanto, exercício anterior ao de referência do Relatório de Gestão. Nesse Quadro devem ser discriminados a data e o número do processo de contas de cada diretório, assim como a situação em que tais contas se encontravam em 31/12/2011, conforme a seguinte classificação:

- AN – Em análise;
- AP – Aprovada;
- AR – Aprovada com ressalva;
- DP – Desaprovada;
- RE – Em recurso.

QUADRO C.1.10 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA

| SIGLA DO PARTIDO | DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2010 | | |
|---|---|---|---|
| | DATA | PROCESSO | SITUAÇÃO EM 2011 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

No **Quadro C.1.11** a seguir devem ser relacionados os diretórios estaduais que, até o final de 2011, ainda não haviam apresentado a prestação de contas do exercício de 2010, assim como as medidas adotadas pelo TRE em razão da inadimplência do diretório.

QUADRO C.1.11 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010

| SIGLA DO PARTIDO | MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE |
|---|---|
| | |
| | |
| | |

Finalmente, no **Quadro C.1.12**, o TRE deve demonstrar a situação em que se encontram as contas dos exercícios de 2006 a 2010 prestadas pelos diretórios estaduais dos partidos, considerando a seguinte classificação:

- AN – Em análise;
- AP – Aprovada;
- AR – Aprovada com ressalva;
- DP – Desaprovada;
- RE – Em recurso.

QUADRO C.1.12 – JULGAMENTO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DOS PARTIDOS

| SIGLA DO PARTIDO | SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE: | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 | 2006 |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| TOTAIS | | | | | |

**Legenda:**
AN – Em análise
AP – Aprovada
AR – Aprovada com ressalva
DP – Desaprovada
RE – Em recurso

Fonte:

## 22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN**: Informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos, da inadimplência e das operações de renegociação, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º desta DN.

**Objetivo**: Verificar a evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento, com base em um conjunto de informações financeiras prestadas pelo gestor do fundo.

**Estrutura de Informação**: A informação está estruturada em cinco (5) demonstrativos distintos onde se relacionam as diversas informações necessárias à análise da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento.

**Abrangência:** Fundos Constitucionais de Financiamento definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal.

**Referência Normativa:**

- Alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal;
- Arts. 72 e 73 da Lei nº 4.320, de 1964;
- Lei nº 7.827, de 27 de setembro 1989;
- Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;
- Portaria Interministerial MF/MI nº 11, de 28 de dezembro de 2005.

## 22.1 Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento

A evolução financeira dos fundos constitucionais de investimentos previstos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal será expressa por intermédio de cinco (5) demonstrativos distintos onde se relacionam as diversas informações necessárias à análise desta evolução, conforme **Quadros C.5.1, C.5.2, C.5.3, C.5.4** e **C.5.5** a seguir.

O **Quadro C.5.1** abaixo apresenta o número de operações em estado de adimplência e inadimplência, dividindo-se em operações de financiamento com risco compartilhado e com risco exclusivo, permitindo analisar a evolução da situação de inadimplência no exercício da gestão, comparativamente aos dois exercícios anteriores.

QUADRO C.5.1 - OPERAÇÕES CONTRATADAS COM RISCOS COMPARTILHADO E INTEGRAL DO FUNDO E DO BANCO OPERADOR

| Operações com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador (quantidades) | | | |
|---|---|---|---|
| **Situação** | **2011** | **2010** | **2009** |
| **Sem atraso (A)** | | | |
| **Com atraso (B)** | | | |
| **(B*100) / (A+B)** | | | |
| **Operações com risco integral do fundo (quantidades)** | | | |
| **Situação** | **2011** | **2010** | **2009** |
| **Sem atraso (A)** | | | |
| **Com atraso (B)** | | | |
| **(B*100) / (A+B)** | | | |
| **Operações com risco integral do banco operador (quantidades)** | | | |
| **Situação** | **2011** | **2010** | **2009** |
| **Sem atraso (A)** | | | |
| **Com atraso (B)** | | | |
| **(B*100) / (A+B)** | | | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Operações com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador**

**Situação** – A situação das operações com risco compartilhado pelo fundo são duas, quais sejam:

- **Sem atraso (A)** – Quantidade de operações que estavam adimplentes nas suas obrigações financeiras nos dias 31/12/2009, 31/12/2010 e 31/12/2011.
- **Com atraso (B)** – Quantidade de operações que estavam inadimplentes nas suas obrigações financeiras nos dias 31/12/2009, 31/12/2010 e 31/12/2011.

**(B*100) / (A+B)** – Participação percentual das operações inadimplentes em relação ao total de operações.

**Operações com risco integral do fundo**

**Situação** – A situação das operações com risco exclusivo do fundo são duas, quais sejam:

- **Sem atraso (A)** – Quantidade de operações que estavam adimplentes nas suas obrigações financeiras nos últimos dias de cada exercício.
- **Com atraso (B)** – Quantidade de operações que estavam inadimplentes nas suas obrigações financeiras no último dia de cada exercício.

**(B*100) / (A+B)** – Participação percentual das operações inadimplentes em relação ao total de operações.

**Operações com risco integral do banco operador**

**Situação** – A situação das operações com risco exclusivo do banco operador são duas, quais sejam:

- **Sem atraso (A)** – Quantidade de operações que estavam adimplentes nas suas obrigações financeiras no último dia de cada exercício.

- **Com atraso (B)** – Quantidade de operações que estavam inadimplentes nas suas obrigações financeiras no último dia de cada exercício.

**(B*100) / (A+B)** – Participação percentual das operações inadimplentes em relação ao total de operações.

O **Quadro C.5.2** abaixo contempla o saldo dos créditos de liquidação duvidosa até o dia 31/12/2011, considerados o valor do principal e encargos vencidos de operações contratadas, segregando-se as informações, de acordo com a quantidade de dias em atraso, em dois blocos: operações com atraso menor que 181 dias; operações com atraso entre 181 e 360 dias.

QUADRO C.5.2 - CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

**R$ 1,00**

| Natureza da Operação | Tamanho do atraso | |
|---|---|---|
| | Até 180 dias | De 181 a 360 dias |
| Com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador | | |
| Com risco integral do fundo | | |
| Com risco integral do banco operador | | |
| Total | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador** – Valores das operações contratadas na modalidade com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador.

**Com risco integral do fundo** – Valores das operações contratadas na modalidade de risco integral do fundo.

**Com risco integral do banco operador** – Valores das operações contratadas na modalidade de risco integral do banco operador

**Total** – Somatório dos valores das operações contratadas nas modalidades risco compartilhado entre o fundo e o banco operador; risco integral do fundo; risco integral do banco operador, de acordo com a quantidade de dias em atraso.

O **Quadro C.5.3** abaixo visa demonstrar o montante dos prejuízos contabilizados no exercício de referência do relatório de gestão, conforme as modalidades de risco das operações contratadas, nos termos da Portaria Interministerial MF/MI nº 11, de 28 de dezembro de 2005.

QUADRO C.5.3 - PREJUÍZOS CONTABILIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2011

**R$ 1,00**

| Natureza da Operação | Prejuízos contabilizados |
|---|---|
| **Assumidos em razão do risco compartilhado:** | |
| **▪ Contabilizados pelo fundo** | |
| **▪ Contabilizados pelo banco operador** | |
| **Assumidos pelo fundo em razão de risco integral** | |
| **Assumidos pelo banco operador em razão de risco integral** | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Assumidos em razão do risco compartilhado** – Valores dos prejuízos contabilizados em operações contratadas na modalidade com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador. Essa linha deve totalizar os valores a seguir:

**Contabilizados pelo fundo** - Valores dos prejuízos contabilizados pelo fundo em operações contratadas na modalidade com risco compartilhado;

**Contabilizados pelo banco operador** - Valores dos prejuízos contabilizados pelo banco operador em operações contratadas na modalidade com risco compartilhado.

**Assumidos pelo fundo em razão de risco integral** – Valores dos prejuízos contabilizados em operações contratadas na modalidade com risco integral do fundo.

**Assumidos pelo banco operador em razão de risco integral** – Valores dos prejuízos contabilizados em operações contratadas na modalidade com risco integral do banco operador.

O **Quadro C.5.4** abaixo visa demonstrar o volume de recursos ressarcidos pelos bancos operadores aos fundos de financiamento em razão de prejuízos em operações com risco compartilhado.

QUADRO C.5.4 - RESSARCIMENTOS EFETUADOS PELO BANCO OPERADOR AO FUNDO NO EXERCÍCIO DE 2011, DECORRENTES DE PERDAS EM OPERAÇÕES COM RISCO COMPARTILHADO.

**R$ 1,00**

| Mês de referência | Principal + Encargos das operações vencidas e não pagas | Valor ressarcido pelo banco operador | Correção de valores por atraso de ressarcimento |
|---|---|---|---|
| Janeiro | | | |
| Fevereiro | | | |
| Março | | | |
| Abril | | | |
| Maio | | | |
| Junho | | | |
| Julho | | | |
| Agosto | | | |
| Setembro | | | |
| Outubro | | | |
| Novembro | | | |
| Dezembro | | | |
| **Total** | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Mês de referência** - Mês do exercício a que se refere o relatório de gestão no qual o número de dias de parcelas vencidas e não pagas de operações contratadas superou 360 dias.

**Principal + Encargos das operações vencidas e não pagas** - Valor acumulado, até o mês de referência, do principal e encargos das operações contratadas com atrasos no pagamento de mais de 360 dias.

**Valor ressarcido pelo banco operador –** Valor de ressarcimento efetivamente pago pelo banco operador ao fundo em cada mês do exercício de referência, considerando a parcela de risco assumida pelo banco operador nas operações levadas a prejuízo.

**Correção de valores por atraso de ressarcimento** – Somatório da atualização, por meio da aplicação da taxa SELIC, de valores assumidos como prejuízo cujo ressarcimento pelo banco operador foi feito com atraso, conforme previsto no parágrafo único do art. 5º da Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O **Quadro C.5.5** abaixo contempla a quantidade mensal de ações de cobranças judiciais realizadas ao longo do exercício de referência, diferenciando-as de acordo com o risco associado à modalidade de contratação.

QUADRO C.5.5 - AÇÕES DE COBRANÇAS JUDICIAIS AJUIZADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

**R$ 1,00**

| MÊS | Risco Compartilhado | | Risco integral do fundo | | Risco Integral do banco operador | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| Janeiro | | | | | | |
| Fevereiro | | | | | | |
| Março | | | | | | |
| Abril | | | | | | |
| Maio | | | | | | |
| Junho | | | | | | |
| Julho | | | | | | |
| Agosto | | | | | | |
| Setembro | | | | | | |
| Outubro | | | | | | |
| Novembro | | | | | | |
| Dezembro | | | | | | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Risco Compartilhado** - Operações contratadas na modalidade de risco compartilhado entre o fundo e o banco operador:

**Qtd.** – Quantidade de operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco compartilhado;

**Valor** – Principal + encargos das operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco compartilhado.

**Risco integral do fundo** - Operações contratadas na modalidade de risco integral do fundo:

**Qtd.** – Quantidade de operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco integral do fundo;

**Valor** – Principal + encargos das operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco integral do fundo.

**Risco integral do banco operador** - Operações contratadas na modalidade de risco integral do fundo:

**Qtd.** – Quantidade de operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco integral do banco operador;

**Valor** – Principal + encargos das operações ajuizadas em cada mês, cujas contratações se deram na modalidade de risco integral do banco operador.

Após o preenchimento dos cinco (5) Quadros acima o gestor deverá tecer as considerações que entender necessárias sobre a gestão dos fundos constitucionais de financiamento, principalmente quanto às dificuldades relacionadas ao ressarcimento de operações inadimplentes.

**23. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**

**Texto da DN**: Indicadores de desempenho nos termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e modificações posteriores.

**Objetivo**: Verificar o desempenho operacional das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES com base em um conjunto de indicadores operacionais.

**Estrutura de Informação**: A informação está estruturada em dois demonstrativos distintos e complementares contemplando o primeiro uma série temporal dos cinco últimos exercícios com um conjunto de itens de informação sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários, enquanto o segundo demonstrativo contempla uma série temporal que abrange o exercício de referência do relatório de gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores, com os doze (12) indicadores definidos na Decisão nº TCU 408/2002 e modificação posteriores.

**Abrangência:** Instituições Federais de Ensino Superior - IFES;

**Referência Normativa:**

- Decisão nº TCU 408/2002 - Plenário;
- Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão – Versão revisada em 2006 – TCU – SESu/MEC - CGU.

## 23.1 Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário e modificações posteriores

A Decisão TCU nº 408/2002 determinou que a partir do exercício de 2002 as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores operacionais que possibilitasse a avaliação do desempenho operacional da instituição pelo Tribunal.

Para efeito dessa Decisão, a apresentação dos indicadores será realizada em dois demonstrativos complementares contendo o primeiro uma série temporal com os cinco últimos exercícios de um conjunto de itens de informação sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários, enquanto o segundo contempla uma série temporal que abrange o exercício de referência do relatório de gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores, com os doze (12) indicadores definidos na Decisão nº TCU 408/2002 e modificações posteriores, conforme os **Quadros C.7.1** e **C.7.2** a seguir.

QUADRO C.7.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU N.º 408/2002

| INDICADORES PRIMÁRIOS | EXERCÍCIOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 |
| Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários) | | | | | |
| Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários) | | | | | |
| Número de professores equivalentes | | | | | |
| Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários) | | | | | |
| Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários) | | | | | |
| Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG) | | | | | |
| Total de alunos na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG) | | | | | |
| Alunos de residência médica (AR) | | | | | |
| Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI) | | | | | |
| Número de alunos equivalentes da graduação (AGE) | | | | | |
| Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI) | | | | | |
| Número de alunos tempo integral de residência médica (ARTI) | | | | | |

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários) –** É o resultado da seguinte equação:

**Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários) =**

(+) Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UG, inclusive hospitais universitários, se houver (conta SIAFI nº 3.30.00.00)

(-) 65 % das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade

(-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.01)

(-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.03)

(-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.91)

(-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade

(-) Despesas com pessoal cedido - técnico-administrativo do órgão Universidade

(-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade

(-) Despesa com afastamento País/Exterior - técnico-administrativo do órgão Universidade.

**Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários) –** É o resultado da seguinte equação:

**Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários) =**

(+) Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UG, inclusive hospitais universitários, se houver (conta SIAFI nº 3.30.00.00)

(-) 100 % das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade

(-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.01)

(-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.03)

(-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.91)

(-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade

(-) Despesas com pessoal cedido - técnico-administrativo do órgão Universidade

(-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade

(-) Despesa com afastamento País/Exterior - técnico-administrativo do órgão Universidade.

**Número de professores equivalentes** – É o resultado da seguinte equação:

**Número de professores equivalentes =**

(+) professores em exercício efetivo no ensino superior (graduação, pós-graduação stricto sensu e residência médica), inclusive ocupantes de funções gratificadas e cargos comissionados

(+) substitutos e visitantes

(-) professores afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício

**Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)** – É o resultado da equação:

**Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários) =**

(+) professores que atuam exclusivamente no ensino médio e/ou fundamental

(+) servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, inclusive hospitais universitários e maternidade

(+) contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias ou de 6 horas, em caso de exigência legal, excluídos postos de trabalho nos hospitais universitários e maternidade.

(-) funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício

**Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)** – É o resultado da equação:

**Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários) =**

(+) professores que atuam exclusivamente no ensino médio e/ou fundamental

(+) servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, excluindo aqueles vinculados exclusivamente a hospitais universitários e maternidade

(+) contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias ou de 6 horas, em caso de exigência legal, excluídos postos de trabalho nos hospitais universitários e maternidade

(-) funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício

**Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)** - Aluno efetivamente matriculado na graduação é aquele que realiza sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final ou a monografia;

**Total de alunos na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)** - Aluno efetivamente matriculado na pós-graduação é aquele que realiza sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente a dissertação ou a tese;

**Alunos de residência médica (AR)** - Aluno efetivamente matriculado na residência médica é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas;

**Número de alunos da graduação em tempo integral (AGTI)** - É calculado pela fórmula:

**AGTI = Σtodos os cursos {(NDI* DPC)(1+ [Fator de Retenção]) + ((NI - NDI)/4) * DPC}**

**NDI** = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso, equivalendo ao número de alunos aptos a colar grau. Esse número é o total (1° e 2° semestres) do ano letivo correspondente ao exercício. Caso o dado do 2° semestre do ano em questão não esteja disponível, substituir pelo do 2° semestre do ano eletivo anterior;

**DPC** = Duração padrão do curso, de acordo com a tabela da SESu;

**NI** = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso, devendo ser considerados apenas os alunos que ingressaram, pela primeira vez, no curso superior considerado;

**Fator de Retenção** = calculado de acordo com metodologia da SESu.

**Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)** – É calculado pela fórmula:

**AGE = Σtodos os cursos {(NDI* DPC)(1+ [Fator de Retenção]) + ((NI - NDI)/4) * DPC} * [Peso do grupo em que se insere o curso]**

**Ou**

**AGE = AGTI * [Peso do grupo em que se insere o curso]**

**NDI** = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso, equivalendo ao número de alunos aptos a colar grau. Esse número é o total (1° e 2° semestres) do ano letivo correspondente ao exercício. Caso o dado do 2° semestre do ano em questão não esteja disponível, substituir pelo do 2° semestre do ano eletivo anterior;

**DPC** = Duração padrão do curso, de acordo com a tabela da SESu;

**NI** = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso, devendo ser considerados apenas os alunos que ingressaram, pela primeira vez, no curso superior considerado;

**Fator de Retenção** = calculado de acordo com metodologia da SESu.

**Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)** – É calculado pela fórmula:

**APGTI = 2 * APG**

**APG** = Total de alunos na pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.

**Número de alunos tempo integral de residência médica (ARTI)** – É calculado pela fórmula:

**ARTI = 2 * AR**

**AR** = Alunos de residência médica.

**Observações:**

**Considerações sobre o Cálculo do Custo Corrente:**

• O número de servidores e docentes cedidos ou afastados a ser considerado para o cálculo das despesas deve ser aquele apurado no dia 31/12 de cada exercício, subtraindo-se a despesa total no ano com cada servidor ou docente cedido ou afastado, mesmo que o afastamento tenha sido apenas por alguns meses. Dessa forma, na média, estarão sendo compensadas as despesas daqueles que ficaram afastados a maior parte do ano, mas estejam trabalhando em 31/12, as quais, pela sistemática adotada, não devem ser subtraídas.

• O custo corrente será aquele realizado entre 01/01 e 31/12 do exercício, independentemente do ano letivo.

• Não devem ser subtraídas as despesas com pessoal cedido que forem reembolsadas pela entidade à qual foi cedido o servidor.

• Devem ser subtraídas as despesas com os afastamentos para servir em outro órgão ou entidade, mandato eletivo, e estudo ou missão no exterior (Título III, Capítulo V, da Lei nº 8.112/90) ou no país, não caracterizados como capacitação.

• Não devem ser subtraídas despesas de pessoal em licença por motivo de doença em pessoa da família, enquanto houver remuneração (Título III, Capítulo IV, Seção II, da Lei nº 8.112/90), em licença para capacitação (Título III, Capítulo IV, Seção VI, da Lei nº 8.112/90), inclusive licenças para mestrado ou doutorado, ou em licença para tratamento de saúde, licença gestante, adotante ou paternidade e licença por acidente em serviço (Título VI, Capítulo II, Seções IV, V e VI, da Lei nº 8.112/90).

**Considerações sobre o Cálculo dos Professores Equivalentes**

▪ Deve ser considerado como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem Dedicação Exclusiva - DE), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de dedicação:

| Regime de Dedicação | Peso |
|---|---|
| 20 horas/semana | 0,50 |
| 40 horas/semana | 1,00 |
| Dedicação Exclusiva | 1,00 |

▪ Professores que atuam exclusivamente no ensino médio de escolas vinculadas à IFES não devem ser contabilizados como professores, e sim como funcionários.

**Considerações sobre o Cálculo do número de Funcionários Equivalentes**

Deve ser considerado como referência o servidor de tempo integral (40 horas/semana), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho:

| Regime de Trabalho | Peso |
|---|---|
| 20 horas/semana | 0,50 |
| 30 horas/semana | 0,75 |
| 30 horas/semana | 1,00 |

**Cálculo dos Alunos**

São considerados no cálculo todos os alunos registrados no ano letivo referente ao exercício em cursos de:

a) graduação, ministrados nos turnos diurno e noturno;
b) pós-graduação *stricto sensu*: mestrado e doutorado;
c) residência médica;
d) os dados semestrais devem ser somados e divididos por dois;
e) não devem ser incluídos alunos ou participantes de atividades de extensão e de especialização;
f) não devem ser considerados alunos de mestrado profissionalizante;
g) não devem ser incluídos alunos de cursos a distância.

Para efeito do cálculo do número de alunos equivalente deverá ser utilizada a seguinte tabela de áreas, fator de retenção e duração padrão.

**TABELA SESU - ÁREAS, FATOR DE RETENÇÃO E DURAÇÃO PADRÃO.**

| Área | Descrição da Área | Fator de Retenção | Duração Padrão |
|---|---|---|---|
| CS1 | Medicina | 0,0650 | 6 |
| CS2 | Veterinária, Odontologia, Zootecnia | 0,0650 | 5 |
| CET | Ciências Exatas e da Terra | 0,1325 | 4 |
| CB | Ciências Biológicas | 0,1250 | 4 |
| ENG | Engenharias | 0,0820 | 5 |
| TEC | Tecnólogos | 0,0820 | 3 |
| CS3 | Nutrição, Farmácia | 0,0660 | 5 |
| CA | Ciências Agrárias | 0,0500 | 5 |
| CE2 | Ciências Exatas - Computação | 0,1325 | 4 |

| Área | Descrição da Área | Fator de Retenção | Duração Padrão |
|---|---|---|---|
| CE1 | Ciências Exatas – Matemática e Estatística | 0,1325 | 4 |
| CSC | Arquitetura/Urbanismo | 0,1200 | 4 |
| A | Artes | 0,1150 | 4 |
| M | Música | 0,1150 | 4 |
| CS4 | Enfermagem, Fisioterapia,Fonoaudiologia e Educação Física | 0,0660 | 5 |
| CSA | Ciências Sociais Aplicadas | 0,1200 | 4 |
| CSB | Direito | 0,1200 | 5 |
| LL | Linguística e Letras | 0,1150 | 4 |
| CH | Ciências Humanas | 0,1000 | 4 |
| CH1 | Psicologia | 0,1000 | 5 |
| CH2 | Formação de Professor | 0,1000 | 4 |

**Considerações Gerais:**

- os dados informados são relativos ao exercício encerrado, não devendo serem utilizados dados parciais ou estimativos. Se, porventura, os resultados do segundo semestre não estiverem disponíveis, devem ser utilizados os do mesmo semestre do exercício anterior. Os resultados finais dos indicadores devem ser apresentados com duas casas decimais;
- devem ser considerados apenas os dados relativos a cursos permanentes gratuitos (graduação e pós-graduação), excluindo-se aqueles que visam a atender demandas específicas, como, por exemplo, cursos mantidos com recursos advindos de convênios e parceiras com instituições públicas ou privadas ou pagos pelo próprio aluno.

Preenchido o demonstrativo anterior com informações sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários, a UJ deve preencher o demonstrativo abaixo onde serão apresentados os doze (12) indicadores fixados pela Decisão TCU nº 408/2002 - Plenário e modificações.

QUADRO C.7.2 – RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N.º 408/2002

| Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P | EXERCÍCIOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 |
| Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente | | | | | |
| Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente | | | | | |
| Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente | | | | | |
| Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU | | | | | |
| Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU | | | | | |
| Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente | | | | | |
| Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente | | | | | |
| Grau de Participação Estudantil (GPE) | | | | | |
| Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG) | | | | | |
| Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação | | | | | |
| Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) | | | | | |
| Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) | | | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente** – É o resultado da seguinte fórmula:

Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente = Custo Corrente com HU / (AGE + APGTI + ARTI)

**Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente** – É o resultado da seguinte fórmula:

Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente = Custo Corrente sem HU / (AGE + APGTI + ARTI)

**Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente** – É o resultado da seguinte fórmula:

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente = (AGTI + APGTI + ARTI) / Número de professores equivalentes

**Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU** – É o resultado da seguinte fórmula:

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU = (AGTI + APGTI + ARTI) / Funcionário Equivalente com HU

**Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU** – E o resultado da seguinte fórmula:

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU = (AGTI + APGTI + ARTI) / Funcionário Equivalente com HU

**Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente** - É o resultado da seguinte fórmula:

Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = Funcionário Equivalente com HU / Número de professores equivalentes

**Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente** - É o resultado da seguinte fórmula:

Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = Funcionário Equivalente sem HU / Número de professores equivalentes

**Grau de Participação Estudantil (GPE)** - É o resultado da seguinte fórmula:

Grau de Participação Estudantil (GPE) = AGTI / AG

**Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)** - É o resultado da seguinte fórmula:

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG) = APG / (AG + APG)

**Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação** - É o resultado da seguinte fórmula:

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação = (Σ conceitos de todos os programas de pós-graduação) / Número de programas de pós-graduação

- Para obter o Conceito CAPES da IFES, deve ser feita a média aritmética dos conceitos CAPES de todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* (com mestrado ou com mestrado e doutorado) da instituição que tenham sido objeto de avaliação. Não devem ser considerados os cursos de mestrado profissionalizante;
- Deve ser considerado o conceito da última avaliação realizada pela CAPES, cujos valores podem variar de 1 a 7, sendo que, para os programas que oferecem apenas o Mestrado, a nota máxima é 5, enquanto que, para os programas que também oferecem Doutorado, a nota máxima é 7.

**Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)** - É o resultado da seguinte fórmula:

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) = (5D +3M+2E+G) / D+M+E+G

- Para qualificar o corpo docente, é aplicada, ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício), a seguinte ponderação, sem considerar o regime de trabalho (20 h ou 40 h semanais):

| QUALIFICAÇÃO | PESO |
|---|---|
| Docentes doutores (D) | 5 |
| Docentes mestres (M) | 3 |
| Docentes com especialização (E) | 2 |
| Docentes graduados (G) | 1 |

**Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)** - É o resultado da seguinte fórmula:

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) = Número de diplomados / Número total de alunos ingressantes

- Para o número de diplomados (NDI), deve-se considerar o número de concluintes (que completaram os créditos, mesmo não tendo colado grau) dos cursos no ano letivo correspondente ao exercício, somando-se o número de concluintes nos dois semestres do ano.
- Se o número de diplomados do 2° semestre do ano de referência do relatório de gestão não estiver disponível, em decorrência de atraso no calendário letivo, devem ser utilizados no cálculo o número de diplomados do 2° semestre do ano anterior ao de referência e número de diplomados do 1° semestre do ano de referência.

- Os alunos dos cursos em extinção devem ser considerados normalmente, enquanto houver turmas regulares concluindo o curso. No entanto, não devem ser considerados os ingressantes de cursos novos, que ainda não tiveram turmas regulares de concluintes.
- Para o cálculo dos ingressantes, deve ser considerado o ano ou semestre do suposto ingresso dos estudantes que se graduam no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso.
- Exemplificando, no caso de cursos anuais, consideram-se os seguintes ingressantes para o cálculo da TSG do exercício de 2002:
  - cursos com duração padrão de 4 anos - ingressantes durante o exercício de 1999 (NI4);
  - cursos com duração padrão de 5 anos - ingressantes durante o exercício de 1998 (NI5);
  - cursos com duração padrão de 6 anos - ingressantes durante o exercício de 1997 (NI6).
  - N° total de alunos ingressantes = NI4 + NI5 + NI6
  - No caso de cursos semestrais, consideram-se os seguintes ingressantes para o cálculo da TSG do exercício de 2002 (concluintes nos 2 semestres de 2002):
  - duração padrão de 8 semestres - ingressantes no 2° sem/1998 e no 1° sem/1999 (NI8):

| 1998 | | 1999 | | 2000 | | 2001 | | 2002 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1° Sem | 2° Sem | 1° Sem | 2° Sem | 1° Sem | 2° Sem | 1° Sem | 2° Sem | 1° Sem | 2° Sem |
| | Ingressante A | | | | | | | Concluinte A | |
| | | Ingressante B | | | | | | | Concluinte B |

  - duração padrão de 10 semestres - ingressantes no 2° sem/1997 e no 1° sem/1998 (NI10);
  - duração padrão de 12 semestres - ingressantes no 2 sem/1996 e no 1° sem/1997 (NI12);
  - N° total de alunos ingresantes = NI8 + NI10 + NI12.

---

**24. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.**

**Texto da DN**:

a) Relatório de revisão dos critérios adotados quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras elaborado pelo auditor independente na forma do art. 12 da Resolução BACEN nº 2.682, de 21/12/1999;

b) Demonstração e análise da situação econômico-financeira, com base em índices referentes aos três últimos exercícios sociais, no formato definido na portaria prevista no art. 4°, § 3° desta DN;

c) Composição da carteira de financiamentos concedidos, abrangendo dados percentuais por setores da economia beneficiados, por região do país, por local de aplicação (inclusive no exterior);

d) Perfil das empresas interessadas ou beneficiadas pelos financiamentos, incluindo o porte (pequenas, médias ou grandes) e a região em que se encontram sediadas;

e) Índice de indeferimento dos pedidos formulados, indicando as principais causas.

**Objetivo**: Evidenciar o desempenho econômico-financeiro da UJ em dado momento, possibilitando aos órgãos de controle analisar o desempenho econômico-financeiro da UJ em determinado período, a fim de avaliar os reflexos das decisões tomadas pelos gestores sobre o patrimônio da UJ.

**Estrutura de Informação**: A informação necessária à análise está estruturada em dois (2) demonstrativos, contemplando o primeiro um total de onze (11) índices que servirão de base para a análise da situação econômico-financeira dos órgãos e entidades endereçados, e o segundo um conjunto de nove (9) índices que servirão de base para a análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ.

**Abrangência:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDES Participações (BNDESPar) e Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame)

**Referência Normativa:** Não há legislação específica que trate sobre o tema, porém o §4°, art. 176 da Lei 6.404/78, dispõe que: As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

---

## 24.1 Análise da situação econômico-financeira

A análise da situação econômico-financeira dos órgãos endereçados deverá estar baseada em um conjunto de onze (11) índices que comporão um quadro-resumo sobre o comportamento econômico-financeiro do órgão/entidade no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois exercícios imediatamente anteriores, conforme **Quadro C.10.1** a seguir:

QUADRO C.10.1 - INDICADORES ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

| Indicadores de desempenho econômico-financeiro | | | |
|---|---|---|---|
| **Indicadores** | **2011** | **2010** | **2009** |
| Liquidez Corrente | | | |
| Garantia de Capitais de Terceiros | | | |
| Endividamento | | | |
| Lucratividade | | | |
| Rentabilidade Operacional do PL | | | |
| Rentabilidade Final do PL | | | |
| Rentabilidade dos Investimentos em Controladas/Coligadas | | | |
| Rentabilidade do Ativo total | | | |
| Imobilização do Patrimônio Líquido | | | |
| Provisão Média da Carteira de Crédito | | | |
| Índice de Eficiência | | | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Liquidez Corrente:** O índice de Liquidez Corrente é obtido mediante a divisão do valor do Ativo Circulante, consignado no Balanço Patrimonial, pelo Passivo Circulante, também registrado no mesmo demonstrativo contábil, multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

**Liquidez Corrente** = (Ativo Circulante / Passivo Circulante) x 100

**Garantia de Capitais de Terceiros:** O índice de Garantia de Capitais de Terceiros é obtido mediante a divisão do valor do Passivo Exigível, consignado no Balanço Patrimonial, pelo Patrimônio Líquido, também registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

**Garantia de Capitais de Terceiros** = Passivo Exigível / Patrimônio Líquido

**Endividamento:** O índice de Endividamento é obtido mediante a divisão do valor do Passivo Exigível, consignado no Balanço Patrimonial, pelo Ativo Total, também registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

**Endividamento** = Passivo Exigível / Ativo Total

**Lucratividade:** O índice de Lucratividade é obtido mediante a divisão do valor do Lucro Líquido do Exercício, consignado nas Demonstrações de Resultado, multiplicado por cem (100), pela Receita Operacional Líquida, também registrada no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

**Lucratividade** = (Lucro Líquido do Exercício x 100) / Receita Operacional Líquida

**Rentabilidade Operacional do PL:** O índice de Rentabilidade Operacional do PL é obtido mediante a divisão do valor do Resultado Operacional, consignado na Demonstração do Resultado, multiplicado por cem (100), pelo Patrimônio Líquido Médio, registrado no Balanço Patrimonial, conforme a equação abaixo:

**Rentabilidade Operacional do PL** = (Resultado Operacional x 100) / Patrimônio Líquido Médio

**Rentabilidade Final do PL:** O índice de Rentabilidade Final do PL é obtido mediante a divisão do valor do Lucro líquido, consignado na Demonstração de Resultado, multiplicado por cem (100), pelo Patrimônio Líquido Médio, registrado no Balanço Patrimonial, conforme a equação abaixo:

**Rentabilidade Final do PL** = (Lucro líquido x 100) / Patrimônio Líquido Médio

**Rentabilidade dos Investimentos em Controladas/Coligadas:** O índice de Rentabilidade dos Investimentos em Controladas/Coligadas é obtido mediante a divisão do valor do Resultado da

Equivalência Patrimonial, consignado no Balanço Patrimonial, multiplicado por cem (100), pelo total de Investimentos em Coligadas e Controladas, registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

**Rentabilidade dos Investimentos em Controladas/Coligadas** = (Resultado da Equivalência Patrimonial x 100) / Investimentos em Coligadas e Controladas

**Rentabilidade do Ativo total:** O índice de Rentabilidade do Ativo total é obtido mediante a divisão do valor do Resultado do Exercício, consignado na Demonstração de Resultado, pelo Ativo Total Médio, registrado no Balanço Patrimonial, conforme a equação abaixo:

**Rentabilidade do Ativo total** = Resultado do Exercício / Ativo Total Médio

**Imobilização do Patrimônio Liquido:** O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido é obtido mediante a divisão do valor do Ativo Permanente, consignado no Balanço Patrimonial, multiplicado por cem (100), pelo total de Patrimônio Líquido, registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

**Imobilização do Patrimônio Líquido** = (Ativo Permanente x 100) / Patrimônio Líquido

**Provisão Média da Carteira de Crédito:** O índice de Provisão Média da Carteira de Crédito é obtido mediante a divisão do valor da Provisão para Devedores Duvidosos, consignado no Balanço Patrimonial, multiplicado por cem (100), pelo total de Operações de Crédito, registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

**Provisão Média da Carteira de Crédito** = (Provisão para Devedores Duvidosos x 100) / Operações de Crédito

**Índice de Eficiência:** O índice de Eficiência é obtido mediante a divisão do valor das Despesas Administrativas, consignado na Demonstração de Resultados, pelo total das Receitas Operacionais, registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

**Índice de Eficiência** = Despesas Administrativas / Receitas Operacionais

## 24.2 Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ

O cálculo dos indicadores da distribuição da riqueza gerada pela UJ deverá estar baseada na Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e no Balanço Patrimonial e sua análise compreende um conjunto de nove (9) índices que comporão um quadro-resumo sobre a distribuição da riqueza gerada pelo órgão/entidade no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois exercícios imediatamente anteriores, conforme o **Quadro C.10.2** a seguir:

QUADRO C.10.2 - ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELA UJ

| Indicadores de distribuição de riqueza | | | |
|---|---|---|---|
| | Exercícios | | |
| Indicadores | 2011 | 2010 | 2009 |
| Participação de Empregados no VA | | | |
| Participação de Governos no VA | | | |
| Participação de Terceiros no VA | | | |
| Participação de Acionista no VA | | | |
| Grau de Retenção do VA | | | |
| Grau de Capacidade de Produzir Riqueza | | | |
| Grau de Riqueza Recebida em Transferência | | | |
| Grau de Contribuição na Formação de Riquezas de Outras Entidades | | | |
| Grau de Contribuição do PL na Geração de Riqueza | | | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Participação de Empregados no VA:** Indica o percentual de participação de empregados no valor adicionado a distribuir, obtido mediante a divisão do valor adicionado distribuído aos empregados (VADE) pelo valor adicionado total a distribuir (VAT), multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

**Participação de Empregados no VA** = (VADE /VAT) x 100

**Participação de Governos no VA:** Indica o percentual de participação dos governos no valor adicionado a distribuir, obtido mediante a divisão do valor adicionado distribuído aos governos (VADG) pelo valor adicionado total a distribuir (VAT), multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

**Participação de Governos no VA** = (VADG /VAT) x 100

**Participação de Terceiros no VA:** Indica o percentual de participação de terceiros no valor adicionado a distribuir, obtido mediante a divisão do valor adicionado distribuído a terceiros (VADT) pelo valor adicionado total a distribuir (VAT), multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

**Participação de Terceiros no VA** = (VADT /VAT) x 100

**Participação de Acionista no VA:** Indica o percentual de participação dos acionistas no valor adicionado a distribuir, obtido mediante a divisão do valor adicionado distribuído aos acionistas (VADA) pelo valor adicionado total a distribuir (VAT), multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

**Participação de Acionistas no VA** = (VADA /VAT) x 100

**Grau de Retenção do VA:** Indica o percentual de retenção do valor adicionado sob a forma de lucros retidos, obtido mediante a divisão do lucro retido (LR) pelo valor adicionado total a distribuir (VAT), multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

**Grau de Retenção do VA** = (LR /VAT) x 100

**Grau de Capacidade de Produzir Riqueza:** indica a capacidade da entidade em produzir riqueza, obtido mediante a divisão do valor adicionado líquido produzido pela entidade (VALPE) pelo valor adicionado total a distribuir (VAT), multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

**Grau de Capacidade de Produzir Riqueza** = (VALPE /VAT) x 100

**Grau de Riqueza Recebida em Transferência:** indica o percentual de riqueza recebida em transferência pela entidade (provenientes de participações em investimentos relevantes e receitas financeiras), obtido mediante a divisão do valor adicionado recebido em transferência (VART) pelo valor adicionado total a distribuir (VAT), multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

**Grau de Riqueza Recebida em Transferência** = (VART /VAT) x 100

**Grau de Contribuição na Formação de Riquezas de Outras Entidades:** indica quanto da riqueza gerada pela entidade está sendo transferida para outras entidade, obtido mediante a divisão do valor dos insumos adquiridos de terceiros (IAT), somado às retenções (Rt) pelo valor das Receitas (Rec), multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

**Grau de Contribuição na Formação de Riquezas de Outras Entidades** = ((IAT + Rt)/Rec) x 100

**Grau de Contribuição do PL na Geração de Riqueza:** indica o potencial do capital próprio para geração de riqueza de uma entidade, obtido mediante a divisão do valor adicionado total a distribuir (VAT) pelo valor do patrimônio líquido (PL), multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

**Grau de Contribuição do PL na Geração de Riqueza** = (VAT/PL) x 100

### 24.3 Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação econômico-financeira dos órgãos e entidades endereçados, bem assim sobre a distribuição da riqueza gerada, deverá considerar os índices apontados nos demonstrativos, examinando-se as suas evoluções entre os exercícios consignados.

## 25. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN**: Informações sobre a remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.

**Objetivo**: Demonstrar a política de remuneração dos administradores das empresas estatais de forma a permitir a verificação da conformidade dos pagamentos realizados pela UJ a título de remuneração aos membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal com os requisitos estabelecidos pelas normas legais e societárias.

**Estrutura de Informação**: A informação está estruturada em uma parte textual, onde são exigidas informações sobre a política de remuneração vigente no exercício, e em outros três demonstrativos. O primeiro demonstrativo trata da remuneração individual total recebida pelos membros dos conselhos de administração e fiscal, enquanto o segundo trata dos valores consolidados de cada rubrica de remuneração paga aos administradores da UJ. O terceiro, por sua vez, trata dos valores consolidados a título de bônus e de participação no resultado da companhia.

**Abrangência:** Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União;

**Referências Legais e Normativas:**

- Lei nº 6.404/1976;
- Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009;
- Atas das Assembleias Ordinárias das empresas estatais que regulam a matéria;
- Estatuto e regimento interno da unidade jurisdicionada.

## 25.1 Remuneração paga aos administradores

A política de remuneração dos administradores, bem como os valores detalhados e consolidados pagos aos membros de cada órgão devem ser demonstrados por intermédio do conteúdo descritivo abaixo e dos quadros seguintes. Para fins de atendimento deste item, consideram-se órgãos a diretoria estatutária, o conselho de administração e o conselho fiscal.

25.1.1 Política de remuneração dos membros da diretoria estatutária e dos conselhos de administração e fiscal

A unidade jurisdicionada deve discorrer sobre a política ou prática de remuneração dos membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal, abrangendo os seguintes aspectos:

1) objetivos da política ou prática de remuneração;
2) composição da remuneração, indicando:
    a) a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;
    b) a proporção de cada elemento na remuneração total;
    c) a metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;
    d) as razões que justificam a composição da remuneração.
3) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;
4) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;
5) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada;
6) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;
7) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia;
8) caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:
    a) termos e condições gerais;
    b) objetivos do plano;
    c) número máximo de ações abrangidas;
    d) condições de aquisições de ações;
    e) forma de liquidação;
    f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão.
9) em relação à remuneração variável, comentar sobre:
    a) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.);
    b) os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável;
    c) os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas);
    d) a descrição dos benefícios oferecidos.

25.1.2 Demonstrativos sobre a remuneração de membros de diretoria e de conselhos

O **Quadro C.12.1** abaixo trata da remuneração mensal total de cada membro (titular e suplente) do **conselho de administração** e do **conselho fiscal** recebida no exercício de referência do relatório de gestão, além da indicação do período de exercício do cargo. Na identificação do membro do conselho **não podem** ser usados outros dados além do nome, podendo este ser abreviado conforme exemplo a seguir: João Ferreira Campos, em Campos, J.F.

**Observação:** este quadro, para melhor apresentação das informações exigidas, deve ser apresentado com orientação em paisagem e ser colocado como anexo ao relatório de gestão, com as devidas referências no texto do relatório.

QUADRO C.12.1 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL Valores em R$ 1,00

| Conselho de Administração | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome do Conselheiro(a) | Período | | Remuneração | | | | | | | | | | | | |
| | Início | Fim | jan | fev | mar | abr | mai | jun | Jul | ago | set | ou | nov | dez | Total |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Conselho Fiscal** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nome do Conselheiro(a) (T/S) | Período | | Remuneração | | | | | | | | | | | | |
| | Início | Fim | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | ou | nov | dez | Total |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

### Conselho de Administração

**Nome do Conselheiro(a)** – Nome do conselheiro(a), podendo ser abreviado como descrito acima.

**Período** – O período de exercício do cargo de conselheiro(a) é assinalado por duas datas, quais sejam: **Início**, que corresponde à data, no exercício de referência, em que o conselheiro(a) entrou no exercício do cargo; e **Fim**, que corresponde à última data, no exercício de referência, em que o conselheiro(a) atuou no cargo efetivamente. Se o conselheiro(a) já exercia o cargo no exercício anterior ou continuará a exercê-lo no exercício seguinte, as respectivas datas de Início e Fim não devem ser preenchidas, bastando assinalar uma marca de hífen ("-") no lugar da data.

**Remuneração** – Valores pagos a cada conselheiro, mês a mês, durante o exercício, devendo a coluna "total" expressar o valor acumulado no exercício. Neste item devem ser considerados todos os valores recebidos pelo membro de conselho a título de remuneração.

### Conselho Fiscal

**Nome do Conselheiro(a) (T/S)** – Nome do conselheiro seguido da indicação da natureza do seu cargo, qual seja (T) – Titular e (S) – Suplente, podendo ser abreviado conforme descrito anteriormente.

**Período** – O período de exercício do cargo de conselheiro é assinalado por duas datas, quais sejam: **Início**, que corresponde à primeira data, no exercício de referência, em que o conselheiro entrou no exercício do cargo; e **Fim**, que corresponde à última data, no exercício de referência, em que o conselheiro exerceu o cargo efetivamente. Se o conselheiro já exercia o cargo no exercício anterior ou continuará a exercê-lo no exercício seguinte, as respectivas datas de Início e Fim não devem ser preenchidas, bastando assinalar uma marca de hífen ("-") no lugar da data.

**Remuneração** – Valores pagos a cada conselheiro, mês a mês, durante o exercício, devendo a coluna "total" expressar o valor acumulado no exercício.

No **Quadro C.12.2** abaixo devem ser demonstrados os valores totais pagos, nos últimos três exercícios, aos membros da **diretoria estatutária**, do **conselho de administração** e do **conselho fiscal**, discriminados por rubrica de remuneração, devendo ser preenchido um Quadro para cada órgão, separadamente.

QUADRO C.12.2 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES Valores em R$ 1,00

| Identificação do Órgão | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | | | |
| **Remuneração dos Administradores** | **EXERCÍCIO** | | |
| | **2011** | **2010** | **2009** |
| **Número de membros:** | | | |
| **I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)** | | | |
| a) salário ou pró-labore | | | |
| b) benefícios diretos e indiretos | | | |
| c) remuneração por participação em comitês | | | |
| d) outros | | | |
| **II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))** | | | |
| a) bonus | | | |
| b) participação nos resultados | | | |
| c) remuneração por participação em reuniões | | | |
| d) comissões | | | |
| e) outros | | | |
| **III – Total da Remuneração ( I + II)** | | | |
| **IV – Benefícios pós-emprego** | | | |
| **V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo** | | | |
| **VI – Remuneração baseada em ações** | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Órgão:** deve ser indicado o nome do órgão correspondente: Diretoria Estatutária, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal.

**Número de membros**: deve ser indicada a quantidade de membros do colegiado de que tratam as informações, indicando, quando for o caso, a quantidade de membros titulares e suplentes.

**Remuneração Fixa**: devem ser totalizados os itens de remuneração cujos valores, por definição legal, normativa ou estatutária, **NÃO** sofrem variações em razão, por exemplo, de desempenho. Os subitens de remuneração são exemplificações, devendo a unidade jurisdicionada informar os itens que, de acordo com sua realidade, sejam enquadrados como remuneração fixa.

**Remuneração Variável**: devem ser totalizados os itens de remuneração cujos valores, por definição legal, normativa ou estatutária, podem variar em razão, por exemplo, de desempenho. Os subitens de remuneração são exemplificações, devendo a unidade jurisdicionada informar os itens que, de acordo com sua realidade, sejam enquadrados como remuneração variável.

**Benefícios pós-emprego**: devem ser indicados os benefícios (exceto benefícios de desligamento) que foram pagos no exercício a membro cujo mandato no cargo tenha terminado. Esses benefícios podem decorrem de acordos formais ou informais pelos quais a entidade tenha se comprometido a proporcionar benefícios pós-emprego para os membros de colegiado. Caso a empresa tenha praticado esse tipo de remuneração, deve ser feita nota explicativa ao Quadro demonstrando, em linhas gerais, as características do plano de benefício pós-emprego.

**Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**: devem se indicados os valores pagos a título de benefícios previstos quando da destituição de membro do cargo.

**Remuneração baseada em ações**: deve ser indicada a remuneração caracterizada pela transferência de instrumentos patrimoniais da empresa a membros de colegiado em troca da sua participação como membro de diretoria estatutária, de conselho de administração ou de conselho fiscal.

No **Quadro C.12.3** devem ser discriminados os valores distribuídos a membro de colegiados a título de bônus e de participação no resultado da companhia, discriminados nos itens de "a" a "h" relacionados.

QUADRO C.12.3 - DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES

Valores em R$ 1,00

| Identificação do Órgão | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | | | |
| **Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados** | **EXERCÍCIO** | | |
| | **2011** | **2010** | **2009** |
| **I – Bônus (a+b+c+d)** | | | |
| a) valor mínimo previsto no plano de remuneração | | | |
| b) valor máximo previsto no plano de remuneração | | | |
| c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | | | |
| d) valor efetivamente reconhecido no resultado | | | |
| **II – Participação no Resultado (e+f+g+h)** | | | |
| e) valor mínimo previsto no plano de remuneração | | | |
| f) valor máximo previsto no plano de remuneração | | | |
| g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | | | |
| h) valor efetivamente reconhecido no resultado | | | |
| **III – Total (I + II)** | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Órgão:** deve ser indicado o nome do órgão correspondente: Diretoria Estatutária, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal.

**Bônus**: deve ser totalizada a remuneração paga a membros de diretoria estatutária, de conselho de administração e de conselho fiscal a título de bônus no exercício, devendo ainda ser informado os parâmetros relacionados nos itens "a" a "d".

**Participação no Resultado**: deve ser totalizada a remuneração paga a membros de diretoria estatutária, de conselho de administração e de conselho fiscal a título de participação no resultado no exercício, devendo ainda ser informado os parâmetros relacionados nos itens "e" a "h".

## 26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN**: Informações sobre as contratações de consultores na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

**Objetivo**: Verificar o andamento dos serviços de consultoria prestado por pessoas físicas no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

**Estrutura de Informação**: A informação está estruturada em um demonstrativo, dividido em três segmentos onde se agrupam informações sobre os organismos internacionais cooperantes, os projetos de cooperação técnica realizados com esses organismos e os contratos de consultoria com pessoas físicas na modalidade "produto" associados a cada projeto.

**Abrangência:** Órgãos e entidades que executam a contratação de consultores na modalidade "produto" no âmbito de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

**Referência Normativa:**

- Decreto 5.151, de 22 de julho de 2004;
- Portaria 717, de 9 de dezembro de 2006, do Ministério das Relações Exteriores;
- Termos de referência da contratação de consultores na modalidade "produto" associados aos projetos de cooperação internacional com organismos internacionais celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

## 26.1 Contratação de consultores na modalidade "produto", no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

As informações sobre a contratação de consultores (pessoas físicas) na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais devem ser demonstradas no relatório de gestão por intermédio de demonstrativo específico contendo informações sobre os organismos cooperantes, os múltiplos projetos de cooperação técnica realizados com tais organismos e os diversos contratos celebrados com consultores na modalidade "produto" associados a cada projeto, conforme **Quadro C.16.1** abaixo.

QUADRO C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE "PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS — Valores em R$ 1,00

| **Identificação da Organização Internacional Cooperante** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome da Organização** | | | | | **Sigla** |
| | | | | | |
| **Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica** | | | | | |
| **Título do Projeto** | | | | | **Código** |
| ... | | | | | |
| **Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"** | | | | | |
| **Código do Contrato:** | | | | | |
| **Objetivo da consultoria: Texto** | | | | | |
| **Período de Vigência** | | **Remuneração** | | | |
| **Início** | **Término** | **Total Previsto no contrato** | **Total previsto no exercício** | **Total pago no exercício** | **Total pago até o final do exercício** |
| dd/mm/aaaa | dd/mm/aaaa | | | | |
| **Insumos Externos** | | | | | |
| | | | | | |
| **Produtos Contratados** | | | | | |
| **Descrição** | | | **Data prevista de entrega** | | **Valor** |
| **Texto ...** | | | dd/mm/aaaa | | |
| **Consultor contratado** | | | | | |
| **Nome do consultor:** | | | | **CPF:** | |
| **Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:** | | | | | |

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Identificação da Organização Internacional Cooperante**

**Nome da Organização** – Título ou denominação do organismo internacional cooperante, por exemplo: Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.

**Sigla** - Sigla pela qual o organismo internacional cooperante é conhecido, por exemplo: UNESCO.

**Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica**

**Título do Projeto** – Denominação do projeto de cooperação internacional celebrado com o organismo internacional cooperante, por exemplo: "Desenvolvimento institucional técnico-operacional para ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil".

**Código** – Código do projeto de cooperação internacional celebrado com o organismo internacional cooperante, que, no exemplo aqui utilizado é: OEI-BRA-08/007.

**Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"**

**Código do Contrato:** Código do contrato de consultoria pessoa física na modalidade "produto" realizado no âmbito do projeto de cooperação técnica referido no item anterior, por exemplo: ED03718/2008.

**Objetivo da consultoria:** Descrição sucinta do objetivo a ser atingido pela UJ com o apoio do consultor contratado, por exemplo: "Criar o acervo histórico da ANVISA".

**Período de Vigência**

**Início** – Data de início do contrato de consultoria no formato dd/mm/aaaa.

**Término** - Data de término do contrato de consultoria no formato dd/mm/aaaa.

**Remuneração**

**Total Previsto no contrato** – Valor total fixado no contrato para pagamentos dos serviços do consultor.

**Total previsto no exercício** - Valor fixado no contrato para pagamentos dos serviços do consultor no exercício de referência do relatório de gestão.

**Total pago no exercício** - Valor pago no exercício como retribuição aos serviços do consultor.

**Total pago até o final do exercício** - Valor pago acumulado até o final do exercício como retribuição aos serviços do consultor.

**Insumos externos** – Conjunto de insumos previstos no contrato que fornecerão o suporte necessário à realização dos serviços de consultoria pelo consultor contratado, por exemplo: Honorários, passagens, diárias, instalações físicas, equipamentos, etc.

**Produtos Contratados**

**Descrição** – Descrição sucinta dos produtos a serem apresentados pelo consultor em cumprimento ao contrato de consultoria.

**Data Prevista de entrega**– Data prevista para a apresentação do produto pelo consultor contratado no formato dd/mm/aaaa.

**Valor**– Valor previsto de remuneração do consultor contratado pela apresentação de cada produto estabelecido no contrato de consultoria.

**Consultor contratado**

**Nome do consultor** – Nome completo do consultor contratado no âmbito do contrato especificado.

**CPF** – Cadastro de pessoa física junto à Receita Federal do Brasil do consultor contratado no formato 999.999.999-99.

**Observações sobre a execução físico/financeira do contrato** – Observações a serem realizadas pela UJ sobre o andamento do contrato de consultoria pessoa física destacando as dificuldades e oportunidades surgidas ao longo do exercício que prejudicaram ou facilitaram o cumprimento do contrato pelo consultor.

**Observações:**

- Deverão ser relacionados todos os contratos de consultoria pessoa física na modalidade "produto" que tenham sido efetivados no exercício pela UJ, ou que efetivados em exercícios anteriores tenham sido prorrogados, independente da existência ou não de desembolso no exercício.
- Para estruturar o demonstrativo, deverá ser observada a seguinte estrutura:
    - Organismo internacional cooperante 1
        - Projeto 1
            - Contrato 1
            - Contrato 2
            - Contrato n
        - Projeto 2
            - Contrato 1
            - Contrato 2
            - Contrato n
        - Projeto "n"
            - ...
    - Organismo internacional cooperante 2
        - ...
            - ...
    - Organismo internacional cooperante "n"
- O somatório dos valores dos produtos contratados deverá corresponder ao campo **Total previsto no contrato**.

26.2 Análise Crítica

A análise crítica da contratação de consultores na modalidade "produto" deverá explicitar o entendimento do gestor quanto à eficácia da adoção deste mecanismo de aquisição de conhecimento especializado no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais executados na UJ.

## 27. PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto:** Informações sobre o acompanhamento e avaliação relacionados à supervisão de entidades públicas e privadas que tenham celebrado contrato de gestão (CG), incluindo a análise das metas estabelecidas e medidas adotadas pelo supervisor, visando ao alcance das metas acordadas.

**Objetivo:** Obter informações quantitativas e qualitativas sobre a supervisão de contratos de gestão celebrado por entidade da administração pública federal, de forma a possibilitar aos órgãos de controle conhecer as estruturas dessa supervisão, bem a análise sucinta do atingimento das metas acordadas nos referidos contratos.

**Estrutura de Informação:** A informação está estruturada de modo a se obter informações que permitam avaliar, em caráter geral, o resultado da ação pública exercida por meio da celebração de contrato de gestão com entidades privadas sem fins lucrativos.

**Abrangência:** Unidades jurisdicionadas que tenham como incumbência a supervisão da execução de contratos de gestão em que unidade da administração pública federal seja uma das partes signatárias. Não se incluem nesta exigência as UJ que sejam signatárias dos contratos de gestão, pois estas se obrigam ao disposto no item 37 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.

**Referência Legal:**

- Lei nº 9.637/98.

## 27.1 Supervisão de contratos de gestão celebrados com organizações sociais

As informações sobre a supervisão de contratos de gestão celebrados entre entidades do poder público federal e organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637/98 devem ser demonstradas por meio do Quadro A.19.1 a seguir. As informações devem ser apresentadas para cada contrato de gestão sob a supervisão da unidade jurisdicionada, considerando-se o quadro e as especificações a seguir.

**Quadro A.19.1 – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ**

| Informações do contrato de gestão supervisionado | | | |
|---|---|---|---|
| Número | | | |
| Data celebração | | | |
| Objeto | | | |
| UJ do poder público signatária do contrato | | | |
| Entidade contratada | | | |
| Período Vigência | Início | | |
| | Fim | | |
| Valor Global | Da UJ | | |
| | Da Entidade | | |
| Limite para Remuneração | Dirigentes | | |
| | Empregados | | |
| Endereço da *Internet* para consulta da execução do contrato | | | |
| **Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão** | | | |
| Nº de fiscalizações efetuadas no exercício | | | |
| Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício | | | |
| Principais conclusões da comissão de avaliação | | | |
| **Acompanhamento das metas estabelecidas** | | | |
| Descrição da meta | | | |
| Meta do exercício | Pactuada | | |
| | Realizada | | |
| | % Realização | | |
| % de realização da meta de exercícios anteriores | Exercícios | 2010 | |
| | | 2009 | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Informações do contrato de gestão supervisionado**

**Número:** Número de identificação do contrato atribuído pela unidade jurisdicionada signatária, se houver.

**Data de celebração:** Data em que o contrato foi celebrado.

**Objeto:** Conjunto de problemas ou situações sobre o qual a entidade parceira privada se obriga atuar mediante incentivo financeiro da entidade pública parceira.

**UJ do poder público signatária do contrato:** Nome da Unidade Jurisdicionada signatária do contrato (entidade da administração pública federal que celebrou o contrato).

**Entidade contratada:** Nome da organização social signatária do contrato, com número do CNPJ.

**Período de vigência:** Período de vigência do contrato, incluindo as respectivas prorrogações.

**Valor global:** Valor total envolvido pela avença, subdividido em **Valor da UJ** (valor total em que a UJ se compromete repassar ao privado contratado) e **Da Entidade** (valor de eventual contrapartida a que a entidade privada parceira esteja obrigada).

**Limite para remuneração:** Valor máximo e critérios estipulados para despesas com remuneração e vantagens de qualquer natureza, percebidas pelos **Dirigentes** e **Empregados** da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Endereço da *Internet* para consulta da execução do contrato:** Endereço na *Internet* onde se encontra disponibilizado o contrato de gestão celebrado que permita a consulta pelos diversos interessados, em atendimento ao art. 7º, da Lei nº 9.637/98.

**Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão**

**Nº de fiscalizações efetuadas no exercício:** Quantidade de fiscalizações (auditorias, inspeções etc.) realizadas durante o período de referência do relatório de gestão, por qualquer instância.

**Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício:** Quantidade de relatórios de análise dos resultados do contrato elaborados por comissão de avaliação.

**Principais conclusões da comissão de avaliação:** Descrição sucinta das conclusões de comissão de avaliação dos resultados do contrato.

**Acompanhamento das metas estabelecidas**

**Descrição da meta:** Descrição, de forma sintética, do objetivo a ser quantificado.

**Meta do exercício:** Quantificação da meta para o exercício, subdividindo-se em pactuada, que é aquela acordada entre as partes e fixada no contrato; realizada, representando o quanto do acordo foi cumprido, que também deve ser apresentada em porcentagem da meta acordada.

**% de realização da meta em exercícios anteriores:** Percentual de realização das metas pactuadas nos dois exercícios anteriores ao de referência do relatório de gestão.

## 28. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

**Texto da DN**:

I. Informações sobre a gestão dos ativos imobiliários e sobre o Plano Nacional de Desimobilização, no formato definido na portaria prevista no art. 4°, § 3° desta DN;

II. Informações gerenciais sobre o andamento do Plano de Implantação do Novo Modelo de Gestão do INSS (PINMG);

III. Informações gerenciais sobre o andamento do Plano de Expansão da Rede de Atendimento do INSS (PEX), devendo constar do relatório de gestão do exercício de competência, no mínimo, as seguintes informações:

a) Número de agências construídas, em construção e inauguradas;

b) Quantitativos de equipamentos de informática e móveis adquiridos, além dos respectivos valores investidos nessas despesas e demais investimentos relativos ao PEX.

**Objetivo**: Avaliar a evolução do Plano Nacional de Desimobilização do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

**Estrutura de Informação**: A informação deve ser demonstrada por meio do Quadro a seguir onde se relacionam as diversas informações necessárias à análise da evolução do Plano Nacional de Desimobilização do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

**Abrangência:** Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

**Referência Normativa:**

- Decreto 6.934, de 11 de agosto de 2009;
- Resolução INSS/PREV n.° 122, de 14 de dezembro de 2010 (DOU de 16 de dezembro de 2010).

### 28.1 Imóveis alienados em 2010 em consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND.

A evolução do Plano Nacional de Desimobilização do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS no exercício de 2010 será demonstrada mediante o preenchimento de um demonstrativo contendo as informações consideradas necessárias a esse exame, conforme o **Quadro C.30.1** abaixo.

QUADRO C.30.1 - EVOLUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 — Valores em R$ 1,00

| Processo | Endereço do imóvel | Valor da Avaliação | Valor da Venda | Prazo de pagamento | Forma de alienação |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Processo –** Código de identificação do processo de alienação do imóvel.

**Endereço do Imóvel** – Endereço completo do imóvel, na forma Logradouro, CEP, Cidade e Unidade da Federação.

**Valor da Avaliação** - Valor atribuído ao imóvel segundo laudo da Caixa Econômica Federal.

**Valor da Venda** - Valor de alienação do imóvel.

**Prazo de pagamento** – Prazo de pagamento do imóvel em meses.

**Forma de alienação** - Forma de alienação do imóvel, de acordo com os seguintes códigos: 1 - venda direta, 2 - leilão público, 3 - venda por valor de viabilidade econômica, 4 - outras.

28.2 Análise Crítica

A unidade deve desenvolver análise crítica da evolução do Plano Nacional de Desimobilização do INSS, considerando as metas e objetivos definidos no Plano de Ação de 2011 da Autarquia, aprovado pela Resolução INSS/PRES n.º 122/2010.

## 29. PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto:** Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao contrato de gestão, contemplando, entre outros, o volume de recursos repassados, a execução do contrato pelo contratado e os resultados obtidos com a contratação, nos termos da portaria referida no § 3º do art. 4º desta decisão normativa.

**Objetivo:** Obter informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao contrato de gestão, de forma a possibilitar aos órgãos de controle a análise sucinta dos resultados obtidos com a respectiva contratação.

**Estrutura de Informação:** As informações acerca de contrato de gestão (CG) celebrado com entidade privada serão demonstradas por meio de 13 (treze) quadros.

**Abrangência:** Unidades que sejam signatárias de Contrato de Gestão que envolva repasse de recursos públicos à entidade parceira, especialmente os regidos pela Lei 9.637/98, e cuja vigência tenha abrangido, no todo ou em parte, o exercício de referência do relatório de gestão.

**Referência Legal:**

- Lei nº 9.637/98.

## 29.1 Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados

O Quadro C.37.1 a seguir visa à caracterização de cada contrato de gestão celebrado pela UJ, ou por Unidade consolidada em seu relatório de gestão, cuja vigência tenha se expirado no decorrer do exercício de referência ou que se estenderá para o exercício seguinte. O referido quadro encontra-se subdividido em três grandes partes: Informações da UJ Contratante do CG; Informações da Entidade Contratada e Informações do Contrato de Gestão. Cada uma dessas partes está subdividida por campos nos quais as informações devem ser inseridas. Após o Quadro, segue-se descrição específica para cada tipo de informação requerida.

QUADRO C.37.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO

| **Informações da UJ Contratante do CG** | | |
|---|---|---|
| **Nome** | | |
| **UG SIAFI** | | |
| **Atribuições da UJ Contratante do CG** | | |
| **Informações da Entidade Contratada** | | |
| **Nome** | | |
| **CNPJ** | | |
| **Endereço** | | |
| **Dirigente Máximo** | | |
| **Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)** | | |
| **Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)** | | |
| **Atribuições da Entidade Contratada** | | |
| **Informações do Contrato de Gestão** | | |
| **Número** | | |
| **Data Celebração** | | |
| **Objeto** | | |
| **Endereço de publicação do CG para consulta** | | |
| **Período Vigência** | **Início** | |
| | **Fim** | |
| **Valor Global (R$ 1,00)** | **Da UJ** | |
| | **Da Entidade** | |
| **Limite para Remuneração (R$ 1,00)** | **Dirigentes** | |
| | **Empregados** | |

**Fone:**

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Informações da UJ Contratante do CG**

**Nome:** Nome da Unidade Jurisdicionada signatária do CG (entidade da administração pública federal que celebrou o CG).

**UG SIAFI:** Código da Unidade Gestora cadastrada no SIAFI onde ocorreu a contabilização relacionada ao contrato, se houver.

**Atribuições da UJ Contratante do CG:** Descrever as atribuições, responsabilidades e obrigações da entidade do poder público expressas no contrato de gestão, tais como repasse de recursos orçamentários e financeiros.

**Informações da Entidade Contratada**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Endereço:** Descrição completa do logradouro (rua, avenida etc.) no qual se encontra instalada entidade privada signatária do contrato de gestão, incluído o código de endereçamento postal (CEP) e telefones de contato.

**Dirigente Máximo:** Diretor ou denominação correspondente, eleito ou designado, na forma que estabelecer o estatuto da entidade privada, responsável por dirigir a organização da entidade privada signatária do CG.

**Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98):** área social de atuação da entidade privada parceira, de acordo com as classificações estabelecidas no art. 1º da Lei 9.637/98, ou outra Lei reguladora da contratação.

**Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98):** identificação do ato normativo, assim como da data e do veículo de publicação, que instituiu o regulamento da contratação de obras e serviços a serem executados nos âmbito do CG, conforme exigência do art. 17 da Lei 9.637/98.

**Atribuições da Entidade Contratada:** Descrever as atribuições, responsabilidades e obrigações da entidade privada parceira expressas no contrato de gestão, tais como a obrigatoriedade de cumprir os objetivos estabelecidos no plano de trabalho.

**Informações do Contrato de Gestão**

**Número:** número de identificação do CG atribuído pela unidade jurisdicionada signatária, se houver.

**Data Celebração:** data em que o CG foi celebrado.

**Objeto:** Conjunto de problemas ou situações sobre o qual a entidade parceira privada se obriga atuar mediante incentivo financeiro da entidade pública parceira.

**Endereço para consulta do CG:** Endereço ou local (diário oficial da união, por exemplo), preferencialmente na *Internet*, onde se encontra disponibilizado o contrato de gestão celebrado com o poder público.

**Período Vigência:** Período em que a entidade privada parceira se obriga a cumprir o objeto e a entidade pública parceira a oferecer o apoio, inclusive financeiro, necessário à execução desse objeto, compreendido entre a **data início** e a **data fim** dessa obrigação.

**Valor Global:** Valor total envolvido pela avença, subdividido em **Valor da UJ** (valor total em que a UJ se compromete repassar ao privado contratado) e **Da Entidade** (valor de eventual contrapartida a que a entidade privada parceira esteja obrigada).

**Limite para Remuneração:** Valor máximo e critérios estipulados para despesas com remuneração e vantagens de qualquer natureza, percebidas pelos **Dirigentes** e **Empregados** da entidade privada signatária do CG.

## 29.2 Composição e atuação do Conselho de administração

Os Quadros C.37.2 e C.37.3 a seguir têm por objetivo evidenciar a composição, o funcionamento e o custo do conselho de administração de cada entidade privada signatária de CG junto à unidade jurisdicionada. O primeiro visa a identificar os atributos relacionados à composição do Conselho de Administração; o segundo tem por objetivo identificar a atuação de cada membro do Conselho, relacionando-a com os custos decorrentes da participação do membro. Após cada quadro, segue-se descrição específica para cada tipo de informação requerida.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro C.37.2 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO C.37.2 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| Membros do Conselho de Administração | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Representação | Nome | CPF | Órgão que Representa | Ato de Designação | Período de Exercício | |
| | | | | | Início | Fim |
| Poder Público | | | | | | |
| | | | | | | |
| Da Sociedade Civil | | | | | | |
| | | | | | | |
| Eleitos | | | | | | |
| Estatuto | | | | | | |
| Quantidade de reuniões do Conselho no exercício | | | | Ordinárias | | |
| | | | | Extraordinárias | | |

**Fonte:**

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Membros do conselho de Administração**

**Representação:** Coposição do conselho de administração, conforme dispuser o respectivo estatuto da entidade privada parceira e tendo como referência o disposto no art. 3° da Lei 9.637/98, segregado por membros representantes do **Poder Público**, de **Entidades da Sociedade Civil**, de membros **Eleitos** pelos demais integrantes do Conselho e de membros indicados ou eleitos na forma que dispuser o **Estatuto** da entidade contratada.

**Nome:** Nome completo do membro componente do Conselho de Administração.

**CPF:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Física junto à Receita Federal do Brasil do membro do Conselho de Administração.

**Órgão que Representa:** Nome da entidade ou conselho de representação do membro do Conselho de Administração.

**Ato de Designação:** identificação do ato normativo que designou o membro para compor o Conselho de Administração.

**Período de Exercício:** Período de efetivo exercício das competências, responsabilidades e obrigações cometidas aos membros do Conselho de Administração, compreendendo a **data início** e a **data fim** do seu mandato, caso já o tenha encerrado.

**Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício:** Quantidade numérica de vezes que o Conselho de Administração se reuniu durante o exercício de referência do relatório de gestão para deliberação, devendo a informação ser segregada de acordo com o tipo de reunião realizada: **ordinária** e **extraordinária.**

QUADRO C.37.3 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES

| Nome do Conselheiro | Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no exercício | Ajuda de Custo (R$ 1,00) | |
|---|---|---|---|
| | | 2011 | 2010 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

**Fonte:**

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Nome do Conselheiro:** Nome completo do membro componente do Conselho de Administração.

**N° de reuniões de que o conselheiro participou no exercício:** Quantidade numérica de vezes em que o conselheiro efetivamente compareceu para participar das reuniões do Conselho de Administração no exercício de referência do relatório de gestão, **considerando as reuniões ordinárias e extraordinárias.**

**Ajuda de Custo:** Montante de recursos financeiros pago para cada conselheiro a título de ajuda de custo para participação nas reuniões, considerando o montante pago no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício imediatamente anterior.

## 29.3 Volume de recursos repassados às entidades privadas signatárias do contrato de gestão

O Quadro C.37.4 a seguir tem por objetivo evidenciar o montante de recursos financeiros repassados pela UJ do poder público contratante a cada entidade privada por força de CG. Para tanto, o referido quadro encontra-se subdividido em três partes: CNPJ Entidade Contratada, Valores repassados em cada mês do exercício de referência do Relatório de Gestão, totalizados por semestre do exercício. Após o Quadro, segue-se descrição específica para cada tipo de informação requerida.

QUADRO C.37.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO

| Identificação da Entidade Contratada | | | |
|---|---|---|---|
| Nome | | | |
| CNPJ | | | |
| Valores Repassados no exercício (R$ 1,00) | | | |
| No Primeiro Semestre | | No Segundo Semestre | |
| Janeiro | | Julho | |
| Fevereiro | | Agosto | |
| Março | | Setembro | |
| Abril | | Outubro | |
| Maio | | Novembro | |
| Junho | | Dezembro | |
| Total | | Total | |

**Fonte:**

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Identificação da Entidade Contratada**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)**

Devem ser informados os montantes mensais dos valores repassados a cada entidade privada em decorrência do CG firmado, devendo ser informado o valor ZERO para os meses em que não ocorreu transferência. A totalização deve ser feita considerando o semestre.

## 29.4 Dirigentes da entidade privada signatária do contrato de gestão

O Quadro C.37.5 a seguir tem por objetivo levantar informações acerca dos dirigentes de cada entidade privada signatária de contrato de gestão junto à unidade jurisdicionada. Após o Quadro, segue-se descrição específica para cada tipo de informação requerida.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro C.37.5 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO C.37.5 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO

| **Identificação da Entidade Contratada** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome** | | | | | | |
| **CNPJ** | | | | | | |
| **Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada** | | | | | | |
| **Nome** | **CPF** | **Área de Formação** | **Qualificação** | **Ato de Designação** | **Período de Exercício** | |
| | | | | | **Início** | **Fim** |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Identificação da Entidade Contratada**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada**

**Nome:** Nome completo do dirigente da Entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CPF:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Física junto à Receita Federal do Brasil do dirigente da Entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Área de formação:** Área de conhecimento na qual o dirigente é formado, destacando inclusive o nível de escolaridade do dirigente.

**Qualificação:** Habilitações que contribuíram ou que foram decisivas para que o dirigente fosse selecionado/contratado para o exercício do cargo, se houver.

**Ato de Designação:** identificação do ato normativo que designou o dirigente para exercer suas atividades na entidade privada signatária do CG.

**Período de Exercício:** Período de efetivo exercício das competências, responsabilidades e obrigações cometidas aos dirigentes, compreendendo a **data início** e a **data fim** do seu mandato, caso já o tenha encerrado.

## 29.5 Despesa com Pessoal da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão

O Quadro C.37.6 a seguir tem por objetivo evidenciar o montante de recursos financeiros despendidos pelas entidades privadas signatárias de contrato de gestão com remuneração do seu quadro de pessoal, no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois exercícios imediatamente anteriores. Após o Quadro, segue-se descrição específica para cada tipo de informação requerida.

QUADRO C.37.6 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO

| Identificação da Entidade Contratada | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome | | | | | | |
| CNPJ | | | | | | |
| Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00) | Exercício 2011 | | | | | |
| | Exercício 2010 | | | | | |
| Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga | | | | | | |
| Exercícios | Dirigentes | | Empregados | | Outros | |
| | Qtde | Remuneração total (R$ 1,00) | Qtde | Remuneração total (R$ 1,00) | Qtde | Remuneração total (R$ 1,00) |
| 2011 | | | | | | |
| 2010 | | | | | | |

Fonte:

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Identificação da Entidade Contratada**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00):** Valor total envolvido para a consecução do contrato de gestão, compreendendo o valor total em que a UJ se compromete repassar à entidade privada contratada e o valor de eventual contrapartida a que a entidade privada parceira esteja obrigada a dispor, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

**Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga**

Para cada classificação a seguir, deve ser informada a quantidade de pessoas do quadro de pessoal que compõe cada uma das classes, assim como a remuneração paga, incluindo as vantagens de qualquer natureza, a cada uma delas, considerando o exercício de referência do relatório de gestão e o imediatamente anterior.

- **Dirigentes:** dirigentes em efetivo exercício na entidade privada contratada, no final do exercício.
- **Empregados:** pessoas que prestam serviços de caráter não eventual à entidade privada contratada, com base na situação do final do exercício.
- **Outros:** pessoas que prestam serviço à entidade privada contratada, mas não se enquadram como dirigente ou como empregado, tais como: terceirizados, estagiários etc.

## 29.6 Composição da Comissão de Avaliação do resultado do contrato de gestão

O Quadro C.37.7 a seguir tem por objetivo levantar informações acerca dos membros da Comissão de Avaliação dos resultados de cada contrato de gestão do qual a UJ seja signatária. Após o Quadro, segue-se descrição específica para cada tipo de informação requerida.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro C.37.7 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO C.37.7 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

| **Identificação da Entidade Contratada** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome** | | | | | | |
| **CNPJ** | | | | | | |
| **Relação dos Membros da Comissão de Avaliação** | | | | | | |
| **Nome** | **CPF** | **Área de Formação** | **Qualificação** | **Ato de Designação** | **Período de Exercício** | |
| | | | | | **Início** | **Fim** |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Identificação da Entidade Contratada**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Relação dos Membros da Comissão de Avaliação**

**Nome:** Nome do membro designado para compor a comissão de avaliação dos resultados do contrato de gestão.

**CPF:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Física junto à Receita Federal do Brasil do membro da Comissão de Avaliação dos resultados com contrato de gestão.

**Área de formação:** Área de conhecimento na qual o membro da Comissão de Avaliação é formado, destacando inclusive o nível de escolaridade do membro.

**Qualificação:** Habilitações que contribuíram ou que foram decisivas para justificar a escolha do membro da Comissão de Avaliação pela UJ contratante do contrato de gestão, se houver.

**Ato de Designação:** identificação do ato normativo que designou o membro da Comissão de Avaliação dos resultados com o contrato de gestão.

**Período de Exercício:** Período de efetivo exercício das competências, responsabilidades e obrigações cometidas aos membros da Comissão de Avaliação, compreendendo a **data início** e a **data fim** do seu mandato, caso já o tenha encerrado.

## 29.7 Prestação de contas e avaliação dos resultados da contratação

Os quadros C.37.8 e C.37.11 a seguir têm por objetivo levantar informações sobre as prestações de contas realizadas pelas entidades privadas signatárias do contrato de gestão, bem como sobre os resultados da parceria. Após o Quadro, seguem-se descrições específicas para cada tipo de informação requerida.

QUADRO C.37.8 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

| Identificação da Entidade Contratada | | |
|---|---|---|
| **Nome** | | |
| **CNPJ** | | |
| **Informações da Prestação de Contas** | | |
| **Data da apresentação** | | |
| **Período de Referência** | **Data Início** | |
| | **Data Fim** | |
| **Dados do D.O.U. de publicação** | | |
| **Situação da Análise** | | |
| **Decisão** | | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:**

**Identificação da Entidade Contratada**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Informações da Prestação de Contas**

**Data da Apresentação:** Data em que a prestação de contas a que está obrigada a entidade privada contratada foi autuada na entidade pública contratante tomadora das contas.

**Período de Referência:** período a que se refere a prestação de contas entregue à entidade pública contratante, compreendendo **Data início** e **Data Fim**.

**Dados do D.O.U. de publicação:** Número, seção e página do Diário Oficial da União no qual os relatórios financeiros e o relatório de execução do contrato de gestão foram publicados.

**Situação da Análise:** Fase em que se encontra a análise, pela entidade pública ou por comissão, das contas apresentadas pela entidade privada contratada, devendo ser classificada em:

- **Concluída:** quando a análise foi finalizada e a entidade ou comissão já tenha tomado uma decisão sobre os resultados do contrato de gestão;
- **Em andamento:** quando a análise foi iniciada, mas ainda não foi concluída por qualquer motivo, inclusive por aguardar adimplemento de alguma condição por parte da entidade privada contratada;
- **Não iniciada:** quando a análise das contas ainda não foi iniciada pela UJ contratante.

**Decisão:** Descrição do resultado da análise efetuada sobre as contas da entidade privada contratada, sendo classificada em três tipos:

- **Aprovada:** quando a decisão da instância analisadora for pela aprovação das contas;
- **Reprovada:** quando a decisão da instância analisadora for pela reprovação das contas;
- **Em exigência:** quando a decisão da instância analisadora ainda não tiver sido tomada por aguardar o cumprimento de alguma obrigação acessória por parte da entidade privada contratada.

QUADRO C.37.9 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO

| Identificação da Entidade Contratada | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nome | | | | | |
| CNPJ | | | | | |
| Recursos Financeiros (R$ 1,00) | | | | | |
| Valores Pactuados | | Valores Repassados | | Repasse previsto para o exercício seguinte | |
| Global | Para o Exercício | No Exercício | Acumulado Até o Exercício | | |
| | | | | | |
| Meta | | | | | |
| Descrição da Meta | | | | | |
| Meta do Exercício | Pactuada | | | | |
| | Realizada | | | | |
| | % Realização | | | | |
| % de Realização da Meta de Exercícios Anteriores | 2010 | | | | |
| | 2009 | | | | |

Fonte:

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Identificação da Entidade Contratada**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Recursos Financeiros (R$ 1,00)**

**Valores Pactuados:** Valores com os quais a UJ se comprometeu junto à entidade contratada por meio do contrato de gestão, discriminados na forma a seguir:

- **Global:** Valor que a UJ se comprometeu a repassar à entidade contratada durante toda a vigência do contrato.
- **Para o exercício:** Valor que a UJ se comprometeu a repassar à entidade contratada durante o exercício de referência do relatório de gestão.

**Valores Repassados:** Valores efetivamente repassados pela UJ contratante à entidade privada contratada, discriminados na forma a seguir:

- **No Exercício:** Valor efetivamente transferido pela UJ no exercício de referência do relatório de gestão.
- **Acumulado até o Exercício:** Valor efetivamente transferido pela UJ durante todo o período de vigência do contrato, desde a data de início dessa vigência até 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão.

**Repasse previsto para o exercício seguinte:** Montante dos repasses de responsabilidade UJ previsto para o exercício imediatamente posterior ao de referência do relatório de gestão.

**Meta**

Para cada meta estipulada no contrato de gestão, a UJ deve prestar um conjunto de informações, conforme a seguir.

**Descrição da Meta:** Descrição da meta constante do contrato de gestão ou de outro documento, considerando os objetivos a serem atingidos no período de vigência do referido contrato.

**Meta do Exercício:** Informações quantitativas de cada meta estipulada no contrato para o exercício de referência do relatório de gestão, discriminando-se em:

- **Pactuada:** Quantificação dos objetivos sociais a serem atingidos pela entidade contratada no exercício de referência do relatório de gestão. É quanto da meta total definida no CG se pretendia desenvolver no ano de referência do relatório.
- **Realizada:** Representa a quantificação do que efetivamente foi realizado no exercício de referência do relatório de gestão.

- **% Realização:** Relação percentual entre a Meta Realizada e a Meta Pactuada, tomando-se por base o exercício de referência do relatório de gestão.

**% de Realização da Meta de Exercícios anteriores:** Percentual de realização da meta pactuada nos dois exercícios imediatamente anteriores ao de referência do relatório de gestão, caso o contrato de gestão já estivesse em vigor e a meta dele constasse para o ano específico, tomando-se por base a relação da Meta Realizada em confronto com a Meta Pactuada.

QUADRO C.37.10 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS

| **Identificação da Entidade Contratada** | | |
|---|---|---|
| **Nome** | | |
| **CNPJ** | | |
| **Indicador de Desempenho Pactuado** | | |
| **Nome** | | |
| **Fórmula de Cálculo** | | |
| **Unidade de Medida** | | |
| **Periodicidade de Medição** | | |
| **Meta do Indicador para o exercício de referência** | | |
| **Resultado do Indicador** | **2011** | |
| | **2010** | |
| **Análise do Indicador** | | |

**Fonte:**

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Identificação da Entidade Contratada**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Indicador de Desempenho Pactuado**

Para cada indicador de desempenho pactuado no contrato de gestão, a UJ deve fornecer um conjunto de informações conforme a seguir:

**Nome:** Nome de identificação do indicador de desempenho pactuado no contrato de gestão.

**Fórmula de Cálculo:** Fórmula matemática utilizada para o cálculo do indicador.

**Unidade de Medida:** Especificação da unidade de medida utilizada para expressar o indicador, por exemplo: família atendida, aluno atendido, casa construída, etc.

**Periodicidade de Medição:** especificação da periodicidade em que a medição do indicador deve compreender (mensal, semestral, anual, toda vigência do termo, etc.), com base nas especificações do contrato de gestão.

**Resultado do Indicador:** Resultado medido pelo indicador no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício imediatamente anterior, se for o caso.

**Meta do Indicador no Exercício de Referência:** Meta estabelecida para o indicador no exercício de referência do relatório de gestão.

**Análise do Indicador:** Análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador, levando-se em conta, se for o caso, as medidas adotadas para corrigir os problemas que impediram a entidade contratada de atingir as metas previamente acordadas.

QUADRO C.37.11 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO

| Identificação da Entidade Contratada | |
|---|---|
| Nome | |
| CNPJ | |
| **Resultados** | |
| Avaliação dos resultados da parceria no exercício | |
| Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício | |
| Parecer da Comissão de Avaliação | |
| Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

### Identificação da Entidade Contratada

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do contrato de gestão.

### Resultados

**Avaliação dos resultados da parceria no exercício:** É o resultado da avaliação da parceria pela UJ, levando-se em consideração o desempenho da gestão; cumprimento das metas estabelecidas; informações contábeis; parecer da auditoria externa, se for o caso; e recursos disponibilizados à entidade privada contratada. A UJ deve se posicionar dentro dos conceitos de **satisfatório** ou **insatisfatório.**

**Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas:** Irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública que a UJ contratante tenha tomado conhecimento, seja em razão das fiscalizações realizadas nas respectivas entidades privadas contratadas, seja por meio de denúncias recebidas.

**Parecer da Comissão de Avaliação:** Posicionamento tomado pela da comissão de avaliação no exercício recomendando a continuidade ou não da parceria pactuada por meio do contrato de gestão. A UJ deve informar, sinteticamente, se a comissão se posicionou pela **continuidade** ou pela **não continuidade** da parceria.

**Síntese das conclusões da Comissão de Avaliação:** Síntese das razões apresentadas pela comissão de avaliação feita no exercício que a levaram a recomendar ou não a continuidade da parceria pactuada por meio do contrato de gestão.

## 29.8 Estrutura de pessoal da UJ para acompanhamento dos contratos de gestão

O Quadro C.37.12 a seguir visa a demonstrar a estrutura de pessoal da área de acompanhamento dos contratos de gestão da UJ. Após o Quadro, segue-se descrição específica para cada tipo de informação requerida.

QUADRO C.37.12 – IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO

| **Identificação da unidade administrativa responsável** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome** | | | | | | | |
| **UG SIAFI da qual são repassados os recursos** | | | | | | | |
| **Atribuições da unidade responsável** | | | | | | | |
| **Quantidade de pessoas da UJ envolvidas com o acompanhamento dos contratos de gestão** | | | | | | | |
| **Direção e Assessoramento** | | **Cargo Efetivo sem função ou comissão** | | **Estagiários** | | **Terceirizados** | |
| **Qtde.** | **Custo (R$ 1,00)** | **Qtde.** | **Custo (R$ 1,00)** | **Qtde.** | **Custo (R$ 1,00)** | **Qtde.** | **Custo (R$ 1,00)** |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

**Identificação da unidade administrativa responsável**

**Nome:** Nome da unidade administrativa da estrutura da UJ responsável pelo gerenciamento e acompanhamento do contrato de gestão.

**UG SIAFI da qual são repassados os recursos:** Código da Unidade Gestora Executora do SIAFI de onde são feitas as transferências para as entidades contratadas.

**Quantidade de pessoas da UJ envolvidas com o acompanhamento dos contratos de gestão**

Nesta parte do Quadro devem ser prestadas informações acerca da estrutura de pessoal destacada pela UJ para o controle dos contratos de gestão, discriminando-se as quantidades e os custos de cada grupo de colaboradores, na forma a seguir:

- **Direção e Assessoramento:** Informar a quantidade e os custos totais com a remuneração dos servidores com função gratificada ou cargo comissionado que atuam na unidade administrativa que acompanha os contratos de gestão;
- **Cargo Efetivo sem função ou comissão:** Informar a quantidade e os custos totais com a remuneração dos servidores do Quadro da UJ, sem função gratificada ou cargo comissionado, que atuam na unidade administrativa que acompanha os contratos de gestão;
- **Estagiários:** Informar a quantidade e os custos totais com a remuneração dos estagiários que atuam na unidade administrativa que acompanha os contratos de gestão;
- **Terceirizados:** Informar a quantidade e os custos totais com a remuneração pessoas terceirizadas que atuam na unidade administrativa que acompanha os contratos de gestão.

## 29.9 Recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada signatária do contrato de gestão

O Quadro C.37.13 a seguir tem por objetivo demonstrar os recursos da unidade jurisdicionada que estão à disposição de cada entidade contratada por meio do contrato de gestão. Após o Quadro, segue-se descrição específica para cada tipo de informação requerida.

**Nota:** Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro C.37.13 sugere-se a utilização do "*Layout* da Página" na orientação "Paisagem" do Editor de Texto.

QUADRO C.37.13 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA

| Identificação da Entidade Contratada | |
|---|---|
| Nome | |
| CNPJ | |

| Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nome | Ato de Designação | Cargo que ocupava na UJ | Cargo que ocupa na entidade | Data da cessão | Ônus para a UJ? |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

| Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Descrição do bem | Móvel ou imóvel? | Data de aquisição | Valor de aquisição | Ato autorizador da cessão | Data da cessão | A propriedade foi transferida? |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

Fonte:

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Identificação da Entidade Contratada**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do contrato de gestão.

**Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada**

**Nome:** Nome do servidor da UJ que estava à disposição da entidade no final do exercício de referência.

**Ato de Designação:** Número, data e descrição do ato autorizador e de designação do servidor para atuação na entidade contratada.

**Cargo que ocupava na UJ:** Nome do cargo que o servidor cedido ocupava na UJ no momento da cessão.

**Cargo que ocupa na entidade:** Nome do cargo que o servidor designado ocupa na entidade contratada.

**Data da cessão:** Data a partir de quando o servidor efetivamente iniciou seus trabalhos na entidade contratada.

**Ônus para a UJ?:** Informar "Sim" ou "Não" nos casos de a responsabilidade por qualquer parcela dos custos com o servidor ser ou não de UJ signatária do contrato.

**Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício**

**Descrição do bem:** Nome e descrição sucinta do bem cedido.

**Móvel ou imóvel?:** Classificar o bem como "Móvel" ou "Imóvel", informando a expressão na linha correspondente ao bem.

**Data de aquisição:** Data em que o bem foi adquirido pela UJ cessionária.

**Valor de aquisição:** Valor da aquisição do bem cedido.

**Ato autorizador da cessão:** Nome, número e data do ato autorizador da cessão do bem à entidade privada.

**Data da cessão:** Data em que o bem foi cedido à entidade privada.

**A propriedade foi transferida?:** Declarar "Sim" ou "Não" para informar se a propriedade do bem foi transferida para a entidade privada ou não, respectivamente.

## 30. PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

**Texto:** Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria, contemplando, entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria, nos termos da portaria referida no § 3º do art. 4º desta decisão normativa.

**Objetivo:** Obter informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento e a supervisão dos termos de parceria celebrados pela Unidade Jurisdicionada, ou por Unidade consolidada no relatório de gestão, com entidades privadas, inclusive as sem fins lucrativos classificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, de forma a possibilitar aos órgãos de controle a análise sucinta do atingimento das metas acordadas nos referidos termos.

**Estrutura de Informação:** A informação está estruturada em seis quadros. O primeiro visa à caracterização da entidade privada parceira, assim como do termo de parceria. O segundo e o terceiro tratam da quantidade de termos celebrados e do volume de recursos repassados ao longo do exercício de referência e dos dois anteriores. O quarto e o quinto tratam da prestação de contas da parceria, inclusive da identificação da estrutura formal para a análise dessa prestação de contas. O sexto visa a demonstrar os resultados obtidos pela parceria.

**Abrangência:** Unidades que tenham firmado Termo de Parceria que envolva repasse de recursos públicos à entidade parceira, especialmente os regidos pela Lei 9.790/99. Se as informações da unidade signatária do termo estiverem consolidadas no relatório de outra unidade jurisdicionada, esta deve contemplar as informações dos quadros deste item, separadamente.

**Referência Normativa:**

- Lei nº 9.790/99;
- Decreto 3.100/99;
- Portaria SNJ nº 24, de 11/10/2007.

## 30.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro C.38.1 abaixo visa à identificação de cada termo de parceria celebrado pela UJ, ou por Unidade consolidada em seu relatório de gestão, cuja vigência tenha se expirado no decorrer do exercício de referência ou tenha se estendido para o exercício subsequente.

QUADRO C.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

| | | | |
|---|---|---|---|
| Informações da entidade parceira | CNPJ | | |
| | Nome | | |
| | Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99) | | |
| | Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99) | | |
| Informações do Termo de Parceria | Número | | |
| | Data Celebração | | |
| | Registrado no SICONV? | | |
| | Forma de escolha da entidade parceira | | |
| | Objeto | | |
| | UJ Parceira | Nome | |
| | | UG SIAFI | |
| | Período Vigência | Início | |
| | | Fim | |
| | Valor Global (em R$ 1,00) | Da UJ | |
| | | Da Entidade | |

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS**

**Informações sobre a entidade parceira**

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do termo de parceria.

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do termo de parceria.

**Âmbito de atuação:** área social de atuação da entidade privada parceira, de acordo com as classificações estabelecidas no art. 3º da Lei 9.790/99, ou norma equivalente.

**Regulamento da contratação de obras e serviços:** identificação do ato normativo, assim como da data e do veículo de publicação, que instituiu o regulamento da contratação de obras e serviços a serem executados nos âmbito do termo de parceria, conforme exigência do art. 14 da Lei 9.790/99, ou norma equivalente.

**Informações do termo de parceria**

**Número:** número de identificação do termo de parceria atribuído pela unidade jurisdicionada signatária.

**Data Celebração:** data em que o termo foi celebrado.

**Registrado no SICONV?:** Informar se o termo está registrado no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV. Se estiver, informar o número do registro. Se não estiver, informar a expressão "Não registrado".

**Forma de escolha da entidade parceira:** tipo de seleção que a entidade pública parceira adotou para a escolha da entidade privada signatária do termo de parceria.

**Objeto:** Conjunto de problemas ou situações sobre o qual a entidade parceira privada se obriga atuar mediante incentivo financeiro da entidade pública parceira.

**UJ Parceira:** Unidade Jurisdicionada signatária do termo de parceria.

**Nome:** Nome da Unidade Jurisdicionada parceira (entidade pública signatária do termo).

**UG SIAFI:** Código da Unidade Gestora cadastrada no SIAFI correspondente à entidade pública parceira, se houver. Se as transferências forem feitas de outra UG, esta deve ser informada.

**Período Vigência:** Período em que a entidade privada parceira se obriga a cumprir o objeto e a entidade pública parceira a oferecer o apoio, inclusive financeiro, necessário à execução desse objeto, compreendido entre a **data início** e a **data fim** dessa obrigação.

**Valor Global:** Valor total envolvido pela avença, subdividido em **Valor da UJ** (valor total em que a UJ se compromete repassar ao ente privado) e **Da Entidade** (valor de eventual contrapartida a que a entidade privada parceira estaja obrigada).

## 30.2 Valores repassados em razão de termos de parceira firmados

Os Quadros C.38.2 e C.38.3 a seguir visam a demonstrar a quantidade de termos e os valores repassados em razão da celebração desses termos pela UJ. O primeiro (Quadro C.38.2) trata dos termos de parceria que vigeram no exercício de referência (ainda que não tenha sido por todo o exercício), discriminando os valores repassados à entidade privada a cada mês. O segundo (Quadro C.38.3) visa a demonstrar a quantidade de termos de parceria cujo signatário privado recebeu recursos nos dois exercícios imediatamente anteriores ao de referência, discriminando os valores recebidos.

QUADRO C.38.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA

| Identificação da Entidade Parceira | | | |
|---|---|---|---|
| Nome | | | |
| CNPJ | | | |
| Valores Repassados no exercício (R$ 1,00) | | | |
| No Primeiro Semestre | | No Segundo Semestre | |
| Janeiro | | Julho | |
| Fevereiro | | Agosto | |
| Março | | Setembro | |
| Abril | | Outubro | |
| Maio | | Novembro | |
| Junho | | Dezembro | |
| Total | | Total | |

Fonte:

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Informações da entidade parceira**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do termo de parceria.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do termo de parceria.

**Valores repassados no exercício (R$ 1,00)**

Devem ser informados os montantes mensais dos valores repassados a cada entidade privada em decorrência do termo de parceria firmado, devendo ser informado o valor ZERO para os meses em que não ocorreu transferência. A totalização deve ser feita considerando o semestre.

QUADRO C.38.3 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTECEDENTES AO DE REFERÊNCIA

| Exercícios | Quantidade de Termos vigentes | Montante repassado no Exercício (em R$ 1,00) |
|---|---|---|
| 2010 | | |
| 2009 | | |

Fonte:

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Quantidade de Termos Celebrados:** Quantidade de termos de parceria vigentes em 31 de dezembro de cada exercício.

**Montante repassado no Exercício (R$ 1,00):** Valor total repassado por força de termos de parceria a entidades privadas em cada exercício assinalado.

## 30.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

Os Quadros C.38.4 e C.38.5 visam a demonstrar a estrutura formal de avaliação dos resultados das parcerias, assim como a situação da prestação de contas pelas entidades privadas signatárias.

QUADRO C.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11, § 1º DA LEI Nº 9.790/99)

| Membros da Comissão | | | Ato de designação |
|---|---|---|---|
| Nome | CPF | Órgão que representa | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Nome:** Nome do membro designado para compor a comissão de avaliação dos resultados da parceria.

**CPF:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Física junto à Receita Federal do Brasil do membro da comissão de avaliação dos resultados da parceria.

**Órgão que representa:** Nome da entidade ou conselho de representação do membro da comissão de avaliação dos resultados da parceria.

**Ato de designação:** identificação do ato normativo que designou o membro para compor a comissão de avaliação dos resultados da parceria.

QUADRO C.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

| CNPJ da Entidade Parceira | Data da apresentação das contas | Período de Referência | | Situação da Análise* | Decisão** |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Data Início | Data Fim | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

| *Situação da Análise: | **Decisão: |
|---|---|
| • Concluída | • Aprovada |
| • Em andamento | • Reprovada |
| • Não iniciada | • Em exigência |

**Fonte:**

### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**CNPJ da Entidade Parceira:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do termo de parceria.

**Data da apresentação das contas:** Data em que a prestação de contas a que está obrigada a entidade privada parceira foi autuada na entidade pública parceira tomadora das contas.

**Período de Referência: Data início** e **Data Fim** do período a que se refere a prestação de contas entregue à entidade pública parceira.

**Situação da Análise:** Fase em que se encontra a análise, pela entidade pública ou por comissão, das contas apresentadas pela entidade privada parceira, devendo ser classificada em:

- **Concluída:** quando a análise foi finalizada e a entidade ou comissão já tenha tomado uma decisão sobre os resultados da parceria;
- **Em andamento:** quando a análise foi iniciada, mas ainda não foi concluída por qualquer motivo, inclusive por aguardar adimplemento de alguma condição por parte do parceiro privado;
- **Não iniciada:** quando a análise das contas ainda não foi iniciada.

**Decisão:** Descrição do resultado da análise efetuada sobre as contas da entidade privada parceira, sendo classificada em três tipos:

- **Aprovada:** quando a decisão da instância analisadora for pela aprovação das contas;
- **Reprovada:** quando a decisão da instância analisadora for pela reprovação das contas;
- **Em exigência:** quando a decisão da instância analisadora ainda não tiver sido tomada por aguardar cumprimento de alguma obrigação acessória por parte da entidade privada parceira.

## 30.4 Avaliação dos resultados obtidos com a Parceria

O Quando C.38.6 a seguir deverá ser elaborado para cada termo de parceria celebrado cuja avaliação dos resultados parcial ou integralmente tenha ocorrido durante o exercício de referência e visa a caracterizar o indicador pactuado e a descrever o seu comportamento, bem a avaliar os resultados da parceria estabelecida. Todos os indicadores pactuados devem ser descritos e avaliados.

QUADRO C.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA

| **Identificação da Entidade Parceira** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome** | | | | **CNPJ** | |
| **Caracterização do Indicador 1** | | | | | |
| **Nome** | | | | | |
| **Fórmula de Cálculo** | | | | | |
| **Unidade de Medida** | | | | | |
| **Periodicidade de Medição** | | | | | |
| **Aferição dos Resultados do Indicador 1** | | | | | |
| **Meta do exercício** | **Pactuada** | | | | |
| | **Realizada** | | | | |
| | **% Realização** | | | | |
| **% de Realização da Meta de exercícios anteriores** | **Exercícios** | **2010** | | | |
| | | **2009** | | | |
| **Análise do Indicador 1** | | | | | |
| **Caracterização do Indicador 2** | | | | | |
| **Nome** | | | | | |
| **Fórmula de Cálculo** | | | | | |
| **Unidade de Medida** | | | | | |
| **Periodicidade de Medição** | | | | | |
| **Aferição dos Resultados do Indicador 2** | | | | | |
| **Meta do exercício** | **Pactuada** | | | | |
| | **Realizada** | | | | |
| | **% Realização** | | | | |
| **% de Realização da Meta de exercícios anteriores** | **Exercícios** | **2010** | | | |
| | | **2009** | | | |
| **Análise do Indicador 2** | | | | | |

**Fonte:**

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Identificação da Entidade Parceira**

**Nome:** Nome da entidade privada signatária do termo de parceria.

**CNPJ:** Código do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil da entidade privada signatária do termo de parceria.

**Caracterização do Indicador 1**

**Nome:** Nome de identificação do indicador.

**Fórmula de Cálculo:** Fórmula matemática utilizada para o cálculo do indicador.

**Unidade de Medida:** Especificação da unidade de medida utilizada para expressar o indicador, por exemplo: família atendida, aluno atendido, casa construída, etc.

**Periodicidade de Medição:** especificação da periodicidade em que a medição do indicador deve compreender (p.ex, mensal, semestral, anual, toda vigência do termo, etc), com base nas especificações do termo de parceria.

**Aferição dos Resultados do Indicador 1**

**Meta do exercício:** Especificação da meta a ser alcançada pelo indicador no período de medição, detalhando em:

- **Pactuada:** meta ajustada no termo de parceria para o indicador;
- **Realizada:** meta efetivamente executada pela entidade privada parceira;
- **% Realização:** Percentual de realização da meta pactuada.

**% de Realização da Meta de exercícios anteriores:** Esta linha deve ser informada somente para os termos de parceria cuja vigência abrangeu o exercício anterior ou o segundo anterior ao de referência e representa o percentual de realização da meta pactuada no exercício.

**Análise do Indicador 1**: Para cada indicador, a Unidade deve produzir análise ressaltando, principalmente, se os objetivos que tinha com o estabelecimento da parceria foram atingidos e em que medida.

**Caracterização dos indicadores 2, 3, ...:** Valem as mesmas definições estabelecidas para o indicador 1.

**Aferição dos Resultados dos Indicadores 2, 3, ...:** Valem as mesmas definições estabelecidas para o indicador 1.

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
# (por Unidade da Federação)

## Bahia
**Bloco-PDT** - João Durval*
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata**
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro**

## Rio de Janeiro
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles*
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias**
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella**

## Maranhão
**PTB** - Epitácio Cafeteira*
**Bloco-DEM** - Clovis Fecury** (S)
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho** (S)

## Pará
**Bloco-PSDB** - Mário Couto*
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro**
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho**

## Pernambuco
**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos*
**PTB** - Armando Monteiro**
**Bloco-PT** - Humberto Costa**

## São Paulo
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy*
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira**
**Bloco-PT** - Marta Suplicy**

## Minas Gerais
**PR** - Clésio Andrade* (S)
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves**
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella** (S)

## Goiás
**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda* (S)
**Bloco-DEM** - Demóstenes Torres**
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia**

## Mato Grosso
**Bloco-DEM** - Jayme Campos*
**PR** - Blairo Maggi**
**Bloco-PDT** - Pedro Taques**

## Rio Grande do Sul
**Bloco-PMDB** - Pedro Simon*
**Bloco-PP** - Ana Amélia**
**Bloco-PT** - Paulo Paim**

## Ceará
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda*
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira**
**Bloco-PT** - José Pimentel**

## Paraíba
**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena*
**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima**
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo**

## Espírito Santo
**Bloco-PT** - Ana Rita* (S)
**PR** - Magno Malta**
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço**

## Piauí
**PTB** - João Vicente Claudino*
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira**
**Bloco-PT** - Wellington Dias**

## Rio Grande do Norte
**Bloco-PMDB** - Ivonete Dantas* (S)
**Bloco-DEM** - José Agripino**
**Bloco-PV** - Paulo Davim** (S)

## Santa Catarina
**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner* (S)
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique**
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer**

## Alagoas
**PTB** - Fernando Collor*
**Bloco-PP** - Benedito de Lira**
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros**

## Sergipe
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves*
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares**
**PR** - Lauro Antonio** (S)

## Amazonas
**PR** - Alfredo Nascimento*
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga**
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin**

## Paraná
**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias*
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião**
**Bloco-PMDB** - Sérgio Souza** (S)

## Acre
**Bloco-PT** - Anibal Diniz* (S)
**Bloco-PT** - Jorge Viana**
**PSD** - Sérgio Petecão**

## Mato Grosso do Sul
**PR** - Antonio Russo* (S)
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral**
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka**

## Distrito Federal
**PTB** - Gim Argello* (S)
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque**
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg**

## Rondônia
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz*
**Bloco-PP** - Ivo Cassol**
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp**

## Tocantins
**PSD** - Kátia Abreu*
**PR** - João Ribeiro**
**PR** - Vicentinho Alves**

## Amapá
**Bloco-PMDB** - José Sarney*
**Bloco-PSB** - João Capiberibe**
**PSOL** - Randolfe Rodrigues**

## Roraima
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti*
**Bloco-PT** - Angela Portela**
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá**

## Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

# COMPOSIÇÃO
## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (5,11)
**RELATOR:** VAGO (15)

**Leitura:** 16/03/2011
**Instalação:** 27/04/2011
**Prazo final:** 06/09/2011
**Prazo prorrogado:** 15/04/2012

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (10)** | |
| Lídice da Mata (PSB-BA) (3,4,7) | 1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3,6,9) |
| Angela Portela (PT-RR) (3) | 2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (3) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (3) | |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Paulo Davim (PV-RN) | 1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) |
| VAGO (8) | 2. João Alberto Souza (PMDB-MA) (13) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| VAGO (1,14) | 1. |
| **PTB** | |
| VAGO (2,11) | |

**Notas:**
*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

**Secretário(a):** José Augusto Panisset Santana
**Telefone(s):** 33033492
**Fax:** 33031176
**E-mail:** panisset@senado.gov.br

## 2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

**Número de membros:** 11 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (9)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)
**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (9)

**Leitura:** 17/05/2011
**Instalação:** 28/06/2011
**Prazo final:** 22/12/2011
**Prazo prorrogado:** 31/05/2012

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (11)** | |
| Lindbergh Farias (PT-RJ) (6) | 1. Pedro Taques (PDT-MT) (6) |
| VAGO (6,13) | 2. Lídice da Mata (PSB-BA) (14) |
| Eduardo Suplicy (PT-SP) (6) | |
| Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2) | |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3) | 1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (3,15) |
| Ciro Nogueira (PP-PI) (3) | 2. VAGO (3,17) |
| Sérgio Petecão (PSD-AC) (3,16) | |
| | |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Demóstenes Torres (DEM-GO) (5) | 1. VAGO (7,8) |
| VAGO (10,12) | |
| **PTB** | |
| João Vicente Claudino (PI) (4) | 1. Gim Argello (DF) (4) |

**Notas:**
*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.
1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley
**Telefone(s):** 6133033514
**Fax:** 6133031176
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

# COMPOSIÇÃO
## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** VAGO
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO
**RELATOR:** VAGO

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008
**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008
**Instalação:** 06/11/2008
**Prazo prorrogado:** 30/06/2009
**Prazo prorrogado:** 31/08/2009
**Prazo prorrogado:** 22/12/2009
**Prazo prorrogado:** 17/07/2010
**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

**MEMBROS**

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (3)**

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

**Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )**

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

**Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

**Membro da Comissão Diretora**

**Notas:**
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).
2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio
**Telefone(s):** 33033511
**Fax:** 33031176
**E-mail:** antiossio@senado.gov.br

## COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

**Número de membros:** 17

**PRESIDENTE:** Gilson Dipp (1)
**RELATOR:** Luiz Carlos Gonçalves

**Aprovação do Requerimento:** 10/08/2011
**Designação:** 21/09/2011
**Instalação:** 18/10/2011

### MEMBROS

| |
|---|
| Gilson Dipp |
| Maria Tereza Moura |
| Antonio Nabor Areias Bulhões |
| Emanuel Messias Oliveira Cacho |
| Gamil Föppel El Hireche |
| José Muiños Piñeiro Filho |
| Juliana Garcia Belloque |
| Luiza Nagib Eluf |
| Luiz Carlos Gonçalves |
| Luiz Flávio Gomes |
| Marcelo André de Azevedo |
| Marcelo Leal Lima Oliveira |
| Marcelo Leonardo |
| René Ariel Dotti |
| Técio Lins e Silva |
| Tiago Ivo Odon |
| Marco Antonio Marques da Silva |

**Notas:**
*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.
**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.
***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.
****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.
*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.
1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

**Secretário(a):** Reinilson Prado
**Telefone(s):** 061 33033501
**E-mail:** ref.codigopenal@senado.gov.br

# COMPOSIÇÃO
## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (14)** | |
| Delcídio do Amaral (PT) | 1. Zeze Perrella (PDT) (11,15) |
| Eduardo Suplicy (PT) | 2. Angela Portela (PT) |
| José Pimentel (PT) (10,11) | 3. Marta Suplicy (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 4. Wellington Dias (PT) |
| Lindbergh Farias (PT) | 5. Jorge Viana (PT) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 6. Cristovam Buarque (PDT) (9) |
| Lídice da Mata (PSB) | 7. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 8. Inácio Arruda (PC DO B) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 1. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 2. Sérgio Souza (PMDB) (18,23) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 3. Romero Jucá (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | 4. Ana Amélia (PP) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 5. Waldemir Moka (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 6. VAGO (4,8,17) |
| Lobão Filho (PMDB) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Francisco Dornelles (PP) | 8. Ciro Nogueira (PP) |
| Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21) | 9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2) | 1. Alvaro Dias (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) | 2. Aécio Neves (PSDB) (3) |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 5. Clovis Fecury (DEM) (5,16) |
| **PTB** | |
| Armando Monteiro | 1. Fernando Collor |
| João Vicente Claudino | 2. Gim Argello |

| PR (20) | |
|---|---|
| Clésio Andrade | 1. Blairo Maggi |
| João Ribeiro (7) | 2. Alfredo Nascimento (22) |
| **PSOL** | |
| VAGO (24) | 1. Randolfe Rodrigues |

**Notas:**

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito
**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516
**Fax:** 3303-4344
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito
**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516
**Fax:** 3303-4344
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE)

**Instalação:** 26/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (1)** | |
| Marta Suplicy (PT) | 1. Acir Gurgacz (PDT) |
| José Pimentel (PT) | 2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 2. Armando Monteiro (PTB) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |

**Notas:**
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito
**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516
**Fax:** 3303-4344
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

**Instalação:** 18/05/2011

**Prazo prorrogado:** 22/12/2012

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )** (5) | |
| Lindbergh Farias (PT) (4,7) | 1. Angela Portela (PT) |
| Clésio Andrade (PR) | 2. Cristovam Buarque (PDT) (6) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Francisco Dornelles (PP) | 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Waldemir Moka (PMDB) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Cyro Miranda (PSDB) (2) | 1. Armando Monteiro (PTB) (1,3) |

**Notas:**
1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito
**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516
**Fax:** 3303-4344
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito
**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516
**Fax:** 3303-4344
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (9)** | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Eduardo Suplicy (PT) |
| Angela Portela (PT) | 2. Marta Suplicy (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 3. VAGO |
| Wellington Dias (PT) | 4. Ana Rita (PT) |
| João Durval (PDT) | 5. Lindbergh Farias (PT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 6. Cristovam Buarque (PDT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 7. Lídice da Mata (PSB) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Eunício Oliveira (PMDB) (7) |
| Paulo Davim (PV) (2) | 2. Pedro Simon (PMDB) |
| Romero Jucá (PMDB) (3,5) | 3. Lobão Filho (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 4. Eduardo Braga (PMDB) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 5. Roberto Requião (PMDB) |
| Lauro Antonio (PR) (15,16,17) | 6. Sérgio Petecão (PSD) (11) |
| Ana Amélia (PP) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Cássio Cunha Lima (PSDB) (10,12,14) |
| Cyro Miranda (PSDB) (8,10) | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| Jayme Campos (DEM) | 4. Maria do Carmo Alves (DEM) |
| **PTB** | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Armando Monteiro |
| João Vicente Claudino (1,6) | 2. Gim Argello |
| **PR (13)** | |
| Vicentinho Alves | 1. Clésio Andrade |

**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calháo
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (1,3)

**Instalação:** 24/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (5)** | |
| Lindbergh Farias (PT) | 1. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Lídice da Mata (PSB) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Ana Amélia (PP) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. VAGO (6) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| VAGO (4) | 1. Maria do Carmo Alves (DEM) (2) |

**Notas:**
1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calháo

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)

**VICE-PRESIDENTE:** (2,5,6)

**Instalação:** 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (4)** | |
| Humberto Costa (PT) | 1. João Durval (PDT) |
| Ana Rita (PT) (1) | 2. Wellington Dias (PT) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| VAGO (5,6) | 1. VAGO (3) |
| Waldemir Moka (PMDB) | 2. Ana Amélia (PP) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 1. Maria do Carmo Alves (DEM) |

**Notas:**

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calháo

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

**Instalação:** 29/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (3)** | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Vicentinho Alves (PR) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. VAGO (2) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 1. VAGO (5) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 2. Sérgio Petecão (PSD) (4) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Paulo Bauer (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |

**Notas:**
1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calháo

## 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (24)** | |
| José Pimentel (PT) | 1. Eduardo Suplicy (PT) (9) |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Ana Rita (PT) (9) |
| Pedro Taques (PDT) | 3. Anibal Diniz (PT) (9,12) |
| Jorge Viana (PT) (8) | 4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 5. Lindbergh Farias (PT) (10) |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 6. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Marcelo Crivella (PRB) | 7. Humberto Costa (PT) (13) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 1. Roberto Requião (PMDB) (3,4,16,21,28) |
| Pedro Simon (PMDB) (2,17) | 2. Valdir Raupp (PMDB) (5,16) |
| Romero Jucá (PMDB) | 3. Eduardo Braga (PMDB) (14,16) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16) |
| Renan Calheiros (PMDB) (21) | 5. Lobão Filho (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) (27) | 6. Waldemir Moka (PMDB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Sérgio Petecão (PSD) (29) | 8. Lauro Antonio (PR) (31,32,33) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Aécio Neves (PSDB) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) (23) |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Alvaro Dias (PSDB) | 3. Cícero Lucena (PSDB) (11) |
| Demóstenes Torres (DEM) (18) | 4. José Agripino (DEM) (19) |
| **PTB** | |
| Armando Monteiro | 1. Ciro Nogueira (PP) (6) |
| Gim Argello | 2. Mozarildo Cavalcanti (7) |
| **PR (30)** | |
| Magno Malta | 1. Clésio Andrade (20,22) |
| **PSOL** | |
| Randolfe Rodrigues | 1. VAGO (34) |

**Notas:**

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira
**Reuniões:** quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
**Telefone(s):** 3303-3972
**Fax:** 3303-4315
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

## 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira
**Telefone(s):** 3303-3972
**Fax:** 3303-4315
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

## 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Pedro Taques (PDT-MT)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
**RELATOR:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )** | |
| Pedro Taques (PDT) | |
| Lindbergh Farias (PT) | |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Eduardo Braga (PMDB) | |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | |
| Demóstenes Torres (DEM) | |
| **PTB** | |
| Armando Monteiro | |
| **PSOL** | |
| Randolfe Rodrigues | |

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira
**Telefone(s):** 3303-3972
**Fax:** 3303-4315
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

## 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3,15,17)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (18)** | |
| Angela Portela (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Anibal Diniz (PT) |
| Ana Rita (PT) | 3. Marta Suplicy (PT) |
| Paulo Paim (PT) | 4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,27) |
| Walter Pinheiro (PT) | 5. Pedro Taques (PDT) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10) |
| Lídice da Mata (PSB) | 7. Zeze Perrella (PDT) (19) |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 8. João Capiberibe (PSB) (33) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Roberto Requião (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) (2,22) |
| Lauro Antonio (PR) (29,30,32) | 2. Valdir Raupp (PMDB) |
| VAGO (7,13,28) | 3. Luiz Henrique (PMDB) |
| Ivonete Dantas (PMDB) (31,34) | 4. Waldemir Moka (PMDB) |
| João Alberto Souza (PMDB) (20) | 5. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB) | 6. Sérgio Petecão (PSD) (23) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 7. Ciro Nogueira (PP) (11) |
| Benedito de Lira (PP) | 8. |
| Ana Amélia (PP) | 9. |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Cyro Miranda (PSDB) (5) | 1. Alvaro Dias (PSDB) |
| Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25) | 2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4) |
| Paulo Bauer (PSDB) | 3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6) |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 4. Clovis Fecury (DEM) (21) |
| José Agripino (DEM) (8) | 5. Demóstenes Torres (DEM) (9) |
| **PTB** | |
| Armando Monteiro | 1. Mozarildo Cavalcanti |
| João Vicente Claudino | 2. (1) |
| **PR (24)** | |
| Magno Malta (12,26) | 1. Clésio Andrade |
| João Ribeiro (26) | 2. Vicentinho Alves |

| PSOL | |
|---|---|
| VAGO (35) | 1. Randolfe Rodrigues |

**Notas:**

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares
**Reuniões:** terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
**Telefone(s):** 3303-4604
**Fax:** 3303-3121
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares
**Telefone(s):** 3303-4604
**Fax:** 3303-3121
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares
**Telefone(s):** 3303-4604
**Fax:** 3303-3121
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares
**Telefone(s):** 3303-4604
**Fax:** 3303-3121
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares
**Telefone(s):** 3303-4604
**Fax:** 3303-3121
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (3,19)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (15)** | |
| Anibal Diniz (PT) | 1. Ana Rita (PT) |
| Acir Gurgacz (PDT) (12,16) | 2. Delcídio do Amaral (PT) (4) |
| Jorge Viana (PT) | 3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Pedro Taques (PDT) | 4. Cristovam Buarque (PDT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 5. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Luiz Henrique (PMDB) (17) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Waldemir Moka (PMDB) (21,22) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 3. Romero Jucá (PMDB) (22,23) |
| Sérgio Souza (PMDB) (7) | 4. João Alberto Souza (PMDB) (18) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 5. Ivonete Dantas (PMDB) (32,34) |
| Ivo Cassol (PP) (13,14,24,27) | 6. Lauro Antonio (PR) (9,30,31,33) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |
| Alvaro Dias (PSDB) (8,11) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| José Agripino (DEM) (20,28,29) | 3. Clovis Fecury (DEM) (28) |
| **PTB** | |
| Gim Argello (1,26) | 1. João Vicente Claudino (2) |
| **PR (25)** | |
| Vicentinho Alves | 1. Blairo Maggi |
| **PSOL** | |
| Randolfe Rodrigues (5) | 1. Lindbergh Farias (PT) (5,6,10) |

**Notas:**

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB.
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

## 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO (1,2,6,8)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)

**Instalação:** 15/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (5)** | |
| Jorge Viana (PT) | 1. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 2. Cristovam Buarque (PDT) |
| VAGO (4) | 3. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Eduardo Braga (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 2. VAGO (7) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| VAGO (3) | 1. Kátia Abreu (PSD) |
| **PTB** | |
| VAGO (9) | 1. João Vicente Claudino |

**Notas:**

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollembeerg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos
**Telefone(s):** 3303-3519
**Fax:** 3303-1060
**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (2)

**Instalação:** 15/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (3)** | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Pedro Taques (PDT) | 2. VAGO (1) |
| Anibal Diniz (PT) | 3. Vicentinho Alves (PR) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 2. Waldemir Moka (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 3. Lobão Filho (PMDB) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 2. Jayme Campos (DEM) |
| **PTB** | |
| VAGO (4) | 1. João Vicente Claudino |

**Notas:**
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos
**Telefone(s):** 3303-3519
**Fax:** 3303-1060
**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1,2,3)
**RELATOR:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

**Instalação:** 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (4)** | |
| VAGO | 1. Jorge Viana (PT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 2. Pedro Taques (PDT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 3. |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| VAGO (2,3,5,6) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Eduardo Braga (PMDB) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| **PTB** | |
| VAGO (7) | 1. João Vicente Claudino |

**Notas:**
1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos
**Telefone(s):** 3303-3519
**Fax:** 3303-1060
**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1,4,9)
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (1,11)
**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

**Instalação:** 05/05/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (6)** | |
| Cristovam Buarque (PDT) (3,8) | 1. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 2. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Pedro Taques (PDT) | 3. Jorge Viana (PT) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| VAGO (5,7,10) | 2. |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. VAGO (2) |
| **PTB** | |
| VAGO (12) | 1. João Vicente Claudino |

**Notas:**
1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Vagom, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros

titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (16)** | |
| Ana Rita (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24) |
| Paulo Paim (PT) | 3. Humberto Costa (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 5. João Durval (PDT) |
| Marcelo Crivella (PRB) (11) | 6. Lídice da Mata (PSB) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Pedro Simon (PMDB) | 1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33) |
| Lauro Antonio (PR) (2,13,28,29,31) | 2. Eunício Oliveira (PMDB) |
| Ivonete Dantas (PMDB) (30,34) | 3. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) (18,32) | 4. VAGO (21) |
| Sérgio Petecão (PSD) (20) | 5. VAGO (13) |
| Paulo Davim (PV) | 6. |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| VAGO (7,9,17) | 1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (5,23) |
| VAGO (6) | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| Clovis Fecury (DEM) (19) | 3. José Agripino (DEM) |
| **PTB** | |
| Mozarildo Cavalcanti (1) | 1. |
| Gim Argello (12) | 2. |
| **PR (22)** | |
| Magno Malta | 1. Vicentinho Alves |
| **PSOL** | |
| VAGO (35) | 1. Randolfe Rodrigues (4) |

**Notas:**

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares
**Reuniões:** terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005
**Fax:** 3303-4646
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**Instalação:** 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )** (2) | |
| Angela Portela (PT) | 1. Marta Suplicy (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. Ana Rita (PT) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Sérgio Petecão (PSD) (3) | 1. Eunício Oliveira (PMDB) |
| VAGO (1) | 2. |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Demóstenes Torres (DEM) (1) | 1. |

**Notas:**
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005
**Fax:** 3303-4646
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO (1,7)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)

**Instalação:** 19/05/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )** (2) | |
| VAGO (8) | 1. Ana Rita (PT) |
| Marcelo Crivella (PRB) | 2. Lídice da Mata (PSB) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| VAGO (5) | 1. Garibaldi Alves (PMDB) (6) |
| Paulo Davim (PV) | 2. VAGO (4) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| VAGO (3) | 1. Cyro Miranda (PSDB) |

**Notas:**

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
7. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
8. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005
**Fax:** 3303-4646
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

**Instalação:** 18/05/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (3)** | |
| Ana Rita (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Gleisi Hoffmann (PT) (2) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Sérgio Petecão (PSD) (4) | 1. VAGO (5) |
| Paulo Davim (PV) | 2. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Cristovam Buarque (PDT) |

**Notas:**
1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005
**Fax:** 3303-4646
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 02/06/2011

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005
**Fax:** 3303-4646
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (8)** | |
| Anibal Diniz (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Eduardo Suplicy (PT) | 2. Jorge Viana (PT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,7) | 3. Lindbergh Farias (PT) (4) |
| Sérgio Souza (PMDB) (6,9,10) | 4. Marcelo Crivella (PRB) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 5. Acir Gurgacz (PDT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 6. João Capiberibe (PSB) (16) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Jarbas Vasconcelos (PMDB) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 2. Romero Jucá (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 3. Ana Amélia (PP) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. Roberto Requião (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB) | 5. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 6. Lauro Antonio (PR) (13,14,15) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Paulo Bauer (PSDB) (3) | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 3. Clovis Fecury (DEM) (11) |
| **PTB** | |
| Fernando Collor | 1. Mozarildo Cavalcanti |
| Gim Argello | 2. Inácio Arruda (PC DO B) (1) |
| **PR (12)** | |
| Blairo Maggi | 1. Clésio Andrade |
| **PSOL** | |
| Randolfe Rodrigues | 1. |

**Notas:**

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.
11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza
**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
**Telefone(s):** 3303-3496
**Fax:** 3303-3546
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza
**Telefone(s):** 3303-3496
**Fax:** 3303-3546
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (2)

**Instalação:** 19/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (4)** | |
| Cristovam Buarque (PDT) | 1. Blairo Maggi (PR) |
| Lindbergh Farias (PT) | 2. Sérgio Souza (PMDB) (3,5) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Luiz Henrique (PMDB) | 1. Marcelo Crivella (PRB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 2. Inácio Arruda (PC DO B) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1) |

**Notas:**
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza
**Telefone(s):** 3303-3496
**Fax:** 3303-3546
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (3)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)

**Instalação:** 11/08/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (2)** | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Jorge Viana (PT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 2. Marcelo Crivella (PRB) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Luiz Henrique (PMDB) | 1. Ana Amélia (PP) |
| Francisco Dornelles (PP) | 2. VAGO |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| VAGO | 1. José Agripino (DEM) (1) |

**Notas:**
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza
**Telefone(s):** 3303-3496
**Fax:** 3303-3546
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

**Instalação:** 01/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (7)** | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Marcelo Crivella (PRB) |
| Jorge Viana (PT) | 2. Acir Gurgacz (PDT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 3. Cristovam Buarque (PDT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,9) | 4. Sérgio Souza (PMDB) (3,6,10) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | 2. Jarbas Vasconcelos (PMDB) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2) | 1. VAGO (1,8) |
| **PTB** | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) |

**Notas:**
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza
**Telefone(s):** 3303-3496
**Fax:** 3303-3546
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (9)** | |
| Lindbergh Farias (PT) | 1. Humberto Costa (PT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 2. José Pimentel (PT) |
| Jorge Viana (PT) | 3. Wellington Dias (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 4. Marcelo Crivella (PRB) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 5. Pedro Taques (PDT) |
| João Capiberibe (PSB) (19) | 6. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 7. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) |
| Waldemir Moka (PMDB) | 2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11) |
| Lobão Filho (PMDB) | 3. Roberto Requião (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. João Alberto Souza (PMDB) (10) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 5. VAGO (12) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 6. Casildo Maldaner (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 7. Lauro Antonio (PR) (16,17,18) |
| Francisco Dornelles (PP) | 8. Ivo Cassol (PP) (6,7,13,14) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) (2,5) | 3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| **PTB** | |
| Fernando Collor | 1. Armando Monteiro |
| Mozarildo Cavalcanti | 2. João Vicente Claudino |
| **PR (15)** | |
| Blairo Maggi | 1. Vicentinho Alves |
| **PSOL** | |
| | 1. |

**Notas:**

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva
**Reuniões:** quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
**Telefone(s):** 3303-4607
**Fax:** 3303-3286
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva
**Telefone(s):** 3303-4607
**Fax:** 3303-3286
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva
**Telefone(s):** 3303-4607
**Fax:** 3303-3286
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva
**Telefone(s):** 3303-4607
**Fax:** 3303-3286
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lauro Antonio (PR-SE) (1,22,24,28)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (11)** | |
| Wellington Dias (PT) (2) | 1. Paulo Paim (PT) |
| Ana Rita (PT) | 2. Zeze Perrella (PDT) (8,12) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 3. José Pimentel (PT) (3) |
| João Durval (PDT) | 4. Acir Gurgacz (PDT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (16) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Ana Amélia (PP) | 1. João Alberto Souza (PMDB) (15) |
| Lauro Antonio (PR) (22,23,24,25) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 3. VAGO (4) |
| VAGO (17) | 4. Eunício Oliveira (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 5. Ivo Cassol (PP) (9,10,18,20) |
| Benedito de Lira (PP) | 6. Ivonete Dantas (PMDB) (26,27) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,13,21) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |
| Cícero Lucena (PSDB) | 2. VAGO (7) |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 3. José Agripino (DEM) (5) |
| **PTB** | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Armando Monteiro |
| **PR (19)** | |
| Vicentinho Alves | 1. Magno Malta |
| **PSOL** | |
| | 1. Randolfe Rodrigues (14) |

**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins
**Reuniões:** quartas-feiras, às 14h -
**Telefone(s):** 3303-4282
**Fax:** 3303-1627
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** (6)

**Instalação:** 29/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (2)** | |
| Wellington Dias (PT) | 1. José Pimentel (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. Magno Malta (PR) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Lauro Antonio (PR) (4,5) | 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 2. VAGO (3) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

**Notas:**
1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins
**Telefone(s):** 3303-4282
**Fax:** 3303-1627
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1)

**Instalação:** 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (5)** | |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 1. Acir Gurgacz (PDT) |
| Vicentinho Alves (PR) | 2. VAGO (3) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Ana Amélia (PP) | 1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) |
| Ivo Cassol (PP) (4,6,7,8) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| VAGO (2) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |

**Notas:**
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins
**Telefone(s):** 3303-4282
**Fax:** 3303-1627
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins
**Telefone(s):** 3303-4282
**Fax:** 3303-1627
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (1,4,7)

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )** (3) | |
| Zeze Perrella (PDT) (2,6) | 1. José Pimentel (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. VAGO (9) |
| VAGO (8) | 2. Eunício Oliveira (PMDB) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| VAGO (5) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

**Notas:**
1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins
**Telefone(s):** 3303-4282
**Fax:** 3303-1627
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (16)** | |
| Delcídio do Amaral (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Antonio Russo (PR) (8,11,23,25) | 2. Eduardo Suplicy (PT) |
| Zeze Perrella (PDT) (12,17) | 3. Walter Pinheiro (PT) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 4. João Durval (PDT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) (5) | 5. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Ivonete Dantas (PMDB) (29,30) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. Roberto Requião (PMDB) |
| Lauro Antonio (PR) (26,27,28) | 3. Valdir Raupp (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | 4. Luiz Henrique (PMDB) |
| Ivo Cassol (PP) (13,14,20,22) | 5. Ciro Nogueira (PP) |
| Benedito de Lira (PP) | 6. João Alberto Souza (PMDB) (18) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) (4) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) | 2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15) |
| Jayme Campos (DEM) | 3. Clovis Fecury (DEM) (7,19) |
| **PTB** | |
| Sérgio Souza (PMDB) (1,9) | 1. Mozarildo Cavalcanti (6) |
| **PR (21)** | |
| Clésio Andrade (24) | 1. Blairo Maggi |
| **PSOL** | |
| | 1. |

**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

**Secretário(a):** Marcello Varella
**Reuniões:** quintas-feiras, às 12h -
**Telefone(s):** 3303-3506
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Marcello Varella
**Telefone(s):** 3303-3506
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## 10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella
**Telefone(s):** 3303-3506
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (9)** | |
| Angela Portela (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Anibal Diniz (PT) | 2. Paulo Paim (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14) |
| João Capiberibe (PSB) (10,11,19) | 4. Lídice da Mata (PSB) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 5. Marcelo Crivella (PRB) (1) |
| **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )** | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Luiz Henrique (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 3. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Lobão Filho (PMDB) | 4. Renan Calheiros (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,17) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 6. Benedito de Lira (PP) |
| **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )** | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 2. Cícero Lucena (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 3. Maria do Carmo Alves (DEM) |
| **PTB** | |
| Gim Argello | 1. Fernando Collor |
| **PR (16)** | |
| Alfredo Nascimento (4,18) | 1. João Ribeiro (18) |
| **PSOL** | |
| VAGO (6) | 1. VAGO (20) |

**Notas:**

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
********. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
17. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira
**Reuniões:** quartas-feiras, às 8h45 -
**Telefone(s):** 3303-1120
**Fax:** 3303-2025
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira
**Telefone(s):** 3303-1120
**Fax:** 3303-2025
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

# COMPOSIÇÃO
## CONSELHOS e ÓRGÃOS

## 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

| SENADORES | CARGO |
|---|---|
| Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) | CORREGEDOR |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

**Atualização:** 26/04/2011

**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)*

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** (1)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **PMDB** | |
| Lobão Filho (MA) | 1. |
| João Alberto Souza (MA) (3) | 2. VAGO (4) |
| Renan Calheiros (AL) | 3. Valdir Raupp (RO) |
| Romero Jucá (RR) | 4. Eunício Oliveira (CE) |
| **PT** | |
| Humberto Costa (PE) | 1. Anibal Diniz (AC) |
| Wellington Dias (PI) | 2. Walter Pinheiro (BA) |
| José Pimentel (CE) | 3. Angela Portela (RR) |
| **PSDB** | |
| Mário Couto (PA) | 1. Paulo Bauer (SC) |
| Cyro Miranda (GO) | 2. VAGO (2) |
| **PTB** | |
| Gim Argello (DF) | 1. João Vicente Claudino (PI) |
| **DEM** | |
| Jayme Campos (MT) | 1. Maria do Carmo Alves (SE) |
| **PR** | |
| Vicentinho Alves (TO) | 1. |
| **PP** | |
| Ciro Nogueira (PI) | 1. |
| **PDT** | |
| Acir Gurgacz (RO) | 1. |
| **PSB** | |
| Antonio Carlos Valadares (SE) | 1. |

**Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)**

| Vital do Rêgo (PMDB/PB) |
|---|

**Atualização:** 08/11/2011

**Notas:**
1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago( PMDB-PB) ter deixado o mandato.


**SECRETARIA-GERAL DA MESA**
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260
**E-mail:**scop@senado.gov.br


## 3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros:** 5 titulares

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|---|---|
| Waldemir Moka (PMDB/MS) | PMDB |
| Delcídio do Amaral (PT/MS) | PT |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) | PTB |
| Demóstenes Torres (DEM/GO) | DEM |
| Benedito de Lira (PP/AL) | PP |

**Atualização:** 26/04/2011


**SECRETARIA-GERAL DA MESA**
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

**OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**1ª Designação:** 26/04/2011

---

**Atualização:** 26/04/2011


### SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)*

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (6)

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 03/12/2001
**2ª Designação:** 26/02/2003
**3ª Designação:** 03/04/2007
**4ª Designação:** 12/02/2009
**5ª Designação:** 11/02/2011

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| Ivonete Dantas (RN) (10) |
| **PT** |
| Ana Rita (ES) (8) |
| **PSDB** |
| Lúcia Vânia (GO) |
| **PTB** |
| Mozarildo Cavalcanti (RR) (5) |
| **DEM** |
| Maria do Carmo Alves (SE) (3) |
| **PR** |
| Clésio Andrade (MG) (9) |
| **PP** |
| Ciro Nogueira (PI) (1) |
| **PDT** |
| |
| **PSB** |
| Lídice da Mata (BA) |
| **PC DO B** |
| Vanessa Grazziotin (AM) (2) |
| **PSOL** |
| Marinor Brito (PA) (4) |
| **PRB** |
| Marcelo Crivella (RJ) |
| **PSC** |

| |
|---|
| Eduardo Amorim (SE) (7) |
| **PPS** |
| |
| **PMN** |
| Sérgio Petecão (PSD-AC) |
| **PV** |
| Paulo Davim (RN) |

**Atualização:** 13/12/2011

**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PT,conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.


## SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)*

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (13)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (13)

**1ª Designação:** 23/03/2010
**2ª Designação:** 14/03/2011

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| Waldemir Moka (MS) (6) |
| **PT** |
| Jorge Viana (AC) (7) |
| **PSDB** |
| Cyro Miranda (GO) (10) |
| **PTB** |
| Armando Monteiro (PE) (9) |
| **DEM** |
| José Agripino (RN) (8) |
| **PR** |
| Clésio Andrade (MG) (11) |
| **PP** |
| Ivo Cassol (RO) (16) |
| **PDT** |
| |
| **PSB** |
| Rodrigo Rollemberg (DF) (12) |
| **PC DO B** |
| Inácio Arruda (CE) (4) |
| **PSOL** |
| VAGO (14,15) |
| **PRB** |
| Marcelo Crivella (RJ) (1) |
| **PSC** |
| Eduardo Amorim (SE) (3,17) |
| **PPS** |

| PMN |
| --- |
| Sérgio Petecão (PSD-AC) (2) |
| **PV** |
| Paulo Davim (RN) (5) |

**Atualização:** 06/12/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.


## SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)*

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) (15)
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) (14)

**1ª Designação:** 30/11/2010
**2ª Designação:** 14/03/2011

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| Pedro Simon (RS) (7) |
| **PT** |
| Ana Rita (ES) (9) |
| **PSDB** |
| Cícero Lucena (PB) (11) |
| **PTB** |
| João Vicente Claudino (PI) (10) |
| **DEM** |
| Maria do Carmo Alves (SE) (8) |
| **PR** |
| Blairo Maggi (MT) (12) |
| **PP** |
| Ana Amélia (RS) (6) |
| **PDT** |
| |
| **PSB** |
| Rodrigo Rollemberg (DF) (13) |
| **PC DO B** |
| Inácio Arruda (CE) (2) |
| **PSOL** |
| Marinor Brito (PA) (16) |
| **PRB** |
| Marcelo Crivella (RJ) (1) |
| **PSC** |
| Eduardo Amorim (SE) (5,17) |
| **PPS** |

| PMN |
| --- |
| Sérgio Petecão (PSD-AC) (4) |
| **PV** |
| Paulo Davim (RN) (3) |

**Atualização:** 06/12/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.


## SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

*(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)*

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (14)
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

| MEMBROS |
|---|
| **PMDB** |
| Casildo Maldaner (SC) (5) |
| **PT** |
| Jorge Viana (AC) (9) |
| **PSDB** |
| Cyro Miranda (GO) (11) |
| **PTB** |
| Gim Argello (DF) (10) |
| **DEM** |
| Maria do Carmo Alves (SE) (8) |
| **PR** |
| Clésio Andrade (MG) (12) |
| **PP** |
| Ciro Nogueira (PI) (6) |
| **PDT** |
| Cristovam Buarque (DF) (15) |
| **PSB** |
| Lídice da Mata (BA) (13) |
| **PC DO B** |
| Vanessa Grazziotin (AM) (3) |
| **PSOL** |
| |
| **PRB** |
| Marcelo Crivella (RJ) (1) |
| **PSC** |
| Eduardo Amorim (SE) (4,16) |
| **PPS** |

| PMN |
| --- |
| Sérgio Petecão (PSD-AC) (7) |
| **PV** |
| Paulo Davim (RN) (2) |

**Atualização:** 06/12/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.


## SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

# CONSELHOS

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Senador José Sarney (PMDB/AP)
**Chanceler:** Deputado Marco Maia (PT/RS)

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|---|---|
| **PRESIDENTE**<br>Marco Maia (PT/RS) | **PRESIDENTE**<br>José Sarney (PMDB/AP) |
| **1º VICE-PRESIDENTE**<br>Rose de Freitas (PMDB/ES) | **1ª VICE-PRESIDENTE**<br>Marta Suplicy (PT/SP) |
| **2º VICE-PRESIDENTE**<br>Eduardo da Fonte (PP/PE) | **2º VICE-PRESIDENTE**<br>Waldemir Moka (PMDB/MS) [1] |
| **1º SECRETÁRIO**<br>Eduardo Gomes (PSDB/TO) | **1º SECRETÁRIO**<br>Cícero Lucena (PSDB/PB) |
| **2º SECRETÁRIO**<br>Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) | **2º SECRETÁRIO**<br>João Ribeiro (PR/TO) |
| **3º SECRETÁRIO**<br>Inocêncio Oliveira (PR/PE) | **3º SECRETÁRIO**<br>João Vicente Claudino (PTB/PI) |
| **4º SECRETÁRIO**<br>Júlio Delgado (PSB/MG) | **4º SECRETÁRIO**<br>Ciro Nogueira (PP/PI) |
| **LÍDER DA MAIORIA**<br>Paulo Teixeira (PT/SP) | **LÍDER DA MAIORIA**<br>Renan Calheiros (PMDB/AL) |
| **LÍDER DA MINORIA**<br>Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) | **LÍDER DA MINORIA**<br>Mário Couto (PSDB/PA) |
| **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**<br>João Paulo Cunha (PT/SP) | **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**<br>Eunício Oliveira (PMDB/CE) |
| **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**<br>Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) | **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**<br>Fernando Collor (PTB/AL) |

(Atualizada em 16.11.2011)

**1-** O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**
**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258
**E-mail:** scop@senado.gov.br
**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo
**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

**Número de membros:** 13 titulares e respectivos suplentes

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** _____
**Vice-Presidente:** _____

| Lei nº 8.389/91, artigo 4º | Titulares | Suplentes |
|---|---|---|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | | |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | | |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | | |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) | | |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | | |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | | |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | | |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**
**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258
**E-mail:** scop@senado.gov.br
**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo
**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

# CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

## COMISSÕES DE TRABALHO

### 01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

### 02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

### 03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

### 04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

### 05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**
**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258
**E-mail:** scop@senado.gov.br
**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo
**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

**Resolução nº 1/2011-CN**

## COMPOSIÇÃO [1]

**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

**Presidente:** Senador Roberto Requião [6]
**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame [6]
**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia [6]

Instalação: 31.08.2011

## Deputados

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Benedita da Silva | Bohn Gass |
| Dr. Rosinha | Newton Lima |
| Emiliano José | Sibá Machado |
| Jilmar Tatto | Weliton Prado |
| Paulo Pimenta | Zé Geraldo |
| **PMDB** | |
| Íris de Araújo | Fátima Pelaes |
| Marçal Filho | Gastão Vieira |
| Moacir Micheletto | Lelo Coimbra |
| Raul Henry | Valdir Colatto |
| **PSDB** | |
| Eduardo Azeredo | Duarte Nogueira [3] |
| Antonio Carlos Mendes Thame [2] | Luiz Nishimori [3] |
| Sergio Guerra | Reinaldo Azambuja [3] |
| **PP** | |
| Dilceu Sperafico | Afonso Hamm |
| Renato Molling | Raul Lima |
| **DEM** | |
| Júlio Campos | Marcos Montes [4] |
| Mandetta | Augusto Coutinho [5] |
| **PR** | |
| Paulo Freire | Giacobo |
| | Henrique Oliveira |
| **PSB** | |
| José Stédile | Antonio Balhmann |
| Ribamar Alves | Audifax |
| **PDT** | |
| Vieira da Cunha | Sebastião Bala Rocha |
| **Bloco PV / PPS** | |
| Roberto Freire (PPS) | Antônio Roberto (PV) |
| **PTB** | |
| Sérgio Moraes | Paes Landim |
| **PSC** | |
| Nelson Padovani | Takayama |
| **PCdoB** | |
| Manuela D'ávila | Assis Melo |
| **PRB** | |
| George Hilton | Vitor Paulo |
| **PMN** | |
| Dr. Carlos Alberto | Fábio Faria |
| **PTdoB** | |
| Luis Tibé [8] | |

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn
E-mail: sclcn@senado.gov.br
Informações: (61) 3303-4050

## Senadores

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)** | |
| Pedro Simon (PMDB) | Casildo Maldaner (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | Waldemir Moka (PMDB) |
| Vago [7] | Valdir Raupp (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | |
| **Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)** | |
| Paulo Paim (PT) | Eduardo Suplicy (PT) |
| Inácio Arruda (PCdoB) | Humberto Costa (PT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | Cristovam Buarque (PDT) |
| | Magno Malta (PR) |
| **Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)** | |
| Paulo Bauer (PSDB) | |
| | José Agripino (DEM) |
| **PTB** | |
| Mozarildo Cavalcanti | Fernando Collor |

(Atualizada em 08.11.2011)

_____

**1-** Designados pelo Ato n° 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
**2-** Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
**3-** Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
**4-** Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
**5-** Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
**6-** Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
**7-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
**8-** Vaga cedida pelo PR.

## Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Dr. Rosinha (PT/PR) | 1. Dalva Figueiredo (PT/AP) |
| Marina Santanna (PT/GO) | 2. Luci Choinacki (PT/SC) |
| **PMDB** | |
| Teresa Surita (PMDB/RR) | 1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) |
| Jô Moraes (PCdoB/MG)[1] | 2. Fátima Pelaes (PMDB/AP) |
| **PSDB** | |
| Eduardo Azeredo (PSDB/MG) | 1. |
| **PP** | |
| Rebecca Garcia (PP/AM) | 1. Aline Corrêa (PP/SP) |
| **DEM** | |
| Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) | 1. |
| **PR** | |
| Gorete Pereira (PR/CE) | 1. Neilton Mulim (PR/RJ)[2, 4] |
| **PSB** | |
| Sandra Rosado (PSB/RN) | 1 Keiko Ota (PSB/SP) |
| **PDT** | |
| Sueli Vidigal (PDT/ES) | 1. Flávia Morais (PDT/GO) |
| **Bloco PV, PPS** | |
| Carmen Zanotto (PPS/SC) | 1. Arnaldo Jordy (PPS/PA) |
| **PTB** | |
| Celia Rocha (PTB/AL) | 1. Marinha Raupp (PMDB/RO)[3] |

**Notas:**
**1-** Vaga cedida pelo PMDB.
**2-** Vaga cedida pelo PR.
**3-** Vaga cedida pelo PTB.
**4**- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

## MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

**Presidente:** _____

**Vice-Presidente:** _____

**Vice-Presidente:** _____

**Vice-Presidente:** _____

**Secretário:** Antônio Ferreira Costa Filho
**Telefones:** (61) 3216-6871 / 3216-6878
**Fax:** (61) 3216-6880
**E-mail:** cpmc@camara.gov.br
**Local:** Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
**Endereço na Internet:** www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [1]
**Vice-Presidente:** Senador Fernando Collor (PTB/AL)

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|---|---|
| **LÍDER DA MAIORIA**<br>Paulo Teixeira (PT/SP) [2] | **LÍDER DA MAIORIA**<br>Renan Calheiros (PMDB/AL) [3] |
| **LÍDER DA MINORIA**<br>Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) | **LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA**<br>Mário Couto (PSDB/PA) |
| **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**<br>Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) | **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**<br>Fernando Collor (PTB/AL) |

(Atualizada em 07.06.2011)

_____

**Notas:**

**1-** Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

**2-** Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

**3-** Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**
**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258
**E-mail:** scop@senado.gov.br
**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo
**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

## COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

### Senado Federal

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)** | |
| Ana Rita (PT/ES) | 1. Humberto Costa (PT/PE) |
| Marta Suplicy (PT/SP) | 2. Wellington Dias (PT/PI) |
| Lídice da Mata (PSB/BA) | 3. Pedro Taques (PDT/MT) |
| Angela Portela (PT/PR) | 4. Marcelo Crivella (PRB/RJ) |
| Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)** | |
| Ivonete Dantas (PMDB/RN) [2] | 1. |
| Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [3 e 4] | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar da Minoria (**PSDB / DEM)** | |
| Lúcia Vânia (PSDB/GO) | 1. |
| Maria do Carmo Alves (DEM/SE) | 2. José Agripino (DEM/RN) |
| **PTB** | |
| Armando Monteiro (PTB/PE) | 1. João Vicente Claudino (PTB/PI) |
| **PSOL [1]** | |
| Marinor Brito (PSOL/PA) | 1. |

_____

**Notas:**

**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

**2-** Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

**3-** Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

**4-** Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

Edição de hoje: 1.012 páginas

(OS: 10136 / 2012 )

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL